

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

17



VOLUME COMEMORATIVO DO XX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DO CONCELHO DE OEIRAS

1988 - 2008

2009
OEIRAS

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Bristol, Reino Unido)
- Professor Doutor Jean Guilaine (Collège de France, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 17 • 2009

ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Europress, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

**VOLUME COMEMORATIVO DO
XX ANIVERSÁRIO**

do

**Centro de Estudos Arqueológicos
do Concelho de Oeiras**

(Câmara Municipal de Oeiras)

1988 - 2008

Editor Científico:
João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2009

PREÂMBULO

O presente volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* integra-se nas comemorações dos vinte anos do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, cuja criação remonta ao já longínquo dia 2 de Novembro de 1988, por proposta do Presidente da Câmara, Dr. Isaltino Morais.

Do que foram a vida e as principais realizações no campo da investigação, protecção, divulgação e reabilitação do património arqueológico oeirense, protagonizadas por este serviço da Câmara Municipal de Oeiras, definidas pelas competências e atribuições contidas no Regulamento Orgânico da Câmara de 2007, mas já há muito fixadas por despacho presidencial de 2001, nos fala, na primeira pessoa e com conhecimento directo de causa, o Dr. Isaltino Morais, no primeiro contributo publicado no presente volume, correspondente à intervenção de encerramento das comemorações realizadas no passado dia 9 de Dezembro de 2008, no Palácio Anjos/Centro de Arte Manuel de Brito, em Algés.

Pelo carinho que sempre dispensou ao Centro, pelo apoio claro e inequívoco concedido às iniciativas que, em despachos de fim de tarde, no seu gabinete de trabalho, lhe eram e são apresentadas, pelas orientações imprimidas à sua actividade, verifica-se que só foi possível, volvidos vinte anos, apresentar obra feita, pela vontade do Dr. Isaltino Morais, que acreditou nas potencialidades de afirmação de domínio científico-cultural que, em termos autárquicos, então era quase desconhecido. De uma actividade elitista, só reservada a uns quantos, a Arqueologia adquiriu, em Oeiras, o pleno direito de uma especialidade técnica, parceira, como as demais, do notável desenvolvimento dos últimos 25 anos. Os resultados até agora alcançados tornam evidente a conclusão de que certos processos, pela sua longa maturação, exigem continuidade e estabilidade na acção política democrática, que não se coaduna com ciclos eleitorais de quatro anos: o projecto que a criação deste Centro representou cedo poderia ter soçobrado, e, com ele, todas as realizações destes primeiros vinte anos, que agora se festejam.

Se outras razões não houvesse, como elucidam os sucessivos Relatórios Anuais de Actividades publicados neste e nos volumes transactos da Revista, os resultados obtidos no notável povoado pré-histórico de Leceia, a aguardar ainda um aproveitamento mais completo e integral, associando-se ao espaço do futuro Museu de Arqueologia de Oeiras, e os dezassete volumes já publicados desta colecção de Arqueologia e de Património Arqueológico, obra sem paralelo em nenhuma outra autarquia portuguesa, com prestígio firmado tanto no nosso país como internacionalmente, bastariam para ilustrar o muito que ao ilustre autarca se fica inteiramente a dever.

Os livros são realizações perenes do espírito: esta colecção, pelos séculos que hão-de vir, será também mais uma evidência do momento histórico que Oeiras vive e no qual temos o privilégio de participar.

*** **

O volume foi organizado a partir de convites endereçados a alguns dos mais prestigiados arqueólogos, tendo presentes as anteriores relações ou proficuas colaborações já anteriormente estabelecidas com o Centro. É com

grande satisfação que se constata, não obstante os múltiplos afazeres profissionais, a resposta positiva ao convite, com textos originais das suas respectivas áreas da especialidade. Cumpre, pois, agradecer aos ilustres académicos e universitários portugueses e espanhóis, Professores Doutores Martín Almagro-Gorbea, Miguel Telles Antunes, Nuno Bicho, António Faustino Carvalho, A. Santinho Cunha, Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Victor S. Gonçalves e Mariano Torres Ortiz, bem como às Mestres Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Ana Catarina Sousa, ambas responsáveis por gabinetes de Arqueologia de autarquias próximas de Oeiras.

A estes, juntaram-se os textos das comunicações apresentadas ao II Colóquio de Arqueologia realizado conjuntamente pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Câmara Municipal de Oeiras, a 3 de Dezembro de 2008. Encontrando-se já previsto o presente volume comemorativo, pareceu bem à Secção de Arqueologia e ao Presidente da Sociedade de Geografia, Prof. Eng. Luís Aires-Barros, que tais contributos pudessem vir enriquecê-lo, aumentando a diversidade e, por conseguinte, o interesse da obra. Sob o tema “Práticas rituais entre o IV milénio e o I Milénio a.C.”, foram apresentadas nove comunicações de arqueólogos a quem, pelo valor dos trabalhos desenvolvidos naquele âmbito foi endereçado convite. Agradece-se, assim, aos Professores Doutores Mariana Diniz, J. C. de Senna-Martinez e Raquel Vilaça, aos Doutores Ana Margarida Arruda, Ana Cristina Martins, António Monge Soares, António Valera e colaboradores, além dos Drs. Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, não só por terem aceite o referido convite, mas também por, sem excepção, terem entregue os originais a tempo de serem agora publicados.

O resultado foi uma obra seguramente útil e importante no quadro da actual investigação arqueológica desenvolvida em Portugal, enriquecida ainda pela publicação de manuscrito inédito do notável arqueólogo Estácio da Veiga, cuja redacção se encontrava em curso em 1874, aquando da sua estada em Mafra, que constitui o último texto do presente volume.

A terminar, importa salientar, de entre os contributos dedicados a aspectos da arqueologia oeirense, o estudo do rico e diversificado conjunto de artefactos culturais recolhidos no decurso dos vinte anos de escavações arqueológicas efectuadas no povoado pré-histórico de Leceia, que integra algumas peças notáveis, algumas já amplamente divulgadas, e ainda, não tanto pela sua beleza ou raridade, mas pelo seu significado histórico-arqueológico, o conjunto de época muçulmana recolhido nas escavações efectuadas no Centro Histórico de Oeiras, aquando da exploração do espaço adjacente ao célebre mosaico romano da rua das Alcássimas. Os escassos vinte e poucos fragmentos cerâmicos ali recolhidos, atestam, pela primeira vez, a ocupação do território oeirense na época califal, juntando-se aos testemunhos arqueológicos recuperados nos últimos anos nas áreas circundantes de Cascais e Sintra, conferindo assim pleno significado aos testemunhos literários da época que chegaram até nós: o tamanho extraordinário das maçãs e das peras, a fertilidade das terras, a qualidade do mel, a abundância da caça, do gado e, sobretudo, do pescado, preciosidades como as minas de ónix e de âmbar, a excelência dos falcões para a caça, o ouro das areias do Tejo e, enfim, o precioso sal. Tais riquezas explicam que tenha sido a região entre Lisboa e Sintra talvez a mais povoada de todo o ocidente do Gharb-al-Andaluz, produzindo também poetas, como Ibne Mucana, natural de Alcábidche que, depois de uma vida de alto funcionário, manifestava o seu contentamento, ao terem-no liberto de responsabilidades oficiais, contente por poder passar os seus últimos anos roçando as silvas da sua terra natal...

Barcarena, 10 de Outubro de 2009



Prof. Doutor João Luís Cardoso

Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Presidente da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa

ÍNDICE

	pág.
Preâmbulo.....	7
DR. ISALTINO AFONSO MORAIS PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS Nos vinte anos do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras	13
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras: Vinte anos em imagens... ..	19
JOÃO LUÍS CARDOSO Estatuetas do Neolítico Final e do Calcolítico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e o simbolismo a elas associado	73
ISABEL CRISTINA FERREIRA FERNANDES, JOÃO LUÍS CARDOSO & MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ Cerâmicas muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras.....	97
MIGUEL TELLES ANTUNES Violence and death rituals among mesolithic men from Muge (Portugal): Evidence from Moita do Sebastião	117
NUNO BICHO Sistemas de povoamento, subsistência e relações sociais dos últimos caçadores-recolectores do Vale do Tejo.....	133
MARIANA DINIZ Ainda antes do 4.º milénio a.C.: As práticas simbólicas das comunidades neolíticas, no ocidente peninsular	157
M. TELLES ANTUNES, J. L. CARDOSO & A. SANTINHO CUNHA Espólio humano da Gruta da Casa da Moura (Cesareda): Observações osteológicas crânio-faciais	175

ÍNDICE (continuação)

pág.

ANA CATARINA SOUSA

Mapear o povoamento estremenho do 4.º e 3.º milénios a.C.:

Um caso de estudo e algumas reflexões sobre os processos de identificação 223

VICTOR S. GONÇALVES

Construir para os mortos, grutas artificiais e antas na Península de Lisboa. Alguma leituras prévias..... 237

JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS

O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta (Óbidos)..... 261

JOÃO LUÍS CARDOSO

O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bovídeos 357

ANTÓNIO CARLOS VALERA & RICARDO GODINHO

A gestão da morte nos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): Novos dados, novos problemas 371

CARLOS TAVARES DA SILVA & JOAQUINA SOARES

Práticas funerárias no Bronze Pleno do litoral alentejano: O Monumento II do Pessegueiro 389

TERESA MATOS FERNANDES

Anexo I – Monumento II do Pessegueiro (Sines) – Estudo antropológico 421

MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO, LUÍS ALVES & ANTÓNIO M. MONGE SOARES

Anexo II – Análise química não destrutiva dos artefactos metálicos provenientes

do Monumento II da necrópole do Pessegueiro 429

ANTÓNIO M. MONGE SOARES, FILIPE J. C. SANTOS, JOKE DEWULF,

MANUELA DE DEUS & ANA SOFIA ANTUNES

Práticas rituais no Bronze do Sudoeste – Alguns dados..... 433

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

Contribuição para o conhecimento do talhe da pedra na Idade do Bronze da Estremadura:

O conjunto do Casal da Torre (Torres Novas) 457

JOÃO CARLOS DE SENNA-MARTINEZ

Armas, lugares e homens: Aspectos das práticas simbólicas na Primeira Idade do Bronze..... 467

RAQUEL VILAÇA

Sobre rituais do corpo em finais do II milénio/inícios do I milénio a.C.:

Do espaço europeu ao território português..... 489

ÍNDICE (continuação)

	pág.
ANA MARGARIDA ARRUDA	
Os espaços funerários e a construção das novas entidades sociais e culturais do Extremo Ocidente Europeu (1.º milénio A.N.E.)	513
MARTIN ALMAGRO-GORBEA & MARIANO TORRES ORTIZ	
Los escarabeos fenicios de Portugal. Un estado de la cuestión	521
CARLOS FABIÃO	
Cetárias, Ânforas e Sal: A exploração de recursos marinhos na <i>Lusitania</i>	555
AMÍLCAR GUERRA	
A propósito do topónimo “Oeiras”: Algumas considerações linguísticas e históricas	595
ANA CRISTINA MARTINS	
O megalitismo no discurso arqueológico português entre o Liberalismo e o Estado Novo: Uma primeira e sumária abordagem	607
SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTACIO DA VEIGA	
Várias Antiguidades do Algarve	
Nota introdutória e comentários de JOÃO LUÍS CARDOSO.....	617
Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras	
Relatório das Actividades desenvolvidas em 2007 e 2008	697

NOS VINTE ANOS DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

Discurso de encerramento do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras na sessão comemorativa (Palácio Anjos – Centro de Arte Manuel de Brito, 9 de Dezembro de 2008)

Senhor Subdirector do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
Senhor Director do Museu Nacional de Arqueologia
Ilustres Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores

O Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras é um serviço da Câmara Municipal de Oeiras cuja criação foi decidida, sob proposta por mim apresentada, em sessão de Câmara, a 2 de Novembro de 1988, tendo sido aprovada por unanimidade. Na altura em que se comemoram os primeiros vinte anos da sua actividade, importa relembrar alguns trechos da referida proposta, que correspondeu ao ponto 41 da Reunião:

“O Doutor João Cardoso, colaborador da Câmara no estudo, descoberta e valorização do património Arqueológico do Concelho, propõe a criação de um Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho no âmbito da Câmara Municipal.

(...)

A criação do Centro de Estudos Arqueológicos tal como é proposto, com atribuições muito bem definidas, justifica a permanência diária de várias pessoas, funcionando como um sector específico da Câmara, vocacionado para o campo da arqueologia, englobando não só acções de estudos, inventariação, restauro, escavações e também divulgação, exposições, visitas, intercâmbio com outras instituições e museus.

A riqueza arqueológica do Concelho de Oeiras, os importantes resultados obtidos nas escavações já efectuadas, a sua ampla divulgação nos órgãos de Comunicação Social e em revistas da especialidade e o já numeroso pedido de escolas para visita às escavações, justificam a criação de um sector específico na Câmara que dê resposta a todas estas solicitações pelo que, proponho a criação do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras”.

À distância de vinte anos, pode dizer-se que os objectivos que presidiram à decisão de criação do Centro – um dos primeiros que, no âmbito do Poder Autárquico foram organizados em Portugal – se mantêm plenamente actuais. A sua criação decorreu, pois, do reconhecimento da importância crescente que, para as populações do presente, representa o conhecimento das sucessivas comunidades humanas que, desde os mais recuados tempos, ocuparam o espaço geográfico hoje correspondente ao concelho de Oeiras, só possível através da Arqueologia.

Ao Prof. Doutor João Luís Cardoso, juntaram-se, desde a criação do Centro, a Dr.^a Conceição André, e um desenhador de arqueologia, o Sr. Bernardo Lam Ferreira. Merecem destaque as largas centenas de jovens que, integrados em Programas OTL, ou a título individual, têm contribuído muito significativamente, com o seu labor, para a afirmação do Centro, tanto nos trabalhos de campo, como nos estudos laboratoriais, desenvolvidos nas suas instalações. Também neste campo o Centro foi pioneiro, pois foi o primeiro serviço da Câmara a instalar-se no Edifício dos Serviços Técnicos, em Paço de Arcos e, quando o local passou a ser demasiado pequeno para as necessidades de trabalho e de acomodação dos espólios arqueológicos, foi também o primeiro, conjuntamente com os Viveiros Municipais, a instalar-se na Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde hoje se encontram.

Ali se realizam as múltiplas tarefas que fazem parte do seu quotidiano de trabalho, como o desenho, a fotografia e o estudo de materiais arqueológicos, acompanhados por diversas actividades laboratoriais, desde a lavagem, marcação e restauro de espécimes, até à respectiva inventariação e arquivo.

Existe ainda um espaço de leitura, aberto a todos os interessados, onde podem ser consultadas publicações obtidas por permuta com a revista periódica “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, editada pela Câmara Municipal de Oeiras através do Centro, desde 1991, sem dúvida a publicação autárquica portuguesa no domínio da Arqueologia com maior longevidade e continuidade. Assim, ao longo dos anos, foi-se constituindo um apreciável acervo bibliográfico especializado na área da Arqueologia, disponível a todos os interessados, integrando, nalguns casos, obras muito difíceis de aceder em outras bibliotecas.

As competências e atribuições deste Serviço foram, de início, fixadas pelo meu Despacho 43/01 de 11 de Julho de 2001, objecto de actualização no âmbito do Regulamento Orgânico da Câmara, em vigor desde 2007, salientando-se as seguintes:

- desenvolver uma estratégia de **investigação do Património Arqueológico**, desde a realização de escavações arqueológicas, ao acompanhamento de obras, nos moldes em que forem definidas com o respectivo órgão de tutela do Governo Central;
- proceder à **inventariação do Património Arqueológico** e assegurar os procedimentos necessários para a sua preservação e classificação, incluindo a actualização da carta arqueológica concelhia;
- promover actividades no âmbito da **valorização e divulgação do Património Arqueológico local e regional**, contemplando a realização de colóquios, exposições, visitas guiadas e palestras;
- assegurar a manutenção e **gestão das exposições permanentes de arqueologia**, incluindo o espaço arqueológico do povoado pré-histórico de Leceia e a Sala de Arqueologia, na Fábrica da Pólvora de Barcarena;
- **garantir a publicação sistemática dos resultados das investigações arqueológicas realizadas** na série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, bem como elaboração de desdobráveis, folhetos e publicações de divulgação, de grande tiragem.

Estas acções têm sido concretizadas, ao longo dos vinte anos de existência deste Centro, através de importantes iniciativas, das quais de destacam, no que respeita à **Investigação do Património Arqueológico**, as seguintes intervenções arqueológicas, além de outras de menor expressão:

- a escavação do povoado pré-histórico de Leceia, ao longo de vinte anos consecutivos, entre 1983 e 2002, constituindo um dos mais prolongados trabalhos arqueológicos realizados em Portugal, a que se seguiu a recuperação e valorização integral da área escavada. Esta preocupação, permitiu a fruição, ainda no decurso da realização das escavações, da estação arqueológica, através das visitas guiadas a cargo do Centro, especialmente dedicadas às populações escolares do concelho de Oeiras dos e concelhos limítrofes, as quais passaram a constituir um dos seus vectores de actuação mais importantes. Com efeito, as imponentes estru-

- turas defensivas ali construídas na primeira metade do III milénio antes de Cristo, fazem desta estação arqueológica uma das mais importantes, no seu género, de toda a Península Ibérica;
- a escavação do povoado pré-histórico do Carrascal, entre 2000 e 2005, com importante presença do Neolítico Antigo, correspondente aos mais recuados vestígios das primeiras sociedades produtoras, estabelecidas na região nos inícios do V milénio antes de Cristo;
 - a escavação da *villa* romana de Oeiras, entre 2001 e 2007 onde, na área adjacente a um pavimento de mosaico policromo, conhecido desde 1903, retirado para restauro no âmbito da recuperação geral do edifício, adquirido pela Câmara para a instalação de jovens agregados familiares, se encontraram testemunhos da Idade do Ferro, e outros, ainda mais antigos, que comprovam ter o subsolo da actual vila de Oeiras sido ocupado no final do Calcolítico e, depois, no decurso do Bronze Final. Outro importante resultado das investigações ali conduzidas, foi a identificação, pela primeira vez no território oeirense, de uma presença islâmica, por ténue que seja, remontando ao período califal;
 - a escavação da *villa* romana de Leião, em Setembro e Outubro do corrente ano, a qual pôs à vista a parte urbana de um domínio rural da primeira metade do século I da nossa era, com importantes estruturas e abundantes materiais arqueológicos cujo estudo, estou certo, ocuparão o Prof. Doutor João Luís Cardoso e a sua equipa nos próximos tempos;
 - a intervenção preliminar nas Ferrarias del Rey, na zona norte da Fábrica da Pólvora de Barcarena, onde foi possível identificar o antigo edifício das ferrarias, anterior à Fábrica da Pólvora, cujo valor arqueológico-patrimonial justifica uma acção de maior fôlego, prevista para o próximo ano, antecedendo a recuperação de toda a área envolvente. Esta acção vem, aliás, no seguimento do importante papel desempenhado pelo Centro na concepção, organização e montagem do Museu da Pólvora Negra, através da integração do seu coordenador numa equipa pluridisciplinar dirigida pelo Prof. António Quintela, cujos resultados também se exprimiram por importantes obras publicadas sobre a Fábrica da Pólvora.

Nos últimos seis anos, devido à visibilidade atingida pela actuação do Centro, o número de intervenções arqueológicas de carácter preventivo, ou acompanhamentos de obras, decorrentes em geral da ocupação urbana dos terrenos, subiu significativamente.

Tais acções resultaram de solicitações por parte de outros serviços da Autarquia ou do órgão de tutela do Governo, por iniciativa própria, ou ainda em consequência de indicações de munícipes, o que muito me apraz registar. Estão neste caso as intervenções realizadas no âmbito da construção de infraestruturas da urbanização do Parque de Santa Cruz (Carnaxide), em que se identificou um troço do antigo aqueduto das Francesas, subsidiário do Aqueduto das Águas Livres; no subsolo da Biblioteca Operária Oeirense; no Alto dos Barronhos (Carnaxide); no Casal das Chocas (Porto Salvo); e no antigo Forte de Nossa Senhora da Conceição (Algés), em que se identificaram importantes elementos arquitectónicos da fortificação, até então ignorados, incluídos com sucesso no novo projecto que foi preciso realizar.

Merecem destaque diversos acompanhamentos de grandes obras efectuados pelo Centro, como a construção viária na Zona Oeste de Porto Salvo, cujo traçado contemplou a existência da gruta pré-histórica da Ponte de Lage, anteriormente reexplorada pelo Centro em 1995; a movimentação de terras no Parque dos Poetas, onde se sabia da existência de diversas estações arqueológicas, entre as quais algumas que forneceram importantes espólios abrangidos pelo Protocolo hoje assinado com o Museu Nacional de Arqueologia; a construção de infraestruturas no Centro Histórico de Paço de Arcos; a construção da EN 249-3, variante nó de Oeiras da A5/São Marcos; o plano de ordenamento e reconversão de Leceia-Sul; a construção da rede viária do Lagoas-Parque; e o alargamento do IC 19, entre outras acções em que o Centro de Estudos Arqueológicos esteve directamente envolvido.

Tão intenso envolvimento, revela a boa inserção do Centro no tecido social do concelho e na própria orgânica do Município, corporizada pela procura de uma colaboração institucional, por parte de diversas entidades, que importa ser convenientemente valorizada. Só através deste tipo de colaborações, o Património Arqueológico se poderá afirmar como um contribuinte válido para o progresso e bem estar do concelho de Oeiras, tornando-se parceiro desse grande desígnio partilhado por todos.

Para convenientemente proceder à **divulgação do Património Arqueológico** concelhio, houve que recorrer a diversos meios, consoante os destinatários. Entre todos, merece destaque a revista **“Estudos Arqueológicos de Oeiras”**. É através desta revista, criada para dar público conhecimento das actividades desenvolvidas no Centro, que a visibilidade da sua actuação se tem manifestado com mais intensidade.

Ascendem a dezasseis os volumes publicados desde 1991, sendo o que hoje se apresenta apenas a mais recente expressão deste notável labor, corporizado por mais de sete mil páginas impressas, correspondendo a dezenas de artigos subscritos por outros tantos colaboradores, abarcando todos os períodos da Pré-História, para se projectar pela Proto-História, Período Romano, Arqueologia Medieval e Pós-Medieval, Arqueologia Regional, Arqueologia Urbana, Arqueologia Industrial, Numismática e estudos especializados sobre as matérias-primas utilizadas em diversas épocas.

Importa sublinhar que esta publicação é permutada com mais de 150 revistas periódicas especializadas, da Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Marrocos e Mónaco, cabendo a maioria à Espanha, com mais de 70 títulos permutados, para além de cerca de 60 revistas nacionais de Arqueologia e Património, o que bem evidencia a sua valia científica, claramente afirmada aquém e além-fronteiras.

É também neste grande desígnio de dar vida ao Património arqueológico que se inscrevem as **Acções de extensão educativa e de gestão de espaços culturais**.

Tais acções encontram a sua melhor expressão nas dezenas de visitas guiadas, anualmente realizadas ao povoado pré-histórico de Leceia, desde 1988, sobretudo a pedido de estabelecimentos de diversos graus de ensino do concelho de Oeiras, revelando o hábito, já adquirido, de solicitarem regularmente tal apoio educativo.

As visitas de grupos sócio-profissionais, de instituições diversas e de alunos universitários, incluindo grupos estrangeiros, completam o conjunto dos visitantes que todas as semanas são ali recebidos. Tais visitas completam-se com a da Exposição Permanente do povoado pré-histórico de Leceia, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, cuja gestão é também da responsabilidade do Centro, organizada no seguimento da primeira exposição que o Museu Nacional de Arqueologia realizou, em 1997, em parceria com uma Autarquia. Esta exposição veio, aliás, a suceder à primeira mostra pública sobre arqueologia oeirense, realizada em Fevereiro de 1987 no Palácio do Egipto, em Oeiras, cujo êxito constituiu para mim a prova decisiva para a consagração desta então nova valência entre as atribuições da Câmara Municipal de Oeiras.

Resumindo...

Muitas outras actividades de carácter técnico-científico e didáctico têm sido desenvolvidas pelo Centro. Destaco ainda as seguintes: participação em numerosas reuniões científicas com comunicações relativas à arqueologia oeirense; prestação de informações e apoio, tanto a outros serviços da Câmara como a entidades externas incluindo Museus e Universidades; participação com comunicação em reuniões científicas do âmbito da Arqueologia de Oeiras, tanto em Portugal como no Estrangeiro; apoio a associações culturais ou sócio-profissionais, bibliotecas e sectores educativos de diversas autarquias, além de órgãos de comunicação social local, regional ou nacional, bem como aos órgãos governamentais da tutela.

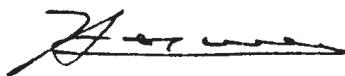
O Centro de Estudos Arqueológicos tem pautado a sua intervenção por critérios cívicos, sempre presentes, a começar pelo atendimento de munícipes interessados em conhecer o passado humano do espaço que hoje habitam,

incluindo também entre as suas actividades a apresentação de palestras sobre a Arqueologia oeirense em escolas e em diversas associações existentes no concelho de Oeiras. Crê-se, com efeito, que a melhor forma de despertar a população em geral e a do concelho de Oeiras, em particular, para a valia do seu património arqueológico, é estudá-lo e, depois, torná-lo vivo e actual, demonstrando o seu efectivo interesse para a formação de cidadãos livres e responsáveis, cada vez mais e melhor informados.

Os resultados obtidos pelo Centro, que sucintamente enunciei, ao longo destes vinte anos, revelam-se altamente positivos, creditando a estratégia adoptada desde a primeira hora em Oeiras. Ciente que só uma investigação consequente e, em tantos casos, morosa, pode conduzir à boa divulgação, o Prof. Doutor João Luís Cardoso soube conduzir sem desfalecimento tão exigente tarefa. Estou certo que não houve um único dia da sua vida, ao longo destes últimos vinte anos, em que não pensasse no Centro e nos seus trabalhos, que tão dedicada e competentemente dirige, desde a sua criação. A Câmara, em reconhecimento dos seus serviços, atribuiu-lhe o seu mais alto galardão, a Medalha de Mérito Municipal-Grau Ouro, no dia 7 de Junho de 1995, que mais não podia. Por isso, é de estrita justiça, nesta sessão comemorativa que tenho a honra de encerrar, apresentar, em nome da Câmara Municipal de Oeiras, o meu maior agradecimento ao Prof. Doutor João Luís Cardoso e dizer-lhe, como o fiz desde o já longínquo dia em que o conheci, ainda Assistente universitário, há mais de 22 anos, aquando da minha primeira visita ao povoado pré-histórico de Leceia, trajando como um vulgar cabouqueiro e coberto de terra e de pó, que pode continuar a contar com meu o empenho e o meu apoio, porque é a Câmara Municipal de Oeiras que se orgulha de poder contar com um colaborador de tão alta dimensão científica e humana.

Algés, Centro de Arte Moderna Manuel de Brito, 9 de Dezembro de 2008

O PRESIDENTE



Isaltino Afonso Morais

**CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DO CONCELHO DE OEIRAS:
VINTE ANOS EM IMAGENS...**

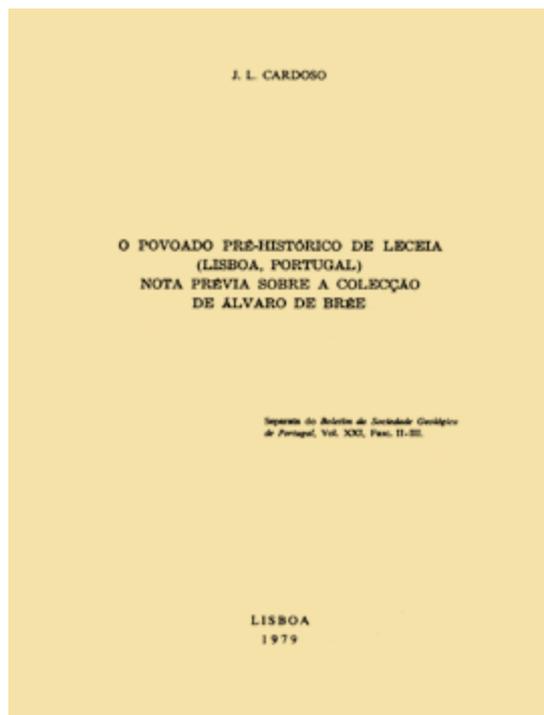
O. DA VEIGA FERREIRA
JOÃO LUÍS CARDOSO

*Flauta, chamariz ou negaça de caça
de osso encontrada no
Castro de Liceia [Barcarena]*



LISBOA

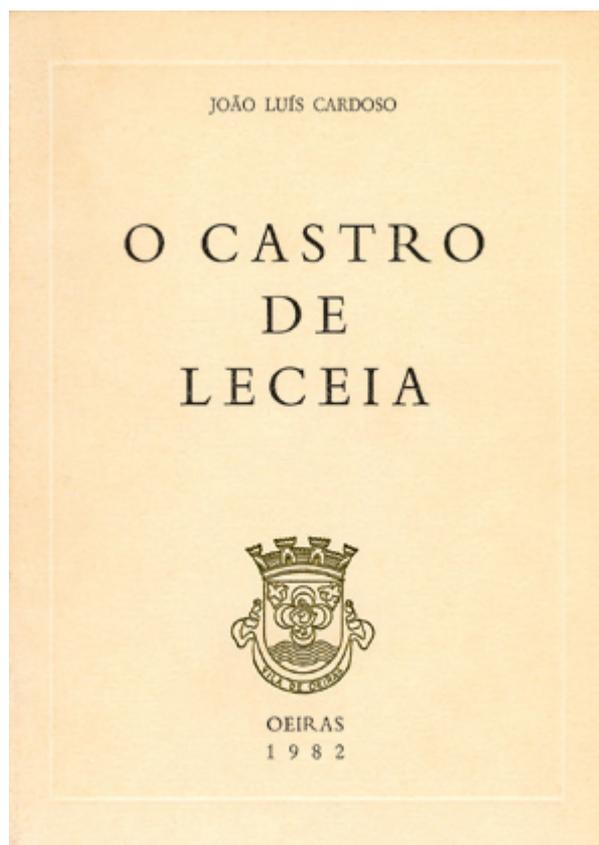
1975 – Separata da primeira publicação dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia no âmbito do estudo sistemático da estação iniciado em 1971 pelo segundo dos signatários. “Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa”, Série III, (1975).



1979 – Separata do estudo prévio sobre a colecção arqueológica reunida pelo Escultor Álvaro de Brée do povoado pré-histórico de Leceia.



1979 – Separata da publicação sobre os resultados da análise química de peças de cobre do povoado pré-histórico de Leceia; trata-se do primeiro trabalho publicado em Portugal, recorrendo a métodos não destrutivos, para o conhecimento das ligas metálicas pré-históricas.



1982 – Primeira publicação da Câmara Municipal de Oeiras dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia.



1983 – 1.ª campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1984 – 2.^a campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1984 – Prospecção no Alto das Cabeças na actual área ocupada pelo Taguspark.



1985 – 3.^a campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1985 – Visita de trabalho de Carlos Tavares da Silva e de Joaquina Soares ao povoado pré-histórico de Leceia.



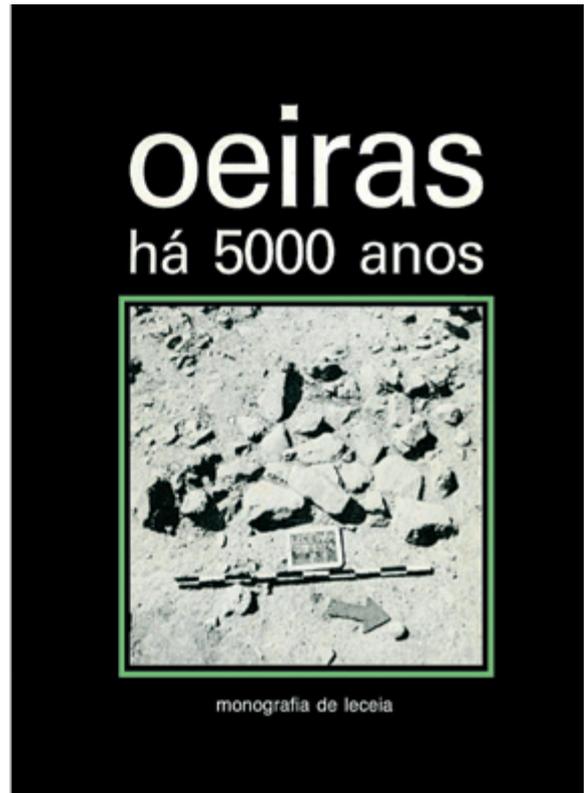
1986 – 4.^a campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1986 – Primeira visita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia.



1986 – Escavações na estação da Idade do Ferro de Outurela I.



1987 – Inauguração da exposição “Oeiras há 5000 anos”, no Palácio do Egipto (Oeiras) e respectiva monografia.



1987 – Visita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia, no decurso da 5.^a campanha de escavações.



1988 – 6.^a campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1989 – Inauguração da exposição de arqueologia no moinho existente no povoado pré-histórico de Leceia, depois de recuperado. Entre os presentes, uma delegação do Município de Oeiras do Piauí (Brasil), e o Dr. Fernando Real, então Director do Departamento de Arqueologia do IPPC.



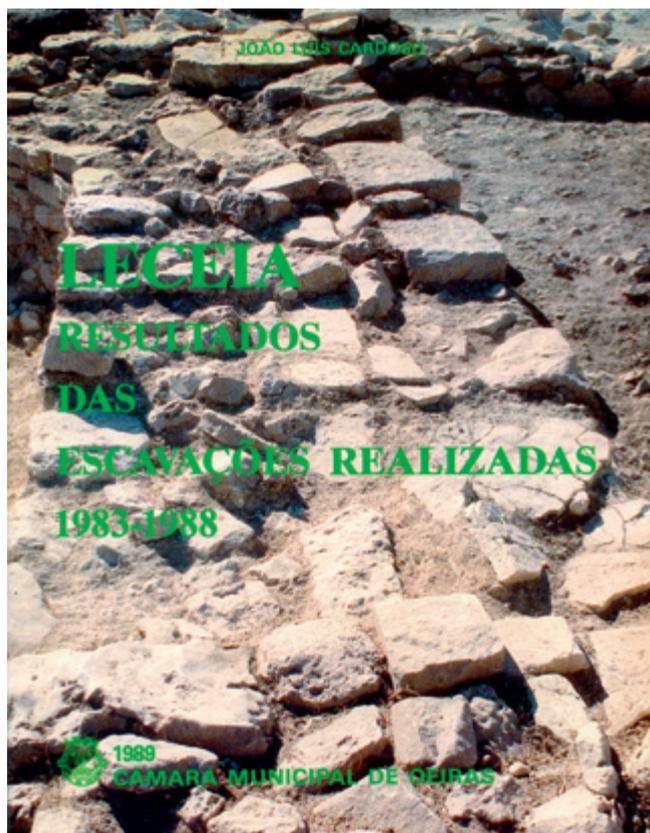
1989 – Visita de grupo da agora designada Universidade Sénior de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia e ao Centro de Estudos Arqueológicos, então instalado no Edifício dos Serviços Técnicos, em Paço de Arcos.



1989 – Visita de grupo de Deputados da Assembleia da República ao Centro de Estudos Arqueológicos, então instalado no Edifício dos Serviços Técnicos, em Paço de Arcos.



1989 – Inauguração da exposição de arqueologia no Jardim de Oeiras, por ocasião das Festas do Concelho.



1989 - Apresentação da publicação "Leceia resultado das escavações realizadas, 1983-1988".



1990 – 8.^a campanha de escavações no povoado pré-histórico de Leceia.



1990 – Visita de escola de 1.^o Ciclo do concelho ao povoado pré-histórico de Leceia.



1990 - Limpeza do mosaico romano de Oeiras.



1990 - Estudo de materiais arqueológicos pelo Professor Doutor G. Zbyszewski no Centro de Estudos Arqueológicos, então instalado no Edifício dos Serviços Técnicos, em Paço de Arcos.



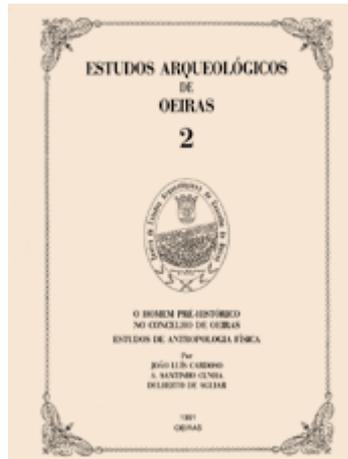
1991 – Visita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia, no decurso da 9.ª campanha de escavações.



1992 – Vista aérea do povoado pré-histórico de Leceia.



1992 – Trabalhos de consolidação e restauro de estruturas arqueológicas no povoado pré-histórico de Leceia.



1992 – Apresentação do número 2 da colecção “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.



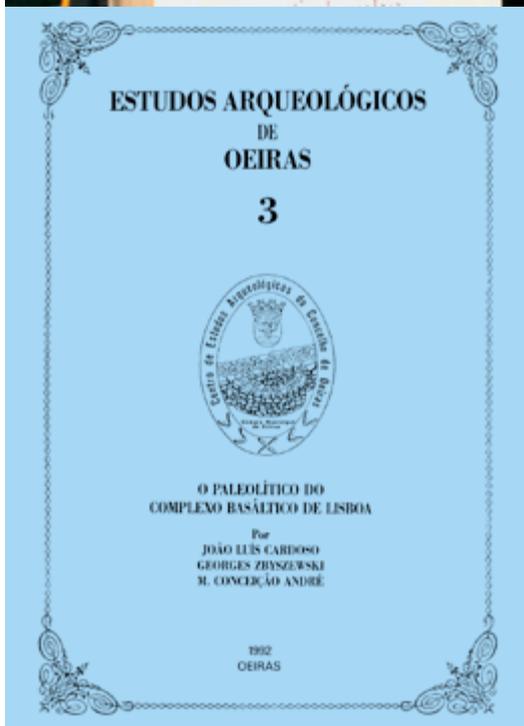
1992 – Visita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia, no decurso da 10.^a campanha de escavações.



1992 – Momento da remoção, em Dezembro, da estela funerária romana de Mária Búcia encontrada no Alto da Peça – Vinagre, Cacilhas, e actualmente depositada no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, por oferta do senhor Germano Canas e seu Filho (na foto).



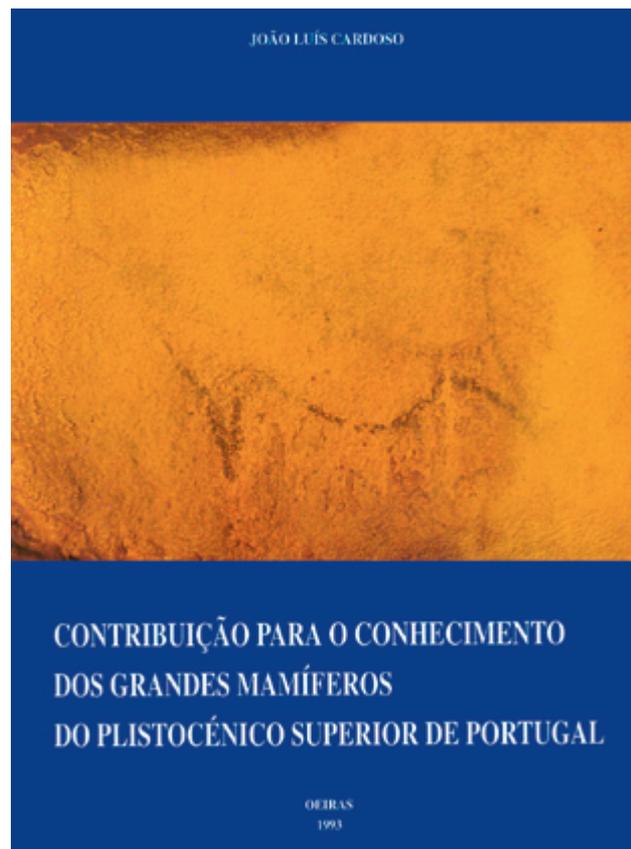
1993 – Visita ao povoado pré-histórico de Leceia dos Professores Doutores Georges Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira.



1993 – Apresentação do número 3 da colecção “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.



1993 - Escavações da Gruta da Ponte da Laje.



1993 – Apresentação da Tese de Doutoramento de João Luís Cardoso, no Dia do Município.



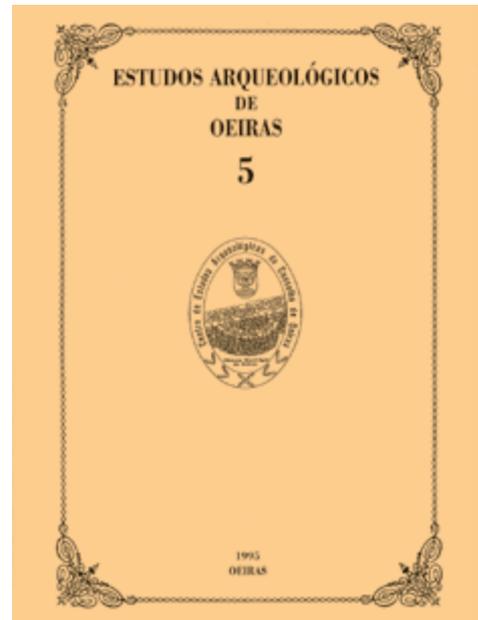
1993 – Visita do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao povoado pré-histórico de Leceia, no decurso da 11.ª campanha de escavações.



1994 – Apresentação da Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras e do número especial da colecção “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.



1995 – Escavações arqueológicas num dos Fornos da Cal de Paço de Arcos e seu aspecto actual, depois da recuperação efectuada.



1996 – Apresentação do número 5 da colecção “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, por ocasião da inauguração do edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras., com a presença do Ministro da Cultura, Prof. Doutor M. M. Carrilho.



1996 – Entrega a João Luís Cardoso, pelo Ministro da Ciência e do Ensino Superior, Prof. Mariano Gago, do Prémio Prof. Carlos Teixeira, da Academia das Ciências de Lisboa, atribuído à sua Tese de Doutoramento, publicada em 1993 pela Câmara Municipal de Oeiras, em sessão presidida pelo Prof. José Pinto Peixoto.



1997 – Apresentação do número 6 da colecção “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.



1997 – Inauguração da exposição “O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.”, no Museu Nacional de Arqueologia e respectivo catálogo.



1997 – Visita do Dr. José Hermano Saraiva ao povoado pré-histórico de Leceia, no âmbito das gravações do programa “Horizontes da Memória” para a RTP 2.



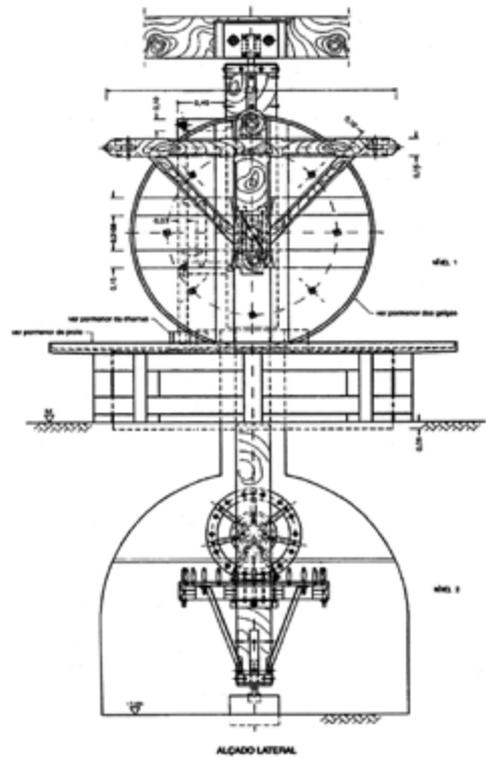
1998 – Escavações no subsolo do edifício da Biblioteca Operária Oeirense.



1998 – Inauguração da exposição monográfica permanente dedicada ao povoado pré-histórico de Leceia na Fábrica da Pólvora de Barcarena.



1998 – Visita do Presidente da República à Exposição Permanente de Arqueologia, alusiva ao povoado pré-histórico de Leceia, instalada na Fábrica da Pólvora de Barcarena.



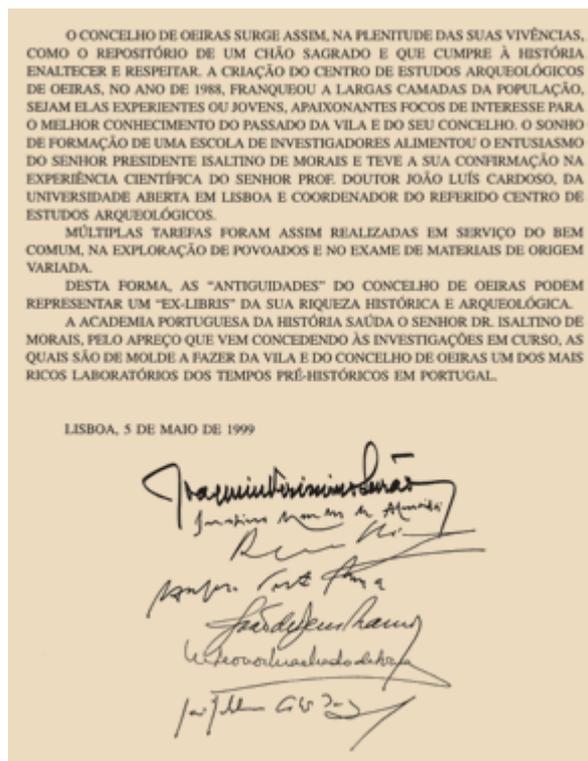
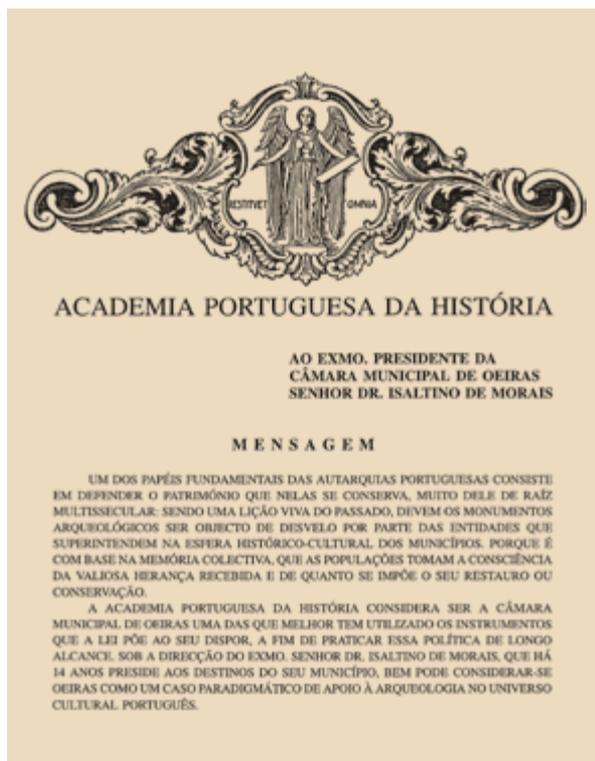
1998 – Concepção, organização e montagem do Museu da Pólvora Negra, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, em equipa coordenada pelo Prof. Doutor António Quintela e duas das publicações produzidas pela referida equipa.



1998 – Entrega do Prémio Dr. Possidónio Laranjo Coelho, da Academia Portuguesa da História, pelo Prof. Joaquim Veríssimo Senão, atribuído à obra “O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C”, publicada pela Câmara Municipal de Oeiras.



1999 – As novas instalações do Centro de Estudos Arqueológicos na Fábrica da Pólvora de Barcarena, edifício 31. Andar térreo, área de tratamento, acondicionamento e arquivo de materiais arqueológicos.



1999 – Mensagem do Conselho Académico da Academia Portuguesa da História ao Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, saudando-o pela importância do apoio concedido às investigações arqueológicas desenvolvidas no âmbito do respectivo Centro de Estudos Arqueológicos. Assina o documento o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Presidente), o Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida (1.º Vice-Presidente), o Doutor Roberto Gulbenkian (2.º Vice-Presidente), o P.º Henrique Pinto Rema (Secretário-Geral), o Embaixador João de Deus Ramos (Vice-Secretário-Geral), a Prof.ª Doutora Maria Leonor Machado de Sousa (1.ª Vogal) e o Major-General José Guilherme Calvão Borges (2.º Vogal). Documento publicado no volume 7 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras” (1997/1998).



1999 – As novas instalações do Centro de Estudos Arqueológicos na Fábrica da Pólvora de Barcarena, edifício 31. Andar superior, com biblioteca de publicações arqueológicas formada por permutas mantidas com a série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.



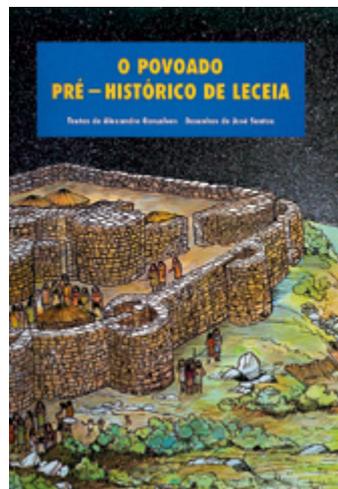
1999 – Visita do grupo internacional “Archéologie et Gobelets” ao povoado pré-histórico de Leceia.



2000 – Limpeza e consolidação do mosaico romano de Oeiras, depois de removido do terreno.



2000 – Corte arqueológico realizado sob o pavimento do mosaico romano de Oeiras, após a remoção deste.



2001 – Apresentação do livro de banda desenhada “O povoado pré-histórico de Leceia”, de Alexandre Gonçalves e José Santos.



2001 - 1.^a campanha de escavações povoado do neolítico do Carrascal.



2002 - Escavações preventivas no sítio pré-histórico do Alto dos Barrinhos.



2002 - 2.^a campanha de escavações no povoado neolítico do Carrascal, observando-se, em baixo, uma estrutura de combustão.



2002 – Entrega do Prémio Aboim Sande Lemos, da Academia Portuguesa da História, atribuído à obra “Sítios, Pedras e Homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras”, publicada pela Câmara Municipal de Oeiras.



2002 – Intervenção preventiva no Parque de Santa Cruz – Aqueduto das Francesas (Carnaxide).



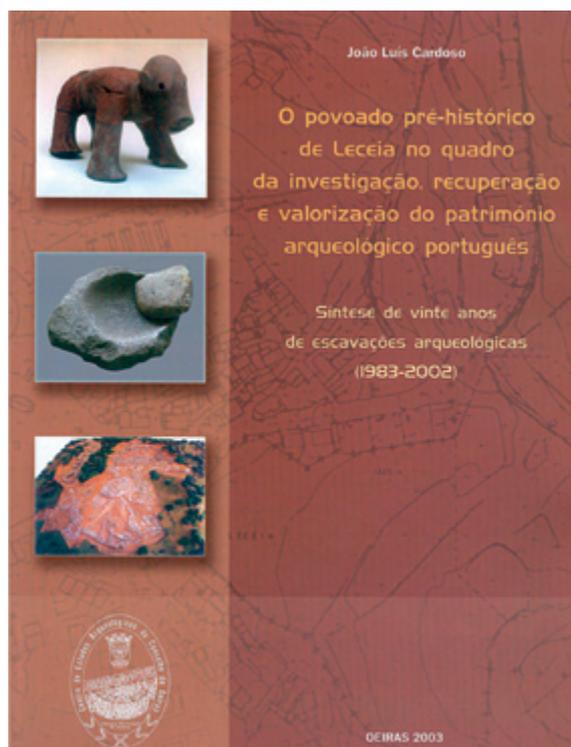
2003 – Intervenção preventiva no Forte de Nossa Senhora da Conceição (Algés) e seu aspecto na actualidade (2008), com a integração dos elementos arqueológico-arquitectónicos identificados no novo edifício.



2003 – 3.^a campanha de escavações no povoado neolítico do Carrascal.



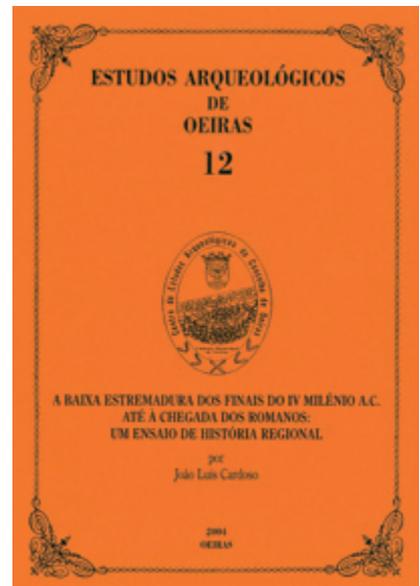
2003 – Inauguração da qualificação arquitectónica da entrada do povoado pré-histórico de Leceia.



2003 – Apresentação do livro “O povoado pré-histórico de Leceia no quadro da investigação, recuperação e valorização do património arqueológico português”, editado pela Câmara Municipal de Oeiras.



2004 – 4.^a campanha de escavações no povoado neolítico do Carrascal.



2004 – Entrega do Prémio Pedro da Cunha Serra, da Academia Portuguesa da História, atribuída à obra “A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional”, publicada pela Câmara Municipal de Oeiras.



2005 – Inauguração das novas instalações do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras na Fábrica da Pólvora de Barcarena, edifício 32, no dia 24 de Julho, e apresentação, na mesma ocasião, do número 14 dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”



2006 – Sondagem arqueológica no casal tardo-romano da Serra de Carnaxide.



2006 – Vista parcial dos trabalhos de picagem de paredes realizados na galeria das rodas hidráulicas do edifício das Ferrarias del Rey, na Fàbrica da Pólvara de Barcarena, tendo em vista a identificação de pré-existências estruturais, visíveis na foto de cima.



2007 - 4.^a campanha de escavações no mosaico romano de Oeiras, no decurso da qual onde se identificou uma parte daquela peça musiva, ainda desconhecida.



2007 – Remoção de concreções calcárias acumuladas sobre as cantarias da primitiva galeria dos engenhos das Ferrarias d'El Rey, na Fábrica da Pólvora de Barcarena.



2007 – Perspectiva dos resultados dos trabalhos realizados no cunhal da galeria das rodas hidráulicas das Ferrarias d' El Rey, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, evidenciando-se diversos elementos estruturais do edifício primitivo.



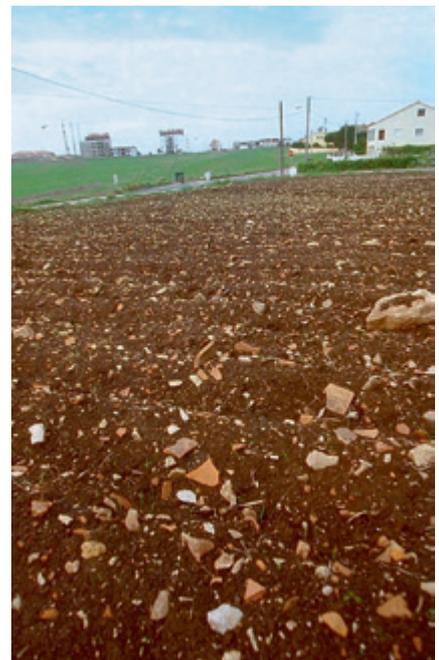
2007 – Cerimónia inaugural do I Colóquio de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras e aspecto de uma das sessões de trabalho.



2008 – Visita ao povoado pré-histórico de Leceia dos participantes do Encontro Internacional “Vasos Campaniformes – símbolos de uma Comunidade Cultural Europeia há 5000 anos” e à respectiva Exposição Permanente na Fábrica da Pólvora de Barcarena.



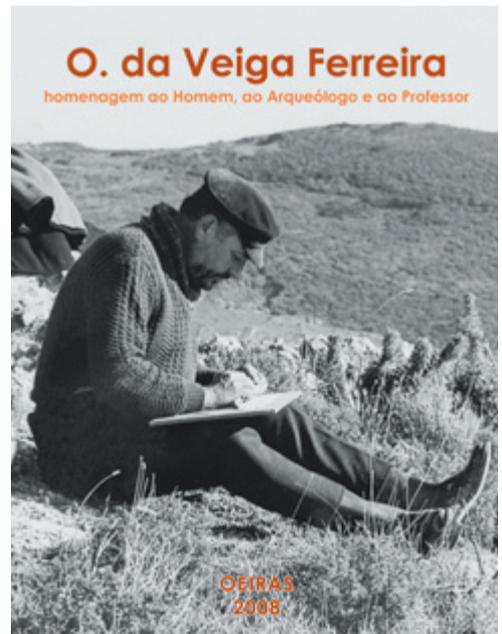
2008 – Visita ao povoado pré-histórico de Leceia no âmbito da celebração do Dia Internacional dos Museus, em coordenação com o Museu Nacional de Arqueologia.



2008 – Sondagem por geo-radar dos terrenos ocupados pela *villa* romana de Leião, e achados de superfície no mesmo local quando o terreno se encontrava lavrado.



2008 – Escavações na *villa* romana de Leião.



2008 – Comemorações dos vinte anos do Centro de Estudos Arqueológicos no Palácio Anjos – Centro de Arte Moderna Manuel de Brito, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, incluindo a assinatura de um Protocolo com o Museu Nacional de Arqueologia e a apresentação do volume de homenagem ao Prof. Doutor O. da Veiga Ferreira.



Algumas das publicações sobre temática arqueológica editadas pela Câmara Municipal de Oeiras, de 1982 a 2008.

ESTATUETAS DO NEOLÍTICO FINAL E DO CALCOLÍTICO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS) E O SIMBOLISMO A ELAS ASSOCIADO*

João Luís Cardoso¹

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão apresentados os cinquenta e três artefactos relacionados com o simbólico recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), de cerâmica, osso e pedra polida ou afeiçãoada. Embora alguns já tenham sido por diversas vezes publicados, é a primeira vez que se apresenta um estudo do conjunto sobre a colecção reunida, no decurso das escavações ali realizadas entre 1983 e 2002, incluindo os que até agora se mantinham inéditos.

2. LOCALIZAÇÃO E BREVE CARACTERIZAÇÃO CRONOLÓGICA-CULTURAL

O povoado pré-histórico de Leceia situa-se em esporão rochoso constituído por calcários recifais do Cenomano superior, formando escarpa voltada a sul, dominando, do alto da encosta direita, o vale da ribeira de Barcarena, a cerca de três quilómetros, em linha recta, da sua confluência com o estuário do Tejo (Fig. 1).

Embora o sítio fosse já conhecido desde 1878 (RIBEIRO, 1878), constituindo o primeiro povoado pré-histórico objecto de uma publicação monográfica em Portugal, as escavações sistemáticas tiveram apenas início em 1983, prosseguindo ininterruptamente nos vinte anos seguintes, sob a direcção do signatário (CARDOSO, 2003). A concretização de tão ambicioso e prolongado programa de trabalhos permitiu evidenciar um vasto e complexo povoado fortificado, ocupando uma área de cerca de 11 000 m², integrando três linhas defensivas, reforçadas exteriormente por bastiões de planta semi-circular, constituídos por grandes blocos calcários de origem local, cimentados por argamassa de argila carbonatada margas, também disponível localmente.

A estratigrafia confirmou a larga diacronia na ocupação da plataforma, já indicada pela variedade tipológica dos materiais previamente encontrados, com início no Neolítico Final, ao longo da segunda metade do IV milénio a.C., caracterizada pela existência de duas produções cerâmicas características, os recipientes carenados e os de bordos denteados (CARDOSO, 2007). Sucede-se, após um curto período de abandono, que poderia corresponder a algumas dezenas de anos (CARDOSO & SOARES, 1995, 1996), a construção, nos primórdios do Calcolítico Inicial (2900/2800 a.C.), e de uma só vez, do referido dispositivo defensivo, o qual viria a conhecer ulteriores arranjos e reforços; corresponde-lhe do ponto de vista do registo material, as produções cerâmicas decoradas por cane-

* Desenhos de B. L. Ferreira. Fotos de B. L. Ferreira, de M. C. André e de J. L. Cardoso.

¹ Professor catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).



Fig. 1 – Localização do povoado pré-histórico de Leceia no curso inferior da ribeira de Barcarena (visto de jusante para montante) e na Península Ibérica.

luras, de fina manufactura, representadas pelos recipientes de paredes verticais e fundo em geral levemente convexo, com decorações geométricas – são os chamados “copos” – os quais, cerca de 2600/2500 a.C. são por sua vez substituídos pelas produções características do Calcolítico Pleno: os padrões em “folha de acácia” e em “crucífera”, aplicados tanto a grandes recipientes esféricos (“vasos de provisões”), como a recipientes de menores dimensões, sucedâneos dos já produzidos anteriormente. É nesta etapa da ocupação do sítio que se verifica a emergência das produções campaniformes, as quais acompanham, a partir dos finais da primeira metade do III milénio a.C., as produções anteriores, antes do abandono definitivo do povoado verificado no final do 3º. Quartel do referido milénio.

3. INVENTÁRIO

Os exemplares a que se atribuiu significado ideotécnico, de barro, osso, marfim e rochas diversas, com predomínio quase exclusivo do calcário, provêm de depósitos arqueológicos reportáveis às três fases culturais acima sumariamente referidas, respectivamente a C. 4 (Neolítico Final); a C. 3 (Calcolítico Inicial); e a C. 2 (Calcolítico Pleno). Desta forma, serão descritos, sucessivamente, tendo presente a respectiva cronologia, conforme a seguir se indica, correspondendo a respectiva sequência numérica, indicada em cada uma das figuras à sua localização na planta da área escavada, que corresponde à Fig. 30.

3.1. Neolítico Final

São seis os artefactos ideotécnicos que provêm de contextos do Neolítico Final, a seguir descritos.

Estatuetas zoomórficas. Duas estatuetas de terracota (porcas) de coloração vermelho-acastanhada, e interior anegrado. A superfície mostra-se regularizada e com aguada avermelhada; foram reconstituídas a partir dos fragmentos recolhidos na C.4, atribuída à referida cronológico-cultural (Fig. 2 a 4).

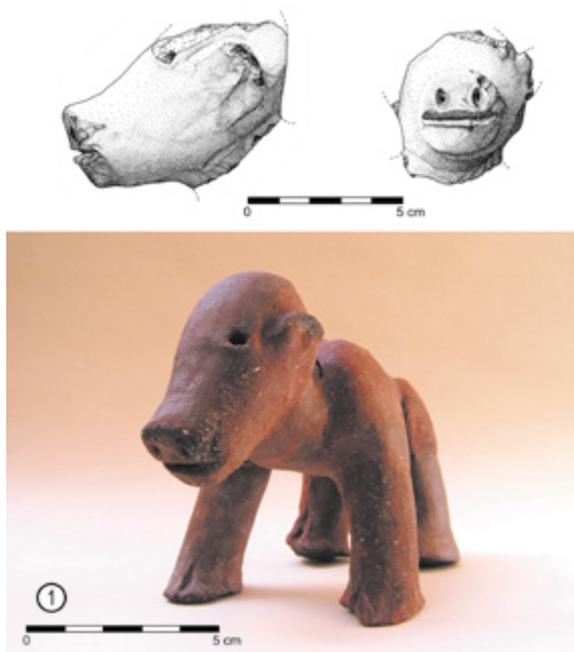


Fig. 2 – Pormenor da cabeça de uma das porcas de terracota e respectivo exemplar reconstruído. Neolítico Final.

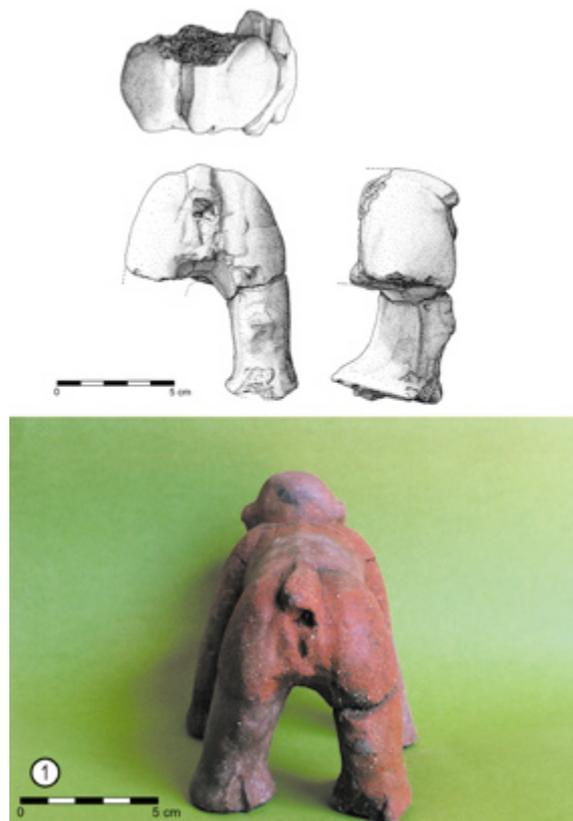


Fig. 3 – Pormenor da parte posterior do corpo da porca de terracota da Fig. anterior, evidenciando-se o realismo com que foi representada a região vaginal, destacando-se a zona dos grandes lábios muito proeminente, característica da época do cio. Neolítico Final.



Fig. 4 – Pormenor da cabeça do segundo exemplar representando porca, recolhido junto do anterior, e respectiva reconstrução. Neolítico Final.

O interior é cinzento-anegrado, e encontra-se incompleto na parte proximal, além de mostrar pequenas fracturas e partes em falta (Fig. 5).

A sua atribuição ao Neolítico Final decorre da própria natureza fálica, já que, como se sabe, no Calcolítico, o princípio masculino foi geralmente substituído pela omnipresente divindade feminina, a deusa-mãe que, sob múltiplas formas, atributos e suportes, tão bem se encontra representada em Leceia, como adiante se verá.

São muito escassas as representações fálicas sob a forma de pequenas estatuetas, na pré-história portuguesa. Um dos exemplares mais notáveis, afeiçoado em calcário, provém de uma das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, e possui cerca de 60 mm de comprimento máximo e secção elipsoidal (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961, Pl. II).

Outro exemplar, com cerca de 110 mm de comprimento, igualmente de calcário, provém do monumento funerário da Praia das Maças (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969, Pl. G, n.º. 83); desprovido de indicações estratigráficas, pode pertencer tanto à fase neolítica como às fases mais modernas de ocupação daquele complexo hipogeio, ali identifi-

Nota-se que um exemplar comprova o carácter feminino das representações, com a indicação clara do órgão sexual, incluindo a região dos grandes lábios, de modo muito realista, atribuível a porca na época do cio (Fig. 3).

É de salientar este facto, o qual, associado à natureza do próprio animal representado, conhecido pelo seu carácter prolífico, está evidentemente associado à representação da fertilidade (CARDOSO, 1996).

Pode afirmar-se, em conclusão, que, no decurso da segunda metade do IV milénio a.C., a crescente importância da economia agro-pastoril, depois reforçada, ao longo de todo o III milénio a.C., justificou a existência de tais estatuetas, simbolizando a cada vez maior dependência das comunidades das boas colheitas e da abundante procriação dos animais domésticos, à qual não escaparia a que se encontrava sedeada em Leceia.

Estatueta fálica. Também de terracota e atribuível ao Neolítico Final é uma estatueta fálica conservada na colecção do escultor Álvaro de Brée (CARDOSO, 1980, 1981), já publicada (CARDOSO, 1995 a). Tal como os exemplares anteriores, a superfície apresenta-se castanho-avermelhada e regularizada, possuindo ténue engobe, ou aguada avermelhada, ainda que muito mal conservada.



Fig. 5 – Ídolo fálico de terracota, incompleto na parte inferior, evidenciando a abertura do meato uretral. Note-se a existência de uma aguada avermelhada em todo o exemplar, idêntica à que revestia as duas estatuetas. Recolha de superfície atribuível ao Neolítico Final.

cadavres ulteriormente (GONÇALVES, 1982/1983). Pode ainda referir-se uma estatueta de terracota, de aspecto fálco, recolhida na *tholos* do Escoural (SANTOS & FERREIRA, 1969), naturalmente já calcolítica, por vezes confundida com os comuns corniformes de cunho doméstico, destinados ao apoio de recipientes ao lume (suportes de lareira).

Cilindros com cabeça achatada. Recolheram-se três exemplares de terracota, dos quais dois já tinham sido objecto de publicação (CARDOSO, 1989, Fig. 10 n.º 2; CARDOSO, 1997, p. 100), antes de terem sido reconstituídos. Pela sua morfologia, podem considerar-se como os precursores tanto dos chamados “ídeos de gola” ou de “tipo garrafa”, como dos ídeos-cilíndricos de calcário, sendo estes últimos particularmente abundantes na região ao longo do Calcolítico (Fig. 6). A representação antropomórfica atribuída a estas pequenas estatuetas, sejam de terracota, como é o caso, ou de pedra, encontra-se sublinhada pela existência de uma extremidade superior achatada, corporizando uma “cabeça” individualizada do corpo de tais objectos. A tradição de fabrico de ídeos-cilíndrico de cerâmica, embora tenha praticamente desaparecido no Calcolítico, encontra-se comprovada por exemplar recolhido no povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro, ostentando tatuagens faciais (PAÇO & JALHAY, 1939, Fig. 13). Esta peça pode ser considerada, deste modo, como sucedânea dos exemplares em apreço, comprovando a sua origem local.

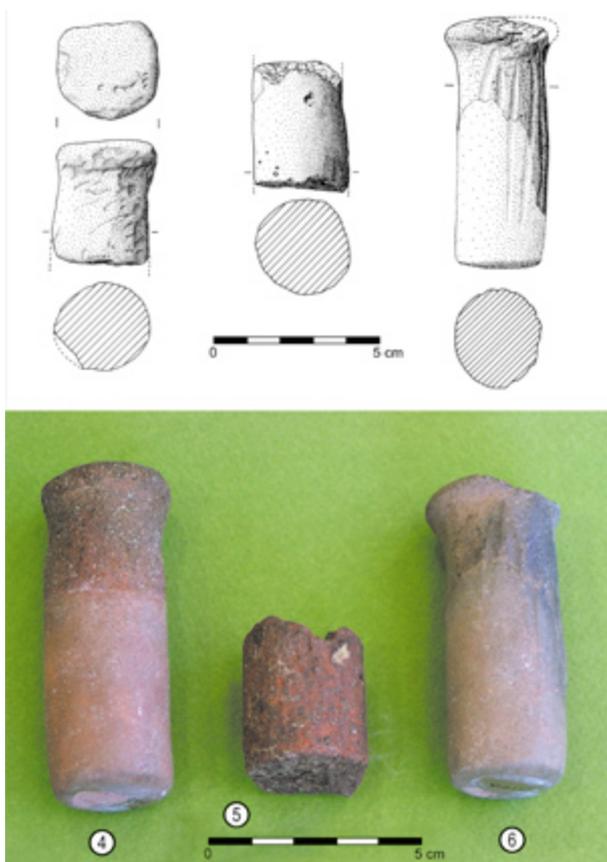


Fig. 6 – Três ídeos-garrafa, de corpo cilíndrico e cabeça achatada, de terracota, todos incompletos. Neolítico Final.

3.2. Calcolítico Inicial

No Calcolítico Inicial de Leceia ocorrem alguns exemplares exclusivos desta fase cultural, cuja simbologia os conota com a grande deusa-mãe, que, sob múltiplas representações e tipos de suporte, dominou todo o III milénio a.C. Por vezes, a referida simbologia ocorre em objectos de uso comum, cuja utilização poderá, por tal facto, ser associada a práticas rituais, explicação que se afigura natural, tendo presente o facto de, em sociedades primitivas, o mundo profano e o sagrado se encontrarem fortemente interligados: o quotidiano era condicionado e pontuado por princípios e práticas do foro simbólico-religioso, cuja real importância se afigura difícil de avaliar na actualidade. Alguns artefactos adiante caracterizados documentam, justamente, tal realidade.

Onde a expressão da divindade melhor se afirma, é nos cilindros de calcário, lisos ou decorados, que são extremamente comuns na Estremadura portuguesa. Além dos povoados – locais em eram produzidos e nos quais integravam, provavelmente, pequenos altares, públicos ou domésticos – ocorrem em numerosas sepulturas colectivas, onde a sua presença se pode conotar, muito provavelmente, com o renascimento ou a vida após a morte. Com efeito, a deusa, simbolizando a ideia de fertilidade e fecundidade, representaria também o princípio do renascimento e da regeneração da vida.

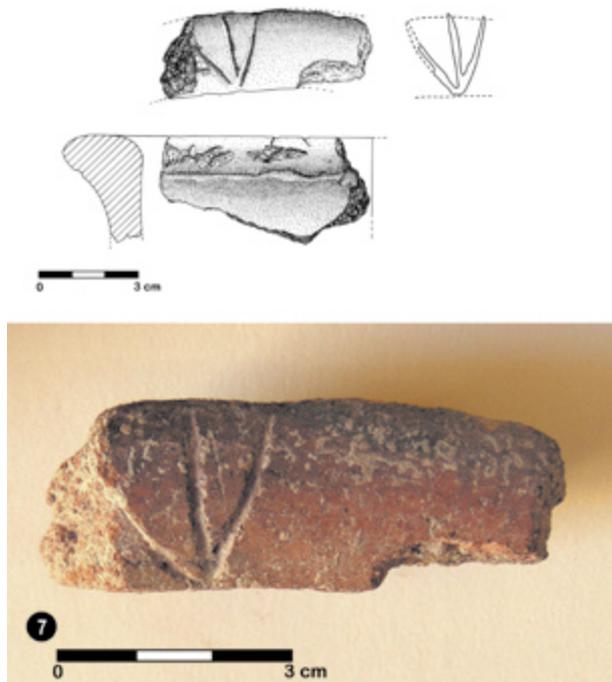


Fig. 7 – Fragmento de bordo de grande recipiente, possuindo gravado, no lábio, após a cozedura, o triângulo púbico feminino. Calcolítico Inicial.

reductor. Ostenta uma gravação em forma de tridente, com uma curvatura no vértice (Fig. 8). Inédito até o presente, a referida representação foi provavelmente obtida, como no primeiro exemplar, por incisão e abrasão pós-cozedura.

Em conclusão, estes dois recipientes encontrados em Leceia, teriam inicialmente, como tantos outros análogos, uma função meramente utilitária; mas, por via das representações neles gravadas, terão adquirido conotação com actividade específica, directamente associada ao sexo feminino, adquirindo estatuto de verdadeiros símbolos, marcadores de diferenças, no trabalho quotidiano em que seriam utilizados, sem ignorar a possibilidade de constituírem recipientes litúrgicos, usadas em práticas cujos contornos hoje nos escapam.

Recipientes com mamilos simbólicos. Neste grupo, salienta-se um fragmento completamente coberto de protuberâncias cónicas, de pasta grosseira, com e.n.p. de quartzo moidos e cozedura oxidante (Fig. 9). A presença de tais protuberâncias, conhecidas desde o Neolítico Antigo até o Bronze Final na região da Baixa Estremadura, tem sido nuns casos associada

No total, reportam-se a esta fase cultural vinte artefactos ideotécnicos, que a seguir se caracterizam.

Recipientes com representação sexual feminina, gravada no bordo. Recolheram-se dois exemplares. O primeiro, corresponde a bordo espessado, com lábio convexo, de grande recipiente liso, de carácter utilitário (Fig. 7), de pasta grosseira e coloração castanho-avermelhada. Na parte superior do lábio, que é convexo, foram gravados, após a cozedura, dois traços convergentes, formando um ângulo agudo cuja bissetriz corresponde a um terceiro traço. Trata-se de representação geométrica conotável com o triângulo sexual feminino (CARDOSO, 1995 a, Fig. 3, nº. 2), conclusão aliás reforçada pela ocorrência da mesma representação em outros tipos de suportes: é o caso de diversos pesos de tear recolhidos no povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo, Sesimbra (escavações inéditas do signatário), relacionados com actividade doméstica atribuível às mulheres.

O segundo exemplar é idêntico ao anterior: como este, trata-se de bordo espessado, com lábio convexo, de grande recipiente liso, embora com coloração negra, denunciando um ambiente de cozedura fortemente

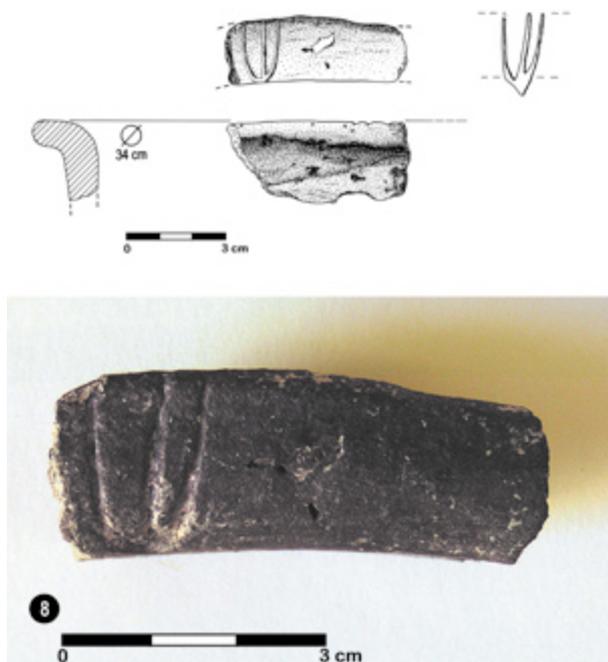


Fig. 8 – Fragmento de bordo de grande recipiente, possuindo gravado, no lábio, após a cozedura, o triângulo púbico feminino, aproximando-se do exemplar anterior. Calcolítico Inicial.

a representações simbólicas – caso de ocorrerem aos pares, numa evidente alusão ao princípio feminino – ou a mera finalidade prática, favorecendo a prensão dos recipientes, sejam ou não perfuradas. No caso em apreço, afastada esta última hipótese, pode admitir-se uma conjugação entre o simbolismo e a estética, revelada pela preocupação de ocupar todo o espaço disponível. Exemplos com este padrão simbólico/decorativo são extremamente raros no Calcolítico da Estremadura; citam-se, como próximos do exemplar de Leceia, os recolhidos no povoado fortificado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, dos quais, o mais completo, ostenta uma faixa de pequenos mamilos em torno da abertura do vaso, a que se segue, no bojo, decoração de faixas onduladas, obtidas por incisão de matriz denteada (pente) (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. XXV, nº. 8).

3.3. Calcolítico Pleno

Ao Calcolítico Pleno reportam-se vinte e sete artefactos, alguns deles exclusivos a esta fase cultural, sendo outros comuns também à anterior.

A diversidade de representações simbólicas e o seu número aumenta, face às ocorrências registadas nas duas anteriores fases. Os exemplares que são dela exclusivos descrevem-se de seguida.

Recipientes com representação facial. Trata-se de fragmento de vaso de paredes direitas e bordo levemente espessado, formalmente afim dos “copos” do Calcolítico Inicial, de pasta média, com cozedura em ambiente oxidante com final redutor, como indica a coloração anegrada da superfície, por comparação com o núcleo, que é castanho-avermelhado (Fig. 10).

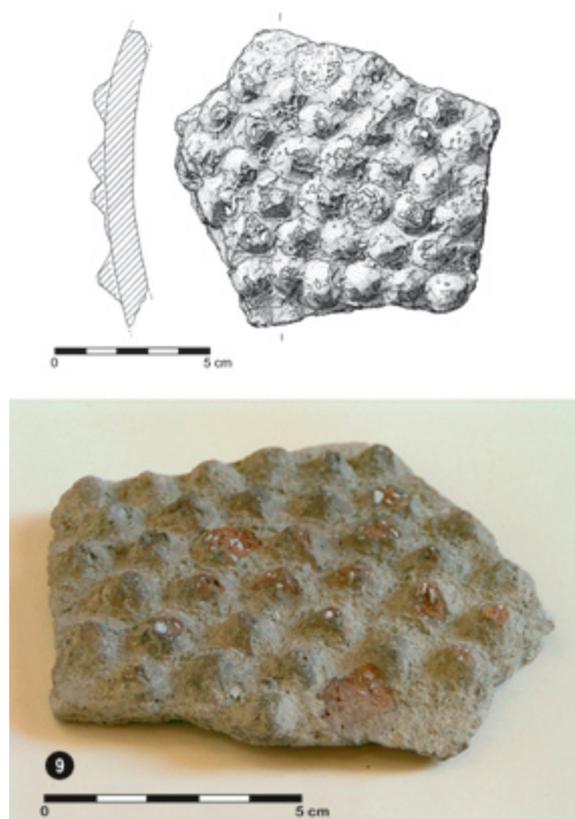


Fig. 9 – Fragmento de recipiente com profusa decoração mamilada, de carácter por certo também simbólico. Calcolítico Inicial.



Fig. 10 – Fragmento de recipiente afim dos “copos” do Calcolítico Inicial, ostentando a representação da face da deusa calcolítica, com olhos punctiformes e tatuagens faciais simétricas. Calcolítico Pleno.

O carácter simbólico deste recipiente é conferido pela existência, dentro de uma cartela rectangular, delimitada superiormente pelo bordo e dos restantes lados por três faixas com padrão em “folha de acácia”, típico do Calcolítico Pleno da Estremadura, de dois pares simétricos de segmentos curvilíneos, obtidos por caneluras largas e pouco profundas, configurando o motivo usualmente designado por “tatuagens faciais”. Tal motivo é recorrente em numerosos cilindros de calcário recolhidos em estações da Estremadura e do sul do país – alguns também recolhidos em Leceia, serão adiante tratados – bem como em outros suportes, mais claramente antropomórficos, como as duas estatuetas de barro, de características marcadamente femininas, recolhidas respectivamente nos povoados calcolíticos fortificados de Pedra de Ouro Alenquer (PAÇO, 1966 Fig. 17) e de Vila Nova de São Pedro Azambuja (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. XX, n.º. 1).

Numa das grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela, recolheu-se uma taça baixa, de paredes verticais, com decoração afim (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961, Pl. X, n.º. 107, 108), também idêntica à de diversos cilindros de calcário do Algarve, de grande barroquismo, designados por de “tipo Moncarapacho” (GONÇALVES, 1978; RODRIGUES & MACIEL, 1997). Estes, remetem claramente para os elementos figurativos presentes em ídolos e cerâmicas recolhidos em Los Millares e conhecidos desde os trabalhos pioneiros dos irmãos Siret, que os associaram à representação do polvo (SIRET, 1907, Pl. III, IV). No conjunto dos recipientes, merecem particular destaque os recolhidos nas sep. 4, 15 e 37 de Los Millares.

Um dos mais notáveis exemplares de recipiente com decoração simbólica é o recolhido na *tholos* do Monte do Outeiro, Aljustrel (VIANA; FERREIRA & ANDRADE, 1961). Tal como o exemplar de Leceia, possui forma afim dos “copos” calcolíticos da Estremadura, com paredes quase direitas, levemente côncavas e fundo levemente convexo, como se verifica na maioria daqueles exemplares. A zona frontal encontra-se integralmente ocupada por representação antropomórfica, correspondente a face com grandes olhos radiados, sobrepostos por sobrancelhas e separados por linha vertical, simbolizando o nariz, que termina inferiormente em triângulo púbico feminino, numa alusão explícita à natureza sexuada da representação. Triângulos púbicos alternados desenvolvem-se, depois, em duas faixas horizontais paralelas, a toda a volta do recipiente. É notória a semelhança das tatuagens faciais desta peça, representadas por linhas onduladas, com a do fragmento em questão.

Ainda que de carácter predominantemente meridional, com evidentes ligações mediterrâneas, a ocorrência de vasos com decorações simbólicas estende-se até ao limite setentrional do território português, como comprova o exemplar com olhos radiados, sobrancelhas e tatuagens faciais recolhido no povoado calcolítico de São Lourenço, Chaves (JORGE, 1986, Est. CVI).

No caso do exemplar de Leceia, os olhos radiados encontram-se substituídos por duas depressões punctiformes (das quais apenas se conserva uma), semelhantes aos dois botões em baixo relevo que se observam no ídolo de calcário da gruta artificial de Folha das Barradas, Sintra (RIBEIRO, 1880, Fig. 87, 88), que evidencia estreitas analogias com este fragmento. O referido exemplar ostenta ainda uma lúnula, também produzida em baixo-relevo na sua parte média, pelo que poderá ser conotado com uma divindade feminina, de cariz lunar, conclusão aliás reforçada pela proximidade do local da serra de Sintra, onde se prestava culto a tal divindade até o período romano: o “Monte da Lua”, dos Romanos, sublinhado pela existência, até o século XVI, na foz da ribeira de Colares, sobre o oceano, de vestígios de um templo romano consagrado ao Sol e à Lua, segundo desenho de Francisco d’Holanda (SEGURADO, 1970). A presença de crescentes de calcário, encontrados em diversas necrópoles calcolíticas das redondezas, como já há muito foi verificado (JALHAY & PAÇO, 1941), mais sublinha o carácter sagrado daquele acidente orográfico e a sua conotação com o culto lunar, também ele associado à crença na renovação e regeneração (neste caso, dos defuntos, já que tais objectos constituíam dádivas funerárias).

De cunho indiscutivelmente ritual, desconhece-se, contudo, qual a natureza da utilização particular dos recipientes como o recolhido em Leceia, os quais se poderão conotar com cerimónias onde a manipulação da água ou de outros líquidos teria evidente importância.

Primeiras falanges, afeiçoadas por polimento, lisas ou decoradas. Recolheram-se três exemplares de primeiras falanges, dos quais dois decorados, sendo um de veado (Fig. 11, n.º 11) e outro cavalo (Fig. 11, n.º 12) e dois lisos, ambos de cavalo (Fig. 12). A selecção destas peças resulta do seu formato claramente antropomórfico, o qual facilitaria a produção de artefactos ideotécnicos. Com efeito, um dos exemplares (Fig. 12, n.º 13), mostra apenas ligeiros traços de polimento, podendo, no entanto, ter sido pintado. Outro, evidencia polimento generalizado a toda a superfície, incluindo ambas as extremidades e, tal como o anterior, poderia ser pintado (Fig. 12, n.º 14). Esta hipótese encontra-se comprovada em diversos exemplares, como o decorado e pintado recolhido no povoado calcólico fortificado de Vila Nova de São Pedro (PAÇO & JALHAY, 1938, p. 31).

Dos exemplares decorados, um corresponde a pequeno fragmento de porção da extremidade articular distal da primeira falange, a qual, no ídolo original ocuparia parte da sua extremidade superior (Fig. 11, n.º 12). Lateralmente, observa-se um conjunto de linhas paralelas, formando ângulo agudo, as quais corresponderiam a parte da cabeça do ídolo, ocupada pela cabeleira, correspondente ao prolongamento das tatuagens existentes na zona frontal em falta, onde se encontrariam também representados os olhos radiados, sobranceiras arqueadas e outros atributos antropomórficos, presentes tanto em exemplares da Estremadura, do sul de Portugal e da Andaluzia (CARDOSO, 1995 b). Tal como os cilindros de calcário, alguns destes exemplares ostentam o atributo sexual da divindade, representado pelo triângulo púbico, presente no recolhido na *tholos* da Cabecito de Aguilar, na parte da face ventral da falange (LEISNER & LEISNER, 1943, Tf. 29).

Todos os exemplares até agora descritos correspondem a primeiras falanges de cavalo. Excepcionalmente, ocorrem exemplares em falanges de outros animais, como bovídeos – é o caso de um dos exemplares do altar identificado no interior da Lapa da Bugalheira, Torres Novas, onde, de entre as cerca de uma dezena de peças recolhidas agrupadas, uma corresponde a primeira falange de bovídeo (CARDOSO, 1995 b), ou cervídeos. A esta categoria pertence a primeira falange de veado (*Cervus elaphus*), decorada junto da extremidade proximal da falange por dois sulcos perimetrais paralelos (Fig. 11, n.º 11), afeiçoando desta forma uma cabeça isolada do

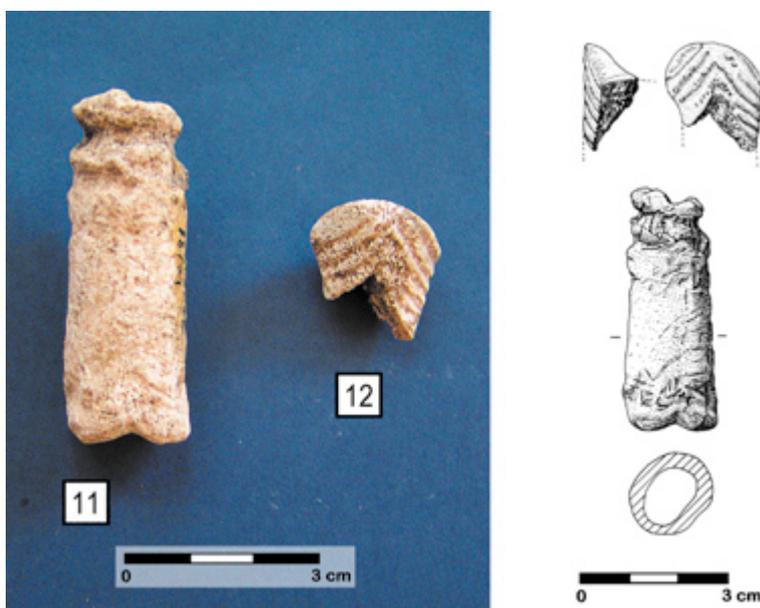


Fig. 11 – Ídolos-falange decorados. À esquerda, sobre uma primeira falange de veado, munida de duas caneluras proximais, talvez destinadas à suspensão do objecto; à direita, sobre uma primeira falange de cavalo, de que apenas se conservou parte de um dos côndilos distais, polida e gravada. Calcólico Pleno.

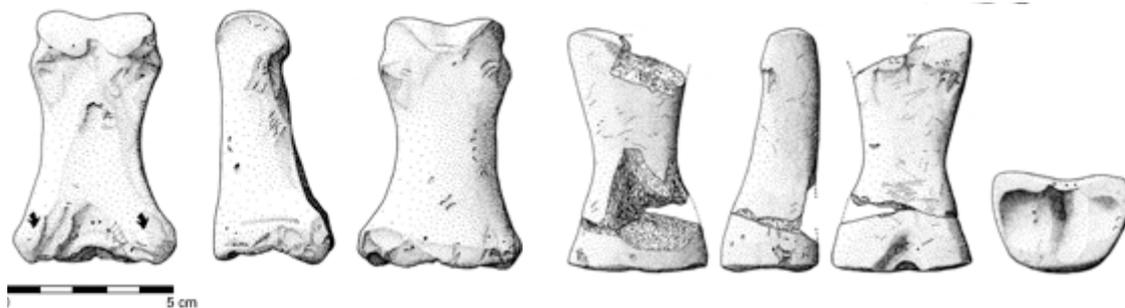


Fig. 12 – Ídolos-falange lisos, afeiçãoados por polimento, muito mais intenso no exemplar da direita. Calcolítico Pleno.

corpo da peça. Tais caneluras poderiam facilitar a fixação da peça a um fio ou cordão, transformando-a assim num pendente ou amuleto, à semelhança do que poderia verificar-se com os “ídolos de gola” ou de “tipo garrafa” a seguir tratados.

3.3. Objectos comuns às ocupações do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno

3.3.1. “Ídolos de gola” ou de “tipo garrafa” (Fig. 13, n.º. 15-18; Fig. 14, n.º. 20)

Sob esta designação têm sido descritos os pequenos cilindros, estreitos e alongados, por vezes com corpo bombeado (o que tem justificado a designação de “tipo garrafa”), de osso ou de marfim, abundantes em povoados calcolíticos e, sobretudo, em necrópoles; tal designação tem sido apoiada pela analogia com os ídolos de calcário de corpo cilíndrico ou tronco-cónico de cabeça achatada, mais ou menos individualizada, tal como os exemplares, recolhidos em Leceia, oriundos de contextos do Neolítico Final, e em diversas sepulturas calcolíticas de Los Millares. Alguns destes últimos possuem pares de mamilos no tronco, atributos que os relacionam directamente com a divindade feminina calcolítica. Em Portugal, foi dado a conhecer conjunto de nove ídolos de calcário deste tipo, recolhido em Pêra, Silves, dos quais cinco possuem a cabeça achatada, mais ou menos individualizada;

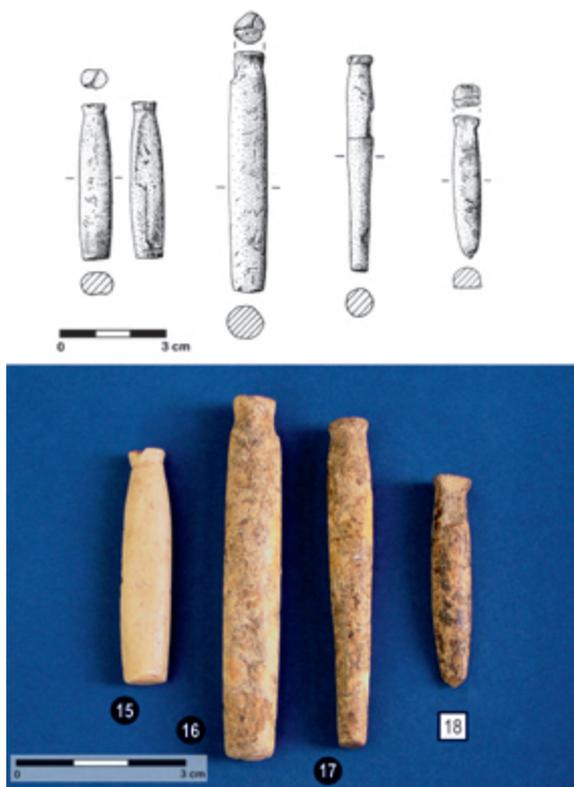


Fig. 13 – “Ídolos de gola” ou “tipo garrafa”, sendo três de osso, do Calcolítico Inicial e um de marfim (n.º 18), do Calcolítico Pleno.

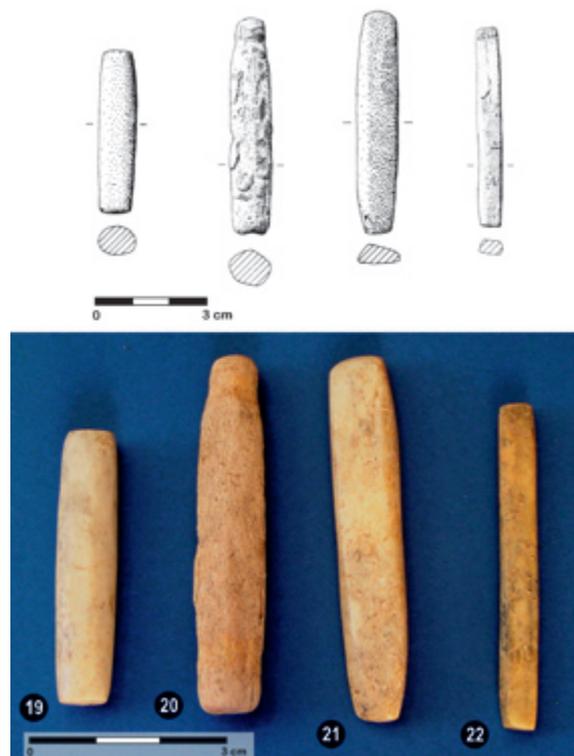


Fig. 14 – Conjunto de artefactos de osso, todos do Calcolítico Inicial. Da esquerda para a direita: cilindro, “ídologola” e duas “baguettes”.

um deles, com um par de pequenos mamilos simbólicos, aproximam singularmente este conjunto, de características únicas no território português, das ocorrências do levante ibérico (CARDOSO, 2002).

Por outro lado, devem ter-se presentes os pequenos ídolos com cabeça recortada individualizada do corpo, afins dos ídolos de “tipo violino” de Tróia II, como os recolhidos na sep. 7 de Los Millares (LEISNER, 1945, Est. 7, n.º 51), os quais, por seu turno, possuem evidente analogia em algumas contas-amuleto, como a de Tituaria, de variscite (CARDOSO; LEITÃO & FERREIRA, 1987). Um destes pequenos exemplares, de rocha negra, em forma de garrafa com 62 mm de altura, possuindo colo alto, ostentando a extremidade superior dois olhos radiados, provém do povoado calcolítico de Alcalar, Portimão (MORÁN & PARREIRA, 2007, p. 28), e não deixa dúvidas quanto à sua conotação simbólica com a Deusa.

Sendo inquestionáveis as aludidas analogias, importa, por outro lado, ter presente a hipótese que os atribui a adornos corporais, aplicados tanto no lobo da orelha, como nas asas do nariz ou mesmo no lábio inferior (GOMES, 2005, p. 175, 176), com base em paralelos actuais. Com efeito, são diversas as sociedades etnográficas dos nossos dias ou há pouco desaparecidas, que recorriam a exemplares análogos para tais finalidades. Um dos exemplares mais notáveis, de rocha translúcida esbranquiçada polida e com cerca de 7 cm de comprimento, que poderia, sem dificuldade, ser classificado como um ídolo “tipo garrafa” do Calcolítico da Península Ibérica, provém das recolhas efectuadas nos finais do século XVIII no Amazonas, pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, e guarda-se na Academia das Ciências de Lisboa, onde foi mostrado ao signatário por deferência de M. Telles Antunes, Director do Museu da referida instituição Destinava-se a ser pendente do lábio inferior, apesar do seu evidente peso e

volume. Em concordância com o já por outros admitido (PAÇO & JALHAY, 1938, p. 30), os exemplares em apreço poderiam ainda, tal como o exemplar da Fig. 11, n.º 11, atrás descrito, serem utilizados como pendentes ou amuletos, cuja fixação a um fio ou tira de couro seria assegurada pela referida gola.

Quanto à matéria-prima, quatro exemplares são de osso (Fig. 13, n.º 15 a 17 e Fig. 14, n.º 20), sendo um único exemplar (Fig. 13, n.º 18) talhado em marfim (SCHUHMACHER & CARDOSO, 2007, Fig. 8). Apenas este exemplar é reportável ao Calcolítico Inicial, provindo os restantes quatro, de níveis de ocupação do Calcolítico Pleno.

3.3.2. “baguettes”

Sob esta designação inscrevem-se três exemplares alongados, dois de osso (Fig. 14, n.º 21 e 22) e quatro de calcite branca translúcida (Fig. 15, n.º 25; Fig. 16, n.º 30, 31 e 32), sendo estes últimos provenientes, respectivamente, de contextos do Calcolítico Pleno, Calcolítico Inicial e Neolítico Final (é provável que, neste último caso, o exemplar provenha de originalmente de um nível mais moderno). Apresentam-se totalmente polidos e possuem secções sub-retangulares, mais ou menos achatadas, característica que os diferencia dos ídolos-cilindro. A utili-

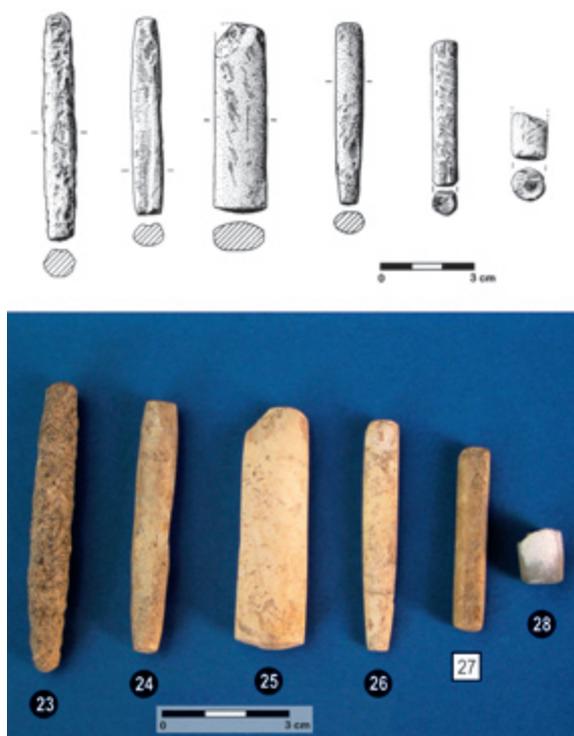


Fig. 15 – Conjunto de artefactos de osso, todos do Calcolítico Inicial, exceptuando o n.º 27, do Calcolítico Pleno. Da esquerda para a direita: cilindro, duas “baguettes” e três cilindros, o último dos quais em osso anegrado, incompleto, e endurecido pelo calor.



Fig. 16 – Conjunto de artefactos em calcite branca e translúcida. Da esquerda para a direita: cristal idiomorfo afeiçoado por ligeiro polimento (Calcolítico Pleno); e três “baguettes” totalmente polidas, atribuíveis respectivamente ao Calcolítico Inicial, ao Calcolítico Pleno e ao Neolítico Final, podendo esta última corresponder a uma intrusão mais moderna.

zação de uma matéria-prima nobre como é a calcite, muito branca e translúcida, conotável com a pureza e a vitalidade, reforça o carácter especial conferido a estes exemplares, ainda não devidamente valorizados em outros contextos pré-históricos portugueses. Com efeito, as únicas peças comparáveis, provêm de contextos funerários do Neolítico Final da região de Almería (LEISNER, 1945, Est. 1, 2, n.º 4 e 5).

3.3.3. Cristais afeiçãoados

Afim das peças anteriores, é um pequeno cristal idiomorfo de calcite, ligeiramente afeiçãoado por polimento (Fig. 16, n.º 29), recolhido em contexto do Calcolítico Inicial, o qual poderá constituir um pequeno artefacto ritual, a menos que fosse um objecto de adorno, ou amuleto. A escolha deste objecto, de um branco translúcido, como artefacto ideotécnico, depois de afeiçãoamento ligeiro, remete para as razões já atrás apontadas sobre a utilização de cristais, tal qual ou com ligeiras transformações, sobretudo verificada em contextos funerários da época.

3.3.4. Cilindros

Os cilindros, de diversas matérias-primas e dimensões, lisos ou decorados, correspondem aos artefactos ideotécnicos mais comuns nas estações calcolíticas estremenhas. Com evidentes antecedentes no Neolítico Final da Estremadura – como se comprova pelos exemplares de cerâmica recolhidos em Leceia, atrás descritos – a quase totalidade dos exemplares calcolíticos foi afeiçãoada em calcários brancos e duros, comuns em diversas unidades litostratigráficas do Jurássico e do Cretácico da Estremadura. Com efeito, além dos exemplares talhados a partir de blocos em bruto, importa desde já destacar a presença de hastes fossilizadas de crinóides, cuja forma natural, rigorosamente cilíndrica, justificou o seu aproveitamento directo (Fig. 17, n.º 34 e 36). Tão semelhantes se apresentam aos intencionalmente afeiçãoados que, não fosse a presença de um canal mediano e a existência de uma estrutura radiada, visível em vista basal, se confundiriam com aqueles.

Apesar da sua abundância regional, a escolha deste tipo litológico para a confecção de artefactos de carácter simbólico, mostra que a natureza do suporte, designadamente a sua coloração, imaculadamente branca, atributo de pureza e de vida – que aliás explica também a predilecção pelos cristais de quartzo hialino como oferendas funerárias – detinha importância determinante, sobrepondo-se este requisito à sua evidente banalidade. Tal conotação simbólica deve ser enquadrada no contexto geográfico alargado ao levante peninsular, para já não falar em domínios mais longín-



Fig. 17 – Conjunto de pequenos cilindros do Calcolítico Inicial e Pleno, dos quais dois aproveitando, com polimento sumário, hastes de crinóides jurássicos (n.º 34 e 36). Um outro é confeccionado em gabrodiorito (n.º 37), provavelmente rocha oriunda da serra de Sintra. Os dois restantes são de calcário, possuindo um, que se encontra fragmentado (n.º 33), evidentes marcas de fogo.

quos, como o Mediterrâneo Oriental onde, no decurso do Calcolítico, o calcário foi também eleito como rocha preferencial para a realização de artefactos ideotécnicos que, embora de aparência distinta, deteriam funções e significados semelhantes. Como já se sublinhou em anterior trabalho, dedicado ao conjunto do “altar” da gruta do Correio-Mor, Loures (CARDOSO *et al.*, 1995 b), a escolha do calcário para o fabrico de peças de tão marcado simbolismo terá resultado de uma ampla difusão de ideias, comuns, em determinada etapa da sua evolução, às populações da bacia mediterrânea, embora o mecanismo subjacente a tal difusão possa ser objecto de análise e discussão.

3.3.4.1. Cilindros lisos

Em Leceia, ocorrem cinco pequenos cilindros de osso, que, quando completos possuem uma forma mais alongada que os seus congéneres de calcário, aproximando-os das “baguettes”, atrás referidas (Fig. 14, n.º.19; Fig. 15, n.º. 23, 26, 27 e 28).

Sem considerar os dois exemplares aproveitados de hastes de crinóides jurássicos, Leceia forneceu onze cilindros lisos, dos quais apenas um é afeiçoado em rocha plutónica granular de coloração anegrada, provavelmente do grupo dos gabrodioritos (Fig. 17, n.º. 37), oriundo da Camada 3 (Calcolítico Inicial), sendo os restantes da calcário. Destes, apenas um (Fig. 17, n.º. 33), incompleto e de pequenas dimensões, provém do referido horizonte cultural. As marcas de fogo que ostenta, correspondentes a superfície anegrada, podem corresponder a um incêndio que tivesse atingido uma zona do povoado, onde se situasse um altar doméstico no qual este objecto se integrava, correspondendo, deste modo, a mais um argumento a favor da existência de tais áreas culturais no interior dos povoados.

Todos os outros cilindros lisos provém da Camada 2 (Calcolítico Pleno), estando representados exemplares de diversas dimensões (Fig. 17 a 20). Exceptua-se um exemplar de grandes dimensões, oriundo da Camada 3 (Calcolítico Inicial), cuja superfície, picada e apenas grosseiramente polida, evidencia ter sido abandonado em curso de preparação (Fig. 21), prova adicional de que tais objectos eram executados em contextos habitacionais, podendo ter, como destino, tanto oferendas funerárias, como a utilização no interior dos próprios povoados. Neste contexto, importa não esquecer que, em Vila Nova de São Pedro, a abundância destas e de outras peças de cunho ideotécnico é tal que, caso não se tivessem em conta os elementos do quotidiano, bem como as estruturas habitacionais a que se encontravam associados, se poderia ser levado a pensar que se trataria de um grande santuário e não de um povoado fortificado (GOMES, 2005).

3.3.4.2. Cilindros decorados

Todos os exemplares encontrados foram recolhidos em contextos do Calcolítico Pleno, confirmando-se assim as indicações já fornecidas, a tal respeito, pela distribuição dos cilindros de calcário lisos.

O mais notável cilindro decorado, num calcário branco muito fino e sacaróide, é o representado na Fig. 22. O seu carácter excepcional decorre da existência do triângulo púbico feminino, executado por incisão, no centro da peça, conferindo-lhe, como nenhuma outra conhecida, conotação directa com a divindade feminina calcolítica.

Desta forma, se a forma cilíndrica, comum a todos os numerosos exemplares conhecidos na Estremadura e sul de Portugal, pode ser interpretada como a representação antropomórfica mais simplificada e estilizada, aliás sublinhada pelos exemplares cujos atributos a reforçam, como os olhos radiados, sobranceiras, e tatuagens faciais, a presença deste atributo sexual permite relacionar directamente tais exemplares como mais uma modalidade de representação da deusa-mãe.

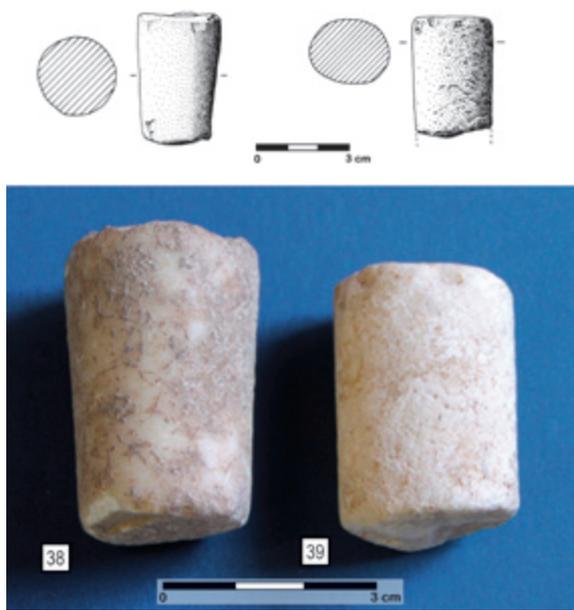


Fig. 18 – Cilindros de calcário, um incompleto, do Calcolítico Pleno.

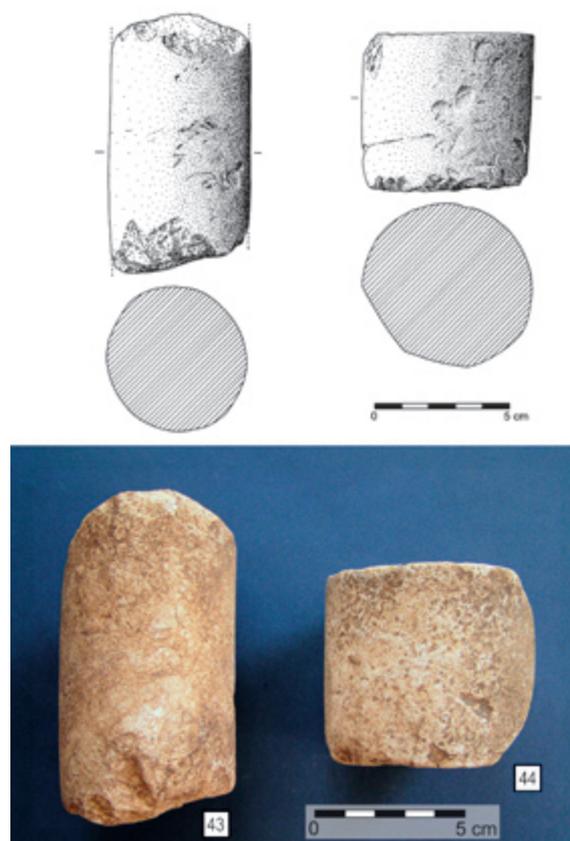


Fig. 20 – Cilindros de calcário, um incompleto, do Calcolítico Pleno.

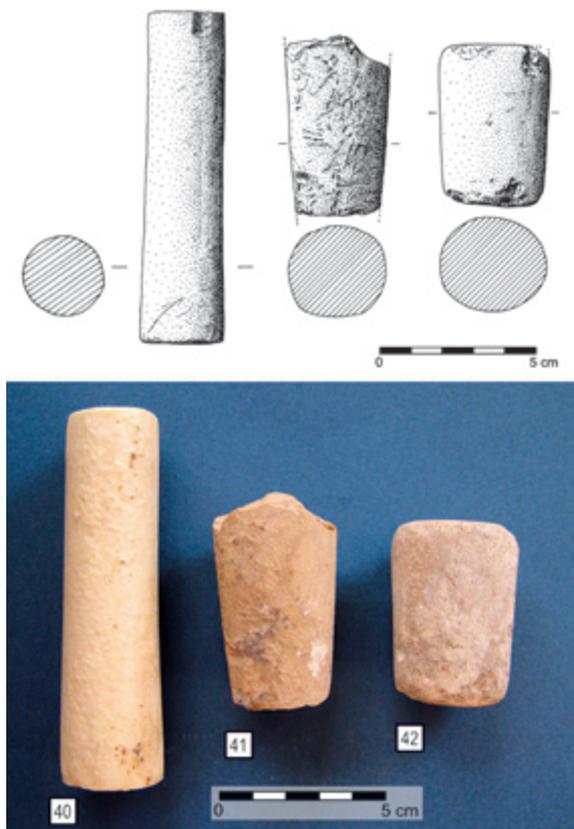


Fig. 19 – Cilindros de calcário, um incompleto, todos do Calcolítico Pleno.

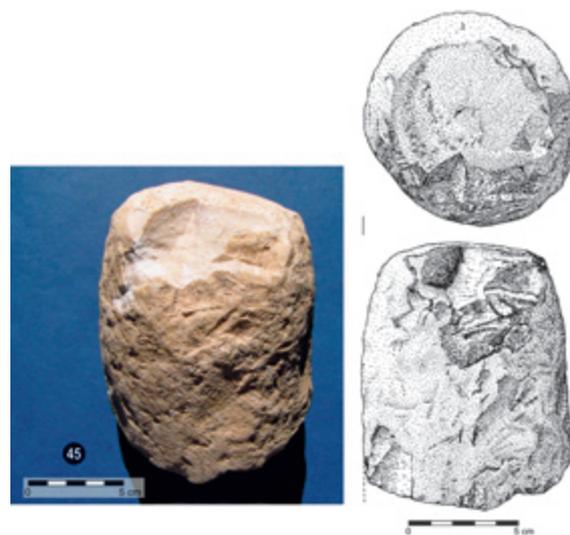


Fig. 21 – Cilindro de calcário, incompleto e inacabado, do Calcolítico Inicial.

Os outros três cilindros decorados de calcário recolhidos em Leceia, todos oriundos de contextos do Calcolítico Pleno, ostentam o motivo mais comum em tal tipo de peças: um par de linhas arqueadas simétricas, situadas perto de uma das extremidades, representando as tatuagens faciais da divindade (Fig. 23, 24 e 25). O da Fig. 25 apresenta-se reutilizado como pilão, como mostram as marcas de percussão existentes junto de uma das extremi-

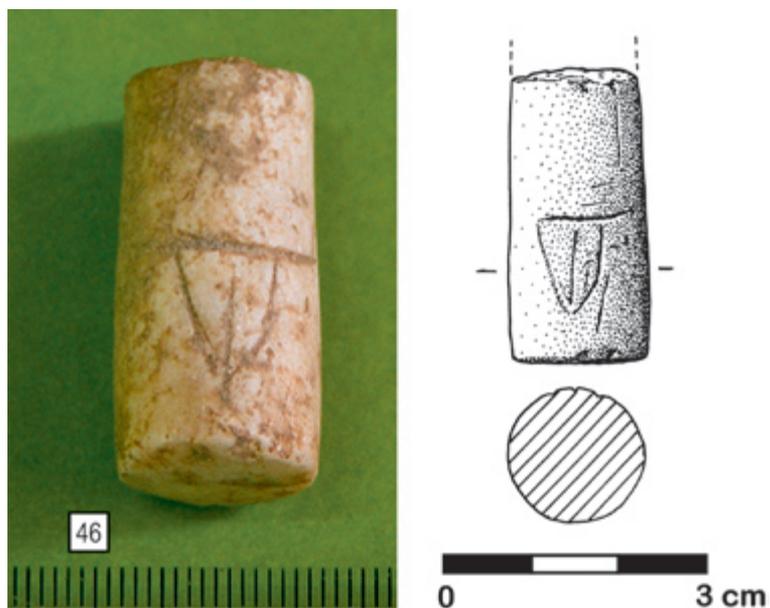


Fig. 22 – Pequeno cilindro de calcário incompleto, ostentando na parte inferior a representação do triângulo púbico feminino. Calcolítico Pleno.

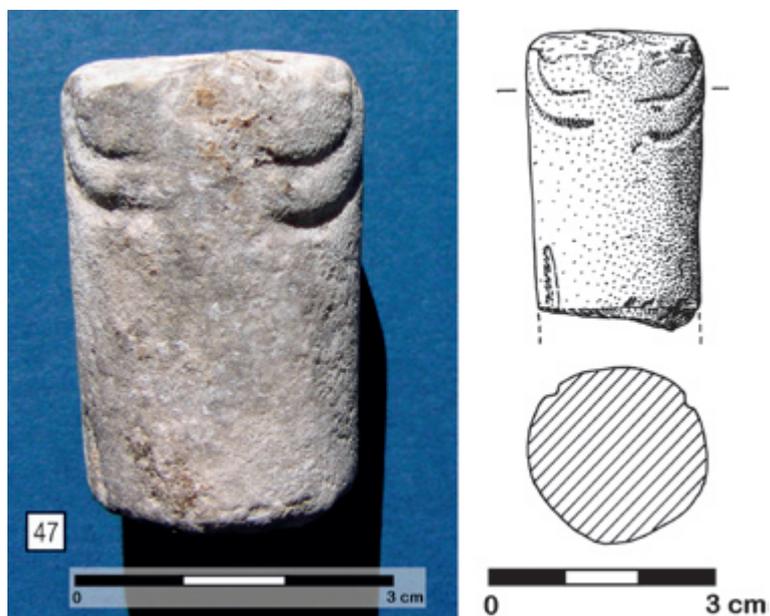


Fig. 23 – Cilindro de calcário incompleto, com a representação, na extremidade conservada, das tatuagens faciais da deusa. Calcolítico Pleno.

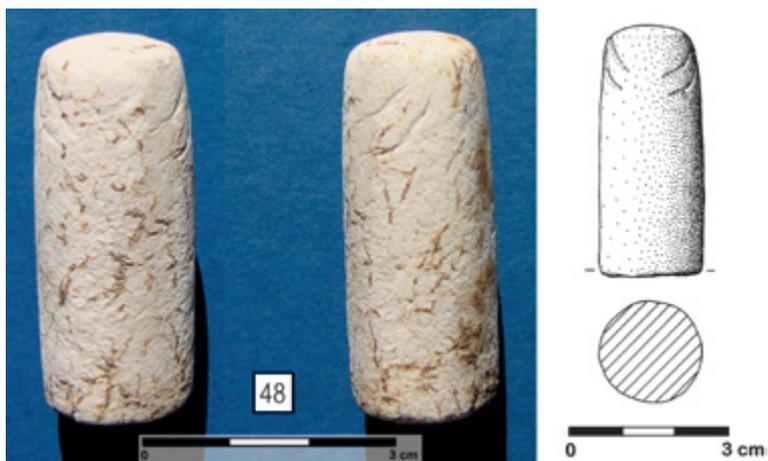


Fig. 24 – Cilindro de calcário ostentando numa das extremidades as tatuagens faciais da deusa. Calcolítico Pleno.



Fig. 25 – Cilindro de calcário ostentando numa das extremidades as tatuagens faciais da deusa, ulteriormente transformado em pilão, depois de perdida a carga simbólica que possuía. Calcolítico Pleno.

dades, precisamente a que se encontra decorada. Tal facto evidencia a perda da carga simbólica desta peça, transformada em simples artefacto utilitário; parece ser a primeira vez que se observa tal situação, que contrasta com o reconhecido apreço dispensado a outras peças similares de calcário da mesma área cultural, evidenciado pelo restauro depois de ocasionalmente fracturadas, ou pela manutenção em uso dos respectivos fragmentos

(CARDOSO *et al.*, 1996, p. 166), denotando que mantiveram a carga simbólica original, exactamente o contrário do verificado no exemplar em causa.

3.4. Recipientes conotáveis com práticas cultuais

Nesta categoria inscrevem-se quatro recipientes de calcário, os quais pela matéria-prima em que foram confeccionados, se podem conotar com actividades ou práticas associadas ao culto, tal como tem sido defendido noutros casos similares, como os recipientes recolhidos na *tholos* de Pai Mogo, Lourinhã (GALLAY *et al.*, 1973, p. 77). Todos provêm da ocupação do Calcolítico Pleno, reforçando a conclusão de que foi essa a época em que a utilização simbólica do calcário como matéria-prima atingiu o apogeu.

Dois dos recipientes são idênticos aos recolhidos em numerosas estações da Estremadura e sul de Portugal (Fig. 26 e 27). Trata-se de uma forma, maciça e pouco funda, que sugere a sua utilização como pequenos almotarizes, provavelmente relacionados com substâncias utilizadas em práticas cultuais. Os dois outros recipientes (Fig. 28 e 29), ambos incompletos, pela sua morfologia, mais fundos que os anteriores e de paredes mais finas, especialmente o da Fig. 29, destinavam-se a conter substâncias, eventualmente líquidos ou ungentos, os quais poderiam resultar da preparação nos exemplares anteriores; encontram-se decorados externamente por finas caneluras paralelas ao bordo, possuindo evidentes analogias com os recipientes cerâmicos com idêntico padrão



Fig. 26 – Recipiente de calcário, destinado á preparação de substâncias usadas em rituais. Reconstituído. Calcolítico Pleno.



Fig. 27 – Recipiente de calcário, destinado á preparação de substâncias usadas em rituais. Calcolítico Pleno.



Fig. 28 – Recipiente de calcário decorado exteriormente por duas bandas de caneluras, destinado a recolher, antes da utilização, as substâncias usadas em rituais, preparadas em recipientes como os das duas figuras anteriores. Reconstituído. Calcolítico Pleno.



Fig. 29 – Fragmento de recipiente de calcário, de paredes finas, decorado por uma canelura abaixo do bordo, destinado, como o anterior, a recolher, antes da utilização, as substâncias usadas em rituais. Calcolítico Pleno.

decorativo, característico do Calcolítico Inicial da Estremadura, mas ainda com assinalável frequência no Calcolítico Pleno, como se verificou na distribuição estratigráfica das cerâmicas decoradas de Leceia (CARDOSO, 2007). Importa referir que os minúsculos recipientes cerâmicos, que ocorrem em diversas grutas funerárias da Estremadura, mas também em povoados, como o de Leceia, poderiam ter funções idênticas, sem excluir outras.

Os quatro recipientes descritos provêm de contextos do Calcolítico Pleno, o que reforça a conclusão de ter sido nesta fase cultural que o recurso ao calcário, como matéria-prima simbólica, atingiu o seu apogeu.

4. CONCLUSÕES

No decurso das escavações realizadas no povoado pré-histórico de Leceia, entre 1983 e 2002, foram recolhidos 53 artefactos conotáveis com práticas culturais, cujo conjunto pela primeira vez agora se publica. A respectiva distribuição estratigráfica denota evidente concentração na zona nuclear do povoado (Fig. 30), especialmente os pertencentes ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno.

Os seis exemplares provenientes da primeira ocupação, do Neolítico Final, são todos confeccionados em barro, avultando as duas estatuetas de porcas, muito bem modeladas, revelando a existência do culto de fertilidade desde a segunda metade do IV milénio na Estremadura. De época reportável também a esta primeira ocupação é um grande *phalus* de terracota, igualmente bem modelado, e, tal como os exemplares anteriores, com ligeira aguada ou englobe avermelhado, o qual evoca outro princípio vital: com efeito, o vermelho é uma cor tradicionalmente conotável às forças vitais e, por conseguinte, à fecundidade e à fertilidade; por outro lado, a coexistência entre estatuetas que corporizam a fertilidade feminina, com outras, representantes da masculinidade, deva ser salientada, pois, no decurso do Calcolítico, é o primeiro daqueles princípios vitais que se afirma de forma quase exclusiva.

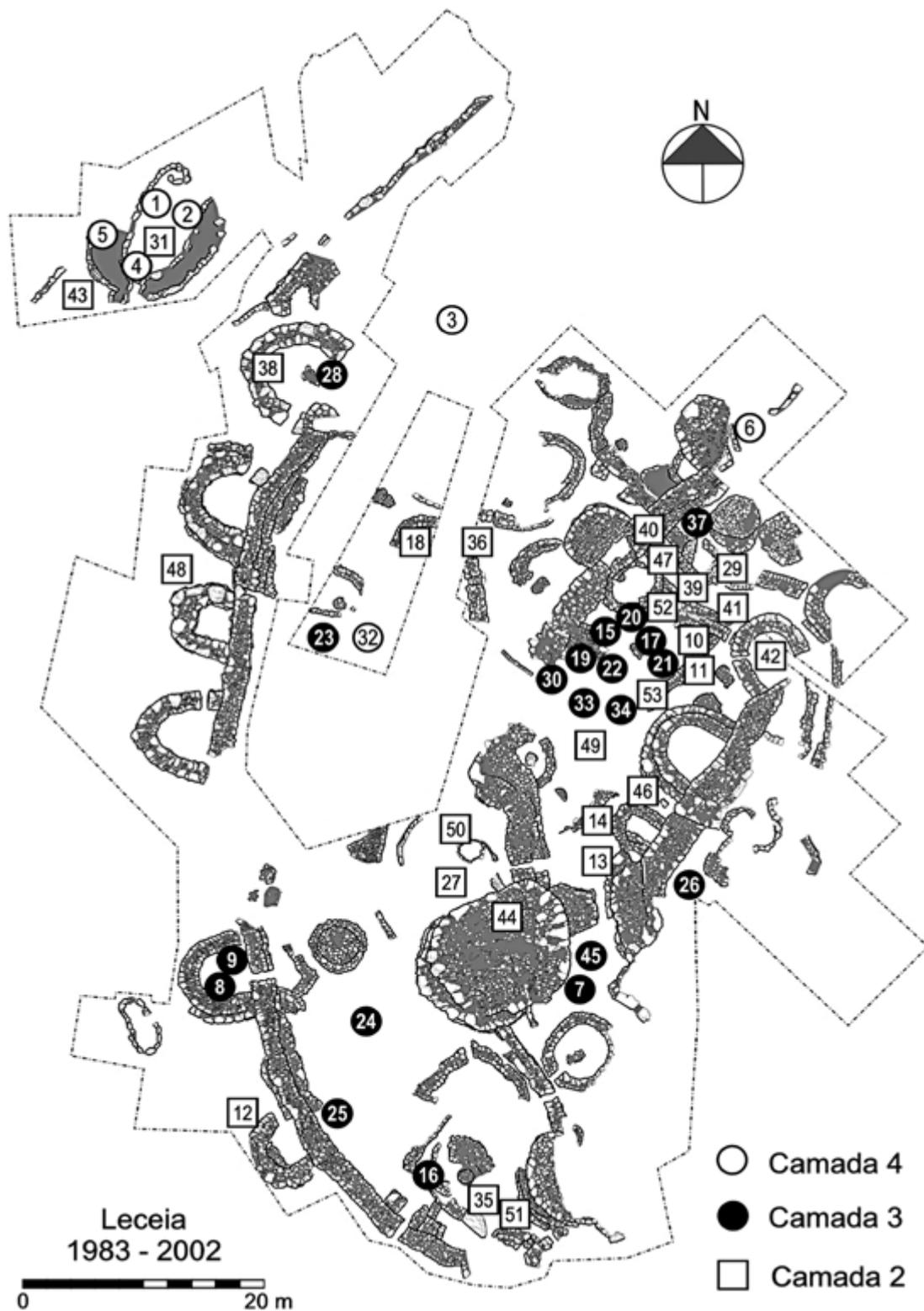


Fig. 30 - Planta simplificada do povoado pré-histórico de Leceia, com a localização dos cinquenta e três artefactos estudados, por conjuntos culturais: Neolítico Final (Camada 4); Calcolítico Inicial (Camada 3); e Calcolítico Pleno (Camada 2).

Outro conjunto de pequenas estatuetas de barro, também coevas da primeira ocupação de Leceia, caracterizam-se por corpos cilíndricos e cabeças achatadas, renunciando o modelo que, tanto no Calcolítico Inicial como no Calcolítico Pleno, se viria a produzir de forma generalizada em calcário, constituindo deste modo um elemento seguro para admitir a sua génese local, e não como resultado de influência exógenas, de origem mediterrânea.

No entanto, a clara preferência pelo calcário no decurso do Calcolítico, rocha a que, na Estremadura, se recorreu de forma quase exclusiva para a confecção dos numerosos exemplares conhecidos, tanto em número, como em variedade formal, leva a admitir que terá existido uma razão supre-regional na sua preferência, a qual é também comum, na mesma época, ao levante peninsular e ao Mediterrâneo Oriental. Sendo certa a existência de contactos, ainda que efectuados de forma indirecta entre as duas áreas extremas deste grande mar interior, no decurso do Calcolítico – como se demonstra pela recente identificação de marfim de elefante indiano em artefactos recolhidos em certas sepulturas de Los Millares (SCHUHMACHER & CARDOSO, 2007) – ainda não se encontra cabalmente esclarecida as modalidades de tal processo.

Outra conclusão interessante, só possível pelo registo estratigráfico associado à colecção em apreço, é a da correspondência da maioria dos cilindros de calcário que o integram ao Calcolítico Pleno, época em que se pode situar a generalização do gosto por tal matéria-prima. Com efeito, dos treze cilindros de calcário (incluindo os dois correspondentes ao aproveitamento de hastes de crinóides jurássicos), onze provêm de ocupações do Calcolítico Pleno. A reforçar esta conclusão, é de notar que os quatro exemplares decorados são todos desta fase cultural. Destes, um merece destaque pela notável representação do triângulo púbico feminino que ostenta, numa clara alusão ao sexo da deusa. Dos três restantes, com as comuns tatuagens faciais representadas por incisão numa das extremidades, um possui a particularidade de ostentar marcas de percussão naquela extremidade, mutilando parte da decoração, indício de ter sido reutilizado como pilão, perdida a carga simbólica original. Tal situação contrasta com o restauro de peças de calcário de contextos da Estremadura da mesma época, ou com o reaproveitamento dos respectivos fragmentos, depois de acidentalmente fracturadas, indício de terem mantido a sua importância como objectos culturais.

A iconografia presente nestes cilindros tem paralelo em outros tipos de suportes; destes, destaca-se um recipiente de utilização ritual, comparável ao notável vaso recolhido no *tholos* do Monte do Outeiro, Aljustrel e a outros oriundos do norte de Portugal, numa afirmação da vasta distribuição da representação da Deusa calcolítica, por todo o actual território português.

Por outro lado, a abundância destas peças em contexto doméstico – de que é paradigma o povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro – mostra que a sua produção se efectuava localmente, nos espaços habitados de maior importância destinando-se não só a serem utilizados em depósitos funerários como, certamente em pequenos altares existentes nas habitações ou em recintos colectivos existentes no interior deste e de outros povoados congéneres.

Com efeito, se um grande exemplar inacabado ilustra a manufactura destas estatuetas nos principais povoados calcolíticos da região, a existência de outro, fracturado e com evidentes marcas de fogo, comprova a sua utilização doméstica dentro da área habitada são em geral de pequenas dimensões, contrastando com alguns grandes exemplares oriundos de necrópoles coevas, indício que poderiam existir diferenças entre a natureza dos cultos praticados nos dois tipos de locais.

Interessantes são os casos de bordos de dois recipientes de uso comum, que, numa determinada fase da sua utilização foram ritualizados pela gravação, no lábio espessado, depois da cozedura, do triângulo púbico feminino, um dos atributos da Deusa, também presentes em outros artefactos do quotidiano, como o ídolo de calcário acima referido ou os pesos de tear calcolíticos, recuperados no povoado fortificado de Outeiro Redondo, Sesimbra e ainda inéditos (escavações do signatário). Tal significa que, mesmo actividades então desenvolvidas em contex-

to doméstico, poderiam deter uma conotação ritual, no caso associada às tarefas femininas e aos seus segredos, como a fiação do linho e sua ulterior tecelagem.

Próximo dos pequenos cilindros, é o grupo das “baguettes”, pequenas peças alongadas de secção achatada, cuja ocorrência só em Leceia foi até agora devidamente sublinhada, com ocorrência tanto no Calcolítico Inicial, como no Calcolítico Pleno; além de estarem representados exemplares de osso, conhecem-se exemplares de calcite translúcida muito bem polidos, favoráveis à sua atribuição a artefactos ideotécnicos.

Exclusivas ao Calcolítico Pleno são as três falanges de cavalo afeiçãoadas por polimento, das quais uma, reduzida a pequeno fragmento, se apresenta gravada; a estas, soma-se uma primeira falange de veado, de menores dimensões, possuindo dois sulcos perimetrais junto de uma das extremidades, isolando a cabeça do corpo do objecto, e facilitando a sua suspensão, de um fio ou tira de couro, podendo constituir amuleto.

A ocorrência de tais exemplares abarca a Estremadura e o sul de Portugal, prolongando-se pela Andaluzia; obtidas em cavalos provavelmente ainda selvagens, a eleição destas peças encontra-se justificada pela sua forma natural ser antropomórfica. As decorações que algumas destas estatuetas ostentam não se afastam dos cânones presentes noutros tipos de suportes: grandes olhos radiados, sobrancelhas, tatuagens faciais, por vezes acompanhados de outros caracteres antropomórficos ainda mais explícitos como os braços e as mãos ou a ainda a representação do triângulo púbico feminino, que reforça a sua conotação com a Deusa calcolítica.

Considera-se ainda um grupo de artefactos cuja conotação com práticas culturais é discutível. Trata-se dos chamados “ídolos de gola” ou de “tipo garrafa”, pequenos cilindros de osso ou marfim cuja extremidade superior, que é achatada ou inclinada, se encontra individualizada do corpo por um sulco ou canelura, sublinhando o seu aspecto antropomórfico. A alternativa a esta interpretação, de há muito apresentada, e recentemente retomada, seria a de constituírem adornos corporais, com base em paralelos etnográficos actuais ou sub-actuais. Tal interpretação apresenta uma dificuldade, sobretudo nos exemplares em que a canelura ou sulco não possui suficiente profundidade para garantir, por si só, a fixação, acrescida ainda pelo facto de a extremidade superior não possuir um diâmetro superior ao corpo das peças, conforme se observa na generalidade dos exemplares, os de Leceia incluídos.

Por último, importa mencionar os pequenos recipientes de calcário que se podem integrar também no conjunto dos artefactos culturais, pela matéria-prima em que são utilizados e pela sua forte presença em contextos funerários, tanto da Estremadura como do sul de Portugal. Repartem-se em dois grupos bem diferenciados: o primeiro, corresponde a pequenos almofarizes de forma padronizada, presentes em área geográfica alargada, incluindo todo o sul de Portugal; neles seriam preparadas substâncias utilizadas em práticas culturais. O segundo integra exemplares de paredes finas; mais fundos que os anteriores, destinavam-se a conter as substâncias previamente preparadas nestes, antes da sua utilização. Os dois grupos encontram-se, pois, claramente interligados, quanto à sua funcionalidade; certamente não por acaso, as quatro peças recolhidas em Leceia provêm, sem excepção, de contextos do Calcolítico Pleno.

Em conclusão, as estatuetas e outros artefactos de carácter cultural recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, documentam as práticas religiosas ali desenvolvidas entre a segunda metade do IV milénio e a segunda metade do III milénio a.C.

De início, ocorrem representações zoomórficas de cunho feminino, eventualmente associadas a masculinas, logo substituídas, no decurso do Calcolítico, por representações de carácter exclusivamente feminino, o associadas ao princípio da fecundidade, mas também da vida e da regeneração – daí que ocorram predominantemente em necrópoles –, documentando a omnipresente Deusa-Mãe, comum a todas as sociedades agro-pastoris da bacia do Mediterrâneo. Esta encontra-se representada sob as mais diferentes formas e matérias-primas, mas sempre com atributos permanentes e comuns a todas elas.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J. L. (1980, 1981) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal) Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brás. 1ª Parte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 90, p. 211-304. 2ª Parte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 91, p. 120-233.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia – resultados das escavações realizadas*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 146.
- CARDOSO, J. L. (1995a) – Símbolos sexuais do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 251-261.
- CARDOSO, J. L. (1995b) – Os ídolos-falange do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 213-232.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia, sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras, p. 128.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pêra (Silves) e o seu significado no quadro do Calcolítico do sul peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 20, p. 61-76.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M. & FERREIRA, O. da VEIGA (1987) – Nota acerca de uma conta – amuleto encontrada no “tholos” da Tituaría (Mafra). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 89-99.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M. & FERREIRA, O. da VEIGA; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. Fialho de (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaría, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.
- GALLAY, G.; SPINDLER, K.; TRINDADE, L. & FERREIRA, O. da Veiga (1973) – *O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GOMES, M. Varela (2005) – O sagrado em Vila Nova de São Pedro. Antigas e novas perspectivas. *In Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo* (J. M. ARNAND & C. V. FERNANDES, coord.). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 165-178.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – Dois novos ídolos tipo Moncarapacho. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 4, p. 47-60.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982/1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*. Mem Martins. 1-2 (1), p. 29-57.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1941) – A gruta II da necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 4, p. 107-140.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- JORGE, S. Oliveira (1986) – *Povoados da Pré-história recente da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar, II*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LEISNER, G. (1945) – A cultura eneolítica do sul da Espanha e suas relações com Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 1, p. 11-28.

- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Erster Teil. Der Süden*. Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Römische – Germanische Forschungen; Band 17).
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8 – Nova Série).
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da VEIGA (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casainhos*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 16 – Nova Série).
- PAÇO, A. do (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. do & JALHAY, E. (1938) – A póvoa eneolítica de Vila Nova de São Pedro. Notas sobre a 1ª e 2ª campanha – 1937 e 1938. *Brotéria*. Lisboa, p. 46 (Separata).
- RIBEIRO, C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monumentos pré-históricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 86 (separata).
- RODRIGUES, M. C. M. & MACIEL, M. J. (1997) – Cilindros de calcário descobertos em Moncarapacho (Algarve). *Estudos Orientais*. Lisboa. 6, p. 21-31 (Homenagem ao Professor António Augusto Tavares).
- SANTOS, M. Farinha dos & FERREIRA, O. da Veiga (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 37-62.
- SCHUHMACHER, T. X. & CARDOSO, J. L. (2007) – Ivory objects from the Chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 95-118.
- SEGURADO, J. (1970) – *Francisco d'Ollanda*. Lisboa: Edições Excelsior.
- SIRET, L. (1907) – Orientaux et occidentaux en Espagne aux temps préhistoriques. *Revue des Questions Scientifiques*. Bruxelles, p. 87 (Extrait).
- VIANA, A., FERREIRA, O. da Veiga & ANDRADE, R. Freire de (1961) – Um túmulo de “tipo alcalarense” nos arredores de Aljustrel. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (3/4), p. 247-254.

CERÂMICAS MUÇULMANAS DO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS

Isabel Cristina Ferreira Fernandes¹, João Luís Cardoso² & Maria da Conceição André³

1 - INTRODUÇÃO

As escavações arqueológicas dirigidas por um de nós (J. L. C.), com o apoio da terceira signatária, no local onde, desde 1903, se sabia da existência de um importante mosaico romano, no Centro Histórico de Oeiras, conduziram, aquando da escavação da área adjacente à implantação daquela importante peça musiva, entretanto estudada em pormenor (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996), à recolha de abundantes fragmentos de cerâmicas medievais e pós-medievais, dos séculos XVI e XVII, testemunho da ocupação daquela zona em diversas épocas anteriores à fundação do concelho de Oeiras, em 1759. Uma análise preliminar desse conjunto, efectuada pelo Dr. Carlos Tavares da Silva, no âmbito de uma já longa e frutuosa colaboração científica daquele arqueólogo com o referido signatário deste trabalho, conduziu à identificação de um conjunto considerado sob reserva como islâmico, cuja atribuição àquela época foi depois confirmada pela Doutora Helena Catarino, através de uma análise sumária dos referidos materiais. Impunha-se, pois, o respectivo estudo científico, para o qual foi convidada, pelo responsável da intervenção arqueológica, a primeira signatária, que tem desenvolvido investigações sobre o mesmo período na Baixa Estremadura. Na verdade, o conjunto agora dado a conhecer, ainda que numericamente pouco expressivo, possui inquestionável importância dado que é a primeira vez que se comprova a presença muçulmana no território oeirense, colmatando-se deste modo uma lacuna no conhecimento da ocupação humana deste espaço geográfico na referida época, à semelhança dos resultados obtidos nos últimos anos para a região de Cascais e de Sintra.

2 - CONTEXTO ARQUEOLÓGICO

As escavações arqueológicas efectuadas na área adjacente ao referido mosaico romano abrangeram a quase totalidade do piso térreo do prédio setecentista da rua das Alcássimas adquirido pela Câmara Municipal de Oeiras, antecedendo a respectiva reabilitação, ainda não realizada. Deste modo, após a remoção do mosaico para recuperação e consolidação (antecedendo a sua recolocação no local, aquando do termo das obras previstas), reuniam-se as condições para a escavação sistemática da área circundante (Fig. 1), a qual envolveu a realização de diversas campanhas de escavações, desenvolvendo-se por vários anos (CARDOSO, 2007, 2008). Pretendia-se, com esses

¹ Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Palmela.

² Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)

³ Técnico Superior do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)

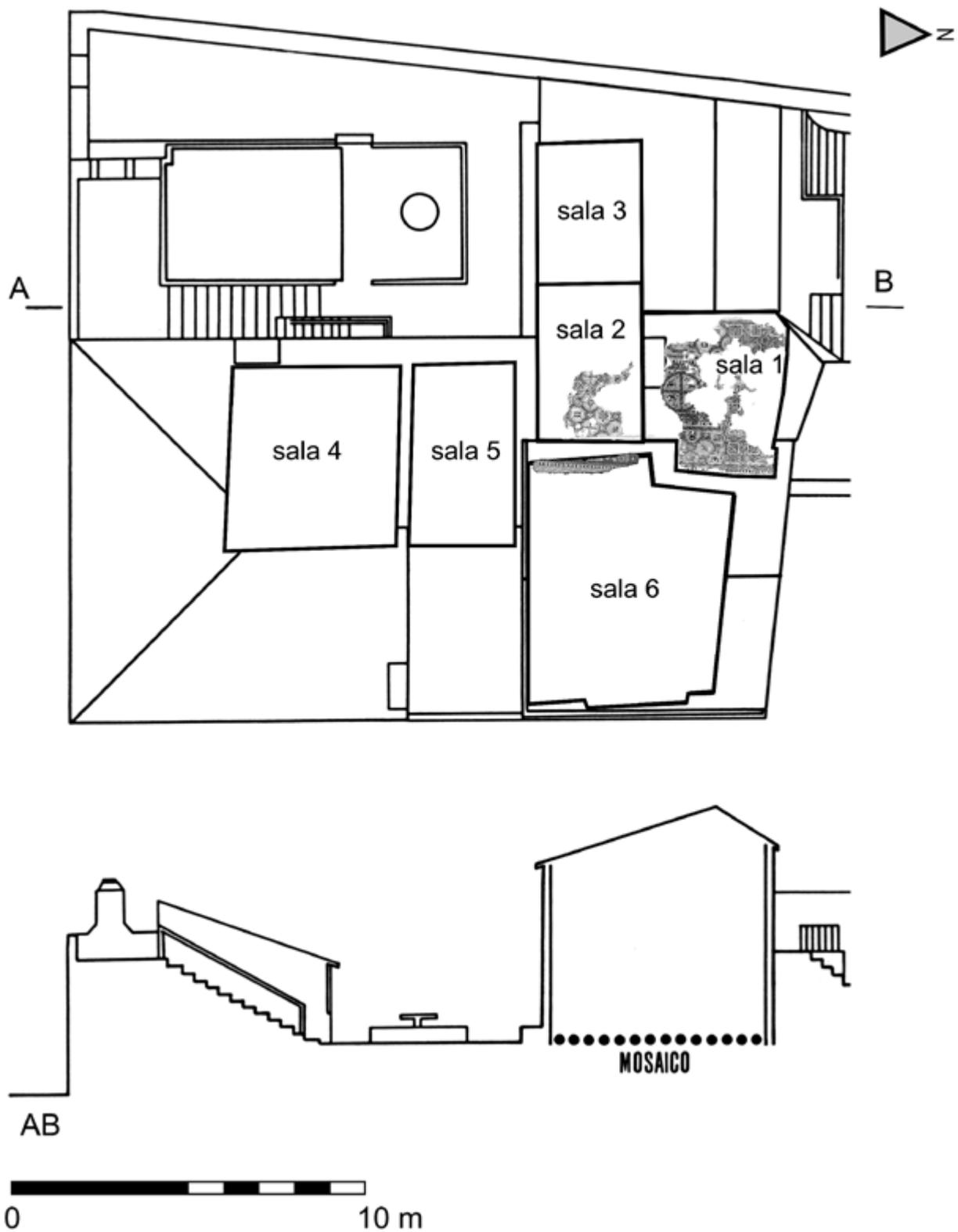


Fig. 1 - Planta e alçado da casa setecentista da rua das Alcássimas (Centro Histórico de Oeiras), com a implantação do mosaico romano (a grise) e a indicação das salas integralmente escavadas ao nível do piso térreo.

trabalhos, identificar não só ocupações anteriores à da instalação da importante *villa* romana – objectivo que foi alcançado, pelas estruturas e materiais da Idade do Ferro identificados, a que se vieram a juntar materiais do Bronze Final – mas também testemunhos posteriores, susceptíveis de clarificar as origens da actual povoação – o que também foi conseguido, como atrás se referiu.

As cerâmicas muçulmanas recolhidas, em número de 22 fragmentos, foram integralmente desenhadas, encontrando-se descritas e numeradas de acordo com a sequência do inventário adiante apresentado. A sua distribuição no terreno, de acordo com a Fig. 1, é a seguinte:

Sala 2 – exemplares números 5 e 17;

Sala 3 – exemplares números 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 21;

Sala 4 – exemplares números 3, 4, 20 e 22.

Na Sala 1 recolheu-se ainda um exemplar de tradição muçulmana, com filiações na época dita da *reconquista*, que será também considerado (exemplar número 23).

Deste modo, verifica-se uma nítida concentração de achados na Sala 3, o que tem a ver com a origem dos depósitos efectuados naquele local, por certo de uma área adjacente onde tais restos abundavam. Com efeito,



Fig. 2 – Vista da escavação efectuada na Sala 2, antes da demolição do tabique separador da Sala 3, ao fundo. Observe-se o nível do pavimento térreo original, correspondente a uma ampliação do início do século XX da casa setecentista, bem como a existência, no nível mais profundo, de um muro da Idade do Ferro, assente no substrato geológico. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 3 – Vista geral da área escavada nas salas 2 e 3, depois da demolição da parede que as separava. Ao centro, o muro da Idade do Ferro já visível na Fig. 2, fundado em roço aberto no substrato geológico; em segundo plano, observa-se outro muro, mais moderno, da Idade do Ferro ou já de época romana, anterior à remodelação arquitectónica da *pars urbana* da *villa* correspondente à implantação do mosaico. Foto J. L. Cardoso.

importa desde já sublinhar que nenhum dos fragmentos estudados se encontra relacionado com estruturas de carácter habitacional coevas, resultando a sua ocorrência da colmatação intencional de espaços com materiais oriundos de outras áreas da antiga povoação, de mistura com materiais mais modernos, sobretudo dos séculos XVI e XVII. Com efeito, a presença, muito mais abundante, de materiais dos séculos referidos não deixa de ser relevante para a demonstração de uma já significativa presença humana na zona actual do Centro Histórico de Oeiras, comprovando, por via arqueológica, a existência, à época, de um aglomerado populacional no local. Aliás, a identificação, na mesma artéria, cuja toponímia remontará à época muçulmana, de um portal de calcário branco com os cantos chanfrados, de época quinhentista, mesmo que possa ter sido ali reaproveitado, vem sublinhar a referida realidade.

Dos fragmentos recolhidos na Sala 2, um provém do crivo, enquanto o outro foi recolhido entre 0,30 e 0,45 m de profundidade, em depósito que preencheu em época medieval o espaço resultante da destruição do mosaico romano, que originalmente cobriria a totalidade daquela sala, a uma cota correspondente ao piso térreo actual, visível na Fig. 2 pela soleira da sacada da janela situada do lado esquerdo da imagem.

A Sala 3, contígua à anterior, encontrava-se dela separada por uma parede de tabique, demolida no decurso da escavação (Fig. 3). A soleira da sacada da janela ali existente, visível do lado esquerdo da imagem, permite identificar o piso térreo primitivo da sala, antes das escavações. Na imagem observam-se dois muros: o mais antigo, em primeiro plano, também visível na Fig. 2, pertence à Idade do Ferro, enquanto o muro situado em segundo plano, constituído por duas fiadas de blocos calcários, é reportável à mesma época, ou já à época romana (anterior à fase arquitectónica correspondente ao mosaico), tendo sido interrompido pela fundação da casa moderna, cor-



Fig. 4 – Pormenor da escavação realizada na Sala 3, observando-se o muro já visível na Fig. 3, da Idade do Ferro ou já da época romana; a maioria das cerâmicas muçulmanas provém dos níveis superiores à cota da referida estrutura, correspondendo a colmatação do espaço, na Época Moderna. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 5 – Vista parcial da escavação efectuada na Sala 4, observando-se ao fundo a fundação de uma das paredes mestras da casa setecentista, fundada no substrato geológico, em primeiro plano, o qual evidenciou um roço rectilíneo, correspondente à fundação de uma parede da Idade do Ferro, visível do lado direito. Foto J. L. Cardoso.

respondendo a uma ampliação da edificação setecentista efectuada depois de 1903, a qual esteve aliás na origem da descoberta do mosaico (Fig. 4).

As profundidades de recolha (em cm) registadas nos sete exemplares que não provêm do crivo são as seguintes: 30-45 (2 ex.); 60-75 (4 ex.) 75-90 (1 ex). Deste modo, os materiais reportam-se a camadas depositadas a partir do topo desta estrutura, exceptuando o fragmento recolhido a maior profundidade, situação que se pode explicar naturalmente por intrusão mais moderna.

A Sala 4 situa-se no outro extremo da área escavada. A sua área interior foi integralmente explorada até se atingir o substrato geológico, constituído por afloramentos carbonatados do Cretácico Superior (Cenomaniano). Na Fig. 5 mostra-se aspecto parcial da referida área, no final dos trabalhos, observando-se ao fundo uma fundação, assente no substrato geológico, sobre a qual se edificou uma das paredes mestras interiores da casa setecentista. A diferença de cotas desta fundação, face a uma das paredes divisórias da mesma casa, pode observar-se no canto direito da foto, onde também se observa parte de um roço rectilíneo escavado no substrato geológico, correspondente a uma fundação da Idade do Ferro ou já da época romana.

O corte estratigráfico realizado do lado meridional desta sala (Fig. 6), permite situar a posição do único fragmento com estratigrafia (n.º 3), de entre os quatro recolhidos aqui recolhidos de época muçulmana. Encontrado

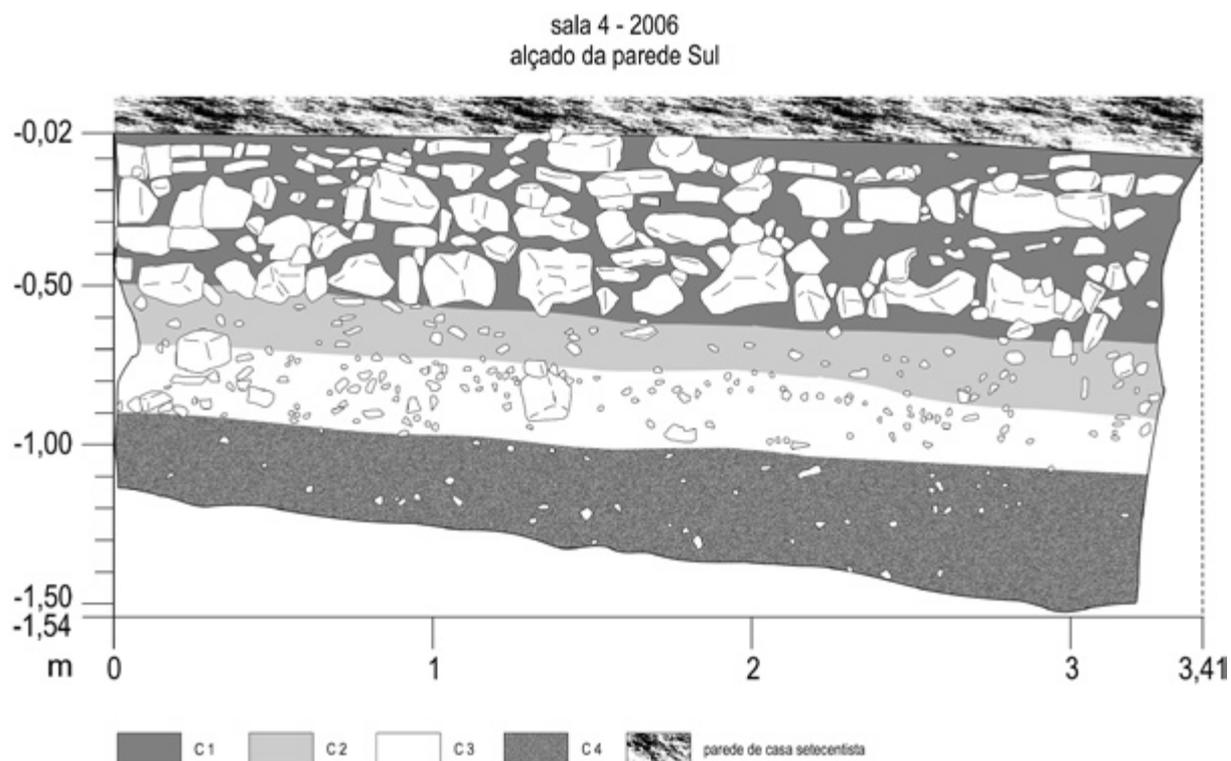


Fig. 6 – Corte estratigráfico realizado ao longo da parede meridional da Sala 4. O único fragmento de época muçulmana com indicação estratigráfica foi recolhido na Camada 4, onde se abriu a fundação da parede da casa setecentista, de mistura com outros materiais modernos. Desenho de B. L. Ferreira.

entre 15 e 30 cm de profundidade, de mistura com materiais mais modernos, corresponde ao enchimento coevo da fundação da parede interior meridional desta sala térrea da casa setecentista.

Por último, o fragmento cerâmico de tradição muçulmana, mas já de época medieval cristã, a que já se aludiu (n.º 23), foi recolhido a cerca de 30-45 cm de profundidade, sobre o muro ali posto a descoberto, sob o nível correspondente ao mosaico romano (Fig. 7), paralelo a uma das paredes da sala moderna, podendo ser de época romana (neste caso, de fase anterior à da implantação do mosaico), ou ainda da Idade do Ferro. O facto de esta peça ter sido recolhida sobre o referido muro, apesar de o mesmo ser anterior à implantação do mosaico, vem comprovar que aquele já se encontraria destruído aquando da deposição de materiais contendo o referido fragmento, que se terá verificado nos séculos XVI ou XVII, tendo presente a cronologia dos materiais mais modernos que integravam os referidos depósitos.

3 – OS MATERIAIS

Trata-se de peças de fabrico comum, de cozinha e de mesa, algumas com apontamentos decorativos característicos deste universo cultural. O conjunto estudado é constituído por pequenos fragmentos, para os quais é difícil uma inserção cronológica precisa, tanto mais que a análise do contexto arqueológico de proveniência em pouco pode contribuir para uma maior elucidação, tratando-se de achados misturados sobretudo com mate-



Fig. 7 – Vista parcial da área escavada na Sala 1, onde se identificou um troço de parede rectilínea, assente no substrato geológico, da Idade do Ferro ou de época romana anterior à instalação do mosaico, que originalmente a cobria. Sobre este muro recolheu-se o fragmento de tradição muçulmana, de mistura com fragmentos mais recentes, indício dos despejos efectuados naquele sector na Época Medieval, já depois de destruído localmente o tapete em mosaico que o cobria. Foto J. L. Cardoso.

riais modernos. Servimo-nos pois, fundamentalmente, de cinco peças para definir, com aproximação, a cronologia deste grupo: o exemplar n.º 16, um fragmento de púcaro de pasta branca com decoração a almagre, enquadrável na fase omíada, possivelmente califal; o exemplar n.º 17, um fragmento de *ataifor* com decoração a pente, que encontra paralelos no Alto da Queimada e no castelo de Palmela (FERNANDES, 2004: 180), para o século X; o *ataifor* n.º 1, uma forma que ocorre com variantes durante todo o período Omíada e se prolonga pelo menos até às primeiras Taifas, embora o nosso exemplar apresente um perfil mais adequado ao período califal; a panela n.º 7, de perfil igualmente integrável na fase Omíada; o *ataifor* vidrado (n.º 15), com características formais e técnica de revestimento ajustadas aos séculos X e XI; outras peças, como os fragmentos decorados a branco sobre engobe cinzento inserem-se numa diacronia mais longa, podendo abarcar os séculos IX a XII. Estes considerandos, associados ao facto de os restantes exemplares, mais incharacterísticos, não permitirem elações distintas, levam-nos a propor para o conjunto de cerâmicas em apreço uma datação entre o século X e o século XI.

Optámos por organizar o catálogo segundo a forma dos exemplares escolhidos, para o caso das cerâmicas comuns lisas, e por tipo decorativo para as restantes.

As tigelas ou *ataifores* n.ºs 1 a 3, de perfis distintos, muito incompletos para as n.ºs 2 e 3, são as comuns formas abertas muçulmanas de mesa, por vezes utilizadas também para requeitar os alimentos. Como referimos, o *ataifor* n.º 1, de bordo invertido para o interior, começa a definir-se na fase inicial da presença muçulmana, evocando formas de época romana. Durante os séculos X e XI acentua-se o ângulo de inflexão entre o bordo e a parede, patente no exemplar n.º 1 (FERNANDES, 2004: 150; FERNANDES e CARVALHO, 1997: 332-333).

As caçarolas (n.ºs 4 a 6), usadas para frigar ou guisar alimentos, apresentam normalmente grandes diâmetros, pastas rugosas, acabamentos pouco cuidados.

A panela n.º 7 é de uma forma que ocorre desde o Emirato e predomina nesse período, sobrevivendo até ao séc. X. O exemplar em estudo mostra-se completamente enegrecido pelo fogo.

O n.º 8 é um pote ou púcaro que indicia um colo de ligeira inclinação, com o lábio marcado por linha incisa e revestido a engobe cinzento escuro em ambas as superfícies.

Ainda no quadro das vasilhas para líquidos, os fragmentos n.ºs 9 a 11 correspondem a bilhas ou jarras. Os dois últimos são fragmentos de bordos de bilhas / jarras trilobadas, relativamente comuns em época islâmica.

O bordo de alguidar (n.º 12) apresenta um perfil que pode indiciar uma fase mais tardia, embora estes recipientes abertos sejam de caracterização pouco definida, verificando-se alguma inconstância no tipo de lábio.

Os números 13 a 18 são cerâmicas decoradas com pintura a branco, utilizando bandas largas irregulares (n.º 15 e 17), bandas verticais paralelas (n.º 13 e 14), horizontais (n.º 18) ou sequência de ondulados (n.º 16). A pintura era executada sobre engobe cinzento ou acastanhado e mais raramente sobre a pasta sem preparação. É o recurso decorativo mais vulgar nas cerâmicas islâmicas, presente em praticamente todos os sítios escavados deste período e que ofereceram espólio cerâmico (FERNANDES, 2003: 642, 643).

O fragmento de *ataifor* vidrado (n.º 19) mostra um perfil característico desta forma para os séculos X-XI, com pasta rosada e revestimento vidrado melado, de tom esverdeado com pequenos pontos ocasionais de manganês, o que poderá indicar a presença de decoração a castanho no interior da peça. A face externa é coberta de um vidrado amarelo claro, fino, deixando perceptível a textura da pasta.

A pintura a almagre sobre pasta branca, depurada, está presente no exemplar n.º 20, um fragmento de bojo de púcaro (?). Esta opção decorativa é frequente no período Omíada, começando a escassear a partir das primeiras Taifas, sobretudo sobre este tipo de pasta clara e muito depurada.

A utilização do canelado, como no exemplar n.º 21, é muito corrente, particularmente em painéis, e por vezes aparece associado a pintura a branco.

O *ataifor* com decoração a pente (n.º 22) encontra, com se disse, paralelos em Palmela para o período califal. Este exemplar entrecruza as bandas penteadas, tal como uma das peças de Palmela (FERNANDES, 2004, n.º 38, p. 180), lembrando protótipos abássidas. É uma decoração quase sempre aplicada em taças de grande formato, com pastas pouco depuradas, verificando-se apenas algum alisamento das superfícies.

Fora da unidade deste conjunto de peças muçulmanas, o n.º 23, uma base de canequinha ou pucarinho, de pasta oxidante, bem cozida, bege, com pintura a branco sobre engobe alaranjado, é uma produção seguramente mudéjar. São frequentes as continuidades técnicas decorativas, sobretudo entre uma população de artesãos muçulmanos que permaneceu em território tomado pelos cristãos do Norte. A forma desta porção de fundo aponta para os típicos púcaros ou canecas da *reconquista* (FERNANDES, 2004: 170), quase sempre dotados de uma asa, reconhecidos para os séculos XIII-XIV em vários sítios arqueológicos da região da Grande Lisboa, embora sejam mais frequentes sem decoração.

4 - CONCLUSÕES

O grupo de cerâmicas que agora se apresenta, apesar de pouco numeroso e constituído por pequenos fragmentos, representa um passo em frente no reconhecimento da ocupação muçulmana na orla marítima de Lisboa – Sintra e uma novidade para o território de Oeiras. As escavações levadas a cabo em Cascais (RODRIGUES & CABRAL, 1990 e outros estudos, não publicados) e em Sintra (COELHO, 2000, 2002) não deixam margem para dúvidas em relação à intensa ocupação islâmica de uma faixa territorial que oferecia condições vantajosas ao nível dos recursos marinhos, agrícolas, minerais e das facilidades comerciais. As fontes escritas muçulmanas são igualmente unânimes a este respeito. Ahmad al-Râzi, na sua descrição do Distrito de Lisboa, empenha-se em realçar a qualidade dos frutos, das pescas, da caça e do mel da região, acrescentando que «sobre o litoral de Lisboa, o mar atira um âmbar excelente, não inferior ao âmbar indiano» (1953: 90, 91). Esta realidade seria com certeza também aplicável ao território hoje correspondente a Oeiras, situado na rota de Lisboa a Sintra, percurso que se fazia em dois dias.

5 - CATÁLOGO

1. Tigela (*ataifor*).
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta acastanha (5YR.6/4) com elementos não plásticos de grão fino a grosso. Sinais de fogo em toda a superfície externa.
Diâm.: 200 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 60-75.
2. Tigela (*ataifor*).
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta acastanhada acinzentada (5YR.6/2) com elementos não plásticos de grão fino. Superfície externa revestida a engobe cinzento escuro (5R.5/1).
Diâm.: 140 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 60-75.
3. Tigela (*ataifor*).
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta rugosa, cinzenta acastanhada (7.5R.5/2) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície interna enegrecida.
Diâm.: 160 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 15-30.
4. Caçarola.
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta castanha avermelhada (2.5YR.5/4), com elementos não plásticos de grão fino a grosso. Superfícies engobadas a cinzento.
Diâm.: 320 mm.
Prov.: M. R. / Sala 4 / crivo.

5. Caçarola.
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta castanha avermelhada com elementos não plásticos de grão fino (2.5YR.6/4). Sinais de fogo no lábio e parte da parede. Abaixo do lábio definem-se quatro linhas incisivas paralelas.
Diâm.: 200 mm.
Prov.: M. R. / Sala 2 / 30-45.
6. Caçarola.
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta castanha acinzentada (2.5YR.6/2) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa alisada, castanha avermelhada (2.5YR.5/4), com sinais de fogo.
Diâm.: 240 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.
7. Panela.
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta cinzenta escura (2.5YR.5/0) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfícies completamente negras (2.5YR.4/0).
Diâm.: 130 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 60-75.
8. Pote ou púcaro.
Fragmento de bordo e de parede.
Pasta cinzenta no núcleo (10R.6/1) e alaranjada na periferia (10R.6/4), com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfícies engobadas a cinzento.
Diâm.: 160 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 30-45.
9. Bilha ou jarra.
Fragmento de bordo e colo.
Pasta cinzenta (2.5YR.6/2) com elementos não plásticos de grão fino. Superfície externa alaranjada (2.5YR.6/4). Vestígios de enegrecimento pelo fogo em ambas as faces.
Diâm.: 50 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.
10. Bilha ou jarra trilobada.
Fragmento de bordo e colo.
Pasta castanha acinzentada (5YR.7/2) com elementos não plásticos de grão fino e médio. Superfície externa castanha (5YR.6/3). Vestígios parciais de enegrecimento pelo fogo.
Comp. Máx.: 44 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.
11. Bilha ou jarra trilobada.
Fragmento de bordo e colo.

Pasta e superfícies alaranjadas (7.5YR.6/4) com elementos não plásticos de grão fino e médio. Vestígios de engobe negro no interior.

Comp. Máx.: 50 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.

12. Alguidar.

Fragmento de bordo e parede.

Pasta avermelhada (2.5YR.5/6) com elementos não plásticos de grão fino a grosso. Superfície externa revestida a engobe cinzento (2.5YR.5/2).

Diâm.: 240 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.

13. Forma indeterminada. Fragmento de parede com pintura a branco.

Pasta cinzenta rosada (10R.6/3) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa revestida a engobe cinzento escuro (10R.6/5). Decoração em quatro bandas pintadas a branco.

Comp. Máx.: 34 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.

14. Forma indeterminada. Fragmento de base.

Pasta cinzenta (2.5YR.6/0) com elementos não plásticos de grão fino. Superfície externa revestida a engobe castanho acinzentado (2.5YR.6/2) e superfície interna alaranjada (2.5YR.6/4). Decoração em três bandas pintadas a branco a partir da base.

Diâm.: 120 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / 60-75.

15. Forma indeterminada. Fragmento de parede com pintura a branco.

Pasta e superfície interna de cor laranja rosada (7.5YR.6/4), com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa castanha (7.5YR.5/6), decorada com traço largo, irregular, pintado a branco.

Comp. Máx.: 55 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.

16. Forma indeterminada. Fragmento de parede com pintura a branco.

Pasta com veio central cinzento (7.5YR.6/0) e periferia alaranjada (7.5YR.6/4), a mesma cor da superfície interna. Elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa acastanhada (7.5YR.6/2), decorada com três bandas onduladas, pintadas a branco.

Comp. Máx.: 40 mm.

Prov.: M. R. / Sala 3 / 75-90.

17. Forma indeterminada. Fragmento de parede com pintura a branco.

Pasta e superfície interna de cor cinzenta (5YR.6/1) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa cinzenta escura (5YR.5/1), decorada com traço irregular, pintado a branco.

Comp. Máx.: 40 mm.

Prov.: M. R. / Sala 2 / crivo.

18. Forma indeterminada. Fragmento de parede com pintura a branco.
Pasta avermelhada (2.5YR.6/4) com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfície externa acastanhada (5YR.6/3), decorada com três bandas pintadas a branco, paralelas, sobre canelado.
Comp. Máx.: 45 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 30-45.
19. Tigela (*ataifor*) revestida a vidro.
Fragmento de bordo e de parede. Pasta rosada (2.5YR.6/4) com elementos não plásticos de grão fino. Superfície interna revestida a vidro melado esverdeado, espesso. Superfície externa revestida com película fina de vidro amarelado.
Diâm.: 160 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / 60-75.
20. Púcaro pintado a almagre.
Fragmento de bojo. Pasta branca, depurada, com elementos não plásticos de grão fino. Superfície externa alisada com duas bandas e parte de círculo pintadas a almagre (2.5YR.5/8).
Comp. Máx.: 53 mm.
Prov.: M. R. / Sala 4 / crivo.
21. Forma indeterminada. Fragmento de parede canelada.
Pasta cinzenta (2.5YR.6/0) e alaranjada (2.5YR.6/6), com elementos não plásticos de grão fino a grosso. Superfície externa negra (5YR.4/1), canelada.
Comp. Máx.: 34 mm.
Prov.: M. R. / Sala 3 / crivo.
22. Tigela (*ataifor*) com decoração a pente.
Pasta castanha rosada (5YR.6/4), com elementos não plásticos de grão fino a médio. Superfícies alisadas, a interna de cor cinzenta (5YR.4/1) e a externa da cor da pasta, decorada com bandas riscadas a pente, entrecruzadas.
Diâm.: 280 mm.
Prov.: M. R. / Sala 4 / crivo.
23. Copo ou pucarinho com pintura a branco.
Base e porção de parede.
Pasta bege (5YR.7/2), com elementos não plásticos de grão fino. Superfície externa revestida a engobe avermelhado (10R.5/6) com decoração pintada a branco em composições geométricas intercaladas por traços de expressão vegetalista. O fundo é liso, com sinais de fogo.
Diâm.: 70 mm.
Prov.: M. R. / Sala 1 / muro / 30-45.

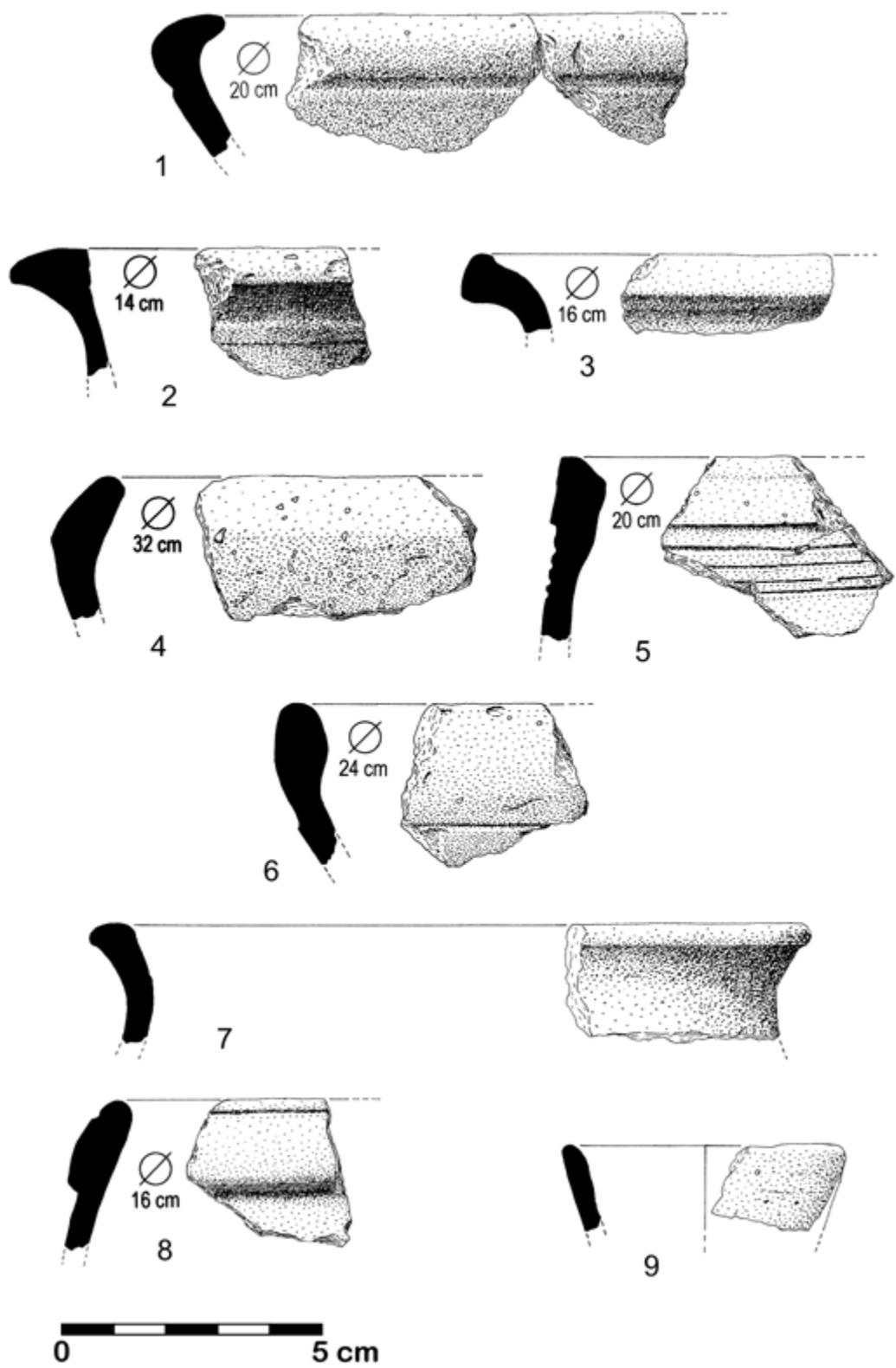


Fig. 8 - Catálogo dos exemplares descritos. Desenhos de B. L. Ferreira.

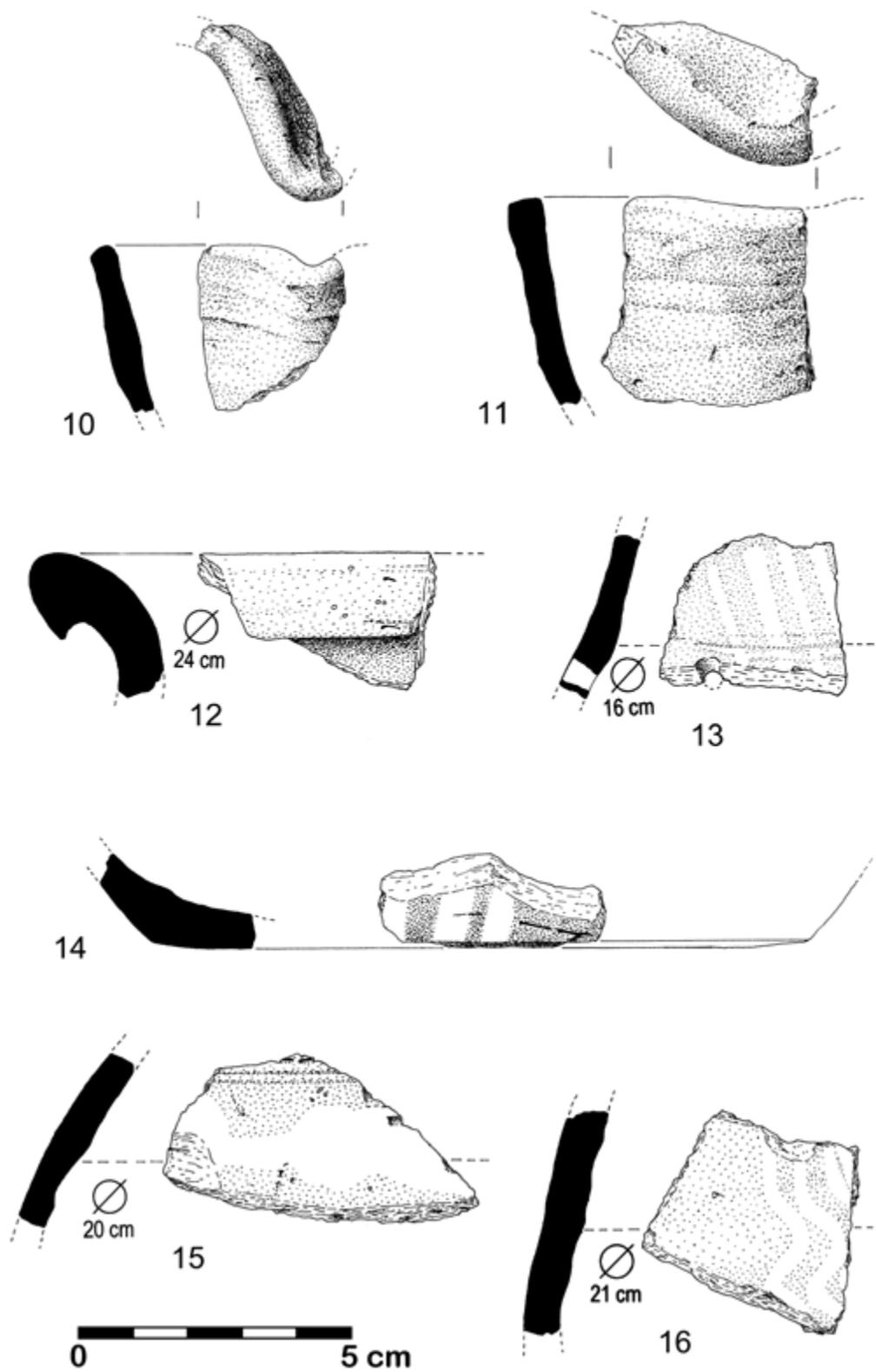


Fig. 9 – Catálogo dos exemplares descritos. Desenhos de B. L. Ferreira.

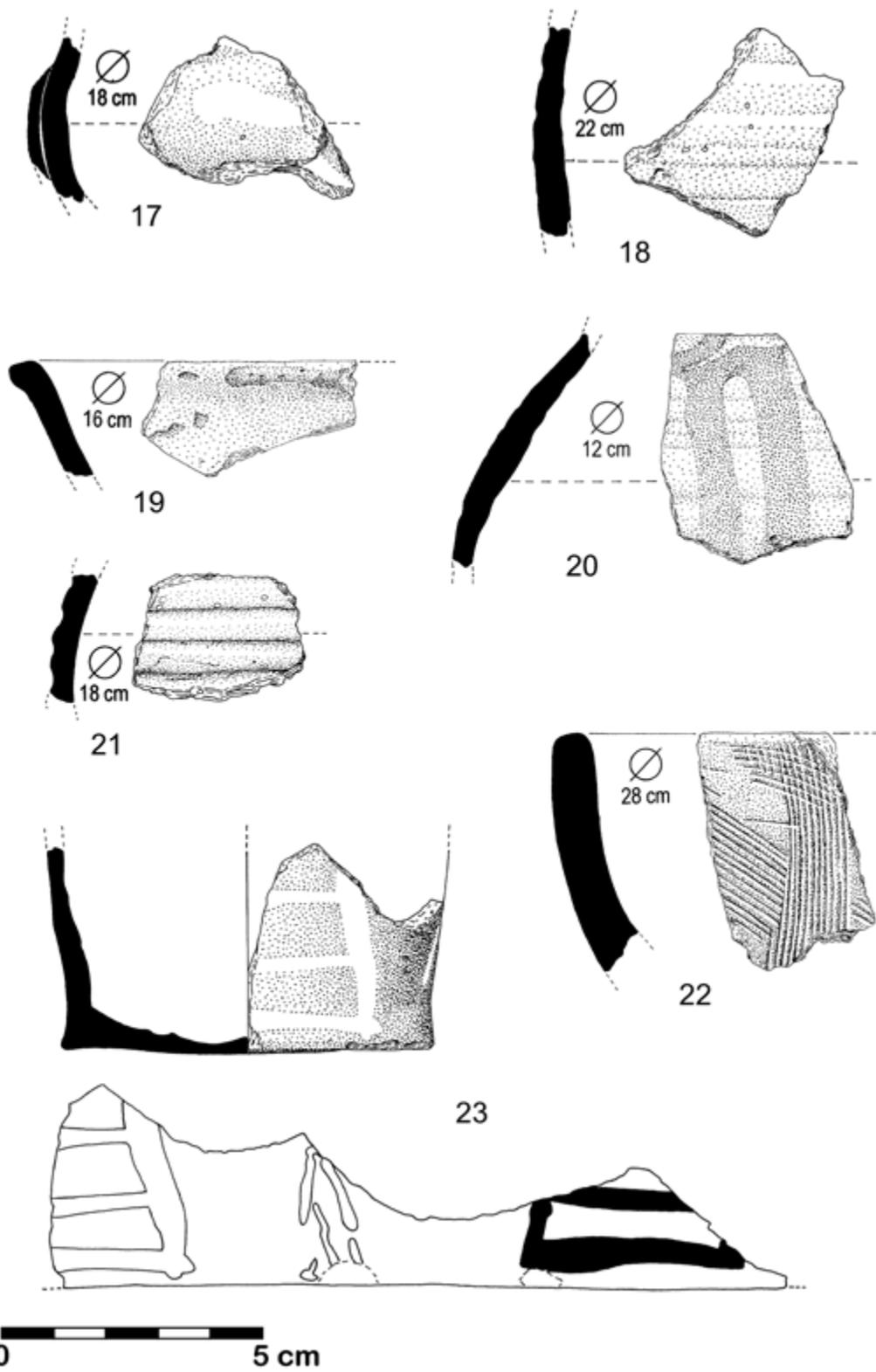


Fig. 10 – Catálogo dos exemplares descritos. Desenhos de B. L. Ferreira.



Fig. 11 – Exemplo n.º 19 do Catálogo.
Foto J. L. Cardoso.



Fig. 12 – Exemplo n.º 20 do Catálogo.
Foto J. L. Cardoso.



Fig. 13 – Exemplar n.º 22 do Catálogo. Foto J. L. Cardoso



Fig. 14 – Exemplar n.º 23 do Catálogo. Foto J. L. Cardoso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, J. L. (2007) – *Relatório das escavações arqueológicas efectuadas em Julho de 2006 na villa romana de Oeiras*. Relatório não publicado, apresentado ao Instituto Português de Arqueologia.
- CARDOSO, J. L. (2008) – *Relatório das escavações arqueológicas efectuadas em Abril de 2007 na villa romana de Oeiras*. Relatório não publicado, apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- COELHO, Catarina (2000) – A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): interpretação comparada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (1), p. 207-225.
- COELHO, Catarina (2002) – O Castelo dos Mouros (Sintra). In FERNANDES, I. C. F., coord., *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos (Palmela, 2000)*. Palmela: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, p. 389-395.
- FERNANDES Isabel Cristina & CARVALHO António Rafael (1997) – Cerâmicas muçulmanas do Castelo de Palmela. *VI Colloque International sur la Céramique Médiévale in Méditerranée (Aix-en-Provence, 1995)*. Actas. Aix-en-Provence, Narrations Editions, p. 327-335.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (2003) – Revestimento e decoração na cerâmica islâmica de Palmela (Portugal). *VIIe Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée (Tessalónica, 1999)*. Actes. Ministère de la Culture/Caisse des Recettes Archéologiques, Atenas, p. 639-652.
- FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, 2004 – *O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão*. Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, Lisboa.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 367-406.
- RODRIGUES, Severino & CABRAL, João (1990) – Silos medievais de Caparide. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 9, p. 63-73.
- «La Description de L'Espagne de Ahmad Al-Razi», in *Al-Andalus*, Vol. XVIII, CSIC, Madrid-Granada, 1953.
- Definição de cores no catálogo: Munsell Soil Color Chart.

VIOLENCE AND DEATH RITUALS AMONG MESOLITHIC MEN FROM MUGE (PORTUGAL): EVIDENCE FROM MOITA DO SEBASTIÃO

Miguel Telles Antunes*

1. INTRODUCTION

Human skull and mandible material from well-known Mesolithic (*ca.* 7800 to 6500 BP) sites near Muge, Portugal has been dealt with (ANTUNES & CUNHA, 1992-1993).

Although anthropological studies on Muge have been published since the 19th century, crushing and other modifications undergone by many specimens were ascribed to the weight of overlying sediments. This was refuted by us (*loc. cit.*). It had become evident that these modifications are indeed spectacular lesions resulting from high violence at death, most related to death rituals. Forensic Medicine methods have been most useful. For anatomical nomenclature, see Schwartz (1995).

Our interpretation was corroborated by the obvious distortion of the age at death spectra for the Cabeço de Arruda and Moita do Sebastião sites (*idem*) which show an unexpected prevalence of young adult males. The sites do not therefore correspond to normal cemeteries. They may instead be regarded as ritual killing areas.

Our results were further corroborated by biochemical evidence. Ferruginous stains on some skull bone surfaces around important traumatic lesions were ascribed to spectacular hemorrhage that certainly occurred (*loc. cit.*). Or, some protein compatible with blood ones has been preserved, as shown by several methods (Antunes *et al.*, in print). Aggression, collective in several cases, became still more evident.

However, our previous studies mainly dealt with the largest collection, that from Cabeço da Arruda. This paper presents complementary, hitherto unpublished results concerning Moita do Sebastião.

The concerned specimens were collected by our late Friend, Octávio da Veiga Ferreira, whose field excavation research, carried on during his holidays, was generously and near entirely supported by the late Olga, Marchioness of Cadaval, landlord of the Muge domain where the sites lay. She not only supplied the workers but granted Veiga Ferreira, as well as the Archeologist Jean Roche, full hospitality in her Mansion at Muge. Veiga Ferreira retained the concerned specimens that later on were granted us by him. All are deposited at the Museum of the Academia das Ciências de Lisboa.

The study presented here was accomplished by the author and our Friend and Colleague Armando Santinho Cunha, whose serious health and other personal problems unfortunately led him to cease his collaboration.

* Academia das Ciências de Lisboa. R. da Academia das Ciências, 19/ 1249-122 Lisboa, Portugal.

European Academy of Sciences, Arts and Humanities, Paris.

Centro de Investigação em Ciência e em Engenharia Geológica, Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNL)/ Quinta da Torre 2829-516 Caparica, Portugal. migueltellesantunes@gmail.com

2. DESCRIPTION

The present study concerns four skulls from Moita do Sebastião that have been referred along with other specimens (ROCHE, 1972; FEREMBACH, 1974):

- male adult skull and mandible, M 5 according to Roche (id.) and to Ferembach (id.), “Maurício” as his nickname by Veiga Ferreira;
- female adult skull and mandible 12 F, idem;
- young child skull, mandible and cervical vertebrae, no number;
- very young child skull cap, no number.

As verified by our observations as well as by X-Ray, all the specimens were carefully restored, apparently for exhibition purposes.

Excellent as it was, the preparation work also led to very negative results. It indeed entirely masked lesions and other features under a thick plaster covering, apparently mixed with bone powder. Such covering was often very difficult to discriminate from bone. This masking induced in error: in previous anthropologic works, some much modified characters as the skull profile were regarded as if all was correct. We (M.T.A.) therefore had to clean off the plaster excess.

Cranial and dental characters will subsequently be described. We will try to characterize sex and age at death and search for archaisms, pathologies, violence or traumas in lifetime, death causes, as well as lesions at death or immediately after.

M5 male skull and mandible (Fig. 1, 3 skull prior to cleaning; Fig. 2, 4-7 the same after cleaning; mandible, Fig. 8-10).

A robust male; Cro-Magnoid type according to Ferembach (1974, p. 43). Large parts were hidden by plaster prior to cleaning.

Coronal suture dentate in the external third from the right side; the remaining portion is lacking. Sagittal suture is mutilated on the anterior third and dentate elsewhere, and partly synostosed on some parts. Lambdoid suture dentate; left and right small wormian bones.

The frontal is rather oblique and shows a supra-orbital torus.

Mastoid processes are well developed. The posterior branch of the zygomatic process goes beyond the *porion*. Bone rugosities for the *pterygoideus internus* are very marked on the left side, and less so on the insertion areas for the other masticator muscles. The back neck rugosities for muscle insertions (including in special the superior and inferior curved lines, the crest, and the occipital protuberance) are rather weak. Malar bones prominent. Piriform opening is wide. Oval, large-sized orbits. Nasal bones high and antero-posteriorly curved.

Dentition is well preserved. Void 24 and 25 alveoli (*post mortem*); linear hypoplasies on the radicular third part, and from the middle third of the vestibular surface from 13 to 23; no caries; heavy abrasion on the palate surface and on the border of upper incisors; 37 has but two small abrasion areas with exposed dentin, none in 38; 47 and 48 only show enamel abrasion facets, as in the corresponding upper incisors.

No *ante mortem* lesions with survival were observed. On the other hand, there are several lesions that it seems possible to recognize in their chronologic sequence as follows:

- three contusing lesions on the right parietal bone that seem enough as *causae mortis*, all produced by means of a pointed implement with diverse angles of incidence – the somewhat oblique uppermost one was oriented

- downwards and rearwards, the quite vertical middle one was downwards directed, and the lower lesion from the rear and slightly upwards (see NEVES, 1906, p. 249-352).
- another lesion was produced on the mounting branch (nasal process) of the right maxilla, reaching the right orbit. It was produced by violent impact of a downwards-directed pointed, contusing implement that also produced linear fractures extending to the nasal bones and even to the nasal process of the left maxilla (PUEYO *et al.*, 1996, p. 215-236).
 - one small, non-piercing lesion on the left parietal bone, with wedge-shaped borders and no bone remodeling, obliquely directed downwards and forwards.
 - lesion on the right parietal and on a small area of the temporal bones: it resulted into the dehiscence of the temporal-parietal suture, and to the over thrust of the temporal endocranial surface on the lower anterior part of the right parietal external table. The piercing contusion is oval-shaped, with its oblique axis directed upwards and forwards. The upper border is wedge-shaped. The other borders of the lesion are vertical. Behind the posterior border there is a rectangular area where the diploe is exposed.
 - a lesion similar to the preceding one is present on the left parietal.
 - a large piercing lesion concerning the frontal and partly the right parietal, obliquely directed rearwards and inwards. Much bony matter was lost.
 - another lesion on the frontal, obliquely-directed leftwards and downwards, also with much loss of bony matter, exposes the diploe. It irradiates linear fractures that extend to the glabella and to the right side of the coronal suture.
 - crushing lesion with destruction of the ethmoid and sphenoid bones, both the pterygoid apophyses, and most of the palate.
 - lesion with the destruction of the *foramen magnum* and over thrust by the occipital on the temporalia and part of the parietals; there are losses of part of both the zygomatic processes with leftwards deviation of the whole face.

The brain cavity is filled by many shell and charcoal fragments.

The mandible is very robust. The lower border is angular. The chin is prominent. Goniac angle 120 degrees (right side) and 118° (left). Insertion surfaces for masticator muscles are very strong. All teeth are preserved on the dental arch. There are *post mortem* fractures on 31, 41 e 42. Abrasion is weak on all teeth except 36 and 46. These teeth (36 and 46) are of a 5-cusp type with five small abraded areas corresponding to the cusps. Vestibular surfaces of 43, 44, 33 and 34 show linear hypoplasias.

F 12 feminine skull and mandible (Fig.11-16; Fig. 17-19 mandible)

This feminine specimen was so much plaster-covered that several features were hidden prior to cleaning. The skull is rather weak, in contrast to the very robust M5 skull.

Superciliary ridges are not much prominent. The frontal is nearly straight. The posterior branch of the zygomatic process does not go beyond the porion. Mastoid apophyses and external occipital protuberances are moderately developed. Antero-posterior diameter of the *foramen magnum* exceeding the transversal one. Osteophytoses are present on the posterior half of the same foramen.

Canine crest is not prominent. Coronal suture obliterated except in a portion of the left third part, where it shows a labyrinth aspect. Left pteric bone is triangular. There is no right pteric bone. Sagittal suture obliterated, showing remnants of a dentate pattern. Lambdoid suture is of a dentate type; there are several wormian bones on both sides of this suture at *lambda's* level. Nasal bones are high and antero-superiorly concave. Pyriform opening is narrow. The waving palato-maxillary suture is slightly convex posteriorly.

Void 21 and 25 alveoli. Heavy abrasion of all teeth. Occluso-proximal (OM) caries on 16 and 26. Only one root is preserved in 28. There are some bone remodelling areas in the former 18 alveol – loss of roots in lifetime, except for the partly preserved distal root. There is a palatine torus at the level of 27 and 28. Punctiform hypoplasias on the vestibular surface of 24. Additional hypoplasias may have been present, being later eliminated by abrasion. Large-sized infraorbital foramina.

On the right frontal there are parallel, slightly rearwards and upwards oblique cut marks. On the left frontal, a nearly symmetrical cut mark is present. Even if vascular grooves are present in a few modern skulls (i.e. in a minority of individuals), as we verified, there are some unmistakably cut marks on many Mesolithic Muge skulls. This evidence points out to scalping.

An important, 6 by 5.5 cm contusing-piercing lesion, exposing the diploe concerns the right side of the frontal and the right parietal. Contusing-piercing lesions are present on the floor of both orbits, two on the right one, four on the left orbit. The nasal septum is broken and mutilated, and presents a marked rightwards deviation. At the right orbit's inner part there is one penetrating alien body exposed for about one centimeter. The left orbit presents a heart-shaped formation that extends into the optic foramen. Radiate fractures are numerous on the parietals, right temporal, right occipital condyle, and both malar bones. There has been dehiscence of the temporal bones, more marked on the right side. The occipital surface shows a pigmented stain.

The mandible shows a rounded profile. Chin is not prominent. Goniac angle, 120 degrees (right side) and 123 (left side). Bone rugosities are not marked. Dental arch still presents all teeth but 38 and 48, whose loss in life is compatible with partial bone remodelling. Abrasion is much accentuated in all teeth; in their occlusal surface, enamel is reduced to a peripheral fringe and dental crowns became much shortened. Vestibular surfaces of 44, 35 and 36 show linear hypoplasias. 31 and 41 underwent recent fracturing.

Not numbered ca. 16 month infant skull, mandible and six associated cervical vertebrae (Fig. 20-25)

This specimen is from a 16 month child.

Most of the linear type coronal suture is wanting. The dentate sagittal suture is also much incomplete. Dentate lambdoid suture with wormian bones on both sides. Linear metopic suture, abnormally short for the presumed age. Nasal bones straight and directed slightly downwards. Broad pyriform opening.

The mandible defines a very obtuse angle. The symphyseal suture is obliterated. The mandible condyles show growing striae.

Teeth are in occlusion: 52 to 62, and 72 to 82. The 73 and 83 were erupting, while 53 and 63 are still in their crypts. The destruction of the bone cortex exposed the germs of 54, 55, 64, 65, 74 and 84. The 52 to 62 show thermoclastic effects. No hypoplasias were seen. Occlusion Class 1, according to Angle. The upper incisors were used. The 53 and 83 germens are brownish red-colored, this being compatible with hemorrhage.

The brain cavity is filled by a firm, white to grayish substance composed (according to Prof. Celso Gomes) by particles of calcite, quartz and K-feldspar, by that decreasing order, with tiny black or brown spots. Most of the frontal and right parietal have been destroyed. Both parietal bones are much broken close by the sagittal suture and have been upwards displaced. There are multiple, differently sized contusing-piercing lesions on both temporal bones, sphenoid, frontal, left parietal, nasal and malar bones, maxillaries, as well as on the mandible.

The neck of the left condyle of the mandible is broken and penetrates into the glenoid fossa. The right condyle was displaced into under the temporal bone.

Alien bodies similar to that already referred to in the F 12 skull are present in the left orbit and the nasal opening.

The nasal septum has been destroyed.

Brown stains are present on the frontal, left parietal, and occipital bones, as well as on the left side of the mandible.

The anterior and posterior arches of all the cervical vertebrae are broken; the fragments have been displaced. The whole mass of cervical vertebrae has also been displaced, and is lodged between the two mandible branches.

Not numbered new-born skull cap (Fig. 26-28)

There is also a much deformed, incomplete new-born child's skull cap.

Linear coronal, sagittal and lambdoid sutures are obvious. There are small wormian bones on the lambdoid suture's right side, but no metopian suture. At the bregma's level there is a lozenge-shaped opening, two of its sides being incomplete; this opening is compatible with the bregmatic fontanel. Most of the brain cavity is empty, although it still contains some charcoal and shell fragments. Part of the left orbit is filled with gangue. Yellow to light brownish pigmentation is present on both the parietals and on the occipital bones.

There are multiple, linear fractures on the frontal and parietal bones (see PRANGE *et al.*, 2003, p. 143-145).

3. DISCUSSION

In this chapter we will successively discuss age at death, sex, morbidity, trauma and death causes, morphologic types and archaic features.

Age at death

We only studied four individuals' remnants whose ages at death are as follows:

- a new born;
- a 16 month child;
- an adult male about 30 to 40 years old at death;
- an adult female, 40-50 at death.

Age was estimated considering synostosis as well as dental abrasion as far as adults were concerned. For the child, dental development and the absence of diploe were taken into account, as for the new-born the skull cap dimensions and the presence of a large bregmatic fontanel.

Sex

Sex cannot be identified as far as children are concerned.

The M 5 skull is recognized as masculine because of its robustness, the obliquity of the frontal, the strong occipital rugosities, and the posterior branch of the zygomatic process that extends rearwards beyond the *porion*.

The F 12 skull is from a female for its weakly developed superciliary ridges, near vertical front, weak mastoid apophyses and external occipital protuberance, as well as weak canine crests.

Morbidity

The M 5 skull shows dental hypoplasies and abrasion, but no caries.

On the other hand, in the F 12 specimen there are not only severe dental abrasion and hypoplasies, but also caries and osteophytoses.

Milk teeth are abraded in the child. No caries or hypoplasies were seen.

Trauma

In all cases, traumatic lesions may have been causes of death. We cannot ascertain the pertaining chronologic order as performed on each individual. All the specimens show ferruginous stains close by the traumatic lesions (but not elsewhere) and compatible with hemorrhage. The aggression implements were contusing or cutting-contusing, and are compatible with deer-point axes as those known from Cabeço da Arruda.

The crushing lesion shown by the M 5 skull was performed by means of a strong, thick and heavy implement, probably a cudgel.

Penetrating alien bodies are present in both adult skulls.

After cleaning, the adult skulls show what has been interpreted as cut marks on the frontal, either on both sides (M 5) or only on the right side (F 12). Such marks have tentatively been regarded as related to scalping.

This is prone to discussion. In human skulls there are sometimes oblique sulci on either both sides of the frontal or just on one side that correspond to superficial veins. Of course, these sulci are not related to trauma or scalping actions.

Nevertheless, we carefully observed features like these whose sections seem to point out to cutting implements as the small flint blades that are common at the concerned localities. Another Epipalaeolithic skull from the same Muge area but from Cabeço da Arruda clearly shows it through parallel, right cuts on the upper part of the skull, as observed by Antunes & Santinho Cunha.

Furthermore, there is evidence of typical enough transversal cuts on the frontal that cannot at all be confused with vessel tracks. They instead are compatible with scalping, as it seems by comparison with a “classical” scalped skull from the United States (HASS [Org.], 1994, p. 102, fig. 71a – specimen from Burial 72, Norris Farm 36, central Illinois).

Morphologic types and archaic features

There is some variability as far as adults are concerned. The pyriform opening is broad in the M 5 skull, but narrow in the F 12.

As archaic characters, there is a torus in M 5 skull that also shows a very clear, 5-cusp pattern in the molars.

4. CONCLUSIONS

New observations carried on the cleaned skulls and mandibles from a 30 to 40 man and a 40 to 50 years old woman, plus the skull and mandible from a 16 month child and the skull cap of a new-born child, all from Moita do Sebastião, as well as comparisons with Cabeço da Arruda specimens support the following conclusions.

1. No *ante mortem* lesions with survival were seen.
2. As at Cabeço da Arruda, there was violence that had not been recognized before, as shown by:
 - multiple, differently-sized contusing-piercing lesions, resulting into the dehiscence of bones and sutures, and the over thrust of bone elements;
 - multiple, linear impact fractures, sometimes in an radiating pattern, or exposing the diploe with much loss of bony matter;
 - parallel, oblique cuts that may be related to scalping; indeed scalping is obvious on a Cabeço da Arruda specimen and may have been performed in other cases;
 - penetrating alien bodies;
 - crushing lesion with destruction of the ethmoid and sphenoid bones;

- in both adult skulls, the nasal septum was broken and became mutilated with a marked rightwards deviation;
 - lesion with the destruction of the *foramen magnum* and over thrust by the occipital on the temporals and part of the parietals;
 - in all cases, unevenly distributed traumatic lesions made at death, many of which are enough or in excess to be *causa mortis*.
 - in all specimens there are ferruginous stains close by the traumatic lesions but not elsewhere that are compatible with hemorrhage.
3. Violence was performed on individuals since the childhood and on both sexes.
 4. The contusing or cutting-contusing aggression implements are compatible with deer-point axes as those known from Cabeço da Arruda.
 5. At least in some cases, scalping has been performed at Cabeço da Arruda, as previously recognized by Antunes and Santinho Cunha. The eventual occurrence of scalping among the Epipalaeolithic populations from Muge area is thus most probable, although evidence from Moita do Sebastião is not apparently so conclusive.
 6. Violent, crushing lesion shown by the M 5 skull was performed by means of a strong, thick and heavy implement, probably a cudgel. However none of the scarce Moita do Sebastião specimens is so much crushed as certain Cabeço da Arruda ones.
 7. Data recognized now for Moita do Sebastião are nearly identical to those about Cabeço da Arruda; hence the situation is closely similar in both cases. This corroborates our previous interpretation of ritual killings that were carried on these two sites and maybe at other Mesolithic ones in the same area.
 8. No differences in ritual behavior, in pathologies, violence and death rituals have been detected. We may therefore conclude that the whole data point out, even more strongly than before, to populations from the same ethnic group.

REFERENCES

- ANTUNES, M. Telles & CUNHA, A. Santinho (1992-1993) – Violência, rituais e morte entre os “bons selvagens” de Muge. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, 321, p. 197-239.
- ANTUNES, M. Telles; CORREIA, M. C. F.; MOURA, J.J.G.; PRUDÊNCIO, M. & CUNHA, A. Santinho (in print) – Violence and death among Mesolithic man from Cabeço da Arruda (Portugal): biochemical evidence. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências.
- FEREMBACH, D. (1974) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião/ Muge, Portugal II. Anthropologie*. Instituto de Alta Cultura, Lisboa. 146 pp.
- HAAS, Jonathan (organizer) (1994) – *Standards for data collection from human skeletal remains*. Arkansas Archeological Survey Research Series No. 44. 206 pp. + 26 attachments.
- KILLEY, H. C. (1983) – *Fractures of the mandible*. John Wright, Bristol. 365 pp.
- MUGNIER, A. (1964) – *Embryologie/ Développement bucco-facial*. Masson, Paris. 302 pp.
- NEVES, A. (1906) – Fracturas experimentais de cabeças ósseas incidindo o estudo sobre os mecanismos de resistência de estruturas ósseas. *Jornal de Ciências Médicas*, 50, 244-252. Lisboa.
- NOSSINTCHOUK, R. M. (1991) – *Manuel d'Odontologie médico-légale*. Masson, Paris. 214 pp.

- PERI, J. G., Chabannes, J. & MENES, R. (1981) – Fractures of the frontal sinus. *J. Maxillo Surg.*, 9, p. 73-79.
- PRANGE, M. T.; COATS, B.; HAIME, A. C. & MARGULIES, S. (2003) – Anthropomorphic simulations of the falls, shakes and inflicted impacts on infant. *Journal of Neurosurgery*, 99 (1), p. 143-148.
- PUEYO, M. V.; Garrido, B. R. & SANCHEZ, S. J. A. (1996) – Odontología Legal y Forense. Masson. Paris, p. 215-236.
- REICHS, K. (1986) – *Forensic Osteology*. Charles C. Thomas. 326 pp.
- ROCHE, J. (1972) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião/ Muge, Portugal II Archéologie*. Instituto de Alta Cultura, Lisboa. 174 p.
- SCHWARTZ, J. H. (1995) – *Skeleton keys/ An introduction to human skeletal morphology, development and analysis*. Oxford University Press, New York| Oxford. 362 p.

All specimens and especially M5 have been cleaned by M. Telles Antunes from much added material (plaster plus ?bone powder) during reconstruction work. Although more nice for exhibition purposes, this reconstruction did not depict the true aspect of the specimen. It significantly modified the skull's shape and profile and concealed spectacular, traumatic modifications. Photos by J. L. Cardoso and F. Ladeira (n.º 1, 3).

M5, male skull and mandible

Fig. 1 and 3 – The M5 skull as formerly reconstructed with much material (plaster, etc.) added as studied by Ferembach (1974), who ascribed it to a “cromagnoide” (idem, p. 45) without taking into account the reconstruction-induced modifications:

- 1, *Norma frontalis*.
- 3, *Norma lateralis*.

Compare with new photos after cleaning (fig. 3-8).

Fig. 2, 4-7 – The M5 skull after cleaning. Compare with Fig. 1 and 3.

- 2, *Norma frontalis*. Broad, piriform nasal opening, maybe of racial interest. Remark the bulging frontal torus. Lesions: bilateral holes in both the ascending processes of the maxillaries, loss of the zygomatic processes, loss of the skull lateral wall including parts of the parietal and malar bones at the level of the lower part of the right parietal.
- 4, *Norma lateralis*, left side. Male sex characters are obvious, as the posterior end of the zygomatic process extending rearwards beyond the *porion*, and the large mastoid process. Very large, traumatic lesions are very important: the sinking of the occipital bone and the loss of large parts of the temporal and malar bones. The larger hole is (as well as other ones) is fulfilled by ashes, sand and small coal and shell fragments. An oblique, downwards and anteriorwards very strong blow by a contusing implement (compatible with a deer-antler pointed ax) resulted in the loss of bony material from the parietal with successive, wedge-shaped exposure of cortical bone, of the diploe and the internal table.
- 5, *Norma verticalis*. Heavy lesions by a contusing-perforating implement, probably a deer-antler pointed ax and/or a cudgel on the frontal and both parietals are shown, as well as a lesion with comminutive fracturing and bone sinking on the right parietal as a result of an intensive blow.
- 6, *Norma basilaris*. Loss of part of both maxillaries, the horizontal part of the palatines, of both zygomatic processes, the temporals and the occipital. The remaining part of the occipital is sunk into the cranial cavity with luxation of the lambdoid suture. There are a few wormian bones. The left premolars have been lost *post mortem*, the corresponding alveoli being empty. The incisors and canines show heavy attrition. The last molars (M³) only show wear facets on the lingual side.
- 7, *Norma occipitalis*. The rear part of the sagittal suture is synostosed. Lambdoid suture is preserved. Wormian bones can be seen in both left and right sides. The left parietal has partly been lost. The displaced occipital is sunk into the cranial cavity.

Fig. 8-10 – The masculine, very robust M5 mandible. Chin is prominent, and the insertion surfaces for masticator muscles very strong. All teeth are preserved except for some missing parts as a consequence of *post mortem* fractures.

- 8 – *Norma frontalis*.
- 9 – *Norma lateralis*, right side.
- 10 – Occlusal view.

F 12 feminine skull and mandible

Fig. 11-16 – The F 12 skull after cleaning. Specimen regarded as “protoméditerranéen” by Ferembach (1974, fig. 14 – sagittal profile). Important impact lesions were concealed by added plaster plus ?bone powder.

- 11, *Norma frontalis*. Remark the presence of alien matter corpuscles in the nasal aperture and the orbits. The maxillaries (and the mandible) show distinct, not remodelled linear fractures; this points out to fracturing just prior to/or at death. The left first incisor (I¹) was lost *post mortem* but not during excavation or later. All the heavily worn teeth have tartar deposits.
- 12, *Norma lateralis*, left side. Loss of the zygomatic process.
- 13, *Norma lateralis*, right side. A very large, previously unaccounted perforating lesion became exposed after cleaning. It exposes the diploe on the right parietal and irradiates into the squamosal suture. It is a typical radiating fracture. There are two more or less parallel, oblique marks on the lateral surface of the frontal, closely similar to other ones in skulls from Cabeço da Arruda (Antunes & Cunha, 1992-1993). Although in some skulls there are vascular grooves on the lateral parts of the frontal's surface, careful observation seems to point out to cuts. This may be open to discussion. This feature is common among the Cabeço da Arruda and Moita do Sebastião populations which certainly were closely related.
- 14, *Norma basilaris*. Note the dental attrition and the impact-fracturing of the occipital condyles. The left and right 1st molars (M¹) show occluso-proximal (OM) caries. The left last molar (M³) was destroyed in life except the roots, probably by caries. The right M³ was lost in life.
- 15, *Norma verticalis*.
- 16, *Norma occipitalis*. Parts of the sagittal and lambdoid sutures are synostosed. There are a few small left and right wormian bones, as well as many small holes that may be compatible with osteitis.

Fig. 17-19 – The F 12 mandible, much weaker than the preceding one. It shows a rounded profile and the chin is not prominent. No marked bone rugosities. Dental arch presents near all teeth, that are strongly abraded.

- 17 – *Norma frontalis*.
- 18 – *Norma lateralis*, right side.
- 19 – Occlusal view.

Not numbered, ca. 16 month infant skull, mandible and six associated cervical vertebrae

Fig. 20-25 – Infant skull & mandible after cleaning. Not described nor figured by Ferembach (1974).

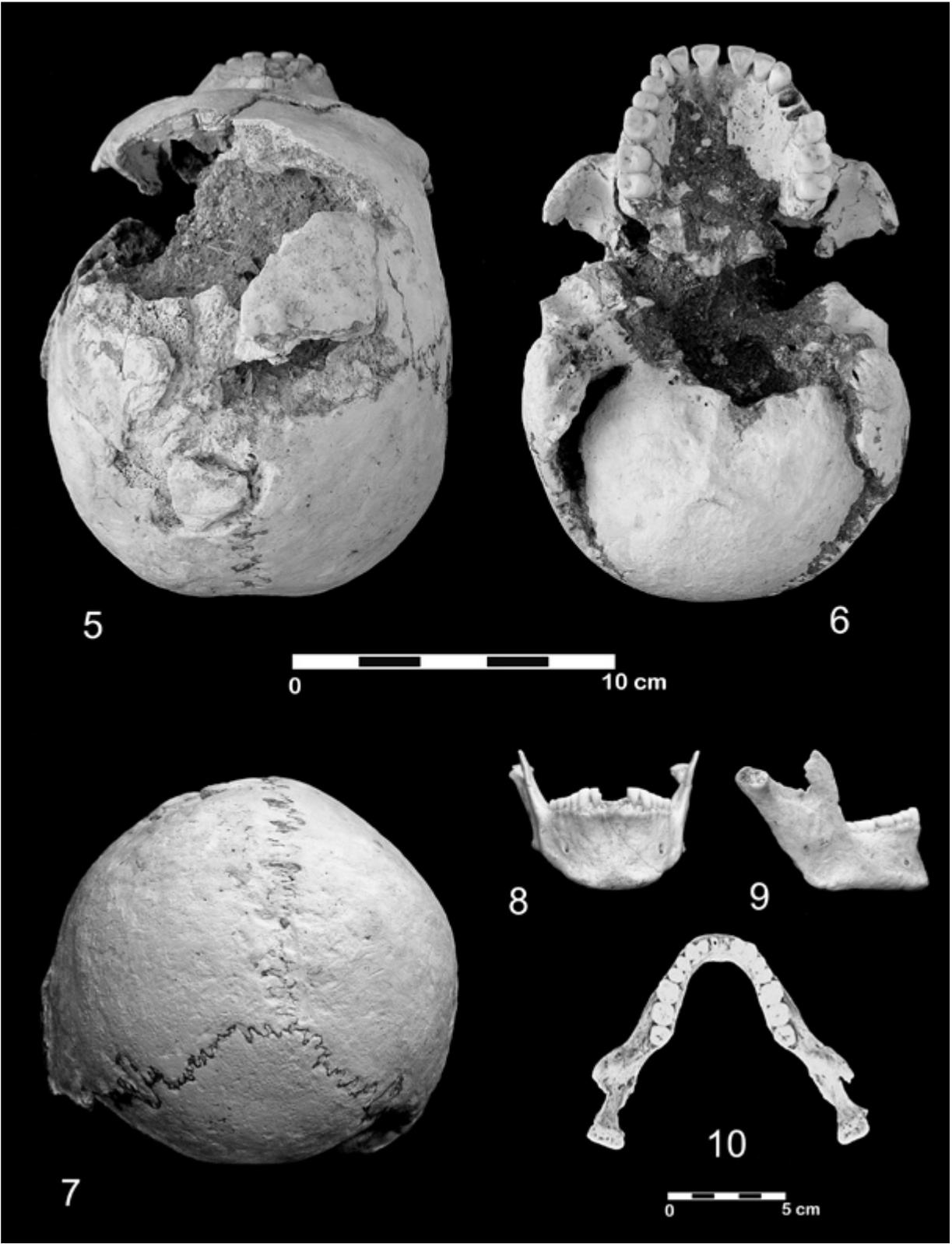
- 20, *Norma frontalis*. The fore teeth show a centered occlusion pattern. An alien matter corpuscle is placed in the left orbit. Metopic suture is barely distinct, but it could have been lost along with a large part of the frontal. There is evidence of traumatic lesions and intense fracturing with bone displacement.
- 21, *Norma lateralis*, left side. Loss of the zygomatic process; contusion lesion on the left temporal.
- 22, *Norma lateralis*, right side. There are traces of contusions on the temporal, and on the mandibular ramus. Much parietal bony matter has been lost at death.
- 23, *Norma verticalis*. There are brownish (darker) stains on the left parietal and on the right part of the frontal. The anterior and right lateral parts of the skull cap are mutilated. Both parietals show comminutive fractures.
- 24, *Norma basilaris*. Sinking of the first cervical vertebrae's anterior and posterior archs between the branches of the mandible can be seen. Loss of the occipital condyles.
- 25, *Norma occipitalis*. Brownish pigmentation (darker stains) on the preserved bone surfaces. Extensive mutilation. Numerous small wormian bones are shown along the lambdoid suture.

Not numbered new-born skull cap

Fig. 26-28 – A deformed, incomplete new-born child's skull cap. Linear coronal, sagittal and lambdoid sutures. Small wormian bones on the right side. At the bregma's level there is an incomplete lozenge-shaped opening that is compatible with the bregmatic fontanel. There are multiple, linear fractures on the frontal and parietal bones.

- 26, *Norma frontalis*.
- 27, *Norma lateralis*, left side.
- 28, *Norma verticalis*.







11



12

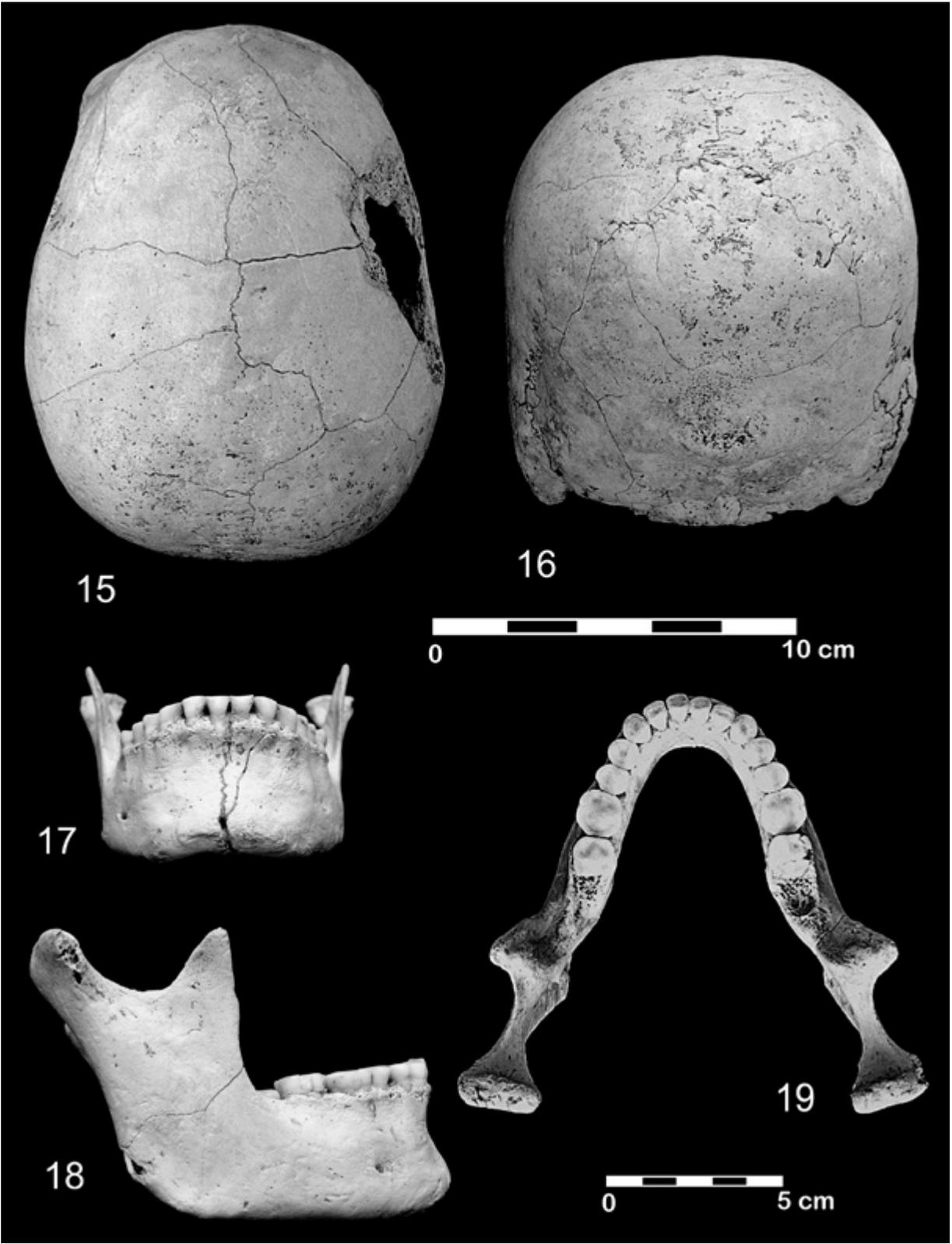


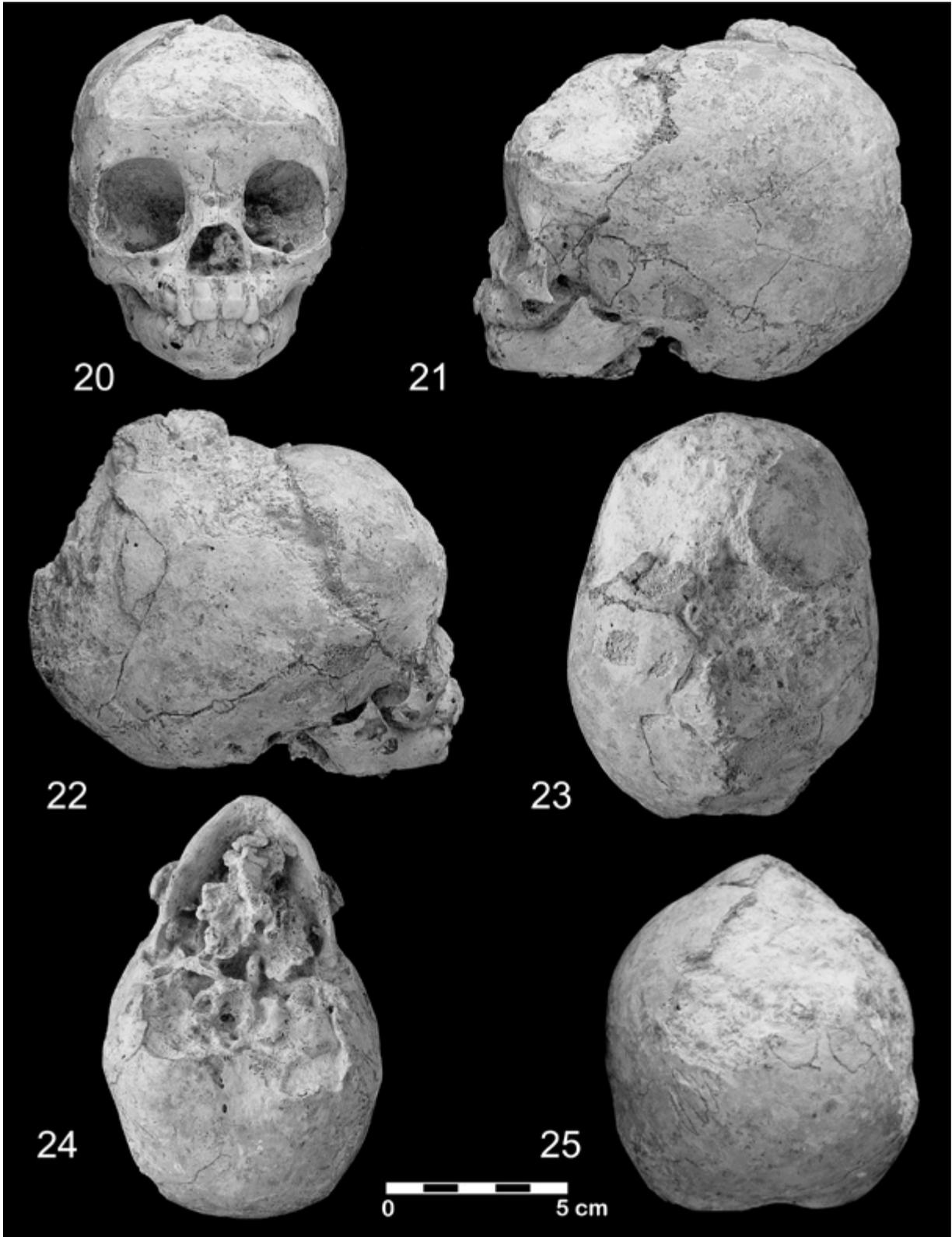
13

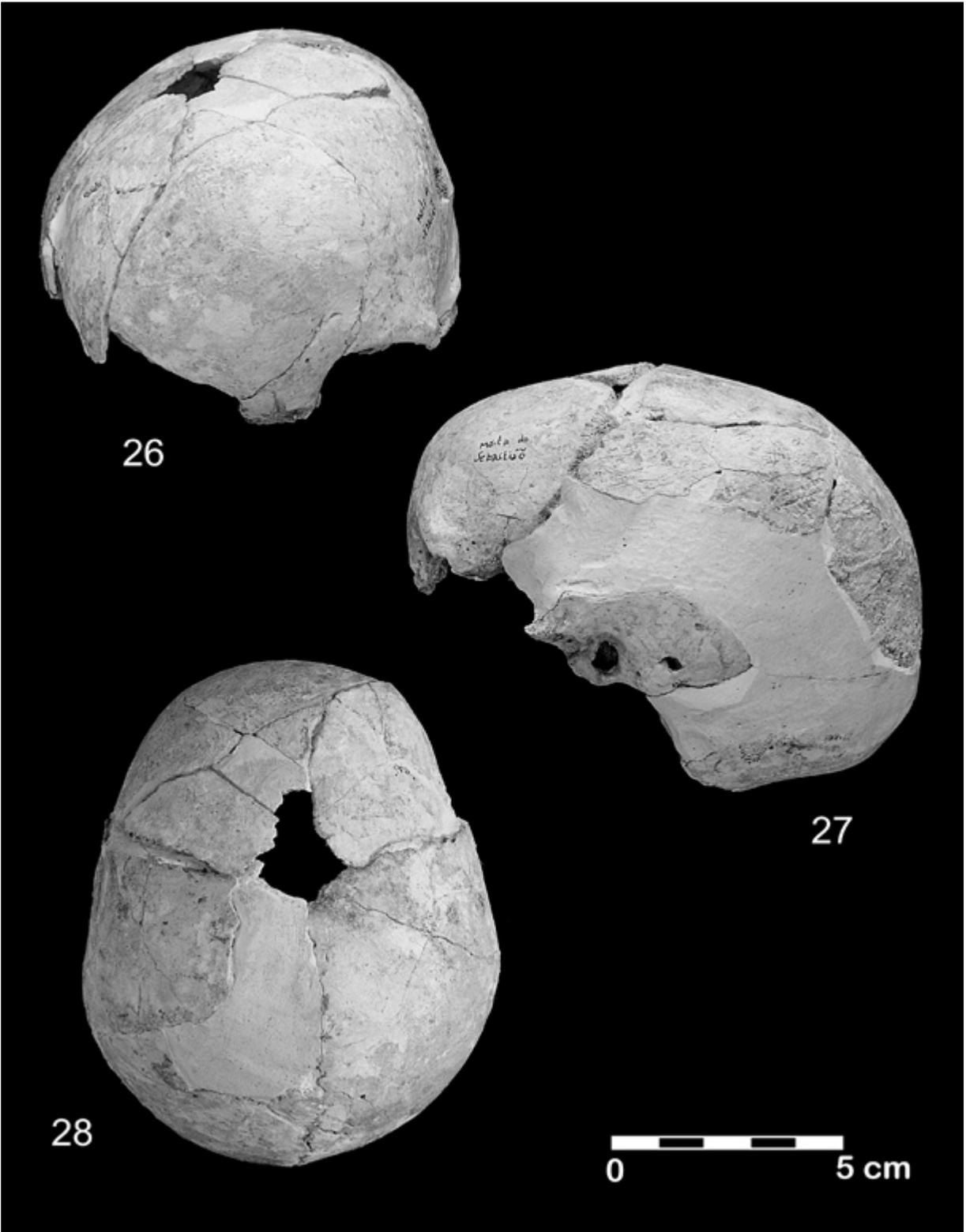


14









SISTEMAS DE POVOAMENTO, SUBSISTÊNCIA E RELAÇÕES SOCIAIS DOS ÚLTIMOS CAÇADORES-RECOLETORES DO VALE DO TEJO

Nuno Bicho¹

1. INTRODUÇÃO

Os concheiros de Muge são dos sítios arqueológicos portugueses, juntamente com o Paleolítico do vale do Côa, mais conhecidos internacionalmente. Várias razões poderão estar na raiz desse facto: a precocidade na escavação de alguns desses concheiros (que se iniciou em meados do séc. XIX), a dimensão e número dos locais arqueológicos e, finalmente, o número de esqueletos humanos resgatados até ao presente. Por essa razão, a quantidade (e diversidade) de trabalhos publicados é muito superior à centena, maioritariamente no território nacional e em língua portuguesa (CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Enquanto se conhecem várias sínteses gerais recentes dos homólogos concheiros do vale do Sado (e.g., ARNAUD, 1989), raros são, depois de Jean Roche, os trabalhos deste tipo (ROLÃO, 1999) que se centraram apenas nos concheiros do vale do Tejo. Há, contudo, inúmeras publicações que focam aspectos parcelares, ainda que muito importantes, de Muge: podem listar-se os estudos sobre fauna que culminaram na tese de doutoramento de C. Detry (2007), os estudos de Antropologia Física (CUNHA & CARDOSO, 2002/2003; CUNHA & UMBELINO, 2001; CUNHA *et al.*, 2003) a que se associaram recentemente os trabalhos sobre as dietas dos ocupantes de Muge (UMBELINO 2006; UMBELINO *et al.*, 2007), muitos dos quais reflectindo o interesse generalizado e alargado sobre o tópico da emergência das economias de produção neolíticas em Portugal (JACKES *et al.*, 1997; LUBELL & JACKES, 1985; LUBELL *et al.*, 1994). Não menos importante, mas muito mais rara, é a aplicação da geoarqueologia aos contextos mesolíticos e neste caso específico a Muge, que no âmbito de um dos mais recentes projectos interdisciplinares coordenados por J. Rolão, resultou também numa tese de doutoramento em Inglaterra e da qual resultaram já vários artigos não só em Portugal (VAN DER SCHRIEK *et al.*, 2002/2003) mas também em revistas internacionais (VAN DER SCHRIEK *et al.*, 2008) revelando dados inéditos sobre a formação do vale de Muge e da cronologia do início e término das condições estuarinas na área.

O objectivo do presente trabalho é focar algumas das teorias mais controversas das ocupações mesolíticas de Muge, nomeadamente o aparecimento dos concheiros e os padrões de povoamento e subsistência na região do vale do Tejo. Nalguns casos, os dados de base são objectivos e permitem, de facto, chegar às conclusões agora apresentadas; noutros, os dados são claramente insuficientes para provar as hipóteses ora apresentadas, mas estas, no actual estado dos conhecimentos, serão tão ou mais plausíveis do que as perspectivas tradicionais tomadas como correctas na bibliografia dos últimos 50 anos. Assim, este trabalho, em certa medida, aproxima-se mais de um ensaio do que de um artigo científico.

¹FCHS, Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal, nbicho@ualg.pt

2. AS ORIGENS DO POVOAMENTO MESOLÍTICO DE MUGE

Tradicionalmente, a explicação do aparecimento dos concheiros de Muge assenta na formação do grande lago estuarino no vale do Tejo durante o pós-glaciar holocénico no início do período Atlântico, como consequência da subida geral do nível do mar que se fazia sentir desde o Dryas III, há cerca de 11000 anos.

Esta perspectiva histórica – anterior ao desenvolvimento da teoria da *Broad Spectrum Revolution* publicada na década de 60 por Binford (1968) e Flannery (1969) – acreditava que o início do Holocénico teria trazido uma fase de escassez de recursos cinegéticos terrestres, forçando os caçadores-recolectores do pós-paleolítico a recorrerem ao marisco como principal fonte de alimento. Naturalmente, os estuários, como um dos ambientes de maior produtividade de biomassa aquática, seriam perfeitos para a implantação das comunidades humanas mesolíticas, como se provava pela presença das grandes acumulações de conchas de moluscos estuarinos vistos nos concheiros de Muge e, mais a sul, no Sado. Esta perspectiva tornou-se um dos truísmos inteiramente aceites na bibliografia científica arqueológica portuguesa por profissionais e estudantes do Mesolítico. Contudo, passado mais de um século sobre as primeiras publicações sobre Muge (RIBEIRO, 1884) e quatro décadas sobre os trabalhos de Binford e Flannery, vale a pena reflectir sobre esta óptica bem como sobre os dados arqueológicos e paleoambientais existentes, não se devendo tomá-la como verdadeira ou correcta, apenas por candura ou por razões que se prendem com o argumento da autoridade científica.

Numa reflexão crítica dos dados, seria primeiro importante ressaltar que todos os estuários são altamente produtivos no que respeita à biomassa marinha, nomeadamente marisco e peixe. Nesta medida, o antigo estuário do Tejo teria a mesma capacidade de produtividade de moluscos durante o Plistocénico e o Holocénico inicial durante a formação dos concheiros de Muge, com a mesma acessibilidade (aliás, provavelmente semelhante à de hoje), mantendo assim o mesmo nível de produtividade de recursos alimentares durante todo o Holocénico. Esta situação foi radicalmente diferente na costa atlântica devido a fenómenos que aí se fizeram sentir como o *upwelling* ou o desmantelamento dos gelos do Lago Agassiz, na América do Norte, junto à baía de Hudson durante o evento Bond 5 (BARBER *et al.*, 1999) que aconteceram episodicamente e que transformaram radicalmente a produtividade da biomassa marinha costeira.

Uma vez que a produtividade dos recursos alimentares aquáticos no estuário do Tejo não terá sofrido alterações significativas durante o Pré-Boreal, Boreal e o Atlântico (Tabelas 1 e 2), a não ser durante esta última fase devido à pressão antrópica, significa que não pode ter sido, por si só (ARAÚJO, 2003), o factor condicionante e explicativo da alteração do sistema de povoamento do Epipaleolítico para o Mesolítico da Estremadura portuguesa. É, portanto, necessário procurar a resposta noutros factores ambientais, sociais, económicos ou mesmo tecnológicos.

O sistema de povoamento do Epipaleolítico estremenho (Fig. 1), durante o Pré-Boreal e o Boreal, caracterizava-se por um sistema de mobilidade logístico (BICHO, 2002), localizado no espaço que compreendia as serras, os vales dos grandes rios e seus tributários e a costa atlântica (BICHO, 1994; HAWS, 2003; CARVALHO, 2007; VALENTE, 2008). Nesta última, havia um conjunto alargado de sítios arqueológicos de ar livre que se estendia desde a Península de Lisboa até à zona da Nazaré. Também na zona do interior se encontram variados sítios de ar livre, tendo grutas e abrigos sob rocha sido utilizados principalmente nas zonas de topografia irregular na base e vertentes das cadeias montanhosas sitas na Estremadura (e.g., Montejunto, Serra d'Aires e de Candeeiros). Todos estes sítios tendem a representar pequenas ocupações, em geral inferiores a uma centena de metros quadrados e com apenas um nível arqueológico. Alguns destes sítios foram possivelmente oficinas de talhe e repetidamente a sua localização prende-se directamente com a implantação de recursos naturais fundamentais como é o caso do sílex (BICHO, 1998; SHOCKLER, 2006), revelando assim um sistema de mobilidade entre a costa e o interior onde aquele tipo de recurso era mais abundante.

Tabela 1 – Datações de Radiocarbono do Epipaleolítico e Mesolítico do Centro de Portugal¹.

Sítio	Proveniência	Código	Material	Data BP	ΔR^3	cal BP 2σ
Magoito	Nível 1B C	ICEN-82	Carvão	9910±100		11170-11770
Casal Papagaio	Base	ICEN-369	Osso	9710±70		10790-11250
Casal Papagaio	Médio	ICEN-372	Carvão	9650±90		10740-11220
Bocas	Camada 2	ICEN-903	Concha	10260±70	380±30	10590-11070
Magoito	Nível 1 B	ICEN-52	Carvão	9490±60		10580-11080
Magoito	Nível 1B M	ICEN-80	Concha	9970±70	160±60	10510-11050
Magoito	Nível 1Cm	ICEN-577	Concha	9880±80	160±60 ⁴	10320-10940
Magoito	Nível 1B P	ICEN-81	Concha	9790±120	160±60	10190-10880
Cabeço do Porto Marinho	IIISW/topo	SMU-2666	Carvão	9270±170		9960-11100
Magoito	Nível 1A	GrN-11229	Concha	9580±100	160±60 ⁴	9960-10540
Cabeço do Porto Marinho	área V/inferior	ICEN-688	Carvão	9100±160		9740-10680
Areiro III	lareira 2	ICEN-494	Carvão	8850±50		9740-10170
Bocas	Camada 0+	ICEN-900	Concha	9880±220	380±30	9720-11000
Areiro III	área 2	ICEN-547	Carvão	8860±80		9680-10200
Ponte da Vigia	Paleosolo	Sac -1747	Carvão	8850±90		9630-10200
Ponte da Vigia	lareira	ICEN-51	Carvão	8730±110		9530-10150
Ponte da Vigia	Paleosolo	Sac-1741	Carvão	8670±80		9500-9910
Vale de Frade	níveis 5-6	Sac-1586	Concha	9810±65	940±50 ⁴	9400-9730
Toledo	B12 (T45-13)	Sac-1529	Concha	9200±70	380±30	9310-9660
Areiro III	lareira 1	ICEN-546	Carvão	8570±130		9270-10120
Vale de Frade	nível 2b (base)	Gif-1438	Carvão	8500±110		9140-9740
Areiro III	área 2	ICEN-548	Carvão	8380±90		9140-9530
S.Julião B	-	ICEN-108	Concha	8400±50		
S.Julião B ²	-	ICEN-109	Concha	8550±70	-70±40	9060-9460
Lapa do Picareiro	Nível D	Wk-6676	Carvão	8310±130		9010-9530
S.Julião C	Nível 2C	Sac-1723	Concha	8470±70	-70±40 ⁴	8990-9390
Fonte Pinheiro	Nível 2	ICEN-973	Carvão	8450±190		8990-10130
Casal Papagaio	-	Hv-1351	Concha	8870±100	380±30	8810-9410
S.Julião B	-	ICEN-152	Concha	8430±60		
S.Julião B ²	-	ICEN-153	Concha	8340±45	-70±40	8800-9230
S.Julião B	-	ICEN-179	Carvão	8120±100		8660-9400
Pinhal da Fonte	-	Sac-1671	Concha	8740±70	380±30	8660-9170
Toledo	D21 (T45-56)	Sac-1533	Concha	9120±80	940±50 ⁴	8450-8970
S. Julião A	-	ICEN-76	Carvão	7810±90		8420-8980
S.Julião A	-	ICEN-78	Carvão	7810±90		8420-8980
Vale de Frade	níveis 5-6	Sac-1577	Concha	9090±75	940±50 ⁴	8420-8930
Toledo	Pandeiro 1	TO-707	Osso	7800±110		8410-8980
S. Julião A	-	ICEN-83	Concha	9090±60		
S. Julião A ²	-	ICEN-84	Concha	9060±50	940±50	8410-8840
Toledo	Nível 2	Sac-1587	Concha	9000±60	940±50 ⁴	8360-8750
Cabeço do Curral Velho	concheiro	ICEN-270	Concha	8400±60	380±30	8350-8630
Cabeço do Curral Velho	concheiro	ICEN-269	Concha	8410±90	380±30	8300-8770
S.Julião A	-	ICEN-106	Concha	8060±50		
S.Julião A ²	-	ICEN-107	Concha	8130±50	170±50	8290-8580
S.Julião A	-	ICEN-73	Carvão	7610±80		8210-8580
S.Julião A	-	ICEN-77	Carvão	7580±70		8210-8540
Costa do Pereiro	Nível 1b	Wk-17026	Osso	7327±42		8020-8280
Pena de Mira	breccia	ICEN-966	Carvão	7810±120		7980-8440
Pena d'Água	Nível F	Wk-9213	Carvão	7310±110		7950-8360
S.Julião A	-	ICEN-151	Concha	7940±140	170±50 ⁴	7930-8530
S.Julião C	Nível 2B	Sac-1723	Concha	8470±70		

(continua na página seguinte)

Sítio	Proveniência	Código	Material	Data BP	ΔR^3	cal BP 2σ
S.Juliano C ²	Nível 2C	Sac-1724	Concha	7630±60	170±50 ⁴	7760-8090
S.Juliano C	Nível 2C	Sac-1721	Concha	7650±80	170±50 ⁴	7740-8150
S.Juliano B	A2	ICEN-154	Concha	7390±90	-70±40	7710-8140
S.Juliano C	Nível 2A	Sac-1795	Concha	6820±60		
S.Juliano C ²	Nível 2A	Sac-1796	Concha	7520±70	170±50 ⁴	7640-7980
S.Juliano C	Nível 2C	Sac-1800	Concha	7170±90		
S.Juliano C ²	Nível 2C	Sac-1801	Concha	7460±60	170±50 ⁴	7610-7920
Forno da Telha	Nível 2	Wk-18356	Oso	6764±35		7570-7670
Bocas	Nível 1	ICEN-899	Concha	7490±110	380±30	7400-7820
S.Juliano C	Nível 2G	Sac-1802	Concha	6390±90		
S.Juliano C ²	Nível 2G	Sac-1803	Concha	7200±90	170±50 ⁴	7320-7700
Forno da Telha	concheiro	ICEN-416	Concha	7320±60	380±30	7320-7560
Forno da Telha	concheiro	ICEN-417	Concha	7360±90	380±30	7310-7650
S.Juliano C	Nível 2A	Sac-1720	Concha	5700±60	380±30	5570-5860

¹ Datas BP de VALENTE, 2008 e SOARES & DIAS, 2006 (fontes secundárias); Curvas de calibração utilizadas são IntCal04 (STUIVER *et al.*, 2004) e Marine04 (HUGHEN *et al.*, 2004).

² Segunda datação de um par da mesma concha, correspondendo às fracções interna e intermédia (a terceira fracção foi removida e destruída com ácido para eliminação de possíveis contaminações). A primeira datação está a cinzento e não foi feita a sua calibração.

³ Os valores ΔR são de SOARES & DIAS, 2006. Nos casos em que não há um valor específico de ΔR para o próprio sítio ou outro sítio localizado próximo foi usado o valor padrão de 380±30.

⁴ Valores estimados de ΔR com base na proximidade temporal e geográfica de valores obtidos por outras Soares & Dias (2006) para outras amostras.

Tabela 2 – Principais recursos marinhos do Epipaleolítico e Mesolítico do Centro de Central Portugal¹.

	Pré-boreal		Boreal				Atlântico													
	Bocas	Casal Papagaio	Magoito	Curral Velho	Pena de Mira	Picareiro	Pinhal da Fonte	S. Juliano A	S. Juliano B	Toledo	Vale Frade	Costa do Pereiro	S. Juliano C	Pena d'Água	Bocas	Forno da Telha	Moita do Sebatião	Cabeço da Amoreira	Cabeço da Arruda	Cabeço dos Morros
<i>Cervus elaphus</i>	✓	✓				✓				✓	✓	✓		?	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Capreolus capreolus</i>										✓	✓	✓				?	✓	✓	✓	✓
<i>Sus scrofa</i>	✓					✓				✓	✓	✓			?	✓	✓	✓	✓	✓
<i>Bos primigenius</i>	✓					✓				✓		?			✓	?	✓	✓	✓	✓
<i>Equus caballus</i>	✓														✓	?		✓	✓	✓
<i>Oryctolagus cuniculus</i>		✓				✓	✓			✓	✓	?		✓		?	✓	✓	✓	✓
<i>Lepus</i> sp.		?					?			✓	✓	?					✓	✓	✓	
<i>Cerastoderma edule</i>	✓	✓	✓✓	✓✓	✓	✓	✓✓	✓✓	✓✓	✓✓			✓✓		✓✓	✓✓		✓✓	✓✓	?
<i>Venerupis decussata</i>			?	✓		✓		?		✓	✓✓	✓				✓		✓	✓	?
<i>Scrobicularia plana</i>		✓	?	✓						✓	✓	✓						✓✓	✓✓	?
<i>Solen</i> sp.				✓			✓			✓	✓	✓						✓	✓	?
<i>Patella</i> sp.	?		✓							✓	✓	✓				✓				
<i>Mytilus</i> sp.		✓	✓			✓				✓	✓	✓✓				✓			✓	
<i>Ostreidae</i>								✓✓	✓✓	✓		✓						✓	✓	?
Peixe						✓				✓✓	✓✓							✓✓	✓✓	
<i>Sparidae</i>										✓✓	✓✓							✓✓	✓✓	

¹ Adaptado de VALENTE, 2008, p. 614, 618, e 619. ✓ presente, ✓✓ presente em abundância no caso de peixe e marisco.

A subsistência dos caçadores-recoletores epipaleolíticos era claramente marcada por uma diversidade acentuada com um espectro muito alargado (HAWS, 2003; VALENTE, 2008), presente desde pelo menos o final do Paleolítico Médio (BICHO & HAWS, 2008) com base em recursos cinegéticos terrestres (veado, auroque, cavalo, javali e coelho como elementos principais, mas também cabra e corço) e recursos marinhos (peixes de água doce e salgada e moluscos nomeadamente a amêijoia, o berbigão, a lamejinha e o mexilhão, como espécies mais importantes) aos quais se adicionam algumas aves, bem como plantas, frutas e outros elementos de origem vegetal (HAWS, 2005).

Com o desenvolvimento das sociedades mesolíticas, no início do Atlântico, deram-se alterações no sistema de povoamento e parcialmente na subsistência (bem como no sistema tecnológico, com a produção em massa de micrólitos geométricos e a utilização da técnica do microburil – BICHO, 1994; CARVALHO, 2007). A partir deste momento, a localização dos sítios arqueológicos parece ser fundamentalmente, no caso da Estremadura, junto dos estuários dos grandes rios como o Tejo e o Sado, ainda que se conheçam alguns, poucos, sítios de ar livre na base da Serra dos Candeeiros e d'Aires, possivelmente relacionados com a exploração de sílex na zona de Rio Maior, bem como um único local na costa, o de S. Julião no *locus C* (SOUSA, 2004; SOARES & SOUSA, 2004).

Os sítios arqueológicos localizados no vale do Tejo (Fig. 2) são concheiros, em geral de dimensões grandes a médias (com áreas estimadas que podem chegar aos 3000 m²), e apresentam uma estratigrafia complexa e longa, cobrindo nalguns casos cerca de 3 mil anos, entre ca. 8300 e 5300 cal BP e com cerca de 5 metros de potência. São compostos por numerosas conchas, ossos, materiais líticos e de decoração corporal (ARNAUD, 1987; ROCHE, 1972a; ROLÃO, 1999), bem como por estruturas de habitat (buracos de poste, silos e lareiras – ROCHE, 1972a, 1972b, 1989) e ainda numerosos enterramentos humanos, presentemente num total conhecido superior a 300 indivíduos.

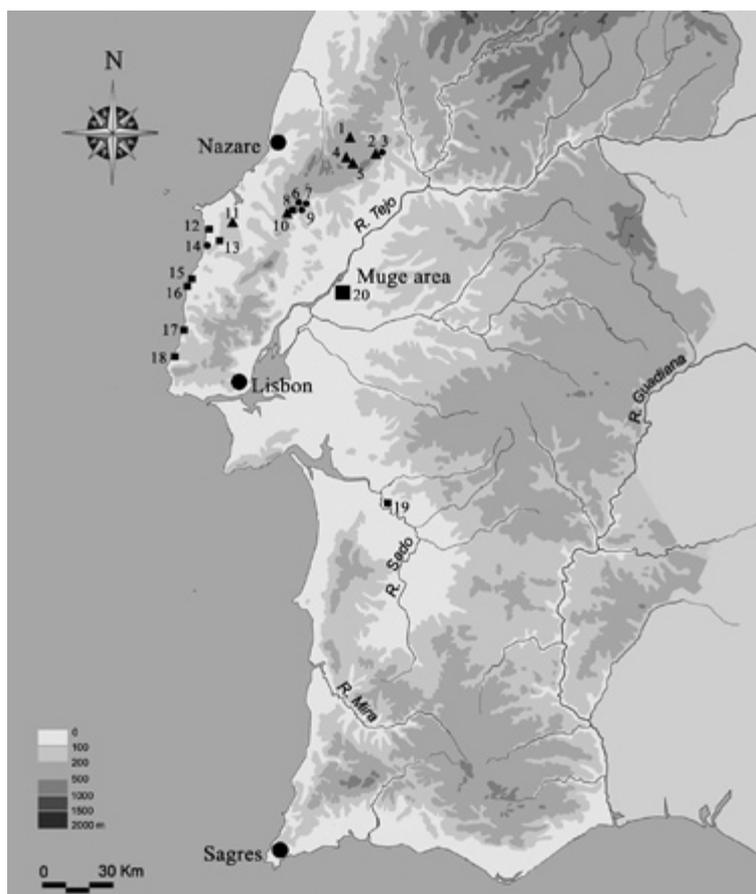


Fig. 1 – Mapa dos principais sítios epipaleolíticos e mesolíticos do centro de Portugal. 1. Casal Papagaio; 2. Pena d'água; 3. Costa do Pereiro; 4. Pena de Mira; 5. Picareiro; 6. Cabeço do Porto Marinho; 7. Carneira; 8. Forno da Telha; 9. Areeiro III and Fonte Pinheiro; 10. Bocas; 11. Suão; 12. Vale Frade; 13. Toledo; 14. Ponta da Vigia; 15. Cabeço do Curral Velho; 16. Pinhal da Fonte; 17. S. Julião; 18. Magoito; 19. Sado (Arapouco, Poças de S. Bento, Várzea da Mó, Amoreiras, Vale de Romeiras, and cabeço do Pez); 20. Muge (Vale de Fonte da Moça I and II, Flor da Beira, Fonte de Padre Pedro, Cabeço da Arruda, Moita do Sebastião, Cabeço da Amoreira, Ribeira de Magos, Cova da Onça, Monte dos Ossos, Magos de Cima, Cabeço da Barragem, Cabeço dos Morros e Magos de Baixo).

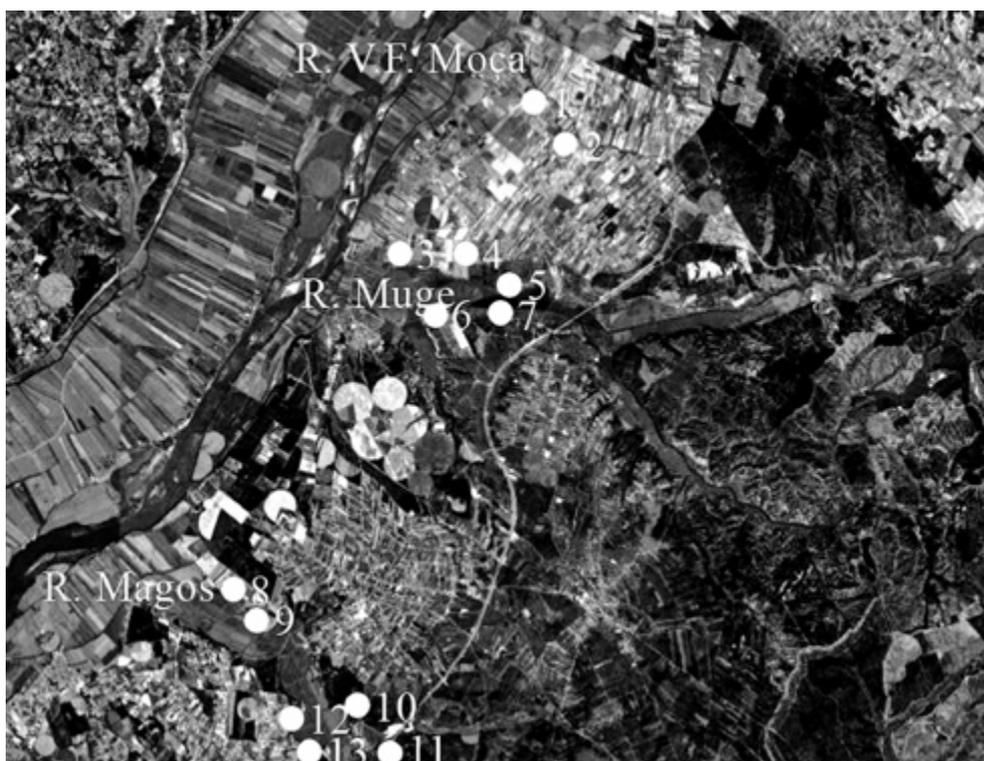


Fig. 2 – Mapa do Vale de Muge com a localização dos concheiros. 1. Vale da Fonte da Moça I; 2. Vale da Fonte da Moça II; 3. Flor da Beira; 4. Fonte do Padre Pedro; 5. Cabeço da Arruda; 6. Moita do Sebastião; 7. Cabeço da Amoreira; 8. Cova da Onça; 9. Monte dos Ossos; 10. Magos de Cima; 11. Cabeço da Barragem; 12. Cabeço dos Morros; 13. Magos de Baixo.

Como se pode verificar através deste resumo simplificado, com o início do Atlântico o sistema de povoamento sofreu alterações importantes em relação ao modelo anterior, mas o tipo de recursos alimentares parece ter sido mantido, com alterações apenas na importância e representação relativa entre espécies: veado, javali, auroque, cavalo e coelho mantiveram-se como as principais espécies cinegéticas utilizadas, enquanto a lamejinha, o berbigão e a amêijoia mantiveram-se as espécies mais utilizadas; a principal alteração parece ter sido um incremento importante na exploração da ictiofauna e das aves e a cessação do uso da cabra e do mexilhão, com certeza, devido à falta de exploração de locais onde essas espécies podem ser encontradas.

Se, então, se verifica uma continuidade no que diz respeito à exploração cinegética e aquática do Epipaleolítico para o Mesolítico e se sabe que a produtividade estuarina não sofreu alterações neste período, a razão do aparecimento dos concheiros de Muge terá que se encontrar noutro factor independente, mas possivelmente correlacionado com o alargamento do estuário do Tejo no início do Atlântico. Recentemente, Zilhão (2003) sugeriu a possibilidade de uma relação de causa-efeito entre o evento frio de 8200 cal BP (BARBER *et al.*, 1999; GRAFSTEIN *et al.*, 1998; MCDERMOTT *et al.*, 2001) e o aparecimento dos concheiros de Muge. Haws (2003) sugere que a diminuição da intensidade do *upwelling* na costa portuguesa terá sido o elemento chave para as alterações no sistema de povoamento que ocorreram entre o Epipaleolítico e o Mesolítico na Estremadura.

A perspectiva agora apresentada (BICHO *et al.*, no prelo), defende que o dispositivo que causou a alteração no sistema de povoamento no início do Atlântico foi uma combinação dos dois fenómenos antes referidos e apontados por Zilhão (2003) e Haws (2003) e os respectivos impactos, nomeadamente as alterações geomorfológicas e ambientais costeiras.

O desenvolvimento dos estudos geoarqueológicos de van der Schriek (2004) e colegas (VAN DER SCHRIEK *et al.*, 2008) no vale de Muge permitiu identificar e datar, sem margem para dúvidas, o aparecimento da água salobra na zona, isto é a influência tidal química. Note-se que ainda hoje a influência das marés no Tejo em Salvaterra de Magos tem uma amplitude superior a 1 metro por maré sem contudo haver um impacto químico, isto é, a água que sofre a amplitude intertidal não é salgada ou salobra mas sim doce.

Estes dados, concomitantemente com a informação técnica desenvolvida por Monge Soares e colegas (MARTINS *et al.*, 2008; SOARES, 2005) sobre a correcção do efeito reservatório oceânico (que permitiu estabelecer um valor ΔR de 140 ± 40 anos para Muge durante o Mesolítico) e com a calibração das respectivas datas (utilizando as curvas IntCal04 – REIMER *et al.*, 2004 – e Marine04 – HUGHEN *et al.*, 2004 – respectivamente para amostras terrestres e marinhas ou parcialmente marinhas) possibilitou estabelecer o início do preenchimento com água salobra do vale de Muge (amostras AA-48977 e AA-48978, VAN DER SCHRIEK *et al.*, 2008) entre 8300 e 8000 cal BP (BICHO *et al.*, no prelo), momento essencialmente simultâneo com as primeiras ocupações humanas dos concheiros, especificamente do Cabeço da Arruda, com duas datações (Beta 127451 e TO-10215) com intervalos entre os 8400 e os 8000 cal BP a que se seguem várias outras amostras, também de esqueletos humanos, ligeiramente mais recentes (Tabela 3 e Figura 3).

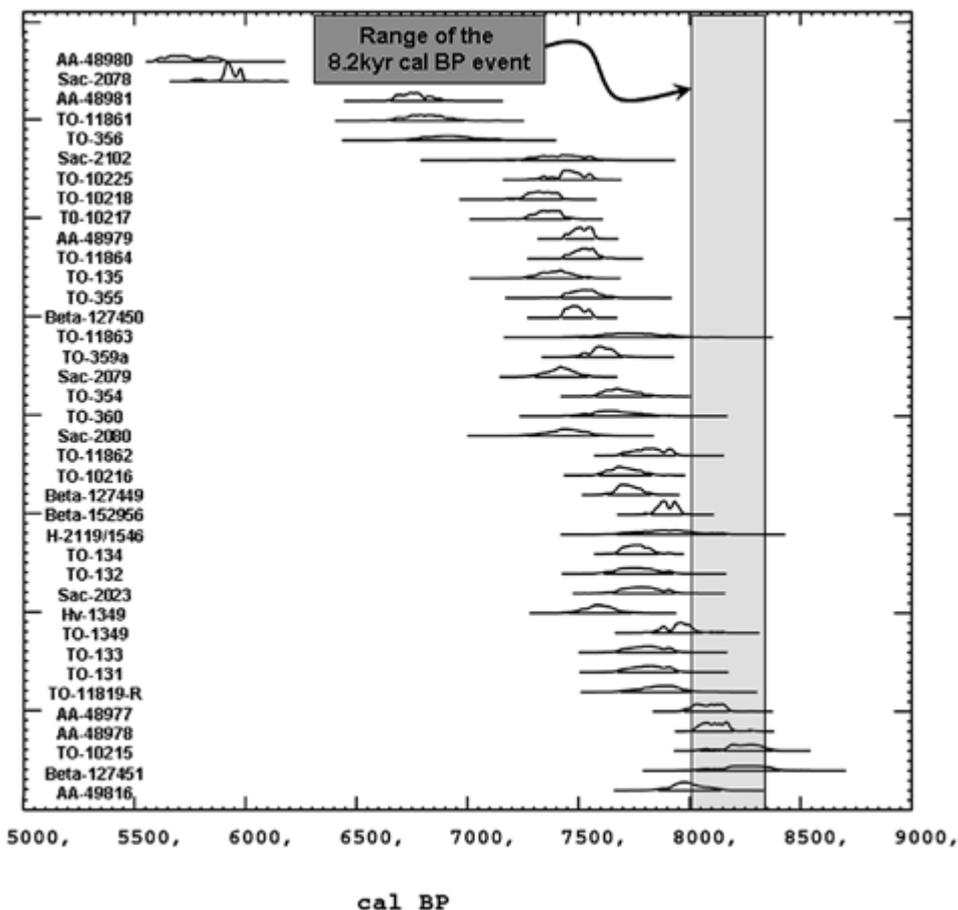


Fig. 3 – Distribuição das datas calibradas de radiocarbono de Muge (cal BP). As curvas de calibração utilizadas são IntCal04 (STUIVER *et al.*, 2004) e Marine04 (HUGHEN *et al.*, 2004); para amostras marinhas ou com composição parcialmente marinha foi utilizado o valor de 140 ± 40 para o ΔR .

Tabela 3 – Datações de Radiocarbono da área de Muge*.

Sítio	Proveniência	Código	Material	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	$\delta^{15}\text{N}$ (‰)	Data BP	cal BP 2σ
Cabeço da Arruda	Esqueleto 6	Beta-127451	Homo	-19.0	-	7550±100	8030-8400
Cabeço da Arruda	base	TO-10215	Carvão	-	-	7410±70	8050-8380
Fundo Vale-Muge	MUG-5	AA-48978	Restos vegetais	-	-	7318±44	8010-8280
Fundo Vale-Muge	MUG-4	AA-48977	Restos vegetais	-	-	7263±56	7980-8180
Fundo Vale-Muge	MUG-3	AA-49816	Frag. de concha	-	-	7668±49	7860-8140
Cabeço da Amoreira	?	TO-11819-R	Homo	-16.3	-	7300±80	7690-8010
Moita do Sebastião	Esqueleto 22	TO-131	Homo	-16.1	12.2	7240±70	7670-7950
Fundo Vale-Muge	MUG-2	Beta-111011	Sedimento	-	-	7490±180	7930-8680
Moita do Sebastião	Esqueleto 29	TO-133	Homo	-16.9	10.4	7200±70	7670-7940
Cova da Onça	?	Beta-127448	Homo	-17.2	-	7140±40	7670-7860
Moita do Sebastião	Esqueleto 24	TO-132	Homo	-16.8	11.9	7180±70	7660-7940
Moita do Sebastião	Esqueleto 16	Beta-127449	Homo	-16.8	-	7120±40	6730-7830
Moita do Sebastião	Esqueleto 41	TO-134	Homo	-16.7	11.2	7160±80	7620-7930
Cabeço da Amoreira	?	Hv-1349	Carvão	-	-	7135±65	7830-8160
Cabeço da Arruda	base	TO-10216	Homo	-17.9	10.6	7040±60	7590-7830
Cabeço da Amoreira	Nível 4	TO-11862	Osso	-19.5	-	6990±60	7690-7940
Cabeço da Arruda	Esqueleto A	TO-354	Homo	-19.0	12.2	6970±70	7570-7830
Moita do Sebastião	Iib	H-2119/1546	?	-	-	7080±130	7670-8170
Cabeço da Arruda	Esqueleto III	TO-360	Homo	-17.7	11.2	6990±110	7460-7910
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 7	Beta-127450	Homo	-16.5	11.9	6850±40	7430-7560
Moita do Sebastião	base brecha	Sa-16	Carvão	-	-	7350±350	7520-9000
Moita do Sebastião	Esqueleto CT	TO-135	Homo	-15.3	13.4	6810±70	7260-7550
Vale Fonte Moça I	?	TO-11863	Osso	-22.2	-	6890±140	7500-7980
Cabeço da Arruda	Esqueleto D	TO-355	Homo	-18.9	10.3	6780±80	7420-7660
Fundo Vale-Muge	MUG-6	AA-48979	Restos vegetais	-	-	6626±44	7440-7570
Vale Fonte Moça I	?	TO-11864	Osso	-21.1	-	6650±60	7430-7610
Cabeço da Amoreira	base	TO-10218	Homo	-17.1	-	6630±60	7180-7430
Cabeço da Arruda	topo	TO-10217	Homo	-18.1	10.5	6620±60	7260-7470
Cabeço da Amoreira	Níveis 2 e 3 (topo)	TO-10225	Homo	-20.1	8.2	6550±70	7320-7570
Cabeço da Amoreira	Nível 39	Sa-195	Carvão	-	-	7030±350	7180-8580
Cabeço da Arruda	Esqueleto N	TO-356	Homo	-15.3	12.5	6360±80	6720-7160
Cabeço da Arruda	Esqueleto 42	TO-359a	Homo	-17.2	11.8	6960±60	7480-7700
Cabeço da Arruda	Primeira ocupação	Sa-197	Carvão	-	-	6430±300	6660-7920
Cabeço da Amoreira	Nível 3	TO-11861	Osso	-19.6	-	5970±70	6660-6990
Fundo Vale-Muge	MUG-8	AA-48981	Madeira	-	-	5929±52	6650-6890
Cabeço da Amoreira	Ocupação recente	Sa-194	Carvão	-	-	6050±300	6290-7550
Cabeço da Amoreira	Nível 2	TO-11860	Osso	-12.5	-	5710±170	6130-6950
Fundo Vale-Muge	MUG-7	AA-48980	Sedimento	-	-	4985±73	5600-5900
Cabeço da Arruda	última ocupação	Sa-196	Carvão	-	-	5150±300	5980-6630
Cabeço da Amoreira	Camada 3 (topo)	Sac-2023	Concha	-	-	7260±60	7460-7740
Ribeira de Magos	?	Beta-152956	Cão	-	-	7070±40	7800-7970
Cabeço da Amoreira	Camada 3 (topo)	Sac-2080	Concha	-	-	7080±80	7270-7590
Cabeço da Amoreira	Camada 3 (topo)	Sac-2079	Concha	-	-	7050±45	7300-7540
Cabeço da Amoreira	Camada 3 (top)	Sac-2102	Ossos	-	-	6520±120	7180-7610
Cabeço da Amoreira	Camada 3 (top)	Sac-2078	Carvão	-	-	5170±40	5760-6000

* Datas BP in DETRY, 2007, MARTINS *et al.*, 2008; UMBELINO, 2006; % dieta marinha de MARTINS *et al.*, 2008. Curvas de calibration utilizadas são IntCal04 (STUIVER *et al.*, 2004) e Marine04 (HUGHEN *et al.*, 2004); Para amostras marinhas ou de dieta mista o valor ΔR é de 140±40.

Pode, portanto, dizer-se que o aparecimento da ocupação humana de Muge coincide com a emergência das condições estuarinas do Vale do Tejo e que o factor de mudança no sistema de povoamento dos caçadores-recolectores da Estremadura portuguesa é anterior a esses acontecimentos, favorecendo o abandono da zona costeira a norte de Lisboa. Qual foi então esse agente ou causa do abandono costeiro pelos caçadores-recolectores mesolíticos? Tal como sugerido noutra local (BICHO *et al.*, no prelo), o único agente ambiental que se conhece actualmente com um impacto negativo na produtividade marinha da costa da Estremadura no início do Holocénico foi a diminuição do *upwelling* a que se juntou a alteração geomorfológica da linha de costa e dos estuários fluviais, e uma diminuição da humidade ambiental da plataforma costeira, causando uma quebra na cobertura vegetal e, provavelmente, também nos recursos cinegéticos locais.

O fenómeno do *upwelling* é um mecanismo que traz as águas frias de entre os 100 e os 200 metros de profundidade à superfície, devido ao afastamento das águas costeiras da tona arrastadas pelos ventos que correm de norte paralelos à costa elevada das arribas litorais e que sofrem uma alteração de direcção de 90.º para oeste. O fenómeno do *upwelling* é hoje sazonal em Portugal, com mais intensidade durante os meses de Verão, quando os ventos de norte são mais fortes (FIÚZA, 1982, 1983; ABRANTES & MOITA, 1999; LOUREIRO *et al.*, 2005). Durante este período, dá-se um aumento em várias ordens de magnitude no que respeita à produtividade costeira devido à riqueza em nutrientes (fitoplâncton) existente nas águas frias profundas e que durante esse período sobem à superfície (MARGALEF, 1978) servindo de base à cadeia trófica marinha aumentando o número de espécimes, quer de moluscos quer piscícolas, razão pela qual a pesca portuguesa tradicional (sardinha, carapau e atum) se tornou conhecida (e invejada) em todo o mundo.

Porém, esta situação não se manteve constante no passado. Resultados do trabalho de investigação ao largo da costa portuguesa e marroquina (colunas de sedimentos KS11 – ABRANTES, 1990 – e M12392 – ABRANTES, 1991) permitiram a Fátima Abrantes (1988, 2000; ABRANTES *et al.*, 1998) declarar que o momento de maior magnitude do *upwelling* na costa portuguesa foi há cerca de 20000 anos, durante o Último Máximo Glaciar. Desde esse momento, a tendência geral foi a da diminuição, sendo que no final do Plistocénico a intensidade do fenómeno era ainda 3 a 7 vezes superior à de hoje. Este facto foi confirmado independentemente da presença de outros indicadores como é o caso do fitoplâncton, carbonatos de cálcio, bário e diatomáceas (PAILLER & BARD, 2002; THOMSON *et al.*, 2000). Desta forma, a banda costeira seria muito rica pela sua produtividade de biomassa marinha devido ao *upwelling*, a que se juntava o facto, no caso pelo menos da Península de Lisboa, de os níveis de pluviosidade do Inverno transportarem os nutrientes terrestres de superfície para o Oceano e melhorarem ainda mais essa produtividade costeira.

Este fenómeno de diminuição do *upwelling* agudizou-se progressivamente durante o Pré-Boreal e o Boreal, correspondendo ao período entre os eventos de Bond 6 (9400 cal BP) e Bond 5 (8200 cal BP), como se pode verificar pelos níveis do ΔR em várias amostras recolhidas ao longo da costa portuguesa (MARTINS *et al.*, 2008; SOARES, 1993, 2005; SOARES & DIAS, 2006), até ao início do Atlântico, quando os níveis de *upwelling* baixaram para valores inferiores aos actuais. Este aspecto, determinado por Monge Soares (2005), de valores muito baixos de *upwelling* durante o evento de Bond 5, poderá estar relacionado com o impacto gigantesco de água fria vindo da baía de Hudson com o chamado evento frio de 8200 cal BP (BARBER *et al.*, 1999; GRAFSTEIN *et al.*, 1998; MCDERMOTT *et al.*, 2001) que se fez sentir por toda a Europa entre 8300 e 8000 cal BP (ALLEY & ÁUGÚSDÓTTIR, 2005; KLEIVEN *et al.*, 2008; KLITGAARD-KRISTENSEN *et al.*, 1998; RASMUSSEN *et al.*, 2007; RENSSEN *et al.*, 2007), com diminuição sensível de temperaturas da superfície da água e condições atmosféricas claramente mais secas na Europa do Norte e Central, Península Ibérica e mesmo em África (CACHO *et al.*, 1999; FRIGOLA *et al.*, 2007; GASSE, 2000; GRAFENSTEIN *et al.*, 1998; GROOTES *et al.*, 1993; KLITGARRD-KRISTENSEN, *et al.*, 1998; KOFER *et al.*, 2005; MCDERMOTT *et al.*, 2001; MEESE *et al.*, 1994; RASMUSSEN *et al.*, 2006; TINNER & LOTTER, 2001; THOMAS, 2007; VINTHER *et al.*, 2006). Este acontecimento teve um impacto inequí-

voco na costa portuguesa, não só ao nível de uma diminuição da intensidade do *upwelling*, mas também através de quebra da humidade atmosférica, com resultados negativos na pluviosidade, cobertura vegetal e quantidade e diversidade da fauna regional terrestre costeira, mas também aparentemente pela subida rápida do nível do mar em cerca de meio metro devido à descarga de 100000 km³ de água doce vinda do Mar do Labrador (BARBER *et al.*, 1999; BAUER *et al.*, 2004). Este fenómeno único causou, de acordo com Bauer e colegas (2004), ainda um conjunto de grandes ondas gravitacionais com grande impacto nas costas do Atlântico oriental e provavelmente cheias costeiras de grande amplitude. O conjunto de episódios costeiros terá alterado significativamente a geomorfologia da costa, com a destruição da maior parte dos estuários tradicionais de ocupação humana durante o Pré-Boreal e o Boreal e, simultaneamente, devido à diminuição do *upwelling*, uma quebra radical nos recursos marinhos costeiros. Nesta situação, as comunidades de caçadores viram-se na contingência de alterar o seu sistema de povoamento de uma organização primordialmente costeira para uma posição estuarina interior, onde os recursos alimentares, terrestres e aquáticos se concentravam (Bicho *et al.*, no prelo).

3. O SISTEMA DE POVOAMENTO E AS RELAÇÕES SOCIAIS NO MESOLÍTICO DE MUGE

Devido às dimensões e duração das sequências e estratigrafias, a perspectiva geral ainda hoje aceite é de que os concheiros do vale do Tejo (e também do Sado) foram acampamentos base com carácter sazonal (ARNAUD, 1987, 1989; JACKES & MEIKLEJOHN, 2004; ROCHE, 1972a, 1972b, 1989) e, portanto, formariam uma rede que corresponderia a um tecido social étnico. Em alternativa, Rolão (1999) sugeriu a presença de dois tipos de sítios, uns residenciais e outros logísticos, com base na sua dimensão e potência estratigráfica, mantendo contudo, a ideia de um único grupo demográfico.

Também Marchand, recentemente (2001, 2005), sugere que estes sítios são grandes locais residenciais, possivelmente usados sequencialmente cobrindo todo o período em causa, abrangendo uma região estilística diferente da do Sado e representando um grupo étnico diferente, tal como já tinha sido sugerido anteriormente por Arnaud (1987, 1989).

De facto, numa visão crítica e reflexiva sobre a estrutura do povoamento do Mesolítico do Tejo e de forma a chegar a um modelo integrante de povoamento, parece necessário analisar um conjunto de factores que podem servir como indicadores da funcionalidade de cada sítio arqueológico, bem como do dispositivo de mobilidade interna dos caçadores-recolectores que habitaram estes locais: cronologia das ocupações; estratigrafias; estruturas de habitat; tecnologia e tipologias líticas e de outros materiais, designadamente elementos decorativos corporais; contexto ambiental da localização de cada sítio; conjuntos faunísticos; e, por fim, a dieta humana vista através da análise isotópica e de oligoelementos.

O presente estudo vai apenas utilizar alguns destes indicadores, deixando de fora uma análise mais detalhada dos aspectos tecnológicos e tipológicos e contextos ambientais de localização dos concheiros de Muge.

A noção de que os concheiros de Muge teriam servido como acampamentos base, com um grau de sedentarismo muito grande, aparece expresso explicitamente nos trabalhos de Roche (1989) e foram retomados por Marchand, ainda que vistos com um grau menor de intensidade na ocupação de cada sítio. Esta perspectiva deve-se ao facto de alguns dos sítios escavados por Roche apresentarem um conjunto grande e diversificado de estruturas de habitat (lareiras, silos, fossas, fundos de cabanas e buracos de poste) nomeadamente nos concheiros de Moita do Sebastião, Cabeço da Amoreira e Cabeço da Arruda (ROCHE, 1972a, 1972b, 1989). A este conjunto de estruturas aparece associado um número de enterramentos alargado que confirma a ideia, de diversos autores, de que estes concheiros seriam longos e mais ou menos permanentes locais de acampamento de grupos de caçadores-recolectores mesolíticos. Contudo, analisando a informação estratigráfica descrita nos trabalhos de Roche,

é possível verificar que o conjunto completo de estruturas de habitat aparece apenas na base dos três concheiros principais acima referidos. De facto, parecem existir outras estruturas referidas em vários trabalhos de Roche (1972a, 1972b, 1981, 1989) encontradas nos vários concheiros, mas que são mais raras e mais pequenas e que se situam em pontos mais recentes da estratigrafia dos vários sítios, aparentemente relacionadas com momentos de alteração antrópica da superfície dos concheiros (e.g., ROCHE, 1981, p. 4; 1989, p. 612) para efeitos de nivelamento da superfície. Este trabalho serviria aparentemente para a fundação de novas ocupações onde por vezes se procedia à realização de novas estruturas de habitat. Este procedimento parece estar melhor documentado no Cabeço da Arruda, uma vez que não há evidência inequívoca destas estruturas no Cabeço da Amoreira e na Moita do Sebastião.

A presença de enterramentos humanos parece ter lugar principalmente na base dos vários concheiros (ROCHE, 1972a, 1984, 1989), ainda que se conheçam algumas sepulturas no topo da sequência estratigráfica do Cabeço da Arruda (ROCHE, 1984) e no Cabeço da Amoreira (ROCHE, 1984; ROCKSANDIC, 2006; ROLÃO *et al.*, 2006 a). No que respeita à cronologia destes esqueletos, a maioria encontra-se no intervalo entre os cerca de 7900 e 7250 cal BP, com alguns resultados mais antigos fora da tendência principal (no Cabeço da Arruda) e mais recentes (também no Cabeço da Arruda e na Moita do Sebastião). O que é interessante é que, enquanto algumas das datações mais antigas que se conhecem para os concheiros de Muge provêm de esqueletos humanos, confirmando portanto os dados arqueológicos e estratigráficos acima referidos da existência de enterramentos na base dos concheiros, as datações mais recentes não são de esqueletos, mas sim de conchas e carvões da parte superior das estratigrafias do Cabeço da Amoreira e do Cabeço da Arruda. Também, estes dados parecem confirmar a leitura da bibliografia em que os últimos enterramentos não correspondem ao final da ocupação humana em Muge.

Qual a importância desde dados no que respeita ao sistema de povoamento? Necessariamente, que cada um destes sítios não teve apenas um tipo de funcionalidade e que apenas em determinados momentos corresponderam efectivamente a acampamentos base, como se pode verificar pela presença na base de um conjunto alargado e diversificado de estruturas de habitat, que se correlaciona um período de enterramentos situados na base das estratigrafias de todos os concheiros. A análise da organização intra-sítio da Moita do Sebastião mostra existirem duas áreas separadas de funcionalidade distintas (uma para habitação e outra para rituais funerários).

Este mesmo tipo de funcionamento paralelo, com uma área funerária e outra de acampamento, poderá ter-se repetido mais tarde, e talvez noutros sítios, mas os dados (equivocos, sem dúvida) parecem sugerir que depois de uma primeira fase de ocupação com essas características, cada um dos concheiros foi utilizado de forma mais simples, com episódios de utilização funcional única, mas que, no decorrer do tempo, foi variada: funerária, por vezes, como acampamento base noutros momentos, ainda como depósito de restos, talvez os mais frequentes de todos após as primeiras ocupações.

Aquilo que parece evidente é que os três concheiros principais (Cabeço da Arruda, Cabeço da Amoreira e Moita do Sebastião) parecem ter tido estruturas semelhantes e são, portanto, réplicas entre si. Esta hipótese faz pensar que estamos na presença de vários grupos socialmente independentes (correspondendo a clãs ou linhagens assente cada qual sedado num destes sítios) com características culturais, económicas e de subsistência ligeiramente diferentes ainda que fazendo parte de um todo, possivelmente constituindo um bando ou mesmo uma tribo cujo território era alargado.

A leitura baseada na diversificação cronológica das actividades e funcionalidades de cada concheiro leva necessariamente a uma questão, aliás, levantada por Roche (1972b, p. 94) instigado por Henri Breuil na procura de fundos de cabana no Cabeço da Amoreira: a possibilidade de haver uma deslocação para sul da área de ocupação do concheiro, uma vez que os restos das actividades diárias de consumo dos recursos aquáticos e terrestres faziam com que o concheiro alastrasse progressivamente naquela direcção, fugindo das margens estuarinas. Nesta perspectiva,

na base e junto ao centro do concheiro estariam as ocupações mais antigas, enquanto no seu limite sul estariam as ocupações mais recentes. Roche tentou assim localizar outros locais directamente a sul do Cabeço da Amoreira na esperança de encontrar outros *loci* de ocupação mesolítica, não tendo tido, porém, sorte no seu intuito.

Nos mais recentes trabalhos no concheiro, decorridos em Junho de 2008, foi feito um conjunto de sondagens geológicas em torno do sítio arqueológico para se delimitar a sua extensão total. Neste trabalho, foram detectados vários horizontes arqueológicos, que se distribuíam para sul do *locus* principal e que não detinham qualquer vestígio de conchas ou faunas. De facto, foi possível verificar a presença de pelo menos dois *loci* diferentes, um dos quais com vários níveis arqueológicos: um nível superior a cerca de 60 cm abaixo da superfície, marcada pela presença abundante de cerâmicas lisas e geométricas, dos quais se destacam vários segmentos; um nível intermédio, a cerca de 80 cm abaixo da superfície, com numerosos materiais líticos e sem cerâmicas, de onde se evidenciam muitos fragmentos de seixos calcinados, provavelmente resultantes da preparação e manutenção de lareiras, e triângulos e trapézios de cronologia mesolítica; o nível inferior, a cerca de 100 cm de profundidade, conquanto sem a presença de qualquer fóssil-director ou mesmo utensílio retocado, parece ser de uma cronologia mais antiga, provavelmente pertencente ao Tardiglacial devido às características simples dos materiais leptolíticos aí exumados, o que explica a ideia de Roche (1951), de que teria havido contactos entre os habitantes dos concheiros e as populações do maciço estremenho (*in* CARDOSO & ROLÃO, 1999/2000). Os níveis mesolíticos, pela sua profundidade, semelhante aos dos níveis de base do concheiro, correspondem provavelmente a momentos da ocupação inicial daquele.

A confirmar-se esta situação (com trabalhos programados para Julho de 2009) poder-se-á afirmar que os concheiros serão resultado de um conjunto de actividades diversas, sendo que a funcionalidade de cada sítio é variável diacronicamente, integrando um sistema de mobilidade logística, parcialmente assente na sazonalidade dos recursos, cuja região de exploração se estendia desde, pelo menos, o sopé da Serra d'Aires e de Candeeiros até ao limite da bacia do Sado (partindo do princípio, como se disse, que os concheiros de Muge correspondem a uma comunidade diferente, como aliás tem sido argumentado por Arnaud em 1987 e 1989, e mais recentemente por Marchand em 2001 e 2005).

Os resultados da análise isotópica de Carbono e Azoto dos esqueletos humanos de Muge (UMBELINO, 2006; UMBELINO *et al.*, 2007) dão também algumas informações interessantes para a compreensão e produção de um modelo do sistema de povoamento dessas comunidades.

De acordo com os dados existentes provenientes dos restos humanos de Muge (Tabela 4), e ainda que a amostra seja relativamente pequena, é possível afirmar que há algumas diferenças entre os vários sítios em questão (Moita do Sebastião, Cabeço da Arruda, Cabeço da Amoreira e Cova da Onça). Por um lado é reconhecível as diferenças na diversidade, que se reflectem na amplitude percentual observada nas amostras de cada sítio arqueológico: claramente, os esqueletos humanos do Cabeço da Amoreira apresentam uma muito maior amplitude, que se baliza entre uma dieta virtualmente composta por elementos de origem terrestre e uma dieta marinha corresponde a cerca de 2/3 da alimentação (ainda que a maioria dos valores oscile entre os 42 e os 60% de componente marinha); por outro lado, os elementos marinhos são claramente inferiores na dieta no Cabeço da Arruda, oscilando na sua maioria entre os 24 e os 42%, com dois casos isolados extremos com 59% de dieta marinha; as amostras provenientes de Moita do Sebastião parecem colocar-se entre os dois sítios anteriormente indicados, sendo que a sua variabilidade é também mínima (entre os 44 e os 53% de dieta marinha) com a excepção de um resultado de 59%.

A análise dos valores isotópicos pode, contudo, ser mais fina, verificando-se então haver alguns padrões cronológicos que se demarcam. É o caso dos três valores isolados de 50% encontrados na Moita do Sebastião e Cabeço da Arruda que são claramente tardios em relação aos outros valores inferiores nos respectivos sítios: no Cabeço da Arruda os valores percentuais da dieta marinha de esqueletos datados entre 8300 e 7250 cal BP (com

Tabela 4 – Valores em % da dieta marinha de amostras de esqueletos humanos dos concheiros de Muge.

Sítio	Proveniência	Código	cal BP 2 σ	Idade #	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	$\delta^{15}\text{N}$ (‰)	%dieta marinha
Cabeço da Amoreira	?	TO-11819-R	7690-8010		-16.3	-	50*
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 7	Beta-127450	7430-7560		-16.5	11.9	48*
Cabeço da Amoreira	Base	TO-10218	7180-7430		-17.1	-	42*
Cabeço da Amoreira	níveis 2 e 3 (topo)	TO-10225	7320-7570		-20.1	8.2	0*
					-21.8	4.9	0***
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 7			AInd	-16.5	11.9	50**
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 4			AInd	-15.7	12.7	59**
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 6			AM	-14.8	12.5	69**
Cabeço da Amoreira	Esqueleto 8			AM	-15.6	12	60**
Cabeço da Arruda	Esqueleto 6	Beta-127451	8030-8400		-19.0	-	24*
Cabeço da Arruda	Base	TO-10216	7590-7830		-17.9	10.6	34*
Cabeço da Arruda	Esqueleto A	TO-354	7570-7830		-19.0	12.2	24*
Cabeço da Arruda	Esqueleto III	TO-360	7460-7910		-17.7	11.2	36*
Cabeço da Arruda	Esqueleto D	TO-355	7420-7660		-18.9	10.3	25*
Cabeço da Arruda	Topo	TO-10217	7260-7470		-18.1	10.5	32*
Cabeço da Arruda	Esqueleto N	TO-356	6720-7160		-15.3	12.5	59*
Cabeço da Arruda	Esqueleto 42	TO-359a	7480-7700		-17.2	11.8	41*
Cabeço da Arruda	Esqueleto 1			AInd	-15.7	12	59**
Cabeço da Arruda	Esqueleto 10			AJ	-17.2	11.2	42**
Cova da Onça	?	Beta-127448	7670-7860		-17.2	-	41*
Moita do Sebastião	Esqueleto 22	TO-131	7670-7950		-16.1	12.2	51*
Moita do Sebastião	Esqueleto 29	TO-133	7670-7940		-16.9	10.4	44*
Moita do Sebastião	Esqueleto 24	TO-132	7660-7940		-16.8	11.9	45*
Moita do Sebastião	Esqueleto 16	Beta-127449	6730-7830		-16.8	-	45*
Moita do Sebastião	Esqueleto 41	TO-134	7620-7930		-16.7	11.2	46*
Moita do Sebastião	Esqueleto CT	TO-135	7260-7550		-15.3	13.4	59*
Moita do Sebastião	Esqueleto 10			AM	-16.6	11.5	49**
Moita do Sebastião	Esqueleto 15			AJ	-16.2	-	53**
Moita do Sebastião	Esqueleto 31			AInd	-16.7	11.2	48**

* dados de MARTINS *et al.*, 2008.

** dados de UMBELINO, 2006.

*** dados de ROKSANDIC, 2006.

AInd (Adulto de idade indeterminada), AJ (Adulto Jovem), AM (Adulto de meia-idade).

2 σ) são inferiores a 42%, enquanto a amostra TO-356 datada do intervalo 6720-7160 cal BP (portanto, mais recente) apresenta um valor da parcela da dieta marinha de 59%; o mesmo parece acontecer na Moita do Sebastião, residindo a diferença em valores mais significativos da parcela marinha na dieta com um intervalo muito pequeno demonstrando uma grande homogeneidade (44 a 51%) entre 7650 e 7850 cal BP e o *outlier* ter acontecido pelo menos entre um e três séculos depois. Se este padrão se confirmar no futuro, então parece ter havido uma tendência generalizada para o aumento progressivo na importância dos recursos marinhos na dieta das populações residentes neste par de sítios.

Dentro deste conjunto de dados é ainda necessário mencionar a amostra proveniente do Cabeço da Amoreira, que é uma das mais recentes (TO-10225), e que atesta a existência de um indivíduo cuja dieta foi essencialmente baseada em recursos terrestres.

Tabela 5 – Resultados da análise de oligoelementos dos concheiros de Muge*

		Cabeço da Amoreira		Cabeço da Arruda		Moita do Sebastião	
		Humanos	Herbívoros	Humanos	Herbívoros	Humanos	Herbívoros
mg/g Ca	ξ	383,02	385,53	317,4	388,73	304,61	364,79
	desv. p.	105,55		83,56		72,03	
	n	4	1	3	1	8	1
µg/g Sr	ξ	636,53	575,94	1131,72	917,40	695,21	554,45
	desv. p.	39,75		382,19		241,86	
	n	4	1	3	1	8	1
µg/g Zn	ξ	135,55	72,95	136,36	136,91	2,83	117,72
	desv. p.	33,12		17,05		2,33	
	n	4	1	3	1	7	1
µg/g Ba	ξ	76,62	150,45	193,97	272,35	67,99	112,32
	desv. p.	3,55		95,96		21,82	
	n	3	1	3	1	8	1
µg/g Mg	ξ	1076,65	1007,78	866,87	2440,37	725,38	1513,01
	desv. p.	196,53		352,58		351,26	
	n	4	1	3	1	8	1
µg/g Mn	ξ	45,23	5,71	5,23	45,1	7,73	31,06
	desv. p.	59,21		6,01		8,76	
	n	4	1	3	1	8	1
µg/g V	ξ	4,25	6,49	7,43	20,38	3,19	<1.d.
	desv. p.	1,36		2,5		1,8	
	n	4	1	3	1	8	1
Sr/Ca	ξ	1,78	1,49	3,51	2,36	2,41	1,52
	desv. p.	0,56		0,35		1,1	
	n	4	1	3	1	8	1
Zn/Ca	ξ	0,37	0,19	0,45	0,35	0,009	0,32
	desv. p.	0,09		0,11		0,007	
	n	4	1	3	1	7	1
Ba/Ca	ξ	0,23	0,39	0,58	0,7	0,24	0,31
	desv. p.	0,09		0,18		0,1	
	n	3	1	3	1	8	1
Mg/Ca	ξ	2,93	2,61	2,75	6,28	2,33	4,15
	desv. p.	0,67		0,81		0,8	
	n	4	1	3	1	8	1
ORSr	ξ	1,19	1,0	1,49	1,0	1,59	1,0
	desv. p.	0,37		0,15		0,72	
	n	4	1	3	1	8	1
ORBa	ξ	0,58	1,0	0,83	1,0	0,77	1,0
	desv. p.	0,25		0,25		0,34	
	n	3	1	3	1	8	1

* adaptado de UMBELINO, 2006, p. 219 e 221.

No que diz respeito aos oligoelementos (Tabela 5), análise e interpretação levadas a cabo por Umbelino (2006; UMBELINO *et al.*, 2007), existem também alguns padrões interessantes que se podem relacionar com o sistema de povoamento. As diferenças aparentes entre a percentagem dos compostos marinhos na dieta do Cabeço da Arruda e da Moita do Sebastião, respectivamente menor e maior importância, parecem ser confirmadas também pelas variações observadas no rácio de Zn/Ca e no índice corrigido de estrôncio (ORSr) entre as amostras provenientes dos dois sítios.

Ainda que existam limitações importantes no que respeita à dimensão da amostra, os resultados sugerem que há diferenças no consumo de recursos vegetais entre os três principais concheiros de Muge: as amostras provenientes do Cabeço da Arruda, com base nos valores observados na frequência de Vanádio e também no índice corrigido de Bário parecem indicar uma maior dependência de elementos vegetais do que nos outros concheiros. Contudo, o valor relativamente elevado de Magnésio no Cabeço da Amoreira pode sugerir a utilização de frutos secos e leguminosas, cujos valores de Manganês parecem confirmar.

Com base no conjunto dos resultados é possível formular um modelo de povoamento e de estrutura social. Talvez o aspecto mais interessante (e claramente inédito) é que a diversidade dos resultados inter-sítio dos isótopos de Carbono e de Azoto, juntamente com os dos vários oligoelementos, demonstra inequivocamente que os vários sítios tinham dietas diferentes (que correspondem sensivelmente à última década de vida do indivíduo – Macko *et al.*, 1999; Stenhouse & Baxter 1979) e não faziam parte de um só sistema de povoamento mas sim de vários sistemas, correspondendo, portanto, a vários grupos de caçadores-recoletores que utilizavam a região, com relações sociais distantes.

O segundo aspecto relevante é que os resultados intra-sítio demonstram que a dieta se alterou ao longo dos tempos em cada um dos sítios, possivelmente confirmando a ideia latente verificada na estratigrafia e na evolução da utilização do espaço e das estruturas de habitat de que a funcionalidade de cada sítio também se alterou ao longo do tempo.

Paralelamente a alterações cronológicas da dieta em cada sítio, é possível verificar que há uma disparidade grande na importância dos recursos marinhos em cada momento de ocupação humana destes concheiros, significando que as dietas individuais eram variadas, podendo corresponder a diferenças ou divisões sexuais na alimentação ou no trabalho (infelizmente, como se disse, o tamanho da amostra é demasiado pequeno para permitir uma conclusão segura sobre este aspecto).

Outra potencial explicação para esta diversidade de dietas, perceptível de forma mais relevante no Cabeço da Amoreira, e que se relaciona directamente com o sistema de povoamento e também com as relações familiares, é o da mobilidade individual inter-famílias (YELLEN, 1977). As diferenças intra-sítio, como é o caso da grande amplitude de resultados da percentagem dos recursos marinhos na dieta no Cabeço da Amoreira, podem reflectir a presença de pessoas vindas de várias origens. Nestes casos, como é exemplo os Ju/'hoansi (designação actual dos !Kung San), um determinado indivíduo, isoladamente ou com a sua família nuclear, percorre vários acampamentos pertencentes a familiares seus, com vários graus de proximidade e afastamento, podendo esse indivíduo pernoitar simplesmente ou estabelecer uma permanência de vários meses ou até anos. Este tipo de ligação familiar, que ocorre aparentemente sem uma razão oficial a não ser apenas a da visita familiar ou a necessidade de encontrar parceiros de casamento, justifica e mantém abertas as possibilidades de migração ocasional, por vezes sazonal, como forma de adaptação em momentos de declínio ou grande competição para os recursos alimentares (YELLEN, 1977, p. 43), e que é permitida pela identificação do nome de família (YELLEN, 1977, p. 45).

4. CONCLUSÃO

Em resumo, pode afirmar-se que os dados aqui utilizados parecem apontar para contrastes entre os vários sítios, sendo que, nalguns casos, como o Cabeço da Amoreira e Moita do Sebastião, parece haver mais elementos que os separam do que semelhanças. Sem dúvida que a estrutura de organização espacial e a estratigrafia de cada sítio indicam que a sua funcionalidade se alterou diacronicamente, sendo que nuns casos o sítio terá tido as características de um acampamento base, exemplificado pelo nível da base dos três concheiros principais, e noutros apenas terá sido utilizado como espaço sagrado ou senão, pelo menos, como espaço ritual funerário. É evidente também que os concheiros serviram, noutras fases, também como lixeiras dos acampamentos que se encontram sítios proximamente, como se verificou nos *loci* recentemente descobertos em redor do concheiro do Cabeço da Amoreira e que cada um destes sítios pertence a um sistema ou rede social e de povoamento diferente. Cada sítio expande-se, distanciando-se progressivamente da linha de água e do centro original do concheiro e a zona do acampamento base muda de local numa área pequena em redor do centro original.

Parece evidente que o conhecimento de um conjunto de sítios localizados nas margens dos pequenos tributários do Tejo, como as ribeiras de Muge e Magos, serviram como área principal de ocupação humana com toda a certeza para a exploração de recursos estuarinos, nomeadamente peixe e marisco (moluscos e crustáceos) e recursos cinegéticos (veado, javali, cavalo, auroque, corço, coelho e lebre), a que foram adicionadas outras áreas, nomeadamente o sopé (e talvez também o topo e as encostas, ainda que não haja neste momento dados concretos que possibilitem esta afirmação) das Serras d'Aires e dos Candeeiros e a costa atlântica (de forma mais rara) servindo um sistema de captação de recursos baseado num sistema de mobilidade logística.

Este modelo é comprovado não só pela duração longa e essencialmente contínua dos grandes concheiros, mas também pela capacidade de mobilidade que a tecnologia do arco e da flecha permite, provavelmente já existente na Estremadura desde o Solutrense, agora muito mais desenvolvida com uma produção em massa e standardizada pelo uso de cadeias operatórias muito homogêneas de produção lamelar e recurso à técnica do microburil e que, provavelmente, poderá indiciar, através de elementos morfológicos de índole estilística, o limite da ocupação dos vários grupos de caçadores-recoletores que partilhavam os recursos da região.

Neste contexto, vale a pena mencionar um aspecto que poderá ser meramente uma coincidência – a localização da maior parte dos concheiros parece estar organizada aos pares, por vezes de cada um dos lados das ribeiras (Moita do Sebastião/Fonte do Padre Pedro; Cabeço da Arruda/Cabeço da Amoreira; Magos de Cima/Magos de Baixo) ou do mesmo lado (Vale da Fonte da Moça I/II; Cova da Onça/Monte dos Ossos). Este sistema poderá ser indicativo de um processo de organização social e de parentesco que assenta em clãs e linhagens, estas últimas provavelmente exogâmicas. A localização dos acampamentos (base ou de características rituais) é organizada com base numa simetria do espaço, sendo que cada metade (ou linhagem) relacionar-se-ia maioritariamente com a outra metade. Realidade semelhante mas num contexto diferente, é a dos *Anazasi* no sudoeste americano, grupo indígena que viveu na região há cerca de mil anos e que se estruturava economicamente na caça, recolção e agricultura. É o caso da construção e utilização de espaços cerimoniais (*kiwa*) que se encontram ligados e condicionam as duas metades simétricas de um sítio arqueológico, *Pueblo Bonito* (Fig. 4). Cada lado da povoação pertencia a uma linhagem com carácter exogâmico, mas cujas ligações familiares eram preferencialmente com a outra metade da comunidade, de linhagem diferente, pertencente contudo ao mesmo clã (VAN DIKE, 1999; VIVIAN, 1970) e, portanto, com o mesmo antepassado e o mesmo nome.

A tipologia de sítios (e a sua estrutura interna no que respeita a estruturas de habitat, organização espacial e estratigrafia) e a proximidade geográfica entre si, bem como os dados isotópicos e de oligoelementos resultantes das dietas do grupo e de cada indivíduo de Muge sugerem que nos encontramos perante um conjunto de sítios,



Fig. 4 – Vista de Pueblo Bonito (Chaco Canyon, Novo México, EUA), mostrando a divisão central do sítio (com a seta), separando a zona de habitação das duas linhagens com os seus respectivos espaços cerimoniais masculinos, os *kiwas* (marcados como 1 e 2).

relacionados entre si, correspondendo provavelmente a afiliações sociais e familiares ao nível das linhagens ou clãs, pertencendo a um só grupo socialmente coeso, com língua e cultura identificadas no espaço e representada por símbolos estilisticamente próprios (veja-se, por exemplo os Ju/'hoansi – WIESSNER, 1983, 1997) e que formariam regionalmente (entre a bacia do Tejo e as Serras dos Candeeiros e d'Aires) um bando ou tribo de caçadores-recoletores, diferente da que havia no Sado.

Finalmente, é de notar que, apesar de haver alterações em muitos dispositivos culturais entre o Mesolítico e as fases anteriores e posteriores, ao nível da localização dos sítios arqueológicos se nota uma (potencial) continuidade no caso do Cabeço da Amoreira. A presença de um nível de materiais líticos com aparentes características paleolíticas ou epipaleolíticas por baixo do nível mesolítico sugere uma continuidade da tradição na ocupação do mesmo local e, portanto, uma tradição oral que permite supor uma continuidade cultural e genética desde o Paleolítico, podendo a origem tecnológica mesolítica ser vista no sítio de Fonte Pinheiro em Rio Maior (BICHO, 1998). Também a continuidade parece estar presente no que respeita a um nível do Neolítico Antigo no mesmo *locus*. Esta ocupação neolítica, provavelmente umas centenas de anos após o abandono e encerramento do concheiro, permite, senão provar, pelo menos colocar a hipótese de que a penecontemporaneidade entre populações mesolíticas e neolíticas na Estremadura portuguesa acabou por resultar num grau indeterminado de aculturação e de miscigenação na região, permitindo às antigas populações mesolíticas regressar ao lugar dos seus antepassados, agora sob a forma tecnologicamente desenvolvida de populações produtoras de alimentos – o que explica a presença de cerâmicas no topo de vários concheiros, com toda a certeza resultado de remeximentos e intrusões antrópicas e naturais aquando da sua presença nos antigos locais de habitat clânico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, F. (1988) – Diatom assemblages as upwelling indicators in surface sediments off Portugal. *Marine Geology*, 85, p. 15-39.
- ABRANTES, F. (1990) – Increased upwelling off Portugal during the last deglaciation: diatom evidence. *Marine Micropaleontology* 17, p. 285-310.
- ABRANTES, F. (1991) – Variability of upwelling off NW Africa during the latest Quaternary evidence, *Paleoceanography*, 6, p. 431-460.
- ABRANTES, F. (2000) – 200 000 yr diatom records from Atlantic upwelling sites reveal maximum productivity during LGM and a shift in phytoplankton community structure at 185 000 yr. *Earth and Planetary Science Letters*, 176, p. 7-16.
- ABRANTES, F., BAAS, J., HAJLIDASON, H., RASMUSSEN, T., KLITGAARD, D., LONCARIC, N. & GASPAR, L. (1998) – Sediment fluxes along the northeastern European Margin: inferring hydrological changes between 20 and 8 kyr, *Marine Geology*, p. 152:7-23.
- ABRANTES, F. & MOITA, T. (1999) – Water column and recent sediment data on diatoms and coccolithophorids, off Portugal confirm sediment record as memory of upwelling events, *Oceanol. Acta*, 22, p. 319-336.
- ALLEY, R. & ÁUGÚSTDÓTTIR, A. (2005) – The 8k event: cause and consequences of a major Holocene abrupt climate change, *Quaternary Science Review*. 24, p. 1123-1149.
- ARAÚJO, A. (2003) – Long term change in Portuguese early Holocene settlement and subsistence. In *Mesolithic in the Move* (L. Larsson et al., eds.), p. 569-580. Oxford: Oxbow Books.
- ARNAUD, J. (1987) – Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e do Sado: semelhanças e diferenças. *Arqueologia*, 15, p. 53-64.
- ARNAUD, J. (1989) – The Mesolithic communities of the Sado valley, Portugal, in their ecological setting. In *The Mesolithic in Europe. Third International Symposium* (C. Bonsall, ed.), p. 614-631. Edinburgh: John Donald.
- BARBER, D., DYKE, A., HILLAIRE-MARCEL, A., JENNINGS, A., ANDREWS, J., KERWIN, M., BILODEAU, G., MCNEELEY, G., SOUTON, J., MOREHEAD M., & GAGNON, J.-M. (1999) – Forcing of the cold event of 8,200 years ago by catastrophic drainage of Laurentide lakes. *Nature*, 400, p. 344-348.
- BAUER, E., GANOPOLSKI, A., & MONTROYA, A. (2004) – Simulation of the cold climate event 8200 years ago by meltwater outburst from Lake Agassiz. *Paleoceanography* 19/3, PA3014, doi:10.1029/2004PA001030.
- BICHO, N. (1994) – The end of the Paleolithic and the Mesolithic in Portugal. *Current Anthropology*, 35, p. 664-674.
- BICHO, N. (1998) – Pleistocene-Holocene Transition in Portuguese Prehistory: a technological perspective. In *The Organization of Lithic Technology in Late Glacial and Early Postglacial Europe* (Sarah Milliken, ed.), p. 39-62. BAR 700.
- BICHO, N. (2002) – Lithic Raw Material Economy and Hunter-gatherer Mobility in the Late Glacial and Early Post Glacial Portuguese Prehistory. In *Lithic Raw Material Economies in Late Glacial and Early Postglacial Europe*, L. FISHER & B. ERIKSEN (eds.), p. 161-179. BAR, International Series. Oxford: Archaeopress.

- BICHO, N. & J. HAWS (2008) – At the land's end: marine resources and the importance of fluctuations in the coast line in the prehistoric hunter-gatherer economy of Portugal. *Quaternary Science Review*, 27, p. 2166-2175.
- BICHO, N., UMBELINO, C., DETRY, C. & PEREIRA, T. (No prelo) – The emergence of the Muge Mesolithic shellmiddens (central Portugal) and the 8200 cal yr BP cold event. *Journal of Island and Coastal Archaeology*.
- BINFORD, L. (1968) – Post-Pleistocene Adaptations. In: S. BINFORD and L. BINFORD, (eds.), *New Perspectives in Archeology*, Aldine, Chicago, p. 313-341.
- CACHO, I., GRIMALT, J.O., PELEJERO, C., CANALS, M., SIERRO, F.J., FLORES, J.A., & SHACKLETON, N.J. (1999) – Dansgaard-Oeschger and Heinrich event imprints in the Alboran Sea paleotemperatures. *Paleoceanography* 14(6), p. 698-705.
- CARDOSO, J. L. & J. ROLÃO (1999-2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 83-240.
- CARVALHO, A. (2007) – *A neolitização do Portugal meridional: os exemplos do Maciço Calcário estremenho e do Algarve Ocidental*. Dissertação de doutoramento, Faro: Universidade do Algarve.
- CUNHA, E. & J. CARDOSO (2002/03) – New data on Muge Concha middens: a contribution to more accurate numbers and dates. *Muge. Estudos Arqueológicos*, 1, p. 171-183.
- CUNHA, E., F. CARDOSO, & C. UMBELINO (2003) – Inferences about mesolithic life style on the basis of Anthropological data. The case of the Portuguese Concha middens. In *Mesolithic on the move: papers presented at the 6th International Conference on the Mesolithic in Europe, Stockholm, 2000*, in Larsson, L., Kindgren, H., Knutsson, K., Leoffler, D., Akerlund, A. (Eds.), p. 184-188. Oxbow Books: Oxford.
- CUNHA, E. & C. UMBELINO (2001) – Mesolithic people from Portugal: an approach to Sado osteological series. *Anthropologie*, 39, p. 125-132.
- DETRY, C. (2007) – *Paleoecologia e paleoeconomia do Baixo Vale do Tejo no Mesolítico Final: o contributo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Dissertação de doutoramento. Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade de Salamanca.
- FIUZA, A. (1982) – The Portuguese coastal upwelling system. In: *Actual Problems of Oceanography in Portugal*, p. 45-71. Junta Nacional Científica e Tecnológica, Lisbon.
- FIUZA, A. (1983) – Upwelling patterns off Portugal. In *Coastal Upwelling: its sedimentary record*, in E. Suess and J. Thiede (eds.), p. 85-98. Plenum, New York.
- FLANNERY, K.V. (1969) – Origins and ecological effects of early domestication in Iran and the Near East, in: P. J. Ucko and G. W. Dimbleby (eds.), *The Domestication and Exploitation of Plants and Animals*, Aldine, Chicago, p. 73-100.
- FRIGOLA, J., A. MORENO, I. CACHO, M. CANALS, F. SIERRO, J. FLORES, J. GRIMALT, D. HODELL, & J. CURTIS (2007) – Holocene climate variability in the western Mediterranean region from a deepwater sediment record. *Paleoceanography*, 22: PA2209, doi:10.1029/2006PA001307.
- GASSE, F. (2000) – Hydrological changes in the African tropics since the last glacial maximum. *Quaternary Science Reviews* 19, p. 189-212.

- GRAFENSTEIN, U. VON, H. ERLLENKEUSER, H., MÜLLER, J., JOUZEL, J., & JOHNSEN, S. (1998) – The cold event 8200 years ago documented in oxygen isotope records of precipitation in Europe and Greenland, *Climate Dynamics*, 14, p. 73-81.
- GROOTES, P., M. STUIVER, J. WHITE, S. JOHNSEN, & J. JOUZEL (1993) – Comparison of oxygen isotope records from the GISP2 and GRIP Greenland ice core. *Nature*, 366, p. 552-554.
- HAWS, J. (2003) – *An Investigation of Late Upper Paleolithic and Epipaleolithic Subsistence and Settlement Patterns in Central Portugal*. Dissertação de doutoramento. University of Wisconsin-Madison.
- HUGHEN, K., M. BAILLIE, E. BARD, J. BECK, C. BERTRAND, P. BLACKWELL, C. BUCK, G. BURR, K. CUTLER, P. DAMON, R. EDWARDS, R. FAIRBANKS, M. FRIEDRICH, T. GUILDERSON, B. KROMER, G. McCORMAC, S. MANNING, C. BRONK RAMSEY, P. REIMER, R. REIMER, S. REMMELE, J. SOUTHON, M. STUIVER, S. TALAMO, F. TAYLOR, J. VAN DER PLICHT & C. WEYHENMEYER (2004) – Marine04 marine radiocarbon age calibration, 0-26 cal kyr BP, *Radiocarbon*, 46(3), p. 1059-1086.
- JACKES, M., D. LUBELL, & C. MEIKLEJOHN (1997) – Healthy but mortal: human biology and the first farmers of Western Europe. *Antiquity* 71, p. 639-658.
- JACKES, M. & C. MEIKLEJOHN, C. (2004) – Building a method for the transition of the Mesolithic-Neolithic transition in Portugal. *Documenta Praehistorica*, 31, p. 89-111.
- KLEIVEN, H., C. KISSEL, C. LAJ, U. NINNEMANN; T. RICHTER, & E. CORTIJO (2008) – Reduced North Atlantic deep water coeval with the glacial Lake Agassiz freshwater outburst. *Science*, 319, p. 60-64.
- KLITGAARD-KRISTENSEN, D., H. SEJRUP, H. HAFLIDASON, S. JOHNSEN, & M. SPURK (1998) – A regional 8200 cal. yr BP cooling event in northwest Europe, induced by final stages of the Laurentide ice-sheet deglaciation? *Journal Quaternary Science*, 13(2), p. 165-169.
- KOFLER, W., V. KRAPF, W. OBERHUBER, & S. BORTENSCHLAGER (2005) – Vegetation responses to the 8200 cal. BP cold event and to long-term climatic changes in the Eastern Alps: possible influence of solar activity and North Atlantic freshwater pulses. *The Holocene*, 15(6), p. 779-788.
- LOUREIRO, S., A. NEWTON, J. & ICELY (2005) – Microplankton composition, production and upwelling dynamics in Sagres (SW Portugal) during the summer of 2001, *Scientia Marina*, 69, p. 323-341.
- LUBELL, D. & M. JACKES (1985) – Mesolithic-Neolithic continuity: evidence from chronology and human biology. *I reunião do Quaternário Ibérico*, p. 113-133. Lisbon.
- LUBELL, D., M. JACKES, H. SCHWARCZ, & C. MEIKLEJOHN (1986) – New radiocarbon dates for Moita do Sebastião. *Arqueologia*, 14, p. 34-36.
- LUBELL, D., M. JACKES, H. SCHWARCZ, M. KNYF, & C. MEIKLEJOHN (1994) – The Mesolithic-Neolithic transition in Portugal: isotopic and dental evidence of diet. *Journal of Archaeological Science*, 21, p. 201-216.
- MACKO, S., ENGEL, M., ANDRUSEVICH, V., LUBEC, G., O'CONNELL, T. & HEDGES, R. (1999) – Documenting the diet in ancient human populations through stable isotope analysis of hair. *Phil. Trans. R. Soc. Lond. B*, 354, p. 65-76.
- MARCHAND, G. (2001) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le sud du Portugal : les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4(2), p. 47-110.

- MARCHAND, G. (2005) – Interpretar as mudanças dos sistemas técnicos do Mesolítico final em Portugal. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 23, p. 171-195.
- MARGALEF, R. (1978) – Life-forms of phytoplankton as survival alternatives in an unstable environment. *Oceanol. Acta*, 1, p. 493-509.
- MARTINS, J., A. CARVALHO, & A. SOARES (2008) – A calibração das datas de radiocarbono dos esqueletos de Muge. *Promontoria*, 6, p. 73-93.
- MCDERMOTT, F., D. MATTEY, & C. HAWKESWORTH (2001) – Centennial-scale holocene climate variability revealed by a high-resolution speleothem $\delta^{18}\text{O}$ record from SW Ireland, *Science*, 294, p. 1328.
- MEESE D., R. ALLEY, T. GOW, P. GROOTES, P. MAYEWSKI, M. RAM, K. TAYLOR, E. WADDINGTON, & G. ZIELINSKI (1994) – Preliminary Depth-Age Scale of the GISP2 Ice Core. *CRREL Special Report 94-1. Cold Regions Research and Engineering Laboratory, Hanover, New Hampshire*, 66p.
- PAILLER, D. & E. BARD (2002) – High frequency palaeoceanographic changes during the past 140 000 yr recorded by the organic matter in sediments of the Iberian Margin. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 181, p. 431-452.
- RASMUSSEN, S.O., K. ANDERSEN, A. SVENSSON, J. STEFFENSEN, C. VINTHER, B. CLAUSEN, M.-L. SIGGAARD-ANDERSEN, S. JOHNSEN, L. LARSEN, N. DAHL-JENSEN, M. BIGLER, R. RÖTHLISBERGER, H. FISCHER, K. GOTO-AZUMA, M. HANSSON, & U. RUTH (2006) – A new Greenland ice core chronology for the last glacial termination. *Journal of Geophysical Research*, vol. 111, D06102, doi:10.1029/2005JD006079.
- RASMUSSEN, S.O., C. VINTHER, B. CLAUSEN, & K. ANDERSEN (2007) – Early Holocene climate oscillations recorded in three Greenland ice cores. *Quaternary Science Review*, 26, p. 1907-1914.
- RENSSEN, H., H. GOOSSE, & T. FICHEFET (2007) – Simulation of Holocene cooling events in a coupled climate model. *Quaternary Science Review*, 26, p. 2019-2029.
- REIMER, PJ, M. BAILLIE, E. BARD, A. BAYLISS, J. BECK, C. BERTRAND, P. BLACKWELL, C. BUCK, G. BURR, K. CUTLER, P. DAMON, R. EDWARDS, R. FAIRBANKS, M. FRIEDRICH, T. GUILDERTON, A. HOGG, K. HUGHEN, B. KROMER, G. MCCORMAC, S. MANNING, C. BRONK RAMSEY, R. REIMER, S. REMMELE, J. SOUTHON, M. STUIVER, S. TALAMO, F. TAYLOR, J. VAN DER PLICHT & C. WEYHENMEYER (2004) – IntCal04 terrestrial radiocarbon age calibration, 0-26 cal kyr BP, *Radiocarbon*, 46(3), p. 1029-1058.
- REIMER, PJ, M. BAILLIE, E. BARD, A. BAYLISS, J. BECK, C. BERTRAND, P. BLACKWELL, C. BUCK, G. BURR, K. CUTLER, P. DAMON, R. EDWARDS, R. FAIRBANKS, M. FRIEDRICH, T. GUILDERTON, A. HOGG, K. HUGHEN, B. KROMER, G. MCCORMAC, S. MANNING, C. BRONK RAMSEY, R. REIMER, S. REMMELE, J. SOUTHON, M. STUIVER, S. TALAMO, F. TAYLOR, J. VAN DER PLICHT & C. WEYHENMEYER (2007) – Simulation of Holocene cooling events in a coupled climate model. *Quaternary Science Review*, 26, p. 2019-2029.
- RIBEIRO, C. (1884) – Les kioekkenmoedings de la Vallée du Tage. *Compte Rendu de la IX^{ème} Session du Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, Lisbonne 1880*, p. 279-290. Lisbonne: Typographie de l'Académie des Sciences.
- ROCHE, J. (1951) – *L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular/Instituto de Alta Cultura.

- ROCHE, J. (1972a) – Les amas coquilliers (*concheiros*) mésolithiques de Muge (Portugal). In *Die Anfänge des Neolithikums vom Orient bis Nordeuropa*. B. Koln: s.n. (Fundamenta, A/3), p. 72-107.
- ROCHE, J. (1972b) – *Le gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- ROCHE, J. (1981) – Algumas observações sobre a estratigrafia das jazidas de tipo “concheiro” e os problemas que levantm aos escavadores. *Arqueologia*, p. 1:3-6.
- ROCHE, J. (1984) – Sépultures mésolithiques de l’amas coquillier de Cabeço da Arruda. In *Volume d’hommage au géologue Georges Zbyszewski*, p. 353-361. Paris: Éditions Techerche sur les Civilisations.
- ROCHE, J. (1989) – Spatial organization in the Mesolithic sites of Muge, Portugal. In *The Mesolithic in Europe. Third International Symposium* (C. BONSALL, ed.), p. 607-613. Edinburgh: John Donald.
- ROCKSANDIC, M. (2006) – Analysis of burials from the new excavations of the sites Cabeço da Amoreira and Cabeço da Arruda (Muge, Portugal). *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, N. BICHO & H. VERÍSSIMO (eds.), p. 43-54. Faro: Universidade do Algarve.
- ROLÃO, J. (1999) – *Del Wurm final al Holocénico en el Bajo Valle del Tajo (Complejo Arqueológico Mesolítico de Muge)*. Dissertação de doutoramento. Universidad de Salamanca.
- ROLÃO, J., A. JOAQUINITO, & M. GONZAGA (2006a) – O complexo mesolítico de Muge: novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira. *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular* (N. BICHO & H. VERÍSSIMO, eds.), p. 27-42. Faro: Universidade do Algarve.
- SHOCKLER, J. (2006) – Hunter-Gatherer Movement in the Portuguese Upper Paleolithic: Archaeological Results of a Regional Lithic Sourcing Project. In *Papers in honor of Anthony Marks* (N. BICHO, ed.), p. 141-162. Faro: Universidade do Algarve.
- SOARES, A. M. MONGE (1993) – The ¹⁴C content of marine Conchas: evidence for variability in coastal upwelling off Portugal during the Holocene. In *Isotope techniques in the study of past and current environmental changes in the hydrosphere and the atmosphere*, p. 471-485. Viena, International Atomic Energy Agency.
- SOARES, A. M. MONGE (2005) – *Variabilidade do "upwelling" costeiro durante o Holocénico nas margens atlânticas ocidental e meridional da Península Ibérica*, Ph.D. Dissertation. Faro: Universidade do Algarve.
- SOARES, A. M. MONGE & A. DIAS (2006) – Coastal upwelling and radiocarbon – evidence for temporal fluctuations in ocean reservoir effect off Portugal during the Holocene. *Radiocarbon*, 48(1), p. 46-60.
- SOARES, A. M. MONGE & A. SOUSA (2004) – Cronologia Absoluta. In *São Julião. Núcleo C do concheiro pré-histórico*, p. 75-82. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- SOUSA, A. (2004) – *São Julião. Núcleo C do concheiro pré-histórico*, p. 75-82. Mafra: Câmara Municipal de Mafra.
- STENHOUSE, M. J. & BAXTER, M. S. (1979) – The uptake of bomb ¹⁴C in humans. In *Radiocarbon dating* (ed. R. BERGER & H. E. SUESS), p. 324-341. University of California Press.
- STUIVER, M., & P. REIMER (1986) – A computer program for radiocarbon age calibration, *Radiocarbon* 28, p. 1022-1030.
- STUIVER, M., & P. REIMER (1993) – Extended ¹⁴C database and revised CALIB radiocarbon calibration program. *Radiocarbon* 35, p. 215-230.

- STUIVER, M., P. REIMER, & R. REIMER (2005) – *CALIB 5.0*. <http://calib.qub.ac.uk/calib/>
- STUIVER, M., G. PERSON, & T. BRAZIUNAS (1986) – Radiocarbon age calibration of marine samples back to 9000 cal yr BP. *Radiocarbon*, 28 (2B), p. 980-1021.
- THOMAS, E., E. W. WOLFF, R. MULVANEY, J. P. STEFFENSEN, S. J. JOHNSEN, C. ARROWSMITH, J. W.C. WHITE, B. VAUGHN, & T. POPP (2007) – The 8.2 ka event from Greenland ice cores. *Quaternary Science Review*, 26, p. 70-81.
- THOMSON, J., S. NIXON, C. SUMMERHAYES, E. ROHLING, J. SCHÖNFELD, R. ZAHN, P. GROOTES, F. ABRANTES, L. GASPAR, & S. VAQUEIRO (2000) – Enhanced productivity on the Iberian Margin during glacial/interglacial transitions revealed by barium and diatoms. *Journal of the Geological Society*, 157, p. 667-677.
- TINNER, W. & A. LOTTER (2001) – Central European vegetation response to abrupt climate change at 8.2 ka. *Geology*, 29(6), p. 551-554.
- UMBELINO, C. (2006) – *Outros sabores do passado. As análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstrução da dieta das comunidades humanas do Mesolítico Final e do Neolítico/Calcolítico do território português*. Dissertação de doutoramento. Universidade de Coimbra.
- UMBELINO, C., A. PÉREZ-PÉREZ, E. CUNHA, C. HIPÓLITO, M. FREITAS, & J. CABRAL (2007) – Outros sabores do passado: um novo olhar sobre as comunidades humanas mesolíticas de Muge e do Sado através de análises químicas dos ossos. *Promontoria*, 5, p. 45-90.
- VALENTE, M. J. (2008) – *As últimas sociedades de caçadores-recolectores no Centro e Sul de Portugal (10.000-6.000 anos BP): aproveitamento dos recursos animais*. Dissertação de doutoramento, Faro: Universidade do Algarve.
- VAN DER SCHRIEK, T. (2004) – *Holocene environmental change and the alluvial geoarchaeology of Mesolithic settlement-subsistence in the Muge and Magos valleys, Lower Tagus Basin, Portugal*. Dissertação de doutoramento. University of Newcastle upon Tyne.
- VAN DER SCHRIEK, T., D. PASSMORE, FRANCO, F., A. STEVENSON, I. BOOMER, & J. ROLÃO (2002/2003). The Holocene environmental history and geoarchaeology of the Mesolithic cultures in the Muge valley, Lower Tagus basin, Portugal. *Muge Estudos Arqueológicos*, 1, p. 185-198.
- VAN DER SCHRIEK, T., D. PASSMORE, F. MUGICA, A. STEVENSON, I. BOOMER, & J. ROLÃO (2008) – Holocene palaeoecology and floodplain evolution of the Muge tributary, Lower Tagus basin, Portugal. *Quaternary International*, 189, p. 135-151.
- VAN DIKE, R. (1999) – The Chaco Connection: Evaluating Bonito-Style Architecture in Outlier Communities. *Journal of Anthropological Archaeology*, 18, p. 471-506.
- VINTHER, B.M., H. CLAUSEN, S. JOHNSEN, S. RASMUSSEN, K. ANDERSEN, S. BUCHARDT, D. DAHL-JENSEN, I. SEIERSTAD, M.-L. SIGGAARD-ANDERSEN, J. STEFFENSEN, A. SVENSSON, J. OLSEN, & J. HEINEMEIER (2006) – A synchronized dating of three greenland ice cores throughout the Holocene. *Journal Geophysical Research*, doi:10.1029/2005JD006921.
- VIVIAN, R. Gwinn (1970) – An Inquiry into Prehistoric Social Organization in Chaco Canyon, New Mexico. In *Reconstructing Prehistoric Pueblo Societies*, editado por William A. Longacre, p. 59-83. School of American Research, Advanced Seminar Series. University of New Mexico Press.

- WIESSNER, P. (1983) – Style and social information in Kalahari San projectile points. *American Antiquity*, 48, p. 253-276.
- WIESSNER, P. (1997) – Seeking guidelines through an evolutionary approach: Style revisited among the !Kung San (Ju/'hoansi) of the 1990's. In *Rediscovering Darwin: Evolutionary Theory and Archaeological Explanation*, C. BARTON & G. CLARK (eds.), p. 157-176. Washington: American Anthropological Association.
- YELLEN, J. (1977) – *Archaeological approaches to the present. Models for reconstructing the past*. Nova Iorque: Academic Press.
- ZILHÃO, J. (2003) – Algumas observações acerca do Mesolítico do interior peninsular e do modelo de passagem ao Neolítico através de colonização pioneira por via marítima. Comentário a Carvalho, 2007. *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 21, p. 108-118.

AINDA ANTES DO 4.º MILÉNIO a.C.: AS PRÁTICAS SIMBÓLICAS¹ DAS COMUNIDADES NEOLÍTICAS, NO OCIDENTE PENINSULAR

Mariana Diniz*

1. NA ORIGEM, NO ORIENTE

No Próximo Oriente, a partir dos finais do 11.º milénio a.C., a emergência do Neolítico acontece num quadro de grande complexidade ideológica, onde a sedentarização e o aparecimento das práticas agrícolas se associam a um elaborado universo simbólicos, que integra artefactos, estruturas e comportamentos que remetem para esferas e leituras não-economicistas do comportamento humano.

Mesmo para os não-adeptos de modelos de neolitização, como o defendido por Jacques Cauvin (1999), que preconiza uma revolução simbólica como motor da mudança tecno-económica, a densificação, ao longo do PPNA e PPNB, da trama de símbolos, que no Neolítico pleno parecem omnipresentes, constitui um incontornável indício da natureza global da Revolução Neolítica, no contexto da qual se geram novas coordenadas de leitura e de acção sobre distintos planos do real.

Ao longo do 9º milénio, o aparecimento, no registo arqueológico, de santuários como o de Gobekli Tepe e de Nevali Çori, de cereais e de animais domesticados em Beidha e Cafer Hyuk, de grandes povoados de 10-15 ha como Ain Ghazal ou Abu Hureyra, de crânios remodelados em Jericó, de figurinhas femininas em Netiv Hagdud ou Çayönü (AURENCHE & KOZLOWSKI, 2003), reflecte a existência de dinâmicas culturais onde, lado a lado, se definem novas estratégias de intervenção e manipulação da natureza, da sociedade e dos indivíduos.

Ultrapassada uma descrição processual do Passado, parece hoje consensual reconhecer, que os artefactos e as estruturas conectáveis com as práticas simbólicas não constituem materialidades quase anedóticas, e de interesse sobretudo museográfico, mas desempenharam um papel estruturante na definição destas primeiras sociedades neolíticas, enquanto agentes activos de uma autoridade centralizada (ÖZDOĞAN, 1997, p. 17), que parece desde uma fase muito precoce conjugar, demonstrando a complementaridade destes diferentes “sub-sistemas”, ideologia e economia, numa mesma revolução.

Fenómenos complexos de sociabilização, associados a uma sedentarização efectiva e ao crescimento demográfico dos aglomerados populacionais, podem ter assumido contornos simbólicos, concretizados em encenações mágico-religiosas que tornariam menos dolorosa a passagem de uma mundividência própria de caçadores-recolectores a uma cosmogonia de sociedades produtoras (BARNARD, 2007).

A citação impõe-se e, na análise deste foco primário de neolitização, a religião parece também aqui ter servido enquanto um poderoso opiáceo...neste caso utilizado como um elemento aglutinador na consolidação do tecido social das primeiras sociedades agro-pastoris.

* Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa 1600-214 Lisboa. m.diniz@fl.ul.pt

¹ O conceito de simbólico é aqui empregue numa perspectiva convencional, alguns diriam esquelética, que remete não unicamente para os planos do mágico-religioso, mas para domínios que ultrapassem o estritamente funcional.

2. PARA OCIDENTE, UMA DERIVA DISSOLVENTE

Se a neolitização da Europa enquanto resultado de uma fuga a uma autoridade central, em grande medida assente no Templo, como propõe Özdoğan (1997), parece ser uma leitura anacrónica de uma realidade cultural específica, é inegável no registo arqueológico que se assiste, com a entrada do Neolítico no espaço europeu, a uma diluição dos traços culturais próprios do Oriente, em parte justificada pela diluição genética (SEMINO *et al.*, 2004), e entre os que se destaca o desaparecimento de elementos próprios do quadro simbólico de origem.

Por isso alguns componentes deste complexo projecto simbólico permanecerão exclusivamente orientais, como os santuários e a representação, em múltiplos suportes, de feras, necrófagos e antropomorfos, a reconstrução e o culto dos crânios, enquanto outros, como as figurinhas antropomórficas, sobretudo femininas, são absolutamente transversais, como se depreende da sua diacronia e área de dispersão geográfica, que as transforma na figura central desta odisseia ideológica (DINIZ, 2008).

A partir dos inícios do 7º milénio a.C., torna-se assim, e apesar da complexidade simbólica do Neolítico egeobalcânico (GIMBUTAS, 2007), clara a dissolução, a caminho do Ocidente, deste projecto mágico-religioso que parece, em cada área de recomposição do pacote neolítico (GUILAINE, 2003), perder substância, até ao vazio do Mediterrâneo ocidental, onde a introdução das economias produtoras parecia um fenómeno pouco consistente e desvinculado de uma ideologia aparatosa.

Neste momento, em que o Neolítico do Mediterrâneo ocidental já não pode ser considerado um Neolítico de pastores, utilizando sobretudo grutas em regime sazonal e com forte componente cinegética (GUILAINE, 1981), em que o carácter aldeão e agrícola destas comunidades está plenamente atestado, no campo da simbólica, o quadro não sofreu alterações significativas e continua apenas disponível um inventário reduzido de figurinhas femininas e informações escassas acerca das práticas de enterramento destes grupos.

Esta diluição acentuada da componente simbólica faz-se sentir de forma nítida já no Mediterrâneo central, onde é clara a disparidade entre uma “infra-estrutura” económica plenamente produtora e solidamente implantada no terreno e uma “super-estrutura” ideológica quase invisível, no registo arqueológico.

Na primeira metade do 6º milénio a.C., esta disparidade parece exemplarmente demonstrada em povoados como o de Torre Sabea (GUILAINE & CREMONESI, 2003), para o qual se conhece apenas uma única deposição funerária, em fossa, acompanhada por nódulos de ocre e coberta por blocos de pedra (CREMONESI *et al.*, 2003), e um conjunto de objectos de adorno fabricados quase exclusivamente sobre concha, na tradição das indústrias Paleolíticas e Mesolíticas da região (RADI, 2003).

No entanto, a economia agrícola de Torre Sabea e a pastorícia, que fornece cerca de 91% da carne consumida no povoado, não têm qualquer raiz na área de implantação do sítio e reproduzem “(...) un système qui semble diffuser, sans modification qualitative fondamentale, de l’Anatolie jusq’au Sud de la France.” (GUILAINE & CREMONESI, 2003, p. 390).

Ao contrário do pacote tecno-económico, que conserva um número significativo de elementos estruturantes, o sistema simbólico parece cada vez menos formalizado à medida que nos afastamos do epicentro cultural da Revolução Neolítica. Esta diluição, que resulta de uma combinatória complexa de distâncias genéticas, cronológicas e geográficas, e de contributos específicos dos substratos indígenas assenta numa menor densidade demográfica que, ao mesmo tempo, permite e justifica esta dissolução ideológica, em parte pretendida pelos protagonistas do processo de neolitização, em parte permitida pelo cenário global.

No Mediterrâneo ocidental, os últimos ecos, em contextos do Neolítico antigo, de um universo mágico-religioso de filiação oriental pareciam estar materializados nas figurinhas femininas de Arene Candide (TINÉ, 1999), e o Sul de França surge enquanto um território quase desprovido de elementos que remetam para o campo da simbólica.

3. NA PENÍNSULA IBÉRICA: O “CASO SERPIS”

Nesta dinâmica, de progressiva “laicização” dos grupos neolíticos, que acompanha a expansão das economias produtoras para Ocidente, o registo disponível para o Levante espanhol constitui, ao nível das práticas simbólicas, um caso excepcional sem paralelos conhecidos no Mediterrâneo ocidental.

Na província de Alicante, a bacia do Serpis, uma área, cuja intensidade de investigação não tem paralelo na Península Ibérica, apresenta uma concentração de elementos simbólicos que permite definir, para a região, um fenómeno de neolitização que introduz os componentes específicos de uma economia produtora, ao mesmo tempo que gera uma paisagem ideologicamente estruturada, que integra recintos monumentais como Mas d’Is (OROZCO *et al.*, 2008), santuários rupestres como Pla de Petrarcos (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2004) ou La Sarga (HERNÁNDEZ PÉREZ & SEGURA MARTÍ, 2002), e grutas com uma expressiva densidade de artefactos simbólicos como Cova de l’Or (OROZCO *et al.*, 2008).

No povoado de Mas d’Is, a escavação de fossos e a colocação na sua base de um recipiente de cerâmica cardial – interpretado como um ritual de fundação do sítio – nos santuários de Pla de Petrarcos e de La Sarga, a pintura de uma figura antropomórfica “orante”, que se encontra também impressa em cerâmicas da Cova de Sarsa ou da Cova de l’Or, onde surge acompanhada por um conjunto amplo de objectos de adorno (anéis, pulseiras, pendentos), de instrumentos musicais (flauta) e de artefactos de excepção (colheres, vasos geminados), reflectem a introdução de uma ideologia, de uma iconografia e de rituais neolíticos que marcam a implantação das primeiras sociedades agro-pastoris, naquele território.

Na bacia do Serpis, no terceiro quartel do 6.º milénio a.C., a introdução de uma economia produtora é acompanhada pela introdução de uma ideologia de produtores, no quadro de um projecto simbólico onde a componente pública, materializada nos abrigos com arte macro-esquemática, parece desempenhar um papel decisivo.

No entanto, nesta paisagem, de grande complexidade simbólica, o “lugar do morto” é, e como é próprio dos territórios cardiais, pouco perceptível.

As deposições funerárias, em pequeno número e realizadas em grutas de reduzidas dimensões localizadas na periferia das áreas de habitat, acompanhadas por um espólio mínimo, como alguma escassa cerâmica cardial, alguns pendentos sobre concha – em forma de “canino de veado” – e alguma pedra lascada (GARCIA ATIÉNZA, 2007), integram o processo de antropização dos espaços, onde a morte e os antepassados não parecem constituir eixos centrais do discurso dos primeiros grupos agro-pastoris.

A consolidação e a expansão para o interior peninsular do sistema produtor darão origem a outros cenários, nos quais a proximidade/presença da morte está mais próxima das paisagens quotidianas. Esse outro cenário parece materializado no sítio de Los Cascajos (Navarra), onde, ao longo do 5º milénio, uma necrópole de inumação em fossa foi ocupando a área central do povoado, no qual estão igualmente documentadas fossas de deposição ritual (GARCÍA GAZÓLAZ & SESMA SESMA, 2001).

4. NO ACTUAL TERRITÓRIO PORTUGUÊS: UM INVENTÁRIO CRÍTICO DOS ELEMENTOS

A discussão acerca das práticas simbólicas do Neolítico antigo, no actual território português, exige a construção prévia de um inventário crítico dos elementos conectados, numa faixa cronológica que se estende dos meados do 6º aos finais do 5º milénio a.C., com a implantação das primeiras sociedades camponesas no Ocidente peninsular.

As práticas, os artefactos e as estruturas aqui registados inscrevem-se num universo ideológico que, numa terminologia tradicional, seria definido enquanto pré-megalítico porque, e apesar das propostas que o associa este

fenómeno aos alvares do Neolítico (CALADO, 2004), parecem-me ainda não reunidos os argumentos cronológicos necessários para conectar, no actual território português, as primeiras etapas da neolitização ao megalitismo menírico.

Os dados disponíveis são escassos e um número significativo de notícias acerca de práticas simbólicas, sobretudo conectadas com possíveis enterramentos, não satisfazem os requisitos de um crivo heurístico contemporâneo pelo que a sistematização da informação se torna indispensável enquanto etapa prévia de um debate alargado.

4.1. Práticas funerárias

Nos últimos 20 anos, a carta de distribuição do povoamento do Neolítico Antigo, no actual território português, registou um crescimento muito significativo sem que, no entanto esta ampliação de dados se estenda ao campo das necrópoles, cujo número permanece, lamentavelmente, estável.

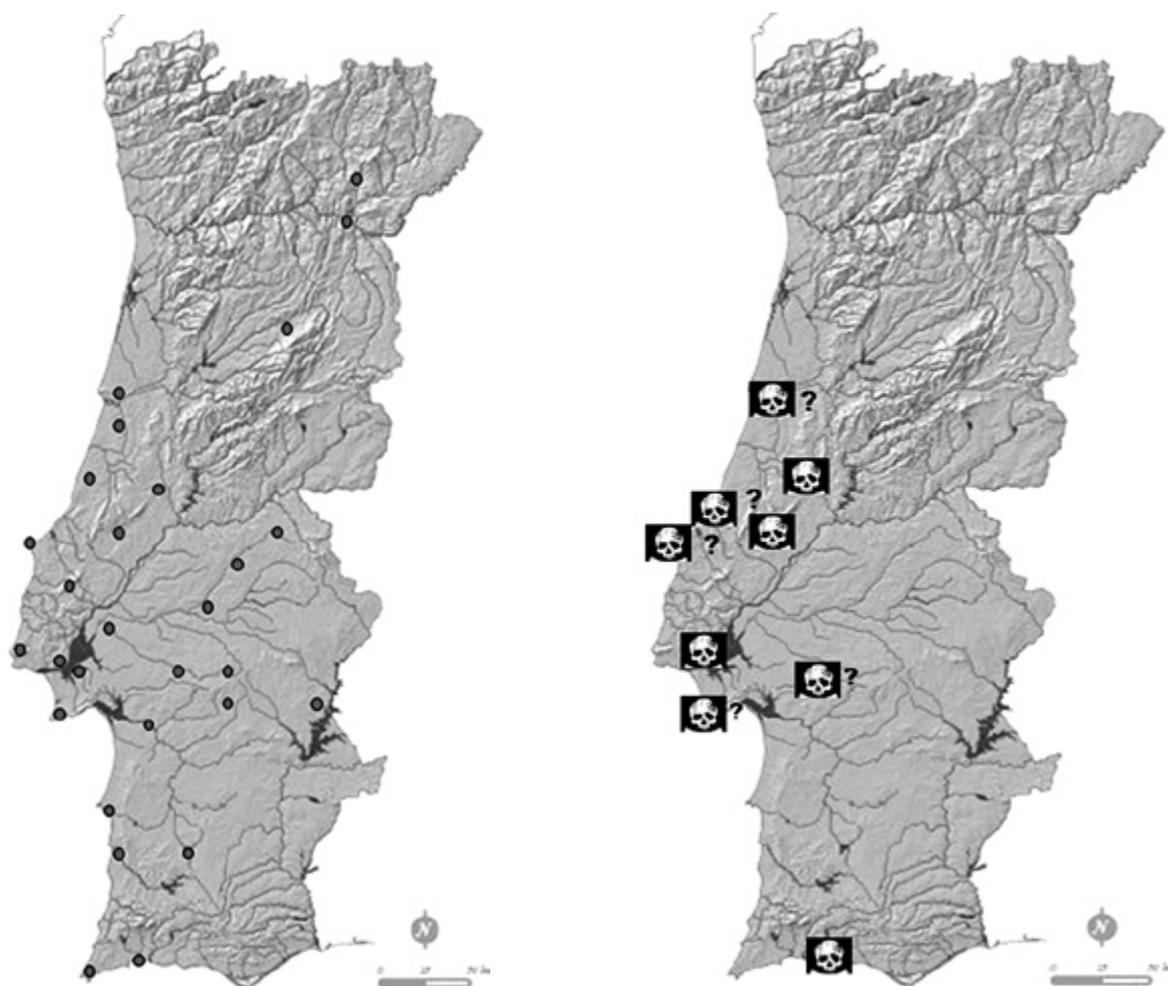


Fig. 1 - À esquerda - carta de distribuição do povoamento do Neolítico antigo, no actual território português; à direita - carta de distribuição das necrópoles do Neolítico antigo.

Em grande medida, este é um problema de natureza arqueográfica resultante dos processos tafonómicos que incidem sobre as materialidades específicas do universo funerário que se tornam, por isso, de improvável recuperação.

Para o território português, a informação existente acerca das práticas funerárias do Neolítico Antigo provém, com pontuais excepções, de regiões calcárias onde a conservação da matéria orgânica é possível. No entanto, parte substantiva do povoamento desta etapa realiza-se sobre solos arenosos e graníticos cuja acidez, responsável pela decomposição de restos orgânicos, justifica em amplas áreas a total ausência de informação acerca dos rituais de enterramento.

Se esta é a causa fundamental dos imensos vazios na distribuição das necrópoles, uma outra questão de ordem cultural, relacionada com o peso escasso da morte nas paisagens do Neolítico Antigo do Mediterrâneo ocidental, contribui também para este cenário, para o qual não existem dados que permitam definir, inclusivamente no Maciço Calcário, as relações de proximidade/distância entre habitats e necrópoles.

Da análise do Quadro 1, resulta, de imediato, a insuficiência de dados conclusivos que permitam caracterizar os lugares, os rituais e os espólios funerários do Neolítico antigo, no Ocidente peninsular.

É, no entanto possível definir alguns aspectos das práticas funerárias do Neolítico antigo, nomeadamente:

- a sistemática (?) utilização de grutas enquanto espaço de necrópole, ainda que seja de registar o número de casos duvidosos que pode contribuir para uma imagem inflacionada deste tipo de uso.

Em muitas destas grutas que funcionaram como necrópole em fases mais tardias do Neolítico, como acontece nas grutas de Alcobaça, na Furninha e no Escoural, para citar apenas alguns casos, sendo provável a existência de deposições durante o Neolítico antigo, estas não estão inequivocamente comprovadas na amálgama que caracteriza os Depósitos Superiores destas cavidades (DINIZ, 1994), o que torna particularmente difícil a determinação da tipologia da ocupação do Neolítico antigo, sobretudo porque algumas grutas não foram utilizadas como lugar de enterramento como é o caso do Abrigo de Bocas (CARREIRA, 1994), e da Gruta da Cova da Moura;

- que para além dos contextos em gruta, foram recolhidos ossos humanos em sítios/habitats ao ar livre, como acontece na Pedreira das Salemas. Estão igualmente documentados restos humanos, em outros contextos domésticos com ocupações do Neolítico Antigo, como é o caso da Cova da Baleia (SOUSA, 2008), das Lameiras (T. Simões, inf. pess.), e do Xarez 12 (GONÇALVES, 2003), ainda que a exacta cronologia das deposições esteja por definir;
- o ritual funerário em gruta parece exhibir um leque diversificado de soluções, no quadro da inumação, que contemplam desde a deposição simples de corpos à superfície, como registado na Gruta do Caldeirão e no Algar do Picoto, à escavação de fossas pouco profundas como acontece na gruta de N.^a Sr.^a das Lapas e aparentemente na gruta das Salemas, onde estará também registada a utilização das anfractuosidades das paredes rochosas como lugar de depósito funerário;
- a regra parece a da deposição/enterramento primário, individual e não selectivo, a avaliar pelos dados da Gruta do Caldeirão, onde estão depositados indivíduos dos dois sexos e de diferentes escalões etários, e da gruta de N.^a Sr.^a das Lapas, onde foi recuperado um único enterramento infantil;
- a ausência, com excepção dos pequenos blocos de pedra que delimitam o enterramento infantil de N.^a Sr.^a das Lapas, de estruturação do espaço funerário. A inumação em fossas/silos, como as registadas no Castelo Belinho são, neste contexto, um fenómeno tardio e que poderá estar associado à reutilização de estruturas de armazenamento prévias portanto não escavadas especificamente para o efeito;
- ao nível do espólio votivo destaca-se, e como um outro traço comum aos grupos neolíticos do Mediterrâneo ocidental, a simplicidade e relativa exiguidade do mesmo. Apenas em dois casos é possível estabelecer uma

Quadro 1 – Práticas Funerárias do Neolítico antigo, no Ocidente Peninsular

Sítio	N.º deposições	Ritual	Espólio	Datação absoluta	Bibliografia
Grutas de Eira Pedrinha	?	?	Cer. Cardial Fig. “orante”	?	CORRÊA & TEIXEIRA, 1949
Buraca Grande	?	Provável depósito funerário	Cer. Cardial/Impressa	6560±145 BP (conchas)	AUBRY <i>et al.</i> , 1997
Gruta Caldeirão NA2	NMI – 5	Deposição primária à sup./junto paredes	Cerâmica cardial Micrólitos Obj. adorno	6130±90 BP (<i>Homo</i>)	ZILHÃO, 1992
Gruta Caldeirão NA1	NMI – 13	Deposição primária à superfície ?	Cer.Imp./incisa Machados/Obj. adorno	5810±70 BP (<i>Homo</i>)	ZILHÃO, 1992
Gruta N.ª Sr.ª das Lapas	1	Deposição ossos Interior de estrutura	Cer. Incisa/Pedra lascada Obj. adorno	6100±70 BP (<i>Homo</i>)	OOSTERBEEK, 1993
Algar do Picoto	2	Deposição primária à superfície	Cer. canelada	6000±150 BP 5904±36 BP (<i>Homo</i>)	CARVALHO, 2007
Gruta do Almonda	Ossos humanos numerosos	?	Cer. Cardial Fig. “orante” Imp./Incisa Obj. adorno	6445±45 BP (adornos)	CARVALHO, 2007
Grutas de Alcobaça	?	?	Cer. Cardial/Imp./incisa	?	NATIVIDADE, 1899-1903
Gruta da Furninha	?	?	Cer. Imp./incisa	?	DELGADO, 1884
Casa da Moura	Ossos humanos	?	Cer. Imp./incisa	5990±60 BP (<i>Homo</i>)	STRAUSS <i>et al.</i> , 1988 JACKES <i>et al.</i> , 1997
Gruta da Sr.ª da Luz	?	Enterramento no solo?	Vaso motivo espiga Asas bifidas/obj. adorno	?	CARDOSO <i>et al.</i> , 1996b
Gruta do Correio-Mor	?	Deposição Descarnação-exposição	Adornos	6330±60 BP (carvão) 6330±60 BP (<i>Homo</i>)	CARDOSO, 1996a J. L. CARDOSO, inf. pess.
Gruta das Salemas	Não especificado	Reentrâncias paredes da gruta/escavação de fossas		6320±350 BP (carvão)	CASTRO & FERREIRA, 1972
Pedreira das Salemas	Ossos humanos	Em lapiás, habitat		6020±120 BP (<i>Homo</i>)	CARDOSO, 1996a
Lapa do Fumo	Restos de ossos e dentes humanos	?	Cer. motivo espiga Asas bifidas	?	SERRÃO, 1959
Gruta do Escoural	?	?	Cer. Cardial/impressa	?	ARAÚJO & LEJEUNE, 1995
Samouqueira	2	Fossa rasa		6370±70 BP (<i>Homo</i>)	LUBELL <i>et al.</i> , 2007
Gruta Ibn-Amar	?	?	Cer. Impressa/Incisa		CARVALHO, 2007
Castelo Belinho	Não especificado	Inumação em fossa Inumação em silo	Variável – 22 braceletes de <i>Glycymeris</i> – ausente	5500±40 BP 5720±40 BP (<i>Homo</i>)	GOMES, 2008

correspondência entre deposições e materiais – no Horizonte NA2 da Gruta do Caldeirão, onde terá sido detectada a provável associação de um adulto do sexo masculino a um pequeno conjunto de micrólitos geométricos, de um outro adulto do sexo masculino a um colar com 118 exemplares de *Theodoxus fluviatilis* e sete pendentes de *Hinia pfeifferi*, e de uma mulher a um vaso com decoração cardinal (ZILHÃO, 1992, p. 76-77).

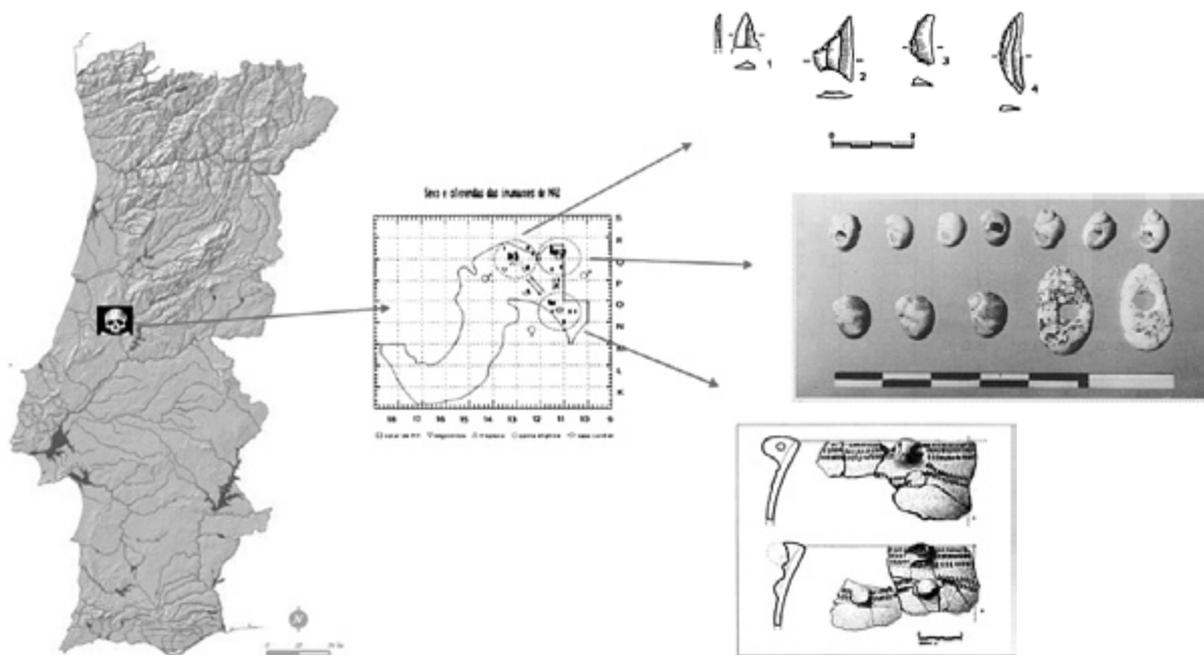


Fig. 2 – Deposições e espólios votivos no Horizonte NA2, da Gruta do Caldeirão (a partir de Zilhão, 1992).

Mais segura é a conexão entre o enterramento infantil de N.^a Sr.^a das Lapas e um pequeno conjunto que integra para além de algum material de pedra lascada e recipientes cerâmicos, objectos de adorno contas discóides de pedra verde e contas tipo “canino de veado”, feitas sobre *Glycymeris glycymeris* (OOSTERBEEK, 1993, p. 55).

Para além destes casos, até ao momento únicos, coloca-se na categoria de material votivo os objectos de adorno provenientes de grutas, para as quais se admite uma função funerária, como sejam contas de colar sobre pedra ou concha, pendentes sobre pedra, concha ou osso.

Particularmente rico é o conjunto de adornos da Gruta do Almonda, composto por contas discóides de pedra, contas cilíndricas sobre concha, pendentes sobre concha, sobre dentes, sobre osso, em forma de “canino de veado”, e conchas diversas não perfuradas (CARVALHO, 2007, p. 148).

Também das grutas da Senhora da Luz, provável necrópole, provêm, e para além de cerâmicas do Neolítico Antigo, um conjunto de adornos que integra contas discóides de xisto, contas cilíndricas de *Dentalium* e um bracelete em pedra (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996 b).

O espólio próprio do Neolítico Antigo parece incluir alguma cerâmica e pedra lascada, escassa, e sobretudo objectos de adorno, contas de colar e pendentes realizados sobre diferentes matérias-primas, mas com evidente destaque para o uso de conchas/búzios, quer sejam apenas perfuradas quer sejam utilizadas para produzir contas ou pendentes, entre os quais se destacam os “caninos de veado”, e, com menor frequência, braceletes.

Porque não foram ainda recuperados objectos de adorno em posição primária, não são conhecidas as peças que estas contas e pendentes integravam, nem a forma como ornamentavam o corpo?, e/ou as vestes? do morto.

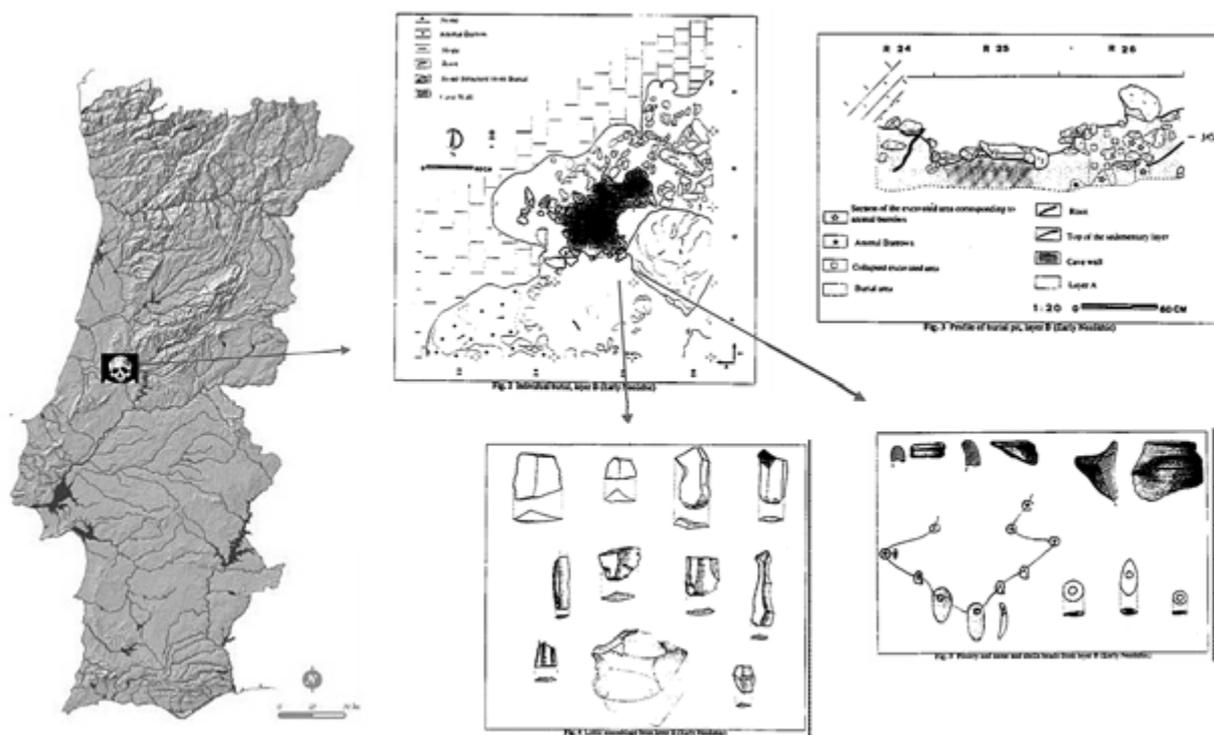


Fig. 3 – Enterramento infantil e espólio votivo da Gruta de N.ª Sr.ª das Lapas (a partir de OOSTERBEEK, 1993).

Os braceletes, que apesar de raros têm sido recuperados sobretudo em contexto de habitat, adiante discutidos, são, numa primeira fase, realizados em pedra e, num momento mais tardio, sobre concha de *Glicymeris*.

Esta é uma realidade patente em Castelo Belinho, cuja necrópole de inumação em fossa/silo localizada no interior do espaço de habitat, numa situação muito próxima à detectada em Los Cascajos, datada dos finais do 5º milénio AC, apresenta entre o espólio votivo um conjunto de 22 braceletes de *Glicymeris bimaculata* que adornavam os braços de um homem de mais de 35 anos (GOMES, 2008, p.75), e que constitui uma antevisão dos espólios votivos provenientes de contextos de gruta datados do primeiro quartel do 4º milénio AC, como os recuperados na Gruta dos Ossos, no Algar do Barrão, no Algar do Bom Santo e na Gruta do Escoural (CARDOSO & CARVALHO, 2008).

Para além dos objectos de adorno, os recipientes cerâmicos constituem um outro elemento próprio dos espólios votivos do Neolítico antigo, com particular destaque, numa primeira fase, para a cerâmica cardial que atinge em ambientes funerários o dobro das presenças registadas em contextos habitacionais (Diniz, 2007, p.197).

E é sobre cerâmica que encontramos impressas as representações de “figuras orantes” que, no imediato, remetem para o imaginário mágico-religioso das primeiras sociedades agro-pastoris no Mediterrâneo ocidental, e que abaixo são discutidas.

4.2. Símbolos para mortos e vivos

As representações de “figuras orantes” estão, neste momento, documentadas, no actual território português, exclusivamente sobre recipientes cerâmicos provenientes de três sítios do Neolítico antigo, dois deles em gruta, classificados como contextos funerários – Grutas de Eira Pedrinha e Gruta do Almonda – e datados da primeira

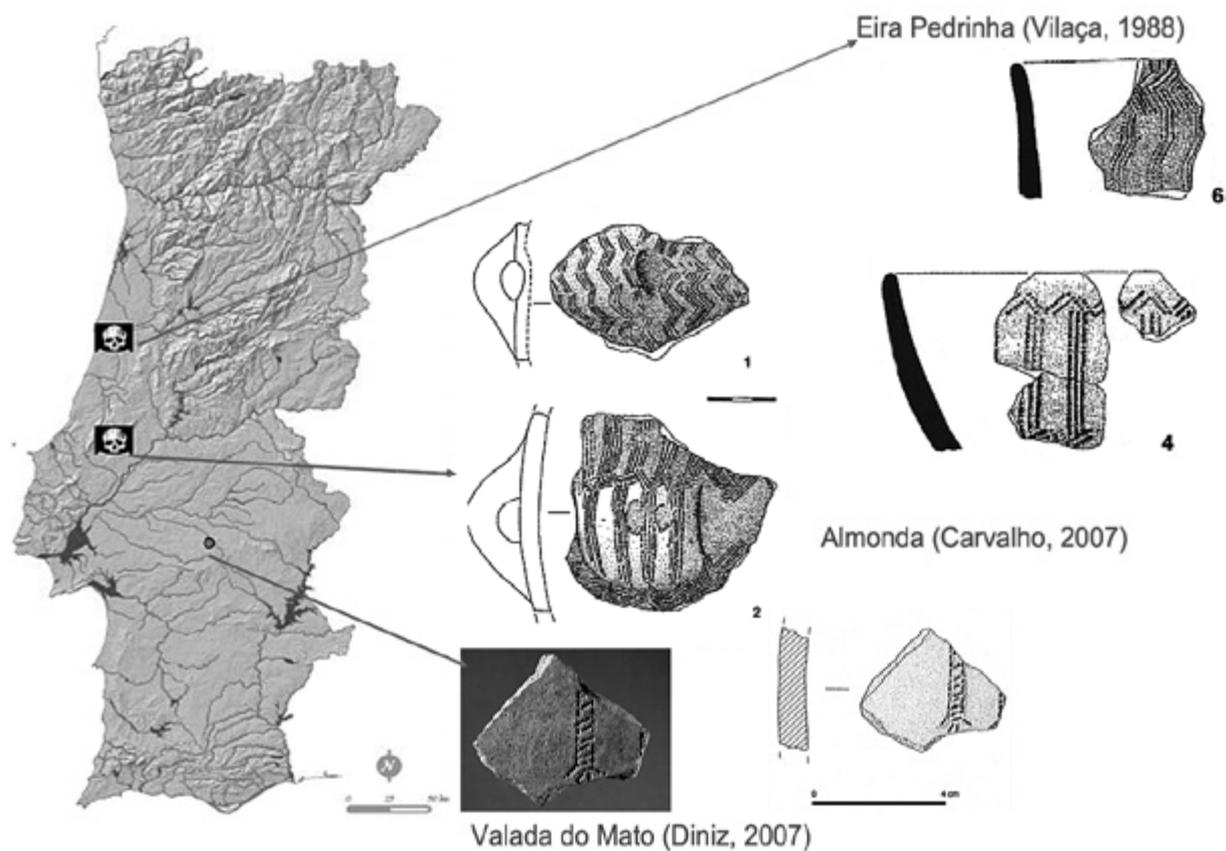


Fig. 4 - “Figuras Orantes”, em friso das necrópoles de Eira Pedrinha e do Almonda, e isolada do povoado da Valada do Mato.

etapa da neolitização do Ocidente peninsular, e um terceiro – Valada do Mato – ao ar livre, classificado como um povoado permanente, integrável num segundo momento deste processo.

A avaliar pelas datações disponíveis para estes diferentes contextos, 6445 ± 45 BP para o Almonda e 6030 ± 50 BP para a Valada do Mato, estamos perante um símbolo de longa duração, presente ao longo de toda a etapa cultural designada como Neolítico antigo.

As “figuras orantes” foram realizadas através de impressão de concha, no recipiente de Eira Pedrinha, e de pequeno pente, nos exemplares do Almonda e da Valada do Mato, e possuem os mais directos paralelos nas “figuras orantes” do Neolítico valenciano.

Esta figura antropomórfica, à qual não é possível atribuir género, surge quer em friso, como sucede no Almonda e em Eira Pedrinha, em composições semelhantes à registada sobre um vaso da Cova de l’Or, interpretada como uma possível figuração de uma cena de dança (MARTÍ OLIVER & HERNANDEZ PEREZ, 1988, p. 72)², quer isolada, como no fragmento de bojo da Valada do Mato.

Estes “orantes”, cujo papel na simbólica neolítica não é de fácil reconstituição, parecem na essência um fenómeno peninsular, até ao momento registado na área valenciana e no actual território português, e a sua associação a necrópoles, povoados e espaços ritualizados como o da Cova de l’Or, atesta a natureza transversal deste símbo-

² Frisos de figuras estão igualmente registados em outros, e mais tardios, complexos mágico-religiosos como é visível numa placa de xisto proveniente de Mértola (GONÇALVES, 2006).

lo que, como outros fenómenos culturais originários do Mar Interno, expande-se até ao limite setentrional do Portugal Mediterrâneo.

Os fragmentos de recipientes cerâmicos com “figuras orantes” não possuem indicações de proveniência que possam esclarecer as modalidades do seu uso, dado que no caso das ocupações em gruta provêm de depósitos profundamente revolidos e escavados nos anos 40, e no caso do fragmento da Valada do Mato, este provêm do nível de abandono do sítio, sem que possam por isso ser associados a enterramentos ou estruturas específicas.

Esta figura antropomórfica, sem indicação de género, representada de costas para o observador, está aparentemente coberta por um traje ritual, composto por peça única, do qual emergem, nas representações mais detalhadas, membros inferiores e superiores, que terminaram num número variável de dedos que oscila entre 4 e 6.

É a sua “linguagem corporal” que nos faz classificar esta como uma figura orante, uma vez que os membros superiores erguidos são interpretados como uma postura própria de adoradores/suplicantes. Assim, e apesar das reservas que são obrigatórias aquando da discussão dos escorregadios significados dos símbolos, a “figura orante” parece mais que a iconografia de uma divindade, a representação gráfica de um intermediário, entre distintos planos da existência, ou de um adorador.

4.3. *Símbolos só para vivos?*

Esta “figura orante” parecia esgotar o universo das representações antropomórficas em contextos do Neolítico antigo, o que, e apesar de admitidos paralelos com representações da Itália meridional e da ilha de Malta (CARDITO, 1998 in SANCHIDRIÁN, 2005), demonstrava a especificidade ideológica do espaço peninsular e o desaparecimento dos símbolos próprios do Mediterrâneo oriental e central.

No entanto, nos últimos anos esta imagem sofreu algumas ampliações que fazem prever um crescimento continuado da base de dados e que conectam de forma mais estreita a Península a outras áreas do Mediterrâneo.

O grande vaso antropomórfico recuperado no sítio de La Paleta (Toledo), datado de 6600±60 BP, directamente a partir de cereal que integrava a pasta do recipiente (JIMÉNEZ GUIJARRO *et al.*, 2008), possui inequívocas ressonâncias orientais, e remete para um quadro simbólico ainda mal percebido no espaço peninsular, mas com estreitas conexões a estruturas, contentores e práticas de armazenamento.

Um outro artefacto ideotécnico, ainda sem paralelos conhecidos na Península, é a figurinha antropomórfica, em cerâmica, recolhida no povoado da Valada do Mato³ (DINIZ, 2008), que remete para um universo simbólico de longa duração e de ampla dispersão espacial, e que constitui, apesar de todas as mutações de sentido que possa ter conhecido na sua diáspora pela bacia do Mediterrâneo, o único elemento sobrevivente do pacote mágico-religioso do Neolítico oriental.

Esta pequena figurinha que se encontra parcial, e intencionalmente?, fragmentada provêm de um contexto doméstico, onde foi recolhida em posição secundária, portanto sem elementos acerca do seu contexto de uso específico, e do tipo de práticas em que esteve envolvida. A fragmentação, com uso provável de pirotecnologia, e a recolha em níveis de abandono/lixreira de espaços domésticos são, em diferentes lugares do Mediterrâneo, aspectos comuns a estas estatuetas o que sugere que a mutilação e o abandono da peça integram a encenação em que esta esteve envolvida.

³ Esta figurinha antropomórfica é objecto de uma publicação monográfica e de uma discussão ampla, no volume de 2008 da revista *Saguntum*, pelo que aqui se apresenta uma notícia breve da mesma.

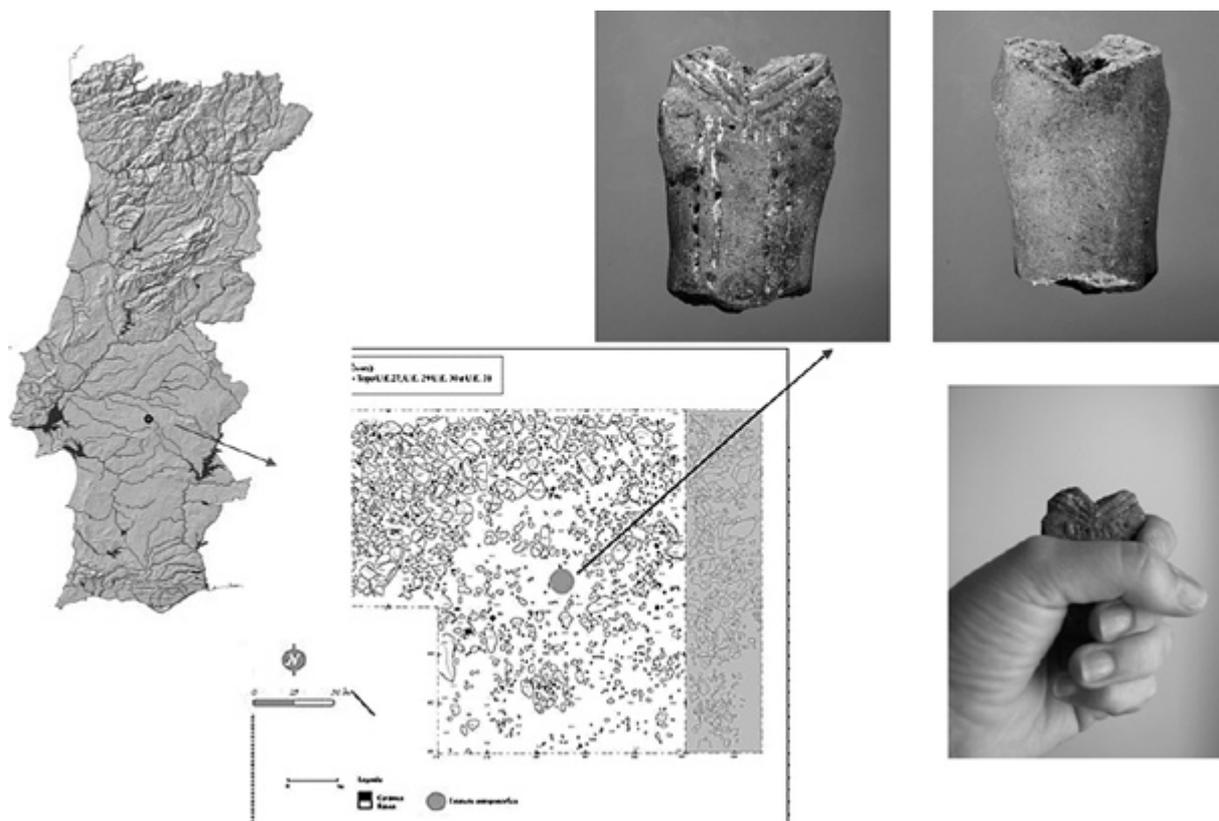


Fig. 5 – Figurinha antropomórfica da Valada do Mato (Fotos V.S. Gonçalves e M. Diniz)

A figurinha da Valada do Mato pertence ao grupo das figurinhas sem indicação específica de género, e neste momento conserva-se um torso envolto num “traje ritual”, composto por colar com pendentes e duas faixas de adereços ao longo do corpo, realizado por impressão preenchida com pasta branca, obtida a partir de osso (ODRIOZOLA, 2008).

Tal como sucede com a representação da “figura orante”, não é também possível definir o estatuto – divino, humano ou misto? – desta personagem que ao surgir no povoado da Valada do Mato demonstra a estreita associação entre ambientes produtores e figurinhas antropomórficas facilmente manipuláveis que, segundo alguma arqueologia marxista (MASVIDAL, 2006), estariam envolvidas em rituais destinados a garantir o controlo sobre os corpos das mulheres, veículos essenciais de (re)produção de riqueza, em contextos agro-pastoris.

Esta figurinha, cuja solidão no espaço peninsular só pode ter uma causa arqueográfica resultante das dimensões muito reduzidas da maior parte das áreas escavadas que tornam menos provável a recuperação destes objectos sempre pouco frequentes, constitui um claro reflexo que a filiação mediterrânea do Neolítico peninsular não se esgota nas componentes tecno-económicas, mas inclui os planos do simbólico e do ritual, cuja presença se estende aos espaços de habitat.

4.4. Símbolos na paisagem

Durante o Neolítico antigo, outros rituais parecem ocorrer para além dos espaços funerários e dos contextos domésticos, deixando traços leves numa paisagem progressivamente antropizada, como se deduz da

presença de vasos isolados, casualmente recuperados, em diferentes pontos do Centro e Sul do território português.

Registados, num primeiro momento exclusivamente na Estremadura, estes vasos, por regra intactos e desprovidos de contexto arqueológico envolvente, como o vaso de Casével, o vaso de Santarém, o vaso do Cartaxo e o vaso de S. Julião, podiam integrar depósitos votivos, na proximidade de linhas de água (SIMÕES, 1999), que, em função dos dados actuais, estão igualmente registados no Alentejo.

À descoberta, também fortuita, de um vaso de colo no Monte da Vinha (Santiago do Cacém), cujo estado de conservação – inteiro – o afasta das cerâmicas recolhidas em habitats (GAMNA, 2005), acrescenta-se um vaso isolado de grandes dimensões na Ponte da Azambuja 3 (Portel) (MARTINS *et al.*, no prelo). Ao contrário dos anteriores achados, este vaso provém de uma escavação arqueológica pelo que foi possível garantir o seu isolamento espacial e a efectiva proximidade desta deposição a um curso de água.

4.5. *Objectos de adorno*

Apesar de já anteriormente referidos no âmbito dos espólios votivos, um inventário de práticas simbólicas deve incluir também os objectos de adorno provenientes dos contextos habitacionais do Neolítico antigo.

Não estando em discussão a carga simbólica inerente a estes pequenos objectos, que transportam mensagens múltiplas acerca do seu proprietário, parece, no entanto, um exercício arriscado, e eventualmente ocioso no âmbito de sociedades tradicionais e portanto menos segmentadas ideologicamente, procurar conectá-los ao universo específico das práticas mágico-religiosas, ou ao circuito mais “profano” dos adereços corporais.

Da leitura da Quadro 2, torna-se óbvia a relativa raridade destes objectos, em necrópoles e sobretudo em habitats, que parecem por isso assumir um carácter excepcional sem que, por norma, se detectem quer ao nível das matérias-primas empregues – pedra, concha e osso, estes últimos seguramente utilizadas a uma escala que a acção de processos pós-deposicionais não permite recuperar – quer ao nível das tecnologias do seu fabrico – perfuração, polimento, abrasão – o recurso a elementos/procedimentos que justifiquem esta escassez, cujas causas devem ser encontradas no campo dos códigos simbólicos, hoje quase impossíveis de recuperar.

Apenas em dois contextos, ambos funerários, é possível associar adornos a indivíduos específicos. No caso da gruta de N.^a Sr.^a das Lapas, uma criança é acompanhada por um colar(?) de contas discóides e pendentes em forma de “canino de veado”, e em Castelo Belinho, um homem adulto recebeu 22 braceletes sobre *Glycymeris*. Até ao momento, nenhum outro objecto de adorno pode ser correlacionado com utilizadores concretos o que impede qualquer tentativa de padronização de usos em torno destes artefactos.

Nos sítios de habitat não é apenas a ausência de informação acerca dos proprietários dos adornos que impede esta leitura, mas a singularidade destas peças que as torna, em múltiplos contextos exemplares únicos.

Do habitat permanente do Forno do Terreirinho provêm duas contas discóides de xisto negro, os únicos objectos de adorno recuperados em povoados ao ar livre no Maciço Calcário (CARVALHO, 2007, p. 128), da Valada do Mato provém uma conta discóide de pedra, um pendente com perfuração inacabada de pedra e um fragmento de bracelete de pedra (DINIZ, 2007), do Xarez 4 provém um fragmento de bracelete de pedra (V. S. Gonçalves, inf. pess.), da Salema, um fragmento de bracelete de pedra (SILVA & SOARES, 1981), da Cabranosa, um espécime de púrpura perfurado para suspensão, do Padrão, duas contas sobre concha valvas de *Dentalium* e *Trivia*, e dois pendentes em calcário, tipo “caninos de veado”, da Rocha das Gaivotas, um pendente em calcário, imitando canino de veado e uma concha de *Glycymeris*, com perfuração (CARVALHO, 2007).

Esta listagem, demasiado exígua, integra ao lado de objectos de adorno tipologicamente pouco expressivos, dada a sua longa diacronia de utilização, como sejam as contas de colar e alguns tipos de pendentes, outros que, como os “caninos de veado” e, em particular os braceletes de pedra, constituem verdadeiros fósseis-directores do

Neolítico antigo, com ampla dispersão no Mediterrâneo ocidental, e pertencem ao conjunto de adornos que não sobrevivem em etapas finais do Neolítico.

Estas braceletes de pedra, admitindo que consistem numa peça única sem perfurações que permitam ampliar a sua medida interna, apresentam diâmetros reduzidos – na Gruta da Senhora da Luz – 7.3 cm, na Valada do Mato – 6.8 cm, na Salema – 6.6 cm – o que permitia a sua utilização por adultos do sexo feminino.

É, no entanto, de registar o pequeno diâmetro – da ordem dos 6.6. cm – das pulseiras de *Glycymeris*, que adornavam os braços de um homem adulto em Castelo Belinho (GOMES, 2008), e que levanta algumas questões em torno da sua colocação.

Se os objectos de adorno possuem, mais que outros elementos, um papel de diagnose cultural, também neste campo fica demonstrada a integração das primeiras comunidades neolíticas, no actual território português, na esfera do Neolítico mediterrâneo.

Quadro 2 – Objectos de adorno do Neolítico Antigo, do Ocidente Peninsular

		C. colar pedra	C.colar concha	Pendentes pedra/ concha	Pendentes “caninos de veado”	Conchas perfuradas	Pulseira pedra	Pulseira concha
Caldeirão								
NA2 (1)			x			X		
Caldeirão NA1 (1)		x		x		X		
N.ª Sr.ª Lapas (2)		x			x			
Almonda (3)					x			
Gruta Sr.ª da Luz (3)		x			x		x	
Forno do Terreirinho (3)	▲	x						
Valada do Mato (4)	▲	x		x			x	
Xarez 4 (5)							x	
Salema (6)	▲						x	
Rocha das Gaiotas (3)	▲				x	x		
Padrão (3)	▲		x		x			
Cabranosa (3)	▲							
Castelo Belinho(7)	▲ 							x

Referências – 1 – ZILHÃO, 1992; 2 – OOSTERBEEK, 1993; 3 – CARVALHO, 2007; 4 – DINIZ, 2007; 5 – V.S. Gonçalves, inf.pess.; 6 – SILVA & SOARES, 1981; 7 – GOMES, 2008.

5. PRÁTICAS E TEORIAS NO CAMPO DA SIMBÓLICA: PARA UMA DISCUSSÃO DE SIGNIFICADOS

Numa leitura global da informação, e apesar da escassez e por vezes nenhuma contextualização dos dados disponíveis, parece confirmar-se, no registo arqueológico uma efectiva conexão entre a entrada em cena, na segunda metade do 6.º milénio a.C., de elementos próprios da economia produtora e de elementos específicos da simbólica neolítica.

Numa paisagem peninsular, que parecia excessivamente “laica” e dominada por economias assentes sobretudo na caça-recolocção, até à emergência do fenómeno megalítico, que estaria associado a um momento de implantação efectivas das práticas produtivas, acumulam-se hoje os indicadores directos de práticas agrícolas precoces, e a confirmar-se a cronologia do cereal em La Paleta (JIMÉNEZ GUIJARRO *et al.*, 2008), inesperadamente precoces, e de uma estrutura simbólica relativamente complexa porque integra diferentes elementos da cultural material, registados em habitats, necrópoles e santuários.

Esta simbólica do Neolítico antigo peninsular apresenta importantes componentes do imaginário circum-mediterrâneo, nomeadamente ao nível das práticas funerárias, que parecem, num primeiro momento relativamente marginais, realizadas quase sempre através da deposição/enterramento em pequena fossa, em gruta, ou pontualmente no espaço de habitat, com elementar ou ausente estruturação do espaço funerário e com escasso espólio votivo, no qual os objectos de adorno – contas de colar e pendentos – parecem constituir o elemento dominante de um conjunto que pode integrar também recipientes cerâmicos e artefactos de pedra lascada.

Em algumas grutas-necrópole, como acontece em Eira Pedrinha e na Gruta do Almonda, o espólio inclui “cerâmica simbólica”, com frisos de “figuras orantes”, oriundas (?) do Levante espanhol.

Num segundo momento, datado já dos meados/finais do 5º milénio AC, o espaço habitacional é, em alguns contextos, também necrópole, como é visível em Los Cascajos e Castelo Belinho, onde estão atestadas inumações em fossa, com possível re-utilização de estruturas de armazenamento.

No entanto, a questão simbólica extravasa claramente os contextos funerários, e também em habitats estão presentes alguns componentes de um universo mágico-religioso, cujos rituais de uso não podem ser, por ausência de contextos primários de uso, reconstituídos.

Os resultados obtidos no povoado da Valada do Mato parecem ser particularmente significativos, e em parte o resultado da área já escavada no sítio, porque integram para além de objectos de adorno, e de um recipiente cerâmico com impressão de uma “figura orante”, uma figurinha antropomórfica, até ao momento única no espaço peninsular, que remete directamente para o universo das figurinhas, muitas vezes femininas, manipuladas pelos primeiros agricultores da bacia do Mediterrâneo.

Apesar de pouco frequentes, estes elementos datados da 2.ª metade/finais do 6.º milénio a.C., constroem uma nova mundividência que traduz estreitas conexões aos ambientes mediterrâneos, de onde provêm não só as componentes económicas e tecnológicas, mas também simbólicas da Revolução Neolítica.

As estreitas ligações aos territórios atlânticos parecem, no extremo Ocidente Peninsular um fenómeno mais tardio associado à eclosão do Megalitismo que constrói paisagens em torno de discursos simbólicos e que define outra super-estrutura ideológica que se constrói, muito mais em plano de ruptura do que em continuidade, sobre uma teia de signos pré-existente, que só agora começa a ser percebidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, A. C. & LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 8).
- AUBRY, T.; FONTUGNE, M. & MOURA, M.^a H. (1997) – Les occupations de la grotte de Buraca Grande depuis le Paléolithique Supérieur et les apports de la séquence holocène a l'étude de la transition Mésolithique/Néolithique au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 94:2, p. 182-190.
- AURENCHE, O. & KOZLOWSKI, S.K. (2003) – *El origen del Neolítico en el Próximo Oriente. El paraíso perdido*. Barcelona: Ariel.
- BARNARD, A. (2007) – From Mesolithic to Neolithic Modes of Thought. In A. Whittle e V. Cummings, eds. – *Going Over – The Mesolithic-Neolithic Transition in North-West Europe*. Oxford: The British Academy, p. 5-19.
- BOAVENTURA, R. (no prelo) – O megalitismo da região de Lisboa: as antas. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., *Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central: génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. (Policopiada).
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2008) – A Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. In *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O.V. (1996a) – Novos elementos para o estudo do Neolítico antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O.V. & CARREIRA, J. R. (1996b) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- CARVALHO, A. F. (2007) – *A Neolitização do Portugal Meridional: os Exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. (Policopiada).
- CASTRO, L. A. & FERREIRA, O.V. (1972) – O nível neolítico da Gruta das Salemas (Ponte de Lousa). *Arqueologia e História*. Lisboa. 9^a Série, 4, p. 399 – 413.
- CAUVIN, J. (1999) – *Nascimento das Divindades. Nascimento da Agricultura*. Lisboa: Instituto Piaget.
- CORRÊA, A. M. & TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal, (Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal).
- CREMONESI, R.; MALLEGNI, F. & TRAMONTI, M. (2003) – La sepoltura del Neolitico Antico di Torre Sabea. GUILAINE, J., CREMONESI, G., eds. – *Torre Sabea: un établissement du néolithique ancien en Salento*. Roma: École Française de Rome, p. 96-105.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. In *IX Congrès International d'Anthropologie et Archéologie Préhistoriques*. Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207- 264.

- DINIZ, M. (1994) – *Acerca das cerâmicas do Neolítico Antigo da gruta da Furninha (Peniche) e da problemática da neolitização do Centro/Sul de Portugal*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa. (Policopiado).
- DINIZ, M. (2007) – *O Sítio da Valada do Mato (Évora): Aspectos da Neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 48).
<http://www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/48/TA48046.pdf>
- DINIZ, M. (2008) – *Far from Eden?* Acerca de uma figurinha antropomórfica do povoado do Neolítico antigo da Valada do Mato (Évora, Portugal). *Saguntum (PLAV)*. Valencia: Universidad de Valencia. 40, p. 9-23.
- GAMNA (2005) – Vaso do Monte da Vinha. *Boletim Informativo*. Lisboa: Grupo de Amigos do Museu Nacional de Arqueologia. 5, p. 1.
- GARCÍA ATIENZAR, G. (2007) – La Neolitización del Territorio. El poblamiento neolítico en la área central del Mediterraneo español. Tese Doutoramento apresentada à Universidade de Alicante. www.eltallerdigital.com
- GARCÍA GAZÓLAZ, J. & SESMA SESMA, J. (2001) – Los Cascajos (los Arcos, Navarra). *Intervenciones 1996-1999. Trabajos de Arqueología Navarra*. 15, p. 299-306.
- GIMBUTAS, M. (2007) – *The Goddesses and Gods of Old Europe*. Londres: Thames and Hudson.
- GOMES, M.V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the First Southwest Iberian Villages. In M. Diniz, ed. – *The Early Neolithic in the Iberian Peninsula – Regional and Transregional Components*. Proceedings of the XV UISPP World Congress. Oxford: BAR International Series, 1857, p. 71-78.
- GONÇALVES, V.S. (2003) – Comer em Reguengos, no Neolítico. As estruturas de combustão da Área 3 de Xarez 12. In GONÇALVES, V.S., ed. – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia. 25), p. 81-99.
- GONÇALVES, V. S. (2006) – Manifestações do sagrado na pré-história do Ocidente Peninsular. 8 – Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 24, p. 167-231.
- GUILAINE, J. (1981) – *Premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton.
- GUILAINE, J. (2003) – *De la vague à la tombe: la conquête néolithique de la méditerranée*. Paris: Seuil.
- GUILAINE, J. & CREMONESI, G. (eds.) (2003) – *Torre Sabea: un établissement du Néolithique ancien en Salento*. Roma: École Française de Rome.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. (ed.) (2004) – *Pla de Petrarcos – Patrimonio de la Humanidad*. Alicante: Diputación de Alicante.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. & SEGURA MARTÍ, J. (eds.) (2002) – *La Sarga – Arte Rupestre y Territorio*. Alcoy: Museu de Alcoy.
- JACKES, M.; LUBELL, D. & MEIKLEJOHN, C. (1997) – Healthy but Mortal: Human Biology and the First Farmers of Western Europe. *Antiquity*. York. 71, p. 48-93.
- JIMENEZ GUIJARRO, J.; RODRÍGUEZ-MALO, J. & GARRIDO RESINO, G.; PERERA RODRÍGUEZ, J. (2008) – El Yacimiento del Neolítico Inicial de La Paleta (Numancia de la Sagra, Toledo). In *Actas do IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. 1, p. 126-136.

- LUBELL, D.; JACKES, M.; SHEPPARD, P. & ROWLEY-CONWY, P. (2007) – The Mesolithic-Neolithic in the Alentejo: archaeological investigations, 1984-1986. In N. BICHO (ed.) – *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic Shore: Papers in Honor of Anthony Marks. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve. Promontoria Monografica 7, p. 209-229.
- MARTI OLIVER, B. & HERNÁNDEZ PÉREZ, M. (1988) – *El Neolítico Valenciano – Art rupestre i Cultura material*. Valencia: SIP.
- MARTINS, A.; NEVES, C. & CARDOSO, M. (no prelo) – Fragmentos da Paisagem: o pote isolado da Ponte da Azambuja 3. *Actas do IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aracena, Novembro de 2008.
- MASVIDAL, C. (2006) – La Imagen de las Mujeres en la Prehistoria a través de las Figuritas Femeninas Paleolíticas y Neolíticas. In *Las Mujeres en la Prehistoria*. Valencia: Museu de Prehistòria de València, p.37-50.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903)- Grutas de Alcobça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. 1(1-3), p. 433-474.
- ODRIOZOLA, C. (2008) – Idolo antropomorfo de Valada do Mato. Estudio Científico de la Pasta que Rellena la Decoración Impresa. *Saguntum (PLAV)*. Valencia: Universidad de Valencia. 40, p. 24-26.
- OOSTERBEEK, L. (1993) – Nossa Senhora das Lapas: excavation of prehistoric cave burials in central Portugal. *Papers from the Institute of Archaeology*. 4, p. 49-62.
- OROZCO KHOLER, T.; BERNABEU AUBAN, J.; MOLINA BALLAGUER, L. & DIEZ-CASTILLO, A. (2008) – Los recintos Neolíticos como expresión de poder en el Mediterráneo Peninsular. (*Era*) *Arqueologia*. 8, p. 172-181.
- ÖZDOĞAN, M. (1997) – The Beginning of Neolithic Economies in Southeastern Europe: an Anatolian Perspective. *Journal of European Archaeology*. 5 (2), p. 1-33.
- RADI, G. (2003) – Analyse de l'équipement matériel – Gli oggetti di Ornamento. In GUILAINE, J. CREMONESI, G. (eds.) (2003), *Torre Sabea: un établissement du néolithique ancien en Salento*. Roma: École Française de Rome, p. 209-217.
- SANCHIDRIÁN, J. L. (2005) – *Manual de arte prehistórico*. Barcelona. Ariel Prehistoria.
- SEMINO, O.; MAGRI, C.; BENUZZI, G.; LIN, A.; AL-ZAHERY, N.; BATTAGLIA, V.; MACCIONI, L.; TRIANTAPHYLIDIS, C.; SHEN, P.; OEFNER, P.; ZHIVOTOVSKY, L.; KING, R.; TORRONI, A.; CAVALLI-SFORZA, L.; UNDERHILL, P. & SANTACHIARA-BENERECETTI, A. (2004) – Origin, Diffusion, and Differentiation of Y-Chromosome Haplogroups E and J: Inferences on the Neolithization of Europe and Later Migratory Events in the Mediterranean Area. *Am. J. Hum. Genet.* 74, p. 1023-1034.
- SERRÃO, E. C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Actas I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 337-358
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines: trabalhos arqueológicos*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim, Sintra*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 12).

SOUSA, A.C. (2008) – Arqueologia. *Boletim Cultural 2007*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p. 411-497.

TINÉ, S. (1999) – *Il Neolitico nella caverna delle Arene Candide (scavi 1972-1977)*. Bordighera: Istituto Internazionale Studi Liguri.

ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão: O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 6).

ESPÓLIO HUMANO DA GRUTA DA CASA DA MOURA (CESAREDA): OBSERVAÇÕES OSTEOLÓGICAS CRÂNIO-FACIAIS

M. Telles Antunes^{1,2,3}, J. L. Cardoso⁴ & A. Santinho Cunha

1. INTRODUÇÃO

O trabalho ora apresentado insere-se numa linha de estudos antropológicos de jazidas clássicas portuguesas. Começamos pelos sítios mesolíticos de Muge, Cabeço da Arruda e Moita do Sebastião (ANTUNES & CUNHA, 1993). Não obstante prévias observações de antropólogos, desde F. de Paula e Oliveira a A. Mendes Correia e a H. Valois, era muita a informação não reconhecida nas áreas das morbidades naturais e acções violentas – evidenciadas, no essencial, através de metodologias de Medicina forense.

Pôs-se a questão de avaliar comparativamente outras populações antigas. Outra das jazidas conhecidas de longa data é a gruta da Casa da Moura (Cesareda), de interesse tanto maior pelo numeroso espólio humano neolítico e pela proximidade, geográfica e temporal, dos célebres concheiros de Muge.

A gruta foi explorada por Joaquim Filipe Nery Delgado (DELGADO, 1867). O autor refere, em particular, um crânio com vestígios de trepanação (DELGADO, 1880), tema de uma comunicação à Société d'Anthropologie de Paris (CARTAILHAC, 1881). Material humano foi descrito por F. de Paula e Oliveira (1888-1892, obra póstuma) e quanto a trepanações por M. B. Barbosa Sueiro (1933, p. 41-51).

O estudo presente diz respeito a restos cranianos e mandibulares da Casa da Moura que pareceram interessantes. O restante, muito fragmentado, é praticamente inútil. Após selecção, abordámos as peças com elementos da dentição, maxilares e mandíbulas. Depois, os demais ossos cranianos susceptíveis de fornecer informação.

Os trabalhos começaram em data incerta, antes de 2000. A observação foi efectuada por A. Santinho Cunha e M. Telles Antunes; este último encarregou-se de tudo o mais, incluindo a redacção do texto, organização e representação gráfica. Ressalvados alguns problemas menores, estavam concluídos em 12 de Novembro de 2002. Por alterações da sua vida, como afirma em carta de 6 de Março de 2005, Santinho Cunha entendeu não ter possibilidade de prosseguir a colaboração que vinha a decorrer havia cerca de duas décadas. O que profundamente lamentamos.

Considerando o interesse do que havia sido realizado, João Luís Cardoso propôs a reactivação do assunto, acrescentando dados quanto à história das investigações.

Eis os resultados.

¹ Academia das Ciências de Lisboa. R. da Academia das Ciências, 19. 1249-122 Lisboa. migueltellesantunes@gmail.com

² European Academy of Sciences, Arts and Humanities, Paris.

³ Centro de Investigação em Ciência e em Engenharia Geológica, Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNL)/ Quinta da Torre 2829-516 Caparica, Portugal.

⁴ Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

2. HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

A gruta da Casa da Moura é as mais importantes cavidades cársticas em calcários do Jurássico do planalto das Cesaredas, cerca de 1,5 km a SE de Serra d'El Rei (Peniche); coordenadas: 39° 17' 50" lat. N; 9° 15' 15" long. W de Greenwich (Concelho de Óbidos).

As primeiras escavações, por Nery Delgado (1865), foram descritas numa das primeiras, senão a primeira monografia arqueológica dedicada a uma escavação pré-histórica em gruta na Península Ibérica (DELGADO, 1867). O título evidencia a principal preocupação do autor, em sintonia com uma da questão filosófica e científica das mais candentes: a antiguidade da espécie humana. A designação “Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Primeiro opúsculo – Notícia acerca das grutas da Cesareda” expressa a influência de “The geological evidences of the antiquity of man” de Charles Lyell, cuja primeira edição inglesa (1863) foi traduzida para Francês no ano seguinte (CARDOSO, 1997).

A cavidade tem uma entrada em poço, de pequena altura, que comunica com uma sala ampla, separada de outra, contígua, por uma massa rochosa correspondendo a uma passagem íngreme e baixa; a outra sala, idêntica à primeira, prolonga-se por uma galeria estreita que termina num poço vertical. Delgado reconheceu duas unidades principais: *depósito superior*, mais recente, anegrado e incoerente, com abundantes restos humanos e indústrias, líticas e ósseas, do Neolítico e Calcolítico; e outra, plistocénica, designada por *depósito inferior*.

É clara a preocupação metodológica. “Levantando o entulho, uma camada após a outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido achados n'um ou n'outro ponto da gruta” (DELGADO, 1867, p. 46). Com efeito, em alguns dos materiais arqueológicos conservados no Museu Geológico, pode observar-se a indicação da profundidade de colheita, acompanhada de uma letra, que, tudo o indica, corresponde ao sector onde a peça foi colhida. A ser assim, trata-se de uma das primeiras, senão da primeira, a nível internacional, escavação arqueológica com registo tridimensional dos achados.

Caso a publicação de Delgado tivesse então atingido público mais alargado, talvez o morfotipo humano de Cro-Magnon fosse conhecido por um nome português (ZILHÃO, 1993): visto a descoberta de um crânio poder provir do depósito inferior, teria prioridade sobre a efectuada na gruta francesa. O autor, que o representa (Fig. 1), dá-o como proveniente da parte mais profunda do entulho remexido, ou seja, da base do depósito superior, neolítico. Infelizmente, esta peça extraviou-se há muito das colecções do Museu, conservando-se apenas um molde, identificado recentemente (J.L.C.). Assim, não é possível avaliar a sua idade. Mesmo assim, o impacto da descoberta foi significativo: W. Boyd Dawkins, em “Cave hunting, researches on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe” (1874, p. 145-147), apresenta uma desenvolvida análise que merece transcrição:

“A human skull with lower jaw was dug out the deepest part, but, since the matrix had been disturbed, it had probably been interred after the accumulation of the deposit.

It is recognized by Professor Busk (Ethnol. Journ. N. N. 7, p. 43) as belonging to the same long type as the skulls of the caves of Gibraltar and the Basque graveyard (...)”.

Dawkins fez comentários acerca dos materiais do depósito superior – correspondente a utilizações funerárias no decurso do Neolítico e do Calcolítico – realçando as centenas de restos humanos, muito fragmentados e incompletos. Aborda ainda a questão da antropofagia, cara a Nery Delgado. Menciona ainda a atribuição, pelo arqueólogo John Evans, de uma ponta Palmela e de uma placa de xisto à Idade do Bronze – “probably to an early stage, when stone was being superseded by bronze, since many stone celts were found in the same spot” (*op. cit.*, p. 147).

A importância internacional deste e doutros trabalhos é evidenciada pela correspondência entre eminentes investigadores e Delgado, a qual envolvia, nalguns casos, a permuta de materiais arqueológicos. Tal prática expli-

ca a remessa a Evans, por Delgado, de objectos pré-históricos portugueses (CARDOSO & MELO, 2001, carta n.º 8), alguns da Casa da Moura.

O abundante espólio antropológico, a que Delgado atribuía justificada importância, foi abordado por F. de Paula e Oliveira (OLIVEIRA, 1888/1889, obra póstuma). O espólio arqueológico correlativo, demasiado moderno para os objectivos prosseguidos por Delgado, foi ignorado por este na publicação de 1867 e depois. Apenas se lhe refere numa nota publicada juntamente com resultados sumários das explorações na Furninha (DELGADO, 1880). Contudo, a sua importância científica não deixou de ser devidamente valorizada; assim, A. Bensaúde apresentou ao Congresso de Lisboa de 1880 um estudo pioneiro sobre a natureza mineralógica e petrográfica (fluorite, fibrolite e amazonite) de artefactos pré-históricos, alguns da Casa da Moura, do Museu da Secção dos Trabalhos Geológicos e considerados desconhecidos em território português (BENSAÚDE, 1884).

Mais tarde, É. Cartailhac reproduziu exemplares na sua obra sobre a Pré-História peninsular (CARTAILHAC, 1886). Porém, o notável espólio funerário da Casa da Moura – reunindo os conjuntos do Museu Geológico e do Museu Nacional de Arqueologia – só viria a ser integralmente publicado quase cento e quarenta anos após as primeiras escavações (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002), na sequência do estudo do espólio faunístico pliocénico (CARDOSO, 1993).

Remonta a 1905 o envio de materiais da Casa da Moura para o Museu Nacional de Arqueologia, por acordo entre a Direcção da Escola Politécnica, onde estavam desde 1869 na sequência da extinção da Comissão Geológica e José Leite de Vasconcelos. Interessa verificar que algumas das peças ali conservadas tinham sido reproduzidas em litografias encomendadas por Pereira da Costa e destinadas a uma publicação sobre a arqueologia portuguesa no âmbito da Exposição Universal de Paris, de 1867 (CARREIRA & CARDOSO, 1996).

Em 1868, a extinção da Segunda Comissão Geológica de Portugal resultou na transferência, no ano seguinte, dos materiais arqueológicos recolhidos nas escavações de 1865; apenas uma parte terá voltado à instituição (como alguns materiais da Furninha, exumados em 1865); o mais provável é que apenas algum dos espólio exumado tenha sido efectivamente remetida para a Escola Politécnica, mais interessada mas ricas colecções paleontológicas. De qualquer modo, houve necessidade de reconstituir colecções no âmbito da realização, em Lisboa, Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. O que explica as intervenções de Delgado na Casa da Moura, em 1879 (RIBEIRO, 1881) e outras grutas da Estremadura, como na Furninha e na vizinha gruta da Malgasta (CARREIRA & CARDOSO, 1992). Assim, a totalidade dos restos do Museu Geológico atribuíveis ao Pliocénico resultaram da exploração de 1879, já que os da primeira se conservaram na Escola Politécnica até à destruição pelo incêndio de 1978; Prova-o o facto de nenhum dos restos do Würm recente de *Canis lupus*, a espécie mais abundante, corresponder aos figurados por Delgado (1867). No que concerne ao espólio antropológico agora estudado, é provável que apenas uma parte do conjunto recolhido em 1865 tenha sido trasladado para a Escola Politécnica em 1869. Tal conclusão baseia-se no facto de algumas das peças agora estudadas possuírem a data da recolha, 1865, à semelhança de outras, da Gruta da Furninha, actualmente em estudo por um de nós (J. L. C.), as quais, deste modo, terão permanecido na instituição.

Os trabalhos de Delgado de 1865 (não se conhecem registos dos de 1879), consistiram na abertura de uma vala orientada N-S a toda a largura da sala principal; a espessura dos dois depósitos variava entre 2 e 4 m, até se atingir uma espessa camada estalagmítica que o Autor admitiu assentar sobre calcários jurássicos. Não chegou a atravessá-la na totalidade. Porém, cortou leitos arenosos estéreis, interestratificados. A espessura do depósito pliocénico não ultrapassaria 1 m no lado sul, aumentando para norte e oriente.

Em 1987 observámos vestígios destes trabalhos e confirmámos a natureza do depósito inferior e a escavação quase integral efectuada por Delgado. Neste mesmo ano, realizou-se nova intervenção (STRAUS *et al.*, 1988). A escavação na primeira sala, perto da entrada, levou à conclusão que Delgado tinha removido todo o enchimento

pliocénico com interesse paleontológico e arqueológico, penetrando, ainda, no manto estalagmítico. Apenas se verificou ter interesse uma área de 2,75 m² na extremidade ocidental, a qual permitiu confirmar a descrição de Delgado (1867). De cima para baixo:

C.1a – depósito húmico, antropogénico, castanho-anegrado. Restos humanos e fragmentos de cerâmica frequentes; escassos restos faunísticos (0,10 – 0,35m);

C.1b – areias siltosas compactas, castanho claras, com fragmentos de estalagmites. Escassos restos humanos e cerâmicos podendo provir do nível superior, visto que se concentram junto do contacto, nem sempre nítido; restos abundantes, particularmente de roedores e lagomorfos, incluindo lobo (na base) e escassos e atípicos artefactos líticos (0,40 – 0,50m). Na base de C.1b ocorrem areias avermelhadas no contacto com o manto estalagmítico; este, sobe até atingir o limite da sala, sugerindo que, no Paleolítico Superior, a entrada pudesse ser horizontal, situando-se deste lado da sala; porém, no Solutrense e depois, a entrada deveria ser a actual.

A frequência intermitente da gruta por pequenos grupos humanos poderia ter alternado com a de lobos e outros carnívoros, em muito menor número (CARDOSO, 1993). Uma mandíbula de lobo, da base da C.1b (correlacionada com o depósito inferior de Delgado), foi datada pelo radiocarbono: TO-1102 – 25 090 ± 220 BP. Indica a idade da base do depósito, anterior às indústrias gravettenses e solutrenses, as quais não serão abordadas neste estudo, por este interessar apenas materiais mais modernos.

O depósito funerário neolítico e calcolítico foi objecto de estudo, propiciado pelos materiais arqueológicos e antropológicos recolhidos na última intervenção. De particular importância para o estudo ora apresentado é uma datação de radiocarbono por AMS sobre uma clavícula esquerda recolhida na C.1^a:

TO-953 – 5990 ± 60 BP.

Este resultado, depois de calibrado recorrendo ao programa CALIB 04 por A. M. Monge Soares, deu:

- para 1 *sigma*: 4945-4797 cal BC;
- para 2 *sigma*: 5020-4725 cal BC.

Considerando o intervalo de 2 *sigma*, a idade do osso tem idade corresponde ao primeiro quartel do quinto milénio, remetendo-o para o Neolítico Antigo evolucionado da Estremadura, atribuição apoiada por produções cerâmicas dessa época (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002). Contudo, por se terem também identificado materiais arqueológicos mais modernos, sobretudo calcolíticos, embora com menor expressão, fica por saber qual a real dimensão e importância da necrópole neolítica. Para tal, está em curso um programa de datações de restos humanos de oito indivíduos no âmbito de um Projecto internacional em que participa um de nós (J.L.C.). Aguardamos resultados.

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES ACERCA DA MEMÓRIA DE NERY DELGADO (1867)

A memória sobre as grutas de Cesareda justifica referência às observações nela expressas. Importa salientar o que permanece válido em face do nosso próprio trabalho, em que foram detectados novos aspectos e valorizados outros.

DELGADO (1867) reconheceu:

- enterramentos múltiplos e secundários, o que explicaria a ausência de esqueletos e a enorme frequência de ossos fracturados (pp.64-65, etc.).
- que os ossos encontrados noutra sala também estavam fragmentados, o que interpretava como tendo sido levados para o local com a intenção de erigir um monumento funerário (p. 80).

- a quase total desapareção de vértebras, costelas, ossos do metacarpo e metatarso, bem como das falanges, "que todos são mui raros", e a menor abundância das cabeças articulares dos ossos longos (p. 118).
- cáries coronais (p. 71), que não ocorrem noutras peças (p.116).
- perda de dentes em vida (p. 56).
- malposições dentárias (p. 55).
- agenésias dentárias (p. 58).
- tamanho maior dos "molares anteriores" relativamente aos "posteriores" (p. 58).
- superfície dos dentes com tubérculos e sulcos bem diferenciados, o que Delgado (p. 58) não observou no Mesolítico do Cabeço da Arruda.
- superfícies "triturantes" (= oclusais) gastas (p.116).
- dentes pertencentes tanto a crianças como a adultos (p.79).
- muitos fragmentos exíguos da abóbada craniana, não permitindo reconhecer caracteres raciais (p.115).

Outras afirmações (ibidem) parecem insustentáveis:

- (p. 115) Maxilas – "Os poucos exemplares de maxillas ... pertencem todos ao queixo ou maxilla inferior; da maxilla superior" [poucos exemplares] "encontrámos sómente pequenos fragmentos com os dentes ainda nos alveolos, e faltam todos os outros ossos da face, o que parece vir corroborar a idéa que ha pouco apresentámos" [festins, sacrificios]. Na verdade, abundam os fragmentos de maxilares (entenda-se, na nomenclatura que utilizamos, que nos referimos apenas aos ossos maxilares, do crânio, distinguindo-os dos "maxilares inferiores": as mandíbulas, integradas pelo par de ossos dentais soldados na sínfise).
- (p. 115) "Esta maxilla dá mostras de prognathismo ou de obliquidade nos dentes anteriores, que se torna mais evidente quando é examinada do lado interno ... : mas a saliencia da barba contrabalança este indicio de inferioridade de raça". Eram conceitos, correntes na época, de estigmas de inferioridade racial.
- (p. 81) "Os phenomenos são complexos, e ao passo que nos accusam aqui evidentemente um logar de sepultura, onde talvez se faziam sacrificios humanos, ou em que porventura hordas de cannibaes se reuniam para fazer os seus repugnantes festins; revelam-nos tambem que em tempos anteriores esta gruta serviu de habitat humano, mediando provavelmente entre as duas occupações um grande lapso de tempo, durante o qual a mesma gruta e o solo poderam soffrer algumas transformações". Não parece demonstrável a realização de sacrificios humanos, observação que vale, igualmente, para o texto seguinte.
- (p. 118) "Se pois se admite, em vista dos factos que apontámos, que esta gruta fosse um logar de sepultura; pôde tambem suppor-se que n'ella fossem immoladas victimas humanas, e que depois de consummado o sacrificio, quer os sacrificadores devorassem ou não as carnes, completavam a sua nefanda obra esmigalhando os craneos e espedaçando todos os ossos, provavelmente para aproveitarem o cerebro e a medulla para algum fim, porque n'esta, assim como nas outras grutas, muitos ossos estão gastos interiormente por uma acção artificial".

Em suma, fica a evidência de uma obra cuidadosa, competente no contexto da época e ainda valiosa.

4. IDADE DO SÍTIO

A gruta da Casa da Moura forneceu restos humanos e outros, bem como artefactos correspondentes a técnicas e idades do Paleolítico superior – Solutrense e Magdalenense (vide o capítulo 2), pois admite-se terem existido sepulturas do Homem de Cro-Magnon (FERREIRA & LEITÃO, s/ data, p. 85-86), e do Neolítico, conforme foi anteriormente referido.

Portanto, põe-se o problema, cuja solução nos não cabe procurar, de saber se a antiga amostragem humana estudada por Delgado (*ibid.*) e que tratamos agora é ou não homogênea e aproximadamente sincrónica.

As peças e sua pátina não permitem distinguir quaisquer lotes. Todas parecem compatíveis. Terão fossilizado em condições muito semelhantes.

Em suma, tudo aponta para homogeneidade. Assim, com base na literatura e nos elementos referidos no capítulo 2, aceitamos que as peças em estudo sejam globalmente atribuíveis ao Neolítico.

5. MATERIAL E MÉTODOS

O nosso estudo recaiu sobre (5.1) material osteo-dentário craniofacial e (5.2) outro material craniano, em depósito no Museu Geológico.

5.1. Material osteo-dentário craniofacial/ Inventário, métodos, resultados

O material em causa foi inventariado (Quadro 1). Na maioria, as peças estão incompletas, quase sempre em resultado de fracturação antiga.

Quadro 1 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO

Inventário

(e, esquerdo; d, direito)

Peças anatómicas: $\Sigma = N$; N^{os} de inventário TAS (TELLES ANTUNES & SANTINHO CUNHA); %

Nº total de peças anatómicas: 842 (bastantes com mais de um osso).

Percentagens (%) referidas ao total de peças anatómicas

Crânio completo: **1; 2. 0.1%.**

Calvário: **1; 1. 0.5%.**

Frontal: **40;** 3 – 4 – 5 – 6 – 7 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 25 – 32 – 51 – 765 – 766 – 768 – 786 – 793 – 794 – 796 – 798 – 800 – 808 – 809 – 810 – 811 – 812 – 813 – 817 – 829 – 830 – 831 – 836. **4.8 %.**

Parietal: **212;** 17d – 18e – 19e,d – 21e,d – 22d – 23d – 24e – 26d – 27e,d – 28d – 29d – 30d – 423e,d – 424d – 425d – 426e,d – 427e,d – 428e,d – 430e – 431e – 432d – 433e,d – 435d – 436lado indet. – 440e – 441ind. – 442d – 445e,d – 446e,d – 447e – 450e,d – 452ind. – 454ind. – 456ind. – 457e,d – 458d – 459d – 460e,d – 461d – 465d – 468d – 469d – 471d – 472d – 474ind. – 475d – 483e,d – 486e,d – 487d – 488e – 489d – 492d – 493ind. – 496ind. – 497e – 498d – 499d – 500e – 501ind. – 504d – 510ind. – 512ind. – 513ind. – 515ind. – 524e,d – 525d – 527d – 528e,d – 530e – 531d – 532e,d – 533e – 534d – 537ind. – 541d – 542d – 543ind. – 545ind. – 546ind. – 547e,d – 550d – 552d – 553e,d – 555e,d – 560d – 568ind. – 569e,d – 571e,d – 573ind. – 575e,d – 578e,d – 579e – 581ind. – 582ind. – 583d – 585e,d – 586ind. – 587ind. – 589e,d – 590ind. – 591ind. – 592e – 595ind. – 598e – 599e – 600ind. – 604e,d – 605e,d – 610ind. – 612e – 617e – 618e – 619d – 621d – 622ind. – 623d – 624e – 625ind. – 626ind. – 627ind. – 628d – 629e,d – 630ind. – 631d – 634e – 636e – 637e – 641ind. – 642e – 644d – 646e,d – 649d – 651e – 652d – 653ind. – 654e,d – 656ind. – 658ind. – 672d – 674ind. – 676ind. – 677d – 678e – 681ind. – 683ind. – 684d – 689d – 690ind. – 691ind. – 692ind. – 693ind. – 694ind. – 695ind. – 696d – 702ind. – 703ind. – 706ind. – 709ind. – 712e,d – 713e,d – 714d – 715e – 716e – 719e – 720e,d – 721d – 722e,d – 725d – 728ind. – 729e,d – 730e – 735d – 736d – 738e – 740ind. – 741e,d – 742d – 749ind. – 752e – 753e – 756e – 758d – 759d – 760e,d – 762d – 764d – 769e – 770d – 772e,d – 775ind. – 779ind. – 784d – 785e – 791ind. – 792ind. – 795e – 801e – 803d – 806e – 807e – 814e – 818d – 820ind. – 822d – 824e – 832ind. – 839e,d – 840e – 841e,d – 842ind. **25.2%.**

Esfenóide: **2;** 102 – 739. **0.2%.**

Occipital: **85;** 20 – 21 – 24 – 31 – 426 – 428 – 429 – 434 – 438 – 439 – 442 – 444 – 449 – 451 – 453 – 464 – 466 – 467 – 486 – 487 – 488 – 493 – 497 – 505 – 516 – 517 – 518 – 519 – 520 – 521 – 522 – 523 – 535 – 538 – 542 – 548 – 565 – 566 – 567 – 570 – 572 –

574 – 580 – 594 – 596 – 597 – 602 – 603 – 619 – 635 – 638 – 647 – 650 – 655 – 657 – 659 – 663 – 665 – 667 – 669 – 671 – 673 – 680 – 685 – 686 – 688 – 704 – 705 – 710 – 723 – 724 – 733 – 734 – 737 – 744 – 745 – 746 – 750 – 754 – 755 – 771 – 780 – 787 – 788 – 789. **10.1%**.

Temporal: **2**; 679ind. – 697e. **0.2%**.

Ossos cranianos indeterminados: **29**; 470 – 490 – 491 – 495 – 503 – 506 – 508 – 549 – 576 – 601 – 607 – 608 – 616 – 632 – 633 – 698 – 699 – 707 – 708 – 757 – 773 – 779 – 823 – 825 – 826 – 827 – 834 – 835 – 837. **3.4%**.

Nasal: **6**; 6e,d – 7e,d – 10e,d – 13e,d – 46e,d – 51e,d. **0.7%**.

Malar: **6**; 32e – 41e – 59d – 67d – 75d – 123d. **0.7%**.

Maxilar: **119**; 32d – 33e,d – 34e – 35Ad – 35Bd – 36e,d – 37d – 38e,d – 39e,d – 40e,d – 41e – 42Ad – 42Bd – 43Ae – 43Be – 44Ae – 44Be – 45e – 46e,d – 47d – 48e – 49e,d – 50d – 51e – 52e – 54d – 55d – 56e,d – 57e – 58e,d – 59e,d – 60e,d – 61e,d – 62e,d – 63d – 64d – 65d – 66e,d – 67e,d – 68d – 69d – 70e – 71e – 72e – 73e – 74d – 75d – 76e,d – 77e,d – 78d – 79d – 80e – 81e,d – 82e – 83e,d – 84e – 85d – 86d – 87d – 88d – 89e – 90e – 91e,d – 92e – 93e – 94e – 95e – 96e – 97d – 98d – 99e – 100d – 101e – 102e – 103d – 104d – 105d – 106d – 107e – 108d – 109d – 110e – 111d – 112e – 113e,d – 114d – 115e – 116d – 117d – 118e,d – 119e – 120e – 121e – 122e – 123e,d – 124e,d – 125e – 126e – 127e,d – 128e – 129d – 130d – 131e – 132e – 133e,d – 134e – 135d – 136e – 137e – 138d – 139d – 140d – 141d – 142d – 143e – 144e – 145d – 146e – 551e. **14.1%**.

Palatino: **8**; 49e,d – 60e,d – 61e,d – 94e – 118e,d – 124e,d – 127e,d – 132e,d. **1.0%**.

Hemimandíbula e/d/ mandíbula: **265**; 53d – 147 – 148 – 149 – 150 – 151 – 152 – 153 – 154 – 155 – 156 – 157 – 158 – 159 – 161 – 162 – 163 – 164 – 165 – 166 – 167 – 168 – 169 – 170 – 171 – 172 – 173 – 174 – 175 – 176 – 177 – 178d – 179d – 180 – 181e – 182e – 183d – 184 – 185 – 186e – 187d – 188 – 189d – 190 – 191 – 192e – 193d – 194 – 195d – 196 – 197d – 198 – 199d – 200 – 201 – 202e – 203e – 204 – 205e – 206d – 207 – 208 – 209d – 210e – 211d – 212 – 213 – 214 – 215 – 216d – 217 – 218e – 219 – 220d – 221 – 222 – 223e – 224 – 225 – 226 – 227 – 228 – 229e – 230d – 231 – 232d – 233d – 234 – 235e – 236d – 237 – 238 – 239e – 240e – 241 – 242d – 243e – 244 – 245e – 246d – 247 – 248 – 249d – 250d – 251e – 252e – 253 – 254 – 255e – 256e – 257e – 258e – 259 – 260d – 261e – 262 – 263 – 264 – 265e – 266 – 267 – 268e – 269d – 270d – 271 – 272 – 273 – 274 – 275d – 276 – 277 – 278e – 279 – 280d – 281 – 282d – 283 – 284e – 285 – 286d – 287 – 288d – 289 – 290 – 291e – 292 – 293 – 294d – 295 – 296 – 297d – 298d – 299d – 300 – 301d – 302d – 303d – 304d – 305e – 306e – 307 – 308 – 309d – 310e – 311e – 312d – 313 – 314 – 315 – 316e – 317 – 318e – 319 – 320e – 321e – 322 – 323d – 324 – 325d – 326d – 327d – 328 – 329e – 330 – 331e – 332e – 333e – 334d – 335 – 336 – 337 – 338d – 339 – 340d – 341 – 342 – 343e – 344e – 345d – 346e – 347 – 348 – 349 – 350d – 351e – 352e – 353 – 354d – 355 – 356e – 357e – 358e – 359d – 360 – 361e – 362d – 363e – 364e – 365d – 366 – 367 – 368e – 369e – 370 – 371e – 372 – 373 – 374 – 375 – 376 – 377e – 378e – 379d – 380e – 381 – 382 – 383 – 384 – 385 – 386 – 387 – 388e – 389 – 390e – 391d – 392e – 393 – 394d – 395d – 396d – 397e – 398 – 399 – 400 – 401d – 402d – 403e – 404e – 405d – 406e – 407d – 408 – 409e – 410e – 411e. **31.5%**.

Dente isolado/ (M1 inf. e): **1**; 160. **0.1%**.

O predomínio de peças mandibulares bastante bem conservadas está relacionado com a maior resistência mecânica relativamente aos ossos cranianos. Tem a ver: – com acessibilidade a carnívoros em fresco, resultando frequentemente em ossos mordidos e incompletos; – com enterramento secundário, o que implica transporte de ossos secos, fragilizados e dissociados, com perda de conexões anatómicas.

Foi realizado o estudo morfológico macroscópico. Não trataremos de osteometria, quase impraticável com a exceção do crânio completo, nem de trepanação, já tratada (SUEIRO, 1935).

Interessam-nos, outrossim, arcaísmos, morbilidades e lesões, com destaque para as que resultaram de ações violentas, talvez causas de morte. Abordaremos modificações *post mortem*, em particular as derivadas de mordidas de carnívoros e de roedor.

Procedemos à possível identificação dos fragmentos, bem como à determinação do sexo e da idade aquando da morte.

A determinação do sexo baseou-se em características: – **do frontal** (fronte inclinada no sexo masculino e próxima do plano frontal no feminino; rugosidades supraorbitárias no masc., ausentes no fem.); – **do temporal** (desenvolvimento da apófise mastoideia e ramo superior da arcada zigomática ultrapassando o póron, no masc.);

– **dos parietais** (linhas curvas temporais bem desenvolvidas no masc.); – **do occipital** (protuberância occipital exterior e rugosidades da nuca acentuadas, no masc.); – do **foramen magnum** (configuração arredondada, no masc.) (COMA, 1991, p. 574-581; KELSO, 2001, p. 240-246).

Na mandíbula, os caracteres que eventualmente permitem reconhecer o sexo masculino são: – **ângulo goníaco** próximo dos 90 graus; – **rugosidades do ramo montante** muito acentuadas nas áreas de inserção dos músculos mastigadores; – **mento saliente**; – **bordo inferior do corpo mandibular**, anguloso; – **maior robustez geral do osso mandibular e dos dentes** (COMA, 1991, p. 582-583).

Em muitos casos, a determinação provável do sexo foi obtida recorrendo a um, dois ou três dos caracteres indicados.

No que concerne à idade, baseámo-nos: – no **desenvolvimento osteo-dentário**; – em estádios etários mais avançados, na **involução óssea e dentária** (SHIPMAN, 1985, p. 249-270; KRAUS, 1992, p. 300-321). Considerámo-nos, de modo aproximado, classes etárias relacionadas com estádios de vida: **infância** (< 12 anos), **adolescência/puberdade** (12 a 18), **adulto** (18 a 40) e **idoso** (> 40) para uma população antiga (SHIPMAN, 1985, p. 210-215).

Os dados acerca do desenvolvimento são: – **existência ou ausência** de diploe ósseo; – **conservação das suturas** endo – e exocranianas; – **dimensões** ósseas; – **formação dentária** (SHIPMAN, 1985, p. 46-49).

Quanto ao envelhecimento, os critérios foram: **apagamento das suturas ósseas; osteofitoses; abrasão dentária; osteoporose**.

O critério dentário, cujo coeficiente de erro não ultrapassa um ano, é o mais fiável até os 12 anos. Dos 12 aos 18, baseámo-nos na erupção dos sisos (8^{os}) aos 18 anos; e no diferencial de abrasão entre os 6^{os}, 7^{os} e os 8^{os}, cujos intervalos de erupção são, aproximadamente, de 6 anos. Para os adultos, recorreremos ao apagamento por sinostose das suturas cranianas e à abrasão dentária. A partir dos 40 anos, verificámos abrasões dentárias muito acentuadas, osteofitoses e osteoporoses.

5.2. Morbilidades

As observações a que procedemos permitiram verificar a expressão morfológica das morbilidades seguintes.

Morbilidades ósseas: malformações; tórus; exofitoses; osteíte; fistulas; parodontoses; aneurismas; granulomas; quistos; neoplasias.

Morbilidades dentárias: malformações; megadôncia; agenésias dos 18 ou 28 – M³/ e dos 38 e 48 – M₃; supra-numerários; hipoplasias ambientais, lineares e punctiformes, parciais e totais em relação ao conjunto da dentição; cáries coronais e cervicais e radiculares; cementose; erosões.

5.3. Alterações

Foram igualmente reconhecidas alterações:

- **Roidelas** de carnívoros, com realce para a raposa, e/ou de roedores.
- **Cortes**.
- **Alterações por trauma:** em vida, com regeneração; na altura da morte ou logo após a morte.

5.4. Sexo e idade

Do ponto de vista do sexo e idade, a escolha das peças foi aleatória. Os resultados constam do Quadro 2.

Quadro 2 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO

Idade/ Sexo

Classes etárias (idade aproximada aquando da morte): crianças, adolescentes, adultos, idosos; $\Sigma = N$ (Nº de peças) total = **842**, a **bold** de 10 em 10 para facilitar a contagem); %; n^{os} de inventário TAS (TELES ANTUNES & SANTINHO CUNHA)

IDADE↓ SEXO→	Indeterminado (TAS)	Σ / %	Masculino (TAS)	Σ / %	Feminino (TAS)	Σ / %
Crianças (N= 91 > 10.8%)	26-32-33-34-35-36-37-42-45- 129 -160-216-217-219-221- 222-223-226-227- 228 -229- 230-231-241-256-257-258- 268-284- 285 -286-289-298- 303-304-305-306-307-308- 313 -314-315-316-317-318- 319-320-321-322- 324 -438- 449-453-463-466-481-518- 534-535- 538 -543-561-580- 587-588-607-632-643-647- 649 -659-660-661-662-668- 675-688-692-693- 694 -698- 718-737-753-756-768-791- 797-814- 832 -839.	91/ 10.8%	-	-	-	-
Adolescentes (N= 43 +7 +3 = 53 > 5.1 +0.8 +0.4 = 6.3%)	8-11-15-22-24-79-82-86-97- 101 -107-111-112-126-127- 128-130-132-135- 137 -138- 145-149-220-288-323-351- 356-409- 419 -420-448-458- 513-775-776-778-789-792- 807 -808-821-833	43/ 5.1%	16-150-176-267-276-327- 395.	7/ 0.8%	9-207-225.	3/ 0.4%
Adultos (N= 467 +105 +68 = 640 > 55.5+12.5+8.1 = 76.1%)	20-23-25-27-28-29-30-38-39- 40 -41-43-47-48-50-53-56-57- 63- 65 -67-68-69-70-73-74-76- 77-78- 81 -83-85-87-88-91-93- 94-95-96- 98 -99-100-102-105- 108-109-110-113-114- 115 - 116-117-118-119-120-121- 122-123-124- 125 -131-133- 134-136-139-140-141-142- 143- 144 -146-159-161-163- 178-179-181-182-186- 193 - 203-209-210-215-240-247- 269-271-299- 311 -312-326- 331-333-340-344-346-354- 359- 361 -362-363-369-372- 377-378-389-391-392- 393 - 394-396-397-402-405-407- 408-410-411- 413 -414-415- 416-417-418-421-422-423- 424- 425 -427-428-429-430- 431-432-433-434-435- 436 - 439-440-441-443-446-447- 450-451-452- 454 -455-456- 459-460-461-464-465-467- 468- 469 -470-471-472-473- 474-475-476-477-478- 479 -	467/ 55.5%	1-2-3-5-6-7-14-31-147- 152 - 155-156-162-165-167-171- 174-175-177- 183 -185-190- 191-192-194-195-197-199- 202- 204 -205-208-211-212- 213-214-234-235-236- 237 - 238-242-244-246-248-250- 252-254-259- 260 -261-262- 263-264-265-278-279-291- 293- 295 -296-300-301-310- 325-332-339-341-345- 347 - 348-349-352-360-365-367- 368-373-376- 379 -382-383- 385-386-387-398-399-401- 403- 404 -426-445-462-487- 488-566-574-577-614- 619 - 620-650-780-790-838.	105/ 12.5%	4-10-12-13-148-151-153-154- 157- 166 -170-172-173-184- 188-189-196-198-200- 201 - 206-232-233-243-245-249- 251-255-266- 274 -275-280- 281-283-287-290-294-297- 302- 309 -329-330-334-335- 336-337-338-342-343- 350 - 353-355-357-358-364-366- 371-374-375- 384 -390-406- 437-442-444-485-516-669.	68/ 8.1%

	480-482-483-484-486-489-490-491-493- 494 -495-496-497-498-499-500-501-502-503- 504 -505-506-507-508-509-510-511-512-514- 515 -517-519-520-521-522-523-525-526-527- 528 -529-530-531-532-533-536-537-539-540- 541 -542-544-545-546-547-548-549-550-551- 552 -554-555-556-557-558-559-560-562-563- 564 -565-567-568-569-570-571-572-573-576- 578 -579-581-582-583-584-585-586-589-590- 591 -592-593-594-595-596-597-598-599-600- 601 -602-603-604-605-606-608-609-610-611- 612 -613-615-616-617-618-621-622-623-624- 625 -626-627-628-629-630-631-633-634-635- 636 -637-638-639-640-641-642-644-645-646- 648 -651-652-653-654-655-656-657-658-663- 664 -665-666-667-670-671-672-673-674-676- 677 -678-679-680-681-682-683-684-685-686- 687 -689-690-691-695-696-697-699-700-701- 702 -703-704-705-706-707-708-709-710-711- 712 -713-714-715-716-717-719-720-721-722- 723 -724-725-726-727-728-729-730-731-732- 733 -734-735-736-738-739-740-741-742-743- 744 -745-746-747-748-749-750-751-752-754- 755 -757-758-759-761-762-763-764-765-766- 767 -769-770-771-772-773-774-777-779-781- 782 -783-784-785-786-787-788-793-794-795- 796 -798-799-800-801-802-803-804-805-806- 809 -810-811-812-813-815-816-817-818-819- 820 -822-823-824-825-826-827-828-829-830- 831 -834-835-836-837-840-841-842.					
Idosos N= 36+12 +10 = 58 <> 4.3 +1.4 +1.2 =6.9%)	21-44-46-49-51-52-54-55-58- 59 -60-61-62-64-66-71-72-75-80- 84 -89-90-92-103-104-106-270-282-380- 412 -457-492-524-553-575-760.	36/ 4.3%	158-164-168-169-218-239-272-273-277- 381 -388-400.	12/ 1.4%	17-18-19-180-187-224-253-292-328- 370 .	10/1.2%
$\Sigma\Sigma= 842 \Sigma=$	-	637/ 75.7%	-	124/ 14.7%	-	81/ 9.6%

A repartição das peças por sexo e idade pode ser apresentada mais simplesmente no Quadro 2 (resumo).

Quadro 2 (resumo) – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO			
Idade/ Sexo			
IDADE↓ SEXO→	Indeterminados	Masculino	Feminino
Crianças (N= 91 < 10.8%)	91/ 10.8%	-	-
Adolescentes (N= 43+7+3= 53 < 5.1+ 0.8+ 0.4= 6.3%)	43/ 5.1%	7/ 0.8%	3/ 0.4%
Adultos (N= 467+ 12.5+ 8.1= 640 < 55.5+ 12.5+ 8.1= 76.1%)	467/ 55.5%	105/ 12.5%	68/ 8.1%
Idosos N= 36+ 12+ 10= 58 < 4.3+ 1.4+ 1.2= 6.9%)	36/ 4.3%	12/ 1.4%	10/ 1.2%
ΣΣ= 842 Σ=	637/ 75.7%	124/ 14.7%	81/ 9.6%

O elevado número de casos de sexo indeterminado é explicado porque, na maioria, se trata de ossos fragmentados. Além disso, é elevado o número de ossos que, isolados, não permitem determinar o sexo – maxilares, nasais, malares, palatinos e esfenóide.

Adolescentes e adultos (53 + 640 = 693) perfazem 82.3% do total.

Eram baixas a mortalidade infantil (91 casos até ca. de 12 anos, 10.8%) e a de adolescentes de, aproximadamente, 12 a 18 anos (53, 6.3%), com maior incidência no sexo masculino (7, 0.8% vs. 3, 0.4% para o sexo feminino, mas os baixos números de peças não permitem conclusões seguras).

O sexo masculino predomina em adultos não idosos (105/ 12.5%, contra 68/ 8.1% para o feminino). Não foi detectada mortalidade mais elevada no sexo feminino, relacionada com gravidez e parto.

É baixo o número de idosos, com 58/ 6.9%, também com predomínio do sexo masculino, 12/ 1.4% vs. 10/1.2% para o feminino. A diferença pode resultar da mais fácil caracterização do masculino.

Dentre as classes etárias de adultos e idosos, as diferenças de percentagem masculina/ feminina podem resultar de (a) haver mais maxilares desses grupos etários, nos quais não é possível determinar o sexo, ou de (b) mandíbulas de morfologia com pouca diferenciação sexual, do que resulta prejuízo para o reconhecimento do sexo feminino.

5.5. *Patologias e modificações*

A lista das observações concernentes a patologias e modificações é apresentada em síntese no Quadro 3.

MATERIAL HUMANO – Patologias ósseas, dentárias e modificações

1. SITUAÇÕES CONGÊNITAS
 - 1.1. Exostoses; 1.2. Torus; 1.3. Assimetrias cranianas (plagiocefalia); 1.4. Incisivos em pá; 1.5. Malformações dentárias.
 2. LESÕES NEOPLÁSICAS
 - 2.1. Neoplasias ósseas; 2.2. Neoplasias vasculares.
 3. ALTERAÇÕES INFLAMATÓRIAS
 - 3.1. Osteíte; 3.2. Granulomas; 3.3. Parodontose.
 4. PERTURBAÇÕES VASCULARES DEGENERATIVAS
 5. HIPOPLASIAS DO ESMALTE DENTÁRIO
 - 5.1. Lineares – 5.1.1. Totais; 5.1.2. Parciais.
 - 5.2. Punctiformes – 5.2.1. Totais; 5.2.2. Parciais.
 6. CÁRIES
 - 6.1. Coronais; 6.2. Cervicais; 6.3. Radiculares.
 7. TERAPÊUTICAS
 - 7.1. Trepanação craniana; 7.2. Exodôncias.
 8. TRAUMAS/ POSSÍVEIS CAUSAS DE MORTE
 - 8.1. Traumas ósseos com sobrevivência; 8.2. Traumas ósseos sem sobrevivência; 8.3. Traumas dentários com sobrevivência; 8.4. Traumas dentários sem sobrevivência.
 9. MORDIDELAS
 - 9.1. De carnívoros – 9.1.1. Raposa (*Vulpes vulpes*); 9.1.2. Outros carnívoros (*Herpestes*, *Genetta*, *Putorius*, outros, incluindo também *Vulpes?*); 9.2. De roedores (*Rattus rattus*, outros?).
 10. OUTRAS ALTERAÇÕES (devidas a intempéries, raízes, etc.)
-

Para situações congénitas e alterações tumorais, veja-se o Quadro 4.

As neoplasias ósseas, mais frequentes na mandíbula, são quísticas na maior parte. Atingem de preferência adultos ou idosos. Não aparentam relação com o sexo. Algumas situações congénitas são frequentes, como o tórus e malformações dentárias, ou raras: exostose, assimetria craniana (plagiocefalia), incisivo em pá.

Ocorrem alterações tumorais consistindo em osteomas e tumores vasculares. Nestes, a observação resulta de lesões no osso. É regular o retículo que envolve a artéria meníngea média, que é afastada pela expansão tumoral; num caso, os contornos estão mal delimitados. As características das lesões tumorais levam-nos a admitir benignidade numa perspectiva citológica; contudo, sem possibilidade de exeresse através do seu crescimento expansivo, provocariam necessariamente a morte.

Lesão vascular compatível com ateroma ocorre num indivíduo entre ca. de 70 a 80 anos, o que ainda é habitual. Noutro de 40 a 50 anos, o aneurisma da artéria meníngea é igualmente a favor de uma lesão vascular de tipo ateromatoso. Neste não foram encontradas expressões de sífilis, nem os aneurismas congénitos teriam permitido sobrevivência tão prolongada (SHIPMAN *et al.*, 1985, p. 243-257).

O Quadro 5 apresenta casos de alterações inflamatórias importantes a par de perturbações vasculares degenerativas.

Quadro 4 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações											
1. SITUAÇÕES CONGÊNITAS e 2. LESÕES NEOPLÁSICAS											
Itens	N	Crianças	Adol. masc.	Adol. femin.	Adol. sx indet.	Adulto masc.	Adulto femin.	Adulto sx indet.	Idoso masc.	Idoso femin.	Idoso sx indet.
1.1. Exostose	1								2-1		
1.2. Torus	16					14-162-195-310-325-332-6	251-255-281-294-297-334-338-343-7	240-1	2-400-2		
1.3. Plagiocefalia	1								2-1		
1.4. Incisivo em pá	1								2-1		
1.5. Malformaç. dentárias	12	226-231-2268-3		225-1		252-261-2	1166-170-243-2266-280-5				
			187-1								
2.1. Neoplasia óssea	12					236-386-2	255-297-358-406-4	83-109-125-641-4	158-235-273-2		
2.2. Neoplasia vascular	3							483-603-769-3			
Σ=	46	3	-	1	-	10	16	8	7	1	-

Quadro 5 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações											
3. ALTERAÇÕES INFLAMATÓRIAS e 4. PERTURBAÇÕES VASCULARES DEGENERATIVAS											
Itens	N	Crianças	Adol. masc.	Adol. femin.	Adol. sx indet.	Adulto masc.	Adulto femin.	Adulto sx indet.	Idoso masc.	Idoso femin.	Idoso sx indet.
3.1. Osteíte	61	35-305-306-3	16-1		24-1	1-6-167-262-265-352-368-379-434-488-780-11	13-275-287-3	57-203-389-433-446-471-472-486-515-517-519-521-522-530-539-550-552-567-603-611-618-630-644-663-711-721-725-729-733-734-736-738-751-758-761-784-785-37	2-1		412-524-525-575-4
Σ=	61	3	1	-	1	11	3	37	1	-	4
3.2. Granulomas	2				351-1						44-1
3.3. Parodontose	7					385-1			381-1	253-1	51-71-80-89-4
3.4. Palatite	1				112-1						
3.5. Cementose	1										90-1

Poucos são os casos de parodontose. Granulomas, palatite e cementose rareiam. Não parece de tentar tirar quaisquer ilações em face da escassez de elementos.

Ainda que haja número considerável de casos de osteíte, não abrangendo toda a superfície do osso, verifica-se que a incidência é maior em adultos do sexo masculino e de sexo indeterminado. Crianças e adolescentes são pouco afectados.

A osteíte pode significar aspectos culturais, como raspagem do cabelo associada a inflamações da calote craniana (ROUSSEAU, 1975, p. 110-112). Pode, também, estar relacionada com parasitoses – tinha fávica, infestação por piolhos e outras – consequentes de falta de higiene (fig.1) (LUSENA, 1933, p. 1100-1110).

As patologias não têm maior incidência em qualquer dos sexos.

O Quadro 6 e a Fig. 1 referem-se a hipoplasias, frequentes e significativas.

Quadro 6 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações											
5. HIPOPLASIAS DO ESMALTE DENTÁRIO (lineares e punctiformes)											
Items	N	Crianças	Adol. mascul.	Adol. femin.	Adol. sx indet.	Adulto mascul.	Adulto femin.	Adulto sx indet.	Idoso mascul.	Idoso femin.	Idoso sx indet.
5.1.1. Hipopl. lineares totais	69	37-160-304-3	150-1	225-1	126-130-132-135-137-149-6	147-152-156-162-165-174-185-197-246-301-346-349-365-379-385- 15	151-184-201-375-4	47-48-53-57-63-69-94-95-102-105-108-114-115-119-120-122-125-133-134-142-144-146-159-161-178-182-210-391-397-29	239-1	253-292-2	44-52-59-60-64-80-84-7
5.1.2. Hipopl. lineares parciais	38	45-231-268-306-319-5			79-145-220-3	177-208-234-242-244-252-261-263-296-300-310-373-398-13	232-245-281-287-4	65-88-110-203-342-377-394-405-8	381-1	172-1	58-61-75-3
5.2.1. Hipopl. punctif. totais	185	37-129-160-221-227-229-230-256-257-298-303-306-307-13	150-267-276-327-395-5		82-97-101-107-111-128-130-137-138-145-149-323-356-409-14	147-152-156-162-165-171-174-183-185-190-191-192-194-195-197-199-202-205-211-242-246-248-250-252-254-260-261-262-263-264-278-291-301-310-345-349-365-382-385-398-40	151-154-166-170-184-201-206-233-245-249-266-274-280-281-283-297-302-334-342-343-350-357-375-384-24	39-47-48-50-56-57-63-68-69-73-78-93-94-100-113-114-117-118-122-123-124-125-131-133-134-136-140-143-144-146-159-161-163-178-179-181-182-186-193-209-210-247-269-271-312-331-346-354-361-362-369-372-377-378-389-392-393-397-402-405-410-411-422-63	2-164-168-169-239-381-6	172-180-187-200-253-292-6	44-49-51-52-54-58-60-64-80-90-92-103-104-282-14
5.2.2. Hipopl. Punctif. parciais	41	33-217-258-305-313-5			79-288-2	177-208-237-244-259-279-360-373-404-9	196-243-255-275-287-294-6	67-70-73-74-115-141-203-344-215-240-299-311-333-340-363-15	235-1		66-72-106-3
Σ=	333	26	6	1	25	77	38	115	9	9	27

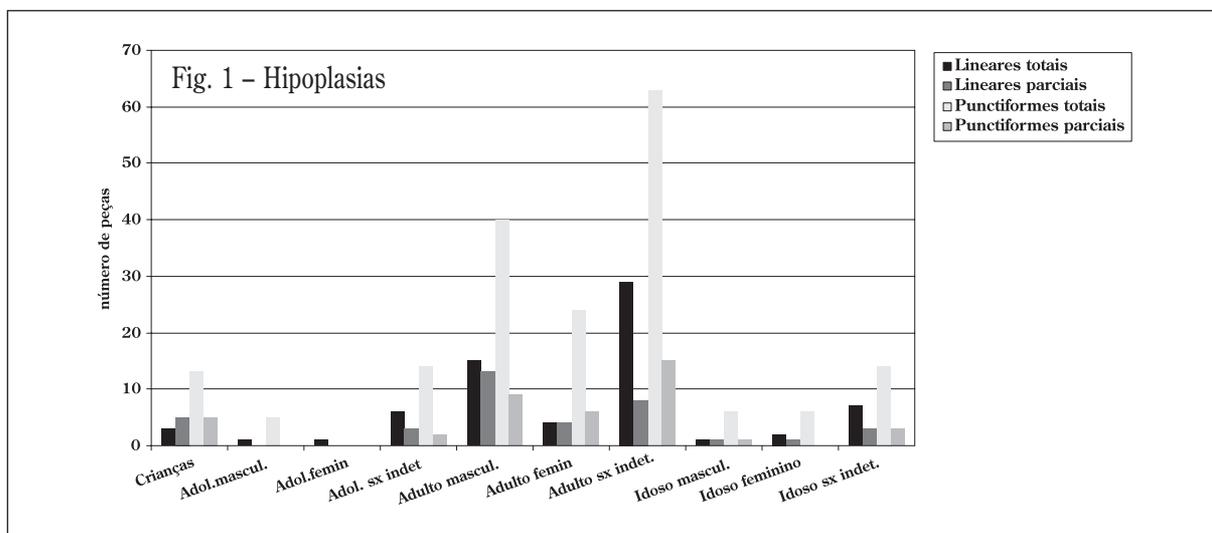
As hipoplasias, numerosas nos dentes definitivos, são mais frequentes nas superfícies vestibulares.

Registámos morfologias hipoplásicas lineares e punctiformes, mais frequentes em adultos e idosos. Muitas são totais, o que revela malnutrição continuada; não são sinais de letalidade. Não foi observada qualquer hipoplasia hereditária.

Hipoplasias em amostragem portuguesa haviam sido referidas por Lubell *et al.* (1985) e Antunes & Cunha (1993).

A abrasão dentária era moderada, sendo frequente o tártaro nas faces vestibulares. Num caso (18), há agénia do M³ direito.

Outro aspecto dos mais relevantes consiste na presença de cáries (Quadro 7 e Fig. 2).

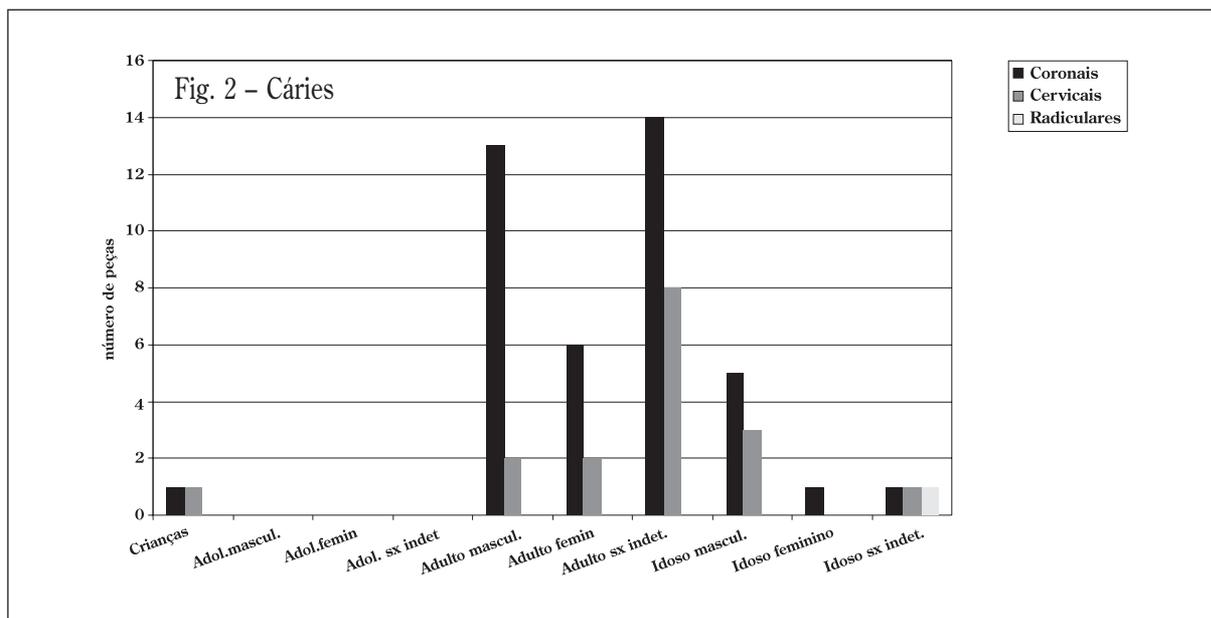


Quadro 7 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações

6. CÁRIES (cervicais, coronais e radiculares – cada exemplar pode mostrar mais do que uma categoria ou do que uma)

Items	N total	Crianças	Adol. mascul.	Adol. femin.	Adol. sx indet.	Adulto mascul.	Adulto femin.	Adulto sx indet.	Idoso mascul.	Idoso femin.	Idoso sx indet.
6.1. Coronais	41	286-1				156-192-194-197-237-244-260-261-262-264-278-300-301-13	206-245-255-287-290-330-6	47-50-70-109-118-125-193-326-331-369-393-394-397-402-14	164-235-239-272-400-5	172-1	62-1
6.2. Cervicais	17	286-1				202-259-2	206-283-2	161-203-210-299-326-369-394-411-8	2-158-169-3		282-1
6.3. Radiculares	1										60-1
Σ=	59	2				15	8	22	8	1	3



As cáries, infrequentes, ocorrem em dentes definitivos. Em virtude de as exodôncias não serem raras, podem ter resultado de cáries. A população quase não recorreria a alimentos açucarados. Cáries cervicais e do cimento resultam de higiene bucal deficiente.

O Quadro 8 menciona a única trepanação conhecida além de situações de exodôncia.

Quadro 8 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações
7. TERAPÊUTICAS

Itens	N total	Crianças	Adulto mascul.	Adulto femin.	Adulto sx indet.	Idoso mascul.	Idoso femin.	Idoso sx indet.
7.1. Trepanação	1		1-1					
7.2. Exodôncia	73		167-174-177-190-204-213-234-236-261-265-293-295-296-325-332-339-341-348-358-367-386-399-403-404- 24	148-173-184-188-189-198-251-255-274-275-283-309-335-337-338-353-364-371-406- 19	41-76-77-83-87-122-181-326-359-372-392-407- 12	2-158-169-218-272-273-277-381-388- 9	180-224-253-292-328-370-374- 7	44-58- 2

Às exodôncias correspondem perdas de osso alveolar, sobretudo do lado vestibular. Só ocorrem em adultos e idosos, indiciando que os dentes caducos foram perdidos por rizálise.

Foi descrita uma trepanação com sobrevivência em indivíduo do sexo masculino (SUEIRO, 1933). Observámos uma extracção dentária com remodelação óssea.

O Quadro 9 apresenta os dados acerca de traumas.

Quadro 9 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações											
8. TRAUMAS/ POSSÍVEIS CAUSAS DE MORTE											
Items	N total	Crianças	Adol. masc.	Adol. fem.	Adol. sexo indet.	Adulto masc.	Adulto fem.	Adulto sexo indet.	Idoso masc.	Idoso fem.	Idoso sexo indet.
8.1. Tr.ósseos c/ sobrevivência	5						249-355-2	498-547-773-3			
8.2. Tr.ósseos s/ sobrevivência	12				789-1	301-395-1	280-1	392-464-471-504-515-521-522-824-8			270-1
8.3. Tr. dentários c/ sobrevivência	16	289-303-2	150-1	207-1	149-1	155-202-2		57-117-134-142-146-159-210-299-8	164-1		
8.4. Tr.dentários s/ sobrevivência	7	216-222-2				214-379-395-3	154-390-2				
Σ=	40	4	1	1	2	6	5	19	1	-	1

Ao invés dos traumas dentários, a maior parte dos traumas ósseos ocorre sem sobrevivência. Podem ser causa de morte, ou resultar de acções logo após a morte (PIGANIOL & BESNIER, 1980, p. 108-110).

Há incidência de acções violentas, sendo frequentes as contusões com sobrevivência. Porém, este facto não pesa no cômputo geral da população; nada sugere elevados níveis de violência (que era uma realidade).

Seria de esperar maior frequência de lesões traumáticas no sexo masculino. Porém, não é possível garantir essa correlação em virtude de ser elevada a proporção de casos de sexo indeterminado.

Os traumas dentários são mais frequentes ao nível dos bordos incisais dos dentes anteriores, o que é compatível com mastigação de substâncias muito duras.

Quadro 10 – Casa da Moura (Cesareda) – Neolítico

MATERIAL HUMANO – Patologias (ósseas e dentárias) e modificações											
9. MORDIDELAS (de carnívoros e roedores)											
[9.1. Raposa, <i>Vulpes vulpes</i> , 9.2. Outros carnívoros (<i>Herpestes</i> , <i>Genetta</i> , <i>Putorius</i> , outros?); 9.3. roedores (<i>Rattus rattus</i> , outros?)]											
Items	N total	Crianças	Adol. masc.	Adol. fem.	Adol. sexo indet.	Adulto masc.	Adulto fem.	Adulto sexo indet.	Idoso masc.	Idoso fem.	Idoso sexo indet.
9.1. Raposa	17				789-1	434-1		464-465-486-722-729-749-759-762-779-785-802-815-818-820-14			760-1
9.2. Outros carnívoros	20					365-401-2	275-335-357-364-406-5	344-359-405-408-491-498-522-602-618-655-?656-733-12	400-1		
9.3. Roedores	1					310-1					
Σ=	38	-			1	4	5	26	1	-	1

A ocorrência de mordidelas é significativa, embora muito abaixo dos valores reais em virtude de não terem sido estudados os ossos longos, normalmente mais atingidos. Além da fragmentação óssea do material craniano, a incidência de mordidelas dá claro testemunho da exposição dos cadáveres, indicando enterramento secundário.

Outras alterações, em particular indícios de corrosão, são devidas a intempéries, raízes, etc. Não pareceu útil considerá-las pormenorizadamente.

5.6. *Causas de morte*

Algumas peças patenteiam lesões traumáticas suficientes para terem provocado morte violenta por agressão ou acidente. São incisas, o que indicia maior probabilidade de agressão. Há lesões contusas, não modeladas nem acompanhadas (tanto quanto foi possível observar) de lesões de outro tipo; parecem compatíveis com causa acidental, que sugerem.

Dentre os casos de lesões não violentas, há-as de doença infecto-contagiosa; de trepanação; vasculares; e tumorais, incluindo vasculares.

5.7. *Outras modificações em material craniano*

O material compõe-se de peças, na maioria isoladas, às vezes limitadas a fragmentos pouco significativos. Os ossos apresentam erosões mais acentuadas nas tábuas externas, denotando exposição às intempéries mais ou menos importante e prolongada. Algumas devem ser devidas a raízes.

Note-se que as características referentes a modificações e outras que foram detectadas são apenas aquelas em que foi possível uma interpretação convincente; há que somar casos duvidosos, ou que não proporcionam melhor observação. Portanto, as ocorrências indicadas, em particular nos Quadros 5 a 7, são-no por defeito; os números reais seriam mais elevados.

6. DESCRIÇÃO (NÚMEROS DO INVENTÁRIO)

Nas descrições seguintes, a propósito de hipoplasias, a palavra *total* refere-se ao número de dentes lesionados e não à totalidade das superfícies coronais.

- 1 – Calote craniana abrangendo o frontal e os 2 parietais. Adulto jovem. Sexo masculino. Osteíte. Trepanação.
- 2 – Cabeça óssea. Idoso. Sexo masculino. Osteíte, torus maxilar, exostoses dos ouvidos e plagiocefalia. Dentes com hipoplasias punctiformes totais. Duas cáries cervicais. Exodôncia de 1 dente. Dentes em forma de pá.
- 3 – Frontal. Adulto, sexo masculino.
- 4 – Frontal. Adulto, sexo feminino.
- 5 – Frontal. Adulto, sexo masculino.
- 6 – Frontal + nasais. Adulto, sexo masculino. Osteíte.
- 7 – Frontal + nasais. Idoso, sexo masculino.
- 8 – Frontal. Adolescente. Sexo indet.
- 9 – Frontal. Adolescente, sexo feminino.

- 10 – Frontal + nasais. Adulto, sexo feminino.
- 11 – Frontal. Adolescente, sexo indet.
- 12 – Frontal. Adulto, sexo feminino.
- 13 – Frontal + nasais. Adulto, sexo feminino. Osteíte.
- 14 – Frontal. Adulto, sexo masculino. Tórus.
- 15 – Frontal. Adolescente, sexo indet.
- 16 – Frontal. Adolescente, sexo masculino. Osteíte.
- 17 – Frontal + parietal d. Idoso, sexo feminino.
- 18 – Frontal + parietal e. Idoso, sexo feminino.
- 19 – Frontal + 2 parietais. Idoso, sexo feminino.
- 20 – Occipital. Adulto, sexo indet.
- 21 – Occipital + 2 parietais. Idoso, sexo indet.
- 22 – Parietal d. Adolescente, sexo indet.
- 23 – Parietal d. Adulto, sexo indet.
- 24 – Occipital + parietal e. Adolescente, sexo indet. Osteíte.
- 25 – Frontal. Adulto, sexo indet.
- 26 – Parietal d. Criança, sexo indet.
- 27 – 2 parietais. Adulto, sexo indet.
- 28 – Parietal d. Adulto, sexo indet.
- 29 – Parietal d. Adulto, sexo indet.
- 30 – Parietal d. Adulto, sexo indet.
- 31 – Occipital. Adulto, sexo masculino.
- 32 – Frontal + malar e. Criança, sexo indet.
- 33 – Maxilares. Criança, sexo indet. Hipoplasias parciais punctiformes.
- 34 – Maxilar e. Criança, sexo indet.
- 35 – Maxilares. Criança, sexo indet. Osteíte (noma?).
- 36- Maxilares d,e. Criança, sexo indet.
- 37 – Maxilar d. Criança, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Fractura dentária em vida.
- 38 – Maxilar e. Adulto, sexo indet.
- 39 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 40 – Maxilares e,d. Adulto, sexo indet.
- 41 – Maxilar + malar e. Adulto, sexo indet. Exodôncia de 24.
- 42 – Maxilar d. Criança, sexo indet.
- 43 – Maxilar e. Adulto, sexo indet.
- 44 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Exodôncia de 26. Granuloma apical.
- 45 – Maxilar e. Criança, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 46 – Maxilares + nasais. Idoso, sexo indet.
- 47 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Cárie coronal.
- 48 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares.
- 49 – Maxilares + palatinos. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 50 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal.
- 51 – Maxilar e + nasais + frontal. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Parodontose.
- 52 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 53 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.

- 54 – Maxilar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 55 – Maxilar d. Idoso, sexo indet.
- 56 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 57 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Osteíte. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Fractura em vida de 26.
- 58 – Maxilares. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Exodôncia de 16.
- 59 – Maxilares + malar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 60 – Maxilares + palatinos. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Cárie do cimento.
- 61 – Maxilares + palatinos. Idoso, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 62 – Maxilares. Idoso, sexo indet. Cárie coronal. Quisto dos maxilares.
- 63 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 64 – Maxilar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 65 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 66 – Maxilares. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 67 – Maxilar + malar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 68 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 69 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares.
- 70 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Cárie coronal.
- 71 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Parodontose.
- 72 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 73 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 74 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 75 – Maxilar + malar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias parciais lineares. Orifício infra-orbitário anômalo.
- 76 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Fistula oro-antral. Exodôncia de 16, 26 e 27.
- 77 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Perda de osso alveolar. Exodôncia de 26 e 27.
- 78 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 79 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares parciais.
- 80 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Parodontose.
- 81 – Maxilares. Adulto, sexo indet.
- 82 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 83 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Neoplasia benigna. Exodôncia de 26. Fracturas em vida de 24 e 25.
- 84 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 85 – Maxilar d. Adulto, sexo indet.
- 86 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet.
- 87 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Exodôncia de 14.
- 88 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias parciais lineares.
- 89 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Parodontose.
- 90 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cementose.
- 91 – Maxilares. Adulto, sexo indet.
- 92 – Maxilar e. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 93 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 94 – Maxilar e palatino e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Exodôncia de 25.
- 95 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 96 – Maxilar e. Adulto, sexo indet.
- 97 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.

- 98 – Maxilar d. Adulto, sexo indet.
- 99 – Maxilar e. Adulto, sexo indet.
- 100 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 101 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 102 – Maxilar e + esfenóide. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 103 – Maxilar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 104 – Maxilar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 105 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 106 – Maxilar d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 107 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 108 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 109 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Quisto apical. Cárie coronal.
- 110 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 111 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 112 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Palatite. Fractura de 22 em vida.
- 113 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 114 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 115 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais e lineares totais.
- 116 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Fractura de 14 em vida.
- 117 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura em vida de 14.
- 118 – Maxilares + palatinos. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal. Alteração congênita, com conservação da sutura pré-maxilar.
- 119 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 120 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 121 – Maxilar e. Adulto, sexo indet.
- 122 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Exodôncia de 26. Fractura em vida de 25.
- 123 – Maxilares + malar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 124 – Maxilares + palatinos. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 125 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Quisto apical. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Cárie coronal.
- 126 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 127 – Maxilares e palatinos. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 128 – Maxilar e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 129 – Maxilar d. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 130 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Fractura em vida de 14.
- 131 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 132 – Maxilar e palatino e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 133 – Maxilares. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 134 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Fractura em vida de 22.
- 135 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 136 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 137 – Maxilar e. Adolescente. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 138 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 139 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.

- 140 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 141 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 142 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais. Fractura em vida do 17.
- 143 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais punctiformes.
- 144 – Maxilar e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 145 – Maxilar d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais.
- 146 – Maxilar d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Fractura em vida do 18.
- 147 – Mandíbula. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 148 – Mandíbula. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 41, 42 e 44.
- 149 – Mandíbula. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias totais, punctiformes e lineares. Fractura em vida de 33.
- 150 – Mandíbula. Adolescente, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Fractura em vida de 33.
- 151 – Mandíbula. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 152 – Mandíbula. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias ambientais lineares e punctiformes totais.
- 153 – Mandíbula. Adulto, sexo feminino.
- 154 – Mandíbula. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura de 36. Grande destruição do osso alveolar.
- 155 – Mandíbula. Adulto, sexo masculino. Fractura em vida de 32.
- 156 – Mandíbula. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Cárie coronal.
- 157 – Mandíbula. Adulto, sexo feminino.
- 158 – Mandíbula. Idoso, sexo masculino. Quisto apical. Cáries cervicais de 35 e 36. Exodôncia de 31, 37, 38 e 41.
- 159 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Fractura em vida de 48.
- 160 – Dente – 36. Criança, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 161 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Cárie cervical de 47.
- 162 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Torus mandibular.
- 163 – Fragmento de hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 164 – Corpo mandibular. Idoso, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cáries coronais de 35, 36 e 46. Fractura em vida de 41.
- 165 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 166 – Corpo + ramo mandibular e. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura em vida de 37. Malformação de 37.
- 167 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Osteíte. Exodôncia de todos os dentes.
- 168 – Corpo mandibular. Idoso. Hipoplasias punctiformes totais.
- 169 – Hemimandíbula d. Idoso, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie cervical de 47. Exodôncia de 46 e 48. Anomalia da forma da mandíbula.
- 170 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Malformação de 38.
- 171 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 172 – Corpo mandibular + ramo d. Idoso, feminino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Cárie coronal de 45.
- 173 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 31 e 36.
- 174 – 2 fragm. de mandíbula compatíveis. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Exodôncia de 36.
- 175 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino.
- 176 – Corpo mandibular. Adolescente, sexo masculino.

- 177 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes e lineares parciais. Exodôncia de 31 e 41.
- 178 – Corpo mandibular d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 179 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 180 – Hemimandíbula d + parte da e. Idoso, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 46.
- 181 – Corpo mandibular e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 38.
- 182 – Corpo mandibular e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 183 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 184 – Hemimandíbulas e, d compatíveis entre si. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 48. Fractura do corpo mandibular em vida. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 185 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 186 – Corpo mandibular e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 187 – Hemimandíbula d. Idoso, sexo feminino. Agenesia de 48. Hipoplasias punctiformes totais.
- 188 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total.
- 189 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total.
- 190 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 31, 32, 33, 41 e 42.
- 191 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 192 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 35.
- 193 – Corpo mandibular d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cáries coronais de 45 e 46.
- 194 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 34.
- 195 – Corpo mandibular d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura de 46. Tórus.
- 196 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 197 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Cáries coronais de 47 e 48.
- 198 – Corpo mandibular. Adulto do sexo feminino. Exodôncia total.
- 199 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 200 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 201 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 202 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie cervical de 37. Fractura em vida de 36.
- 203 – Corpo mandibular e. Adulto, sexo indet. Osteíte. Hipoplasias punctiformes e lineares parciais. Cáries cervicais de 33, 34 e 35.
- 204 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia total.
- 205 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 206 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Cáries cervicais de 42 e 43. Cáries coronais de 46 e 48.
- 207 – Corpo mandibular. Adolescente, sexo feminino. Fractura de 47.
- 208 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes parciais.
- 209 – Corpo mandibular d. Adulto, sexo indeterminado. Hipoplasias punctiformes totais.
- 210 – Corpo mandibular e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Cáries cervicais de 35, 36, 37 e 38. Fractura de 36 em vida. Microdôncia.
- 211 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 212 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino.

- 213 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia total.
- 214 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Fractura dentária de 33.
- 215 – Corpo mandibular. Adulto, sexo ind. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 216 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Fracturas dentárias de 51 e 52.
- 217 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais em 36 e 75.
- 218 – Hemimandíbula e. Idoso, sexo masculino. Exodôncia total.
- 219 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 220 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 221 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais em 85.
- 222 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Fractura de 82.
- 223 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 224 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Exodôncia total. Orifício mentoniano oclusal por perda completa do osso alveolar.
- 225 – Corpo mandibular. Adolescente, sexo feminino. Hipoplasias lineares totais. Megadôncia.
- 226 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Agenésia dos dentes, excepto 84.
- 227 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 228 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 229 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 230 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 231 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Megadôncia. Hipoplasias lineares parciais.
- 232 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias lineares parciais.
- 233 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura de 43.
- 234 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares parciais. Exodôncia de 36 e 38.
- 235 – Hemimandíbula e. Idoso, sexo masculino. Quisto apical. Hipoplasias punctiformes parciais. Cárie coronal de 36.
- 236 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Tumor da submaxilar? Exodôncia de 43 a 48.
- 237 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes parciais. Cárie coronal de 36.
- 238 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino.
- 239 – Hemimandíbula e. Idoso, sexo masculino. Hipoplasias parciais e punctiformes totais. Cárie coronal de 37. Fractura do osso alveolar com perda de alguns dentes.
- 240 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Tórus.
- 241 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 242 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais.
- 243 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes parciais. Dentes de padrão arcaico.
- 244 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes parciais. Cárie coronal de 36.
- 245 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Cárie coronal de 46.
- 246 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 247 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 248 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 249 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Fracturas do osso alveolar.
- 250 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 251 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 37. Tórus.

- 252 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais, lineares parciais. Dentes de formato arcaico.
- 253 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Parodontose. Exodôncia de 48.
- 254 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 255 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes parciais. Cárie coronal de 35. Exodôncia de 33. Quisto apical. Tórus.
- 256 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 257 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 258 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes parciais.
- 259 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes parciais. Cáries cervicais de 45 e 46.
- 260 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 48.
- 261 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Cárie coronal de 36. Exodôncia de 38. Agenésia de 35.
- 262 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Osteíte. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 37.
- 263 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais; lineares parciais.
- 264 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 45.
- 265 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Osteíte. Exodôncia de 36 com destruição da tábua externa.
- 266 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Incisivo supranumerário, 37 de forma trapezoidal.
- 267 – Corpo mandibular. Adolescente, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 268 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. 36 giriforme. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 269 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 270 – Hemimandíbula d. Idoso, sexo indet. Fraturas do osso alveolar.
- 271 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 272 – Corpo mandibular. Idoso, masculino. Cárie coronal de 46. Exodôncia de 44, com perda de osso alveolar.
- 273 – Corpo mandibular. Idoso, sexo masculino. Tumor? Perda larga de osso alveolar. Exodôncia.
- 274 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 38.
- 275 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Osteíte. Hipoplasias punctiformes parciais. Roidela por carnívoro. Exodôncia de 45, com perda de osso alveolar.
- 276 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 277 – Corpo mandibular. Idoso, sexo masculino. Exodôncia de 37 e 38. Mento bituberculado.
- 278 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 44.
- 279 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes parciais. Fratura em vida de 42.
- 280 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Agenésia de 48. Hipoplasias punctiformes totais. Perdas de osso alveolar.
- 281 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Tórus. Bordo inferior com uma chanfradura.
- 282 – Hemimandíbula d. Idoso, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie cervical de 45.
- 283 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie cervical de 37. Exodôncia de 38, com larga perda alveolar a esse nível.
- 284 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 285 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 286 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Cárie cervical de 84, e cárie coronal de 85.

- 287 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Osteíte. Hipoplasias parciais, punctiformes e lineares. Cárie coronal de 43.
- 288 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 289 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Fractura em vida de 73.
- 290 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Cáries coronais de 42, 43, 44 e 45.
- 291 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 292 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Exodôncia de 44, 46 e 47.
- 293 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia total.
- 294 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes parciais. Tórus.
- 295 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia de 47.
- 296 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares parciais. Exodôncia de 46, com larga perda alveolar.
- 297 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Tórus. Quisto apical. Fractura do bordo do alvéolo ao nível de 43, com marcas de corte.
- 298 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 299 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Cárie cervical de 46. Fractura em vida de 48.
- 300 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares parciais. Cárie coronal de 46.
- 301 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Cárie coronal de 47. Perdas de osso alveolar.
- 302 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 303 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Fracturas em vida de 84 e 85.
- 304 – Hemimandíbula d. Criança, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 305 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Osteíte. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 306 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet. Osteíte. Hipoplasias punctiformes totais, e lineares parciais.
- 307 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 308 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 309 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total.
- 310 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Tórus. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Roidela de roedor.
- 311 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 312 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 313 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 314 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 315 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 316 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 317 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 318 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 319 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet. Hipoplasias lineares parciais.
- 320 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 321 – Hemimandíbula e. Criança, sexo indet.
- 322 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 323 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.

- 324 – Corpo mandibular. Criança, sexo indet.
- 325 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Tórus. Exodôncia de 46.
- 326 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Cárie cervical de 45. Cárie coronal de 44. Exodôncia de 46 e 47.
- 327 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 328 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Exodôncia total.
- 329 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino.
- 330 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Cáries coronais de 44 e 47.
- 331 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 38. Fractura de 37.
- 332 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Tórus. Exodôncia de 35.
- 333 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 334 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Tórus. Hipoplasias punctiformes totais.
- 335 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total. Roidela de carnívoro.
- 336 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino.
- 337 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 41 e 42, com largas perdas de osso alveolar.
- 338 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Tórus. Exodôncia de 46, com larga perda de osso alveolar a esse nível.
- 339 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia de 31 e 41.
- 340 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Arcaísmo de 48.
- 341 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia de 37 com grande perda de osso.
- 342 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais.
- 343 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Tórus. Hipoplasias punctiformes totais.
- 344 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais. Roidela por carnívoro.
- 345 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 346 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 347 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino.
- 348 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia total. Fístula óssea.
- 349 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes e lineares totais.
- 350 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 351 – Hemimandíbula e. Adolescente, sexo indet. Granuloma apical.
- 352 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Osteíte.
- 353 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia de 35, 36 e 46.
- 354 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 355 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Fractura consolidada do mento.
- 356 – Hemimandíbula e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 357 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais. Roidela de carnívoro.
- 358 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Tumor da submaxilar? Exodôncia de 36 e 37.
- 359 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Roidela por carnívoro. Exodôncia de 46.
- 360 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 361 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 362 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 363 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes parciais.
- 364 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total. Roidela por carnívoro.
- 365 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias lineares e punctiformes totais. Roidela por carnívoro.

- 366 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino.
- 367 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Exodôncia de 34.
- 368 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Osteíte.
- 369 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cáries cervicais de 36 e 37, cáries coronais de 36.
- 370 – Corpo mandibular. Idoso, sexo feminino. Exodôncia de 35, 36 e 46.
- 371 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total.
- 372 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 35, 36, 37 e 38.
- 373 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias parciais, punctiformes e lineares.
- 374 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Exodôncia total.
- 375 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias totais punctiformes e lineares.
- 376 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino.
- 377 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias totais punctiformes e parciais lineares.
- 378 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 379 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Osteíte. Hipoplasias lineares totais. Fractura de 47.
- 380 – Hemimandíbula e. Idoso, sexo indet.
- 381 – Corpo mandibular. Idoso, sexo masculino. Parodontose. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Exodôncia de 41.
- 382 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 383 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Alvéolos desabitados.
- 384 – Corpo mandibular. Adulto, sexo feminino. Hipoplasias punctiformes totais.
- 385 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Parodontose. Hipoplasias lineares e punctiformes totais.
- 386 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Quisto apical. Exodôncia de 34 com perda óssea.
- 387 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Alvéolos desabitados.
- 388 – Hemimandíbula e. Idoso, sexo masculino. Exodôncia de 36 e 37 com larga perda óssea.
- 389 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Osteíte. Hipoplasias punctiformes totais. Fractura de 46.
- 390 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Fracturas de 36 e 37.
- 391 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias lineares totais.
- 392 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Exodôncia de 33. Fracturas do osso alveolar. Cortes no osso alveolar.
- 393 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 48.
- 394 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Parodontose. Hipoplasias lineares parciais. Cáries cervicais e coronais de 48.
- 395 – Hemimandíbula d. Adolescente, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais. Corte no osso alveolar. Fractura de 33.
- 396 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Malposição da apófise coronoideia.
- 397 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes e lineares totais. Cárie coronal de 38.
- 398 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais.
- 399 – Corpo mandibular. Adulto, sexo masculino. Perda em vida, por exodôncia, de 31, 32 e 41.
- 400 – Corpo mandibular. Idoso, sexo masculino. Tórus. Cárie coronal de 42. Roidela de carnívoro.
- 401 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo masculino. Alvéolos desabitados. Roidela de carnívoro.
- 402 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie coronal de 47.
- 403 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Exodôncia total.
- 404 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo masculino. Hipoplasias parciais punctiformes. Exodôncia de 31. Cortes no osso alveolar.

- 405 – Hemimandíbula d. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais e lineares parciais. Roidela por carnívoro.
- 406 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo feminino. Quisto apical. Exodôncia total. Roidela por carnívoro.
- 407 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Exodôncia de 46 e 48.
- 408 – Corpo mandibular. Adulto, sexo indet. Roidela por carnívoro.
- 409 – Hemimandíbula e. Adolescente, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 410 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais.
- 411 – Hemimandíbula e. Adulto, sexo indet. Hipoplasias punctiformes totais. Cárie cervical de 37.
- 412 – parte da calote craniana abrangendo a escama do occipital e parte dos 2 parietais. Suturas sagital dentada e lambdoideia labiríntica. Pequenos orifícios de distribuição irregular, abrangendo toda a superfície, compatível com osteíte moderada. Erosões da tábua externa post-mortem. Na tábua interna, há uma etiqueta azul v= 0.80 m, e o n° 17 a tinta. Suturas endocranianas apagadas e sulcos dos vasos meníngeos muito marcados (adulto idoso). Sexo indet.
- 413 – fragmento de parietal d, com diploe espesso. Idade: adulto. Sexo indet.
- 414 – frontal, ligeiramente inclinado. Diploe espesso. Adulto, sexo masculino.
- 415 – fragmento de parietal e, de diploe espesso, tendo sulcos de vasos meníngeos, muito marcados. Adulto, sexo indet.
- 416 – fragmento de osso craniano indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 417 – fragmento de 2 parietais, com a sutura sagital parcialmente apagada, no exo- e no endocrânio. Sulcos da artéria meníngea bem visíveis. Cavidades dos corpúsculos de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 418 – parte de occipital e parietal esquerdo. Suturas sagital e lambdoideia dentadas, visíveis no exo- e no endocrânio. Adulto, sexo indet.
- 419 – fragmento de parietal d, com o n° 15 a tinta da China. Diploe pouco espesso. Aparecem sulcos resultantes, talvez, de corrosão por raízes. Adolescente, sexo indet.
- 420 – fragmento constituído por parte do occipital e parietal d; sutura sagital dentada; diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 421 – fragmento de 2 parietais. Sutura sagital linear, com diploe pouco espesso.
- 422 – fragmento de corpo mandibular d abrangendo 47 e 48. Abrasão pouco acentuada. Hipoplasias punctiformes totais na superfície vestibular de 48. Etiqueta branca antiga com o n°722. Adulto, sexo indet.
- 423 – fragm. de 2 parietais, com sutura sagital serreada. Diploe pouco espesso. Adulto jovem, sexo indet.
- 424 – fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 425 – fragm. de parietal, lado d, sutura sagital dentada, diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 426 – fragm. de occipital + parietais d, e. Diploe espesso. Suturas sagital e lambdoideia parcialmente apagadas. Protuberância occipital exterior particularmente robusta e rugosidades dos músculos da nuca muito salientes. Registo n° 11, em papel azul. Adulto. Sexo masculino.
- 427 – fragm. de 2 parietais. Sutura sagital dentada; sut. coronal serreada e lambdoideia labiríntica. Diploe quase ausente. Papel azul com inscrição V= 1,20 m. Adolescente, sexo indet.
- 428 – fragm. de occipital e 2 parietais. Sutura sagital conservada no exocrânio e apagada no endocrânio. Adulto, sexo indet.
- 429 – fragm. de occipital com sutura lambdoideia labiríntica. Diploe pouco espesso e protuberância occipital exterior apagada. Adulto, provavelmente do sexo feminino.
- 430 – fragm. parietal e, com sutura coronal dentada e diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 431 – fragm. parietal e, com sutura sagital dentada, diploe espesso, tendo no exocrânio uma etiqueta com os seguintes dizeres: 28-1-66/ Casa da Moura/ ent. sup. Adulto, sexo indet.

- 432 – fragm. parietal d, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 433 – fragm. abrangendo parte dos 2 parietais e do frontal. Sutura sagital dentada e parcialmente apagada. Sutura coronal dentada. Diploe pouco espesso. Orifícios punctiformes em ambos os parietais compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 434 – Occipital, tendo sutura lambdoideia dentada. Adulto, sexo provavelmente masculino. Numerosos pequenos orifícios em toda a superfície da tábua externa – osteíte. A 17 mm da sutura sagital e com 3 mm de diâmetro há um orifício não perfurante mas tendo no fundo a tábua externa (afundamento de matéria); a sutura sagital, a 17 mm deste afundamento, tem perda de matéria e o contorno da perda é semi-circular – *possível roidela por carnívoro, talvez raposa*.
- 435 – fragm. de parietal d com suturas coronal e sagital dentadas. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 436 – fragm. parietal (lado indet.) com diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 437 – fragm. de frontal com frente inclinada e diploe pouco espesso. Adulto, sexo provavelmente feminino.
- 438 – parte basal do occipital, com parte do côndilo esquerdo, diploe ausente. Criança, sexo indet.
- 439 – fragmento com partes do occipital + dos 2 parietais. Sutura lambdoideia labiríntica. Diploe pouco espesso. Rugosidades pouco acentuadas. Adulto, sexo indet.
- 440 – fragm. parietal e, diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 441 – fragm. parietal, lado indet., diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet. *Caso extremo de corrosão, com perda de toda a tábua externa*.
- 442 – parte do occipital + parietal d. Sutura lambdoideia labiríntica. Protuberância occipital exterior pouco saliente. Diploe moderadamente espesso. Adulto, sexo provavelmente feminino.
- 443 – fragm. craniano, osso indet. Diploe pouco espesso. Pátina diferente, resultante de um depósito em crosta, branco, sobre a tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 444 – fragm. de occipital com rugosidades pouco intensas. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo provavelmente feminino.
- 445 – fragm. de frontal + os 2 parietais. Frontal fortemente oblíquo. Diploe moderadamente espesso. Sutura coronal linear e início da sutura sagital igualmente linear. Cavidades correspondentes a 3 corpúsculos de Paccioni na tábua interna do frontal. Adulto, sexo masculino.
- 446 – fragm. de 2 parietais + frontal. Suturas coronal e sagital serreadas. Orifícios punctiformes correspondentes a osteíte. Adulto, sexo indet.
- 447 – parietal e, com sutura coronal dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 448 – fragm. de osso craniano indet. Diploe escasso. Tábua externa com sulcos subparalelos, com ca. de 9-10 mm de comprimento, possivelmente em resultado de corrosão por raízes. Adolescente (?), sexo indet.
- 449 – fragm. de occipital sem diploe. Criança, sexo indet.
- 450 – 2 parietais com sutura coronal dentada; cavidade correspondente a um corpúsculo de Paccioni no direito. Adulto, sexo indet.
- 451 – fragm. de occipital + 2 temporais. Suturas lambdoideia e sagital dentadas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 452 – fragm. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 453 – fragm. de occipital, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 454 – fragm. de parietal. Sutura sagital dentada. Diploe espesso. Cavidade na tábua interna correspondente a um corpúsculo de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 455 – fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 456 – fragm. de parietal. Tem aderente na tábua interna um fragmento de osso craniano indet., fazendo corpo devido à deposição de crosta com material detrítico cimentado por carbonato: *prova evidente de inumação*

- secundária*. Diploe azul pálido entre tábuas interna e externa muito brancas: *compatível com acção de fogo*. Adulto, sexo indet.
- 457 – fragm. de 2 parietais, tendo sutura sagital dentada e parte da sutura lambdoideia igualmente dentada. A sutura está apagada no endocrânio. Adulto, idoso, sexo indet.
- 458 – fragm. de parietal d, com diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 459 – fragm. de parietal d, com sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 460 – fragm. de 2 parietais com sutura sagital labirintica e diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 461 – fragm. de parietal d, com sutura coronal dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 462 – fragm. de occipital com diploe espesso e rugosidades ósseas volumosas. Adulto, possível sexo masculino.
- 463 – fragm. de frontal com sutura coronal dentada, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 464 – fragm. de occipital, evidenciando grandes alterações *post mortem* na tábua externa. Adulto, sexo indet. Marcas de mordidela na tábua externa, com afundamento moderado, sem perfuração, incluindo nomeadamente 2 pares de impressões de caninos com afastamento de ca. de 12.5 mm (compatível com raposa, *Vulpes vulpes*) e outra com indício de o dente ter resvalado. Há marcas rectilíneas, finas, subparalelas, uma das quais se segue ao longo de ca. de 18 mm, compatíveis com corte (ulterior e sem significado – artefacto?).
- 465 – fragm. de parietal d, com diploe. Adulto, sexo indet. Marcas de mordidela, com certa densidade; parecem de caninos, com espaçamento de ca. de 11.5 mm, talvez compatíveis com o autor das que afectaram 464 (*Vulpes?*).
- 466 – fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 467 – fragm. de occipital, com diploe pouco espesso. Adulto débil, sexo indet. Sulcos ramificados sugerem corrosão por raízes.
- 468 – fragm. de parietal d, com diploe. Adulto, sexo indet.
- 469 – fragm. de parietal d, com suturas sagital dentada e coronal serreada ; diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 470 – osso indet. da calote craniana, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 471 – parietal d, sutura sagital dentada, diploe pouco espesso. Adulto débil, sexo indet. Perfurações punctiformes compatíveis com osteíte. Marca de corte com bordo nítido, em cauda de andorinha, não perfurante, com ca. de 9 mm de dimensão máxima, sugerindo ponta de faca grande.
- 472 – fragm. de parietal d, com sutura coronal dentada, diploe pouco espesso. Tem, na tábua externa, orifícios punctiformes compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet. Aspectos de fractura aparentemente devido a termoclasia.
- 473 – fragm. de osso craniano indet., com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 474 – fragm. de parietal de lado indet., com várias cavidades na tábua interna correspondentes a corpúsculos de Paccioni, diploe pouco espesso, tendo, na tábua externa, numerosas marcas pouco nítidas de roidela. Adulto, sexo indet.
- 475 – fragm. de parietal d, com diploe. Adulto, sexo indet.
- 476 – peça constituída por 2 fragm. de osso craniano indet., juxtostos pelas tábuas internas, não se vendo diploe; um dos fragm. mostra erosão muito intensa da tábua externa, sugerindo exposição importante a agentes de erosão. Ganga com o que parece um fragm. de calcário branco. Idade e sexo indet.
- 477 – fragm. de frontal com diploe. Adulto, sexo indet.
- 478 – fragm. de occipital, com diploe. Adulto, sexo indet.
- 479 – fragm. craniano indet., com acentuada erosão da tábua interna. Diploe pouco espesso. Adulto débil, sexo indet.
- 480 – fragm. de parietal de lado indet., com diploe. Adulto, sexo indet.
- 481 – fragm. de occipital sem diploe. Criança, sexo indet.

- 482 – fragm. de occipital com rugosidades ósseas acentuadas, com diploe. Adulto, provável sexo masculino.
- 483 – fragm. de parietais com sutura sagital dentada, diploe pouco espesso. Tem, na tábua interna, profundas cavidades de configuração irregular (uma com perfuração) talvez compatíveis com neoformações. Numa delas, as cavidades são confluentes, como sucede em certos tumores (mas não mieloma). Adulto, sexo indet.
- 484 – fragm. de parietal, lado indet., com diploe. Adulto, sexo indet.
- 485 – fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, diploe pouco espesso, rugosidades ósseas pouco acentuadas. Adulto, possível sexo feminino.
- 486 – fragm. de parietais e occipital, com dístico impresso com os seguintes dizeres: “28-1-66/ Casa da Moura/ Sala. int.”. Diploe espesso. Adulto, sexo indet. Na tábua externa há perfurações punctiformes compatíveis com osteíte. Mostra mordidela: 2 pares de perfurações mais profundas, de caninos, com espaçamento de ca. de 19.5 mm. (parece indicar caninos superiores de raposa; não há impressões antagônicas na tábua interna).
- 487 – fragm. constituído por occipital e parietal d. Dístico manuscrito em papel azul: “u= 1,50 m”. Diploe espesso. Rugosidades ósseas salientes. Adulto, sexo provavelmente masculino.
- 488 – fragm. de occipital e parietal e, com dístico de papel azul: “u= 1,50 m”. Sutura lambdoideia labiríntica. Diploe moderadamente espesso. Rugosidades moderadas. Orifícios punctiformes na tábua externa de ambos os elementos ósseos compatíveis com osteíte. Adulto, possivelmente do sexo masculino.
- 489 – fragm. de parietal d, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 490 – fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 491 – fragm. craniano, osso indet. Diploe espesso, adulto, sexo indet. Marcas de roidela por pequeno carnívoro.
- 492 – fragm. de parietal d + parietal e, com sutura do exocrânio apagada, parcialmente conservada no endocrânio e de tipo linear. Áreas de erosão, sobretudo na tábua interna. Diploe espesso. Adulto idoso, sexo indet.
- 493 – fragm. de occipital com etiqueta de papel, dactilografada: 28-7-65/ Casa da Moura Cesareda. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 494 – fragm. de parietal, lado indet., com sutura sagital dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 495 – Osso craniano indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 496 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 497 – Fragm. occipital + parietal e, sutura lambdoideia labiríntica. Diploe espesso. Grandes erosões na tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 498 – Fragm. parietal d, diploe espesso, com marcas de roidela de pequeno carnívoro. Traço linear compatível com fractura antiga. Adulto, sexo indet.
- 499 – Fragm. parietal d, corpúsculos de Paccioni, diploe espesso. Sutura sagital serreada. Adulto, sexo indet.
- 500 – Fragm. parietal e, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 501 – Fragm. parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 502 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso. Grande erosão da tábua interna. Adulto, sexo indet.
- 503 – Fragm. osso craniano indet., diploe espesso; erosão da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 504 – Fragm. de parietal d, sutura sagital dentada, diploe espesso. Tábua interna particularmente bem conservada, mostrando os trajectos da rede vascular. Tábua externa com fractura linear, ligeiramente oblíqua de trás para diante e de cima para baixo; mostra várias lesões contuso-cortantes, um pouco curvilíneas, escavadas, tendencialmente paralelas entre si, provavelmente produzidas por instrumento contuso-cortante. Não patenteiam imagens de regeneração, logo poderão ter sido produzidas por altura da morte – talvez mesmo *causa mortis*. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 505 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia labiríntica, com grandes erosões da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 506 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 507 – Fragm. de temporal d, abrangendo apenas a escama do temporal. Adulto, sexo indet.
- 508 – Osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 509 – Frontal, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 510 – Parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 511 – Osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 512 – Parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 513 – Parietal, lado indet., diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 514 – Osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 515 – Parietal, lado indet., tendo, na tábua externa, uma fractura em Y de bordos afastados, sem imagens de regeneração sem que seja clara a interpretação da sua génese. Há pequenas perfurações compatíveis com osteíte. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 516 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, rugosidades pouco acentuadas, diploe pouco espesso. Adulto, sexo possivelmente feminino.
- 517 – Fragm. de occipital. Diploe espesso, sutura lambdoideia dentada. Cavidades punctiformes difusas, compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 518 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 519 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Cavidades punctiformes distribuídas difusamente – possível osteíte. Adulto, sexo indet.
- 520 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 521 – Fragm. de occipital e parietal d, sutura lambdoideia labirintica. Diploe espesso. Registo em papel, dactilografado, com os seguintes dizeres: 28-7-65/ Casa da Moura Cesareda. Lesão sem regeneração por instrumento contundente no parietal, com irradiação linear e estrelada. Outra lesão semelhante e de menor amplitude encontra-se acima da primeira, no parietal, havendo confluência das fracturas radiadas. Não há perfuração para a tábua interna. Cavidades punctiformes difusas, compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet. Agressão com instrumento contundente aguçado como provável causa de morte.
- 522 – Fragm. de occipital, com etiqueta de cor azul na tábua interna, manuscrita a tinta, com os seguintes dizeres: u= 1,50 m. Diploe espesso. Aderente à tábua interna há alguns fragmentos ósseos indet. Na tábua externa há evidência de forte roidela por pequeno carnívoro, com nítidas impressões de caninos (às vezes com afundamento da tábua externa evidenciado por esquirolas ósseas) e larga perda de substância óssea; relacionadas com esta situação, há fracturas lineares, radiadas, a partir das marcas de caninos. O espaçamento de pontos médios de pares de marcas de caninos é de ca. de 13 mm, pequeno demais para raposa, compatível com saca-rabos (*Herpestes*). O predador necrófago deve ter mordido com os caninos mandibulares a agir sobre a tábua externa, ou seja, com o animal a tentar ingerir matéria contida no crânio, entretanto esfacelado. Cavidades punctiformes difusas, compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet. *Tudo parece indicar inumação secundária, depois de o cadáver ter estado exposto e sujeito à acção (“limpeza”) por carnívoros.*
- 523 – Fragm. de occipital, com um adesivo azul que tem legenda manuscrita com os seguintes dizeres: L= 1,0 m. Sutura lambdoideia serreada. Diploe espesso. Algumas corrosões na tábua interna compatíveis com raízes. Adulto, sexo indet.
- 524 – Parietais dir. e esquerdo. Sutura sagital em parcialmente apagada, tendo no seu trajecto 6 ossos wórmicos. Há acentuadas bossas em ambos os parietais. Fractura linear no parietal d, diploe espesso. Cavidades punctiformes difusas, compatíveis com intensa osteíte. Idoso, com deformação craniana, sexo indet.
- 525 – Fragm. de parietal d, com suturas coronal e sagital dentadas. Pequenas perfurações punctiformes distribuídas por toda a tábua externa (osteíte). Diploe espesso. Idoso, sexo indet.
- 526 – Fragm. de parietal d, com fractura linear. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 527 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso. Parte da sutura coronal serreada. Na tábua externa há uma etiqueta em papel azul manuscrita com os seguintes dizeres: E= 0,90 m. Adulto, sexo indet.
- 528 – Fragm. dos 2 parietais, com sutura sagital dentada. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 529 – Fragm. de parietal, lado indet., com diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 530 – Fragm. de parietal e + frontal; sutura coronal labiríntica. Na tábua externa há numerosos orifícios punctiformes com distribuição difusa (osteíte). Etiqueta de papel azul manuscrita com os seguintes dizeres: A= 0,30 m. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 531 – Fragm. de parietal d, com sutura parieto-temporal linear e dilatação moderada dos sulcos dos vasos meníngeos. Idoso, sexo indet.
- 532 – Fragm. dos 2 parietais com sutura sagital dentada e sutura coronal serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 533 – Fragm. de parietal e. Sutura coronal labiríntica. Sulco de possível vaso impresso na tábua externa, com ca. de 1.5 mm de calibre e bifurcado numa das extremidades. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 534 – Fragm. de parietal d, com sutura parieto-temporal linear, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 535 – Fragm. de occipital, com diploe escasso. Há sulcos na tábua externa correspondentes a vasos e grandes alterações *post mortem*, com perdas ósseas nas tábuas externa e interna. Jovem, sexo indet.
- 536 – Osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 537 – Parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 538 – Occipital sem diploe. Criança, sexo indet.
- 539 – Fragm. de osso indet. Diploe espesso. Na tábua externa vêem-se numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Na tábua externa vêem-se cavidades por perda de substância, de forma irregular. Adulto, sexo indet.
- 540 – Fragm. de occipital, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 541 – Fragm. de parietal d, com sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 542 – Fragm. de occipital e parietal d, sutura lambdoideia labiríntica. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 543 – Fragm. de parietal, lado indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 544 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres: A= 0,30 m. Adulto, sexo indet.
- 545 – Fragm. de parietal, lado indet., com diploe pouco espesso. Adulto jovem, sexo indet.
- 546 – Fragm. de parietal, lado indet., com sutura parieto-temporal dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 547 – Fragm. de 2 parietais, com sutura sagital dentada, bastante apagada. Diploe espesso. Ao nível da sutura sagital há uma cavidade tendencialmente circular, na tábua externa, sem penetração, com ca. de 11 mm de diâmetro, com regeneração em vida; parece lesão resultante de agressão através de impacte de instrumento contundente pontegudo. Faz corpo com um sequestro do parietal d. Adulto, sexo indet.
- 548 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia labiríntica e 2 ossos wórmicos. Adulto, sexo indet.
- 549 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 550 – Fragm. de parietal d, com sutura parieto-temporal dentada. Diploe espesso. Numerosas pequenas cavidades na tábua externa, compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 551 – Fragm. dos maxilares com o pavimento esquerdo das fossas nasais plano. Tem etiqueta manuscrita, em papel azul, com os seguintes dizeres: D= 1,30 m. Adulto, sexo indet., possível raça euro-caucasiana.
- 552 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso, tábua externa com numerosos orifícios punctiformes compatíveis com osteíte – **Foto**. Fazendo corpo com a tábua externa há precipitação de calcário forrando parcialmente o osso. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 553 – Fragm. dos 2 parietais. Sutura sagital serreada e parcialmente apagada. Diploe pouco espesso. Adulto idoso, débil, sexo indet.

- 554 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Osso estalado. Adulto, sexo indet.
- 555 – Fragm. dos 2 parietais. Sutura sagital serreada, parcialmente apagada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 556 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 557 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 558 – Fragm. de occipital ao nível da região basal, incluindo parte do buraco occipital e o côndilo occipital e. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 559 – Fragm. da escama do occipital. Sutura lambdoideia dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 560 – Fragm. de parietal d. Sutura sagital serreada. Diploe espesso. Cavidade correspondente a um corpúsculo de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 561 – Fragm. de occipital, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 562 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe pouco espesso. Adulto débil, sexo indet.
- 563 – Fragm. de parietal d com sutura parieto-temporal serreada e diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 564 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 565 – Fragm. de occipital com diploe muito espesso. Adulto, sexo indet.
- 566 – Fragm. de occipital com fortes rugosidades ósseas de inserção muscular. Diploe espesso. Adulto, provavelmente masculino.
- 567 – Fragm. de occipital, diploe pouco espesso, sutura lambdoideia dentada, cavidades com dimensões ca. ponta de alfinete na metade superior da peça (superfície externa) compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 568 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe pouco espesso. Figuras de corrosão na tábua interna. Etiqueta azul incompleta, manuscrita com os seguintes dizeres “1,30”. Adulto, sexo indet.
- 569 – Fragm. de 2 parietais com sutura sagital dentada, tendo, na tábua interna, figuras de corrosão. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 570 – Fragm. de occipital com rugosidades ósseas muito acentuadas. A peça abrange a parte posterior do buraco occipital. Etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres “D= 1,30 m”. Adulto, sexo indet.
- 571 – Fragm. de 2 parietais com sutura sagital serreada. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 572 – Fragm. de occipital com diploe muito espesso e rugosidades ósseas acentuadas. Sutura supranumerária serreada, compatível com a possível existência de um osso epactal. Adulto, sexo indet.
- 573 – Fragm. de parietal e, diploe espesso, marcas de corrosão. Adulto, sexo indet.
- 574 – Fragm. de occipital com fortes rugosidades ósseas. Provável sexo masculino. Adulto.
- 575 – Fragm. de 2 parietais com sutura sagital parcialmente apagada. Tábua externa com numerosos orifícios punctiformes compatíveis com osteíte. Adulto, idoso, sexo indet.
- 576 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 577 – Fragm. de occipital com rugosidades ósseas muito marcadas e diploe espesso. Adulto, provavelmente sexo masculino.
- 578 – Fragm. de 2 parietais. Sutura sagital serreada, diploe espesso. A tábua interna apresenta depressões compatíveis com corpúsculos de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 579 – Fragm. de parietal e. Diploe espesso, sutura sagital serreada. Adulto, sexo indet.
- 580 – Fragm. de occipital. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 581 – Fragm. de parietal, lado indet. Sutura sagital dentada. Corrosão acentuada da tábua interna. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 582 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 583 – Fragm. de parietal d, sutura sagital serreada. Diploe espesso. Tábua interna com moderada corrosão. Adulto, sexo indet.
- 584 – Fragm. de occipital. Rugosidades ósseas muito acentuadas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 585 – Fragm. de 2 parietais, sutura sagital dentada na tábua externa e linear na tábua interna. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 586 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 587 – Fragm. de parietal e, ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 588 – Fragm. de occipital sem diploe. Criança, sexo indet.
- 589 – Fragm. de 2 parietais, diploe espesso. Sutura linear. Adulto, sexo indet.
- 590 – Fragm. de parietal e, sutura sagital dentada, diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 591 – Fragm. de parietal e, diploe espesso, acentuada corrosão da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 592 – Fragm. de parietal e, com sutura coronal serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 593 – Fragm. de osso craniano indet., envolvido por ganga, abundante em ambas as tábuas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 594 – Fragm. de occipital, rugosidades pouco acentuadas, sutura lambdoideia labirintica, com ossos supranumerários. Corrosão em ambas as tábuas. Adulto, sexo indet.
- 595 – Fragm. de parietal com etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres “E= 0, 90 m”. Corrosão da tábua externa. Idade?, sexo indet.
- 596 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 597 – Fragm. de occipital com rugosidades pouco marcadas, diploe pouco espesso. Acentuadas marcas de corrosão. Adulto, sexo indet.
- 598 – Fragm. de parietal e, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 599 – Fragm. de parietal d, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 600 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe pouco espesso. Corrosão muito acentuada na tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 601 – Fragm. de osso craniano indet. Ganga abundante. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 602 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Nítidas marcas de roidela por carnívoro de certo porte, a verificar, produzindo orifícios com afundamento de matéria óssea, pares distantes de ca. 15.5 mm, diâmetro aparente ca. 3.5 mm (possivelmente de raposa). *Interessante*. Adulto, sexo indet.
- 603 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia labirintica e alguns ossos supranumerários. Hipoplasia da fossa cerebelosa direita, correspondendo provavelmente a epilepsia. A outra fossa cerebelosa e as fossas cerebrais têm dimensões normais. Erosões/ corrosões na tábua externa. Depressão de forma quadrangular na tábua externa do lado do polo cerebral occipital esquerdo, tendo numerosos vasos na sua superfície, compatível com tumor vascular benigno extra-ósseo (congénito?) e com compressão do osso. *Interessante*. Diploe moderadamente espesso. Numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 604 – Fragm. de 2 parietais, com sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 605 – Fragm. de occipital e 2 parietais; suturas parcialmente apagadas. Diploe espesso. Erosões/ corrosões muito acentuadas das 2 tábuas. Adulto, sexo indet.
- 606 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 607 – Fragm. de osso craniano indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 608 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 609 – Fragm. dos 2 parietais. Sutura sagital linear. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 610 – Fragm. de parietal e, diploe espesso. Sutura coronal serreada. Adulto, sexo indet.
- 611 – Fragm. de osso craniano indet. Numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 612 – Fragm. de parietal e, suturas coronal e sagital dentadas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 613 – Fragm. de occipital. Sutura lambdoideia dentada. Marcas de corrosão. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 614 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada. Rugosidades ósseas muito marcadas. Adulto, provavelmente do sexo masculino.
- 615 – Fragm. de parietal e, diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 616 – Osso craniano indet. Corrosão acentuada da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 617 – Parietal e, com numerosas concavidades correspondentes a corpúsculos de Paccioni. Sutura sagital serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 618 – Fragm. de parietal e, diploe espesso. Numerosas perfurações punctiformes correspondentes a osteíte, um dos exemplares mais nítidos vistos até aqui. Marcas de roidela de pequeno carnívoro com afundamento de matéria óssea, de dimensões menores que o da peça 602; afastamento de caninos ca. de 12.0 mm; outras marcas indiciam o resvalar dos dentes na tábua externa. Pode ser de saca-rabos. *Interessante*. Adulto, sexo indet.
- 619 – Fragm. de occipital e de parietal d, tendo, na sutura lambdoideia, numerosos ossos wórmicos. Rugosidades ósseas bem acentuadas. Adulto, sexo masculino provável.
- 620 – Fragm. de occipital com rugosidades acentuadas e diploe espesso. Adulto, provável sexo masculino.
- 621 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso, envolvido por ganga abundante. Adulto, sexo indet.
- 622 – Fragm. de parietal de lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 623 – Fragm. de parietal d, sutura sagital dentada, sutura coronal serreada, diploe espesso, corrosão acentuada da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 624 – Fragm. de parietal e, sutura sagital dentada, diploe pouco espesso, adulto sexo indet.
- 625 – Fragm. de parietal de lado indet., diploe espesso, corrosão intensa. Adulto, sexo indet.
- 626 – Fragm. de parietal de lado indet., sutura parieto-temporal serreada. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 627 – Fragm. de parietal de lado indet., corrosão muito acentuada da tábua externa. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 628 – Fragm. de parietal d, sutura sagital serreada, volumosa cavidade para-sagital compatível com corpúsculo de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 629 – Fragm. de 2 parietais, com sutura sagital dentada e sutura coronal serreada; diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 630 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe pouco espesso. Numerosas cavidades punctiformes na tábua externa correspondentes a osteíte. Apresenta manchas negras de óxidos de manganês. Tem sulcos vasculares na tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 631 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso. Corrosão da tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 632 – Fragm. de osso craniano indet., sem diploe. Criança, sexo indet.
- 633 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 634 – Fragm. de parietal e, diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 635 – Fragm. de occipital abrangendo a parte anterior do buraco occipital, com sutura eseno-occipital serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 636 – Fragm. de parietal e, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 637 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada e sutura coronal serreada. Mostra 3 cavidades para-sagital correspondentes a corpúsculos de Paccioni. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 638 – Fragm. de occipital com etiqueta azul manuscrita com os seguintes dizeres “C= 1,30 m”. Sutura lambdoideia labiríntica. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 639 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 640 – Fragm. de occipital com rugosidades ósseas muito acentuadas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 641 – Fragm. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Corrosão acentuada da tábua externa. Na tábua interna há 4 cavidades compatíveis com corpúsculos de Paccioni e uma, mais volumosa, de bordos mal delimitados, com destruição de parte do diploe a esse nível, compatível com uma metástase óssea de tumor a distância (mama? tireoideia? pulmão?). Adulto, sexo indet.
- 642 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada e um pequeno osso supranumerário a esse nível. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 643 – Fragm. de frontal com sutura coronal serreada; ausência de diploe, criança, sexo indet.
- 644 – Fragm. de parietal d, com sutura sagital dentada, diploe espesso, orifícios punctiformes na tábua externa compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 645 – Fragm. de frontal. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 646 – Fragm. de 2 parietais com cavidades na tábua interna correspondentes a corpúsculos de Paccioni. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 647 – Fragm. de occipital. Sutura lambdoideia serreada. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 648 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 649 – Fragm. de parietal d, sutura sagital serreada, ausência de diploe; criança, sexo indet.
- 650 – Fragm. de occipital com rugosidades de inserção muscular muito acentuadas, diploe espesso. Possivelmente do sexo masculino, adulto.
- 651 – Parietal e, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 652 – Parietal d, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 653 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 654 – Fragm. de 2 parietais com sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 655 – Fragm. de occipital com diploe espesso. Marcas de roidela de carnívoro. Adulto, sexo indet.
- 656 – Fragm. de parietal de lado indet., diploe moderadamente espesso. Possíveis marcas de roidela, resvalando na tábua externa. Adulto, sexo indet.
- 657 – Fragm. de occipital com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 658 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 659 – Fragm. de occipital sem diploe. Criança, sexo indet.
- 660 – Fragm. de frontal, sem diploe, criança, sexo indet.
- 661 – Fragm. de frontal, sem diploe. Criança, sexo indet.
- 662 – Fragm. de temporal, sem diploe, criança, sexo indet.
- 663 – Fragm. de occipital com numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 664 – Fragm. de osso craniano indet. com diploe espesso, tendo etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres: “C= 1,30 m”. Adulto, sexo indet.
- 665 – Fragm. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 666 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 667 – Fragm. de occipital com rugosidades ósseas muito acentuadas e diploe espesso. Provavelmente masculino. Sexo indet.
- 668 – Fragm. de frontal sem diploe. Criança, sexo indet.
- 669 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, rugosidades pouco marcadas, diploe pouco espesso, possível sexo feminino, adulto.
- 670 – Fragm. de parietal, lado indet., sutura sagital dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 671 – Fragm. de occipital, diploe espesso, adulto, sexo indet.

- 672 – Fragn. de parietal d, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 673 – Fragn. de occipital, sutura lambdoideia dentada, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 674 – Fragn. de parietal, lado indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 675 – Fragn. de frontal, sem diploe, criança, sexo indet.
- 676 – Fragn. de parietal de lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 677 – Fragn. de occipital+parietal d, sutura lambdoideia serreada, com vários ossos supranumerários. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 678 – Fragn. de parietal e, diploe pouco espesso, ambas as tábuas alteradas, com perda de substância óssea. Adulto, sexo indet.
- 679 – Fragn. de temporal e, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 680 – Fragn. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 681 – Fragn. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 682 – Fragn. de 2 parietais, sutura sagital linear, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 683 – Fragn. de parietal, lado indet. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 684 – Fragn. de parietal d, sutura sagital dentada, sutura lambdoideia labirintica, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 685 – Fragn. de occipital com rugosidades acentuadas. Diploe espesso. Adulto, provavelmente do sexo masculino.
- 686 – Fragn. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 687 – Fragn. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 688 – Fragn. de occipital com sutura lambdoideia dentada. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 689 – Fragn. de parietal d, sutura parieto-temporal serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 690 – Fragn. de parietal, lado indet. Escasso diploe. Adulto, sexo indet.
- 691 – Fragn. de parietal, lado indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 692 – Fragn. de parietal, lado indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 693 – Fragn. de osso craniano indet. Sem diploe. Criança, sexo indet.
- 694 – Fragn. de parietal, lado indet., sem diploe. Criança, sexo indet.
- 695 – Fragn. de parietal, lado indet., escasso diploe. Adulto, sexo indet.
- 696 – Fragn. de parietal d, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 697 – Fragn. de temporal e, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 698 – Fragn. de osso craniano indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 699 – Fragn. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 700 – Fragn. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 701 – Fragn. craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 702 – Fragn. de parietal de lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 703 – Fragn. de parietal, lado indet.; na tábua interna há cavidades correspondentes a corpúsculos de Paccioni. Adulto, sexo indet.
- 704 – Fragn. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 705 – Fragn. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 706 – Fragn. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 707 – Fragn. de osso craniano indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 708 – Fragn. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 709 – Fragn. de parietal, lado indet. Sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 710 – Fragn. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.

- 711 – Fragm. de parietal de lado indet. Na tábua externa há numerosos orifícios punctiformes sugerindo osteíte. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 712 – Fragm. dos 2 parietais, com etiqueta manuscrita, azul, com os seguintes dizeres: “u= 1,92 m”. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 713 – Fragm. de 2 parietais, com sutura sagital labiríntica, diploe pouco espesso, adulto, sexo indet.
- 714 – Fragm. de parietal d, com etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres: “B= 1,0 m”. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 715 – Fragm. de parietal e, tendo etiqueta azul, manuscrita: “D= 1,20 m”. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 716 – Fragm. de parietal e, sutura coronal e sutura sagital dentadas, corpúsculos de Paccioni, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 717 – Fragm. de frontal com sutura coronal serreada, ligeiramente oblíquo, diploe espesso, adulto, provavelmente masculino.
- 718 – Fragm. de frontal, tendo etiqueta azul, manuscrita, “J= 1,30 m”. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 719 – Fragm. de parietal e, com etiqueta azul, manuscrita: “J= 1,30 m”. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 720 – Fragm. de 2 parietais, sutura coronal dentada, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 721 – Fragm. de parietal d, tendo, na tábua externa, numerosas perfurações punctiformes compatíveis com osteíte. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 722 – Fragm. de 2 parietais, sutura sagital dentada, tábua interna com manchas negras (manganês?), diploe espesso, adulto, sexo indet. Impressões de mordidelas, algumas com indícios de resvalamento, e em especial, 1 par de marcas de caninos da arcada inferior típicos de raposa, *Vulpes vulpes*.
- 723 – Fragm. de occipital, diploe espesso, adulto, sexo indet. Sutura lambdoideia dentada. Tem fragm. de etiqueta azul, manuscrita, “... 1,10 m”.
- 724 – Fragm. de parte do occipital e dos 2 parietais, com etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres: “u= 0,90 m”. Sutura lambdoideia serreada; sutura sagital dentada. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 725 – Fragm. de parietal d, com suturas coronal e sagital serreadas. Na tábua externa há orifícios punctiformes compatíveis com osteíte. Manchas vermelhas de contornos mal definidos e dispostas em toalha tanto na tábua externa como na interna. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 726 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 727 – Osso craniano indet., diploe espesso, ganga abundante. Adulto, sexo indet.
- 728 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 729 – Fragm. de 2 parietais, sutura sagital serreada, diploe espesso, numerosas perfurações punctiformes compatíveis com osteíte. *Interessante*: marca nítida de canino inf. esquerdo de raposa resvalando na tábua externa e produzindo outro traço mais alongado no mesmo enfiamento e, a este nível, também com impressão do canino direito, cuja distância é de ca. de 20 mm, condizente com ex. de raposa, masculino, n° 513 da col. M. T. Antunes. Adulto, sexo indet.
- 730 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada, tendo corpúsculos de Paccioni na tábua interna e diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 731 – Fragm. de osso indet., tendo etiqueta azul, manuscrita, com os seguintes dizeres: “x= 1,50 m”. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 732 – Fragm. de parietal e, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 733 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet. Numerosos pequenos orifícios compatíveis com osteíte. Há perdas de substância, sendo algumas incisadas e paralelas, na tábua externa. Provável roidela por carnívoro.
- 734 – Fragm. de occipital e 2 parietais. Suturas sagital e lambdoideia labirínticas. Parietal e, com numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Diploe espesso, adulto, sexo indet.

- 735 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 736 – Parietal d, sutura sagital dentada e sutura coronal serreada. Corpúsculos de Paccioni. Numerosos orifícios punctiformes compatíveis com osteíte. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 737 – Fragm. de occipital. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 738 – Fragm. de parietal e, sutura coronal dentada, diploe espesso; adulto, sexo indet. Numerosas perfurações punctiformes compatíveis com osteíte.
- 739 – Fragm. de esfenoide; diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 740 – Fragm. de parietal, lado indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 741 – Fragm. de 2 parietais com sutura sagital dentada, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 742 – Fragm. de parietal d, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 743 – Osso craniano indet., provavelmente occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 744 – Fragm. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 745 – Fragm. de occipital, diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 746 – Fragm. de occipital com etiqueta azul manuscrita, com os seguintes dizeres: “A= 0,30 m”. Sutura lambdoideia serreada. Diploe muito pouco espesso; adolescente, sexo indet.
- 747 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 748 – Fragm. de 2 parietais, sutura sagital dentada, sem diploe, criança, sexo indet.
- 749 – Fragm. de parietal tendo etiqueta cinzenta, dactilografada, com os seguintes dizeres: “Casa da Moura”. *Importante:* na tábua externa há largas perdas de substância, também incisas e paralelas, como em 733; mostra a experiência que as maiores perdas parecem condizer bem com os 2 principais tubérculos da carnicreira inferior esquerda de raposa, havendo também marcas mais ou menos rectilíneas que poderiam ter sido produzidas por caninos. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 750 – Fragm. de occipital, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 751 – Fragm. de osso craniano indet.; na tábua externa há pequenas cavidades compatíveis com osteíte. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 752 – Fragm. de parietal e, sutura sagital dentada. Diploe pouco espesso, adulto, sexo indet.
- 753 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital serreada; paralelo à sutura há um sulco de grande calibre, compatível com um vaso anómalo ou uma posição anómala do seio venoso longitudinal; ausência de diploe, criança, sexo indet. *Importante.*
- 754 – Fragm. de occipital, sutura lambdoideia serreada, diploe muito espesso, adulto, sexo indet.
- 755 – Fragm. de occipital com diploe espesso; adulto, sexo indet.
- 756 – Fragm. de parietal e, com sutura sagital dentada, sem diploe, criança, sexo indet.
- 757 – Fragm. de osso craniano indet., diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 758 – Fragm. de parietal d, com sutura coronal serreada, tendo na superfície da tábua externa numerosas pequenas cavidades compatíveis com osteíte. Diploe espesso, adulto, sexo indet.
- 759 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso, numerosos corpúsculos de Paccioni, adulto, sexo indet. *Importante:* perda de substância por roidela que desenha muito bem o arco dentário mesio-proximal de raposa. Além disso há uma escavação ao nível do diploe em continuidade com os orifícios da tábua interna e da tábua externa, sendo o calibre na tábua interna de ca. de 7.5 mm. Na tábua externa abre-se uma perfuração com ca. de 2 mm originada na tábua interna, onde atinge 7 mm; poderia parecer produzida por canino que parece algo grande demais para raposa (cão?).
- 760 – Fragm. de 2 parietais; sutura sagital parcialmente apagada. Perdas de substância de bordos e configuração irregular na tábua externa. Sutura igualmente apagada na tábua interna. Diploe espesso. A tábua externa mostra uma perda de substância em área de configuração irregular abrangendo um sulco compatível com o resvalar de um canino (provavelmente de raposa). Depósitos de óxido de manganês. Adulto idoso, sexo indet.

- 761 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Na tábua externa há numerosas depressões punctiformes compatíveis com osteíte. Adulto, sexo indet.
- 762 – Fragm. de parietal d, tendo, na tábua externa, marcas de roidela: pelo menos 3 pares de impressões de caninos de raposa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 763 – Fragm. de frontal, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 764 – Fragm. de parietal d, com sutura sagital serreada. Possíveis marcas de roidela, pouco nítidas. Algum diploe indica adolescente, sexo indet.
- 765 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 766 – Fragm. de frontal; diploe pouco espesso sugere adolescente, sexo indet.
- 767 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Abundante ganga cobrindo quase toda a tábua externa e a interna. Adulto, sexo indet.
- 768 – Fragm. de frontal. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 769 – Fragm. de parietal e, tendo sulcos dos vasos meníngeos de grande calibre, compatíveis com uma malformação congênita vascular. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 770 – Fragm. de parietal d, com sutura sagital serreada. Diploe pouco espesso sugere adolescente, sexo indet.
- 771 – Fragm. de occipital. Diploe muito espesso. Sutura lambdoideia dentada. Adulto, sexo indet.
- 772 – Fragm. de 2 parietais, com sutura sagital dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 773 – Fragm. de osso craniano indet. Na tábua externa houve larga perda de substância, com profundidade variável e bordos irregulares, esbatidos num dos lados e rectilíneo noutro fazendo pensar em impacte de instrumento. Idade?, sexo indet.
- 774 – Fragm. de frontal, diploe espesso. Tábua externa com etiqueta de papel branco, impressa, com os seguintes dizeres: “28 – 7 – 65” / “Casa da Moura” / “Cesareda”. Adulto, sexo indet.
- 775 – Fragm. de parietal de lado indet., diploe pouco espesso. Provável adolescente, sexo indet.
- 776 – Osso craniano indet., diploe pouco espesso. Sugere adolescente, sexo indet.
- 777 – Frontal. Sutura coronal dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 778 – Osso craniano indet., com perda por erosão de quase toda a tábua externa. Diploe pouco espesso, sugerindo adolescente, sexo indet.
- 779 – Parietal de lado indet. Diploe espesso. Marcas de roidela correspondentes à arcada dentária inferior (de canino a canino), possivelmente de raposa. Adulto, sexo indet.
- 780 – Fragm. de occipital. Pequenas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Rugosidades ósseas de inserção muscular muito desenvolvidas. Diploe espesso. Adulto, provavelmente sexo masculino.
- 781 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Ganga abundante em ambas as tábuas. Adulto, sexo indet.
- 782 – Fragm. de frontal. Ganga abundante a revestir ambas as tábuas. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 783 – Fragm. de occipital. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 784 – Fragm. de parietal d. Sutura sagital serreada. Há numerosas cavidades punctiformes compatíveis com osteíte. Erosão em superfície em cerca de 1/3 da tábua externa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 785 – Fragm. de parietal e, apresentando sutura sagital dentada e sutura coronal serreada. Na tábua externa há numerosas cavidades punctiformes que sugerem osteíte. Diploe espesso. Num dos bordos há 2 perdas de substância com a configuração das arcadas dentárias inferiores de raposa. Além disso, na tábua externa há perdas de substância em superfície, sendo uma rectilínea e mais profunda, que podem corresponder ao dente carnicheiro do mesmo animal. Na tábua interna há traços de fractura compatíveis com a pressão das mordeduras. Adulto, sexo indet.
- 786 – Fragm. de frontal, com sutura coronal dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 787 – Fragm. de occipital, tendo sutura lambdoideia serreada. Tábua externa com etiqueta em papel azul, impressa, com os seguintes dizeres: “u= 0,90 m”. Adulto, sexo indet.

- 788 – Fragm. de occipital e de ambos os parietais. Suturas lambdoideia e sagital serreadas. Diploe espesso. Ganga abundante sobre ambas as tábuas. Adulto, sexo indet.
- 789 – Fragm. de occipital com diploe pouco espesso e sutura lambdoideia dentada. Apresenta uma perfuração oval, com ca. 7.5 x 4.5 mm, um pouco mais larga na superfície externa do que na interna resultante de impacto de instrumento perfurante de forma cônica, com ligeira regeneração óssea, compatível com lesão com alguma sobrevivência. Marcas de mordedura na tábua externa e 2 arcos bem desenhados no bordo compatíveis com mordeduras de raposa. Adolescente, sexo indet.
- 790 – Fragm. de frontal incluindo parte dos seios frontais e o rebordo supraorbitário esquerdo muito acentuado e com forte inclinação da porção superior do frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo masculino.
- 791 – Fragm. de parietal de lado indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 792 – Fragm. de parietal e, com sutura coronal dentada. Diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 793 – Fragm. de frontal. Diploe espesso, incluindo parte de um seio frontal. Adulto, sexo indet.
- 794 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 795 – Fragm. de parietal e, sutura sagital dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 796 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 797 – Fragm. de osso craniano indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 798 – Fragm. de frontal, sutura coronal serreada, diploe espesso. Tem etiqueta em papel branco, impressa, com os seguintes dizeres: “28 – 7 – 65” / “Casa da Moura” / “Cesareda”. Adulto, sexo indet.
- 799 – Osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 800 – Fragm. de frontal, sutura coronal dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 801 – Fragm. de parietal e, com suturas coronal e sagital serreadas, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 802 – Fragm. de osso craniano indet. Na tábua externa há uma pequena área vermelha de contornos mal limitados. Num dos rebordos há perda de substância que modela uma arcada dentária, possivelmente superior, de raposa. Adulto (?), sexo indet.
- 803 – Fragm. de parietal d, com sutura sagital serreada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 804 – Fragm. de osso craniano indet., tendo perdido toda a superfície da tábua externa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 805 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 806 – Fragm. de parietal de lado indet., diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 807 – Fragm. de parietal e, sulcos de vasos meníngeos com distribuição anômala. Diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 808 – Fragm. de frontal, diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 809 – Fragm. de frontal com sutura metópica, abrangendo seios frontais. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 810 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 811 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 812 – Fragm. de frontal, sutura coronal dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 813 – Fragm. de frontal, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 814 – Fragm. de parietal e. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 815 – Fragm. de parietal d. Suturas coronal e sagital serreadas. Num dos bordos parece haver roidelas (2) com perda de substância, compatíveis com o arco dentário inferior de uma raposa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 816 – Fragm. de osso craniano indet., tendo as superfícies da tábua externa e da tábua interna com ganga. Fazendo corpo com a ganga da tábua interna há pequenos fragm. ósseos. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 817 – Fragm. de frontal, diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.

- 818 – Fragm. de parietal d, com sulcos dos vasos meníngeos regulares mas de grande calibre. Na tábua externa há um sulco rectilíneo, provavelmente de corte que termina num bordo com a configuração de um arco dentário inferior de raposa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 819 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 820 – Fragm. de parietal e, tendo a tábua externa uma enorme erosão e havendo nos bordos, modelados, 2 arcos dentários compatíveis com a arcada dentária superior de raposa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 821 – Fragm. de osso craniano indet. Erosão total da tábua externa e parcial do diploe. Diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 822 – Fragm. de parietal d, com diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 823 – Fragm. de osso craniano indet., com sutura dentada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 824 – Fragm. de parietal e. Ao nível inferior do bordo parieto-temporal da tábua externa apresenta um sulco profundo, rectilíneo, com ca. de 20 mm de comprimento por 3.5 mm de largura máxima, correspondente a um gume (forte agressão), sem remodelação óssea. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 825 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 826 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe pouco espesso. Adulto, sexo indet.
- 827 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 828 – Fragm. dos 2 parietais, suturas sagital e coronal serreadas. Abundante ganga na tábua externa. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 829 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 830 – Fragm. de frontal. Tábuas interna e externa revestidas por ganga. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 831 – Fragm. de frontal. Tábuas revestidas por ganga. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 832 – Fragm. de parietal, lado indet. Ausência de diploe. Criança, sexo indet.
- 833 – Fragm. de occipital com sutura lambdoideia labiríntica. Ao nível da sutura, do lado esquerdo, tem 3 ossos wórmicos. Diploe pouco espesso. Adolescente, sexo indet.
- 834 – Fragm. de osso craniano indet. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 835 – Fragm. de osso craniano indet. Sutura serreada. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 836 – Fragm. de frontal. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 837 – Fragm. de osso craniano indet. Na tábua externa mostra 2 orifícios possivelmente vasculares e indícios de roidela. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 838 – Fragm. de occipital com rugosidades ósseas muito acentuadas. Diploe espesso. Adulto, provável sexo masculino.
- 839 – Fragm. dos 2 parietais, sem diploe. Sutura sagital dentada. Criança, sexo indet.
- 840 – Fragm. de parietal e, sutura sagital dentada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 841 – Fragm. de parietal d e um pouco do e, com sutura sagital labiríntica. Diploe espesso. Adulto, sexo indet.
- 842 – Fragm. de parietal de lado indet., sutura parieto-temporal serreada, diploe espesso. Adulto, sexo indet.

7. CONCLUSÕES

O estudo do material crânio-facial neolítico da Gruta da Cesareda permitiu chegar às conclusões seguintes.

1. Proporções entre sexos: tanto quanto é possível apurar, não se afastam da normalidade nem revelam distorção, ao invés do verificado em Muge em consequência de causas rituais ou outras (ANTUNES & CUNHA, 1992-93, p. 210-211, 228-232). Portanto, a gruta da Casa da Moura, no Neolítico, parece ter sido utilizada como cemitério; as inumações representariam o conjunto da população.

2. Idade na altura da morte: verificaram-se

- baixa mortalidade infantil;
- número de idosos relativamente elevado para a época;
- maior frequência de mulheres nos grupos etários mais elevados, o que, como hoje, não surpreende;
- evidentes diferenças relativamente a Muge quanto ao espectro etário e por sexos.

3. Patologias: foram reconhecidos:

- elevado número de patologias congénitas, de padrões e topografias diversos – é de admitir, apesar de alguma reserva, certo grau de endogamia na população;
- ocorrência generalizada de hipoplasias ambientais no esmalte, indicando deficiências de nutrição, sobretudo hipoproteinémia, ainda que menos graves do que nas populações de Muge;
- lesões neoplásicas e degenerativas, de acordo com o que seria de esperar numa população com elementos de grupos etários elevados;
- presença de lesões de carácter inflamatório.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as facilidades concedidas no Instituto Geológico e Mineiro e, em particular, ao falecido Amigo, Octávio da Veiga Ferreira. E ao Eng. A. M. Monge Soares a calibração da datação absoluta ora publicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Miguel Telles (neste volume) – Violence and death rituals among Mesolithic men from Muge (Portugal): evidence from Moita do Sebastião.
- ANTUNES, M.T. & CUNHA, A.S. (1993) – Violência, rituais e morte entre os "bons selvagens" de Muge. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa/ Classe de Ciências*, tomo XXXII (referente às comunicações apresentadas em 1992; publ. em 1993), pp.197-239.
- ANTUNES, Miguel Telles, CORREIA, M. C., MOURA, J.J.G., LOPES, A.T. & CUNHA, A. Santinho (2009) – Violence among Mesolithic man from Muge (Portugal) – Biochemical evidence. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Ciências*. Em publicação [Comunicação apresentada à Classe de Ciências em 15 de Julho de 2004].
- BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne* (1880). Lisboa: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 682-698.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997) – As grutas, os grandes mamíferos e o Homem paleolítico: uma aproximação integrada ao território português. *Estudos do Quaternário*. Lisboa. 1, p. 13-23.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. Varela (1994) – Zagaia do Paleolítico Superior de Portugal. *Portugalia*. Porto. Nova Série, 15, p. 7-31.

- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992) – Escavações de Nery Delgado no planalto da Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78 (2), p. 145-153.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1881) – Notice sur l'archéologie préhistorique en Portugal. *Bull. et Mémoires de la Soc. d'Anthropologie de Paris*. Paris, p. 281-307.
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris : C. Reinwald.
- COMA, J. Reverte (1991) – Antropología forense. Ministerio de Justicia (Ed.). 975 p. Madrid.
- DAWKINS, W. Boyd (1874) – *Cave hunting, researches on the evidence of caves respecting the early inhabitants of Europe*. London: Macmillan & Co.
- DELGADO, J.F.N. (1867) – Da existencia do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas/ Primeiro opusculo/ Noticia ácerca das Grutas da Cesareda. Comissão Geologica de Portugal/ Estudos geologicos. Lisboa. Typographia da Academia Real das Sciencias. 127 + 3 p.
- DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal, station et sépulture néolithique. *Matériaux pour l' Histoire Primitive et Naturelle de l'Homme*. Paris. 16 année, Série II, 11, 7 p. (separata).
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte-Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne* (1880). Lisboa : Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 207-278.
- FERREIRA, O. da Veiga & LEITÃO, M. (s/d) – *Portugal Pré-Histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- GOODMAN, A.H. & ARMELAGOS, G.J. (1985) – Factors affecting the distribution of enamel hypoplasias within the human permanent dentition. *Am. J. Phys. Anthropol.*, n° 68, p. 479-493.
- GRADWOHL, G. (1968) – Legal Medicine. John Wright and Sons Ld, 740 p. Bristol, U.K.
- KELSO, A. J. (2001) – Antropología Física. Ediciones Bellaterra, Madrid. 858 p.
- KRAUS, J. A. (1992) – Dental Anatomy and Occlusion. Morby Yearbook, Toronto. 371 p.
- LUBELL, D.; JACKES, M. & MEIKLEJOHN, C. (1985) – Archaeology and human biology of the Mesolithic-Neolithic transition in southern Portugal/ A preliminary report. *III International Mesolithic Symposium*, Edinburgh, April 1985.
- LUSENA, G. (1933) – *Tratado de Traumatología Clínica*. Ed. Labor, Madrid. 1271 p.
- MOLNAR, S. & MOLNAR, I. (1985) – Observations of dental diseases among prehistoric populations. *Am. J. Phys. Anthropol.*, n° 61, p. 51-63.
- OLIVEIRA, F. de Paula e (1888-92; obra póstuma) – VII Caracteres descritivos dos craneos da Cesareda. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geologicos de Portugal*. 2, p. 109-118, 1 tabela.

- PIGANIOL, G. BESNIER, J. P. (1980) – *L'examen du traumatisé*. Ed. Masson, Paris. 201 p.
- POLSON, J.C.; GEE, D.J. & KNIGHT, B. (1985) – *The essentials of Forensic Medicine*. Pergamon Press. 4 th Ed., 734 pp. Oxford, U.K.
- REICHS, K. (1986) – *Forensic Osteology*. Charles C. Thomas (Ed.), 326 p. Illinois, USA.
- RIBEIRO, C. (1881) – *Relatório dos trabalhos geodésicos, topográficos, hydrographycos e geológicos do Reino pertencente ao Anno Económico de 1879-1880. 4ª. Classe. Trabalhos geológicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17-21.
- ROUSSEAU, C. (1975) – *Éléments de Traumatologie médico-légale*. Ed. C.R.E.N.A.F. Nice. 125 p.
- SHIPMAN, P.; WALKER, A. & BICHELL, D. (1985) – *The Human Skeleton*. Harvard University Press, 343 p. Massachusetts, USA.
- STEWART, R. & PRESCOTT, G. (1976) – *Oral facial Genetics*. C.V. Mosby Company (Ed.), 680 p. S. Louis, U.S.A.
- STRAUS, L. G.; ALTUNA, J.; JACKES, M. & KUNST, M. (1988) – New excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.
- SUEIRO, M. B. Barbosa (1933) – La trépanation crânienne chez l'homme néolithique des stations portugaises. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*. Lisboa. 19, p. 41-51.
- TESTUT, L. (1928) – *Traité d'Anatomie humaine*. 8 ème Éd., T. I, 487 pp. L. Octave Doin, Paris.
- VALLS, A. (1980) – *Introducción a la Antropología*. Ed. Labor, Madrid. 636 p.
- WHITE, T. & FOLKENS, P. (1990) – *Human Osteology*. Academic Press, 426 p. London.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.

MAPEAR O POVOAMENTO ESTREMENHO DO 4.º E 3.º MILÉNIOS a.C.: UM CASO DE ESTUDO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Ana Catarina Sousa*

1. CONCEITOS E PRÁTICAS DE ANÁLISE TERRITORIAL

Reflectir sobre o povoamento pré-histórico da Estremadura requer naturalmente um exercício de desconstrução da informação disponível. Numa perspectiva exclusivamente “territorial”, procura-se aqui analisar o processo de pesquisa que configura a imagem que actualmente possuímos para o povoamento dos 4.º e 3.º milénios na Estremadura.

A generalidade dos sítios neolíticos e calcolíticos identificados na Estremadura correspondem maioritariamente a intervenções pontuais e isoladas, sem existir uma metodologia específica de pesquisa territorial. Este cenário reflecte a própria história do pensamento e praxis arqueológica, uma vez que a prospecção foi secundarizada durante o século XIX e na primeira metade do século XX, considerada como actividade menor na generalidade da Arqueologia Ocidental. Quer a arqueologia processual quer a arqueologia marxista introduziram novas abordagens à análise territorial, como os métodos de prospecção sistemática e a valorização da arqueologia espacial (RUIZ ZAPATERO, 1997), prosseguindo-se esta abordagem com a arqueologia pós-processual, no seio da chamada Arqueologia da Paisagem.

Em Portugal verificou-se a introdução da leitura territorial no discurso arqueológico (GONÇALVES & DAVEAU, 1985; GONÇALVES, 1989); mas apesar dessas novas abordagens, não existiu uma alteração global na metodologia de prospecção que praticamente não é referida na bibliografia. Em termos genéricos, podemos assim considerar que a prospecção continuou de alguma forma a ser considerada como uma etapa prévia para a escavação, não uma ferramenta de *per si*.

Com a aplicação das primeiras ferramentas de ordenamento territorial (Cartas Arqueológicas Nacionais e Municipais) e com os primeiros estudos de impacto ambiental, desenvolvem-se novas metodologias quer de prospecção quer de avaliação de impactos. Contudo, os novos contextos legais não foram acompanhados pela construção de um discurso teórico e pelo desenvolvimento de metodologias, como sucedeu por exemplo na vizinha Galiza (AMADO REINO *et al.*, 2002). O caso do Alqueva é sintomático da ausência de publicações e, aparentemente, da existência de muitas falhas nos trabalhos prévios de prospecção e avaliação patrimonial.

Face à (quase) ausência de metodologias definidas, o sucesso ou insucesso das prospecções é genericamente associado a “bons” e “maus” prospectores. Esta perspectiva casuística da prospecção apenas considera uma das variáveis na análise das acções de prospecção: a perícia das equipas de trabalho. Na realidade, podemos considerar um conjunto de factores que interagem no processo de formação e de identificação de

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Mafra. Investigadora da UNIARQ. E-mail: sousa@campus.ul.pt

sítios arqueológicos: geo-arqueologia, tipo de ocupação arqueológica, processos pós-deposicionais, metodologias.

No que se refere às *características geo-arqueológicas* (topografia, geologia, clima) deparamo-nos com um paradoxo: um sítio “identificável” ao nível da superfície pode corresponder a um contexto destruído e os sítios preservados podem estar “ocultos” à prospecção de superfície (FERDIÈRE, 2006).

O conceito de *Arqueologia da Paisagem* transcende a mera inventariação dos sítios arqueológicos, como vestígio fragmentado dos territórios passados, procurando reconstituir os espaços do passado, como construção social, mental de apropriação de um determinado território.

Numa perspectiva alargada, podemos questionar o próprio conceito de *sítio arqueológico*, o qual é usualmente adequado ao conceito de povoado, espartilhando outros registos arqueológicos. Numa perspectiva holística Paul Bahn refere: “Mas o que é exactamente uma estação do ponto de vista do arqueólogo? Basicamente, é qualquer ponto na paisagem com vestígios detectáveis na actividade humana (BAHN, 1996, p. 70) ou a leitura circunscrita de Feder “um sítio arqueológico é uma zona descontínua e delimitada onde seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer actividade e onde indícios físicos resultantes dessas actividades podem ser recuperados por arqueólogos” (FEDER, 1997, p. 42). A própria definição de sítio arqueológico deverá ainda ser ajustada ao período cronológico em que se inserem e à área regional em que estão enquadrados, uma vez que existem especificidades em termos culturais e em termos de paisagem. Numa abordagem estritamente “doméstica” da ocupação humana de um determinado território, podemos especificar a presença de *sítios*, “locais onde são identificados mais materiais arqueológicos que na paisagem envolvente” (CARMAN, 1999, p. 23) e povoados, núcleos onde se concentram vestígios em posição original que testemunham uma ocupação bem determinada no tempo. Esta separação é bem mais clara na separação anglo-saxónica do “site” e “settlement”. (CARMAN, 1999). Numa perspectiva integrada da paisagem, para além dos “sítios” e dos “povoados” podemos ainda falar dos “não sítios” (conceito de *off site* e *near site*). Trata-se da compreensão que os materiais arqueológicos estão presentes na paisagem, que esta paisagem foi amplamente utilizada por comunidades com mobilidade, e que os seus vestígios materiais não se “cristalizaram” apenas em pontos circunscritos. A correcta classificação dos vestígios de superfície como sítio / povoado / ou *off site* apenas pode ser efectuada com trabalhos de escavação, circunstância que limita a análise a um universo muito mais reduzido.

Os *processos pós-deposicionais* podem também alterar a visibilidade do registo arqueológico ao nível da prospecção de superfície: agentes químicos (alterações climáticas por exemplo) e agentes mecânicos (ciclo erosivo e antropização do território) condicionam o tipo de sítio arqueológico detectável (BURILLO MOZOTA, 1997) e a vegetação pode limitar a sua detecção.

A interpretação dos dados das prospecções de superfície deve ainda ser matizada face à *metodologia utilizada*: prospecção não planificada, prospecção integral ou prospecção por amostragem. Para a área em questão não se encontra publicado qualquer projecto que contemple a “prospecção integral”, a qual terá cada vez mais expressão nas ferramentas de gestão territorial, como os Estudos de Impacto Ambiental. Apesar desta área registar uma intensa antropização, com grandes movimentações de terra efectuadas antes da obrigatoriedade legal do acompanhamento arqueológico, ainda podemos considerar que no final do século XX e sobretudo no século XXI, os projectos de minimização de impactes são actualmente a principal “fonte” de novos sítios, como se verá adiante para o caso da A21.

O mapeamento do povoamento alarga assim o seu âmbito a uma perspectiva global de intervenção arqueológica: prospecção de superfície e acompanhamento arqueológico de intervenções no subsolo.

Também se considera que a realização de projectos de investigação exclusivamente direccionados para âmbitos cronológicos específicos pode originar uma leitura condicionada para os modelos de implantação-tipo. Independentemente da escala de análise será necessário sempre partir do território como um todo histórico.

2. A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICO ESTREMENHO

O carácter centenário das pesquisas efectuadas na Estremadura remete-nos frequentemente para a “estória” da Pré-História. Mapear o povoamento dos 4.^o e 3.^o milénios estremenhos é assim também uma reconstituição das histórias das pesquisas, tarefa que tem surgido frequentemente nas páginas dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

O estudo e publicação de colecções antigas segundo metodologias modernas é ainda hoje uma das principais fontes de informação para esta área regional, particularmente no que se refere às necrópoles, como se pode verificar através da colecção «Cascais, Tempos Antigos», nomeadamente as monografias de Porto Covo e Poço Velho (GONÇALVES, 2008 e 2009).

As primeiras pesquisas “científicas” efectuadas na Estremadura não foram especialmente orientadas para a cartografia do povoamento pré-histórico. Contudo, em finais do século XIX, começou a esboçar-se uma primeira imagem do povoamento calcolítico em geral, e dos povoados fortificados em particular: Penedo do Lexim, Olelas, Leceia, Pragança e Rotura foram identificados ainda no século XIX e Columbeira, Chibanes, Outeiro de São Mamede e Outeiro da Assenta em inícios do século XX. A perspectiva “territorial” está contudo ausente da maior parte das investigações, estudando-se os sítios em termos monográficos. Estácio da Veiga e as “Antiguidades de Mafra” (VEIGA, 1879) constitui uma das excepções a esta prática, realizando-se então um estudo regional aturado que é ainda hoje uma base fundamental para a cartografia arqueológica de Mafra. Também os trabalhos da “Comissão Geológica” forneceram uma escala de leitura do povoamento bastante alargada, como indiciam as inúmeras recolhas de materiais depositados no Museu dos Serviços Geológicos (FERREIRA, 1982) e a cartografia de inúmeras pesquisas arqueológicas concentradas sobretudo na Estremadura e Ribatejo. A área estremenha beneficiou então da proximidade à capital. A situação manteve-se também em inícios do século XX, já com investigadores que actuavam numa perspectiva local/regional como Santos Rocha (ROCHA, 1907) e paralelamente com a intervenção de investigações na esfera do “Museu Etnológico Português” (PEREIRA, 1914, 1915; VASCONCELOS, 1917).

Esta investigação centenária corresponde ainda hoje à maior parte das ocorrências dos povoados fortificados estremenhos, o que pode indiciar a visibilidade arqueológica dos mesmos e eventualmente o desaparecimento prematuro de parte dos vestígios de povoamento contemporâneo face à intensa antropização desta área.

A chamada arqueologia “Estado Novo” coincide com uma fase de intervenção em alguns novos sítios, os quais se irão converter em paradigmas desta investigação. Assim, em 1932 efectuam-se os primeiros trabalhos no “Casal do Zambujal” e em 1936 iniciam-se as campanhas em Vila Nova de São Pedro. Durante este período, as investigações concentram-se exclusivamente nas intervenções arqueológicas, sendo escassas ou mesmo inexistentes as abordagens de carácter territorial. Apenas alguns estudiosos locais, como Leonel Trindade em Torres Vedras invertem esta tendência exclusivamente monográfica.

Com o pós 25 de Abril e a “democratização” da actividade arqueológica, o estudo do Calcólítico e dos povoados fortificados desloca-se da Estremadura para outras áreas regionais. Durante 90 anos as principais pesquisas em povoados calcolíticos foram centradas nesta região e, retomando um modelo explicativo desse período (GONÇALVES, 1989), podemos considerar que o “enxameamento” da actividade arqueológica decorreu na década de 70 e 80, com a detecção e escavação de povoados desta cronologia no Alentejo (Monte da Tumba, São Brás, Monte Novo dos Albardeiros) e Algarve (Santa Justa). A maior visibilidade dos terrenos no Sul do Tejo e o baixo índice de ocupação actual do solo, também fomentaram diversos estudos de povoamento (GONÇALVES *et al.*, 1992; SOARES & SILVA, 1992; CALADO, 1999).

Embora as pesquisas ainda tenham decorrido em Zambujal, Vila Nova de São Pedro e Leceia, são os novos dados do Sul de Portugal que vêm abrir o debate a novas perspectivas de leitura territorial. Paralelamente, a publicação de várias cartas arqueológicas para a área da Península de Lisboa (CARDOSO, 1991; CARDOSO &

CARDOSO, 1993) fornece uma leitura mais fina do povoamento, com a cartografia de ocorrências de diversa escala. A classificação dos dados de superfície de acordo com os conceitos de sítio atrás mencionados resulta contudo muito difícil, como pude analisar para o caso de Cascais (SOUSA, 2005), onde apesar de estarem cartografadas 57 novas estações arqueológicas neolíticas e calcolíticas, a imagem possível sobre o povoamento do 4.º e 3.º milénios em Cascais é ainda exclusivamente baseada nos sítios “clássicos” identificados sobretudo na primeira metade do século XX: Estoril, Murtal e Parede.

A actual profissionalização da Arqueologia, efectuada sobretudo após a criação do extinto Instituto Português de Arqueologia, veio alargar o leque das intervenções no território estremenho: projectos de investigação, acompanhamentos arqueológicos, estudos de impacto ambiental, escavações de emergência. No que se refere exclusivamente ao povoamento dos 4.º e 3.º milénios, apesar da existência de um aumento exponencial de intervenções, não podemos considerar que existe um reflexo directo no aumento de informação. Este desajuste evidencia a fragmentação dos inúmeros agentes que actuam num mesmo território: empresas, autarquias, universidades. Por outro lado, regista-se a inexistência de uma política de publicação “coerciva”, apesar da disponibilização de um local de publicação de “livre acesso” com a quase defunta Revista Portuguesa de Arqueologia. Ao nível dos projectos de investigação, um escasso conjunto de sítios “históricos” permanece em estudo (como Penedo do Lexim, Zambujal e Leceia), surgindo novos sítios em trabalhos de arqueologia preventiva (como Moita da Ladra, Lameiras, Casal Cordeiro 5, Encosta de Sant’Ana, Cova da Baleia ou Palácio dos Andrades). A informação resultante dos trabalhos de estudo de impacto ambiental e resultantes dos inúmeros acompanhamentos que actualmente se efectua neste território, infelizmente não se encontra suficientemente publicado, apenas registado nos Arquivos Institucionais da Arqueologia Portuguesa.

3. A RIBEIRA DE CHELEIROS COMO *CASE STUDY*

Face à longa história das pesquisas desta área regional, a micro-escala de análise configura-se como uma ferramenta essencial para a decomposição dos diversos factores que produzem a actual cartografia do povoamento: história das pesquisas, características geo-arqueológicas, alterações pós deposicionais.

Para o efeito, a área da Ribeira de Cheleiros, tem vindo a ser um *case study* para as minhas próprias pesquisas. Dez anos volvidos sobre a primeira análise efectuada (SOUSA, 1998) e face às múltiplas intervenções registadas nesta área, quer ao nível de projecto de investigação, carta arqueológica e arqueologia preventiva, é possível efectuar um balanço dos processos de pesquisa, aqui sumariamente apresentados e que integram a tese de doutoramento que tenho em conclusão.

3.1. *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*

A análise da área da Ribeira de Cheleiros efectuada aquando da realização de dissertação de mestrado (SOUSA, 1998) permitiu realizar um primeiro diagnóstico do sítio. Com a execução deste projecto, desenvolvido entre 1995 e 1997, compilou-se toda a informação dispersa em Museus e Arquivos, procedeu-se à realocização dos sítios referenciados em bibliografia, a par da recolha de alguma informação oral (SOUSA, 1998). Complementarmente, foi efectuada o estudo integral dos materiais arqueológicos e realizado trabalho de prospecção não sistemático.

Assim, podemos considerar genericamente que foram cumpridas as etapas preliminares de um projecto de prospecção: compilar documentação antiga e proceder à realocização dos sítios. Apesar de ter sido efectuada

alguma prospecção pontual, de natureza não sistemática, nenhum dos 12 sítios então cartografados foi identificado nesse contexto.

Estes trabalhos preliminares permitiram efectuar uma primeira proposta de evolução das pautas de povoamento entre o 4.º e o 3.º milénios. O primeiro diagnóstico do povoamento da Ribeira de Cheleiros indicava um vazio na margem esquerda, no actual concelho de Mafra. Este vazio de povoamento e a dificuldade de visibilidade do terreno indicava diversas hipóteses explicativas: distinto tipo de trabalho arqueológico efectuado em Mafra, contracção do povoamento ou processos de formação morfogenéticos (SOUSA, 1998).

3.2. Carta Arqueológica

A área da Ribeira de Cheleiros integra duas realidades administrativas que apresentam distintas histórias das pesquisas: Sintra e Mafra. A análise comparativa das duas realidades foi já apresentada (SOUSA, 1998), destacando-se aqui que, embora os novos trabalhos de prospecção se tenham centrado no desenvolvimento da Carta Arqueológica de Mafra, foram efectuados trabalhos de carácter não sistemático em Sintra, resultando da colaboração e troca de informação com a equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

No âmbito da elaboração da Carta Arqueológica de Mafra, foram ainda efectuadas novas prospecções, desenvolvidas principalmente durante os anos de 2001, 2002 e 2005, alargando o âmbito geográfico e cronológico desta leitura.

Esta abordagem ampla permitiu obter novos ângulos de leitura, uma vez que, mesmo sítios, que segundo a bibliografia estavam classificados noutros âmbitos cronológicos, vieram revelar ocupações que genericamente podemos considerar “neolíticas”. Neste contexto foram identificados ou realocados seis novos sítios, incluindo locais que já tinham sido prospectados sem sucesso aquando da realização do estudo da Ribeira de Cheleiros.

Entre os projectos que vieram fornecer novos dados para a temática em análise, destaca-se a realocação de todas as ocorrências de recolhas de material de pedra lascada depositadas no Museu dos Serviços Geológicos. Ainda que alguns destes materiais tivessem sido já objecto de estudo (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1978), nunca se tinha efectuado a sua localização no terreno. A estratégia de localização dos sítios foi extremamente dificultada pelo carácter lacónico das identificações oitocentistas, que indicam orientações face a pontos de referência, sobretudo “vértices geodésicos”. Nas áreas mais rurais, com menor crescimento urbano foi possível identificar os possíveis locais onde se terão efectuado as recolhas (tal como Louriceira, Arrifana, Relva); noutras áreas, o coberto vegetal arbóreo e denso impedia qualquer tipo de localização (Murgeira, Caeiros) e em outros pontos, o crescimento urbano registado impede qualquer tipo de leitura (Ribamar, Igreja Nova, Moinho do Cuco, Alcainça). A taxa de sucesso nas identificações é, ainda assim, consideravelmente elevada, atingindo os 30,4%, num universo de 23 ocorrências extremamente lacónicas quanto à localização exacta.

Para estes sítios os dados de superfície são extremamente dispersos impedindo a sua classificação como *habitat* e estando ausentes os chamados fósseis indicadores que permitam a sua integração crono-cultural. João Luís Cardoso, a propósito do “Paleolítico do Complexo Vulcânico de Lisboa” (CARDOSO *et al.*, 1992) admite que se tratem de depósitos de superfície, aos quais não se pode atribuir verdadeiramente a designação de estação arqueológica: “distribuições delimitadas de material com posição estratigráfica bem definida” (CARDOSO, 2000, p. 46). Este autor apresenta uma explicação para este tipo de deposição: “Actuadas pela gravidade, as peças acumular-se-iam a meia encosta, enquanto nos morros afloravam as rochas dos substrato basáltico e, no fundo dos vales, os sedimentos finos cobrindo os níveis mais antigos contendo materiais paleolíticos: deste modo, todos os materiais estariam em posição derivada, ou seja, fora do contexto em que foram abandonados pelo homem

pré-histórico” (CARDOSO, 2000, p. 56). Embora alguns dos sítios de Mafra não se implantem em substrato geológico basáltico (apenas presente em Louriceira e Boavista), esta explicação é plausível.

As escavações efectuadas no sítio de Gonçalves, no âmbito da A21, permitem contudo questionar um conjunto de pressupostos obtidos através da informação de superfície (SOUSA & PEREIRA, 2005). As recolhas efectuadas neste sítio remontavam ao século XIX e foram atribuídas ao Paleolítico Médio (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1978). Estando inserido na área de afectação da A21, foram efectuadas sondagens de diagnóstico no âmbito do RECAPE. Após a abertura de sondagens de malha aleatória foi identificada uma fossa e um fosso que deveriam integrar um povoado neolítico, estando presente pedra afeiçoada, cerâmica manual e pedra lascada. Posteriormente foi efectuada uma escavação em área (296 m²), não se tendo verificado contudo a presença de quaisquer outras estruturas, registando-se níveis perturbados com abundantes materiais pré-históricos (neolíticos e paleolíticos) misturados com materiais de cronologia moderna.

3.3. O Projecto Lex Pov – O Penedo do Lexim e o povoamento do Neolítico Final e Calcolítico de Mafra

No âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (1998-2000 e 2002-2004) foram efectuadas prospecções sistemáticas na área envolvente ao Penedo do Lexim. Estas prospecções tiveram como objectivo o reconhecimento de pormenor da área de captação do Penedo do Lexim, sendo assim direccionadas para a reconstrução do território como um todo e não a identificação de sítios arqueológicos individualizados.

Entre os trabalhos desenvolvidos destacam-se os levantamentos geo-arqueológicos efectuados em parceria com Diego E. Angelucci e João Araújo Gomes, publicados parcialmente (ANGELUCCI, 2006; GOMES, 2006). Os trabalhos de prospecção abrangeram uma área aproximada de 20 km² e permitiram a elaboração de um esboço geomorfológico, essencial para o correcto enquadramento espacial do Penedo do Lexim. Paralelamente procuraram-se áreas de aprovisionamento de matérias-primas para construção de estruturas (nomeadamente todas as estruturas construídas em calcário) e o fabrico de utensilagem comum (tal como dormentes, moventes e percutores), artefactos que usualmente correspondem a uma captação imediata.

Para além desta perspectiva geo-arqueológica foram também identificados alguns novos sítios arqueológicos, tais como o sítio de Marreiros (GOMES, 2006), identificado no decurso da elaboração do esboço geomorfológico. De igual forma, foi efectuado um levantamento de pormenor do entorno do Penedo do Lexim, procurando-se detectar os limites do sítio e identificando-se os núcleos designados por Lexim 2 e Lexim 3 (SOUSA, 2002). Os trabalhos de prospecção incluíram ambas as margens da Ribeira de Cheiros, nos actuais concelhos de Mafra e de Sintra (Fig. 1 e Fig. 2).

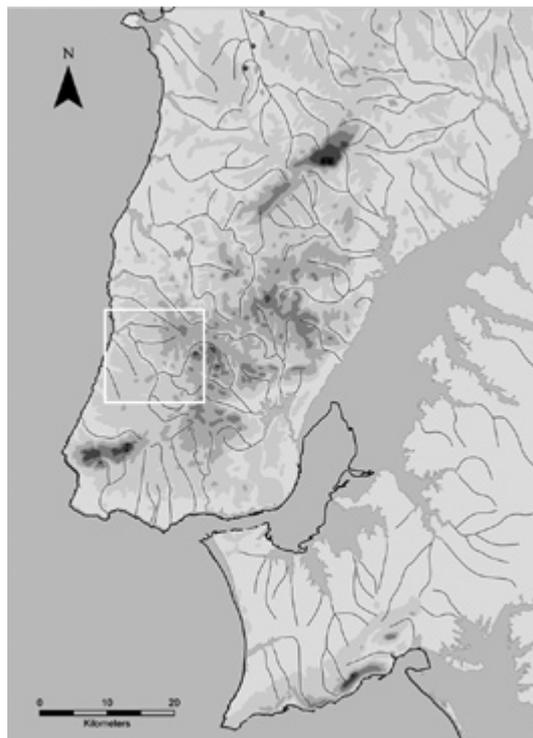


Fig. 1 – Implantação da área de estudo na Península de Lisboa.



Fig 2 – Localização dos sítios do 4.º e 3.º milénios na Ribeira de Cheleiros (base cartográfica 1: 25 000).

3.4. Minimização de impactos arqueológicos. Acompanhamento e prospecção

A partir de 2004, os trabalhos de terreno foram direccionados para uma área muito circunscrita e com uma metodologia completamente distinta: o traçado da via rodoviária e ligações adjacentes A21.

A coordenação de todo o processo de acompanhamento arqueológico permitiu uma leitura integrada da informação e dos limites da prospecção de superfície na Estremadura portuguesa e, em particular, no actual concelho de Mafra. Os trabalhos arqueológicos envolveram a fase de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental, a execução das prospecções para a fase de RECAPE, a fase de acompanhamento de obra e as escavações arqueológicas subsequentes.

A continuidade da mesma equipa em todas as fases do projecto, o conhecimento do terreno e das especificidades locais, decerto contribuiu para que este projecto correspondesse a uma verdadeira revolução no panorama arqueológico de Mafra (SOUSA, 2008).

Os trabalhos de prospecção foram sistemáticos e integrais. Em fase de Estudo de Impacto Ambiental estes estudos foram direccionados para as áreas mais “sensíveis”, ou seja, aqueles onde existiam mais indicadores (referências bibliográficas, colecções de materiais em museus). Em fase de RECAPE a prospecção foi integral. As condições de visibilidade do terreno eram reduzidas, resultando apenas em quatro ocorrências que foram previamente objecto de sondagens de diagnóstico. Dos sítios referenciados apenas um era inédito, dois deles reportavam a referências bibliográficas de sítios que não tinham sido detectados no terreno e apenas Gonçalves, já descrito acima, correspondia a um sítio da bibliografia identificado no terreno. Foi justamente este o único “sítio” confirmado pelas escavações arqueológicas.

O panorama alterou-se radicalmente com a fase de acompanhamento de obra. No traçado de 21 km, onde apenas foram detectadas quatro ocorrências, a remoção de terras permitiu a identificação de 31 sítios arqueológicos, dos quais 26 foram escavados. Em termos estritamente numéricos podemos referir que, em média, foram intervenções 1,19 sítios por quilómetro, com uma média de 6,25 intervenções / ano (SOUSA, 2008).

Em relação ao tipo de implantação, a maior parte dos sítios identificados localizam-se em áreas de topo (num total de 13), seguindo-se as implantações em vale (7).

Estas localizações estão relacionadas com o traçado da obra, mas quando confrontamos os tipos de implantação com o estado de conservação, verifica-se que a maior parte dos sítios de topo se encontra em mau estado ou se trata de não-sítios. Ao invés, os sítios de implantação de vale encontram-se quase todos em muito bom estado de conservação.

Esta situação está relacionada com as dinâmicas de erosão da paisagem de Mafra, evidenciadas nos estudos geoarqueológicos (ANGELUCCI, 2006).

O reduzido número de sítios arqueológicos detectados nos topos (4 num conjunto de 30) pode ser explicada pela intensa erosão que se registou durante o período climático Atlântico, fazendo com que não se conservassem os vestígios de ocupação no topo dos cabeços, ficando a rocha à superfície. Apenas se preservam vestígios arqueológicos nos casos em que os afloramentos criam “barreiras sedimentares”, segurando os sedimentos, tal como sucedeu no Penedo do Lexim. Ao nível da A21 é particularmente significativo o caso de Cabeço de Palheiros 2. Neste local, as sondagens efectuadas no topo não revelaram quaisquer níveis preservados mas na encosta foram identificados materiais fragmentados *in situ*, devendo corresponder a escorrências da área de ocupação. Assim, na maior parte dos casos, as ocupações do topo desapareceram e apenas se conservam as áreas perímetro dos povoados.

Em termos gerais, podemos considerar que o período melhor representado é o Neolítico Final – Calcolítico (13 sítios – 54% do total). Esta maior representação da Pré-História poderá estar relacionada com a implantação do traçado, a meia encosta, não se privilegiando as implantações que, tradicionalmente, correspondem ao período romano.

As 13 ocorrências de sítios “pré-históricos” (neolíticos e calcolíticos) identificados à superfície correspondem a 6 contextos de *off site* ou de *near site*, em que os materiais arqueológicos surgiram apenas à superfície, não se conservando quaisquer níveis de ocupação ou estruturas. Apesar disso, a nova informação propiciada por estes trabalhos é muito importante, colmatando vazios em áreas geográficas cuja visibilidade de terrenos à superfície é reduzida e permitindo leituras de continuidade em fases cronológicas que se encontravam insuficientemente caracterizadas.

3.5. Métodos em análise: a avaliação da amostra

Os distintos métodos de pesquisa efectuados na Ribeira de Cheleiros (prospecção, sondagens, escavação, acompanhamento) reuniram um conjunto muito diferenciado de dados de difícil harmonização.

Na realidade, o conceito de “sítio arqueológico” é de alguma forma redutor, identificando-se maioritariamente com a designação de “povoado” (CHAPA *et al.*, 2003). Mais do que o significado ontológico do tipo de ocupação, a classificação utilizada usualmente é baseada na visibilidade da ocupação, destacando-se claramente as áreas residenciais: “el asentamiento (...) al ser el lugar de residencia de las comunidades humanas, es donde se llevan a cabo mayor número y variedad de actividades y, por tanto, queda una huella arqueológica más palpable” (CHAPA *et al.*, 2003, p. 14).

Apesar do artificialismo da divisão, optou-se por distintas classificações do conjunto de vestígios em análise:

- Povoado: designado como lugar de ocupação permanente / semi-permanente, com estruturas domésticas e níveis preservados.
- Habitat: vestígio de área de ocupação de classificação indeterminada. Pode corresponder a contextos secundários, a locais especializados ou a sítios de uso temporário.
- Sítio especializado: local onde se realizaram actividades especializadas, de carácter não residencial.
- Achado isolado.

A atribuição da designação genérica de povoado poderia ainda ser alvo de uma objectivação: aldeia, povoação ou unidade rural económica mínima (quinta ou casal), são apresentadas como hipóteses de trabalho para interpretar o sítio de Corte João Marques (GONÇALVES, 1989, p. 162).

Para além destas referências, refira-se ainda os contextos de necrópole, com as designações clássicas do megalitismo estremenho (GONÇALVES, 2005): antas, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais.

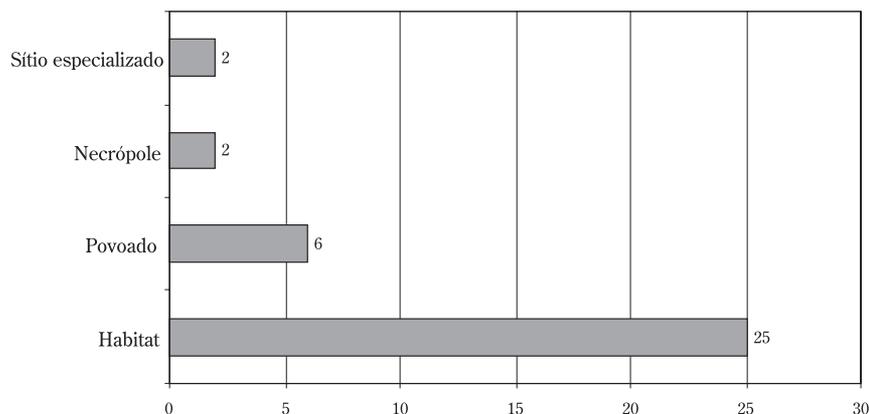


Fig. 3 – Ribeira de Cheleiros: tipo de sítios identificados

Em termos gerais, a atribuição da designação “povoado” versus “habitat” apenas pode ser efectuada através de escavações. Face a estas limitações, o número de habitats deverá naturalmente estar sobrevalorizado, uma vez que cerca de 41% dos sítios foram apenas identificados ao nível da superfície.

Em relação às necrópoles, os dados disponíveis parecem indicar que se encontram subrepresentadas nesta unidade de paisagem. Esta quase ausência dos espaços da morte é um reflexo natural da dificuldade de identificação, ainda que possamos de alguma forma considerar a existência de concentrações de áreas e de tipos de sepulcros (BOAVENTURA, no prelo).

O ritmo das pesquisas e de “descobertas” foi realmente descontínuo, embora possamos de alguma forma identificar uma fase dos “pioneiros”, correspondendo aos trabalhos de Estácio da Veiga e Carlos Ribeiro em finais do século XIX. A esta fase inicial segue-se um vazio que é apenas interrompido a partir de meados do século XX pelos Serviços Geológicos de Portugal (nomeadamente para o estudo das necrópoles e povoados de Sintra) e pelo trabalho de Eduardo da Cunha Serrão, que desenvolveram escavações em povoados (Negrais e Olelas). O novo fluxo de pesquisa surge em finais dos anos 70, inícios dos anos 80, data de criação do Gabinete de Arqueologia e Património de Sintra. Em termos globais foi este o universo que estudei em 1996 aquando da realização da tese de dissertação de mestrado.

Volvidos 10 anos, o número de sítios arqueológicos duplicou (de 12 para 35) e aumentou exponencialmente o conjunto de sítios escavados. Esta subida da actividade arqueológica reflecte o ritmo das pesquisas após a criação do Instituto Português de Arqueologia e da publicação de legislação específica. Dos 16 sítios escavados, apenas a intervenção no Penedo do Lexim se integrou num programa de investigação, sendo as restantes intervenções do âmbito da arqueologia de salvamento.

Apesar dos trabalhos desenvolvidos na última década não resultarem de uma agenda concertada e programada, podemos de facto considerar que aumentou a informação disponível quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. O desenrolar dos trabalhos na margem esquerda da Ribeira de Cheleiros tem confirmado que, de facto, esta área não foi “terra de ninguém”: actualmente registam-se 24 ocorrências no actual concelho de Mafra face aos 11 sítios registados no concelho de Sintra. Deve ser destacado que as novas ocorrências no actual concelho de Mafra correspondem maioritariamente a detecções no decurso de acompanhamento de obra (10), em sítios completamente invisíveis ao nível dos trabalhos de superfície.

Quadro 1 – Sítios neolíticos e calcolíticos da área da Ribeira de Cheleiros assinalados na Fig. 2.

Nº	Sítio	Tipo de identificação	Intervenções	Data identificação
1	Casal Cordeiro 5	Acompanhamento	Escavação	2006
2	Mil Regos	Prospecção		1975
3	Casal Barril	Acompanhamento	Escavação	2006
4	Quinta dos Loureiros	Prospecção		2001
5	Casal Cordeiro 2	Acompanhamento		2006
6	Casal Romeirão	Prospecção		1999
7	Casal Cordeiro 4	Acompanhamento		2006
8	Casas Velhas	Prospecção		1995
9	Quintal 1	Acompanhamento	Sondagens	2005
10	Sobreiro	Acompanhamento	Sondagens	2005
11	Gonçalvinhos	Prospecção	Escavação	2004
12	Cabeço dos Palheiros 2	Acompanhamento	Sondagens	2005
13	Sopé Cabecinho da Capitôa	Acompanhamento	Sondagens	2006
14	Louriceira	Prospecção		2004
15	Marreiros	Prospecção		2005
16	Cartaxos	Prospecção		1982
17	Alvarinhos	Prospecção		2003
18	Funchal	Prospecção		1990
19	Barreira	Prospecção		1978
20	Odrinhas	Prospecção		1978
21	Penedo do Lexim	Prospecção	Escavação	1879
22	Anços	Prospecção		1997
23	Serra do Pipo 2	Acompanhamento	Sondagens	2006
24	Serra do Pipo 1	Acompanhamento	Sondagens	2006
25	Cabecinho da Capitôa 2	Acompanhamento	Sondagens	2006
26	Moinho do Quintal	Prospecção		2004
27	Cova da Baleia	Acompanhamento	Escavação	2007
28	Folha das Barradas	“Acompanhamento”	Escavação	1879
30	Faião	Prospecção		2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO REINO, X.; BARREIRO MARTÍNEZ, D.; CRIADO BOADO, F. & MARTÍNEZ LÓPEZ, M. C. (2002) – Especificaciones para una gestión integral del Impacto desde la Arqueología del paisaje. *TAPA – Trabalhos de Arqueologia e Património*. Santiago de Compostela, 26.
- ANGELUCCI, D. E. (2006) – O Penedo do Lexim: Aspectos geológicos e geomorfológicos. *Boletim Cultural 2005*. Mafra.
- BOAVENTURA, R. (no prelo) – O megalitismo na região de Lisboa: as antas. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal*. *Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- BRUCK, J.; GOODMAN, M. (1999) – *Making places in the prehistoric world: themes in settlement archeology*. London: UCL Press.
- BURILLO MOZOTA, F. (1997) – Prospección arqueológica y geoarqueología. In *La prospección arqueológica*. *Actas del II Encuentro sobre Arqueología y Patrimonio*. Granada, p. 117-132.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 19].
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta Arqueológica de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 111 p.
- CARDOSO, J. L. (2000) *Sítios, pedras e homens. Trinta anos de arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras, 4.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 3.
- CARMAN, J. (1999) – Settling in sites: constraining concepts. In BRUCK, J. & GOODMAN, M., ed. *Making places in the prehistoric world*. London: University College London, p. 20-30.
- CHAPA BRUNET, T.; URIARTE GONZALEZ, A.; VICENT GARCIA, J. M.; MAYORAL HERRERA, V. & PEREIRA SIESO, A. (2003) – Propuesta metodologica para una prospección arqueologica sistemática: el caso del Guadiana menor (Jaén, España). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 60, 1, p. 11-34.
- COSTA, A. I. M. (1906) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 40-50.
- COSTA, A. I. M. (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 55-83.
- FEDER, K. L. (1997) – Site Survey. In HESTER, T. H., FEDER, K. L. & SHAFER, H. J., *Field methods in Archeology*. Connecticut: Mayfield Publishing.
- FERDIÈRE, A., ed. (2006) – *La prospection*. Paris: Ed. Errance.
- FERREIRA, O. da V. (1982) – *Guia Descritivo da Sala de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

- GOMES, J. A. (2006) – O Penedo do Lexim: uma leitura paleoambiental. *Boletim Cultural 2006*. Mafra, p. 360-398.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (2005) – Cascais há 5000 anos. Cascais: Câmara Municipal. 221 p.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Coleção Cascais, Tempos Antigos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho*. Coleção Cascais, Tempos Antigos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. & DAVEAU, S. (1985) – A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico). In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário, 2, p. 187-197.
- GONÇALVES, V. S. & DINIZ, M. (1993-1994) – Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11/12, p. 175-187.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (1996) – Estácio da Veiga, Mafra e a sua Arqueologia. Estudo introdutório. In VEIGA, E. *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras. p. 5-35.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura no contexto do 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 25, p. 233-266.
- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. & ROCHA, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 391-412.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 19, p. 135-146.
- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 107-115.
- RIBEIRO, Carlos (1878) – *Estudos prehistóricos em Portugal. 1- Notícia da estação humana de Licêa*. Academia Real das Ciências de Lisboa. (reedição). Estudos Arqueológicos de Oeiras 1 (1991). Notas e comentários de João Luís Cardoso. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- ROCHA, A. S. (1907) – As grutas da Columbeira. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1(4), p. 118-122.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997) – La prospección de superficie en la Arqueología española. *La Prospección Arqueológica. Actas de los Segundos Encuentros de Arqueología y Patrimonio (Salobreña, 1991)*. Exm.º Ayto. de Salobreña, p. 13-34.
- SIMÕES, T. & SOUSA, A. C. (1999) – As ocupações neolíticas em lapiás: o caso de Negrais (Sintra). *Saguntum*. Valência. Extra 2, p. 513-520. [Actes del II Congrès de Neolític a la Peninsula Ibérica].

- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 37-88.
- SOUSA, A. C. (1997) – O Penedo do Lexim e o Calcolítico da Ribeira de Cheleiros. Leituras (des)encontradas dos materiais arqueológicos no Museu Municipal de Mafra. *Boletim Cultural 1996*. Mafra, p. 207-220.
- SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 275 p. [Trabalhos de Arqueologia 11].
- SOUSA, A. C. (2003) – No sopé do Penedo do Lexim: Contextos e limites do povoado pré-histórico. *Boletim Cultural 2002*. Mafra, p. 205-209.
- SOUSA, A. C. (2003) – O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra). In GONÇALVES, V. ed – *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. [Trabalhos de Arqueologia 25].
- SOUSA, A. C. (2004) – Dinâmicas de povoamento nas comunidades do 4.º e 3.º milénios a.C. na área da Ribeira de Cheleiros (Mafra). In *Vivência Comunitária. História e problemáticas actuais O desafio educacional. Actas do V Curso de Verão da Ericeira*. Ericeira: Mar de Letras, p. 29-47.
- SOUSA, A. C. (2005) – Lugares dos vivos, redes de povoamento no 4.º e 3.º milénio a.n.e.: Cascais e o estuário do Tejo. In GONÇALVES, V. S. *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 44-61.
- SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 411-498.
- SOUSA, A. C. & PEREIRA, C. (2005) – Fragmentos da ocupação antiga do concelho de Mafra. Gonçalves, caso exemplar? *Boletim Cultural 2004*. Mafra, p. 359-394.
- VASCONCELOS, J.L. (1917) – Arqueologia liceense. *O Arqueólogo Português*. 22, p. 203-206.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 117 p.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978). Achados antigos de Paleolítico na região de Mafra. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 63, p. 611-629.

CONSTRUIR PARA OS MORTOS. GRUTAS ARTIFICIAIS E ANTAS NA PENÍNSULA DE LISBOA. ALGUMAS LEITURAS PRÉVIAS

Victor S. Gonçalves¹

Against logic there is no armor like ignorance.
Laurence J. Peter (1919-1988)

Antes da conclusão das monografias sobre os complexos de grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril (ambos em Cascais), elaborei um texto-sumário, onde as principais questões relacionadas com estes sepulcros pré-históricos foram revistas e analisadas. Procurava-se entender não apenas os fenómenos relacionados com a sua construção, mas dissociar a construção, de origem, da longa utilização que os monumentos viriam a registar. Esta «leitura prévia» (prévia a outras, quase concluídas em 2009) traduz os avanços de terreno e gabinete do Projecto «CASCA» (Cascais, as antigas sociedades camponesas), já publicados os referentes à ocupação pré-histórica das grutas naturais (Porto Covo: Gonçalves, 2008; Poço Velho: Gonçalves, 2009). No entanto, questões discutidas no livro Sítios, «Horizontes» e Artefactos, e também nas monografias de Porto Covo e Poço Velho, conduziram a novos balanços e a seriações de questões.

Uma versão gráfica de este texto, especificamente destinada ao enunciar de problemas relacionados com a interacção de usos entre antas e grutas artificiais, foi apresentada numa sessão do Congresso de 2008 da EAA (Malta), coordenada por J. A. Cámara e Afonso Marrero (Links between hypogeism and megalithism, La Valetta, 2008.09.18).

Esta é a sua versão final em português. Uma versão inglesa será publicada num volume dos B.A.R., a sair proximamente.

1. UMA QUESTÃO ANTES DE OUTRAS

Na Península de Lisboa, no 3.º milénio a.n.e., antas, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais são quatro espaços diferentes para acolher os mortos. Será que têm uma firme conexão com «culturas» ou fases culturais?

A resposta é, naturalmente... *sim*. Mas não temos bem a certeza *a quais* correspondem na sua origem. Porquê? Porque ainda não sabemos exactamente *quem* construiu esses monumentos. E como muitos deles foram usados

¹ Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ). Grupo de trabalho sobre as antigas sociedades camponesas. Faculdade de Letras, P-1600-214 LISBOA, PORTUGAL. vsg@fl.ul.pt. Algumas imagens, devidamente assinaladas, destinam-se às monografias em curso de elaboração sobre as grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril, estando, nos termos da lei vigente, cobertas por copyright (©).

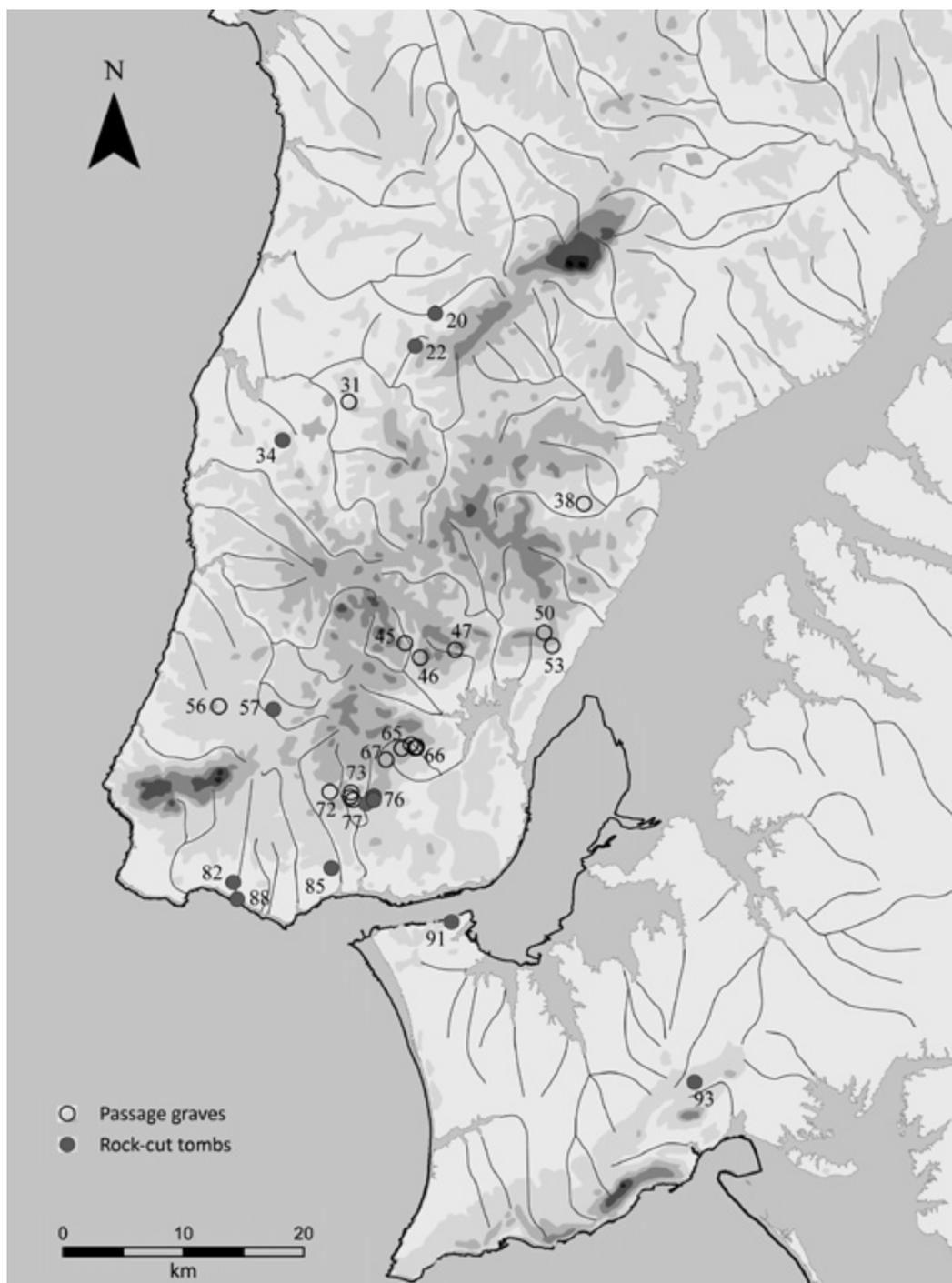


Fig. 1 – Antas e grutas artificiais nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, 3.º milénio a.n.e. Cartografia Maia Langley, encomendada por UNIARQ. *Antas*: 31 – Serra da Vila; 38 – Arruda; 45 – Carcavelos; 46 – Alto da Toupeira 1; 47 – Casainhos; 50 – Monte Serves; 53 – Casal do Penedo; 56 – Pedras da Granja; 65 – Pedras Grandes; 66 – Trigache 1 a 4; 67 – Conchadas; 72 – Carrascal; 73 – Pedra dos Mouros, Estria e Monte Abraão (Belas). *Grutas artificiais*: 20 – Ermegeira; 22 – Quinta das Lapas 1 e 2; 34 – Cabeço da Arruda 1; 39 – Castelo; 40 – Pedra Furada; 43 – Samarra; 52 – Verdinha dos Ruivos; 69 – Bela Vista; 76 – Tojal de Vila Chã (Carenque) 1 a 4; 77 – Baútas; 82 – Alapraia 1 a 4; 85 – Monte do Castelo; 88 – São Pedro do Estoril 1 e 2; 91 – São Paulo 1 e 2; 93 – Casal do Pardo 1 a 4.

por largas centenas de anos, as práticas e ritos funerários mudaram muito. Para além de nem sempre serem os mesmos e, pelo menos em duas situações, pertencerem mesmo a diferentes subsistemas mágico-religiosos (GONÇALVES, 2006, 2008).

Neste campo, um dos erros clássicos consistiu em confundir os construtores com os utilizadores, estando alguns investigadores genuinamente convencidos que a construção das grutas se devia ao «povo campaniforme» e talvez o mesmo se passasse, no início, com a própria Vera Leisner (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961).

Mas, como sabemos hoje, não é assim e não temos dados que nos permitam afirmar que os utilizadores de cerâmicas campaniformes tenham existido no Centro de Portugal antes de 2500 a.n.e.

Os poucos monumentos ortostáticos conhecidos na Península de Lisboa (até hoje, nenhum foi identificado na Península de Setúbal) aparecem com cronologias tardias, sendo vários da transição do 4.º para o 3.º milénio a.n.e. Uma contribuição recente, ainda inédita (BOAVENTURA, 2009), confirmou o que sempre afirmei: no Centro e Sul de Portugal não parece haver monumentos megalíticos anteriores a 3500 a.n.e. E por volta de 3000-2800, em anos de calendário, ainda há monumentos ortostáticos a ser construídos em pleno Alentejo... (GONÇALVES, 2003).

Há assim uma boa probabilidade de coexistência funcional entre monumentos megalíticos e grutas artificiais, tal como entre estas e alguns tipos de *tholoi*, apesar de estes serem, na sua generalidade, posteriores àquelas (como é o caso dos monumentos da Praia das Maças). Com pontos de partida diferentes, há momentos das curvas em que todos coincidem (para não falarmos já das grutas naturais).

Outro ponto curioso ressalta da Fig. 1. Para 18 monumentos ortostáticos aqui cartografados, localizaram-se 18 necrópoles de grutas artificiais, mas o número de «indivíduos» eleva-se a 32, traduzindo uma curiosa tendência para o agrupamento de entidades individuais em necrópoles mais ou menos organizadas, com dois a quatro componentes.

A sua distribuição, ainda que frequentemente as imagens enganem, sugere uma penetração Mar-Terra para as grutas artificiais e uma penetração Alentejo-Lisboa para as antas. Demasiado simples, é certo, mas os conteúdos artefactuais «de origem» (que não a sua utilização posterior) parecem sugerir o mesmo para os dois tipos de monumento.

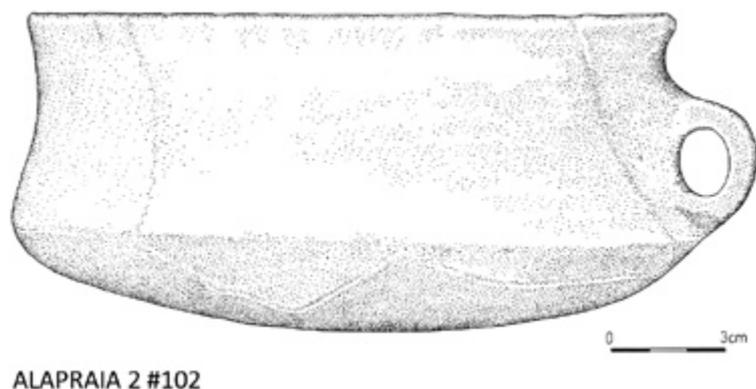
2. SOBRE O PLANEAMENTO DOS MONUMENTOS E A SUA UTILIZAÇÃO

Devemos considerar duas coisas diferentes:

- a. de certeza que os escavadores de grutas artificiais não são os mesmos que os construtores de antas nem têm a mesma arquitectura para a Morte (quanto mais não seja porque, formalmente, *construir* com grandes pedras é muito diferente de *escavar* a rocha);
- b. antas e grutas artificiais foram criadas por povos diferentes, mas usadas, depois do seu «acabamento» ou escavação no calcário, e primeira utilização, por comunidades subsequentes idênticas.

O primeiro momento de uso de cada um de estes monumentos só é possível de identificar através de artefactos, muito poucos, aliás. Uma vez construídos, estes monumentos foram utilizados e reutilizados pelos sucessivos habitantes da Península de Lisboa, pelo menos até à Idade do Bronze. Mas o subsistema mágico-religioso dos reutilizadores é agora também uma soma de influências marítimas e continentais, vindas do Alentejo, da Andaluzia e do mundo mediterrânico.

Na verdade, sabemos de longe muito mais sobre os utilizadores que sobre os construtores de antas e grutas artificiais na Península de Lisboa...



ALAPRAIA 2 #102

Fig. 2 – Alapraia e a Idade do Bronze. A taça com asa ALP-2-102 é uma evidência, entre outras, da utilização funerária de grutas artificiais durante a Idade do Bronze. Utilização apesar de tudo muito mais reduzida nas grutas artificiais que em grutas naturais, como Poço Velho, por exemplo. Desenho Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

3. O TEMPO. QUANDO ACONTECEU?

Monumento	Tipo da amostra	#	Referência	13C/12C 0/00	BP	Cal BC 1 σ	Cal BC 2 σ
S. Pedro do Estoril 1	Tíbia humana	1119	Beta-188390	-19.0	4720±40	3620-3380	3640-3370
Alapraia 4	Fémur humano	52	Beta-178461	-18.7	4110±40	2860-2580	2870-2500
S. Pedro do Estoril 2	Fémur humano	1278	Beta-188389	-19.8	4090±40	2850-2580	2860-2490
S. Pedro do Estoril 2	Úmero humano	869	Beta-178465	-19.8	4090±40	2850-2580	2860-2490
S. Pedro do Estoril 2	Fémur humano	1279	Beta-178466	-19.6	3850±40	2400-2220	2460-2200
S. Pedro do Estoril 1	Fémur humano	1890	Beta-178467	-19.4	3830±40	2330-2210	2450-2140
S. Pedro do Estoril 1	Falange da mão, humana, conservando em torno um anel-espiral de ouro.	1892	Beta-178468	-19.6	3790±40	2290-2140	2330-2060
Alapraia 4	Crânio humano	55	Beta-178462	-19.4	3260±40	1540-1500	1620-1440

Quadro 1 – Datações ¹⁴C para ossos humanos recolhidos nas grutas artificiais de S. Pedro do Estoril e Alapraia (segundo GONÇALVES, 2003, 2008, 2009).

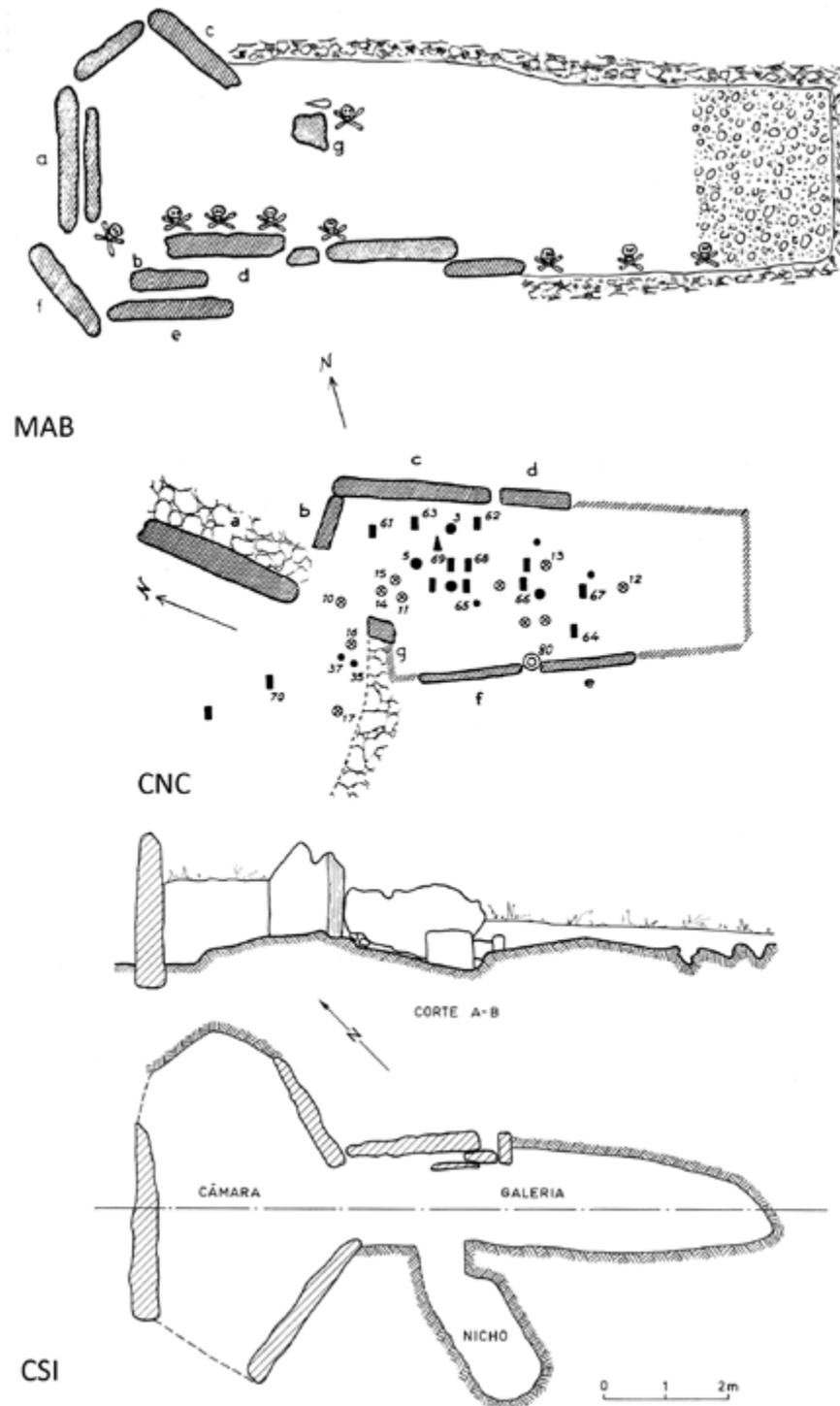


Fig. 3 – Plantas de monumentos ortostáticos da Península de Lisboa. MAB: Monte Abraão. CNC: Conchadas. CSI: Casaiños. (segundo LEISNER, 1965 e LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1969). Desde o século 19 que se publicaram as estranhas plantas de alguns de estes monumentos. As estruturas quadrangulares e trapezoidais muito alongadas associam-se a estruturas de construção mista, semi-escavadas na rocha. Claro que existem antas idênticas às alentejanas (as mais antigas e algumas de Belas, por exemplo), mas outras apresentam originalidades indiscutíveis.

ALAPRAIA 3, 2007

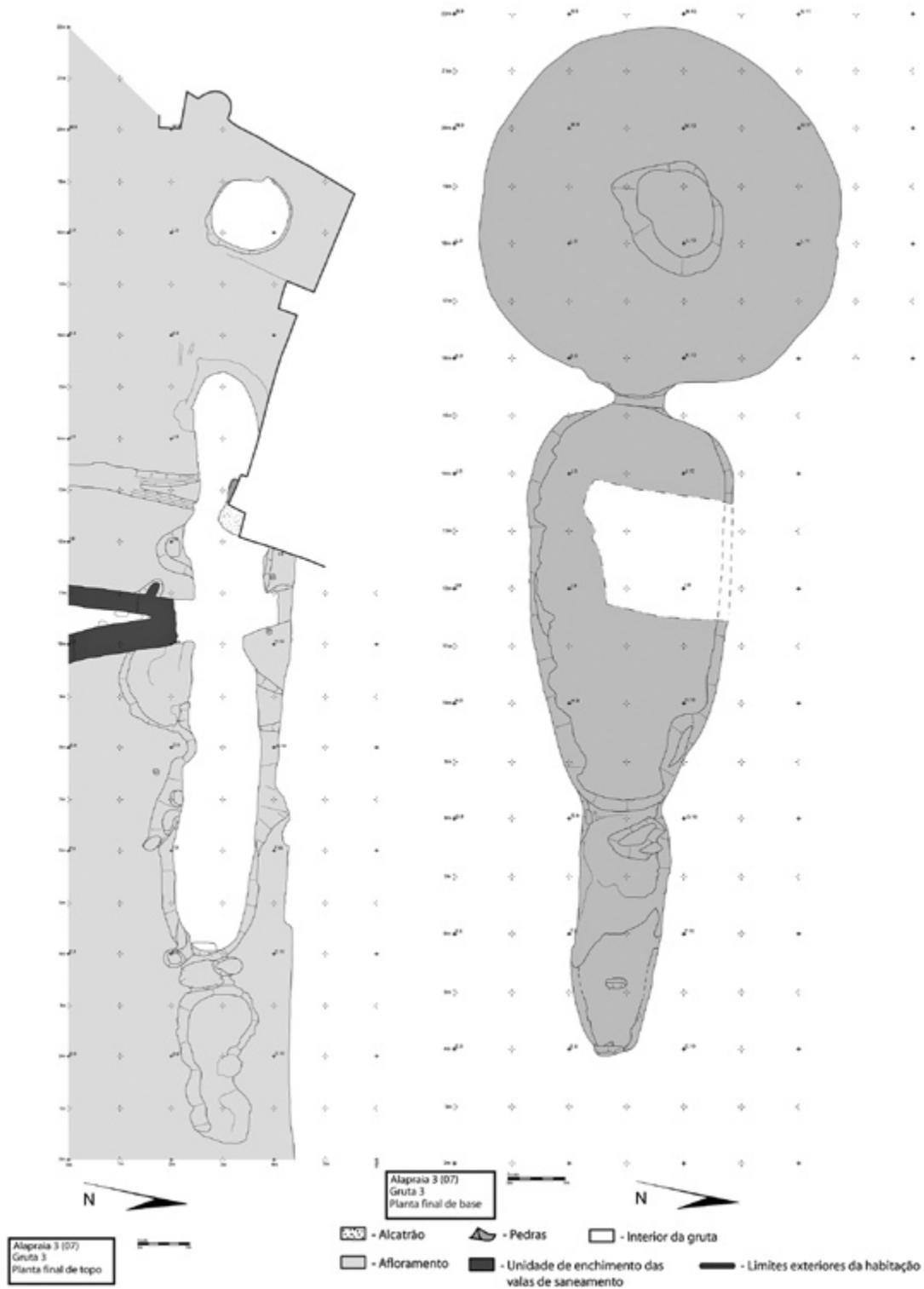


Fig. 4 – A planta de topo e de base da gruta artificial Alapraia 3, com o seu traçado clássico (escavações Victor S. Gonçalves, 2007). Desenhos de Carlos Pereira. © UNIARQ.

Laboratory number: Beta-244819
Conventional radiocarbon age: 4660±40 BP
2 Sigma calibrated results: Cal BC 3620 to 3600 (Cal BP 5570 to 5550) and
 Cal BC 3520 to 3360 (Cal BP 5480 to 5310)

Intercept data

**Intercepts of radiocarbon age
 with calibration curve:** Cal BC 3490 (Cal BP 5440) and
 Cal BC 3460 (Cal BP 5410) and
 Cal BC 3380 (Cal BP 5320)
1 Sigma calibrated results: Cal BC 3510 to 3410 (Cal BP 5460 to 5360) and
 Cal BC 3390 to 3370 (Cal BP 5340 to 5320)

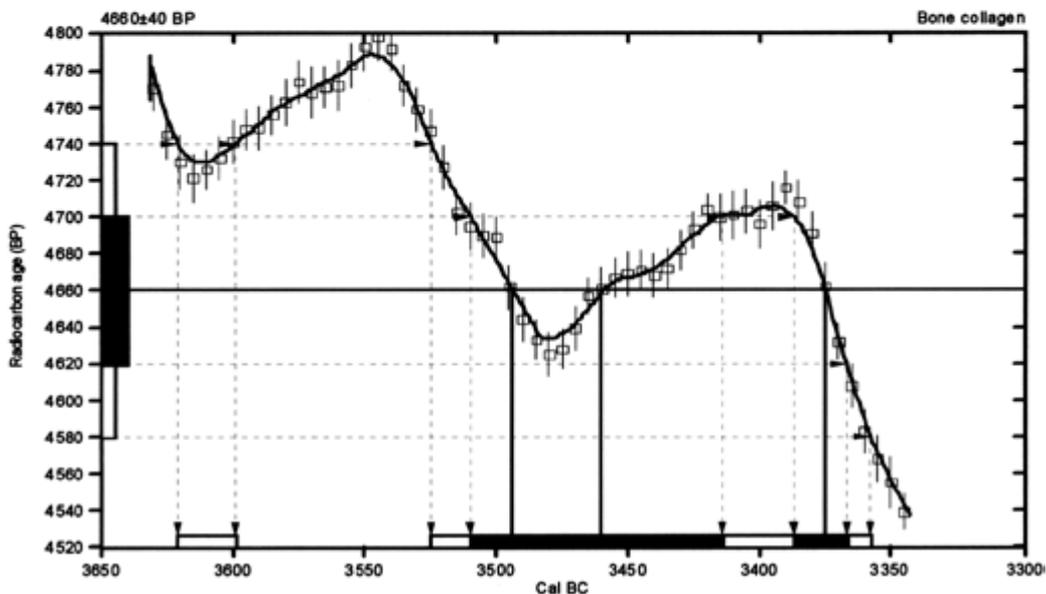


Gráfico 1 – A datação Beta-244819, referente a uma diáfise de fémur direito, humano, recolhido na gruta de Porto Covo, apresenta um intervalo de tempo, a dois σ , de 3620-3360 cal BC (GONÇALVES, 2008). É estatisticamente idêntico ao da tíbia humana Beta-188390, proveniente da gruta artificial S. Pedro do Estoril 1 (3640-3370 cal BC). Assim, a questão de esta última datação se referir a um “osso-memória”, anterior à construção da gruta artificial, é uma possibilidade que não pode ser posta de lado.

As datações obtidas para monumentos escavados na rocha são, como se vê, maciçamente do 3.º milénio, com uma presença funerária certa na Idade do Bronze (Beta-178462, 1620-1440 cal BC, a 2 σ) e uma curiosa datação (Beta-188390), que se enquadra algures em meados e na segunda metade do 4.º milénio (3640-3370, cal BC, a 2 σ).

Destas datações, as únicas disponíveis enquanto outras não são processadas, ressalta uma estatística primitiva, mas eficaz: 12,5% para uma «presença» do 4.º milénio, 12,5% para uma presença da Idade do Bronze; 33,3% para datações referentes à primeira metade do 3.º milénio; 33,3% referentes à segunda metade do 3.º milénio, tudo isto em anos de calendário.

Veremos, com mais datações previstas para breve, se estes valores se confirmam, mas eles não têm nada de extraordinário, considerado o espólio recolhido. À excepção do 4.º milénio (alguns geométricos como herança?) o conjunto artefactual corresponde efectivamente a estas datações. Antropologia e cultura material estão bem. Mas a que corresponde Beta-188390?

Como já escrevi, pode tratar-se de um «osso memória», um resto de antepassado inserido junto dos seus descendentes, cuja época não podemos supor. Na verdade, a cronologia obtida parece de longe demasiado antiga para a construção de hipogeus como estes, típicos das Penínsulas de Lisboa e Setúbal.

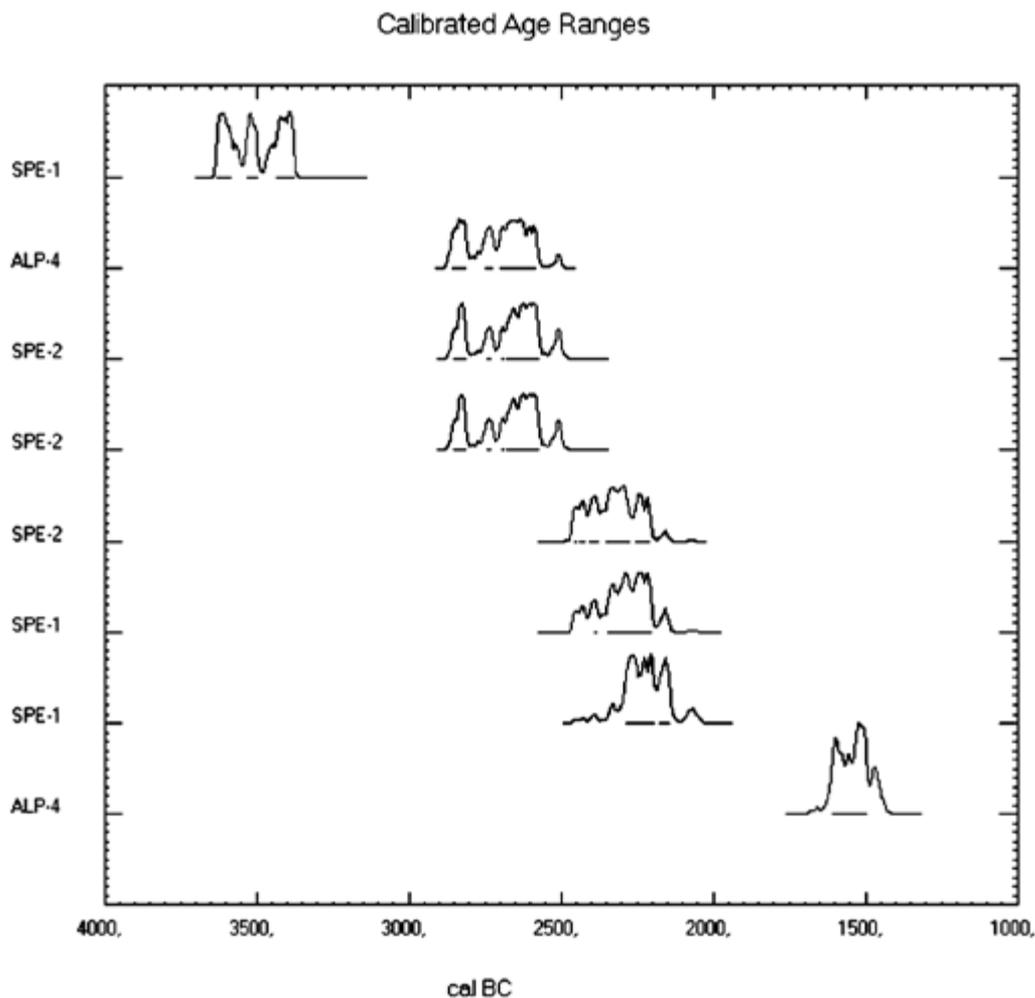


Gráfico 2 – Recentes datações por radiocarbono (GONÇALVES, 2003, 2008, 2009) mostram a presença continuada de comunidades do Neolítico final e do Calcolítico na região de Cascais, onde se localizam as duas necrópoles de Grutas artificiais, S. Pedro do Estoril (duas grutas) e Alapraia (quatro grutas).

Uma sólida tíbia (como aquela que foi objecto da datação Beta-188390) é ainda mais fácil de conservar do que um crânio. De conservar e de transportar.

À luz da informação actualmente disponível, as grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril poderiam assim, teoricamente, ter sido construídas algures dentro do intervalo de tempo de 2870 a 2490. Este intervalo de tempo corresponde à chegada das comunidades agro-metalurgistas, que marcam efectivamente o início do Calcolítico no Centro de Portugal e que são ligeiramente posteriores às que se registam na Andaluzia. Num artigo recente (GONÇALVES & SOUSA, 2007), operámos uma selecção drástica, apresentando Quadros cronológicos ^{14}C para as penínsulas de Lisboa e Setúbal listando apenas datações obtidas sobre carvão e osso, para povoados.

O lapso de tempo para o primeiro arranque dos povoados fortificados (e dos «abertos» que lhes são contemporâneos) é exactamente este.

E a questão, a que não se pode actualmente responder com certeza, é agora saber se esta é mesmo a primeira fase de uso dos monumentos ou se perdemos o escasso material orgânico de um sepultamento individual que coincidissem com uma «verdadeira» primeira fase. Talvez a Gruta S. Paulo 2 (Almada) nos ajudasse nesta questão,

uma vez que tem uma deposição funerária associada a uma taça carenada, mas os intervalos de tempo das duas datações obtidas são tão grandes que a ajuda é pouca, ainda que um deles, o mais tardio, provavelmente coincidindo com o campaniforme, e por isso pouco interessante para a questão, seja mais aceitável que o outro (UBAR-629: 2905-1950, UBAR-630: 2553-2137, ambas cal BC a dois σ).

Poderíamos, mas só sob distração, falar dos outros hipogeus do sul, nomeadamente Monte Canelas (Portimão, Algarve), mas a antiguidade aí registada refere-se a um monumento de tipologia muito diferente das grutas artificiais da Estremadura e a comparação não é legítima (GONÇALVES, 2005b).

4. O QUE ENCONTRAMOS DENTRO DOS MONUMENTOS: COISAS E ALGUNS SIGNIFICADOS PARA ELAS

Quando esquecemos as arquitecturas e nos centramos nos artefactos votivos usados em monumentos ortostáticos e grutas artificiais temos a primeira surpresa e uma dúvida.

A surpresa reside na diversidade dos artefactos votivos registados em grutas artificiais contra as escassas categorias recolhidas em antas. Confirmam estas, até na Península de Lisboa, o que chamei de «séries monótonas» do megalitismo alentejano. E as excepções a esta regra (que são numerosas) não são realmente excepções, mas antes resultados de intrusões e reutilizações posteriores dos monumentos ortostáticos, por vezes maciças, tal é exactamente o caso dos artefactos votivos de calcário.

Quanto à dúvida, não poderia deixar de ser outra senão: quais os artefactos que correspondem efectivamente aos construtores dos monumentos?

Os geométricos e as lamelas

Na gruta natural do Poço Velho, Cascais, os geométricos recolhidos são 49 e distribuem-se pelas seguintes categorias (GONÇALVES, 2009, p. 1830, *a primeira percentagem de cada tipo indica a sua relação numérica na categoria a que pertence, a segunda a sua relação com o total dos geométricos*).

SEGMENTOS: 4 (8,2%)

Segmento assimétrico – SGA – 1 (25%, 2,0%).

Segmento simétrico – SG – 3 (75,0 %, 6,1%).

TRAPÉZIOS: 43 (87,8%)

Trapézio assimétrico – TAS – 16 (37,2%, 32,7%).

Trapézio assimétrico com entalhe do lado menor – TAS-ELM – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio assimétrico de base côncava – TAS-BC – 14 (32,6%, 28,6%).

Trapézio assimétrico, irregular, de base côncava – TAS-I-BC – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio rectângulo – TR – 1 (2,3%, 2,0%).

Trapézio simétrico – TS – 7 (16,3%, 14,3%).

Trapézio simétrico com entalhe do lado menor – TS-ELM – 3 (7,0%, 6,1%).

INDETERMINÁVEL: Trapézio (?), impossível de classificar com certeza (por fragmentação da área que incluía a trancatura inferior) – 1 (2,3%, 2,0%).

TRIÂNGULOS: 1 (2,0%)

Triângulo simples – TRN – 1 (100%, 2,0%).

A este total de geométricos correspondem 41 lamelas.

A presença de geométricos está confirmada em grutas artificiais e antas, mas os números não são tão elevados nem a sua diversidade é a que se regista em Poço Velho. Outras observações indicam que eles são comuns em monumentos atribuíveis a meados do 4.º milénio, mas que o seu número diminui rapidamente com o passar do tempo.

No que se refere a povoados apenas estão contabilizados na globalidade os dados do Penedo do Lexim. Nesse povoado, escavado por Ana Catarina Sousa, com quase três milhares de registos líticos (2742 artefactos, núcleos e restos de talhes) apenas foi identificado um trapézio, ao contrário das lamelas, presentes em número significativo (402 contabilizadas). Para o povoado fortificado do Zambujal, os registos referem 5 geométricos (dois crescentes, um trapézio, dois trapézios assimétricos) para 333 lamelas (UERPMANN, 2003).

Na Camada 3 de Leceia, um importante povoado quase junto ao Tejo, recolheram-se, na Campanha de 1982-1983, apenas três geométricos (um triângulo, um trapézio e um «rectângulo», segundo CARDOSO, SOARES & SILVA, 1983-1984). O número total de lamelas é desconhecido.

Neste aspecto da cultura material, ainda que aqui reformulada no que poderíamos chamar uma «cultura material-simbólica», as grutas artificiais estão claramente mais avançadas no tempo que os monumentos megalíticos.

As enxós e as goivas

Rodeadas recentemente de alguma mitificação (ou mesmo mistificação sexista: machados para os homens, enxós para as mulheres...) os artefactos de pedra polida são muito mais complexos do que aparentam. Para já, nas penínsulas de Lisboa e Setúbal, a presença de artefactos de anfíbolito depende sempre de um comércio a média distância (quase 200 Km) de *ébauchons* ou peças acabadas.

As goivas implicam uma questão complicada: são já utilizadas no 4.º milénio ou apenas manufacturadas na primeira metade do 3.º?

Abordei esta questão na monografia dedicada à Anta 2 de Santa Margarida (GONÇALVES, 2001), mas o processo está longe de encerrado. As associações visíveis parecem deixar entender que elas estão presentes em conjuntos de fins do 4º milénio, mas sobrevivem, ainda que em pequeno número, nos primeiros séculos do 3.º. Na anta 2 da Herdade de Santa Margarida, dispomos de um *terminus ante quem*, a datação do fecho do corredor, fixada em 3340-2900 Cal BC a dois sigmas. A goiva, que integrava um depósito votivo integralmente constituído por artefactos de pedra polida, seria assim anterior a estes parâmetros, obtidos através de carvão de *Erica umbellata*. Quanto, não o sabemos, uma vez impossível de escolher um ponto preciso do intervalo de tempo como referência.

Em Portugal, acreditou-se sempre que os machados neolíticos eram de secção circular, com o corpo cilíndrico picotado e que os calcolíticos eram de secção quadrangular ou rectangular. Pelo meio ficariam as secções ovais. Esta visão é, na realidade, muito simplista e durante o 4.º milénio encontram-se indiferentemente secções circulares e ovais. E, na primeira metade do 3.º milénio coexistem as várias morfologias principais. As próprias enxós apresentam-se com diferentes morfologias e o “golpe de enxó” (GONÇALVES, 2008, 2009) varia de acordo com traçados padronizados.

As séries cerâmicas

Para as grutas artificiais, não se pode, ao contrário do que acontece nos povoados, falar de uma «sequência de cerâmicas decoradas», uma vez que é impossível provar se houve uma sequência única e continuada ou diversas

utilizações, que não correspondem forçosamente a um fluxo contínuo de deposição de mortos nos monumentos.

Mas sem dúvida que, registando alterações «de moda» muito superiores a qualquer outro artefacto, as cerâmicas recolhidas nas grutas artificiais se distribuem por grupos correspondentes aos verificados nos povoados e são, por isso, de grande utilidade na seriação das utilizações.

Do mais antigo para o mais recente, são os seguintes tipos ou categorias cerâmicas que justificam diferenciação:

1. taças carenadas e cerâmicas com bordos denteados ou impressos;
 2. grupo das pequenas cerâmicas;
 3. grupo das cerâmicas caneladas;
 4. grupo das cerâmicas campaniformes;
- a que haveria que acrescentar:
5. presenças esporádicas de recipientes da Idade do Bronze, conectadas a deposições funerárias.

As taças carenadas, muito raramente decoradas, são um recipiente de uso comum, conhecido em todo o sul da Península Ibérica. A sua datação foi feita com segurança para os povoados Sala n.º 1, Pedrógão do Alentejo (GONÇALVES, 1987), da Torre do Esporão, em Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1991), e para o povoado de Vale de Lobos, Sintra (VALENTE, 2006; GONÇALVES & SOUSA, 2006). Respectivamente, 3350-3020, 2930-2880 cal BC (Beta-220075 e Beta-220074).

Basicamente, estamos aqui perante o que poderiam ser os artefactos cerâmicos mais antigos registados em grutas artificiais. S. Paulo 2, em Almada, Alapraia e, provavelmente, S. Pedro do Estoril, em Cascais, registam formas carenadas e bordos denteados, ainda que em números tão baixos que só poderiam corresponder a duas ou três deposições funerárias.

As cerâmicas com bordos denteados ou impressos foram recentemente objecto de duas teses de mestrado orientadas por mim (VALENTE, 2006; POMBAL, 2006). A sua cronologia é ainda imprecisa, salvo para o caso do povoado de Liceia, onde o melhor intervalo de tempo obtido por João Luís Cardoso para o Calcolítico inicial se refere, em anos de calendário, a dois σ a um lapso de tempo (ICEN-1173) entre 2890 e 2589 cal BC (CARDOSO & SOARES, 1996). Para o Neolítico Final, englobando taças carenadas e bordos denteados, a cronologia mais plausível parece-me ser a de ICEN-1161 (3336-2924 cal BC), cuja dimensão engloba as de Vale de Lobos, cujos parâmetros, a dois σ , somados, são 3350-2880 cal BC.

O grupo das pequenas cerâmicas tem vindo a ser detectado não apenas na Península de Lisboa, mas em monumentos megalíticos do Alentejo (*Tholos* OP-2b, em Reguengos de Monsaraz), da Extremadura espanhola (*Tholos* Huerta Montero, em Badajoz) e um pouco por toda a Andaluzia. Em termos genéricos, a sua associação às grutas artificiais é um dado adquirido, mas a sua presença em grutas naturais e em monumentos megalíticos de diversas tipologias é indiscutível. Não corresponde assim a um dado tipo de monumento, tem que ver com a reocupação de vários, e a sua cronologia parece coincidir com a chegada ao território que é hoje o Centro e Sul de Portugal de grupos de arqueometalurgistas do cobre a partir do 2.º século do 3.º milénio a.n.e. Não sabemos se as pequenas dimensões de estas cerâmicas têm um significado preciso, mas sem dúvida correspondem a artefactos concebidos para ocupar pouco espaço nas deposições votivas calcolíticas. Virão praticamente a desaparecer dos conjuntos fúnebres, sendo substituídas por formas que, em morfologia e dimensão, são idênticas às que se encontram no quotidiano dos povoados, nomeadamente grandes pratos de bordo espessado e taças.

Quase exclusivo das penínsulas de Lisboa e Setúbal, o grupo das cerâmicas caneladas foi durante muitos anos confundido ou associado com os copos canelados, eles próprios erradamente designados como tal. Na verdade,

são cerâmicas muito diferentes. Os copos são as mais das vezes brunidos e incluem uma decoração complexa, que se enquadra entre «caneluras» grupadas no topo e na base. De todas as cerâmicas do 3.º milénio, são, sem dúvida, as que mais se aproximam de modelos do Mediterrâneo Oriental, ainda que sejam muito provavelmente, na maioria dos casos, de fabrico indígena. As taças caneladas apresentam linhas incisas, grosseiramente paralelas ao bordo, que, em alguns raros casos, ocupam mesmo toda a superfície disponível do vaso.

São duas técnicas decorativas de cerâmica completamente diversas e, no caso das taças caneladas, o processo decorativo e a composição parece ser exclusiva de uma forma única, com algumas variantes.

E, finalmente, as cerâmicas campaniformes. Quer os vasos campaniformes quer as taças «tipo Palmela». Os primeiros têm pelos menos dois subgrupos, um com os motivos «puros» (bandas ou sequências de linhas ponteadas), outro com motivos compósitos, um dos quais, as *métopes*, tenho actualmente em estudo (GONÇALVES, 2007; monografia de Alapraia em curso de preparação). As taças «tipo Palmela» são uma extraordinária categoria, em que uma forma indígena, a taça de bordo espessado, absorve uma decoração anterior e lhe dá uma carga «barroca» inusitada.

Em termos genéricos, nenhuma datação fiável, proveniente de conjuntos explícitos, permite recuar para trás de 2500 a.n.e. qualquer das cerâmicas campaniformes e as taças «tipo Palmela» coincidem mesmo com os três últimos séculos do 3º milénio.

Esgotam estas categorias a totalidade das sequências? Claro que não e o importantíssimo *Grupo das Cerâmicas folha-de-acácia*, tão bem representado nos povoados de meados do 3.º milénio (GONÇALVES & SOUSA, 2007), é disso prova clara. Ainda que, a poucos metros da necrópole de grutas artificiais de Alapraia, nas minhas escavações de 2008, se tenha recolhido um fragmento de esta loiça indiscutivelmente doméstica e até agora praticamente exclusiva dos espaços de vida e normalmente ausente dos depósitos fúnebres. Mas não se tratava do arrasto, por violação ou má escavação, de materiais para fora dos monumentos. Neste caso tratava-se de uma área de utilização dos visitantes calcolíticos dos monumentos.

As placas de xisto gravadas

Sem dúvida o mais exclusivo item dos conjuntos artefactuais associados à Morte, as placas de xisto gravadas representam uma categoria à parte, absolutamente indígena e sem qualquer filiação de estética ou morfologia com qualquer outra região europeia.

A classificação das placas pode fazer-se de acordo com diversas perspectivas: de acordo com a sua morfologia geral, de acordo com os motivos gravados, de acordo com as variantes do xisto utilizado como matéria-prima, sendo ainda susceptíveis de reclassificações, de acordo com a utilização dos diversos critérios.

Talvez as mais interessantes sejam as placas CTT (placas com cabeça tripartida), as que registam uma enorme dispersão geográfica, mas outras subcategorias de placas como as «orelhas de coelho», as de simetria central, as de simetria radial, as híbridas, as que apresentam a síndrome das placas loucas, bem como as que incluem motivos relacionados com a Deusa Mãe e o Jovem Deus, incluem exemplares notáveis.

Sob o ponto de vista gráfico, podemos falar do domínio completo do geometrismo, uma vez que mesmo as placas que apresentam motivos antropomórficos ou teomórficos explícitos os tratam dessa maneira. As placas aparecem numa fase relativamente evoluída do megalitismo alentejano, sendo aceitável para elas uma cronologia entre 3200 e 2500 a.n.e.

Na Península de Lisboa, surgem em toda a espécie de monumentos funerários, naturais ou construídos.

Os artefactos votivos de calcário

De entre os artefactos votivos que aparecem indistintamente quer em antas quer em grutas artificiais da Península de Lisboa (e nas grutas artificiais do Casal do Pardo, na Península de Setúbal) contam-se os artefactos votivos de calcário, que se distribuem por três grandes categorias: as figuras (artefactos que representam coisas específicas), os betilos (cilíndricos, rombóides, hiperbolóides, decorados ou não) e os artefactos e objectos inclasificáveis (em forma de ovo, com morfologias bizarras...).

Presentes em núcleos muito bem definidos, estão altamente concentrados nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal e no Algarve Ocidental. No Alentejo, existem alguns poucos exemplares, normalmente almofarizes e pequenos vasos.

As placas de xisto gravadas e os artefactos votivos de calcário

Recentemente (GONÇALVES, 2008) tive a oportunidade de defender que se trata mesmo de dois subsistemas mágico-religiosos completamente distintos, o das placas de xisto mais antigo, mas que coexistem na primeira metade do 3.º milénio.

E coexistir não tem nada que ver com perda de identidade nem com similitudes impressionantes. Na verdade, as placas são figurações individualizadas de uma divindade feminina. Os artefactos votivos de calcário são um pouco de tudo, com figurações, como os betilos, que são transversais ao Algarve e à Andaluzia (como os exemplares de Pêra e do seminário de Huelva provam) e ainda com figuras completamente originais, como os longos betilos afuselados e gravados das Penínsulas de Lisboa e Setúbal, as sandálias de Alapraia, as figuras do *tholos* do Pai Mogo...

5. ANTAS INDÍGENAS, GRUTAS ARTIFICIAIS IMPORTADAS?

O que é indígena e o que é importado, não sendo necessariamente o cerne da questão, justifica sem dúvida que procuremos focar a imagem disponível, e que é de muito baixa resolução (32 dpi, como diria João Luís Cardoso...).

Se quisesse traçar de uma forma básica, mas eficaz, a situação que envolve os dois tipos de monumentos funerários, diria que as antas (ou os monumentos ortostáticos em geral) têm, no centro e sul de Portugal, uma longa história, de quase um milénio, enquanto as grutas artificiais de tipo coelheira (Casal do Pardo, Alapraia, S. Pedro do Estoril, Carenque...) uma duração de construção muito mais reduzida, talvez não mais de dois séculos, apesar da sua longa utilização.

Mas as pessoas que utilizam os dois tipos de monumento para depositar os seus mortos, se não são as mesmas no início, são exactamente as mesmas aquando dos reaproveitamentos sistemáticos que os monumentos sofrem e isto durante todo o 3.º milénio a.n.e.

Lemos isto através dos espólios artefactuais, uma vez que muito escassas são as informações de antropologia física anteriores à introdução da colectivização da morte, em antas, grutas artificiais, *tholoi*... e grutas naturais.

Há também que definir com cuidado o que enerva alguma gente. Como várias vezes se escreveu, o trauma da sociedade colonizadora (que nós fomos e de que não há que ter qualquer vergonha disso) afecta estudiosos que, se pudessem, negariam que existiram mesmo colónias fenícias em Portugal, que do latim e das cidades romanas é melhor nem falar. Isto não implica que não existam indígenas ou que eles tenham sido completamente exter-

minados... mas simplesmente que há ideias e, mesmo pessoas, que são claramente exteriores ao espaço regional em que as encontramos. As placas de xisto são certamente originárias do Alentejo central, mas têm áreas periféricas e achados ocasionais em Salamanca, Badajoz e Huelva. As concentrações de artefactos votivos de calcário registam-se nas penínsulas de Lisboa e Setúbal e no Algarve ocidental, ainda que não sejam exactamente os mesmos tipos os encontrados e que praticamente só os betilos sejam transversais a todo o Sul da Península Ibérica. De qualquer forma o calcário, quer em construções (o que é menos importante) quer em artefactos votivos é um fenómeno mediterrânico do 3.º milénio a.n.e. Por alguma razão, que talvez um dia a arqueologia subaquática ajude a esclarecer.

Sem entrar em generalidades, que nunca significam muito, poderia dizer que os indígenas duram sempre mais que os colonos e que algumas ideias importadas duram menos que as locais, sobretudo quando elas se autoreformam e reformulam de acordo com novos padrões. Padrões que podem ou não ser rapidamente abandonados: durante quanto tempo se fizeram grutas artificiais? durante quanto tempo são usados os copos canelados? quanto tempo duram os campaniformes marítimos?

6. UMA HISTÓRIA QUE NÃO ACABA? ALGUMAS QUESTÕES MAIS FREQUENTES...

FAQ 1: Mas porque é tão difícil ler a história por detrás de estes monumentos?

Resposta: Porque no 3.º milénio não há uma única história, mas muitas. Que por vezes se entrosam, dificultando muito o trabalho do pré-historiador que as procura entender como realidades separadas, o que elas maioritariamente são.

FAQ 2: Será que podemos saber quem construiu grutas artificiais na Península de Lisboa?

Resposta: Para a «fundação» das grutas, há muito pouca informação, ainda que a sua origem «marítima» seja uma possibilidade. Sabemos muito mais sobre os utilizadores que sobre os construtores, mas, na primeira metade do 3.º milénio, há um fundo mediterrânico detectável no gosto do uso do calcário quer em artefactos quer em estruturas negativas relacionadas com os espaços da morte. Aqui, no Algarve, na Andaluzia...

FAQ 3: Estes monumentos eram para uso individual ou colectivo?

Resposta: Provavelmente, num primeiro momento, eram para uso individual ou mono-familiar, tanto antas como grutas artificiais, mas logo a seguir transformaram-se em necrópoles colectivas, tal como os *tholoi*.

FAQ 4: E sobre cronologia absoluta?

Resposta: Hoje, pensamos diferente do que há alguns anos. Provavelmente, as grutas artificiais da Península de Lisboa teriam sido escavadas na transição do 4.º para o 3.º milénio ou nos primeiros dois séculos deste. Usadas e reusadas até 2000 a.n.e. Na Península de Lisboa, tal como em todo o sul de Portugal, as antas devem ter sido construídas depois de 3500 e reocupadas sistematicamente na primeira metade do 3.º milénio, simultaneamente com as grutas artificiais. Mas ainda se constroem antas nos primeiros séculos do 3.º milénio. E se continuam a usar, em contínuo, até 2500 a.n.e. (STAM-3, GONÇALVES, 2003a; Anta 2 dos Cebolinhos, GONÇALVES, 2003b).

FAQ 5: E os *tholoi*?

Resposta: Os *tholoi* são típicos da 1.ª metade do 3.º milénio. Os artefactos votivos recolhidos em muitos deles são idênticos aos encontrados em grutas naturais, artificiais e... mesmo em antas... mas não há uma única variedade de *tholos*, há várias, como vemos em Alcalar e até mesmo na Anta 2 do Olival da Pega. E as cronologias estendem-se por todo o 3.º milénio.

FAQ 6: E o ouro?

Resposta: Ah, a metalurgia do ouro!! O que sabemos por certo é que os saques de monumentos os devem ter privado (a eles, monumentos, e a nós, arqueólogos) de várias peças, em número impossível de calcular. A datação obtida para a falange humana de S. Pedro do Estoril 1, que se conservou com o anel em espiral conecto, 2330-2060 calBC (dois σ), GONÇALVES, 2005a, é uma excelente datação, que confirma a metalurgia campaniforme do ouro e as taças «tipo Palmela» reformuladas em taças com pé, as *fruit-stands* de Savory...

FAQ 7: O que significa então o 3.º milénio no centro e sul de Portugal?

Resposta: Não conhecemos toda a história, mas sabemos que existem diferentes fases.

Sendo a primeira a transição entre o 4.º e o 3.º milénio. Um período de domínio indígena.

A segunda começa por volta de 2800 a.n.e. e é o tempo dos arqueometalurgistas do cobre, dos povoados e quintas fortificados.

A terceira decorre durante a segunda metade do 3.º milénio, com a queda dos sítios fortificados e a emergência das redes de fabrico e comércio das cerâmicas campaniformes.

Última FAQ: Isto é certo?

Resposta: De forma alguma!! Mesmo na madrugada do século 21, sabemos ainda tão pouco acerca de tantas coisas...

E a morte é uma coisa muito séria... salvo no Halloween...

Lisboa, Sliema, Lisboa, Outono de 2008

Texto revisto no Verão de 2009

7. REFERÊNCIAS E ALGUMA BIBLIOGRAFIA CLASSIFICADA

Obras de síntese (livros e artigos)

BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. 2 vols. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa sob direcção de Victor S. Gonçalves, policopiada.

CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.

CARDOSO, J. L. (2006) – *Lisboa e Estremadura. A Pré-História recente e a Proto-História*. Tomar: CEIPHAR (ARKEOS 20).

GONÇALVES, V. S. (1993a) – As práticas funerárias nas sociedades do 4.º e do 3.º milénios. O Megalitismo. *História de Portugal* dirigida por João Medina, Vol. 1, Parte V. Lisboa: Ediclube.

GONÇALVES, V. S. (1999) – Time, landscape and burials. 1. megalithic rites of ancient peasant societies in central and southern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 83-91.

GONÇALVES, V. S. (2005a) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal.

GONÇALVES, V. S. (2005b) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. XXVI, p. 89-114.

GONÇALVES, V. S. (2006) – Quelques questions autour du temps, de l'espace et des symboles mégalithiques au Centre et Sud du Portugal. *Origine et développement du mégalithisme de l'ouest de l'Europe*. Bougon. Vol. 1, p. 485-510.

- GONÇALVES, V. S. (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no centro e sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 79-94.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no centro e sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M.; SOLER DÍAZ, J. & LÓPEZ PADILLA, J., eds. *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: MARQ. Tomo II, p. 112-120.
- LEISNER, G. e LEISNER, V./ LEISNER, V. (1943&seq.) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter.

Cronologia absoluta

- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-madan*. Almada. S.2, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1996) – Contribution d'une série de datations ¹⁴C, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Chalcolithique de l'Estremadura Portugaise. *Revue d'Archéométrie*. Rennes. Supplement 1996, p. 45-50.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *STAM-3, a Anta 3 da da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora). As intervenções de 1996 e 1997 e duas datas de radiocarbono para a última utilização da Câmara ortostática. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6(2); p. 143-166.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura, no contexto de 3º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 233-266.

Grutas artificiais de Alapraia e S. Pedro do Estoril

- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, «Horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*. 2ª edição revista e aumentada com dois novos textos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1941) – *A Gruta II da Necrópole de Alapraia*. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. 4.
- LEISNER, V.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas Artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Editor desconhecido, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.
- PAÇO, A. (1955) – Necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de História*. Lisboa. Série II, 6, p. 23-140.

Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)

- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2004a) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque) e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 113-162.
- HELENO, M. (1933) – *Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque)*. Lisboa: Tipografia Anuário Comercial.

Grutas artificiais do Casal do Pardo (Quinta do Anjo, Palmela)

- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1961) – *Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Memória 8, Nova Série).
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeus pré-históricos da Quinta do Anjo (Palmela)*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.

Praia das Mações (um tholos sobrepondo-se parcialmente a uma gruta artificial?)

- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1969) – *Les monuments préhistoriques de Praia das Mações et de Casainhos*. (Memória nº16). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982/1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Mações (Sintra). Notícia preliminar. *Síntria*. Sintra. I-II (tomo 1), p. 29-37.

Outras referências

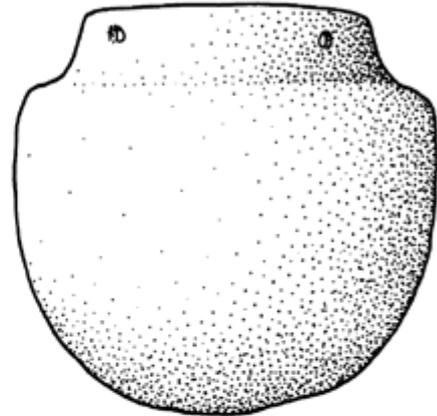
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1983-84) – O povoado calcítico de Leceia (Oeiras). 1ª e 2ª campanhas de escavação (1983-84). *Clio Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 41-68.
- GONÇALVES, V. S. (1987) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a Campanha 1(88). *Portugália*. Porto. Nova Série, 8, p. 7-16.
- GONÇALVES, V. S. (1991) – TESP3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto. Nova Série, 11-12, p. 53-72.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4(2). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. [Coleção *Cascais, Tempos Antigos*, 1.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais [Coleção *Cascais, Tempos Antigos*, 3.
- GONÇALVES, V. S., ed. (2000) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 16].
- GONÇALVES, V. S., ed. (2003) – *Muita gente, poucas antas? Espaços, Origens e Contextos do Megalitismo*. Actas do 2.º Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 25].
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2004) – As placas de xisto gravadas da gruta artificial S. Paulo 2 (Almada). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7(2), p. 73-96.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951, reeditado em 1985) – *As Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: INIC/UNIARQ.
- UERPMANN, H.P. & UERPMANN, M. (2003) – *Zambujal. Die stein und beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Madrider Beiträge, Band 5. Verlag Philipp von Zabern. Mainz am Rhein.



ALAPRAIA 2 #112 e 105



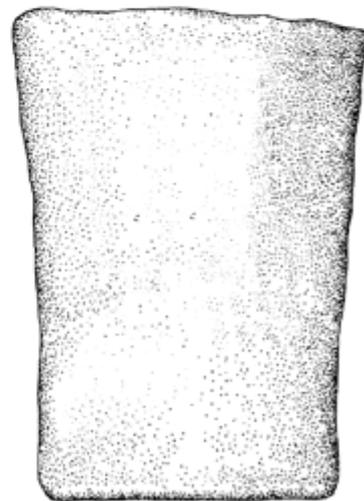
ALAPRAIA 2 #104



PCV IGM-238



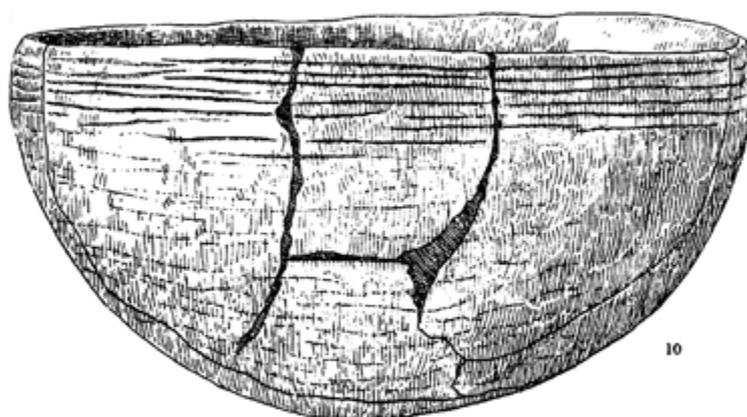
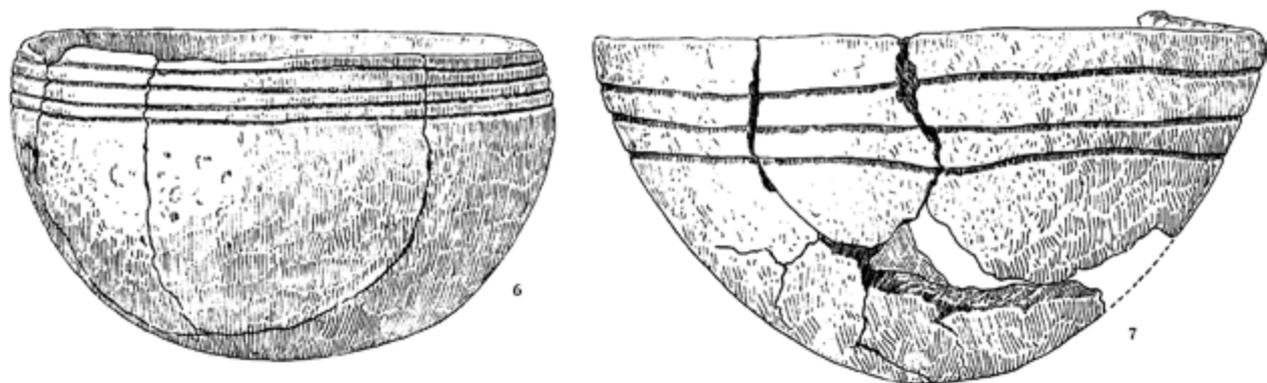
ALAPRAIA 2 #110



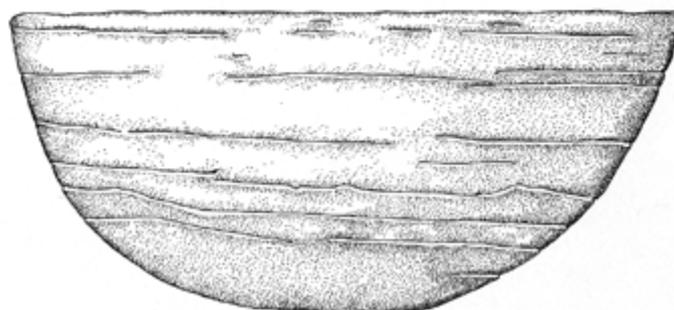
ALAPRAIA 2 #111



Fig. 5 – Cerâmicas de pequena dimensão. Estão presentes em antas, *tholoi*, grutas artificiais e naturais. Des. F. Sousa e Guida Casella, © UNIARQ.



S. PEDRO DO ESTORIL 1



ALAPRAIA 2 #38



Fig. 6 – Taças caneladas. (segundo LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964). O exemplar de Alapraia 2 foi desenhado por Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

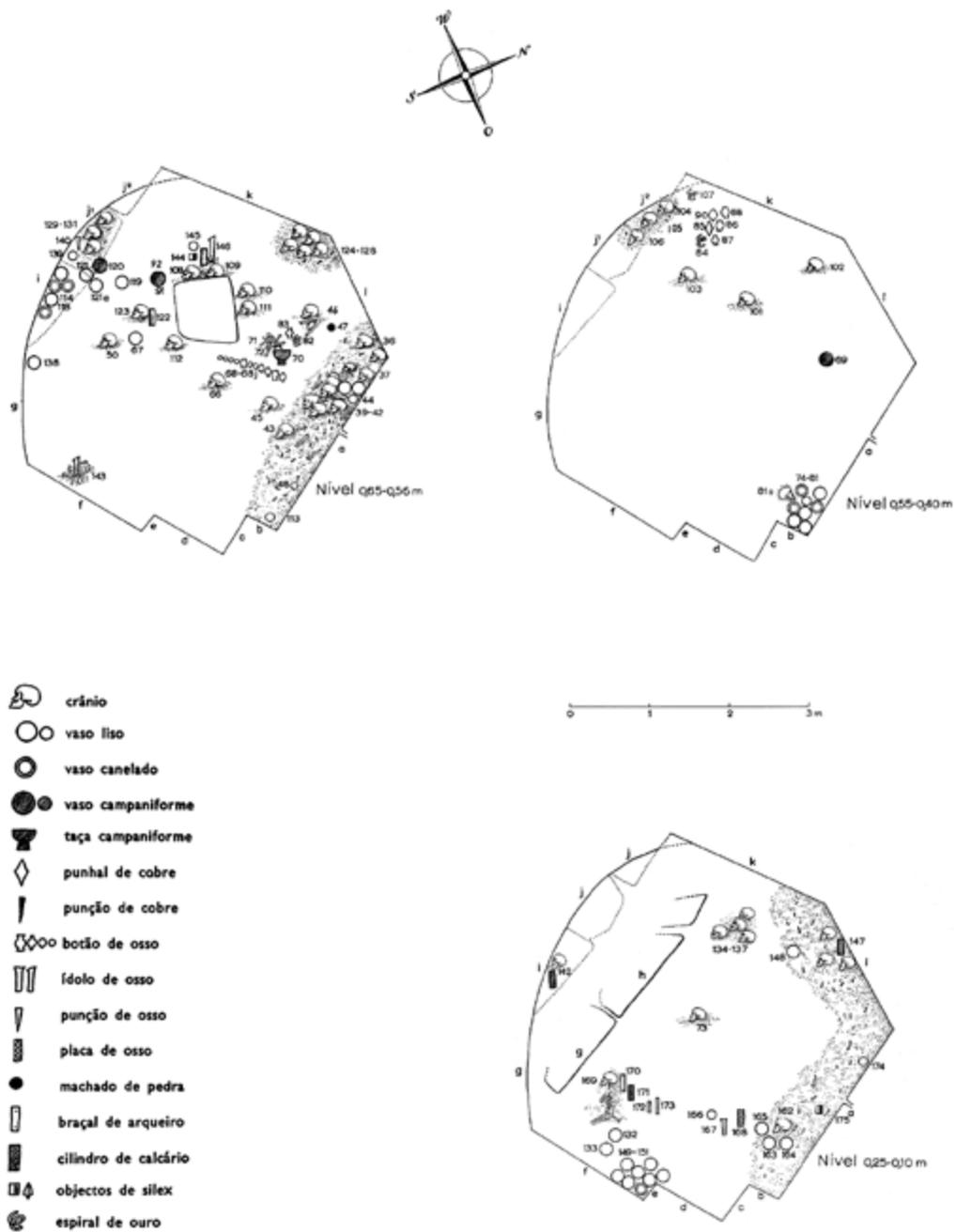
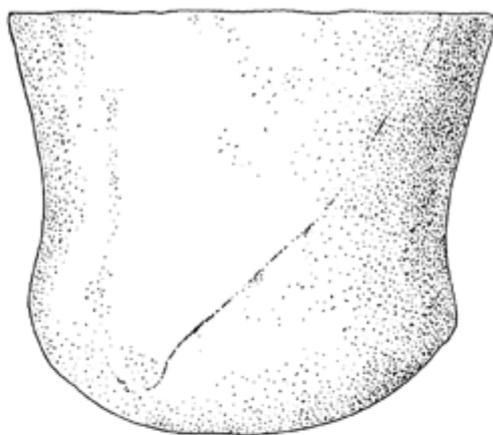
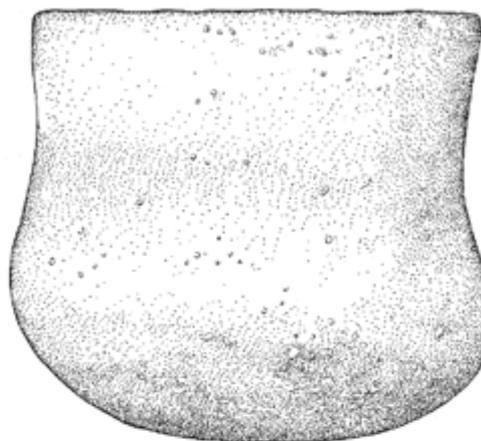


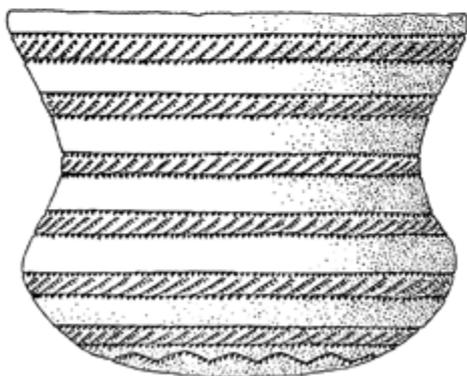
Fig. 7 – Três níveis artificiais da gruta artificial de S. Pedro do Estoril 1 evidenciam a localização junto às paredes da gruta das taças caneladas. Ou se trata de uma localização de origem, antiga, como me parece, ou da «síndrome do urso», provocada pelas deposições campaniformes, neste caso o famoso «enterramento do casaco» (segundo LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964, remontado).



S. PEDRO DO ESTORIL 1 #32



PORTO COVO #2



S. PEDRO DO ESTORIL 1 #11



S. PEDRO DO ESTORIL 1 #12



Fig. 8 – Vasos campaniformes lisos e decorados. Desenhos de Guida Casella para as monografias de Porto Covo, Alapraia e S. Pedro do Estoril, © UNIARQ.

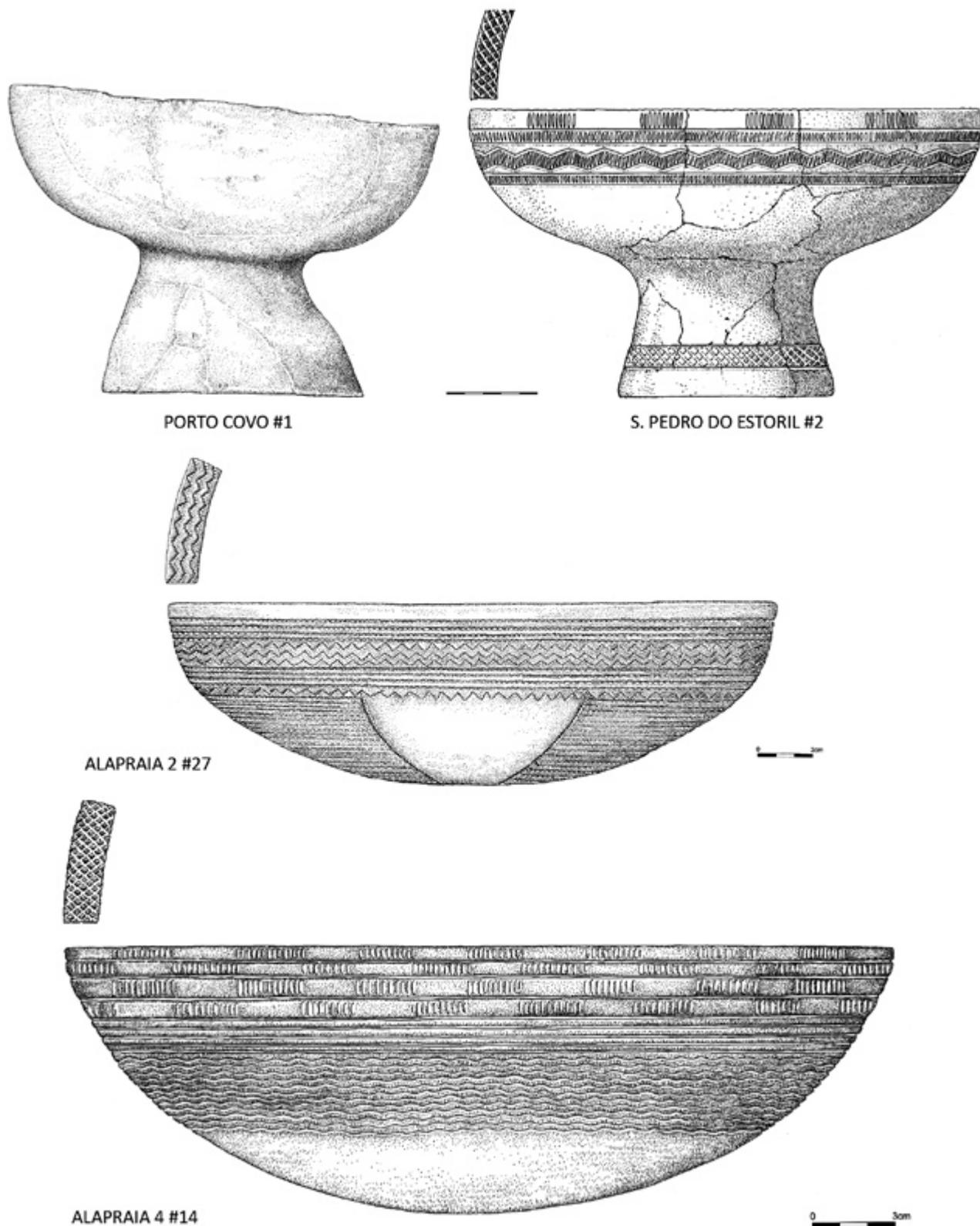


Fig. 9 – Taças com pé, lisa e decorada (Porto Covo e S. Pedro do Estoril 1) e taças «tipo Palmela», a de baixo (Alapraia-4-14), com quatro bandas de métopes abaixo do bordo. Desenhos de Guida Casella, © UNIARQ.

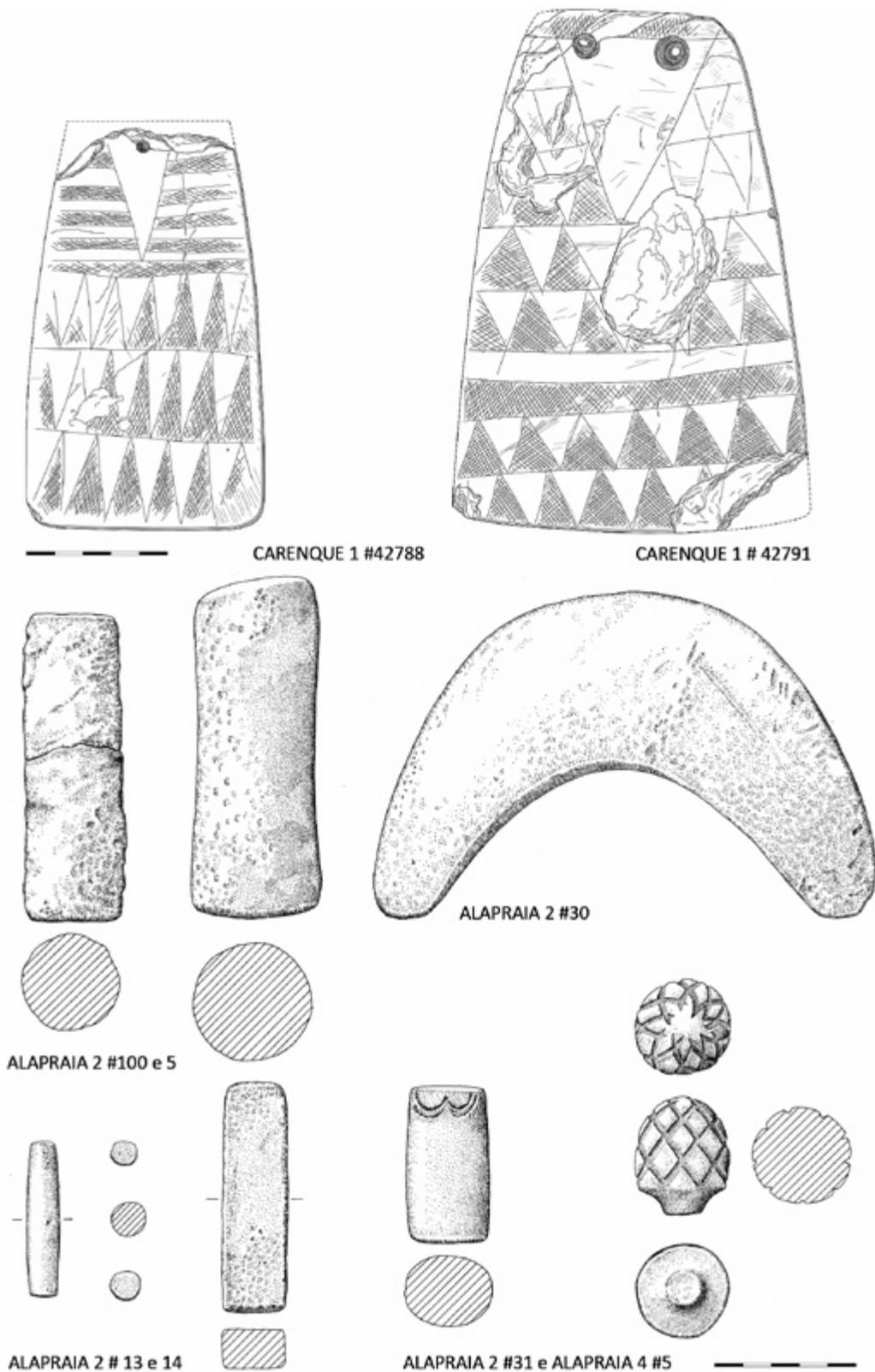


Fig. 10 – Placas de xisto gravadas da gruta artificial de Carenque 1 (Tojal de Vila Chã), desenhos © PLACA NOSTRA – UNIARQ. Artefactos votivos de calcário da gruta artificial da Alapraia 2: ídolos betilos, crescente lunar, ídolo betilo com as tatuagens ou pinturas faciais da Deusa e «pinha». Desenhos de Guida Casella para a monografia de Alapraia, © UNIARQ.

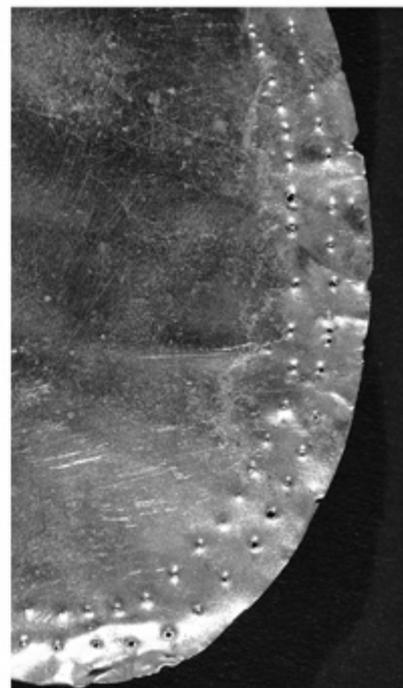
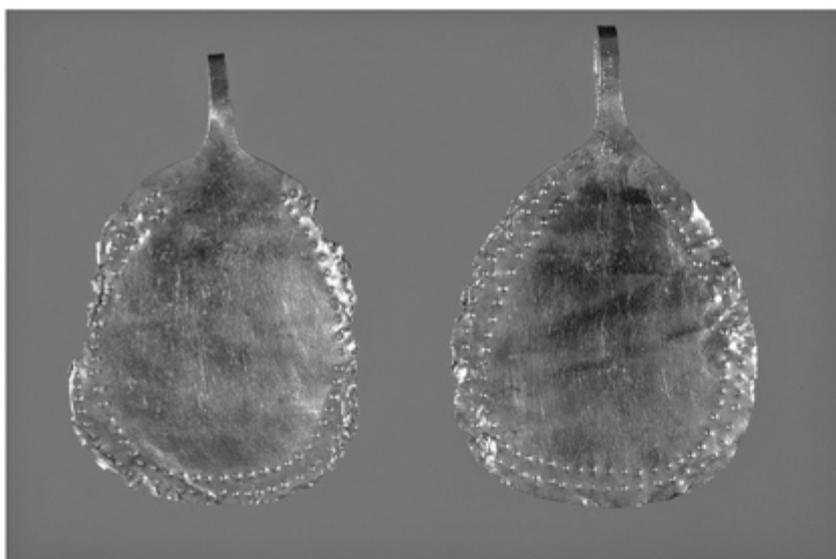
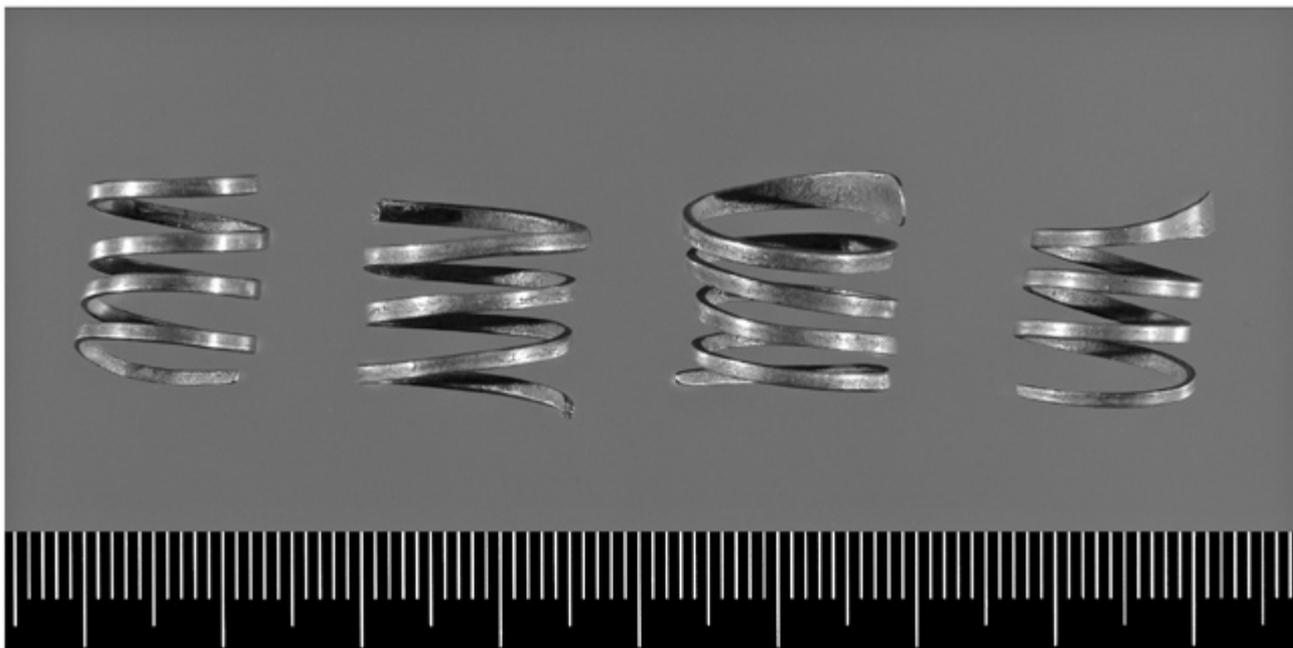


Fig. 11 – A metalurgia do ouro em grutas artificiais. (em cima), anéis-espiral, de ouro, da gruta artificial 1 de S. Pedro do Estoril (Museu do Conde de Castro Guimarães, Cascais). O primeiro da esquerda foi datado, a partir da falange que ainda envolvia, de 2330-2060 cal BC (2 σ). Todos têm a mesma composição: 90% ouro, 10% prata.

Um deles pertence de certeza ao «enterramento do casaco», campaniforme. Os outros, muito provavelmente, também. (em baixo) Brincos de ouro da Ermejeira (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa). Fotos do autor, cortesia do Museu do Conde de Castro Guimarães (Cascais), para S. Pedro do Estoril, e do Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), para Ermejeira, © UNIARQ.

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO OUTEIRO DA ASSENTA (ÓBIDOS)*

João Luís Cardoso¹ & Filipe Martins²

1. INTRODUÇÃO

O povoado pré-histórico do Outeiro da Assenta é conhecido na bibliografia arqueológica portuguesa desde 1914, quando o seu explorador, o Dr. Félix Alves Pereira, iniciou a publicação de desenvolvida notícia, nas páginas de “O Arqueólogo Português”, em que deu conta dos principais resultados da primeira campanha de escavações ali efectuada em 1911. Contudo, apesar do evidente interesse arqueológico da estação, sublinhado pela importância dos espólios arqueológicos recolhidos, nem as escavações tiveram a continuidade adequada, pois apenas se efectuou uma segunda campanha, no ano de 1913, dirigida por Luís Chaves, nem os materiais conheceram a publicação sistemática e exaustiva que mereciam. Só a partir de 2006 se deu início ao desenho dos materiais que agora se publicam – quase todos inéditos – guardados no Museu Nacional de Arqueologia, embora nem todos os representados nos trabalhos publicados por aqueles dois autores tivessem sido agora identificados nas colecções. Tal fica-se a dever a diversas reorganizações dos depósitos daquela Instituição, ao longo das últimas décadas.

Félix Alves Pereira (1865-1936) foi oficial e, mais tarde, Conservador do Museu Etnológico, de 15 de Maio de 1902 a 9 de Setembro de 1911, data em que, por incompatibilidade das funções que passou a exercer no Congresso da República, onde auferia maior remuneração, pediu a exoneração do Museu Etnológico. Foi até o fim da vida dedicado amigo e colaborador de Leite de Vasconcelos, devendo-se-lhe elevado número de trabalhos de campo ao serviço do Museu, depois publicados no órgão oficial do mesmo, *O Arqueólogo Português*. Foi o caso das explorações por si conduzidas no Outeiro da Assenta, onde efectuou duas campanhas. A primeira, correspondente a cerca de duas semanas, foi iniciada a 24 de Maio de 1911, quando ainda pertencia ao Museu Etnológico, que viria a abandonar poucos meses depois. A segunda, realizada em 1913, já não foi por ele dirigida, mas sim por Luís Chaves, então jovem preparador do Museu, ao serviço do qual se manteve até ser atingido pelo limite de idade.

São dois os estudos publicados por Félix Alves Pereira em “O Arqueólogo Português”. No primeiro, de 1914, descreve os trabalhos por si dirigidos no Outeiro em 1911, a estratigrafia e os principais achados sem, no entanto, os descrever em pormenor (PEREIRA, 1914). A caracterização destes é efectuada no segundo estudo de sua autoria, publicado no ano seguinte, atribuindo a ocupação pré-histórica ali identificada à época calcolítica, com

* A coordenação e a redacção deste trabalho são da autoria do primeiro signatário, devendo-se os desenhos que o ilustram ao segundo signatário.

¹ Professor catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

² Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

base na comparação dos materiais exumados com os recolhidos pelos irmãos Siret na estação de Los Millares, reportada aos últimos séculos do III milénio a.C.

A ocupação sidérica, com base nas comparações efectuadas com as produções de Santa Olaia (Figueira da Foz), é atribuída ao século IV a. C. (PEREIRA, 1915), conclusão que, como hoje se sabe, deve ser envelhecida de cerca de trezentos anos, sem prejuízo de existirem materiais no Outeiro da Assenta reportáveis aos finais da Idade do Ferro, até à época republicana, como adiante se verá.

Para melhor conhecer as condições em que Félix Alves Pereira efectuou as explorações nesta importante estação arqueológica, transcrevem-se as missivas que, no decurso dos trabalhos de campo, foram endereçadas a J. Leite de Vasconcelos, dando-lhe conta do progresso dos mesmos.

1.ª Campanha de escavações

“Um destes dias ouvi **penedro**, desconfiei; mas ontem ouvi *oiteiro d’Assenta*; o mm aconteceu com **Oiteiro d’Ilrei**, de que ontem também tive uma repetição. (...).

Já mandei pedir licença para (???) sondagens no tal Oiteiro d’Assenta de que suspeitei e onde encontrei um machado no solo. P.ª a semana vou ver se é verdade haver uma caverna junto à lagoa (...).”

Extracto de carta assinada e datada de Caldas da Rainha de 22 de Abril de 1911 (Fig. 1).

“Hoje vou a Óbidos para pessoalmente tratar das sondagens no Oiteiro da Assenta, relativamente a trabalhadores, local etc. Por carta disseram ao Dr. Correia que não havia dificuldades em licenças. Tenciono começar amanhã, 6.ª feira

Extracto de carta assinada e datada de Caldas da Rainha de 27 de Abril de 1911.

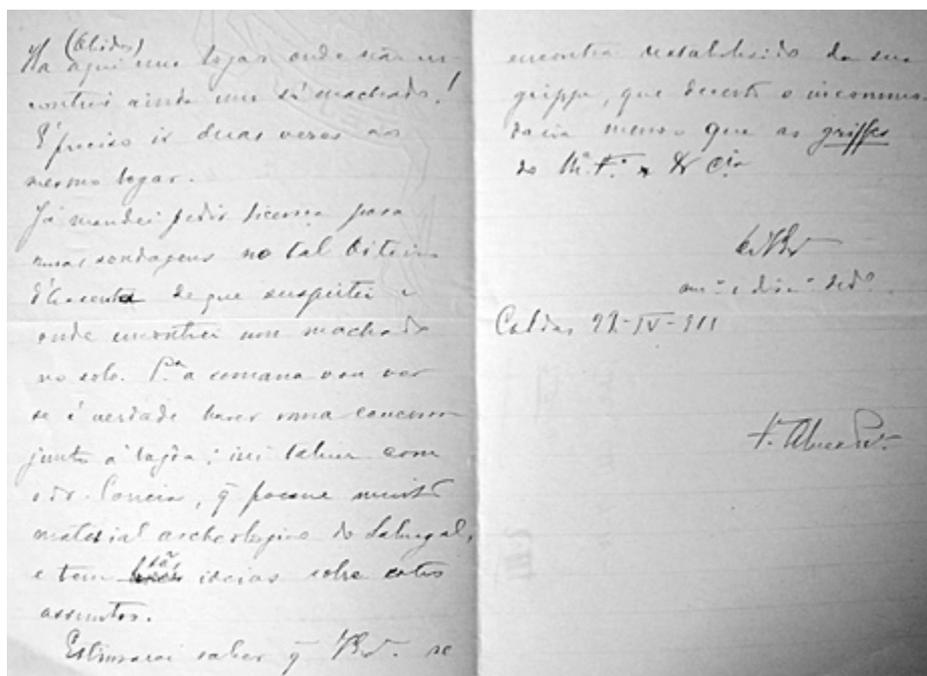


Fig. 1 – Extracto de carta autografa de Félix Alves Pereira a J. Leite de Vasconcelos, datada das Caldas da Rainha de 22 de Abril de 1911, referindo a intenção de proceder a sondagens no Outeiro da Assenta. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.

“As licenças para as explorações d’Assenta são um pouco complicadas porque são muitos proprietários a entestarem com os seus talhos no escarpado. Mas heide chegar ao fim. Nas terras pequenas, ninguém tem pressa...”
Extracto de postal assinado e datado de Caldas da Rainha de 30 de Abril de 1911.

Conforme o autor refere no início do extenso relato dos trabalhos publicado em 1914, estes iniciaram-se a 24 de Maio de 1911, em resultado de uma estada na vizinha povoação das Caldas da Rainha, para tratamento nas termas daquela cidade. Prosseguiram até 17 de Junho de 1911, segundo a informação constante de carta dirigida a J. Leite de Vasconcelos a 5 de Dezembro de 1915.

2.ª Campanha de escavações (1913)

“Como vou passar estes meses nas Caldas, parecia-me conveniente continuar as escavações no **Outeiro da Assenta** (Óbidos); eu não posso assistir mais que uma vez por semana, mas o collecter novo poderia talvez ir para lá pelo menos uns 15 dias; era já bastante e não seria caro. Produzia máu efeito abandonar de todo, e V. Ex.^a poderá ver que o espólio é interessante bastante. Não me esqueça com a resposta (...)”.

Extracto de bilhete postal assinado, com carimbo dos Correios das Caldas da Rainha de 4 de Julho de 1913.

“Muito favor era que me pudesse dar as respostas ao que perguntei no meu derradeiro postal; a saber: (...) – ida do collecter p.^a o Outeiro da Assenta uns 15 dias pelo menos (...)”.

Extracto de bilhete postal assinado, com carimbo dos Correios das Caldas da Rainha de 8 de Julho de 1913.

“Amanhã já dormimos nas Caldas (Praça da Republica). Se o collecter não é bom para ir, eu não queria lá um insciente e então ficará para melhor ocasião a continuação dos trabalhos do Outeiro da Assenta (...)”.

Extracto de bilhete postal não assinado, datado de Vale de 13 de Julho de 1913.

“Estava eu em casa do Dr. Correia, matutando num calco de inscrição romana, quando chegou o postal de V. Ex.^a Agradeço-o pelo carinho com que se me refere. E estimo a vinda do Fulgencio que já me constava achar-se ao serviço, se é o Fulgencio quem vem p.^a o Outeiro da Assenta. Heide ver se lhe convem mais estar aqui ou em Óbidos, mas creio ser aqui, porque a distancia de Óbidos também não dispensava o bégueiro. Eu estou nas Caldas até ao fim de Setembro”.

Extracto de carta assinada com rubrica, datada de 29 de Julho de 1913.

“Por informação que tomei, convem mais que a exploração do Outeiro da Assenta se faça mais em Agosto do que em Setembro, porque neste mês há maior dificuldade em obter trabalhadores por preço razoavel. Também, se o Chaves não for muito exigente, há em Óbidos casa decente p.^a se hospedar e Óbidos é mais próximo do logar dos trabalhos do que as Caldas. Isto quasi me faz esquecer que já não sou um estranho ao Museu!”.

Extracto de carta assinada, datada de Caldas da Rainha de 7 de Agosto de 1913.

Desconhece-se a duração da segunda campanha, que terá sido realizada no Verão de 1913, com o auxílio do collecter Fulgencio e de Luís Chaves (1889-1975), preparador do Museu Etnológico desde 31 de Agosto do ano anterior, aposentando-se como Conservador em 25 de Novembro de 1957. Na verdade, foi sob a orientação deste etnólogo que se efectuou a segunda e última campanha arqueológica no Outeiro, no ano de 1913, a qual se encontra descrita de forma circunstaciada no trabalho de sua autoria publicado em 1915 (CHAVES, 1915).

A riqueza arqueológica da região era já conhecida, sobretudo desde a exploração, anos antes do vizinho povoado pré-histórico do Outeiro de S. Mamede, pelo colector do Museu Etnológico Bernardo de Sá, o qual dista cerca de 4 km para Sul-sudoeste do Outeiro da Assenta. Também é de registar a presença do povoado calcolítico fortificado da Columbeira, implantado sobre esporão rochoso dominando a planície aluvial, cerca de 7 Km a Sul Outeiro da Assenta, explorado na década de 1990 por J. L. M. Gonçalves, então arqueólogo da Câmara Municipal do Bombarral.

A presente publicação vem, pois, na sequência da que foi anteriormente realizada sobre aquela importante estação arqueológica (CARDOSO & CARREIRA, 2003), respeitando idêntica metodologia e objectivos.

2. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA E TRABALHOS EFECTUADOS

O morro em que se implantou o povoado pré-histórico que, mais tarde, foi reocupado na Idade do Ferro e na época romana, embora nesta última de forma pouco acentuada, corresponde a um afloramento de calcários bem estratificados do Infralias, pontuando vasta planície aluvial – a Várzea da Rainha – colmatada por depósitos recentes, já na época histórica e correspondente a um dos ramos montantes da antiga lagoa de Óbidos, cujo limite atingia a base do cabeço.

A evidente individualização na paisagem do Outeiro, está, aliás, na origem do nome de povoação que lhe fica próxima, Trás-do-Outeiro, que expressivamente evoca a sua importância como acidente orográfico, tendo aquele nome, por certo, origem nos habitantes de Óbidos, para quem a povoação de Trás-do-Outeiro estaria de facto encoberta pelo Outeiro da Assenta, o qual dista menos de 1 km de Óbidos (PEREIRA, 1914, p. 136, nota 1).

Do ponto de vista administrativo, pertence ao concelho de Óbidos, fre-

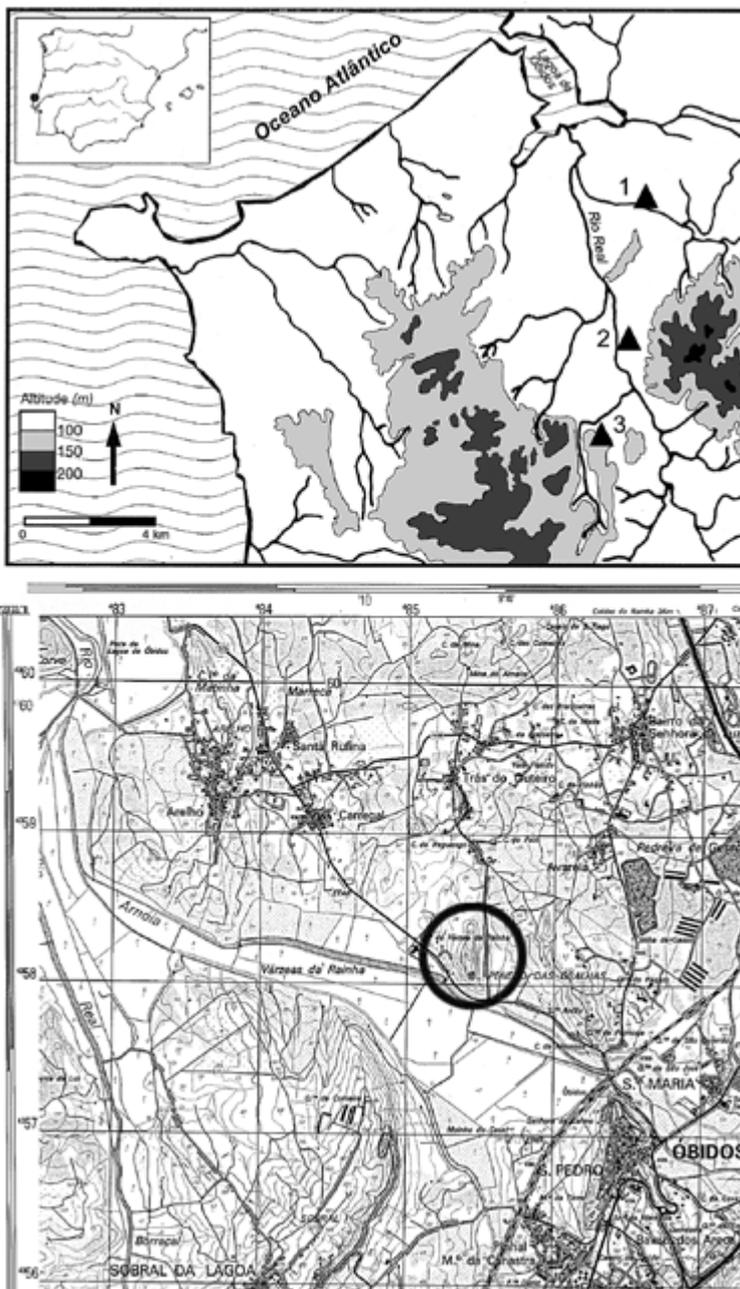


Fig. 2 – Localização do Outeiro da Assenta: na Península Ibérica; à escala regional, assinalando-se, para além desta estação (1), o Outeiro de São Mamede (2) e o povoado fortificado da Columbeira (3); e na Carta Militar de Portugal à escala de 1/25000 (reduzida), Folha 388, Lisboa: Instituto Geográfico do Exército, 2004).

guesia de São Pedro, sendo as suas coordenadas as seguintes (Carta Militar de Portugal à escala de 1/25 000, folha 338):

39.º 22' 20" long. N; 9.º 07' 47" lat. W de Greenwich, atingindo a altitude máxima de cerca de 73 metros (Fig. 2).

O cabeço, de forma alongada, culminando ao longo de todo o seu comprimento em uma crista rochosa orientada NW-SE, descai abruptamente sobre a planície aluvial do lado sul (Fig. 3), sendo igualmente de difícil acesso do lado nascente, constituindo como que uma muralha natural, “magnificamente disposta para ao longo dela se arrumarem muitas habitações primitivas, desde a cumeada até ao sopé” (PEREIRA, 1914, p. 136) enquanto que, do lado poente, o acesso é mais fácil, a partir da várzea adjacente (Fig. 4).

A fácil defensabilidade, a proximidade de terras férteis, o fácil marisqueio e a captura de pescado, na lagoa, a juntar à existência de uma nascente próxima, a “Fonte da Moura”, foram razões que levaram Félix Alves Pereira a considerar a existência de um povoado pré-histórico.

Os primeiros achados, feitos à superfície, por aquele arqueólogo, vieram juntar-se às informações sobre uma pequena gruta situada na encosta do Outeiro da Assenta descoberta acidentalmente quando se explorava pedra para a construção da estação do caminho de ferro de Óbidos. Foram então encontrados sete deposições mortuárias, acompanhadas de um vaso, munido de duas asas, cuja tipologia, com base num hipotético fragmento do mesmo recolhido pelo acompanhante de Félix Alves Pereira aquando do reconhecimento ao local, cerca de vinte anos depois, lhe pareceu romana. Dos despojos humanos, foi ainda possível encontrar pequenos fragmentos ósseos, dispersos pelo terreno. Mas o achado mais notável foi o de duas pulseiras de ouro, lisas e de secção circular, as quais foram então vendidas a um ourives das Caldas da Rainha. Aceitando-se a associação destas peças ao depósito funerário, este seria reportável à Idade do Bronze, não se relacionando, deste modo, com as ocupações



Fig. 3 – A várzea da Rainha, desenvolvendo-se do lado sul do Outeiro da Assenta (do lado direito da foto), a qual, na época de ocupação do povoado pré-histórico, corresponderia a um braço das cabeceiras da lagoa de Óbidos. Foto de F. Martins.



Fig. 4 – O Outeiro da Assenta, do lado direito da foto, visto do castelo de Óbidos. Em primeiro plano, em baixo, a estação de caminho de ferro de Óbidos. Foto de F. Martins.

arqueológicas identificadas no Outeiro, adiante caracterizadas. Aqui, os trabalhos do descobridor da estação, iniciaram-se num local situado na parte mais elevada do morro abrigado pela parede rochosa e voltado ao nascente, “onde alguma família primitiva poderia ter construído, com relativo conforto, a sua habitação” (PEREIRA, 1914, p. 139). Este local forneceu-lhe abundantes restos de alimentação pré-histórica, especialmente valvas de ostra, de mistura com materiais daquela época e alguns romanos, na parte superficial da sondagem.

Verificando-se infrutífera a exploração encetada noutra local do alto do cabeço, passou-se a investigar as “camadas de detritos na encosta abrigada pela alta cortina do penhasco” (PEREIRA, 1914, p. 140), que o arqueólogo supunha terem-se formado à custa dos materiais remobilizados do alto, juntamente com os pertencentes às habitações que aí se tivessem construído. Para o efeito, abriu uma vala paralela à linha de maior declive, por forma a poder observar o desenvolvimento dos estratos arqueológicos. À profundidade de 2 m, recolheram-se restos humanos, também encontrados na sondagem inicial, sendo a terra muito escura. A maiores profundidades, observaram-se acumulações de valvas de ostra em grande quantidade, de mistura com fragmentos cerâmicos decorados pré-históricos e ossos. Os materiais romanos, em muito menor quantidade, ocorriam apenas na parte mais alta dos depósitos. Porém, a falta de uma sequência estratigráfica nítida, obrigou Félix Alves Pereira a procurar outro local, que lhe foi indicado por um dos trabalhadores, correspondendo a plauto existente na parte superior do Outeiro, situado na extremidade NW da plataforma, limitado por esporão rochoso (Fig. 5). No decurso da escavação, deparou-se, com sementes que lhe pareceram de trigo, conservados em três grandes vasos de barro fragmentados, feitos ao torno rápido, associados a barro de revestimento de cabanas, com impressões de caniços, um cossoiro fragmentos pré-históricos decorados, um serrote de bronze (sic), e outros materiais

pré-históricos. Na continuação, recolheu-se uma fíbula e um peso de tear calcolítico, com os quatro cantos perfurados.

Pela descrição, verifica-se que os grandes recipientes de armazenamento se encontravam a menor profundidade (cerca de 2 a 3 palmos) que o depósito com espólios pré-históricos, alguns a mais de 1 m de profundidade, entre os quais “um belo ponteiro de bronze” (sic) (PEREIRA, 1914, p. 143). A escavação, que atingiu mais de 1,50 m de profundidade, fornecia no níveis mais baixos artefactos exclusivamente pré-históricos, concluindo-se que os vasos com sementes não pertenciam à dita ocupação. Ao

oitavo dia, a escavação, afastando-se da parte marginal da plataforma, com maior declive, e progredindo pela zona central da mesma, permitia, a pouco e pouco, uma melhor identificação da sucessão estratigráfica. Assim, foi possível identificar duas camadas arqueológicas principais. A primeira, desenvolvendo-se por baixo do solo arável, com cerca de 0,20 m de potência, era constituída por um nível de argila vermelha, relacionada com o pavimento de habitações; reportam-se a esta ocupação os vasos de armazenamento com sementes de cereais, pertencentes à Idade do Ferro (CARDOSO, 2004 b, p. 283), podendo admitir-se que se encontravam enterrados no subsolo das habitações. A camada mais baixa continha exclusivamente artefactos pré-históricos, confirmando-se as observações anteriormente efectuadas noutros locais, conforme já acima se mencionou (Fig. 6).

As explorações efectuadas por Luís Chaves deram continuidade às do seu antecessor, alargando o sector já aberto por este no plano correspondente ao topo da elevação, procedendo depois a diversas sondagens naquela área, no que designou por valas, realizadas segundo linhas paralelas entre si, ao comprido e ao través (entenda-se, do eixo da elevação), em número de seis, completados por sondagens pontuais,



Fig. 5 - Vista das escavações realizadas por Félix Alves Pereira na extremidade norte /noroeste da plataforma somital da elevação (in PEREIRA, 1914, Fig. 2).

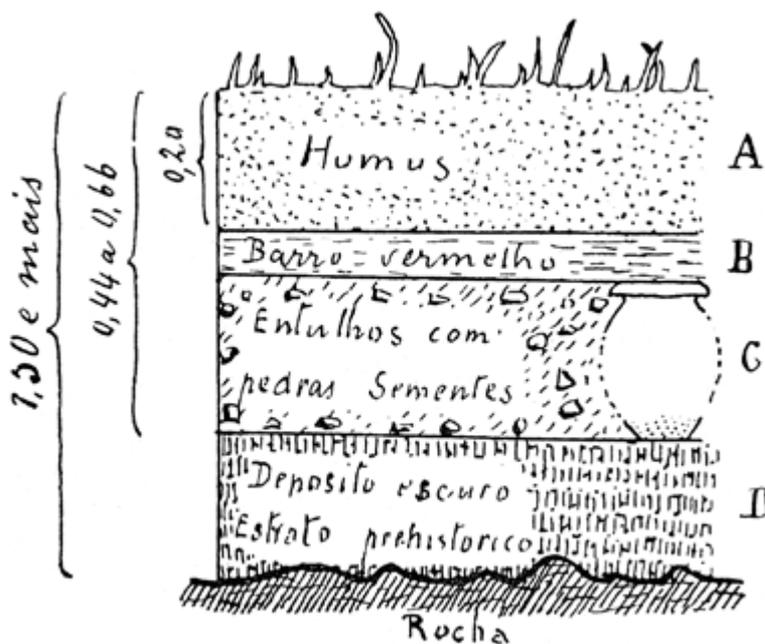


Fig. 6 - Corte estratigráfico do Outeiro da Assenta realizado por Félix Alves Pereira. Observa-se a sobreposição da camada da Idade do Ferro, com grandes recipientes utilizados como contentores de cereais, aparentemente enterrados no subsolo das habitações com piso de barro vermelho calcado, à camada pré-histórica assente no substrato rochoso (in PEREIRA, 1915, Fig. 1).

em número de catorze (CHAVES, 1915). Só aquelas deram espólio arqueológico, descrito ao longo do artigo, repartido entre o Calcolítico e a Época Romana, não sendo, porém, abundante a recolha, o que poderá ter determinado a suspensão dos trabalhos. Com efeito, o autor considerou inútil a abertura de mais sondagens para além das realizadas na plataforma superior do Outeiro. A última vala foi aberta na base de rochedo na encosta poente, depois da realização de várias sondagens infrutíferas. Ali recolheu materiais pré-históricos, proto-histórico e romanos.

Parte destes materiais, conjuntamente com os exumados por Félix Alves Pereira, encontravam-se expostos no Mostrador n.º 47 do Museu Nacional de Arqueologia, a par com espólio do Outeiro de São Mamede e de Leceia, antes da remodelação de que este foi objecto, na década de 1970 (MACHADO, 1965, p. 245).

3. ESTUDO DO ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO

3.1. *Espólios do Neolítico Antigo e do Calcolítico*

3.1.1. *Pedra lascada*

Nas Fig. 7 a 10 representam-se os artefactos de pedra lascada existentes nas colecções. Estão representadas diversas categorias, comuns em outras estações da mesma época e região: **lamelas não retocadas** (Fig. 7, n.º 1 a 12); **lâminas ou fragmentos de lâminas**, via de regra ostentando retoques ao longo de um ou de ambos os bordos (Fig. 7, n.º 12 a 15; Fig.8, n.º 1 a 11; Fig. 9, n.º 2); **denticulados sobre lasca** (Fig. 9, n.º 3, 4); **raspadores sobre lasca** (Fig. 9, n.º 5, 6); **raspadeiras** (Fig. 10, n.º 2); as chamadas “foicinhas”, ou **folhas bifaciais de contorno elipsoidal** (Fig. 9, n.º 1), também **sobre lasca apenas com o lado activo retocado marginalmente** a partir de ambas as faces (Fig. 10, n.º 1); as **pontas de seta**, de base recta ou côncava e de trabalho bifacial mais ou menos desenvolvido (Fig. 10, n.º 3 a 8); e, enfim, os **núcleos prismáticos de lamelas**, com planos de percussão preparados, de que se recolheram três exemplares (Fig.9, n.º 7 a 9).

Trata-se de peças invariavelmente de sílex, estando representadas diversas tonalidades, com predomínio das acinzentadas, acastanhadas e anegradas, sendo duas pontas de seta talhadas em sílex branco.

3.1.2. *Pedra polida*

Os onze artefactos de pedra polida identificados distribuem-se sobretudo pelos dois tipos mais frequentes: os exemplares possuindo gume simétrico, usualmente integrados na categoria de **machados** e os de gume assimétrico, produzido por um forte biselamento, a partir de um dos lados, tradicionalmente classificados como **enxós**.

Descontando as peças fragmentadas, cuja classificação não foi possível, reconheceram-se quatro machados (Fig. 12, n.º 1 a 3; Fig. 13, n.º 1), dos quais um foi ulteriormente transformado em martelo, com o gume substituído por superfície boleada pela percussão (Fig. 12, n.º 3). Trata-se de exemplares de secção sub-rectangular ou elipsoidal achatada, de tipologia compatível com o Calcolítico, com excepção de um belo exemplar de contorno sub-triangular (Fig. 13, n.º 1), cuja cronologia poderia ascender ao Neolítico. A análise petrográfica macroscópica indicou em todos os casos rochas anfibolíticas. A este conjunto pode juntar-se um fragmento, de secção elipsoidal espessa (Fig. 11, n.º 1), de rocha dolerítica negro-esverdeada, cuja integração no Neolítico é também provável.

As enxós estão representadas por três exemplares, dos quais apenas um completo, com o gume intacto (Fig. 11, n.º 5; Fig. 13, n.º 2 e 3). Como é usual, as secções apresentam-se lenticulares e as superfícies bem polidas. Diferenciam-se dos machados não só por estas características, mas também pela matéria prima, visto não se ter identificado nenhum exemplar de anfibolito; as rochas compactas, de coloração anegrada, não evidenciam macroscopicamente nenhum constituinte mineralógico individualizado, assemelhando-se à maioria dos exemplares conhecidos nas necrópoles colectivas dos Neolítico Final da faixa litoral da Estremadura. A análise petrográfica de exemplares recolhidos na Lapa do Bugio (Sesimbra), revelou vulcanitos básicos pós-orogénicos (CARDOSO, 1992) que, tanto naquele como neste caso, se poderiam relacionar com corpos filoneanos intrusivos, os quais abundam na região. Deve, no entanto, assinalar-se, por outro lado, a sua semelhança macroscópica com os vulcanitos do grupo dos xistos verdes, de textura microcristalina, que ocorrem na faixa vulcano-sedimentar de Grandola-Castro Verde, da Zona Sul Portuguesa, resultantes de rochas de metamorfismo de baixo grau, de composição basalto-andesítica e, por outro, com certos chertes (silexitos), identificados em lâmina delgada em duas enxós do povoado pré-histórico de Leceia, de aspecto em tudo semelhante (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). Ressalvando a falta de análises petrográficas, que providenciariam maiores certezas, crê-se que é a hipótese de origem local, em qualquer dos abundantes corpos filoneanos conhecidos na região envolvente, que recolhe maiores possibilidades.

Deste modo, enquanto os anfibolitos seriam necessariamente importados, pois não existem na região estremenha, as rochas utilizadas como enxós parecem provir de locais próximos do povoado, realidade que decorre, certamente, das maiores exigências mecânicas solicitadas aos machados, enquanto instrumento destinado a uso intensivo, associado a golpes mais violentos que os relacionados com o trabalho das enxós. Os afloramentos mais próximos de onde poderiam provir as rochas anfibolíticas utilizadas na confecção daqueles, situam-se na região de Abrantes-Tomar e, além Tejo, na região de Avis e Montemor-o-Novo (CARDOSO, 2004 a).

Existe ainda um terceiro grupo de artefactos de pedra polida, representado por duas peças cujo gume foi substituído por uma superfície estreita e finamente polida, transformados assim em **martelos para trabalhos de precisão** (Fig. 11, n.º 2; Fig. 12, n.º 2). Poder-se-ia pensar em machados reaproveitados, não fosse a estreita faixa polida contrariar a hipótese de serem exemplares exaustos, porque neste caso a largura dos gumes, embotados pelo uso, seria muito maior. Já por diversas vezes se discutiu a utilização destas peças, cuja identificação, no que respeita ao território português, foi efectuada por um de nós (CARDOSO, 1994), estando presentes em diversos povoados estremelhos. A hipótese de serem instrumentos para a martelagem do cobre é uma das alternativas, retomada ulteriormente por D. Brandherm, a partir da hipótese pela primeira vez formulada no trabalho acima referido, embora o não cite (BRANDHERM, 2000). Atente-se, contudo, que, em Leceia, foi encontrado pequeno exemplar em contexto do Neolítico Final, que teria forçosamente outra utilização.

Um dos exemplares possui um sulco de fixação numa das faces (Fig. 11, n.º 2), comparável à depressão que, para idêntica finalidade, se observa também num dos machados anteriormente estudados (Fig. 12, n.º 1). A existência deste elemento de caracterização que corporiza uma das modalidades de encabamento das lâminas pétreas foi já valorizado por J. Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1922). Não sendo frequentes, deve assinalar-se que, no vizinho Outeiro de São Mamede, se identificaram três machados com tal elemento (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 11, n.º 1 a 3). A matéria-prima afigura-se ser uma rocha basáltica filoneana, no exemplar que possui sulco, enquanto o outro é de atribuir a rocha anfibolítica.

Um outro exemplar, em vez de exibir um sulco, mostra uma depressão no centro de uma das faces, no terço mais perto do gume (Fig. 12, n.º 1), a qual se destinaria também a facilitar o encabamento. Exemplar análogo, mas com duas depressões opostas, provém do dólmen de Monte Abraão (Sintra) (RIBEIRO, 1880, Fig. 11).

3.1.3. Indústria óssea

Contrastando com a abundância e diversidade da utensilagem óssea identificada no vizinho povoado do Outeiro de São Mamede, a recolhida no Outeiro da Assenta é muito pobre. Apenas se reconheceram três exemplares, (Fig. 13, n.º 4 a 6), dois deles duvidosos, por corresponderem provavelmente às extremidades naturalmente polidas de

galhos de veado. Deste modo, a amostragem poderá reduzir-se apenas a fragmento distal de **agulha ou sovela**, de secção espessa, totalmente polida.

3.1.4. Indústria metálica

Tal como se verifica com o conjunto ósseo, também o espólio metálico é muito inferior ao exumado no Outeiro de São Mamede. Ao Calcolítico, podem reportam-se apenas seis artefactos, dos quais apenas três são susceptíveis de se relacionarem com uma determinada utilização. Trata-se de um **serrote** incompleto, de fio aparentemente rectilíneo sobre folha batida, com os dentes embotados pelo uso (Fig. 14, n.º 1); de uma grande **sovela ou furador** de cobre, de secção quadrangular com ambas as extremidades apontadas (Fig. 14, n.º 4); e de um pequeno **punção**, também de secção quadrangular, mas de menor tamanho e com uma das extremidades terminando em gume (Fig. 14, n.º 6). No que respeita ao serrote e ao grande furador, Félix Alves Pereira dá informação sobre o local dos achados, correspondente à extremidade NW da plataforma (PEREIRA, 1914, p. 143). Discutindo a terminologia a aplicar à peça por nós e por ele designada de serrote, refere que A. I. Marques da Costa preferiu designar de “foice denteada” uma peça recolhida no povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal), pelo facto de o seu fio se apresentar convexo e não recto ou côncavo como é usual nos serrotes. Porém, tal critério não foi seguido unanimemente, pois que, como bem refere, L. Siret também designou como serrote objecto de cobre de gume convexo (PEREIRA, 1915, p. 116). Sem embargo, as folhas de serrote de cobre teriam uma utilização muito limitada, devido à pouca dureza das ligas. É pois, provável, que o seu uso fosse alargado a diversas finalidades, entre as quais a de ceifar, independentemente do seu fio cortante ser côncavo, rectilíneo (como se verifica na larga maioria dos exemplares calcolíticos), ou convexo.

Além destas, outra peça merece comentário: trata-se de um gume de machado, separado do corpo do objecto primitivo possivelmente por serragem ou por puncionamento (Fig. 14, n.º 3), como se verifica noutros casos (CARDOSO, 1997, p. 93), aliás recorrentes, tanto em povoados calcolíticos da área estremenha como da área do Sudoeste, como é o caso do Monte da Tumba (SILVA & SOARES, 1987, Fig. 29, n.º 4), ou ainda do Calcolítico do norte de Portugal, como testemunha o exemplar do povoado da Vinha da Soutilha, Mairos, Chaves (JORGE, 1986, Est. 83). É interessante verificar que Félix Alves Pereira já tenha identificado correctamente este fragmento, e até discutido as razões da prática frequente da ablação dos gumes de machados de cobre, o que fez nos seguintes termos: “A segmentação tam regular desta parte de um utensílio metálico talvez possa relacionar-se com algum processo de fabrico, em que a zona viva daquela arma adquirisse propriedades de menor elasticidade do que as zonas mortas” (PEREIRA, 1915, p. 115). Esta explicação não se afigura aceitável, nem tão-pouco a que preconiza a ablação da parte cortante destas peças em resultado de embotamento pelo uso (CARREIRA, 1998, p. 113). Com efeito, o que se verifica na larga maioria destes objectos, é a boa conservação do gume. Além disso, caso o objectivo fosse a reposição da funcionalidade deste, bastaria, para o efeito, proceder a nova operação de martelagem, a qual induziria até uma maior dureza da parte útil do instrumento. Aliás, considerando o alto custo da desta matéria-prima, cuja obtenção e transformação não seria seguramente tarefa fácil, não faria sentido abandonar estas porções como se de simples rebotalhos sem valor se tratassem.

Deste modo, como já se defendeu anteriormente, a propósito do notável conjunto metálico do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003), é preferível admitir que estas peças correspondiam a porções retiradas intencionalmente para transformação em outros tipos de artefactos. Nestes termos, os machados de cobre comportar-se-iam, sem embargo de utilização como tal, ou até como peças de prestígio, também como reservas de matéria-prima, isto é, como lingotes, de onde a matéria-prima poderia ser retiradas à medida das necessidades. Esta interpretação vem, também, ao encontro de ser a metalurgia calcolítica de carácter essencialmente utilitário, privilegiando a confecção de pequenos artefactos, como punções, sovelas, anzóis, escopros, com vantagens sobre os seus equivalentes pétreos ou ósseos.

As duas outras peças de cobre do Outeiro da Assenta são incaracterísticas: trata-se de uma chapa, incompleta, talvez pertencente a uma espátula (Fig. 14, n.º 2) e de um corpo de objecto cuja extremidade, em falta, seria cortante, talvez uma espécie de raspador (Fig. 14, n.º 5).

A ocorrência de artefactos de cobre em povoados pré-históricos estremenhos tem sido interpretada, sobretudo, como resultante do comércio transregional, encontrando-se as fontes abastecedoras tradicionalmente reportadas com as grandes massas metalíferas da faixa piritosa alentejana. Com efeito, nos hoje quase desaparecidos “chapéus de ferro”, objecto de intensa exploração pelos Romanos, ocorriam metais nativos, entre eles o cobre, que poderia assim ser explorado. Contudo, trabalho recente veio demonstrar que o conjunto dos artefactos utilizados em Leceia foi fabricado com matéria-prima provinda mais provavelmente da zona de Ossa-Morena, em detrimento da Zona Sul Portuguesa, onde se desenvolvem os referidos “chapéus de ferro” (MÜLLER & CARDOSO, 2008), sendo claro que, embora a matéria-prima utilizada possa ter origem no cobre nativo ou outras fontes secundárias ricas em arsénio, diferencia-se claramente, pela composição, do cobre que, na mesma época, era utilizado no Sudeste espanhol.

Este trabalho afastou igualmente a hipótese de o minério utilizado em Leceia ser oriundo da Estremadura (FERREIRA, 1970; CARREIRA, 1998, p. 134), por exemplo de Matacães (Torres Vedras), onde se conhecem ocorrências de pouca expressão, associadas ao tefonismo regional, do mesmo tipo das mineralizações de malaquite, cuprite e calcosite, assinaladas por Décio Thadeu na faixa meso-cenozóica de Coimbra a Santiago do Cacém, cujas ocorrências se afiguram de forma disseminada, raramente justificando exploração (THADEU, 1965, p. 42). Com efeito, as tentativas recentes de exploração na região de Dagorda revelaram-se infrutíferas (ZBYSZEWSKI & ALMEIDA, 1960), mas poderiam ter viabilidade no contexto da economia pré-histórica. No concelho de Óbidos, foi registada uma mina de cobre com a designação de “Mina do Benjunco” ou “Outeiro da Mina” (GARCIA, 1946). Deve notar-se, ainda, que Jacinto Pedro Gomes, com base no inventário dos minerais portugueses, então conservados na Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal e no Museu Nacional de História Natural, em Lisboa, referiu a existência de cobre nativo em Trás-do-Outeiro, muito perto do Outeiro da Assenta (GOMES, 1896/1898, p. 199). Desta forma, é provável que, ao menos uma parte das produções metálicas do Outeiro da Assenta, tal como as do Outeiro de São Mamede, muito mais importantes, tenham origem local, o que estaria conforme a opinião de A. do Paço no que respeitaria a Vila Nova de São Pedro, invocando a ausência de elementos culturais no Alentejo susceptíveis de serem atribuídos à Estremadura, por permuta com o cobre dali hipoteticamente oriundo (PAÇO, 1955, p. 38). No entanto, os estudos modernamente conduzidos, provaram uma origem provavelmente alto-alentejana para o cobre utilizado em Leceia, o que estaria concordante com o abastecimento maciço da Estremadura em anfíbolitos oriundos daquela região. No caso do cobre, tratar-se-iam, contudo, sempre de baixas quantidades de minério, expressivamente representados, seja sob a forma de minérios, como os nódulos de malaquite e de uma crosta de azurite, recuperados por A. I. Marques da Costa na Rotura, conservados no Museu Nacional de Arqueologia, cf. CARREIRA, 1998, p. 134), seja sob a forma de lingotes, como os recolhidos em Leceia ou no Outeiro Redondo (CARDOSO, 2004 b, Fig. 59).

Enfim, como bem se referiu em estudos anteriores (CARDOSO, 1998, 2003), a questão da circulação transregional do cobre não pode ser desligada da de outra matéria-prima já atrás mencionada, intensamente utilizada na

Estremadura, no decurso do Calcolítico: as rochas anfibolíticas, cuja origem mais próxima se situa, justamente, na Zona de Ossa Morena, a mesma de onde terá vindo o cobre utilizado em Leceia.

3.1.5. Indústria cerâmica

3.1.5.1. Neolítico Antigo

A ocorrência de cerâmicas do Neolítico Antigo na faixa litoral da Média Estremadura, entre o estuário do Sado e, no conceito geográfico do termo, segundo Orlando Ribeiro, o estuário do Mondego, conquanto tenha sido assinalada em diversas grutas naturais da região, como a gruta da Casa da Moura (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002) e da Furninha (DELGADO, 1884), não era até agora conhecida em contextos domésticos. Deste modo, detém acrescida relevância a referência a exemplares decorados tipologicamente integráveis no Neolítico Antigo, assinalados por J. R. Carreira e por ele atribuídos ao Outeiro da Assenta (CARREIRA, 1994, Fig. 3). Contudo, dos sete exemplares reproduzidos por aquele autor, apenas dois se confirmaram agora como provindos do Outeiro da Assenta: são os que se encontram reproduzidos na Fig. 18, n.º 1 e 2 deste trabalho. Os restantes exemplares provêm do Outeiro de São Mamede, povoado pré-histórico que, como atrás se referiu, se situa a cerca de 4 km para sul. Deste modo, uma primeira conclusão se afigura desde já importante, e que é a de, no Outeiro de São Mamede, se encontrar representado o Neolítico Antigo, incluindo um exemplar com decoração cardial (CARREIRA, 1994, Fig. 3, n.º 1), época que não havia sido identificada, pelas razões apontadas, no estudo recentemente dedicado à estação (CARDOSO & CARREIRA, 2003). A confusão pode ter resultado da proximidade e da analogia de espólios, bem como das reorganizações das coleções no Museu Nacional de Arqueologia. Seja como for, os dois fragmentos já publicados do Outeiro da Assenta, somam-se aos agora dados a conhecer, e documentam uma ocupação de carácter doméstico do Neolítico Antigo, tal como no Outeiro de São Mamede.

Os materiais cerâmicos observados podem incluir-se no Neolítico Antigo Evolucionado da Estremadura (Fig. 15 a 19), sendo compatíveis com os de outras sítios habitados desta região, por vezes situadas também no topo de elevações e não em zonas de topografia suave ou solos arenosos, características com que eram tradicionalmente conotados. Naturalmente, a classificação fez-se tomando como único critério as características tipológicas, na ausência de outros elementos.

As **cerâmicas lisas** apresentam **elementos de prensão ou de suspensão** cuja tipologia as remete para a época em causa, sem ignorar que, nalguns casos, poderiam ter atingido épocas mais tardias, como o Neolítico Final. Deste modo, é o conjunto das cerâmicas decoradas que se afigura com maior interesse. Estão presentes vários motivos e técnicas decorativas, que se passam a enunciar.

- **cordões em relevo segmentados**, situados abaixo do bordo (Fig. 15, n.º 2 e 3);
- **faixas horizontais preenchidas interiormente por linhas incisas oblíquas** (Fig. 17, n.º 5; Fig. 19, n.º), motivo pela primeira vez identificado na gruta da Furninha, e que se afigura afim do patente, mais de dois mil anos depois, em vasos campaniformes, como o exemplar inciso recolhido na gruta 3 da Quinta do Anjo, Palmela (CARDOSO, 2000, Fig. 10); uma variante desta temática corresponde ao preenchimento das faixas horizontais por curtas incisões alinhadas na horizontal (Fig. 19, n.º 3);
- **decorações “em espinha” e “em espiga”** (Fig. 18, n.º 2 a 13; Fig. 19, n.º 10); trata-se de motivos executados por curtas linhas incisas, ou obtidas por aplicação oblíqua arrastada de uma ponta, dispostas em faixas horizontais, por vezes associadas a faixas verticais. No caso dos motivos “em espinha”, as linhas apresentam-se desiguais, consoante o comprimento de cada incisão feita individualmente; no segundo caso, nem sempre

fácil de distinguir do anterior, as depressões afiguram-se mais regulares, e semelhantes entre si. Embora característico do Neolítico Antigo, pode admitir-se, nalguns casos, a sua sobrevivência residual desta temática decorativa em épocas mais tardias, até o Neolítico Final, como aparentemente é o caso do povoado do Alto de São Francisco, Palmela (SILVA & SOARES, 1986);

- impressões punctiformes verticais ou oblíquas (Fig. 19, n.º 1, 2, 4, 5, 7 a 13); esta técnica foi aplicada em diversos padrões decorativos, sejam os alinhamentos grosseiramente horizontais abaixo do bordo dos recipientes (Fig. 19, n.º 1, 2, 9 e 12), sejam o preenchimento de superfícies delimitadas por linhas incisas, formando bandas horizontais (Fig. 19, n.º 4, 5, 7, 8, 11 e 13). Tal como a temática decorativa anterior, esta pode reportar-se, ainda com maior probabilidade, a épocas ulteriores ao Neolítico Antigo, sobrevivendo até o Calcolítico, como comprova a ocorrência, sem sair da área cultural da Estremadura, tanto no Neolítico Final (CARDOSO, 1989, Fig. 111, n.º 3) como no Calcolítico (CARDOSO, 2006, Fig. 91, n.º 6; Fig. 140, n.º 19; Fig. 176, n.º 3 e 4; Fig. 216, n.º 17; Fig. 228, n.º 9) do povoado de Leceia. Um dos fragmentos ora publicados (Fig. 19, n.º 13) foi anteriormente dado como do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 61, n.º 5).

A identificação do Outeiro da Assenta, como sítio de altura, na região da Média Estremadura, ocupado desde o Neolítico Antigo, acompanhada pela verificação de que outra elevação vizinha, o Outeiro de São Mamede, foi igualmente ocupado naquela época, confere significado acrescido à anterior demonstração da ocupação de sítios de altura coevos, na Baixa Estremadura (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996), confirmada recentemente pelas descobertas efectuadas em Moita da Ladra (CARDOSO & CANINAS, 2008). A tipologia dos materiais é compatível com o Neolítico Antigo evolucionado, tal como se verifica no espólio das correspondentes necrópoles da região, como as grutas da Casa da Moura e da Furninha.

3.1.5.2. Calcolítico

As cerâmicas decoradas calcolíticas repartem-se pelos diversos grupos já identificados na área estremenha. Antes de os identificar em detalhe, importa elencar os fragmentos que, por lapso, foram anteriormente atribuídos ao vizinho povoado pré-histórico do Outeiro de São Mamede, indicando-se, entre parêntesis, a referência que lhes foi atribuída naquela publicação (CARDOSO & CARREIRA, 2003):

Fig. 20, n.º 3 (Fig. 61, n.º 7); Fig. 20, n.º 11 (Fig. 53, n.º 10); Fig. 21, n.º 5 (Fig. 61, n.º 6); Fig. 21, n.º 6 (Fig. 53, n.º 7); Fig. 21, n.º 7 (Fig. 50, n.º 9); Fig. 21, n.º 13 (Fig. 52, n.º 10); Fig. 21, n.º 14 (Fig. 52, n.º 9); Fig. 24, n.º 3 (Fig. 52, n.º 2); Fig. 23, n.º 3 (Fig. 45, n.º 4); Fig. 23, n.º 5 (Fig. 45, n.º 7); Fig. 23, n.º 10 (Fig. 57, n.º 7); Fig. 23, n.º 11 (Fig. 58, n.º 9); Fig. 26, n.º 3 (Fig. 50, n.º 4); Fig. 26, n.º 4 e 5 (Fig. 56, n.º 4); Fig. 27, n.º 2 (Fig. 51, n.º 3); Fig. 27, n.º 3 (Fig. 61, n.º 1); Fig. 27, n.º 8 (Fig. 50, n.º 3); Fig. 27, n.º 9 (Fig. 51, n.º 4); Fig. 27, n.º 13 (Fig. 53, n.º 6; Fig. 56, n.º 1); Fig. 27, n.º 14 (Fig. 51, n.º 5); Fig. 28, n.º 1 (Fig. 61, n.º 4); Fig. 28, n.º 3 (Fig. 61, n.º 2); Fig. 28, n.º 4 (Fig. 61, n.º 3); Fig. 28, n.º 5 (Fig. 60, n.º 4); Fig. 28, n.º 6 (Fig. 60, n.º 6); Fig. 28, n.º 7 (Fig. 60, n.º 7).

Ao **Calcolítico Inicial** ou já ao **início do Calcolítico Pleno** da Estremadura, podem reportar-se diversos exemplares com a característica decoração de **linhas horizontais, obtidas por finas incisões ou caneluras**, desenvolvendo-se abaixo do bordo de **taças em calote** ou **esféricos** (Fig. 20, n.º 5 a 8). É de assinalar que se reconheceu apenas um fragmento que poderia pertencer a um **copo canelado**, produção característica do Calcolítico Inicial da Estremadura (Fig. 20, n.º 4), sendo de registar idêntica raridade no Outeiro de São Mamede, com apenas um exemplar (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 53, n.º 9). Esta realidade poderá ter duas expli-

cações: a ocupação destes dois sítios em época em que tais produções já não ocorreriam; ou o cunho regional das mesmas, confinando-se aos sítios mais meridionais da região em causa. Das duas hipóteses, a primeira parece ser a mais plausível. Com efeito, no vizinho povoado calcolítico da Columbeira, explorado por J. L. M. Gonçalves na primeira metade da década de 1990 (GONÇALVES, 1994 b), ocorrem em maior número os copos canelados (foram publicados três, mas o seu número será certamente superior, dado o carácter não exaustivo do respectivo artigo). Por outro lado, o facto de, neste importante sítio fortificado não se ter recolhido nenhum exemplar das cerâmicas decoradas do tipo “folha de acácia” e “crucífera”, bem conhecidas tanto no Outeiro de São Mamede, como no Outeiro da Assenta, levou o referido autor a admitir que a ocupação daquele povoado teria terminado antes da emergência destas produções, características do Calcólítico Pleno da Estremadura. Idêntico raciocínio se poderia fazer para a escassez de copos canelados naqueles dois locais, atribuindo-a à tardia ocupação de ambos, já no decurso do Calcólítico Pleno.

Importa ter presente que o povoamento regional no decurso do Calcólítico reflecte a forte interação e dinâmica estabelecida entre os diversos povoados, sendo certo que o abandono de um deles corresponderia à ocupação de outro, realidade que se encontra bem comprovada no decurso do Calcólítico, na Baixa Estremadura (SILVA & SOARES, 1986). Com efeito, verificou-se que o abandono do Pedrão (Setúbal), povoado implantado em esporão rochoso dominando a baixa de Palmela, importante no Calcólítico Inicial, conforme prova a abundância de copos canelados (SILVA & SOARES, 1975), foi acompanhado pela primeira ocupação do vizinho sítio da Rotura, onde, como atrás se disse, onde tais produções não ocorrem (FERREIRA & SILVA, 1970; SILVA, 1971), abundando, em contrapartida, as do grupo “folha de acácia/crucífera”, ausentes no Pedrão.

As **Decorações incisais**, além de diversos exemplares incisais, afins dos “copos” (Fig. 20, n.º 11 e 12), estão representadas por grande diversidade de padrões decorativos, desde as **linhas onduladas simples**, desenvolvendo-se horizontalmente no bojo de esféricos (Fig. 21, n.º 6 e 13), com paralelos em esférico de Leceia, embora neste as linhas tenham um desenvolvimento vertical (CARDOSO, 2006, Fig. 57, n.º 1) e em “copos” e taças de Leceia, reportáveis ao Calcólítico Inicial, com ondulações tanto horizontais como verticais (CARDOSO, 2006, Fig. 57, n.º 19; Fig. 81, n.º 16; Fig. 85, n.º 9). Porém, o paralelo mais próximo corresponde a um “copo” recolhido na Lapa do Bugio (Sesimbra) (CARDOSO, 1992, Est. 5, n.º 1 e 2). São frequentes as **linhas cruzadas**, formando **reticulados oblíquos**, por vezes preenchendo bandas horizontais no bojo de grandes globulares (Fig. 22, n.º 4), idênticas às observadas em exemplares do Calcólítico Pleno de Leceia, também presentes, como naquela estação, em recipientes de menores dimensões, de paredes verticais, sucedâneos dos “copos” do Calcólítico Inicial (Fig. 21, n.º 4).

Por vezes, as linhas incisais assumem uma grande finura, sugerindo, como já Félix Alves Pereira tinha notado, execução com lâminas ou ponteiros metálicos, aplicadas em esférico de fina manufactura (Fig. 21, n.º 1).

Mas os motivos incisais mais abundantes reportam-se aos **espinhados**, também obtidos através de ponta romba, produzindo ténues sulcos na pasta fresca, desenvolvendo-se segundo bandas horizontais simples ou compostas, incluindo **zigue-zagues**, equivalentes dos motivos em “folha de acácia/crucífera”, dos quais por vezes dificilmente se distinguem (Fig. 23, n.º 7 a 9). Dois critérios são úteis para a pretendida distinção: por um lado, a própria forma das depressões elementares, já que, no caso dos motivos “folha de acácia/crucífera”, o seu contorno é em geral mais largo e bombeado; por outro lado, sendo estas depressões obtidas por impressão de matriz, os foliculos apresentam-se idênticos entre si, ao contrário do que se verifica com as linhas ou sulcos, de comprimento desigual (Fig. 21, n.º 8, 10 e 14; Fig. 23, n.º 2 e 8).

As decorações obtidas por **caneluras finas**, através de uma ponta romba deslizante sobre a superfície ainda plástica dos recipientes, encontram-se particularmente bem representadas em vasos esféricos, em torno da respectiva abertura, a que se sucedem **linhas oblíquas ou triângulos preenchidos interiormente** (“**dentes de lobo**”), ou ainda **espinhados**, igualmente feitos pela mesma técnica (Fig. 22, n.º 1; Fig. 24, n.º 3, 4, 8, 9 e 10).

Trata-se de motivos que acompanham as decorações do tipo “folha de acácia/crucífera” mas que, conforme os resultados já referidos, obtidos no povoado calcolítico da Columbeira lhes serão anteriores, corporizando uma etapa de transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno. Com efeito, é interessante notar que tal técnica se observa em um grande globular (Fig. 22, n.º 5), decorado com motivos em espinha e em losangos, claramente equivalentes dos motivos em “folha de acácia/crucífera”, característicos deste tipo de recipientes do Calcolítico Pleno da Estremadura.

Dentro das decorações incisadas têm importante representação as **decorações em bandas incisadas horizontais obtidas pela aplicação de uma matriz denteada (pente)**, que, ao deslizar pela superfície fresca dos recipientes, produziu bandas horizontais, rectilíneas ou onduladas (Fig. 25).

Esta técnica decorativa calcolítica encontra-se particularmente bem representada no norte do País, como S. Oliveira Jorge bem demonstrou nas escavações realizadas nos povoados calcolíticos da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar (JORGE, 1986) estendendo-se residualmente a sua utilização à Baixa Estremadura, como comprovam os escassos fragmentos recolhidos no povoado da Penha Verde, Sintra e de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1995 a), a que se somam outros, recolhidos na Rotura, Setúbal (ÅBERG, 1921, Fig. 118; GONÇALVES, 1991, Fig. 5, n.º 4). A sua difusão, pelo interior do País, desde a região transmontana, está comprovada pelos achados realizados na Beira interior, onde, como seria de esperar, são mais abundantes nos povoados situados na parte mais setentrional, para se tornarem residuais ou mesmo desaparecerem nos situados mais a sul, como é o caso do Monte do Trigo, (Idanha-a-Nova) (VILAÇA, 2008, p. 57). No entanto, as cerâmicas decoradas a pente atingiram o norte-alentejano, pois encontram-se representadas no povoado calcolítico do Pombal, Monforte (BOAVENTURA, 2001, Fig. 10).

Nos povoados da Estremadura Média, como é o caso do Outeiro da Assenta, do Outeiro de São Mamede e de Pragança, esta técnica decorativa é mais abundante, o que está conforme com a sua origem setentrional. Deste modo, tais ocorrências serão o reflexo de fluxos de carácter comercial/cultural de sentido Norte-Sul, acompanhando os fluxos de sentido contrário que, a partir do sul, atingiram o extremo norte do território português, no decurso do Calcolítico, identificados através de diversos elementos da cultura material devidamente valorizados por S. O. Jorge (JORGE, 1986).

As indicações para a cronologia destas produções adentro o Calcolítico são escassas, todas apontando para o Calcolítico Pleno, podendo coexistir com as produções campaniformes, das quais, nalguns casos constituem uma evidente interpretação local. O exemplo mais flagrante é corporizado por uma caçoila de perfil suave, recolhida no povoado da Pastoria (Chaves), decorada por duas bandas horizontais de linhas incisadas a pente, sucedâneas das decorações campaniformes do tipo “herringbone”, ou bandas horizontais preenchidas por segmentos oblíquos (JORGE, 1986, Est. 168, n.º 5). As ocorrências mais antigas adentro o Calcolítico, parecem remontar ao Calcolítico Pleno. Assim, no povoado da Rotura e no do Outeiro da Assenta, tal atribuição funda-se por ser esta a época da mais antiga ocupação calcolítica; no povoado de Leceia, todos os fragmentos registados provêm da ocupação do Calcolítico Pleno (CARDOSO, 1995 a), conclusão confirmada por outros fragmentos impressos ulteriormente identificados na estação (CARDOSO, 2006, Fig. 224, , n.º 9 e 12); na Penha Verde, a parte explorada do povoado conheceu também uma única ocupação calcolítica, correspondente a uma curta época e que se utilizavam em simultâneo cerâmicas campaniformes e cerâmicas decoradas de carácter regional e de génese anterior, do grupo “folha de acácia/crucífera”. O grupo cerâmico em apreço encontra-se estreitamente relacionado com as **Decorações impressas com matriz denteada (pente)**, adiante estudadas.

No grande grupo constituído pelas **cerâmicas impressas** incluem-se decorações de carácter arcaizante, com reminiscências no Neolítico Antigo, como é o caso do fragmento de “copo” decorado por alinhamentos horizontais abaixo do bordo de **impressões em “meia-cana”** (Fig. 23, n.º 1). Mas as decorações impressas são dominadas pelas impressões de folículos organizados nos já referidos **motivos em “folha de acácia/crucífera”**, caracte-

rísticos do Calcolítico Pleno da Estremadura. Tais motivos foram obtidos através da impressão de uma extremidade romba de secção elipsoidal, mais ou menos alongada, aplicada perpendicularmente à superfície do recipiente. Trata-se de recipientes de pequenas dimensões e cuidado acabamento, como é o caso dos “copos” da Fig. 23, n.º 3 e n.º 4 e dos esféricos das Fig. 23, n.º 4 e 6, desenvolvendo-se num deles a decoração em faixa horizontal, associada a pequeno ressalto da parede do recipiente, particularidade também observada em exemplares de Leceia (CARDOSO, 2006, Fig. 172, n.º 14). É interessante notar que se encontram quase ausentes os grandes globulares ostentando tais decorações em torno da abertura, o que se pode explicar pela escassez da amostra.

As cerâmicas **impressas com matriz**, encontram-se representadas por fragmentos em que as respectivas matrizes, denteadas, foram aplicadas perpendicularmente à superfície dos recipientes, produzindo impressões punctiformes alinhadas, tal qual as cerâmicas campaniformes. Nalguns casos, as matrizes incidiram obliquamente, dando origem a impressões assimétricas. Nas Fig. 25 e 26 representam-se os fragmentos que evidenciam as duas referidas variantes. Exemplares idênticos aos do Outeiro da Assenta encontram-se representados nos povoados de Pragança e do Outeiro de São Mamede, tendo sido objecto de publicação desde a obra de N. Åberg. Sem dúvida que tais impressões foram executadas com a mesma matriz utilizada para as decorações incisivas em bandas, tratadas anteriormente. Prova disso é a existência, naqueles e noutros povoados, e também no Outeiro da Assenta, de fragmentos que ostentam ambas as técnicas. O presente estudo dá a conhecer um exemplar inédito do Outeiro da Assenta, cuja existência corrobora aquela indicação (Fig. 21, n.º 7). Consistem tais decorações na aplicação, ao mesmo exemplar, de uma matriz denteada, de duas maneiras distintas: por arrastamento, produzindo linhas incisivas, idênticas às observadas nas cerâmicas ditas “penteadas”, acima descritas; e por impressão, aplicando perpendicularmente os dentes da referida matriz na pasta fresca, produzindo pontuações alinhadas. O fragmento conservado pertence a um “copo” de paredes direitas, tendo num exemplar do Outeiro de São Mamede (GONÇALVES, 1991, Fig. 6, n.º 1), noutro de Pragança (idem, ibidem, Fig. 5, n.º 3) e ainda em peça de Leceia (CARDOSO, 1995 a, Fig. 2, n.º 2), os melhores paralelos.

Casos particulares são o exemplar da Fig. 26, n.º 2, em que as linhas de impressões coexistem com incisões produzidas por uma ponta fina, ou o da Fig. 27, n.º 7, em que as referidas linhas impressas se encontram sobrepostas por uma banda de impressões quadrangulares pouco profundas.

As cerâmicas incisivas/impressas a matriz no quadro do Calcolítico estremenho identificadas no Outeiro da Assenta fazem parte de um conjunto de distribuição geográfica circunscrita à Média Estremadura que merece comentários específicos.

Foi J. L. M. Gonçalves quem teve o mérito de retomar o estudo de certas produções cerâmicas dos povoados calcolíticos da Média Estremadura que, desde a publicação de N. Åberg, de 1921, tinham ficado a aguardar oportunidade de investigação. Em 1991, publicou exemplares dos povoados de Pragança, do Outeiro de São Mamede e da Rotura, cartografando ocorrências análogas nos povoados do Outeiro da Assenta, Zambujal e Penedo (GONÇALVES, 1991, Fig. 7).

Alberto del Castillo republicou como campaniformes alguns dos exemplares do Outeiro de São Mamede e de Pragança, dados a conhecer por Åberg, integrando-os no seu “Grupo de Portugal” (CASTILLO, 1928, Lám. 51, n.º 3 e 4 e Lám. 52, n.º 1 e 2), com destaque para o fragmento de “copo” do Outeiro de São Mamede, que ostenta as duas técnicas decorativas acima caracterizadas, o qual foi depois completado por J. L. M. Gonçalves (GONÇALVES, 1991, Fig. 6, n.º 1). Hoje, podemos reconhecer que não estaria assim tão longe da verdade, até porque nalguns casos é difícil destrinçar entre o que é campaniforme do que corresponde a uma interpretação local daquelas produções.

Discutindo a questão da integração cronológico-cultural das cerâmicas em apreço, J. L. M. Gonçalves integra-as no Calcolítico Pleno, de acordo com o significado que tal termo então detinha, acrescentando, mais à frente, que “talvez se pudesse supor que estas técnicas pontilhada e “penteada” se situariam num momento final do Calcolí-

tico médio, já em contacto com as cerâmicas campaniformes, coexistindo ao mesmo tempo com esta e com as cerâmicas do tipo “folha de acácia” (GONÇALVES, 1991, p. 218). Com efeito, como mais tarde se demonstrou, as últimas produções do Calcolítico Pleno pré-campaniforme, caracterizadas justamente pelo grupo “folha de acácia/crucífera”, coexistiram de facto com as primeiras produções campaniformes (atribuíveis do Grupo Internacional, com vasos marítimos), tal como indica a cronologia absoluta correspondente à emergência das produções campaniformes na região, claramente coevas do Calcolítico Pleno (CARDOSO & SOARES, 1990/1992).

Aquela evidência soma-se às indicações estratigráficas que, já na época em que J. L. M. Gonçalves escreveu o seu artigo, apontavam também para um período de coexistência entre ambas as tradições cerâmicas, assinaladas em diversos povoados estremenhos, como o da Penha Verde (ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1958) e o da Rotura (SILVA & FERREIRA, 1970; SILVA, 1971; GONÇALVES, 1971), a que se somam outros, mais recentemente investigados, como o de Moita da Ladra, que conheceu apenas uma ocupação calcolítica, a que se associam cerâmicas decoradas do grupo “folha de acácia/crucífera” e campaniformes do Grupo Internacional (CARDOSO & CANINAS, 2008).

Dito isto, nada obstará a que, nos povoados da Estremadura Média, como o do Outeiro da Assenta, onde ocorrem as cerâmicas impressas a pente acima estudadas, estas fossem coevas das produções campaniformes, as quais, aliás, também ali se encontram representadas. Com efeito, é evidente a semelhança da forma de certos recipientes, com os que ostentam decorações campaniformes, para já não falar da identidade entre a própria técnica, recorrendo a impressões de uma matriz denteada, tal como se verifica nos campaniformes decorados a ponteados. É o caso da pequena taça com uma faixa de espinhados horizontais (Fig. 27, n.º 13), e de fragmentos de pequenas caçoilas de perfil suave, decoradas por zigue-zagues de linhas impressas a matriz no bojo (Fig. 26, n.º 4 e 5).

Face ao exposto, admite-se que o conjunto dos exemplares estremenhos decorados pela técnica impressa, associada ou não à incisa, num caso ou noutro com o uso de uma matriz denteada, em forma de pente, pode suportar a criação de um novo grupo ceramográfico de carácter regional no território português, conjuntamente com os exemplares homólogos do Outeiro de São Mamede, de Pragança, e de outros sítios estremenhos, incluindo prováveis necrópoles, como a gruta da nascente do rio Almonda, onde foi registado um fragmento de taça de carena suave, reportada por J. R. Carreira à Idade do Bronze, decorada por curtos espinhados verticais no bojo (CARREIRA, 1996 a, Est. 1, n.º 3). Tal entidade arqueográfica designar-se-á por **Grupo da Assenta**, tendo presente não só a importância que tais produções assumem nesta estação, mas também o facto de serem tais materiais que propiciaram as presentes considerações, na fundamentação desta nova entidade arqueológica. Assim se terá dado resposta à questão colocada por J. L. M. Gonçalves, que, ao notar a distribuição geográfica circunscrita das produções decoradas a pente e impressas da Estremadura Média, se interrogava sobre a existência, naquela região, “de uma especificidade cultural própria” (GONÇALVES, 1991, p. 218).

Este novo grupo deverá incluir todas as cerâmicas decoradas a pente, dando origem a padrões ponteados ou a bandas incisadas, intervaladas por espaços não decorados, os quais foram relacionados, no norte do País, com as produções clássicas campaniformes do Grupo Internacional (JORGE, 1986, p. 619).

Note-se, ainda, que em regiões entre a estudada por S. O. Jorge (Chaves-Vila Pouca de Aguiar) e a Estremadura, como a bacia do Alto Mondego, foram também identificadas diversas estações calcolíticas com cerâmicas decoradas por bandas incisadas, produzidas com matriz, por vezes associadas a cerâmicas campaniformes, de que é exemplo o pequeno sítio habitacional de Linhares (Santa Comba Dão) (VALERA, 1999).

No caso dos exemplares estremenhos, os antecedentes imediatos são conhecidos, residindo nos “copos” e nas taças caneladas em bandas horizontais abaixo do bordo do Calcolítico Inicial. Esta realidade foi, aliás, implicitamente aceite por M. A. Horta Pereira Bubner, ao ter publicado indistintamente, sob a designação de “cerâmica de importação”, recipientes decorados a pente, entre os quais uma taça do Outeiro da Assenta (Fig. 25, n.º 3), a

par de outros, com decoração canelada (BUBNER, 1979).

A ser assim, teríamos, na Média Estremadura, o Grupo da Assenta, que faria a ponte entre o Calcolítico Inicial, de que herdaria não só muitas das formas, a começar pela mais representativa, o “copo”, mas também a teoria decorativa, dominada pelos espinhados horizontais e verticais, que não ocorrem nas cerâmicas campaniformes – e as produções campaniformes, das quais absorveu a principal inovação que as caracteriza: a aplicação do pente para a produção de decorações a ponteados, a qual terá resultado da influência dos primeiros campaniformes conhecidos na região decorados com aquela técnica, logo aplicada a recipientes de tipologia mais antiga, como os “copos” e os vasos globulares.

Em suma, o **Grupo da Assenta**, de expressão geográfica bem definida e modesta, desenvolver-se-ia paralelamente às produções clássicas do Calcolítico Pleno da Estremadura, correspondentes ao grupo “folha de acácia/crucífera”, tal como é indicado pelos exemplares de Leceia encontrados em estratigrafia, e teria coexistido com os primeiros campaniformes, do Grupo Internacional, representado no Outeiro da Assenta, como a seguir se caracteriza.

As escassas **Cerâmicas campaniformes** do Outeiro da Assenta integram exclusivamente o **Grupo Internacional**, o mais antigo, dos três usualmente considerados na Estremadura, tal como se verificou no Outeiro de São Mamede. Esta realidade é condizente com a observação de terem sido os povoados ocupados na fase anterior, os primeiros a receberem, num curto momento situável seguramente na primeira metade do III milénio a.C., cerca de 2700/2600 a.C., a novidade corporizada pelas ditas produções. Já em 1981, se declarou, a propósito do povoado de Leceia, “sempre que num local se tenha observado forte ocupação do calcolítico médio, é aquele estilo que predomina” (CARDOSO, 1981, p. 215). Com efeito, tal observação tinha sido pela primeira vez observada no povoado da Rotura, onde se verificou a anterioridade dos vasos campaniformes “marítimos” às produções do Grupo de Palmela (FERREIRA & SILVA, 1970; SILVA, 1971). As escavações conduzidas em Leceia vieram confirmar tal realidade, no que se refere ao espaço intramuros, enquanto no espaço extramuros se identificaram duas cabanas campaniformes; numa delas, a tipologia das produções apontava para uma fase tardia do “fenómeno” campaniforme, com predomínio das decorações incisas e ausência do vaso “marítimo”, corroborada por uma data de radiocarbono obtida, estatisticamente mais moderna que a correspondente à outra cabana campaniforme, na qual o conjunto campaniforme – necessariamente de vida curta – se distribuía pelos três Grupos tradicionalmente considerados na Estremadura, datando tal associação ainda da primeira metade do III milénio a.C. (CARDOSO, 1997/1998 a). Quer isto dizer que é possível que, ainda antes de 2500 a.C., todos os grupos campaniformes estivessem já constituídos como tal, existindo um período em que os mesmos teriam coexistido, representado pela associação encontrada na estrutura habitacional de Leceia em referência, e também nas cabanas escavadas da Penha Verde, em curso de reapreciação pelo signatário.

No que ao Outeiro da Assenta diz respeito, encontra-se reconhecido apenas um fragmento de vaso “marítimo” com a clássica decoração de bandas preenchidas interiormente a ponteados (Fig. 28, n.º 1). A escassez de campaniformes “marítimos” tem equivalente no vizinho Outeiro de São Mamede, onde também se identificou apenas um fragmento de vaso idêntico (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 60, n.º 1). Com efeito, tal como nesta estação, os restantes fragmentos de recipientes campaniformes (Fig. 28, n.º 2 a 7), conquanto sejam todos decorados a ponteados, integram-se no conjunto de decorações geométricas mais elaboradas, incluindo faixas horizontais, bandas oblíquas e triângulos preenchidos internamente por reticulado, pertencendo a vasos campaniformes (Fig. 28, n.º 4) ou a caçoilas de ombro (Fig. 28, n.º 7). É de destacar um fragmento de caçoila de ombro decorado com triângulos invertidos, preenchidos internamente por linhas verticais, convergentes no vértice inferior de cada triângulo (Fig. 28, n.º 6). No conjunto, trata-se de conjunto homogéneo, e de fraca expressão o qual, de acordo com as considerações anteriormente apresentadas, acompanharia as outras cerâmicas calcolíticas decoradas, configurando-se, deste modo, apenas a existência de uma única ocupação calcolítica no Outeiro da Assenta.

Cerâmicas lisas: trata-se de conjunto numeroso, embora desprovido de indicações estratigráficas, o que lhe retira grande parte do interesse. Com efeito, ao contrário das produções decoradas, que caracterizam bem a época em que foram produzidas, certas formas lisas podem frequentemente integrar-se em diversas culturas pré-históricas, não se identificando com nenhuma delas em particular. É o caso da maioria das tipologias dos recipientes do Outeiro da Assenta, as quais, conquanto sejam muito frequentes em contextos calcolíticos, têm sido, também, registadas em contextos do Bronze Pleno da região: são exemplo, os povoados do Agroal (Vila Nova de Ourém) (LILLIOS, 1993, Fig. IV a VII) e o do Casal da Torre (Torres Novas) (CARVALHO *et al.*, 1999, Fig. 5 a 9), além de diversas grutas, onde a presença de cerâmicas lisas atribuíveis ao Bronze Pleno tem vindo a afirmar nas cavidades da região, de que são bom exemplo as diversas grutas da serra de Montejunto (GONÇALVES, 1990/1992). Com efeito, nesses sítios estão presentes, a maioria das formas lisas identificadas no Outeiro da Assenta. Aqui, foram encontrados esféricos (Fig. 29 a 33; Fig. 35, n.º 1, 7, 8 e 10) de bordo simples e corpo mais ou menos alto, munidos por vezes de furos de suspensão; esféricos de bordo espessado ou em aba extrovertida, por vezes com o lábio marcado inferiormente por ligeira depressão (Fig. 34); e taças de bordo simples e paredes mais ou menos verticais (Fig. 35 a Fig. 42), possuindo ligeiro espessamento e lábio aplanado (Fig. 37, n.º 4; Fig. 39, n.º 5), convexo (Fig. 42, n.º 2), adelgaçado (Fig. 39, n.º 2), ou espessado de ambos os lados (Fig. 42, n.º 11). Tal como nos esféricos, observaram-se exemplares com o lábio acentuado por ligeiro rebordo externo (Fig. 43).

Também se observaram pratos ou taças baixas (Fig. 41, n.º 1 a 3) e um “copo” liso, de formato tronco-cónico, com paredes grosseiramente adelgaçadas e com o fundo, que é convexo, marcado por rebordo marginal (Fig. 40, n.º 1). Este exemplar, que já tinha sido reproduzido anteriormente (BUBNER, 1979, Est. III, n.º 1), diferencia-se, no entanto, dos usuais “copos” do calcolítico inicial pela existência do referido rebordo basal. Possui estreitas afinidades com os exemplares recolhidos na anta de Penedo Gordo (Gavião) (CUNHA & CARDOSO, 2002/2003, Fig. 7, n.º 7; Fig. 8, n.º 6; Fig. 9, n.º 1, 2 e 7). A procura de paralelos para tal tipo de recipientes conduziu à identificação de um conjunto de exemplares de antas do Alto Alentejo, elencados no referido trabalho, cuja cronologia é reportável ao Neolítico Final, ou já ao Calcolítico.

As **Cerâmicas industriais** integram, como o seu nome indica, os artefactos relacionados com uma qualquer actividade extractiva ou produtiva, tendo-se considerado os grupos artefactuais adiante caracterizados.

Cinchos: dentro desta designação cabem as produções relacionadas com uma actividade doméstica de carácter produtivo. Trata-se em geral de fragmentos que dificilmente é possível reconstituir em todo o seu perfil, mas não possuiriam fundo, pois deles não se reconheceram quaisquer indícios; caracterizam-se por ostentar as paredes completamente perfuradas, ainda com a pasta fresca, de fora para dentro (Fig. 23, n.º 10, 11). Desta forma, é aceitável a reconstituição efectuada por Hipólito Cabaço para um destes objectos, oriundo do povoado da Pedra de Ouro (Alenquer) (PAÇO, 1966, Fig. 13 A).

Relacionados usualmente com o fabrico de queijo, tal utilização encontra-se fixada na terminologia portuguesa de décadas passadas pela palavra “queijeiras”, que parece menos apropriada que a de “cincho”. Com efeito, se exemplares mais modernos, do Bronze Final/inícios da Idade do Ferro do Sudoeste peninsular, providos de fundo, se podem relacionar com actividades metalúrgicas, como a copelação da prata – a que se pode somar exemplar da Quinta do Marcelo, Almada (BARROS, 2000; CARDOSO, 2004 b, Fig. 149) – em materiais calcolíticos, análises químicas têm revelado nalguns exemplares a presença de compostos orgânicos, condizentes com a função que lhes tem sido tradicionalmente atribuída, por comparação etnográfica.

Para a integração cultural destas produções, é muito importante a informação fornecida pelo estudo sistemático das cerâmicas de Leceia, já que é o único, no concernente à área estremenha, que interessa a totalidade dos elementos recolhidos numa estação arqueológica com estratigrafia fiável. Assim, os vinte e cinco fragmentos de cinchos recolhidos provêm integralmente da Camada 2, do Calcolítico Pleno (CARDOSO, 2006, p. 39), o que

reflecte a especialização das produções, verificada desde o Calcolítico Inicial, ou seja, na transição da primeira para a segunda metade do III milénio a.C., corporizando a chamada “Revolução dos Produtos Secundários”.

Um dos exemplares possui bordo não espessado, enquanto o outro o apresenta engrossado do lado externo, correspondendo a variedade muito mais rara.

Elementos de tear: aplica-se esta designação aos objectos paralelepípedicos achatados de barro, munidos de quatro perfurações junto aos cantos, excepcionalmente apenas de duas, produzidas na pasta fresca (Fig. 44, 45). Estas peças, que são comuns nos povoados estremenhos, podem apresentar-se lisas ou decoradas. No Outeiro da Assenta, todos os exemplares são lisos. Nos exemplares decorados, as decorações patentes nas faces maiores das placas de Vila Nova de São Pedro, constituem um notável conjunto, que justificou o primeiro estudo dedicado a este tipo de artefactos (PAÇO, 1940), prosseguido até épocas mais recentes por outros trabalhos (DINIZ, 1994). Tais decorações remetem para o domínio do sagrado, estado presentes símbolos astrais e sexuais, tatuagens faciais, cervídeos (PAÇO, 1940, Fig. 1, n.º 1 a 7). Uma representação estilizada atribuível a machado ou enxó, foi identificada numa placa do Outeiro de São Mamede, recentemente republicada (VASCONCELOS, 1922; CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 68, n.º 4). Esta realidade comprova a dificuldade na separação, no dia a dia destas populações, entre o profano e o sagrado, o qual estaria presente em muitas das actividades domésticas quotidianamente realizadas, como era o caso da tecelagem. Mais comuns são os motivos geométricos, como linhas onduladas, ou em zigue-zague, de há muito associadas à água, a propósito de um notável exemplar de Leceia (CARDOSO, 1981, p. 216), elemento que seria essencial no crescimento e lavagem das fibras de linho, utilizadas à época na fição e tecelagem. Quanto aos reticulados também presentes em diversos destes povoados, poderiam por seu turno, relacionar-se com a urdidura dos teares onde quais estes artefactos eram aplicados.

Com efeito, embora seja preferível a utilização mais abrangente de “elementos de tear”, aspecto discutido em trabalho anterior (CARDOSO & CARREIRA, 2003), não existem dúvidas quanto à função que, nestes, tais peças teriam, servindo de pesos, suspensos por apenas dois dos quatro orifícios. Prova deste modo de utilização foi de novo confirmada nos exemplares do Outeiro da Assenta, ao exibirem, à semelhança de outras estações estremenhas, como Vila Nova de São Pedro, Leceia e Moita da Ladra (Vialonga), desgaste em apenas dois dos furos do mesmo lado (Fig. 44, n.º 1 e 4; Fig. 45, n.º 1 e 4), podendo os outros dois considerar-se como suplentes. Por outro lado, tal como foi observado anteriormente, alguns apresentam apenas duas perfurações, como é o caso do exemplar da Fig. 44, n.º 5. Importa referir que, já em 1914, Vergílio Correia tinha classificado como pesos de tear estes exemplares pré-históricos, num estudo de cariz etnográfico, em que publicou diversos tipos de exemplares actuais (CORREIA, 1914). A mesma terminologia foi seguida por Félix Alves Pereira, no respeitante aos exemplares do Outeiro da Assenta (PEREIRA, 1914, p. 142, 143) e, logo depois, por Luís Chaves (CHAVES, 1915, p. 263). Aliás, é interessante notar que aquele autor, havia chegado a tal conclusão por observações pessoais, num exercício de análise traceológica pioneiro, as quais, dado o seu interesse, se transcrevem: “O exame atento destes artefactos levou-me à convicção de que estes pesos para teares verticais, como os primitivos, ficavam suspensos por dois dos seus orifícios e não pelos quatro ao mesmo tempo. E a razão é que não só aparecem pesos desta forma com duas perfurações apenas, mas nos de quatro, em grande parte deles, apenas dois orifícios de um dos lados maiores manifestam os vestígios de uso (...)” (PEREIRA, 1915, p. 126). Como se viu, tal característica foi agora confirmada nos mesmos exemplares.

A prática da tecelagem, enquanto actividade especializada, relacionada com o desenvolvimento económico que caracterizou todo o III milénio a.C., generalizou-se por todo o território português, onde se registaram exemplos de elementos de tear deste e de outros tipos. Contudo, o conhecimento da evolução, num mesmo local, da importância desta actividade ao longo do tempo tem sido fortemente limitada pela quase ausência de elementos fiáveis, com indicações estratigráficas precisas. Uma das excepções é o povoado de Leceia. Aqui, trata-se de artefacto pobremente representado, o que poderá denunciar uma fraca especialização dos seus habitantes nas actividades

de tecelagem. Note-se, com efeito, que em povoados de muito menos importância e com áreas escavadas diminutas, como o Outeiro de São Mamede ou o próprio Outeiro da Assenta, o número destes elementos é proporcionalmente muito superior, o mesmo se verificando em Outeiro Redondo, Sesimbra, em curso de publicação, onde se recolheram abundantes exemplares, apesar da área explorada ser reduzida, a par com a modéstia da extensão do povoado, quando comparado com o de Leceia (CARDOSO, 2008).

Em Leceia, apesar da aludida escassez de elementos de tear, nota-se um inesperado declínio do Calcolítico Inicial, onde se registaram oito exemplares, para o Calcolítico Pleno, com apenas seis (CARDOSO, 2006, p. 39). Este declínio é tanto mais difícil de explicar no contexto da sabida intensificação económica atrás mencionada, reforçando a conclusão de que, em Leceia, a tecelagem não era, seguramente, uma actividade importante, ao contrário da maioria dos povoados estremenhos calcolíticos.

Pesos de rede: os exemplares de cerâmica, perfurados longitudinalmente antes da cozedura, representados na Fig. 46, n.º 1 a 6, mereceram judiciosas considerações da parte de Félix Alves Pereira. A sua integração no Calcolítico parece não deixar dúvidas, com base nas observações do primeiro dos exploradores do Outeiro da Assenta: “Continuando a escavação no ponto em que as camadas estratificadas davam ao trabalho uma importância especial, porque a situação dos objectos começava a ter um significado cronológico, verificou-se o aparecimento de outro peso de rede, ovóide e perfurado longitudinalmente. Casualmente foi avistado, antes de se soltar do estrato que o continha e pude então notar rigorosamente a sua posição. A zona onde êle se mostrava, era aquela camada de terra escura subjacente à que se caracterizava pela presença dos cereais carbonizados [trata-se de depósito relacionado com vasos de armazenamento da Idade do Ferro, como adiante se verá]; só depois desta observação feita e arquivada, é que este objecto foi retirado do seu lugar. A este nível apareciam também os pesos de tear, a que já me tenho referido e que são análogos aos da estação de S. Mamede.

Esta camada era seguramente de época preistórica, sem mistura alguma com os estratos superiores; estava intacta; (...)” (PEREIRA, 1914, p. 145). No ano seguinte, o mesmo autor discute longamente a atribuição a pesos de rede destes artefactos, recorrendo à sua formação etnográfica (PEREIRA, 1915, p. 127 e seg.). Com efeito, estas produções cerâmicas não se devem confundir, por um lado, com os cossoiros, da Idade do Ferro, de formato tronco-cónico, também presentes na estação e, por outro, como as peças esféricas perfuradas, recolhidas no vizinho Outeiro de São Mamede, atribuídas a contas de colar por Félix Alves Pereira, embora uma análise mais conservadora das mesmas, recentemente publicada, tenha conduzido a uma classificação meramente morfológica, como “esferas perfuradas diametralmente” (CARDOSO & CARREIRA, 2003, p. 144, Fig. 70, n.º 4 a 6). O tamanho, e por conseguinte, o peso, parece ser critério importante na diferenciação. Assim, os exemplares do Outeiro de São Mamede, de menores dimensões que os do Outeiro da Assenta, seriam compatíveis com contas de colar, tal como os elementos de formato bicónico, recolhidos em diversas estações calcolíticas litorais, como a Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992) ou as sepulturas campaniformes do dólmen de Pedra Branca, Montum (Santiago do Cacém) (FERREIRA *et al.*, 1975).

Em Santa Olaia, Santos Rocha atribuiu a exemplares da Idade do Ferro idênticos aos recolhidos no Outeiro da Assenta, função de contas de colar, representando alguns destes elementos como supunha que podiam estar organizados (ROCHA, 1905/1908, Est. XXVIII, n.º 246). Como contas de colar foram também considerados alguns elementos pré-romanos de Conímbriga, recolhidos por Vergílio Correia (CORREIA, 1916, p. 264). Tais exemplares foram reproduzidos mais tarde, mantendo-se a referida atribuição (CORREIA, 1993, Fig. 4). Enfim, L. Chaves, a propósito de um destes exemplares, por si descoberto no Outeiro da Assenta, chama-lhe pendeloque, denotando talvez a discussão que, sobre o mesmo tipo de objectos, é apresentada no mesmo volume da revista por Félix Alves Pereira (CHAVES, 1915, p. 263). A existência de exemplares análogos tem sido registada em diversas estações arqueológicas litorais da Península Ibérica, de épocas distintas, pelo menos até os séculos IX-XIII, como é o caso do Saltés, sítio islâmico das Marismas do Odiel (BAZZANA & BEDIA GARCIA, 2009, Fig. 104), o que não impede de considerar os do Outeiro da Assenta de época pré-histórica

A proximidade da lagoa de Óbidos reforça, como bem notou o primeiro explorador da estação arqueológica, a atribuição a estes objectos como pesos de rede, utilizados para pescarias nas águas calmas da lagoa, já que, para o litoral oceânico, seriam precisos pesos de muito maior robustez e tamanho, como os exemplares de pedra recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1996).

Suportes de lareira: reconheceu-se um exemplar, descrito pelo primeiro explorador do sítio nos seguintes termos: “Na camada mais baixa, juntamente com os sílices, encontrou-se um pedaço de barro cozido, que por ser curvo e grosso, mas muito tóscico, me pareceu à primeira vista ter pertencido a um vaso avantajado; a pasta porém é idêntica à dos pedaços que apresentam as impressões de caniço. A hipótese, que me ocorre, é que fazia parte efectivamente do revestimento argiloso das cabanas, nalgum ponto em que houvesse uma abertura para o exterior, uma chaminé, por exemplo” (PEREIRA, 1914, p. 144). No entanto, a referida hipótese não colhe, não só porque a peça é maciça, mas também porque se conserva uma superfície plana, servindo de base, sobre a qual assentava. Trata-se de um fragmento dos chamados suportes de lareira, impropriamente designados na literatura por “ídolos de cornos”, designação já rebatida por diversas vezes (CARDOSO & FERREIRA, 1990; CARDOSO, 2003). A ocorrência destes exemplares em contextos do Neolítico Final, como o identificado no sítio que veio posteriormente a ser ocupado pela *villa* romana da Quinta das Longas (Elvas) (GONÇALVES, CARVALHO & POMBAL, 2003), mostra que já existiriam antes das actividades metalúrgicas relacionadas com o cobre. Por outro lado, não se conhece nenhum exemplar oriundo de contexto funerário, com a excepção de um exemplar conotável com ídolo fálico, da *tholos* do Escoural (Montemor-o-Novo), comparável a dois exemplares de Leceia (CARDOSO, 1995 b), que não são passíveis de confusão com as peças em questão, mesmo com as de tipologia mais simples. Deste modo, fica reforçado o seu carácter doméstico. O facto de alguns exemplares, como os recolhidos em Vila Nova de São Pedro, possuírem decorações simbólicas, como, entre outras, as ditas “tatuagens faciais”, frequentes nos bem conhecidos ídolos-cilindro de calcário, associados à representação antropomórfica (GONÇALVES, 1994 a, Fig. 1, n.º 1), em nada diminui o carácter funcional destas peças, à semelhança do verificado com os elementos de tear acima tratados. No entanto, alguns exemplares miniaturais não poderiam ter, evidentemente, carácter funcional, podendo considerar-se como brinquedos da época. O autor referido elabora pertinentes considerações, a propósito da importante colecção de Vila Nova de São Pedro, procurando separar os exemplares que considera como suportes de lareira, daqueles que atribuiu a “ídolos de cornos”. Estes, pela sua morfologia corniforme, simples ou dupla, estariam relacionados com o culto dos bovídeos no decurso do Calcolítico. Admite-se, com efeito, que tal culto teria efectivamente existido, até pela importância destes animais na sociedade de então: prova disso, são as múltiplas representações de bucrânios no santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo) (GOMES, 1991), atribuível ao Neolítico Final, a que se juntou, mais recentemente, a estatueta modelada de um bovídeo recuperada nas escavações efectuadas por Miguel Lago, A. Valera e colaboradores no complexo dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). No mesmo sentido apontam os pequeninos corniformes recolhidos em Vila Nova de São Pedro, atribuíveis a fragmentos de esculturas modeladas destes animais (GONÇALVES, 1994 a). No entanto, importa referir que os corniformes cerâmicos, não podem, pelo simples facto de o serem, conotar-se obrigatoriamente com ídolos. O caso mais exemplar é o dos fornos da Ponta da Passadeira (Barreiro), do Neolítico Final/Calcolítico Inicial, aos quais se encontravam associados abundantes corniformes simples, de cerâmica (SOARES, 2001, Fig. 15, 16), que não poderiam ter outra função senão a de separadores (trepes) dos recipientes, aquando da cozedura dos mesmos, ou, eventualmente, no âmbito do seu aquecimento, com água do estuário, para a produção de sal, servindo como suportes. De igual modo, também no sítio do Neolítico Final/Calcolítico do Monte da Quinta (Benavente), este claramente à produção de sal, foram encontrados várias dezenas de objecto maciços mais ou menos alongados, de barro, “alguns dos quais com morfologias próximas do que tradicionalmente se designam por “Ídolos de Cornos” (VALERA, TERESO & REBUGE, 2006, p. 294).

Diversos: dentro desta categoria inscreve-se, em primeiro lugar, a **Cerâmica de revestimento**, representada na colecção por um fragmento de barro com uma das faces aplanadas, conservando a outras impressões de caules

ou troncos de pequeno diâmetro (Fig. 46, n.º 7). Trata-se de um dos pedaços referidos por Félix Alves Pereira, e por ele reproduzido (PEREIRA, 1915, Fig. 7, i), tendo então sido identificados correctamente como barro de revestimento de cabanas, e atribuído ao Calcolítico, “em virtude das condições do descobrimento” (PEREIRA, 1914, p. 143; PEREIRA, 1915, p. 131). Integram-se nesta categoria ainda: um objecto de cerâmica incompleto, perfurado transversalmente numa das extremidades (Fig. 46, n.º 11), descrito no primeiro estudo dedicado à estação como indeterminado: “Um pedaço de cerâmica com orifício, que não sei classificar” (PEREIRA, 1914, p. 143); um prato de fundo espesso e bordo simples, de pequenas dimensões, constituindo exemplar raro dentro das produções calcolíticas (Fig. 46, n.º 8); e uma pequeníssima taça, cuja utilização também é desconhecida, com paralelos em outras estações neolíticas ou calcolíticas (Fig. 46, n.º 9). Este exemplar foi recolhido na segunda campanha de escavações, dirigida por Luís Chaves, que se lhe refere (CHAVES, 1915, p. 262). Nalguns casos, a utilização especial destes pequenos recipientes é sugerida pela própria decoração que ostentam: é o caso do exemplar do Outeiro de São Mamemde, possuindo na face externa, a representação de um cometa (CARDOSO & ANDRÉ, 2005).

3.2. *Idade do Bronze*

Na Fig. 47 agrupam-se as produções cerâmicas que, pela tipologia, se reportam à Idade do Bronze. Apenas um exemplar se apresenta decorado, com a característica técnica “a cepillo” (Fig. 47, n.º 5). Os restantes exemplares, por vezes, possuem elementos plásticos decorativos, como é o caso dos pequenos **mamilos simbólicos na carena**, característicos do Bronze Final, por vezes perfurados (Fig. 47, n.º 1 a 3), ou ostentam **protuberância sobre o bordo** (Fig. 47, n.º 4), elemento decorativo característico do Bronze Final, estando presente, entre outras estações, no Castelo dos Mouros (Sintra) (CARDOSO, 1997/1998 b, Fig. 8, n.º 4) e na Lapa da Bugalheira (Torres Novas) (CARREIRA, 1996 b, Est. 8, n.º 4). Outras produções características e abundantes da Idade do Bronze são as **taças carenadas** (Fig. 47, n.º 7 a 14 e 16), enquanto um **pequeno pote de colo estrangulado** (Fig. 47, n.º 15) possui os melhores paralelos, no que respeita à área estremenha, em um exemplar das grutas do Poço Velho (Cascais) (CARREIRA, 1990/1992, Fig. 2, n.º 7) e na sepultura da Idade do Bronze de Pedra de Ouro (Alenquer) (LEISNER & SCHUBART, 1966, Abb. 11, n.º 2), ainda que dubitativamente possa ser já atribuído, tal como os exemplares invocados como comparação, à Idade do Ferro.

3.3 – *Idade do Ferro*

3.3.1 – *Indústria cerâmica*

O conjunto dos materiais cerâmicos atribuídos à Idade do Ferro, produzidos ao torno rápido, é dominado pelos fragmentos de grandes potes de armazenamento com bordos salientes e robustos, dos quais se conservam os bordos e alguns fundos planos, referidos por Félix Alves Pereira como destinados ao armazenamento de trigo. Contudo, dado o mau estado de conservação dos recipientes, não foi possível recuperar nenhum exemplar que possibilitasse reconstituição. Como se referiu no início deste estudo, Félix Alves Pereira considerou comparável o conjunto cerâmico da Idade do Ferro do Outeiro da Assenta ao de Santa Olaia (Figueira da Foz).

A revisão dos materiais agora efectuada, conduziu à identificação de dois conjuntos diferenciados da Idade do Ferro, no Outeiro da Assenta: o primeiro, é, com efeito, em parte comparável ao exumado na estação figueirense e corresponde aos séculos VI ou inícios do V a.C. Esta fase mais antiga da Idade do Ferro do Outeiro da Assen-

ta integra as asas bilobadas assinaladas pelo autor, enquanto os fragmentos por ele atribuídos a *pythoi* não são mais do que restos de grandes vasos de armazenamento, também designados pelo autor como “urnas” (PEREIRA, 1915, p. 144). Trata-se de recipientes de cerâmica comum, desprovidos de asas, pertencentes ao final da Idade do Ferro, coevo do período romano republicano, dando passagem a ténue ocupação de época imperial, representada por diversos elementos que não serão objecto deste estudo, recolhidos sobretudo na intervenção realizada por Luís Chaves.

Deste modo, ao final da I Idade do Ferro, de tradição orientalizante, são de atribuir diversas produções cerâmicas, como as representadas nas Fig. 48 e 49, onde avultam as **asas com suave depressão longitudinal mediana**, de **jarros** ou de **pequenos vasos de colo alto** (Fig.48, n.º 5 a 7), com bons paralelos na ocupação sidérica da Rua dos Correeiros (Lisboa) (CARDOSO, 2004 b, Fig. 194), atribuível a momento imediatamente posterior (séculos V/IV a.C.), ou as **asas bilobadas**, ou de **secção circular** (Fig. 49), que poderiam pertencer, nalguns casos, a *pythoi*. Note-se que, apesar de já não ocorrerem produções orientalizantes, alguns exemplares poderão ser considerados como de tradição do Bronze Final (Fig. 50, n.º 1 a 3), enquadrando-se no conjunto das **cerâmicas comuns**, como as de coloração alaranjada que se encontram representadas na mesma figura (Fig. 50, n.º 4 a 6).

É certo que a distribuição de povoados desta época, no vasto território estremenho se afigura mais importante que a actualmente conhecida. Um dos locais que revelou recentemente materiais cerâmicos do mesmo tipo, globalmente atribuíveis ao século V a.C., foi o castro do Socorro (Mafra/Torres Vedras), do qual se reproduziram já alguns exemplares obtidos por G. Marques (CARDOSO, 2004 b, Fig. 218)

As **produções finas**, tal como as representadas na Fig. 51, correspondentes a **taças, jarros e pequenos vasos de cerâmicas cinzentas, ou cinzentas/anegradas**, por vezes finamente brunidas, conferindo-lhes toque metálico, decoradas por **cordões em relevo**, são em tudo idênticas aos exemplares recolhidos nos “casais agrícolas” dos séculos VI/V a.C. da região de Lisboa, como a Outurela (Oeiras) (CARDOSO, 1990; CARDOSO, 2004 b, Fig. 195) e os Moinhos da Atalaia (Amadora) (PINTO & PARREIRA, 1978). Conquanto sejam abundantes na região de Lisboa, onde poderiam prolongar-se pela II Idade do Ferro (é o caso dos exemplares recolhidos na Rua dos Correeiros (ALARCÃO, coord., 1996, n.º 22), ocorrem também na ocupação sidérica de Conímbriga (CORREIA, 1993, Fig. 7), conferindo-se um cunho regional, correspondendo ao território a norte do Tejo e até ao Mondego, já que não ocorrem na região do Sado. **As taças de bordo simples ou ligeiramente espessado e lábio convexo, de cerâmica cinzenta**, encontram-se bem representadas, através dos exemplares figurados nas Figs. 52, 53 e 54. Trata-se de produções comuns e de larga diacronia, com início no período orientalizante, mas continuando claramente presentes em épocas ulteriores, como é o caso, atingindo os alvares da Romanização, segundo o verificado por C. Tavares da Silva e colaboradores na estratigrafia do castelo de Alcácer do Sal (SILVA *et al.*, 1980/1981), realidade depois sublinhada por A. M. Arruda (ARRUDA, 1999/2000, p. 205).

Os materiais recolhidos na Alcáçova de Santarém permitiram à referida autora elaborar uma tipologia para as cerâmicas cinzentas, pertencendo a maioria dos exemplares identificados a taças (Forma 1), categoria onde também se inserem os exemplares do Outeiro da Assenta, representados nas Fig. 52 a 54. Situação idêntica verificou-se em Almaraz (Almada) (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993), e na Conímbriga pré-romana, como assinala a autora. Deste modo, as cerâmicas cinzentas podem considerar-se como produções características dos estabelecimentos fenícios ocidentais, sendo a sua longevidade e abundância explicáveis pelo sucesso que detinham junto das comunidades indígenas, o qual, em parte, pode ser o resultado de, tanto as formas, como o próprio acabamento cuidado, terem origens imediatamente anteriores, no Bronze Final da Estremadura, ainda que então correspondessem a fabricos manuais ao torno lento. Deste modo, a introdução do torno rápido possibilitou, simplesmente, um apuro nas formas e, sobretudo, a produção em série, segundo modelos normalizados.

Aliás, a adaptação ao fabrico ao torno de formas já conhecidas e antes executadas ao torno lento, tem paralelo em recipientes de maiores dimensões, incluindo vasos de armazenamento (Fig. 55, n.º 1).

As produções de **cerâmicas comuns**, de pastas médias e alaranjadas, correspondentes a **potes de colo alto e bordo em aba**, comuns nos “casais agrícolas” dos séculos VI/V a.C. dos arredores de Lisboa, encontram-se também representadas no conjunto do Outeiro da Assenta (Fig. 55, n.º 2 a 4), ostentando por vezes as comuns decorações de linhas incisas, formando uma ou várias bandas simples no bojo (Fig. 63, n.º 4). Estas produções poderiam ser acompanhadas de vasos de maiores dimensões, talvez afins dos *pythoi* (Fig. 55, n.º 8 e 9), os quais, por se encontrarem muito incompletos, impedem maiores certezas.

Ao final da Idade do Ferro, num período em que já ocorrem as **primeiras importações de origem itálica (Ferro Mediterrâneo III**, na terminologia de C. Tavares da Silva e colaboradores, apoiada pelos resultados obtidos no castelo de Alcácer do Sal, cf. SILVA *et al.*, 1980/1981), pertencem os **grandes vasos de colo alto e de bordo espesso fortemente revirado para o exterior**, cuja robustez, segundo Félix Alves Pereira, dispensaria a existência de elementos de prensão. Trata-se de recipientes que, nalguns casos – provavelmente os de maiores dimensões – serviriam como contentores de cereais, no caso o trigo e talvez a aveia, de acordo com as observações do primeiro escavador, como anteriormente se referiu. Os exemplares identificados distribuem-se pelas Fig. 55, n.º 6 e 7, Fig. 56, Fig. 57, Fig. 58, Fig. 59, Fig. 60, Fig. 61, Fig. 62 e Fig. 63, n.º 8.

Um dos fragmentos recolhidos por Félix Alves Pereira contém parte de inscrição “de tipo arcaico ou cursivo romano, com quatro caracteres, dos quais apenas um parece encontrar-se completo” (PEREIRA, 1914, p. 146), o qual voltou a ser referido um ano depois, concluindo que se trata de palavra incompreensível. Segundo ele, os caracteres, abertos com ponta romba no barro fresco, são os seguintes: “[...] ACIX [...]” (Fig. 62, n.º 1).

A maioria das decorações observadas no bojo destes grandes vasos são muito simples, constituídas por linhas ondeadas, desenvolvendo-se na horizontal, enquadradas por linhas rectilíneas paralelas (Fig. 61, n.º 1 a 4; Fig. 62, n.º 1 a 3). Alguns exemplares ostentam, associada à anterior, uma curiosa decoração obtida pela impressão de uma matriz circular na pasta fresca, a qual deveria corresponder a um caule mole (Fig. 62, n.º 1 a 3); com efeito, como bem assinala Félix Alves Pereira, caso a matriz utilizada fosse metálica, não sofreria deformações produzidas pela pressão lateral do próprio barro, como de facto sofreu, pois se assim fosse, tais impressões seriam sempre iguais, o que não se verifica (PEREIRA, 1915, p. 139). As decorações destes fragmentos apresentam grandes semelhanças com as patentes em fragmentos de vasos homólogos recolhidos na gruta da nascente do rio Almonda, onde alguns possuem decorações obtidas por estampilhas, de evidente influência continental, que aqui não ocorrem (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947).

Note-se, ainda, que alguns dos exemplares figurados, tanto por Félix Alves Pereira, como por Luís Chaves, não se localizaram entre as peças actualmente reunidas e dadas como do Outeiro da Assenta.

A decoração, nalguns casos, poderia ser, simplesmente, constituída por uma banda de linhas incisas paralelas abaixo do bordo, como se observa no exemplar da Fig. 63, n.º 8, o qual apresenta o lábio com uma goteira ou depressão, aspecto também observado em outros exemplares, como os da Fig. 59. Esta particularidade poderá talvez relacionar-se com o ajuste de um opérculo ou tampa.

Entre as produções finas, importa referir um pequeno fragmento de **jarro**, de coloração acinzentada com um **cordão em relevo** delimitando o arranque do colo, decorado abaixo deste **por motivos reticulados brunidos** (Fig. 63, n.º 6). Exemplares idênticos foram identificados entre os materiais de feição predominantemente púnica da Quinta da Torre (CARDOSO & CARREIRA, 1997/1998, Fig. 11, n.º 7), a que se junta outro exemplar, recolhido em contexto sidérico tardio do povoado de altura do Castelo, Arruda dos Vinhos (GONÇALVES, 1997).

As **produções itálicas** ou atribuíveis a tal origem; além do referido vaso com inscrição acima mencionado, incluem um bico de **ânfora vinária** (Fig. 64, n.º 3), provavelmente a peça referida por Luís Chaves como proveniente da Vala n.º 7, executada na encosta poente do Outeiro, designada como “um fundo de ânfora espessa” (CHAVES, 1915, p. 268), e um fragmento de **cerâmica campaniense** da forma Lamboglia 5.7, da 2.^a metade do século II ao final do 3.^o quartel do século I a.C. (Fig. 64, n.º 2), que tem comprovativo na referência do mesmo

autor a fragmentos recolhidos na Vala n.º1, descritos como “numerosos pedaços de um barro fumigado, fino, cuja qualidade e aspecto se assemelham com os fragmentos de cerâmica dos Gregos, achados por Estácio da Veiga em Monte Molião”; mais à frente, refere novos achados da Vala n.º 2, que considerou do tipo *buchero fino* (CHAVES, 1915, p. 266). Com efeito, o Museu Nacional de Arqueologia conserva outros fragmentos de cerâmicas campanienses, embora sem interesse tipológico, pelo que não foram reproduzidos.

As primeiras produções itálicas acima referidas coexistiram com as últimas produções de raiz púnica, como se verificou, entre outras estações, no Castro de Chibanes, cuja Fase II C, atribuída ao Ferro III/ período romano-republicano, onde ânforas itálicas vinárias coexistiram com ânforas neónicas de tipologia idêntica à do presente exemplar (SILVA, 2001, Fig. 13, n.º 3 e 4), bem como na estação da Quinta da Torre, Monte de Caparica (CARDOSO & CARREIRA, 1995).

Cerâmicas industriais – cossoiros: na primeira campanha no Outeiro da Assenta, Félix Alves Pereira menciona a recolha de três cossoiros, dos sete actualmente conservados (Fig. 65, n.º 1 a 7). Deste modo os quatro restantes foram recolhidos por Luís Chaves, que reproduz um deles, oriundo da Vala n.º 2 (CHAVES, 1915, Fig. 7). Trata-se de produções coevas dos objectos cerâmicos do Ferro III, acima identificados, documentando a actividade de fiação no pequeno aglomerado.

3.3.2. Vidros

Luís Chaves reporta à Vala 2 uma **conta de vidro** de coloração ambarina (CHAVES, 1915, p. 265). Com efeito, torna-se difícil distinguir ambas as substâncias, até pelas diminutas dimensões do exemplar (Fig. 66, n.º 4). Trata-se de exemplar reportável ao final da Idade do Ferro, ou já ao período romano.

3.3.3. Indústria metálica

Na Fig. 66 representam-se os elementos metálicos atribuíveis aos finais da Idade do Ferro e à época romana.

Uma possível **xorca de sanguessugas** (Fig. 66, n.º 1) está representada por um fragmento de aro de bronze maciço. Um exemplar com o aro completo, em torno do qual se encontram agrupadas doze sanguessugas, foi encontrado na Serra das Rípas (Alenquer), o que permite admitir como provável aquela função, para o aro fracturado em apreço (GOMES & DOMINGOS, 1983). Estas jóias de bronze são características da II Idade do Ferro (na terminologia clássica), correspondendo os exemplares datados mais antigos em território português ao século VI/V a.C. É o caso do exemplar recolhido na sepultura 22/80 da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal), também com doze elementos (PAIXÃO, 1983, Fig. 5). Talvez ainda mais antigo seja o exemplar representado por apenas uma sanguessuga, recolhido em Santa Olaia (ROCHA, 1905/1908, Est. XX, n.º 50). Estas peças detêm, porém, assinalável longevidade, podendo atingir o século I a.C., como foi demonstrado pelo achado de outras sanguessuga no castro do Pedrão (Setúbal) (SOARES & SILVA, 1973, Est. IX, n.º 68). É a esta época, dos alvares da romanização da região estremenha, que se pode reportar o exemplar do Outeiro de S. Mamede, tendo presente as restantes peças ali presentes. Recolhido na Vala n.º 1 da segunda campanha de escavações, foi classificado, embora com reservas, à categoria agora também admitida (CHAVES, 1915, p. 265).

No conjunto, identificaram-se **quatro fíbulas de distintas tipologias**. Félix Alves Pereira recolheu apenas um exemplar incompleto, o qual, pela reprodução por ele apresentada (PEREIRA, 1915, Fig. 7, f); corresponde ao representado na Fig. 66, n.º 6. Conservando o arco e a mola bilateral simétrica de quatro voltas, é afim do tipo Ponte 40, situável entre meados do século II a.C. e inícios do século I d.C.. (PONTE, 2006, n.º 171 e 172); o

segundo exemplar (Fig. 66, n.º 7), é afim do tipo Ponte B 51 – 2 a, conservando o aro, é reportável a época que vai de inícios do século I a.C. a finais do século IV d.C. (PONTE, 2006, n.º 309); o terceiro e o quarto exemplares (Fig. 66, n.º 8 e 9), são afins do tipo Ponte 32 c; ambos incompletos, encontram paralelos mais próximos, respectivamente, nos exemplares n.º 140 e n.º 452 (PONTE, 2006). Usualmente designados de “fíbulas do tipo transmontano”, têm paralelos estremenhos em um exemplar da gruta da Furninha (Peniche) (CARTAILHAC, 1886, Fig. 429) e em diversos exemplares do castro de Pragança, dos quais dois se encontram reproduzidos por J. Leite de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1915, Est. VII, Fig. 50, 51). Um destes exemplares (Fig. 66, n.º 8) foi logo publicado por L. Chaves, que o recolheu na Vala 2 (CHAVES, 1915, Fig. 8), a par com uma fibula anular que não se conserva entre espólio ora estudado. A outra fibula de “tipo transmontano” (Fig. 66, n.º 9) provém da Vala n.º 7 e foi também reproduzida no trabalho em referência (CHAVES, 1915, Fig. 7).

Objectos diversos: Luís Chaves refere, da Vala n.º 2, “uma règuasinha de bronze de lados paralelos, e de secção trapezoidal como as espessas facas de sílex do período neolítico (...)” (CHAVES, 1915, p. 265). Trata-se da peça que se reproduz na Fig. 66, n.º 3. Nas escavações da *villa* romana de Leião (Oeiras), recolheu-se um exemplar idêntico, situável na primeira metade do século I d.C. Corresponde, pois, a produção romana, de finalidade desconhecida, tal como a de uma folha de bronze apontada e incompleta (Fig. 66, n.º 5) e uma peça de ferro, também incompleta, já reproduzida por Félix Alves Pereira, que a atribui, com reservas a uma folha de lança com espigão (PEREIRA, 1915, Fig. 20).

Excluiu-se deste estudo, por estar atribuída ao século IV d.C. na exposição organizada no Museu Nacional de Arqueologia “Religiões da Lusitânia”, onde actualmente se encontra exposta, uma peça recuperada por Luís Chaves na Vala n.º 7 e por ele reproduzida (CHAVES, 1915, Fig. 15). Trata-se de placa moldurada de contorno sub-quadrangular, de bronze, cujas perfurações nos cantos atestam tratar-se de uma aplicação, a qual, ao centro, ostenta uma decoração de características provavelmente fálicas.

4. CONCLUSÕES

O estudo sistemático do importante espólio recolhido no Outeiro da Assenta permitiu as seguintes conclusões de maior vulto:

1 – Trata-se de um importante, rico e diversificado conjunto de materiais arqueológicos, embora desprovidos de contexto, que se mantinham, no essencial, inéditos. Tais espólios resultaram de duas intervenções, ambas sob a égide do então Museu Etnológico Português: a primeira, e mais importante, de Félix Alves Pereira, em 1911; a segunda, menos desenvolvida, de Luís Chaves, em 1913.

As conclusões obtidas evidenciam, uma vez mais, a importância científica das colecções arqueológicas conservadas no Museu Nacional de Arqueologia, as quais, embora na maior parte dos casos se encontrem ali depositadas de há muito, ainda não conheceram, em muitos casos, os estudos que merecem.

2 – Este contributo surge na sequência da estratégia definida desde há vários anos, conducente ao conhecimento de estações pré-históricas da Estremadura e, desde modo, do passado desta rica e diversificada região, com base nas colecções de maior interesse arqueológico, e ainda insuficientemente caracterizadas. Ao estudo produzido em 2001/2002 sobre o espólio da Gruta da Casa da Moura (Óbidos), a primeira gruta pré-histórica explorada em Portugal, cujos espólios se repartem actualmente pelos Museu Nacional de Arqueologia e pelo Museu Geológico, e que se mantinham, cerca de cento e quarenta anos depois da primeira escavação nela efectuada por Nery Delgado, inexplicavelmente inéditos, sucedeu-se a publicação dos materiais do vizinho povoado do Outeiro

de São Mamede (Bombarral), em 2003, com base nos materiais conservados naquela Instituição. A linha condutora deste Projecto encontra-se assegurada: depois da presente publicação, encontra-se já em preparação desenvolvida memória dedicada ao notável acervo recuperado noutra intervenção histórica, a realizada na Gruta da Furninha (Peniche), também por Nery Delgado, em 1865 e 1879, cujo espólio se encontra na segunda das referidas Instituições.

3 – A mais antiga ocupação documentada no Outeiro da Assenta remonta ao Neolítico Antigo evoluído da Estremadura; à falta de datações absolutas, a tipologia dos escassos materiais cerâmicos indica época situável, com maior probabilidade, no primeiro quartel do V milénio a.C. Esta ocorrência tem, pois, acrescido interesse, por vir, por um lado, comprovar a ocupação de sítios destacados na paisagem, logo no Neolítico Antigo, tal como o observado na Baixa Estremadura e, por outro, por vir juntar-se à informação já fornecida pela presença de materiais análogos em grutas naturais da região, com destaque para a Casa da Moura (Óbidos), a Furninha (Peniche) e, um pouco mais longe e para o interior, o abrigo grande das Bocas (Rio Maior).

4 – A presença seguinte remonta ao Calcolítico. Pode admitir-se a existência de uma primeira ocupação, situável na transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno, tendo em conta a existência da característica decoração canelada e a escassez dos típicos “copos canelados”, mais antigos; a ser assim, esta realidade poderia ter equivalente no povoado da Columbeira, onde foi essa a única presença documentada arqueograficamente.

Seja como for, a tipologia dos materiais cerâmicos indica uma forte ocupação do Calcolítico Pleno, representada pelas decorações do tipo “folha de acácia/crucífera” e motivos associados (reticulados, espinhados e zigzagues produzidos pela técnica incisa), provavelmente coevas das escassas produções campaniformes, representadas pelo Grupo internacional, incluindo o vaso “marítimo” de padrão clássico. Esta realidade é acompanhada por um terceiro conjunto cerâmico decorado, com recurso a uma matriz denteada, a qual produziu nuns casos bandas incisas, por arrastamento e, noutros casos, linhas constituídas por impressões punctiformes, iguais à técnica a ponteadas das cerâmicas campaniformes. Ambas as técnicas podem coexistir num único exemplar, apresentando-se as impressões assimétricas, no caso da matriz ter incidido obliquamente à superfície do vaso a decorar.

A realidade descrita tem um forte cunho geográfico, concentrando-se nesta região, como comprova a insistência da ocorrência de produções cerâmicas com estas características, nos povoados do Outeiro de São Mamede e de Pragança, diferenciando-se da situação da verificada no norte do País, onde, embora as decorações de bandas incisas obtidas por matriz sejam comuns no Calcolítico, estas não se encontram associadas a decorações ponteadas. Por outro lado, este tipo de cerâmicas ocorre raramente em áreas mais meridionais, como atestam os escassos exemplares recolhidos nos povoados de Leceia, da Penha Verde e da Rotura, sendo que nos dois últimos apenas foi identificada a variante de bandas “a pente”.

A integração cronológico-cultural destas produções no Calcolítico Pleno é indicada pela distribuição estratigráfica reconhecida em Leceia, onde nenhum dos exemplares se reporta ao Calcolítico Inicial. Com efeito, embora, nalguns casos, se verifique a aplicação destas duas técnicas aos “copos”, forma claramente herdada daquele período, nota-se que a técnica a ponteadas se aplica tanto a recipientes de tipologia pré-campaniforme, como já campaniforme, como é o caso dos esféricos de boca reentrante, como o exemplar identificado no Outeiro de São Mamede.

Note-se que a técnica incisa formando bandas horizontais alternando com espaços abertos – exactamente como se verifica nos vasos “marítimos” – tanto no Norte, como no centro interior do País, acompanha verdadeiros campaniformes, podendo, deste modo, ser uma interpretação local daquele estilo campaniforme primordial.

Na Baixa Estremadura, a adopção pelos oleiros da nova técnica recorrendo a matriz, para a execução de motivos a ponteadas, conduziu ao Grupo campaniforme de Palmela, onde se mesclam formas pré-campaniformes com

a técnica e padrões decorativos já campaniformes. Assim, nesta região mais setentrional da Estremadura, integrando o Outeiro da Assenta, onde a forma mais característica daquele Grupo regional – a taça Palmela – é excepcional, gerou-se um grupo cerâmico com características próprias, que se designará por Grupo do Outeiro da Assenta, por ter sido esta estação que proporcionou a sua individualização, na sequência das considerações apresentadas por J. L. M. Gonçalves sobre este tipo de cerâmica. O Grupo do Outeiro da Assenta é, desta forma, constituído por cerâmicas com formas pré-campaniformes (“copos”, esféricos, taças), com decorações ponteadas e incisadas, associadas ou não, mas ambas produzidas pela mesma matriz, estando também presente o vaso “marítimo” e outras produções campaniformes do Grupo Internacional.

Tudo indica que as produções cerâmicas que, no nosso País, serviram para isolar este Grupo, se encontram associadas, por um lado, às primeiras cerâmicas campaniformes correspondendo ao vaso “marítimos” do Grupo internacional e, por outro, às derradeiras produções do Grupo “folha de acácia/crucífera”; que caracteriza o Calcolítico Pleno da Estremadura. Situação idêntica se observou no Outeiro de São Mamede, embora neste as cerâmicas do Grupo “folha de acácia/crucífera” sejam muito mais frequentes, e, em contrapartida, as produções campaniformes do Grupo Internacional sejam muito mais escassas.

Em resumo: o Grupo da Assenta, será coevo do Grupo Internacional e do Grupo regional “folha de acácia/crucífera”, recebendo influências tanto de um como de outro, sem ignorar as influências do Calcolítico do norte e do centro-interior, através das decorações de bandas incisadas a pente, o que conduziu a produções originais e com expressão geográfica circunscrita a uma região integrando essencialmente três povoados: Outeiro de São Mamede, Pragança e Outeiro da Assenta (a falta do estudo sistemático e completo das produções cerâmicas do Zambujal impede, por ora outras comparações).

5 – Mercê da posição geográfica que o Outeiro da Assenta detinha à época, sobre um dos braços interiores da lagoa de Óbidos, presentemente completamente assoreado, designado por “Várzea da Rainha”, a componente aquática na alimentação era muito importante, tal como é revelado pela grande quantidade dos restos de ostra identificados, espécie hoje em dia desaparecida da lagoa. A pesca nesta importante massa de água salobra era importante, como se comprova pela ocorrência de pesos de rede tubulares, de cerâmica. Contudo, fica por esclarecer a época destes artefactos: serão calcolíticos, conforme as observações estratigráficas de Félix Alves Pereira? Ou da Idade do Ferro, como sugere a sua ausência em outros povoados calcolíticos ribeirinhos da Estremadura e a ocorrência de exemplares idênticos em estações da Idade do Ferro, como Santa Olaia e Conímbriga, onde peças análogas foram classificadas como contas de colar?

A observação macroscópica dos artefactos de sílex aponta para a existência de dois grupos cromáticos principais, cuja origem deverá ser distinta. O primeiro, possui colorações que vão do branco ao anegrado, passando por várias tonalidades de cinzento e amarelado; o segundo, exhibe colorações acastanhadas a castanho-escuras ou raramente avermelhadas. A origem de, pelo menos, uma parte destas variedades, deverá reportar-se à região de Rio Maior, podendo a outra parte ser originária dos afloramentos calcários mesosóicos que afloram na região, tendo presente ainda as abundantes fontes desta matéria-prima existentes nos calcários recifais cretácicos da Baixa Estremadura.

A economia agro-pastoril calcolítica suportava, tal como na generalidade dos povoados estremenhos da mesma época, o abastecimento trans-regional de matérias-primas consideradas essenciais ao quotidiano das populações sedeadas no topo do Outeiro, como é o caso das rochas anfíbolíticas, cujos afloramentos mais próximos se situam no Alto Alentejo (concelhos de Montemor-o-Novo e Avis), a mais de 150 km de distância, atravessando o Tejo na região de Abrantes. Seria também dali que poderia provir o cobre, sob a forma nativa ou de carbonatos, conforme se verificou no estudo dos artefactos do povoado de Leceia, situado perto do estuário do Tejo, excluída a possibilidade de provir de mais perto, como a área de Matacães (Torres Vedras). No entanto, referências antigas à presença de cobre nativo na região, a par de ocorrências de carbonatos de cobre, susceptíveis de serem explora-

dos na época, conduz a manter em aberto a questão da mineração local ou regional do cobre no decurso do Calcolítico.

A elevada quantidade e importância de peças metálicas no vizinho Outeiro de São Mamede, entre elas lingotes, acompanhados por outros testemunhos (porções de cobre extraídas de machados planos, correspondentes aos gumes, para ulterior transformação em pequenos utensílios), aponta no sentido afirmativo; mas só análises químicas detalhadas, como as efectuadas em Leceia, poderão resolver esta questão.

6 – Para além da obtenção de peças metálicas, que poderiam resultar da simples martelagem de pedaços de cobre, obtidos a partir de lingotes, tal como em muitos outros povoados calcolíticos, estão documentadas actividades transformadoras, como a produção de produtos lácteos (presença de cinchos) e de tecelagem (presença de elementos de tear). Estes últimos abundam, tal como no Outeiro de São Mamede, indicando que, não obstante a fraca extensão da área habitada, se tratava de uma indústria importante, contrastando com a pouca expressão que noutros assumia, apesar da sua muito maior extensão e significado à escala regional, como é o caso de Leceia. Esta constatação comprova a existência de especializações inter-povoados, que reforçariam assim os laços de interacção de base económica entre eles existentes.

Um dos indicadores dessa realidade é fornecido pela cerâmica decorada do grupo “folha de acácia/crucifera”, cuja coerência interna aponta para produções difundidas durante um intervalo de tempo bem determinado, talvez não superior a 300 anos, entre cerca de 2600 e 2300 a.C., desde o estuário do Sado até à latitude do Outeiro da Assenta, que constitui o limite setentrional da sua área de distribuição. A difusão poderia ser efectuada, por hipótese, por via feminina, através da troca de mulheres entre comunidades, abarcando uma faixa litoral que, em linha recta, não ultrapassa 120 km, com um largura máxima de 50 km.

7 – A ocupação mais antiga da Idade do Ferro remonta aos séculos VI/V a.C., a qual evidencia ainda fortes influências orientalizantes, embora já não ocorram materiais característicos daquela fase cultural. Deste modo, é atribuível à transição da I para a II Idade do Ferro Mediterrânica, já que os influxos culturais oriundos daquela região se mantiveram. Esta presença foi breve, face à míngua dos materiais recuperados, decorrendo da própria situação geográfica da estação, que ocupa o topo de um cabeço outrora dominando um braço lagunar em comunicação directa com o oceano, do qual dista apenas cerca de 6 Km. Com efeito, sabe-se que são sítios como este, situados em áreas bem individualizadas no interior dos estuários, que mereceram a preferência como locais de povoamento, no decurso da Idade do Ferro, ao longo do litoral português. No caso do litoral da Estremadura, tais locais são ainda pouco conhecidos, mas a ocorrência, no Outeiro da Assenta, de espólios com nítidas influências orientalizantes, faz supor que outros sítios existam, com idênticas características geomorfológicas, herdadas dos estabelecimentos orientalizantes mais antigos, ou correspondendo a altos isolados, fazendo a transição com as características dominantes dos povoados da III Idade do Ferro existentes na região, sem prejuízo da manutenção do cunho vincadamente mediterrâneo. É o caso do castro do Socorro (Torres Vedras), de onde provém um importante conjunto desta época. As produções cerâmicas, entre elas a cerâmica cinzenta fina, atesta afinidades com a região do estuário do Tejo, onde foram reportadas, em diversos casais agrícolas, aos séculos VI/V a.C. e também com a área do Baixo Mondego, visto terem sido recolhidas em Santa Olaia e em Conímbriga, o que se afigura compatível com a situação geográfica intermédia ocupada pelo Outeiro da Assenta.

8 – O final da Idade do Ferro no litoral estremenho (reportável à III Idade do Ferro mediterrânea, na terminologia de C. Tavares da Silva e colaboradores) encontra-se melhor representado no Outeiro da Assenta. Trata-se de período que abarca os séculos II a I a.C., atingindo a época em que o domínio romano se consolidou na região. Embora a maioria das peças de época romana não tenha sido incluída neste trabalho, pode concluir-se que a

referida presença se efectivou em continuidade com a última fase da Idade do Ferro, ou época proto-romana (ou ainda romana republicana). Esta encontra-se evidenciada por grande quantidade de grandes vasos de armazenamento de trigo, cujos grãos se encontravam incarbonizados, formando uma pasta aderente à superfície interna dos recipientes, fortemente alterada, o que impossibilitou a reconstituição dos mesmos. É possível que estes contentores se encontrassem enterrados sob o solo das habitações, representado por uma camada de barro vermelho. Um deles ostenta uma inscrição em cursivo, muito incompleta.

9 – A diversidade de épocas em que o Outeiro da Assenta foi ocupado, representadas pelos espólios recolhidos e agora publicados, evidencia o interesse que a posição geográfica que ocupa, no litoral da Estremadura, despertou ao longo dos milénios, desde o Neolítico Antigo ao Período Romano, passando pelo Calcolítico, pela Idade do Bronze, e por diversas fases da Idade do Ferro. As explorações de Félix Alves Pereira, parecem terem atingido áreas com camadas mais antigas, tendo dado origem a dois desenvolvidos estudos, enquanto que a intervenção de Luís Chaves, reflectida em artigo mais apressado e superficial, produziu materiais predominantemente mais tardios, já de época romana, como numerosos fragmentos de *terra sigillata*, que não foram incluídos neste estudo.

No conjunto, exploraram-se diversos sectores da encosta do Outeiro, onde se esperava encontrar materiais oriundos da parte mais alta do mesmo, ocupada por uma esplanada investigada sobretudo por Luís Chaves, que nela mandou executar diversas valas afastadas entre si, não distinguindo, porém, os objectos nela recuperadas por épocas, ignorando a estratigrafia, ao contrário do que Félix Alves Pereira procurou fazer.

Por outro lado, não parece que a estação arqueológica esteja esgotada, no que também se discorda de Luís Chaves. Assim sendo, este estudo afigura-se útil, também na perspectiva da realização de novas investigações nesta importante e ainda tão mal conhecida estação arqueológica, em que os signatários estão empenhados, até porque se verificou, em tempos recentes, a realização de várias escavações clandestinas, que importa evitar futuramente.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia, pela autorização concedida para o estudo dos materiais ora publicados, bem como pelas facilidades no acesso da correspondência enviada por Félix Alves Pereira a José Leite de Vasconcelos, relacionada com as escavações realizadas no Outeiro de São Mamede, extensivos também à Dr.^a Lúvia Cristina Coito, responsável pelo arquivo do Museu, pelo seu acolhimento sempre cordial.

Ao Dr. Carlos Tavares da Silva, pela ajuda prestada na análise dos materiais da Idade do Ferro que fazem parte do presente conjunto, cuja tipologia tão bem conhece.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÅBERG, N. (1921) – *La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique*. Uppsala A.-B. Akedemiska Bochandeln.

ALARCÃO, J. de, coord. (1996) – *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

ARRUDA, A. M. (1999/2000) – *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratório de Arqueologia de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona (Cuadernos de Arqueologia Mediterránea, 5/6).

- BARROS, L. de (2000) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2 vols.).
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 143-181.
- BAZZANA, A & BEDIA GARCIA, J. (2009) – *Saltés. Un asentamiento islámico en las Marismas del Odiel (siglos IX-XIII)*. Huelva: Duputación Provincial de Huelva (Huelva Arqueológica, 21).
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte). Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 20).
- BRANDHERM, D. (2000) – Yunques, martillos y lo demás – herramientas líticas en la producción metalúrgica de las Edades del Cobre y del Bronce. *3.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Actas. Porto: ADECAP, 4, p. 243-252.
- BUBNER, M. A. H. P. (1979) – Cerâmica de importação na Estremadura portuguesa. *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 31-85.
- CARDOSO, J. L. (1981) – O povoado pré-histórico de Leceia. Estudo da coleção do Escultor Álvaro de Brée. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 91, p. 190-233.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia. Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1990) – A presença oriental no povoamento da I Idade do Ferro na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 119-134.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Número especial.
- CARDOSO, J. L. (1995 a) – Cerâmicas decoradas a pente, do Calcolítico Pleno de Leceia (Oeiras) e da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 243-249.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) – Símbolos sexuais do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 251-261.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 107-119.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.* Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 a) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia. (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998 b) – O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 169-187.
- CARDOSO, J. L. (2003) – Ainda sobre os impropriamente chamados “Ídolos de Carnos” do Neolítico Final e do Calcolítico da Estremadura e do Sudoeste. *Al-madan*. Almada. Série II, 12, p. 77-79.

- CARDOSO, J. L. (2004 a) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2004 b) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio a.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras 12).
- CARDOSO, J. L. (2006) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (2005) – Um cometa na Pré-História portuguesa. A taça do povoado calcolítico do Outeiro de S. Mamede (Bombarral) e o imaginário colectivo ligado a tais corpos celestes. *Al-madan*. Almada. Série II, 13, p. 36-47.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2008) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. *Colóquio Internacional “Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal – 3500-2000 a.n.e.* (Cascais, 2005). Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (no prelo).
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1997/1998) – A ocupação de época púnica da Quinta da Torre (Almada). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 189-217.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. de Barros e (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. da Veiga (1990) – Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. Monge (1990/1992) – Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 203-228.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. da Veiga (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARREIRA, J. R. (1996 a) – As ocupações das Idades do Cobre e do Bronze da Lapa da Bugalheira (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 91-112.
- CARREIRA, J. R. (1996 b) – Materiais da Idade do Bronze da gruta da nascente do Almonda (Torres Novas). *Nova Augusta*. Torres Novas. 10, p. 113-123.
- CARREIRA, J. R. (1998) – A ocupação da Pré-História recente do Alto de Chibanês (Palmela), Setúbal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 3 / 4, p. 123-213.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris : Ch. Reinwald.
- CARVALHO, A. F.; BRAGANÇA, F.; NETO, F. & JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze “Pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 51-62.

- CASTILLO, A. del (1928) – *La Cultura del Vaso Campaniforme (su origen y extensión en Europa)*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- CHAVES, L. (1915) – Segunda exploração arqueológica do Outeiro da Assenta (Termo de Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 258-271.
- CORREIA, V. (1914) – Os pesos de tear. *Águia*. Porto. Separata, 8 p.
- CORREIA, V. (1916) – Conimbriga. A camada pré-romana da cidade (notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 252-264.
- CORREIA, V. H. (1993) – Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no baixo vale do Mondego. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 229-283.
- CUNHA, A. Leite da & CARDOSO, J. L. (2002/2003) – A anta do Penedo Gordo (Belver, Gavião). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 10/11, p. 31-53.
- DELGADO, J.F. Nery (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Lisboa, 1880). Compte-Rendu de la neuvième session*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, p. 207-278.
- DINIZ, M. (1994) – Pesos de tear e tecelagem no Calcolítico em Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34 (3/4), p. 133-149.
- FERREIRA, O. da Veiga (1970) – La metallurgie primitive au Portugal pendant l'époque chalcolithique. *VI Congreso Internacional de Minería (Leon, 1970)*. Actas. 1, p. 99-116.
- FERREIRA, O. da Veiga & SILVA, C. Tavares da (1970). A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar. *I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa. 1, p. 203-225.
- FERREIRA, O. da Veiga; ZBYSEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. Reynolds de (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- GARCIA, F. (1946) – *Minas concedidas no continente desde Agosto de 1836 a Junho de 1946*. Lisboa: Ministério da Economia-Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- GOMES, J. P. (1896/1898) – Mineraes descobertos em Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 3, p. 199-209.
- GOMES, M. V. (1991) – Corniformes e figuras associadas de dois santuários rupestres do sul de Portugal. Cronologia e interpretação. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 9, p. 17-74.
- GOMES, J. J. F. & DOMINGOS, J. B. B. (1983) – A “xorca” da serra das Ripas (Alenquer). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p.287-300.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990/1992) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 41-201.
- GONÇALVES, J. L. M. (1991) – Cerâmica calcolítica da Estremadura. *IV Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1990)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 215-226.

- GONÇALVES, J. L. M. (1994 a) – “Ídolos de cornos” e suportes de lareira do castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). *V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1993)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p. 147-162.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994 b) – Castro da Columbeira uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho? *Al-madan*. Almada. Série II, 3, p. 5-7.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S.; CARVALHO, A. & POMBAL, S. (2003) – A ocupação pré-histórica da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 109-142.
- JORGE, S. Oliveira (1986) – *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar*. Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, 2 vol.. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto.
- KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecher und kerblattverzierte keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz-am-Rhein: Verlag Philipp von Zabern (Deutsches Archäologisches Institut Madrid. Madrider Beiträge Band 5).
- LILLIOS, K. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the portuguese lowlands. *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular* (Porto, 1993). Actas. Porto: SPAE, 2, p. 261-291.
- MACHADO, J. L. Saavedra (1965) – *Subsídios para a história do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos.
- MÜLLER, R. & CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93.
- PAÇO, A. do (1940) – Placas de barro de Vila Nova de S. Pedro. *Congresso do Mundo Português*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários. 1, p. 235-251 (Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História – I Congresso).
- PAÇO, A. do (1955) – Castro de Vila Nova de S. Pedro. VII. Considerações sobre o problema da metalurgia. *Zephyrus*. Salamanca. 6, p. 27-40.
- PAÇO, A. do (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. do; VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da nascente do rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11, (1/2), p. 171-187.
- PAIXÃO, A. Cavaleiro (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 273-286.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 19, p. 135-146.
- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 107-155.
- PINTO, C. V. & PARREIRA, R. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro inicial a norte do estuário do Tejo. *III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)*. Actas. 1, p. 147-163.

- PONTE, S. da (2006) – *Corpus signorum das fíbulas proto-históricas e romanas de Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- RIBEIRO; C. (1880) – *Notícia de algumas estações e monuments prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa 86 p.
- ROCHA, A. dos Santos (1905/1908) – Estações pré-históricas da Idade do Ferro nas visinhanças da Figueira. *Portvgalia*. Porto. 2, p. 301-359.
- SILVA, C. Tavares da (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Junta Nacional da Educação, 1, p. 175-192.
- SILVA, C. Tavares da (2001) – A Idade do Ferro na região do Baixo Sado. Contribuições recentes. *Arqueologia e História Regional da península de Setúbal* (M. J. F. TAVARES, A. A. TAVARES & J. L. CARDOSO, org.). Lisboa: Universidade Aberta, p. 79 –100 (Discursos, número especial).
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Colecção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-86 (resultados preliminares). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 29-79.
- SILVA, C. Tavares da; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de Mello; DIAS, L. F.; & COELHO-SOARES, A. (1980/1981) – Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 6/7, p. 141-218.
- SOARES, J. (2001) – O povoado pré-histórico da Ponta da Passadeira: economia ribeirinha dos IV/III milénios a.C. *Arqueologia e História Regional da península de Setúbal* (M. J. F. TAVARES, A. A. TAVARES & J. L. CARDOSO, org.). Lisboa: Universidade Aberta, p. 101-127 (Discursos, número especial).
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1973) – Ocupação do período proto-romano do povoado do Pedrão (Setúbal). *II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)*. Lisboa. Actas. 1, p. 245-306.
- THADEU, D. (1965) – *Carta Mineira de Portugal na escala de 1/500 000. Notícia explicativa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- VALERA, A. C. (1999) – O habitat pré-histórico de Linhares (Santa Comba Dão – Viseu). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 5, p. 51-62.
- VALERA, A. C.; TERESO, J. P. & REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. *IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, 4, p. 291-305.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1922) – Encabamento de instrumentos de pedra prehistoricos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Lisboa. 22, p. 288-298.
- VILAÇA, R. (2008) – *Através das Beiras. Pré-História e Proto-História*. Coimbra: Palimage/Terra Ocre-edições.
- ZBYSZEWSKI, G. & ALMEIDA, F. Moitinho de (1960) – *Carta geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 26-D (Caldas da Rainha)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1958) – Estação pré-histórica da Penha Verde. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p. 37-57.

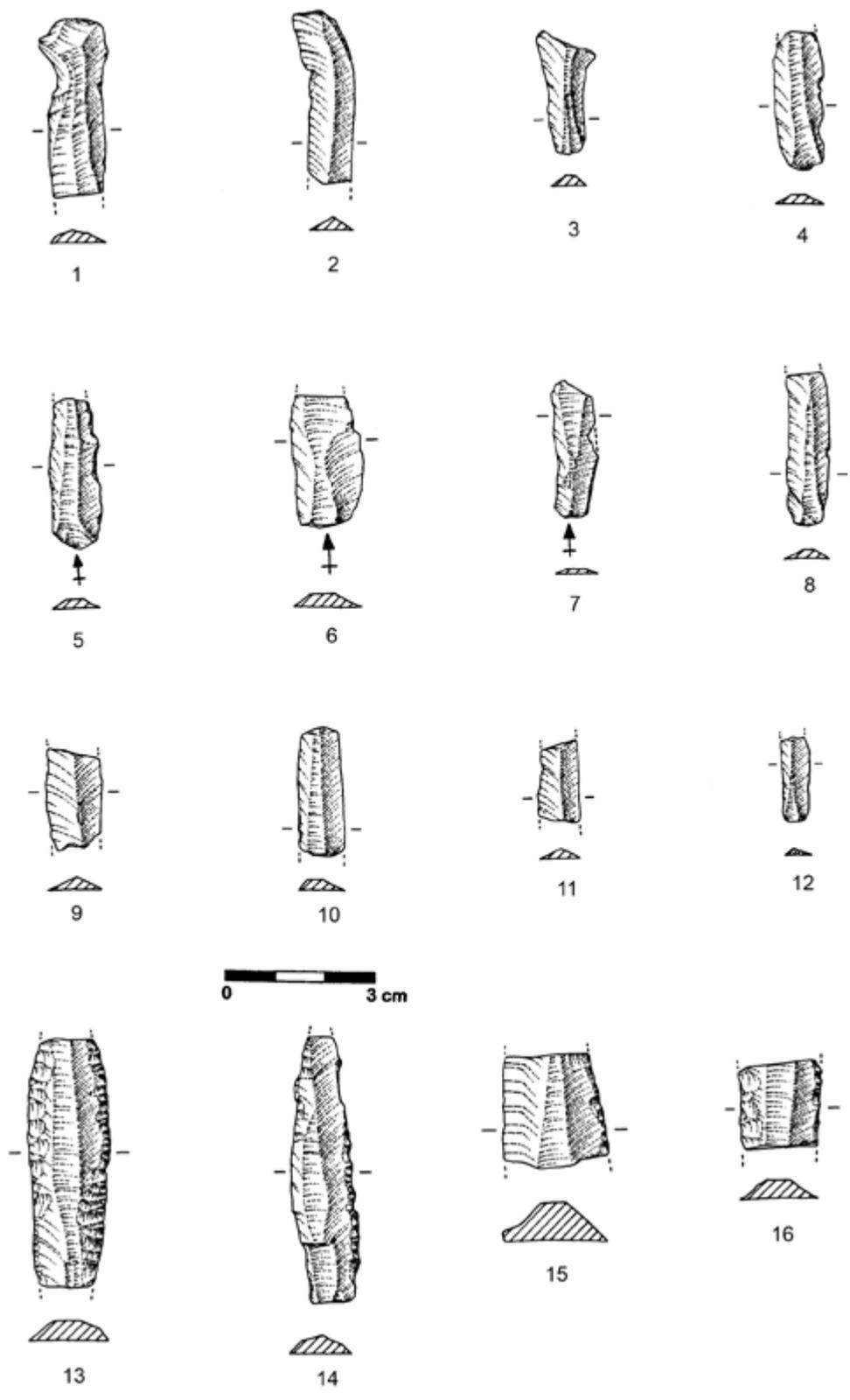


Fig. 7 – Outeiro da Assenta. Indústria de pedra lascada: lamelas não retocadas e lâminas retocadas, de sílex.

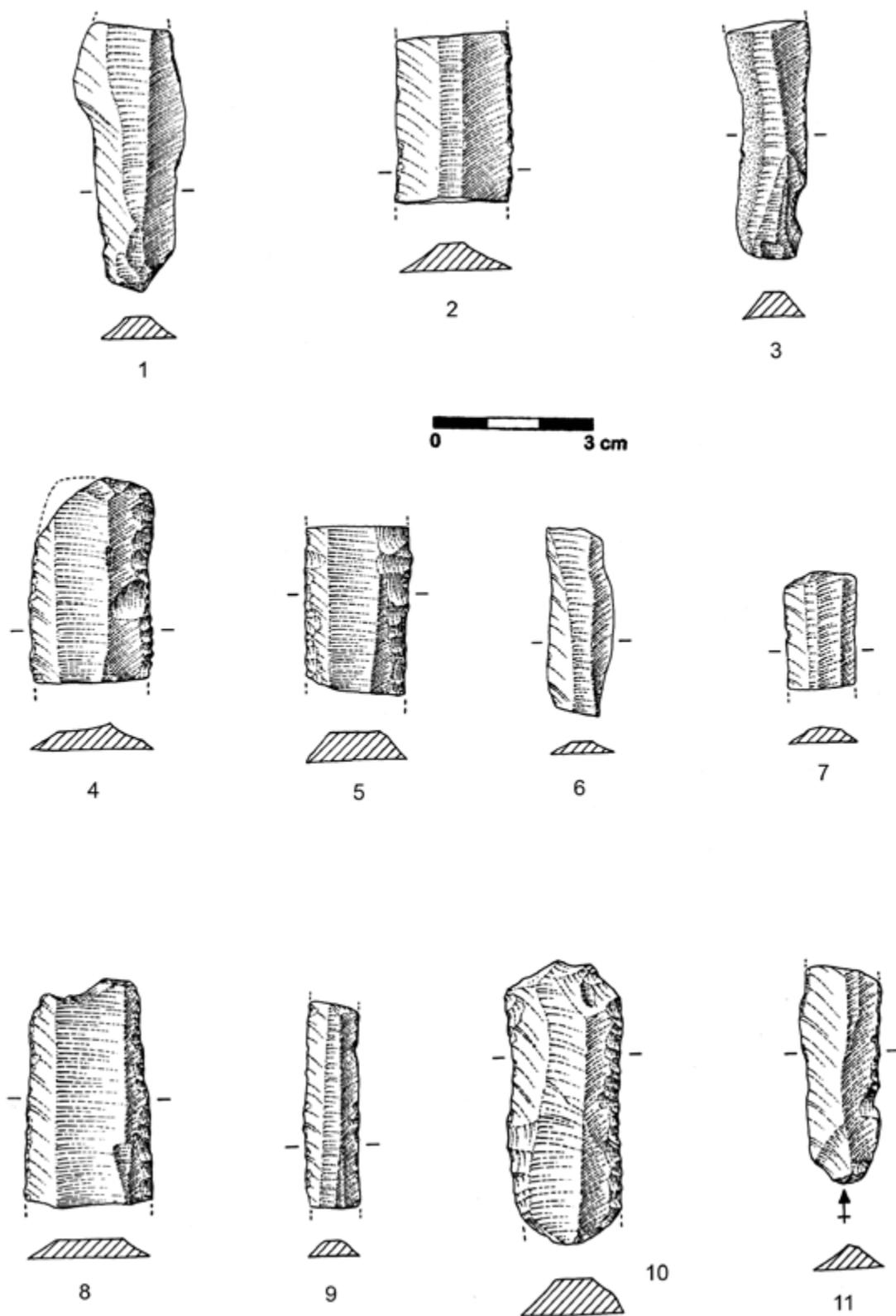


Fig. 8 - Outeiro da Assenta. Lâminas retocadas e não retocadas, de sílex, uma com a frente transformada em raspadeira.

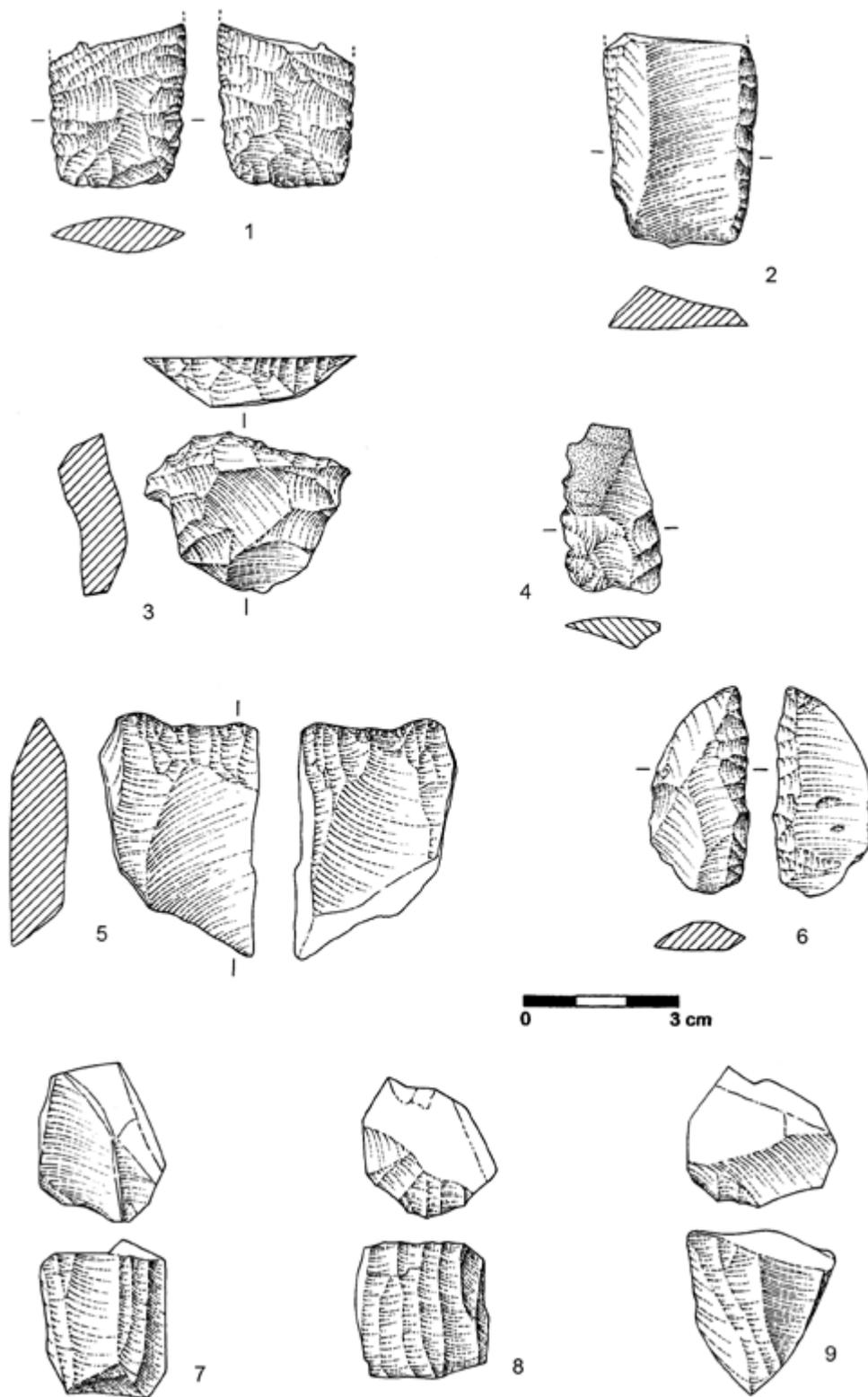


Fig. 9 – Outeiro da Assenta. Lâmina elipsoidal de trabalho bifacial (“foicinha”), raspadores, denticulados e núcleos prismáticos de lamelas, de sílex.

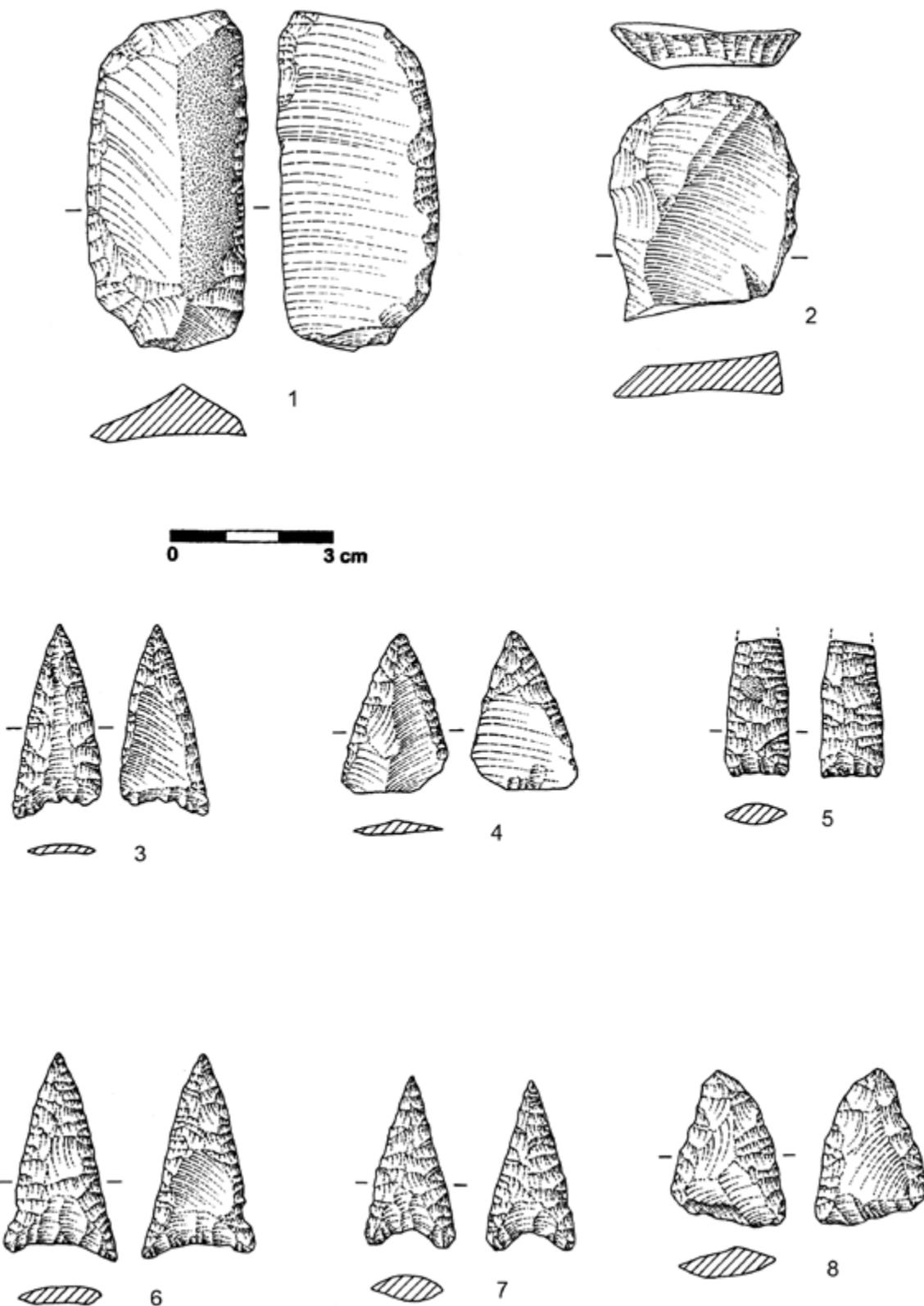


Fig. 10 - Outeiro da Assenta. Lasca retocada ("foicinha"), raspadeira sobre lasca e pontas de seta, de sílex.

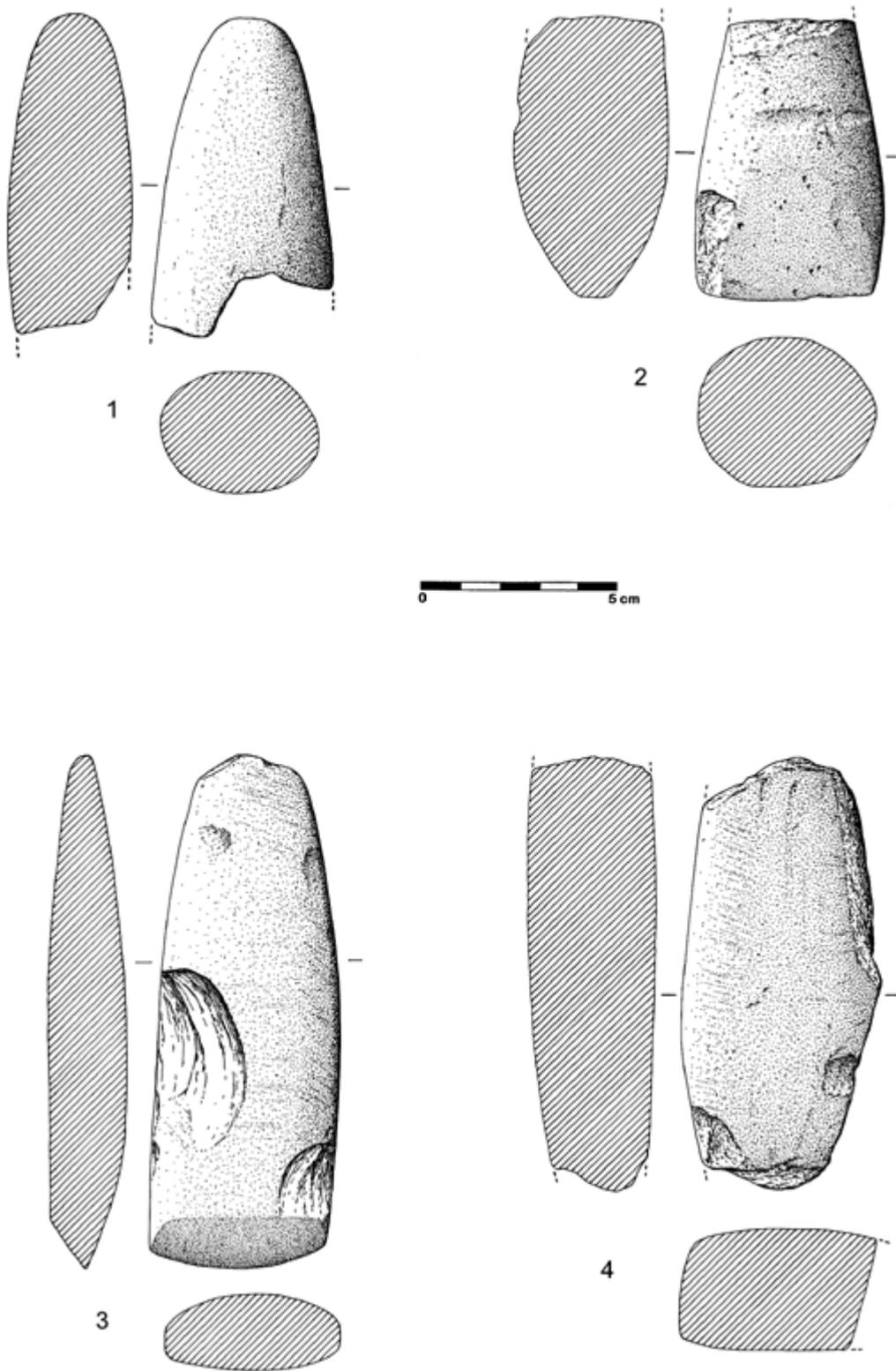


Fig. 11 – Outeiro da Assenta. Machados e enxós, de anfíbolito e de diversas rochas ígneas ou metassedimentares. O n.º 2 possui sulco numa das faces para facilitar o encabamento.

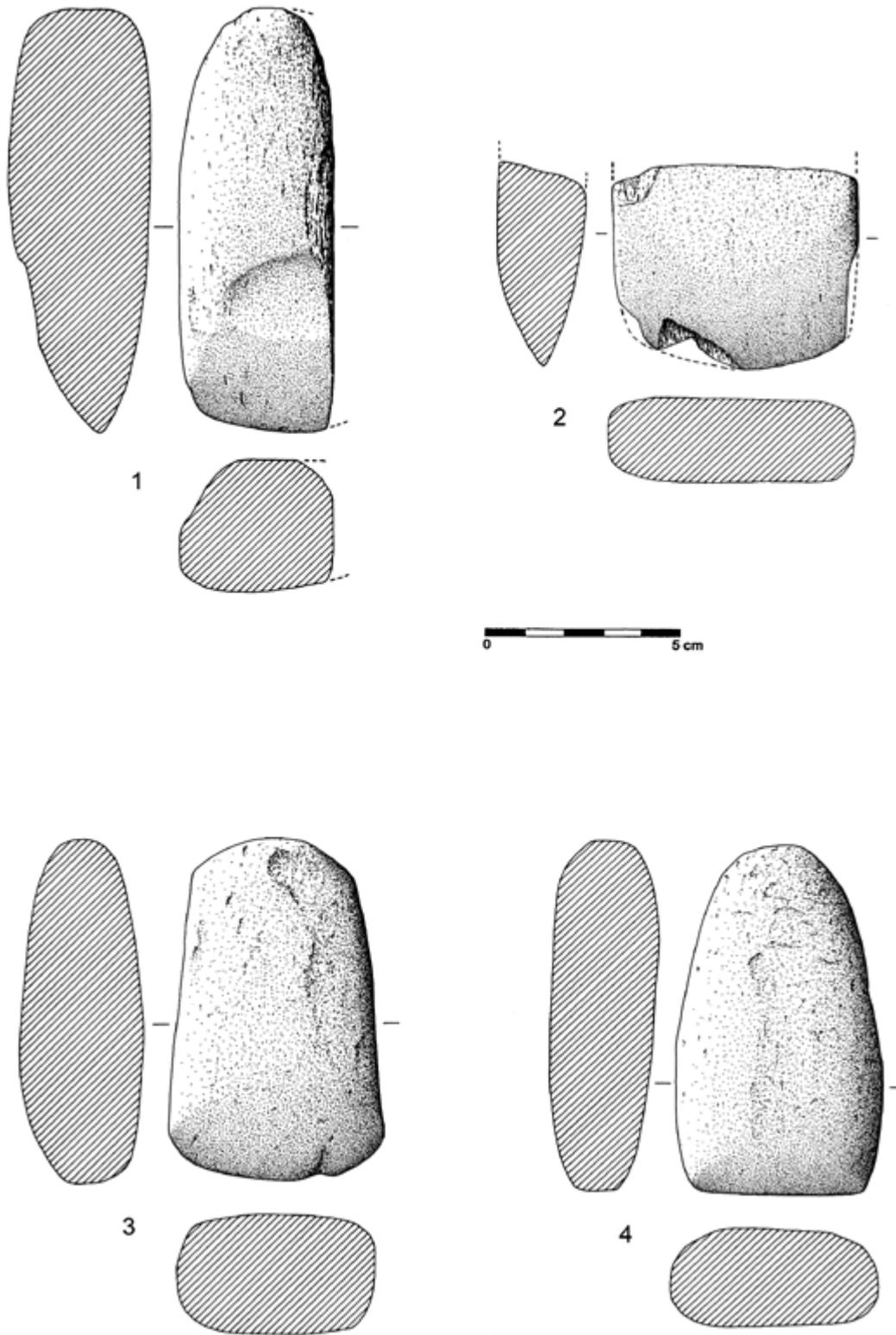


Fig. 12 – Outeiro da Assenta. Machados, enxós e martelos, de anfíbrito e de diversas rochas ígneas ou metassedimentares. O n.º 1 possui sulco numa das faces para facilitar o encabamento.

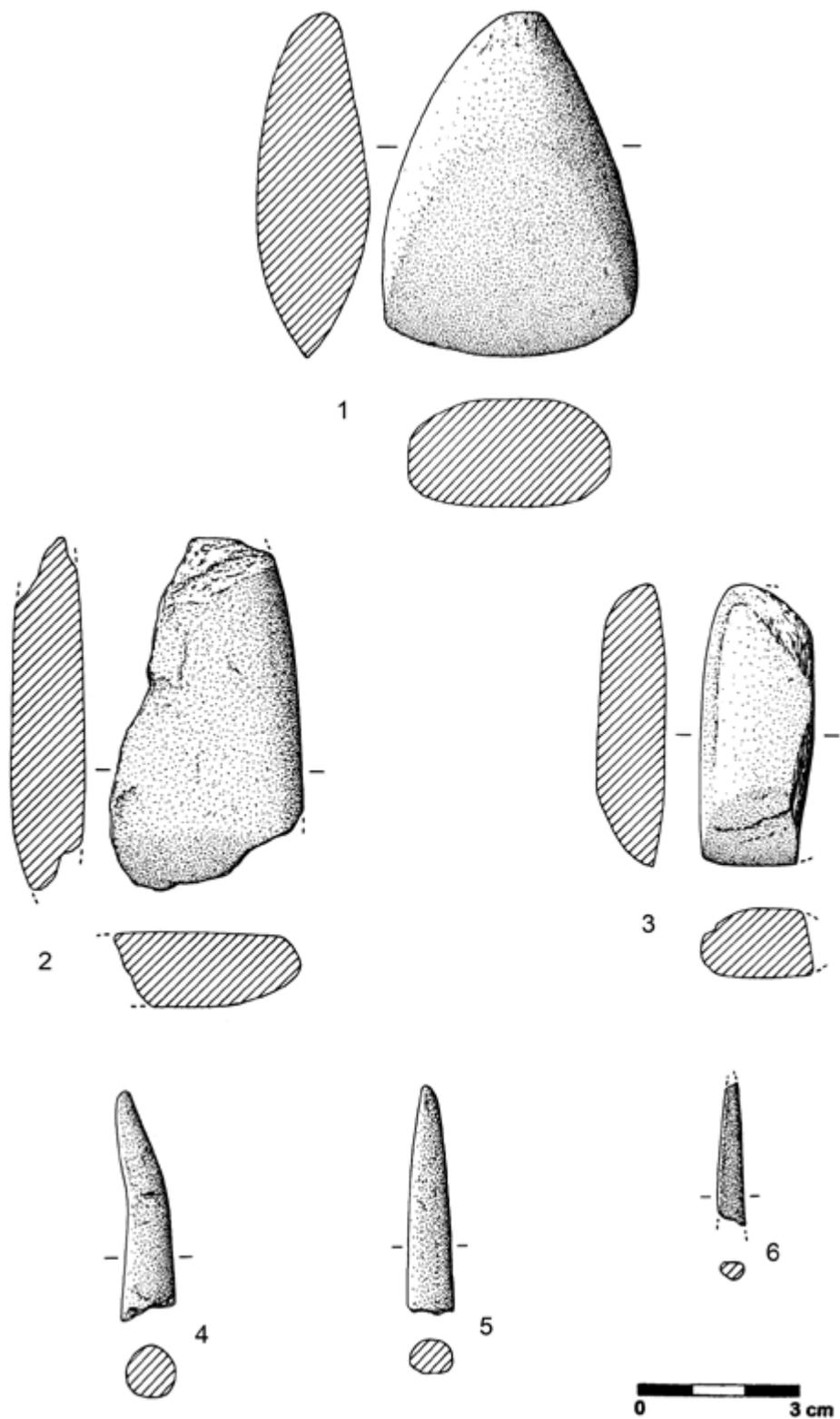


Fig. 13 – Outeiro da Assenta. Machados e enxós (1 a 3), de anfíbolito e de diversas rochas ígneas ou metassedimentares e ossos afeixoados (4 a 6).

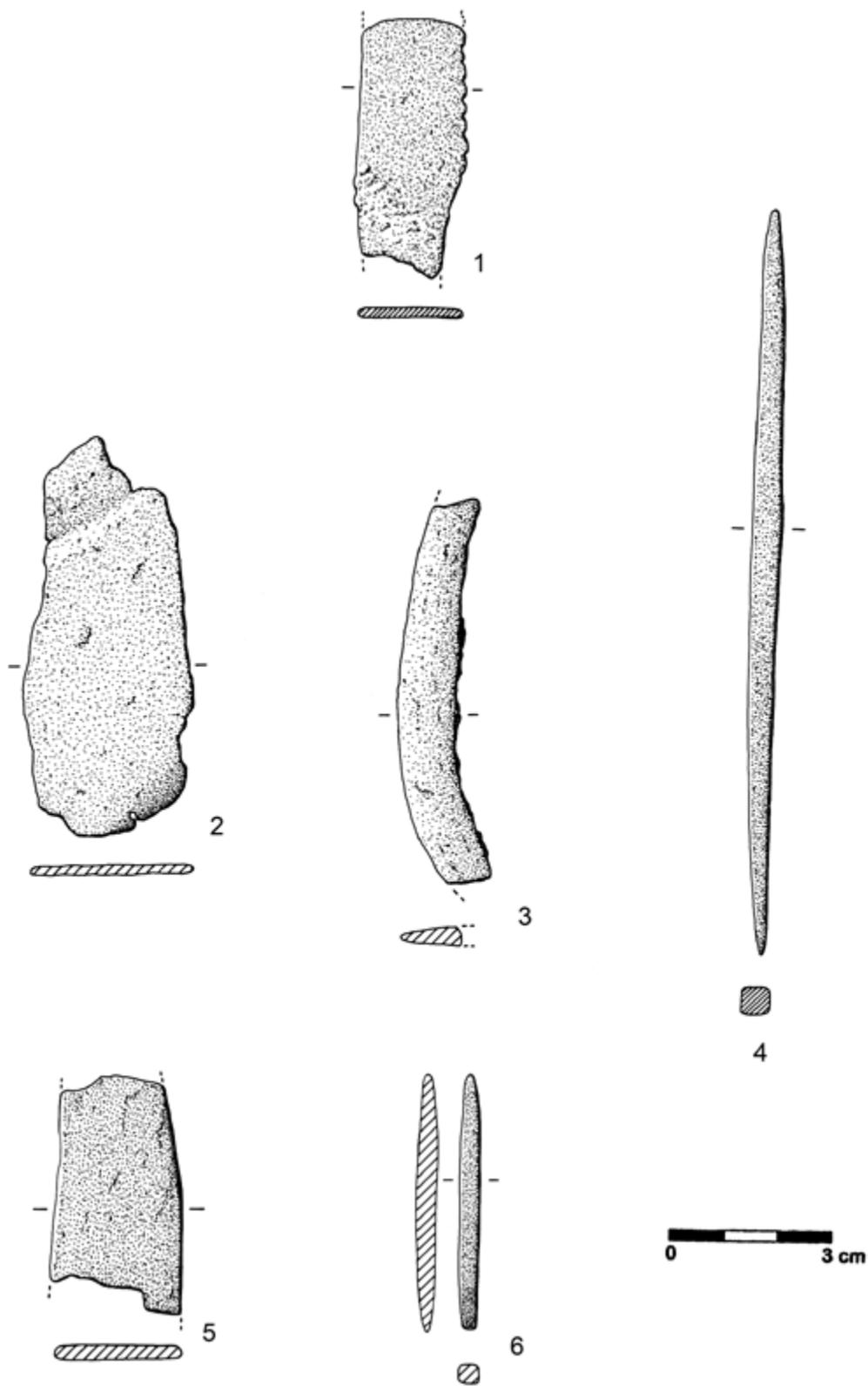


Fig. 14 - Outeiro da Assenta. Indústrias metálicas, de cobre, do Calcolítico.

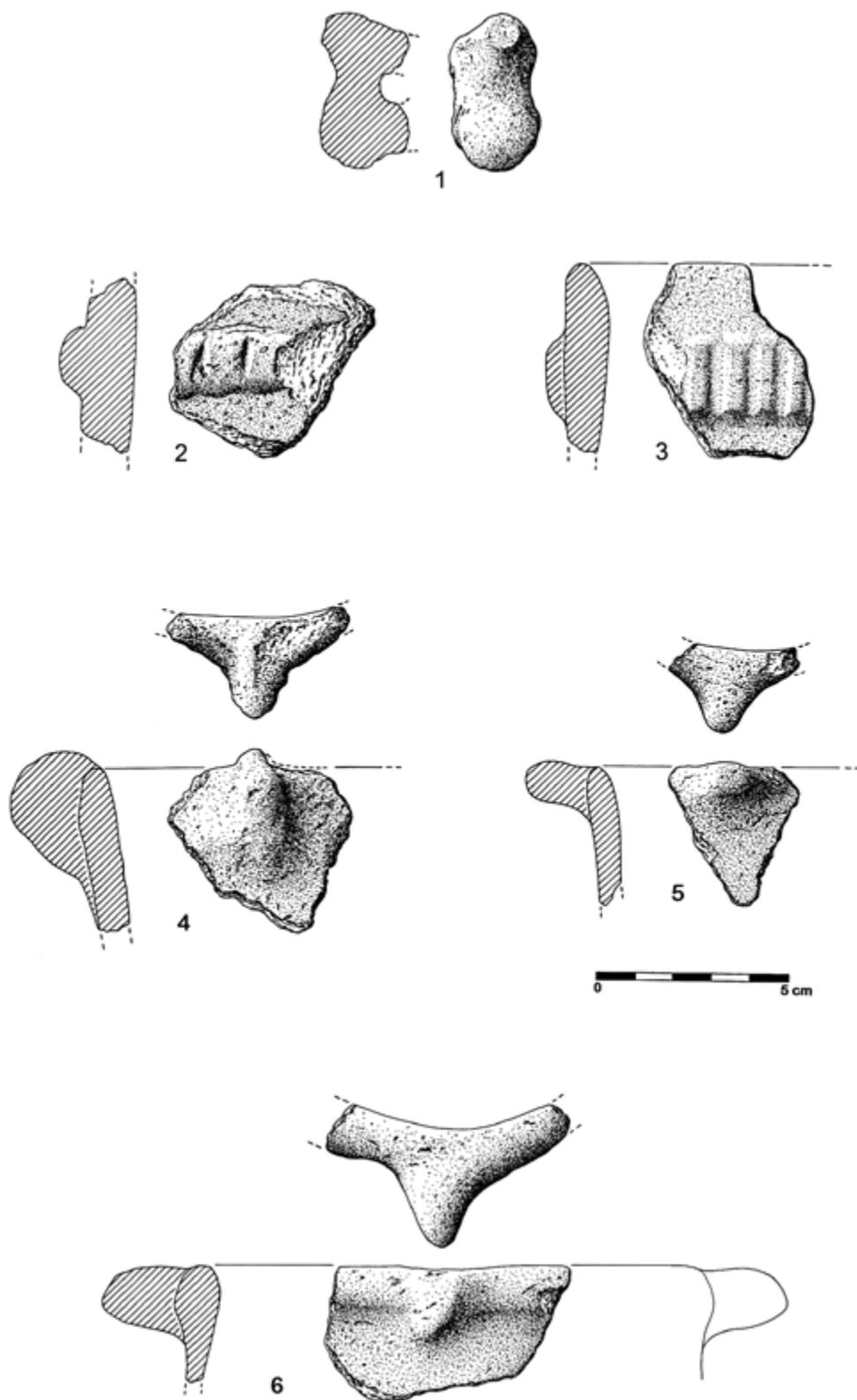


Fig. 15 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas ou lisas com motivos coroplásticos, atribuíveis ao Neolítico Antigo.

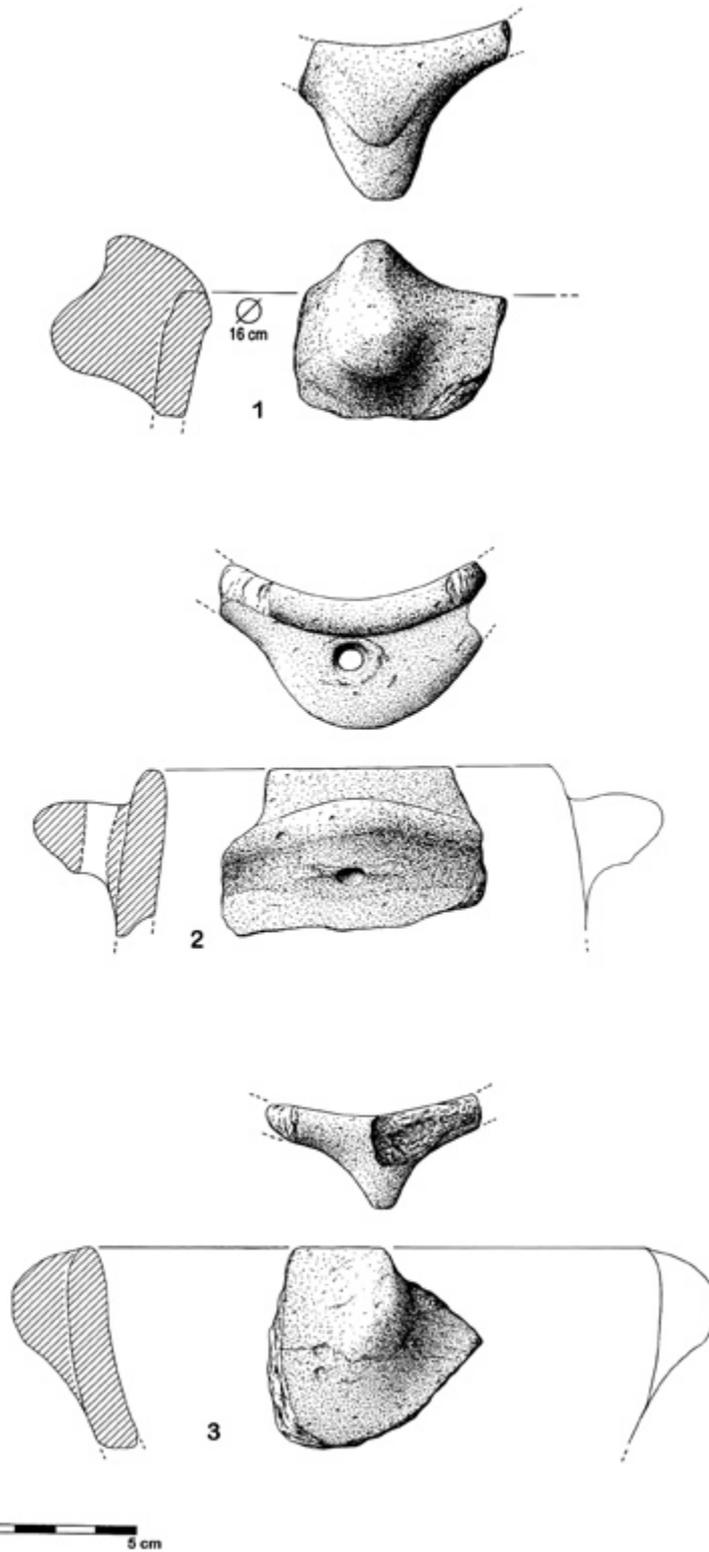


Fig. 16 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas com motivos coroplásticos, ou elementos de suspensão, atribuíveis ao Neolítico Antigo.

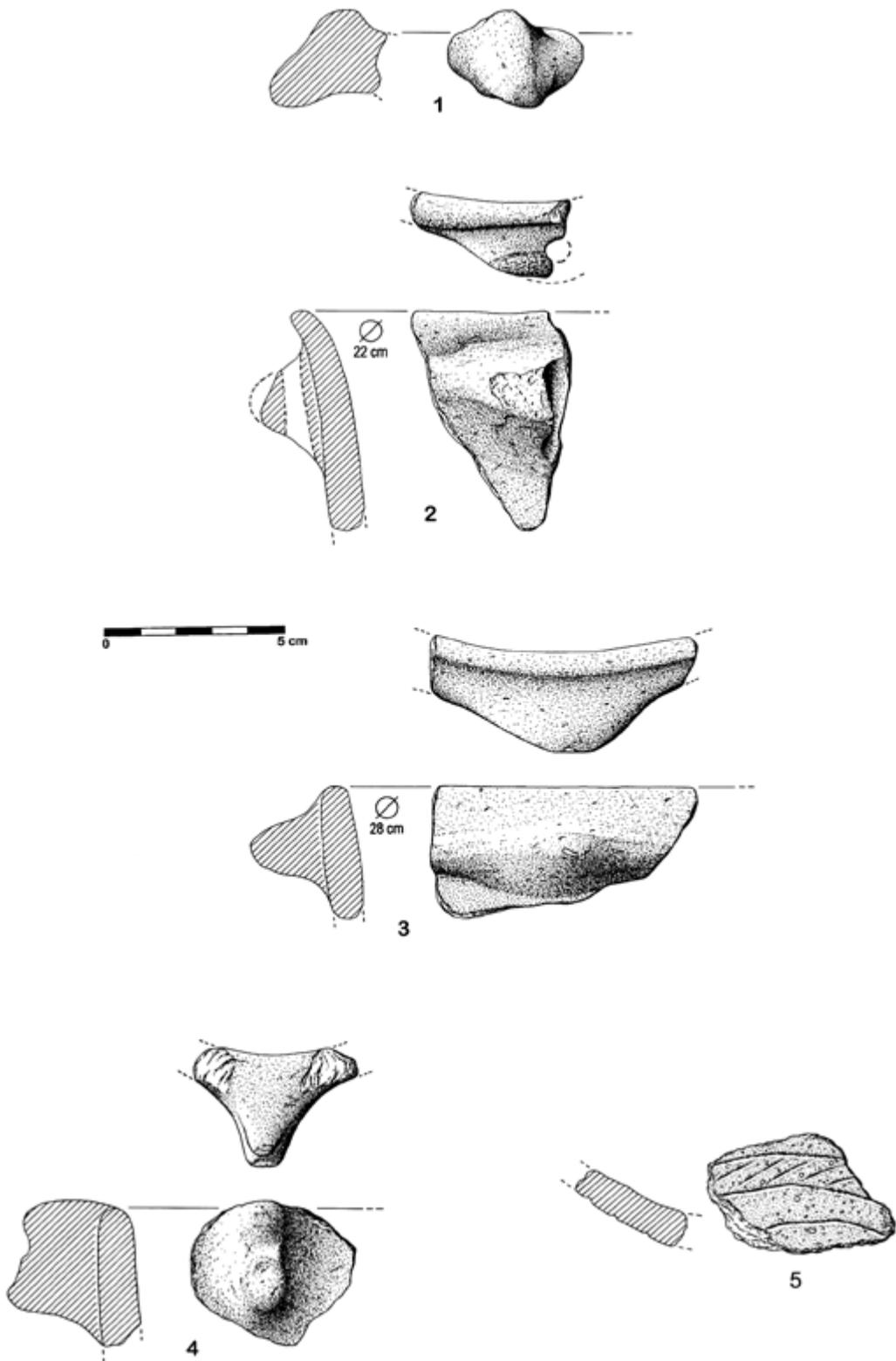


Fig. 17 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas, lisas, com motivos coroplásticos, ou com elementos de suspensão, atribuíveis ao Neolítico Antigo.

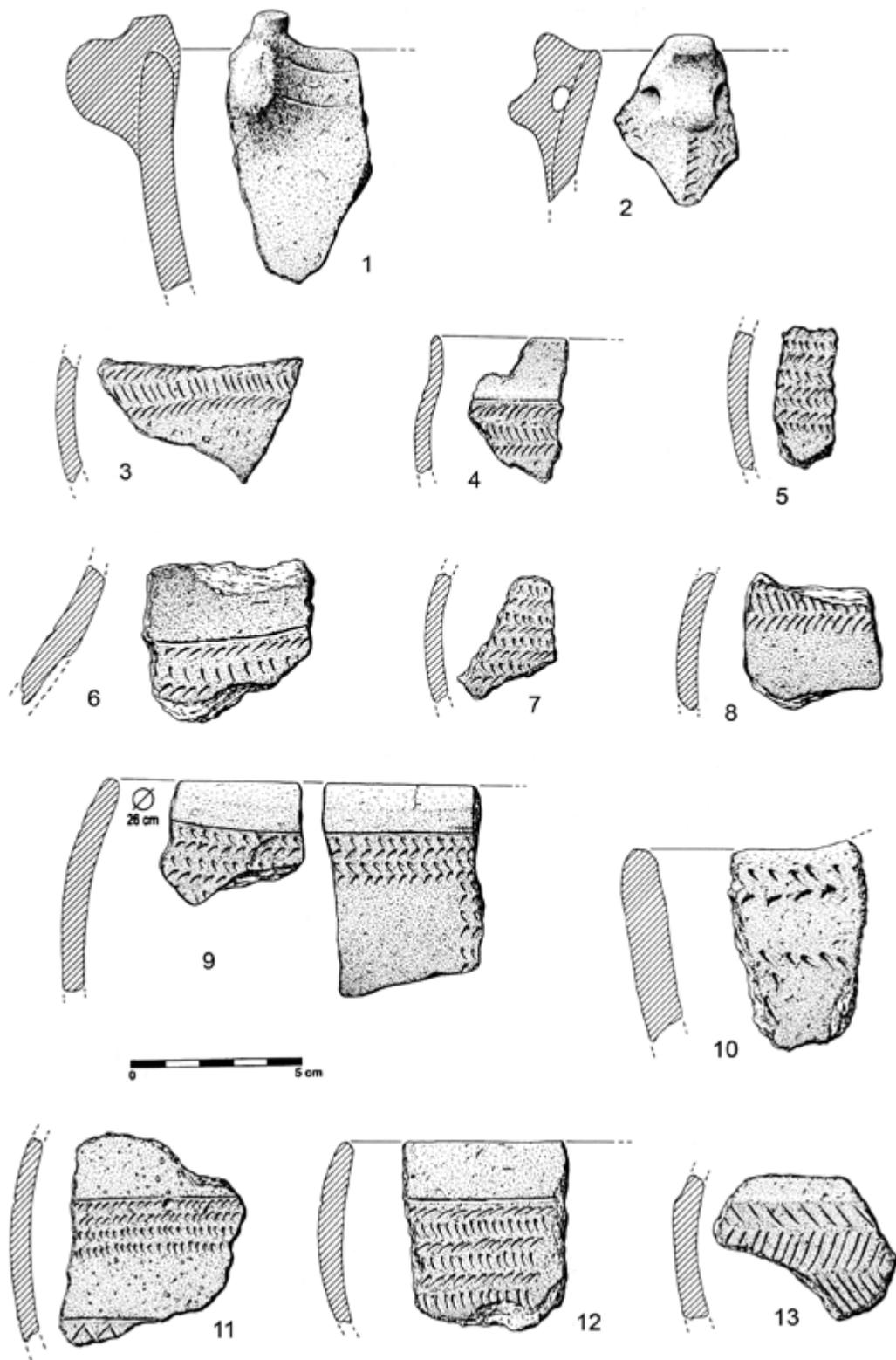


Fig. 18 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas, atribuíveis ao Neolítico Antigo (ou nalguns casos, eventualmente, a épocas ulteriores).

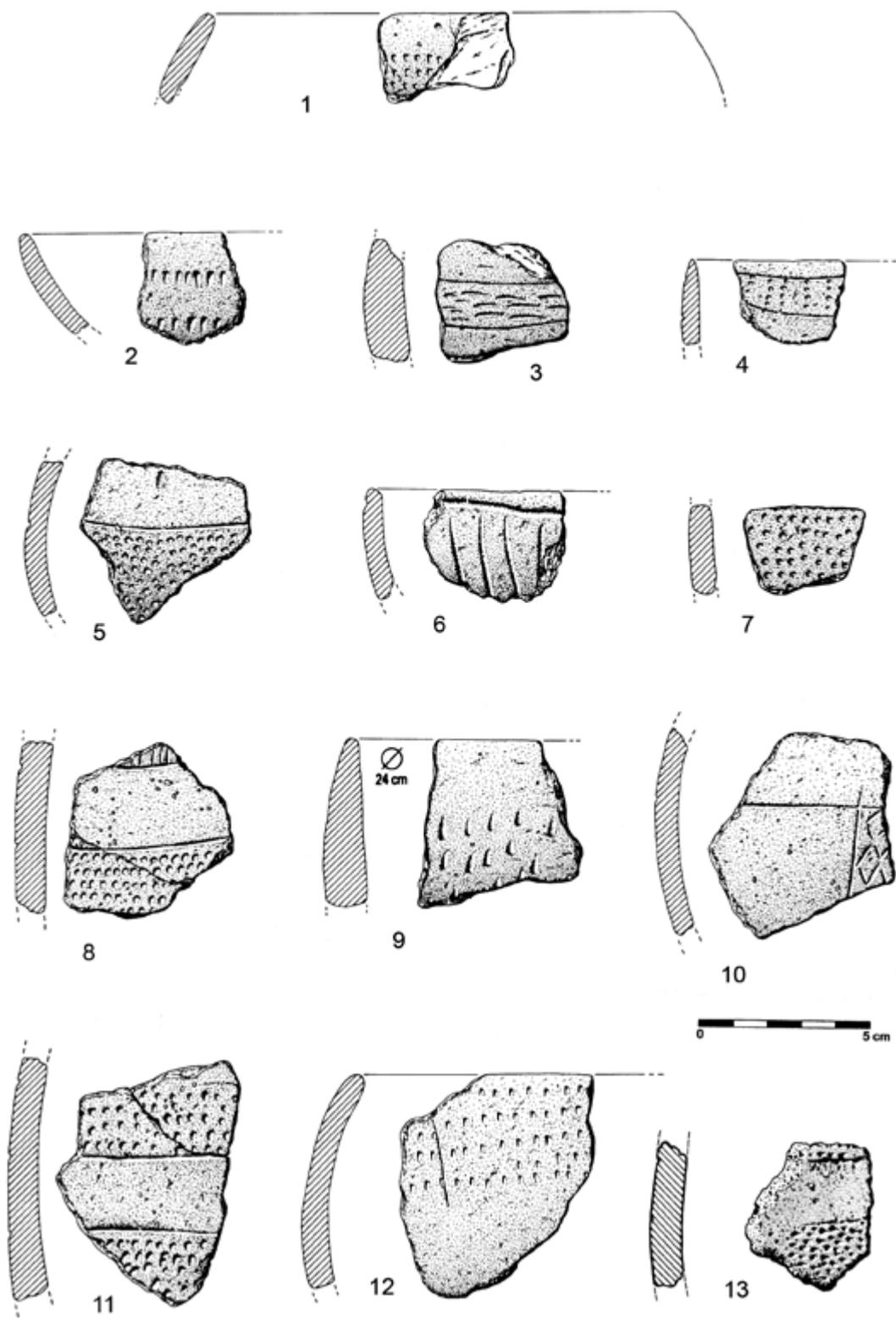


Fig.19 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas, atribuíveis ao Neolítico Antigo (ou nalguns casos, eventualmente, a épocas ulteriores).

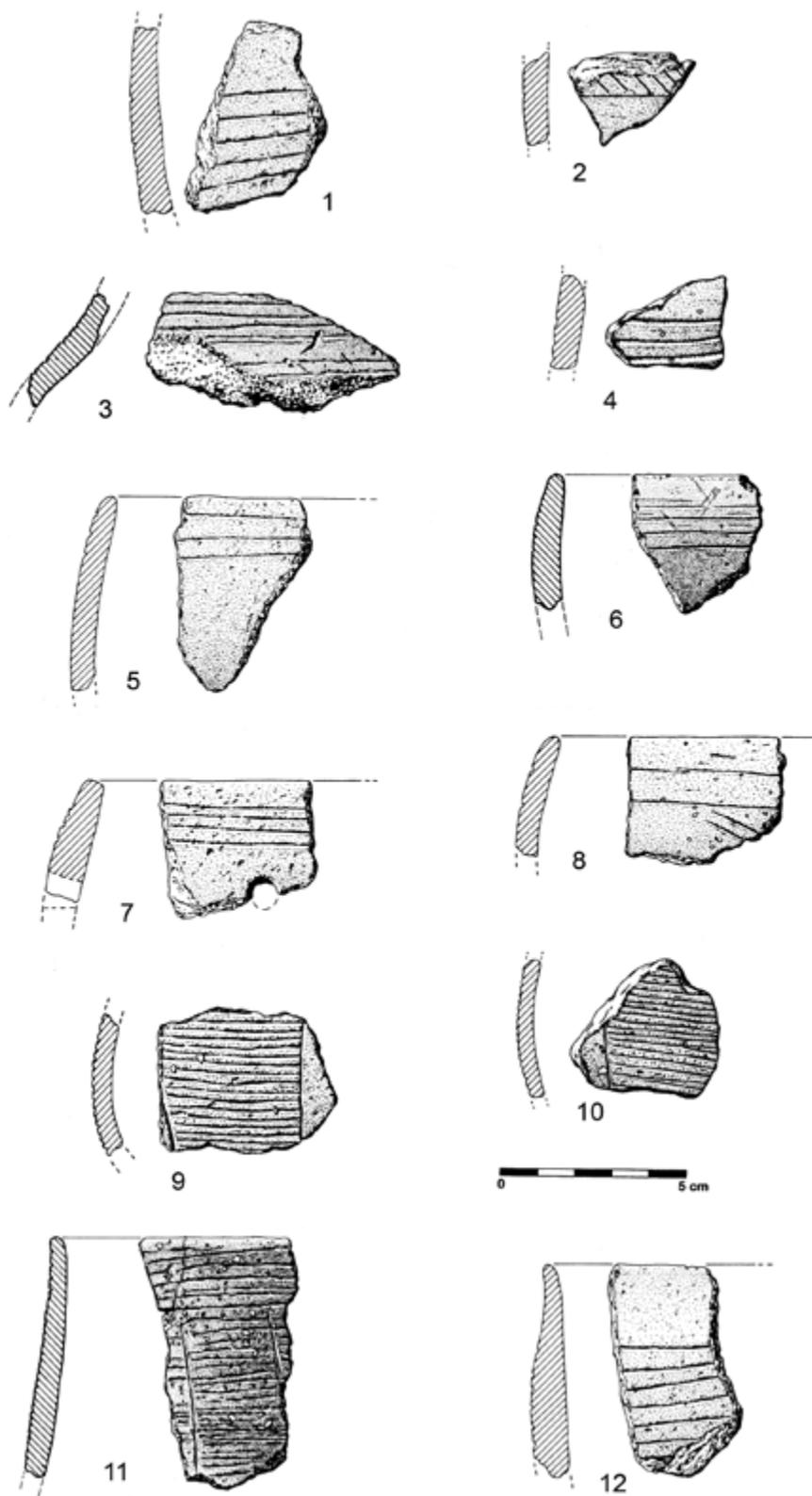
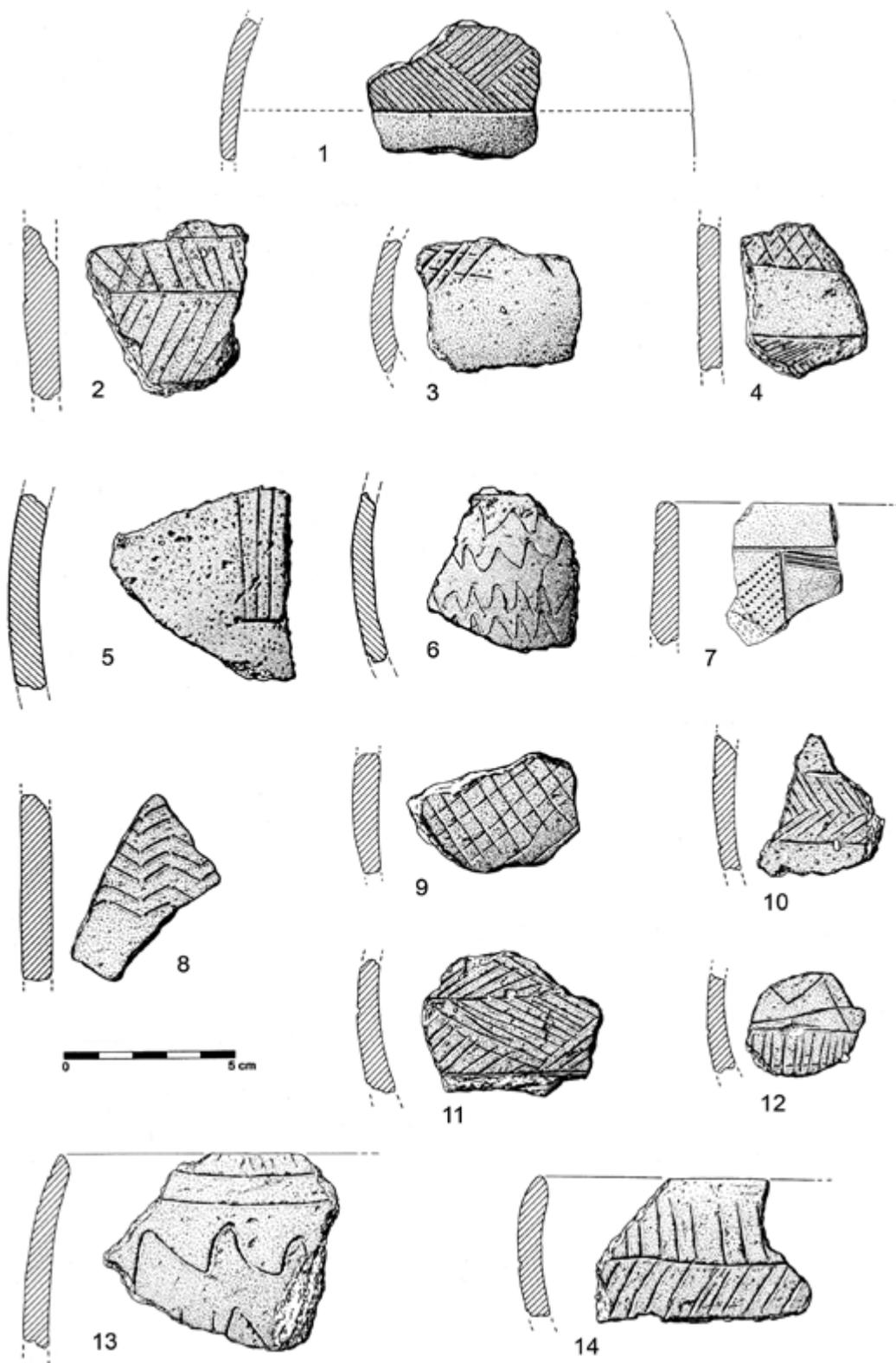


Fig. 20 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas atribuíveis globalmente ao Calcolítico Inicial da Estremadura.



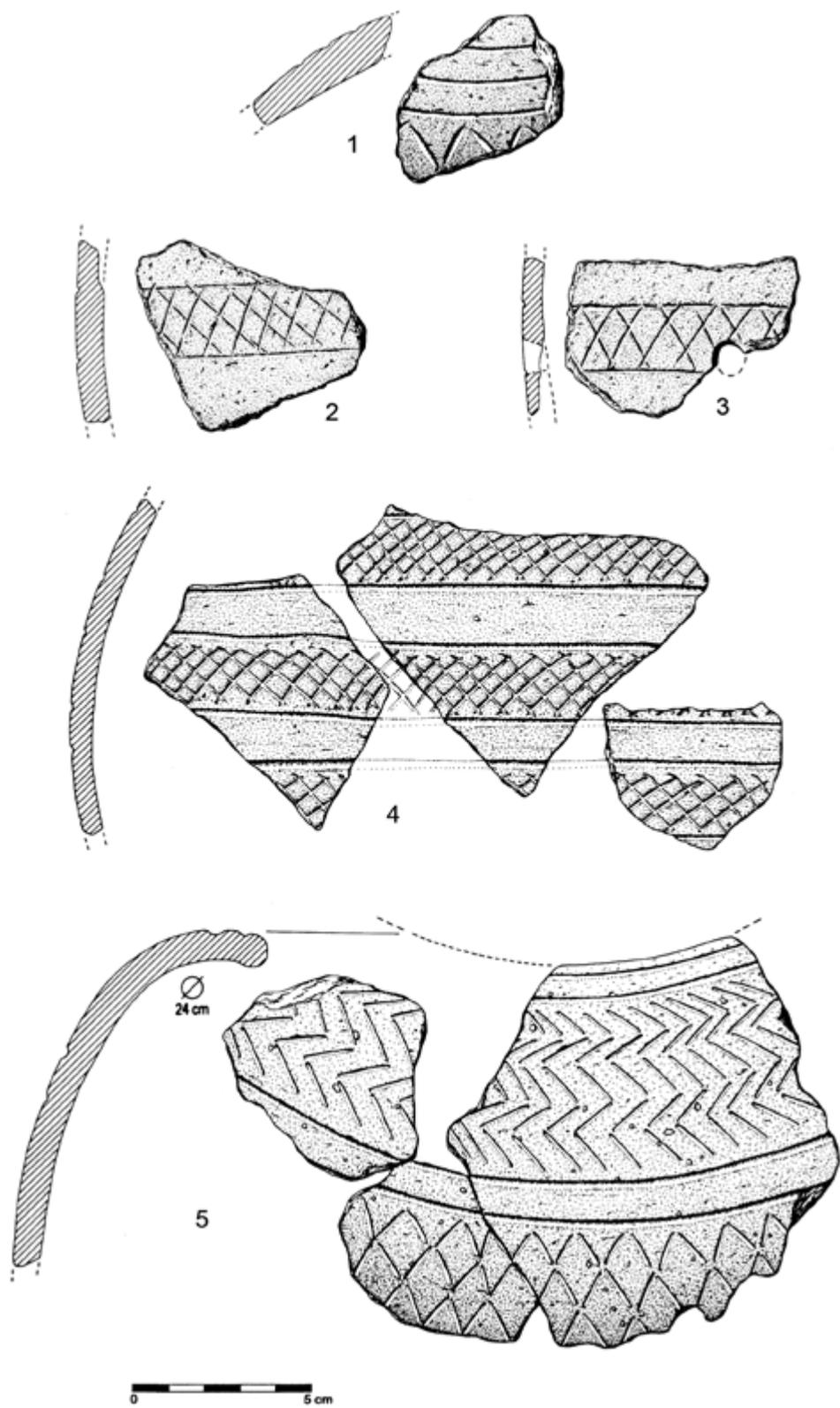


Fig. 22 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas atribuíveis ao Calcolítico Pleno da Estremadura.

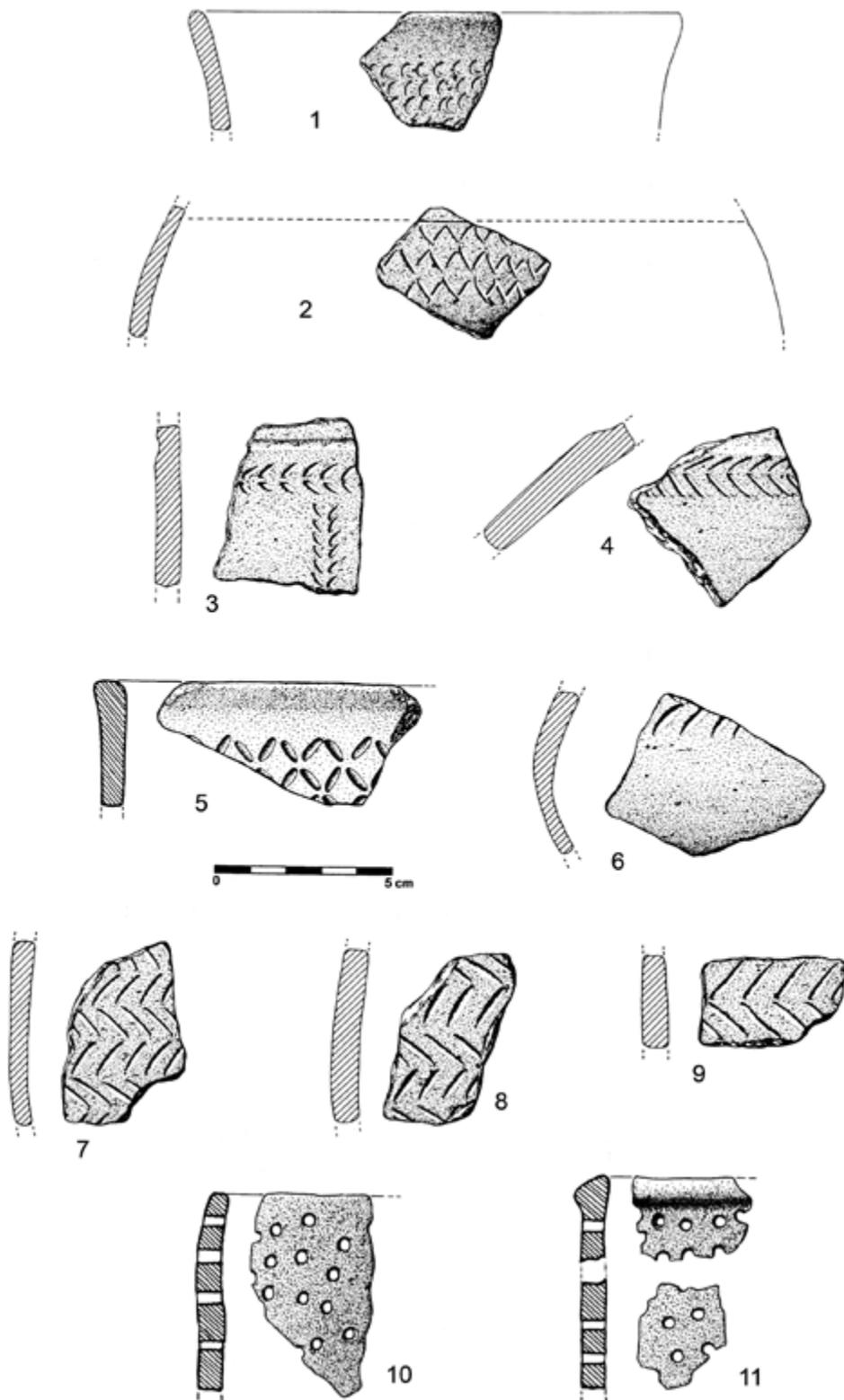


Fig. 23 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas atribuíveis ao Calcolítico Pleno da Estremadura (1 a 9) e fragmentos de cinchos relacionados com o fabrico de lacticínios (10, 11).

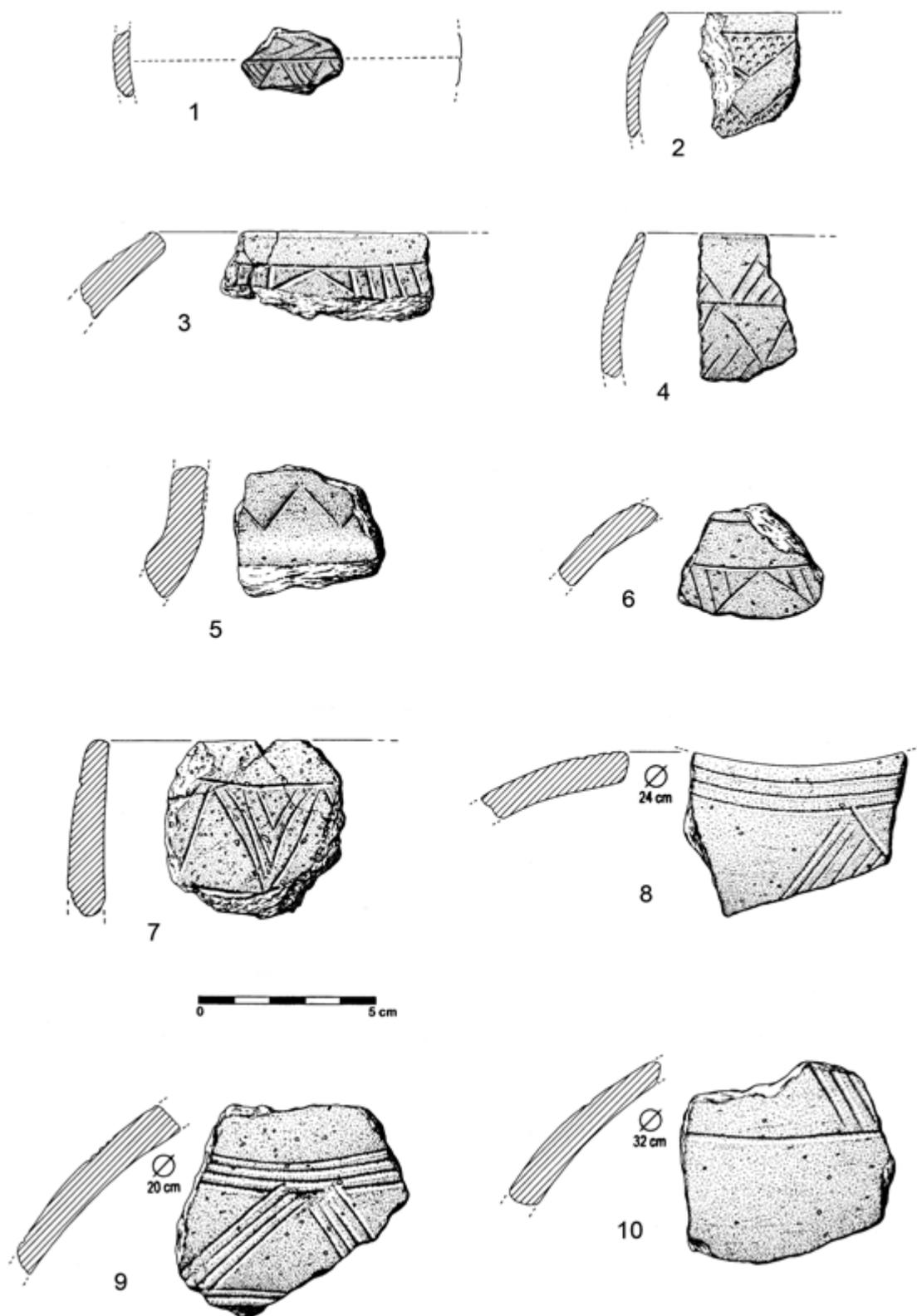


Fig. 24 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas atribuíveis ao Calcolítico Pleno da Estremadura.

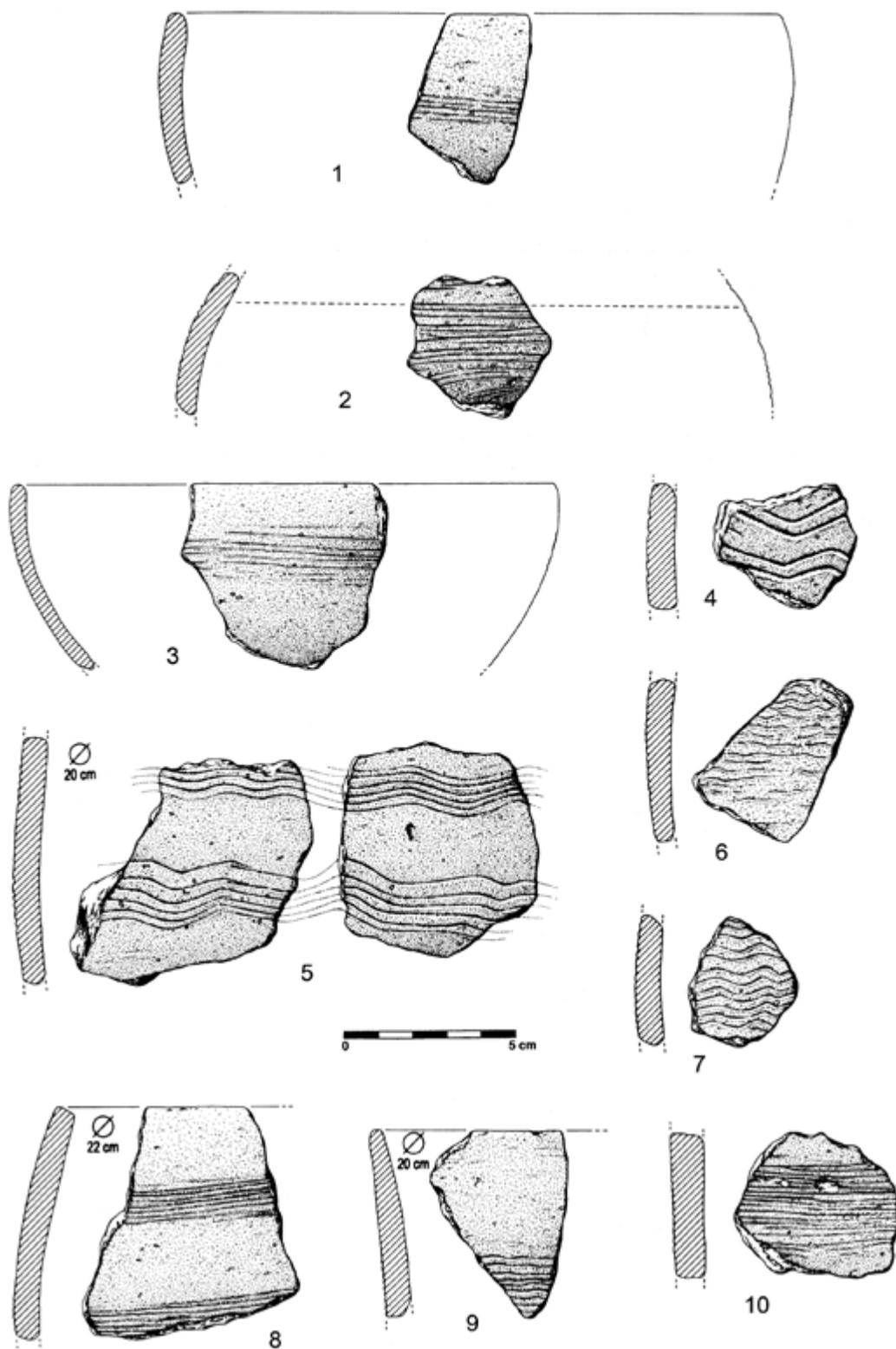


Fig. 25 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas com a aplicação deslizante de uma matriz denteada (vulgarmente designada por “pente”), atribuíveis ao Calcolítico Pleno.

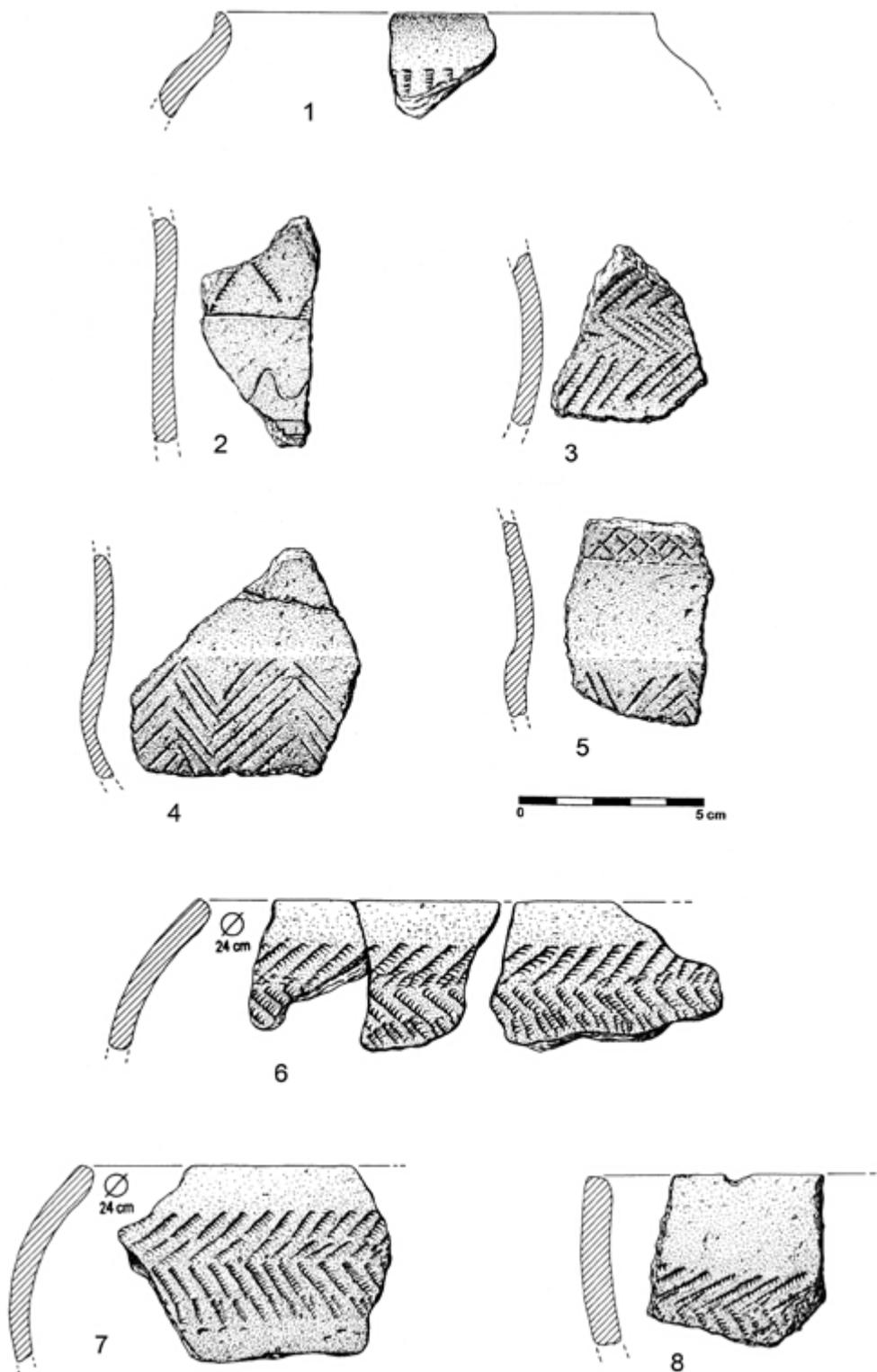


Fig. 26 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas pela impressão de uma matriz denteada (vulgarmente designada por “pente”), atribuíveis ao Calcolítico Pleno. Note-se a forma campaniforme dos exemplares n.ºs. 4 e 5, talvez pertencentes ao mesmo exemplar (caçoila campaniforme).

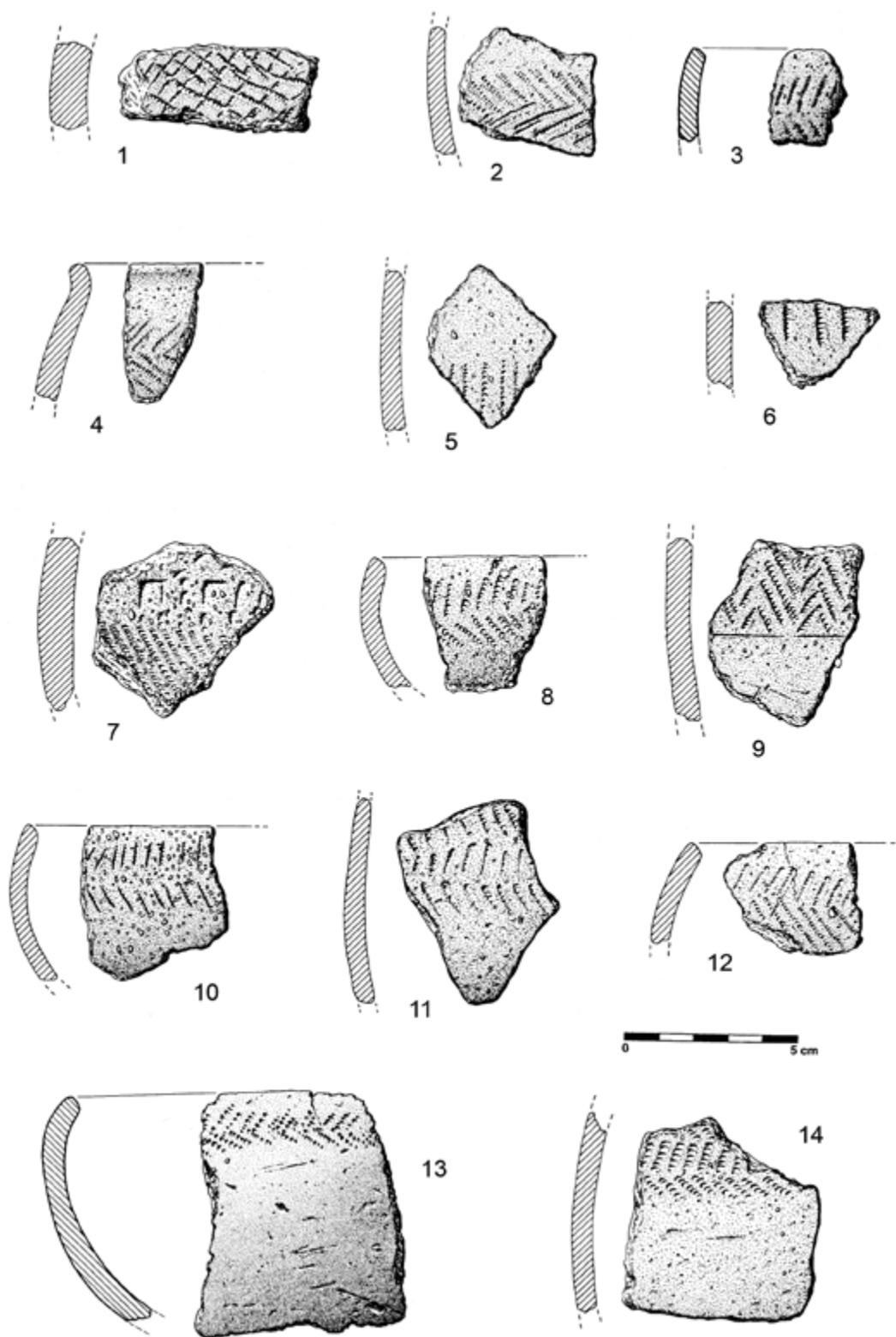


Fig. 27 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas decoradas pela impressão de uma matriz denteada (vulgarmente designada por “pente”), atribuíveis ao Calcolítico Pleno, com evidentes influências das cerâmicas campaniformes, das quais não é fácil separá-las.

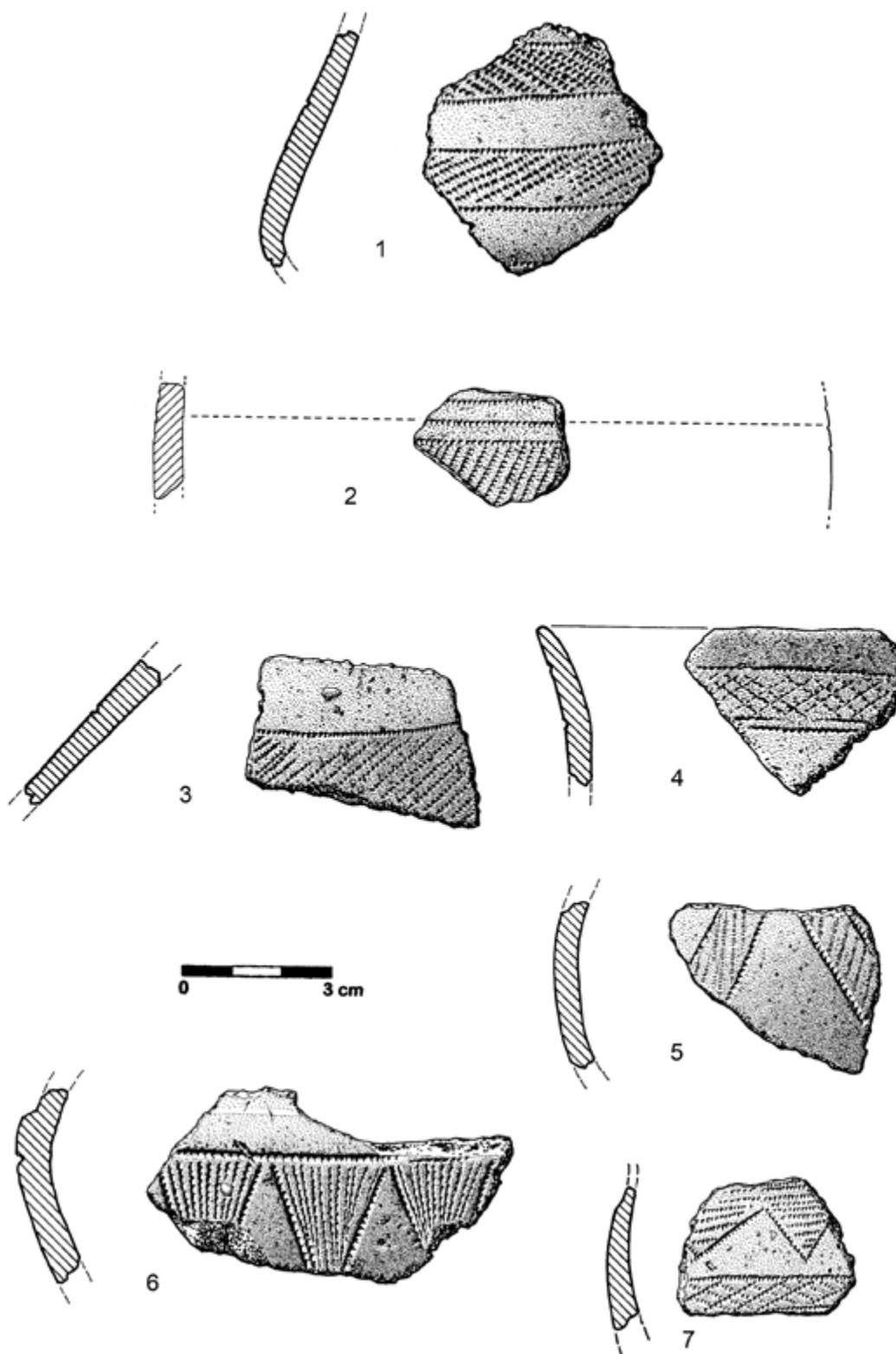


Fig. 28 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas campaniformes decoradas a ponteado, correspondendo o n.º 1 a um vaso marítimo típico, decorado por bandas preenchidas interiormente por linhas oblíquas, alternando espaços em branco.

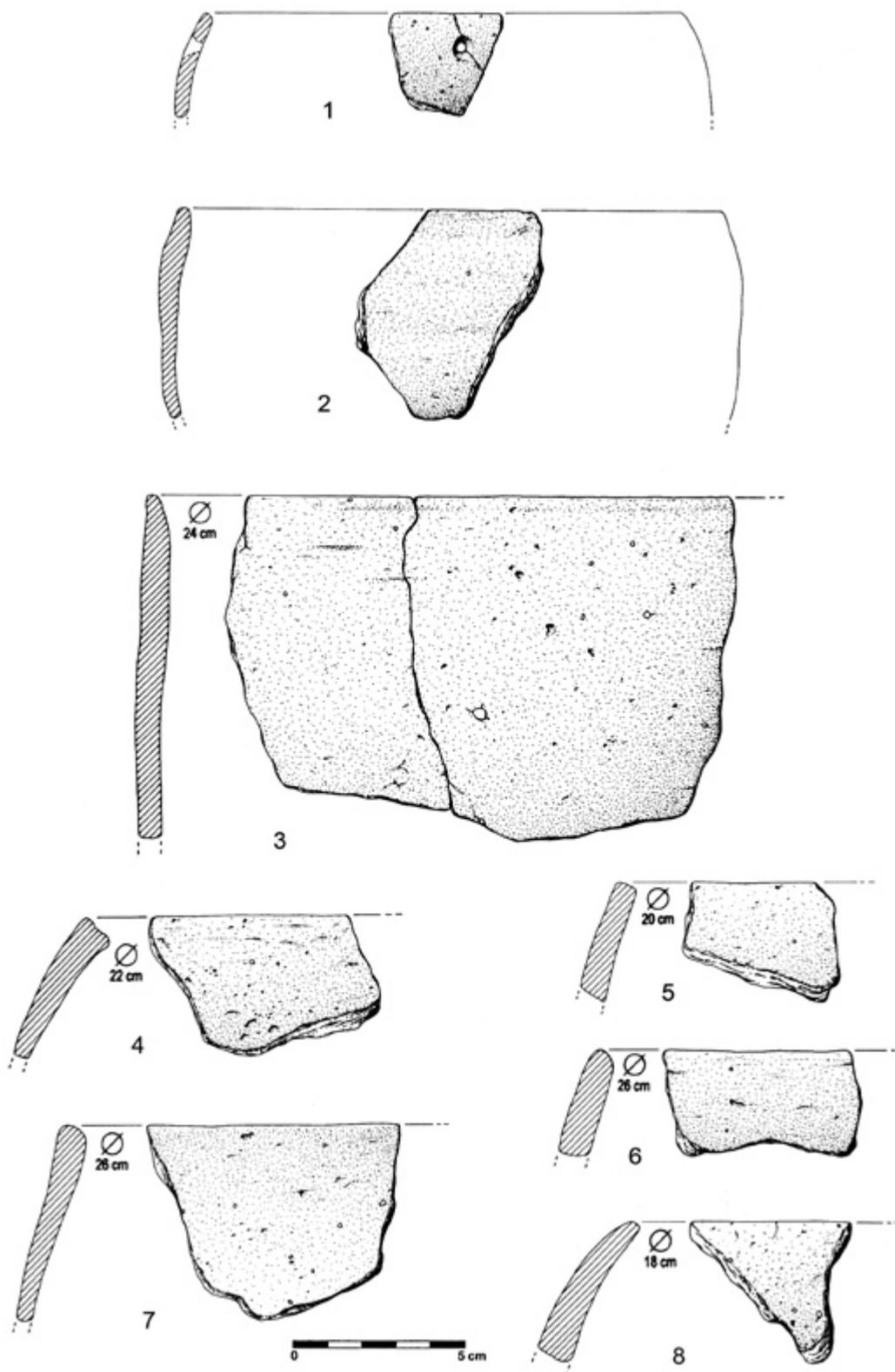


Fig. 29 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.



Fig. 30 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcolíticas e eventualmente da Idade do Bronze.

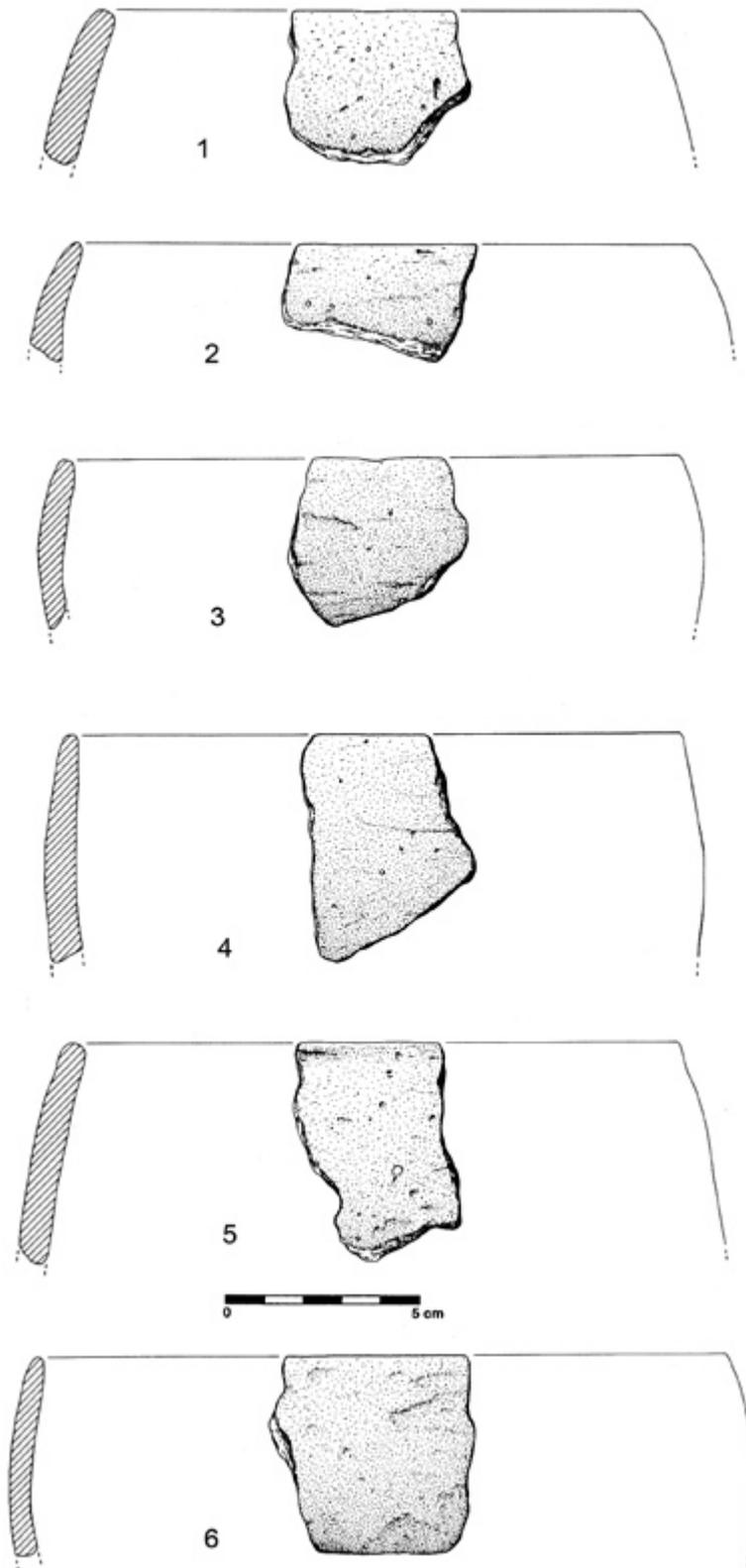


Fig. 31 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

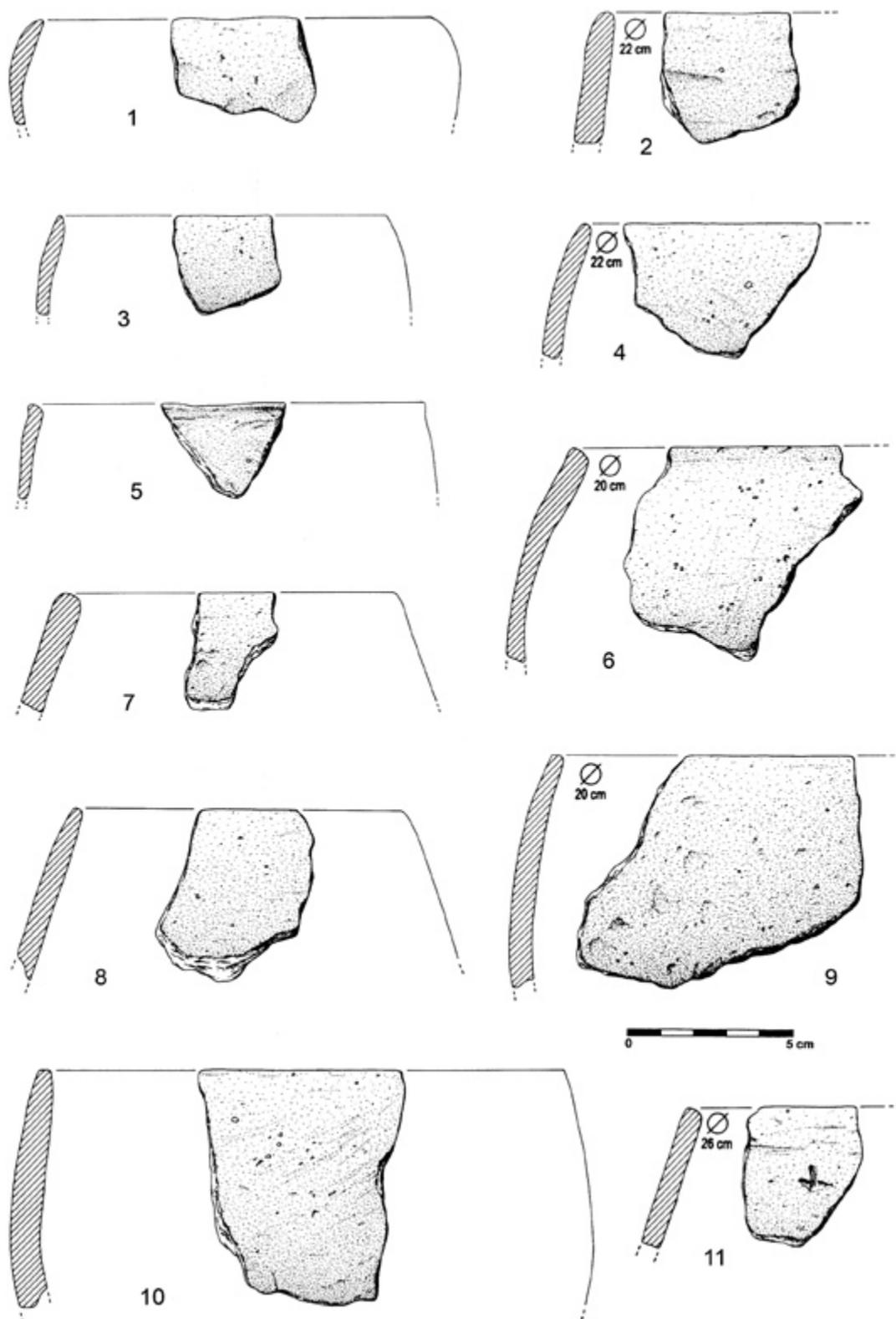


Fig. 32 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

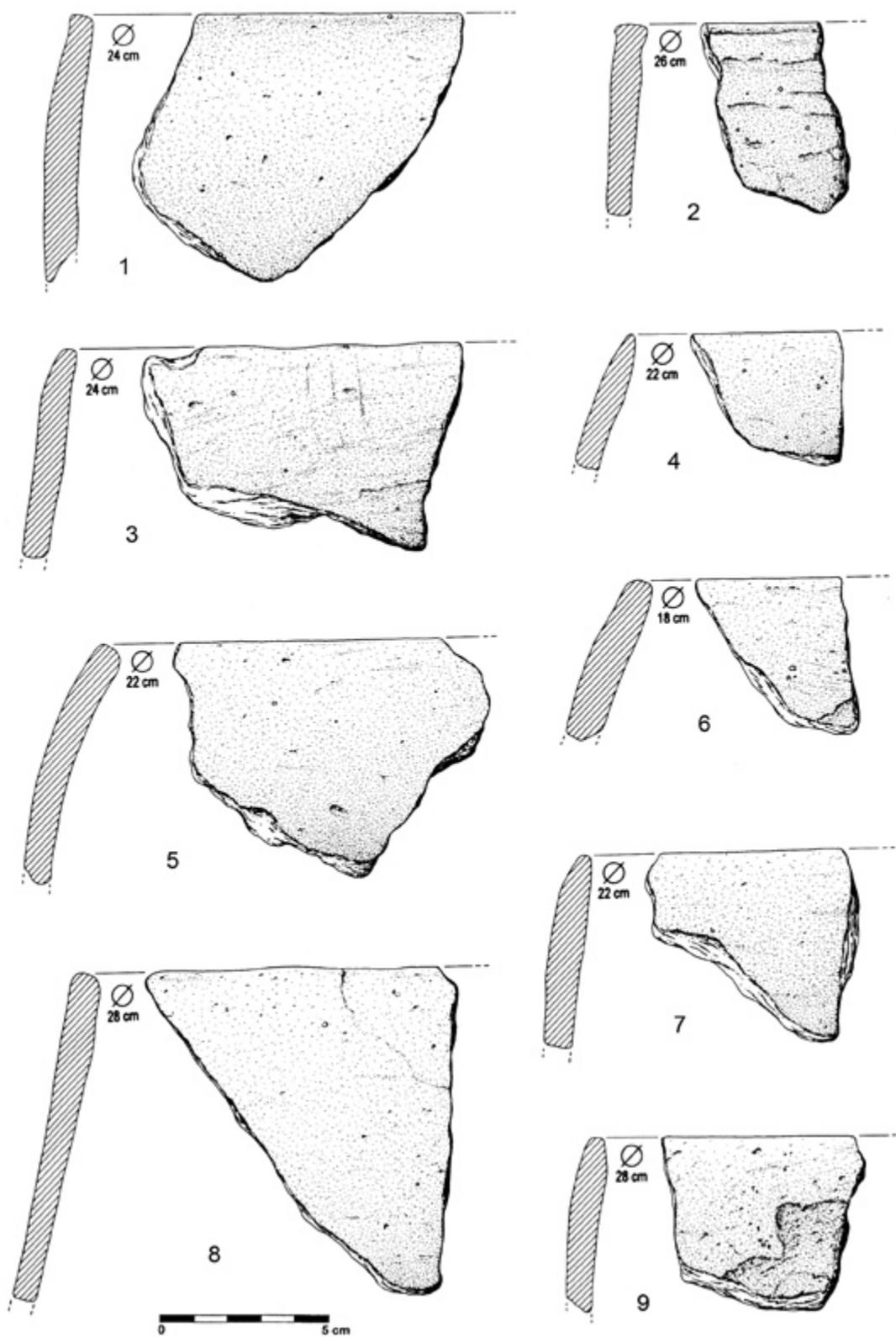


Fig. 33 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcolíticas e eventualmente da Idade do Bronze.

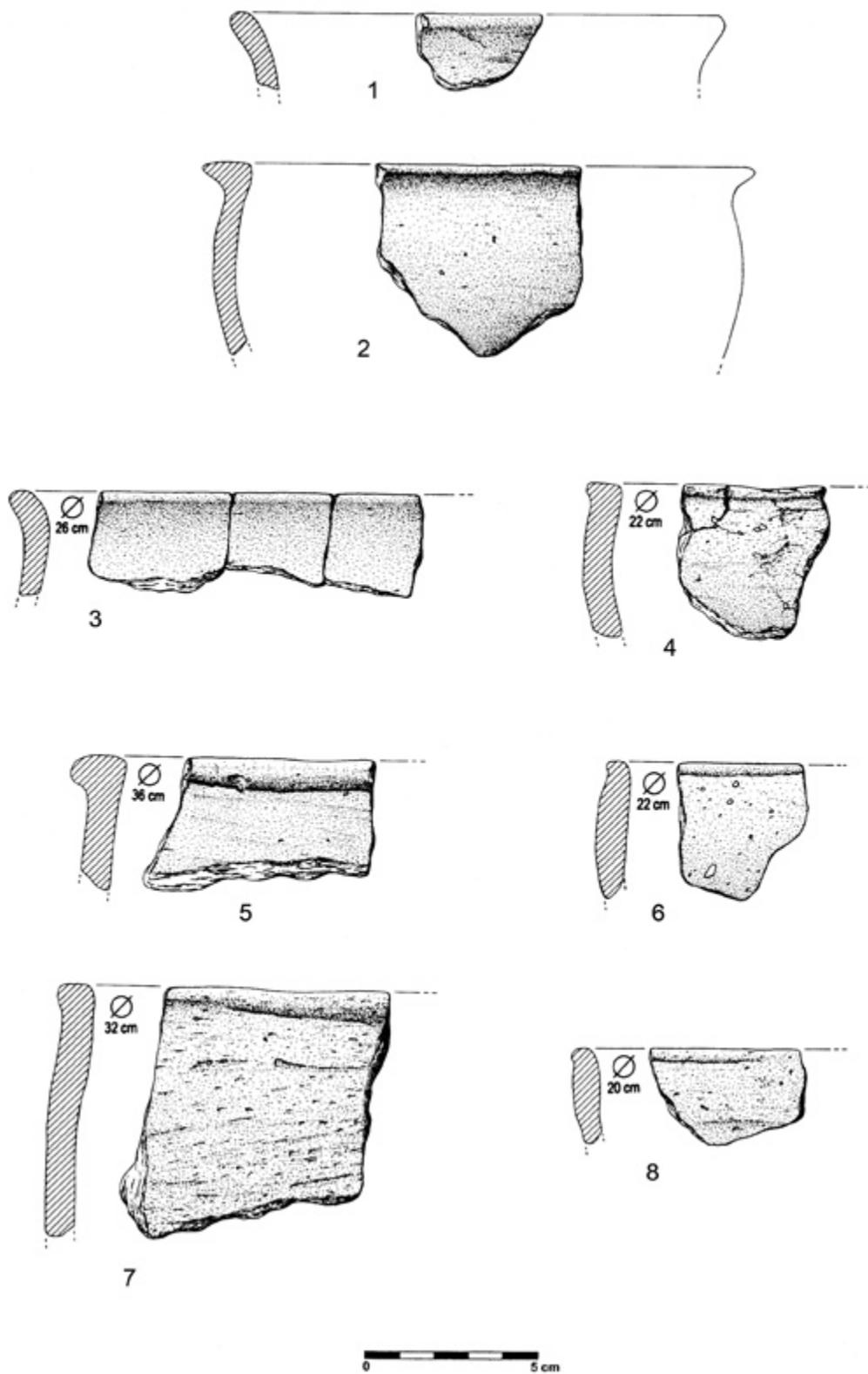


Fig. 34 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

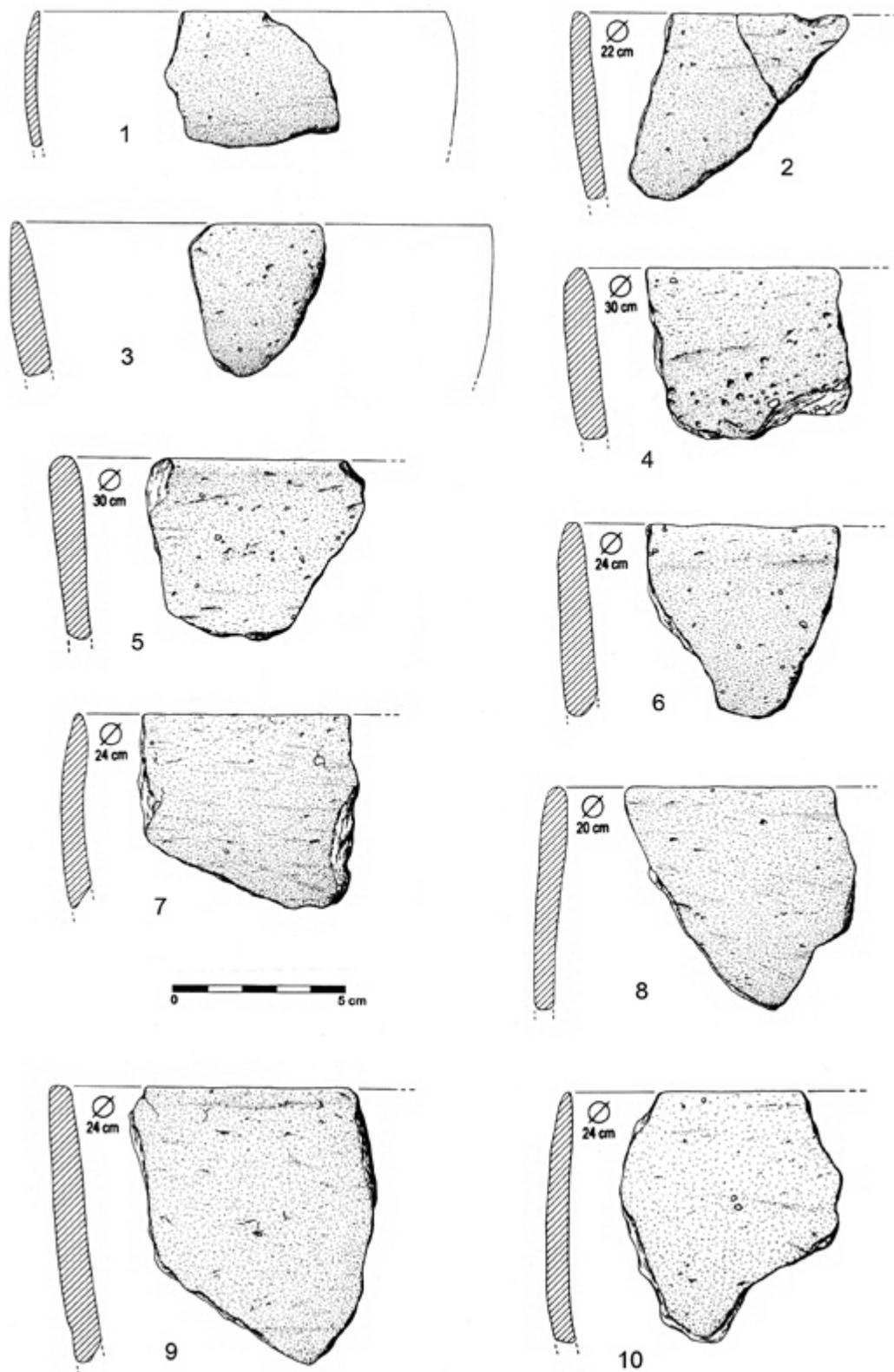


Fig. 35 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

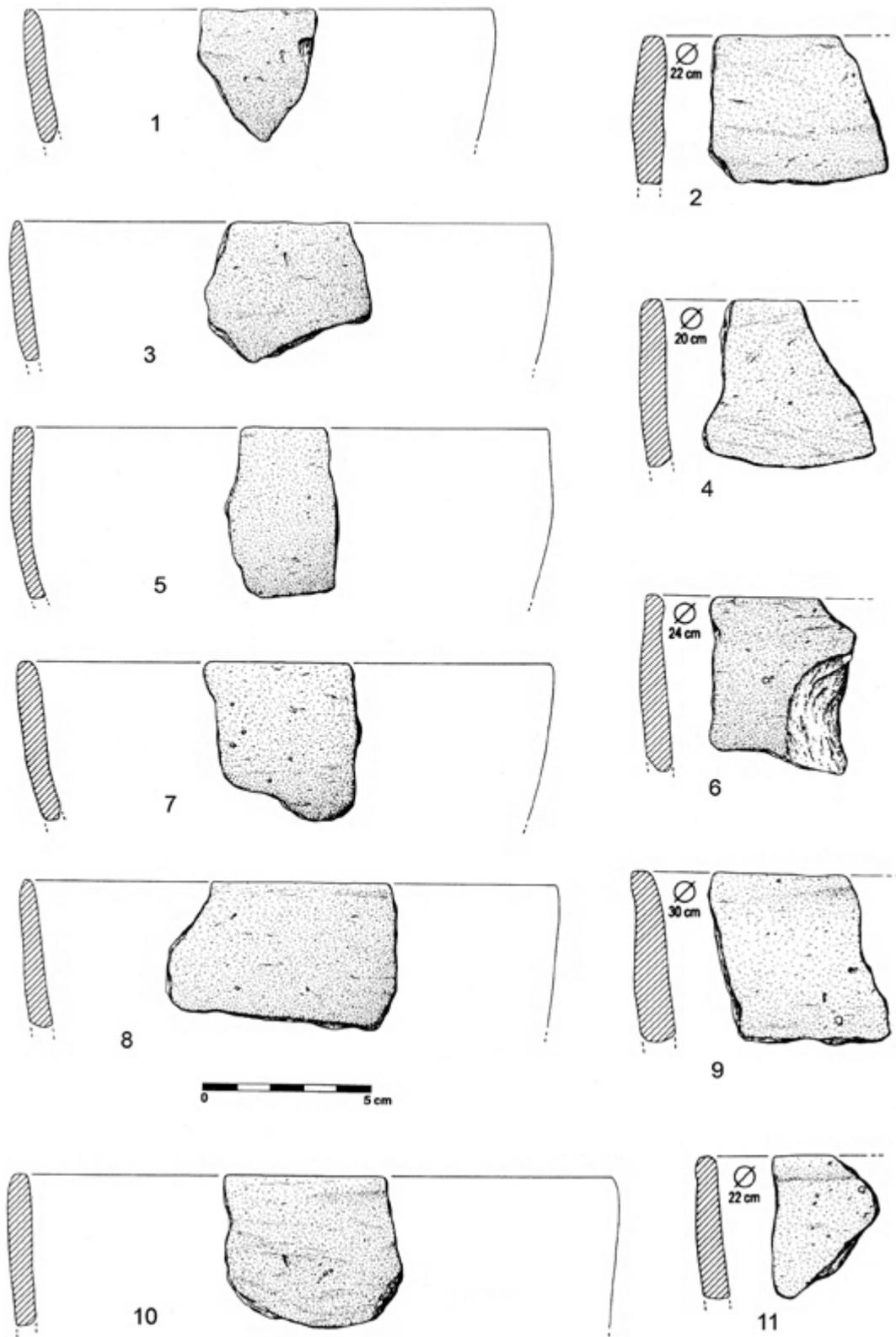


Fig. 36 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

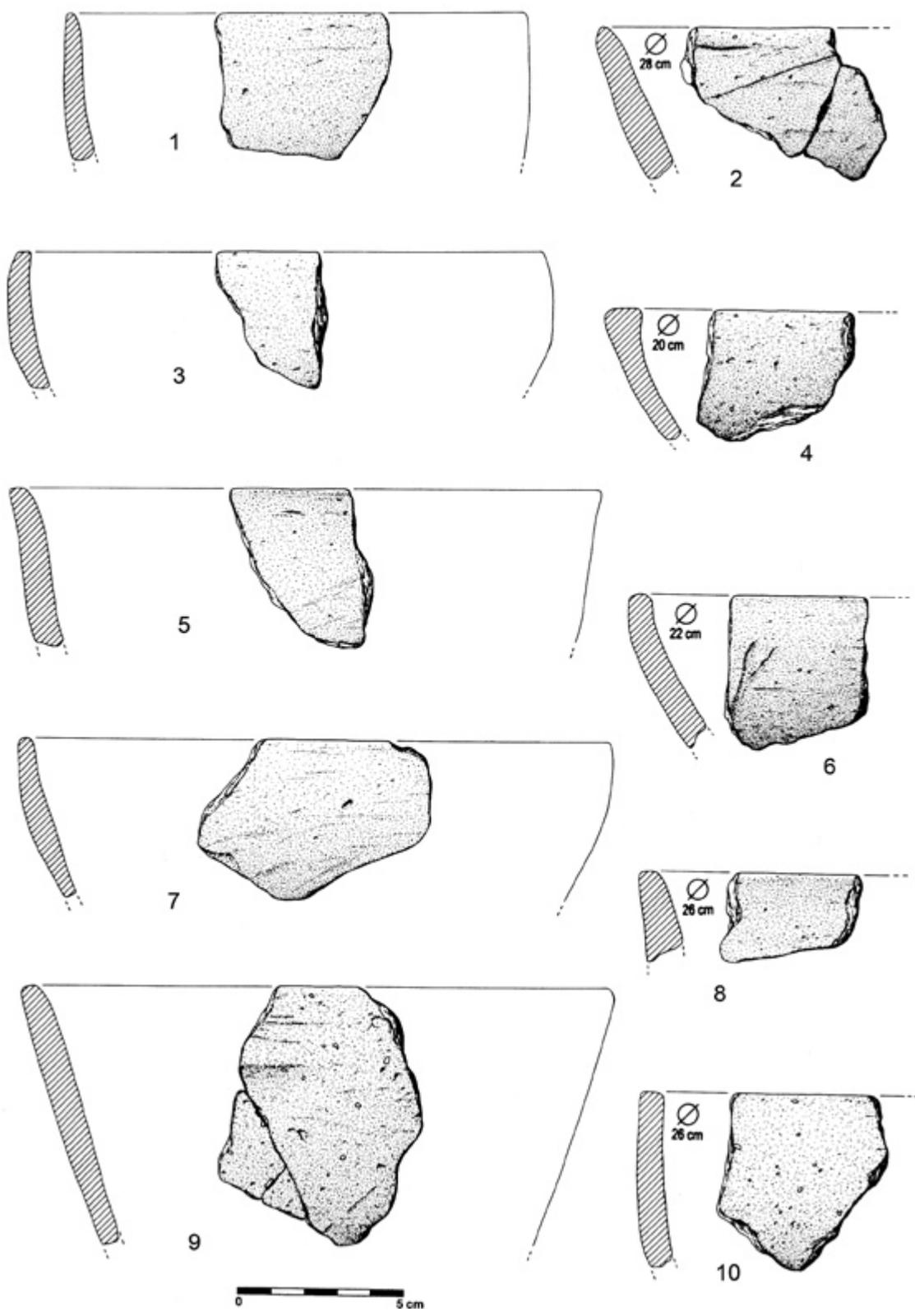


Fig. 37 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

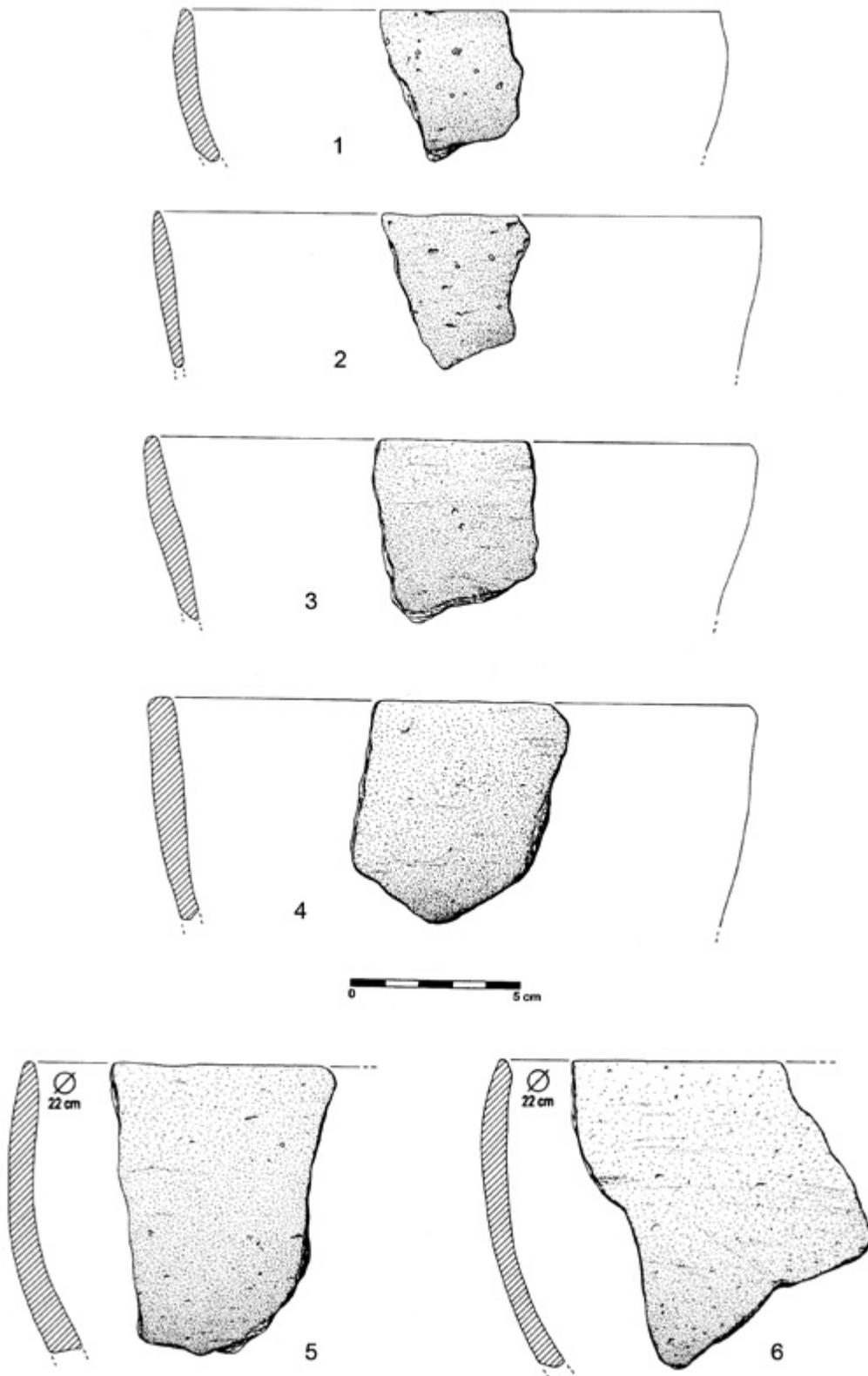


Fig. 38 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcolíticas e eventualmente da Idade do Bronze.

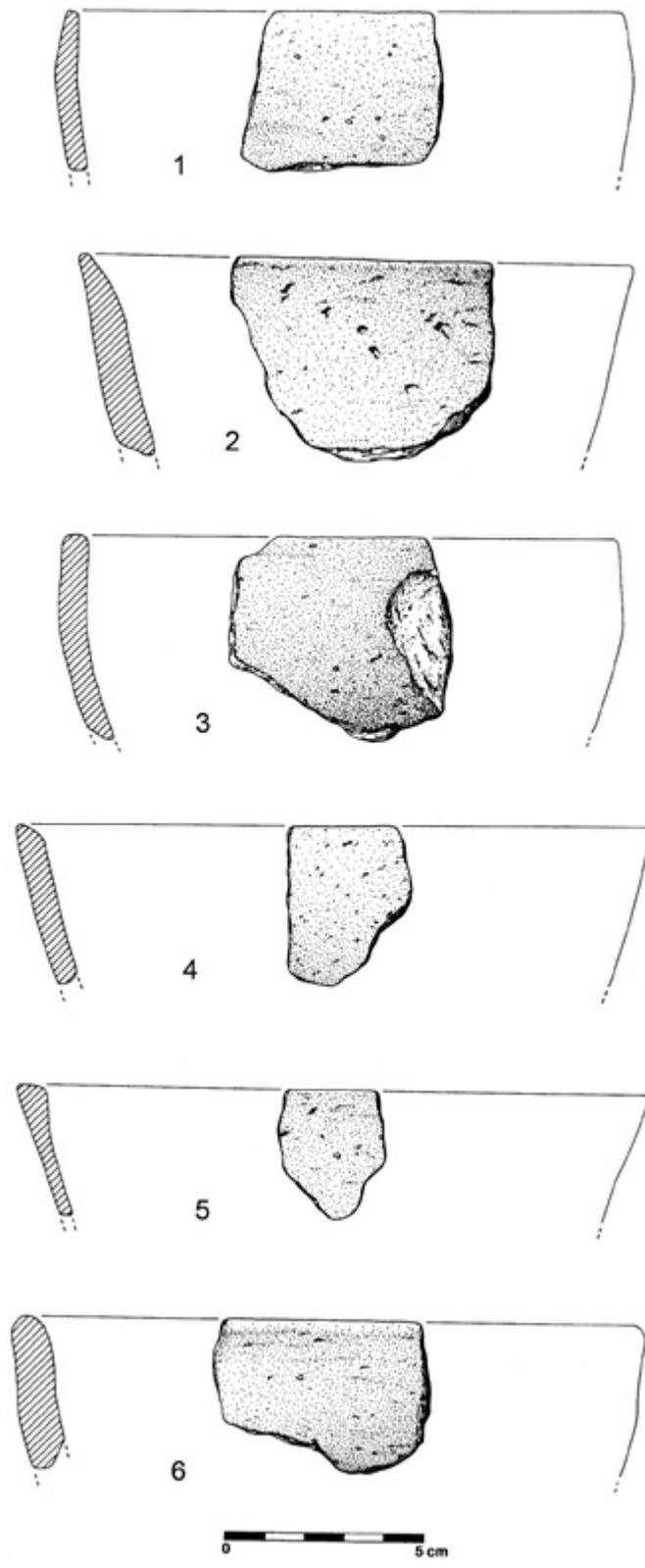


Fig. 39 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

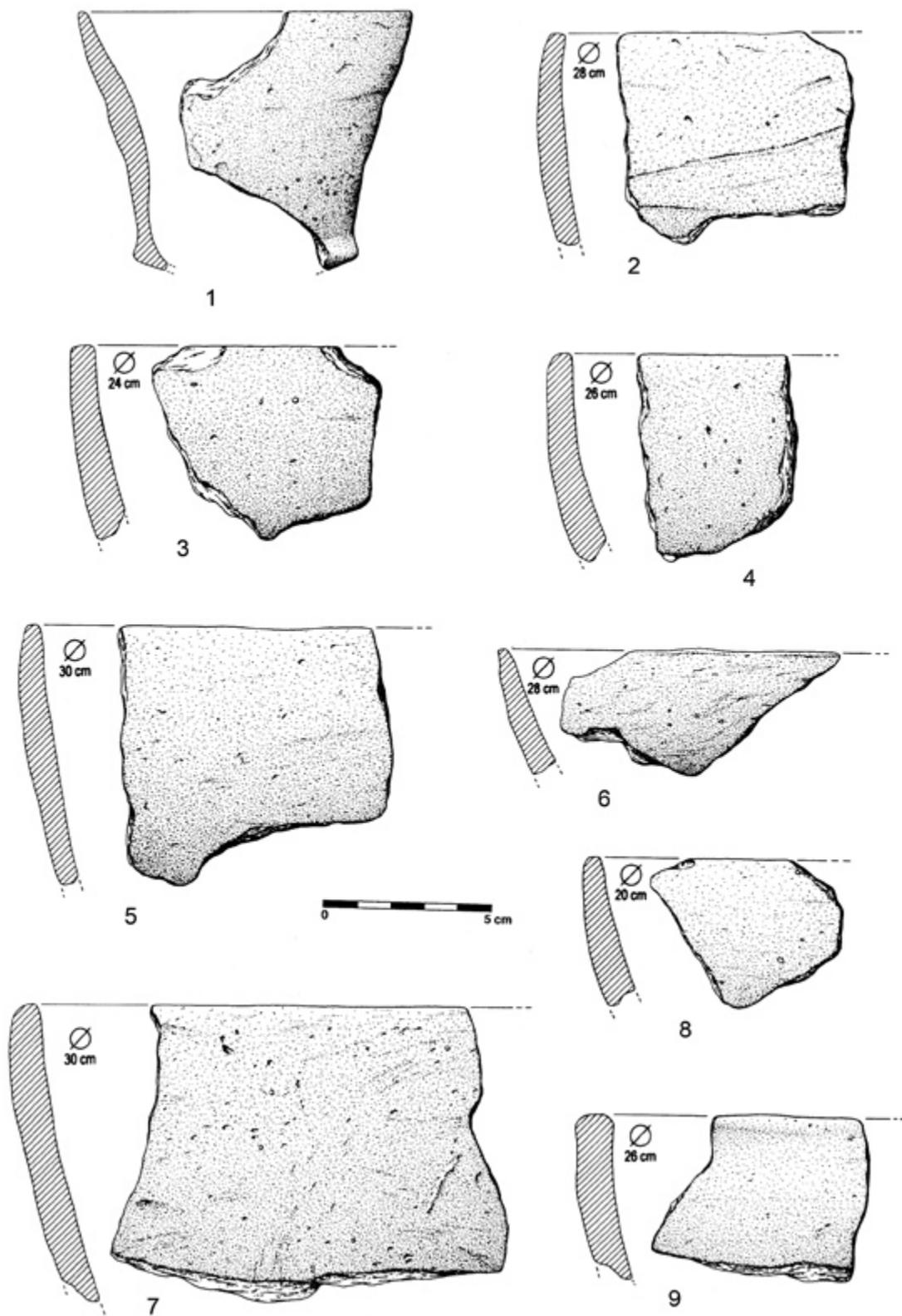


Fig. 40 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

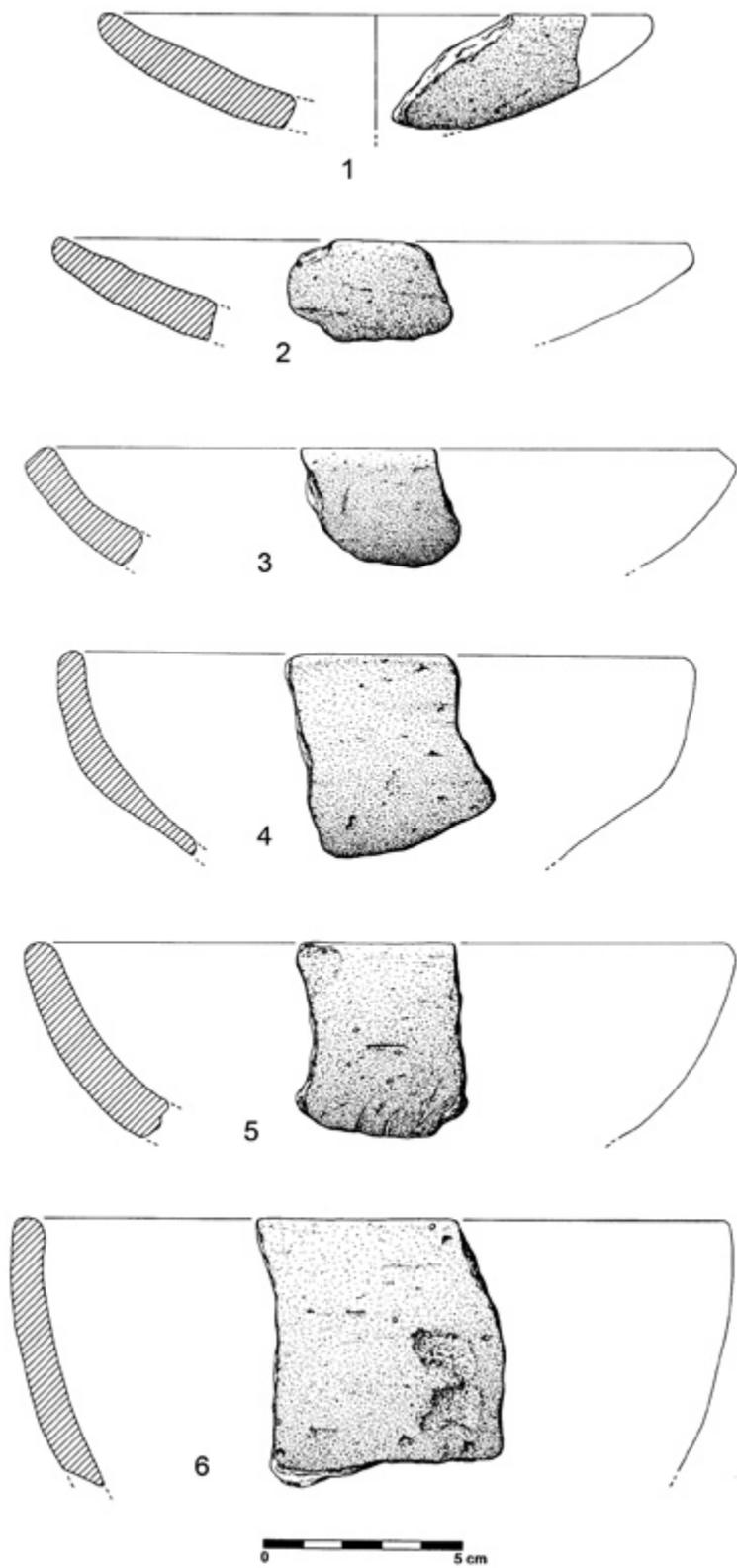


Fig. 41 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcolíticas e eventualmente da Idade do Bronze.

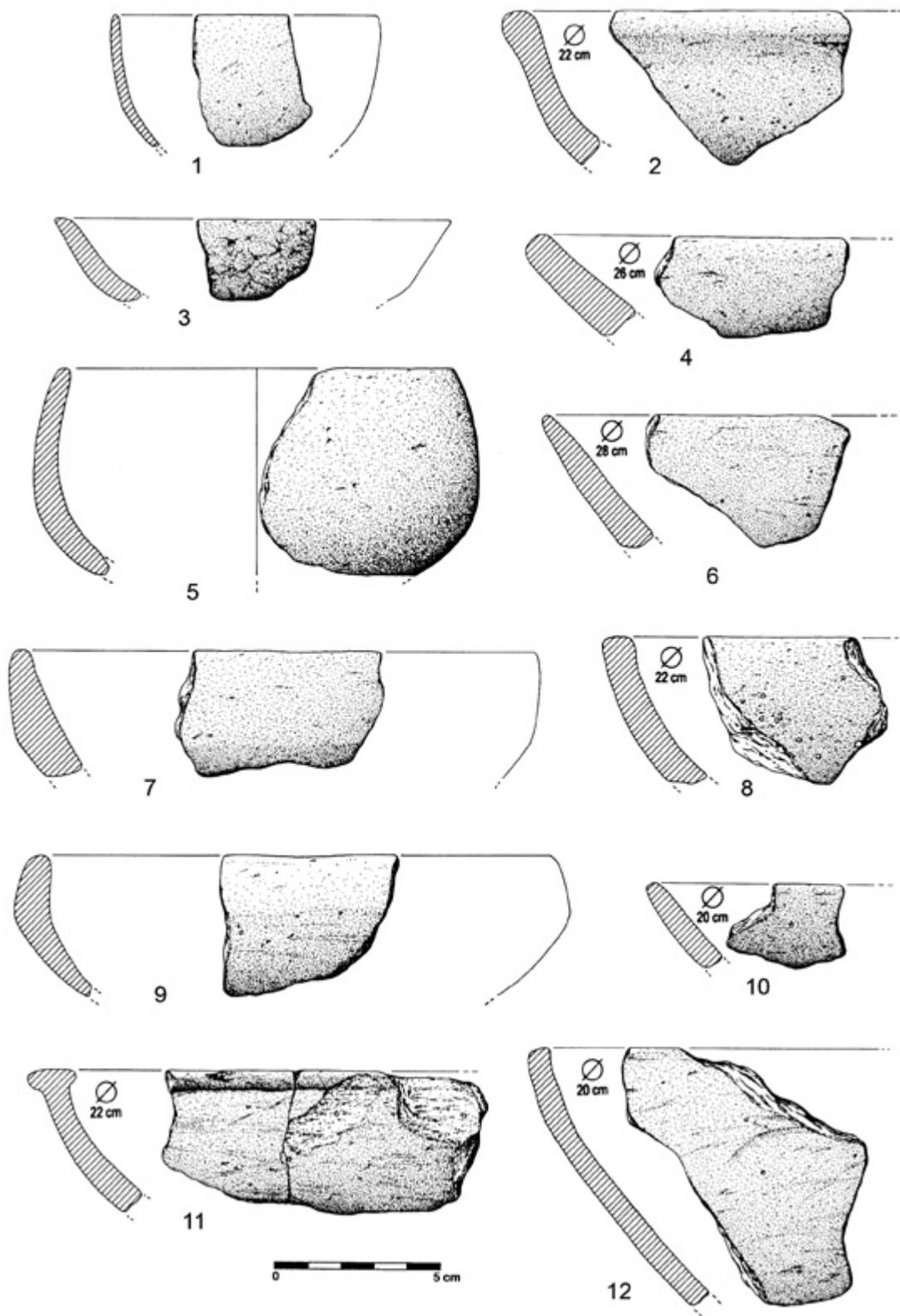


Fig. 42 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

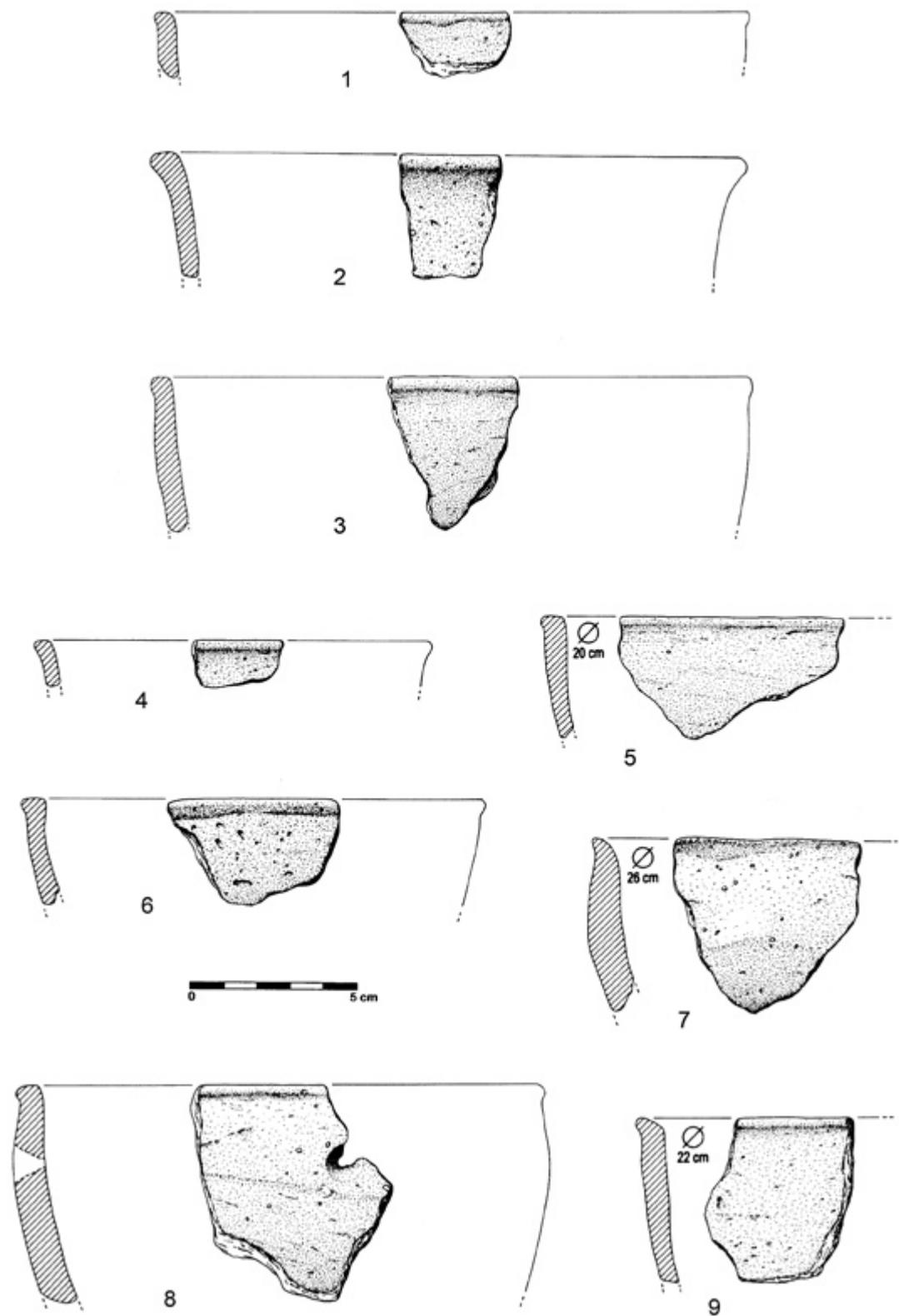


Fig. 43 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas lisas calcólicas e eventualmente da Idade do Bronze.

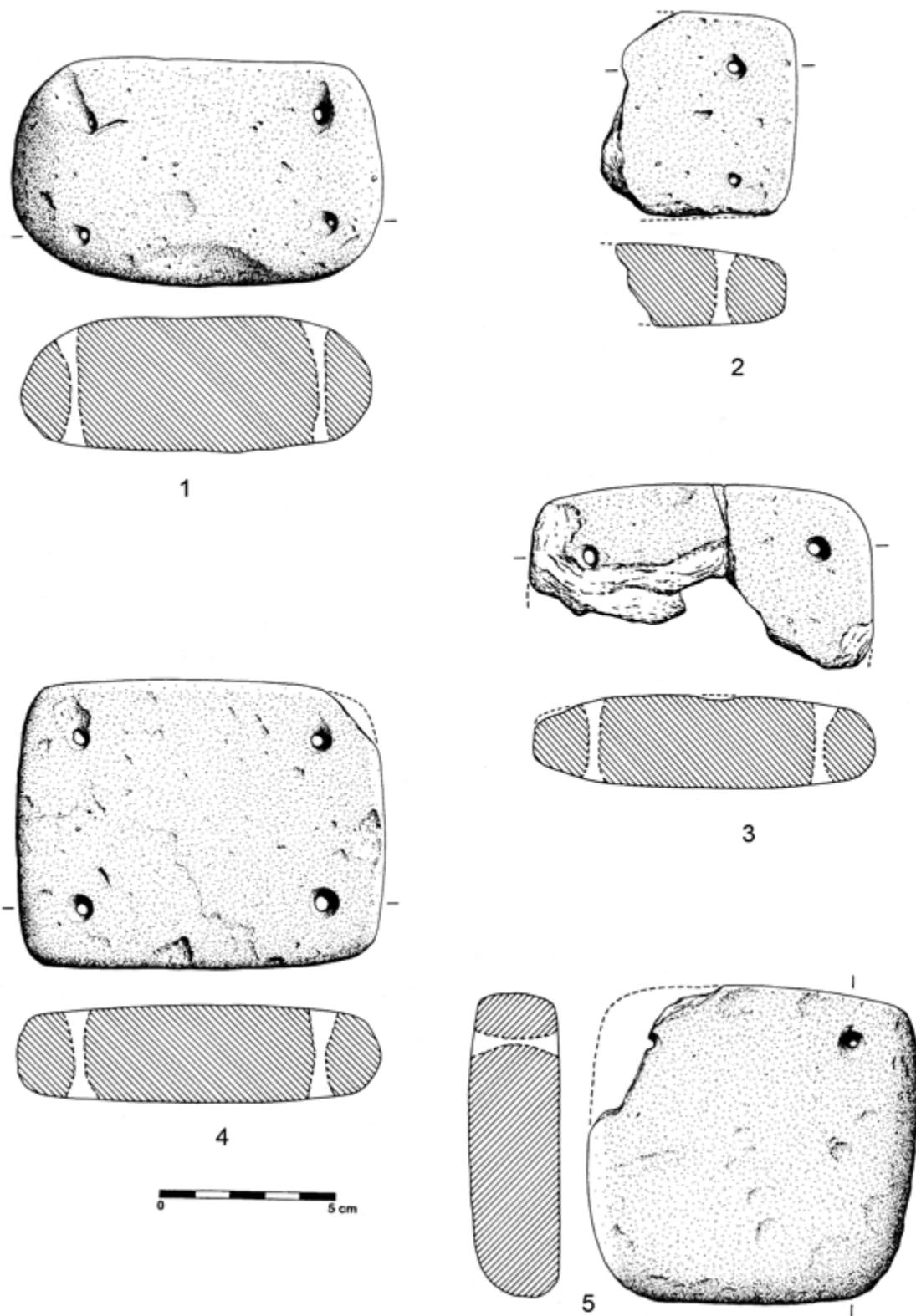


Fig. 44 - Outeiro da Assenta. Elementos calcólicos de tear.

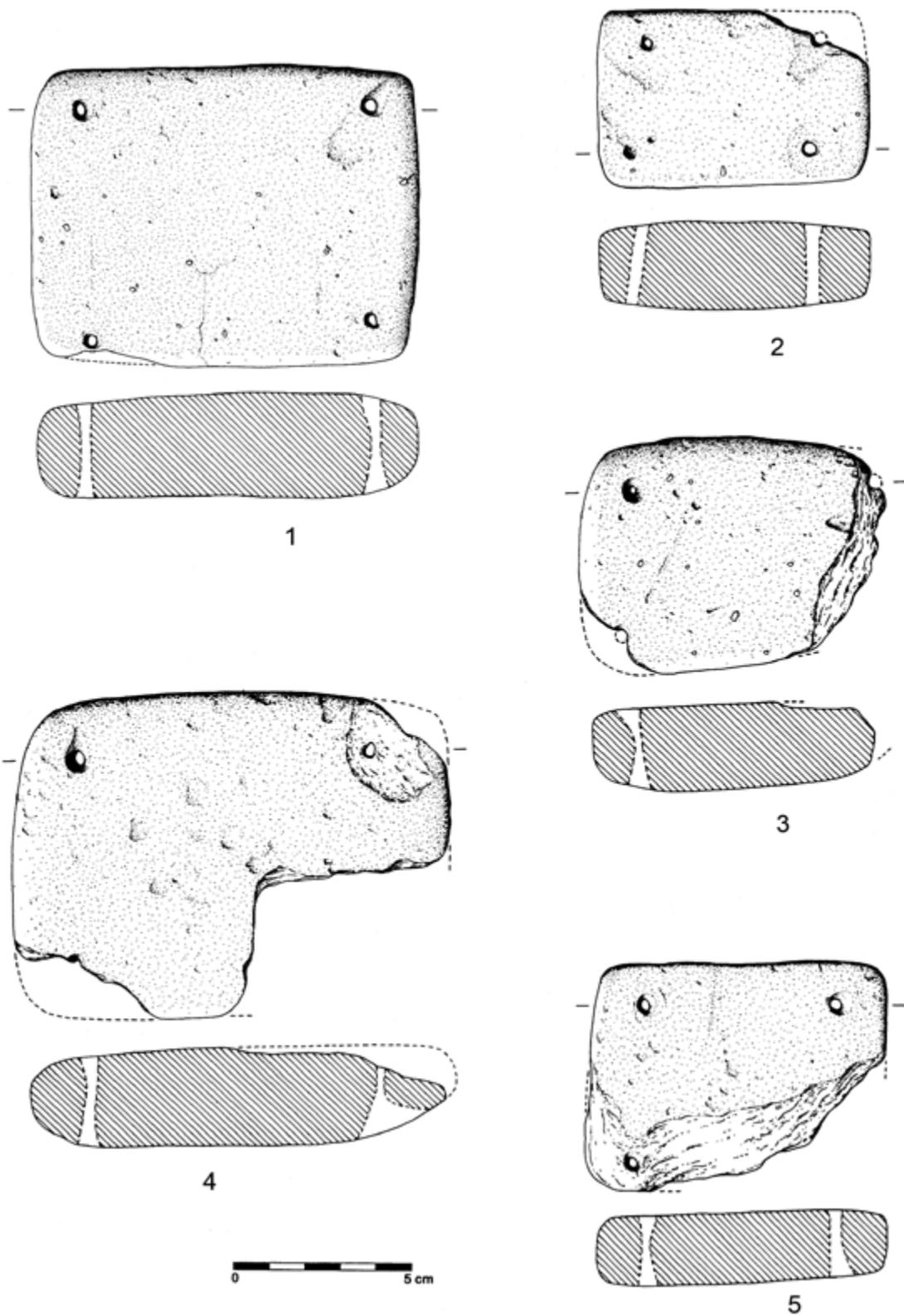


Fig. 45 - Outeiro da Assenta. Elementos calcíferos de tear.

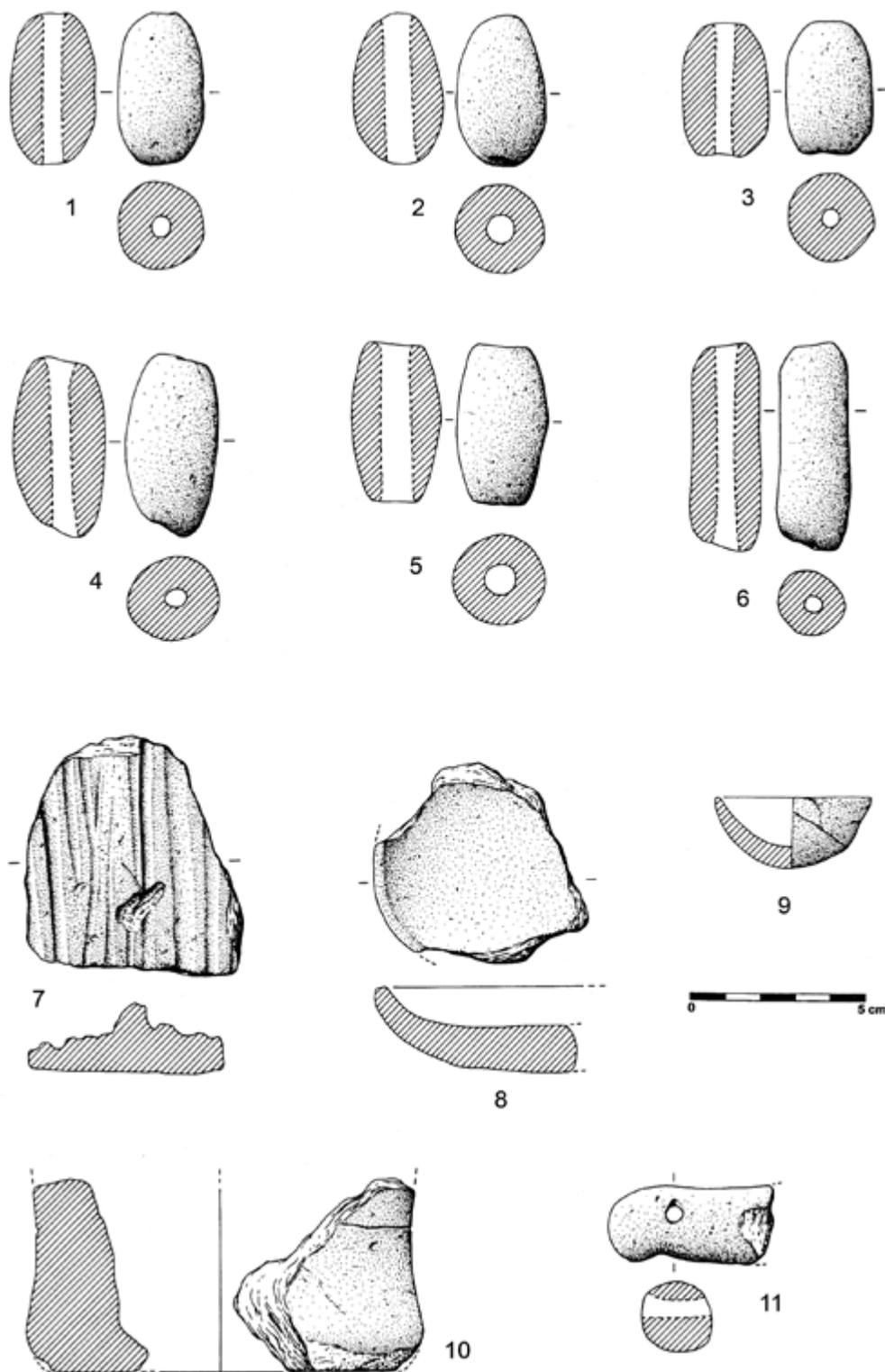


Fig. 46 – Outeiro da Assenta. Objectos cerâmicos diversos. Pesos de rede para pesca fluvial, calcolíticos ou da Idade do Ferro (1 a 6); porção de barro de revestimento de cabana (7); fragmento de pequeno prato (8); tacinha (9); fragmento de suporte de lareira (10); e objecto indeterminado, incompleto (11).

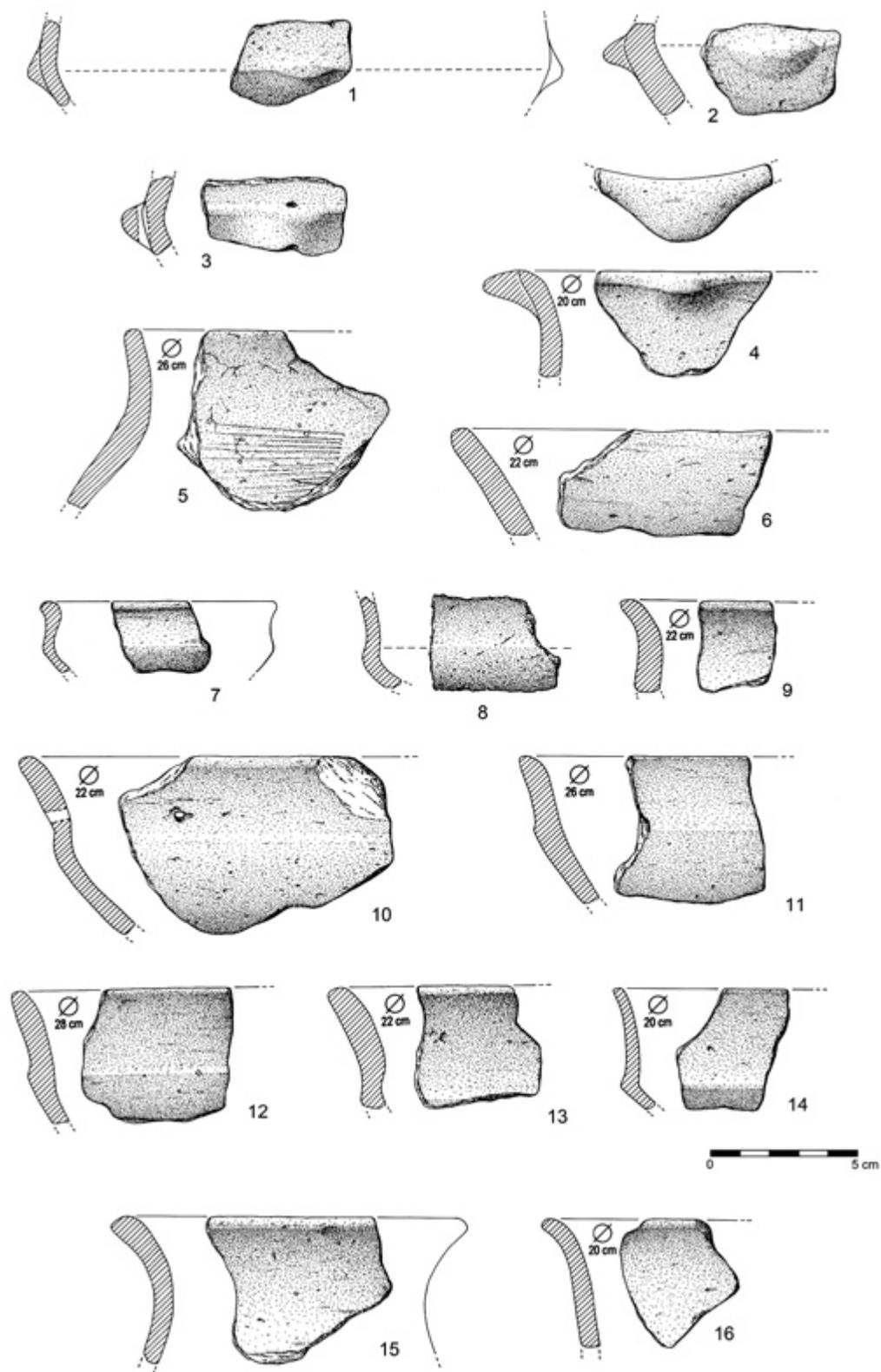


Fig. 47 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas da Idade do Bronze, algumas eventualmente já da Idade do Ferro (n.ºs 15 e 16).

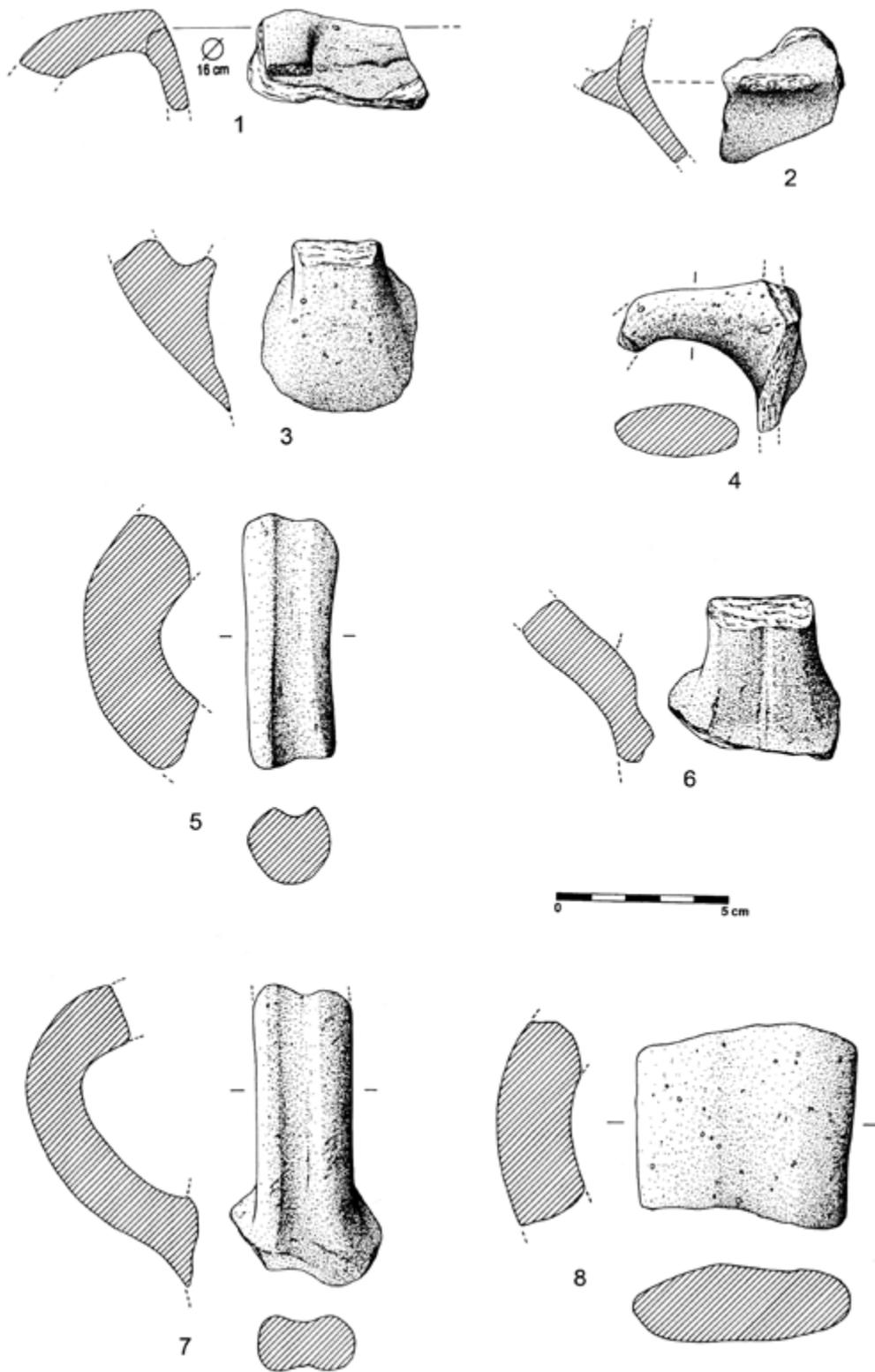


Fig. 48 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas dos finais da I Idade do Ferro, de tradição orientalizante, genericamente atribuíveis aos séculos VI/V a.C.

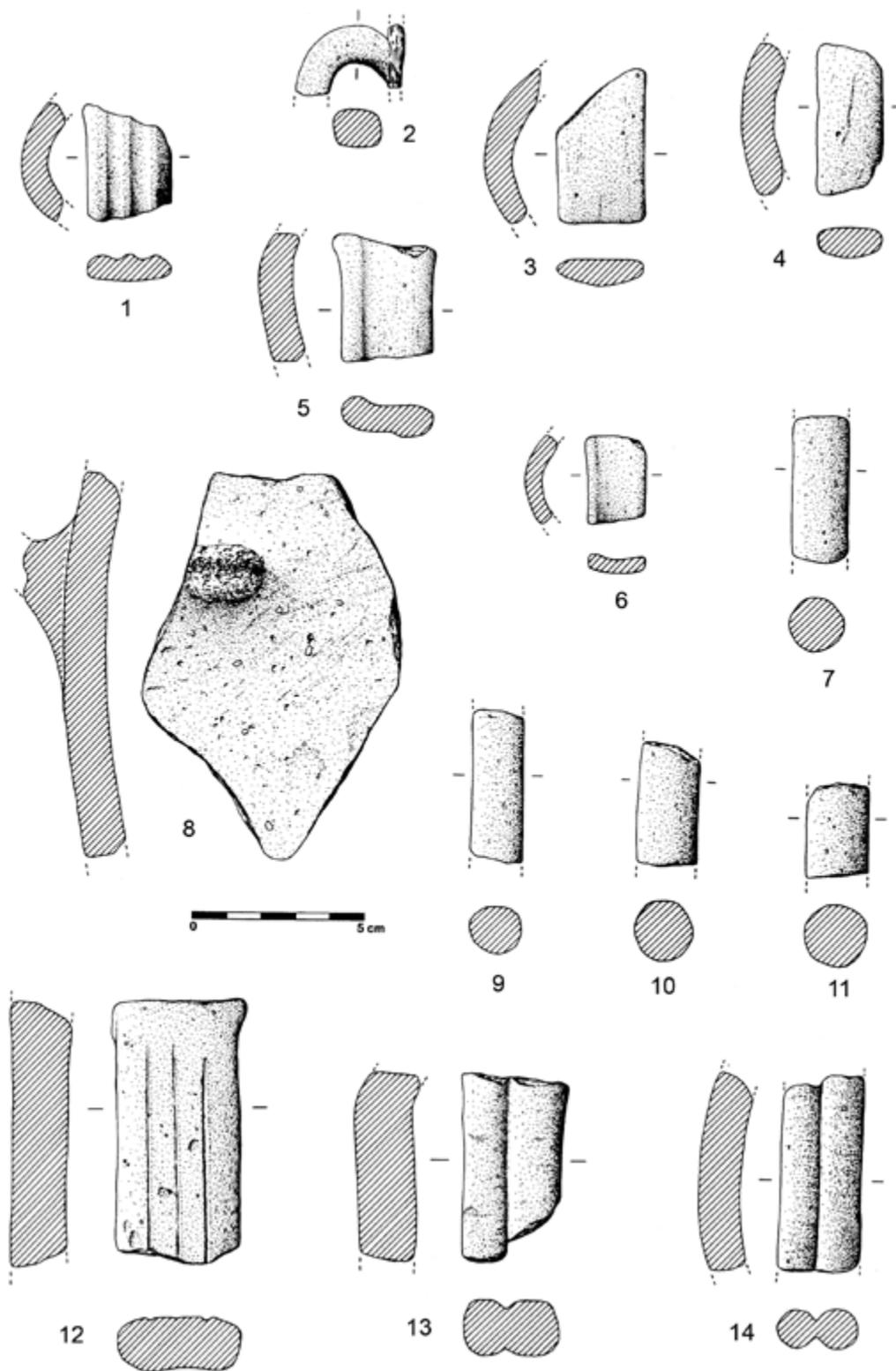


Fig. 49 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas globalmente atribuíveis aos finais da I Idade do Ferro, de tradição orientalizante, dos séculos VI/V a.C.

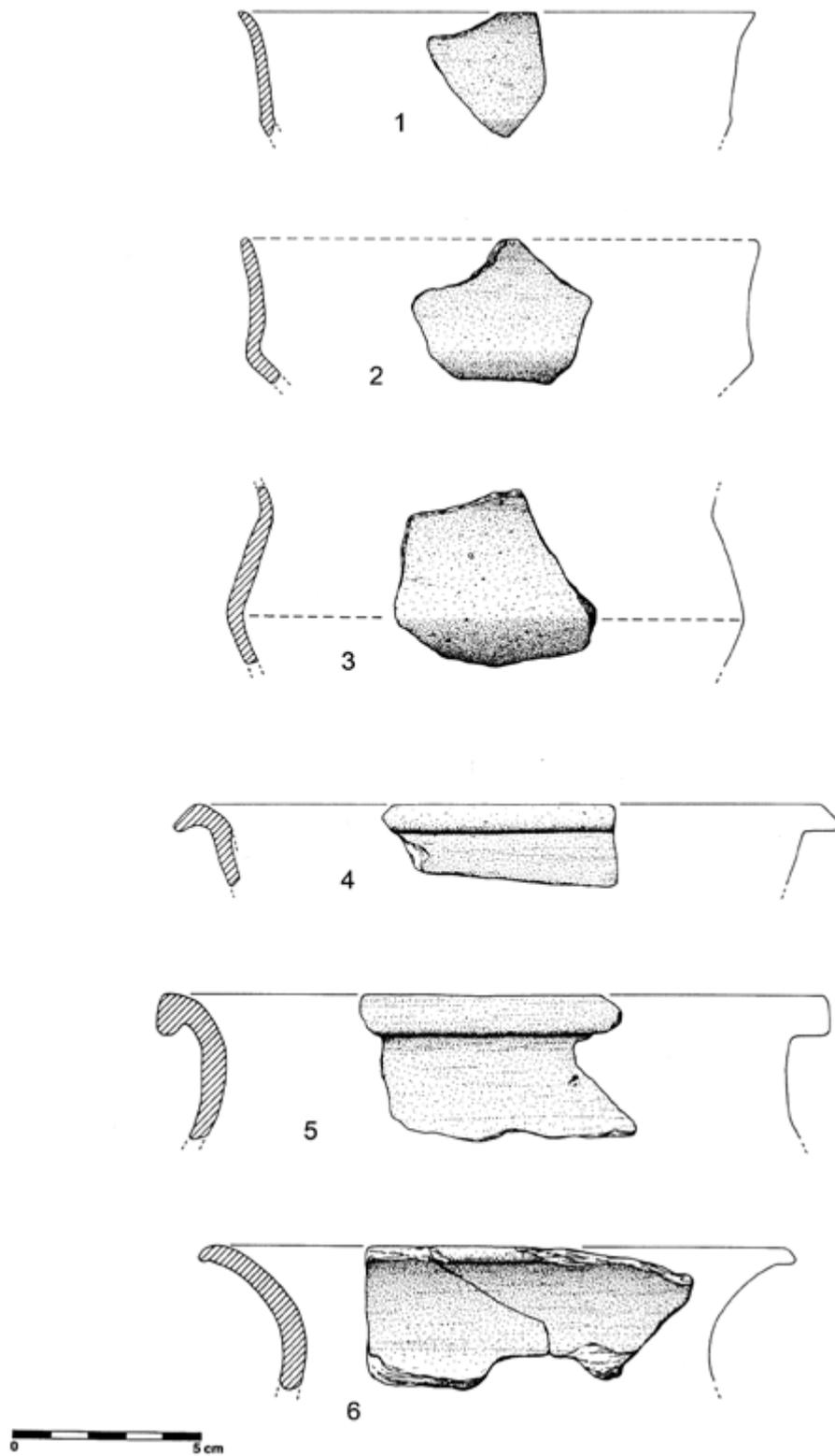


Fig. 50 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas de tradição do Bronze Final (n.ºs. 1 a 3), e de produção comum, de pastas laranjas, dos finais da I Idade do Ferro, genericamente atribuíveis aos séculos VI/V a.C.

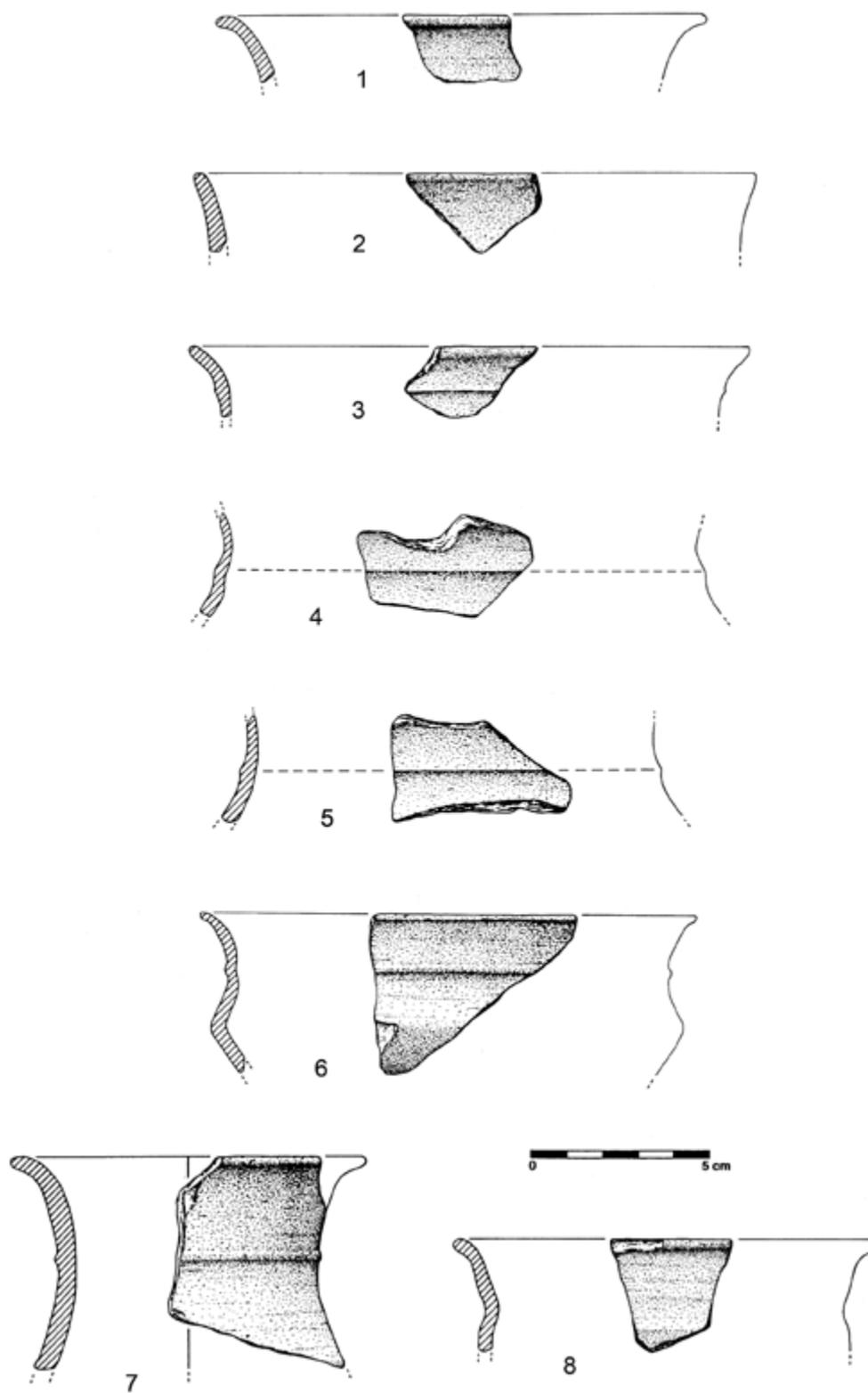


Fig. 51 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas cinzentas finas, dos finais da I Idade do Ferro, genericamente atribuíveis aos séculos VI/IVa.C.

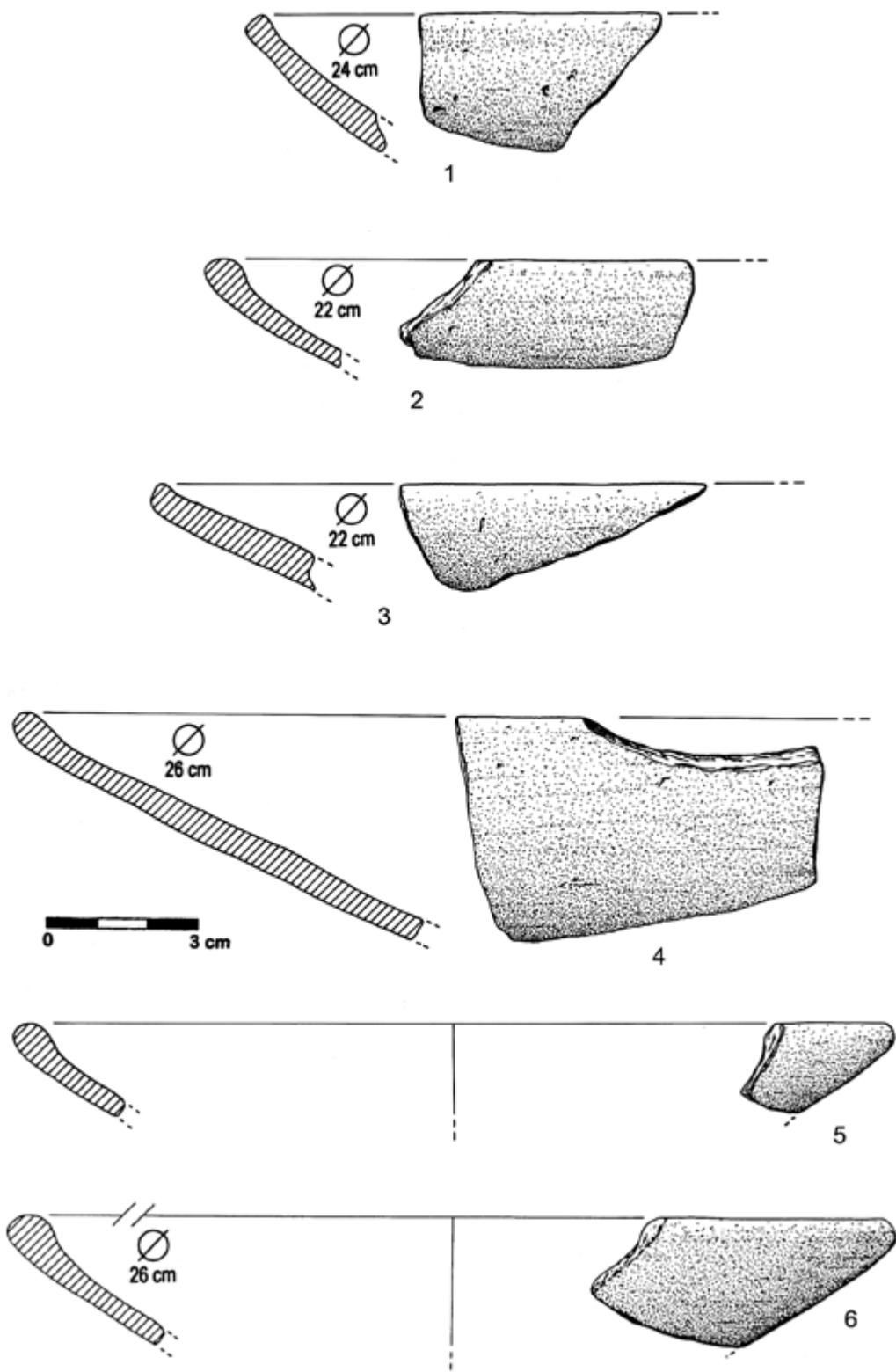


Fig. 52 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas cinzentas, dos finais da I Idade do Ferro, genericamente atribuíveis aos séculos VI/V a.C.

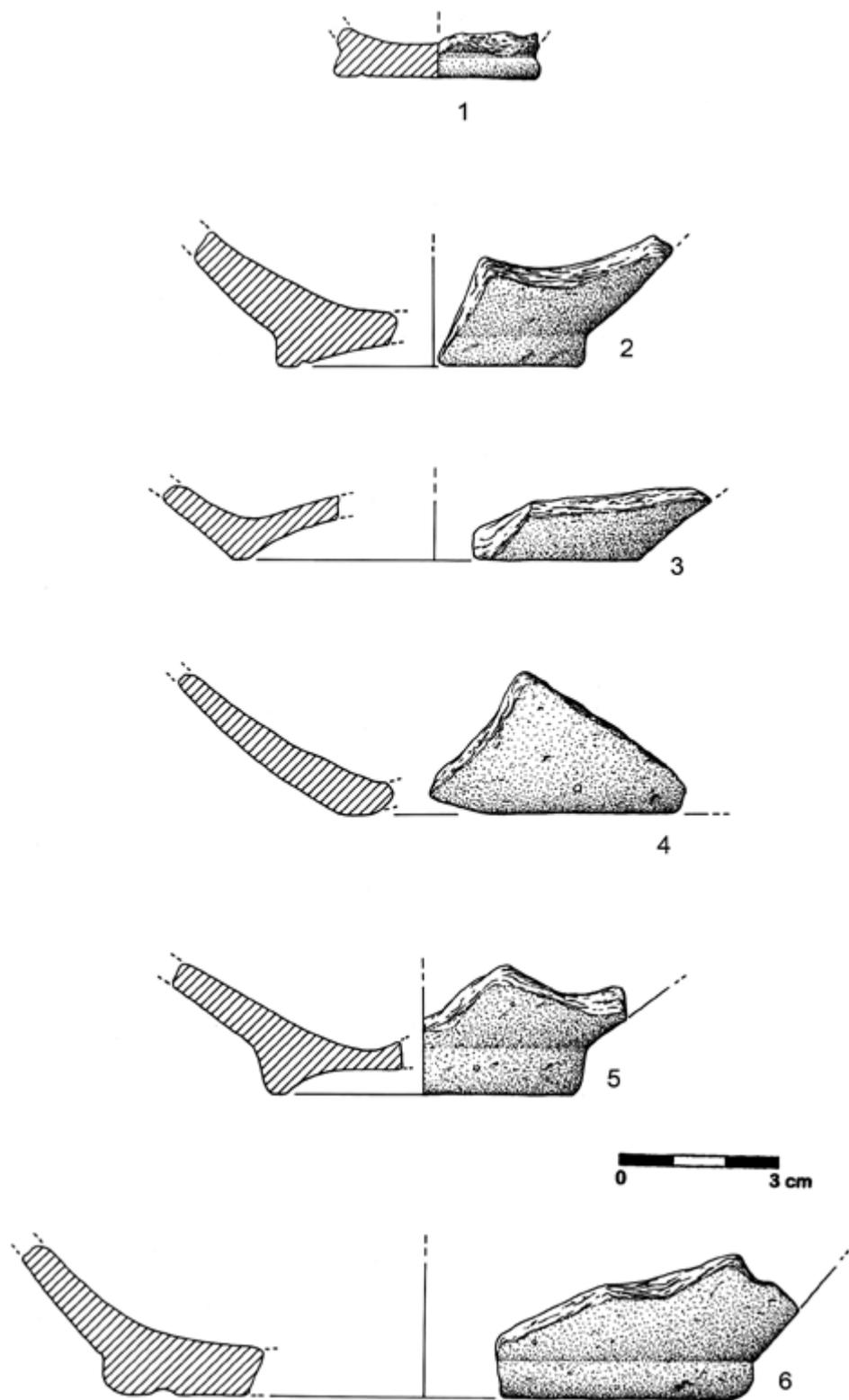


Fig. 53 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas cinzentas, dos finais da I Idade do Ferro, genericamente atribuíveis aos séculos VI/V a.C.

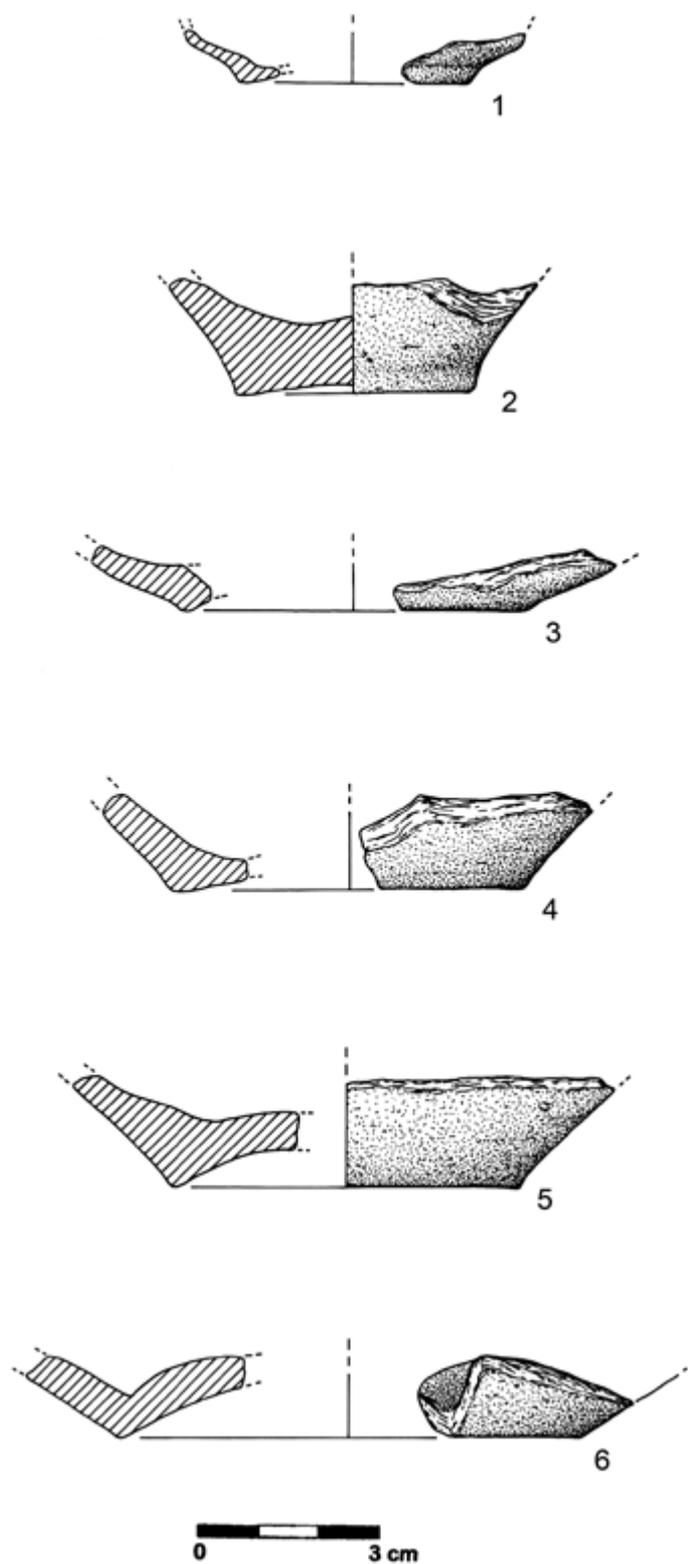


Fig. 54 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas cinzentas, dos finais da I Idade do Ferro, genericamente atribuíveis aos séculos VI/V a.C.

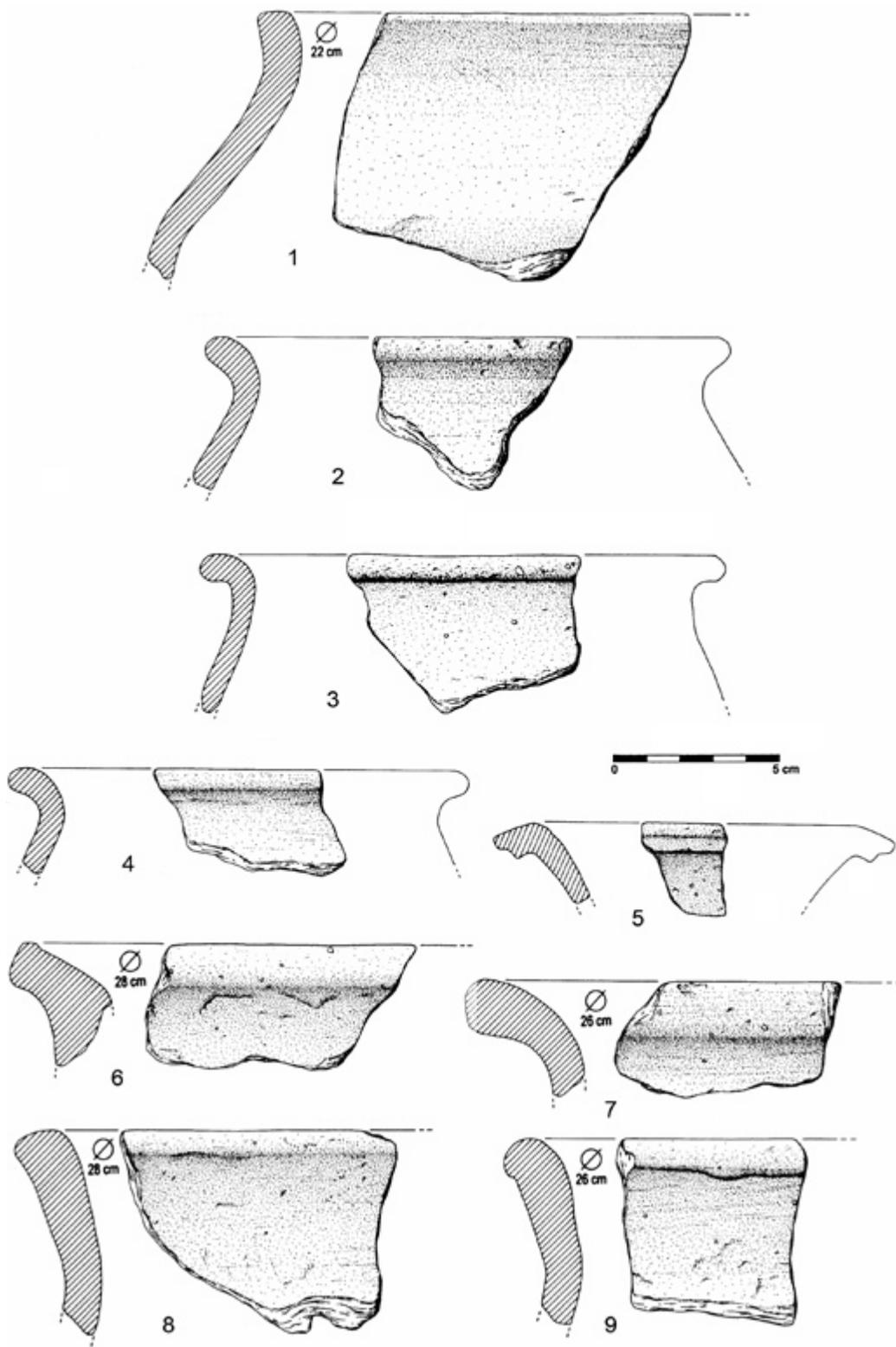


Fig. 55 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns da Idade do Ferro: n.º 1, finais da I Idade do Ferro, séculos VI/V a.C; n.ºs 2 a 9, dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

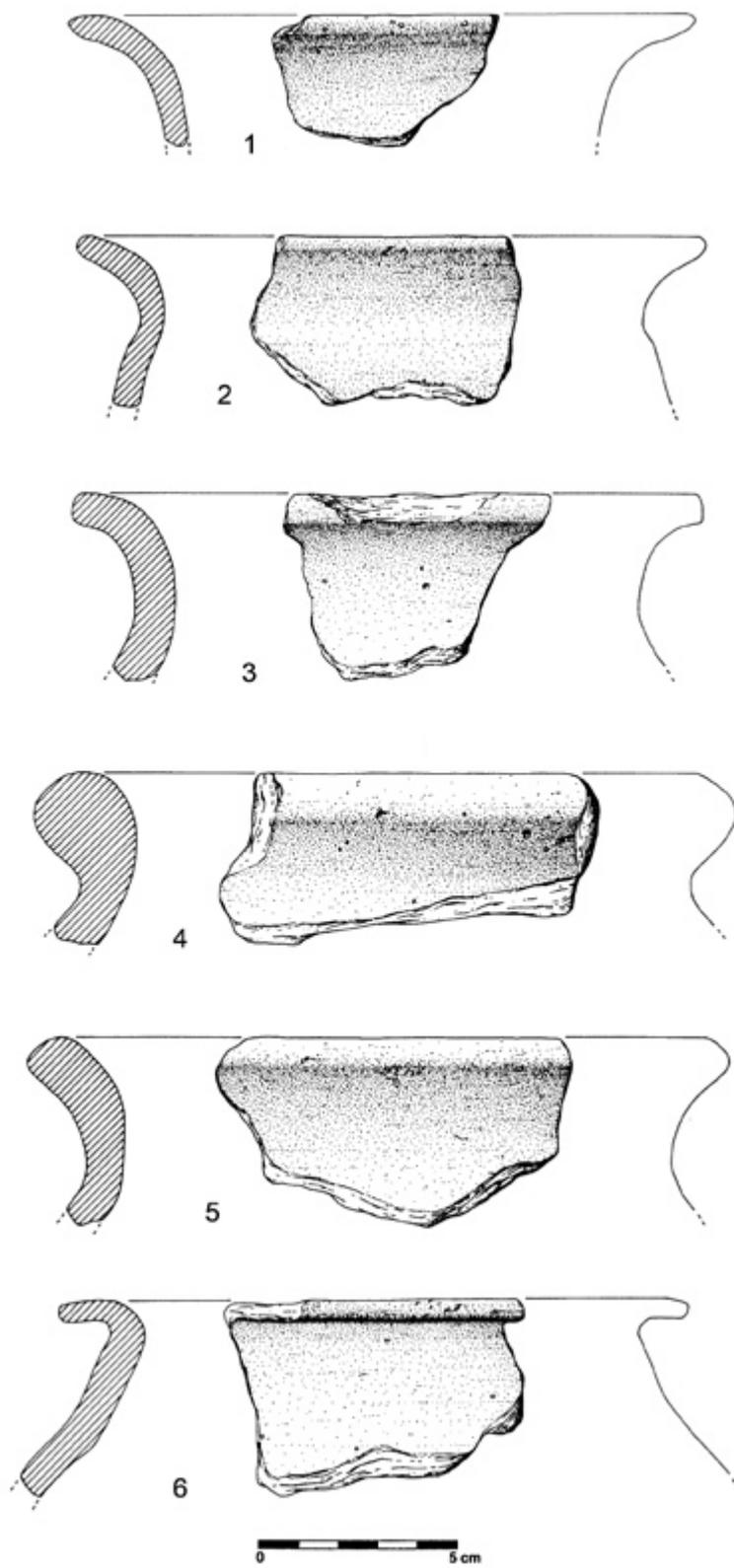


Fig. 56 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

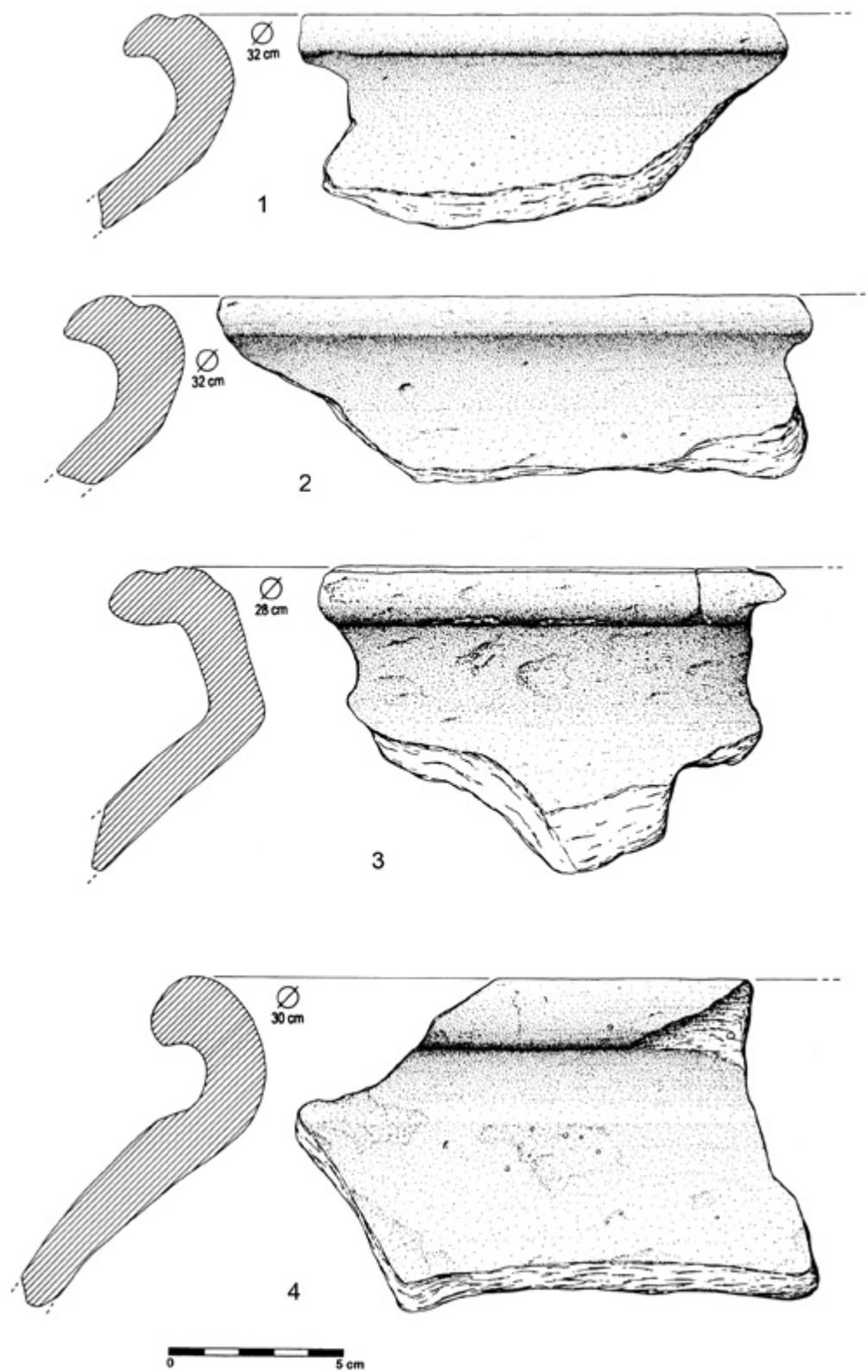


Fig. 57 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

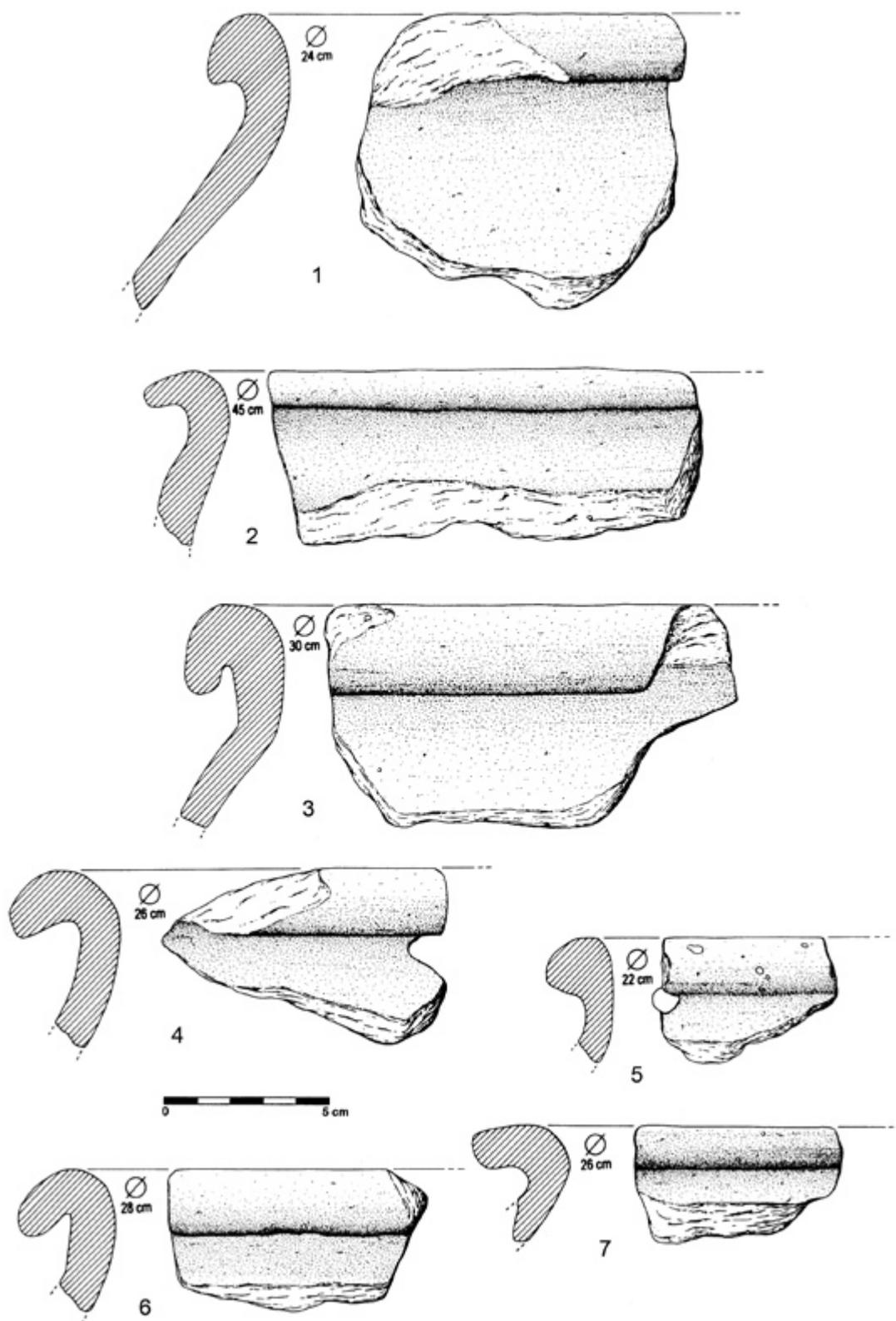


Fig. 58 - Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

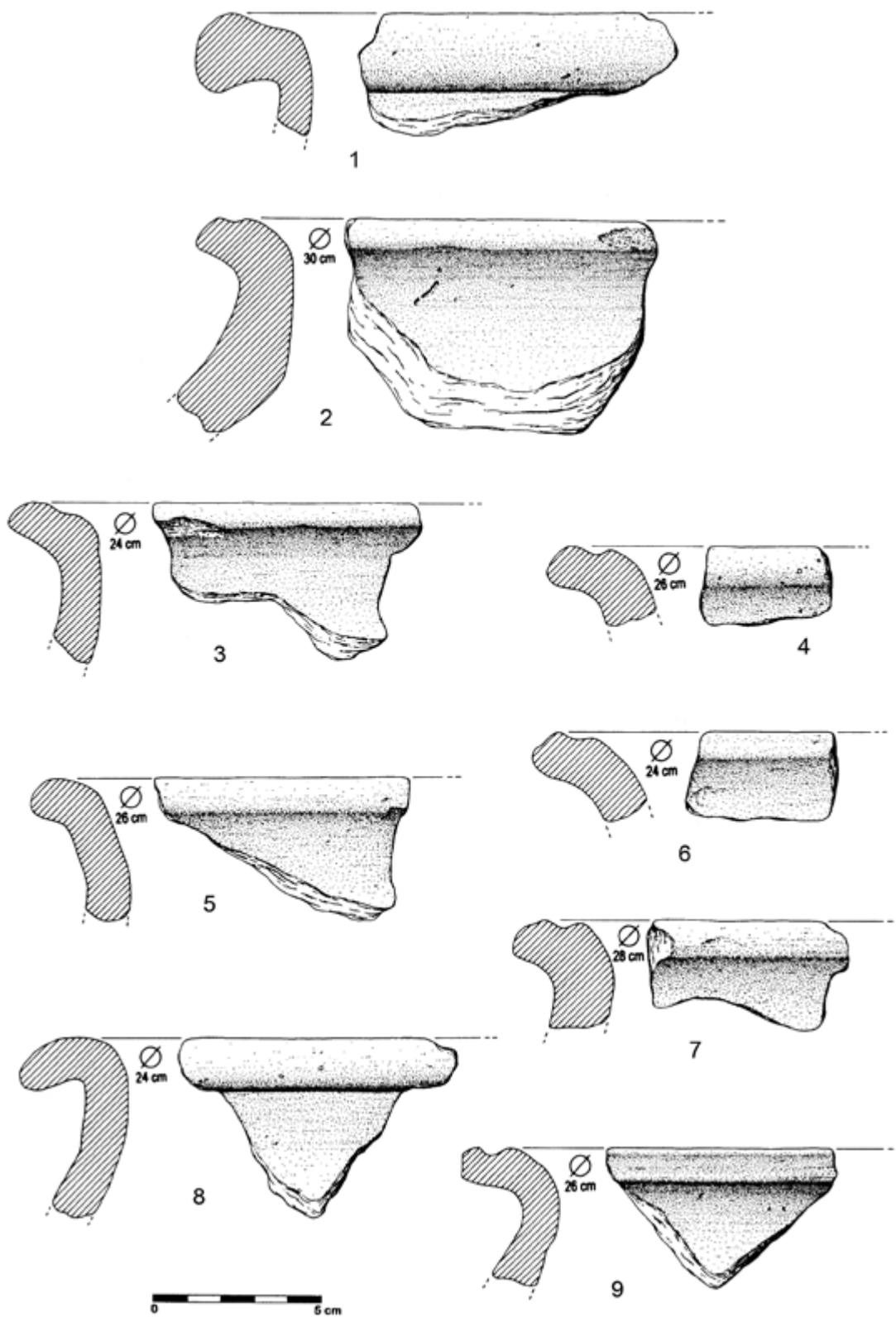


Fig. 59 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

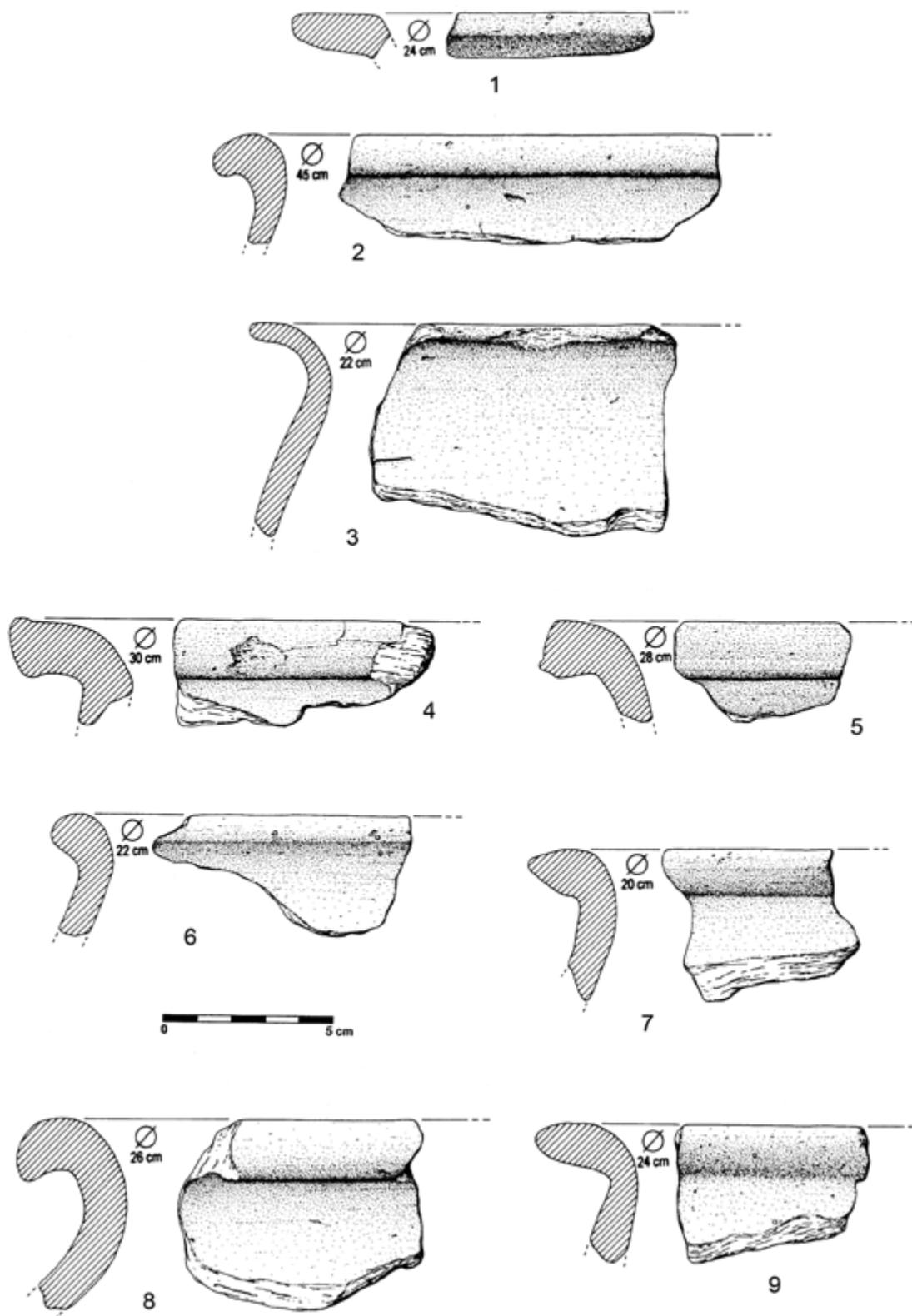


Fig. 60 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

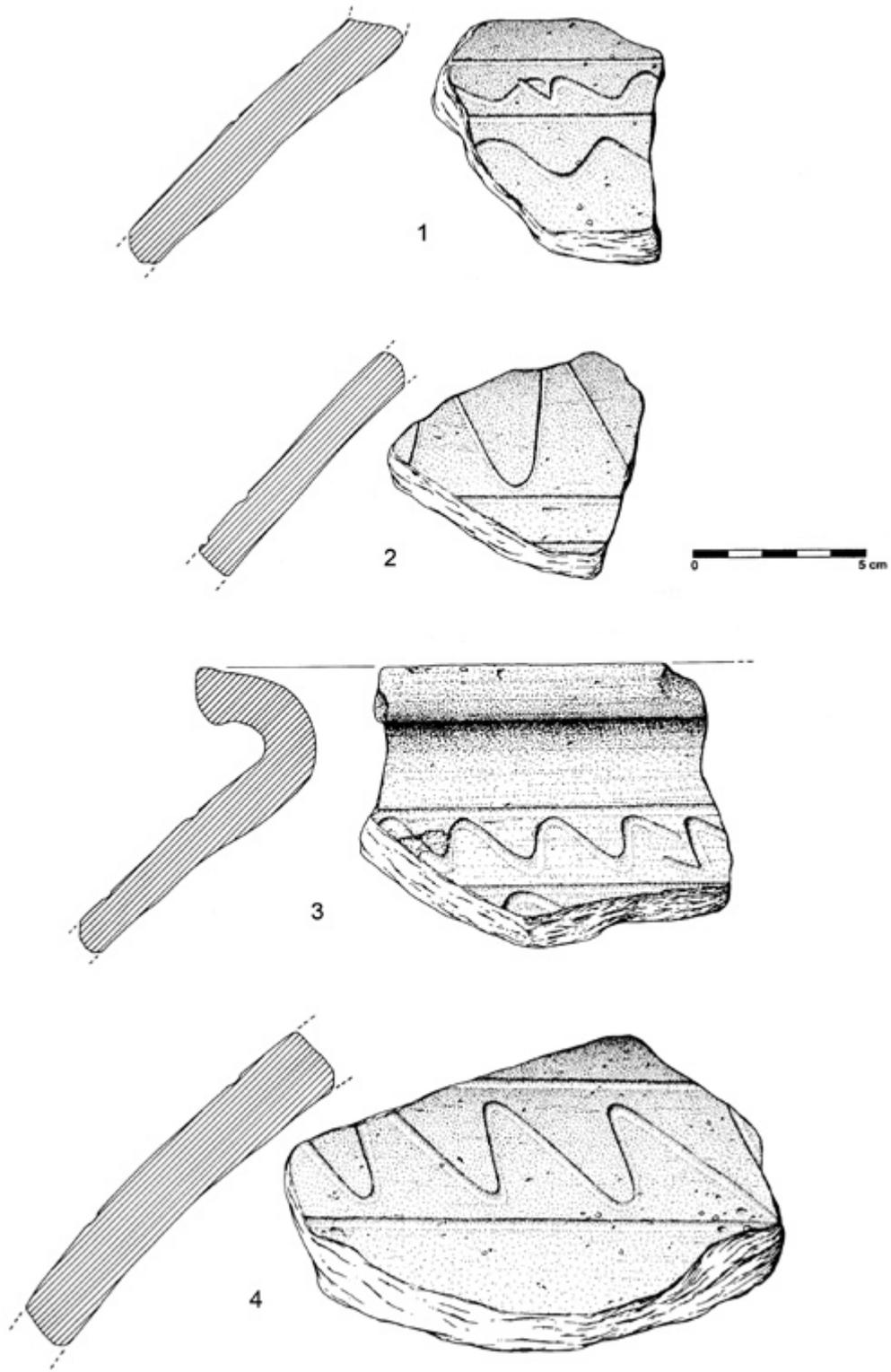


Fig. 61 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

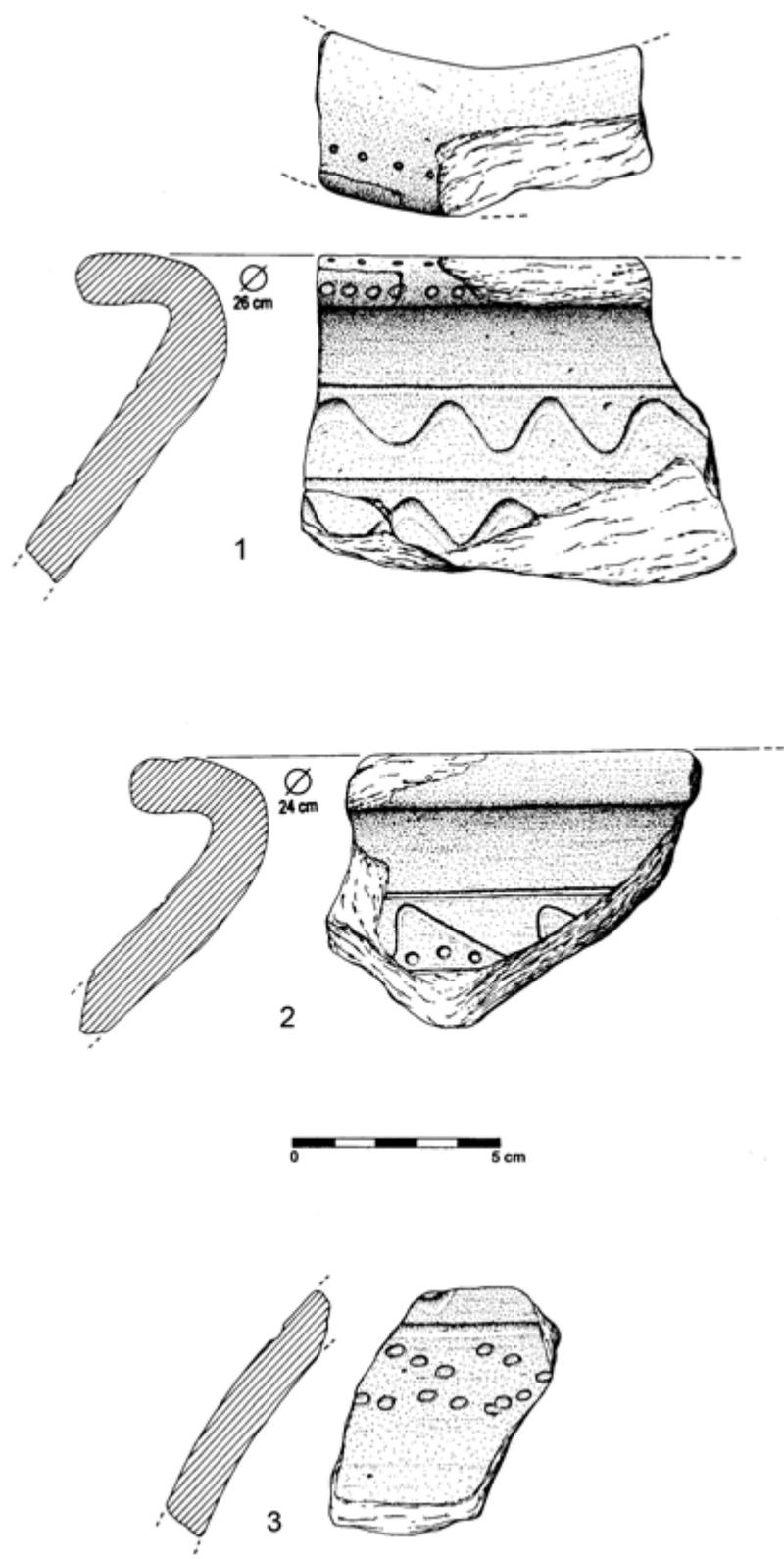


Fig. 62 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

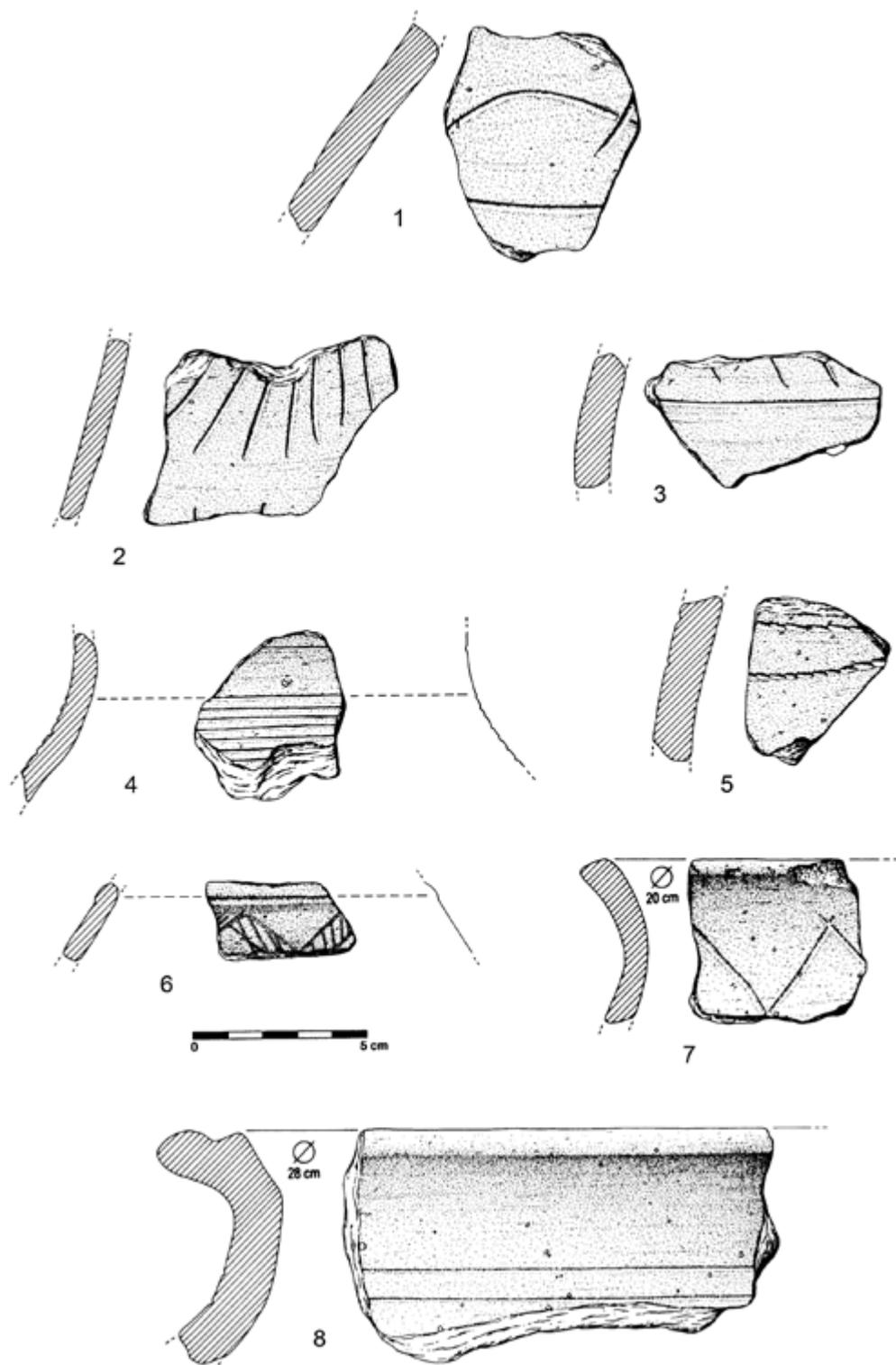


Fig. 63 – Outeiro da Assenta. Cerâmicas comuns dos finais da Idade do Ferro/época republicana. O n.º 6 corresponde a fragmento do colo de um jarro de cerâmica fina cinzenta, nervurado e com decoração brunida.

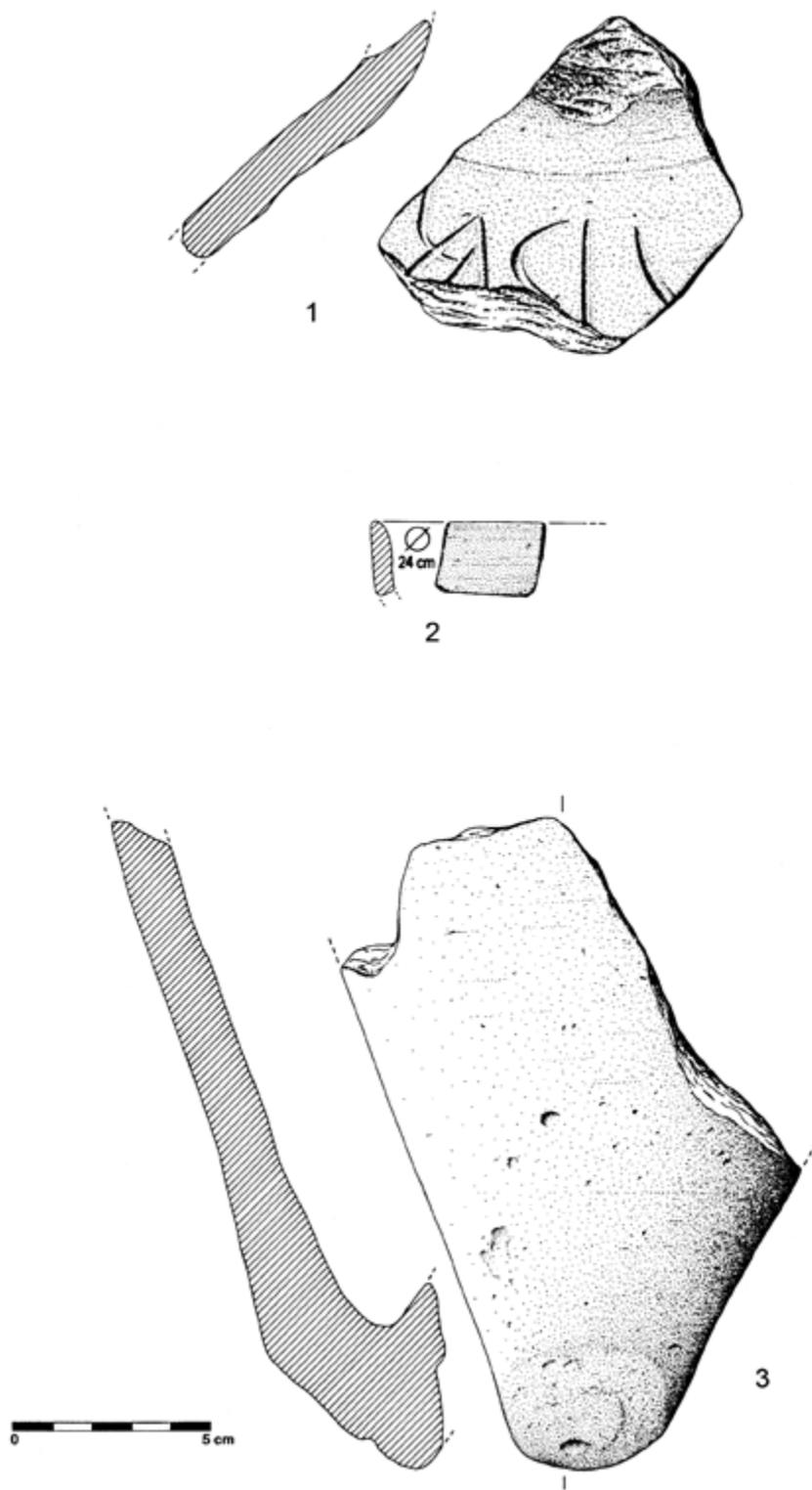


Fig. 64 – Outeiro da Assenta. Materiais dos finais da Idade do Ferro/época republicana. Em cima: fragmento de grande recipiente com inscrição muito incompleta; ao centro: fragmento de taça de cerâmica campaniense da forma Lam. 5.7; em baixo: fundo de ânfora vinária, provavelmente itálica.

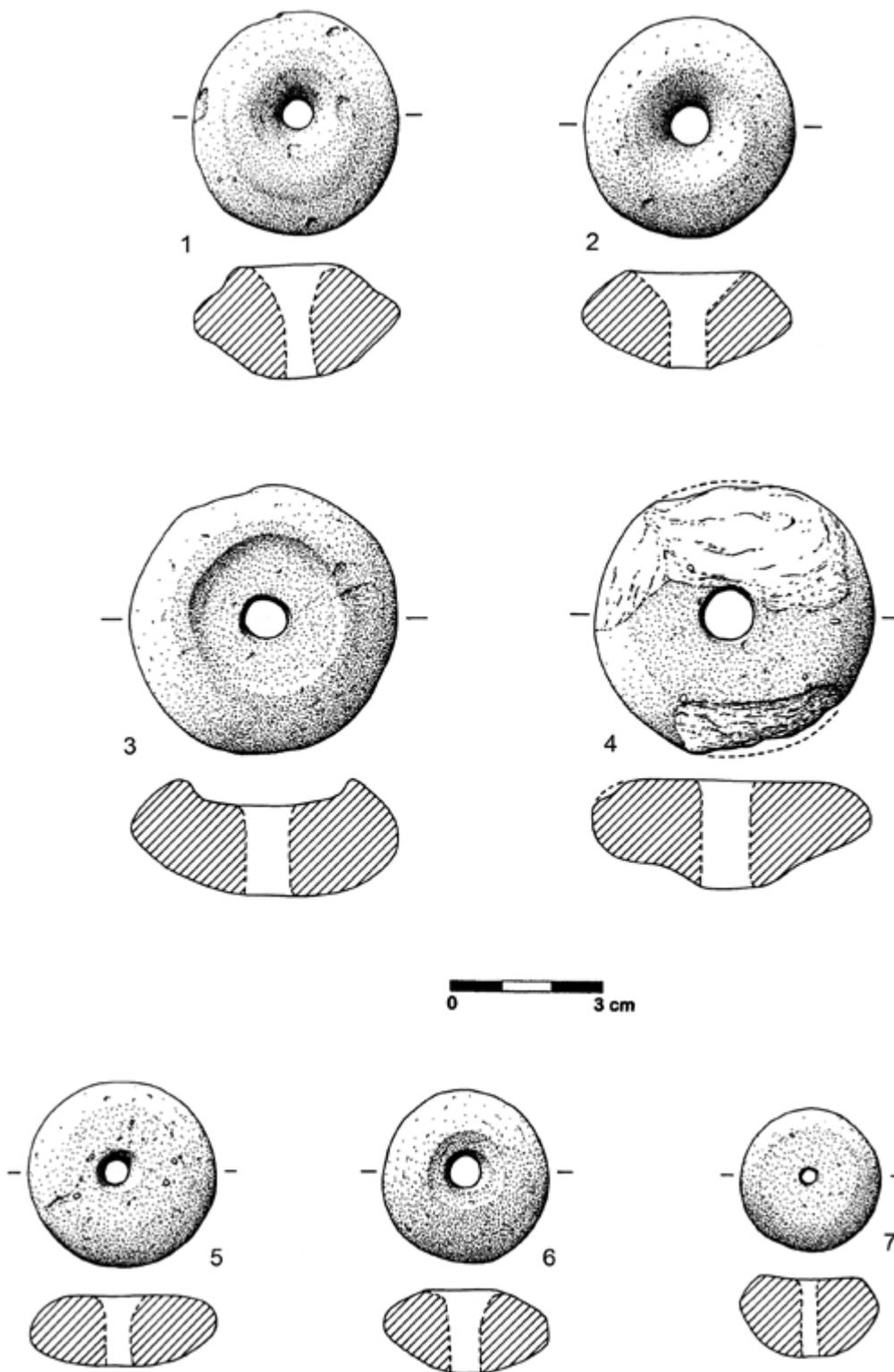


Fig. 65 - Outeiro da Assenta. Cossiros dos finais da Idade do Ferro/época republicana.

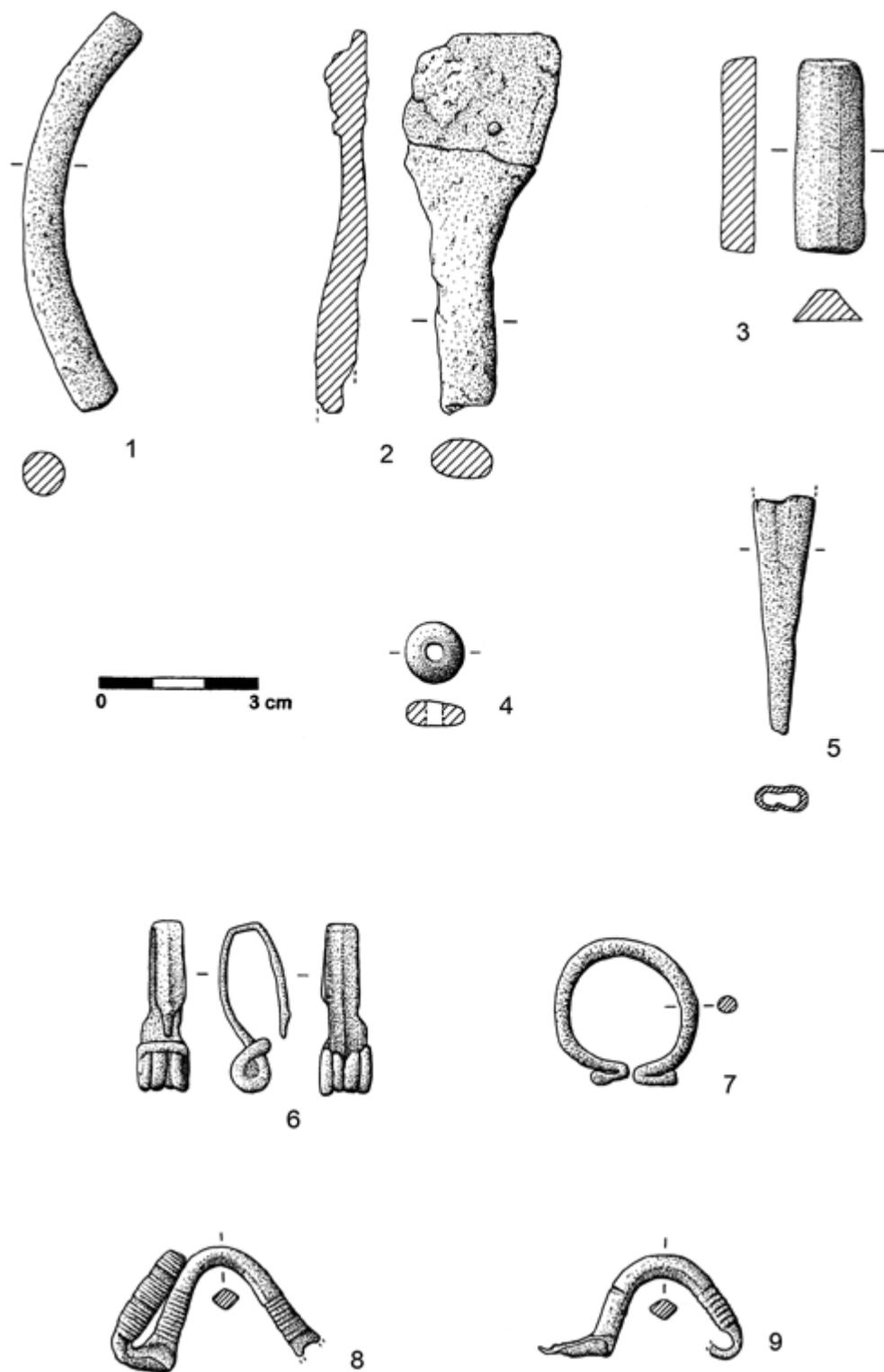


Fig. 66 – Outeiro da Assenta. Materiais diversos da Idade do Ferro/época romana: n.º 1, provável aro de xorca de sanguessugas, de bronze; n.º 2, peça inclassificável, com espigão maciço, de ferro; 3 – pequeno lingote, de bronze; 4 – conta de vidro translúcido, de coloração ambarina; 5 – artefacto incompleto, de bronze, inclassificável; 6 a 9 – fíbulas de bronze, de diversos tipos.

O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO CARRASCAL (OEIRAS) E OS RITUAIS ASSOCIADOS A GRANDES BOVÍDEOS

João Luís Cardoso¹

1. INTRODUÇÃO E SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

O povoado pré-histórico do Carrascal foi identificado pelo Eng. A. M. Monge Soares, que, tendo comunicado a sua existência ao signatário, bem como o conjunto dos materiais recolhidos à superfície, possibilitou uma primeira nota, publicada em número anterior desta revista (CARDOSO, 1997/1998). Com base nos espólios então recolhidos, enriquecidos por outros, entretanto obtidos nas escavações efectuadas na zona em causa, em 2001 e 2002 (elementos ainda inéditos), foi possível identificar dois conjuntos distintos, um pertencente ao Neolítico Final, sendo o outro já de época tardia dentro do complexo campaniforme regional, já que se encontra dominado pelas decorações incisas. Esta realidade evoca padrão de ocupação reconhecido em outras estações da baixa península de Lisboa, denotando estratégias de exploração dos recursos semelhantes, evidenciadas pela ocupação de sítios de encosta, de solos propícios à agricultura e nas proximidades de linhas de água.

Com efeito, o local em causa corresponde a um trecho da encosta direita do vale da ribeira de Barcarena, de pendor suave, cuja altitude varia entre os 74 e os 78 m, da qual dista cerca de 250 m em linha recta, situando-se a cerca de 500 m para jusante do esporão onde se implantou o povoado pré-histórico de Leceia. As suas coordenadas são as seguintes, lidas na Carta Militar de Portugal à escala de 1/ 25 000, Folha 430 – Oeiras (Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército):

38° 43' 29'' Latitude Norte; 9° 16' 39'' Longitude Oeste de Greewich.

A proximidade do povoado pré-histórico de Leceia, cuja primeira ocupação remonta exactamente ao Neolítico Final, torna admissível a hipótese de os últimos habitantes do vasto povoado aberto do Neolítico Final do Carrascal o tenham abandonado, a favor daquele local, que oferecia boas condições naturais de defesa. Esta realidade, consubstanciada pela generalizada procura de sítios altos e defensáveis no decurso do Neolítico Final, encontra-se, aliás, também bem evidenciada a nível regional. Veremos se o estudo detalhado dos espólios do Carrascal permitem identificar algumas diferenças face aos exumados em Leceia, susceptíveis de lhes conferirem uma maior antiguidade.

Entre 2003 e 2005 realizaram-se mais três campanhas de escavações, noutros locais da estação, assinalados na Fig. 1. Esta opção foi determinada pelo proprietário do terreno investigado em 2001 e em 2002 ali não ter permitido a continuação dos trabalhos. Neste novo sector da estação, então ainda por identificar, reconheceu-se o

¹ Professor Catedrático de Pré-História e Arqueologia da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

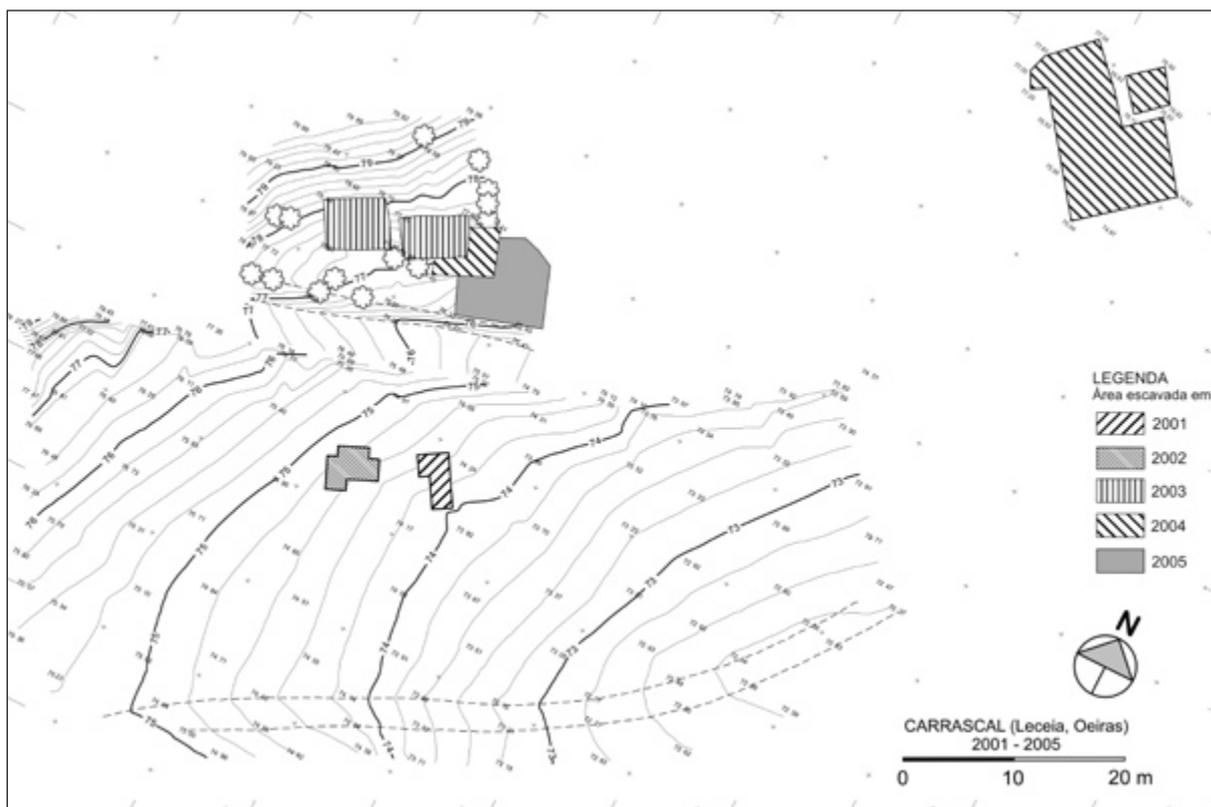


Fig. 1 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Localização dos sectores escavados entre 2001 e 2005.

prolongamento da ocupação do Neolítico Final, sobreposta por materiais dispersos, de época calcolítica. Tais explorações vieram evidenciar a existência de uma ocupação humana mais antiga, remontando ao Neolítico Antigo, a qual, pelo seu interesse, foi já dada a conhecer, com base no espólio exumado em 2003 (CARDOSO, SILVA & SOARES, 2008). Foi num sector escavado em 2004 situado a nascente do local onde se concentravam os testemunhos do Neolítico Antigo, que se vieram a explorar duas fossas escavadas na rocha, as quais, pelos resultados obtidos, justificam a presente publicação.

2. AS FOSSAS ESCAVADAS NA ROCHA: CARACTERÍSTICAS, CRONOLOGIA, CONTEXTOS E SIGNIFICADO

O sector da estação onde se localizam as duas estruturas objecto deste estudo, é o mais oriental da mesma (Fig. 1), e apresentava diversos afloramentos calcários, emergindo do solo, sendo assim plausível que, entre as anfractuosidades rochosas, se pudessem encontrar depósitos arqueológicos, designadamente do Neolítico Antigo, cuja existência havia sido comprovada, desde 2003, no sector ocidental. Foi este o motivo principal que levou à sua investigação. Em conformidade, procedeu-se a escavação em extensão, dada a pequena profundidade do substrato, a qual não ultrapassava em geral 0,20 m (Fig. 2).

Os resultados não confirmaram as expectativas; os materiais recolhidos apresentavam-se dispersos e remobilizados, pertencendo alguns ao Neolítico Antigo, outros ao Neolítico Final ou já ao Calcolítico, sem se poderem relacionar com nenhuma estrutura arqueológica, com excepção dos oriundos das duas estruturas negativas em



Fig. 2 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Vista parcial do sector oriental da estação, escavado em 2004. Os dois silos escavados no substrato geológico, situam-se na parte mais alta da escavação, em segundo plano. Foto J. L. Cardoso.

apreço, as quais, localizadas na zona mais setentrional do sector escavado, distam entre si cerca de 2,0 m (Fig. 3).

As suas características geométricas, cronologias e respectivos contextos apresentavam-se distintos (Fig. 4). Ambas foram consideradas na categoria genérica das “fossas”, o que não exclui a hipótese, muito provável, que a sua função primária fosse o armazenamento de produtos resultantes da agricultura (silos), tendo presentes as evidentes semelhanças com estruturas de diversas épocas e com tal finalidade (ver, p. ex., CARDOSO, 2006). Optou-se, pois, por uma designação meramente morfológica e não funcional.

Fossa 1

A Fossa 1, muito irregular, encontrava-se delimitada de um dos lados por um conjunto de blocos rochosos naturais, correspondentes a afloramento, os quais foram escavados ao longo do seu limite, obtendo-se uma depressão irregular, com fundo aplanado, e uma profundidade máxima de cerca de 1,0 m. Os materiais exumados foram, essencialmente constituídos por restos de alimentação (dominando as centenas de valvas de *Patella* sp.), indício da sua reutilização final como lixeira, como, aliás, é frequente em tais tipos de estruturas. Apenas se recolheram dois artefactos, um fragmento de lâmina retocada de sílex acinzentado, de origem local e uma fina agulha de osso, muito bem polida, com ambas as extremidades em falta (Fig. 6, n.º 1 e 2).

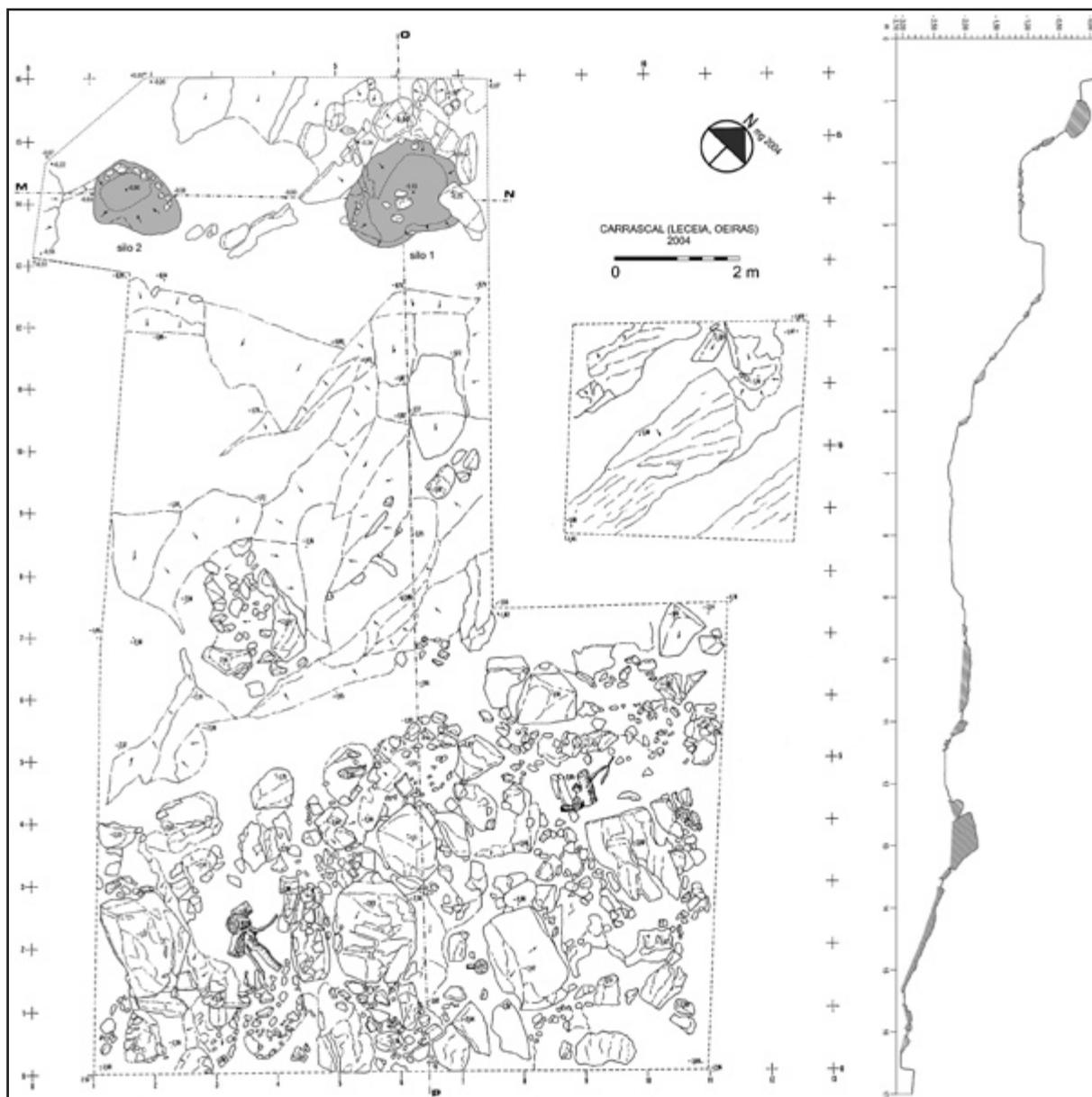


Fig. 3 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Planta do sector oriental da estação, escavado em 2004. A “grise”, as únicas estruturas identificadas, o Silo 1, à direita, e o Silo 2, à esquerda. Desenho de B. Ferreira.

Obteve-se uma datação de radiocarbono sobre restos ósseos, cujo resultado foi o seguinte:

Sac-1985 – 4340 ± 110 BP

Este resultado, depois de calibrado fazendo uso do programa CALIB 5.0 (STUIVER & REIMER, 1993, *Radiocarbon*, 35, p. 213-230) e com base na curva de calibração de REIMER *et al.* (*Radiocarbon*, 46, 2004, p. 1029-1058), conduziu aos seguintes intervalos, para 2 *sigma*:

3351-2836 cal BC; 2816-2670 cal BC.

Deste modo, é lícito atribuir o preenchimento da estrutura ao Neolítico Final, ou já ao Calcolítico Inicial, correspondente à sua utilização final como lixeira.

Fossa 2

A Fossa 2 possui contorno elipsoidal mais regular que a anterior e fundo aplanado, menos profunda que aquela, não ultrapassando 0,50 m de profundidade. Foi integralmente escavada no substrato geológico, o qual, por ser constituído por calcários apinhoados, que se desagregam naturalmente em blocos, conferem o aspecto de murete à parte da parede da depressão assim criada (Fig. 4 e 5).

Tal como a anterior, esta estrutura foi aproveitada ulteriormente como lixeira, vindo a receber restos alimentares os quais, ao contrário do verificado na estrutura anterior, eram constituídos essencialmente por ossos. Nestes, avultava, em posição intencional, no fundo da estrutura, dois restos de hemimandíbula de boi, fortemente aderentes à parede natural, devido à formação de concreções de grande dureza. Estes dois elementos podem observar-se na Fig. 5, sobre o fundo da fossa e, em pormenor, na Fig. 7. Com efeito, a orientação, para lados opostos, evidenciada pelos dois fragmentos, as posições relativas que conservam, bem como a forma regular e horizontal como jazem no terreno, afasta a possibilidade de tal situação poder resultar de uma coincidência. Parece, pois, estar-se perante um depósito ritual realizado no fundo da estrutura, efectuado aquando da sua reutilização como lixeira.

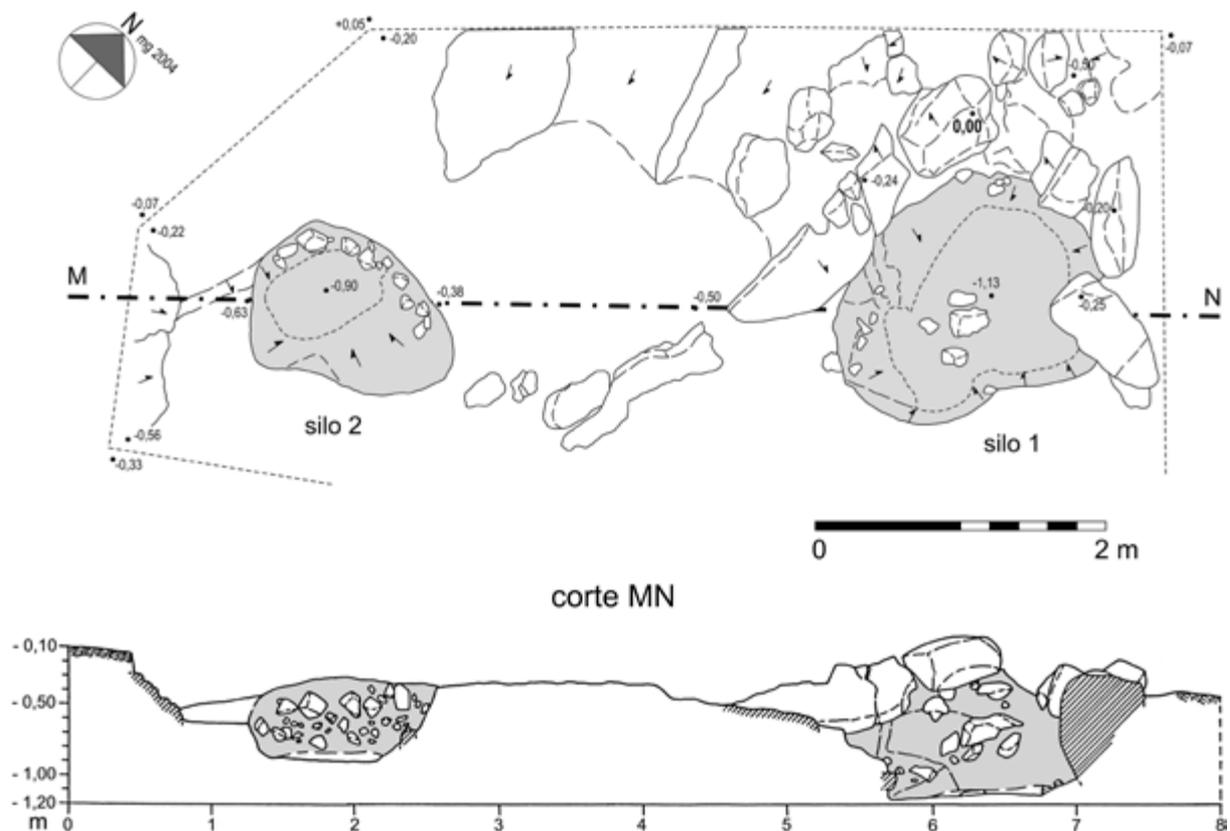


Fig. 4 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Planta e cortes das duas estruturas arqueológicas identificadas no sector oriental da estação, escavado em 2004, a Fossa 1 e a Fossa 2. Desenho de B. Ferreira.



Fig. 5 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Vista parcial do sector oriental da estação escavado em 2004, com as duas estruturas nele identificadas, a Fossa 1, em segundo plano, e a Fossa 2, em primeiro plano. Note-se, no fundo desta última, em posição horizontal, uma das duas hemimandíbulas de boi doméstico identificadas. Foto J. L. Cardoso.

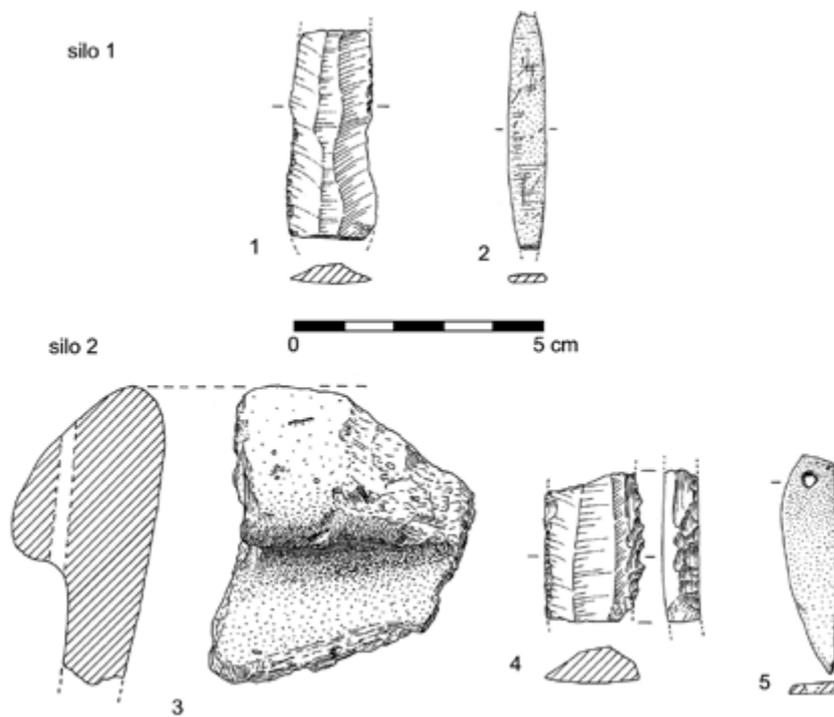


Fig. 6 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Materiais arqueológicos recuperados nas Fossas 1 e 2. Desenho de B. Ferreira.



Fig. 7 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Pormenor do fundo da Fossa 2, observando-se duas porções de hemimandíbulas de boi doméstico, dispostas paralelamente, na horizontal, para lados opostos. Foto J. L. Cardoso.

Os escassos materiais arqueológicos que foram recuperados do enchimento da estrutura são heterogéneos, o que reforça a conclusão de ser a sua associação acidental, condizente com a natureza da reutilização. Trata-se de um fragmento de bordo de grande esférico (vaso de provisões), com vestígios de uma perfuração destinada à manipulação do recipiente, por meio de uma pega de corda ou de couro; de um fragmento de lâmina retocada e denticulada de sílex acinzentado, de origem local, idêntica à recolhida no Silo 1; e de um raro pendente alongado, sobre concha recortada, munido de pequeno furo de suspensão junto a uma das extremidades, terminando a outra em ponta (Fig. 6, nº. 3, 4 e 5).

Obteve-se uma datação de radiocarbono sobre restos ósseos, cujo resultado foi o seguinte:

Sac-1987 – 3920 ± 50 BP

Este resultado, depois de calibrado fazendo uso do programa CALIB 5.0 (STUIVER & REIMER, 1993, *Radiocarbon*, 35, p. 213-230) e com base na curva de calibração de REIMER *et al.* (*Radiocarbon*, 46, 2004, p. 1029-1058), conduziu aos seguintes intervalos, para 2 *sigma*:

2568-2519 cal BC; 2499-2281 cal BC; 2249-2231 cal BC; 2218-2212 cal BC..

Deste modo, é lícito atribuir a estrutura, ou pelo menos a sua reutilização, ao Calcolítico Pleno. Sendo assim, importa desde já registar que a cronologia da Fossa 1 é estatisticamente distinta da obtida para a Fossa 2, apesar da proximidade entre ambas. Porém, a diferença de conteúdos observados, pode reflectir a diacronia da respectiva reutilização. Como se disse, enquanto no Silo 1 o enchimento era constituído, essencialmente, por conchas de lapa, resultantes de uma ou várias refeições cujos restos foram ali despejados, já no Silo 2 o enchimento era constituído sobretudo por restos de mamíferos, cujo inventário é o seguinte:

Bos taurus

- 1 – Hemimandíbula esquerda (Fig. 7, 8), com fractura antiga e intencional no diastema, conservando a série P/4 a M/3, com desgaste fraco. A esta peça deverá pertencer porção do ramo ascendente mandibular, fracturado aquando da sua extracção.
- 2 – Hemimandíbula direita, com fractura antiga e intencional no diastema, conservando a série P/2 a M/2 com desgaste médio, superior ao da anterior (Fig. 9), não devendo pertencer ao mesmo indivíduo.
- 3 – 4 incisivos e um fragmento de diastema esquerdo, com vestígios de fogo, compatível com a peça 1 (Fig. 7).
- 4 – Porção de diastema de hemimandíbula esquerda, com P/2 (é incompatível com a peça 1, mas compatível com a peça 2, embora do lado oposto).
- 5 – M/2 d e M/3 d, talvez do mesmo indivíduo.
- 6 – Dois molares superiores indeterminados, com fracturas recentes.
- 7 – Diversos fragmentos cranianos, incluindo porção de orbital.
- 8 – Dois fragmentos de omoplata, de lados indeterminados.
- 9 – Porção de articulação distal de humero direito.
- 10 – Porção proximal de diáfise de rádio direito de subadulto, com falta da superfície articular.
- 11 – Esquírola de osso longo (rádio?), com marcas de corte.
- 12 – Extremidade proximal de cúbito esquerdo de indivíduo subadulto.
- 13 – Primeira falange de pequenas dimensões.

Capra hircus/Ovis aries

- 1 – Uma vértebra cervical e uma vértebra dorsal, ambas incompletas.
- 2 – Dois fragmentos de pélvis, de lados opostos.

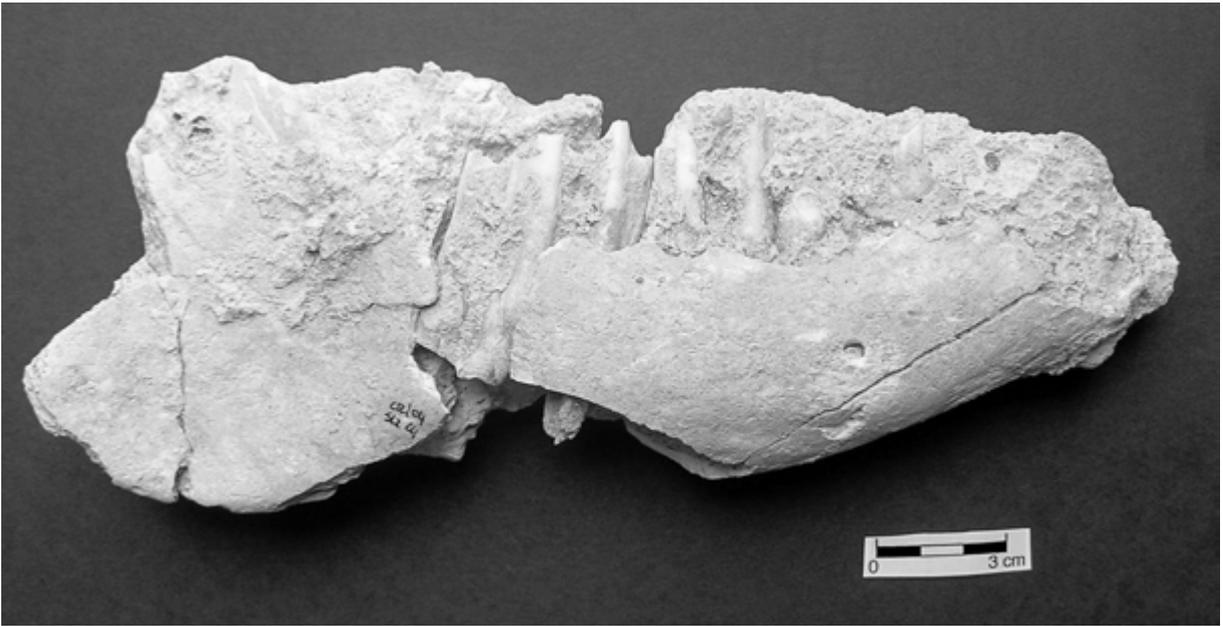


Fig. 8 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Porção de hemimandíbula esquerda de boi doméstico, visível na Fig. 7, recolhida no fundo da Fossa 2. Foto J. L. Cardoso.



Fig. 9 – Povoado pré-histórico do Carrascal. Porção de hemimandíbula direita de boi doméstico, fracturada intencionalmente no diastema, como a da figura anterior, recolhida na Fossa 2, a um nível superior ao da anterior. Foto J.L. Cardoso.

- 3 – Porção de costela.
- 4 – Esquírola de humero esquerdo, conservando parte da superfície articular distal.
- 5 – Diáfise de tibia de lado indeterminado.
- 6 – Metade distal de tibia, partida intencionalmente na diáfise.

Sus sp.

- 1 – D/3 esquerdo com desgaste fraco.
- 2 – Porção de calcâneo esquerdo, com marcas de fogo.

No conjunto, o espólio osteológico recolhido na Fossa 2 é compatível com despejos domésticos alimentares, o que reforça a reutilização da estrutura como lixeira.

Avulta a importância quase exclusiva do consumo de grandes bovinos, aliás reforçada caso se considere o peso de cada animal, comparativamente aos restos das restantes espécies identificadas, a ovelha/cabra e os suídeos.

Face ao exposto, são desde já possíveis várias constatações, no respeitante às duas estruturas encontradas no decurso da campanha de 2004 no povoado pré-histórico do Carrascal:

1 – Ambas se implantam em área periférica do vasto povoado do Neolítico Final que ocupou um sector da meia-encosta direita do vale da ribeira de Barcarena e a curta distância entre si, o que sugere estreitas relações funcionais, correspondentes à acumulação de despejos domésticos na última fase da sua utilização, num caso dominados por restos malacológicos (Fossa 1), no outro por fauna mamalógica (Fossa 2).

2 – As cronologias absolutas para as reutilizações aludidas são distintas, remontando a mais antiga, identificada na Fossa 1, ao Neolítico Final/Calcolítico Inicial e a mais moderna, correspondente à Fossa 2, ao Calcolítico Pleno, época para a qual não se reconheceram indícios significativos da presença humana na área arqueológica envolvente.

3 – A atribuição da funcionalidade das duas estruturas teria ficado circunscrita estritamente ao domínio doméstico, não fosse a identificação, na parte mais profunda de uma delas (Fossa 2), da deposição intencional de dois segmentos de duas hemimandíbulas, uma esquerda, outra direita, orientados paralelamente para lados opostos. Era óbvia que tal deposição fora intencional, relacionando-se com o estatuto especial atribuído aos grandes bovídeos no decurso da Pré-História, decorrente da grande importância económica que detinham na economia agro-pastoril, de cujo sucesso dependia a sobrevivência das próprias populações que a praticavam. No caso presente, mais do que um ritual de fundação, hipótese descabida, dada a reutilização que de imediato fora dada à correspondente estrutura, é provável que o cuidado da deposição de, pelo menos, dois dos restos identificados de grandes bovídeos, espelhasse a importância da espécie, no quadro económico da época. Importava, pois, recolher elementos comparativos susceptíveis de conferir a esta observação a sua inquestionável dimensão cultural.

3. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

No campo dos rituais fundacionais, a utilização de bovídeos tem um dos mais expressivos testemunhos em Portugal, identificado e detalhadamente descrito por Afonso do Paço, no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de S. Pedro, Azambuja, ao qual, na época, e mesmo depois dela, não foi dada a devida importância. Com efeito, não obstante A. do Paço ter identificado correctamente os vestígios exumados, como correspondentes a uma cerimónia fundacional, o respectivo artigo foi intitulado, simplesmente “Uma vasilha de barro, de grandes

dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São Pedro” (PAÇO, 1943), evidenciando que a importância daquela descoberta não fora completamente apreendida. Não obstante, a reconstituição da cerimónia foi apresentada detalhadamente pelo próprio, correspondendo à seguinte sequência:

- 1 – Escavação do subsolo, de grandes dimensões, que atingiu 2,60 metros na parte mais profunda, contados a partir da actual superfície do terreno, delimitada de dois lados por uma linha de pedras. A camada arqueológica correspondia aos 0,60 metros superiores do enchimento; esta escavação foi, depois de cumpridos os preceitos rituais que estiveram na origem da sua execução, colmatada por depósito compacto de barro amassado, formando enchimento que atingia, portanto, cerca de 2 metros de espessura máxima;
- 2 – Antes de se ter procedido ao aludido enchimento, depositou-se, na parte mais funda da escavação, um bovino, disposto na direcção Norte-Sul, e talvez outros animais, tendo presentes os restos de veado, porco/ /javali e cabra/ovelha encontrados nesse nível; encontrou-se também uma valva de *Pecten* sp. (vieira), uma faca e um raspador, bem como fragmentos de mais “duas ou três vasilhas”;
- 3 – Junto aos corpos desses animais, sacrificados na ocasião, fez-se uma fogueira, bem visível do lado da cabeça do bovino, e colocou-se ao lado um recipiente liso;
- 4 – Por cima do conjunto anterior, despejou-se barro amassado, atingindo cerca de 0,50 metros de espessura, não se encontrando a fogueira completamente extinta, como se deduz dos fragmentos de carvões encontrados;
- 5 – Sobre esta primeira camada de barro amassado, e na vertical da barriga do bovino, colocou-se uma grande taça lisa, com 0,38 m de altura e 0,58 m de diâmetro, assente em pequenas pedras, que circundavam lateralmente todo o recipiente. No interior, recolheram-se pequenos fragmentos cerâmicos, uma valva de amêijoia e “restos” de machado de pedra polida;
- 6 – As pequenas pedras que circundavam o recipiente cobriam-no também, formando uma espécie de carapaça que o protegia por todos os lados;
- 7 – A colmatação da escavação continuou com barro amassado, conjuntamente com materiais arqueológicos fragmentados, que se misturaram com a argamassa, casual ou intencionalmente, atingindo este depósito a altura de cerca de 1 m acima do bordo da taça;
- 8 – Do lado oriental da escavação, e dentro dela, que ali atingia menor profundidade, encontraram-se restos de outro bovino, aparentemente depositado ao mesmo tempo do anterior e relacionando-se assim com idêntico momento do ritual.

Como muito bem observou A. do Paço, estes testemunhos correspondem a “uma cerimónia religiosa, praticada certamente no princípio, talvez uma consagração do local levada a cabo pelos habitantes do “castelo” quando ali se estabeleceram (...)” (PAÇO, 1943, p. 143). A localização destes vestígios, no contexto da fortificação calcolítica que ulteriormente ali se pôs a descoberto, corresponde a área situada no exterior do reduto central, entre este e a segunda linha muralhada; no entanto, a ocorrência de materiais arqueológicos fragmentados, de mistura com o depósito de barro amassado, faz admitir que esta cerimónia não correspondesse exactamente ao início da ocupação do sítio, mas a etapa em que se procurou sacralizar o povoado, ou uma área ainda não ocupada deste.

Este exemplo difere da realidade identificada no Carrascal, pois aqui, ainda que a deposição de restos de bovino tenha sido efectuada em escavação efectuada no subsolo, esta poderia já existir anteriormente, sendo talvez primitivamente um silo, antes de ser aproveitada como lixeira doméstica, no decurso do Calcolítico Pleno. Prova desta realidade é a existência de outra estrutura análoga, com utilização de época anterior, entre o Neolítico Final e o Calcolítico Inicial, existente no espaço contíguo, e onde não foi identificada qualquer prática ritual comparável. Foi, pois, no Calcolítico Pleno que se procedeu ao ritual identificado, o qual, ao contrário do verificado em Vila Nova de São Pedro, não se destinou a sacralizar o espaço, encontrando-se, antes, relacionado com o culto dos grandes bovinos pela sua importância económica para o próprio quotidiano destas populações.

Mais próximos desta realidade, são os exemplos identificados em “povoados de silos” do Bronze Antigo e Pleo da região de Madrid. Pese embora serem diferentes as épocas destas ocorrências, face à ocupação do Carrascal, é nítida a semelhança das realidades observadas. Assim, no silo 76-78 do sítio de Getafe, Madrid, pertencente ao Horizonte Protocogotas, datado, para dois *sigma*, entre 1700 e 1520 cal BC, identificaram-se cinco porções anatómicas de outros tantos bovídeos, com ausência de elementos cranianos e de extremidades articulares, pertencentes a animais juvenis e, por conseguinte, com escasso interesse cárnico (LIESAU *et al.*, 2004).

Outro sítio, também dos arredores de Madrid, com idênticas características e cronologia, o Camiño de las Yeseras, San Fernando de Henares, revelou, entre os numerosos silos que o integravam, apenas duas situações que se reportam a práticas rituais. Com efeito, excluindo aquelas duas exceções, tratavam-se de acumulações compatíveis com actividades domésticas, incluindo fragmentos de cerâmicas e restos faunísticos diversificados, tal como o observado na Fossa 1 do Carrascal. Uma daquelas exceções reporta-se a uma sepultura humana; a outra (Fossa 319), correspondia a enchimento intencional constituído por restos, em conexão anatómica, de cinco bovídeos, dois ovinos/caprinos, um suídeo e um cão, dos quais nenhum tinha ainda atingido o estado adulto, revelando os segmentos anatómicos que as peças cárnicas foram depositadas cuidadosamente e num intervalo curto, no interior da depressão (LIESAU & BLASCO-BOSQUED, 2006). As autoras acrescentam que existem paralelos para a situação descrita na Meseta Ibérica, desde o Calcolítico, tornando-se mais abundantes na Idade do Bronze. Como aspectos dominantes e comuns a todas as ocorrências, referem a maior frequência, invariavelmente observada, de restos de bovinos, a presença de partes do crânio e da mandíbula, de quartos dianteiros ou traseiros e de elementos do esqueleto axial. Tal realidade está presente na Fossa 2 do Carrascal, onde é nítida a predominância de elementos cranianos e mandibulares, mas onde também ocorrem segmentos que se poderiam associar sem dificuldade a, pelo menos, um quarto dianteiro, sendo interessante a identificação de restos de um ou mais indivíduos subadultos, tal como se observou nos dois casos acima descritos.

Dos exemplos relevados pelas autoras, transparece a grande importância económica dos bovinos, a ponto de merecerem ritualização, em cerimónias que, nalguns casos, se podem relacionar com sacrifícios fundacionais dos respectivos povoados, de que citam, como exemplo, o sítio da Idade do Bronze do Cerro de la Hoya, Burgos.

Mas um dos exemplos mais notáveis da utilização ritual de bovinos foi identificado na estação do Neolítico Recente e Final (IV milénio a.C.) do Polideportivo de Martos (Úbeda, Granada). Ali, a escavação de diversas fossas de planta circular, conduziu à descoberta de inumações, tanto de animais, como de humanos. Entre aqueles, o cão e os bovinos são os mais importantes, encontrando-se representados por indivíduos completos. Tal evidência mostra que os bovinos, apesar do seu evidente valor cárnico, mesmo que sejam subadultos, como por é por vezes o caso, não foram consumidos, o que teria certamente um elevado custo (CÁMARA SERRANO *et al.*, 2008).

A ritualização de grandes bovídeos prosseguiu, no Calcolítico, como testemunham as observações realizadas em povoados da mesma região, como os de Marroquies (Jaén), Carmona e Almizaraque (Almería), conhecendo, nas necrópoles argáricas, uma das suas expressões mais interessantes. Bovinos e ovinos/caprinos seriam então consumidos em rituais de comensalidade, reservando-se um naco de carne, sempre de uma das extremidades, para o morto, simbolizando a sua participação efectiva na cerimónia, sendo os nacos de bovino reservados apenas aos indivíduos de maior estatuto social (ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2007).

A importância simbólica conferida aos grandes bovinos extravasou, naturalmente, o território peninsular, tanto da Grã-Bretanha como da Itália (PEARSON, 1993; DAVIS & PAYNE, 1993; SARTI, 1998, *in* CÁMARA SERRANO *et al.*, 2008).

No caso do Carrascal, pelo menos um bovino foi consumido ritualmente – talvez antecedido de sacrifício – em acto que poderá ter congregado toda a comunidade, servindo, deste modo, como elemento agregador e de coesão social, sem ignorar a possibilidade de existência, à época, de uma hierarquização social incipiente baseada na

posse diferenciada de riqueza, onde certamente os bovídeos teriam papel de destaque. Porém, foi apenas o modo como alguns de tais restos se depositaram, no fundo de uma das duas fossas domésticas identificadas que conferem o carácter ritual à ocorrência em causa.

Em Portugal, além do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro, a importância ritual dos grandes bovídeos encontra-se demonstrada por outros exemplos, que, através de uma investigação exaustiva poderiam ser significativamente aumentados.

É o caso da ritualização de restos de bovídeo em contexto doméstico calcolítico, observado por M. J. Sanches, no Crasto de Palheiros, Murça, com a deposição de dentes jugais – certamente inclusos no maxilar ou na mandíbula, ossos que, pela sua maior fragilidade, terão desaparecido – em estruturas pétreas (CARDOSO, 2005).

Outro expressivo exemplo é o do santuário exterior do Escoural, Montemor-o-Novo, onde se encontram representados numerosíssimos bucrânios, nas rochas aflorantes sobre as quais se construiu, em parte, o povoado fortificado calcolítico (GOMES, GOMES & SANTOS, 1983), pelo que a sua cronologia é de reportar ao final do Neolítico ou inícios do Calcolítico.

No domínio funerário, importa registar o caso da sepultura do Bronze Pleno do Sudoeste de Belmeque, Serpa, onde foram sepultados dois adultos, acompanhados de dois quartos dianteiros esquerdos de grande bovídeo, representados por dois cúbitos e dois rádios (LIESAU & BLASCO-BOSQUED, 2006), com evidentes paralelos na área argárica, como os referidos.

Estes exemplos – dos quais o identificado no Carrascal faz parte – sublinham o significado social de destaque conferido aos grandes bovídeos, desde pelo menos o Neolítico Final à Idade do Bronze, a partir de exemplos do território português, que se juntam aos anteriormente mencionados do território meseteno. Tal importância fundamenta-se na própria espécie a qual, além de proporcionar leite, carne e peles, constituía, no quadro da Revolução dos Produtos Secundários, um elemento fundamental, ao fornecer força motriz para a atrelagem a arados ou a carros. Com efeito, os inventários faunísticos identificados nos principais povoados calcolíticos evidenciam, de norte a sul do país, a sempre importante presença numérica da espécie (CARDOSO & DETRY, 2001/2002).

Foi esta importância económica dos grandes bovinos que conduziu e explica a sua ritualização, a qual, como atrás se referiu, pode envolver duas variantes: a sacralização de espaços, através de cerimónias fundacionais, como a observada em Vila Nova de São Pedro; e o culto da própria espécie, através da realização de rituais agro-pastoris, também eventualmente relacionados com o culto da fertilidade, tão expressivamente representado por um dos seus representantes mais relevantes, no quadro económico da época. É nesta última categoria que se pode enquadrar a ritualização dos despojos encontrados no fundo de um dos silos do Carrascal, aquando da sua reutilização, observada no decurso do Calcolítico Pleno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANDA JIMÉNEZ, G. & ESQUIVEL GUERRERO, J. A. (2007) – Poder y prestigio en las sociedades de la Cultura de El Argar. El consumo comunal de bóvidos y ovicápridos en los rituales de enterramiento. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 64(2), p. 95-118.
- CÁMARA SERRANO, J. A.; LIZCANO PRESTEL, R.; PÉREZ BAREAS, C. & GÓMEZ del TORO, E. (2008) – Aproximación, sacrificio, consumo y exhibición ritual de los animales en el Polideportivo de Martos. Sus implicaciones en los orígenes de la desigualdad social. *Cuadernos de Prehistoria Y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 18, p. 55-90.

- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – O povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 25-33.
- CARDOSO, J. L. (2005) – Restos faunísticos do Crasto de Palheiros (Murça). Contributo para o conhecimento da alimentação no Calcolítico e na Idade do Ferro no Nordeste português. *Portvgalia*. Porto. N. S., 26, p. 65-75.
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro (Cascais): resultados das escavações realizadas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 21-46.
- CARDOSO, J. L. & DETRY, C. (2001/2002) – Estudo arqueozoológico dos restos de ungulados do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 131-132.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (2008) – A ocupação do Neolítico Antigo do povoado do Carrascal (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira)*. Oeiras. 17, p. 247-267.
- GOMES, R. V.; GOMES, M. V. & SANTOS, M. Farinha dos (1983) – O santrúario exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*. Salamanca. 36, p. 287-307.
- LIESAU v. Lettow-Vorbeck, C. & BLASCO BOSQUED, M. C. (2006) – Depósitos com fauna en yacimientos del Bronce Medio en la cuenca del Tajo. *IV Congreso de Arqueologia Peninsular. Animais na Pré-História e Arqueologia da Península Ibérica* (Faro, 2004). Actas. Faro: Universidade do Algarve., p. 81-92 (Promontoria Monográfica, 03).
- LIESAU v. Lettow-Vorbeck, C. *et al.* (2004) – El depósito ritual del fondo 76-78¹ de la fábrica de ladrillos (Getafe, Madrid). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia Universidad Autónoma de Madrid*. Madrid. 30, p. 47-56.
- PAÇO, A. do (1943) – Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São-Pedro. *IV Congresso Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. (Porto, 1942). 7^a. Secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Actas. Porto: Imprensa Portuguesa, 8, p. 132-143.

A GESTÃO DA MORTE NOS PERDIGÕES (REGUENGOS DE MONSARAZ): NOVOS DADOS, NOVOS PROBLEMAS

António Carlos Valera¹ & Ricardo Godinho²

1. INTRODUÇÃO

A investigação da gestão da morte no recinto calcolítico dos Perdigões, localizado junto a Reguengos de Monsaraz, distrito de Évora, iniciou-se em 1997 com a identificação do Sepulcro 1 (LAGO *et al.*, 1998). Desde então, os trabalhos prosseguiram, centrados na área da necrópole de sepulcros colectivos localizada na extremidade Este do recinto exterior e delimitada pelos dois fossos que o definem, que nesse ponto formam um semicírculo (Fig. 1). Até 2006 foram integralmente escavados dois sepulcros (Sepulcros 1 e 2) e definido superficialmente um terceiro.

Em 2007 e 2008, no âmbito de um projecto orientado para a identificação de contextos metalúrgicos, retomaram-se as intervenções num dos recintos interiores, junto a uma das sondagens de diagnóstico realizadas em 1997. Aí, para além de troços de dois fossos que delimitam esse recinto, identificaram-se doze fossas escavadas na rocha, tendo sido intervencionadas arqueologicamente onze. Dessas, duas revelaram uma utilização funerária, onde, pela primeira vez nos Perdigões, se registaram deposições humanas primárias (VALERA, 2008; GODINHO 2008).

Esta circunstância levanta toda uma nova série de questões relativamente à gestão da morte nos Perdigões, com naturais consequências para a interpretação global do sítio e das suas diversas espacialidades internas. Começaremos, assim, por expor resumidamente os dados actualmente existentes para a necrópole, para em seguida apresentar os contextos de enterramento em fossa e discutir as suas implicações.

2. BREVE SÍNTESE DA INFORMAÇÃO DISPONÍVEL PARA A NECRÓPOLE DOS PERDIGÕES

O recinto dos Perdigões, à imagem de outros grandes recintos de fossos do Sudoeste peninsular (como Valencina, Alcalar, La Pijotilla, San Blás), revelou a existência de uma necrópole associada, a qual apresenta a particularidade de se articular estruturalmente com os dois fossos exteriores que delimitam o sítio: do lado Este, e ladeada por duas entradas para o recinto, a necrópole ocupa o espaço definido entre o fosso interno e o alargamento em semicírculo do fosso exterior (Fig. 1). Neste espaço são conhecidos arqueologicamente três sepulcros e perspectiva-se (com base em evidências de superfície) a existência de mais alguns (talvez mais três ou quatro).

¹ Doutorado em Pré-História, NIA-ERA Arqueologia (antoniovalera@era-arqueologia.pt)

² Mestre em Antropologia Física, NIA-ERA Arqueologia (ricardogodinho@era-arqueologia.pt); CIAS do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

A sua localização do lado Este de recinto circular, enquadrada pelas portas e num eixo que, partindo do centro do recinto, abrange na mesma orientação o recinto megalítico de menires, o Vale do Álamo e Monsaraz, resultará do tradicional simbolismo neolítico.

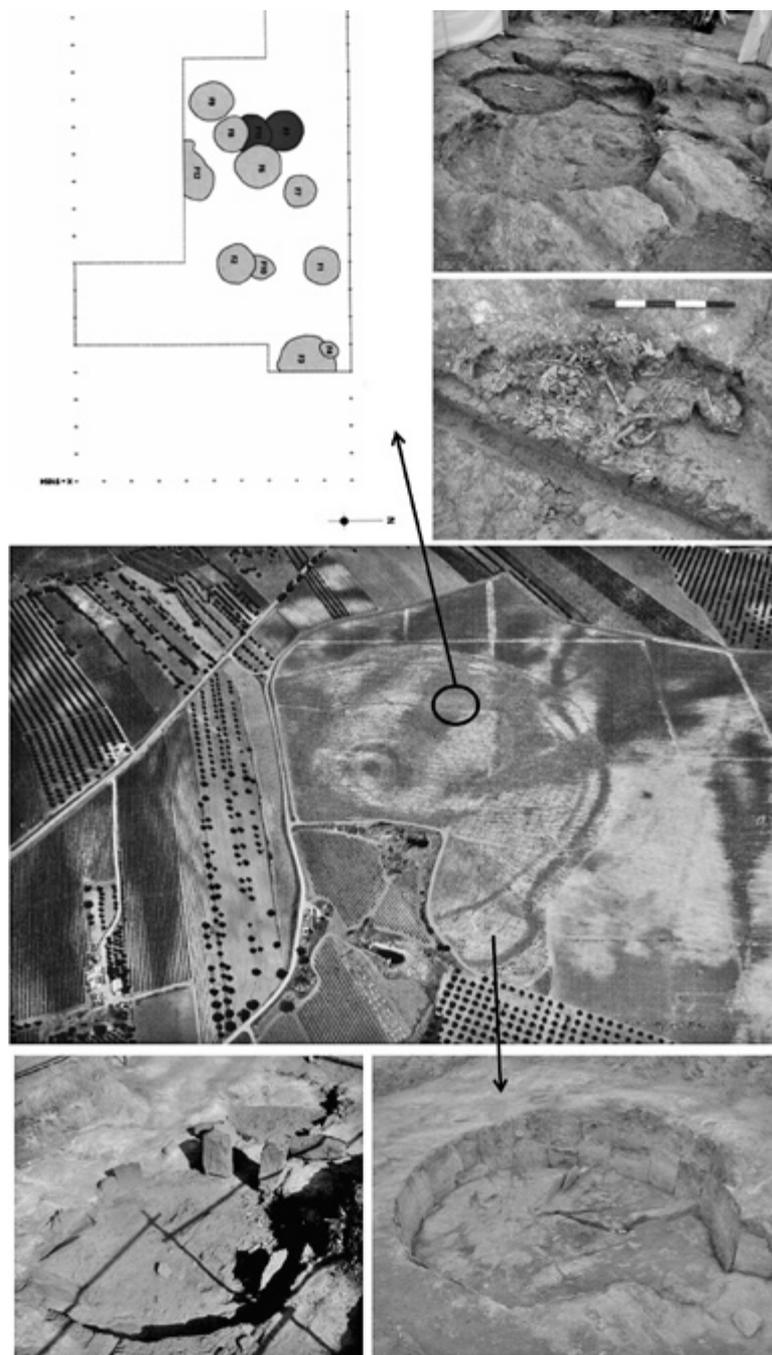


Fig. 1 – Recinto dos Perdigões, com localização da necrópole em baixo (imagens dos Sepulcros 2 e 1) e dos enterramentos em fossa em cima.

Os dados actualmente disponíveis reportam-se aos Sepulcros 1 e 2, integralmente escavados. Arquitectonicamente, ambos correspondem a estruturas semi subterrâneas, parcialmente escavadas na rocha, com três espaços bem definidos: uma câmara circular revestida a lajes de xisto; um pequeno corredor intermédio; um átrio circular ou ligeiramente em elipse também revestido a lajes de xisto (e um pequeno monólito de diorito no caso do átrio do Sepulcro 2). O Sepulcro 1 apresentava a área do corredor afectada por uma fossa de plantio de oliveira, pelo que não conhecemos exactamente a sua estruturação, a qual, no Sepulcro 2, correspondia a uma pequena passagem definida por dois pequenos esteios (de diorito) de cada lado cobertos por lajes (igualmente em diorito). A câmara do Sepulcro 1 apresentava, no seu quadrante Norte, um compartimento de planta trapezoidal definido por lajes de xisto cravadas na vertical e existem evidências de uma “porta” na passagem do átrio para o corredor no Sepulcro 2 (Fig. 2 e 3).

Quanto às coberturas das câmaras e átrios, não sabemos como seriam, uma vez que não existem vestígios de derrubes de falsas cúpulas de pedra nem evidências de outro tipo de cobertura, facto que afasta estes sepulcros dos grupos dos monumentos de falsa cúpula clássicos. No que respeita às orientações, o Sepulcro 1 encontra-se virado a 90.º (precisamente a Este), enquanto o Sepulcro 2 está orientado a 130.º (quadrante Sudeste).

Em termos de utilização, os dados existentes apontam para utilizações exclusivamente secundárias. A excepção, neste caso, parece mesmo confirmar a regra: trata-se de um pé cujos ossos se encontravam em conexão anatómica ao centro do átrio do Sepulcro 2 (Fig. 4), depositado num momento inicial de utilização funerária daquele espaço. A localização e o isolamento contextual deste pé tornam pouco credível a possibilidade de ali ter estado uma deposição primária posteriormente desarticulada. Por outro lado, a câmara do Sepulcro 1 foi entrando em ruína, com a fractura e queda de lajes de xisto do revestimento das paredes, sem que tenha existido interrupção da sua utilização funerária nem acções de reabilitação estrutural. Desta forma, deposições funerárias foram seladas por lajes tombadas e sobre estas realizadas novas deposições, seladas igualmente por lajes caídas posterior-



Fig. 2 – Momentos da escavação do Sepulcro 1.



Fig. 3 – Momentos da escavação do Sepulcro 2 (Câmara).

(recipientes cerâmicos, contas de colar, ídolos, lâminas e pontas de seta). No átrio apenas se documentou a deposição ritual de determinados materiais: (um pequeno recipiente cerâmico de pé alto; um conjunto de mais de duas dezenas de pontas de seta; uma concha de *Pecten maximus*; um punhal de sílex e um conjunto de 5 recipientes de calcário. Para a interpretação desta gestão diferenciada do espaço foi avançada a possibilidade de na câmara decorrerem procedimentos mais associados ao defunto ou defuntos e no átrio se praticarem rituais de maior carga colectiva (VALERA *et. al.*, 2007).

Já no Sepulcro 2, o átrio foi intensamente utilizado para deposições funerárias. A estratigrafia parece apontar para três grandes momentos: um primeiro com menos ossos humanos, que surgem mais dispersos, e que poderá corresponder a um momento de utilização funerária essencialmente da câmara; um segundo momento em que o corredor é fechado por uma laje de xisto colocada na vertical à sua entrada e em que se verifica um significativo aumento da deposição de ossos no átrio; um terceiro momento em que essa laje parte e cai sobre o átrio, continuando a fazer-se deposições funerárias, que a cobrem. De notar que os materiais votivos do átrio do Sepulcro 2 apresentam algumas diferenças relativamente aos da câmara do Sepulcro 1: raridade da cerâmica (apenas um esférico à entrada do corredor e um recipiente com decoração simbólica barroca); raridade de lâminas (apenas 1 inteira à entrada do corredor e um fragmento de outra); ausência de pontas de seta; ausência de pedra polida; raridade de metal (apenas um fragmento de objecto não identificável); abundância de artefactos em osso polido e marfim (ídolos e adorno) e de contas de colar em calíço.

A câmara do Sepulcro 2 terá tido uma reutilização tardia (dentro do 3.º milénio) que perturbou as deposições anteriores. Na sua fase final de utilização foi definido um depósito integrando ossos longos e uma armação de cervídeo, praticamente sem materiais arqueológicos associados e delimitado no quadrante Sudoeste da câmara por um conjunto de lajes de xisto e dois fragmentos de um “menir/estela” igualmente em xisto (Fig. 3). Fora de quadrante foram recolhidas duas chapas de ouro e um botão em osso de perfuração em “V”. Restos de chapas de ouro foram recolhidos ao longo dos depósitos, configurando um momento de reutilização tardia, provavelmente numa fase campaniforme (que não surge no sepulcro, mas existe no recinto). Ao longo dos depósitos de enchimento da câmara foram-se igualmente recolhendo ossos e materiais dispersos relacionados com utilizações mais antigas, de que se preservou aparentemente intacto um pequeno conjunto de ossos junto à parede do fundo da câmara.

A informação antropológica disponível para estes sepulcros resultante do estudo osteológico em curso é ainda bastante escassa. Face à natureza da utilização dos sepulcros, em que uma utilização recorrente e prolongada se

mente (Fig. 2). Nestas circunstâncias, a queda das lajes acabou por proteger as deposições mais antigas de eventuais revolvimentos provocados pelas mais recentes, mas nem mesmo assim se documentou qualquer conexão anatómica, por mais parcelar que fosse. Por outro lado, a frequência relativa dos ossos dominantes nos estudos já realizados para o Sepulcro 1 é pouco compatível com um contexto de decomposição e desarticulação de corpos em deposição primária (VALERA *et. al.*, 2000).

Relativamente à gestão do espaço funerário, no Sepulcro 1 apenas a câmara (não sabemos se o corredor também) foi utilizada para a deposição de ossos humanos e abundante material votivo



Fig. 4 – Pé em conexão anatómica no átrio do Sepulcro 2.

articulou com situações de ruína, a colecção osteológica, para além de muito numerosa, apresenta-se num estado de conservação que apresenta dificuldades ao seu estudo: as superfícies ósseas encontram-se danificadas por meteorização e por transporte e manipulação humanos; verifica-se o esmagamento e a erosão, que apagam o perióstio e impedem ou dificultam a diagnose paleopatológica. Tais circunstâncias, aliadas à já referida grande quantidade de restos, tem feito estender no tempo o estudo antropológico dos Sepulcros 1 e 2 (que será continuado no âmbito de uma tese de doutoramento de um de nós – RG).

Assim, de momento, apenas estão disponíveis dados preliminares para o Sepulcro 1, sobre uma primeira aproximação ao número mínimo de indivíduos presentes na câmara. A contagem de dentes (num total de 2054 dentes individuais, 60 fragmentos de mandíbula e 40 fragmentos de maxilar superior) aponta para um número mínimo entre 99 (com base no primeiro molar superior) e 101 indivíduos (com base no primeiro molar inferior). Contudo, o total de dentes representados no Sepulcro 1 ainda não se encontra definido, dado que alguns ainda se encontram embudados em crânios e porções cranianas, ainda com sedimentos.

Nas contagens já efectuadas noutros elementos anatómicos, o número de indivíduos não atinge estes valores, facto natural em contextos de deposição secundária de utilização recorrente e prolongada, mas que também poderá relacionar-se com o maior grau de resistência do esmalte dentário.

3. ENTERRAMENTOS EM FOSSA: DADOS DO SECTOR I

A intervenção no Sector I (Fig. 1) abrangeu as estruturas delimitadoras de um dos recintos interiores dos Perdígões, as quais são compostas por dois fossos aparentemente paralelos e a curta distância (2,5 m) um do outro (VALERA, 2008).

Do lado interno deste recinto, na área de cerca de 60m² abrangida pela escavação (Fig. 1), foram identificadas doze fossas abertas no substrato geológico, onze das quais foram escavadas.

Na extremidade Este identificaram-se duas fossas. Uma pequena, de planta circular e de perfil convexo (Fossa 4), cortada por uma maior (Fossa 3) de contornos irregulares e perfil troncocônico invertido (apenas escavada em cerca de metade da sua área).

Imediatamente a Oeste situam-se as fossas 1, 2 e 10. A Fossa 1, de planta circular e perfil troncocônico invertido, apresenta a particularidade de ter um sulco escavado ao longo do rebordo da base assim como um conjunto de pequenas cavidades dispersas por essa mesma base. Esta fossa cortava, para além do substrato geológico, um depósito (UE53) ainda conservado, depósito esse que cobria as fossas 2 e 10, o que estabelece a anterioridade destas relativamente àquela. A Fossa 10 corresponde a uma pequena depressão irregular, de tendência ovalada e pouco profunda, cortada pela abertura da Fossa 2, de planta circular, perfil troncocônico e base convexa.

Mais para Oeste encontrava-se um conjunto de sete fossas, identificadas a partir do topo do substrato geológico, ainda atingido pela superfície. Algumas cortavam-se, permitindo estabelecer uma sequência temporal (Fig. 1). As fossas 5 (planta circular, perfil cilíndrico e base convexa) e 9 (planta circular e perfil cilíndrico), embora integradas no conjunto, não apresentavam relações físicas com outras fossas, pelo que não podem ser integradas nessa sequência temporal. Já as Fossas 6, 7, 8 e 11 interceptavam-se, permitindo determinar que a primeira a ser aberta foi a Fossa 7, a qual foi posteriormente cortada pela Fossa 11, que por sua vez viria a ser cortada pelas fossas 6 e 8 (entre estas duas não é possível estabelecer relações de anterioridade).

Deste conjunto de quatro fossas que se interceptavam, as duas mais antigas (Fossas 7 e 11) eram as que apresentavam contextos funerários humanos.

A Fossa 7 (a mais antiga deste conjunto de quatro) evidenciou a presença de algumas partes anatómicas em conexão, mas não esqueletos quase ou integralmente completos. Note-se a presença de ossos parcialmente articulados de uma pata de suídeo junto aos ossos de uma perna humana. Trata-se do único elemento votivo associado a estas deposições. Esta fossa é a de maiores dimensões do conjunto e apresenta uma planta subcircular e um perfil troncocônico assimétrico. O seu enchimento na metade inferior, ao contrário do que se registou nas restantes fossas, era feito em grande parte com o material constituinte do substrato geológico local (dioritos alterados e veios filonéanos muito alterados e argilosos), quase não tendo materiais arqueológicos. Os ossos humanos apareciam em sedimentos que tanto se encontravam a preencher uma depressão aberta naqueles depósitos, como noutros que lhes eram parcialmente subjacentes, revelando uma situação compatível com a ideia de manipulação dos esqueletos.



Fig. 5 – Enterramentos em conexão anatómica na Fossa 11.

Já o depósito final de enchimento da fossa apresentava características distintas, tanto ao nível dos sedimentos, mais argilosos e arenosos, contendo algumas pedras e bastantes restos de cerâmicas e fauna, praticamente ausentes dos depósitos que albergavam os restos humanos. Quando este depósito se formou, colmatando o topo da fossa, esta já não estaria em uso funerário.

Já da Fossa 11 apenas se conservava um estreito segmento do lado Oeste, tendo o resto sido cortado por outras fossas pré-históricas (fossas 6 e 8) e afectado por uma vala de surriba. Contudo, nessa extremidade (que apresentava uma profundidade de 32 cm) estavam parcialmente preservadas 3 inumações primárias. Nessa parte preservada da fossa, estes indivíduos estavam acompanhados por uma pata de suídeo em conexão anatómica, depositada por trás da bacia de um indivíduo adolescente que se encontrava encostado à parede da fossa, e por uma concha de berbigão. Os corpos estavam colocados sobre um depósito argiloso de cor alaranjada e muito compactado, com uma espessura de 15/20 cm e praticamente sem materiais arqueológicos, o qual se sobrepunha a uma fina camada de dioritos alterados, arqueologicamente estéril. Poderá, pois, colocar-se a possibilidade deste depósito argiloso ser uma preparação da fossa para receber as inumações.

Relativamente à informação antropológica, na Fossa 7 verificou-se a presença de parte de dois membros inferiores incompletos em conexão anatómica parcial que apresentavam orientações, localizações altimétricas e estratigráficas distintas. Um é do lado esquerdo e o outro do lado direito, sendo constituídos por fragmentos das tíbias, fragmentos dos perónios e diversos ossos dos pés. A estes acrescem diversos ossos de mãos de sub-adulto, dos quais alguns apresentavam ainda conexão anatómica parcial. Para além destes, registou-se igualmente a presença de um crânio e alguns fragmentos de crânio dispersos (Fig. 6).

Os dados osteométricos recolhidos no campo relativamente aos membros inferiores revelam valores semelhantes. Acresce que apresentam idades compatíveis e a ausência de patologia degenerativa, articular e não articular. Não é, assim, de excluir a possibilidade de serem partes das duas pernas de um mesmo indivíduo, ainda que apresentem posições, localizações estratigráficas e altimétricas distintas.

Não foi possível aferir qual a orientação dos esqueletos, a sua posição de deposição nem a posição dos seus membros devido à sua reduzida representatividade (ver: Tabela 1 e Tabela 2). Registou-se a deslocação, ainda que parcial, de diversos dos ossos que constituem as duas pernas/pés registadas. Os ossos não evidenciam quaisquer indícios de exposição solar nem marcas da acção de fauna.



Fig. 6 – Restos humanos em conexão anatómica parcial na Fossa 7.

Da Fossa 11 foram exumados três indivíduos em conexão anatómica (Fig. 5). Todos se encontravam bastante próximos entre si, sendo inclusivamente observável o contacto directo entre os ossos de diversos indivíduos.

Todos os indivíduos presentes nesta fossa se encontravam depositados tendencialmente sobre um dos lados. São, desta forma, apontados como se encontrando em decúbito lateral. Dois deles estavam sobre o lado esquerdo e um sobre o lado direito. Os dois primeiros estavam orientados, *grosso modo*, com o crânio para Norte e os pés para Sul. O terceiro tinha o crânio orientado, aproximadamente, para Sudoeste e os pés para Nordeste (ver: Tabela 1). Apesar das diferentes orientações todos estavam com as órbitas orientadas sensivelmente para o mesmo lado: Este.

Um dos indivíduos apresentava os membros inferiores sobre o seu torso. É colocada a hipótese de o indivíduo poder ter sido depositado com os membros inferiores noutra posição e que posteriormente, ainda com tecidos moles, estes tenham sido dispostos desta forma. Quando observáveis, as mãos dos diversos indivíduos encontravam-se acima da cabeça e/ou com o ante-braço/braço sobre a o rosto. Embora o número de indivíduos seja reduzido, a recorrência da posição dos membros superiores e o facto de todos os esqueletos se encontrarem em decúbito lateral e virados para o mesmo lado sugere uma clara intencionalidade na deposição dos corpos.

Tabela 1 – Dados de antropologia funerária dos esqueletos exumados no Sector I.

Fossa	U.E.	Orientação	Posição do corpo	Posição do crânio
7	104	Não observável	Não observável	Não observável
7	106	Não observável	Não observável	Não observável
7	114	Não observável	Não observável	Não observável
11	76	SO – NE	Decúbito lateral direito	Para a direita
11	77	N – S	Decúbito lateral esquerdo	Para a esquerda
11	78	N – S	Decúbito lateral esquerdo	Não observável

Tabela 2 – Posição dos membros dos esqueletos exumados no Sector I.

Fossa	U.E.	Braço esquerdo	Braço direito	Perna esquerda	Perna direita
7	104	Não observável	Não observável	Não observável	Não observável
7	106	Não observável	Não observável	Não observável	Não observável
7	114	Não observável	Não observável	Não observável	Não observável
11	76	Mão possivelmente acima da cabeça	Não observável	Não observável	Não observável
11	77	Não observável	Braço e ante-braço sobre o rosto	Sobre o torso	Sobre o torso
11	78	Mão acima da cabeça	Não observável	Não observável	Não observável

Considerando a sobreposição de diversos ossos e as ligeiras deslocações *post mortem* é de colocar a hipótese dos indivíduos terem sido depositados num espaço aberto, que não terá sido coberto e colmatado com depósitos. Reitera-se que os ossos não tinham qualquer marca de exposição ao sol nem marcas de fauna, pelo que as fossas deveriam ter tido alguma cobertura (tampa) que os protegesse. Assim, a ausência de diversos ossos nos diferentes esqueletos, em particular na Fossa 7, relacionar-se-á provavelmente com a manipulação dos restos humanos, apresentando ainda tecidos moles ou já completamente esqueletizados, possivelmente relacionada com as sucessivas reutilizações funerárias das fossas, mas também com prováveis trasladações parciais.

No que respeita à paleodemografia, dos indivíduos que se apresentavam em conexão anatómica na Fossa 7, um apresentava uma idade à morte compreendida entre um e três anos de idade. O restante indivíduo representado pelos restos das pernas (ou dois indivíduos, se esses restos não pertencerem a uma só pessoa, como se referiu acima), terá falecido com uma idade superior a 17 anos. Destaca-se a ausência de quaisquer indícios de patologia

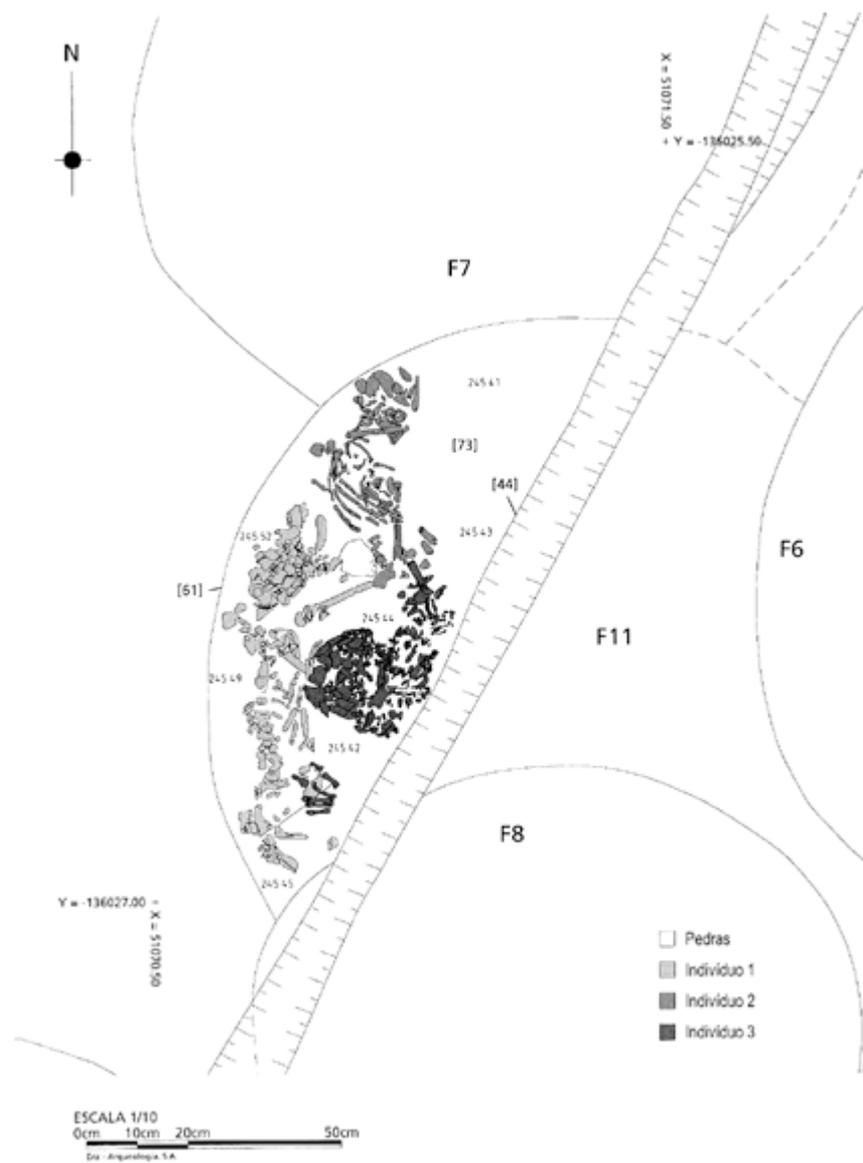


Fig. 7 – Plano das deposições funerárias na Fossa 11.

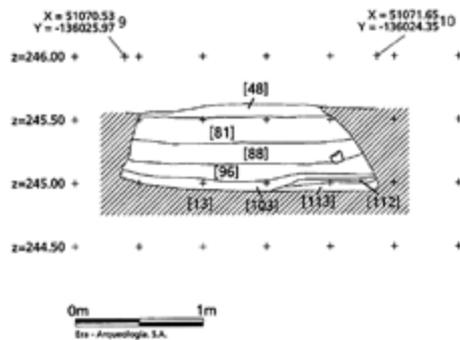


Fig. 8 – Estratigrafia da Fossa 7.

degenerativa, articular ou não articular. Dada a correlação que estas apresentam com a idade, tal ausência pode indiciar que o(s) indivíduo(s) não apresentaria(m) uma idade à morte muito elevada (BENJAMIN *et al.*, 2000; WEISS, 2003; ROBERTS & MANCHESTER, 2005; WEISS & JURMAIN, 2007) (ver: Tabela 3). Os indivíduos presentes na Fossa 11 são todos sub-adultos. Dois deles apresentam uma idade perto dos 15 anos e o terceiro uma idade à morte de cerca de 6 anos (ver: Tabela 3). Em suma, embora o número de indivíduos seja extremamente reduzido destaca-se, ainda assim, que 4/6 dos esqueletos são de sub-adultos. Apenas se observou a presença de dois casos ([104] e [114]) de possíveis adultos. Não obstante serão, provavelmente, ainda jovens.

A baixa idade à morte da maioria dos indivíduos impossibilita a sua diagnose sexual. Procurou-se a diagnose sexual através de análise osteométrica dos astrágalos e dos calcâneos no(s) indivíduo(s) [104] e [114]. Os primeiros indicam uma diagnose de homem. Já os calcâneos indicam mulher. Dada a maior taxa de classificação correcta do astrágalo (WASTERLAIN, 2000) privilegia-se a diagnose proporcionada por este. Não obstante, a diagnose não é, como exposto, unívoca nem conclusiva, pelo que esta é seguida de uma interrogação (ver: Tabela 3).

Tabela 3 – Dados da paleodemografia dos esqueletos exumados no Sector I.

Fossa	U.E.	Idade à morte (em anos)	Diagnose sexual
7	104	> 17	Homem?
7	106	1 – 3	Indeterminado
7	114	> 17	Homem?
11	76	15 – 16	Indeterminado
11	77	6	Indeterminado
11	78	15	Indeterminado

4. CRONOLOGIA

Não dispomos ainda de datações absolutas para os contextos funerários em fossa do Sector I dos Perdighões. A sua referenciação cronológica está, por enquanto, baseada apenas nos dados relativos proporcionados pelos materiais associados e pela análise estratigráfica de sobreposição de fossas.

Entre as duas fossas com evidências funerárias, a Fossa 7 é a mais antiga, uma vez que é cortada pela Fossa 11. A Fossa 7 apresentava vários depósitos, sendo que os restos humanos só se registaram nos mais profundos, que se distinguíam dos superiores, não só pela presença de restos humanos, mas também por sedimentos diferentes e pela total ausência de materiais arqueológicos. Assim, os depósitos que preenchiam o topo da fossa (UEs 48, 81, 88 e 96) não revelaram restos humanos, mas forneceram material, embora muito fragmentado. Na UE96 (primeiro depósito sem restos humanos) registaram-se 4 bordos, sendo 1 indiferenciado, 2 pertencentes a tigelas simples e 1 a uma tigela fechada. A UE88 (que cobria a 96) forneceu 18 bordos, 1 fragmento de carena e 1 fragmento de peso (placa). Foi possível identificar 3 pratos (2 de bordo espessado internamente e 1 de bordo bi-espessado), 2 esféricos simples, 2 tigelas simples e 1 taça carenada. Sobre a UE88 definiu-se a 81, a qual forneceu 10 bordos e uma carena, permitindo a identificação de 4 pratos (3 de bordo espessado internamente e 1 simples) e uma tigela simples. Um dos bordos apresentava decoração, com representação de cervídeos incisivos (Fig. 9). Finalmente, a UE48, que colmatava o topo da fossa, forneceu 13 bordos e 1 peso, crescente. Identificaram-se 5 pratos (3 de bordo espessado internamente, 1 simples e 1 bi-espessado) e 1 taça, 1 esférico, 1 tigela e 1 globular, todos de bordo simples.

Este material cerâmico indica uma cronologia claramente calcolítica, permitindo assumir que a colmatação da fossa pós utilização funerária terá decorrido num momento pleno do Calcolítico.



Fig. 9 – Fragmento cerâmico com representação de cervídeos proveniente da Fossa 7.



Fig. 10 – Pata de suídeo depositada na Fossa 11.

Esta fossa, ao ser cortada pela Fossa 11, estabelece um *terminus post quem*, para a abertura daquela e para as deposições funerárias que integrava. Os depósitos da Fossa 11 eram praticamente estéreis do ponto de vista do material arqueológico, existindo apenas alguns fragmentos cerâmicos indiferenciados e uma lamela de sílex (para além da já referida concha de berbigão e pata de suídeo – Fig. 10). Esta ausência de material não permite estabelecer uma cronologia relativa a partir do próprio contexto. Contudo, sabemos que a Fossa 7 marca um *terminus post quem*, e que as Fossas 6 e 8, que cortam por sua vez a Fossa 11, lhe estabelecem um *terminus ante quem*. Vejamos então os conteúdos dessas fossas.

A Fossa 8 tinha dois depósitos, dos quais só o superior tinha material. Registaram-se 29 fragmentos de bordo, correspondendo 11 a pratos (1 espessado externamente, 7 espessados internamente, sendo dois almendrados e 2 simples), 1 globular, 1 esférico e 1 taça de bordo espessado internamente. Acrescem 6 fragmentos de pesos (5 crescentes e 1 placa).

Já a Fossa 6 revelou um preenchimento com três depósitos, todos com material. O da base (UE79) forneceu apenas 6 bordos, que permitiram identificar dois globulares de colo e um prato de bordo bi-espessado. Seguiu-se a UE74, com 16 bordos, onde se identificou 1 prato de bordo espessado externamente, 2 globulares simples, 1 taça de bordo bi-espessado e 1 taça carenada. Registaram-se ainda 5 pesos (2 crescentes e 3 placas), para além de um pequeno fragmento de núcleo de quartzo para lamelas e um possível segmento também em quartzo. No depósito de topo (UE52) recolheram-se 20 bordos, onde constam 6 pratos (4 de bordo espessado internamente, sendo um almendrado), 1 taça, 2 tigelas e 1 globular de colo. Registou-se ainda 1 fragmento de peso, crescente.

Globalmente, o conjunto de materiais das Fossas 6 e 8 enquadram-se igualmente num momento pleno do calcolítico regional. Esta é, pois, a cronologia relativa que poderemos avançar para as deposições funerárias das Fossas 7 e 11, situação que as torna genericamente contemporâneas dos sepulcros escavados na necrópole, particularmente do Sepulcro 1 (já que no Sepulcro 2 existem reutilizações que serão muito provavelmente já da 2ª metade do 3.º milénio).

Note-se que datações de B-OSL ainda inéditas colocam os enchimentos dos dois troços de fossos do Sector I na segunda metade do 4.º / 1ª metade do 3.º milénio a.C., o mesmo acontecendo com a Fossa 3 e com a construção do Sepulcro 1 (este situado na área de necrópole), enquanto a Fossa 2 foi referenciada na segunda metade do 3.º milénio.

5. GESTÃO DA MORTE NOS PERDIGÕES

O enterramento em fossa durante o Neolítico e Calcolítico peninsulares é um fenómeno há muito conhecido (sobretudo em Espanha), embora ainda pouco analisado e reflectido em Portugal, talvez devido à acção catalizadora que o megalitismo tem exercido sobre a investigação, por um lado, e ao ainda relativamente reduzido número de contextos de enterramento em fossa conhecidos no território actualmente português.

Esta última circunstância, contudo, está presentemente em profunda alteração, resultado das inúmeras ocorrências que se têm registado no Alentejo, na sequência dos projectos da rede de rega de Alqueva, cuja consequência se fará brevemente sentir (assim se espera) no incremento da investigação e debate desta problemática em Portugal.

Tradicionalmente, estas ocorrências têm sido perspectivadas como reutilização de antigos silos, no contexto dos comumente designados “campos de silos” ou em contextos considerados habitacionais (cabanas em fossa), enquadrados ou não por estruturas perimetrais de delimitação (normalmente fossos). Todavia, o aumento da base empírica relativa a esta realidade, a diversidade morfológica e contextual que começa a evidenciar e o debate que se introduziu na Pré-História Peninsular sobre a natureza destes sítios e estruturas de fossos e fossas (MÁRQUEZ ROMERO, 2003; MÁRQUEZ ROMERO & JÍMENEZ JÁIMEZ, 2008; JÍMENEZ JÁIMEZ, 2008), têm revelado a

simplicidade da tradicional resposta (reutilização pontual de silos ou outras estruturas negativas) e originado discursos mais complexos e problematizantes, onde se têm vindo a esgrimir teorias e modelos interpretativos distintos para as comunidades do Neolítico e Calcolítico peninsular.

De facto, tem sido sublinhado o carácter plural destas soluções funerárias, quer ao nível das arquitecturas das fossas, como dos rituais de tratamento dos corpos e rituais votivos, tanto entre sítios como num mesmo sítio (BLASCO & RÍOS, 2005-2006). Neste sentido, a informação disponibilizada pelos Perdigões permite igualmente abordar a questão da natureza das fossas utilizadas para deposições funerárias.

De uma análise geral ressalta o facto das fossas do Sector I apresentarem profundidades bastante reduzidas e, portanto, volumes igualmente baixos (Tabela 4). De facto, variando entre os 8 e os 66 cm, a maioria apresenta profundidades entre 20 e 34 cm. Dado o facto de o revolvimento provocado pela surribo ter atingido o substrato rochoso em quase toda a área, estas medidas foram tiradas entre a base das fossas e o seu rebordo à superfície do substrato geológico, não sendo de excluir a possibilidade de algumas se poderem prolongar originalmente um pouco mais, através dos solos existentes e actualmente revolvidos. Nunca seriam, contudo, muito profundas. Os volumes aproximados calculados apresentam maioritariamente valores abaixo do ½ metro cúbico e apenas dois casos ultrapassam o metro cúbico.

Tabela 4 – Dimensões das fossas do Sector I

Fossa	Diâmetro Boca	Diâmetro Base	Profundidade	Volume Aprox.
1	1,32	1,26	0,22	0,29 m3
2	1,34	1,50	0,40	0,58 m3
3	2,28	2,16	0,40	1,32 m3
4	0,98	0,20	0,42	0,21 m3
5	1,12	1,00	0,34	0,29 m3
6	1,62	1,72	0,34	0,69 m3
7	1,42	2,02	0,66	1,46 m3
8	1,24	1,22	0,22	0,23 m3
9	1,32	1,32	0,20	0,18 m3
10	?	?	0,08	?
11	?	?	0,32	?
12	?	?	?	?

Em face destes dados, a sua interpretação como silos reutilizados torna-se pouco credível, sobretudo para a Fossa 11. Pelo contrário, a possibilidade de, pelo menos em algumas das situações, estas fossas circulares possam ter sido abertas propositadamente para desempenharem uma função funerária torna-se mais plausível. O facto de a Fossa 11, muito pouco profunda, ter um depósito argiloso estéril a servir de “cama” à deposição dos corpos humanos reforça esta ideia. Estaríamos, assim, perante verdadeiras sepulturas circulares (mantendo a tendência da arquitectura do período) escavadas na rocha.

Em face desta possibilidade, a questão que se levanta é a da natureza contextual em que estas fossas se inserem nos Perdigões. Será uma área específica de enterramentos? Será uma situação específica deste recinto interno, ou generalizada ao sítio? Que tipo de contextos funcionais envolviam estas fossas? De momento, é difícil responder a estas questões sem um alargamento das escavações em área neste e noutros sectores dos Perdigões.

Mas para além das questões contextuais concretas do Sector I, um outro problema que se levanta é o da relação entre estes enterramentos em fossa e os enterramentos em sepulcros megalíticos.

Antes de tudo, a explosão da documentação empírica relativamente a estes contextos, caracterizados pela sua grande invisibilidade arqueológica (aspecto igualmente central no debate relativamente à sua interpretação),

começa a pôr em causa o carácter pontual desta solução, apresentando-a como uma prática funerária verdadeiramente alternativa ao (ou articulada com o) fenómeno megalítico.

De facto, não só se vem verificando uma coincidência geográfica entre estas diferentes soluções funerárias, como em várias situações elas convivem nos mesmos contextos, como são os casos de vários dos grandes recintos de fossos do Sul Peninsular, onde existem associadas necrópoles megalíticas na sua periferia e ocorrem enterramentos em fossa no seu interior: são os casos de Los Marroquíes Bajos, de Valencina de la Concepción, de La Pijotilla e agora dos Perdigões.

Ainda que a questão da temporalidade de muitos destes contextos seja um problema dificilmente resolúvel, dificultando a percepção da real relação cronológica entre eles, a questão que de imediato se levanta é a de como interpretar esta “dualidade” funerária num mesmo sítio. Partindo do princípio de que uma contemporaneidade genérica está estabelecida, a solução funerária em fossa tem sido valorizada essencialmente como *alternativa* e sobretudo interpretada no contexto da investigação da emergência da desigualdade social, onde os mortos assim sepultados são vistos como “excluídos” do ritual colectivo megalítico (CÁMARA SERRANO, 2001), por razões normalmente relacionadas com as estratégias / consequências dessa diferenciação social. Um desinvestimento arquitectónico (que decorre da concepção de reutilização de estruturas já amortizadas à sua função primária) e a frequente ausência ou raridade de materiais votivos em enterramentos em fossa são argumentos que têm servido para reforçar esta linha interpretativa.

Recentemente, dentro do mesmo enquadramento materialista de aproximação à origem da desigualdade social, foi avançada uma peculiar interpretação para os enterramentos humanos numa estrutura circular em fossa (considerada como de habitação e que em determinado momento foi transformada em estrutura sepulcral) no Polideportivo de Martos, no Alto Guadalquivir (CÁMARA SERRANO *et. al.*, 2008). A presença de duas mulheres e três jovens sepultados nessa fossa é interpretada como a utilização da mulher em rituais funerários que se inscrevem em estratégias de reprodução da força de trabalho e da agregação comunitária num contexto de “arranque” da apropriação diferenciada. Por outras palavras, para o autor, este enterramento expressa simultaneamente, de uma forma simbólica (e não directa), o controlo de mulheres e crianças (teoricamente perspectivadas como força de trabalho), uma estrutura incipiente de apropriação familiar diferenciada e um reforço da agregação do grupo sustentada nessa matriz de diferenciação social “inicial”.

Mais do que discutir os aspectos concretos desta interpretação, a adequação dos seus pressupostos teóricos e a legitimidade ou ilegitimidade que aqueles dados empíricos lhe conferem (o que nos desviaria do objectivo do presente texto), interessa aqui sobretudo sublinhar a valorização do papel simbólico concedido a esta solução funerária e que, podemos dizê-lo, a eleva a um patamar paralelizável ao concedido a muitos monumentos megalíticos. Ou seja, interessa salientar o facto de que este tipo de contextos funerários podem desempenhar um papel social tão relevante como os desempenhados pelos contextos funerários megalíticos, estruturalmente mais complexos: a simplicidade estrutural e contextual funerária deixa de ser sinónimo de ausência ou reduzida relevância social. Neste sentido, pelo menos de certa forma, assiste-se a uma valorização teórica deste tipo de soluções, aproximando-as das valorizações concedidas ao megalitismo em termos de desempenho social.

Porém, se nos deslocarmos um pouco de perspectiva, verificamos que estas soluções não têm que ser necessariamente sempre entendidas como alternativas ao megalitismo, mas que, em certas situações, poderão estar com ele articuladas. Neste sentido, os dados actualmente disponíveis para os Perdigões são particularmente sugestivos.

Os dois sepulcros integralmente intervencionados revelaram a presença (na câmara do Sepulcro 1 e na câmara e átrio do Sepulcro 2) de restos humanos que excedem largamente, em conjunto, a centena e meia de indivíduos. Como já foi referido atrás, em nenhuma circunstância surgiram evidências que documentem a existência de deposições primárias, estando ausentes esqueletos ou reduções em conexão anatómica (com excepção de um pé

isolado no meio do átrio do Sepulcro 2). Pelo contrário, os dados apontam para um uso, senão exclusivo, pelo menos predominante, destes sepulcros para a realização de deposições secundárias. Esta circunstância levou a que em 2000 se equacionassem diferentes cenários (VALERA *et al.*, 2000): concretização da primeira fase do processo mortuário em sepulturas adjacentes presentes na mesma necrópole, mas ainda não intervencionadas (prevê-se a existência de pelo menos mais 6); primeira fase do processo mortuário em estruturas no interior do recinto (eventualmente percíveis); primeira fase do processo realizado fora dos Perdígões; a conjugação das duas fases nos mesmos sepulcros, mas que a evidência registada parecia contrariar (note-se que esta hipótese era avançada porque a escavação dos sepulcros não tinha sido ainda concluída). O desenvolvimento de outras linhas de investigação nos Perdígões, e que se articulam com a questão funerária, veio posteriormente reforçar algumas destas hipóteses.

A primeira contribuição resultou do estudo arqueométrico de cerâmicas, o qual evidenciou a existência no Sepulcro 1 de um conjunto de recipientes produzidos com argilas de alteração dos xistos, cujo contexto geológico é o mais distante dos Perdígões e que não foram ainda detectadas em recipientes provenientes do interior do recinto (realizados com argilas de alteração dos gabros e dioritos locais ou dos granitos e depósitos terciários envolventes (DIAS *et al.*, 2008). Esta circunstância parece documentar a presença, em contexto funerário específico, de recipientes de proveniência exógena, viabilizando e reforçando a hipótese de que os sepulcros da necrópole dos Perdígões poderiam ser utilizados em deposições secundárias por populações da rede periférica de povoamento em que este recinto se insere e que provavelmente agrega.

A segunda contribuição resulta da recente identificação dos contextos funerários em fossa no Sector I, bem no interior do recinto e a cerca de 300 m da necrópole. Tratam-se, como vimos, de duas fossas com deposições primárias, praticamente sem espólio votivo associado (que se resumia a uma pata de suídeo em cada uma das fossas e a uma concha de berbigão na Fossa 11). O contexto da Fossa 7 ganha particular relevo, na medida em que existiam reduções de algumas partes de corpos, sugerindo que os restantes elementos do corpo teriam sido removidos. A ausência quase total de ossos como costelas e outros ossos pequenos dispersos, associada à aparente ausência de marcas da acção de fauna nos ossos, indicia uma manipulação humana intencional. É plausível que tenha inclusivamente ocorrido a manipulação dos contextos funerários quando os indivíduos apresentavam ainda tecidos moles, sendo os indícios para esta hipótese mais evidentes na Fossa 11 relativamente ao indivíduo que apresentava as pernas sobre o torso. Estamos, pois, perante a possibilidade de estas partes de corpo terem sido removidas para a necrópole onde apenas o tratamento secundário está registado, constituindo-se estas fossas como uma área de tratamento primário do processo funerário que decorreria em várias etapas encadeadas e com procedimentos próprios. A deposição em fossa surge, neste caso, não como alternativa de deposição definitiva, mas como um momento de um ritual funerário mais complexo e articulado com a necrópole megalítica. Faseamento articulado do ritual que pode, inclusivamente, explicar as diferenças registadas ao nível dos espólios votivos, entre a quase inexistência de oferendas nas fossas e a alta densidade, variedade e “riqueza” artefactual presente nos sepulcros da necrópole. Concebido como processo complexo que pode envolver vários momentos e espaços diferenciados, o ritual funerário obriga a cuidados na interpretação isolada de um desses momentos ou espaços e as inferências de desigualdades sociais sustentadas em desigualdades artefactuais ou arquitectónicas podem ser, uma vez mais, precipitadas. Como precipitado seria aceitar esta hipótese, que os Perdígões actualmente nos sugerem, como algo demonstrado e susceptível de alicerçar modelos interpretativos ambiciosos sobre a organização das comunidades que ali viveram e por ali circularam³.

³ Antes, trata-se de uma possibilidade que se transformou em questionário de um novo projecto para o sítio, integrado na linha de investigação dos Ambientes Funerários nos Perdígões e que será desenvolvida em parceria pelo Núcleo de Investigação Arqueológica da Era Arqueologia e pelo Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

O problema com que, naturalmente, lidamos é o de como abordar a diversidade que cada vez mais vem caracterizando as práticas funerárias no Neolítico e Calcolítico peninsulares. É o diferente uma unidade mais ou menos independente que se relaciona com outras ou é elemento integrante de um fenómeno mais complexo? Está ele enquadrado pelas margens de variabilidade interna de qualquer preceito cultural e tecnológico, ou traduz realidades distintas? Traduz condições culturais e/ou sociais diferenciadas, ou códigos diversificados de conduta em função de circunstâncias particulares? Representa contextos realmente distintos, ou contextos semelhantes interrompidos e preservados em momentos diversos da sua vida? Diversidade contextual original ou diversidade tafonómica?

Estes são problemas centrais na abordagem à diversidade, a qual, inclusivamente, caracteriza o que a expressão “enterramentos em fossa” poderá tender a homogeneizar. O crescimento da informação empírica que actualmente se regista, associado a um alargamento dos quadros teóricos de abordagem e interpretação e à crescente articulação com a Antropologia, traduzir-se-á seguramente nos próximos anos numa profunda transformação da forma como perspectivamos a gestão da morte na Pré-História Recente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, M.; RUFAL, A.; RALPHS, J. (2000), “The mechanism of formation of bony spurs (enthesophytes) in the achilles tendon”, *Arthritis & Rheumatism*, 43, p. 576-583.
- BLASCO, M^a Concepción & RIOS, Patricia (2005-2006), "Acerca de la diversidad de enterramientos en poblados calcolíticos de estructuras negativas. El ejemplo de Camino de Las Yeseras (San Fernando de Henares, Madrid)", *Kalathos*, 24 – 25, Teruel, p. 105-118.
- DIAS, M^a I.; VALERA, A.C; LAGO, M. & PRUDÊNCIO, M.^a I. (2008), “Proveniência e tecnologia de produção cerâmica nos Perdigões”, *Vipasca*, 2, II Série, p. 117-121.
- CÁMARA SERRANO, J.A. (2001), *El ritual funerario en la Prehistoria reciente en el Sur de la Península Ibérica*, BAR, Internacional Series, 913, Oxford.
- CÁMARA SERRANO, J.A.; LIZCANO PRESTEL, R.; PÉREZ BAREAS, C. & GÓMEZ DEL TORO, E. (2008), "Apropiación, sacrificio, consumo y exhibición ritual de los animales en el Polideportivo de Martos. Sus implicaciones en los orígenes de la desigualdad social", *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*, 18, Granada, p. 55-90.
- GODINHO, Ricardo (2008), “Deposições funerárias em fossa nos Perdigões: dados antropológicos do Secto I”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA-ERA, Lisboa, p.29-34.
- JIMÉNEZ JÁIMEZ, Víctor J. (2008), *Recintos de fosos. Genealogía y significado de una tradición en la prehistoria del Suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios AC)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Málaga, Policopiado.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. & CARVALHO, A. F. (1998), “Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1, Lisboa, p. 45-152.
- MÁRQUEZ ROMERO, José Enrique (2003), "Recintos prehistóricos atrincherados (RPA) en Andalucía (España): una propuesta interpretativa", (S.O.Jorge coord.) *Recintos murados da Pré-História Recente*, Porto/Coimbra, FLUP / CEAUCP, p. 269-285.

- MÁRQUEZ ROMERO, J. E. & JIMÉNEZ JAÍMEZ, V. (2008), “Claves para el estudio de los Recintos de Fossos del sur de la Península Ibérica”, *ERA Arqueologia*, 8, Lisboa, Era Arqueologia / Colibri, p. 158-171.
- ROBERTS, C. & MANCHESTER, K. (2005), *The Archaeology of Disease*, Gloucestershire, Sutton Publishing Ltd.
- VALERA, António Carlos (2008), “Recinto calcolítico dos Perdigões: fossos e fossas do Sector I”, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 3, NIA-ERA, Lisboa, p. 19-27.
- VALERA, A.; LAGO, M.; DUARTE, C. & EVANGELISTA, L. S. (2000), “Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões”, *Era Arqueologia*, 2, Lisboa, p. 84-105.
- VALERA, A.; LAGO, M.; DUARTE, C.; DIAS, I. & PRUDÊNCIO, I. (2007), “Investigação no complexo dos Perdigões: ponto da situação de dados e problemas”, *Actas do 4.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Braga, Universidade do Algarve.
- WASTERLAIN, R. S. (2000), *Morphé – análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da coleção de esqueletos identificados do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Dissertação de mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Coimbra.
- WEISS, E. (2003), “Understanding muscle markers: aggregations and construct validity”, *American Journal of Physical Anthropology*, 121, p. 230-240.
- WEISS, E.; Jurmain, R. (2007), “Osteoarthritis revisited: a contemporary review of aetiology”, *International Journal of Osteoarcheology*, 17, p. 437-450.

PRÁTICAS FUNERÁRIAS NO BRONZE PLENO DO LITORAL ALENTEJANO: O MONUMENTO II DO PESSEGUEIRO

Carlos Tavares da Silva¹ & Joaquina Soares²

1. INTRODUÇÃO

No litoral alentejano, planície que se estende entre a linha de costa e os relevos de orientação N-S constituídos pelas serras de Grândola e do Cercal, foram, até ao presente, escavados cinco monumentos funerários pertencentes ao “Bronze do Sudoeste” (SCHUBART, 1975), ou, mais precisamente, ao Bronze Pleno do Sudoeste (SOARES & SILVA, 1995): Provença (SANTOS *et al.*, 1974 e 1975; SILVA & SOARES, 1981), Quitéria (SILVA & SOARES, 1981), Pessegueiro (Monumento I – SILVA & SOARES, 1979 – e Monumento II – objecto da presente publicação) e Casas Velhas (escavações inéditas do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, sob a direcção dos signatários). Os quatro primeiros cemitérios situam-se no concelho de Sines e a curta distância do mar, e o último, no concelho de Grândola, freguesia de Melides, a cerca de 6 Km da linha de costa (Fig. 1).

Sobretudo com base nos resultados dessa investigação e no que concerne às práticas funerárias, foi possível isolar, resumidamente, os seguintes aspectos, na sua maior parte comuns a todo o Sudoeste Peninsular (CARDOSO, 2002; GARCIA SANJUÁN, 1998; GIL-MASCARELL *et al.*, 1986; GOMES, 1994; GOMES *et al.*, 1986; PAVÓN, 1995; SCHUBART, 1975):

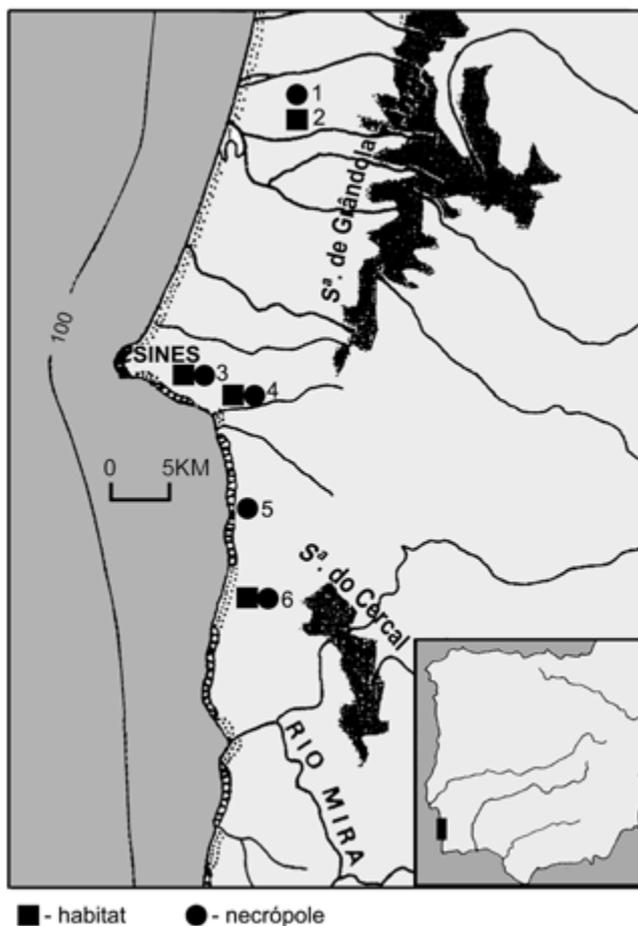


Fig. 1 – Localização dos sítios do Bronze Médio no Litoral Alentejano: 1 – Casas Velhas (necrópole); 2 – Montum (habitat); 3 – Quitéria (habitat e necrópole); 4 – Provença (habitat e necrópole); 5 – Oliveirinha (habitat de mariscadores); 6 – Pessegueiro (habitat e necrópole).

¹ Centro de Estudos Arqueológicos, MAEDS. ctavaressilva@gmail.com

² Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS). joaquina-soares1@gmail.com

- As necrópoles são em geral constituídas por mais de um monumento funerário, o qual é, por sua vez, formado por um agregado de sepulturas bem delimitado. Estas necrópoles organizam-se nas proximidades do *habitat* (Casas Velhas) ou são mesmo contíguas ao espaço residencial, como se verificou na Provença, Quitéria e Pessegueiro, tendo sido neste último sítio identificados cinco monumentos (escavados dois), envolvendo directamente o respectivo povoado;
- Cada monumento é formado por número variável de sepulturas, de tipo cista, sub-rectangulares, em geral individuais, raramente ultrapassando 1 m de comprimento interno, e cobertas por tampa, maioritariamente monolítica;
- Podem ocorrer reutilizações de contentores funerários no decurso do funcionamento das necrópoles, evidenciadas por inumações sobrepostas (sepultura 24 da Quitéria);
- Foram registadas práticas de constituição de depósitos secundários, por exemplo, no *tumulus* da sepultura 10 da Quitéria, através de redeposição de vaso completo e de crânio humano contido em caixa de arenito dunar (ritual com semelhanças ao observado em Alcaria do Pocinho, Vila Real de Santo António – crânio depositado em taça carenada –, e em Alcaria, Monchique – crânio em caixa pétrea, no interior de sepultura).
- Cada sepultura era coberta por pequeno *tumulus*, com a base delimitada por esteios que definiam recinto de planta sub-rectangular, nos cemitérios da Provença, Quitéria e Pessegueiro; estes recintos tumulares confinam entre si, dando ao monumento o aspecto geral de favo; os *tumuli* teriam sido, pelo menos parcialmente,

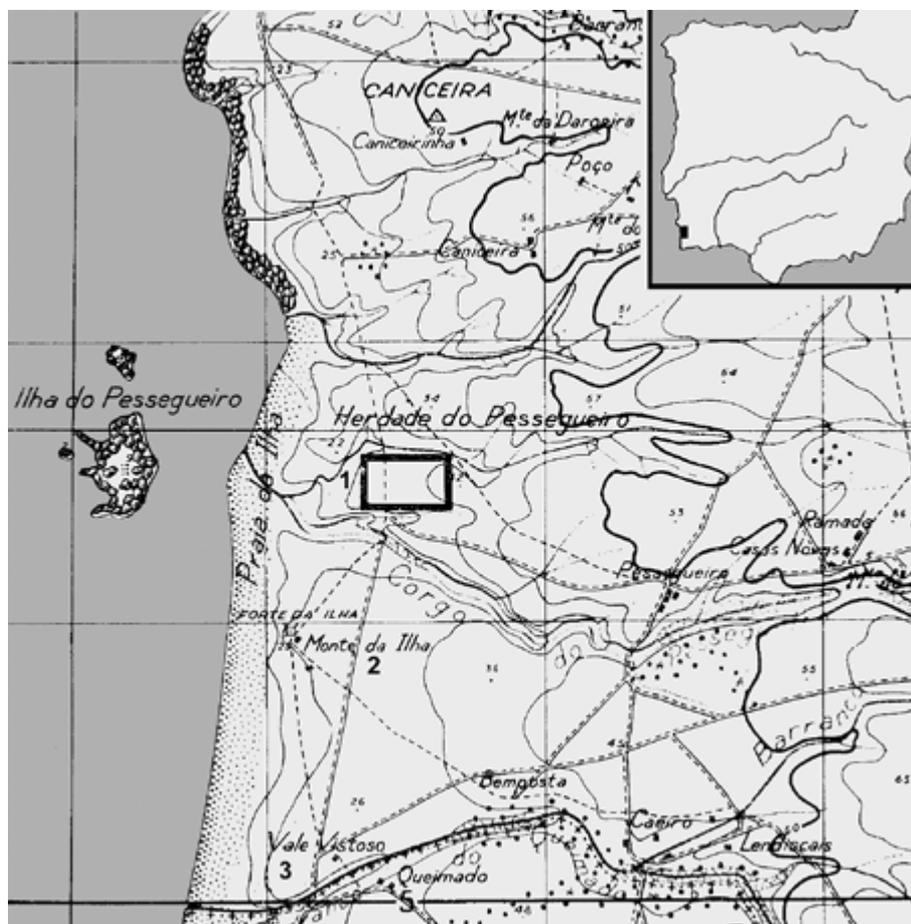


Fig. 2 – Localização do Pessegueiro na Carta Militar Portuguesa.

construídos com terras provenientes da área habitacional (Pessegueiro); o cemitério das Casas Velhas não possui recintos tumulares, à semelhança de muitas outras da área do Sudoeste (Corte do Guadiana, em Castro Marim, La Travesia em Huelva, Las Palomas em Badajoz);

- Quando se observam recintos tumulares de diferentes dimensões, como no núcleo sul do monumento da Provença (ou em Atalaia, ou em Alfarrobeira), os maiores correspondem tendencialmente às sepulturas mais antigas;
- O morto, colocado em posição contraída (“fetal”), em decúbito lateral e não coberto por terra, é acompanhado, na maior parte das vezes, por um recipiente em cerâmica; numerosas sepulturas, embora sem sinais de violação (inclusivamente seladas pela tampa *in situ*, como na Provença) não oferecem qualquer espólio; muito raramente, apresentam ricos conjuntos artefactuais (sepultura 12 da Provença).
- Outros marcadores de diferenciação social ocorrem mais raramente: revestimento por lajeado do fundo de sepulturas (sepultura 18 de Quitéria); tampas com a superfície externa insculturada com “cavinhas” (sepultura 23 de Provença).

É neste domínio funerário que se inscreve o Monumento II do Pessegueiro, cujo estudo agora se publica.

2. LOCALIZAÇÃO

A jazida da Idade do Bronze do Pessegueiro (também conhecida por Cemitério dos Mouros) situa-se na herdade do mesmo nome, no litoral alentejano (Figs. 1, 2 e 3), a 2 Km para SSE da fortaleza de terra do Pessegueiro (coordenadas hectométricas da Quadrícula Militar Portuguesa: X= 142 5; Y= 96 5; Carta Militar de Portugal, esc. 1: 25000; F. 535, 1952).



Fig. 3 – Fotografia aérea do sítio arqueológico do Pessegueiro.

Os monumentos funerários da Idade do Bronze e o respectivo núcleo habitacional implantaram-se em uma área plana, aberta e baixa, de aproximadamente 300 m x 180 m, sobre formações plio-pleistocénicas (arenito argiloso mal consolidado, castanho-amarelado). O Monumento II do Pessegueiro localiza-se no sector noroeste da área escavada, a cerca de 50 m para NW do Monumento I, já publicado, e a 50 m para WNW, do núcleo habitacional (Fig. 4).

Somente a cerca de 500m da linha de costa, o sítio arqueológico ocupa um interflúvio, cujas linhas de água, a poucas dezenas de metros do oceano, se unem, desaguando por um único talvegue, frente à Ilha do Pessegueiro. O “canal” que separa a ilha de terra oferece excelentes condições de fundeadoiro, que certamente foram aproveitadas para apoio à actividade piscatória desta comunidade da Idade do Bronze. Na margem esquerda do Corgo do Pessegueiro, que limita a Sul o Cemitério dos Mouros, identificámos e escavámos, nas imediações do Monte da Ilha, um outro extenso núcleo do Bronze do Sudoeste, infelizmente muito destruído pela acção das lavouras mecanizadas.

3. TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS

Identificado em 1972, aquando do início da prospeccção sistemática realizada pelo Grupo de Trabalhos Arqueológicos do Gabinete da Área de Sines, o Cemitério dos Mouros foi objecto de extensas escavações dirigidas pelos autores, coadjuvados por Joaquim Vilhena, entre 1975 e 1979, que abrangeram a área de aproximadamente

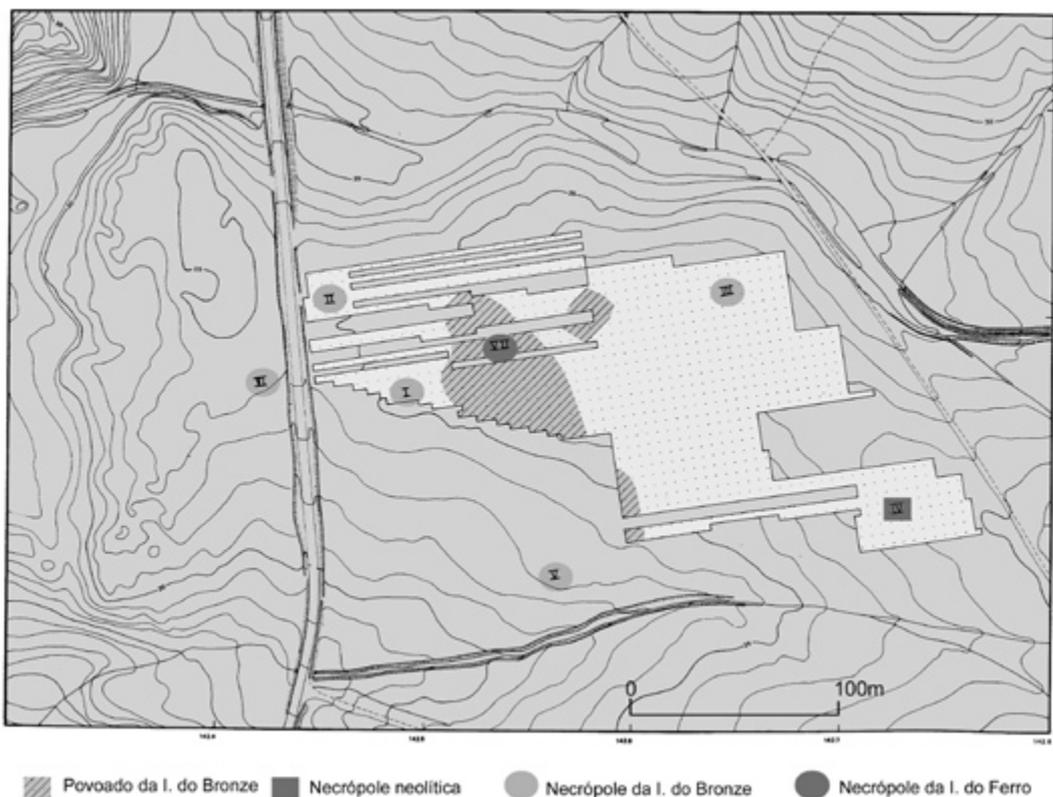


Fig. 4 – Pessegueiro. Área escavada. Monumentos sepulcrais: IV – Neolítico; I, II, III, V e VI – Bronze Médio; VII – Idade do Ferro.

20 000 m² e permitiram identificar o núcleo habitacional do Bronze Pleno do Sudoeste, rodeado por cinco monumentos sepulcrais da mesma época, situados, como já referimos, a curta distância daquele. Pela primeira vez na história da investigação sobre a Idade do Bronze no Sul Peninsular era identificado um *habitat* da “cultura” do Bronze do Sudoeste e se apreendia a correspondente relação espacial povoado-necrópole. Na zona mais oriental da área escavada foi posto a descoberto um monumento funerário neolítico constituído por cinco sepulturas individuais (Mon. IV – Fig. 4) e, sobreposto ao habitat da Idade do Bronze, um núcleo sepulcral da Idade do Ferro (Fig. 4, Mon.VII), correlacionável com a mais antiga ocupação identificada na Ilha do Pessegueiro.

Estes resultados, bem como o estudo arqueológico do Monumento I, foram já apresentados através de diversas publicações (SILVA & SOARES, 1979, 1980, 1981), para as quais remetemos o leitor, principalmente para a de 1979, onde a metodologia de escavação foi amplamente considerada.

Postas a descoberto as principais estruturas do Monumento II, durante essa longa campanha de escavações, de 1975 a 1979, que se desenvolveu sobretudo em área, só em 1985 o interior das sepulturas que o integram foi objecto de escavação através de um campo de trabalho promovido pela Direcção de Relações Públicas do Gabinete da Área de Sines, pelo FAOJ e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal que para aí destacou a arqueóloga Antónia Coelho Soares e o técnico de arqueologia Júlio Costa.

4. ESTRUTURAS SEPULCRAIS

4.1. Estado de conservação

O estado de conservação do Monumento II do Pessegueiro pode ser considerado razoável, face ao contexto pós-deposicional pouco favorável, do qual se destacam duas ordens de factores:

- Acção da agricultura, embora não mecanizada. Deslocação e fragmentação de todas as tampas sepulcrais. Afecção da parte superior dos esteios, impossibilitando, de um modo geral, a determinação da profundidade original e, portanto, do volume dos contentores sepulcrais. Destruição de algumas das estruturas que delimitavam os recintos tumulares. Tais destruições fizeram-se sentir sobretudo na periferia do monumento, onde, pela menor densidade de estruturas, a charrua teria atingido maior profundidade e maior poder destrutivo.
- Violações (Fig. 5), que teriam ocorrido, pelo menos em parte, na sequência dos trabalhos agrícolas atrás referidos. Se considerássemos somente as sepulturas que forneceram espólio funerário (artefactos e/ou material osteológico humano), em número de oito, podíamos afirmar que 30% dos contentores sepulcrais não sofreram violações. No entanto, de acordo com as características sedimentológicas/estratigráficas do enchimento das sepulturas, 12 delas, ou seja, 45% (n.ºs 2, 5, 6, 9, 10, 14, 18, 23, 24, 25, 26, e 27) mostraram evidentes sinais de violação. Assim, 55% não teriam sido violadas, valor que podemos considerar elevado se atendermos ao que se verifica na maior parte das necrópoles do Bronze Pleno do Sudoeste Peninsular (GARCIA SANJUÁN, 1998, 104-106).

4.2. Organização espacial

O Monumento II do Pessegueiro (Fig. 5) é constituído por 27 sepulturas, todas de tipo cista. Este número permite integrá-lo no grupo dos monumentos sepulcrais do Bronze Pleno do Sudoeste com maior número de tumulações.

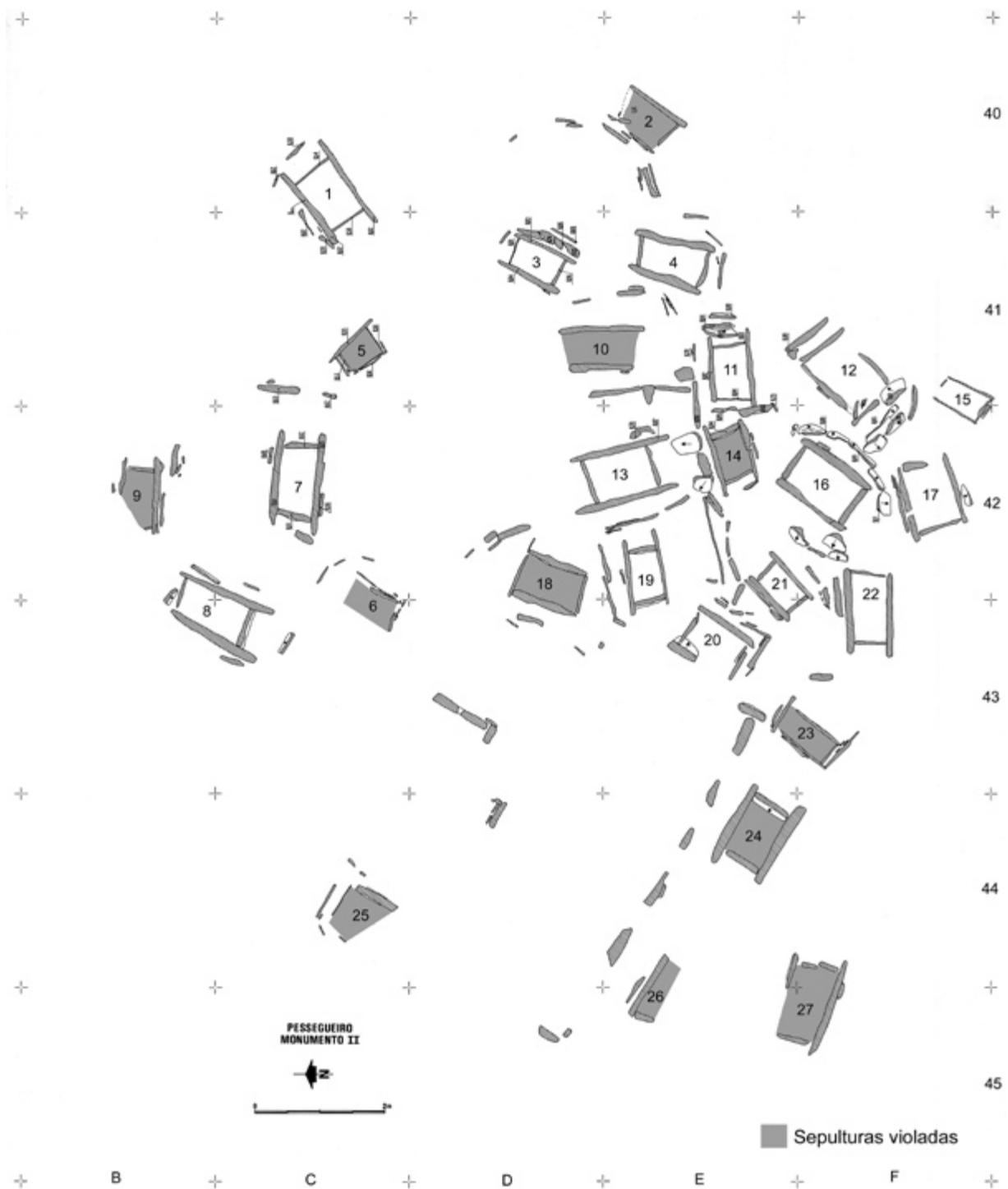


Fig. 5 – Planta do Monumento II do Pessegueiro.

Com efeito, na área do Sudoeste Peninsular, o grupo de monumentos com mais de 13 sepulturas representa somente 5%; a esmagadora maioria (cerca de 67%) possui 5 ou menos enterramentos (GARCIA SANJUÁN, 1998, p. 106).



Fig. 6 – Sepultura 13 e parte do respectivo recinto tumular.

Porém, o Monumento II do Pessegueiro, que abrange área de planta aproximadamente oval, com cerca de 16 m de eixo maior (orientação E-W) e 14 m de eixo menor (orientação N-S), parece ter resultado da fusão de quatro núcleos sepulcrais (A, B, C e D), distintos, ainda que muito próximos uns dos outros, polarizados respectivamente pelas sepulturas 7, 13, 16 e 24 (Fig. 8). Os dois primeiros chegaram até nós separados por área reservada de estruturas funerárias. Pelo contrário, os núcleos das sepulturas 13, 16 e 24 acabaram por se ligar, entrosando-se completamente.

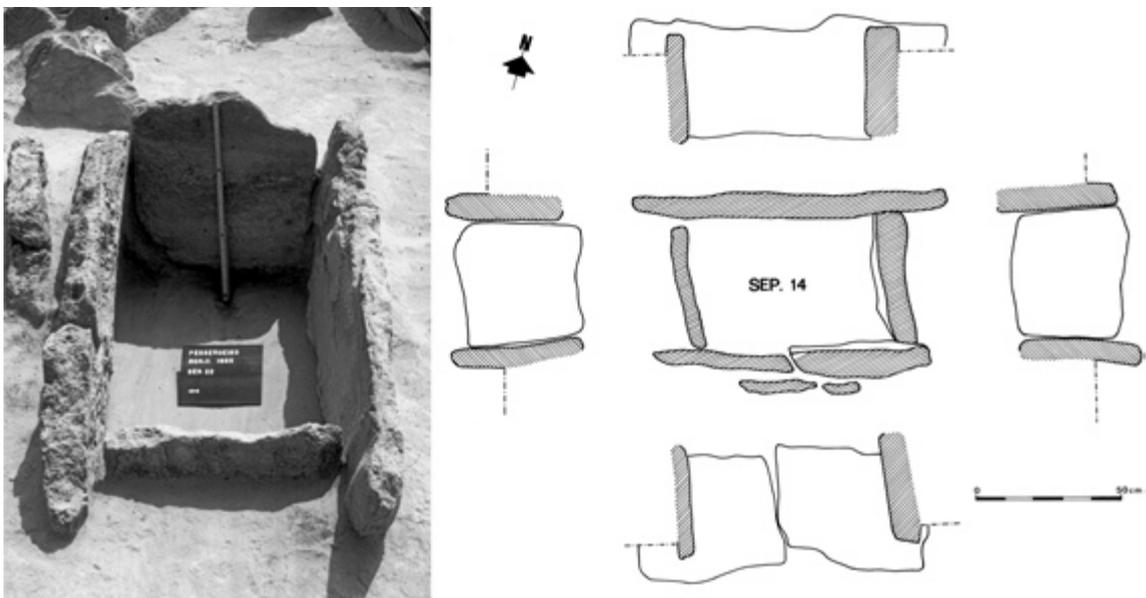


Fig. 7 – Sepulturas 22 e 14, esta última com planta e alçados.

Cada sepultura implantava-se no seio de recinto tumular geralmente de planta sub-retangular (as sepulturas 16 e 12 inseriam-se em recintos ovalados) e limitado por pequenos esteios (Fig. 6). O *tumulus* seria provavelmente de terra, talvez proveniente do povoado (ver capítulo sobre os artefactos do exterior das sepulturas), sem elementos pétreos.

A morfologia do Monumento II do Pessegueiro, em “favo”, aproxima-o do Monumento I da mesma necrópole (SILVA & SOARES, 1979 e 1981), bem como dos escavados na Provença (SANTOS, SOARES & SILVA, 1974 e 1975; SILVA & SOARES, 1981) e na Quitéria (SILVA & SOARES, 1981), no concelho de Sines, e ainda, já fora do litoral alentejano, dos de Panóias, no concelho de Ourique (VASCONCELOS, 1908; SCHUBART, 1975) e Alfarrobeira, no concelho de Silves (GOMES, 1994).

5. CONTENTORES SEPULCRAIS

As sepulturas, de tipo cista (Fig. 7), com planta sub-retangular, formadas por quatro esteios (dois laterais, maiores, e dois de topo, menores), seriam cobertas por tampa, talvez predominantemente monolítica como se

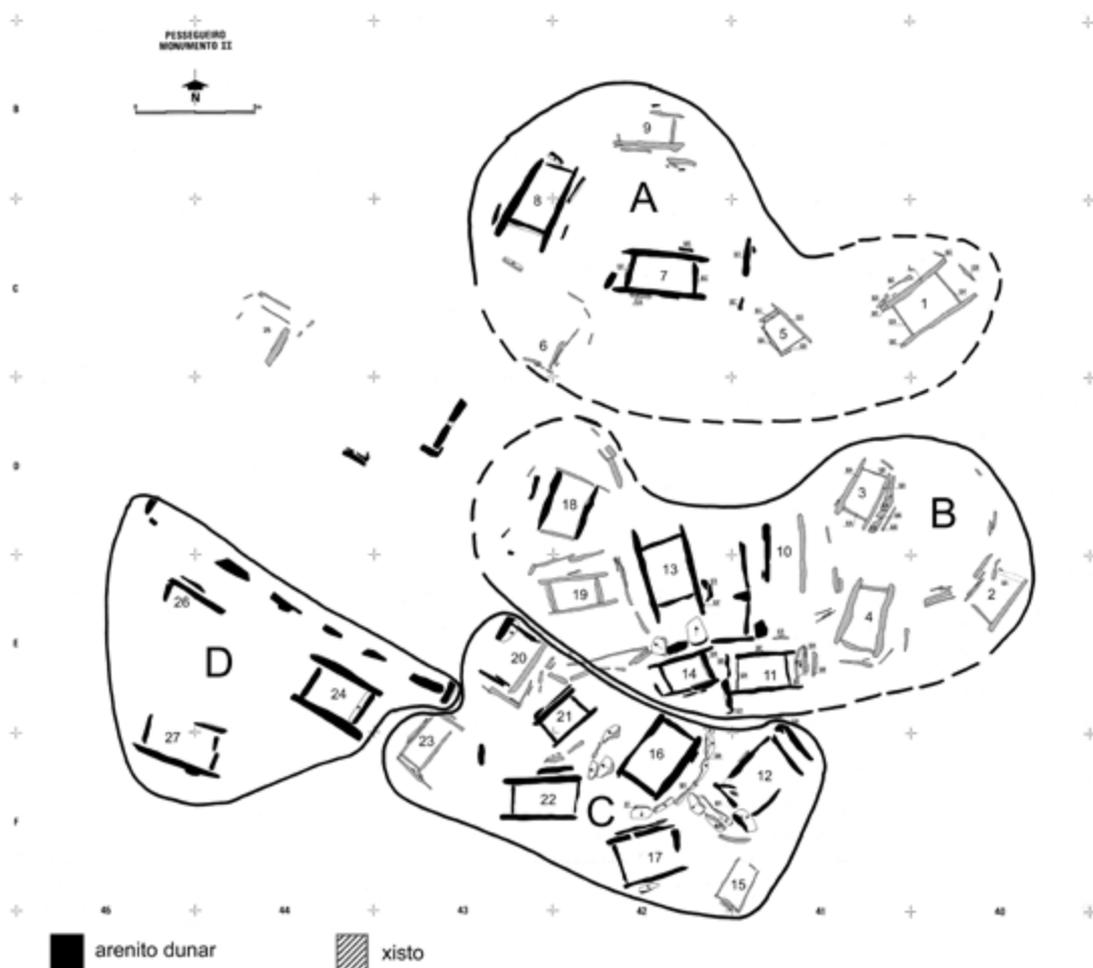


Fig. 8 – Distribuição espacial do material litológico utilizado na construção das estruturas funerárias e delimitação hipotética dos núcleos sepulcrais (A, B, C e D).

Quadro I – Monumento II do Pessegueiro. Principais características construtivas das sepulturas*.

Sep.	Loc.	Lit.	Cons.	Plt.	Or.	R. tm.	Compr. ext. (m)	Compr. int. (m)	Larg. ext. (m)	Larg. int. (m)	Prof. (m)	Ár. (m ²)	Vol. (m ³)	Espl.	Ost.
1	A(2)	1	1	1	4	1	1,52	0,92	0,82	0,65	0,49	0,60	0,29	1	0
2	B(2)	1	1	1	4	1	1,06	-	0,69	0,46	0,38**	-	-	0 (v)	0
3	B(2)	1	1	1	2	1	1,06	0,76	0,61	0,47	0,43	0,36	0,15	1	0
4	B(2)	1	1	1	2	1	1,24	0,98	0,81	0,59	0,44	0,58	0,25	0	0
5	A(2)	1	1	1	3	0	0,93	0,56	0,50	0,45	0,43	0,25	0,11	0 (v)	0
6	A(2)	1	1	-	2	1	-	-	-	-	0,38**	-	-	0 (v)	0
7	A(1f)	2	1	1	1	1	1,57	1,06	0,79	0,56	0,45	0,61	0,27	1	0
8	A(1?)	2	1	1	2	1	1,56	1,06	0,87	0,60	0,33**	0,64	0,21**	1	0
9	A(2)	2	1	1	1	1	1,16	0,83	0,63	0,44	0,27**	0,36	0,10**	0 (v)	0
10	B(1)	1+2	1	1	2	1	1,32	-	0,71	0,50	0,55	-	-	0 (v)	0
11	B(2)	2	1	1	1	1	1,20	0,80	0,70	0,53	0,56	0,42	0,23	1	0
12	C(1)	2	1	1	4	1	1,20	0,85	1,16	0,67	0,36**	0,57	0,20**	1	0
13	B(1f)	2	1	1	2	1	1,65	0,95	0,90	0,67	0,65	0,64	0,42	1	0
14	B(2)	2	1	1	1	1	1,08	0,62	0,64	0,46	0,45	0,28	0,13	0 (v)	0
15	C(2)	1	1	1	4	0	0,77	0,68	0,49	0,42	0,25**	0,29	0,07**	0	0
16	C(1f)	2	1	1	4	1	1,31	1,06	0,87	0,66	0,38**	0,70	0,27**	0	1
17	C(2)	2	1	1	1	0	1,16	0,93	0,86	0,70	0,43	0,65	0,28	0	0
18	B(2)	1+2	1	1	2	1	1,05	0,94	0,80	0,52	0,50	0,49	0,24	0 (v)	0
19	B(2)	1	1	1	1	1	1,16	0,70	0,60	0,48	0,45	0,34	0,15	0	0
20	C(2)	1+2	1	1	4	1	1,04	0,80	0,83	0,50	0,55	0,40	0,22	0	0
21	C(2)	2	1	1	4	1	0,97	0,68	0,56	0,40	0,57	0,27	0,15	0	0
22	C(2)	2	1	1	1	1	1,30	1,05	0,74	0,54	0,55	0,57	0,31	0	0
23	C(2)	1	1	1	4	0	0,88	-	0,49	0,37	0,30**	-	-	0 (v)	0
24	D(1?)	2	1	1	3	1	1,37	0,80	0,93	0,60	-	0,48	-	0 (v)	0
25	-	1	1	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	0 (v)	0
26	D(1?)	2	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-	0 (v)	0
27	D(2?)	2	1	1	1	0	1,55	1,15	0,84	0,67	0,47	0,77	0,36	0 (v)	0

*Quadro estruturado a partir do Quadro III.1 de GARCIA SANJUÁN, 1998.

**Esteios muito danificados em altura.

Loc. (núcleo sepulcral e localização neste): zona central fundadora (1f); zona central (1); zona periférica(2).

Lit. (material litológico de construção): xisto (1); arenito dunar (2).

Cons. (estado de conservação): ausência de alterações (0); presença de alterações (1).

Plt. (planta): sub-rectangular (1); oval (2); trapezoidal (3); outras (4); desconhecida (0).

Or. (orientação): Este-Oeste (1); Norte-Sul (2); Noroeste-Sudeste (3); Nordeste-Sudoeste (4).

R. tm. (recinto tumular): ausência de vestígios (0); presença de vestígios (1).

Compr. ext. (comprimento externo – dimensão máxima do maior esteio lateral): em m.

Compr. int. (comprimento interno da sepultura): em m.

Larg. ext. (largura máxima externa): em m.

Larg. int. (largura do interior da sepultura): em m.

Prof. (profundidade – altura máxima actual dos esteios): em m.

Ar. (área do interior da sepultura): em m².

Vol. (volume actual do interior da sepultura): em m³.

Espl. (espólio): presença de espólio (1); ausência de espólio (0); violada (v).

Ost. (material osteológico humano): presença (1); ausência (0)

observa na maior parte das cistas do “Bronze do Sudoeste”; porém não se conservou nenhuma das presumíveis tampas.

O material utilizado na construção foi o arenito dunar (com afloramentos na Praia da Ilha e na área da fortaleza do Pessegueiro) e o xisto (com numerosos afloramentos nas proximidades da nossa jazida, em formações do carbonífero marinho). O arenito dunar é exclusivo de 14 sepulturas (n.ºs 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 21, 22, 24, 26 e 27) e acompanha o xisto em 3 (n.ºs 10, 18 e 20). O xisto é exclusivo de 10 sepulturas (n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 15,

19, 23 e 25). A distribuição espacial destas matérias-primas não parece ser aleatória: as sepulturas mais antigas de cada núcleo são de arenito dunar, localizando-se as de xisto na periferia (Fig. 8). Tenha-se em consideração que o arenito dunar se encontra mais confinado e que a sua extracção, corte e regularização em placas adequadas à construção de cistas exige maior investimento que o xisto.

As dimensões das sepulturas são apresentadas no Quadro I. As mais antigas de cada núcleo são as que oferecem valores mais elevados (Fig. 9). Isto é particularmente nítido no Núcleo B (Fig. 9), o melhor conservado, e que se iniciou com a construção da sepultura 13. Esta é, de facto, a que mostra maiores dimensões (área útil $0,64\text{m}^2$); as da periferia deste núcleo, por conseguinte mais recentes, são mais pequenas, com áreas compreendidas entre $0,28\text{m}^2$ e $0,40\text{m}^2$.

Por outro lado, constata-se, como já se afirmou, que as sepulturas maiores foram construídas, de um modo geral, com esteios de arenito dunar, enquanto as menores são de xisto. Assim, das treze sepulturas (cuja área de implantação é determinável) com esteios exclusivamente de arenito dunar, dez (77,0%) possuem área igual ou superior a $0,40\text{m}^2$, e em oito (61,5%), essa variável é igual ou superior a $0,57\text{m}^2$, podendo atingir $0,77\text{m}^2$. Das seis sepulturas (de área determinável) com esteios exclusivamente de xisto, só duas (33,3%) têm área igual ou superior a $0,40\text{m}^2$, não ultrapassando o valor máximo de $0,60\text{m}^2$.

A técnica de construção segue o padrão mais comum no Sudoeste Peninsular: os esteios laterais, que atingem maiores profundidades, travam os de topo, de menor altura (20 sepulturas, em 22, revelam este carácter). Pelo

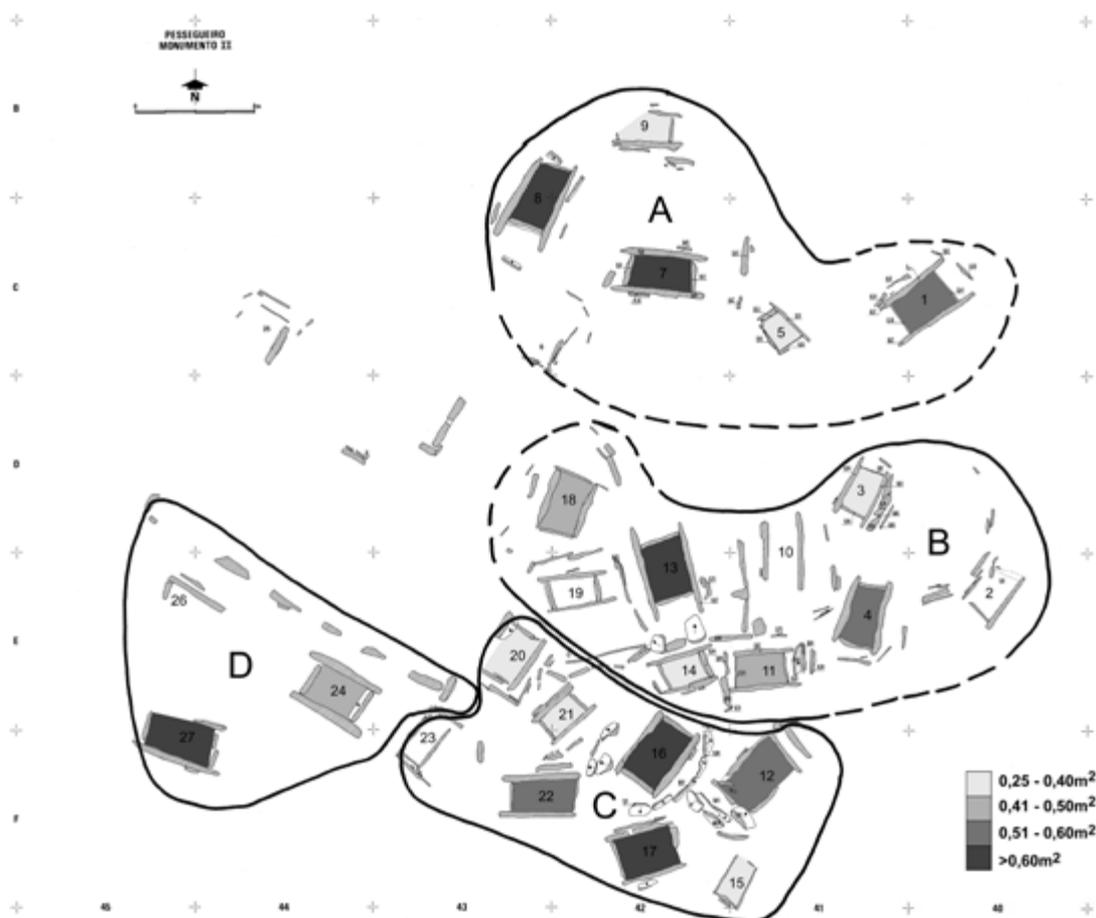


Fig. 9 – Distribuição espacial da área (por classes) do interior das sepulturas.

Quadro II – Monumento II do Pessegueiro. Dimensão das sepulturas.

	Compr. int. (m)	Larg. int. (m)	Prof. actual* (m)	Ár. int. (m ²)	Vol. int. actual (m ³)
X	0,87±0,16	0,54±0,10	0,50±0,07	0,49±0,16	0,24±0,09
Máx.	1,15 (Sep.27)	0,70 (Sep.19)	0,65 (Sep.13)	0,77 (Sep.27)	0,42 (Sep.13)
mín.	0,56 (Sep.5)	0,37 (Sep.23)	0,43 (Sep.3, 5 e 17)	0,25 (Sep.5)	0,11 (Sep.5)

* – excluídas as muito destruídas em altura.

X – média e respectivo desvio padrão.

contrário, apenas em duas sepulturas (n.ºs 18 e 23) os esteios laterais eram travados pelos de topo. Mas, em todos os contentores, os esteios laterais eram mais altos que os de topo, implantando-se a diferentes cotas, em roços abertos no substrato geológico, de arenito argiloso, enquanto a base dos de topo assentava sobre a superfície do mesmo substrato.

No que respeita à orientação das sepulturas, predomina a Nordeste-Sudoeste, em 33,3% (n.ºs 1, 2, 12, 15, 16, 20, 21, 23, e 25), seguida pela orientação Este-Oeste, com 29,6% (n.ºs 7, 9, 11, 14, 17, 19, 22 e 27), e pela Norte-Sul, com 25,9% (n.ºs 3, 4, 6, 10, 13 e 18). A orientação Norte-Sul, a mais frequente na área do Sudoeste, com 29% (GARCIA SANJUÁN, 1998, p. 123), é, no Monumento II, a pior representada, apenas com 11,1% (n.ºs 5, 24 e 26). De notar que a orientação este-oeste, a menos frequente no Sudoeste, com 16% (GARCIA SANJUÁN, 1998, p. 123), apresenta, no nosso monumento, como vimos, elevada frequência relativa.

Se em algumas necrópoles do Bronze do Sudoeste, a orientação das sepulturas parece ter sido determinada pela orientação predominante dos estratos geológicos, como se verificou na encosta ocidental da Serra Morena (GARCIA SANJUÁN, 1998, p. 123), no caso do Pessegueiro esse factor não parece ter tido qualquer influência, pois o substrato geológico é constituído por arenito mal consolidado do Plio-Plistocénico. Há, pois, que procurar outra explicação para as orientações identificadas.

Se atendermos somente ao núcleo sepulcral B, iniciado com a construção da sepultura 13, verificamos que as sepulturas mais antigas apresentam orientação norte-sul; posteriormente, e em torno daquelas, foram construídas sepulturas de orientação este-oeste e, mais tarde ainda, de orientação nordeste-sudoeste.

Exactamente o mesmo foi possível observar no núcleo Sul do monumento escavado na Provença (SILVA & SOARES, 1981, fig. 114). Ainda na área de Sines, as sepulturas da necrópole da Quitéria, também do Bronze Pleno do Sudoeste, apresentam, sem excepção, orientação Este-Oeste. Porém, no Monumento I do Pessegueiro, as sepulturas mais antigas estão orientadas Este-Oeste, mas as mais recentes possuem orientação Norte-Sul (SILVA & SOARES, 1979 e 1981, Fig. 119), o que parece inviabilizar a hipótese de a simbólica subjacente a essas diferentes orientações ter tido uma base estritamente cronológica.

5.1. *Recintos tumulares*

Os recintos tumulares em que as sepulturas se inserem (Quadro III) apresentam planta rectangular ou subtrapezoidal, à excepção do da sepultura 16 (e talvez também do da sepultura 12), cuja planta é oval. São delimitados por pequenos esteios de arenito dunar ou de xisto. Nas áreas melhor conservadas e situadas na zona central de cada núcleo sepulcral, os recintos confinam entre si, reutilizando um ou mais lados dos recintos preexistentes.

Os recintos tumulares das zonas periféricas de cada núcleo apresentam menores dimensões do que os das zonas centrais; alguns deles (o da sepultura 1 – núcleo A, e o da sepultura 20 – núcleo C) surgem desarticulados dos recintos preexistentes.

Quadro III – Monumento II do Pessegueiro. Recintos tumulares.

Rec. da sep.	Loc.	Cons.	Plt.	Lit.	Compr. (m)	Larg. (m)	Área (m ²)
1	A(2)	2	1	1	1,7*	1,1*	1,9*
2	B(2)	3	-	-	-	-	-
3	B(2)	2	1	1	1,2*	1,2*	1,4*
4	B(2)	2	1	1	1,5*	1,2*	1,8*
5	A(2)	3	-	-	-	-	-
6	A(2)	2	1(?)	1	-	-	-
7	A(lf)	2	1	2+1	2,8*	-	-
8	A(1?)	2	1	2	2,4*	-	-
9	A(2)	2	1	1	-	0,9*	-
10	B(1)	2	1	1	2,4*	1,4	3,4*
11	B(2)	1	1	1+2	1,4	1,1*	1,5*
12	C(1)	2	2(?)	1+2	1,7	1,6*	2,7*
13	B(lf)	1	1	2	2,4*	2,0*	4,8*
14	B(2)	2	1	2	1,3*	0,8*	1,0*
15	C(2)	3	-	-	-	-	-
16	C(lf)	1	2	1	2,1*	1,5	3,2*
17	C(2)	3	-	-	-	-	-
18	B(2)	2	1	1+2	-	-	-
19	B(2)	1	1	1	1,6*	1,6	2,6*
20	C(2)	2	1	1	1,2*	1,1*	1,3*
21	C(2)	2	-	1+2	-	1,0*	-
22	C(2)	3	-	-	-	-	-
23	C(2)	3	-	-	-	-	-
24	D(1?)	2	1	2	-	1,7*	-
25	?	2	1	1	-	-	-
26	D(1?)	2	1	2	-	-	-
27	D(2?)	3	-	-	-	-	-

* – valor estimado

Loc. (Núcleo sepulcral e localização neste): lf – zona central do núcleo, sep. fundadora; 1 – zona central do núcleo; 2 – zona periférica.

Cons.: 1 – regular; 2 – muito danificado; 3 – completamente destruído/inexistente.

Plt.: 1 – sub-retangular; 2 – oval.

Lit.: 1 – xisto; 2 – arenito dunar.

5.2. Estratigrafia horizontal

Tal como nas necrópoles de tipo Atalaia, com recintos tumulares de planta circular, nas do Bronze Pleno de Sines é, por vezes, possível, com base na análise das relações espaciais entre os diversos recintos, estabelecer cronologias relativas e sequências de construção dos mesmos e das respectivas sepulturas.

Núcleo A

As sepulturas do núcleo A, em resultado do estado de destruição dos respectivos recintos tumulares, são difíceis de ordenar cronologicamente. A n.º 7 parece ser a mais antiga, se atendermos às suas dimensões e às do respectivo recinto. A sepultura 1, francamente periférica, teria possuído pequeno recinto completamente independente.

Núcleo B

A sepultura 13, de orientação Norte-Sul, e o respectivo recinto tumular, o de maiores dimensões, representam a fundação do núcleo B. Seguidamente, no mesmo núcleo, terá sido construída a sepultura 10, com igual orientação, e cujo recinto, também de grandes dimensões, teria reutilizado o lado oriental do recinto da sepultura 13. Posteriormente, teria sido construída a sepultura 19, de orientação Este-Oeste; o seu recinto tumular, ainda de grandes dimensões, teria penetrado no da sepultura 13. A sepultura 11 parece mais tardia: o seu recinto, de reduzidas dimensões, reutilizou, a Norte, parte dos lados meridionais dos recintos das sepulturas 10 e 13. Por sua vez, o recinto da sepultura 14, também de área reduzida, reaproveitou as estruturas preexistentes dos recintos das sepulturas 13 e 11.

Núcleo C

O núcleo C ter-se-ia iniciado com a sepultura 16, em recinto de planta oval. A sepultura 12 pertence claramente a momento posterior, pois o seu recinto, talvez também de planta ovalada, foi-se adossar ao da sepultura 16. Seguiu-se a construção das sepulturas 17, 22 e 21, e, mais tardiamente, as da periferia do núcleo – n.^{os} 15, 20 e 23. Estas duas últimas possuem recintos muito pequenos; no caso da sepultura 20, o recinto parece independente, não se articulando pois com qualquer outro. De notar que todas as sepulturas do núcleo C possuem orientação Nordeste-Sudoeste.

Núcleo D

O grupo que designamos por núcleo D oferece sepulturas de orientação aproximadamente Este-Oeste, em fiadas rectilíneas que lembram a organização espacial da necrópole da Quitéria; é impossível dizer qual das três é a mais antiga. Já a sepultura 23, que integrámos no Núcleo C, é claramente posterior à 24, visto ter penetrado no recinto tumular desta última.

6. CONTEÚDO DAS SEPULTURAS

6.1. Depósito sedimentológico

Os sedimentos que preenchiam as sepulturas distribuíam-se por diversas camadas que se distinguiam entre si por diferenças de cor, consistência e compacidade.

Assim, a parte superior das sepulturas e, nos casos de violação, a sua quase totalidade (Fig. 10) era ocupada pela Camada (C.) 1, arenosa, de pequena compacidade³, cor amarelo-acinzentada escura, com raízes e por vezes com fragmentos de xisto e (ou) de arenito dunar. Correspondia à penetração da C.1 do exterior das sepulturas (nível superficial da jazida do Pessegueiro, actuado pelas lavouras), no interior das mesmas, após a remoção das respectivas tampas.

Nos casos em que não se verificou violação (Fig.10), seguia-se camada (C.2) de areia branco-amarelada, de compacidade média e espessura variando entre 0,05 m e 0,25 m (em geral com cerca de 0,20 m), que se teria formado pela infiltração de sedimento quando a sepultura se encontrava ainda coberta pela tampa.

Sempre que o contentor forneceu espólio (osteológico ou artefactual), este era embalado pelo sedimento da C.2.

³ No que respeita à *compacidade*, seguimos a classificação adoptada em Botelho da COSTA, 1975, p. 365.

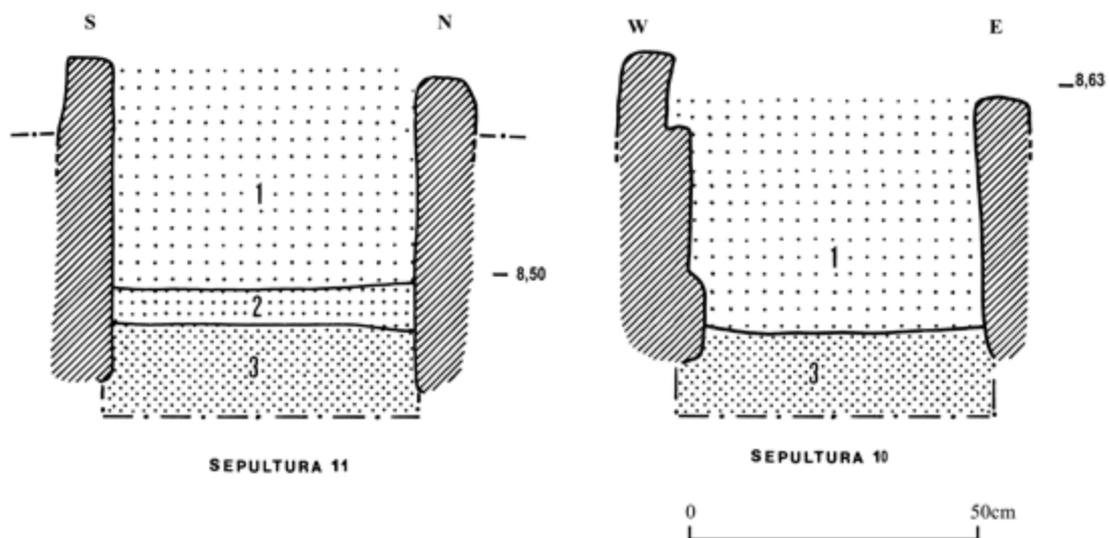


Fig. 10 – Perfis estratigráficos de sepultura não violada (n.º 11) e de sepultura violada (n.º 10).



Fig. 11 – Sepultura 16, contendo os restos osteológicos de dois indivíduos.

A C.3 era constituída pela formação geológica, um arenito castanho-avermelhado com manchas branco-amareladas, de grande a muito grande compactidade; no topo desta camada foram abertos roços para a implantação dos esteios laterais das sepulturas.

A estratigrafia do enchimento das sepulturas não violadas mostra que o inumado não seria coberto por terra, o que já havia sido comprovado pela escavação das sepulturas 12 e 13 da Provença (SILVA & SOARES, 1981, Fig. 130).

6.2. Depósito osteológico humano

Só uma sepultura forneceu material osteológico humano (n.º 16, núcleo C – Fig. 12). Nas restantes, certamente por razões tafonómicas relacionadas com a acidez e a lixiviação do meio, esse tipo de material estava ausente. Para a sua conservação teria contribuído a associação entre a natureza litológica dos respectivos esteios (arenito dunar, de cimento calcário) e o facto de terem sido sepultados dois indivíduos, criando-se assim ambiente menos ácido. O estudo antropológico dos restos dos dois indivíduos, foi efectuado por Teresa Matos Fernandes (ver Anexo I). Esta investigadora concluiu que os dois indivíduos foram sepultados em ocasiões diferentes; em primeiro lugar, inumou-se um indivíduo do sexo masculino que teria, à morte, idade inferior a 30 anos; mais tarde, quando os tecidos moles já haviam desaparecido, e após os seus ossos terem sido “arrumados” junto dos esteios laterais, procedeu-se à inumação, em decúbito lateral direito, em posição fetal, com flexão total, a cabeça a Nordeste, do segundo indivíduo, pertencente ao sexo feminino, com estatura estimada em 150 cm, que morreu com uma idade compreendida entre os 35 e os 45 anos; ambos teriam pertencido ao subtipo mediterrânico grácil.

6.3. Depósito artefactual

Somente sete sepulturas forneceram artefactos (Fig.13). A ausência destes em grande parte das sepulturas escavadas pode ter resultado de violações. Porém, surgiram sepulturas (n.ºs 4, 15, 17, 19, 20, 21 e 22) que, embo-

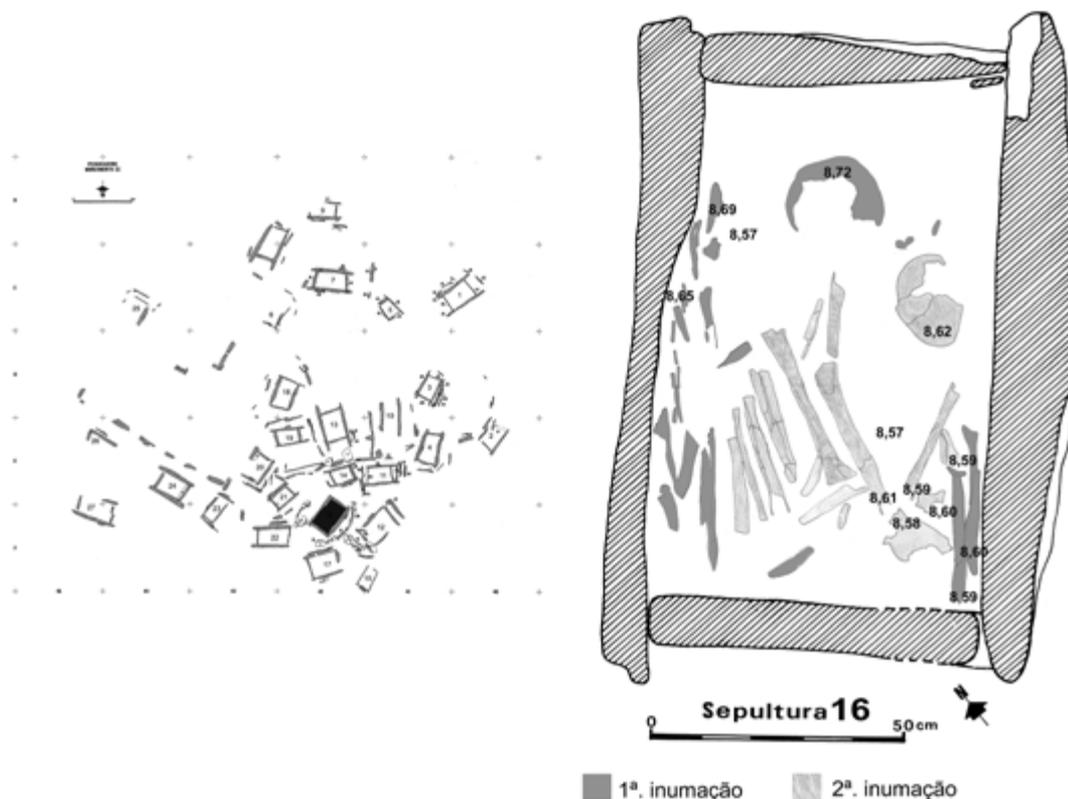


Fig. 12 – Sepultura 16 e respectivo conteúdo osteológico humano.

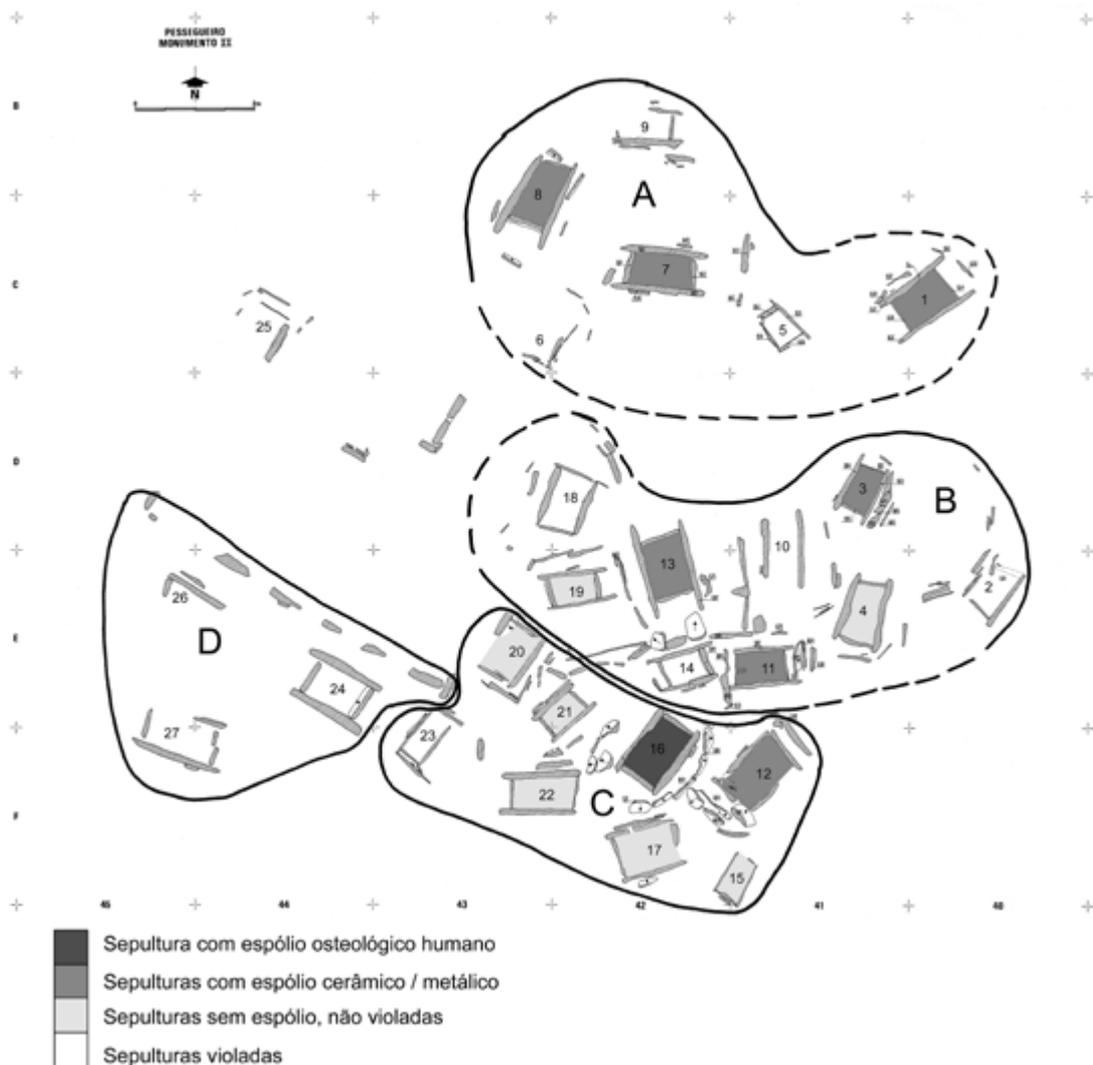


Fig. 13 – Distribuição espacial do conteúdo artefactual das sepulturas.

ra não revelando sinais de terem sido violadas, não entregaram qualquer espólio; localizam-se nas zonas periféricas dos respectivos núcleos sepulcrais (Fig. 13). Também a sepultura 16, fundadora do núcleo C, se mostrou artefactualmente estéril: neste caso, o primeiro inumado poderia ter sido acompanhado de espólio, retirado da sepultura aquando da segunda inumação.

Três sepulturas (n.ºs 3, 8 e 12), a primeira localizada na zona periférica do núcleo B (Fig. 20), e as restantes, não fundadoras, mas situadas na zona central, respectivamente, dos núcleos A (Fig. 17) e C (Fig. 21), continham somente uma peça cada, representada por um recipiente em cerâmica.

As sepulturas 1, 7, 11 e 13 continham maior número de artefactos: a n.º 1 (na zona periférica do núcleo A) forneceu três espirais de prata e 23 contas perfuradas (Figs. 15 e 16); a n.º 7 (fundadora do núcleo A), um recipiente em cerâmica, carenado, e um punhal de cobre de grandes dimensões (Fig. 14); a n.º 11 (na zona periférica do núcleo B), um recipiente em cerâmica, carenado, e um punção de cobre (Fig. 19); a n.º 13 (fundadora do núcleo B), um recipiente em cerâmica de colo estrangulado e decorado por bandas, e um punção de cobre (Fig. 18).

Seguidamente, descrevemos os artefactos exumados nas sepulturas do Monumento II do Pessegueiro, aludindo, ao mesmo tempo, às respectivas condições de jazida.

Núcleo A

Sep. 7 - fundadora (Fig. 14)

Na base da C.2 (areia amarelo-acastanhada, semi-compacta, embalando grandes blocos lajiformes de arenito dunar, em posição vertical e oblíqua, que poderiam ter feito parte da tampa da sepultura; espessura da camada *ca.* 0,15 m):

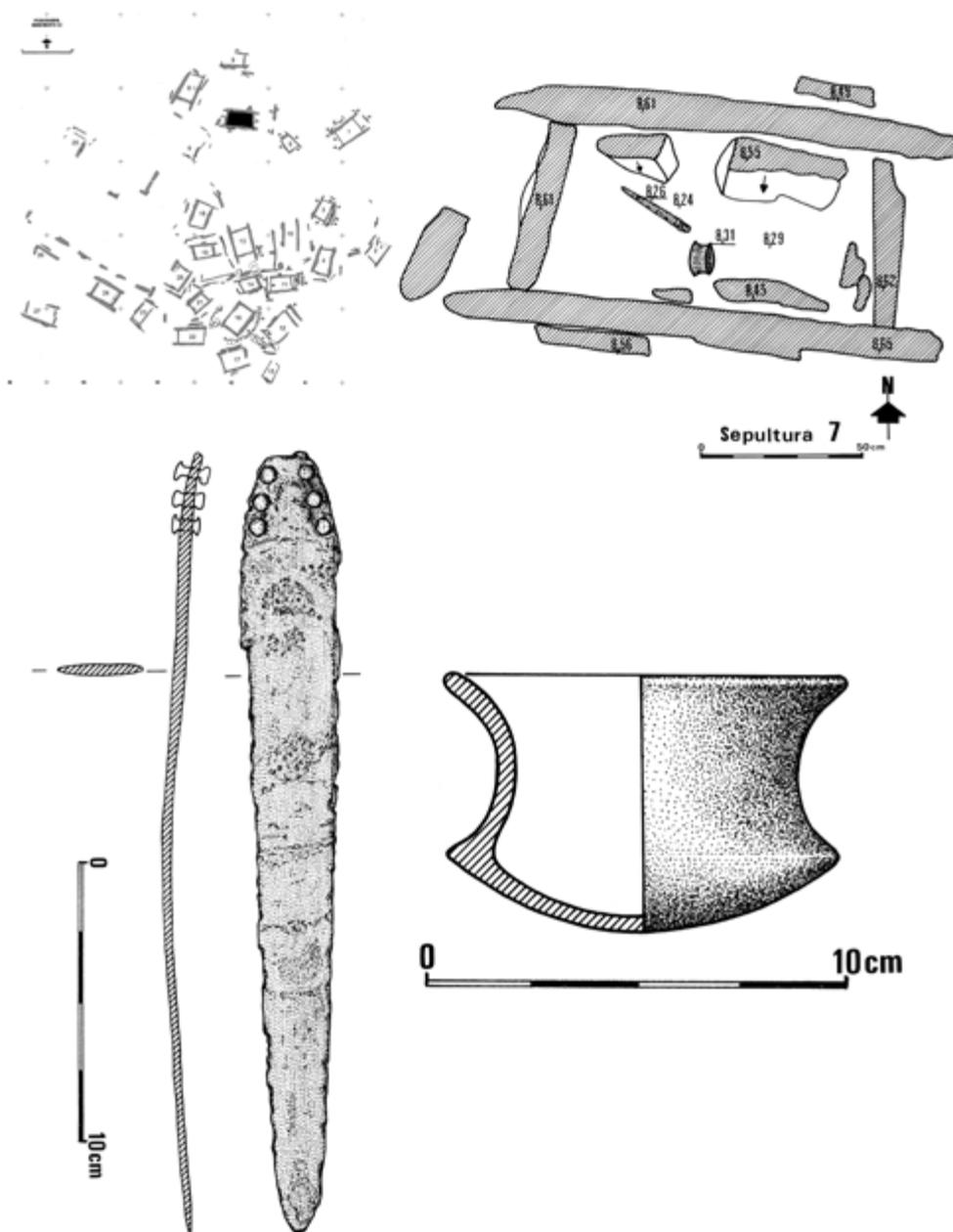


Fig. 14 - Conteúdo artefactual da Sepultura 7 (fundadora do Núcleo A).

- S.CM/10012 - Recipiente em cerâmica, montado manualmente. Taça carenada; carena vincada e baixa; colo côncavo; bordo extrovertido; bojo em calote. Superfícies de cor castanha (Munsell 10YR5/3), erodidas e lisas. Diâm. da boca 92 mm; diâm. da carena 116 mm; alt. total 67 mm; alt. da carena 18 mm.

Tombado, de boca voltada para oeste (Q. C24: X = 1,3 5m S.; Y=1,25 m. W.; Z=8,22 m a 8,31 m).

- S.CM/10001 - Punhal em cobre (ver Anexo II), de lingueta trapezoidal com seis rebites. Compr. 280 mm; larg. máx. (base da lingueta) 35 mm; esp. da lâmina 3 mm.

Na metade oeste da sepultura; extremidade proximal junto da boca da taça carenada (Q. C24: X=1,30 m S.; Y=1,31 m W; Z=8,26 m).

Sep. 1 (Figs. 15 e 16).

Junto do esteio sudoeste, na base da C.2 (areia branco-amarelada, compacta, com ca. 0,15m de espessura):

- S.CM/10002-10004 - 3 espirais de prata (ver Anexo II), circulares, respectivamente de quatro voltas e 40mm de diâmetro interno, de duas voltas e 28 mm de diâmetro interno e de três voltas e 36 mm de diâmetro interno; aro de secção circular com 2 a 3 mm de espessura.

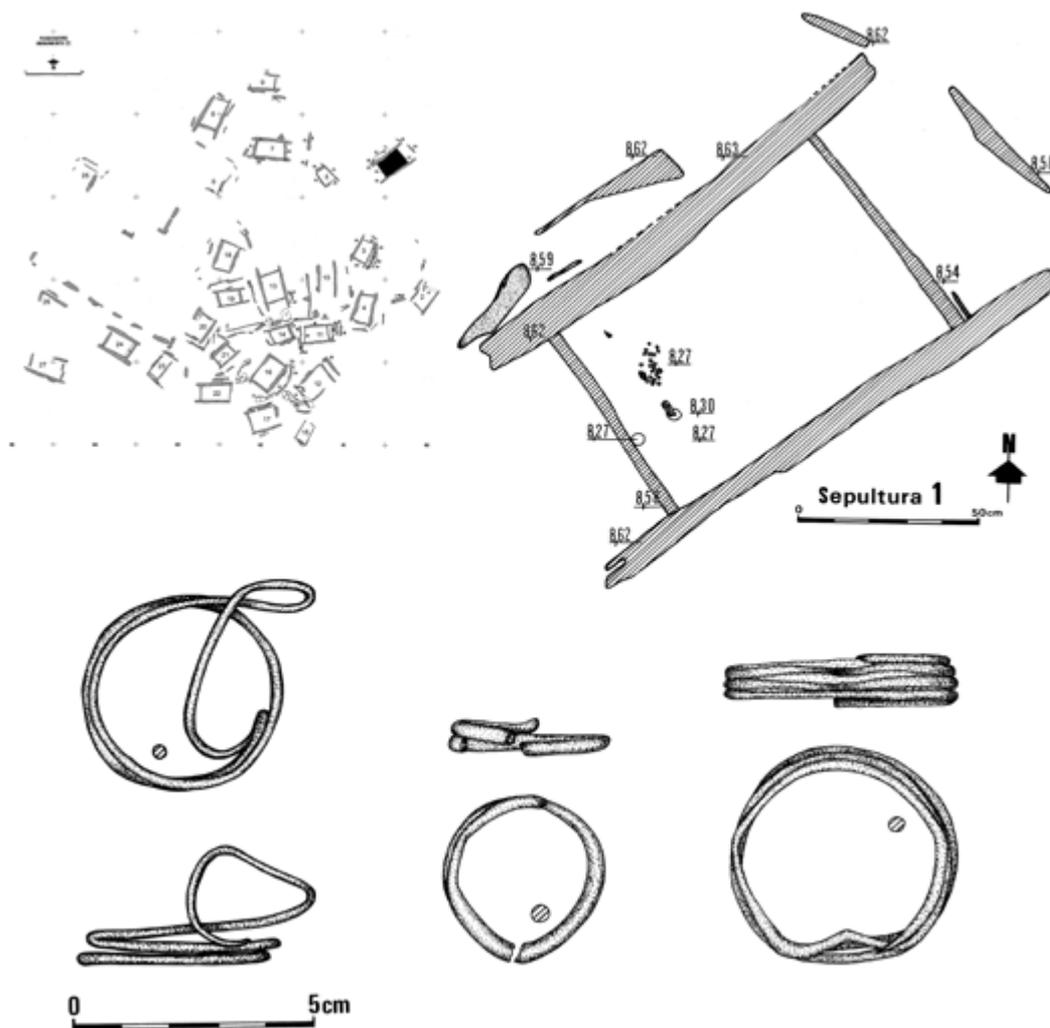


Fig. 15 - Conteúdo artefactual (espirais de prata) da Sepultura 1 (Núcleo A).

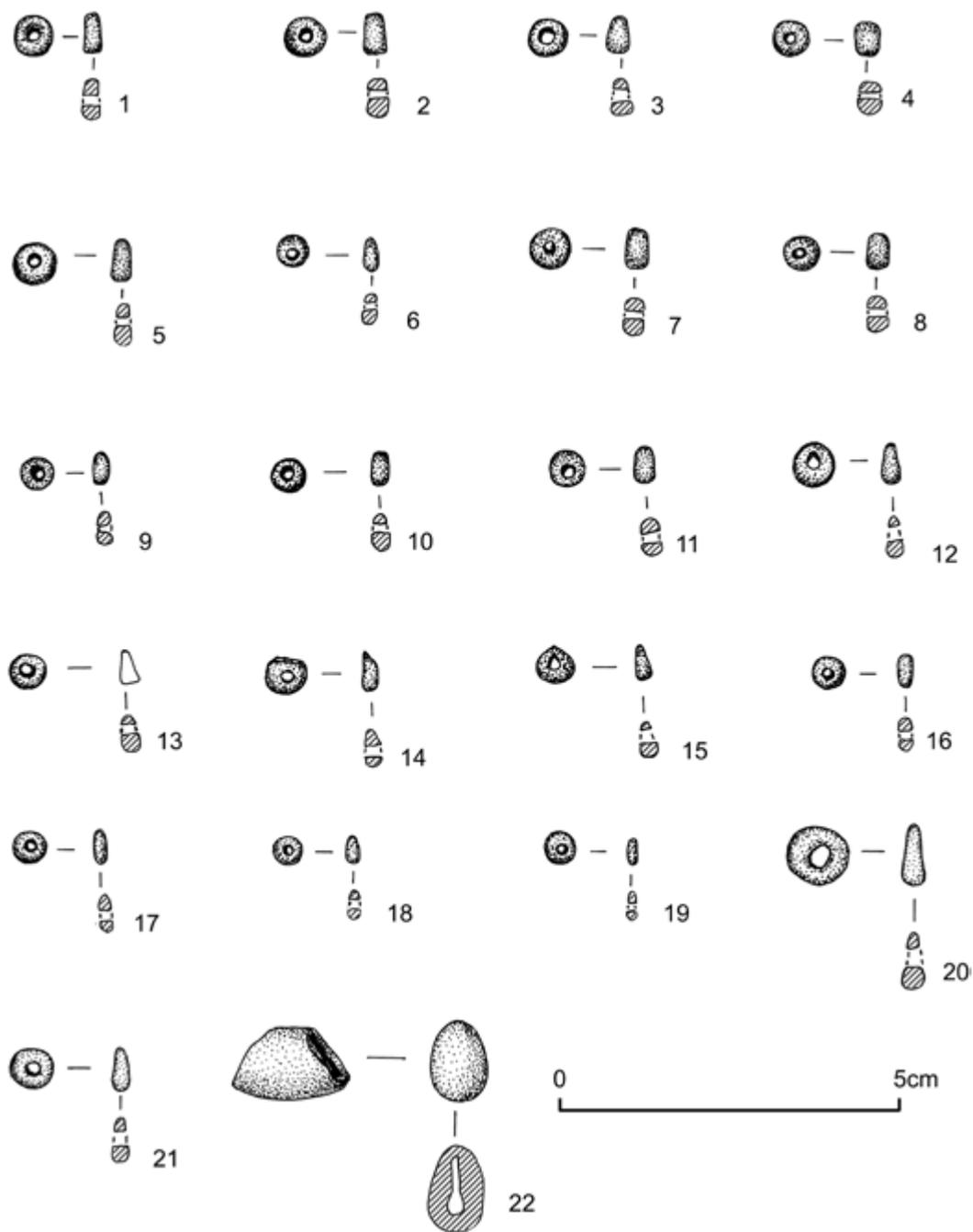


Fig. 16 – Conteúdo artefactual (contas de “colar”) da Sepultura 1 (Núcleo A).

Q. C41: 2,00-2,09 m S.; Y=0,10-0,20 m W; Z=8,27-8,30 m.

– S.CM/10030-10051 – 23 contas: 20 discóides (com 4 a 6mm de diâmetro) de material de cor verde; 2 discóides (com 6 e 9 mm de diâmetro) de material de cor bege; e 1 subcilíndrica de cor castanho-escuro (S.CM/10030), com 17 mm de comprimento e 11 mm de largura.

Q. C41:X=1,90 m S.;Y=0,18 m W; Z=8,27 m.

Sep. 8 (Fig. 17).

Na C.2 (areia branco-amarelada, compacta, com 0,15-0,20 m de espessura), junto e a meio do esteio lateral E.:
– S.CM/10010 – Recipiente de cerâmica montado manualmente, de bojo esferoidal e colo em tronco de cone, bordo ligeiramente inclinado para o interior. Superfície externa castanho-avermelhada clara (M.5YR 6/4) e castanho-amarelada clara (M.10YR 6/4) com manchas cinzento-escuras e com ténues vestígios de polimento; decorada no bojo por caneluras verticais que formam “gomos” pouco evidenciados. Quatro orifícios circulares, um no colo e três na parte superior do bojo. Diâm. da boca 40 mm; diâm. máx. (no bojo) 95 mm; alt. total 72 mm.

Colocado de boca para cima. Q. B43: X=2,86 m S.; Y=0,40 m W.; Z=8,23 m a 8,31 m.

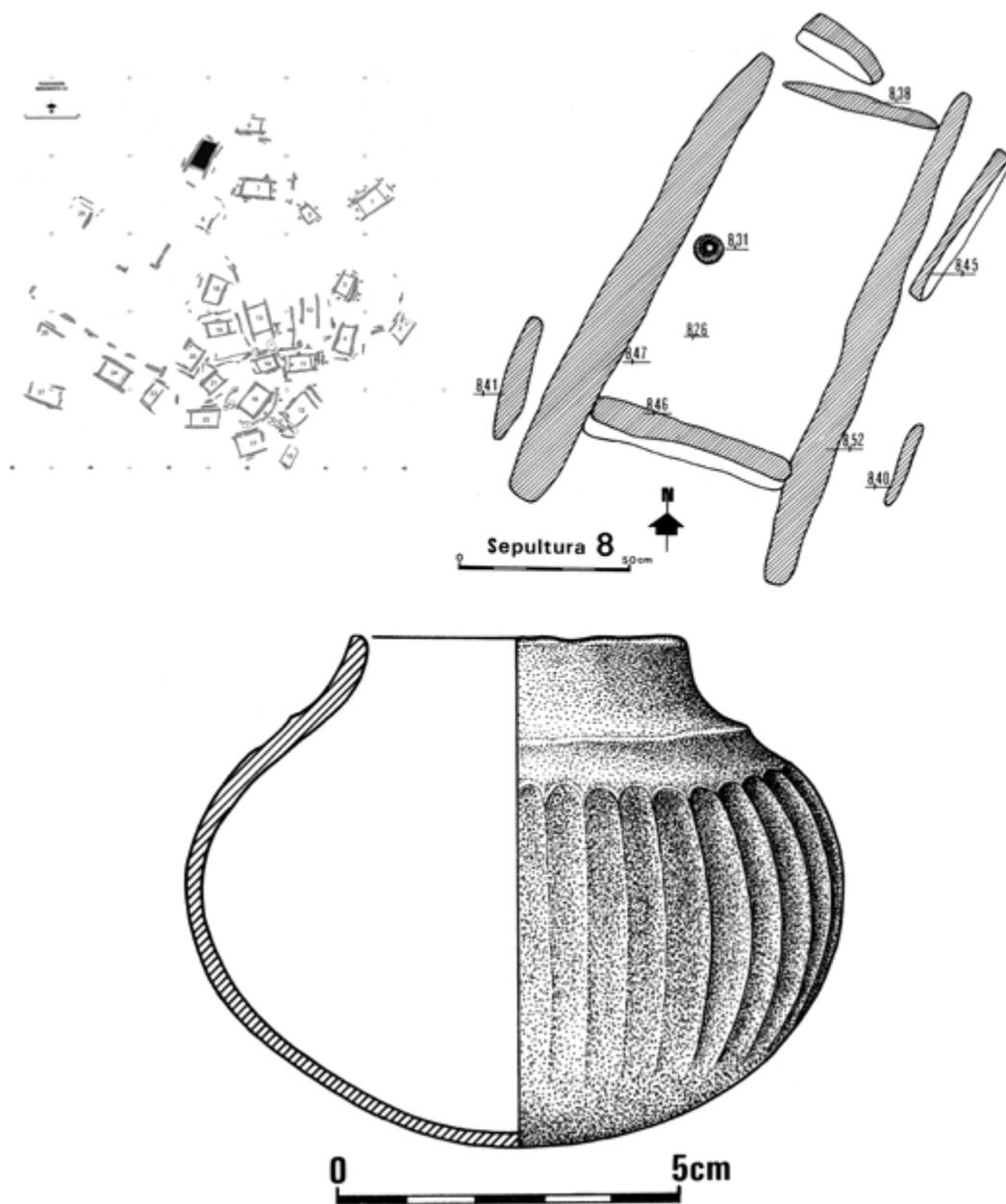


Fig. 17 – Conteúdo artefactual da Sepultura 8 (Núcleo A).

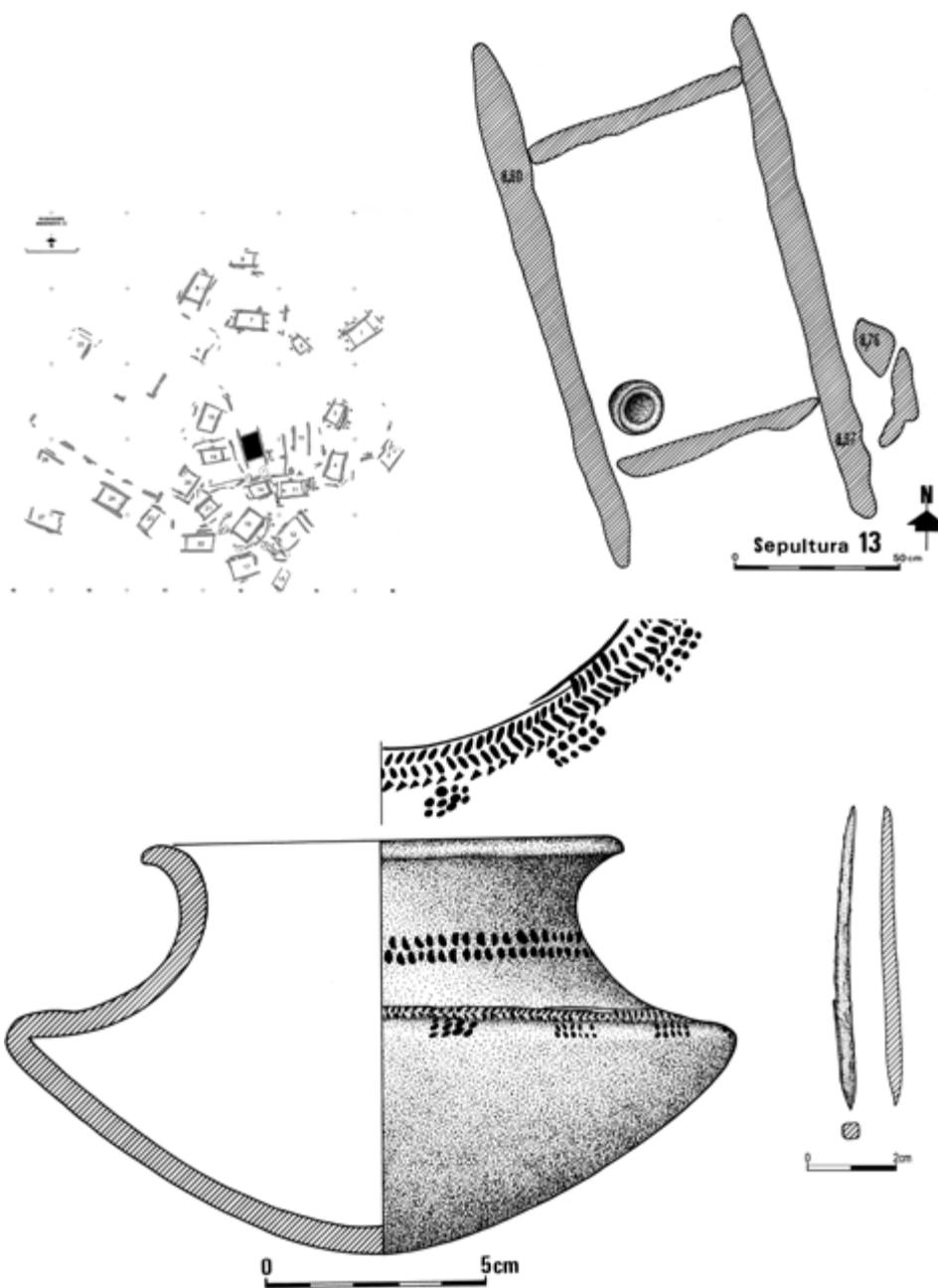


Fig. 18 – Conteúdo artefactual da Sepultura 13 (fundadora do Núcleo B).

Núcleo B

Sep. 13 – fundadora (Fig. 18).

Na base da C.2 (areia amarelo-acastanhada com alguns fragmentos de arenito dunar e *ca.* 0,40 m de espessura), canto sudoeste da sepultura:

– S.CM/10006 – Recipiente de cerâmica, montado manualmente, de colo estrangulado, bordo extrovertido e bojo em calote; este separa-se do colo por carena pouco vincada. Superfície externa de cor castanho-amarelada

clara (Munsell 10YR 6/4) com extensas manchas cinzento-escuras; vestígios de polimento; decorada por impressões obtidas por punção actuado vertical ou obliquamente que formam duas fiadas horizontais sobre o colo e banda metopada na zona da carena. Superfície interna cinzento-escura (M.10YR 4/1), com vestígios de polimento no bordo. Diâm.da boca 110 mm; diâm. da carena 165 mm; alt. total 94 mm; alt. da carena 50 mm.

Colocado de boca para cima. No Q. E42: X=0,70 m S.; Y=1,25 m W.; Z=8,27 m a 8,38 m.

– S.CM/10054 – Punção de cobre de secção quadrangular. Compr. 66 mm; esp. máx. 3 mm.

Parcialmente coberto pelo vaso, no Q. E42: X=0,65 m.S;Y=1,30 m W; Z=8,26 m.

Sep. 11 (Fig. 19).

Na C.2 (areia solta amarelo-acinzentada) junto do canto SE da sepultura:

– S.CM/10013 – Recipiente em cerâmica, montado manualmente. Taça carenada; carena vincada e de altura média; colo côncavo; bordo extrovertido; bojo em calote, ligeiramente aplanado na base. Superfícies irregulares, mal alisadas, de cor castanho-amarelada (M. 5YR5/4), lisas.

Colocado de boca para cima, no Q. E41: X=2,08 m S.; Y=2,35 m W.; Z=8,38 m a 8,44 m.

– S.CM/10005 – Punção de cobre de secção quadrangular. Compr. 77 mm; esp. máx. 3 mm.

Junto do vaso e ao nível do fundo do mesmo.

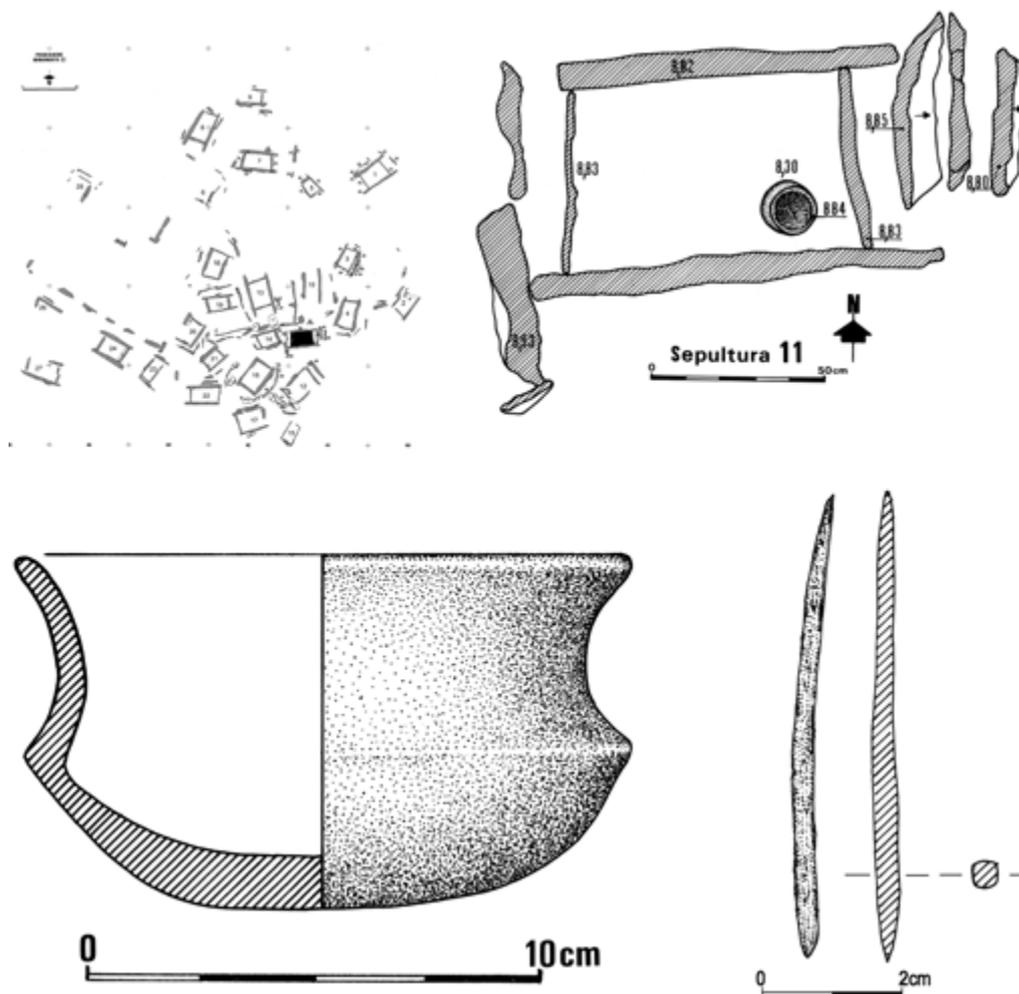


Fig. 19 – Conteúdo artefactual da sepultura 11 (Núcleo B).

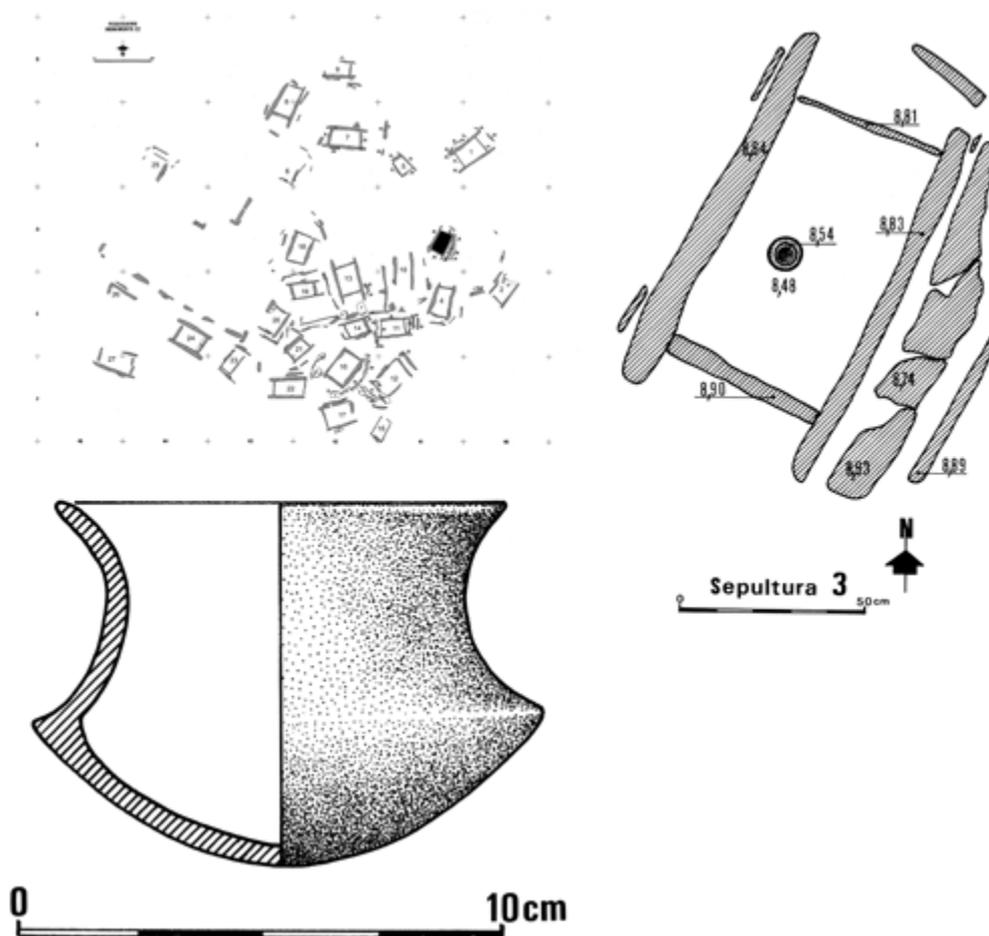


Fig. 20 - Conteúdo artefactual da sepultura 3 (Núcleo B).

Sep. 3 (Fig. 20).

Na base da C.2 (areia amarelo-acastanhada clara, compacta), zona central da sepultura:

- S.CM/10008 - Recipiente em cerâmica, montado manualmente. Taça carenada; carena vincada e baixa; colo côncavo; bordo extrovertido; bojo em calote. Superfícies negras, polidas e lisas. Diâm. da boca 95 mm; Diâm. da carena 92 mm; alt. total 58 mm; alt. da carena 8 mm.

Q. D41: X = 1,96 m S.; Y=0,96 m. W.; Z=8,49 m a 8,55 m.

Núcleo C

Sep. 12 (Fig. 21).

Na base da C.2 (areia compacta, amarelada clara, com *ca.* 0,05 m de espessura), junto do esteio do topo SW:

- S.CM/10055 - Recipiente em cerâmica, montado manualmente. Colo estrangulado, bordo extrovertido e bojo em calote; carena pouco vincada. Superfícies negras e polidas, a externa decorada: no colo, por duas fiadas horizontais de pontuações impressas, motivo que se repete na zona da carena sobre séries de traços verticais organizados em métopas. Diâm. da boca 70 mm; diâm. do colo 58 mm; diâm. da carena 110 mm; alt. total 68 mm; alt. da carena 30 mm.

Encontrado de boca para baixo, no Q.F41: X=1,16 m S.; Y=2,82 m W.; Z=8,58 m.

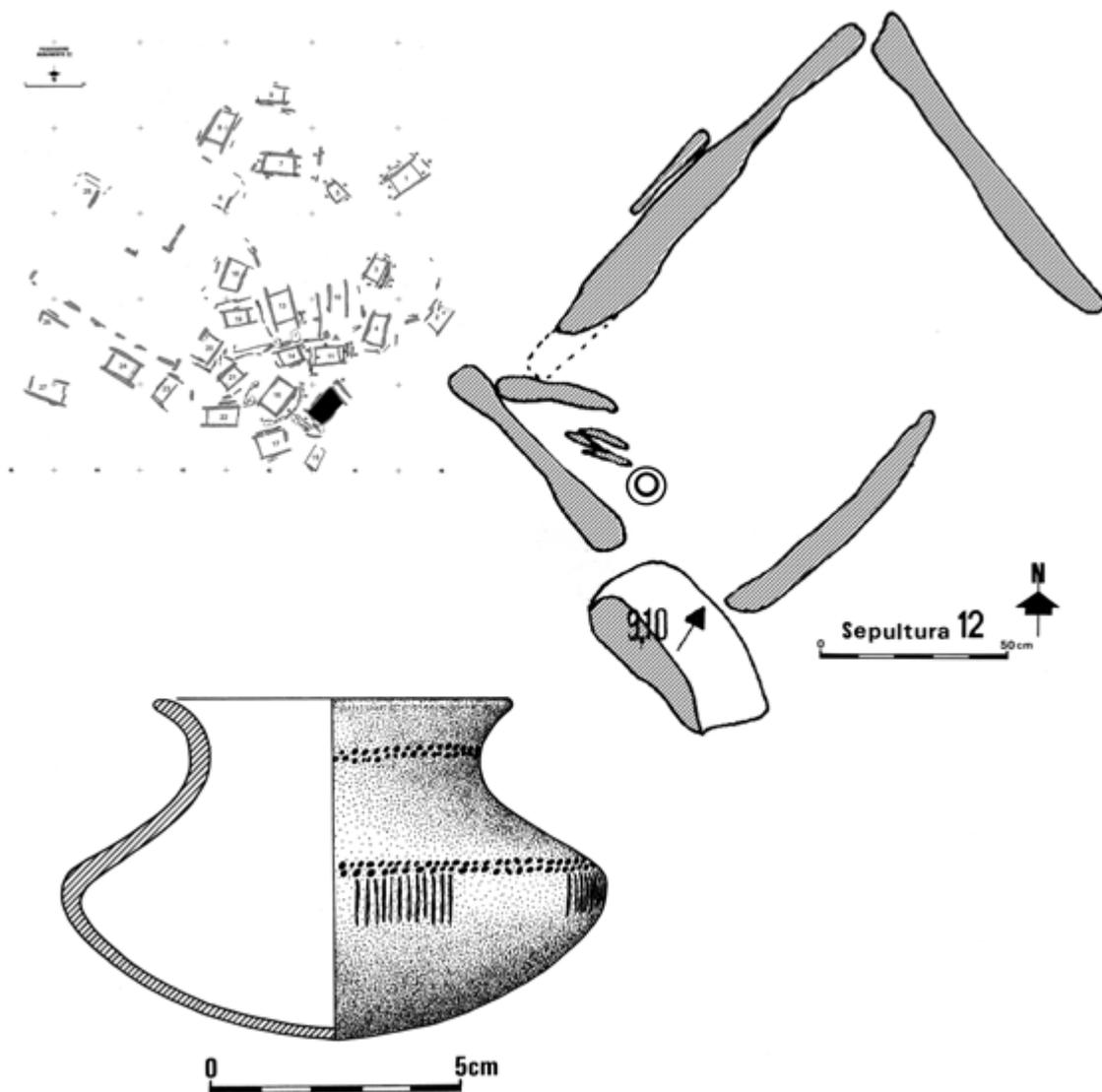


Fig. 21 – Conteúdo artefactual da sepultura 12 (Núcleo C).

6.4. Posição dos inumados

A localização dos artefactos anteriormente referidos sugere a posição das respectivas inumações, cujos restos osteológicos desapareceram completamente. Só em relação à sepultura 16 (núcleo C), pelo facto de conter restos osteológicos humanos *in situ*, foi possível determinar directamente a posição da segunda inumação aí efectuada e a que já aludimos.

Núcleo A

Sep. 7 – fundadora

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para nascente e face voltada para Sul.

Sep. 1

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para sudoeste e face voltada para Norte ou Sul.

Sep. 8

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para Norte ou para Sul, e face voltada para poente.

Núcleo B

Sep. 13 – fundadora

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para Sul ou Norte e face voltada para Oeste.

Sep. 11

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para nascente e face voltada para Sul.

Sep. 3

Posição fetal, em decúbito lateral, cabeça dirigida para NE ou para SW e face voltada para poente.

Núcleo C

Sep. 16 – fundadora

2.^a Inumação (restos osteológicos) – Posição fetal, em decúbito lateral direito, cabeça a NE.

Sep. 12

Posição fetal, cabeça dirigida para SW ou para NE e face voltada para NW ou para SE.

7. ARTEFACTOS DO EXTERIOR DAS SEPULTURAS

Tal como se verificou no Monumento I do Pessegueiro, também na área do Monumento II, no exterior das sepulturas, existiam numerosos fragmentos de cerâmica. Assim, a base da C.1 e o topo da C.2 (alteração do arenito mal consolidado do Plio-Plistocénico) dos Qs. A39-45, B39-45, C39-45, D39-45, E39-46, F39-46, G39-46 e H39-46 forneceram 3159 fragmentos de cerâmica de diferentes dimensões e estados de rolamento; só muito raramente permitiram colagens entre si. A fim de melhor conhecer a distribuição espacial desse material, analisaram-se os exemplares provenientes dos Qs. C-E/25-38, em número de 488. Observou-se, assim, que os fragmentos se distribuíam pela totalidade da área referida de modo não homogéneo, notando-se uma enorme concentração coincidente com a área do monumento sepulcral e um decréscimo brusco do número de exemplares logo que nos afastamos dessa área (Fig. 22), ou seja, no presente caso, quando progredimos para nascente ao longo dos Qs. C-E/25-36 (Fig. 23). Saliente-se que a esmagadora maioria da cerâmica exumada no exterior das sepulturas mostra tipologia comum em povoados (Fig. 24).

Observações similares haviam sido efectuadas quando estudámos o Monumento I. Apresentámos então a hipótese de “ter havido a deposição, possivelmente ritual, no seio dos recintos tumulares, de terra trazida do povoado, a qual continha, por conseguinte, fragmentos de cerâmica de todas as dimensões e pertencentes a diferentes vasos (SILVA & SOARES, 1979). Hipótese que mantemos neste momento.

Dos 3159 fragmentos de cerâmica provenientes da área do Monumento II (Qs. A-H/39-45 e E-H/46) seleccionámos os exemplares portadores de elementos de carácter morfológico (bordos, fundos, elementos de prensão) e decorativo que considerámos significativos para uma caracterização morfo-estatística dessa cerâmica. Obtivemos,

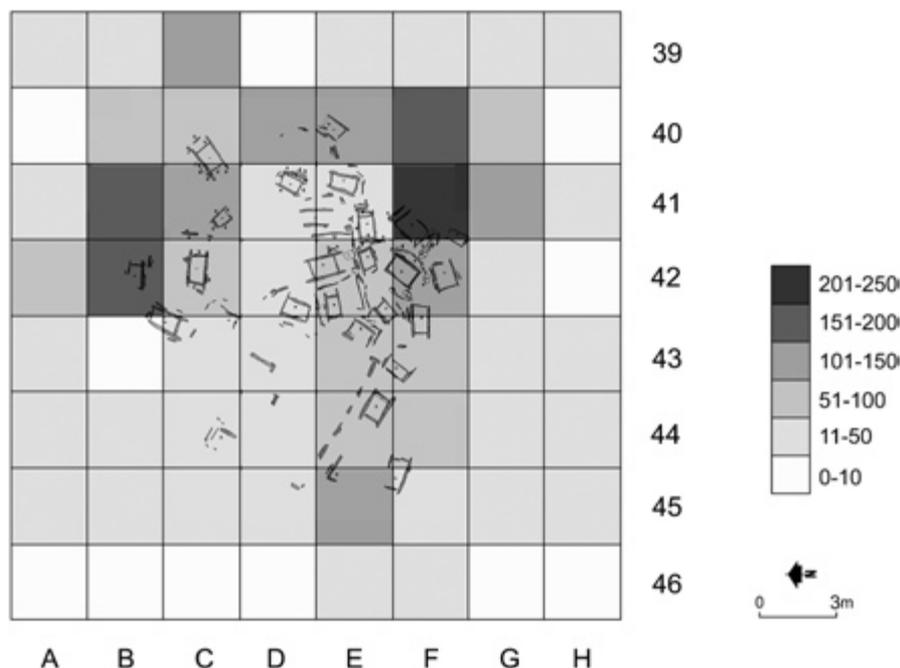


Fig. 22 – Distribuição espacial do número de fragmentos cerâmicos provenientes do exterior das sepulturas.

assim, 144 exemplares que analisámos no respeitante à textura da pasta, cor, tratamento das superfícies, forma, elementos de preensão e decoração.

Predominam as pastas compactas (95 exs., 70,0%) e, dentro destas, as que possuem abundantes e.n.p. entre 0,5 mm e 1 mm (74 exs., 51,4%). As pouco compactas (49 exs., 34,0%) ocorrem sobretudo nas formas 2 e 3.

A pasta fina (e.n.p. raramente superiores a 0,5mm) compreende 9 exs. (6,2%); a pasta média (abundantes e.n.p. entre 0,5 mm e 1 mm, raramente maiores), 97 exs. (67,4%); e a pasta grosseira (abundantes e.n.p. superiores a 1mm), 38 exs. (26,4%).

No que se refere à cor/ambiente de cozedura, predominam os exemplares (63 exs., 43,7%) de superfícies avermelhadas/acastanhadas e zona intermédias da fractura acinzentada/negra (cozedura redutora com fase de arrefecimento oxidante), embora sejam abundantes os que mostram a superfície externa acinzentada/negra (49 exs., 34%); os que oferecem essa cor quer nas superfícies quer em toda a espessura da fractura (cozedura e arrefecimento em ambiente redutor) são em número de 26 (18,1%).

A análise do tratamento das superfícies foi condicionada pelo estado de conservação das mesmas. Com efeito, a superfície externa mostrou-se bem conservada somente em 86 exs. e a interna, em 75 exs. As primeiras apresentam-se, predominantemente, bem alisadas (37 exs., 43,0%), seguindo-se, por ordem decrescente de frequência, as muito bem alisadas/polidas (24 exs., 27,9%), as mal alisadas (26,7%) e as providas de engobe e polimento (apenas 2 exs., 2,3%). Nas superfícies internas predominam igualmente as bem alisadas (31 exs., 41,3%) seguidas pelas mal alisadas (22 exs., 29,3%), muito bem alisadas/polidas (20 exs., 26,7%) e com engobe e polimento (2 exs., 2,7%). As superfícies mal alisadas ocorrem sobretudo em exemplares das formas 2 e 3, e as muito bem alisadas, em taças carenadas. Parece haver também uma estreita relação entre o tratamento da superfície e a textura da pasta, como aliás seria de esperar. Assim, os exemplares com superfícies bem alisadas possuem quase sempre pasta compacta com raros e.n.p. superiores a 1 mm, enquanto os de superfícies mal alisadas surgem geralmente com pastas pouco compactas e em que os e.n.p. são frequentemente superiores a 1 mm.

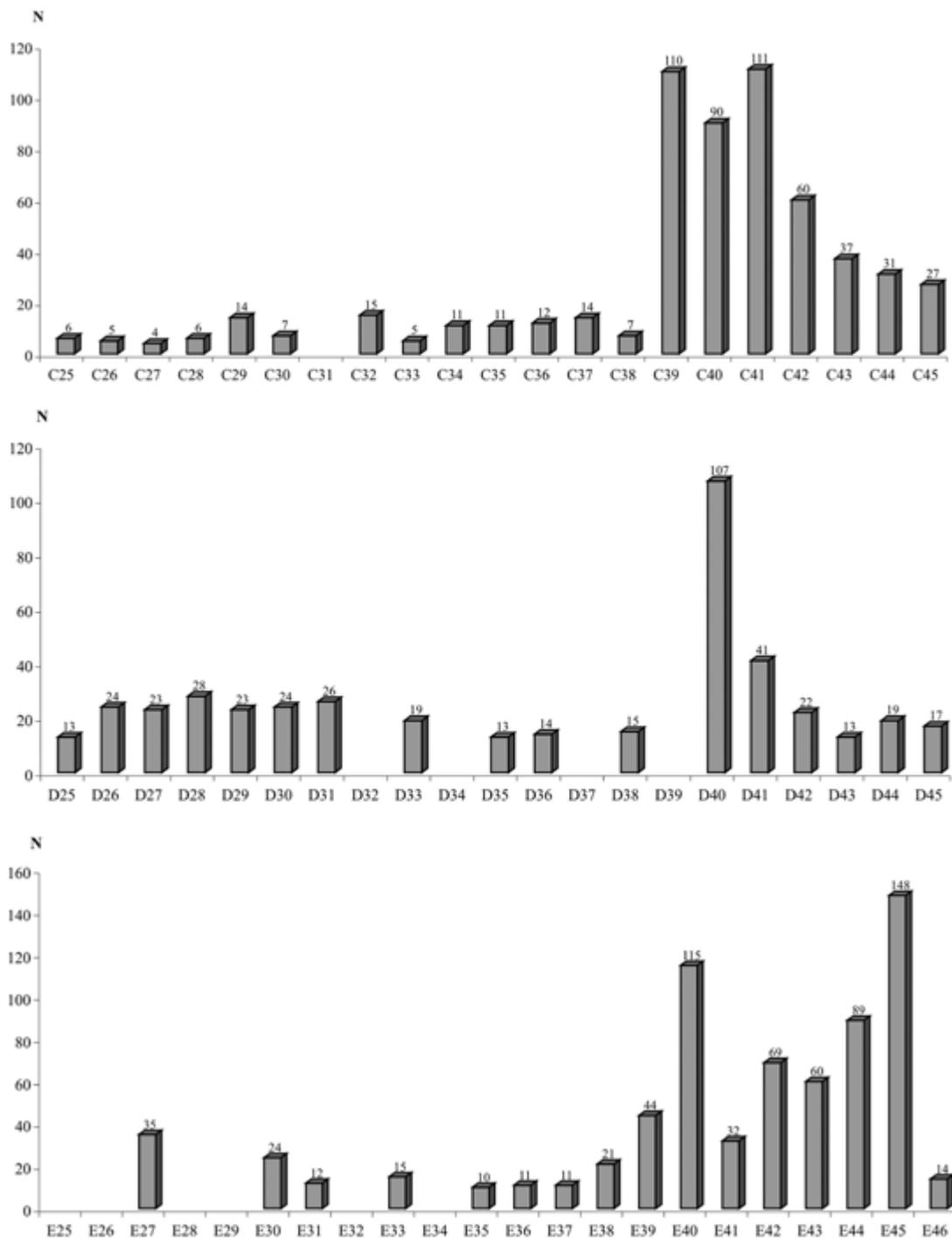


Fig. 23 - Distribuição do número de fragmentos cerâmicos ao longo das fiadas C, D e E da quadricula.

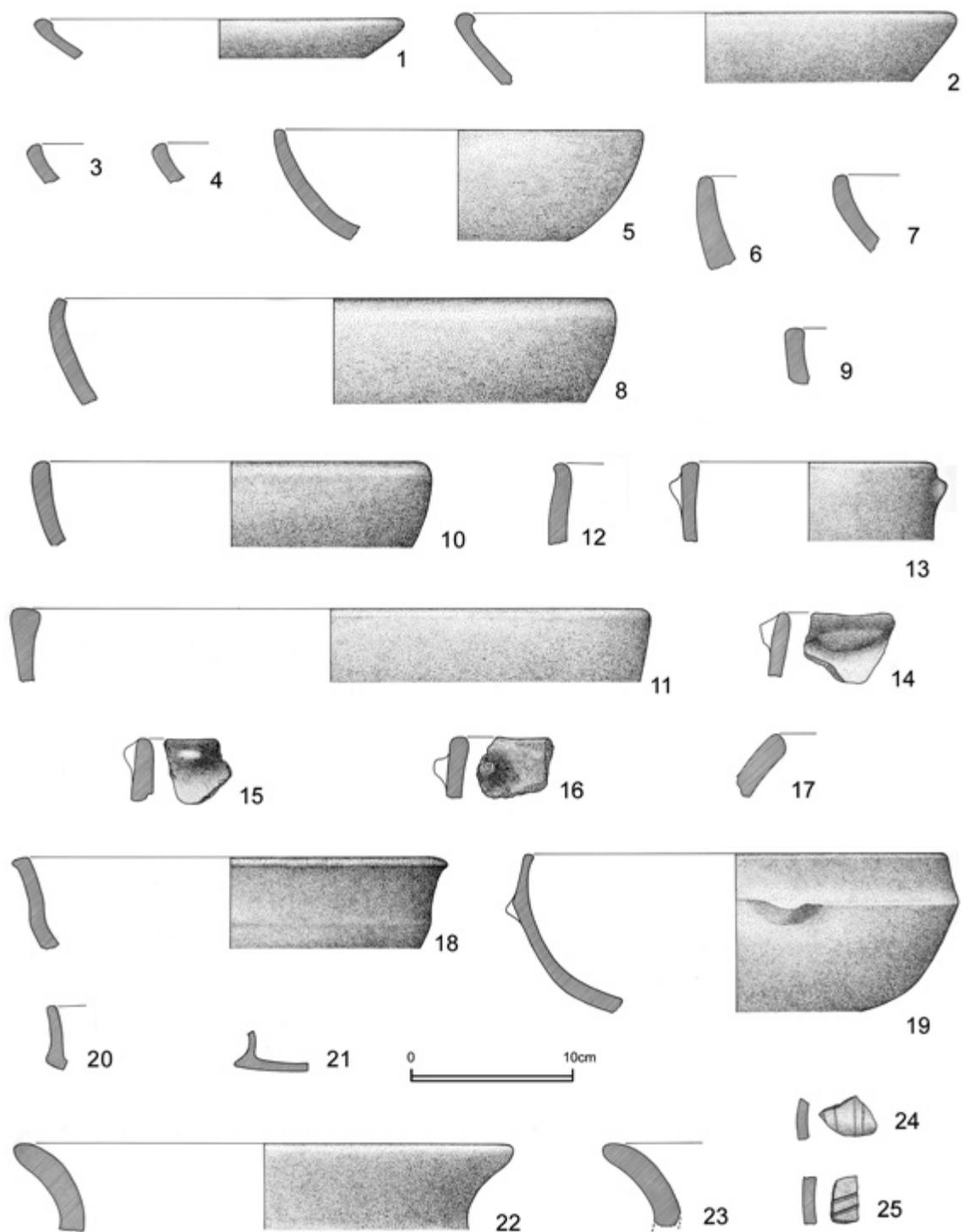
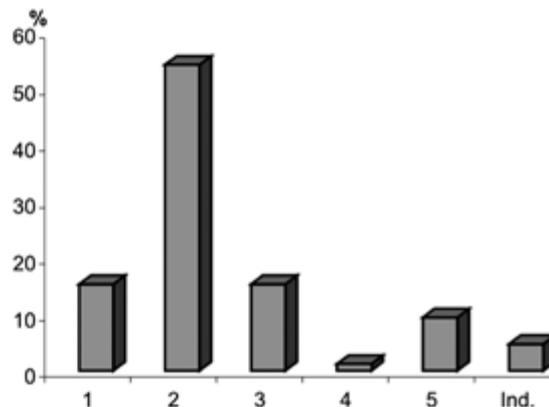


Fig. 24 – Cerâmica proveniente do exterior das sepulturas.

Quadro IV – Morfologia da cerâmica proveniente do exterior das sepulturas do Monumento II. Formas: 1 – prato ou taça baixa de bordo espessado internamente (Provença 1 e 2); 2 – taça de bordo simples ou com ligeiro espessamento (Provença 3-6); 3 – vaso alto de paredes subverticais e fundo plano (Provença 7 e 8); 4 – globular; 5 – taça carenada; Ind – *pithos* (?) de bordo extrovertido.

Forma	N	%
1	13	15,3
2	46	54,1
3	13	15,3
4	1	1,2
5	8	9,4
Ind.	4	4,7
T	85	100,0



A decoração ocorre em uma percentagem muito baixa, estando presente somente em 8 exs. de uma população de 3159 exs., o que corresponde a 0,2%. Relativamente ao número mínimo possível de recipientes (85 fragmentos com bordo) a frequência atinge os 9,4%.

A decoração é quase exclusivamente constituída por finas estrias brunidas ou ténues e estreitas caneluras, quase sempre paralelas. Um exemplar mostra uma fiada de pontuações circulares associada a estrias. Um mamilo alongado existente sobre a carena de uma taça pode ser considerado como forma de decoração plástica.

Na sua maioria, os exemplares decorados possuem pastas compactas e com raros e.n.p. superiores a 1 mm, e cor ou totalmente acinzentada/negra, ou com superfícies avermelhadas/acastanhadas e núcleo acinzentado/negro.

As únicas formas identificadas com decoração pertencem ao grupo das taças carenadas.

Para a análise da morfologia (Fig. 24) seguimos a classificação adoptada no estudo da cerâmica do Monumento I do Pessegueiro (exterior das sepulturas), apenas com uma pequena alteração que consistiu em considerar a forma 5 constituída não somente pela taça tipo Atalaia, mas por todas as variantes de taças carenadas.

Como se verifica pelo Quadro IV, predomina a forma 2 (taça), seguida a certa distância pelas formas 1 (prato ou taça baixa de bordo espessado internamente) e 3 (vaso alto de paredes subverticais e fundo plano); a forma 5 (taça carenada) é relativamente abundante e a forma 4 (globular), vestigial. Além das referidas formas, há ainda a assinalar o aparecimento de 4 fragmentos (4,7%) com bordo extrovertido (Fig. 24, n.ºs 22 e 23) que, pela sua espessura e diâmetro da boca, teriam pertencido a grandes recipientes cuja forma é porém indeterminada, podendo tratar-se de *pithoi* semelhantes a exemplares comuns em El Algar.

8. CRONOLOGIA

Pela análise tipológica dos artefactos, cerâmicos e metálicos, provenientes do interior das sepulturas, bem como da arquitectura, o Monumento II é atribuível à “Cultura do Bronze do Sudoeste”, tal como a definiu H. Schubart (1975), e, mais precisamente, à Fase II do que presentemente designamos por Bronze Pleno do Sudoeste.

A datação radiocarbónica (ICEN-867) calibrada, de meados do II milénio a.C., obtida a partir de ossos da primeira inumação da sepultura 16 (Quadro V), aponta para o início daquela segunda fase. Partimos da nossa pro-

Quadro V – Datações radiocarbónicas de jazidas do Bronze Pleno do litoral alentejano.

JAZIDA	LAB.	MATERIAL	DATAS BP	DATAS BP Iap*	DATAS CAL BP (2σ)
Casas Velhas (Melides). Sep. 14	OxA – 5531	Ossos humanos	3255±55		1670 – 1410
Casas Velhas (Melides). Sep. 35	Beta – 127904	Ossos humanos	3260±60		1680 – 1415
Pessegueiro. Mon. II Sep. 16	ICEN – 867	Ossos humanos	3270±45		1679 – 1442
Oliveirinha (concheiro)	ICEN – 727	Conchas marinhas	3460±50	3100±60	1510 – 1224

*Iap. (380±30 anos) – Idade aparente correspondente ao efeito de reservatório oceânico das águas costeiras de Portugal (SOARES, 1993). Calibração segundo PEARSON & STUIVER (1993).

posta que coloca a primeira fase do Bronze Pleno do Sudoeste entre 1900/1800 e 1600/1500 a.C. e a segunda entre 1600/1500 e 1200 a.C. (SOARES & SILVA, 1995).

Lembremos que H. Schubart (1975), na formulação do seu paradigma sobre a “Cultura do Bronze do Sudoeste”, baseada exclusivamente em critérios de ordem tipológica, datava o “Bronze I” (que, grosso modo, tem equivalência, em termos de cultura material, com o nosso Bronze Pleno I) de 1500 a 1100 a.C., e o “Bronze II do Sudoeste” (equiparável ao nosso Bronze Pleno II) de 1100 a 800/700 a.C. Por esta sistematização, o Bronze Final ou não era representado ou correspondia a curto lapso de tempo marcado por ruptura cultural com as preexistências.

9. PRÁTICAS FUNERÁRIAS E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Nos capítulos anteriores procedeu-se à apresentação do registo empírico do Monumento II do Pessegueiro, com a preocupação de o referir ao contexto regional do Sudoeste Peninsular, e em particular do Alentejo litoral, onde durante o Bronze Pleno se assiste a crescimento demográfico sem precedentes⁴. Essa análise arqueográfica fica agora disponível para interpretações teóricas diversas.

Tendo embora presente que 45% da informação relativa aos conteúdos sepulcrais se perdeu por efeito de violações (12 sepulturas profanadas em um total de 27) e que apenas uma sepultura forneceu espólio osteológico humano, restam-nos, ainda assim, evidências fortemente expressivas de uma sociedade acentuadamente hierarquizada, documentada pela estrutura arquitetonicamente hierarquizada de cada núcleo sepulcral: as sepulturas e respectivos recintos tumulares da área central de cada núcleo são os de maiores dimensões e em arenito dunar (matéria-prima mais exigente em investimento de esforço humano nas fases de extracção e talhe); as sepulturas e recintos tumulares da periferia são de menores dimensões e construídos em xisto.

O carácter individual do ritual funerário, transversal à área do Bronze Pleno do Sudoeste, é aqui claramente contido por uma estrutura arquitectónica (leia-se social) de articulação (rede de recintos tumulares), que nos remete ainda para modelo de organização social onde a componente parental e segmentária estariam presentes. Os quatro pólos ou núcleos do monumento foram agregando em sua área de influência novas sepulturas até ao esgotamento do espaço intersticial e à produção da imagem aparentemente confusa de um denso favo.

⁴ São numerosos os registos arqueológicos atribuíveis ao Bronze do Sudoeste, infelizmente muito delapidados pela actividade agrícola. Também no registo palinológico ficou patente a capacidade transformadora da paisagem pelas comunidades da fase II do Bronze Pleno do Sudoeste, no Alentejo litoral (MATEUS & QUEIROZ, 1997).

De acordo com esta lógica, as sepulturas periféricas cujos recintos tumulares surgem desligados da rede preexistente, à semelhança do que foi, igualmente, observado na necrópole de Alfarrobeira, revelariam afastamento em termos de parentesco relativamente ao segmento social tumulado no respectivo núcleo sepulcral (GOMES, 1994, p. 135). Pelo contrário, a estrutura polinucleada do monumento e a sua articulação a um nível hierarquicamente superior do complexo funerário do Pessegueiro, pode ser interpretada como a transferência para a esfera funerária do carácter segmentário ou da matriz comunitária da população do Pessegueiro. Teríamos assim o reconhecimento de três níveis principais da sua organização social: i) – unidade social básica, representada por cada um dos quatro núcleos sepulcrais; ii) – nível intermédio de relações sociais de parentesco, representado pela totalidade do monumento; iii) – nível de topo das relações sociais de parentesco, representado pelos cinco monumentos que integram a necrópole do Bronze Médio do Pessegueiro.

A distinta “riqueza” do conteúdo artefactual das sepulturas denuncia a existência de desigualdade social não só no interior de cada núcleo, como também entre os diversos núcleos.

Com efeito, a sepultura fundadora do núcleo A possuía o espólio de maior prestígio de todo o monumento e indicador de poder coercitivo (punhal de grandes dimensões em cobre, e taça carenada). Na periferia do mesmo núcleo, a sepultura 1, atribuível a uma mulher, forneceu um conjunto de 27 contas, pelo menos em grande parte de natureza exótica e três espirais em prata.

Nos núcleos B e C constatou-se a presença de sepulturas com dois artefactos (recipiente em cerâmica e punção em cobre na sepultura 13, fundadora, e na sepultura 11), sepulturas apenas com um recipiente em cerâmica (sepulturas 3 e 12) e sem qualquer espólio artefactual (sepulturas 4, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22). A sepultura fundadora do núcleo C (sepultura 16), construída para receber um homem com cerca de trinta anos de idade, objecto de remobilização, viria a ser reutilizada para a inumação de uma mulher com cerca de 45 anos, que teria mantido intensa actividade de trabalho manual, associada a longas deslocações (Anexo I), não recebeu qualquer espólio artefactual.

Esta realidade arqueológica mostra que a desigualdade social saturou diversos níveis das relações sociais. E se é possível interpretar a rede articulada de recintos como a expressão arquitectónica da matriz segmentária da comunidade do Pessegueiro, a sepultura fundadora do núcleo A não deixa dúvidas quanto à existência de riqueza e poder coercitivo organizado (tal como já era perceptível nas estelas do Bronze do Sudoeste) e estruturalmente transmissível pelo líder ao seu grupo restrito de pertença familiar ou outra, como parece patente através do conteúdo de prestígio de uma sepultura periférica, de última geração, do mesmo núcleo sepulcral (sepultura 1), pertencente a um elemento feminino, e contrastando claramente com a “pobreza” do conteúdo do enterramento também feminino da sepultura 16 (núcleo C). Face a estas evidências, adquire sustentabilidade a hipótese de estarmos perante uma formação social que conservando elementos do modo de produção linhageiro (TESTART, 1985, p. 238-244) se encontraria já na via da estratificação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-história de Portugal*. Lisboa. Ed. Verbo.
- COSTA, J. Botelho da (1975) – *Estudo e classificação das rochas por exame macroscópico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- GARCIA SANJUÁN, L. (1998) – *La Traviesa. Ritual funerário y jerarquización social en una comunidad de la Edad del Bronce de Sierra Morena Occidental*. Sevilla. Universidad de Sevilla.

- GIL-MASCARELL, M; RODRÍGUEZ, A. & ENRÍQUEZ, J. J. (1986) – Enterramientos en cista de la Edad del Bronce en la Baja Extremadura. *Saguntum*. 20, p. 9-41.
- GOMES, M. Varela (1994) – A necrópole de Alfarrobeira (São Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves. *Xelb. Silves*. 2, 162 p.
- GOMES, M. Varela; GOMES, R. Varela; BEIRÃO, C. Mello & MATOS, J. L. de (1986) – *A necrópole da vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. (Trabalhos de Arqueologia, 2). Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- MATEUS, J.E., & QUEIROZ, P.F. (1997) – Aspectos do desenvolvimento, da história e da evolução da vegetação do litoral norte alentejano durante o Holocénico. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 49-68.
- PAVÓN, I. (1995) – La Edad del Bronce. *Extremadura Arqueológica*. 4, p. 35-65.
- SANTOS, M. Farinha dos; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1974) – Necrópole da Provença (Sines): campanha de escavações de 1972. *Arqueologia e História*. Lisboa. 5 (S.9), p. 69-99.
- SANTOS, M. Farinha dos; SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) – A necrópole da Idade do Bronze da Provença (Sines, Portugal): nota preliminar. *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza, p. 417-432.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlím. Wolter de Gruyter & Co.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1979) – O Monumento I da necrópole do «Bronze do Sudoeste» do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 121-153.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1980) – Cemitérios de cistas da Idade do Bronze da área de Sines. *Arqueologia*. Porto. 1, p. 24-28.
- SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SOARES, A.M. Monge (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-197.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 136-139.
- TESTART, A. (1985) – *Le communisme Primitif. I – Économie et idéologie*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1908) – Estudos sobre a Época do Bronze em Portugal. *O Archeologo Português*, Lisboa. 13, p. 300-313.

ANEXO I – MONUMENTO II DO PESSEGUEIRO (SINES) – ESTUDO ANTROPOLÓGICO

Teresa Matos Fernandes*

O estudo antropológico que agora se publica refere-se a dois esqueletos exumados do interior de uma cista – a sepultura 16 do monumento II de uma necrópole atribuída ao Bronze do Sudoeste e designada por Cemitério dos Mouros. Era a única sepultura com espólio osteológico. A escavação desta necrópole foi feita pelo Grupo de Trabalhos de Arqueologia do Gabinete da Área de Sines em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, de 1975 a 1985 e esteve a cargo de C. Tavares da Silva e J. Soares que recolheram cada um dos ossos individualmente, após desenho da planta do interior da sepultura à escala 1:1 e atribuição de um número de recolha a cada osso.

1. METODOLOGIA

Uma vez em laboratório, procedeu-se à remontagem dos ossos sobre a planta de campo (*cf.* Fig 1) o que permitiu fazer uma observação tão semelhante quanto possível à efectuada no terreno. Foram assim registadas as conexões anatómicas presentes aquando da escavação.

Todo o material osteológico se encontrava bastante fragmentado mas, para não inviabilizar a datação pelo ¹⁴C, ou qualquer outro tipo de análise que se pudesse vir a realizar, não se fizeram senão pequenas reconstituições utilizando sobretudo plasticina e pequenos palitos de madeira, de forma a equilibrar as tensões. Só nos crânios, e por se saber que não seriam utilizados para datação, se utilizou nalguns pontos cola Devcon que é reversível em acetona.

Para as observações das características morfológicas, medições antropométricas, diagnose sexual e determinação da idade à morte, seguiram-se as metodologias propostas por Black (1978), Broca (1875), Dupertuis & Hadden (1951), Ferembach *et. al.* (1980), Howells (1973), Martin & Saller (1956), Olivier (1960), Olivier & Tissier (1975), Todd (1925) e Todd & Lyon (1924). Sempre que foi possível, compararam-se os resultados obtidos com os encontrados para as populações da Península Ibérica atribuídas ao mesmo período cronológico e publicados por Botella & Souich (1971) Galera (1983), Garcia Sanchez (1979 *a e b*) Garralda (1980) e Garralda & Galera (1983).

As medidas e os índices de cada um dos indivíduos figuram nos Quadros I, II, III e IV.

Só após a diagnose sexual e a identificação dos restos de cada um dos dois indivíduos, se seleccionaram as amostras sobre as quais se efectuará a datação pelo radiocarbono, de modo a evitar que se misturassem os dois indivíduos.

A identificação de processos patológicos resultou unicamente da observação macroscópica.

* Universidade de Évora.



Fig. 1 - Montagem dos ossos sobre a planta de campo. Foto de Manuel Ribeiro.

Quadro I – Medições no esqueleto craniano.

	Crânio n.º 18	Crânio n.º 10
Comprimento craniano máximo	186 mm	194 mm
Largura craniana máxima	136 mm	137 mm
Diâmetro Glabela – lambda	179 mm	175 mm
Diâmetro Glabela – inion	-	196 mm
Diâmetro Glabela – bregma	-	108 mm
Diâmetro biastérico	-	126 mm
Altura auricular	-	123 mm
Largura orbitária	41 mm	-
Altura orbitária	36 mm	-
Largura inter-orbitária	21 mm	-
Altura da apófise mastoide	16 mm	23 mm
Largura da apófise mastoide	-	18 mm
Capacidade craniana	1500 c.c.	1552 c.c.

Quadro II – Índices cranianos.

	Crânio n.º 18		Crânio n.º 10	
	Resultado	Classificação	Resultado	Classificação
Índice craniano horizontal	73	dolicocrânio	71	dolicocrânio
Índice auriculo – vertical	68	hipsicrânio	63	hipsicrânio
Índice auriculo – longitudinal	-	-	90	acocrânio
Índice altura-largura (no porion)	93	acrocrânio	-	-
Índice misto de altura (no porion)	78	crânio alto	74	crânio alto
Índice orbitário	88	hipsiconco	-	-

Quadro III – Medições no esqueleto post-craniano – úmero.

	Diâmetro sagital ao meio da diáfise	Diâmetro transverso ao meio da diáfise	Índice diafisário
Úmero n.º 15	23 mm	17 mm	74
Úmero n.º 17	17 mm	17 mm	100
Úmero n.º 24	19 mm	19 mm	100

Quadro IV – Medições no esqueleto post-craniano – fêmur.

	Comprimento máximo	Diâmetro antero-posterior máximo	Diâmetro transverso mínimo	Diâmetro antero-posterior post subtrocanteriano	Diâmetro transverso subtrocanteriano
Fémur n.º 13	400 mm	26 mm	24 mm	20	30
Fémur n.º 12	400 mm	25 mm	23 mm	20	29
Fémur n.º 16	-	29 mm	22 mm	-	-
Fémur n.º 1	-	28 mm	22 mm	-	-

2. INVENTÁRIO DO MATERIAL OSTEOLOGICO

Foram recolhidos 26 ossos ou fragmentos de ossos, pertencentes a dois indivíduos: 2 crânios bastante incompletos – sem as faces e regiões basais; 1 pequena porção de um ramo montante direito de 1 mandíbula; 2 fêmures direitos; dois fêmures esquerdos; 2 tíbias direitas; 2 tíbias esquerdas; 1 peróneo esquerdo; um fragmento de

peróneo de difícil identificação; 2 úmeros direitos; 1 úmero esquerdo; 1 clavícula direita; 1 fragmento de clavícula de difícil identificação; 1 lâmina de 1 vértebra torácica; porções de 3 vértebras lombares; 1 cavidade glenoide de uma omoplata direita; 1 porção do ramo superior de 1 púbis direito; 1 porção de 1 tuberosidade isquiática direita; 3 falanges mediais de 1 mão direita. Note-se que não se possuem dentes, ossos maxilares ou mandíbulas, à excepção do já referido fragmento de ramo montante direito de uma mandíbula.

3. RESULTADOS

3.1. *Diagnose sexual*

A observação das características morfológicas, as medidas e índices antropométricos após comparação com tabelas de vários autores para populações portuguesas e ibéricas coevas, levaram à identificação dos dois esqueletos como pertencendo a dois indivíduos, um do sexo masculino e outro do feminino.

3.2. *Esqueleto craniano*

Crânio n.º 10

É constituído por numerosos fragmentos, alguns justaponíveis, permitindo reconstituir a abóbada craniana. Trata-se de um crânio de grandes dimensões, de contorno ovoide, dolicoocrânio alto – é hipsiconco, com aspecto robusto e uma capacidade craniana de 1552 cc. Foi atribuído ao sexo masculino.

Em norma superior é possível observar que quer as bossas frontais, quer as parietais não são marcadas e que não estão presentes os orifícios parietais.

A observação em norma lateral evidencia uma glabella desenvolvida (tipo 3 de Broca), o frontal divergente, as linhas curvas parietais marcadas, tal como as cristas supra-mastoides e contrariamente às apófises mastoides. Registou-se também a presença de uma ligeira depressão pré-lambdaide.

A observação de face interna do osso occipital mostra sinus transversos e sagitais muito marcados.

Devido ao estado fragmentado do espólio osteológico só foi possível, em norma frontal, observar o rebordo orbitário superior esquerdo, que é espesso, a persistência de uma pequena porção da sutura metópica imediatamente acima do nasion, e a arcada zigomática com as suas porções malar e zigomática. Foi no entanto possível reconstituir e medir a órbita esquerda, cujo índice orbitário indica uma forma alta (hipsiconca).

Em qualquer das normas observadas não se verificou sinostiação das suturas endocranianas ou exocranianas. Juntamente com este crânio foi recolhida a já referida porção do ramo montante direito de uma mandíbula.

Crânio n.º 18

Utilizando todos os fragmentos ósseos recolhidos apenas foi possível reconstituir a calva do indivíduo. Trata-se de um crânio de grandes dimensões embora não muito robusto, de contorno elipsoide, dolicoocrânio, hipsiconco e com uma capacidade craniana de 1500 c.c.

A observação em norma superior mostra bossas frontais e parietais marcadas e a oclusão total dos orifícios parietais.

Em norma lateral registou-se uma glabella pouco desenvolvida (tipo 2 de Broca), um frontal pouco fugidio, umas linhas curvas que nas porções frontal e parietal se apresentam pouco marcadas, a não existência de depressão pré-lambdaide, um inion pouco saliente e um occipital protuberante.

Na norma inferior só foi possível observar as linhas curvas occipitais, pouco marcadas e na face interna os sinus transversos e sagitais de médias dimensões. Embora o crânio se encontre muito fragmentado, as observações feitas permitem identificá-lo como sendo do sexo feminino.

A observação do grau de sinostose das suturas revelou uma sutura sagital fechada na face endocraniana, em todos os seus quatro segmentos e aberta no S4 na face exocraniana; uma sutura coronal em que se dispõe dos segmentos C 1 e C 2 que estão em adiantado grau de ossificação, nas duas faces; e uma sutura lambdoide com todos os segmentos livres, em ambas as faces.

3.3. Esqueleto pós-craniano

Para todos os ossos do esqueleto pós-craniano se efectuaram as medições possíveis, se fez a identificação do lado a que pertenciam, no caso de ossos pares, e a atribuição a um dos esqueletos presentes. No entanto não se apresentam aqui senão as peças osteológicas julgadas mais interessantes.

Úmero n.º 15

Trata-se do mais completo dos ossos longos, em que foi possível reconstituir o comprimento máximo e medir os diâmetros. Com estas medições calculou-se o índice diafisário, que revela uma platibraquia. Quer as observações morfológicas, quer os dados antropométricos, quer a articulação com o resto dos ossos do esqueleto indicam tratar-se de um osso de indivíduo de sexo feminino.

Neste osso é de assinalar o grande desenvolvimento das zonas de inserção dos músculos deltoide e da porção lateral do tricipite. Estes sintomas podem indicar uma endesopatia resultante do grande uso destes músculos como provável consequência de actividade específica.

Úmero n.º 17

É o osso par do anterior (úmero n.º 15) e estava representado por duas porções ajustáveis. É de notar a grande diferença registada nos diâmetros ao meio da diáfise nos dois ossos, direito e esquerdo, como resultado do fraco grau de desenvolvimento das zonas de inserção muscular no úmero esquerdo (v. foto 2). Este facto é revelador de dextralidade do indivíduo.

Fémur n.º 13

Trata-se do fémur direito do indivíduo do sexo feminino e, devido ao seu razoável estado de conservação, foi possível efectuar as principais medições e classificá-lo como platimérico. Neste osso são de referir a tuberosidade gluteal muito marcada, formando mesmo uma calosidade para inserção do gluteus maximus, e as linhas supracondilares lateral e medial, que são bastante marcadas.

Fémur n.º 12

É o osso par do fémur n.º 13 e tem, como ele, a linha áspera muito marcada, assim como as linhas do adutor magnus e adutor longus, formando mesmo uma depressão entre as linhas supracondilares medial e lateral. Os desenvolvimentos das zonas de inserção muscular apresentado pelos fémures n.º 12 e n.º 13 podem ser indicadores de que o indivíduo fazia habitualmente grandes caminhadas e, muito provavelmente, por zonas acidentadas.

Tíbias n.º 5 e n.º 6

Correspondem, respectivamente, às tíbias esquerda e direita do indivíduo de sexo feminino, encontram-se muito fragmentadas mas o ajustamento dos vários fragmentos permitiu observar uma elevadíssima platicnemia.

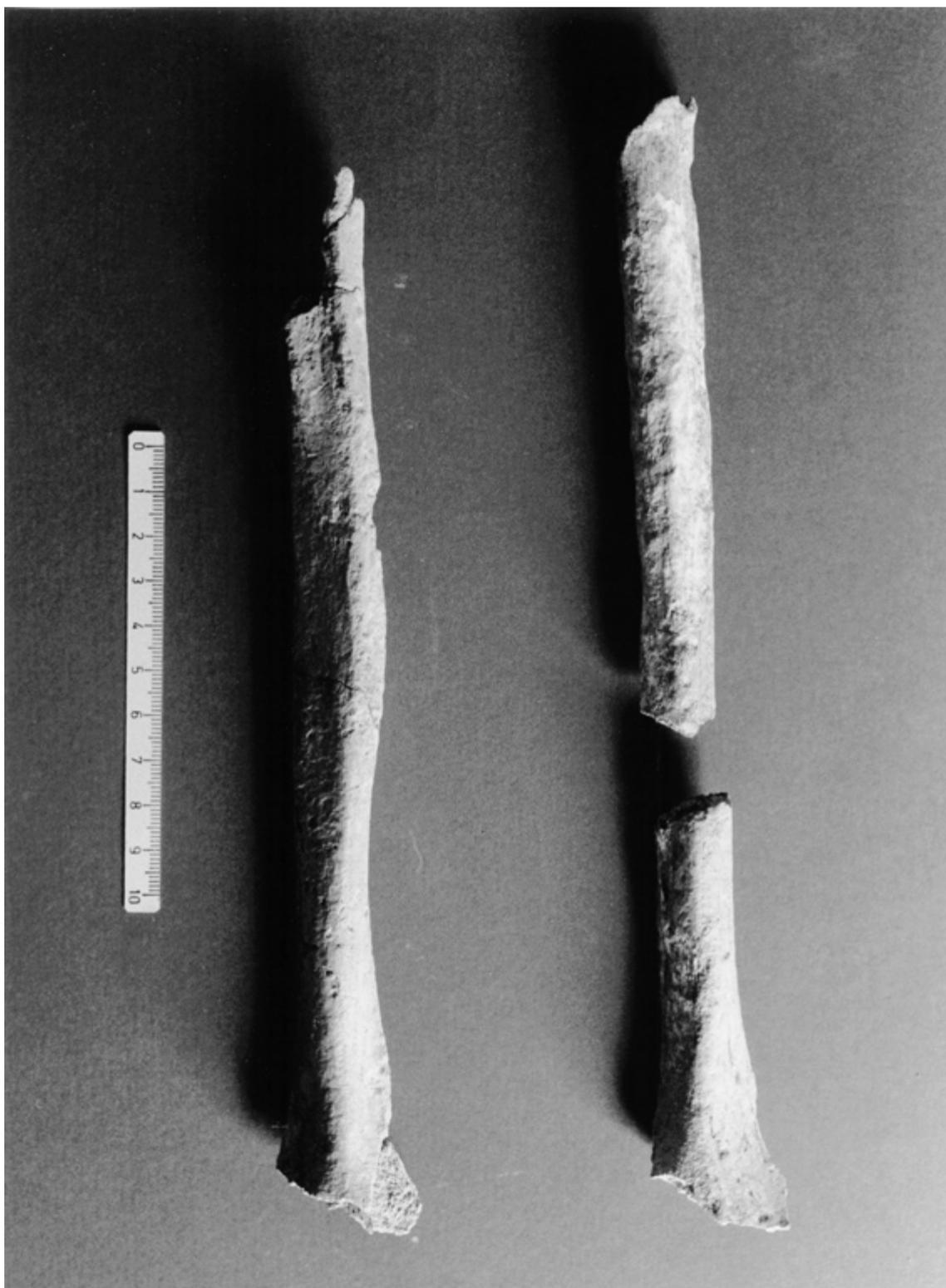


Foto 2 – Úmeros direito e esquerdo *terminium*. Notar a diferença nos diâmetros ao meio da diáfise nos dois ossos (do lado esquerdo está o osso direito). Foto de Manuel Ribeiro.

Tíbias n.º 2 e n.º 3

Correspondem, respectivamente aos ossos esquerdo e direito do indivíduo do sexo masculino. Tal como os ossos correspondentes do outro indivíduo, apresentam uma platicnemia muito acentuada.

3.4. Determinação da idade à morte

A determinação da idade à morte teve como base a observação do grau de sinostose das suturas endo e exocraneanas, o funcionamento das epífises e diáfises e a pesquisa de osteofitoses. O grau de destruição dos ossos e a acumulação de terra no interior das diáfises dos ossos longos não permitiram outro tipo de análises. Foi, contudo, possível determinar que o indivíduo do sexo masculino morreu com uma idade inferior a 30 anos, enquanto que o do sexo feminino teria uma idade compreendida entre os 35 e os 40 anos.

3.5. Posição dos esqueletos no interior da sepultura

A observação das conexões anatómicas, após a diagnose sexual, permitiu observar que em primeiro lugar foi inumado o indivíduo do sexo masculino e só algum tempo depois se depositou o segundo indivíduo.

O tempo que decorreu entre as duas inumações foi o suficiente para que os tecidos moles do indivíduo enterado em primeiro lugar tivessem desaparecido, já que não se mantiveram conexões anatómicas.

A segunda inumação foi precedida de um «arrumo» dos restos esqueléticos do primeiro inumado e a deposição foi feita em decúbito lateral direito, na denominada posição fetal, com flexão total.

3.6. Cálculo da estatura

Com base nas fórmulas propostas por Manouvrier, Pearson, Dupertuis e Hadden estimou-se a estatura feminina em 150 cm. Não foi possível calcular, com a mínima fidelidade, a estatura masculina, em virtude do elevado grau de fragmentação dos ossos longos.

3.7. Tipo populacional

A comparação dos resultados obtidos com os de populações atribuídas ao mesmo período cronológico aponta para o subtipo mediterrânico grácil, o tipo mais comum na Península Ibérica desde tempos neolíticos.

4. CONCLUSÕES

A sepultura 16 do monumento II da Herdade do Pessegueiro continha dois indivíduos, um feminino e outro masculino, sepultados em ocasiões diferentes. Este facto adquire importância por ocorrer também em Fuente Álamo (Almería, Espanha – cf. SCHUBART *et. al.* 1985), contestando anteriores ideias acerca da simultaneidade dos enterramentos duplos.

Uma vez que não se conhece o período de tempo que decorreu entre os dois enterramentos, nada se pode concluir acerca da mais avançada idade da mulher, ou do maior desenvolvimento das zonas de inserção muscular

acima referidas. A diferença de idades exprime unicamente a maior longevidade da mulher. Assim também, a maior robustez do úmero e do fémur femininos pode corresponder a um uso mais prolongado dos referidos músculos – e não ser o resultado de actividades diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACK, T. K. (1978) – A New Method for Assessing the Sex of Fragmentary Skeletal Remains: Femoral Shaft Circumference. *American Journal of Physical Anthropology*, 48, p. 227-232.
- BOTELLA, M. & SOUICH, Ph. (1971) – Restos Humanos Argáricos Procedentes de Gádor (Almería). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 2, p. 243-250.
- BROCA, P. (1875) – *Instructions Craniologiques et Craniométriques*. Paris: G. Masson
- DUPERTUIS, C. W. & HADDEN JR., A. (1951) – On the Reconstruction of Stature From Long Bones. *American Journal of Physical Anthropology*, 1, p. 95-53.
- FEREMBACH *et al.* (1980) – Recommendations for Age and Sex Diagnosis of Skeletons. *Human Evolution*, 9, 7, p. 517-550.
- GARCÍA SÁNCHEZ, M. (1979 a) – Craneo de la Edad del Bronce procedente de la “Cueva de La Paloma” (La Zubia Granada). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 4, p. 193-202.
- GARCÍA SÁNCHEZ, M. (1979 b) – Enterramiento doble en una cista argárica procedente de Puerto-Lope. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 4, p. 227-250.
- GARRALDA, M. D. (1980) – L'Évolution Récente dans la Péninsule Ibérique. *Les Processus de l'Hominisation* (Coll. Intern. du CNRS). Paris, p. 207-212.
- GARRALDA, M. D. & GALERA, V. (1983) – Las gentes del Bronce Reciente de Los Tolmos de Caracena (Soria). *Actas del III Congreso de Antropología Biológica de España*, p. 822-833.
- HOWELLS, W. W. (1973) – *Cranial Variation in Man. A Study by Multivariate Analysis Patterns of Difference among Recent Human Populations*. (Papers of the Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, 67). Harvard.
- MARTIN, R. & SALLER, K. (1956) – *Lehrbuch der Anthropologie*. Stuttgart.
- MARTIN, R. (1928) – *Lehrbuch der Anthropologie*. Jena.
- OLIVIER, G. (1960) – *Pratique Anthropologique*. Paris.
- OLIVIER, G. & TISSIER, H. (1975) – Détermination de la stature et de la capacité crânienne. *Bull. et Mém. Soc. d'Anthropologie de Paris*, 2, Série XIII, p. 1-11.
- SCHUBART *et al.* (1985) – Fuente Álamo: informe preliminar sobre la excavación de 1985 en el poblado de la Edad del Bronce. *Empúries*, Barcelona. 47, p. 70-107.
- TODD, T. W. & LYON, D. W. (1924) – Endocranial Suture Closure: Its Progress and Age Relationship, I – Adult Males of White Stock. *American Journal of Physical Anthropology*, VII, 3, p. 325-384.
- TODD, T. W. (1925) – Cranial Suture Closure: Its Progress and Age Relationship, II – Ectocranial closure in Adult Males of White Stock. *American Journal of Physical Anthropology*, VIII, 1, p. 23-40.

ANEXO II – ANÁLISE QUÍMICA NÃO DESTRUTIVA DOS ARTEFACTOS METÁLICOS PROVENIENTES DO MONUMENTO II DA NECRÓPOLE DO PESSEGUEIRO

Maria de Fátima Araújo*, Luís Alves** & António M. Monge Soares*

A composição química dos artefactos metálicos constituintes do espólio proveniente do Monumento II da Necrópole do Pessegueiro (ver SILVA & SOARES, este volume) foi determinada fazendo uso da espectrometria de fluorescência de raios-X (XRF), dispersiva de energias, e, no caso da espiral fragmentada (S-CM/10003), da técnica PIXE (Proton Induced x-Ray Emission).

O equipamento usado neste estudo, no que se refere à técnica de XRF, consistiu num espectrómetro comercial (*KeveX Delta XRF Analyst*) controlado por um computador DEC LSI 11/73. Neste equipamento, o feixe de fótons primários é produzido numa ampola de raios-X com um ânodo de ródio. O feixe pode ser, em seguida, utilizado para produzir um feixe monocromático (feixe secundário) através do uso de um alvo secundário apropriado (Gd, Ag, Zr, Ge, Ti ou Fe). Os raios-X característicos emitidos pelos elementos constituintes das amostras são, por sua vez, colimados a 90.º e medidos num detector semiconductor de Si(Li), com uma resolução de 165 eV e área activa de 30 mm².

Os artefactos foram analisados utilizando a radiação monocromática produzida num alvo secundário e num filtro de zircónio, a 25 kV e com uma intensidade de corrente de 1 mA e um tempo de acumulação de 200 segundos. Na Fig. 1 apresenta-se, a título exemplificativo, o espectro resultante da análise do punção proveniente da sepultura 11.

Em Soares *et al.* (1994, p. 175-178) descreveram-se alguns dos problemas que se colocam ao fazer uso desta técnica não destrutiva de análise multi-elementar. Os mesmos problemas ocorrem quando se faz uso da técnica PIXE agravados ainda pelo facto de, nesta, a espessura da superfície examinada ser menor do que na primeira e, por outro lado, ser uma técnica mais sensível para alguns elementos do solo que se encontram habitualmente incorporados nos produtos de corrosão (Si, S, Cl, K, Ca).

No entanto, e uma vez que o equipamento de PIXE existente no ITN – cujas características (incluindo a descrição dos parâmetros físicos necessários ao cálculo de concentrações) se podem encontrar em FERREIRA & GIL (1981, p. 189-197) e Reis (1988) – permite colimar o feixe de prótons de tal modo que é possível examinar áreas da ordem de 1 mm², optou-se por utilizar esta técnica apenas na análise de um pequeno fragmento metálico pertencente à espiral S-CM/10003. Para isso, uma das superfícies de fractura foi limpa mecanicamente fazendo uso de um bisturi.

Os resultados das análises efectuadas pelas duas técnicas atrás referidas encontram-se nos Quadros I e II. Os resultados por XRF são apresentados de uma forma semiquantitativa, dado que não faz sentido apresentá-los de uma forma totalmente quantitativa, tendo em atenção que a concentração dos elementos químicos nos produtos

* Departamento de Química, Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

** Departamento de Física, Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), Estrada Nacional 10, 2685 Sacavém.

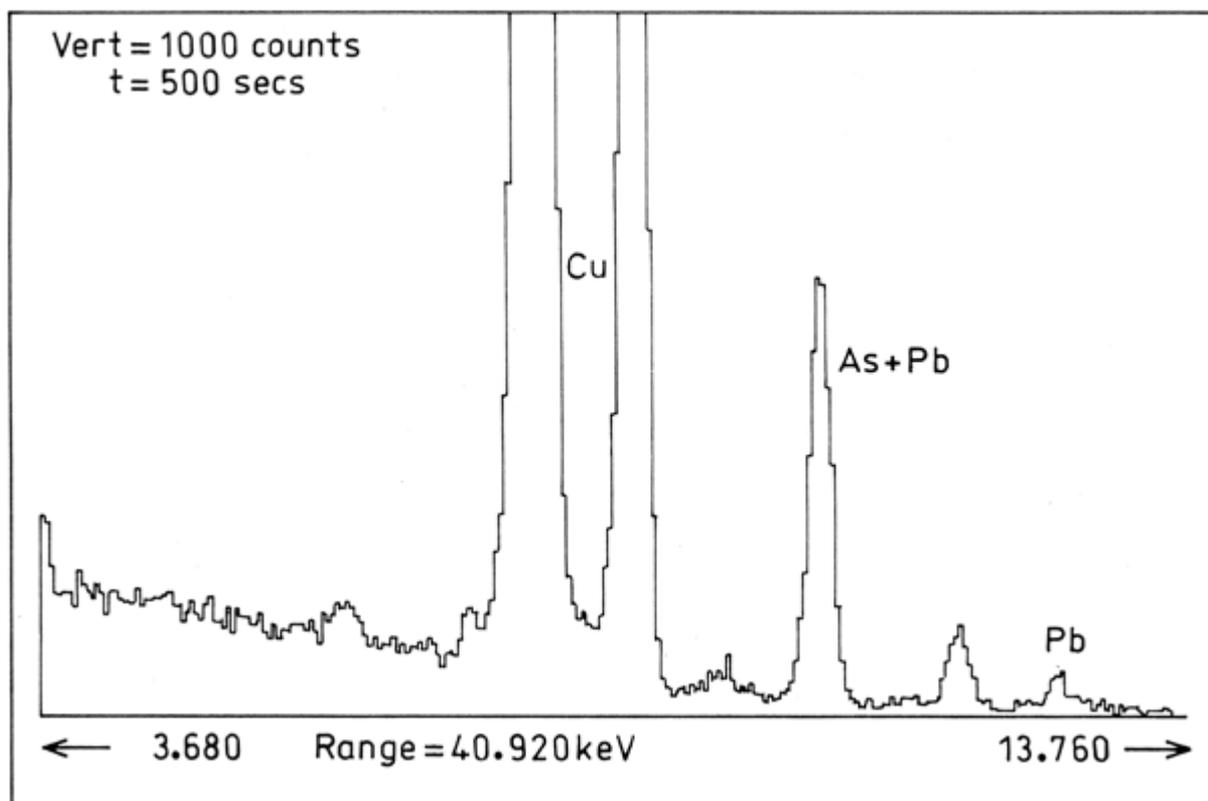


Fig. 1. - Espectro resultante da análise por XRF do punção proveniente da sepultura 11.

de corrosão existentes num determinado artefacto metálico é diferente da correspondente ao interior não corroído do mesmo artefacto.

Quadro I - Resultados da análise por XRF dos artefactos metálicos provenientes do Monumento II da Necrópole do Pessegueiro (++ elemento principal; + elemento menor (>1%); v. vestígios (<1%); n.d. não detectado).

Proveniência	Artefacto	N.º de inventário	Elementos químicos						Observações
			Cu	As	Pb	Ag	Br	Fe	
Sep. 11	Punção	S-CM/10005	++	+	v.	n.d.	n.d.	n.d.	
Sep. 7	Punhal	S-CM/10001	++	+	v.	n.d.	n.d.	n.d.	lâmina
			++	+	v.	n.d.	n.d.	n.d.	zona dos rebites
Sep. 1	Espiral	S-CM/10002	n.d.	n.d.	n.d.	++	+	v.	
		S-CM/10003	n.d.	n.d.	n.d.	++	+	n.d.	
		S-CM/10004	n.d.	n.d.	n.d.	++	+	+	

Quadro II – Resultado da análise por PIXE da superfície de fractura de um fragmento da espiral S-CM/10003 (% em peso; intervalo de confiança de 68% na determinação dos erros estatísticos)

Ag	71,2±0,8	K	1,53±0,02
Cl	20,44±0,04	Fe	1,02±0,01
Br	5,48±0,05	Ti	0,33±0,01

Da análise do Quadro I conclui-se que o punção e o punhal, incluindo os rebites, são de cobre arsenical, embora o arsénio se apresente numa percentagem bastante baixa. Além destes elementos, também o chumbo foi detectado mas como elemento vestigial. É curioso notar que da zona do Monumento I desta Necrópole provêm três fragmentos de cadinho, com origem provável no povoado que lhe fica junto, um dos quais apresentava restos de metal aderentes (SILVA & SOARES, 1979, p. 146). A análise por XRF permitiu determinar “a presença de arsénio em quantidade que, em algumas regiões da face interna, é próxima da do cobre”, o que levou a concluir que “o cadinho servia para a fundição de cobre fortemente arsenical” (FERREIRA & GIL, 1979, p. 154-157). Parece, assim, poder afirmar-se que duas tecnologias do cobre estariam presentes no Pessegueiro.

Por outro lado, as espirais são feitas de prata pura, não se detectando quaisquer vestígios de chumbo ou de cobre, quer se utilize a técnica PIXE ou a XRF. A ausência de chumbo indica que a copelação não foi usada para a obtenção destas três espirais, as quais terão sido feitas a partir de prata nativa. Os outros elementos químicos presentes devem-se à corrosão que os artefactos sofreram — o aspecto exterior destes artefactos indicia que os mesmos estão bastante corroidos. O cloro e o bromo aparecem habitualmente em objectos de prata que estiveram enterrados. Segundo Hedges (1976, p. 44-46), a percentagem de brometo de prata nos produtos de corrosão de objectos de prata que estiveram enterrados é tanto maior quanto maior for o teor de matéria orgânica do solo. Provindo os artefactos de prata analisados de sepulturas, não é de estranhar os elevados teores de bromo e cloro neles determinados.

A composição química dos artefactos metálicos examinados, quer os de cobre quer os de prata, está de acordo com a sua tipologia e com o que é conhecido sobre a evolução da metalurgia pré-histórica no sul de Portugal. Segundo Soares *et al.* (1996, p. 561) as ligas de bronze, com excepção de um ou outro artefacto exógeno à região, fazem a sua aparição apenas no Bronze Final, a partir do início do I Milénio a.C. A prata começa a ser utilizada no Bronze Pleno, sendo os objectos manufacturados a partir de prata nativa. O processo de copelação terá sido introduzido no sul do país somente no Bronze Final, tal como as ligas de bronze. A composição química dos artefactos metálicos provenientes do Monumento II da Necrópole do Pessegueiro está, pois, de acordo com a cronologia que lhe é atribuída (ver SILVA & SOARES, este volume).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, G.P.; GIL, F.B. (1979) — Análise por fluorescência de raios-X de um fragmento de cadinho de fundição do Cemitério dos Mouros (Pessegueiro, Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 154-157.
- FERREIRA, G.P.; GIL, F.B. (1981) — Elemental Analysis of Gold Coins by Particle Induced X-Ray Emission (PIXE). *Archaeometry*. Oxford. 23:2, p.189-197.
- HEDGES, R.E.M. (1976) — On the occurrence of bromine in corroded silver. *Studies in Conservation*. London. 21, p. 44-46.
- REIS, M.A. (1988) — *Aplicação de técnicas nucleares ao estudo de aerossóis*. Lisboa: Relatório de Estágio de Licenciatura em Física Tecnológica, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.

- SILVA, C.T. da; SOARES, J. (1979) — O monumento I da Necrópole do «Bronze do Sudoeste» do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p.121-153.
- SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M. de F. e CABRAL, J.M.P. (1994) — Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da Bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança. In CAMPOS, J.M.; PÉREZ, J.A.; GÓMEZ, F., eds. — *Arqueologia en entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Grupo de Investigacion Arqueologica del Patrimonio del Suroeste, p. 165-200.
- SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M. de F.; ALVES, L.; FERRAZ, M.T. (1996) — Vestígios metalúrgicos em contextos do Calcolítico e da Idade do Bronze no sul de Portugal. In *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 553-579.

PRÁTICAS RITUAIS NO BRONZE DO SUDOESTE – ALGUNS DADOS

António M. Monge Soares¹, Filipe J. C. Santos², Joke Dewulf³, Manuela de Deus⁴ & Ana Sofia Antunes⁵

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento cultural dentro de uma determinada comunidade pré ou proto-histórica poderá ser reconstituído a partir do registo arqueológico, o qual é, como se sabe, muito parcial em relação à realidade que representa. Os rituais dessa comunidade, indicadores do seu desenvolvimento cultural, podem ser vistos como mecanismos que dão forma às suas crenças, à sua ideologia e à sua identidade ou como fontes de poder para aqueles que os criaram, que os controlavam ou que tomavam parte neles, podendo revelar bastante acerca dessa comunidade e da sua dinâmica (KYRIAKIDIS, 2004, 2007).

Existem diversas definições para ritual, as quais estão longe de obter uma aceitação generalizada (RENFREW, 2007; MARCUS, 2007). Na definição de ritual são usados conceitos como estruturado, repetitivo, ordenado, intencional, raro, não doméstico, os quais são vagos, por vezes paradoxais, mesmo contraditórios (MORRIS & RANDALL, 2008). Ritual é muitas vezes associado exclusivamente a crenças religiosas e espirituais. Os antropólogos sociais têm, contudo, mostrado que existem muitos diferentes tipos de rituais. Podem ser seculares, religiosos, relacionados com a classe social ou com o sexo, pessoais, etc. Os arqueólogos, por seu lado, têm, por vezes, utilizado o termo ritual por duas razões que estão, em geral, estreitamente associadas: quando o artefacto ou contexto se afasta de uma funcionalidade pragmática do quotidiano ou quando não é compreendido (BRÛCK, 1999). Na ausência de melhor definição, associaremos o conceito de ritual a realidades do registo arqueológico que possam traduzir um simbolismo ao nível de crenças e de gestos significantes, tanto na esfera do quotidiano, como na do mundo funerário.

Esta comunicação, baseada essencialmente nas intervenções arqueológicas de que temos sido responsáveis em algumas áreas da bacia do Guadiana, abarca um período cronológico balizado pelo denominado Horizonte de Ferradeira, de um lado, e pelas primeiras manifestações orientalizantes, do outro, integrável naquilo que H. Schubart (1975) denominou de Bronze do Sudoeste.

Dois tipos de contextos arqueológicos foram objecto de análise tendo em vista a identificação e caracterização de práticas rituais: as sepulturas/necrópoles e as áreas de *habitat*.

¹ Instituto Tecnológico e Nuclear, Estrada Nacional 10, 2686-953 Sacavém. amsoares@itn.pt

² ARQUEOHOJE, R. da Escola, Lote 9, Loja 2, Santa Eulália, 3500-682 Viseu. santos.philipe@gmail.com

³ OCRIMIRA, Largo do Paço Novo, 5, 7320-111 Castelo de Vide. dewulfjoke@yahoo.com

⁴ IGESPAR – Extensão de Castro Verde, Rua D. Afonso Henriques, 98, 7780-183 Castro Verde. mdeus@igespar.pt

⁵ Câmara Municipal de Serpa, Praça da República, 7830-389 Serpa. asofia@cm-serpa.pt

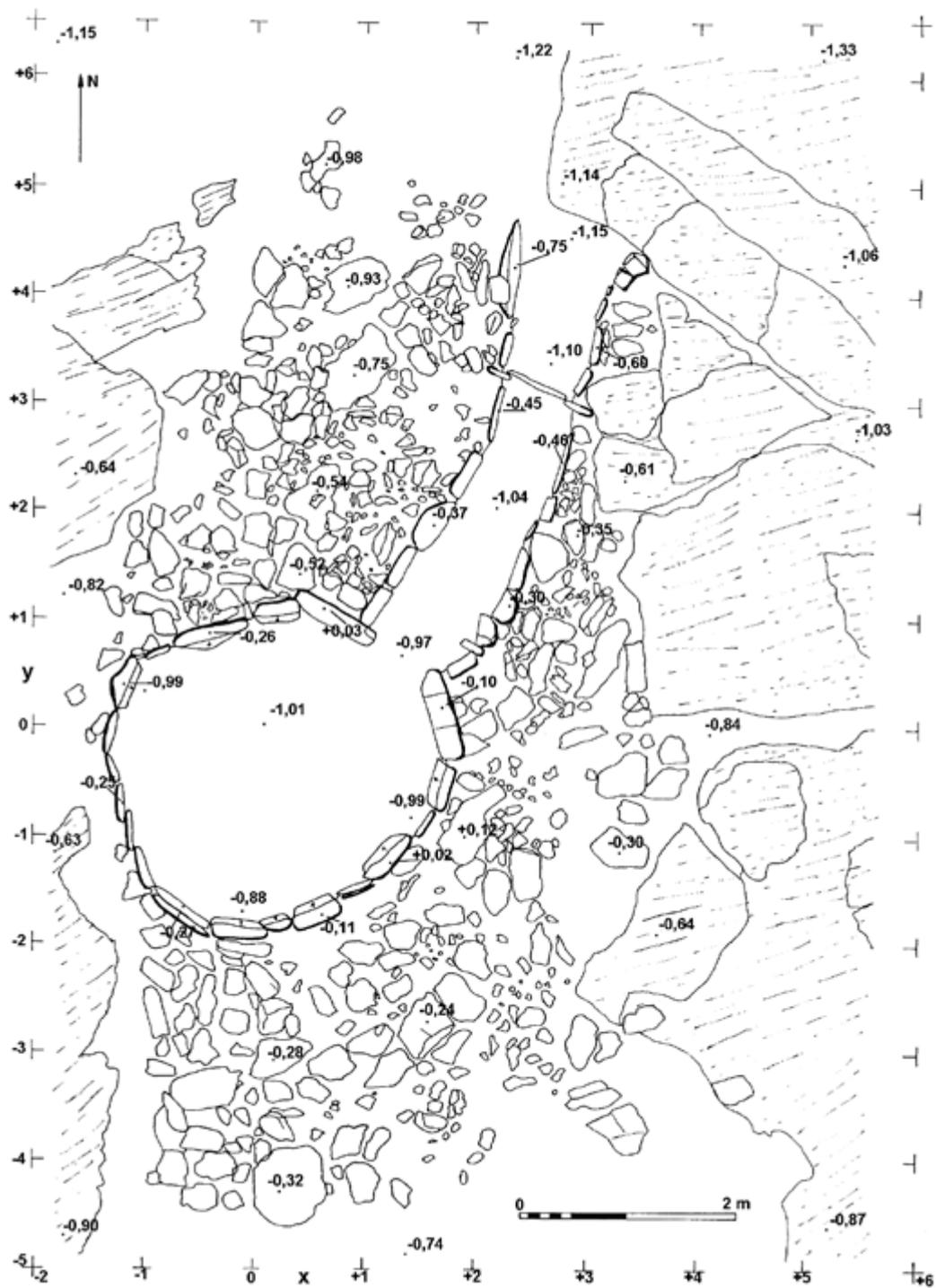


Fig. 1 - Planta do monumento do Monte da Velha 1 (MV1). Cotas em metros; a tracejado leve, representa-se a rocha-virgem.

2. CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DOS RITUAIS

2.1. Rituais nas sepulturas/necrópoles

2.1.1. Uma inumação do Horizonte de Ferradeira

Ao Horizonte de Ferradeira, tal como foi definido por H. Schubart (1971, 1975), corresponde uma mudança do ritual funerário – aos sepulcros colectivos calcólicos, até então em uso, sucedem-se as sepulturas individuais, construídas de raiz, ou inumações individuais em espaços bem delimitados reutilizando, embora, sepulcros colectivos. No pseudo-*tholos* MV1 do Monte da Velha (Vila Verde de Ficalho, Serpa), ao escavar-se a câmara do monumento (Fig. 1; ver SOARES, 2008), a cerca de um metro da entrada, logo no início da escavação daquela, surgiram a pouca profundidade duas lajes rectangulares de xisto. Encontravam-se encostadas pelo topo uma à outra, à cota de -0,40 m, assentes em terra, a cerca de 20 cm do chão da câmara e afastadas entre si, na base, cerca de 40 cm. As lajes, com uma espessura irregular (entre os 3 e os 10 cm), formavam assim um ângulo agudo, encontrando-se o espaço delimitado pelas lajes orientado na direcção N-S, segundo o seu maior comprimento (Fig. 2). A estrutura protegia um conjunto cerâmico, que se encontrava no seu interior, constituído (ver Fig. 3) pelo vaso MV1-1, o qual continha o vaso MV1-2 que, por sua vez, tinha entre o seu enchimento vários fragmentos (os únicos encontrados) do vaso MV1-3.

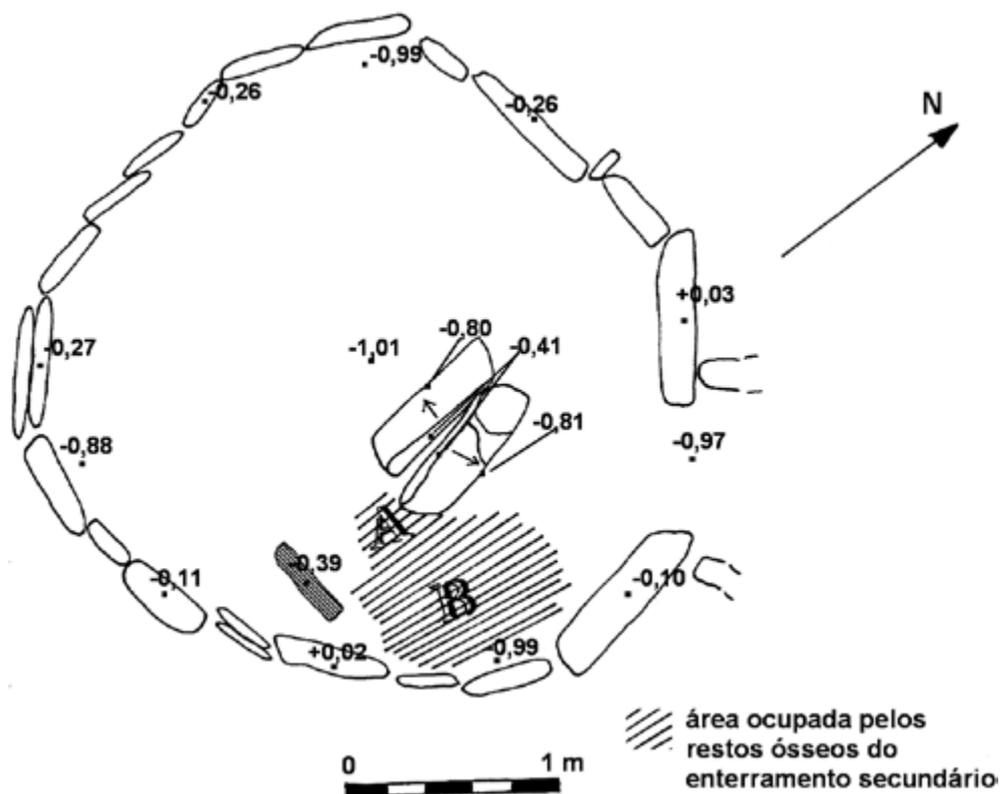


Fig. 2 – O enterramento secundário em MV1. A zona onde se encontraram os restos ósseos encontra-se representada a tracejado largo: A – área, à cota de -1,00 m, com fragmentos do crânio; B – região, entre as cotas de -0,80 m e -1,00 m, com fragmentos de ossos longos. As duas lajes inclinadas, próximo do centro da câmara, protegiam as dádivas funerárias, em cerâmica. A tracejado fino, uma laje de xisto vertical, assente no chão da câmara e que parecia delimitar, a sul, o enterramento secundário.

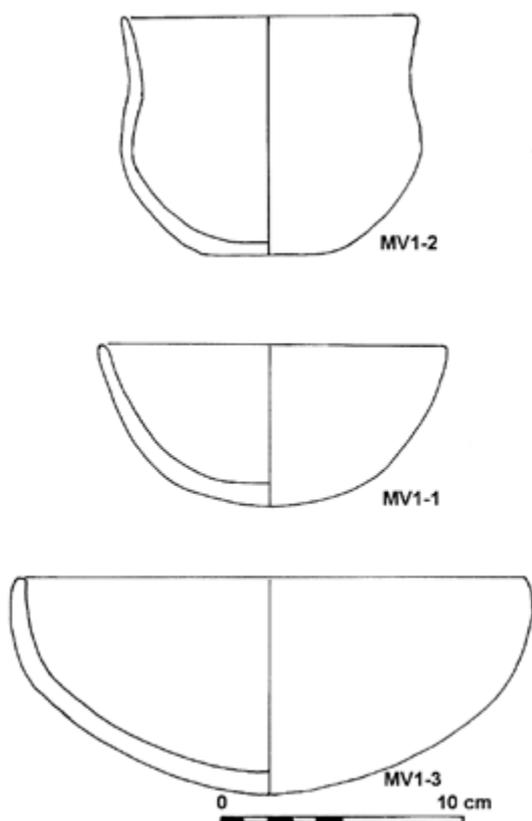


Fig. 3 – Dádivas funerárias da inumação. O vaso MV1-1 continha o vaso MV1-2, que, por sua vez, tinha, no seu interior, os fragmentos recuperados de MV1-3.

sim de uma segunda inumação. No mesmo sentido poderão apontar as fracturas antigas que o vaso campaniforme liso MV1-2 apresentava e o estado de fragmentação de MV1-3, cujos restos se encontravam no interior de MV1-2. Estes vasos, conjuntamente com MV1-1, poderão ter acompanhado a eventual inumação primária e daí a fragmentação verificada.

Foi possível, dada a boa conservação dos fragmentos ósseos da calote craniana do indivíduo inumado em MV1, datar pelo radiocarbono (AMS) esta inumação. A data obtida

Beta-194027 3900±40 BP ($\delta^{13}\text{C} = -19,4 \text{ ‰}$)

quando calibrada, fazendo uso do programa CALIB REV5.0.1 (STUIVER & REIMER, 1993) e da curva IntCal04 (REIMER *et al.*, 2004), conduz aos seguintes intervalos, com as seguintes distribuições de probabilidade (entre parênteses):

para 1 σ : 2465 – 2343 cal BC (1,)

para 2 σ : 2479 – 2280 cal BC (0,97096); 2250 – 2230 cal BC (0,021764);
2219 – 2211 cal BC (0,007276)

Esta datação permite, assim, situar o enterramento do Horizonte de Ferradeira de MV1 no terceiro quartel do III Milénio a.C.

A sul desta estrutura, a cerca de meio metro, encontrava-se uma laje colocada de cutelo, assente simplesmente, sem qualquer apoio lateral, no solo da câmara e com o topo sensivelmente à mesma cota do topo da estrutura precedente. Entre essa laje e a estrutura referida, mas na vizinhança imediata desta, ao nível do solo da câmara, encontravam-se os fragmentos de um crânio (área A, na Fig. 2), enquanto outros fragmentos ósseos do esqueleto se posicionavam espalhados (área B) até aos esteios da câmara, entre as cotas -0,80 m e -1,00 m, tendo alguns sido referenciados mesmo por debaixo dos vasos cerâmicos e, por conseguinte, por debaixo da estrutura das duas lajes. O esqueleto, além de muito fragmentado, não estava completo, não se encontrando os ossos em posição anatómica. Tratar-se-ia, antes, de um aglomerado de ossos em que, no entanto, era possível isolar os fragmentos cranianos, que se posicionavam junto aos outros, mas sem se misturarem com eles.

Trata-se de um esqueleto de um indivíduo adulto, com mais de 35/40 anos, não lhe tendo sido detectadas, nos poucos restos ósseos recuperados, quaisquer alterações patológicas (SILVA *et al.*, 2008). O posicionamento dos restos ósseos, nomeadamente a dimensão da área por eles ocupada, encontrando-se mesmo alguns por debaixo das dádivas cerâmicas e da estrutura pétrea que as protegia, bem como o estado de fragmentação em que se encontravam, sugere que não se trataria de uma inumação primária, mas

2.1.2. Os contextos funerários do Bronze Pleno

2.1.2.1. As inumações em cista

As cistas constituem as estruturas funerárias do Bronze Pleno mais usuais na bacia do Guadiana. São geralmente retangulares ou trapezoidais, delimitadas lateralmente por quatro lajes retangulares colocadas de cutelo (esteios), com uma laje maior a servir de cobertura. As dimensões destas estruturas são variáveis, embora o seu eixo maior pouco ultrapasse o metro de comprimento. Os esteios maiores são habitualmente travados pelos menores (o dos pés e o da cabeceira), além de que pequenos blocos e pequenas lajes de pedra auxiliam nesse travamento e aplanam a área onde assenta a grande laje de cobertura. O fecho das cistas pode ser reforçado pela utilização de uma gordura animal, com propriedades hidrófugas, o que impermeabilizaria as mesmas, como acontecia na sepultura da Herdade do Montinho, Vale de Vargo, Serpa (Fig. 4; ver RIBEIRO & SOARES, 1991) e numa outra da Folha das Palmeiras, Mourão (PAÇO & LEAL, 1962/63).

Podem conter uma ou mais inumações. O corpo era depositado em decúbito lateral, com os membros superiores e inferiores flectidos, isto é, na denominada posição fetal, não sendo coberto por terra. As cistas podem conter apenas um indivíduo como, por exemplo, na cista atrás referida da Herdade do Montinho, na do Carapetal, Vila Nova de S. Bento (SOARES, 1976/77), e na de Santa Justa, Serpa (SOARES, 1994), ou conter duas ou mais tumulações como na sepultura 1 do Monte da Cabida 3, S. Manços (Fig. 5), onde foram identificados dois esqueletos de adultos e um de recém-nascido.

As cistas podem encontrar-se aparentemente isoladas – Herdade do Montinho, Carapetal, Santa Justa, Barranco do Salto (SOARES, 1994) – ou formando cemitérios mais ou menos extensos – Bugalhos (Serpa) com duas cistas (SOARES, 2000); Talho do Chaparrinho (Vila Verde de Ficalho) com três cistas (SOARES, 1994); Carapinhais



Fig. 4 – A cista da Herdade do Montinho. Assinala-se a mancha de terra negra gordurosa que impermeabilizaria o interior da cista.



Fig. 5 – A sepultura 1 do Monte da Cabida 3. Observa-se a última inumação, em posição fetal, e as dádivas funerárias em cerâmica.

(Sobral da Adiça) com quatro (SOARES *et al.*, 2007); Monte da Cabida 3 (S. Manços, Évora) com pelo menos seis (ANTUNES *et al.*, 2008).

Não tem sido registada a existência de *tumulus* na maior parte das cistas isoladas; apenas na da Herdade do Montinho a existência de um *tumulus* era aparente (RIBEIRO & SOARES, 1991). Já na necrópole do Talho do Chaparrinho, uma das cistas inseria-se num verdadeiro *cairn*, constituído por blocos de diorito, delimitado por lajes de xisto, e todo ele coberto por calhaus brancos rolados de quartzo leitoso (Fig. 6). Na necrópole dos Carapinhais (Fig. 7), as cistas inserem-se em recintos circulares, delimitados por lajes de xisto colocadas de cutelo e preenchidos por outras lajes e blocos de xisto. Na necrópole do Monte da Cabida 3, as cistas não se encontram inseridas em recintos pétreos e, aparentemente, não possuíam *tumulus*, embora seja possível que as grandes destruições provocadas pelas lavouras tenham truncado a estruturação primitiva da necrópole.

Com excepção das cistas do Monte da Cabida 3, de que se falará adiante, as outras cistas, quer as isoladas, quer as integradas em cemitérios têm orientações diversas. Assim, quatro têm uma orientação SE-NW, duas ESE-WNW, outras duas E-W, ainda outras duas ENE-WSW, uma NE-SW e uma outra NNE-SSW. No entanto, deverá notar-se que as duas cistas da necrópole dos Bugalhos, que distam entre si cerca de 2 metros (Fig. 8) e cuja contemporaneidade, *in lato sensu*, não oferece dúvida, têm orientações diferentes – enquanto uma delas tem uma orientação E-W, já a outra se orienta na direcção ESE-WNW. Estas diferentes orientações, que não correspondem à orientação dos planos de xistosidade da rocha-irmã (xisto) onde as sepulturas se implantam, poderá implicar que a sua construção se deu em dois momentos diferentes do ano, admitindo que os seus construtores lhe queriam dar uma orientação E-W através da observação do nascer (ou do pôr) do Sol (SOARES, 2000). Outra explicação terá de ser encontrada para as orientações das cistas observadas na necrópole dos Carapinhais (ver Fig. 7) – aqui, as sepulturas inseridas nas estruturas tumulares de maior diâmetro têm uma orientação SE-NW, enquanto que as inseridas nas de menor diâmetro têm uma direcção aproximadamente perpendicular àquelas (ENE-WSW).



Fig. 6 – Uma das cistas da necrópole do Talho do Chaparrinho inserida num *cairn* constituído por blocos de diorito, delimitado por lajes de xisto, e coberto por calhaus brancos rolados de quartzo leitoso.



Fig. 7 – Planta geral da necrópole dos Carapinhais.

Por fim, das seis cistas registadas no Monte da Cabida 3, em quatro foi possível determinar a sua orientação, a qual não parece obedecer a qualquer regra: duas têm orientação NE-SW, uma SE-NW e uma outra direcção ENE-WSW.

2.1.2.2. As inumações em hipogeus

Além das inumações em cista, atribuíveis ao Bronze Pleno do SW, foi também identificado um hipogeu com duas inumações. Trata-se da sepultura de Belmeque (Vale de Vargo, Serpa), onde se encontravam inumados dois adultos (um deles do sexo masculino), cujos crânios aparentemente não se encontravam na sepultura (OLIVEIRA, 1994, p. 185). As inumações estavam acompanhadas de um riquíssimo espólio (SCHUBART, 1975, p. 257-258 e Tafel 59), de que trataremos mais adiante. Considerou-se que esta sepultura, datada pelo radiocarbono de 3230 ± 60 BP (ICEN-142), representaria uma manifestação exógena ao Bronze do SW, com paralelos próximos no Sudeste Peninsular, na Cultura de El Argar (SOARES, 1994, p. 183).



Fig. 8 - A necrópole dos Bugalhos.

2.1.2.3. As inumações em fossa

Recentemente, trabalhos de investigação conjugados com outros de carácter preventivo permitiram identificar diversos povoados abertos na bacia do Guadiana, do tipo daqueles conhecidos na bibliografia espanhola como “campos de hoyos”, e que constituem uma novidade no registo arqueológico do Alentejo (ANTUNES *et al.*, 2008). Implantam-se em terrenos férteis, e denotam, em alguns casos, a simbiose do espaço habitacional com o funerário. O Monte da Cabida 3 é um exemplo paradigmático destes sítios arqueológicos, onde além das fossas/”silo”, indiciadoras de uma área de habitat, existem as sepulturas em cista já referidas. Algumas das fossas contêm também inumações, algumas possivelmente do Bronze Pleno, enquanto que outras serão atribuíveis ao Neolítico/ Calcolítico e ainda outras, já datadas pelo radiocarbono, ao Bronze Final.

Próximo do Monte da Cabida 3 encontra-se um outro sítio arqueológico, Horta do Albardão 3, que conheceu dois momentos de ocupação. O mais antigo é atribuível ao Calcolítico e encontra-se testemunhado por uma estrutura de combustão associada a um nível de lixeira e por um fosso de planta sinuosa e perfil em V. O mais recente data dos finais do Bronze Pleno. Está documentado por uma inumação numa fossa/”silo”, de fundo aplanado, com um diâmetro de cerca de 1,3 m e 1,2 m de profundidade, a qual foi selada intencionalmente por meio de um enchimento pétreo muito compacto e bem estruturado, composto por pequenas lajes de xisto angulosas, elementos de calcário e blocos de granito boleados de grande dimensão. O indivíduo encontrava-se sepultado em decúbito lateral direito, com os membros flectidos, tendo o crânio sido aparentemente separado do corpo e depositado num nível superior, sobre uma base de lajes planas (Fig. 9). Não existia nenhuma deposição artefactual associada a esta inumação, mas o esqueleto foi datado pelo radiocarbono, tendo-se obtido a data Sac-2252 3080 ± 60 BP.

2.1.2.4. As dádivas funerárias

À grande diversidade observada, quer no tipo de sepulturas, quer na sua orientação, quer nas estruturas que dão forma às necrópoles, corresponde também uma grande diversidade nas dádivas funerárias, designadamente na tipologia das formas cerâmicas depositadas nas sepulturas. Embora às estruturas funerárias do Bronze Pleno,



Fig. 9 – Inumação numa fossa/”silo” da Horta do Albardão 3. À direita, um pormenor do crânio, que se encontrava separado do resto do esqueleto e depositado sobre uma base de lajes planas.

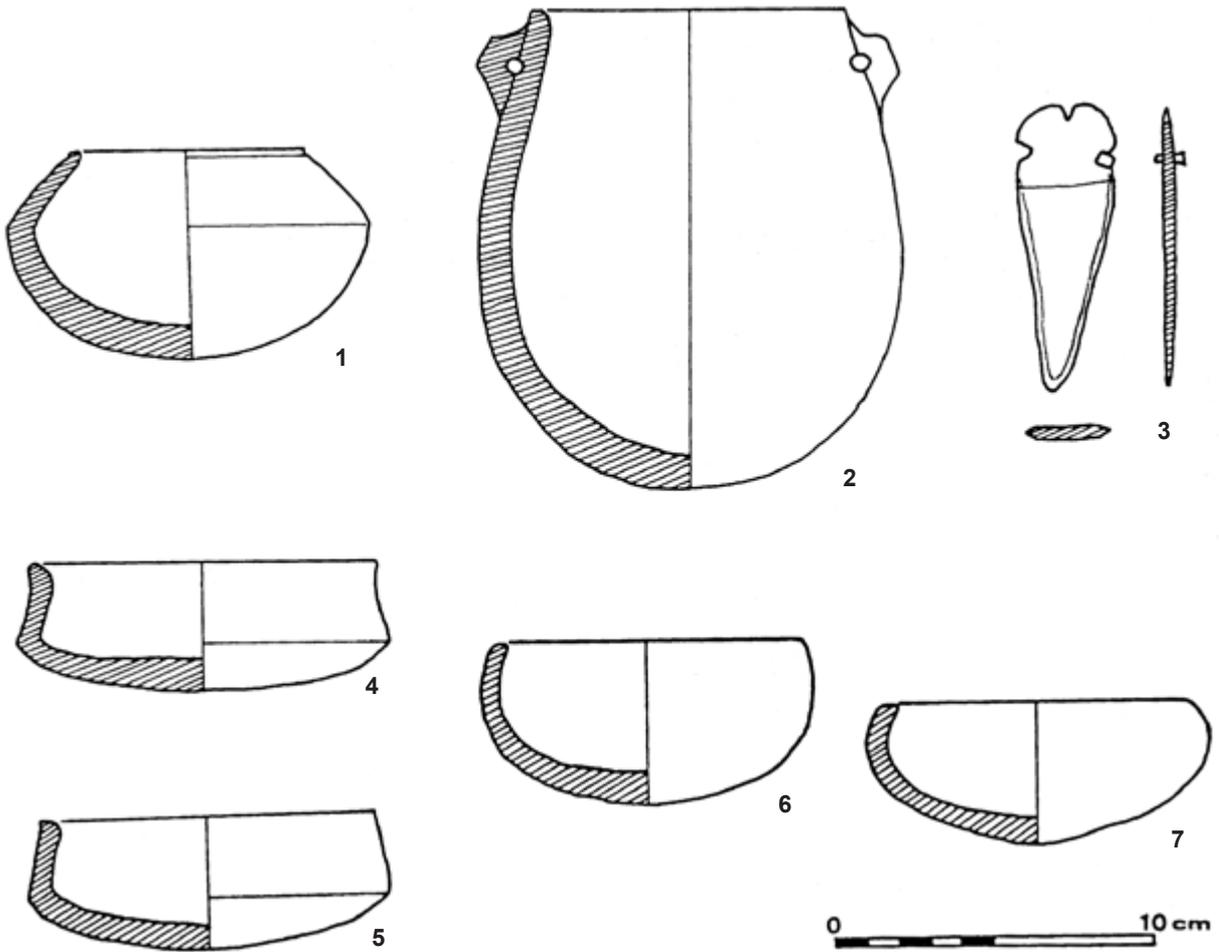


Fig. 10 – Dádivas funerárias de diversas cistas: 1 – Santa Justa; 2 e 3 – Carapetal; 4 e 5 – Barranco do Salto; 6 e 7 – Herdade do Montinho.

que aqui têm sido referidas, deva corresponder uma grande diacronia que ainda não foi possível precisar, estamos em crer que para essa diversidade não existirá apenas uma justificação de ordem cronológica.

Assim, se as inumações em fossa/"silo" primam pela ausência de quaisquer dádivas funerárias, já aquelas realizadas em cistas podem apresentar um ou vários artefactos como dádivas. Na cista de Santa Justa, a inumação estava acompanhada de um vaso de cerâmica, de carena alta (Fig. 10, n.º 1); na cista do Barranco do Salto, por duas tijelas tipo Atalaia, de dimensões similares (Fig. 10, n.º 4 e 5); na da Herdade do Montinho, por duas taças hemisféricas, de bordo ligeiramente reentrante, quase idênticas (Fig. 10, n.º 6 e 7); na do Carapetal, por um vaso em forma de saco, com dois mamilos junto ao bordo com perfuração horizontal, e um punhal de cobre, de rebites (Fig. 10, n.º 2 e 3). Na necrópole dos Bugalhos, que não se encontrava violada, uma das cistas continha três vasos cerâmicos, de carena baixa, apresentando dois deles uma pequena asa junto ao bordo (Fig. 11-A), enquanto que na outra cista, além de um vaso semelhante aos anteriores, tinha também sido depositado um vaso assimétrico de superfície externa brunida e boca elíptica, provido de uma asa, bem como dois punhais de cobre, de rebites (Fig. 11-B). Um pequeno fragmento de um tecido de linho foi datado pelo radiocarbono, obtendo-se a data Beta-120049 3450±40 BP. Por fim, da necrópole dos Carapinhais, da única cista não violada provém um vaso hemisférico de

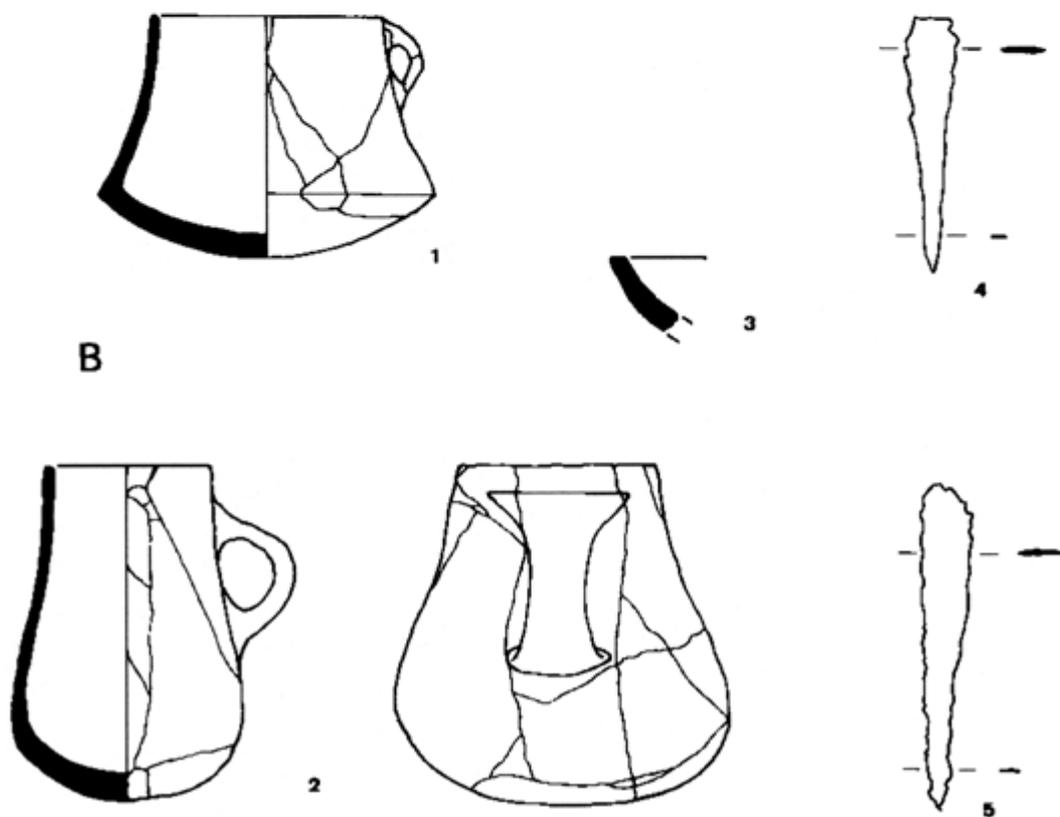
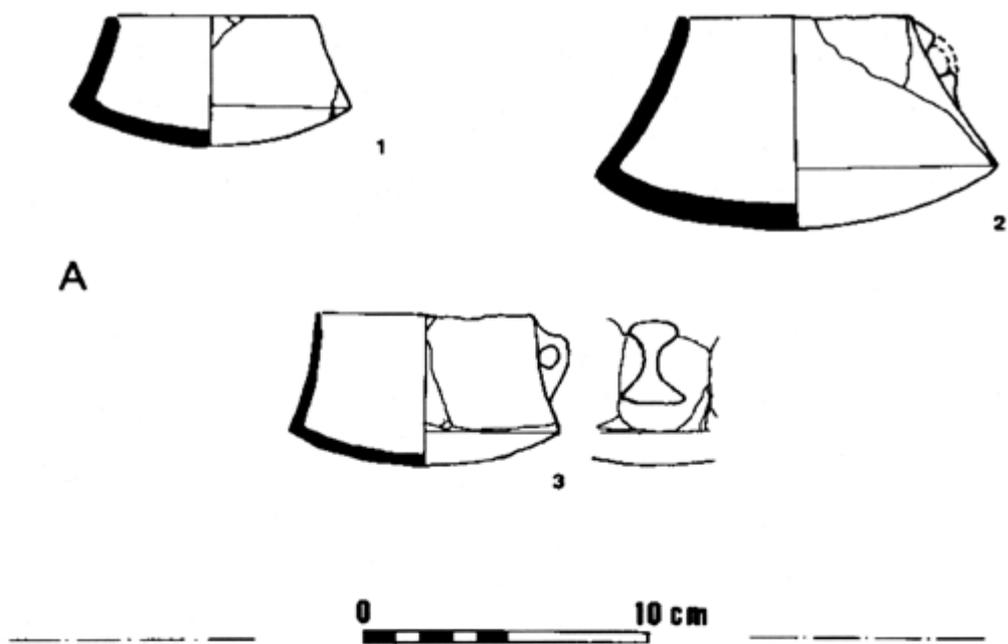


Fig. 11 - Dádivas funerárias da necrópole dos Bugalhos: A - cista 1; B - cista 2.

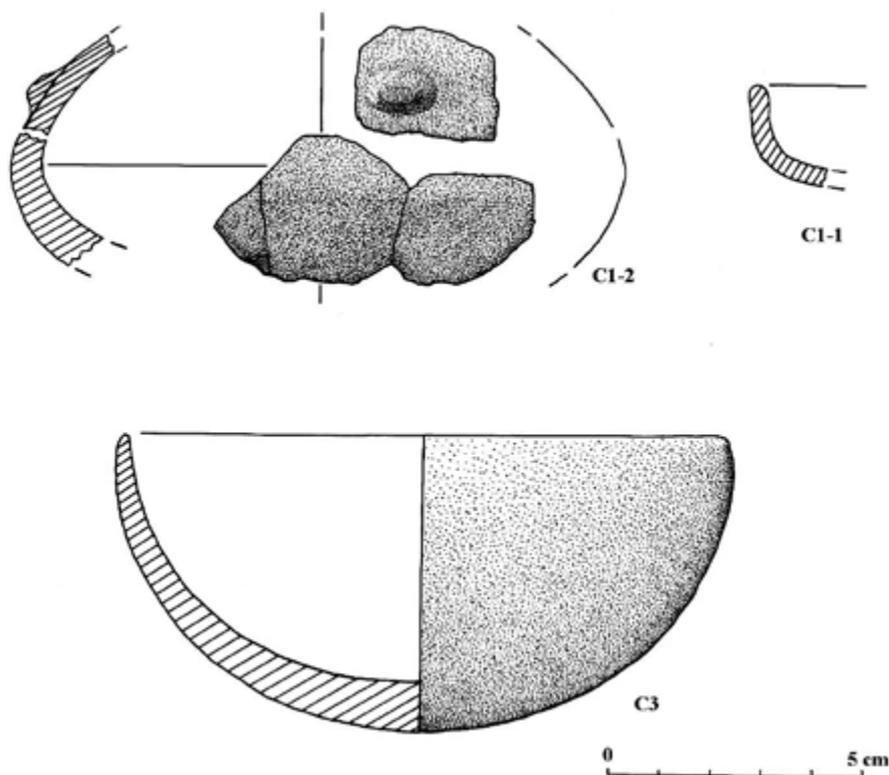


Fig. 12 – Dádivas funerárias em cerâmica da necrópole dos Carapinhais: cista 1: C1-1 e C1-2; cista 3: C3.

cerâmica; outras duas cistas desta necrópole teriam também dádivas cerâmicas, cujas formas não são totalmente reconstituíveis (Fig. 12), enquanto que na cista restante foram recolhidas 17 contas de colar de pedra (Fig. 13).

Sobressaindo neste panorama das dádivas funerárias encontram-se as provenientes da sepultura de Belmeque (Fig. 14). Além do cuidado acabamento e exotismo do vaso cerâmico, destaca-se a riqueza dos artefactos metálicos – faca de bronze com rebites de ouro; dois punhais, um de bronze e outro de cobre, ambos com rebites de prata; diversas tachas de prata (ARAÚJO & ALVES, 1994). A acrescentar a estas dádivas, foram recolhidos nesta sepultura 1 rádio e 1 cúbito esquerdos de um bovídeo, 1 rádio esquerdo de outro bovídeo e, ainda, 1 outro fragmento de cúbito também de bovídeo (OLIVEIRA, 1994, p. 186).

2.1.2.5. Artefactos à superfície nas necrópoles

Na área de algumas necrópoles têm sido encontrados artefactos, normalmente cerâmicas, muito fragmentadas e, mesmo, algo roladas, que têm sido normalmente interpretados como vestígios de um ritual que traria para as necrópoles terra da área dos respectivos povoados (SILVA & SOARES, 1981; COELHO & CARDOSO, 1944). Conjuntos artefactuais deste tipo foram registados na área da necró-



Fig. 13 – Contas de colar de pedra da cista 2 da necrópole dos Carapinhais.

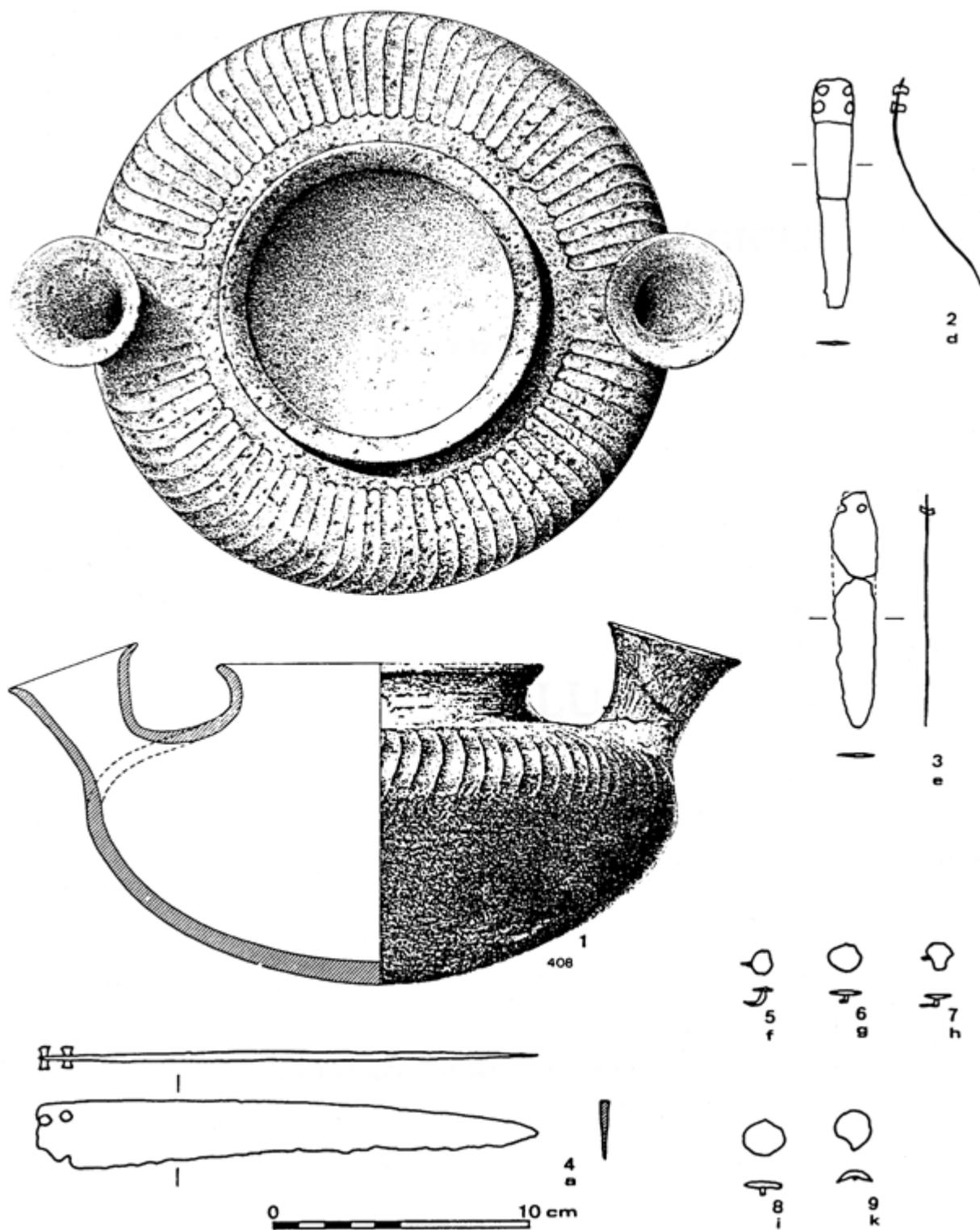


Fig. 14 - Dádivas funerárias da sepultura de Belmeque, baseada em H. Schubart (1975, Tafel 59).

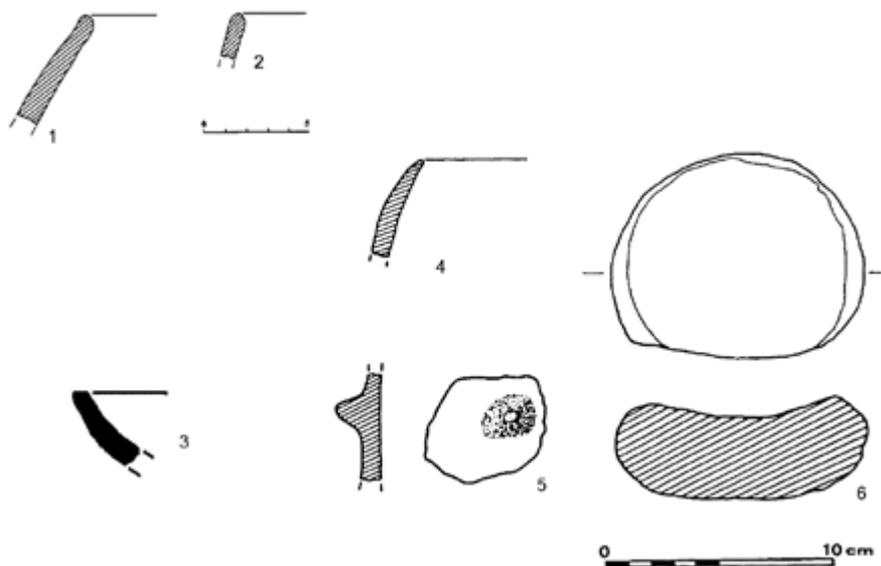


Fig. 15 - Artefactos encontrados à superfície de algumas necrópoles, possivelmente vestígios de rituais de comensalidade. 1 e 2 - Carapinhais; 3 - Bugalhos; 4,5 e 6 - Talho do Chaparrinho.

pole do Talho do Chaparrinho (SOARES, 1994, p. 181), na dos Carapinhais (SOARES *et al.*, 2007, p. 182) e na dos Bugalhos (SOARES, 2000, p. 50). Uma selecção desses materiais pode ser observada na Fig. 15.

2.1.2.6. Representação simbólica

No anel de lajes de xisto colocadas de cutelo, que delimitava o *tumulus* da cista 3 da necrópole dos Carapinhais, no enfiamento do eixo maior da cista, a Este, encontrava-se uma laje com duas covinhas (Fig. 16; ver, também, Fig. 7). O carácter antropomórfico e ritual da mesma parece evidente. É, no entanto, a única manifestação religiosa “pura” que foi registada em todos estes contextos do Bronze do Sudoeste que temos vindo a analisar.



Fig. 16 - Pormenor do *tumulus* da cista 3 e respectivo anel de contenção (à direita). Assinala-se com uma seta a laje com duas covinhas, que se individualiza, por fotografia, à direita da figura.

2.1.3. Os contextos funerários do Bronze Final

Os contextos funerários do Bronze Final, nesta região do Sudoeste que temos vindo a referir, eram até há dois ou três anos atrás, praticamente desconhecidos. As cistas, que constituem, porventura, as estruturas mais vulgares no Bronze Pleno, parecem ter deixado de ser construídas e utilizadas no Bronze Final. No entanto, conhecem-se algumas cistas da Primeira Idade do Ferro, estruturalmente idênticas às do Bronze Pleno, como sejam, entre outras, as das necrópoles de Corte Margarida, Aljustrel (DEUS & CORREIA, 2005), do Cabeço da Vaca, Alcoutim (CARDOSO & GRADIM, 2008) ou dos Gregórios, Silves (BARROS *et al.*, 2005), o que indicia um ritual de inumação em continuidade desde o Bronze Pleno até à Primeira Idade do Ferro, embora segundo alguns autores esse ritual possa ter ressurgido nesta última época por influências com origem no Mediterrâneo Central (TORRES ORTIZ, 1999). Ultimamente, a escavação de



Fig. 17 - Uma das inumações em fossa/"silo" do Casarão da Mesquita 3, atribuível ao Bronze Final.

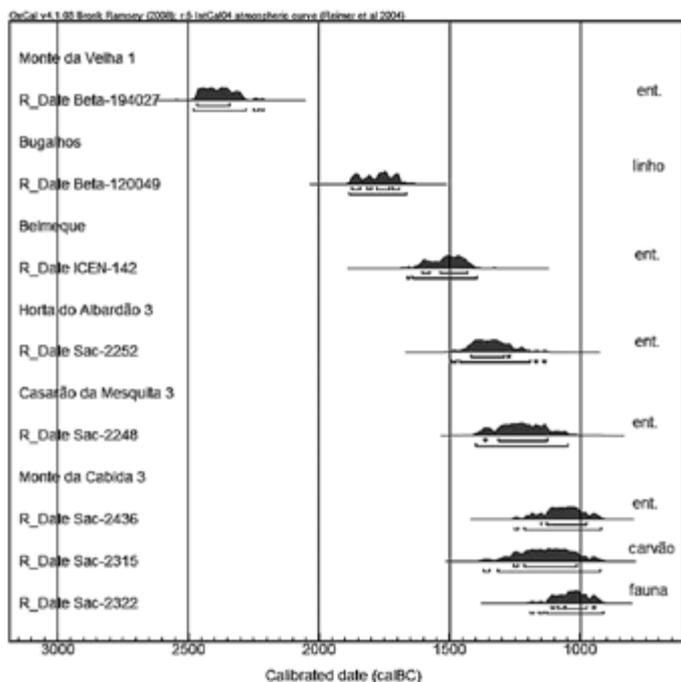


Fig. 18 - Datas de radiocarbono calibradas de inumações mencionadas no texto.

diversos conjuntos de fossas/"silo", os denominados "campos de hoyos" da literatura arqueológica espanhola, permitiram a identificação de várias inumações em posição fetal (Fig. 17), sem quaisquer dádivas funerárias, mas que foi possível atribuir ao Bronze Final através da datação pelo radiocarbono dos esqueletos ou das camadas arqueológicas que os embalavam (ver Tabela 1 e Fig. 18). São os casos dos dois enterramentos do Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora) e, pelo menos, de um dos diversos enterramentos em fossa/"silo" do Monte da Cabida 3.

2.2. Rituais em contextos de habitat

Nos últimos quatro anos, trabalhos de investigação conjugados com outros de carácter preventivo permitiram redefinir o conhecimento existente sobre o povoamento do Bronze do

Sudoeste, em particular do que se concentra na bacia do Médio Guadiana, em ambas as suas margens, incidindo no território actualmente alentejano. De facto, a par do já assinalado povoamento de altura, com ou sem fortificações, atribuível ao Bronze Final, registam-se ocupações de planície, que podem estender-se por vastas áreas. Estes povoados abertos, em que alguns parecem abarcar uma larga diacronia – do Bronze Inicial ao Bronze Final – constituem uma novidade no registo arqueológico do Alentejo. Implantam-se em terrenos férteis, beneficiando de fontes secundárias, mas permanentes, de água e denotam, em alguns casos, como já foi referido, a simbiose do espaço habitacional com o funerário. O seu estudo ainda está, na maior parte dos casos, numa fase muito embrionária, pelo que nos iremos apenas referir a contextos de habitat do Bronze Final, qualquer que seja o seu tipo, e onde já exista alguma evidência arqueológica, mesmo que ténue, que indicie a existência de rituais aí praticados.

Tabela 1 – Algumas datas de radiocarbono para o Bronze do Sudoeste

Ref. Lab.	Amostra	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	Data ^{14}C (anos BP)	Data calibrada (cal BC)*	
				1 σ	2 σ
Monte da Velha 1					
Beta-194027	Ossos humanos	-19,4	3900±40	2465-2343	2479-2211
Bugalhos					
Beta-120049	Ossos humanos	-26,1	3450±40	1874-1692	1886-1666
Belmeque					
ICEN-142	Ossos humanos	-18,6	3230±60	1610-1430	1660-1400
Horta do Albardão 3					
Sac-2252	Ossos humanos	-21,6	3080±60	1420-1270	1490-1130
Casarão da Mesquita 3					
Sac-2248	Ossos humanos	-19,7	2990±60	1370-1130	1400-1050
Sac-2305	Fauna	-20,4	2900±70	1250-1000	1310-910
Sac-2309	Fauna	-19,9	2900±80	1370-1090	1420-980
Sac-2306	Carvão	-25,0	2890±60	1190-980	1260-920
Sac-2311	Fauna	-21,1	2800±40	1003-907	1050-840
Sac-2303	Carvão	-26,1	2780±50	997-850	1048-819
Monte da Cabida 3					
Sac-2436	Ossos humanos	-20	2880±50	1150-980	1250-920
Sac-2315	Carvão	-22,9	2920±70	1260-1010	1370-920
Sac-2322	Fauna	-21,3	2860±40	1110-950	1190-910

* Datas calibradas fazendo uso da curva IntCal04 (REIMER *et al.*, 2004) e do programa OxCal v4.1.03 (BRONK RAMSEY, 2001)

A cerâmica de ornatos brunidos constitui um dos elementos da cultura material que tem sido considerado como característico dos povoados do Bronze Final do Sudoeste. No entanto, Casarão da Mesquita 3 e Monte da Cabida 3, no concelho de Évora, com ocupações extensas e bem datadas do Bronze Final (ver Tabela 1; ver, também, ANTUNES *et al.*, 2008), não apresentam esse tipo de cerâmica. Verificou-se, por outro lado, que é relativamente rara no conjunto artefactual cerâmico recolhido em diversos outros sítios como no Passo Alto, na Crespa, na Misericórdia, em S. Brás 1, na Casa Branca 1 e na Salsa 3, todos no concelho de Serpa, na Serra Alta e no Álamo, no concelho de Moura (SOARES, 2006), na Corôa do Frade, próximo de Évora (ARNAUD, 1979, 1995) ou no Alto do Castelinho da Serra, no concelho de Montemor-o-Novo (GIBSON *et al.*, 1998).

Santa Margarida, um sítio aberto da bacia do Guadiana, próximo de Serpa, é constituído por três núcleos, separados entre si por cerca de uma centena de metros e, em todos eles e ao contrário do que acontece nos sítios de *habitat* atrás referidos, a cerâmica, praticamente o único tipo de artefacto aí recolhido, apresenta uma percen-



Fig. 19 - Fundo de vaso de cerâmica de Santa Margarida com a superfície externa decorada com ornatos brunidos geométricos.

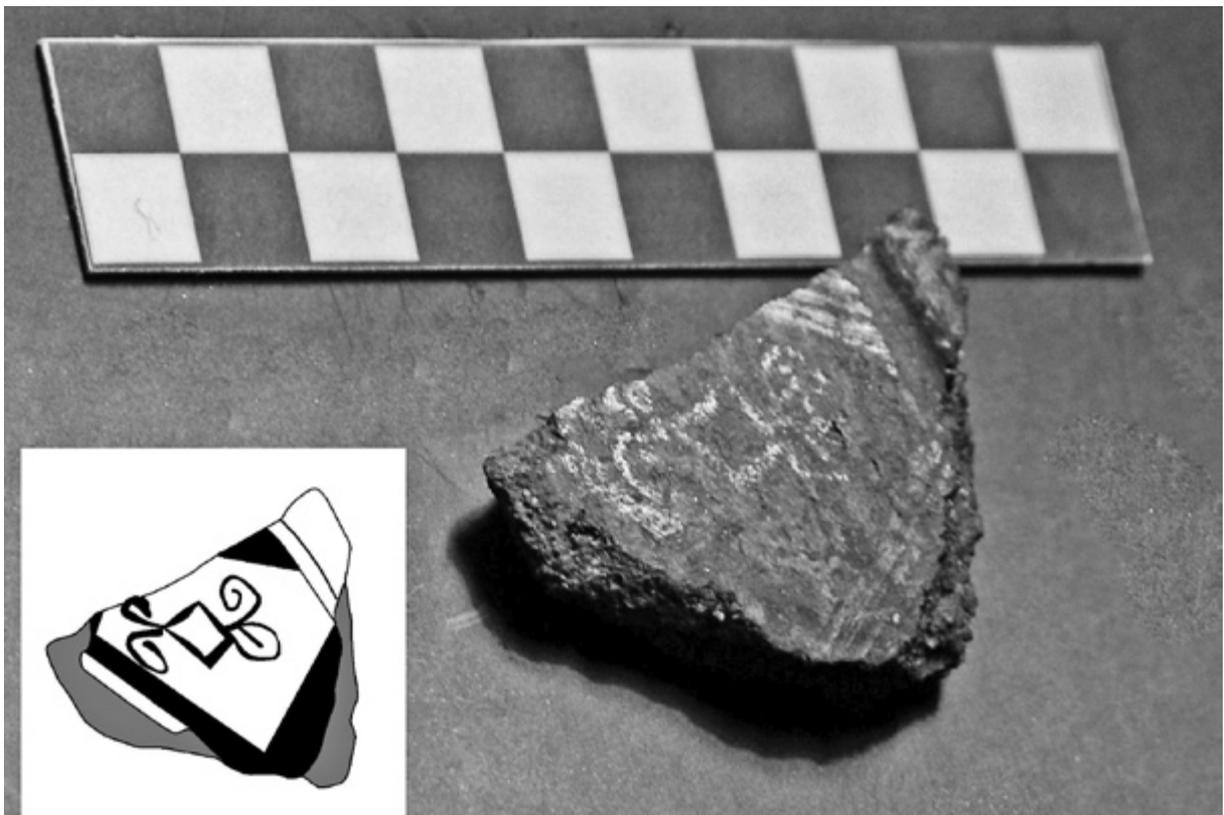


Fig. 20 - Pequeno fragmento de um vaso de cerâmica de Santa Margarida com decoração de ornatos brunidos na superfície externa, representando possíveis motivos naturalistas (escala: 5 cm).

tagem alta de vasos com ornatos brunidos – várias centenas de fragmentos decorados foram já aí registados (ver uma selecção desse fragmentos decorados em SOARES, 2005, Figs. 8-10). Embora a decoração seja aplicada na maioria dos casos na superfície externa dos vasos, a decoração no interior dos mesmos, ou em ambas as superfícies, não é rara. Na Fig. 19 pode observar-se o fundo exterior de um vaso com decoração brunida e, na Fig. 20, um pequeno fragmento de um outro vaso cuja superfície externa apresenta uma decoração com possíveis motivos naturalistas (BUERO MARTÍNEZ, 1984), decorações únicas ou extremamente raras no mundo das cerâmicas de ornatos brunidos do Sudoeste Peninsular.

M. Torres Ortiz (2002, p. 130), a propósito da cerâmica de “retícula brunida” (ornatos brunidos) no Sudoeste Espanhol, escreve: “*Así, las cazuelas y copas con esta decoración [retícula brunida] se habrían utilizado como vajilla para el consumo de alimentos y bebidas en rituales y ceremonias*”. E a propósito dos exemplares de ornatos brunidos da Lapa do Fumo e da Gruta do Correio Mor, João Luis Cardoso interroga-se sobre o “*significado paleontológico*” da ocorrência destas cerâmicas e considera que será de lhes atribuir um significado ritual, correspondente a oferendas em santuário rupestre, ao mesmo tempo que lança a hipótese de esses rituais estarem correlacionados com a água (CARDOSO, 1996, 1997/98, 2000). A relação de Santa Margarida com a água parece verificar-se – implanta-se entre dois cursos de água, o da Carelinha e o de Santa Ana, sendo este último permanente, uma vez que, junto a ele, na base da suave colina onde se implanta Santa Margarida, existe uma fonte de água permanente, a Fonte Ferreira. Além disso, não parece ser muito admissível que um sítio onde residisse uma população com carácter mais ou menos permanente, os elementos de moagem ou os ligados à agricultura, como os elementos de foice, primassem pela ausência, como já atrás foi referido. Assim, julgamos que será plausível atribuir ao sítio de Santa Margarida um cunho ritual, ligado à água. De igual modo, concordando com as interpretações e hipóteses de Torres Ortiz e João Luís Cardoso, parece-nos também plausível inferir a ligação da cerâmica de ornatos brunidos a actos rituais.

Outros contextos arqueológicos do Bronze Final, recentemente registados, parecem também indiciar a existência de rituais cuja interpretação e finalidade é por agora difícil de alcançar. Estamos a referir-nos à vitrificação de muralhas, de que as do Passo Alto e da Misericórdia, ambos no concelho de Serpa, constituem os exemplos atribuíveis ao Bronze do Sudoeste mais investigados (SOARES, 2007). A análise química e textural de fragmentos pétreos vitrificados aí recolhidos permitiu verificar uma elevada concentração do elemento P (fósforo) nos vidros neoformados (ao contrário do que acontece no material pétreo não vitrificado), o que poderá resultar da existência de material ósseo na constituição da muralha (DÍAZ-MARTÍNEZ *et al.*, 2005; CATANZARITI *et al.*, 2008). RALSTON (2007) descreve a existência de restos humanos e também de animais nas estruturas defensivas das fortificações célticas das Ilhas Britânicas; o mesmo terá acontecido nos Castelos de Monte Novo, Évora (BURGESS *et al.*, 1999), onde foi identificado um osso de um mamífero no seio de uma massa pétreo vitrificada da muralha. Estas evidências arqueológicas, embora datadas de uma época posterior à que estamos a analisar, poderão ser aplicáveis ao fenómeno de vitrificação das fortificações do Bronze Final, confirmando a inferência de que a obtenção de teores elevados de fósforo nos blocos pétreos vitrificados das muralhas se deve à existência de restos ósseos nas mesmas.

Também a vitrificação de algumas das muralhas poderá ter obedecido a uma prática ritual. Segundo I. Ralston (2006), a vitrificação, quando destrutiva e deliberada, afectando grandes extensões da fortificação, pode estar ligada à obtenção de estruturas de condenação dos contextos humanos pré-existentes, tendo sido realizada pelos próprios habitantes do sítio quando o mesmo foi abandonado.

3. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Do atrás referido parece poder concluir-se que o registo efectuado das sepulturas/necrópoles e dos contextos que lhe estão associados indiciam uma grande variabilidade nas práticas funerárias, variabilidade essa que não poderá ser explicada apenas pela eventual diacronia associada às manifestações funerárias de regiões tão restritas como as que estão em causa. A orientação e tipo de sepultura, a posição do corpo, o número de inumações, a remoção do crânio ou a sua colocação em posição proeminente na sepultura, as deposições secundárias, a presença e tipo de dádivas funerárias, são algumas das variáveis mais frequentes que podemos verificar nos contextos funerários por nós intervencionados na margem esquerda do Guadiana e nas planícies de S. Manços (Évora). A variabilidade parece ser a regra nas práticas funerárias, o que pode sugerir que no âmago do ritual existia o respeito pelo morto, mais do que simbolismos crípticos e ritos perfunctórios, os quais são muitas vezes característicos de uma qualquer religião. Deverá, no entanto, também ter-se em atenção que a desigualdade social pode ser uma das razões por detrás das diferenças nas práticas funerárias. O número e a qualidade das dádivas funerárias – comparem-se as dádivas das cistas dos Bugalhos com as das cista de Santa Justa ou do Barranco do Salto – bem como as estruturas onde se inserem as cistas – por exemplo, cistas com uma determinada orientação inseridas em grandes círculos de pedras, enquanto que outras com diferente orientação se inserem em círculos menores na mesma necrópole, como nos Carapinhais, ou a cista inserida num grande *cairn*, na necrópole do Talho do Chaparrinho – deverão ser manifestações de desigualdade social, que se expressa por diferentes rituais. Outra manifestação dessas desigualdades e desses rituais, será aquela que se expressa pelas inumações em fossas/”silo”, desprovidas de dádivas, se comparadas com as efectuadas em cistas, onde as dádivas são uma constante. No Monte da Cabida 3 essa desigualdade parece ter a sua expressão mais evidente através da existência dos dois tipos de inumação. Por outro lado, o simbolismo que se pode associar às práticas rituais e que é passível de ser reconhecido no registo arqueológico, tem um bom exemplo na orientação das duas cistas que constituem a necrópole dos Bugalhos, ou na laje com carácter antropomórfico, possível representação de uma divindade, colocada no enfiamento do eixo maior de uma das cistas da necrópole dos Carapinhais.

Além disso, ao reexaminar a finalidade dos artefactos depositados e o seu significado no ritual funerário, verifica-se que alguns objectos poderão ser deposições simbólicas, colocadas pelos acompanhantes/participantes no funeral como parte de um costume cerimonial, em vez de serem propriedade do defunto. É nesta linha que se reinterpretam os fragmentos cerâmicos e outros artefactos que aparecem junto das sepulturas, que têm sido considerados como vestígios de um ritual que transportaria terra da área do povoado para as proximidades das mesmas. No entanto, julgamos que poderão ser antes vestígios de libações ou banquetes, cerimónias rituais de comensalidade que teriam tido lugar aquando do funeral, junto à sepultura, e que foram processos erosivos, muito provavelmente decorrentes da agricultura, que originaram a sua grande fragmentação. No Sudeste Peninsular, estes rituais de comensalidade encontram-se bem identificados e descritos (veja-se, por exemplo, ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2006, 2007; SÁNCHEZ ROMERO *et al.*, 2007) e, também, deverão ter sido realizados no Sudoeste. O paralelismo entre a sepultura de Belmeque e as sepulturas da Cultura de El Argar é grande e, de igual modo, as ricas dádivas funerárias artefactuais, entre elas um exótico vaso cerâmico sem paralelos estreitos, provavelmente manufacturado para a ocasião, acompanhadas de restos de bovídeos, apontam para os rituais funerários e de comensalidade associados a personagens de elevado nível social, em que esses rituais “contribuem para a criação de um sentido de comunidade ao mesmo tempo que encenam e tornam natural as relações sociais claramente desiguais” (ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2006, p. 121).

No referente aos contextos habitacionais, ainda num estado incipiente de investigação, a análise do acervo artefactual neles recolhido, designadamente a cerâmica decorada com ornatos brunidos, parece indicar uma ligação desta cerâmica a um ritual cuja definição nos parece ainda impossível de enunciar com alguma segurança.

Também a função do sítio do Bronze do SW de Santa Margarida (Serpa), aberto, de planície, implantado entre dois riachos, onde essa cerâmica tem sido recolhida em abundância, mas onde a ausência de artefactos ligados à agricultura e a outras actividades produtivas é de realçar, poderá ser interpretada como indiciadora de um espaço onde se desenrolariam práticas rituais que nos são também ainda desconhecidas mas, provavelmente, relacionadas com a água. Por fim, a vitrificação observada em diversos aparelhos defensivos no Bronze do Sudoeste (e também na Idade do Ferro) indicia a existência de restos ósseos na constituição desses aparelhos, certamente relacionados com um qualquer ritual aquando da construção das muralhas, bem como os rituais de condenação das mesmas poderão estar na origem da vitrificação que algumas sofreram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, A.S.; DEUS, M.; SOARES, A.M.M.; SANTOS, F.; ARÊZ, L.; DEWULF, J.; BAPTISTA, L. & OLIVEIRA, L. (2008) – Povoados Abertos do Bronze Final no Médio Guadiana. In “*Sidereum Ana II (Mérida, 2008)*”. (em publicação).
- ARANDA JIMÉNEZ, G. & ESQUIVEL GUERRERO, J.A. (2006) – Ritual Funerário y Comensalidade en las Sociedades de la Edad del Bronce del Sureste Peninsular: La Cultura de El Argar. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 63:2, p. 117-133.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. & ESQUIVEL GUERRERO, J.A. (2007) – Poder y Prestigio en las Sociedades de la Cultura de El Argar. El Consumo Comunal de Bóvidos y Ovicápridos en los Rituales de Enterramiento. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 64:(2), p. 95-118.
- ARAÚJO, M.F. & ALVES, L.C. (1994) – Análise por PIXE e XRF de alguns artefactos metálicos do Bronze do Sudoeste. In “*Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*”. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 186-189.
- ARNAUD, J.M. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos Arredores de Évora – Escavações de 1971/1972. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 20, p. 56-100.
- ARNAUD, J.M. (1995) – Corôa do Frade: uma fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora. In *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 43.
- BARROS, P.; BRANCO, G.; DUARTE, C. & CORREIA, J. (2005) – A Cista dos Gregórios (Silves). *Xelb (Actas do 2.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves 2003)*. 3, p. 41-52.
- BRONK RAMSEY, C. (2001): Development of the Radiocarbon calibration program OxCal. *Radiocarbon*. Tucson. 43: p. 355-363.
- BRÜCK, J. (1999) – Ritual and Rationality: Some Problems of Interpretation in European Archaeology. *European Journal of Archaeology*. 2:3, p. 313-344.
- BUERO MARTÍNEZ, M.S. (1984) – Los motivos naturalistas en la ceramica pintada del Bronce Final del Suroeste Peninsular. *Habis*. Sevilla. 15, p. 345-364.
- BURGESS, C.; GIBSON, C.; CORREIA, V. & RALSTON, I. (1999) – Hillforts, oppida and vitrification in the Évora area, Central Portugal. In FRODSHAM, P.; TOPPING, P. & COWLEY, D., eds.-“*We are always chasing time: papers presented to Keith Blood (=Northern Archaeology, 17/18)*”, special edition, p. 129-147.

- CARDOSO, J.L. (1996) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as Cerâmicas de Ornatos Brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, p. 6-14.
- CARDOSO, J.L. (1997/1998) – As Cerâmicas de Ornatos Brunidos da Gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 155-167.
- CARDOSO, J.L. (2000) – Manifestações Funerárias da Baixa Estremadura no Decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I Milénios A. C.): Breve Síntese. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto. Vol. 5, p. 61-99.
- COELHO, A. V. Pinto & CARDOSO, J. L. (1994) – Cerâmicas da necrópole da Idade do Bronze de Alfarrobeira (Silves). Análises macro e microscópicas. In GOMES, M. Varela, *A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*. Silves: Câmara Municipal de Silves, p. 141-145 (Xelb, 2).
- CARDOSO, J.L. & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro do Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Xelb (Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve, Silves 2007)*. 8:1, p. 103-115.
- CATANZARITI, G.; McINTOSH, G.; SOARES, A.M.M.; DÍAZ-MARTÍNEZ, E.; KRESTEN, P. & OSETE, M.I. (2008) – Archaeomagnetic dating of a vitrified wall at the Late Bronze Age settlement of Misericórdia (Serpa, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 35, p. 1399-1407.
- DEUS, M. & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma Necrópole Orientalizante no Baixo Alentejo. In CELESTINO PEREZ, F.; JIMÉNEZ ÁVILA, J., eds. *El Período Orientalizante (Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterraneo Occidental)*. (Anejos de AespA XXXV). Mérida: Instituto de Arqueología. Vol. I, p. 615-618.
- DÍAZ-MARTÍNEZ, E.; SOARES, A.M.M.; KRESTEN, P. & GLAZOVSKAYA, L. (2005) – Evidence for wall vitrification at the Late Bronze Age settlement of Passo Alto (Vila Verde de Ficalho, Serpa, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 151-161.
- GIBSON, C.; CORREIA, V.H.; BURGESS, C.B. & BOARDMANN, S. (1998) – Alto do Castelinho da Serra (Montemor-o-Novo, Évora, Portugal). A Preliminary Report on the excavations at the Late Bronze Age to Medieval Site, 1990-1993. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 0, p. 189-244.
- KYRIAKIDIS, E. (2004) – The Archaeology of Ritual: The Third Cotsen Advanced Seminar. <http://ioa.ucla.edu/backdirt/sprsum04/ritual.html>
- KYRIAKIDIS, E. (2007) – Finding Ritual: Calibrating the Evidence. In E. Kyriakidis (ed.), *“The Archaeology of Ritual” (Cotsen Advanced Seminar 3)*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California, p. 9-22.
- MARCUS, J. (2007) – Rethinking Ritual. RENFREW, C. (2007) – The Archaeology of Ritual, of Cult, and of Religion. In KYRIAKIDIS, E., ed. *“The Archaeology of Ritual” (Cotsen Advanced Seminar 3)*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California. p. 43-76.
- MORRIS, J. & RANDALL, C. (2008) – Beyond Meta-level explanations of ritual. <http://www.tagconference.org/content/beyond-meta-level-explanations-ritual>
- OLIVEIRA, J.C. (1994) – Estudo do Espólio Ósseo de sepulturas do Bronze do Sudoeste. In *“Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)”*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 185-186.
- PAÇO, A. & LEAL, J.B. (1962/63) – Sepulturas Argáricas da Folha das Palmeiras (Mourão). *A Cidade de Évora*. Évora. 45-46, p. 21-24.

- RALSTON, I. (2006) – *Celtic fortifications*. Stroud, Gloucestershire: Tempus Publishing.
- RALSTON, I. (2007) – Celtic Fortifications in the British Isles. In BERROCAL-RANGEL, L.; MORET, P., eds.-*Paisajes Fortificados de la Edad del Hierro*. Madrid: Real Academia de la Historia / Casa de Velázquez. p. 113-134.
- REIMER, P.J.; BAILLIE, M.G.L.; BARD, E.; BAYLISS, A.; BECK, J.W.; BERTRAND, C.J.H.; BLACKWELL, P.G.; BUCK, C.E.; BURR, G.S.; CUTLER, K.B.; DAMON, P.E.; EDWARDS, R.L.; FAIRBANKS, R.; FRIEDRICH, M.; GUILDERTON, T.P.; HOGG, A.G.; HUGHEN, K.A.; KROMER, B.; McCORMAC, G.; MANNING, S.; RAMSEY, C.B.; REIMER, R.W.; REMMELE, S.; SOUTHON, J.R.; STUIVER, M.; TALAMO, S.; TAYLOR, F.W.; van der PLICHT, J. & WEYHENMEYER, C.E. (2004) – IntCal04 Terrestrial Radiocarbon Age Calibration, 0-26 cal Kyr BP. *Radiocarbon*. Tucson. 46:3, p. 1029-1058.
- RENFREW, C. (2007) – The Archaeology of Ritual, of Cult, and of Religion. In E. KYRIAKIDIS (ed.), *The Archaeology of Ritual (Cotsen Advanced Seminar 3)*. Los Angeles: Cotsen Institute of Archaeology, University of California. p. 109-122.
- RIBEIRO, M.I.M. & SOARES, A.M.M. (1991) – A sepultura do Bronze do Sudoeste da Herdade do Montinho (Vale de Vargo, Serpa). Aplicação de alguns métodos instrumentais de análise química a um problema arqueológico. *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 287-298.
- SÁNCHEZ ROMERO, M.; ARANDA JIMÉNEZ & ALARCÓN GARCIA, E. (2007) – Gender and Age Identities in Rituals of Comensality. The Argaric Societies. *Treballs d'Arqueologia*. Barcelona. 13, p. 69-89.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico Final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (3/4), p. 189-215.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: W. de Gruyter. (Madrider Forschungen. 9).
- SILVA, A.M.; FERREIRA, M.T. & CUNHA, E. (2008) – Os restos ósseos humanos recuperados do monumento megalítico do Monte da Velha 1 (MV1) em Vila Verde de Ficalho (Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 52-55.
- SILVA, C.T. & SOARES, J. (1981) – Os cemitérios de cistas da Idade do Bronze. In “*Pré-história da Área de Sines*”. Lisboa: Gabinete da Área de Sines. p. 141-180.
- SOARES, A.M.M. (1976/77) – Uma cista do Bronze do Sudoeste em Aldeia Nova de São Bento (Serpa). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 273-279.
- SOARES, A.M.M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na Margem Esquerda do Guadiana. As Necrópoles do Concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 179-197.
- SOARES, A.M.M. (2000) – Necrópole do Bronze do Sudoeste dos Bugalhos (Serpa). *Vipasca*. Aljustrel. 9, p. 47-52.
- SOARES, A.M.M. (2006) – Os povoados do Bronze Final do Sudoeste na margem esquerda portuguesa do Guadiana: novos dados sobre a cerâmica de ornatos brunidos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 111-145.
- SOARES, A.M.M. (2007) – Cavalos-de-frisa e muralhas vitrificadas no Bronze Final do Sudoeste. Paralelos europeus. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 155-182.

- SOARES, A.M.M. (2008) – O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11:1, p. 33-51.
- SOARES, A.M.M.; DEUS, M. & CORREIA, J.C. (2007) – Necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura). *Vipasca. Arqueologia e História*. Aljustrel. 2ª Série, 2, p. 180-190.
- STUIVER, M. & REIMER, P.J. (1993) – Extended ¹⁴C Data Base and Revised CALIB 3.0 Age Calibration. *Radio-carbon*. Tucson. 35:1, p. 215-230.
- TORRES ORTIZ, M. (1995) – *Sociedad y mundo funerario en Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia. (Bibliotheca Archaeologica Hispana. 3).
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia. (Bibliotheca Archaeologica Hispana. 14; Studia Hispano-Phoenicia. 1).

CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DO TALHE DA PEDRA NA IDADE DO BRONZE DA ESTREMADURA: O CONJUNTO DO CASAL DA TORRE (TORRES NOVAS)

António Faustino Carvalho¹

1. INTRODUÇÃO: O SÍTIO E OS TRABALHOS REALIZADOS

O sítio arqueológico designado por Casal da Torre, que se localiza administrativamente na freguesia de Assentiz e concelho de Torres Novas, foi descoberto em 1994 durante acções de prospecção arqueológica levadas a cabo no âmbito do projecto de investigação “Carta Arqueológica do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros”, dirigido por J. Zilhão. A sua descoberta foi proporcionada pela evidência de terras negras, carbonosas, associadas a material cerâmico, visíveis num corte resultante da extracção de terras acumuladas no fundo de uma pequena depressão integrada no sector nordeste do Arrife da Serra d’Aire. Realizadas logo nesse ano, a abertura de sondagens e a limpeza de um corte visaram determinar o contexto estratigráfico daquele nível arqueológico e uma caracterização cronológica e cultural do mesmo, tendo sido então possível concluir que se estava perante uma única ocupação atribuível à primeira Idade do Bronze, ou Bronze Pleno (CARVALHO *et al.*, 1999). Concorreu para esta conclusão a composição tipológica da componente cerâmica do Casal da Torre, a qual tem paralelos em sítios estremenhos — Agroal, em Tomar (LILLIOS, 1993), e Catujal, em Loures (CARDOSO & CARREIRA, 1993) — que dispõem de datações absolutas que cobrem a passagem do III para o II milénio a.C., pelo que deverá ser esta também a cronologia do sítio torrejano.

Porém, a continuada extracção de terras obrigou à realização subsequente de duas campanhas de escavação de emergência, realizadas em 1999 e 2000 sob a direcção de F. Neto e A.F. Bragança, trabalhos que, dados os importantes resultados que se obtiveram, tiveram continuidade em 2002 e 2003 desta feita enquadrados no projecto “*Habitats de ar livre do Bronze Pleno da Serra d’Aire*”, tendo sido conduzidos por aquelas arqueólogas em colaboração com M.J. Jacinto, responsável pelo referido projecto. Os objectivos destas quatro campanhas de escavação, cujos resultados permanecem inéditos, visaram em essência a delimitação espacial do sítio arqueológico e a recolha de uma amostra artefactual mais numerosa, pelo que, em termos de estratégia de escavação, se optou pelo alargamento sucessivo das sondagens existentes e a intervenção noutros sectores do povoado. Uma das novidades trazidas por estes trabalhos foi a identificação de um nível arqueológico (residual?) atribuível ao Neolítico Antigo; todavia, de um modo geral, pode concluir-se que estas últimas escavações confirmaram a inserção cronológico-cultural e a caracterização artefactual do sítio ensaiadas no artigo acima referido. Infelizmente, não foi possível recolher elementos passíveis de datação pelo radiocarbono, pelo que a cronologia do Casal da Torre continua a deduzir-se a partir da integração regional da sua produção cerâmica.

Uma das observações mais significativas produzidas no decorrer dos trabalhos que se têm vindo a descrever é a do reconhecimento da existência de práticas metalúrgicas. Com efeito, em 1994 fora possível recolher um

¹ Universidade do Algarve, F.C.H.S., Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. E-mail: afcarva@ualg.pt

pedaço de metal de superfícies alteradas cuja reinterpretação da análise inicial, levada a cabo por W.K. Barnett, concluiu tratar-se, não de um pingo de fundição, tal como proposto por aquele autor, mas sim de cobre nativo (CARVALHO *et al.*, 1999, p. 69); depois, em 2003, foi descoberto um punção ou escopro que, analisado no Instituto Tecnológico e Nuclear por espectrometria de fluorescência de raios-X, se concluiu ter sido fabricado em cobre arsenical². Porém, outro dos aspectos que então notabilizou esta ocupação do Bronze Pleno foi a recolha de uma significativa indústria em pedra lascada. Dado que os trabalhos posteriores a 1994 permitiram aumentar a amostra lítica disponível para análise, é assim hoje possível desenvolver as considerações iniciais a seu respeito, o que se constitui como o objectivo do presente texto.

2. O CONJUNTO DE PEDRA LASCADA: UM USO DIFERENCIADO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Numa primeira apreciação deste conjunto de pedra lascada, cuja inventariação geral consta do Quadro anexo, verifica-se que este é constituído por sílex, quartzito e quartzo, repetindo em suma um traço geral das indústrias líticas da Pré-História recente do Maciço Calcário Estremenho. Note-se que as duas últimas rochas são de aprovisionamento local, estando disponíveis sob a forma de seixos rolados nos terraços fluviais da Bacia Terciária do Tejo, que se estende em frente do sítio. Por outro lado, não se conhece qualquer jazida de sílex nas proximidades imediatas do Casal da Torre, pelo menos com a potencialidade de fornecer nódulos a partir dos quais se possam extrair as lâminas robustas presentes naquela inventariação.

A análise do conjunto lítico aponta para que o entendimento dos objectivos do talhe da pedra neste contexto do Bronze Pleno se possa estruturar em torno de três procedimentos tecnológicos principais, que se descrevem de seguida.

2.1. *Obtenção de utensílagens sobre seixo em quartzito (e quartzo?)*

Entre o material talhado em quartzito avulta um conjunto numericamente expressivo de 14 percutores e/ou bigornas (isto é, incluindo casos de peças com ambas as funções) sobre seixo bruto, ou com este previamente talhado de modo a obter-se um gume biselado (tratando-se, portanto, de peças de tipo *chopper*, como a ilustrada sob o n.º 1 da Fig. 1), o qual era utilizado depois como extremidade funcional de percutor (ver Quadro). É possível que as duas peças classificadas como núcleos sobre seixo, em quartzo, estejam na realidade associadas a este processo de talhe e que, portanto, esta rocha deva ter sido explorada no contexto das mesmas cadeias operatórias aplicadas ao quartzito.

A abundância relativa de percutores sobre seixo de quartzito, a maior parte dos quais talhados, a par do baixo índice de retoque observado nas lascas desta rocha (as três lascas com retoque correspondem a 6% do total da debitagem), são observações que conduzem à interpretação do material de debitagem de quartzito como resultando do afeiçoamento dos seixos e não necessariamente como tendo sido também o objectivo do talhe (por exemplo, para utilização em bruto). A confirmar-se futuramente esta possibilidade, o material em quartzito não poderá ser interpretado ao mesmo título em que o é o sílex (ver adiante).

A presença de esta componente macrolítica em quartzito em contexto do Bronze Pleno não é, no entanto, inédita. Por exemplo, atente-se aos “machados mirenses” em grauvaque encontrados em nível de concheiro no sítio

² Informação pessoal das responsáveis pelos trabalhos de escavação.

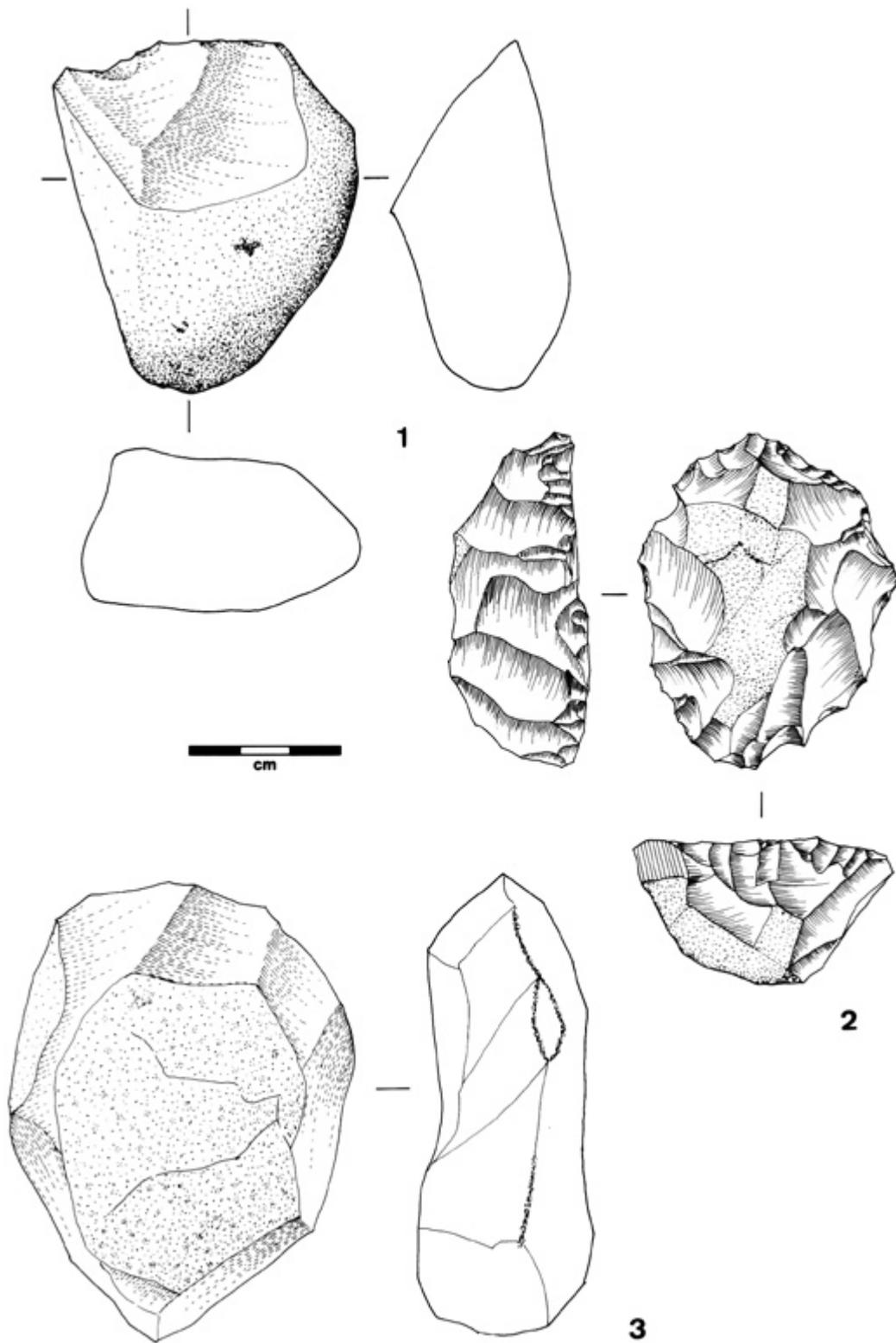


Fig. 1 - 1. Seixo talhado de tipo *chopper*, em quartzito; 2. núcleo discóide para lascas, em sílex; 3. Seixo talhado de tipo núcleo discóide, em quartzito.

Quadro. Inventário geral ^(a)

	Sílex	Quartzito	Quartzo	TOTAL
Material de debitage:				
Lascas corticais	7	15	3	25
Lascas parcialmente corticais	12	29	1	33
Lascas não corticais	29	15	5	54
Núcleos:				
Prismáticos, para lascas	1			2
Sobre seixo, para lascas			2	2
Material residual				
Fragmentos	13	4	4	21
Esquírolas	14	2	5	21
Utensílios sobre suportes alongados ^(b)				
Lamelas	9			9
Lâminas	19			19
Utensílios sobre lasca				
Lascas retocadas	8			8
Lascas com entalhes	2	1	1	4
Denticulado sobre lasca		2		2
Raspadores sobre lasca		4		4
Utensílios sobre seixo				
Percutores sobre seixo talhado	1	10 ^(c)		11
Percutores e/ou bigornas		6		6
Seixos talhados / fragmentados	1	6	2	9
Manuportes		1		1
TOTAIS	122	86	23	231

^(a) Reúne os materiais da escavação de 1994, já publicados (CARVALHO *et al.*, 1999: quadro 1) e o das campanhas subsequentes. ^(b) Inclui também as peças sem retoque nem sinais de uso. ^(c) Um dos quais representado apenas pela extremidade lascada.

do Catalão, Vila do Bispo, datados de cerca de 1900 cal BC (CARVALHO & VALENTE, 2005), ou na estranha peça de tipo biface, em quartzito, proveniente do povoado do Fumo, no Vale do Côa, datado do mesmo período (CARVALHO, 2004). Se as peças do primeiro exemplo poderão ser, meramente a título de hipótese, conectadas com actividades relacionadas com a apanha de moluscos, dadas as características e localização do sítio, é por outro lado possível conceber a possibilidade de os utensílios macrolíticos do Casal da Torre poderem ter sido utilizados nas etapas iniciais de fabrico dos objectos metálicos associados, isto é, nas etapas de processamento da matéria-prima ainda em bruto³. Esta conclusão necessitaria, contudo, de corroboração traceológica.

2.2. Obtenção de lascas de sílex para uso expedito

De sílex, existe um conjunto de material de debitage composto, no seu conjunto total (isto é, englobando peças em bruto e com retoque), por 54 lascas, das quais 6 foram objecto de transformação por retoque (ver Quadro), o que significa 11% daquele número. A julgar pelas pequenas dimensões gerais destas peças e pelo tipo

³ Segundo informação pessoal das responsáveis pelos trabalhos de escavação que têm vindo a ser levados a cabo nos últimos anos (G. Donoso, M.F. Sousa e C. Magalhães), que permanecem inéditos, no povoado do Fumo foi recuperado um punção em metal, a que acresce o pedaço informe já publicado (CARVALHO, 2004, p. 210). A composição de ambos não foi ainda determinada.

de retoque predominante (curto semi-abrupto), é possível conceber um processo de talhe expedito – do qual o núcleo da Fig. 1, o único recolhido nesta matéria-prima, é bom exemplo – que visasse a obtenção de utensílios cortantes para uso circunstancial e sem significativas alterações morfológicas do suporte original.

Salvaguardadas as devidas diferenças, o conjunto de núcleos e lascas de quartzo do povoado do Fumo, materiais que indicam terem sido obtidos através de estratégias de talhe expeditas (CARVALHO, 2004), constituem porventura o melhor paralelo no actual território português para este processo de talhe registado no Casal da Torre. A principal diferença entre ambas as colecções, para além da matéria-prima utilizada, residirá na presença de pontas seta de retoque invasor no sítio fozcoense.

2.3. *Produção lâmino-lamelar em sílex*

No artigo de apresentação do Casal da Torre, a análise da componente alongada da indústria de pedra lascada (Fig. 2) havia sido apresentada com base em cinco aspectos considerados importantes (CARVALHO *et al.*, 1999, p. 68), que importa agora reavaliar. Desde logo, o facto mais notório desta componente é, de facto, a existência de dois conjuntos métricos claramente distintos. Como se pode ver no histograma de frequências de larguras representado na Fig. 3, existe um grupo de dimensões reduzidas, com larguras centradas no intervalo dos 10-12 mm (módulo lamelar), a par de outro, mais robusto, com larguras compreendidas entre os 18 e >22 mm (módulo laminar). Em termos de efectivos, ao contrário do observado com base nos materiais de 1994, ambos os módulos equivalem-se, com 14 lamelas e 14 lâminas.

Acresce que a esta diferenciação dimensional correspondem também algumas diferenciações tecnológicas que o reduzido número de peças não havia permitido reconhecer no estudo anterior. Assim:

- As peças integrantes do módulo lamelar são sobretudo peças mesiais, num total de 43% (1 inteira, 4 proximais, 6 mesiais e 3 distais), de secções predominantemente trapezoidais (n=8; 57%), com tratamento térmico aplicado a cerca de um terço dos exemplares (n=5; 36%), e com um índice de retoque que se pode considerar baixo (n=4; 29%), sendo em todos os casos retoque curto aplicado nos bordos.
- Entre as lâminas, o predomínio das peças mesiais é também notório, atingindo 50% do total (1 inteira, 3 proximais, 7 mesiais e 3 distais), e apresentam sobretudo secções trapezoidais (n=9; 64%); no entanto, há distinções muito nítidas, em concreto: a inexistência de tratamento térmico em qualquer das peças e o facto de ser visível em todos os 12 exemplares a presença de retoque ou de sinais de uso nos gumes. Com efeito, todas as lâminas devem ser consideradas como utensílios efectivos, os quais se podem organizar tipologicamente do seguinte modo: lâminas de retoque curto / marginal (n=6); lâminas de retoque invasor (n=2); lâminas com entalhes (n=2); raspadeiras sobre lâmina (n=1); e lâminas com sinais de uso (n=3).

O pequeno número de peças com talão conservado impede a obtenção de conclusões significativas quanto aos mesmos. Com efeito, as peças do módulo lamelar apresentam talões punctiformes (n=2), esmagados (n=2) ou lisos (n=1); as peças laminares, por seu lado, apresentam talões lisos, facetados, diedros e lineares (1 exemplar cada).

Um dos traços mais singulares no que respeita aos produtos alongados é o desconhecimento dos respectivos núcleos de onde ambos os módulos terão sido extraídos. Uma hipótese a ter em conta é a da retoma desses núcleos no contexto de cadeias operatórias dirigidas para a produção expedita de lascas (de que seria testemunho, por exemplo, a peça n.º 2 da Fig. 1), tal como explanado atrás. Em alternativa, podem ainda considerar-se duas hipóteses no que respeita especificamente às lâminas robustas:

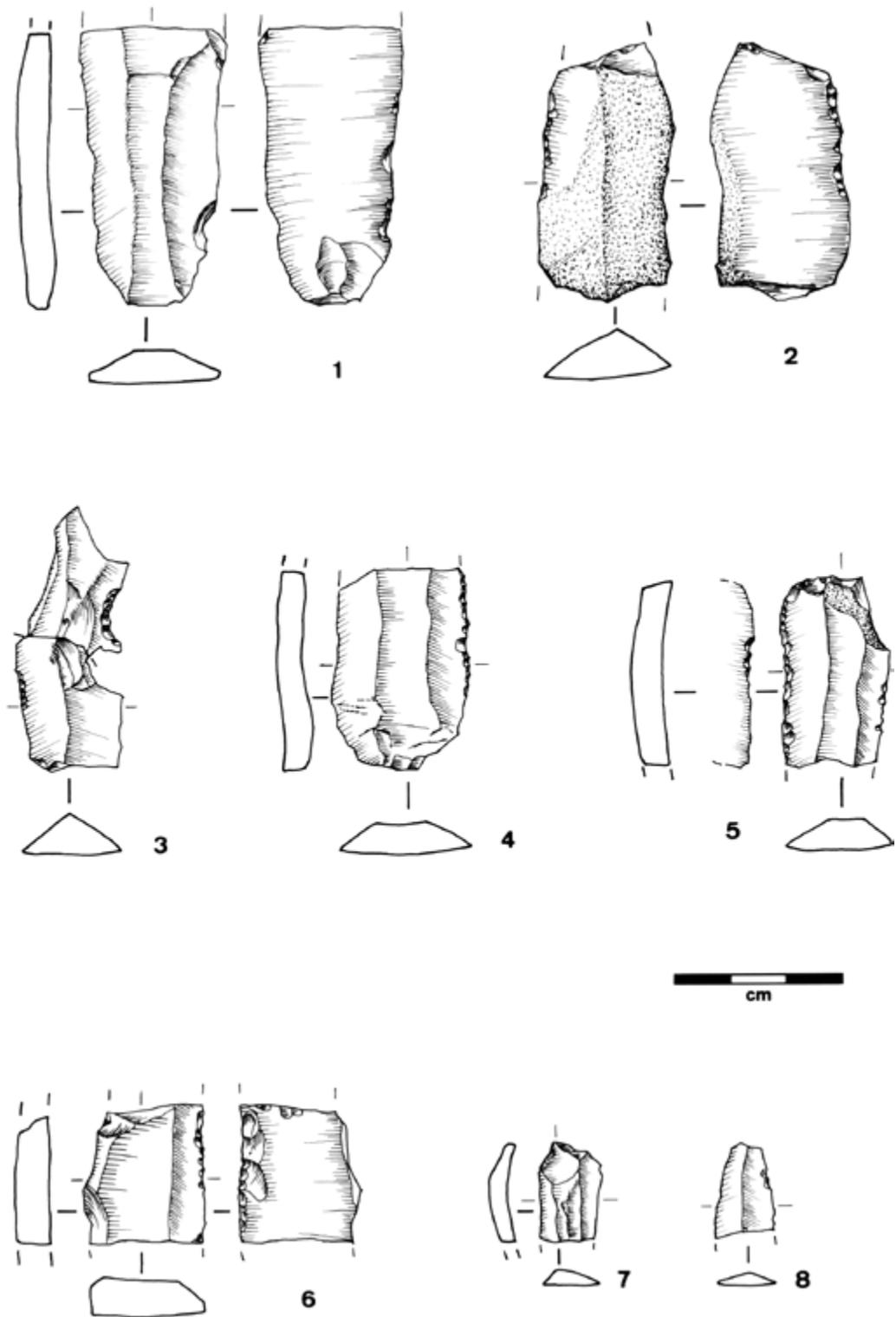


Fig. 2 - 1. Fragmento proximal de lâmina com retoques directos descontínuos; 2. parte mesial de lâmina cortical, com retoques marginais alternos; 3. lâmina com entalhe; 4. fragmento proximal de lâmina com retoque contínuo no bordo direito; 5. raspadeira sobre extremo de lâmina; 6. parte mesial de lâmina retocada; 7. e 8. fragmentos distais de lamelas.

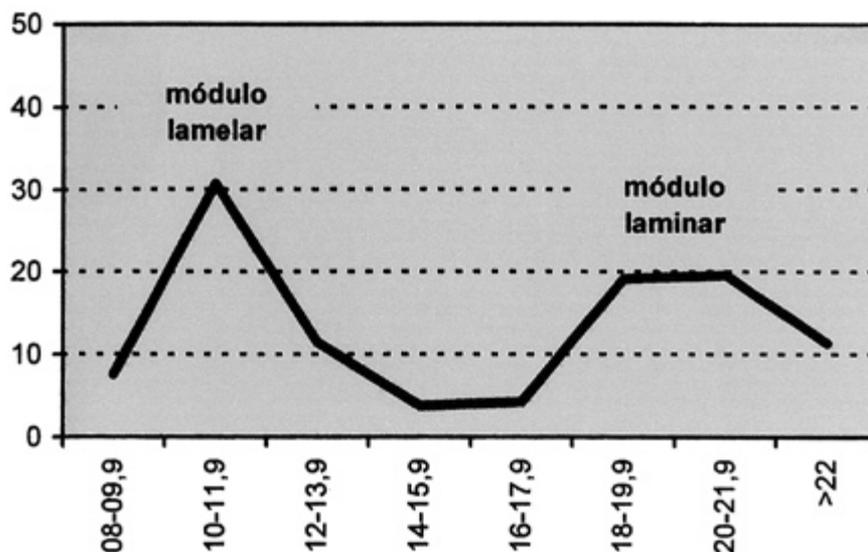


Fig. 3 – Frequências relativas de larguras (em milímetros) dos produtos alongados (lâminas e lamelas).

1. Estas peças poderão ter sido produzidas num contexto de especialização artesanal, ou seja, em oficinas de talhe eventualmente localizadas junto a jazidas de sílex, à semelhança do registado no Calcolítico regional (ZILHÃO, 1994; CARVALHO, 1995/96; FORENBAHER, 2007) e, tal como também observado nesse período, terem integrado redes de circulação de objectos no contexto das quais terão sido importadas para o Casal da Torre.
2. Uma outra alternativa — porventura demasiado arrojada, se se considerar a precariedade dos nossos conhecimentos sobre o contexto geral em que decorre o talhe da pedra durante a Idade do Bronze — é a possibilidade de as lâminas robustas serem reaproveitamentos de material calcolítico recolhido na superfície de sítios desta época, no que se conformaria, a verificar-se no futuro esta hipótese, como uma estratégia expedita de aquisição de utensílios multifuncionais. E, de facto, no topo aplanado da vertente a poente do Casal da Torre conhece-se um sítio arqueológico de provável cronologia calcolítica que poderia ter suprido as necessidades em lâminas robustas do grupo que viria a estabelecer-se posteriormente na depressão adjacente.

3. CONCLUSÕES: TALHE DA PEDRA E METALURGIA NA IDADE DO BRONZE, UMA RELAÇÃO A TERMO CERTO?

Uma das realidades estruturantes da primeira Idade do Bronze na Estremadura consiste na drástica redução do número de contextos arqueológicos conhecidos, processo que decorre a par a sua menor visibilidade na paisagem, de que o próprio Casal da Torre, consideradas as características da sua implantação, é bom exemplo. Tal como assinalado por diversos autores, essas transformações ocorridas com o termo do Calcolítico estarão a reflectir uma quebra demográfica, apesar da ocupação em (aparente) continuidade de alguns importantes povoados, tais como Vila Nova de S. Pedro ou Zambujal. Infelizmente são quase inexistentes os estudos especificamente orientados para a análise do impacto que essas transformações terão tido no povoamento e na organização social, na produção artefactual especializada e no funcionamento das redes de circulação de produtos, as quais estão sobejamente atestadas para o período precedente.

Deste modo, torna-se difícil avaliar, no estado actual da investigação, qual das duas hipóteses referidas no apartado anterior quanto à proveniência das lâminas de sílex será mais provável. A este título é importante, porém, referir que no sítio do Catujal os autores não referem a presença de lâminas, ou mesmo de qualquer artefacto em pedra lascada (CARDOSO & CARREIRA, 1993), ausência que tem paralelo, por exemplo, no povoado do Bronze do Sudoeste de Pessegueiro (Sines), onde as extensas escavações permitiram apenas a recolha de elementos de foice em sílex, o que levou os autores da escavação a concluir ser “[...] notável a escassez de utensílios líticos [...]” (SILVA & SOARES, 1981, p. 171). Inversamente, a descrição feita por M.V. Natividade do contexto da Idade do Bronze por si escavado na Gruta IX das Redondas (Alcobaça) refere a existência de duas lâminas de sílex associadas a um importante conjunto cerâmico e metálico desta época (NATIVIDADE, 1899/1903); do mesmo modo, no Agroal (Tomar) existe uma produção laminar em sílex a partir da qual terão sido produzidos uma ponta de seta e um elemento de foice, debitagem que aliás ocorria em paralelo com o talhe de seixos de quartzito (LILLIOS, 1993), tal como no Casal da Torre.

A razão para as diferenças assinaladas acima poderá residir num acesso diferenciado a matérias-primas com aptidão para o talhe que terá, por sua vez, determinado a presença (e o modo em como tal presença se manifesta) de pedra lascada nos diversos contextos arqueológicos. Este acesso diferenciado a matérias-primas líticas deverá estar relacionado com as transformações acima referidas no que respeita às novas estratégias de ocupação do território emergentes com o Bronze Pleno; ou seja, dever-se-á a um fenómeno de natureza socioeconómica: o colapso, pelo menos parcial, das redes de circulação inter-regional de lâminas em sílex e a circunscrição da produção lítica ao âmbito doméstico para auto-consumo — portanto, não especializado — e com base apenas nas litologias mais facilmente acessíveis.

Esta hipótese interpretativa vai, portanto, ao encontro da proposta formulada por J.C. Senna-Martínez para explicar o contexto social de produção metalúrgica nesta época, segundo a qual é evidente “[...] o seu cariz eminentemente doméstico, para auto-consumo e sem que se vislumbre em qualquer das áreas peninsulares uma qualquer aproximação a uma circulação de tipo mercantil, tudo concorre para que consideremos tais produções como assumindo essencialmente o cariz de «bens de prestígio» sem qualquer valia técnica” (2007, p. 121). Embora não deva ser rejeitado, o último aspecto da citação parece dever ser matizado, pois a produção metalúrgica da primeira Idade do Bronze é ainda, salvo algumas excepções (por exemplo, as armas), maioritariamente constituída por instrumentos de trabalho cujo desempenho funcional não seria de todo inoperante, apesar de fabricados em cobre arsenical. Só assim se explica a quase omnipresença de artefactos fabricados neste metal na generalidade dos sítios desta época (como é também o caso do Casal da Torre, como se referiu no início), e não somente em contextos arqueológicos que se poderiam considerar de excepção.

No prosseguimento da investigação, há portanto que buscar indicadores comparativos da relação funcional entre artefactos metálicos e líticos — um tema insistentemente mencionado mas nunca desenvolvido na investigação arqueológica no nosso País —, uma vez que ao longo da Idade do Bronze estremenho essa relação parece de facto existir e assumir contornos significantes, nomeadamente no que respeita às razões que estarão na base do termo da produção de utensílios em pedra lascada.

Com efeito, se no Bronze Pleno da Estremadura ainda ocorre com alguma frequência a prática do talhe da pedra, limitada às novas condições de produção acima referidas, é muito sintomático o fenómeno observado no decurso do Bronze Final desta região no respeitante aos instrumentos agrícolas. Efectivamente, a divulgação alargada que os artefactos em bronze agora registam parece ter, finalmente, conduzido à cessação da produção lítica, sendo a única excepção constituída pelas foices compósitas, fabricadas com cabo de madeira e elementos cortantes em sílex, que abundam nos casais agrícolas da Baixa Estremadura datados da fase inicial do período. Estes utensílios estão notavelmente representados pelos materiais líticos recuperados na Tapada da Ajuda, em

Lisboa (CARDOSO *et al.*, 1980/81; CARDOSO, 2004), cujas cadeias operatórias se afiguram, como um tema de estudo importante a realizar no futuro.

Ao que tudo indica, será apenas com o surgimento posterior das foices em bronze de tipo Rocanes, na segunda fase do Bronze Final, que as foices compósitas deixarão de ser produzidas: “[n]a Estremadura, só então se teria procedido à substituição das foices de madeira com elementos denticulados em sílex, os quais, como se viu anteriormente, eram de uso generalizado ainda na etapa inicial do Bronze Final, o que se explica por duas razões principais: a facilidade de obtenção local de sílex; e a dificuldade e, sobretudo, o custo, de obter o cobre e o estanho necessários para a confecção deste tipo de artefactos, obviamente dispendiosos” (CARDOSO, 2004, p. 187).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, J.L. (2004) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 12).
- CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R. (1993) – Le Bronze final et le début de l'Âge du Fer dans la région riveraine de l'estuaire du Tage. *1.º Congresso Mediterrânico de Etnologia Histórica*, 2. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Mediterrâneo; 2), p. 193-206.
- CARDOSO, J.L.; CARREIRA, J.R.; PEIXOTO, F.; FREITAS, F. (1980/81) – Descoberta de jazida da Idade do Bronze na Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. VI-VII, p. 117-148.
- CARVALHO, A.F. (1995/96) – O talhe da pedra e a transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa: Colibri, 3/4, p. 41-60.
- CARVALHO, A.F. (2004) – O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 185-220.
- CARVALHO, A.F.; BRAGANÇA, F.; NETO, F.; JUSTINO, L. (1999) – O sítio da Idade do Bronze “Pleno” do Casal da Torre (Assentiz, Torres Novas). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa: Colibri, 5, p. 63-81.
- CARVALHO, A.F.; VALENTE, M.J. (2005) – Novos contextos coníferos pré-históricos na Costa Vicentina. *2.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves (Xelb; 5), p. 9-26.
- FORENBAHER, S. (2007) – Lithic production at Casas de Baixo and the prismatic blades of the Portuguese Neolithic. *IV Congresso de Arqueologia Peninsular. From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: papers in honor of Anthony Marks*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 7), p. 231-244.
- LILLIOS, K.T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands. *1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, II. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Trabalhos de Antropologia e Etnologia; 33/3-4), p. 261-291.
- NATIVIDADE, M.V. (1899/1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. Porto. 1:3-4, p. 433-474.
- SENNA-MARTÍNEZ, J.C. (2007) – Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. In CARDOSO, J.L., coord. – *A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu*:

balanços e perspectivas. Actas do Colóquio. Lisboa / Oeiras: Sociedade de Geografia de Lisboa / Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 15), p. 119-134.

SILVA, C.T.; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines.* Lisboa: Gabinete da Área de Sines.

ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa: Colibri, 2, p. 35-46.

ARMAS, LUGARES E HOMENS: ASPECTOS DAS PRÁTICAS SIMBÓLICAS NA PRIMEIRA IDADE DO BRONZE

João Carlos de Senna-Martinez*

1. PREÂMBULO

Na 1.^a Idade do Bronze¹ (c. 2400/2300-1300/1200 cal BC²) assiste-se na Península Ibérica, a um conjunto de rupturas com o universo mental neolítico-calcolítico, numa perspectiva todavia matizada por algumas diferenças de ritmo regionais de que os espaços hoje portugueses são bom exemplo.

As três principais alterações verificadas dizem respeito à desestruturação/restruturação das redes de povoamento, à individualização do ritual de enterramento e ao desvanecer das figurações da “grande deusa neolítica” e sua substituição por uma simbólica que privilegia as representações masculinas e/ou de armas (SENNA-MARTINEZ, 2007, p. 120). As duas rupturas referidas por último dizem respeito à temática que aqui nos ocupará.

2. A INDIVIDUALIZAÇÃO DO RITUAL DE ENTERRAMENTO

Evidente para o Sudoeste Português, bem como para outras áreas culturais do sul peninsular, a individualização do ritual de enterramento é menos clara para a Estremadura e Beiras, não só por falta de evidência contextual adequada, mas também pela continuada utilização dos monumentos megalíticos de construção neolítica. Ou ainda, na Estremadura, por utilização em continuidade de cavidades naturais³.

Contudo, os exemplos estremenhos de Montelavar, Sintra (HARRISON, 1974) e do enterramento da Gruta das Redondas, no Carvalhal de Aljubarrota (NATIVIDADE, 1901) e alguns outros casos de inumação individual conhecidos na Beira Alta são indicadores de que, paralelamente à reutilização dos monumentos megalíticos de constru-

* Centro de Arqueologia (Uniarq) e Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano» da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 1600-214 LISBOA. smartinez@iol.pt.

¹ As antigas designações de Bronze Antigo e Bronze Médio têm vindo a perder operacionalidade no contexto peninsular sendo normalmente utilizadas em termos comparativos meramente tipológicos e sem recurso a cronometria radiocarbónica calibrada (CASTRO MARTÍNEZ, LULL & MICÓ 1996), até porque não parece possível propor qualquer solução de continuidade social entre elas (Veja-se o texto já clássico de RUIZ-GÁLVEZ, 1984). A designação que actualmente privilegamos é a de 1.^a Idade do Bronze, preferentemente à mais ambígua (porque desmentida pela própria evolução das práticas metalúrgicas) de Bronze Pleno, conquanto a nossa argumentação (SENNA-MARTINEZ, 2002) siga de perto a do texto citado de Marisa Ruiz-Gálvez, ou a solução de periodização escolhida para a exposição *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder* (AAVV, 1995).

² Com as incertezas próprias da datação radiocarbónica este é hoje o intervalo mais provável para a 1.^a Idade do Bronze peninsular (cf. CASTRO MARTÍNEZ, LULL & MICÓ 1996).

³ Apenas como exemplo referimos o recentemente estudado e republicado conjunto das Furnas do Poço Velho (Cascais – cf. GONÇALVES, 2009, p. 135-137).

ção neolítica (ou parasitagem? – cf. JORGE *et al.*, 1997) – caso do enterramento individual do corredor da Orca de Seixas, por exemplo (SENNA-MARTINEZ, 1994a) – novas formas tumulares provavelmente individuais e complementares daquelas e que começamos a conhecer (conquanto sob *tumulus* – cf. CRUZ, 1998; CRUZ, GOMES & CARVALHO, 1998a e b), principiam a ocupar um papel nas práticas funerárias.

No Norte Português, em particular no Minho, é clara a individualização da morte, com exemplos que vão de alguns enterramentos de excepção – caso, por exemplo, da cista da Quinta da Água Branca – a situações mais simples do ponto de vista do espólio, como a necrópole de Vale Ferreiro (BETTENCOURT, LEMOS & ARAÚJO, 2002; BETTENCOURT *et al.* 2005). Neste espaço regional, além de uma óbvia generalização da individualização do ritual funerário, é claro um grande polimorfismo das soluções construtivas, desde a reutilização das anteriores necrópoles megalíticas, passando pela variedade interna detectada em necrópoles como a já citada de Vale Ferreiro ou a do Tapado do Caldeira (JORGE, 1980a, b).

Perdida a monumentalidade construtiva dos megálitos neolíticos, com a consequente perda de visibilidade exterior, quase que desaparece igualmente a evidência arqueográfica de rituais pós-inumação. Contudo, importa aqui matizar esta observação pois podemos, em parte, estar apenas a reflectir alguma “invisibilização” dos mesmos. De facto, para a área argárica são já bastantes as evidências de rituais de comensalidade associados aos diversos tipos de inumação praticados (ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2006, 2007). Do mesmo modo, dados obtidos para as necrópoles do Bronze do Sudoeste da Vinha do Casão (GOMES *et al.*, 1986) e de Alfaro-beira (GOMES, 1994) podem ser lidos nesse sentido.

Para o Noroeste apenas o caso do Monumento 1 de Outeiro de Gregos (JORGE, 1990) com a sua estrutura periférica abre a porta a considerarmos igual possibilidade.

Acompanhando a individualização do ritual funerário, outra transformação generalizável ao âmbito peninsular tem a ver com os materiais de acompanhamento dos inumados. Passamos aqui de uma situação em que, enquanto no mundo funerário megalítico do Neolítico Final e Calcolítico, as necrópoles constituem como que um prolongamento dos espaços domésticos – em que o “pacote artefactual funerário” replica, na sua constituição, o utilizado nestes (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008, p. 342; SENNA-MARTINEZ, LÓPEZ PLAZA & HOSKIN, 1997, p. 666)⁴ ou seja, praticamente todos os conjuntos artefactuais de utilização diária em vida encontravam o seu lugar nas deposições funerárias – para outra em que apenas alguns conjuntos artefactuais, nomeadamente algumas formas de olaria, são elegíveis para deposição funerária, por vezes sendo prioritariamente utilizadas em tal papel⁵.

Na Primeira Idade do Bronze na Península Ibérica é perceptível, de um modo geral, estarmos perante sociedades hierarquizadas, variando de escala conforme os espaços regionais considerados, em que o caso de maior complexidade é certamente o argárico e a grande distância dos restantes.

Recentemente, começaram a ser produzidos para a área argárica dados contextuais que vão no sentido da existência de sepulturas infantis e juvenis cuidadas e com espólios complexos incluindo artefactos metálicos. São os casos de:

- sepultura infantil de Peñalosa, Baños de la Encina, Jaén (sepultura 5 – CE VIIa), com uma pequena faca ou punhal de cobre, duas contas pétreas de colar e dois recipientes de olaria (CONTRERAS CORTÉS, SÁNCHEZ RUIZ & NOCETE CALVO, Eds. 2000, p. 212);

⁴ Tal replicação, particularmente visível no dispositivo cerâmico, equipando os mortos para uma “outra vida”, contrasta com praticado no Neolítico Médio, em que apenas algumas componentes artefactuais, de entre as então disponíveis, integravam os escassos espólios funerários dessa etapa.

⁵ Casos, por exemplo, da forma 6 argárica (CASTRO MARTÍNEZ, *et al.*, 1993-94: 102), dos “vasos tronco-cónicos invertidos” na área Centro e Norte portuguesa (SENNA-MARTINEZ, 1993 e 2000, p. 107) e dos pequenos “vasos de colo estrangulado” (“*rippenvase*” ou “*zonenvase*” de SCHUBART, 1975, p. 46-49) do Bronze do Sudoeste.

- túmulos 8 e 10 de Cerro de la Encina, Granada, o primeiro um enterramento infantil em fossa com um vaso de olaria, um punhal longo e cinco rebites de cobre, quatro cravos de prata e um bracelete de ouro em espiral, o segundo um enterramento triplo em covacho (homem, mulher e criança) contendo 12 vasos de olaria, um punhal de cobre com três rebites de prata, um furador de cobre, um bracelete de prata e dois de cobre e um anel de prata e outros dois de cobre (ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006, p. 52-53 e Table I).

Estes casos, associados a uma clara espacialização dos estatutos dos inumados – com as áreas habitacionais das elites e respectivas tumulações ocupando as acrópoles dos povoados – testemunham, por um lado, a provável hereditariedade dos estatutos sociais nesta área cultural, por outro a existência de uma evidente hierarquização social (ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006; JARAMILLO JUSTINICO, 2004)⁶.

A virtual inexistência de sepulcros infantis e juvenis nas restantes áreas peninsulares⁷ – pese embora a existência de bastantes casos de enterramentos de excepção – por um lado indicia a presença maioritária de estatutos sociais adquiridos em vida e não-hereditários, por outro reforça a importância dos casos conhecidos na área argárica e a provável diferença substancial de complexidade social entre o “grupo argárico” e os restantes “grupos regionais” da primeira Idade do Bronze peninsular.

3. O DESVANECER DA “GRANDE DEUSA NEOLÍTICA” E O EMERGIR DE SIMBÓLICAS DE CARIZ ANDRIARCAL

O desaparecimento, conquanto com tempos e modos diferenciados regionalmente, do tratamento colectivo da morte deverá ser considerado em estreita conexão com a rarefacção das figurações da “grande deusa neolítica” e sua substituição por simbólicas de cariz andriarcal, seja por uma iconografia “masculina e das armas” nas áreas regionais onde existem representações rupestres ou em estelas, seja por deposição destas (das próprias armas) como espólio funerário em tumulações normalmente de excepção. De facto e como já tivemos ocasião de fazer notar, “...associar ao defunto armas reais, produzidas em metal, ou gravar na tampa da sepultura a respectiva figuração não nos parece essencialmente diferente, do ponto de vista da simbólica do poder...” (SENNA-MARTINEZ, 2007, p. 126).

Num primeiro momento da 1.^a Idade do Bronze (c. 2300-1750 a.C. – por vezes ainda referido mais tradicionalmente como Bronze Antigo) dão testemunho desta viragem a deposição funerária de conjuntos de armas (pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) e jóias metálicas, ditos de “tradição campaniforme”, embora por vezes já sem a respectiva olaria, bem como as primeiras situações de “depósito” de alguns destes tipos artefactuais em “portelas” terrestres e fluviais (SENNA-MARTINEZ, 2007).

É durante esta etapa que se consolida e generaliza a metalurgia, ao serviço quase exclusivo da produção de tais equipamentos, que utiliza preferencialmente cobres arsenicais para as armas e ouro (mais raramente a prata) para a joalharia.

⁶ Não sendo aqui o local para uma discussão alargada do tema, tendemos a alinhar com a posição recentemente expressa por Aranda e Molina de que o espaço argárico mais do que corresponder a uma única entidade política de tipo estatal deverá apresentar-se dividido em múltiplas “...political units of a regional nature controlled by power centres such as Cerro de la Encina, El Cerro de la Virgen or El Argar itself...” (ARANDA & MOLINA, 2006, p. 58), as quais, quanto a nós, se enquadrariam mais num modelo de “chefados”, ainda muito próximos de uma base “tribal” ou “segmentária” (FOWLES, 2002), do que numa pretendida, por alguns (RISCH & LULL, 1995), estrutura estatal.

⁷ Com apenas um caso bem conhecido na Motilla del Azuer (cf. NÁJERA COLINO *et al.*, 2006).

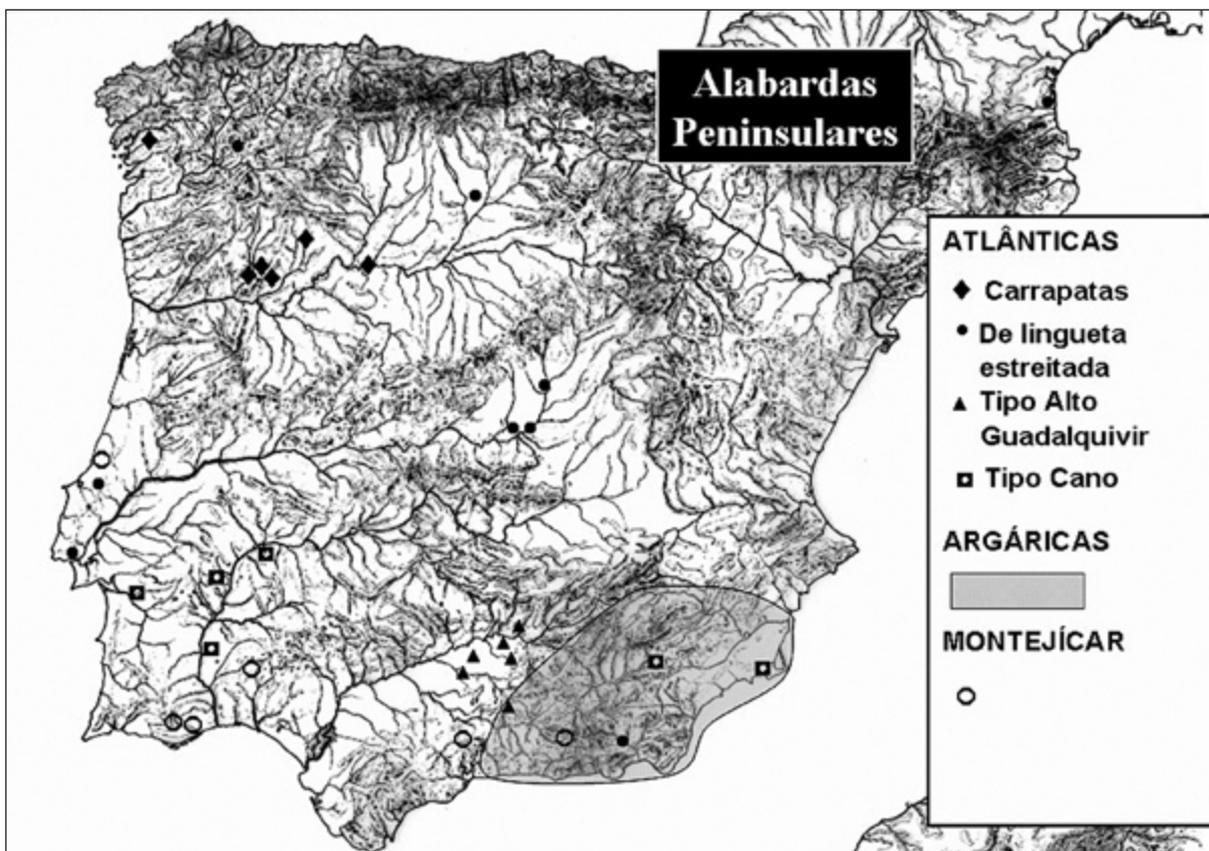


Fig. 1 – Distribuição das alabardas peninsulares segundo os respectivos tipos e sub-tipos.

Paralelamente àquelas deposições emerge uma iconografia em que estes equipamentos metálicos de excepção, de *per se*⁸ ou (mais raramente) integrando as primeiras “figuras de poder”, são indicadores de mudanças de mentalidade que anunciam novas complexidades sociais.

Conforme tivemos já ocasião de propor (SENNA-MARTINEZ, 1994b e 2007), se quisermos identificar um tipo artefactual que – transversalmente às várias áreas regionais peninsulares, quer em si próprio, como espólio funerário ou nos primeiros “depósitos”, quer em representação iconográfica – illustre este novo “discurso de poder” da 1ª Idade do Bronze, tal é o caso das alabardas (Fig.1).

Símbolo transversal, é certo, mas com diferenciados tratamentos nos vários âmbitos regionais em que ocorre, as alabardas metálicas da 1.ª Idade do Bronze reflectem a um tempo como que um estar “à la page” das elites regionais bem como diferentes indiossincrasias de representação em cada uma das áreas em que ocorrem. Assim, por exemplo e sem pretensões de exaustividade: Galiza e Minho vêem coexistir situações de “depósito” em portelas terrestres ou fluviais, por exemplo Leiro, Rianxo (MEIJIDE, 1989) com as representações em petróglifos; em Trás-os-Montes Oriental e parte da Província de Zamora conhecemos exclusivamente depósitos em portela terrestre ou fluvial (SENNA-MARTINEZ, 2006), a que haverá que juntar, até pela proximidade geográfica, a

⁸ Tal é o caso, nomeadamente, das tampas de sepultura do Bronze do Sudoeste (BARCELÓ, 1991; GOMES & MONTEIRO, 1977) bem como dos petróglifos Galegos (COSTAS GOBERNA *et al.*, 1997).

⁹ Caso de algumas estelas/estátuas-menires da Beira Alta e Trás-os-Montes (SANCHES & JORGE, 1987; JORGE & JORGE, 1990) e estelas do Bronze do Sudoeste (BARCELÓ, 1991; GOMES, 1994; GOMES & MONTEIRO, 1977).

representação da estela de Longroiva, uma clara “figura de poder”; no Bronze do Sudoeste coexistem casos de um provável “depósito” (Cano, Sousel (CARREIRA, 1996), com deposições funerárias em cista (Vale de Carvalhos (ARRUDA *et al.*, 1980) e o conjunto, que temos em estudo, de Antas, Tavira) e com representações em “tampas de sepultura” e “estelas” (SENNA-MARTINEZ, 2007, p. 124-5, Fig. 4); a área argárica, conquanto com alguma variabilidade sub-regional, vê privilegiar as deposições funerárias (CASTRO MARTÍNEZ *et al.* 1993-94).

Quando, num segundo momento da 1.^a Idade do Bronze peninsular (c. 1750-1250 a.C. – o que tradicionalmente se designava como Bronze Médio) as alabardas cedem o passo a machados de gume esvasado, seja em deposição funerária tal como no “Mundo Argárico” (CASTRO MARTÍNEZ, *et al.* 1993/1994), seja em depósitos na proximidade de portelas como no Noroeste (onde são designados como de tipo “Bujões-Barcelos”), não cremos que em nada se altere o respectivo significado enquanto “símbolos de poder” como adiante se verá.

4. A 1.^a IDADE DO BRONZE NO FEMININO

Desde há algum tempo que temos vindo a discutir a transformação de género na simbólica, ocorrida durante a 1.^a Idade do Bronze, sob títulos que referem seja o “...**esbater** da iconografia feminina da fertilidade/fecundidade...” (SENNA-MARTINEZ, 2007: 120) seja, como aqui, o “...**desvanecer** da ‘grande deusa neolítica’...” (realces



Fig. 2 - Estátua-menir da Ermida, Ponte da Barca (sg. Baptista, 1983, modificada)

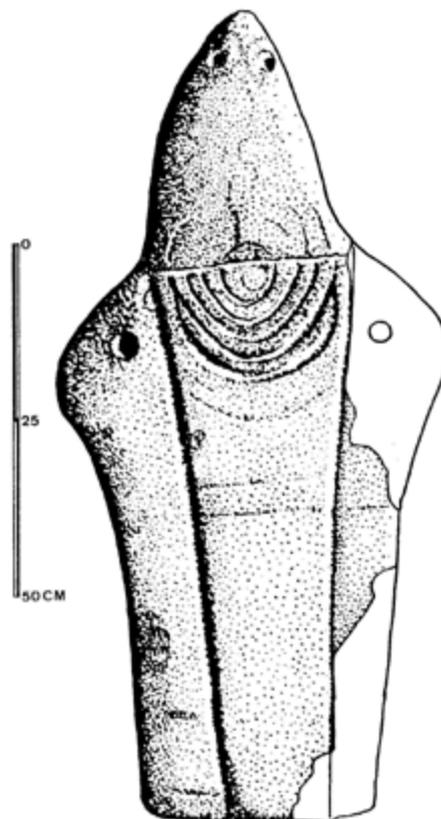


Fig. 3 - Estátua-menir da Boulhosa, Paredes de Coura (seg. JORGE & JORGE, 1990, modificada).

nossos). Tais não são, assumidamente, qualificativos inocentes. De facto, embora seja para nós clara esta transformação ideológica, não nos parece possível considerar que este processo de invisibilização arqueográfica da componente simbólica feminina, durante a 1.^a Idade de Bronze, seja em última instância correlativo de um “desaparecimento” desta. Tal tornaria particularmente difícil de explicar o emergir de divindades femininas no âmbito das populações pré-clássicas peninsulares¹⁰, como o estudo da teonímia de época romana pressupõe.

A rarefação de representações não é contudo total. Várias representações femininas são conhecidas no Noroeste Peninsular em ambientes culturais da 1.^a Idade do Bronze, nomeadamente:

- A estátua-menir da Ermida, Ponte da Barca (Fig. 2 – cf. BAPTISTA, 1983);
- O “idoliforme feminino” da Rocha 1 da Bouça do Colado (a cerca de 6 km de distância da Ermida – cf. BAPTISTA, 1983, p. 38, Fig.13);
- A estátua-menir da Serra da Boulhosa, Paredes de Coura (Fig. 3 – cf. ANATI, 1968);
- Os “idoliformes femininos” da Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros (Figs. 4, 5 e 6 – virtualmente inéditos, cf. SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009, p. 73).

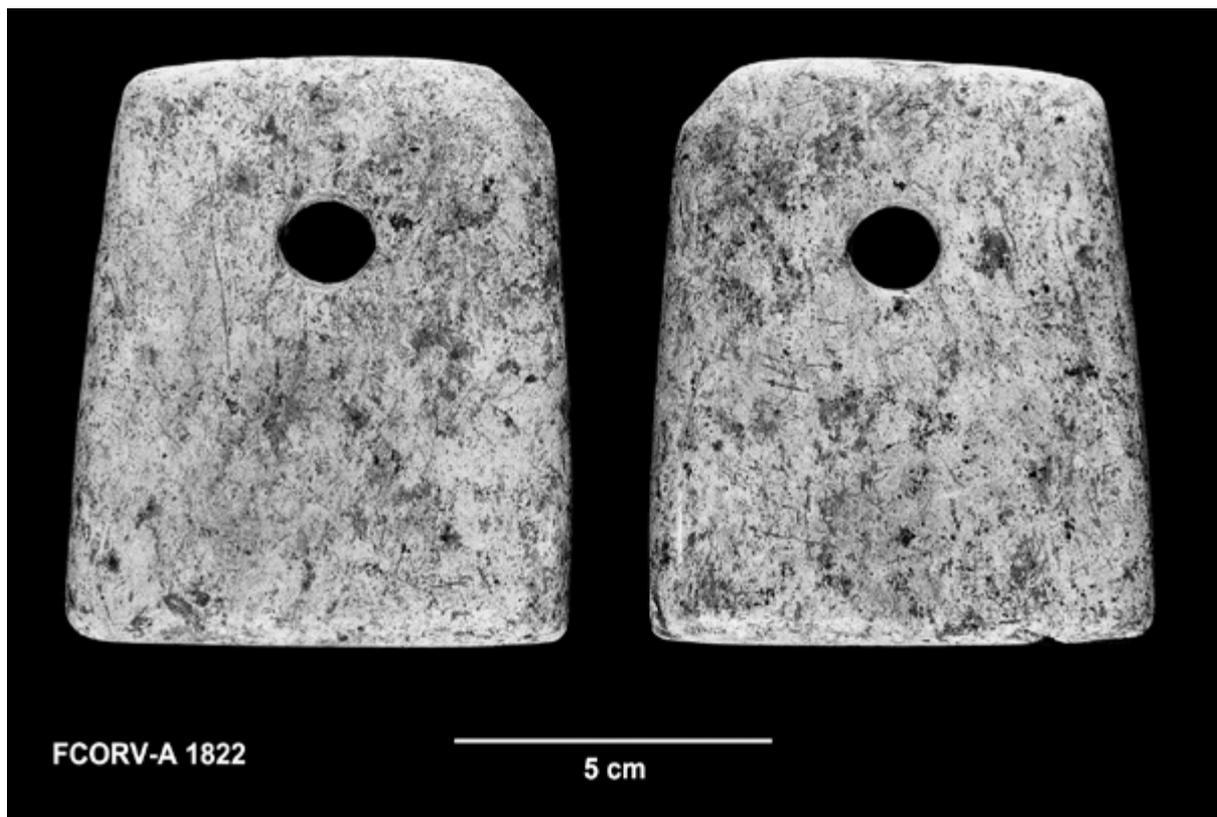


Fig. 4 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 1822] da Cabana 13 (Fotos originais por cortesia de V.S. Gonçalves, modificadas).

Começamos pelos últimos, até porque se encontram perfeitamente contextualizados em ambiente “doméstico”. A Fraga dos Corvos é um esporão rochoso constituído por xistos anfibolíticos situado na vertente noroeste da

¹⁰ Certamente como processos de longa duração.

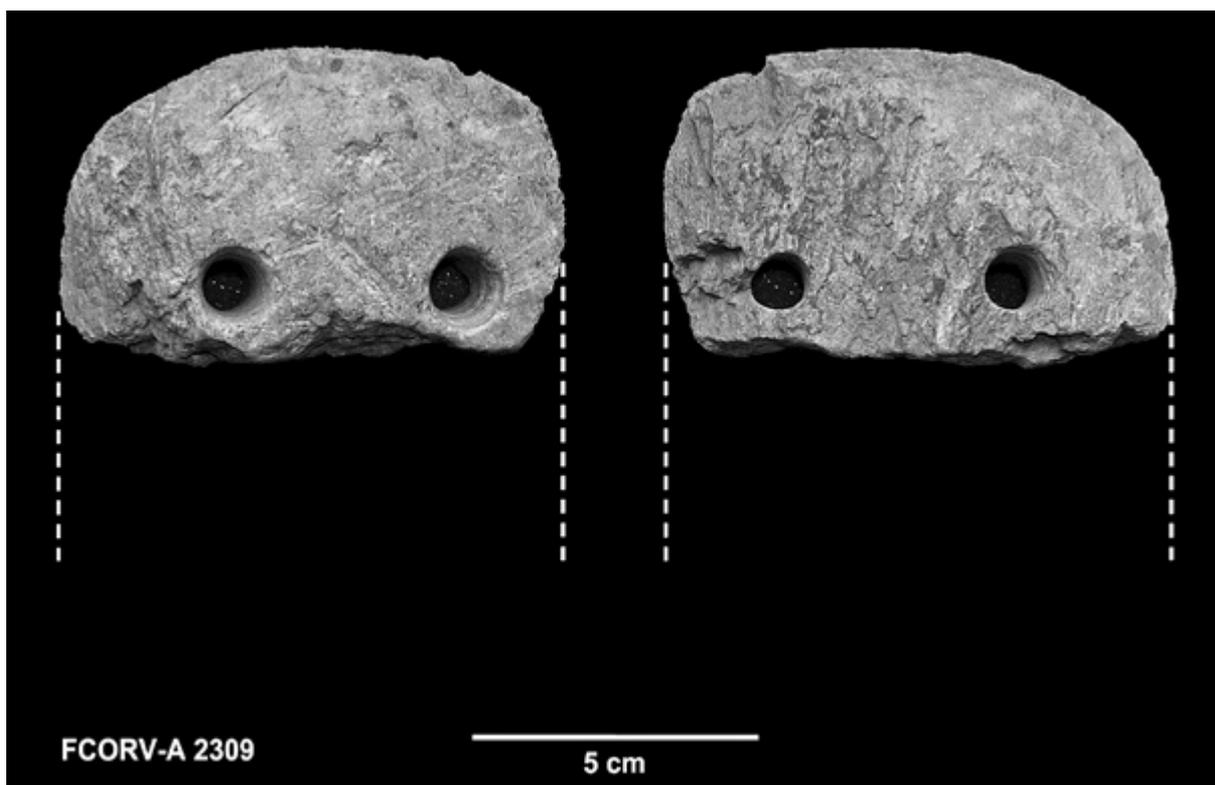


Fig. 5 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2309] da Cabana 9.

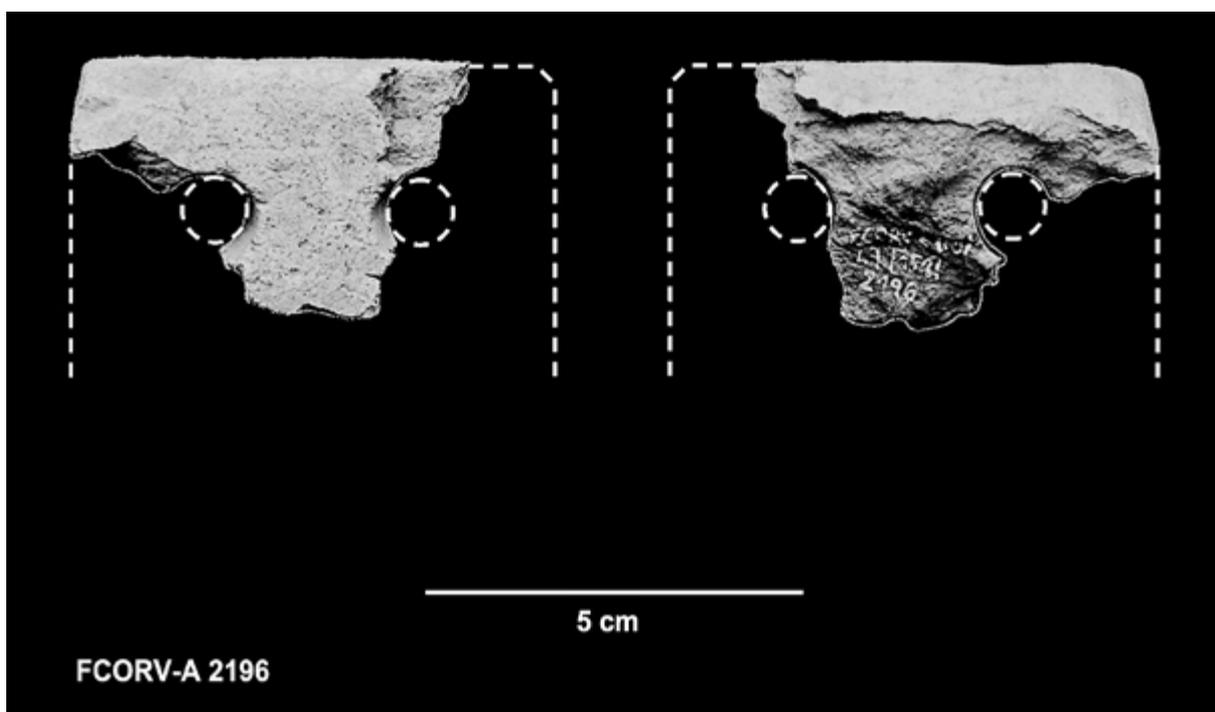


Fig. 6 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Ídolo em talcoxisto polido [FCORV-A 2196].

Serra de Bornes na elevação conhecida localmente como Monte do Vilar, sobranceira à povoação de Vilar do Monte, sede da freguesia do mesmo nome, concelho de Macedo de Cavaleiros (Fig. 7).

O cabeço possui domínio visual sobre a quase totalidade da bacia de Macedo de Cavaleiros nomeadamente sobre as portelas tradicionais de trânsito em direcção a nordeste e noroeste (Abreiro, Carrapatos, Vale Benfeito e Vimioso), célebres pelos depósitos de albardas aí encontrados (BÁRTHOLO, 1959).

É limitado a poente e nascente pelos vales relativamente profundos de duas pequenas ribeiras, respectivamente a de Vale de Nogueira e a Ribeirinha. A Norte desenvolve-se uma plataforma em declive suave que constitui a área que designámos como Sector A, correspondendo à parte norte do topo do cabeço, o qual é limitado a noroeste por uma vertente bastante abrupta de rocha onde se abrem dois abrigos.

Ao fim da sexta campanha (cf. SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2008) o Sector A deste arqueossítio é caracterizável como parte de um povoado de cabanas sub-circulares ou elipsoidais. Duas áreas se encontram aí em intervenção, resultantes da expansão de duas sondagens iniciais: a Sondagem 2 com 73m² escavados e a Sondagem 3 com 36m² escavados.

À Sondagem 3 (Fig. 8), com uma única fase estratigráfica identificada, correspondem restos de 3 estruturas de uso doméstico: uma pequena, elipsoidal e com eixos de 3 m x 2 m, limitada por 13 buracos de poste perimetrais e um maior central (Cabana 2); outra de maiores dimensões, eixos de 4mx3m, limitada por 20 buracos de poste perimetrais e um maior central (Cabana 4), integra no seu extremo sul uma estrutura negativa de planta elipsoidal delimitada por pequenas pedras, com 88cm x 77 cm, preenchida por areias escurecidas e com restos de cinzas; anexa a oeste da Cabana 4, encontramos uma outra estrutura sub-rectangular, com 2,4 m x 1,8 m, em que quatro buracos de poste sustentariam um alpendre (designado C. 6) que protegia uma “lareira” exterior à Cabana 4.

Em torno da estrutura oval e entre esta e o “alpendre” foram recolhidos diversos restos de actividade metalúrgica incluindo: 3 nódulos de redução em bronze, um fragmento de cadinho com aderências incluindo vestígios de cobre e estanho, 71 fragmentos pétreos vitrificados sem traços de cobre ou estanho, 2 fragmentos de moldes em xisto e um fragmento de lâmina de bronze (cf. SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2007). Este conjunto de dados permitia assim interpretar a estrutura negativa elipsoidal como uma “caixa-de-areia” e a extremidade sul da Cabana 4 como uma “área de fundição”. Da “lareira” sob o alpendre (C.6) provém um grande fragmento de uma tampa de molde em talcoxisto.

Quanto à Sondagem 2, permitiu estabelecer quatro fases estratigráficas, sendo que as duas intermédias permitiram já identificar conjuntos de estruturas domésticas também de plantas sub-circulares ou elipsoidais:

- A Fase 2 (Fig. 9), a primeira a partir da superfície com quatro estruturas com pisos conservados¹¹, uma pequena cabana sub-circular, com cerca de 2,5 m de diâmetro (Cabana 12), outra um pouco maior, com cerca de 3 m de diâmetro e possíveis reconstruções (Cabana 3) e outras duas cujas plantas, ainda incompletas, apontam para configurações elipsoidais com eixos maiores entre os 3m e 3,5m (Cabanas 8 e 10).

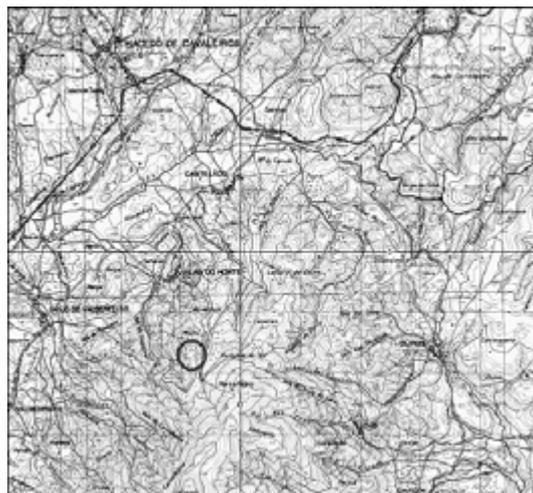


Fig. 7 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Localização na folha 78 da CMP 1:25000.

¹¹ A Fase 1 corresponde à Cabana 7, apenas identificada pelo arco de alguns dos respectivos buracos de poste, à qual, não restando nada do respectivo piso, não se podem atribuir quaisquer materiais (SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009, p. 72).

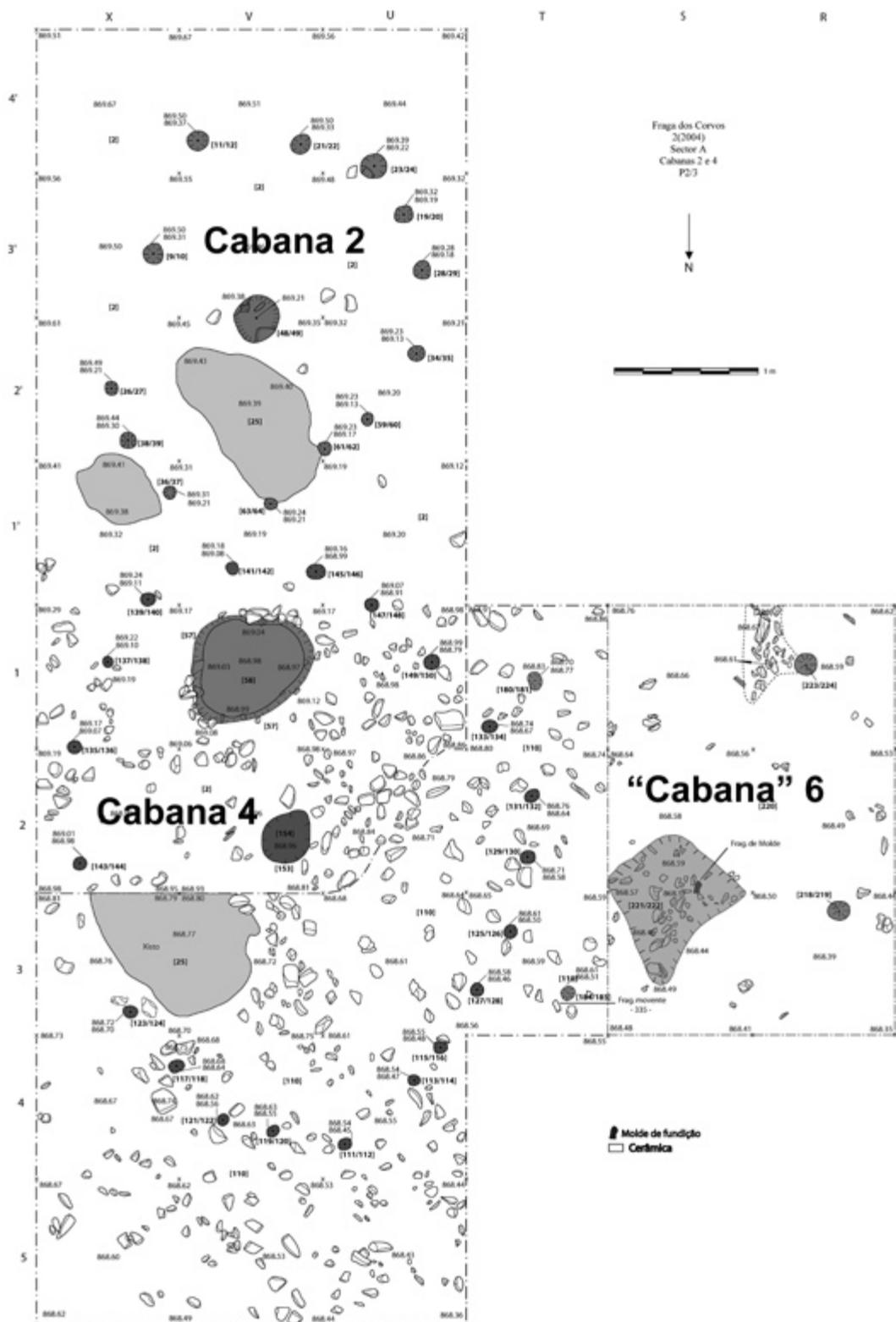


Fig. 8 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Planta ao nível de detecção das estruturas da área de fundição da Sonda-gem 3.

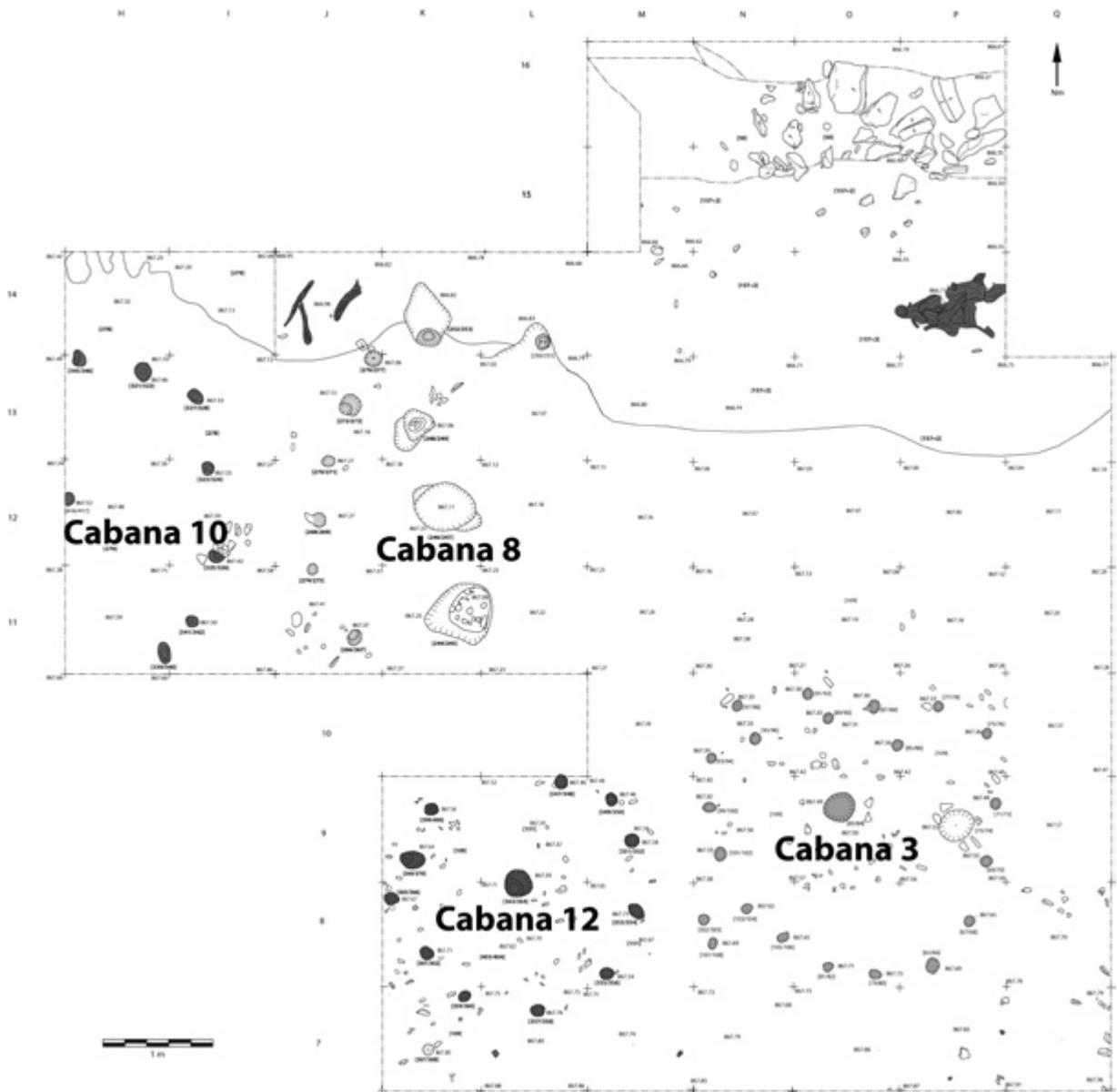


Fig. 9 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Planta ao nível de detecção das estruturas da Fase 2 da Sondagem 2.

- À Fase 3 (Fig. 10), mais antiga e a que aqui mais nos importa, correspondem quatro estruturas domésticas elipsoidais, a grande Cabana 5, aparentemente a maior de todas, com eixos de 4,6 m por 4,3 m e limitada por 21 buracos de poste perimetrais e seis interiores, e outras três, com plantas ainda incompletas, sub-circulares ou elipsoidais, mas manifestamente mais pequenas (Cabanas 9, 11 e 13).

É a esta fase que é possível atribuir um conjunto importante de materiais com incidência na temática aqui abordada:

- Entre a Cabana 5 e a Cabana 11 (no quadrado M9, cf. Fig. 10), recolheu-se um fragmento de molde em talcoxisto, para machados de tipo “Bujões/Barcelos” (HARBINSON, 1968) e cinzéis [FCORV-A 2220], muito semelhante a um exemplar completo do Museu de Ourense (Fig.11);

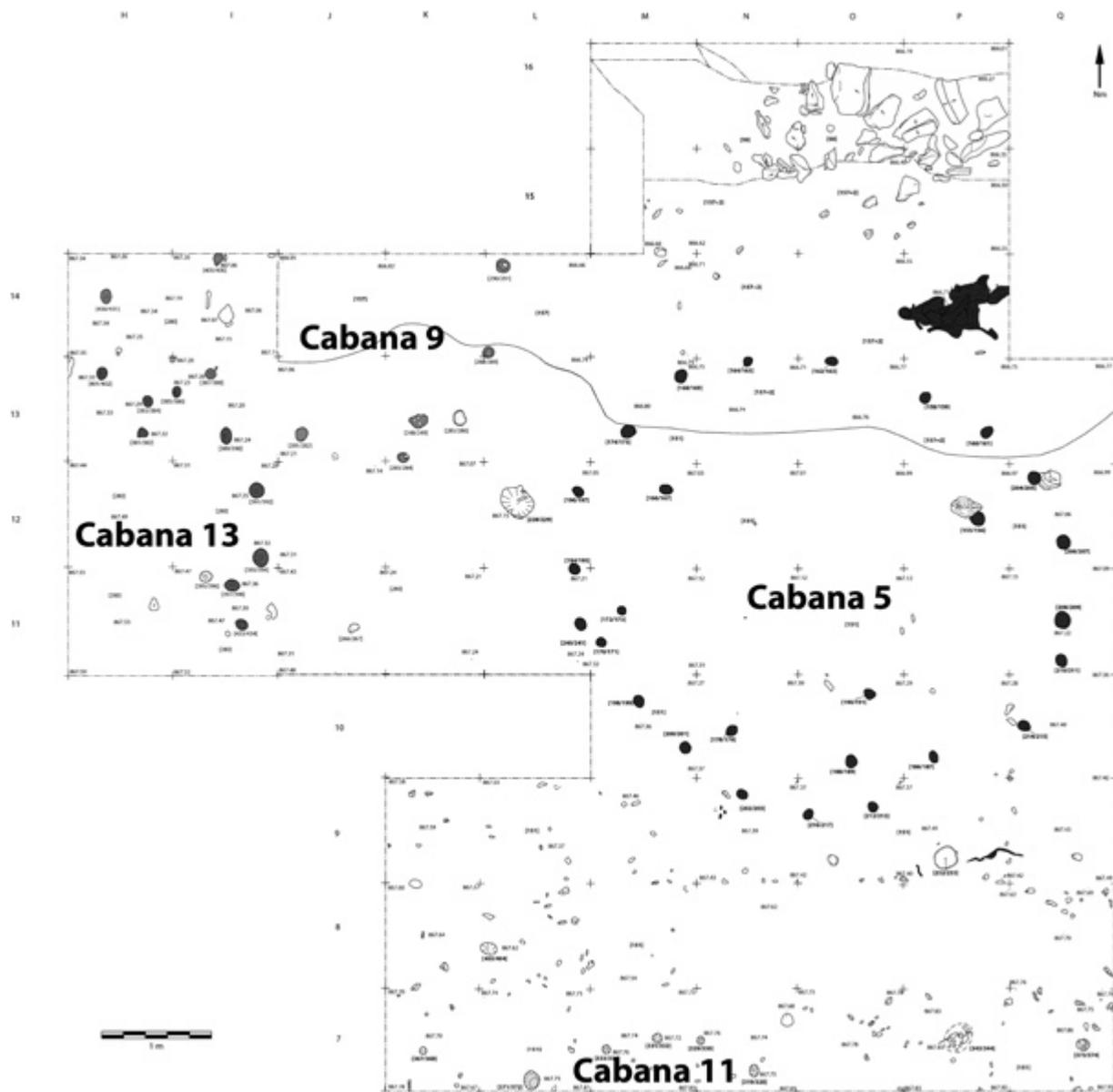


Fig. 10 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Planta ao nível de deteção das estruturas da Fase 3 da Sondagem 2.

- No exterior da Cabana 13, no seu lado nascente (em J11, cf. Figs. 10 e 12), apareceu um “ídolo” em talcoxisto [FCORV-A 1822], de formato paralelepípedico achatado e com uma perfuração junto a um dos topos que pelo averso conserva vestígios de incisões radiais que o envolvem (Fig. 4)¹²;
- Foram ainda recolhidos em contextos da Fase 2 fragmentos de outros dois “ídolos” em talcoxisto: um fragmento da parte superior [FORV-A 2309] de um exemplar, de formato arredondado e com duas perfurações

¹² Agradecemos ao nosso colega Prof. Doutor Victor Gonçalves o tratamento fotográfico em alta resolução desta peça, que permitiu que a interpretamos desta forma, bem como a discussão que connosco manteve sobre a problemática deste conjunto de peças.

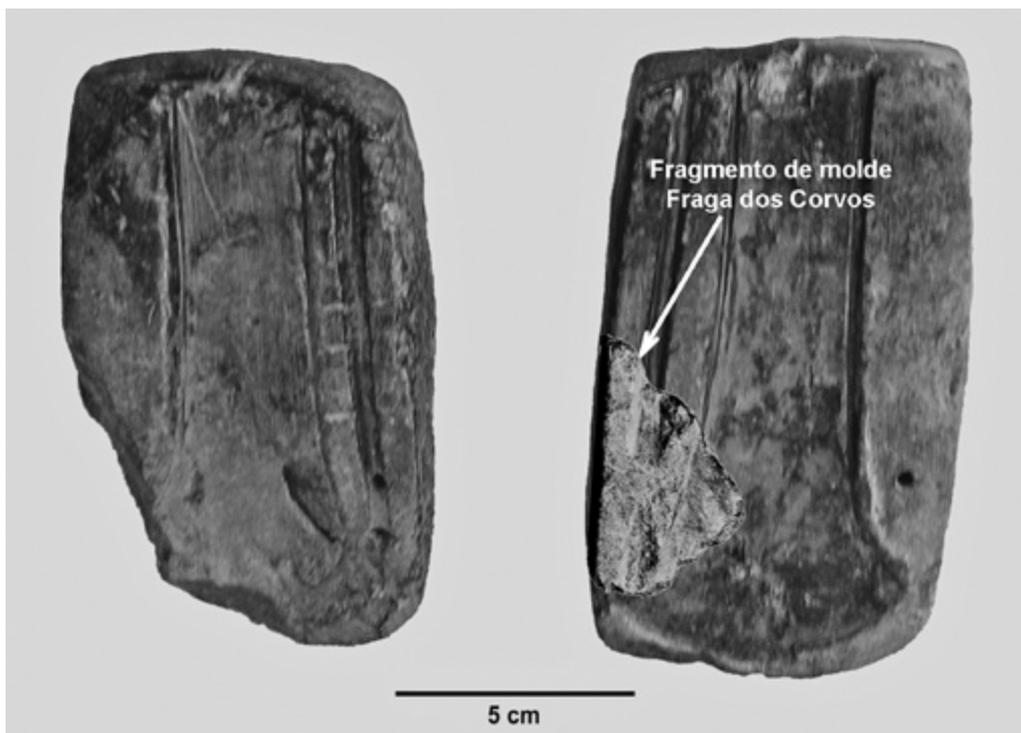


Fig. 11 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Fragmento de Molde para machados Bujões/Barcelos e cinzéis [FCORV-A 2220] sobreposto ao molde completo do Museu de Orense.

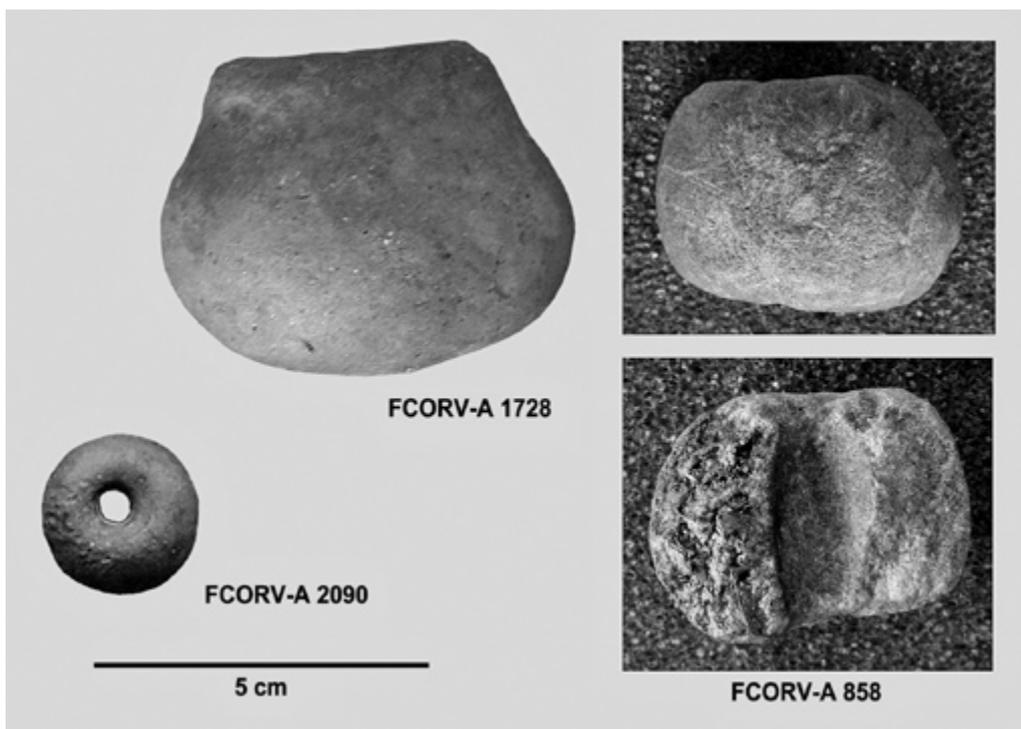


Fig. 12 – Fraga dos Corvos, Macedo de Cavaleiros. Cossiros associados à fase 3.

(Fig. 5), recolhido em H14 e associado ao “pavimento” da Cabana 9 (cf. Fig. 10); o outro foi recolhido entre as Cabanas 5 e 11; trata-se de um fragmento [FCORV-A 2196] da parte superior de um exemplar de formato paralelepípedo achatado e com duas perfurações (Fig. 6), proveniente de L7 (cf. Fig. 10).

A afinidade destes elementos ideotécnicos com mundos culturais mais meridionais é quanto a nós clara, nomeadamente com os ídolos-placa calcolíticos de xisto da Estremadura Atlântica e Sudoeste, o que nos conduz a considerá-los como representações femininas, interpretação quanto a nós particularmente evidente no caso do exemplar mais completo (cf., por ex., GONÇALVES, 2008).

O material de que este conjunto de peças é feito, bem como os fragmentos de moldes de fundição recuperados (a tampa do “telheiro” da Sondagem 3 e o fragmento de molde para machados de tipo “Bujões/Barcelos” acima citado) existe a menos de um dia de distância da Fraga dos Corvos. Referimo-nos aos talcoxistos do Azibo que hoje alimentam a produção de uma empresa local.

Além destes dois tipos de peças, moldes e “ídolos”, esta matéria-prima foi utilizada para produzir algumas raras contas esferoidais e um cossoiro [FCORV-A 858] oriundos da Cabana 4. Esta última peça, de provável utilização feminina, é a única em pedra de um conjunto a que há juntar dois exemplares cerâmicos [FCORV-A 1728 e 2090] recolhidos em contexto da Fase 3 respectivamente em P8 e P7 (Fig. 12).

Ao cariz excepcional das categorias de peças produzidas em talcoxisto – moldes, ídolos, cossoiros e raros adornos – junta-se o provável significado feminino de todos estes artefactos, a que nem sequer escapam os elementos de molde, uma vez que a simbólica associada às metalurgias primitivas faz dos moldes “o ventre” onde nascem os artefactos metálicos (ELIADE, 1977).

Na Beira-Alta conhecemos também um outro pequeno ídolo, provavelmente feminino, proveniente de um contexto seguro da 1ª Idade do Bronze, que foi recolhido no recinto/santuário da Fraga da Pena (Fornos de Algodres, cf. VALERA, 2007, p. 249-250 e Est. 5-3, 1).

Podemos agora repensar as estátuas-menir da Ermida e Boulhosa como representando situações em que figuras femininas partilham, já, dos “estatutos de poder” masculinos, agora talvez como “consortes”. Algo que os enterramentos femininos argáricos de “*ranking* alto” (individuais ou com o “companheiro masculino” – cf. ARANDA JIMÉNEZ & MOLINA GONZÁLEZ, 2006) nos fazem perceber que pode existir nestes contextos de 1ª Idade do Bronze. As presenças de “idoliformes” em painéis com armas da arte rupestre dita “Atlântica” (cf. PEÑA SANTOS, 2005) podem também ser lidas como representações “femininas”¹³ concorrendo para uma leitura como a que propomos. Como exemplo e pela proximidade com o achado da estátua-menir da Ermida importa aqui referir o “idoliforme feminino” da Rocha 1 da Bouça do Colado (BAPTISTA, 1983, p. 38, fig.13), também ele integrável na 1.ª Idade do Bronze.

Se, com Lara Bacelar Alves, aceitarmos que “...o significado da Arte Atlântica, com origem no Neolítico, se dilui durante a Idade do Bronze mediante uma re-orientação do ritual para o “culto” das materialidades associadas à metalurgia, como propõe Bradley (e.g. 1997)...” (ALVES, no prelo, p. 30), então esta presença feminina na 1.ª Idade do Bronze ganha novos níveis de compreensão graças ao achado dos “ídolos” da Fraga dos Corvos em contexto habitacional directamente conectado com actividades metalúrgicas (SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009, p. 76). Também, no caso da estátua-menir da Ermida, a representação dos respectivos seios é comparável às duas aplicações áureas discoidais que, com uma lúnula também em ouro martelado, integram o “depósito” de Bucos (Cabeceiras de Basto) (ARMBRUSTER & PARREIRA, 1993) – tendo, tal associação, sido realçada no contexto da exposição “A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder” (AAVV, 1995, p. 28) – reforçando esta provável conexão entre práticas metalúrgicas e um novo “discurso de poder”.

¹³ Inclusive para os chamados “escutiformes”, caso os interpretemos como femininos, no que concorre a possível simbólica dos triângulos cortados com o vértice para baixo.

O facto de ser no Centro e Norte Atlântico Peninsulares (Português e Galego) que adquire maior visibilidade arqueográfica esta presença de uma simbólica feminina, conquanto que em posição subalterna, não deve espantar-nos. Efectivamente, é neste conjunto de espaços peninsulares que, no decurso da 1.^a Idade do Bronze, maiores continuidades encontramos com etapas anteriores. Aqui, os dados da escavação recente de sítios de habitat – Buraco da Moura de S. Romão (SENNA-MARTINEZ, 1993, 2000; CARDOSO, SENNA-MARTINEZ & VALERA, 1995/1996), Fraga da Pena (VALERA, 2007), Fumo (CARVALHO, 2004), Sola (BETTENCOURT, 2000) e, nomeadamente, a Fraga dos Corvos (SENNA-MARTINEZ, *et al.*, 2007; SENNA-MARTINEZ & LUÍS, 2009) – têm vindo a demonstrar grandes proximidades organizativas e manifestas continuidades em relação com as comunidades (também elas camponesas) antecedentes.

Espaço desde longa data associado a grande conservadorismo cultural, é, contudo, no Noroeste Peninsular que primeiramente encontramos a presença de ligas de bronze e conseqüente substituição das alabardas Carrapatas por machados “Bujões/Barcelos” (SENNA-MARTINEZ, 2007). Mas também nos parece claro que tal aparecimento – algures entre o final do primeiro e inícios do segundo quartel do 2.^o milénio a.C. em meados da 1.^a Idade do Bronze – não afecta a estrutura de base das respectivas comunidades e, por conseqüência, os “discursos de poder” vigentes (*Id.*). Também na área argárica, a substituição das alabardas por machados de gume esvazado não afecta o restante da estrutura social e o “layout” dos povoados e, no Bronze do Sudoeste, a convivência iconográfica de machados e alabardas na lage de Assento (Fig. 13 – cf. ALMAGRO, 1966: Lám. XXVI) estabelece uma clara associação e equivalência formais entre este dois “símbolos de poder”.



Fig. 13 – Bronze do Sudoeste. Tampa de sepultura de Assento, Beja: 1- Machados encabados; 2- Alabarda tipo Cano encabada (seg. ALMAGRO, 1966: Lám. XXVI, modificada).

5. SIMBÓLICA DE PODER VERSUS SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA

Temos vindo a defender que os materiais metálicos têm, no âmbito dos grupos regionais da Idade do Bronze Peninsular, um cariz de “elementos de prestígio”, nomeadamente porque, na generalidade dos casos – trata-se aqui fundamentalmente de questões de escala – a produção dos artefactos metálicos, quando contraposta aos restantes artesanatos, reveste um cariz de pequena escala e mesmo “doméstico” (para auto consumo), sem que em qualquer dos casos conhecidos vislumbremos algum indício de “circulação mercantil” ou mesmo de “troca generalizada equivalente”, pelo que tais produções não podem ser entendidas no âmbito de qualquer valia técnica (cf. SENNA-MARTINEZ, 2007: 121).

Exceptuando o caso dos prováveis “chefados” argáricos, a imagem que nos fica da vida económica e social das sociedades peninsulares da 1.^a Idade do Bronze é ainda algo muito próximo das sociedades segmentárias (tribais? cf. PARKINSON, 2002.) neolíticas. Pesem embora as diversidades regionais que se registam, a inexistência de evidências arqueográficas de armazenagem centralizada em quase todos os grupos regionais peninsulares da 1.^a

Idade do Bronze (incluindo o argárico, sendo que a única exceção são as *Motillas* da Mancha¹⁴) é bem uma evidência de que as elites nascentes dispunham de recursos limitados para fundamentar o seu poder.

O problema fundamental da sustentabilidade dos fenómenos de complexificação social consiste, de facto, na existência ou não do correlativo suporte económico. Financiar a complexidade é algo que passa pela emergência e desenvolvimento de sistemas de “*staple finance*”¹⁵, “*wealth finance*”¹⁶ ou mistos (BRUMFIEL & EARLE, 1987). No primeiro caso (*staple finance*) é fundamental o desenvolvimento de produções de subsistência acumuláveis e manipuláveis sendo que, por razões de facilidade de intensificação de produção, manipulação e armazenagem, os cereais desempenham aí papel de primeiro plano e não é por acaso que todos os casos conhecidos de emergência de “estados de primeira geração” se localizam em áreas do globo onde se desenvolveram plantios extensivos e irrigados de cereais (REDMAN, 1978; HARLAN, 1992).

Os espaços regionais peninsulares em que se tem vindo a propor produções cerealíferas em extensão como suporte do desenvolvimento das sociedades camponesas do Calcolítico e Idade do Bronze abarcam grande parte do sul peninsular, nomeadamente o Sudoeste e a Andaluzia. Um estudo recente (ARAUS *et al.*, 1997) veio documentar – com base na discriminação de isótopos de carbono em análises extensivas efectuadas sobre amostras carbonizadas de cevada, trigo e fava – a improbabilidade de, entre o Neolítico e o Bronze Final, ter existido irrigação de cereais e admitem apenas a irrigação de hortícolas¹⁷.

A vulnerabilidade de tal esquema produtivo é realçada por outro estudo sobre o sudeste peninsular, que coloca a possibilidade de “...nas áreas mediterrânicas (peninsulares) os primeiros sistemas agrícolas provavelmente não serem sustentáveis, estando expostos a uma progressiva perda de eficiência. Tal conclusão baseia-se no decréscimo de tamanho, rentabilidade de colheitas e conteúdo total de azoto por grão...” observada em amostras do arqueossítio de Montefrío, numa sequência estratigráfica representando cerca de 1500 anos (Neolítico e Calcolítico – cf. AGUILERA *et al.*, 2008: 1662). Acresce que “...tal padrão não parece estar relacionado com mudanças na disponibilidade hídrica durante o cultivo, mas antes com um decréscimo de fertilidade do solo, particularmente para o trigo, o principal cultivo neste sistema agrícola...” (*Id.*, *Ibid.*)¹⁸.

Este estudo pode contribuir não só para a compreensão dos processos de colapso dos “ensaios de complexidade calcolíticos” que caracterizam a transição para a Idade do Bronze, mas também, se extrapolável, o que pensamos possível, de alguns dos colapsos que marcam, de modo semelhante, o final da 1.^a Idade do Bronze.

À dificuldade em sustentar processos com alguma componente de “*staple finance*” nas áreas com maior potencial para tal do sul peninsular, somam-se os dados existentes sobre as restantes paleoeconomias regionais peninsulares que vão no sentido de aí ser ainda mais precário propor tal tipo de desenvolvimento, nomeadamente naqueles espaços em que tão só o gado se afirma como potencialmente importante em tal qualidade. Contudo, são conhecidas as limitações para a utilização de gado como meio de financiamento social, nomeadamente os problemas da sua multiplicação, apascentamento e gestão que limitam o crescimento dos rebanhos e manadas, limitações que, em vários âmbitos regionais, se associam à sazonalidade imposta pela necessidade da transumância.

¹⁴ Onde o verificado na Motilla do Azuer (ARANDA *et al.*, 2008) pode ser encarado mais como resultado da necessidade das comunidades protegerem das inundações sazonais (que condicionam a própria escolha dos locais para a edificação dos sítios de habitat) as reservas para consumo e sementeira do que como concentração de excedentes.

¹⁵ Financiamento a partir de “bens de consumo alimentar acumuláveis”.

¹⁶ Financiamento a partir de “bens de prestígio”.

¹⁷ “...In summary, except for faba bean at some sites, results do not support the existence of irrigation practices in the south-east of the Iberian Peninsula from the beginning of agriculture (about 7000 BP) to the Iron Age (2400 BP). It can be assumed that the water requirements of these crops were met by virtue of the existence of a more humid climate (or naturally wetted soils), although the conditions were far below full irrigation...” (ARAUS *et al.*, 1997, p. 739)

¹⁸ Tradução e interpolação nossas.

Deste modo, garantida a subsistência de base (condição prévia da própria existência das comunidades), admitindo uma componente de “*staple finance*” fraca ou instável, restam os mecanismos de “*wealth finance*” para explicar o crescendo de complexificação, ainda que de uma forma limitada, nas respectivas expressões arqueográficas, registada entre o “mundo neolítico” e a 1.ª Idade do Bronze.

É neste âmbito que pensamos se enquadra a produção de armas e jóias metálicas cujo monopólio da produção, circulação e utilização a um tempo sustenta e explica a emergência das elites da Idade do Bronze. Estes equipamentos são parte de um novo “discurso de poder”, associado a uma estrutura simbólica em que, agora, predomina um sentido andriarcal. Como é que este poder se afirma?

Pensamos que se trata aqui de poderes emergentes muito mais “imaginados e consentidos” do que efectivamente exercidos de forma coerciva (SENNA-MARTINEZ, 2006, p. 113), razão porque a respectiva fundamentação simbólica se torna fundamental.

Enquanto regulador da nova ordem social (da 1ª Idade do Bronze) o “aparelho simbólico” que vimos discutindo deverá ser entendido como parte de uma “violência sem violência” – no sentido que Maurice Godelier atribui a esta expressão (GODELIER, 1977, p. 236-7) – como uma ideologia partilhada entre elites e subordinados e, portanto, legitimadora da autoridade daqueles. Perdido(s) o(s) significado(s) profundo(s) de tal ideologia resta-nos a sua expressão material sobrevivente e analisável do ponto de vista arqueológico.

As sociedades camponesas, tal como antes os caçadores-recolectores, produzem um discurso sobre a natureza, alterando-a, conformando a percepção da paisagem à sua realidade social (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008, p. 343). A emergência de poderes reguladores centrais à sociedade, por limitados e incipientes que sejam, implica uma nova conformação do espaço/território¹⁹. Pensamos, já há algum tempo (SENNA-MARTINEZ, 1994c), que o citado monopólio da produção, circulação e utilização de artefactos metálicos pelas elites da Idade do Bronze se traduz na necessidade de estas controlarem, pelo menos em termos visuais e simbólicos, o território envolvente aos respectivos sítios de habitat.

É em termos de controlo simbólico do território e no âmbito da nova simbólica de poder emergente na 1ª Idade do Bronze que podemos entender o surgimento de um fenómeno bem característico desta nalguns espaços regionais peninsulares: os primeiros “depósitos” de artefactos metálicos.

A manipulação e deposição de armas e jóias metálicas na Primeira Idade do Bronze envolve não só os já referidos aspectos de “depósito como oferenda funerária” como também os primeiros casos regionais de “depósito como marcador de território”. De notar que, também neste caso, a ocorrência desta nova forma de “sacrifício artefactual” se localiza, predominantemente, no Centro e Norte Atlântico Peninsulares.

Os primeiros depósitos metálicos conhecidos são os que envolvem as alabardas atlânticas ditas de tipo “Carra-patas” ou de “lingueta estreitada” (SENNA-MARTINEZ, 2007, p. 122). O conjunto de situações identificadas no Nordeste Transmontano e áreas envolventes, nomeadamente em torno à Bacia de Macedo de Cavaleiros (BÁRTHOLO, 1959, p. 431-432), mostra que as mesmas foram encontradas em locais próximos de antigas vias de trânsito (os *puntos de paso* de M. RUÍZ-GÁLVEZ, 1995):

- As duas de Vale Benfeito são provenientes da margem de uma linha de água próxima da via natural de saída a sul-oriental da Bacia de Macedo de Cavaleiros, hoje reaproveitada pelo IP2;
- As duas de Abreiro resultam de obras de alargamento da trincheira da EN 314, junto a um vau num pequeno afluente do Tua²⁰;

¹⁹ Convertido em território já desde etapas plenas da neolitização das várias áreas regionais peninsulares (SENNA-MARTINEZ & VENTURA, 2008, p. 341).

²⁰ Situado na base do monte onde se localiza o povoado do Cemitério dos Mouros, com níveis de transição Calcolítico/1.ª Idade do Bronze datados de entre 2460-1950 cal AC (SANCHES, 1995, p. 29).

- As de Carrapatas, segundo tradição ainda viva na povoação, teriam aparecido em resultado de igual actividade, próxima da via natural de saída a ocidente da Bacia de Macedo de Cavaleiros;
- A de Senhora das Pereiras (Vimioso) deve provir do alargamento da estrada de acesso ao santuário, ponto dominante da paisagem envolvente, nomeadamente sobre Vimioso e em direcção ao vale do Sabor;
- O depósito de Leiro (Rianxo, Galiza – contendo 5 punhais de lingueta e uma alabarda – MEIJIDE, 1989) foi recolhido na vertente do Monte da Pena, sobranceiro à Ría de Arousa, próximo da foz do rio Ulla (COMENDADOR REY, no prelo);
- A alabarda de El Arribanzo (Fariza, Zamora) pela sua provável associação a um “punto de paso” de acesso ao Douro e a um vau fluvial pode, com outras duas peças hoje perdidas, configurar também um depósito (LÓPEZ PLAZA & SANTOS, 1984/85, p. 255-56).

No caso do depósito de Leiro importa referir que, na mesma vertente do Monte da Pena, no local designado Foa Vella, existe um penedo gravado com representações que incluem duas alabardas e dois punhais (CALO LOURIDO & GONZÁLEZ REBOREDO, 1980).

Paralelamente a estes, mas de tipo diferente, com jóias em vez de armas, são também conhecidos alguns depósitos em todo o Noroeste Peninsular (COMENDADOR REY, 1997, p. 429, sgs.), contudo as associações a “portelas” são aqui menos claras.

Fora do Noroeste Peninsular, outras situações configuram igualmente possibilidades de serem consideradas como integrando “depósitos” desta fase. Pelo particular interesse de que se revestem debruçar-nos-emos sobre três:

- Espada do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres) (PAÇO & FERREIRA, 1956): Trata-se do único caso seguro que conhecemos de uma espada de lingueta, fabricada num cobre arsenical, enquadrável nas armas (Pontas Palmela, punhais de lingueta e alabardas) que podem surgir sós ou acompanhando campaniformes de 2.^a geração, seja em contexto funerário (por exemplo nas sepulturas da Quinta da Água Branca e Fuente Olmedo²¹) ou, como vimos, em depósitos.
- O Conjunto de La Paloma, Pantoja, Toledo, com duas alabardas de lingueta estreitada, um punhal de lingueta, uma faca espatulada, quatro pontas Palmela e um diadema áureo de fita que, até pelo vaso carenado que o acompanha (contê-lo-ia?), pode configurar um depósito²² (LÓPEZ-ASTILLEROS, 2002, p. 82), também numa zona de cruzamento de importantes vias tradicionais de passagem (*Id.* 83, Fig.2).
- Finalmente o “depósito” de Cano (Sousel) (CARREIRA, 1996)

Quando, no Noroeste Peninsular, os primeiros bronzes acompanham a substituição das alabardas pelos machados de tipo Bujões e Barcelos também estes vão, frequentemente, surgir em situações de depósito.

Deste modo, o depósito de materiais metálicos junto a vias de passagem terrestre ou fluvial configura, quanto a nós, uma forma de apropriação do território e, sobretudo, uma provável forma de “regulação simbólica” de direitos de passagem e de trânsito, indissociável do monopólio destes equipamentos fundamentais como expressão simbólica dos poderes das novas elites sociais da Idade do Bronze.

A emergência e manutenção deste *status quo* social fundamentar-se-ia então, muito mais do que em processos de domínio económico ou de coerção física, no desenvolvimento desta(s) ideologia(s) partilhada(s) entre elites e subordinados, forma de, através de uma “coerção simbólica”, a tal “violência sem violência”, gerir e regular as inevitáveis contradições sociais.

²¹ Com duas datas de radicarbono – CSIC-483 3620 ± 50BP = 2340-1943 cal a.C. e OxA-2907 3730 ± 65BP = 2340 1943 cal a.C. – cuja soma de probabilidades, também a 2σ, é 2296-1831 cal a.C.

²² Posição para que crescentemente nos inclinamos.

Armas, lugares e Homens, ou o que destes elementos resta arqueograficamente preservado, são, assim, outras tantas “janelas” abertas para a compreensão destas sociedades. Jornada começada mas certamente longe de estar concluída.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (1995) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Secretaria de Estado da Cultura. Instituto Português de Museus.
- AGUILERA, M. *et al.* (2008) – Stable carbon and nitrogen isotopes and quality traits of fossil cereal grains provide clues on sustainability at the beginnings of Mediterranean agriculture. *Rapid Commun. Mass Spectrom.* 22, p.1653–1663
- ALMAGRO, M. (1966) – *Las Estelas Decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. *Bibliotheca Praehistorica Hispana*, Vol. VIII.
- ALVES, L. B. (no prelo) – O sentido dos signos – reflexões e perspectivas para o estudo da arte rupestre do pós-glaciar no Norte de Portugal. R. de Balbín BEHRMANN (ed.). *Arte Prehistórico al aire libre en el Sur de Europa*. Junta de Castilla y León. (http://webpe.sapia.uminho.pt/abettencourt/index_ficheiros/Page301.htm).
- ANATI, E. (1968) – *Arte rupestri nelle regioni occidentali della Penisola Iberica*. Capo di Ponte. (Archivi, 2).
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. Eds. (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1º Volume – Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa. Instituto Português de Museus.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. & ESQUIVEL GUERRERO, J. A. (2006) – Ritual Funerario y Comensalidad en las Sociedades de la Edad del Bronce del Sureste Peninsular: La Cultura de El Argar. *Trabajos de Prehistoria*. 63(2), p. 117-133.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. & ESQUIVEL GUERRERO, J. A. (2007) – Poder y Prestigio en las Sociedades de la Cultura de El Argar. El consumo comunal de bóvidos y ovicápridos en los rituales de enterramiento. *Trabajos de Prehistoria*. 64(2), p. 95-118.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2006) – Wealth and Power in the Bronze Age of the South-East of the Iberian Peninsula: The Funerary Record of Cerro de La Encina. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. Oxford University Press. 25(1), p. 47-59.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. *et al.* (2008) – Water Control and Cereal Management on the Bronze Age Iberian Peninsula: La Motilla del Azuer. *Oxford Journal of Archaeology*. 27(3), p. 241-259.
- ARAUS, J. L., *et al.* (1997) – Identification of Ancient Irrigation Practices based on the Carbon Isotope Discrimination of Plant Seeds: a Case Study from the South-East Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science*. 24, p. 729-740.
- BAPTISTA, A. M. (1983) – A estátua-menir da Ermida (Ponte da Barca, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Série IV. 3, p. 7-44.
- BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas. *Arqueologia (GEAP)*. Porto. 21, p. 15-24.

- BÁRTHOLO, M.L (1959) – Alabardas da época do bronze no Museu Regional de Bragança. *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa. Instituto de Alta Cultura. Vol. I, p. 431-39.
- BETTENCOURT, A. M. (2000) – *O Povoado da Idade do Bronze da Sola, Braga, Norte de Portugal*. Braga. Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias. 9.
- BETTENCOURT, A. M.; LEMOS, F. S. e ARAÚJO, M. T. (2002) – The young man of Vale Ferreiro (Seráfico, Fafe, Northern Portugal): a Late Prehistoric Burial. *Journal of Iberian Archaeology*. 4, p. 131-151.
- BETTENCOURT, A.M., *et al.* (2005) – The ceremonial site of Vale Ferreiro, Fafe, in the context of the Bronze Age in Northwestern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*. 7, p. 159-175.
- CALO LOURIDO, F. e GONZÁLEZ REBOREDO, X. M. (1980) – Estación de arte rupestre de Leiro (Rianxo, A Coruña). *Gallaecia*. 6, p. 207-216.
- CARDOSO, J. L.; SENNA-MARTINEZ, J. C. & VALERA, A. C., (1995/96) – Aspectos da Economia Alimentar do Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos das «Salas 2 e 20» do Buraco da Moura de S. Romão (Seia). In: *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 3/4, p. 253-261.
- CARREIRA, J. R. (1996) – O Conjunto metálico de Cano (Sousel). In: *Vipasca*. Aljustrel. 5, p. 59-70.
- CARVALHO, A.F. (2004) – O povoado do Fumo (Almendra, Vila Nova de Foz Côa) e o início da Idade do Bronze no Baixo Côa (trabalhos do Parque Arqueológico do Vale do Côa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7(1), p. 185-219
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*. Oxford. BAR International Series, 652.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V. *et alii.* (1993-94) – “Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos”. In: *AnMurcia*. Murcia. 9-10, p. 77-105.
- COMENDADOR REY, B. (1997) – *Los inicios de la Metalurgia en el noroeste de la Península Ibérica*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Universidad de Santiago de Compostela. PDF em CD-Rom.
- COMENDADOR REY, B. (no prelo) – Space and Memory at the mouth of the River Ulla (Galicia, Spain). A. M. S. BETTENCOURT, M. J. SANCHES, L. B. ALVES & R. FÁBREGAS VALCARCE *eds.* *Spaces and Places for Agency, Memory and Identity in prehistoric and protohistoric Europe*. Proceedings of the 15th Congress of the International Union for Prehistoric and Protohistoric Sciences. Lisbon. September 2006.
- CONTRERAS CORTÉS, F.; SÁNCHEZ RUIZ, M. & NOCETE CALVO, F. *Eds.* (2000) – *Proyecto Peñalosa*. Granada. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura.
- CRUZ, D. J. (1998) – Monumento 2 da Serra de Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação. *Actas do Colóquio 'A Pré-História na Beira Interior'*. Viseu. «Estudos Pré-Históricos», 6, p. 375-395.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. & CARVALHO, P. S. (1998a) – O grupo de *tumuli* da Casinha Derribada (Concelho de Viseu). *Conimbriga*. XXXVII, p. 5-76.
- CRUZ, D. J.; GOMES, L. F. & CARVALHO, P. S. (1998b) – Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). In: *Actas do Colóquio 'A Pré-História na Beira Interior'*. Viseu. *Estudos Pré-Históricos*. 6, p. 375-395.
- ELIADE, M. (1977) – *Forgerons et Alchimistes*. Paris. Flammarion.

- FOWLES, S.M. (2002) – From Social Type to Social Process: Placing ‘Tribe’ in a Historical Framework. W. A. PARKINSON, Ed. *The archaeology of Tribal Societies*. Ann Harbour (Michigan). *International Monographs in Prehistory. Archaeological Series*. 15, p. 13-33.
- GODELIER, M. (1977) – *Vers une théorie marxiste des faits religieux. Horizons. Trajets marxistes en Anthropologie*. Paris. Maspero. Vol. 2, p. 229-241.
- GOMES, M. V. (1994) – *A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no Concelho de Silves*. Silves. Câmara Municipal de Silves. XELB, 2.
- GOMES, M.V. & MONTEIRO, J.P. (1977) – As estelas decoradas da herdade de Pomar (Ervidel – Beja) – Estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 281-343.
- GOMES, M.V. et al. (1986) – *A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Lisboa. IPPC. *Trabalhos de Arqueologia*, 2.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. M. HERNÁNDEZ PÉREZ, J. SOLER DÍAZ & J. LÓPEZ PADILLA, eds. *Actas del IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante. MARQ. Tomo II, p. 112-120.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As Ocupações Pré-Históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais. Câmara Municipal de Cascais.
- HARLAN, J. R. (1992) – *Crops & Man*. Madison, WI. American Society of Agronomy, Inc. & Crop Science Society of America, Inc. 2ª Ed.
- HARRISON, R. J. (1974) – A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two Bell Beakers. *Madriider Mitteilungen*. 15, p. 77-94.
- JARAMILLO JUSTINICO, A. (2004) – Aproximación a la Vida Cotidiana de las Poblaciones Argáricas: El Caso de Peñalosa. *@rqueología y Territorio*. 1, p. 83-99.
- JORGE, S. O. (1980a) – A Necrópole do Tapado da Caldeira. *Arqueologia*. Porto. 2, p. 36-44.
- JORGE, S. O. (1980b) – A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião. *Portugalia (NS)*. I, p. 29-50.
- JORGE, V. (1990) – Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião. *Portugalia*. I, p. 9-28.
- JORGE, V. O. & JORGE, S. O. (1990) – Statues-Menhirs et Stèles du Nord du Portugal. *Revista da Faculdade de Letras (Porto)*. II Série. VII, p. 299-324.
- JORGE, V. et alli. (1997) – *As mamoas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço)*. Porto. SPAE.
- LÓPEZ-ASTILLEROS, K. M. (2002) – El hallazgo metálico de «La Paloma» en el contexto de la Edad del Bronce del Tajo central. *Estudios de Prehistoria y Arqueología Madrileñas*. Madrid. 12, p. 79-93.
- LÓPEZ PLAZA, S. & SANTOS, J. (1984-85) – Alabarda y puñales de lengüeta y remaches procedentes del S. O. de la Cuenca del Duero. *Zephyrus*. Salamanca. 37/38, p. 255-266
- MEIJIDE, G. (1989) – Un importante conjunto del Bronce Antiguo de Galicia: el depósito de Leiro (Rianxo, A Coruña). *Gallaecia*. 11, p. 151-164
- NÁJERA COLINO, T. et al. (2006) – Un Enterramiento Infantil Singular en el Yacimiento de la Edad del Bronce de la Motilla del Azuer (Daimiel, Ciudad Real). *Trabajos de Prehistoria*. 63(1), p. 149-156.

- NATIVIDADE, M.V. (1901) – *Grutas de Alcobça*. Porto. Imprensa Moderna.
- PAÇO, A. e FERREIRA, M. (1956) – Espada de cobre do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres). *Actas XXIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*. Coimbra, p. 357-364.
- PEÑA SANTOS, A. (2005) – Arte Rupestre En Galicia. José Manuel HIDALGO CUÑARRO, Ed. *Arte Rupestre Prehistórica do Eixo Atlántico*. Vigo. Eixo Atlántico. 9, p. 3-82.
- REDMAN, C. L. (1978) – *The Rise of Civilization: From Early Farmers to Urban Society in the Ancient Near East*. San Francisco, CA. Freeman.
- RISCH, R. e LULL, V. (1995) – El estado argárico. *Verdolay*. 7, p. 97-109.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1984) – Reflexiones terminológicas en torno a la Edad del Bronce Peninsular. *Trabajos de Prehistoria (NS)*. Madrid. 41, p. 323-42.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. Ed. (1995) – *Ritos de paso y puntos de paso: La ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo*. Madrid. Editorial Complutense. (Complutum Extra. 5).
- SANCHES, M. J. (1995) – Alabardas de Tipo Carrapatas. JORGE, S. O. ed. *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*. Lisboa. Museu Nacional de Arqueologia. p. 29-30.
- SANCHES, M. J. & JORGE, V.O. (1987) – A «Estátua-Menir» da Bouça (Mirandela). *Arqueologia*. Porto. 16, p. 3-7.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin. Walter de Gruyter. 2 Vols.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1993) – Duas contribuições arqueométricas para o estudo do Bronze Antigo/Médio do Centro e Noroeste de Portugal. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 1, p. 77-91.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994a) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 2, p. 163-190.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994b) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo «Atlântico» do Habitat das Baútas (Amadora)”. *Zephyrus*. Salamanca. XLVI, p. 161-182.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994c) – Entre Atlântico e Mediterrâneo: algumas reflexões sobre o *Grupo Baiões/Santa Luzia* e o desenvolvimento do Bronze Final Peninsular. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. Colibri. 2, p. 215-232.
- SENNA-MARTINEZ, J.C. (2000) – O Bronze Pleno. Uma Transformação na Continuidade?. J. C. SENNA-MARTINEZ & I. PEDRO, Eds., *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia, p. 105-114.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2006) – Depósitos metálicos versus economia política das práticas metalúrgicas na Idade do Bronze em Portugal. Comentário a Raquel Vilaça, “Depósitos de Bronze do Território Português. Um debate em aberto”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 109-114.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2007) – Aspectos e Problemas das Origens e Desenvolvimento da Metalurgia do Bronze na Fachada Atlântica Peninsular. J. L. CARDOSO, Ed., *A Arqueologia e o Espaço Europeu. Balanços e Perspectivas*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras. 15, p. 119-134.

- SENNA-MARTINEZ, J. C. & LUÍS, E. (2009) – A Fraga dos Corvos (Macedo de Cavaleiros): Um sítio de Habitat da Primeira Idade do Bronze em Trás-os-Montes Oriental. A Campanha 6 (2008). *Cadernos «Terras Quentes»*. Macedo de Cavaleiros. 6, p. 69-79.
- SENNA-MARTINEZ, J.C., LÓPEZ PLAZA, S. & HOSKIN, M (1997) – Territorio, ideología y cultura material en el megalitismo de la plataforma del Mondego (Centro de Portugal). *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo. Actas del Coloquio Internacional (Santiago de Compostela, 1-6 de Abril de 1996)*. Santiago de Compostela. 101, p. 657-676.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & VENTURA, J. M. Q. (2008) – “Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o megalitismo da Beira Alta, meio século depois”. In: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 16, p.317-350.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. *et al.* (2007) – Bronze Melting and Symbolic of Power: The Foundry Area of Fraga dos Corvos Bronze Age Habitat Site (Macedo de Cavaleiros, North-Eastern Portugal). *Proceedings of the 2nd International Conference “Archaeometallurgy in Europe”*. Aquileia, Italy.
- VALERA, A. C. (2007) – *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*. Fornos de Algodres. Município e Associação Terras de Algodres.

SOBRE RITUAIS DO CORPO EM FINAIS DO II MILÉNIO/INÍCIOS DO I MILÉNIO a.C.: DO ESPAÇO EUROPEU AO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Raquel Vilaça*

1. INTRODUÇÃO

A realização do *II Colóquio de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa*, a 3 de Dezembro de 2008, teve como mote “Práticas rituais desenvolvidas entre os IV e o I milénio a. C. no território português”, oportuno e sugestivo tema conforme demonstraram os trabalhos apresentados e de que este volume dá conta.

O nosso contributo¹ incidiu sobre rituais do corpo, eles próprios muito distintos entre si, desde logo se nos centrarmos no corpo dos mortos ou, pelo contrário, no dos vivos. O assunto é complexo, particularmente porque a Arqueologia não dispõe de muitas das ferramentas de controle necessárias à sua discussão. Por conseguinte, há que ter consciência, desde já, das muitas limitações existentes. Contudo, o corpo humano constitui uma potencial fonte de simbolismo de enorme riqueza que pode ser – e tem sido ao longo dos tempos – apropriada de diferentes formas.

Conforma nos recorda Synnott (1993, p. 263), o corpo humano pode ser encarado de distintos pontos de vista: como indicador para um passado evolucionista (Antropólogos físicos), como índice de superioridade de raça ou de género, como forma de aprendizagem (Mauss), como instrumento de produção e de repressão (Marx e Engels), como elemento de controlo político (Foucault), etc.

À Arqueologia importam as análises do corpo como construção cultural e de negociação social, expressando identidades de género, etárias, de grupo, de *status*, etc. O corpo é, assim, um instrumento de referência, quer do próprio e do modo como se afirma (ou não afirma) perante ou outros, quer destes e da forma como estes vêem aquele. É nesta relação social através do corpo que se desenvolvem e expressam determinados comportamentos ritualizados.

No estudo dos rituais do corpo, a Arqueologia conta com quatro grandes categorias de testemunhos: os que podemos abordar através da óptica circunscrita da Antropologia Física, os que se encontram figurados explicita ou implicitamente na iconografia, os que integram estruturas e contextos e os que correspondem a artefactos manipulados na “arte de transformação do corpo”, com ou sem contexto.

O objectivo deste texto incidirá nestes últimos, embora em articulação com os restantes e sem esquecer o papel positivo que a Etnografia poderá desempenhar nesta matéria. Partiremos de algumas considerações gerais e de uma perspectiva diacrónica para casos concretos atribuídos, globalmente, a finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, altura em que a expressão corporal como manifestação e afirmação do poder assumiu papel cimeiro.

* Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAUCP/CAM. rvilaca@fl.uc.pt

¹ Cumpre-me agradecer ao Prof. Luís Aires-Barros e ao Prof. João Luís Cardoso o gentil convite para colaborar neste Colóquio.

2. RITUAIS E ARTEFACTOS DE TRANSFORMAÇÃO DO CORPO

Podemos entender por ritual um conjunto de regras ou atitudes que se praticam de forma repetitiva, formalizada, estereotipada e performativa, em lugares particulares e/ou em alturas especiais, com propósitos vários: como forma de comunicação, como forma de reduzir tensões sociais, como forma de reforçar os vínculos de um grupo, etc. Por sua vez, é muito diversa a natureza dos rituais: funerários, de comensalidade, de intensificação, de legitimação, de fundação, de condenação, de passagem, com as suas clássicas etapas definidas por Arnold Van Gennep – separação, transição e integração –, etc. Nem sempre, mas em muitos deles, o corpo desempenha papel crucial, seja como intermediário e actor na cerimónia, seja como alvo principal e objecto do próprio ritual.

No estudo dos rituais do corpo, as práticas funerárias detêm papel de relevo, com todo um amplo e diversificado leque de problemáticas que vão muito além dos rituais de enterramento propriamente ditos. A materialidade destes dá-nos conta do ritual empregue – inumação ou incineração –, do local e modo como foi feita a deposição e das oferendas que o acompanham, mas dificilmente nos deixa pistas sobre as cerimónias funerárias decorridas antes, ou seja, na preparação do morto, e, eventualmente, também depois, durante o enterramento propriamente dito, pois a morte não se reduz a um dado pontual ou factual. Por outro lado, não podemos esquecer que nos rituais da morte há lugar a outras soluções que não se circunscreveram a enterramentos formais, antes passaram pela exposição dos corpos², pela sua deposição em meio aquático e pela manipulação e transposição de ossos de uns lugares para outros.

Neste campo, diversos testemunhos sugerem que, ao longo do tempo, o crânio mereceu sempre um tratamento ritual diferenciado, quer pela sua presença separada do resto do corpo, quer pela existência de esqueletos sem aquele, quer ainda pelos fragmentos de calotes cranianas conservados. Em alguns casos percebe-se claramente que se trata não de um ser humano que morreu, mas de um ritual que exigiu a morte de um ser humano.

Um dos casos de referência corresponde aos 299 crânios, com cronologias desde o Neolítico à Época romana que, em diversos momentos, têm aparecido no Tamisa, ao longo de cerca de 150 km (BRADLEY & GORDON, 1988). Fenómeno idêntico registou-se em sete sítios de passagem distintos do vale do Saône, com a deposição de 47 crânios atribuíveis às Idades do Bronze e do Ferro (BONNAMOUR, 2009).

A deposição ritual de ossos humanos não se circunscreveu, porém, a lugares naturais, mas também se efectuou em outros pontos críticos de elevado simbolismo, concretamente em fossos, muralhas e entradas de povoados, portanto em pontos limítrofes, de fronteira, como bem mostrou Joana Brück (1995, p. 257). Se os primeiros casos podem testemunhar, de acordo com diversos investigadores, uma prática funerária peculiar em meio aquático, os segundos deverão ser entendidos como relíquias de antepassados depositadas próximo dos vivos.

Para o território hoje português, podemos evocar alguns testemunhos que sugerem prática similar de manipulação ritual do corpo humano, uns de natureza claramente funerária, outros evocativos tão-só de rituais que, no fundo, desconhecemos. Recordemos, entre outros, os dois corpos, um deles do sexo masculino, sem crânio, da sepultura da Idade do Bronze de Belmeque (Serpa), o que indicia possível decapitação (SOARES, 1994, p. 182); ou a estranha situação dos crânios sem face da Anta da Arquinha da Moura (Tondela) (CUNHA, 1995, p. 135), como que evocando, pela sua ausência, a negação da própria identidade dos indivíduos presentes. Este caso bem mereceria ser aprofundado e estudado, exigindo-se o mesmo para os dois crânios humanos do fosso do povoado da I Idade do Ferro da Quinta do Almaraz (Almada), onde não apareceram quaisquer outros restos humanos, mas

² Veja-se a referência de Sílio Itálico (*Pun.* III,340-343) em relação aos Celtiberos: “Para estes é uma honra cair em combate e sacrilégio incinerar um corpo morto deste modo. Pois crêem que são retornados ao céu, junto aos deuses do alto, se o abutre esfomeado devora os seus membros jacentes”. Também para os Vaceus os abutres eram animais sagrados, a quem se entregavam os que tinham perdido a vida na guerra.

onde é significativa a presença de cães³ (BARROS, 1999, p. 80 e 94). Evocativo de um ritual de fundação é o crânio do depósito votivo de Garvão (Ourique), do séc. III a. C., pertencente a uma mulher de 35/40 anos, neste caso com sinais de morte ritual (FERNANDES, 1986; ANTUNES & CUNHA, 1986). Já o fragmento de calote craniana humana proveniente do povoado da Cabeça de Vaiafonte (Monforte) (FABIÃO, 1996, p. 39), com condições de achado desconhecidas, é difícil de interpretar, bem como de datar, mas a que não seria despropositado atribuir um significado como relíquia na linha interpretativa de Joana Brück, atrás mencionada.

Alguns dos restos humanos referidos, como este último caso, articulam-se claramente com contextos habitacionais demonstrando que os rituais da morte, enquanto rituais de passagem para outra vida, nem sempre implicaram o afastamento físico dos vivos, de que os enterramentos formais, nomeadamente infantis, conhecidos em outros contextos, são bem ilustrativos.

Mas deixemos os rituais da morte, aliás ampla e eloquentemente apresentados neste Colóquio, e centremo-nos nos rituais do corpo em termos abrangentes. Por rituais do corpo devemos entender a totalidade dos rituais praticados *no, com o, e através do* corpo humano, dos mortos e dos vivos, numa aproximação ao que Mauss (1973, p. 365, 382) designou por “Técnicas do Corpo”, ou seja, as formas como os homens se sabem servir dos seus corpos. Por uma questão metodológica, entendemos sistematizá-los em quatro grupos, embora eles possam ocorrer cumulativamente num só, em parte ou na totalidade.

2.1. O corpo enquanto fonte de energia

Num primeiro grupo podemos incluir os rituais que resultam do *corpo humano enquanto fonte de energia*, como a dança, a mímica, a gestualidade, a música, os cânticos ou os gritos de guerra. Por razões óbvias, estão irremediavelmente afastados do nosso alcance em termos de conhecimento directo. Da sua existência encontramos eco na iconografia de distintas épocas com figurações de danças e de instrumentos musicais, como por exemplo na “Arte do Levante Espanhol” ou nos baixos-relevos da “Arte Ibérica”. Para os finais da Idade do Bronze, contamos com os próprios instrumentos musicais, reais, como as trompas e crótalos irlandeses ou as luras escandinavas. Mas outros, elaborados em materiais perecíveis e que mal conhecemos, terão origens bem mais remotas.

Na Península Ibérica destacam-se as representações de liras (ou outros instrumentos de cordas) nas estelas, como na de Luna ou Valpasmás, o que comprovaria, na óptica de Almagro, a existência de aedos e bardos ao serviço de elites, para acompanhamento de canções e poemas recitados em cerimónias como banquetes e funerais (ALMAGRO GORBEA, 1998, p. 89-90). Aliás, este mesmo investigador avança a hipótese de, entre os materiais provenientes de Baiões (S. Pedro do Sul), existirem elementos pertencentes a um possível *tintinabulum* ou *calcofone*, concretamente três peças semicirculares com perfurações na base, que é plana, e onde encaixariam espiras em bronze, achadas conjuntamente mas que não foram publicadas (Fig. 1) (ALMAGRO GORBEA, 1998, p. 82; 2005, p. 42). Quer Armandó Coelho, quer Barbara Armbruster, classificam estes bronzes como objectos de adorno e pingentes (SILVA *et al.*, 1984, p. 92; Est. XI-1, 2 e 3; ARMBRUSTER, 2000, p. Tafel 18), embora nos pareça que não seja afastar a hipótese de poderem ser elementos de arreios. Como elementos sonoros de âmbito ritual ou sacro, embora mais tardios, refiram-se ainda as campainhas de Cancho Roano e o pequeno cúbulo de prata do depósito de Garvão.

Relatos escritos respeitantes a determinadas comunidades proto-históricas mais tardias permitem-nos ainda saber que no combate se entoavam gritos e cânticos rituais associados à expressão corporal, que deveriam valer

³ A associação e/ou proximidade de canídeos a restos humanos parece ser um ritual transversal no tempo, como bem ilustram outras situações de contextos peninsulares e europeus, tendo sido mais uma vez testemunhado pelo contributo que António Carlos Valera trouxe a este Colóquio com o caso dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz).

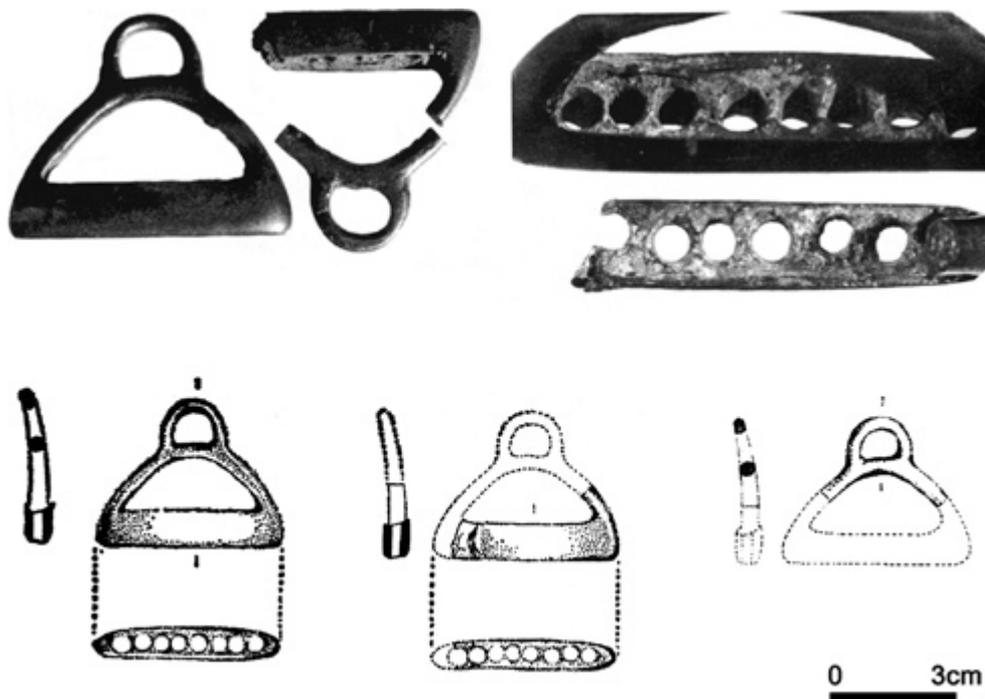


Fig. 1 – Peças de bronze da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (seg. SILVA *et al.*, 1984 e ARMBRUSTER, 2000).

tanto ou mais que as armas. Apiano (*Iberia* 71), Diodoro (33,21) e Estrabão (3,3,7) referem-se aos jogos e combates rituais, como sublinha Almagro ao recordar esta passagem: “Avançam com movimento rítmico e cantam quando atacam os seus inimigos” (Diodoro 5,34).

2.2. O corpo enquanto espaço de registo

Situação bem diferente, porque com ela nos podemos confrontar, é a do *corpo humano enquanto espaço de registo*, onde se detectam marcas e sinais de natureza vária, nomeadamente ritual. Neste caso, o arqueólogo dialoga de forma estreita com o antropólogo de forma a aproximar a óptica osteológica daquele da perspectiva social inerente à ciência arqueológica.

Como suporte de registo, o corpo humano é automaticamente modificado. As alterações físicas, definitivas ou temporárias, podem circunscrever-se aos ossos, com mutilações, trepanações, deformações cranianas, ainda que nem todas, nem sempre, obedecendo ao foro ritual, como bem se sabe. Para além das marcas nos ossos e de (supostas e prováveis) escarificações na pele, a iconografia é, mais uma vez, um campo privilegiado e potencialmente evocativo dessas práticas, se bem que problemático, pois são muitas as limitações da “arte” como documento arqueológico.

Dos vários exemplos que poderíamos referir, tomemos a representação, em negativo, das mãos paleolíticas, como o notável conjunto de cerca de 71 mãos da gruta de Maltravieso (Cáceres), exibindo apenas alguns dedos, dedos incompletos, ou dobrados. Explicações várias têm sido propostas para estas e outras imagens similares, entre as quais se contam possíveis deformações patológicas, mutilações casuais, mas também intencionais, resultantes da eventual existência de determinados códigos do foro ritual.

Praticamente desconhecidas, mas nem por isso menos importantes, foram seguramente as alterações efectuadas na pele: tatuagens, escarificações, cicatrizes. Infelizmente, só em condições muito excepcionais de conservação dos corpos é possível a confirmação directa desta forma peculiar de transformação do corpo. No espaço europeu, são notáveis as mumificações de corpos em pântanos da Dinamarca, Irlanda e Inglaterra, como a do célebre “Homem de Lindow” (Moss, Cheshire, Inglaterra), datado de cerca de 300 a.C. Brutalmente golpeado na cabeça, estrangulado, degolado, foi depois atirado ao pântano; conservava ainda vestígios de pintura no corpo. Vestígios de tatuagens foram também identificados no corpo gelado do “Homem de Ötzi (Itália), o que permite pensar numa relativa generalização dessa prática, uma vez que neste caso não se trata de morte ritual. Outros exemplos com tatuagens são conhecidos pelos corpos bem conservados nos gelos do sul da Sibéria, como o da mulher dos Pazirik, com cerca de 2400 anos.

Na falta de corpos mumificados como estes, o recurso à iconografia é, mais uma vez, o meio para possível aproximação ao conhecimento de práticas rituais expressas no corpo humano, com todos os riscos que lhe são inerentes e que convém, de novo, sublinhar. A este propósito, poderemos recordar a parafernália de representações estilizadas antropomórficas neolíticas e calcolíticas parecendo exibir faces tatuadas, ou ainda outros testemunhos posteriores cujo corpo poderá traduzir prática similar.

E se o esquematismo das estelas da Idade do Bronze quase nunca nos permite dizer se estão nus ou vestidos os antropomórficos nelas representados, a verdade é que, em alguns, os corpos foram “trabalhados”. Por exemplo, e à semelhança de outras, as controversas linhas transversais do tronco do personagem da estátua-menir de Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo), tidas como potencial figuração das costelas ou couraça protectora (VILAÇA *et al.*, 2001, p. 74-75), poderão igualmente corresponder a tatuagens que, metaforicamente, tanto evocariam as primeiras, como exerceriam a função protectora, apanágio da segunda (Fig. 2). E poderão ser ainda eventuais

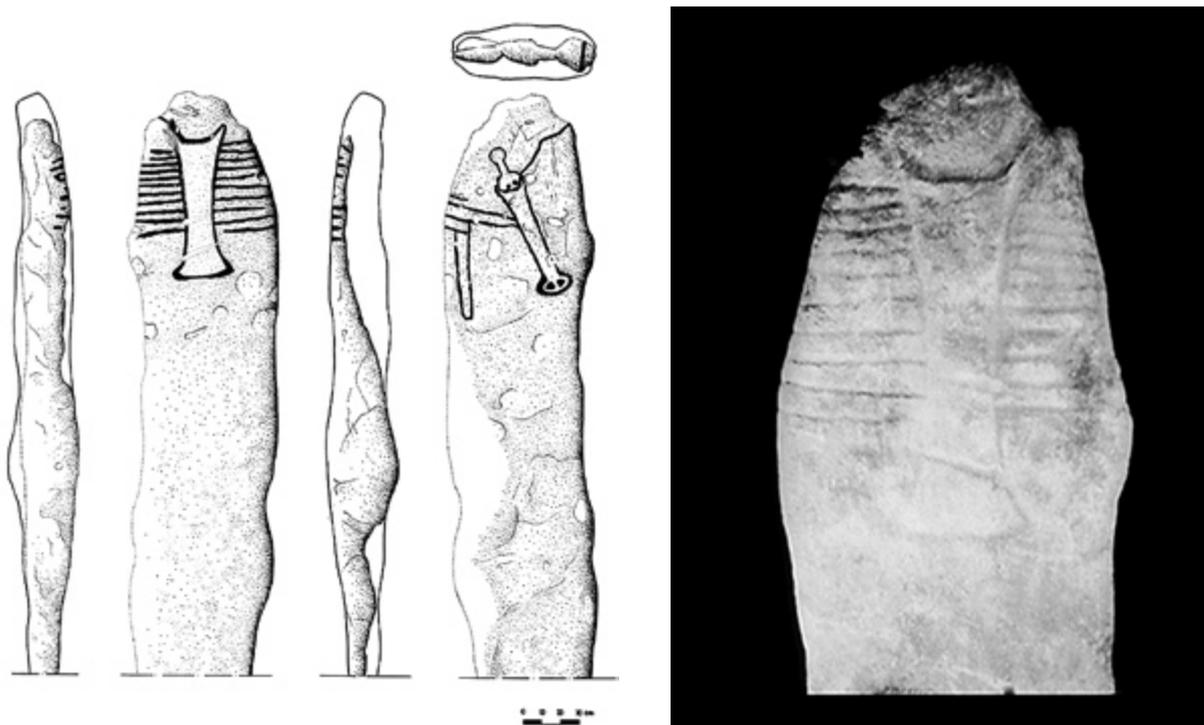


Fig. 2 – Estátua-menir de Ataúdes, Figueira de Castelo Rodrigo (seg. VILAÇA *et al.*, 2001).

tatuagens os motivos gravados, quase imperceptíveis, no peito do personagem da estela-menir de S. Martinho II (Castelo Branco), que Varela Gomes e Pinho Monteiro registaram no respectivo levantamento (GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 315). Mais tarde, os guerreiros sidéricos do Vale da Vermelha, no Côa, parecem protegidos por largos cinturões à volta do tronco (MARTINHO, 1999, p. 167; VILAÇA *et al.*, 2001, p. 78, nota 12), mas não esqueçamos que nessa altura, e seguinte, os guerreiros também combatiam nus e com o corpo pintado, conforme registo de autores clássicos como Políbio (*Historias*, II, 28), Dionísio de Halicarnasso (*Historia de Roma*, XIV, 9) ou Tácito (*Germania*, 43).

Nesta linha interpretativa, é crível que espátulas, agulhas, sovelas e estiletos, de osso, madeira ou metálicos, eventualmente também espinhos vegetais, tivessem sido utilizados na aplicação de pigmentos (v.g. negro de fumo), como há muito foi sugerido por Afonso do Paço a propósito de materiais de Vila Nova de São Pedro, entre outros (PAÇO, 1970, p. 288). A eles estariam associados pequenos recipientes cerâmicos ou de pedra, alguns com coloração rubra no interior, evidenciando restos do conteúdo.

Em aberto permanece a eventualidade de a tatuagem superficial dos corpos ter ainda recorrido a “pintadeiras”, em osso, madeira ou aproveitando matrizes naturais (vg. cápsulas de frutos?), de que não ficaram vestígios. Colocamos já a hipótese de algumas peças metálicas⁴ serem assim interpretadas, nomeadamente a da anta do Monte do Cabeço (Montargil, Ponte de Sor), em cobre arsenical (LEISNER, 1953, p. 232 e 253, p. FERREIRA, 1963; VILAÇA, 2000, p. 41, nota 3).

Seja como for, a pintura ritual dos corpos obedeceu à necessidade de os distinguir, desde logo, como demarcação para com a natureza; mas também para com os outros, no seio do próprio grupo, como forma de integração e de rejeição, ou em relação às pinturas próprias e individualizadoras de um outro grupo distinto. O estatuto social ou a identidade étnica também poderiam ser expressos nas peles nuas dos corpos.

Naturalmente que, comentando-se a pintura ritual dos corpos, não podemos esquecer a sua outra dimensão protectora que encontra na utilização do ocre enquanto substância ritual por excelência, desde tempos ancestrais, supremo exemplo, como é bem visível na sepultura paleolítica do “Menino do Lapedo” (Leiria), envolto em mancha avermelhada, ou se deduz ainda da significativa denominação da “camada vermelha” da Lapa do Fumo (Sesimbra) atribuída por Cunha Serrão.

2.3. O corpo enquanto elemento receptor de indumentária e adornos

Num outro grupo podemos incluir as práticas rituais que abordam o corpo *enquanto elemento receptor de indumentária e adornos*. Porventura, será de entre eles o que tem sido mais explorado, mormente no âmbito do estudo de todo um conjunto numeroso e diversificado de adereços de matérias várias, naturais, como conchas e dentes de animais, ou artificiais, nomeadamente de ouro, prata e bronze, desde colares, braceletes, torques, anéis, brincos, botões, fíbulas, fechos de cinturão, apliques discóidais, jóias sonoras, etc.

Estes elementos deverão ter sido manipulados de modo muito distinto ao longo do tempo e conforme as circunstâncias. Uns terão tido uso excepcional, ou até mesmo único, irrepetível, numa altura especial, eventualmente merecido só no final da vida; outros terão conhecido uso precoce, contínuo e vitalício. Uns terão sido usados

⁴ Algumas delas, cujo contexto se desconhece, deverão ser já históricas e corresponder a “pintadeiras” utilizadas como marcas de bolos cozidos em fornos colectivos. Por outro lado, mais recentemente, foi dada a conhecer uma outra matriz, em cerâmica, de níveis da Idade do Ferro de Freiria (Cascais), embora neste caso considerada pelos responsáveis da escavação como matriz para imprimir decoração de rosáceas em cerâmica (CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 1996, p. 197).

isoladamente em função do seu elevado valor singular, por exemplo como relíquia; outros, pelo contrário, só terão tido sentido se manipulados conjuntamente e de forma aditiva, uma vez que o poder – é disso que se trata –, também se expressaria pela acumulação de bens no próprio corpo: quanto mais pesado e ataviado, mais rico e poderoso.

Neste sentido, o corpo humano também pode ser encarado como espaço e contexto de bens de diverso tipo – para o pescoço, para as orelhas, para o nariz, para o peito, para os dedos, para os pulsos e artelhos, etc. –, que se vão somando e acumulando, possibilitando combinatórias várias, tal e qual como nos depósitos metálicos, onde igualmente se encontram. Ou, pelo contrário, o corpo pode ter servido de espaço e contexto a um único tipo de adereço, embora repetitivo, como evocam os numerosos conjuntos de braceletes das necrópoles do Bronze Final de Tanchoal e Meijão (Alpiarça), fenómeno também expresso em numerosos depósitos de artefactos metálicos.

Alguns colares do Bronze Final, designadamente do “tipo Sagrajas-Berzocana”, foram considerados por Almagro Gorbea (1977, p. 61)¹ como pertença feminina, com base no seu diminuto diâmetro, portanto, interpretados como elementos de género. Mas não nos parece que seja descartável a hipótese de um eventual uso infantil tendo em conta a importância, à época, do sentido de hereditariedade, de linhagem e de pertença. O tamanho bem reduzido de alguns, como o da Lapa do Moirão (Penela), com apenas cerca de 10 cm de diâmetro, bem poderia ser entendido desta forma alternativa. Deste modo, a reduzida dimensão de algumas jóias não traduz necessariamente uma posse em termos de género, mas tão-só etária.

Numa abordagem mais demorada dos adereços do corpo, teríamos ainda de distinguir os que se sobrepõem ao corpo – caso dos exemplos antes mencionados – e os que se incorporam no próprio corpo, isto é, que funcionaram como *piercings*, nomeadamente com o objectivo de deformação ritual de determinados órgãos, como o nariz e as orelhas, cujos lóbulos podem ser esticados e/ou alargados.

Aparentemente, os dados são quase nenhuns, mas não é fantasiosa esta hipótese se considerarmos as sugestivas análises de Mary Cahill em relação a determinadas peças como as bobines e caixas formadas por dois discos ligados por cilindro central, exclusivas da ourivesaria do Bronze Final irlandês, como as do depósito de Ballinesker (Wexford), e que aquela investigadora considera prováveis “alargadores” do lóbulo da orelha, com base em analogias egípcias, gregas e etruscas (CAHILL, 2004). No mesmo sentido poderia ser convocada a estatueta da deusa Tanit proveniente da necrópole púnica de Puig dels Molins (Ibiza), cujas orelhas estão adornadas com objectos similares (Fig. 3). Hoje em dia, para aquele propósito, recorre-se a soluções idênticas, como ilustra a Fig. 4. Por sua vez, e percorrendo também o caminho da Etnologia, Barbara Armbruster aprofundou recentemente esta problemática, considerando que certos tipos de jóias tradicionalmente interpretados como adereços de cabelo (*hair-rings*, *lock-rings*) ou fechos de vestuário (*dress-fasteners* e *sleeve-fasteners*) seriam mais apropriados a serem presos por pressão no septo nasal ou no lóbulo da orelha (ARMBRUSTER, 2008, p. 79, 187, 197).

Entre os adornos do corpo contam-se ainda o vestuário², que não comentaremos, e as máscaras, neste caso como elemento supremo, de transfiguração, de disfarce completo, em que o indivíduo, enquanto corpo físico e social se transforma numa outra pessoa ou encarna uma divindade, isto é adquire uma outra identidade.

No Ocidente europeu as máscaras conhecidas remetem-nos para a Idade do Ferro, quer da órbita funerária do mundo púnico, quer no mundo celta, mas o seu uso e funções têm origem milenar como bem revelam as conhecidas figurações paleolíticas de Trois Frères (França), ou as interessantíssimas figuras humanóides com cabeça de chagal da Ribeira de Piscos – rocha 24 (Vale do Côa), de período Madalenense, recentemente estudadas por Martinho Baptista. No longo ciclo da arte do Côa, voltamos a encontrar máscaras, em novas versões, como a que preside aos guerreiros sidéricos com cabeças de pássaro, já antes mencionados.

¹ Inspirado, como refere, na proposta de Hawkes a respeito do estudo do colar de Sintra.

² Exclui-se, naturalmente, o vestuário na sua dimensão protectora do corpo



Fig. 3 – Estátua de Tanit, Puig dels Molins (foto Instituto Arqueológico Alemão, Madrid).

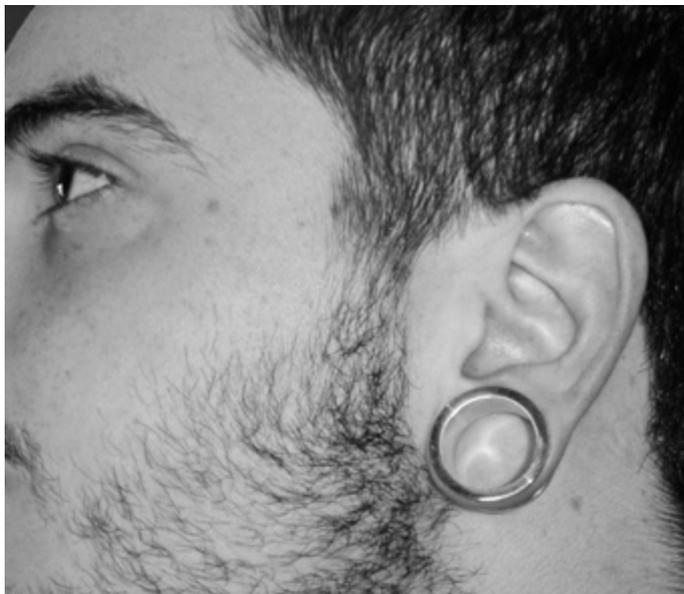


Fig. 4 – Estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra com alargador de orelha.

Embora muito distintos e transversais no tempo e espaço, como vimos, subjacente a todas estes instrumentos e técnicas de alteração da aparência do corpo encontra-se um dos principais critérios de distinção entre humanos e animais: a capacidade de transfiguração, seja na sua alteração física propriamente dita – tatuagens, deformações, depilação –, seja na transformação mediante indumentária vária – vestuário, adornos, máscaras –, constituindo, duplamente, uma forma de diferenciação e de individualização. Com essas “técnicas” assegura-se a passagem da natureza à cultura, da animalidade à humanidade, pois só o homem introduz marcas no seu corpo ou o transforma com indumentária e adornos, ainda que, por vezes, por mimetismo em relação àqueles. Só o homem tem aptidão e necessidade de alterar a sua aparência corporal com o propósito de criar uma nova identidade.

2.4. O corpo enquanto instrumento de negação

Ora, essa outra identidade pode ainda ser construída por um mecanismo de subtracção e assim chegamos ao quarto e último grupo que sistematizámos e que encara *o corpo humano enquanto instrumento de negação*. Neste caso, e ao contrário dos anteriores, o ritual de transformação do corpo é feito não pela adição de novos elementos, quaisquer que eles sejam, mas pela remoção dos existentes, concretamente dos pêlos.

Na aparência do corpo a pilosidade detém um papel primordial, seja na sua conservação e empolgamento, por exemplo na elaboração de penteados, alguns imbuídos de significativo papel simbólico (vg. o “Homem de Clonycavan”, Irlanda, datado de cerca de 392-201 a.C., possuía o cabelo fixado com resina de pinheiro), seja recorrendo a postíços, portanto, e para todos os efeitos, ainda a uma máscara. Mas a pilosidade também pode ser encarada em sentido contrário, através da sua subtracção, total ou parcial. É também nesta relação de ambiguidade da barba com o corpo – que cresce, mas pode ser cortada, para voltar a crescer – que importa encará-la como um importante símbolo cultural.

Assim, pentes, pinças e navalhas de barba são outros tantos artefactos manipulados na “arte de transformação do corpo”. Como é sabido, e embora conhecidos para períodos anteriores, tais elementos adquiriram papel primordial nos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro. Não obstante a sua raridade, podem ocorrer, todos os três, em diversos tipos de contexto, desde habitats a sepulturas e depósitos, passando pela sua figuração, perene, mas sempre problemática, nas designadas “estelas extremeñas”. É àquelas últimas, as navalhas, que dedicaremos a última parte deste texto.

3. NAVALHAS DE BARBEAR E SUA PROBLEMÁTICA

3.1. Questões de identificação

De entre os três tipos de objectos – pentes, pinças e navalhas –, estas últimas colocam problemas particulares, quer a um nível primário de identificação, quer em termos de uso e funcionalidade.

Comparativamente ao que se passa além-Pirenéus, as navalhas de barba em bronze são extremamente raras na Península Ibérica, particularmente se colocarmos de parte o mundo mais oriental vinculado ao fenómeno dos Campos de Urnas, onde as encontramos em diversos contextos.

Assim, o depósito burgalês de Huerta de Arriba, com quatro exemplares, um dos quais decorado, de “tipo paleta”, segundo designação de Almagro, continua a ser excepção (SANTA OLALLA, 1942; ALMAGRO BASCH, 1943). O mesmo sucede com o intrigante conjunto da cabana Be 2 de Cerro del Berrueco (Salamanca), que

prestou duas navalhas⁷, de ferro (MALUQUER DE MOTES, 1958, p. 45 e 48). No caso do território português, essa raridade é manifesta, visto que apenas se encontravam publicados até agora dois exemplares, o de Caldas de Monchique e o do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior).

Sendo certo que essa raridade assentará em motivos de ordem cultural, a verdade é que também se trata de uma categoria de artefacto muito delicado, com lâminas finíssimas, de fácil fragmentação, que se podem traduzir em pedaços amorfos e, por conseguinte, difíceis de identificar. Portanto, não será estranhável que alguns fragmentos de bronze até aqui interpretados de modo distinto possam vir a ser reclassificados como navalhas. Por outro lado, a forma de algumas navalhas, concretamente as de lâmina ovalada e espigão, é facilmente confundível com a de outros tipos de artefactos, caso das pontas de “tipo Palmela”, conforme foi há muito sublinhado por Fernandez Manzano (1986, p. 87, nota 204).

As questões de identificação colocam-se ainda a um outro nível, na medida em que a bibliografia recente, que adiante comentaremos, tem avançado com novas propostas de classificação de navalhas, quer com base em artefactos – peças até aqui classificadas como *tranchets* também serão navalhas –, quer apoiadas em imagens – os até agora espelhos figurados nas estelas de “tipo extremenho” deverão corresponder a navalhas.

Assim, e se aceitássemos estas novas propostas interpretativas, a raridade antes mencionada diluir-se-ia, a tipologia diversificar-se-ia, mantendo-se, porém, um apertado grau de selectividade de determinados tipos que, de facto, não se encontram nas estelas. Porém, mais importante do que isso, seria (é?) a eliminação do registo arqueológico de determinadas evidências tidas como certas e, conseqüentemente, a anulação das actividades, intenções e motivações que tais elementos poderiam (podem?) expressar.

Mas começemos pelos exemplares que, até ver, não colocam problemas desta natureza, confirmando, aliás, a tónica de raridade que esta categoria de instrumentos oferece por todo o lado no contexto das produções metalúrgicas de finais da Idade do Bronze.

3.2. Navalhas de barbear do território português

Face às informações disponíveis para o território português, é possível contabilizar cinco navalhas de barbear, de distintos tipos, atribuíveis a contextos do Bronze Final e I Idade do Ferro: Caldas de Monchique, Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), Castro de Santa Luzia (Viseu), região de Beja e Crasto de Tavarede (Figueira da Foz)⁸.

Caldas de Monchique, Monchique

Em 1947 é publicada uma navalha de barbear que tinha sido encontrada casualmente nas Caldas de Monchique entre os entulhos existentes junto ao Barranco do Banho e perto da Fonte da Pancada n.º 2, em Monchique (VIANA *et al.*, 1947, p. 6 e 8; FORMOSINHO *et al.*, 1953, p. 130). Não é possível valorizar contextualmente esta peça, que poderá ter vindo de vários sítios⁹, ainda que não seja de ignorar o facto de se tratar de um achado em local onde se identificaram restos de um balneário romano, isto é, um espaço onde, justamente, se tratava do corpo (e do espírito).

Embora recolhida num amontoado de sucata, a peça encontra-se completa, fazendo parte das colecções do Museu Geológico (n.º inv. 93.1)¹⁰ (Fig. 5). Apresenta lâmina oval, lisa, e pedúnculo longo, encontrando-se ligeira-

⁷ Pela imagem disponível na publicação, uma das navalhas aproxima-se do tipo Pantalica definido por Giardino, 1995, p. 225.

⁸ O exemplar do Crasto, que não abordamos, foi publicado por Santos Rocha, tendo também merecido curtas notas em Pereira, 1994, p. 38 e Carreira, 1994, p. 84.

⁹ Agradecemos ao Prof. Doutor João Luís Cardoso por nos ter chamado a atenção para este aspecto.

¹⁰ Agradecemos ao Prof. Doutor Miguel Magalhães Ramalho a autorização para analisarmos e fotografarmos esta peça.

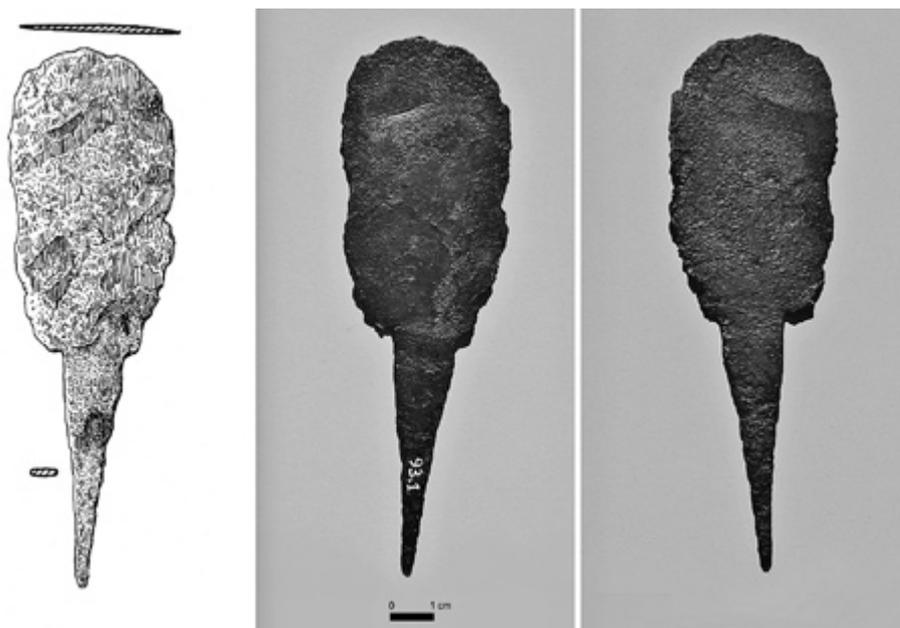


Fig. 5 – Navalha de Caldas de Monchique, Monchique (adap. FORMOSINHO *et al.*, 1953; foto R. Vilaça).

mente corroída nos gumes. A observação directa que pudemos fazer da peça, permite-nos corrigir alguns dos valores das dimensões apresentadas na publicação, concretamente o comprimento total, que é de 13,3 cm, contra 11,2 cm (VIANA *et al.*, 1947, p. 8).

Os autores da sua divulgação revelam conhecimento das problemáticas então existentes, apontando como paralelos mais próximos os que nos conduzem ao depósito de Huerta de Arriba (Burgos), atrás mencionado.

Note-se, porém, que as maiores semelhanças circunscrevem-se à peça mais pequena daquele depósito, com lâmina também ovalóide, mas que se distingue das restantes porque, tal como a de Caldas, a união entre a lâmina e o espigão é em ângulo recto e não agudo. Este pormenor tem sido utilizado como elemento de distinção cronológica (FERNANDEZ MANZANO, 1986, p. 88), o que tornaria aceitável uma cronologia do Bronze Final I para a navalha de Caldas de Monchique, aliás não totalmente discordante de possíveis sepulturas existentes na região.

Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior

No oportuno estudo que Júlio Roque Carreira (1994, p. 127-5) dedicou aos materiais das ocupações pré-históricas do Abrigo Grande das Bocas resultantes de escavações realizadas em 1937, conta-se uma navalha de barba decorada (Fig. 6) pertencente às coleções do Museu Nacional de Arqueologia¹¹ e cuja existência foi dada a conhecer por Kalb (1980, p. 32 e 51).

Embora bastante corroída, é perceptível que se trata de um tipo de lâmina bífida, com reentrância em V no topo, e pequeno orifício circular imediatamente abaixo. Na parte central possui fina decoração incisa, de configuração elipsoidal, atingindo o início do pedúnculo, completo. O autor integra-a na classe II de Piggott, que reúne aquele tipo de lâminas, mas a presença de decoração em corpo lanceolado, característica das de classe I, permitiu-lhe considerá-la um exemplar híbrido (CARREIRA, 1994, p. 83). Por sua vez, Cláudio Giardino integra-a no seu Grupo C, o das lâminas bífidas (GIARDINO, 1995, p. 227). Este tipo de lâmina e a ligação em ângulo agudo do

¹¹ Agradecemos ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, a autorização para a análise desta peça.

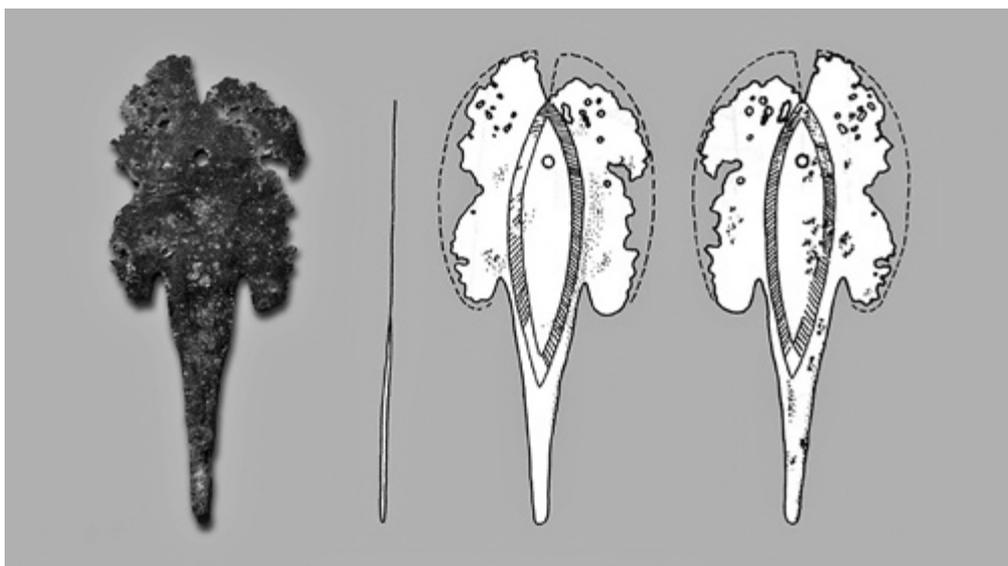


Fig. 6 – Navalha do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior (adap. CARREIRA, 1994; foto MNA).

pedúnculo àquela, são elementos considerados tardios dentro do Bronze Final (FERNÁNDEZ MANZANO, 1986, p. 88), embora as lâminas com essa característica ocorram já em contextos do Bronze Final I, concretamente no grupo de Rosnoën (BRIARD, 1965, p. 160 e fig. 53).

As duas análises por fluorescência de raios X revelaram, em média, uma composição de $72.91 \pm 3.7\%$ de cobre e $27.10 \pm 3.75\%$ de estanho (SERUYA & CARREIRA, in CARREIRA, 1994, p. 140), portanto em sintonia com as características da metalurgia do Bronze Final do Centro do território hoje português.

Santa Luzia, Viseu

Na tese de mestrado de Ivone Pedro, defendida em 1995 na FLUP, mas que infelizmente se mantém inédita, são estudados diversos materiais das escavações realizadas por João Inês Vaz, na década de oitenta, no Castro de Santa Luzia, mesmo às portas de Viseu. Alguns desses materiais encontram-se expostos na “Sala-Museu Monseñhor Celso Tavares da Silva”, da Universidade Católica (Pólo de Viseu), onde temos levado os nossos alunos no âmbito de visitas de estudo¹². Na que aí realizámos em Maio de 2008, foi possível identificar uma peça que nunca tínhamos visto ali exposta e que nos chamou a atenção, pois trata-se de uma navalha de barbear (Fig. 7).

A peça tem marcado “SL-27-II” e encontra-se em saco de plástico com o número 440. De perfil sinuoso, está incompleta, fragmentada em duas partes e bastante corroída, particularmente na folha. Esta, que seria oval ou elipsoidal, é lisa e conserva ainda o orifício central característico de este tipo de navalhas. O pedúnculo está igualmente incompleto e bastante fragilizado com fractura transversal iminente. Nas actuais dimensões, o comprimento total da peça é de 8,2 cm, a largura máxima é de 4,4 cm, medindo o pedúnculo 2,8 cm; o peso é de 0,38 g. Foi elaborada a partir de uma chapa de bronze martelada, trabalho que não só lhe conferiu maior endurecimento, como permitiu a obtenção de uma lâmina finíssima de c. 1 mm de espessura.

O estado de fragmentação da peça e a presença do orifício terão induzido Ivone Pedro, que a publica, a classificá-la como fragmento de caldeiro de duas placas sobrepostas unidas por rebite, desaparecido (PEDRO, 1995, p. 135, 149 e Est. LX-12); desta estação existem, com efeito, alguns fragmentos de recipientes em chapa rebitada

¹² Agradecemos ao Prof. Doutor João Inês Vaz não só as facilidades concedidas nas referidas visitas, como a autorização para o estudo desta peça.

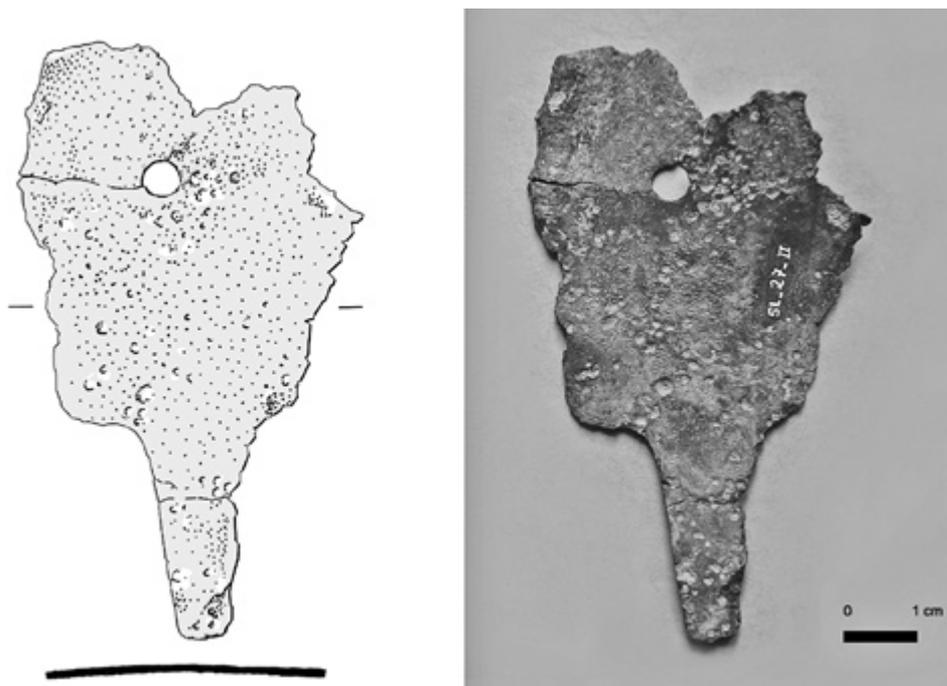


Fig. 7 – Navalha de Santa Luzia, Viseu (des. J. L. Madeira; foto R. Vilaça).

correctamente interpretados.

Embora com óbvias diferenças relativamente às navalhas das Caldas de Monchique e do Abrigo Grande das Bocas, todas as três fazem parte da grande família de navalhas de lâmina ovóide ou rectangular com espigão ou pedúnculo, da órbita atlântica, nomeadamente de França e Ilhas Britânicas, e que aí começam a surgir em contextos datáveis desde o Bronze Médio. Retomando as considerações de Fernandez Manzano (1986, p. 87-88) com base na tipologia de Pigott, esta peça não seria, dentro do Bronze Final, muito tardia, atendendo ao tipo de ângulo (recto/obtusos).

Mas neste caso, e apesar de não se indicar o contexto preciso de proveniência, o sítio forneceu outros elementos como cerâmica de “tipo Baiões”, uma foice de alvado, fíbulas de arco multicurvilinear e fragmentos de caldeirão, para além de quatro datas radiocarbónicas, três das quais remetem para o século XII a.C. e a quarta para o século X a.C., o que nos permite integrá-la num momento tardio do Bronze Final.

Neste quadro cronológico-cultural, também não deverá ser muito arriscado presumir que se tratará de um bronze binário, embora a peça não tenha feito parte do lote dos 34 artefactos de Santa Luzia quimicamente analisados e entretanto publicados por Senna-Martinez & Pedro (2000, p. 77).

Beja (região de)?

Entre as suas colecções, o Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra possui um conjunto de três objectos – pequeno recipiente cerâmico bicónico, fíbula de dupla mola (desaparecida) e navalha de barbear – tidos como sendo da região de Beja, mas cuja origem, em rigor, é incerta.

As peças, oferecidas por Gustavo Marques em 1969¹³, foram exibidas em exposição temporária realizada em

¹³ Informação também confirmada pelo “Arquivo Gustavo Marques”, pertença do Museu Nacional de Arqueologia, onde se lê: “16 Dez. 69 – machado, urna, navalha, fíbula, Vulto & Duarte”. E, num outro passo: “objectos de Coimbra – 1 fíbula de bronze, 1 navalha de barba,

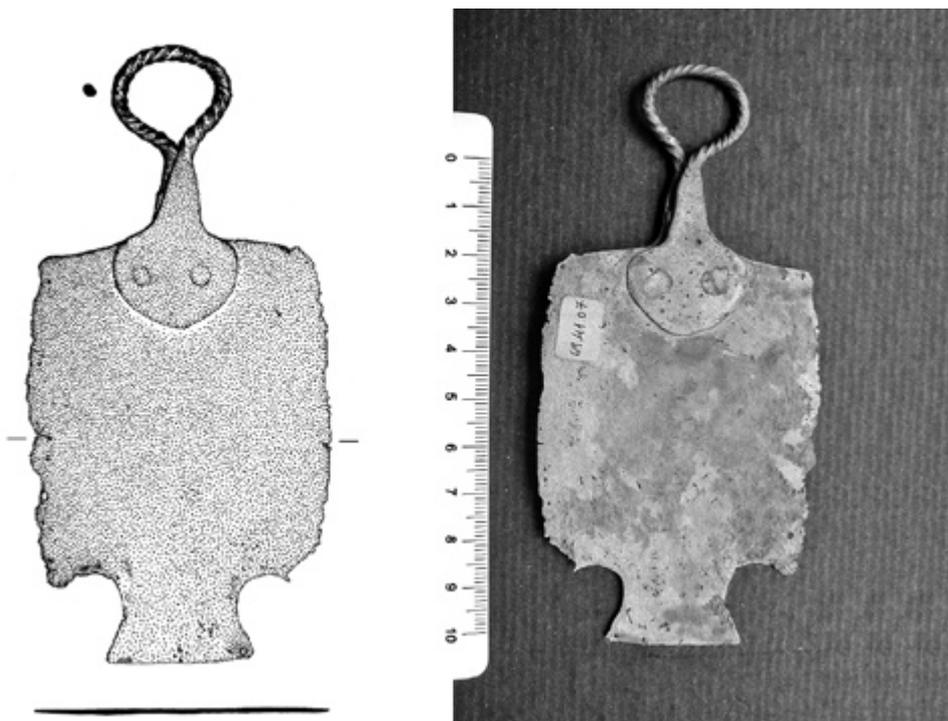


Fig. 8 – Navalha dos arredores de Beja (?) (des. J. L. Madeira; foto R. Vilaça).

1994 no Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), no âmbito das comemorações do seu I Centenário e referidas no respectivo catálogo (PEREIRA, 1994, p. 69). Antes, em 1970, este conjunto tinha sido alvo de uma comunicação efectuada por aquele investigador, justamente na instituição que acolhe este colóquio, a Sociedade de Geografia de Lisboa, e intitulada “Nota sobre novos instrumentos da época do bronze”. Na circunstância, foi igualmente elaborado um resumo para a Imprensa, com o seguinte teor: “Conjunto sepulcral do Baixo Alentejo – o Arquitecto Gustavo Marques apresentou um núcleo de três peças constituído por uma pequena urna decorada, uma navalha de barba e uma fíbula de bronze encontradas em sepultura localizada à volta de Beja. O conjunto, onde se notam influências mediterrânicas, é atribuível aos sécs. VII/VI, na transição da época do bronze para o ferro, em Espanha”.

A navalha (Fig. 8) é de tipo completamente distinto dos anteriores, sendo constituída por duas partes independentes: lâmina e pega. A primeira, muito delgada e lisa, tem contorno sub-rectangular e apresenta os fios corroídos; possui, na extremidade oposta à pega, duas reentrâncias semi-circulares simétricas, que corresponderiam, na origem, a dois orifícios. Ao contrário das anteriores, que possuem espigão (“tipo Hénon”, do depósito epónimo), esta apresenta pega em forma de argola sub-circular torcida e prolongada por duas chapas sub-ovóides que foram fixadas à lâmina através de dois rebites. Tem um comprimento total de 12 cm, cabendo 8,6 cm à lâmina e 5,7 cm à pega; a largura máxima é de 6 cm e a espessura de 1 ml; a argola tem o diâmetro de 2,4 cm; o peso é de 1,18 g.

A aparência da navalha é algo estranha pela tonalidade dourada da sua superfície. Embora não tenha sido analisada, deverá tratar-se de uma liga de cobre. Inicialmente, a autenticidade desta peça colocou-nos algumas ques-

1 urna cerâmica, de Beja (?)”. Agradecemos ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, a autorização para consultarmos o referido arquivo.



Fig. 9 – Urna pertencente ao conjunto da navalha da Fig. 7 (foto R. Vilaça).

tões, não totalmente afastadas. Já a urna (Fig. 9) não parece oferecer problemas, o que abona, de algum modo, pelo carácter genuíno daquela, ou seja, do conjunto em si mesmo, não obstante o descaminho inexplicado da fíbula e o real desconhecimento do local e circunstâncias de achado¹⁴.

O tipo de navalhas com pega em argola é comum no mundo nordestino dos Campos de Urnas peninsulares, mas o pormenor da pega fixada por rebites é já próprio dos Pirenéus Orientais, nomeadamente da fase Mailhac I, bem como dos Campos de Urnas tardios de Hallstatt B1 do vale do Reno e Suíça (JOCKENHÖVEL, 1971, n.º s 316-318, est. 25, *apud* FERNÁNDEZ CASTRO, 1988, p. 385). Exemplar muito semelhante é proveniente da necrópole de Vulci (Itália)¹⁵.

Atendendo à existência de uma fíbula de dupla mola e às características da urna, de corpo bicónico, superfícies brunidas e decoração com canelados simples e pequenas impressões sub-circulares, com bons paralelos nos Campos de Urnas da Catalunha (vg. Can Beach, Agullana, Gerona) e no clássico povoado de La Pedrera (Segre), o conjunto datará da transição Bronze/Ferro Inicial, possivelmente dos sécs. VIII-VII a. C.

4. COMENTÁRIOS

Ao longo da História, nas “artes de transformação do corpo”, a barba, verdadeira, postiça ou, pelo contrário, a sua remoção, desempenhou sempre papel de relevo com significados vários consoante os contextos, nomeadamente em rituais. O seu uso pelo adolescente no momento em que, pela primeira vez, a sua barba é cortada,

¹⁴ O estudo do conjunto merecerá valorização oportuna em trabalho específico.

¹⁵ Agradecemos ao Prof. Cláudio Giardino esta informação.



Fig. 10 – Homem de Tollund, Dinamarca (foto Silkeborg Museum, Dinamarca).

traduz importante rito de passagem, tal como no momento da morte.

No quadro do Bronze Final, e a propósito do conjunto da Roça do Casal do Meio, Ruiz-Gálvez Priego (1995, p. 139) sublinhou que pentes e pinças – a que devemos juntar as navalhas –, são elementos relacionados com os cuidados pessoais a ter com a barba e, por conseguinte, traduzem um novo padrão estético identificativo, em termos de idade, género e hierarquia.

Mas conforme também já tivemos oportunidade de comentar, este “novo” padrão estético, de conotação mediterrânea, nem é tão novo assim, nem tão mediterrâneo como parece, pois talvez não seja muito distinto do que encontramos no mundo atlântico, ainda que, aí, com a manipulação de objectos diferentes: naquele utilizam-se (preferencialmente) pinças, neste recorreu-se às igualmente delicadas navalhas de barba (VILAÇA, 2008, p. 392).

Embora nos pareça basicamente correcta esta ideia de associação das pinças ao mundo mediterrâneo e das navalhas ao mundo atlântico e continental, gostaríamos de deixar claro que, da distribuição de umas e de outras, não se pode depreender exclusão recíproca, até por haver contextos em que os dois tipos estão presentes conjuntamente, como bem ilustram, por exemplo, os conjuntos (navalhas, pinças e tesouras) da necrópole, já de um momento tardio, celtibérico, de El Pradillo (Burgos) (ABARQUERO MORAS & PALOMINO LÁZARO, 2007). Aquela perspectiva dualista talvez justifique, assim, alguma relativização.

Por outro lado, a presença de ambos os tipos nas mesmas regiões e contextos tanto poderá traduzir convergências culturais, como testemunhar funções diferentes realizadas com objectos distintos, já que não podemos esquecer um pormenor de não somenos importância: com as pinças, destaca-se pêlo a pêlo; com as lâminas, removem-se em simultâneo uma série deles.

A presença de pinças e de navalhas em contextos funerários do Bronze final e Ferro inicial parece indicar que a eliminação dos pelos faciais constituiria um importante acto ritualizado de tratamento do corpo. E mesmo o caso excepcional de conservação do designado “Homem de Tollund” (Dinamarca), mais tardio, morto com 30 ou 40 anos, achado nu, apenas com o cinto, o chapéu de couro e a corda que o estrangulou, não põe em causa esta ideia, na medida em que se admite que a sua curtíssima barba, no queixo, possa ter crescido numa fase *post-mortem* ou ter resultado da contracção dos tecidos musculares (Fig. 10). De resto, vários outros corpos removidos dos pântanos e sujeitos a mortes violentas, ritualizadas, parecem ter sido barbeados, o que terá necessariamente algum significado (KAVANAGH, 1991, p. 86).

Importa igualmente sublinhar este aspecto, tomando ainda como referência o notável conjunto da Roça do Casal do Meio (Sesimbra): as pinças – e conseqüentemente também as navalhas – teriam uma forte conotação de individualidade, na medida em que, a dois corpos, masculinos, correspondiam duas pinças, decerto utilizadas nos rituais de preparação de cada um deles (Fig. 11). Mas já a interpretação de que devemos encarar pinças e navalhas como artefactos de género, é pressupor que serviram só para a eliminação dos pelos faciais, o que não é totalmente seguro, se bem que confirmado naquela sepultura.

Relativamente às navalhas, não se põe em causa tal função, particularmente depois das experiências desenvolvidas, com muito êxito, que demonstraram ser preferíveis as de lâmina curva às de gume direito e revelan-

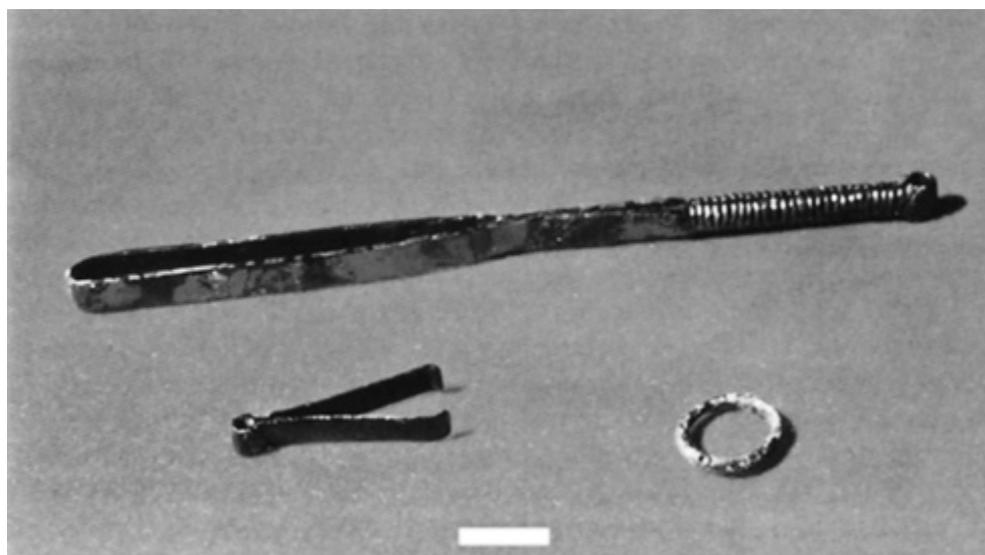


Fig. 11 – Pinças (e argola) da Roça do Casal do Meio, Sesimbra (seg. J. L. Cardoso).

do-se particularmente eficazes (não tanto com a lisura de acabamento proporcionado pelas modernas!) se imprimidos golpes pequenos e rápidos (BARBER, 2003, p. 137). Mas Conor MacHale, o aluno que se submeteu a tais experiências narradas por Kavanagh no artigo supra-citado, provou também que, com a mesma lâmina – uma réplica da navalha de Pollacorrugane (Galway) – conseguia remover o cabelo do crânio, desde que afixando várias vezes a lâmina com lixa e cabedal. Assim, a hipótese de as navalhas terem servido para a remoção de pelos faciais, mas também dos cabelos do crânio, é perfeitamente admissível, tendo sido igualmente subscrita por Kavanagh (1991: 78 e 85).

Portanto, não é líquido que as navalhas ditas de barbear servissem só para a barba, logo, não podem ser tidas, necessariamente, como objectos de género. Com elas poderia ser eliminada a pilosidade do corpo, nomeadamente do crânio, com propósitos estritamente rituais, que ignoramos, como com outros mais prosaicos (se bem que ainda e sempre rituais) que reuniriam também a necessidade de “limpeza” do corpo se o seu destino fosse, por exemplo, o de ser tatuado.

A utilização de navalhas na raspagem ritual dos corpos foi já sugerida por Piggott (1949) e por Jockenhövel (1980) (*apud* BARBER, 2003, p. 138) com base na presença de navalhas em túmulos femininos, o que, por outro lado, revelaria possível tratamento de igualdade de género nas práticas rituais de preparação dos corpos. Todavia, mantém-se como nota dominante a ideia da associação deste tipo de objecto a indivíduos adultos do sexo masculino, como equipamento pessoal (KAVANAGH, 1991, p. 83).

E embora se trate de um objecto com vínculo pessoal fortíssimo, como já sublinhámos, é bem provável que, entre os vivos – em cujos contextos também ocorrem –, não fosse o próprio, mas uma segunda pessoa a concretizar a ritualidade do acto, não propriamente pela inexistência de espelhos, como foi argumentado (KAVANAGH, 1991, p. 86-87), pois nem ela é inequívoca, nem os espelhos são as únicas superfícies reflectoras. Lembremos que essa função pode ser cumprida pelas águas paradas de um charco, por um recipiente com água, ou mesmo pela própria lâmina, bem polida, de uma espada. A razão deverá antes procurar-se, em nossa opinião, no facto de o corpo, sendo objecto do próprio ritual, exigir, talvez, um “oficiante”.

É sabido que no mundo antigo, os espelhos assumiram um marcado carácter ritual e mágico, e também funerário, conforme é sublinhado por alguns investigadores. E assim chegamos à questão dos presumíveis espelhos representados nas “estelas extremeñas”. Em recente proposta, e numa posição contrária ao que tem sido proposto, Eugène Warmenbol assume que tais representações correspondem a navalhas, e não a espelhos, os quais, é certo, nunca se encontram na mão, conforme é sublinhado (WARMBOL, 2007, p. 385). De resto, vários outros motivos aparecem representados “flottant”, para utilizarmos a sua expressão, não deixando, por esse motivo, de serem considerados, pelo próprio, representações de pentes, escudos, lanças, ou.... navalhas. Fraco argumento, portanto. Ora, não deveriam estas ser colocadas nas mãos?

No entanto, o argumento principal é de género, baseando-se na classificação do espelho como objecto feminino e na navalha como objecto masculino. Nesta lógica, falível, seria inaceitável, em sua conclusão, a representa-



Fig. 12 – Estela de Capilla III, Badajoz (adap. S. Celestino)

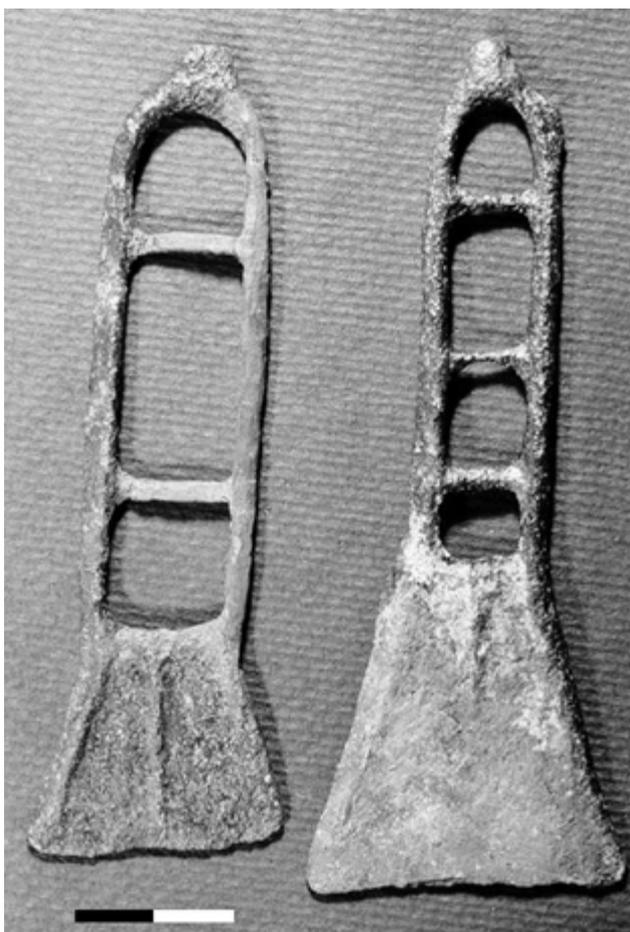


Fig. 13 – *Tranchets* da Sr.^a da Guia de Baiões, S. Pedro do Sul (foto B. Armbruster).

ção de espelhos nas viris estelas de guerreiros (WARMENBOL, 2007, p. 385, 389). Claro que tudo isto é relativo, pois vimos já que também há túmulos femininos com navalhas.

Enquanto Warmenbol erradica os espelhos das estelas, Harrison (2004: 163 e 246) identifica 42 exemplares, isto é, todas as figuras assim parecidas, inclusive a que é interpretada por Sebastián Celestino, quanto a nós correctamente, como navalha (CELESTINO, 2001, p. 170-171). Trata-se da imagem figurada na estela de Capilla III (Guadalmez) (Fig. 12), cujo realismo permite mesmo dizer que se trata de lâmina bífida, tal e qual o exemplar do Abrigo Grande das Bocas. Celestino admite ainda, embora com incerteza, que haverá uma outra navalha representada na estela de Evidel II (Pomar) (CELESTINO, 2001, p. 447-448).

As diferentes perspectivas, em boa medida ditadas pela natureza do registo arqueológico, em si próprio de acentuada ambiguidade, não acabam aqui. Baseando-se nas duas peças de Baiões classificadas como *tranchets* (Fig. 13), ou seja, possíveis facas para cortar sólidos flexíveis, como couros, Warmenbol também recusa tal função, propondo antes, sem argumentos acrescidos, que sejam grandes navalhas (WARMENBOL, 2007, p. 389). Teríamos, assim, numa mesma região, dois tipos de navalhas muito distintos: estas, com as suas peculiares pegas com alvéolos, e a de Santa Luzia, com espigão. Já Harrison, considera, sem argumentação convincente, que os *tranchets* de Baiões poderão pertencer a um espelho (HARRISON, 2004, p. 151). De novo, algum desnorde de carácter basicamente impressionista, o que não abona na construção do conhecimento.

Independentemente do tipo, uma navalha deve possuir uma lâmina muito fina e aguçada para que seja eficaz. Por isso nos parece (opinião também ela de teor essencialmente impressionista) que os *tranchets* não cumpririam positivamente tal função, tendo em conta as características das lâminas e gumes, em regra mais robustos, ainda que com variantes. E menos ainda uma função como espelhos. Todavia, é assunto a merecer atenção e a rever o que for necessário corrigir. De resto, as peças do Ocidente peninsular classificadas como *tranchets* englobam variantes ao nível do gume, as quais poderão traduzir, de facto, funcionalidades distintas, conforme foi recentemente sublinhado (ARMADA PITA *et al.*, 2008, p. 490)¹⁶.

Em Arqueologia, o problema de identificação das coisas é básico, mas determinante para todas as considerações subsequentes, podendo subverter todo um raciocínio construído. Como comentar a presença/figuração de espelhos, de navalhas, de *tranchets* ou de outra coisa se, no fundo e inequivocamente, não podemos garantir a sua presença? Lembremos, a este propósito, o caso referido por Jorge de Alarcão (2000, p. 146) sobre a zoolatria dos povos castrejos defendida por Martins Sarmiento com base nas supostas representações de focinhos de cães por si encontradas que, afinal, não passavam de fundos de ânforas romanas...

Mas o que parece certo é que, desde sempre, e em concreto, entre as comunidades dos finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro, o corpo humano – de vivos e de mortos – foi sujeito a diversificadas manipulações de ordem ritual, como instrumento de diferenciação, de cultuação, ou de exibição e, nesta medida, de afirmação do poder. Na maioria das vezes, a reconstituição desses rituais subjacentes ao que se conservou está fora do alcance da Arqueologia, particularmente quando a esta se colocam problemas (ainda) tão básicos como alguns dos que passámos em revista. Como identificar navalhas de barbear? Quantos tipos podemos, afinal, conceber? Seriam as navalhas só para a barba e, por isso, de uso exclusivo masculino? Teriam as navalhas e as pinças idêntica função, como normalmente se aceita, ou destinavam-se a propósitos distintos? Correspondiam a vivos ou de mortos, os corpos figurados nas estelas? Um longo caminho ainda por percorrer e, seguramente, um convite para visitar estas e outras problemáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABARQUERO MORAS, F.-J. & PALOMINO LÁZARO, A.-L. (2007) – La necrópolis de “el Pradillo”, Pinilla-Transmonte (Burgos). Evolución de los ritos funerários en el confin occidental del território celtibérico, *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monográfica 09, Faro, p. 249-262.
- ALARCÃO, J. (2000) – *A Escrita do Tempo e a sua Verdade*, Coimbra, Quarteto Editora.
- ALMAGRO, M. (1943) – El depósito de bronce de Huerta de Arriba (Burgos), *Ampurias*, V, p. 270-280.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura*, Bibliotheca Prae-historica Hispana, vol. XIV.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – “Precolonización” y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In Jorge, S. O. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Trabalhos de Arqueologia, 10, IPA, Lisboa, p. 81-100.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2005) – La literatura tartésica. Fuentes históricas e iconográfica, *Gérion*, 23 (1), p. 39-80.
- ANTUNES, M. T. & CUNHA, A. S. (1986) – O crânio de Garvão (século III a.C.): *causa mortis*, tentativa de interpretação, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 79-85.

¹⁶ Encontra-se em preparação um texto que visa a revisão desta categoria de peças.

- ARMADA PITA, X.-L.; RAFEL FONTANALS, N. & MONTERO RUIZ, I. (2008) – Contactos precoloniales, actividad metalúrgica y biografías de objetos de bronce en la Península Ibérica. In Celestino Pérez, S.; Rafel, N.; Armada, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e): La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 465-507.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*, Monographies instrumentum 15, Montagnac.
- ARMBRUSTER, B. (2008) – *L'Orfèvrerie dans le Monde Atlantique des origines à l'Âge du Fer. Une approche technologique*, Université de Bourgogne, Dijon (policopiado).
- BARBER, M. (2003) – *Bronze and the Bronze Age*, Wiltshire, Tempus Publishing Ltd.
- BARROS, L. (1999) – *O Fim do Bronze e a Idade do Ferro no Território de Almada*, Lisboa, FLUL (dissertação de mestrado, policopiada).
- BONNAMOUR, L. (2009) – Des crânes humains sur les gués du Saône, *Les Dossiers d'Archéologie*, 331, p. 12-13.
- BRADLEY, R. & GORDON, K. (1988) – Human skulls from the river Thames, their dating and significance, *Antiquity*, 63, p. 503-509.
- BRIARD, J. (1965) – *Les Dépôts Bretons et l'Âge du Bronze Atlantique*, Rennes.
- BRÜCK, J. (1995) – A place for the dead: the role of human remains in Late Bronze Age Britain, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 61, p. 245-277.
- CAHILL, M. (2004) – Finding function in the irish Late Bronze Age. In PEREA, A. et al. (eds.), *Tecnología del Oro Antiguo: Europa y América*, ANEJOS DE AESPA XXXII, Madrid, CSIC, p. 349-358.
- CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (1996) – 12.^a campanha na villa romana de Freiria (S. Domingos de Rana, Cascais), *Al-madan*, II série, n.º 5, p. 197.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, p. 47-144.
- CONNERTON, P. (1999) – *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora.
- CUNHA, A. M. L. (1995) – Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3) [Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular, VII], p. 133-140.
- FABIÃO, C. (1996) – O povoado fortificado da Cabeça de Vaiamonte (Monforte), *A Cidade*, Nova Série, n.º 11, p. 35-84.
- FERNANDES, T. M. (1986) – O crânio de Garvão (século III a.C.): análise antropológica, *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, 1, p. 75-79.
- FERNANDEZ CASTRO, M. C. (1988) – *Arqueologia protohistórica de la Península Ibérica (Siglos X a VIII a.C.)*, Alianza Editorial, Madrid.
- FERNANDEZ MANZANO, J. (1986) – *Bronze Final en la Meseta Norte Española: el utillaje metálico*, Junta de Castilla y León.
- FERREIRA, O. V. (1963) – Notícia de algumas estações pré-históricas e objectos isolados inéditos ou pouco conhecidos, *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 59-60, p. 149-166.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953) – *Estudos Arqueológicos das Caldas de Monchique*, Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.

- GIARDINO, C. (1995) – *Il Mediterraneo occidentale fra XIV ed VIII secolo a. C. Cerchie minerarie e metallurgiche. The West mediterranean between the 14th and 8th Centuries B. C. Mining and metallurgical spheres*, British Archaeological Reports, IS, 612, Oxford.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel-Beja): estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, II-III, p. 281-343.
- HARRISON, R. (2004) – *Symbols and Warriors. Images of the European Bronze Age*, Short Run Press Ltd., Bristol.
- JOCHENHÖVEL, A. (1980) – *Die Rasiermesser in Westeuropa*, Munich, Prähistorische Bronzefunde, VIII, 3.
- KALB, P. (1980) – Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, p. 25-59.
- KAVANAGH, R. M. (1991) – A Reconsideration of Razors in the Irish Earlier Bronze Age, *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 121, p. 77-104.
- LEISNER, G. & V. (1953) – Contribuição para o registo das Antas Portuguesas, *O Arqueólogo Português*, 2.^a série, II, p. 227-256.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1958) – *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Berrueco*, Salamanca, Acta Salmanticensia, Filosofia y Letras, XIV, n.º 1.
- MARTINEZ SANTA-OLALLA, J. (1942) – Esconderijo de la Edad del Bronce Atlántico en Huerta de Arriba (Burgos), *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, XVII, p. 127-164.
- MAUSS, M. (1973) – *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF.
- MAUSS, M. (1993) – *Manual de Etnografia*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PAÇO, A. (1970) – A Póvoa eneolítica de Vila Nova de São Pedro. In *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 275-305.
- PEDRO, I. (1995) – *O Povoamento Proto-histórico na região de Viseu*, Porto, FLUP (tese de mestrado policopiada).
- PEREIRA, I. (coord.) (1994) – *Idade do Ferro – Catálogo*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Serviços Culturais/Museu.
- PIGGOTT, S. (1946) – The Late Bronze Age Razors of the British Isles, *Proceedings of the Prehistoric Society*, 5, p. 121-141.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1995) – El significado de la Ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones produzidas en la transición Bronce Final/Edad del Hierro. In Ruiz-Gálvez Priego, M. (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Complutum (extra 5), Madrid, p. 129-155.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. & PEDRO, I. (2000) – Between myth and reality. The foundry area of Senhora da Guia de Baiões and Baiões/Santa Luzia metallurgy, *Trabalhos de Arqueologia da AEM*, 6, p. 61-77.
- SILVA, A. C. F.; SILVA, C. T. ; LOPES, A. B. (1984) – Depósito de fundidor do final da Idade do Bronze do Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul, Viseu), *Lucerna* [Volume de Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão], Centro de Estudos Humanísticos, Porto, p. 73-109.
- SOARES, A. M. (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa, *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 179-197.

- SYNNOTT, A. (1993) – *The Body Social. Symbolism, Self and Society*, Routledge, London.
- TREHERNE, P. (1995) – The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in Bronze-Age Europe, *Journal of European Archaeology*, 3 (1), p. 105-144.
- TILLEY, C. (ed.) (1993) – *Interpretative Archaeology*, Berg Publishers, Oxford.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. & FERREIRA, O. V. (1947) – Duas raridades arqueológicas, sep. da *Revista do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, n.º 24.
- VILAÇA, R. (2000) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In FERREIRA, M. C. *et alii* (eds.), *Beira Interior. História e Património [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior]*, Guarda, p. 31-50.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da “presença mediterrânea” no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S.; Rafel, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.): La precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 371-400.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; SANTOS, A. T. & MARQUES, J. N. (2001) – A estátua-menir de “Ataúdes” (Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda) no seu contexto regional, *Estudos Pré-históricos*, IX, p. 69-82.
- WARMENBOL, E. (2007) – Miroirs et mantique à l'âge du Bronze. In BURGESS, C. *et al.* (eds.), *Beyond Stonehenge. Essays on the Bronze Age in Honour of Colin Burgess*, Oxford, p. 377-396.

OS ESPAÇOS FUNERÁRIOS E A CONSTRUÇÃO DAS NOVAS ENTIDADES SOCIAIS E CULTURAIS DO EXTREMO OCIDENTE EUROPEU (1º MILÉNIO A.N.E.)

Ana Margarida Arruda*

*«A burial is a part of a funeral,
and a funeral is a part of a set of rituals
by which the living deal with death»
Ian Morris, 1992*

As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal foram quase sempre abordadas de acordo com perspectivas que privilegiaram a tipologia da arquitectura, ainda que a dicotomia cremação/incineração tenha também estado sempre presente nas diversas análises (entre outros, BEIRÃO, 1986; CORREIA, 1993; ARRUDA, 2000, 2001, 2004)

De facto, a variedade arquitectónica que os dados evidenciavam, quer em termos mais abrangentes do ponto de vista geográfico, quer mesmo a nível regional e inclusivamente local, obrigava a organização dos mesmos.

Tornava-se evidente que ao nível da arquitectura, o litoral, tanto o algarvio como o ocidental, se distanciava do que se conhecia no interior.

Às necrópoles de cistas do litoral, quer algarvio – Bensafirim (CORREIA, 1996, 1997, ARRUDA, 1999-2000), Cista dos Gregórios (BARROS *et al.*, 2005), quer ocidental – Torres Vedras (TRINDADE & FERREIRA, 1965) e muito possivelmente Sines (COSTA, 1967, 1974), contrapunham-se as necrópoles monumentais, do interior alentejano, onde as sepulturas estavam enquadradas por estruturas tumulares complexas (BEIRÃO, 1986; CORREIA, 1993, ARRUDA, 2000, 2001, 2004). Havia pois dados que permitiam pensar em áreas mutuamente exclusivas do ponto de vista da arquitectura funerária, ainda que em certas áreas do interior tivessem penetrado necrópoles de cistas características do litoral, como parece ser o caso de Corte Margarida (DEUS & CORREIA, 2005)

Por outro lado, necrópoles de incineração em fossa rectangular, com ou sem canal central, como a de Alcácer do Sal (CORREA, 1925, 1928, 1930; PAIXÃO, 1970, 1971, 1983), e em fossa circular para sustentação da urna funerária, as chamadas necrópoles tipo Cruz del Negro, ainda em Alcácer do Sal (*Ibidem*, ARRUDA, 1999-200) e agora também em Tavira (ARRUDA, COVANEIRO & CAVACO, 2008, no prelo), constituíam tipos de cemitérios típicos de áreas mais profundamente «visitadas» pelos colonizadores fenícios.

A organização em tipos das necrópoles sidéricas ao nível regional permitiu também propor evoluções cronológicas específicas para áreas concretas.

Para a região de Ourique, defendeu-se um modelo que sustenta a evolução de monumentos de planta circular para estruturas rectangulares e quadrangulares (sobretudo CORREIA, 1993).

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

Em Alcácer do Sal, as fossas rectangulares de canal central parecem anteceder as circulares para sustentação da urna, mas o inverso não também não é impossível, uma vez que não há dados estratigráficos seguros que comprovem qualquer das possibilidades (ARRUDA, 1999-2000, 2000, 2004).

Sabemos já que as necrópoles da Idade do Ferro do Sul não se esgotam nestes tipos aqui grosseiramente definidos. A necrópole da Tera, em Pavia, (ROCHA, 2003, 2005), bem como as recentemente descobertas na área do Alqueva, como a de Palhais e a da Vinha das Caliças (informação pessoal Ana Sofia Antunes e Pedro Sobral, respectivamente, a quem agradeço), evidenciaram outras morfologias dos espaços funerários. Também a necrópole de Torre de Palma, escavada por Manuel Heleno nos finais da primeira metade do século passado, e cujos materiais foram recentemente publicados (MATALOTO *et al.*, 2008), parece distanciar-se do pouco que se conhece para o Alto Alentejo, e aproximar-se das necrópoles de urnas da chamada área tartéssica, com incinerações em urna que, contudo, não são de tipo Cruz del Negro. Mas também no Algarve as duas sepulturas encontradas na Quinta da Queimada – Lagos (CALADO & GOMES, 2006) distinguem-se morfologicamente das cistas que caracterizam o ambiente sepulcral algarvio em geral. Naturalmente que nos casos de Pavia e da Quinta da Queimada a questão cronológica não pode perder-se de vista, havendo dados que permitem admitir que, pelo menos a segunda delas, se sucede no tempo às que anteriormente referimos. Relativamente à necrópole de Torre de Palma desconhecemos quase tudo acerca dos tipos de enterramentos e da própria arquitectura.

O estudo das necrópoles passou também pela discussão em torno dos dois tipos mais frequentes do tratamento dado aos cadáveres: a cremação e a inumação.

Mas a verdade é que neste ponto concreto pouco se avançou, uma vez que ambos os rituais coincidem espacial e temporalmente em Ourique durante a Idade do Ferro, e não é evidente que a cremação seja um fenómeno eminentemente indígena, como já pretenderam alguns, ainda que seja verdade que quer a cremação quer a inumação eram já praticadas no Bronze Final, como está demonstrado, por exemplo em Alpiarça e na Roça do Casal do Meio, respectivamente.

De qualquer forma, a incineração parece ter sofrido um enorme incremento com a chegada das populações fenícias à costa atlântica, e nas necrópoles litorais mais intensamente orientalizadas a incineração parece ser exclusiva, como é o caso de Tavira e de Alcácer do Sal.

Uma nova perspectiva sobre as necrópoles baixo Alentejanas foi recentemente ensaiada com êxito, até porque representa uma evidente ruptura com as análises mais tradicionais (VILHENA, 2008). Jorge Vilhena acentuou como a instalação dos espaços de sepulcrais da Idade do Ferro em torno do Mira, na região de Ourique, teve em consideração a visibilidade de necrópoles mais antigas, falando numa «re-necropolização» da paisagem. Levanta-se aqui uma interessante questão sobre a forma como, afinal, os mortos, interferindo na agenda dos vivos, poderão ter eles próprios a sua própria agenda.

As tipologias têm dominado o discurso ao nível dos espólios exumados nas necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal, naturalmente de acordo com as funcionalidades: objectos de adorno, cerâmicas, armas.

Julgo contudo que se tem perdido de vista que os materiais recolhidos em contexto funerário, mesmo no interior de sepulturas, devem ser analisados de acordo com a sua própria função no processo que culmina com o final do funeral. Os materiais não podem e não devem ser encarados em bloco, uma vez que se dividem obrigatoriamente em: equipamentos rituais usados pelos vivos durante as cerimónias fúnebres; artefactos do defunto usados pelo próprio e oferendas.

Assim parece claro que os objectos de adorno, como os colares, os fechos de cinturão, os botões e as fíbulas integram o grupo dos artefactos que o próprio cadáver usaria. Mas as armas, de sua propriedade ou não, bem como os vasos cerâmicos e alguns artefactos apotropaicos (escaravelhos, terracotas) seriam certamente depositados por quem o acompanharia no momento do seu funeral e fariam parte de um outro conjunto, concretamente o do depósito que ocorria no momento de encerrar a sepultura.

Por outro lado, em algumas necrópoles há vestígios do que teria resultado de rituais relacionados com os chamados banquetes funerários. É o caso de Tavira, por exemplo, onde foram recolhidos para além de restos faunísticos fragmentos cerâmicos que certamente corresponderam aos vasos usados pelos vivos para consumir alimentos nas proximidades imediatas das sepulturas. O mesmo se terá passado na necrópole de Alcácer do Sal, uma vez que nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia existem vários contentores com faunas mamalógicas recolhidas durante as campanhas que António Cavaleiro Paixão levou a efeito na necrópole do Senhor dos Mártires, na segunda metade do século XX. Naturalmente que neste, como em outros casos, há que averiguar o local exacto da recolha e mesmo os sinais sobre os ossos, já que estas faunas podem resultar quer dos banquetes funerários, quer da deposição de alimentos junto do cadáver, e, neste caso, corresponderem a oferendas relacionadas com um sistema de crenças específico.

Ainda no que se refere à tipologia dos materiais da própria sepultura deve ter-se em atenção que em casos concretos, como o das incinerações em urnas, estas, bem como aliás as suas tampas, merecem ser diferenciadas das restantes cerâmicas.

A estrutura social dos grupos humanos que construíram os monumentos funerários de Ourique também foi alvo de análises diversas, que assentaram sobretudo nos dados da arquitectura funerária e nos espólios das necrópoles monumentais, mas também nos que foram recuperados nos *habitats* que lhes correspondem (ALARCÃO, 1996; CORREIA, 1997; ARRUDA, 2001).

As análises sobre as necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal têm incidido sobre os aspectos atrás elencados, parecendo, agora, importante que outras abordagens sejam perspectivadas.

Ainda que saiba que os dados disponíveis não ajudam leituras que ultrapassem a simples arrumação tipológica dos enterramentos, a descrição dos rituais praticados no que se refere ao tratamento dado ao cadáver, ou a variabilidade e a tipologia dos espólios, a verdade é que, assim como se tornou possível abordar a questão da complexidade social, parece também indispensável que outras análises possam ser efectuadas.

Em primeiro lugar, deve insistir-se que as necrópoles têm quase tudo a ver com os vivos. Por outro lado, também parece certo que os rituais associados a um momento particularmente traumático, como é a morte, são ditados por objectivos que se relacionam com a criação e a manutenção de um sentido de comunidade, mas não só. Nesta perspectiva, as arquitecturas funerárias, os artefactos encontrados nas necrópoles (dentro e fora das sepulturas) e os rituais praticados durante as cerimónias fúnebres têm que ser lidos em função do papel que representam no amplo leque de situações sociais e políticas existente no sul do território actualmente português, durante o 1º milénio a.n.e..

Relativamente às necrópoles de Alcácer do Sal e de Tavira, é importante salientar que a arquitectura funerária se aproxima do que é conhecido nas áreas peninsulares que mais contactaram com o mundo oriental, como é o caso do vale do Guadalquivir, da Extremadura espanhola e mesmo de Ibiza, não se distanciando também, naturalmente, do que existe na Sardenha, no norte de África e mesmo em Tiro. Por outro lado, deve notar-se que o conjunto dos materiais depositados junto das incinerações de Alcácer, quer as que foram concretizadas em *ustrinum*, quer as *in situ*, incorpora, ainda que apenas em parte, um equipamento ritual que, tal como nas necrópoles fenícias da costa de Málaga, reproduz a cerimónia fúnebre oriental (AUBET, 2004). É por exemplo o caso das lucernas de um só bico, das ânforas e dos pratos de engobe vermelho, apesar de as jarras trilobuladas e as de boca de cogumelo estarem ausentes. Mas deve notar-se que a cerâmica cinzenta não faz parte do conteúdo dos inventários.

Para a necrópole de Tavira, os dados não abundam, uma vez que as condições em que decorreu a intervenção arqueológica permitiram apenas recuperar um segmento muito reduzido do sítio (ARRUDA *et al.*, 2008, no prelo). As quatro sepulturas em urna tipo Cruz del Negro identificadas junto ao convento da Graça não forneceram espólios significativos, mas os que existem referem-se ainda a cerâmicas de engobe vermelho, mas também a

cinzentas (*Ibidem*). A presença desta última categoria poderia indicar que as incinerações corresponderiam a populações indígenas que adoptam rituais funerários exógenos, hipótese que já houve oportunidade de discutir e, em parte, refutar, em textos anteriores (*Ibidem*), tendo em consideração os elementos que as escavações em outros sectores da área urbana permitiram recolher (MAIA, 2003; MAIA & SILVA, 2004).

Em ambas as necrópoles parece ter ocorrido um ritual tipicamente oriental: o banquete funerário. Como já se disse atrás, há de factos dados que permitem considerar esta possibilidade, concretamente faunas, mamalógicas, malacológicas e ictiológicas, o que possibilita avançar com novas leituras sobre as práticas sociais destas populações, sendo possível discutir o desenvolvimento de rituais de comensalidade associados à morte. Esta prática é bem conhecida no próximo Oriente, sendo no Antigo Testamento, mas também em alguns textos sírios e babilónicos do II milénio a.n.e. (Nuzi, Ebla, Mari y Ugarit) que encontramos referências aos banquetes funerários, aí designados *Kispum*.

Em Salmos, em Jeremias, em Isaías e no Levítico existem referências a práticas de banquetes fúnebres concretizados no Próximo Oriente, concretamente pelos que adoravam a BAAL, ainda que fossem severamente criticadas pelos textos bíblicos:

1. Salmos 106/28: Também se apegaram a Baal-Peor, e comeram sacrifícios oferecidos aos mortos;
2. Isaías 65:4: Sentando-se junto às sepulturas e comendo carne de porco e caldo de coisas abomináveis nos seus pratos;
3. Jeremias 16 8 e 9: Também não se repartirá pão nos velórios, nem se oferecerá pão para consolar os parentes. Ninguém servirá aos filhos o copo da consolação no dia da morte de seus pais. Não entres na casa onde se celebra a festa, para te sentares com eles, comendo e bebendo.

No que se refere aos textos sírios, a prática do *Kispum* está descrita e é aceite como um ritual funerário que inclui um banquete. Esta prática pode ser lida nas tabuinhas de Mari, por exemplo, como se observa no seguinte texto «...encarregaram-me de te alimentar; ofereci um *kispum* aos teus familiares [...]» (LKA 83,1-10).

O consumo comunal de alimentos durante uma cerimónia fúnebre é um recurso simbólico de primeira grandeza, estando, neste caso, como aliás em outros, carregado de significados. É um ritual onde a ideologia dominante é de certa forma naturalizada, limitando, naturalmente, possíveis alternativas (ARANDA JIMÉNEZ & ESQUIVEL GUERRERO, 2006).

E quem controla o ritual possui o meio de impor a sua própria visão de ordem social protegendo-a de outras formas de pensamento, tornando-o, assim, um instrumento de dominação e de manutenção da ordem social estabelecida (*Ibidem*, DIETLER, 1999, 2001).

Neste sentido, o ritual da comensalidade praticado em Alcácer do Sal e em Tavira reveste-se de um significado particular, sejam quais forem as verdadeiras origens étnicas das populações que usaram aquelas necrópoles.

Contudo, a própria arquitectura funerária, bem como os artefactos que acompanham as incinerações, indiciam uma ruptura com práticas anteriores, que, aliás, permanecem em utilização em áreas relativamente próximas, como é o caso das cistas Sines e dos Gregórios (Silves) e até de Bensafrim. Esta introdução de novos padrões comportamentais ao nível da morte, padrões que são importados, traduzem certamente novas realidades sociais e políticas, que poderão indicar presenças alógenas. E isto também porque os objectos encontrados nas sepulturas são de algum modo uma extensão do indivíduo, já que «...los objetos son inalienables de las personas que los han utilizado, que los han tocado» (DELGADO & MERITXEL, 2007).

Nas necrópoles e nas cerimónias fúnebres e rituais nelas praticados, criam-se vínculos com os antepassados e os que organizam as actividades pós morte legitimam a sua relação com eles, criando uma memória social necessária a coesão da comunidade.

Nesta perspectiva, pode também entender-se a manutenção de arquitecturas funerárias tradicionais, quer no interior alentejano, quer em áreas mais próximas do litoral. Nestes casos, e uma vez mais, pretende-se que o cenário da morte actue como construtor de identidades, definindo-se a inclusão num grupo específico, distinto dos outros que actuam em territórios próximos, até porque que «...a ideologia necessita de arquitectura para a atingir a sua máxima expressão» (KEMP, 2006).

À manutenção da arquitectura funerária, junta-se a permanência da inumação quase exclusiva, ainda que, pelo menos nas necrópoles do interior alentejano, a incineração já ocorra, aparentemente, em simultâneo. O tratamento dado ao corpo corresponde à resposta dada pelos vivos à mais absoluta materialidade da morte – o cadáver –, devendo ser abordado no contexto de um sistema de crenças distinto daquele que existia em certas áreas do litoral.

Como já se fez referência, sabe-se que os objectos recuperados nas necrópoles foram certamente mais do que oferendas funerárias, havendo dados que permitem verificar a existência de espólios que remetem para os equipamentos rituais usados pelos vivos durante as cerimónias fúnebres, e que, até no grupo dos artefactos do defunto, haverá os que podem ser considerados itens pessoais, usados pelo próprio e os que são oferendas propriamente ditas. De qualquer forma, convém salientar que qualquer das categorias incorpora artefactos de clara matriz mediterrânea (contas de colar de pasta vítrea, oculadas ou não, escaravelhos...), mas o «pacote» fenício está ausente (lucerna, ânfora, jarro...). Interessante é verificar a presença de armamento, que nunca se verifica em ambientes coloniais ou mais orientalizados. Aliás a própria presença de armas, como as lanças e espadas, presentes em Ourique (BEIRÃO, 1986), no Alto Algarve, concelho de Alcoutim (CARDOSO & GRADIM, 2008) e na cista dos Gregórios (BARROS, BRANCO & CORREIRA, 2005), levanta por si mesmo uma questão suficientemente interessante para que para ela se chame a atenção. Habitualmente consideradas como itens iminentemente masculinos, as análises antropológicas têm demonstrado que se está perante enterramentos femininos, como foi o caso da cista dos Gregórios (BARROS, BRANCO & CORREIA, 2005). A questão do género, tão presente na agenda da pós modernidade, ganhou novos e, aparentemente, sólidos argumentos. Contudo, não é completamente seguro que estas armas, efectivamente depositadas junto ao corpo de mulheres, tenham sido de sua propriedade em vida, uma vez que podem integrar-se no grupo dos artefactos depositados junto do cadáver, não se incluindo no conjunto de itens pessoais usados pelo defunto no momento do seu funeral. Se assim for, o significado destas armas poderá ser outro bem distinto.

Os cemitérios da Idade do Ferro do sul de Portugal constituíram-se como cenários onde os actores principais não parecem ter sido afinal os que justificaram a sua construção – os mortos. Pelo contrário, os vivos serviram-se destes espaços para criar identidades e sentidos e justificar e naturalizar as ideologias dominantes. E a presença de populações exógenas num território onde se movimentavam grupos humanos locais obrigou a que uns e outros se servissem dos seus mortos para garantir a sua coesão social e política. Os primeiros necessitaram de materializar as relações com os novos territórios e fizeram-no através da memória dos mortos. Túmulos, cemitérios e rituais funerários materializam vínculos entre antepassados, colonos e novos territórios, convertendo-se em cenários onde se negocia a identidade colonial, uma identidade colectiva que define os colonos em relação ao seu lugar de origem e frente às comunidades locais, junto das quais vivem (DELGADO & MERITXEL, 2007). Estas últimas legitimam a sua presença com a manutenção de uns rituais próprios e de uma arquitectura de que, num primeiro momento, não vão prescindir.

A relativa unicidade que se gera na 2ª metade do milénio joga a favor dos colonizadores, uma vez que os sistemas funerários indígenas parecem ter-se dissolvido, e a realidade empírica evidencia que os elementos exógenos prevaleceram sobre os das comunidades autóctones.

As necrópoles do 1º milénio a.n.e. no sul do actual território português «devem» muito ao movimento colonial fenício para o ocidente peninsular, podendo concluir-se que os espaços funerários se constituíram enquanto cenários onde se construíram identidades e se desenharam vínculos entre colonos e indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, J. (1996) – Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In VILLAR, F. & ENCARNAÇÃO, J. (Eds.), *La Hispania preromana*. Salamanca: Universidade de Salamanca, p. 19-36.
- ARANDA JIMENÉZ, G. & ESQUÍVEL GUERRERO, J. A. (2006) – Ritual funerário Y comensalidade n las sociedades de la Edad del Bronce del Sureste peninsular: la cultura del Argar. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, p. 117-133.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenicios en Portugal*. Cuadernos de Arqueologia Mediterránea. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra.
- ARRUDA, A. M. (2000) – Práticas e rituais no Sul de Portugal durante a Proto-História. In *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP, 5, p. 101-108.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós-orientalizante no Baixo-Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4(2), p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (2004) – Necrópoles Proto-Históricas do Sul de Portugal: o mundo oriental e orientalizante. In Gonzalez Prats Ed. *In Actas do III Seminário sobre temas fenícios «O mundo funerário»*. Guardamar del Segura, Maio 2002. Alicante: Generalitat Valenciana. p. 457-494.
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (2008) – A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Actas do V Encontro Arqueologia no Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 1, p. 141-160 (Xelb, 8).
- ARRUDA, A. M., COVANEIRO, J. e CAVACO, S. (no prelo) – Uma necrópole «tartéssica» em Tavira (Algarve, Portugal): As dicotomias (im)possíveis. Contributos para a anatomia de um mito. *Actas do V Colóquio do Centro de Estudos Fenícios e Púnicos*. Madrid.
- AUBET, M. E. (2004) – *The Phoenician Cemetery of Tyre-Al Bass: Excavations 1997-1999*. BAAL, Hors-Serie I. Beirut: Ministère de la Culture.
- BARROS, P.; BRANCO, G. DUARTE, C. & CORREIA, J. (2005) – A Cista dos Gregórios (Silves). *Actas do II Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves 1, p. 41-52 (Xelb, 8).
- BEIRÃO, C. M. (1986) – *Une civilization protohistorique du Sud du Portugal*. Paris: De Boccard.
- BLAKE, E. (2005) – The Material Expression of Cult, Ritual, and Feasting. In E. BLAKE e A.B. KNAPP (eds.), *The Archaeology of Mediterranean Prehistory*. Oxford: Blackwell.
- CALADO, D. e GOMES, M. V. (2006) – Quinta da Queimada (Lagos): a necrópole da II Idade do Ferro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9, 2, p. 171-185.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2008) – O núcleo II da necrópole da Idade do Ferro de Cabeço da Vaca (Alcoutim). *Actas do 5.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Câmara Municipal de Silves. 8, 1, p. 103-115 (Xelb, 8).
- CORREIA, V. (1925) – Uma conferência sobre a necrópole de Alcácer do Sal. *Biblos*, 1 (7), p. 347-363. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis. p. 151-167.
- CORREIA, V. (1928) – Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927. *O Instituto*, 75, p. 190-201. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis. p. 169-179.

- CORREIA, V. (1930) – Alcácer do Sal. Esboço de uma monografia. *Biblos*. Coimbra, 1 (7), p. 40-59. 1972. *Obras, Volume 4, Estudos arqueológicos*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, p. 127-150.
- CORREIA, V. H. (1993) – As necrópoles da Iª Idade do Ferro do Sul de Portugal. Arquitectura e rituais. *In Actas do 1º Congresso Peninsular de Arqueologia*. Porto: ADECAP, 2, p. 351-376.
- CORREIA, V. H. (1997a) – As necrópoles algarvias da I Idade do Ferro e a escrita do Sudoeste. *In* PARREIRA, R. & BARATA, M. F. (coord.) *Noventa séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: IPPAR, p. 265-279.
- CORREIA, V. H. (1997b) – Um modelo historiográfico para a idade do ferro do sul de Portugal e a sua arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 37 (3-4), p.41-85.
- COSTA, J. M. M. (1967) – O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines). *Ethnos*. Lisboa. 5, p. 529-538.
- COSTA, J. M. M. (1974) – O tesouro púnico-tartéssico do Gaio. *In Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 97-120.
- DELGADO, A. & MERITXEL (2007) – Alimentos para los muertos: mujeres, rituales funerários e identidades coloniais. *Interpreting household practices. Treballs d'Arqueologia*. Barcelona. 13, p. 29-68.
- DEUS, M. & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida: mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. *In* JIMENEZ ÁVILA & CELESTINO PEREZ (eds.). *El Periodo Orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC, p. 615-618.
- DITLER, M. (1999) – Rituals of commensality and the politics of state formation in the «princely» societies of early Iron Age Europe. *In* P. RUBY (ed.) *Les princes de la protohistoire et l'émergence de l'état*. Naples/Rome: Centre Jean Bérard, p. 135-152.
- DITLER, M. (2001) – Theorizing the Feast: Ritual of Consumption, Commensal Politics, and Power in African Contexts. *In* M. DIETLER & B. HAYDEN (eds.): *Feasts. Archaeological and Ethnographic Perspectives on Food, Politics, and Power*. Washington and London: Smithsonian Institution Press, p. 65-114.
- MAIA, M. (2003) – Fenícios em Tavira. *In Tavira Território e Poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 57-72.
- MAIA, M. e SILVA, L. (2004) – O culto a BAAL em Tavira. *Huelva Arqueológica*. Huelva. 20, p. 173-194.
- MATALOTO, R. LANGLEY, M. & BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma (Monforte, Portugal). *In* JIMENEZ ÁVILA (ed.) *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 283-301.
- MORRIS (1992) – *Key Themes in Ancient History: Death-Ritual and Social Structure in Classical Antiquity*. Cambridge University Press, p. 102-129.
- PAIXÃO, A. C. (1970) – *A necrópole do Senhor dos Mártires, Alcácer do Sal – Novos elementos para o seu estudo*. Lisboa: Faculdade de Letras. Tese de Licenciatura policopiada.
- PAIXÃO, A. C. (1971) – O recente achado do três escaravelhos na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional da Educação, p. 309-315.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 273-286.

- ROCHA, L. (2003) – O monumento megalítico da I Idade do Ferro do Monte da Tera (Pavia, Mora): Sectores 1 e 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6, 1, p. 121-129.
- ROCHA, L. (2005) – A necrópole da 1.^a Idade do Ferro do Monte da Têra, Pavia (Portugal): dados das últimas intervenções. In JIMÉNEZ ÁVILA & CELESTINO PÉREZ (eds.). *El Periodo Orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida, Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Madrid: CSIC, p. 605-614.
- TRINDADE, L. & FERREIRA O. da Veiga (1965) – Acerca do vaso "piriforme" tartéssico de bronze do Museu de Torres Vedras. *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. 63/64, p, 175-183.
- VILHENA, J. (2008) – As armas e os barões assinalados?: em torno das necrópoles monumentais do “Ferro de Ourique”. In JIMÉNEZ ÁVILA (Ed.) *Sidereum Ana I: El río Guadiana en época post-orientalizante*. Madrid: CSIC, p. 373-398.

LOS ESCARABEOS FENICIOS DE PORTUGAL. UN ESTADO DE LA CUESTIÓN

Martín Almagro-Gorbea¹ & Mariano Torres Ortiz²

1. INTRODUCCIÓN

La Arqueología Fenicia ha logrado en los últimos años un notable avance por todo el Mediterráneo que ha permitido comprender mucho mejor el fundamental papel que los fenicios jugaron como difusores de los elementos culturales de Oriente. Este campo resulta cada vez más especializado y, gracias a los continuos avances, se comprende cada día mejor el papel de los fenicios en el extremo Occidente, *finis terrae* del mundo conocido en la Antigüedad. En este contexto histórico deben colocarse los escarabeos hallados en Portugal, que ofrecen el interés de ser los más alejados de Oriente al estar situados en las lejanas tierras del Atlántico, más allá de *Gades* y de las Columnas de Heracles.

De este hecho resulta evidente la oportunidad de proceder al estudio de los escarabeos aparecidos en las tierras de la costa atlántica portuguesa y en su hinterland, que eran la zona más alejada del Mundo Antiguo, para comprender el complejo juego de contactos y relaciones entre el mundo colonial y los pueblos que habitaban en el extremo del mundo entonces conocido.

Los escarabeos hallados en Portugal han sido analizados en diversas monografías dedicadas en los últimos años a los escarabeos y objetos egipcios y egiptizantes hallados en la Península Ibérica (GAMER-WALLERT, 1978; PADRÓ, 1980-1995; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001), así como en alguna visión de conjunto, como la de FEGHALI GORTON (1996, p. 151-154), si bien ésta última sólo hace referencia a 5 de las 18 piezas conocidas. Estos estudios han demostrado el interés de los objetos fenicios y orientalizantes en múltiples aspectos, pero, al mismo tiempo, han puesto en evidencia la necesidad de abordar un análisis específico de algunos materiales concretos, como es el caso de los escarabeos, para contribuir a una mejor visión de conjunto que facilite su correcta interpretación.

Los hallazgos y estudios dedicados a estos objetos son cada día más numerosos, pero falta por abordar el papel que estos elementos ofrecían en el comercio y la vida del mundo colonial hispano-fenicio y del mundo tartésico. En este sentido, los avances en el conocimiento de la Extremadura orientalizante en estos años y el creciente hallazgo de escarabeos nos impulsó a analizar el conjunto de estas piezas aparecidos en tierras extremeñas (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, e.p.), cuyo número no es muy elevado, pues apenas alcanza los 20 ejemplares, que ofrecen el interés de documentar los procesos de contactos comerciales y culturales desarrollados en esas tierras a lo largo de cerca de 300 años, al mismo tiempo que precisaron la función real que tenían los escarabeos en la sociedad orientalizante de esa zona, al ser uno de los elementos más característicos del comercio fenicio.

¹ Catedrático de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid. Académico Anticuário de la Real Academia de la Historia. E-mail: anticuario@rah.es

² Profesor de Prehistoria. Universidad Complutense de Madrid.

En este mismo sentido, también se ha abordado recientemente un análisis de los escarabeos de Villaricos, que representan otro importante conjunto de la Península Ibérica, quizás el más numeroso en un solo yacimiento después del de Gibraltar y el de Ibiza (ALMAGRO & ALMAGRO-GORBEA, 2008), ya que los 10 escarabeos hallados en la antigua *Baria* documentan el uso de estas características piezas del mundo fenicio a lo largo de más de 250 años, completando la visión anterior.

En esta línea de trabajo, parece oportuno seguir ampliando estos estudios, que se realizan desde una perspectiva territorial, ya que ésta permite interpretaciones complementarias: por una parte, lleva a precisar las características locales que ofrece cada región o cada yacimiento significativo y, por otra, contribuye a lograr una visión general sobre estos interesantes objetos en la Península Ibérica, la antigua *Hispania*, basada en la suma de las visiones territoriales y en la comparación de los elementos comunes y las diferencias que se observan entre unas y otras a fin de determinar vías comerciales, preferencias sociales y cambios ideológicos.

La zona de este nuevo análisis corresponde, como se ha señalado, a los hallazgos de Portugal, que alcanzan los 18 ejemplares. Esta zona ofrece una problemática muy particular por su situación geográfica en las costas atlánticas y en su hinterland, por lo que constituyen los hallazgos más alejados de Oriente. Pero, además, plantean problemas específicos, ya que corresponden a una zona en la que se ha discutido si se produjo una colonización fenicia directa (ARRUDA, 2002; 2005; TAVARES DA SILVA, 2005) o, como parece más probable, más bien una colonización tartésica (TORRES, 2005; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, p. 1055 s.; ALMAGRO-GORBEA & TORRES, 2009, e.p.), que, en cualquier caso, debió funcionar en cierto modo como una anfictionía entre fenicios y tartésicos (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, p. 1066 s.).

En este análisis se han tenido en cuenta todas las piezas hasta ahora conocidas, incluidos los escarabeos perdidos que han quedado documentados por anillos basculantes que indican su existencia y permiten precisar su función y significado cultural. El conjunto de los escarabeos documentados en Portugal ofrece una secuencia cronológica y tipológica que abarca un espacio de tiempo relativamente reducido, entre los siglos VII los más antiguos, de tipología claramente egipcia, y el V a.C., los más recientes, pues todavía no han aparecido piezas datables con seguridad en el siglo IV a.C., como son los especímenes de fabricación occidental, tan frecuentes en Ibiza y presentes en otros yacimientos hispanos, por ejemplo, en Extremadura, lo que hace suponer que igualmente debieron haber llegado a Portugal.

En este estudio se ofrece la descripción individual de cada una de las piezas, seguida de un comentario sobre sus características tipológicas y su contexto arqueológico. Un apartado ulterior plantea una visión de conjunto de las características tipológicas de estas piezas y de su procedencia y dispersión geográfica, cronología, iconografía y contexto socio-cultural, pues, a pesar de su escaso número, permiten hacerse una idea sobre las creencias y el uso socio-económico que les dieron quienes los usaron, fueran fenicios, conios o tartesios.

Aunque el número de ejemplares es reducido, los resultados ofrecen indudable interés y aportan información sobre las características y funciones de este elemento cultural, que tuvo un papel socio-económico y mágico-religioso tan significativo, por lo que documentan las relaciones económicas y los modos de aculturación de quienes los adquirirían y usaban, ya que su iconografía refleja, a través de las creencias, los cambios ideológicos ocurridos en el Periodo Orientalizante.

2. INVENTARIO Y DESCRIPCIÓN

Necrópolis de Monte da Mealha Nova, Palheiros, Ourique

1. A-do-Mealha Nova – Fig. 1

Lugar de conservación : Museu Nacional de Arqueologia.

Dimensiones : Long.: 1.1 cm; anch.: 0.8 cm; H.: 0.8 cm. Diámetro máximo del anillo 3,1 cm.

Descripción : Pasta vidriada de color verde que conserva gran parte del barniz exterior brillante. El estado general de conservación es

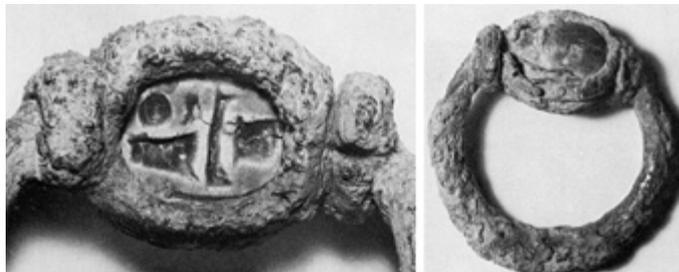


Fig. 1 – Escarabeo de Mealha Nova (según GAMER-WALLERT, 1978).

bueno. El escarabeo ofrece una montura giratoria en un anillo de un metal aún no determinado por su mal estado de conservación. Su anverso es de tipo IVa de Vercoutter, con el torax y élitros bien definidos, quedando las patas en su mayor parte bajo en anillo de su montura. Resulta visible su parte superior, con incisión profunda y formas cuidadas. En el reverso aparece el nombre *P(3)-di-B3stt*, Petubastis (fig. 1,a-c).

Cronología : Se ha fechado entre los siglos VII y VI a. C., pero más probablemente c. 625-500 a.C.

Comentario : El escarabeo apareció en el túmulo nº 1 de la necrópolis de Monte da Mealha Nova (Palheiros, Ourique). Formaba parte del ajuar de esta tumba, en la que se encontró bajo una copa semiesférica y junto a dos cuentas de vidrio.

El nombre Petubastis, podría provenir de invocaciones religiosas a Petubastis I, fundador de la XXIII dinastía (c. 818-793 a.C.), a Petubastis II (c. 670-630 a.C.), de la Dinastía XXVI, o a Petubastis III (c. 522-520 a.C.), de la Dinastía XXVII ya del siglo VI a. C., sin que quede clara la identidad real de faraón invocado, aunque también puede hacer referencia a cualquier otra figura con este nombre, bastante común en Egipto.

Paralelos : La fórmula del nombre de *Petubastis* que ofrece este escarabeo es frecuente en ejemplares de Egipto, por lo que esta pieza se puede considerar como de fabricación egipcia. Es interesante señalar como dicho nombre aparece también en el escarabeo de Corte Margarida (DEUS & CORREIA, 2005, p. 616-617, fig. 3; *vid. infra*) y en el recuperado en la tumba 30 de la necrópolis fenicio-púnica de Jardín asociado a materiales del siglo VI a.C. (GAMER-WALLERT, 1975; *id.*, 1978, p. 54-56, fig. 13), conociéndose igualmente piezas en la necrópolis de Dermesh-Ancona de Cartago que portan el nombre de este mismo faraón en contextos del siglo V a.C. (VERCOUTTER, 1945, p. 103-104, nº. 36-39, lám. I, 36-39). Sin embargo, FEGHALI GORTON (1996, p. 129-130) incluye ejemplares parecidos en su tipo XXXVI, como los citados de las tumbas 311 y 347 de la necrópolis de Dermesh-Ancona de Cartago (VERCOUTTER, 1945, nº. 36-39), otro de Náucratis (PETRIE, 1886 lám. 37, nº. 116) y otro del santuario de Kato Phana en Quíos (LAMB, 1935, lám. 32, nº. 49), donde han aparecido escarabeos y abundante material naucrático (*id.*, 158 s., 164, fig. 12, lám. 32-33, 37), por lo que, en consecuencia, cabe considerar dichos escarabeos productos de Náucratis, con una cronología de fines del siglo VII y del VI a.C.

Bibliografía: DIAS, BEIRÃO & COELHO, 1970, p. 181-182, 200; GAMER-WALLERT, 1975, p. 187-194; 1978, p. 107-108, fig. 32; PADRÓ, 1976-78, p. 488-490; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 159-161, lám. II nº. 32.01 y X, nº. 32.01.

Fonte Santa, Ribeiras do Sado, Ourique
2. Fonte Santa 1 – Fig. 2

Lugar de conservación: Se da como probable su depósito en el Museo Nacional de Arqueología e Etnología, sin que la pieza haya sido localizada en dicha Institución.

Dimensiones: Long.: 1.7 cm; anch.: 1.3 cm; H.: 0.7 cm.

Descripción : Escarabeo en buen estado de conservación, de pasta blanca que ha perdido el barniz exterior. Presenta perforación longitudinal. Corresponde al tipo XIII de FEGHALI GORTON (1996, p. 38-39, n.º. 11 y 154) y ofrece en el anverso un esquema dorsal con tórax marcado mediante doble línea y élitros bien definidos, del tipo IVb de VERCOUTTER (fig. 2, a-b).

Reverso enmarcado por una línea oval sencilla. El campo queda dividido en tres registros delimitados por dos dobles líneas horizontales, una característica del tipo XIII de FEGHALI GORTON (1996, p. 38). En el campo central, los signos, orientados a la derecha, ofrece una deidad sentada con el símbolo distintivo de la pluma *maat* sobre sus rodillas, aunque apenas puede distinguirse a esta diosa. Tras ella un halcón con dos signos muy deformados, tal vez *wrt* de Horus “El más Grande”. La parte inferior ofrece el signo *nb* con un trazo irreconocible, tal vez fruto de una mala ejecución del artesano. El registro superior parece estar ocupado por lo que puede ser una doble ala, que pudiera ofrecer el disco solar en el centro, tema recurrente en los escarabeos, pero también pudiera tratarse de un halcón con las alas desplegadas, como se reconocido en alguna de las piezas de este tipo procedente de Cartago (FEGHALI GORTON, 1996, p. 39, n.º. 4).

Cronología: A partir de análisis de C-14 de materiales del mismo túmulo funerario la pieza se amortizaría en el siglo V a. C., aunque sus paralelos se sitúan en Egipto en los siglos VII y VI a. C.

Comentario: Este escarabeo egipcio apareció en la tumba 4b de la necrópolis de la Primera Edad del Hierro de Fonte Santa, Ourique, Portugal (BEIRÃO, 1986, p. 71), una incineración en una urna que contenía la cremación y el ajuar, situada en los niveles más antiguos de la necrópolis.

Se trata probablemente de una copia fenicia de un escarabeo egipcio de registros de Baja Época, de tipo XIII de FEGHALI GORTON (1996, p. 38-39, n.º. 11 y 154), con paralelos en Chipre y Cartago en una tumba del siglo VII a.C. (*id.*, 154). El paralelo más cercano sería el ejemplar de Mengíbar, que presenta, frente al Halcón solar, la imagen de la diosa *Maat* (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 129-130, lám. II, n.º. 24.02, y X, n.º. 24.02) y el de un escaraboide de Cancho Roano, encuadrado entre un disco y un *nb* (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.), en el que la divinidad femenina acucillada se ha supuesto que sostiene una flor de loto y se ha interpretado como el signo jeroglífico B1g (HANNING, 1995, p. 1125), mientras que delante de ella aparece el Halcón, interpretado como signo jeroglífico G5 (*id.*, p. 1049), ambas protegidas por un disco solar alado en la parte superior y con un cesto *nb* muy esquemático en la parte inferior, como en este escarabeo de Fonte Santa 1 y el citado de Mengíbar.

Paralelos : Probablemente de una copia fenicia de un escarabeo egipcio de registros de Baja Época, de tipo XIII de FEGHALI GORTON (1996, p. 38-39, n.º. 11 y 154), con paralelos en Chipre y Cartago en una tumba del siglo VII a.C. (*id.*, 154). El paralelo más cercano sería el ejemplar de Mengíbar, que presenta, frente al Halcón solar, la imagen de la diosa *Maat* (GARCÍA MARTÍNEZ 2001, p. 129-130, lám. II, n.º. 24.02, y X, n.º. 24.02) y el de un escaraboide de Cancho Roano, encuadrado entre un disco y un *nb* (ALMAGRO-GORBEA, TORRES *et al.*, e.p., n.º



Fig. 2 – Escarabeo de Fonte Santa 1 (según GAMER-WALLERT, 1978).

5), en el que la divinidad femenina acuclillada se ha supuesto que sostiene una flor de loto y se ha interpretado como el signo jeroglífico B1g (HANNING, 1995, p. 1125), mientras que delante de ella aparece el Halcón, interpretado como signo jeroglífico G5 (*id.*, p. 1049), ambas protegidas por un disco solar alado en la parte superior y con un cesto *nb* muy esquemático en la parte inferior, como en este escarabeo de Fonte Santa 1 y el citado de Mengíbar y otro escarabeo con el disco solar arriba y cesto *nb* abajo es la pieza de jaspe de Cancho Roano que ofrece a Isis con Horis en brazos (CONDE, 2003, p. 231-237; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.).

Bibliografía: COELHO, 1976:, p. 210; GAMER-WALLERT, 1978, p. 107-108, fig. 32, lám. 28, g-h; BEIRÃO, 1986, p. 71, lám. VI, n.º. 1-2; FEGHALI GORTON, 1996, p. 38-39, n.º 11 y 154; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 163-164, lám. II, n.º. 34.01, X, n.º. 34.01.

3. Fonte Santa 2

Lugar de conservación: Se da como probable su depósito en el Museo Nacional de Arqueología, de Lisboa, sin que la pieza haya sido localizada en dicha Institución.

Dimensiones: Diámetro máximo del anillo: 2.8 cm; Diámetro mínimo del anillo: 2.5 cm; H.: 0.7 cm. Longitud máxima del fragmento de pasta conservado: 1.4 cm.

Descripción: Escarabeo muy deteriorado del que sólo conserva un fragmento irreconocible de pasta blanca engastado en un cabujón oval soldado a un anillo de plata. No se distingue ningún motivo ni grabado.

Cronología: Fines del siglo VI – siglo V a. C.

Comentario: Procede de la tumba 4b de esta necrópolis, donde apareció asociado a un numeroso ajuar funerario del que también formaban parte los escarabeos Fonte Santa 2 y 4. A partir de los mencionados objetos, está tumba debe fecharse entre el último cuarto del siglo VI a.C. y finales de la centuria siguiente.

Paralelos: Puede tratarse probablemente de un escarabeo egipcio, pero también pudiera ser una pieza pseudo-egipcia de factura púnica, aunque al estar fabricado en pasta nos inclinamos por la primera opción.

Bibliografía: BEIRÃO, 1986, p. 71; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 165.

4. Fonte Santa 3

Lugar de conservación: Se da como probable su depósito en el Museo Nacional de Arqueología de Lisboa, sin que la pieza haya sido localizada en dicha Institución.

Dimensiones: Longitud del escarabeo: 1,3 cm. Diámetro máximo del brazalete: 6,3 cm.

Descripción: Escarabeo de bronce cubierto con una pátina de color marrón, montado en un brazalete del mismo material de sección cilíndrica con similar pátina.

Su anverso es dorsal del Tipo IV de Vercoutter, con tórax y élitros esquemáticos bien definidos. Sin perforación longitudinal ni indicación de las patas del insecto, pero con insinuación de una banda estrecha que simula un cabujón oval, motivo característico de los escarabeos montados en anillos giratorios. Estas bandas terminan apéndices con perforaciones que permiten el movimiento del brazalete.

El reverso es anepígrafo.

Cronología: Siglo V a. C., por su semejanza con las piezas similares de Favela Nova (*vid. infra*, n.º. 18) y la de Fonte Santa 4 (*vid. infra*, n.º. 5).

Comentario: Escarabeo recuperado en la necrópolis de la Segunda Edad del Hierro de Santa Ana (Ourique, Portugal).

Paralelos: Se conocen escarabeos montados en anillos y anillas de distintos tamaños que colgaban del pecho, pero este escarabeo montado en un brazalete es una excepción en el Occidente de Europa, por lo que tanto puede tratarse de una producción local de tipo pseudoegipcia, que es lo que parece más probable, sin que tampoco se pueda descartar un origen egipcio.

Bibliografía: BEIRÃO, 1986, p. 71; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 165-166.

5. Fonte Santa 4

Lugar de conservación: Se da como probable su depósito en el Museo Nacional de Arqueología, de Lisboa, sin que la pieza haya sido localizada en dicha Institución.

Dimensiones: Diámetro máximo del brazalete: 6,5 cm; Longitud del escarabeo 0,6 cm.

Descripción: Escarabeo de bronce con pátina de color azulado montado en un brazalete del mismo material de sección cilíndrica con similar pátina.

Su anverso ofrece un dorsal del tipo IV de VERCOUTTER, con tórax y élitros esquemáticos bien definidos. Sin perforación longitudinal ni indicación de las patas del insecto.

El reverso aparece sin decoración por efecto de la erosión.

Cronología: Siglo V a. C. establecida a través de paralelos con una pieza similar de Favela Nova (Favela Nova 33.01) y otra de Fonte Santa (Fonte Santa 34.01).

Comentario: Escarabeo recuperado en la necrópolis de la Segunda Edad del Hierro de Santa Ana (Ourique, Portugal). Sus paralelos más cercanos es una pieza de de Favela Nova (*vid. infra*, n.º. 18) y otra de Fonte Santa (*vid. supra*, n.º. 4).

Paralelos: Similar, aunque de menor tamaño, a la pieza Fonte Santa 34.03 y como éste, parece tratarse de un escarabeo probablemente de tipo pseudoegipcio, aunque sea difícil determinar el centro de fabricación de esta pieza y la anterior.

Bibliografía: BEIRÃO, 1986, p. 71; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 166.

Corte Margarida, Aljustrel, Beja, Baixo Alentejo

6. Corte Margarida 1 – Fig. 3

Lugar de conservación: ¿?

Dimensiones: Long.: ¿?; anch.: ¿?; H.: ¿?.

Descripción: Escarabeo de materia prima aún no identificada, pero probablemente de pasta, aunque también pudiera tratarse de una piedra blanca, como mármol.

El anverso ofrece un esquema dorsal con el tórax bien marcado mediante una línea profunda con los élitros bien definidos, del tipo IVa de VERCOUTTER.

El reverso, enmarcado en una línea oval profunda, está organizado como un cartucho real con el nombre del faraón *Pedubastis* dispuesto en sentido vertical.



Fig. 3 – Escarabeo de Corte Margarida 1.

Cronología: La cronología de la pieza se ha considerado similar a la de la sepultura en que apareció, que se sitúa entre mediados del siglo VI y finales del V a.C.

Comentario : Escarabeo de materia prima desconocida, aunque parece ser de pasta. La pieza fue hallada en la tumba 2, de esta necrópolis, una sepultura de tipo cista, donde posiblemente formaba parte de un collar en el que se integrarían las cuentas de pasta vítrea también halladas en la misma tumba. Junto a estos materiales se hallaron también dos figuritas ornitomorfas de cerámica (DEUS & CORREIA, 2005, p. 616-617, fig. 3) similares a las halladas en la tumba 2 del sector B de la necrópolis de Chada (BEIRÃO, 1986, fig. 32).

Paralelos: La inscripción que aparece en el reverso se ha leído como el nombre de *Pedubastis*. Una inscripción idéntica, aunque menos cuidada, aparece en otro escarabeo hallado en la cercana necrópolis de Monte do Mealha Nova (*vid. supra*, n.º. 1 con el resto de los paralelos).

Bibliografía: DEUS & CORREIA, 2005, p. 616-617, fig. 3.

Necrópolis de Pardieiro, Odemira

7. Pardieiro 1

Lugar de conservación: ¿?.

Dimensiones: Long.: ¿?; anch.: ¿?. Grosor: ¿?

Descripción: Engarce de bronce para un anillo basculante, probablemente destinado a un escarabeo que no se ha conservado y del que no se especifican ni sus dimensiones ni sus características.

Cronología: La necrópolis se ha fechado en los siglos VI-V a.C., cronología que puede atribuirse a la tumba 1 a partir de las cuentas oculadas de pasta negras y blancas halladas en la misma, pudiendo la cuenta de cornalina y la de ámbar también halladas en esta tumba ofrecer una cronología algo más antigua, aunque no necesariamente, como sostiene BEIRÃO (1990, p. 118), que la fecha en el siglo VII a.C., aunque sin argumentos sólidos.

Comentario: Apareció en la sepultura 1 de la mencionada necrópolis, que contenía un rico ajuar formado por cuentas de collar de oro, cornalina, ámbar y pasta vítrea oculadas, siendo además la tumba de la que presumiblemente provenía la estela epigrafiada tartésica de Pardieiro I (BEIRÃO, 1990, p. 111).

Bibliografía: BEIRÃO, 1990, p. 111; TORRES, 1999, p. 121.

Gaio, Sines

8. Herdade do Gaio 1 – Fig. 4

Lugar de conservación : Museo Arqueológico de Sines (Portugal).

Dimensiones : Long.: 1,4 cm; anch.: 0,9 cm, sin más especificaciones.

Descripción : Escarabeo de pasta vidriada blanca oscurecida y con restos de color verde azulado en buen estado de conservación. Está montado en un cabujón de plata con los agujeros para ser engastado en un anillo como pieza giratoria (fig. 4, a-b).

El anverso es de Tipo VI de NEWBERRY y VI, 12 de FEGHALI GORTON (1996, p. 153), con el tórax y los élitros bien definidos y una “V” en cada ala. Tanto las patas del insecto como su perforación longitudinal están ocultas por la montura.

En el reverso aparece grabada la diosa *Tueris* en forma de hipopótamo hembra embarazada. Adelanta una pierna en ademán de avanzar hacia la derecha y el brazo izquierdo se yergue hacia un cartucho real con el *praenomen* de Tutmosis III, *Menkheperre*. La imagen queda encuadrada entre un signo *nb* en la parte inferior y un *udjat* en la superior mirando hacia la derecha.

Cronología : Su tipología egipcia es originaria de la XVIII dinastía, pero se trata de un producto de Baja Época, por lo que esta pieza se debe fechar entre los siglos VII y VI a.C., cronología que coincide con la atribuida a otros objetos aparecidos en la misma necrópolis, aunque su fecha de amortización puede fijarse a fines del siglo VI a.C. a causa de su posible asociación a un anforisco y numerosas cuentas oculadas de pasta vítrea (COSTA, 1966, p. 531, figs. 3 y 6; *id.*, 1974).

Comentario : El escarabeo se recuperó mediante cribado de tierras removidas en una necrópolis situada en unas fincas al sudeste de la población de Sines (Portugal) entre los años 1966 y 1967. En varias fincas aparecieron diversos objetos de adorno y joyería en metales preciosos y vidrio. Entre estos se recuperó este escarabeo en la Campaña de 1967.

Paralelos : Se trata de un escarabeo egipcio, tipo VI de FEGHALI GORTON (1996, p. 20, n.º. 12 y 153). Escarabeos con el *praenomen* de Tutmosis III son abundantes en Egipto y también en Palestina, Cartago y Cerdeña (*cf.* JAEGER, 1982). Igualmente, se han hallado ejemplares de la vertiente atlántica de la Península Ibérica, en la necrópolis de Cruz del Negro (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 114-115, n.º. 16.01), el Puerto de Santa María (*id.*, 83-84, lám I, n.º. 4.01 y IX, n.º. 04.01), el Carambolo (FERNÁNDEZ FLORES & RODRIGUEZ AZOGUE, 2007, p. 207, lám. 10), Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 2008a, p. 388 s., fig. 515) y Porto do Sabugueiro (*vid. infra*, n.º. 16 y 17), ya en Portugal. *Tueris* aparece frecuentemente en los reversos de escarabeos egipcios repartidos por todo el Mediterráneo y también aparece representada en amuletos en la zona más occidental de Mediterráneo, como uno del Castillo de Doña Blanca (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 83, n.º. 03.03) y otro de Cádiz (*id.*, 60-61, n.º. 02.53).

Bibliografía : COSTA, 1974, p. 14; GAMER-WALLERT, 1978, p. 109-110, fig. 36, lám. 28, i-j; BEIRÃO, 1986, p. 42, lám. III, 3-4; FEGHALI GORTON, 1996, p. 153 s.; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 167-168, lám. II, n.º. 35.01 y X, n.º. 35.01).



Fig. 4 – Escarabeo de Gaio 1 (según GAMER-WALLERT).

Alcácer do Sal. Olival do Senhor dos Mártires

9. Alcácer do Sal 1 – Fig. 5

Lugar de conservación : Museu Didáctico do Instituto de Arqueologia FLUC. Coimbra (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 170).

Dimensiones : Long.: 3,7 cm; anch.: 3,4 cm; H.: 0,7 cm. Incluye la montura de plata.

Descripción : Escarabeo de pasta vítrea montado en un cabujón oval de plata giratoria engarzada en un anillo que no se ha conservado. Corresponde al tipo XIVB de FEGHALI GORTON (1996, p. 40 s.) y presenta un esquema dorsal de tipo IVb de VERCOUTTER, con tórax marcado mediante doble línea y elitros bien definidos (fig. 5, a-c).

El reverso, encuadrado entre un disco solar alado en la parte superior y un signo *nb* en la inferior, aparece el nombre de Horus de Psamético I, *Wahibre* (663-609 a.C.). Éste está señalado por la representación de un halcón precedido de un úreo, ambos mirando hacia la derecha, que preceden a su vez a una divinidad femenina en pie con cabeza de felino, muy probablemente *Sekhmet*, que sostiene un cetro *uas* en la mano izquierda y en la derecha el signo *ankh*.

Cronología : La aparición del nombre del faraón Psamético I permite fechar esta pieza c. 663-609 a.C. o quizá algo después, aunque se debe suponer un lapso de tiempo para su llegada a la Península Ibérica y su deposición en la tumba en la que se halló.

Comentario : Hallado en las excavaciones de Vergilio CORREIA (1925) en la década de los años 20 del siglo XX a 1,60 m de profundidad en un estrato no violado de terreno arcilloso con restos de cenizas y pequeños huesos humanos arcilloso (PAIXÃO, 1971, p. 309). Dado que no se hace mención a ningún otro elemento de ajuar funerario, sólo puede precisarse su cronología *post quem* a partir del nombre del faraón que porta (*vid. supra*). Vercutter apunta la posible producción naucratíca de esta pieza (PAIXÃO, 1971, p. 311).

Paralelos : Piezas similares han aparecido en Cartago (VERCOUTTER, 1945, p. 200) y otro escarabeo con el nombre de Psamético I, pero no con el nombre de Horus, proceden de Can Canyis (FERNÁNDEZ & PADRÓ, 1982, p. 25-28, n.º 2). Se trata de una pieza cuyos motivos recuerdan los del tipo XIVB de FEGHALI GORTON (1996, p. 40 s.), aunque sea de mayor tamaño que el que indica este autor para el tipo. FEGHALI GORTON (1996, p. 49-86, n.º 2) lo incluye en su tipo XXVIB, aunque su esquema decorativo y tamaño no coinciden con el mismo.

Este escarabeo es de carácter epigráfico con nombre de un faraón. Está concebido como si fuera un cartucho real protegido en su parte superior por el Disco solar alado, como representación de la divinidad solar en su carácter protector, en especial, del rey. Este símbolo solar alado tenía muchas veces carácter femenino como simplificación iconográfica de Astart, como divinidad guerrera, solar y psicopompa (ALMAGRO-GORBEA, 2008, p. 419 s.), siendo una de las representaciones mejor documentadas y más características del mundo tartésico, pues aparece en marfiles (*ibidem*, especialmente fig. 540) y en bronce (JIMÉNEZ ÁVILA, 2002, p. 294 s.).

El Halcón era el animal simbólico de Horus-Ra, cuyos ojos eran el sol y la luna, por lo que se solía representar con el disco solar encima. Por consiguiente, el Halcón representaba a Horus, dios de la luz y la resurrección (KEEL & UHLINGER, 1998, p. 378 s., fig. 363-364), tema no sólo perfectamente comprensible en el ámbito fenicio, sino que refleja un creciente influjo egipcizante en Tartessos a partir del siglo VII a.C., que queda bien documentado en la Extremadura española, en la que han aparecido 2 escarabeos con este mismo motivo, que representa un 5% de las piezas halladas (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.).

El *uraeus* es un símbolo de origen egipcio (MARTIN, 1986), que en el ámbito hispano-fenicio aparece representado en un peine de Samos (FREYER-SCHAUENBURG, 1966, p. 11 y 104, lám. 29 a; *id.* 1966a, p. 95, lám. 17; AUBET, 1978, p. 65-66, fig. 9, lám. XII A-B) y en algunas placas ebúrneas de Medellín en las que aparece asociado al *udja* (ALMAGRO-GORBEA, 2008, p. 470 s., fig. 561, 580-585). Este motivo se generalizó por Fenicia y Palestina a partir del siglo VIII a.C. como elemento protector en un contexto de exaltación de la monarquía asociada a una divinidad solar (KEEL & UHLINGER, 1992, n.º. 246-248, 255, 259b, 273-274), adoptando prototipos egipcios de la dinastía XVIII.

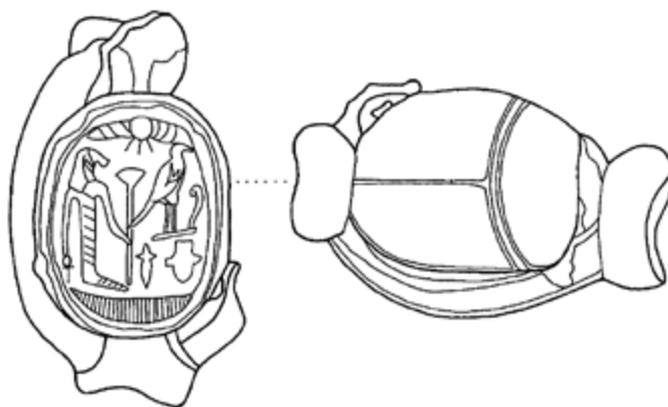


Fig. 5 - Escarabeo de Alcácer do Sal 1 (según GAMER-WALLERT & PAIXÃO, 1983, Fig. 2, n.º 1).

Bibliografía : CORREIA, 1925; BOSCH GIMPERA, 1932, p. 265, fig. 236; GARCÍA & BELLIDO, 1942, p. 215-216; COSTA ARTHUR, 1952, p. 380, fig. 13; PAIXÃO, 1971, p. 309-311, lám. 1; PADRÓ, 1976-78, p. 488; GAMER-WALLERT, 1978, p. 104, lám. 28, a-b; GAMER-WALLERT & PAIXÃO, 1983, p. 269 s., fig. 2, 1; FEGHALI GORTON, 1996, p. 49-86, n.º. 2; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 170-171.

10. Alcácer do Sal 2 – Fig. 6

Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171).

Dimensiones: Long.: 1,15 cm; anch.: 0,82 cm; H.: 0,60 cm.

Descripción : Escarabeo de espinela (Mg Al₂O₄) con un pequeño porcentaje de piroxeno. Presenta perforación longitudinal y corresponde al tipo XVI de FEGHALI GORTON (1996, p. 48 s. y 154) con un esquema dorsal de tipo VERCOUTTER IVc (fig. 6, a-c).

En el reverso aparece representada una esfinge mirando hacia la derecha apoyada sobre las patas traseras y con las delanteras alzadas, estando flanqueada a su derecha por una pluma *maat*, esquema característico de los escarabeos de tipo XVI de FEGHALI GORTON (1996, p. 48), que los considera fabricados en Occidente del Mediterráneo.

Cronología : La tipología de la tumba F11 en que fue hallado puede colocarse en los tres últimos cuartos del siglo VI a.C., ya que se halló en una tumba de cremación excavada en la roca de dicha necrópolis, a la que atribuimos una fecha del siglo VI a.C. (*vid. infra*), en consonancia con la fecha que le atribuye GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 171).

Comentario : El escarabeo fue hallado entre las cenizas de la tumba F11, una sepultura de cremación excavada en la roca cuyo ajuar funerario estaba constituido por un broche de cinturón, una ajorca con doce colgantes, una fíbula de bronce, tres puntas de lanza de hierro y un cuchillo afalcatado (PAIXÃO, 1971 p. 311). A expensas de conocer la tipología de la fíbula y del broche de cinturón, seguimos la proposición de ARRUDA (2002, p. 76) de que Paixão excavó principalmente fosas de cremación, por lo que sugerimos una cronología a partir del segundo cuarto del siglo VI a.C. en adelante.

Paralelos : La composición que presenta esta pieza con la esfinge tumbada y la pluma podría tratarse de una simplificación, sin el disco solar, del praenomen de Amenofis III, como en un escarabeo de pasta porosa de la necrópolis de Amatunte (FORGEAU, 1973, p. 145), que compara con otra pieza similar de Cartago que ofrece un león en vez de una esfinge (VERCOUTTER, 1945, p. 202, n.º. 480). Esta iconografía y con un estilo muy parecido está ampliamente documentada en Egipto, principalmente en el taller de Náucratis (UBERTI, 1975; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171), con el que ya lo relacionó PAIXÃO (1971, p. 314) en función de sus paralelos en Cartago y Cerdeña, y también aparece en una pieza de Perachora sin contexto del tipo XXXIIIC de FEGHALI GORTON, quien lo atribuya a Náucratis (1996, p. 120, n.º. 2). Sin embargo, FEGHALI GORTON (1996, p. 48-50) considera este ejemplar de Alcácer do Sal 2 salido de un taller púnico de Cartago o de Tharros, pues sus paralelos aparecen en Cerdeña y Cartago, por ejemplo, en la tumba 160 de Dermesh I, fechada en la segunda mitad del

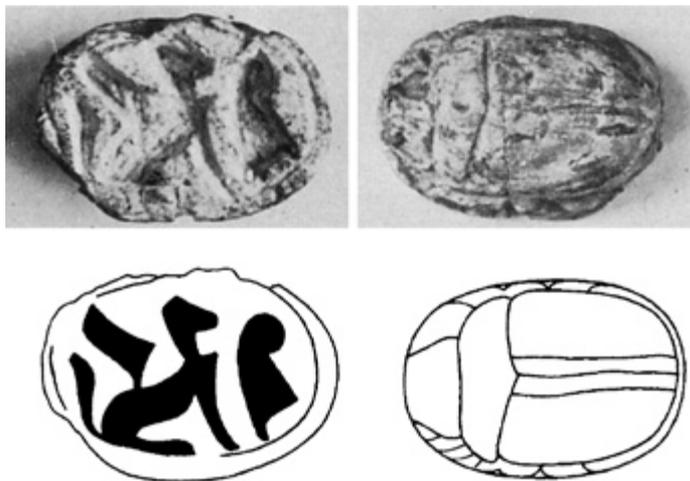


Fig. 6 – Escarabeo de Alcácer do Sal 2 (según GAMER-WALLERT, 1978).

siglo VI a.C., aunque también en la necrópolis de Dahr el Morali, cuyas tumbas se fechan en su mayoría en el siglo IV a.C. A pesar de esta opinión, el profundo grabado de las figuras de esta pieza es característico de Náucratis (FEGHALI GORTON, 1996, fig. 20-23) y, aunque la esfinge es distinta de las que aparecen en los ejemplares publicados por PETRIE (1886, lám. 37, n.º. 20-31, 78; GRIFFITH, 1888, lám. 18, n.º. 16, 55, 57, 60-62) y tampoco se ha documentado la asociación esfinge-pluma de este ejemplar, su composición es muy similar a algunas piezas naucráticas (*id.*, lám. 37, n.º. 23, 83; lám. 38, n.º. 175, 182; GRIFFITH, 1888, lám. 18, n.º. 42), en especial a un sello prismático con león y pluma en la misma disposición (*id.*, lám. 38, n.º. 158), lo que permite suponer que ha salido de un taller de Náucratis y, se fecha, por tanto, en el siglo VI a.C.

Desde una perspectiva iconográfica, la Esfinge, como el Grifo, era un animal mítico protector de la divinidad, en especial de la diosa Astart, lo que permite comprender su frecuente representación en escarabeos y también en marfiles, en los que también suele aparecer tumbada (AUBET, 1982, fig. 9; LE MEAUX, 2003; ALMAGRO-GORBEA, 2008a, p. 461 s., fig. 560), como en este escarabeo, y, como otros animales divinos, también pasó a tener connotaciones regias, como animal protector del faraón y, por extensión, del monarca. La pluma de avestruz, que en este escarabeo parece estar protegida por la esfinge, era símbolo del poder cósmico, asociada a diversas divinidades, entre ellas a la diosa *Maat* (HELCK, 1980, p. 1122), divinidad egipcia del orden cósmico y del peso de las ánimas en su paso al Más Allá (HELCK, 1980), por lo que el motivo parece encerrar un significado escatológico.

Bibliografía : PAIXÃO, 1971, p. 311-312, lám. II; GAMER-WALLERT, 1978, p. 106-107, lám. 28, c-d; FEGHALI GORTON, 1996, p. 49-50, n.º. 7 y 154; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171, lám. II, n.º. 36.02 y X, n.º. 36.02.

11. Alcácer do Sal 3 – Fig. 7

Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171).

Dimensiones: Long.: 1,50 cm; anch.: 1,20 cm; H.: 0,89 cm.

Descripción: Escarabeo de esteatita vidriada verde con esquema dorsal de tipo Vercoutter IV con protórax marcado por una línea recta y los elitros señalados mediante una incisión.

En el reverso aparece representado un motivo que puede interpretarse como una palmera flanqueada a ambos lados por dos personajes zoomorfos, identificados como simios (o grifos?), erguidos sobre sus patas traseras y que parecen tocar el árbol, que debe interpretarse como el Árbol de la Vida. La base presenta una fina orla oval que rodea toda la composición.

Cronología: La tipología de la tumba 22/80 en que fue hallado, es una fosa de cremación con canal central, tipo 4 de CORREIA (1928, p. 13-14), que es habitual en necrópolis fenicias y orientalizantes del siglo VI a.C. (TORRES, 1999, p. 131 s.), más concretamente a partir del segundo cuarto o mediados de dicha centuria. Tanto el tipo de estructura como el ajuar funerario confirman la fecha de los siglos VII-VI a.C. que le atribuye GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 173).

Comentario: El ajuar funerario está compuesto además por una ajorca con seis colgantes de tipo de sanguijuela, dos puntas de lanza de hierro y un cuchillo afalcatado, siendo muy similar al de la tumba anterior y, como en ella, indicaría que perteneció a un guerrero.



Fig. 7 – Escarabeo de Alcácer do Sal 3 (según PAIXÃO, 1983, Fig. 6).

Paralelos : El tema del árbol flanqueado por dos figuras es muy frecuente en Oriente y está bien documentado en escarabeos desde fechas muy antiguas (KEEL, 1990), alguna de las cuales ofrece ya el esquema de esta pieza, como el escarabeo de Geser en que el Árbol de la Vida en forma de palmera aparece flanqueado por dos divinidades que lo adoran (*id.* n.º. 37), una con cabeza de halcón y otra de cocodrilo o el sello de Acre de la Edad del Hierro III, del siglo VI a.C. (KEEL & UEHLINGER, 1998, p. 377-378, fig. 362), cronología que coincide con la de esta pieza, que ofrece un Árbol de la Vida rematado en una palmeta y coronado con el disco solar alado, pero flanqueado por cabras rampantes. Tipos iconográficos parecidos se han hallado en Náucratis (GRIFFITH, 1888, lám. 18, n.º. 63). FEGHALI GORTON (1996, p. 58, n.º. 18) y GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 173) recogen una pieza de Cartago (VERCOUTTER, 1945, p. 128, n.º. 139) iconografía similar a la de Alcácer, aunque en ésta los monos aparecen en disposición de trepar por el árbol, que en este caso es claramente una palmera. FEGHALI GORTON (1996, p. 58, n.º. 18) incluye dicho paralelo en su tipo XXC, que considera de taller chipriota, cuyos productos se habrían exportado durante el siglo VI a.C. (*id.*, 60), a pesar de que aparecen en algunas tumbas de Cartago que se fecharían mejor en el siglo VII a.C. Por otra parte, el estilo de la pieza de Alcácer do Sal 3 parece menos elaborado que dicho paralelo chipriota y la postura de los animales es distinta, por lo que no se puede excluir que sea una imitación del Mediterráneo Occidental, cuya fecha sí puede corresponder al siglo VI a.C., momento álgido de este motivo.

GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 173) apunta que los monos fueron muy populares en Egipto, documentándose en diversos contextos, aunque señala que su simbolismo exacto no es bien conocido. Sin embargo, el motivo de la palmera es bien conocido en Egipto (GAMER-WALLERT, 1962) y su disposición con dos simios en estructura heráldica indicaría que se trata de una representación oriental, probablemente fenicia más que egipcia, del Árbol de la Vida entre sus animales protectores, lo que plantea la duda de si en realidad no se trataría de dos grifos.

El Árbol de la Vida es uno de los motivos más recurrentes de la iconografía orientalizante, cuyos paralelos y significado son bien conocidos. En este caso, dicho árbol aparece protegido, en vez de por esfinges o grifos, que es lo habitual como en el escarabeo de Aliseda (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008 e.p.: n.º. 17), por simios, si realmente se trata de este animal, cuyo significado es difícil precisar (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 173). Sin embargo, quizás se puedan relacionar con el dios *Thot, dyehuty* en egipcio, nombre que llevaron diversos faraones de la XVIII dinastía (*Dyehuty-mose*, “engendrado por *Dyehuty*”), denominados como Tutmosis al helenizarse el nombre, que frecuentemente aparece en escarabeos. Esta divinidad era adorada en Hermópolis en el Bajo Egipto y se la representaba con cabeza de ibis, pero también en forma de babuino (KURTH, 1986), lo que pudiera explicar el origen de la iconografía de esta pieza, que probablemente refleja un sincretismo fenicio relacionado con el Árbol de la Vida. *Thot* era el dios de la sabiduría y de los inventores y el protector de la escritura y de los textos sagrados que permitían que los muertos se convirtieran en espíritu para pasar al Más Allá, así como también fue el dios del calendario, ya que, en la mitología egipcia, era símbolo de la Luna, lo que pudo relacionarlo con Astarte y el Árbol de la Vida en las creencias fenicias.

Bibliografía: PAIXÃO, 1981, p. 230-235, lám. 16; 1983, p. 283, fig. 6; GAMER-WALLERT, 1982, p. 96 s.; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 172-173, lám. II, n.º. 36.03, X, n.º. 36.03.

12. Alcácer do Sal 4 – Fig. 8

Lugar de conservación : Museu Nacional de Arqueologia (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171).

Dimensiones : Long.: 1,90 cm; anch.: 1,40 cm; H.: 1,10 cm.

Descripción : Escarabeo de cuarzo negro con perforación longitudinal y esquema dorsal de tipo IVb de VERCOUTTER, con tórax y elitros bien marcados mediante una doble línea.

En el reverso aparece representado una leona de muy buen arte apoyada en los cuartos traseros con el cuerpo orientado hacia la derecha y la cara mirando al frente sobre el signo jeroglífico *nb*. A su izquierda, sobre el lomo, aparece un ureo mirando en la misma dirección tocado con la Corona Blanca, mientras que a su derecha se observa un tallo de papiro muy esquemático. La composición esta rodeada por un ovalo definido mediante una profunda incisión (Fig. 8).

Cronología : La iconografía representada permite fechar esta pieza en los siglos V-IV a.C.

Comentario : Este escarabeo ofrece una iconografía orientalizante característica del mundo fenopúnico. El ureo, en este caso tocado con la Corona Blanca (SEEBER, 1980), procede de la mitología solar egipcia y era un elemento protector de faraón, mientras que el papiro debe aludir a la fecundidad (*vid. supra*, n.º 9). El león era símbolo de Astart y del faraón y por extensión de todos los monarcas del Oriente (ALMAGRO-GORBEA, 2008, p. 430 s., 506 s.). Sin embargo, la representación de la leona de este escarabeo de Alcácer do Sal resulta más rara y quizás deba relacionarse con la diosa *Sechmet*, normalmente representada con cabeza leonina como divinidad de la guerra, función que en el mundo fenopúnico tenía la diosa Astart, de la que el león era igualmente su animal simbólico.

Paralelos : Esta pieza, probablemente, es una producción pseudoegipcia de Cerdeña, mejor que de Cartago, donde VERCOUTTER (1945, n.º 23 y 540-541) recoge diversos paralelos que relacionó con los escarabeos de jaspe verde muy oscuro casi negro hallados en Cerdeña (PAIXÃO, 1971, p. 312), lo que viene a confirmar la cronología propuesta por GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 174). En este sentido, de la necrópolis de Tharros procede un escarabeo atribuido a un taller local prácticamente idéntico a éste fabricado en jaspe verde, aunque en este caso el *uraeus* con la doble corona se sitúa ante el león, como es lo habitual en las piezas con esta iconografía (WALTERS, 1926, lám. V, n.º 280; ACQUARO, 1975, p. 53-55, lám. XXIV, B3).

Bibliografía: PAIXÃO, 1971, p. 312-313, lám. 3; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 173-174, láms. II, n.º 36.04 y X, n.º 36.04.



Fig. 8 – Escarabeo de Alcácer do Sal 4 (según BARATA, 2007, coord.).

13. Alcácer do Sal 5

Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 171).

Dimensiones: Long.: 1,80 cm; Anch.: 1,32 cm; H.: 1,00 cm.

Descripción: Escarabeo de ágata casi negra con vetas transversales blancas y con una perforación longitudinal. Esquema dorsal de tipo IVb de VERCOUTTER, con tórax marcado mediante doble línea y elitros bien definidos.

En su reverso, GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 175) adivina la presencia de un disco solar alado bajo el cual aparece otra representación del disco solar sobre un creciente lunar. En el extremo inferior parece haberse inscrito el signo jeroglífico *nb*, sobre el que se habrían representado tres personajes, el central coronado por un disco solar y los laterales, tocados con la corona del alto Egipto, con los brazos elevados en alto en actitud de adoración. La composición esta rodeada por un ovalo definido mediante una profunda incisión.

Cronología: La pieza carece de un contexto arqueológico preciso, ya que se halló entre las tierras revueltas superficiales sobre la sepultura F11. Ésta última tumba puede fecharse en el siglo VI a.C., lo que pudiera proporcionar una fecha *post quem* para este escarabeo a lo largo del siglo V a.C. o incluso algo después (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 174), aunque también pudiera proceder de una tumba anterior destruida.

Paralelos: Escarabeos con tríadas son relativamente frecuentes (NEWBERRY, 1906, n.º 373888; VERCOUTTER, 1945, n.º 408; MATTHIAE SCANDONE, 1975, p. 50-51, n.º. D27, lám. XII, n.º. D27; FERNÁNDEZ & PADRÓ, 1982, n.º. 20; BOARDMAN, 1984, p. 34, lám. II, 7; RIDDER, 1911, n.º. 2746).

El disco solar asociado al creciente lunar tiene un significado cosmológico bien documentado en algunas joyas fenicias características del Mediterráneo Occidental (CULICAN, 1968, p. 33 s.; *id.* 1986, p. 286 s.; PISANO, 1975; QUILLARD, 1979, p. 66 s.), alguna de ellas de fabricación tartésica (ALMAGRO-GORBEA, 2008b, p. 375 s.) y también aparece en algún marfil hispano (AUBET, 1982, fig. 12). Su claro símbolo cosmológico explicaría su frecuente aparición en escarabeos y joyas fenicias, en los que ya se documenta desde el Hierro IIC de Palestina (720-600 a.C.), donde se ha interpretado como reflejo del paso de creencias en una divinidad solar, el “Señor del Sol”, a una celeste, el “Señor de los Cielos” (KEEL & ÜHLINGER, 1992, p. 336 s.). Igualmente, se ha planteado recientemente que este elemento iconográfico era utilizado por varias divinidades y que probablemente se usaba para señalar que el dios o la diosa al que se asociaba era la cabeza del panteón (ORNAN, 2005, p. 234-235).

Bibliografía: PAIXÃO, 1971, p. 313, lám. 2; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 173-174, láms. II, n.º. 36.04 y X, n.º. 36.04.

14. Alcácer do Sal 6

Lugar de conservación: Desconocido. En 1952 en manos de la viuda del Prof. Dr. Francisco Gentil.

Dimensiones: Long.: ¿?; Anch.: ¿?; H.: ¿?.

Descripción: Anillo de plata en forma de creciente con chatón giratorio en el que debió engastarse un escarabeo que no se ha conservado. No se conservan referencias acerca de sus dimensiones y otras características técnicas.

Cronología: Al no existir referencias de su contexto arqueológico, esta pieza debe fecharse a partir de su tipología y de la cronología de la necrópolis entre mediados del siglo VII y fines del V a.C.

Paralelos: Este tipo de piezas, fabricadas tanto en plata como en bronce, es relativamente habitual en las necrópolis fenicias y orientalizantes de la Península Ibérica, pudiéndose traer a colación el escarabeo de Alcácer do Sal 1 (*vid. supra*), montado en un chatón también de plata que debió montarse en un anillo de estas características, y, ya en la Extremadura española, las dos piezas que no conservan el escarabeo de Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 2008c, p. 390).

Bibliografía: COSTA ARTHUR, 1952, p. 379, fig. 3, a.

Quinta do Almaraz, Cacilhas, Almada

15. Quinta do Almaraz 1 – Fig. 9

Lugar de conservación: Museu Municipal de Almada.

Dimensiones: Long.: 2,1 cm; Anch.: 1,5 cm; H.: 1,0 cm. (a partir de la figura publicada).

Descripción: Escarabeo de fayenza con esquema dorsal del tipo 5 de NEWBERRY (1906), del primer cuarto del siglo VI a.C. con perforación longitudinal (Fig. 9).

En el reverso se ha representado el clásico motivo egipcio y egiptizante del toro o la vaca pastando. El animal está mirando hacia la izquierda y se dispone a alimentarse con una flor de loto representada bajo su cabeza. Sobre el dorso parece existir otro signo que no puede ser distinguido a partir de la publicación de la pieza, pero que a partir de otros escarabeos de similar iconografía debe ser el signo *nfr*, si no se trata de un signo solar, que también sería posible.

Cronología: Siglo VII-VI a.C. La pieza procede del relleno del foso defensivo del poblado de Quinta do Almaraz (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993), uno de los asentamientos de época orientalizante más importantes de Portugal, cuyo relleno se produjo a inicios del VI a.C. como queda atestigüado por un fragmento de un *aryballos* del Corintio Medio, c. 600-575 a.C. (CARDOSO, 2004, p. 227-229, fig. 173, 1-2), lo que da a este escarabeo una segura fecha *ante quem* al primer cuarto del siglo VI a.C., aunque también contiene materiales más recientes equiparables a la fase II de la necrópolis de Medellín.

Paralelos: La iconografía de este escarabeo ofrece paralelos en un escaraboide de la tumba 1 de Bet Shemesh (KEEL & ÜHLINGER, 1992, fig. 185, a) y la misma representación de un bóvido pastando frente a una flor de loto y con el signo *nfr* en horizontal sobre el lomo del animal se documenta en un escarabeo de la necrópolis cartaginesa de Douimes, hallado en un contexto de los siglos VII-VI a.C. (VERCOUTTER, 1945, p. 130, n.º. 148, pl. V: 148), donde existe otra pieza, en este caso sin la flor de loto ante el animal, de la misma procedencia y cronología (*ibidem*: p. 130, n.º. 147, pl. V: 147), que, por tanto, son contemporáneas a este escarabeo portugués.

El toro o la vaca, pues la talla del escarabeo no permite precisar este detalle, es un animal benigno, símbolo de fecundidad y riqueza, muy característico de la iconografía oriental, pero que pasó a ser el animal quizás más popular de la mitología tartésica (ALMAGRO-GORBEA, 2005). Los rebaños de toros eran una preciada propiedad de Astart, pues al estar el animal pastando flores de loto, tema muy repetido en la iconografía hispano-fenicia y tartésica (AUBET, 1978, fig. 8; *id.* 1978, fig. 4-5; ALMAGRO-GORBEA, 2008, p. 425 s., fig. 541), no parece que se trate de una representación del toro de Baal, que más bien se suele relacionar con símbolos celestes.

Se trata de un motivo frecuente de tradición egipcia, cuyo origen debe buscarse en las escenas de la vaca en el bosque de papiro o de la vaca pastando flores de loto características del arte egipcio, del que pasaron al repertorio fenicio (MARKOE, 1985, p. E8-E9 y E13). Este motivo del toro pastando flores de loto aparece frecuentemente representado en marfiles sirios de Nimrud desde el siglo IX a.C. (BARNETT, 1957, n.º. S137; MALLOWAN, 1966, n.º. 553; HERRMANN, 1986, lám. 176, 709-713; HERRMANN, 1989, lám. VIII, b y d; *id.*, 1992, ND 10593, lám. 82, 390), al parecer originario del Norte de Siria, cuya producción sitúa en Tell Halaf en el siglo IX a.C. (*id.* 105) y también fue usado en los cuencos de bronce fenicios y chipriotas (MARKOE, 1985, p. 54 s.; FALSONE, 1992; ALMAGRO-GORBEA, 2003), con precedentes en Levante desde la Edad del Bronce (SCHAEFFER, 1949, p. 1 s.).

Es un tema de los más difundidos en el repertorio iconográfico sirio-fenicio, pues el esquema del toro comiendo flores de loto se documenta por todo el Oriente desde Irán y Anatolia hasta Nubia, desde el Egeo a Italia y el extremo Occidente (ALMAGRO-GORBEA, 2003, fig. 18). El motivo se imitó también en cerámica chipriota (KARAGEORGHIS, 1965, fig. 1-5, 9-11; *id.* 1969, 150 s., 168 s.) e incluso en vasos protoáticos (BORELL, 1978) y aparece en un escaraboide de la tumba 1 de Bet Shemesh (KEEL & ÜHLINGER, 1992, fig. 185, a), en jarras cerámicas del Chipro-Arcaico I (KARAGEORGHIS, 1969, p. 150 s., p. 168 s.) y en marfiles de Nimrud, del grupo Flame and Frond (HERRMANN, 1992, ND 10593, lám. 82, 390; AA.VV. 1985, p. 402 s., n.º. 177), de donde debe proceder directamente el modelo del peine de Medellín. También un escaraboide hallado en la tumba 1 de Bet Shemesh muestra un toro pastando una flor de loto bajo el disco solar alado (KEEL & ÜHLINGER, 1992, p. 176-179, fig. 184-185a), lo que constituye el mejor precedente del escarabeo de Quinta do Almaraz.



Fig. 9 – Escarabeo de Quinta do Almaraz (según CARDOSO, 2004).

Este tema se cultivó también en Occidente, como evidencia la vaca pastando lotos en el peine ebúrneo de la Colina de Junon en Cartago (AUBET, 1978, p. 62-63), obra probablemente de producción hispano-fenicia, como el peine de Medellín, que ofrece una pareja de toros comiendo lotos como posible alusión a la naturaleza y probablemente relacionados con el ganado divino de la diosa Astart (ALMAGRO-GORBEA, 2008a, p. 425 s., fig. 541), por lo que dicha flor no debe verse como un elemento meramente decorativo, sino que hacen referencia al paisaje mítico en el que se sitúa la escena (*ibidem*), probablemente relacionado con un mito perdido sobre los Toros sagrados de Astart (ALMAGRO-GORBEA, 2005, p. 67 s.).

Bibliografía: CARDOSO, 2004, p. 228-229, fig. 173, 3.

Muge, Alenquer, Lisboa

16. Porto do Sabugueiro 1 – Fig. 10

Lugar de conservación: Museo Hipólito Cabaço, Alenquer.

Dimensiones: Long.: 1,55 cm; Anch.: 1,1 cm; H.: 0,8 cm.

Descripción: Escaraboide de pasta blanca oscurecida en buen estado de conservación que presenta perforación longitudinal. El anverso representa una cabeza humana esquemática, con los ojos triangulares, la boca rectangular y una nariz de grandes dimensiones. Está tocada con un casco o gorro reticulado en su parte superior, que supone la mitad de la pieza.

En el reverso ofrece un cartucho con el *praenomen* de Tutmosis III, *Menhkeperre* y, a su izquierda, aparecen dos ojos *oudja* superpuestos sobre un cesto *nb*.

Cronología: Siglos VII-VI a.C.

Comentario: Esta pieza se halló durante la realización de labores agrícolas junto a la orilla izquierda del río Tajo, no existiendo ninguna indicación acerca de su contexto arqueológico (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 176).

Paralelos: Escaraboides con dorso de cabeza humana, denominadas de ‘negroide’, se conocen en Palestina desde la Edad del Hierro I-IB, c. 1150-800 a.C. (KEEL, 1997, p. 532-533, n.º 4, 748-749, n.º 2), que siguen prototipos del Bronce Reciente originarios de la XVIII dinastía (*id.*, p. 530-531, n.º 3). El modelo de este escaraboide es muy conocido en Egipto, donde se fabricaron entre los siglos VII-VI a.C., varios de ellos con el *praenomen* de Tutmosis III (JAEGER, 1982, p. 115-116, fig. 284-286), siendo bastante frecuentes en Náucratis (PETRIE, 1886, lám. 37, n.º 9, 11, 14, 100, 133, 141, 142; GRIFFITH, 1888, lám. 18, n.º 59-61), donde han aparecido moldes para hacerlos en un taller situado frente al Templo de Afrodita (*id.*, lám. 38, n.º 8-11; GRIFFITH, 1888, lám. IV; FEGHALI GORTON, 1996, p. 177 s., fig. 35), cuyo estilo



Fig. 10 – Escarabeo de Porto do Sabugueiro 1 (según PEREIRA, 1975).

tosco no queda alejado del de esta pieza de Porto do Sabugueiro 1, lo que indicaría una fecha del siglo VI a.C. Piezas de estas características han aparecido también en Cartago (VERCOUTTER, 1945, p. 195-200, n.º. 450-467, lám. XIII, 450-467). FEGHALI GORTON (1996, p. 44-45, n.º. 36) recoge un ejemplar de la necrópolis de Dahr el Morali en su tipo XVA que considera de tipo fenicio, aunque aparecen en tumbas púnicas de los siglos V-IV a.C. (*id.*, 48). También se conocen igualmente algunos ejemplos en Cerdeña (MATTHIAE SCANDONE, 1975, p. 53-54, lám. XII, E4, 71, lám. XVIII, n.º. 45, 83, lám. XXIII, n.º. G16). En Mesas de Asta existe un paralelo en una colección particular, que se considera procedente de *Asta Regia*, Cádiz (GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 177).

El *udja* era un símbolo mágico originario de Egipto (CIAFALONI, 1992, lám. 4b-c), pues era el “Ojo de Horus” o el “Ojo de Ra”, el dios solar y de la luz, por lo que simbolizaba el Sol y la Luna. Por ello era el amuleto más empleado en Egipto (PETRIE, 1914, p. 32 s., 72, lám. 24-25; LEXA, 1925, I, 90; REISNER, 1958, n.º. 12855, 12905-12910, 13264, 13313-15; WILKINSON, 1971, lám. 19-20, 21B, 62B; MÜLLER-WINKLER, 1976; *id.* 1986; BRUNNER & BRUNNER, 1981, p. 152; FEUCHT, 1986, p. 158 s.; etc.). Significaba el “ser pleno” y aseguraba la integridad física al apartar el mal de ojo, pues tenía carácter apotropaico (BONNET, 1952, p. 854 s.; MÜLLER-WINKLER, 1976; *id.* 1986). Este motivo aparece en marfiles de Fort Salmasar (HERRMANN 1986, n.º. 977, 984-986; 1008; etc.) y Samaria (CROWFOOT & CROWFOOT, 1938, lám. 3, 2b; DECAMPS, 1954, lám. 11, n.º. 133; KEEL & ÜHLINGER, 1992, p. 294, n.º. 260), donde evidenciaría la asimilación de la divinidad solar en el sistema simbólico fenicio-palestino.

Tuvo un amplio uso en Oriente, donde pasó a ser el amuleto más difundido (HÖLBL, 1986, p. 21 s.; KEEL & ÜHLINGER, 1992, p. 294, n.º. 268; HACHMANN & PENER, 1999, p. 225, lám. 36, 8-11), hecho que explica su generalización por el Mediterráneo Occidental traído por los fenicios, pues también fue el amuleto más usado en Cartago (CINTAS, 1946, cuadro final; VERCOUTTER, 1945, p. 273, 276), Malta (HÖLBL, 1989, p. 63 s., n.º. 26-35) y en Cerdeña (ACQUARO, 1977, n.º. 208-447; HÖLBL, 1986, p. 100 s., 142 s., lám. 80-89) y en la Península Ibérica, también aparece el *udja* en la iconografía de algunas pla-cas de marfil (ALMAGRO-GORBEA, 2008a, p. 471 s.).

Bibliografía: PEREIRA, 1975, p. 174 s.; PADRÓ, 1976-78, p. 487-48; GAMER-WALLERT, 1978, p. 108-109, fig. 34; JAEGER, 1982, p. 115-116, fig. 283; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 176-177, lám. II, n.º. 37.01 y X, n.º. 37.01.

17. Porto do Sabugueiro 2 – Fig. 11

Lugar de conservación : Museo Hipólito Cabaço, Alenquer.

Dimensiones : Long.: 2,35 cm; Anch.: 1,25 cm; H.: 1,1 cm.

Descripción : Escarabeo de pasta que conserva restos de pintura negra y ha perdido el vidriado exterior, aunque presenta un buen estado de conservación.

Anverso de tipo IVa de VERCOUTTER, con tórax y élitros bien definidos y las patas laterales bien indicadas mediante incisiones.



Fig. 11 – Escarabeo de Porto do Sabugueiro 2 (según PEREIRA, 1975).

En el reverso se documenta un cartucho real con el *praenomen* de Tutmosis III *Menkheperre* sobre un signo *nb*. El cartucho está precedido por la imagen de una divinidad que puede ser identificada como el dios *Sobek*. Dicha divinidad viste una túnica hasta media pierna, presentando una pierna avanzada y el brazo derecho caído tras su cuerpo y el izquierdo levantado señalando el cartucho real, lo que sugiere una posición de marcha.

Cronología : Siglos VII-VI a.C.

Comentario : *vid.* pieza anterior.

Paralelos : GARCÍA MARTÍNEZ (2001, p. 178) cita abundantes paralelos en Egipto y en el Mediterráneo central, apareciendo tanto el dios *Seth* como el dios *Sobek* asociados al *praenomen* de Tutmosis III. También se conocen representaciones de *Sobek* en numerosas piezas de Egipto (NEWBERRY, 1906, p. 85, 120, lám. VII, 133, 185, lám. VII), e, incluso, en la Península Ibérica, en un escarabeo de Tortosa (PADRÓ, 1983, p. 98-99, lám. LII, n.º. 10.51).

Sobek era el dios cocodrilo, “Señor de las aguas”, que con carácter benéfico, se consideraba creador del Nilo y dios de la fertilidad, la vegetación y la vida, pero también podía tener carácter maligno y demoníaco asociado a *Seth*.

Bibliografía : PEREIRA, 1975, p. 174 s.; PADRÓ, 1976-78, p. 487-488; GAMER-WALLERT, 1978, p. 108-109, fig. 35; FEGHALI GORTON, 1996, p. 20, n.º. 13 y 154 (debe referirse a esta pieza, la única que cita, que adscribe al tipo egipcio clásico VI, 13); GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 177-178, lám. II, n.º. 37.02, X, n.º. 37.02.

Favela Nova, Ourique.

18. Favela Nova 1 – Fig. 12

Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia.

Dimensiones: Long.: 1,7 cm; Anch.: 0,8 cm; H.: 0,55 cm.

Descripción: Escarabeo de bronce con dorso del tipo VI de NEWBERRY con protórax y elitros marcados y una V sobre cada ala. El sello muestra una serie de motivos geométricos que pudieran recordar composiciones de época hicsa, pero que más bien parecen una mala imitación de un escarabeo con cuatro líneas de registro a base de sencillos motivos geométricos.

Cronología: Siglos VI-V a.C. De la tumba donde fue hallado esta pieza se recuperó carbón que sometido a análisis de carbono 14 arrojó el resultado de 2375±50 BP (JUDICE GAMITO, 1993, p. 132), que calibrada proporciona unos intervalos de 519-389 a.C. a un sigma y 750-686 a.C. (10,9%), 666-640 a.C. (3,1 %) y 593-365 a.C. (81,3 %), lo que coincide con la cronología arqueológica otorgada a la misma.

Comentario: Este escarabeo apareció asociado a otros objetos, entre los que destacan una anillo de

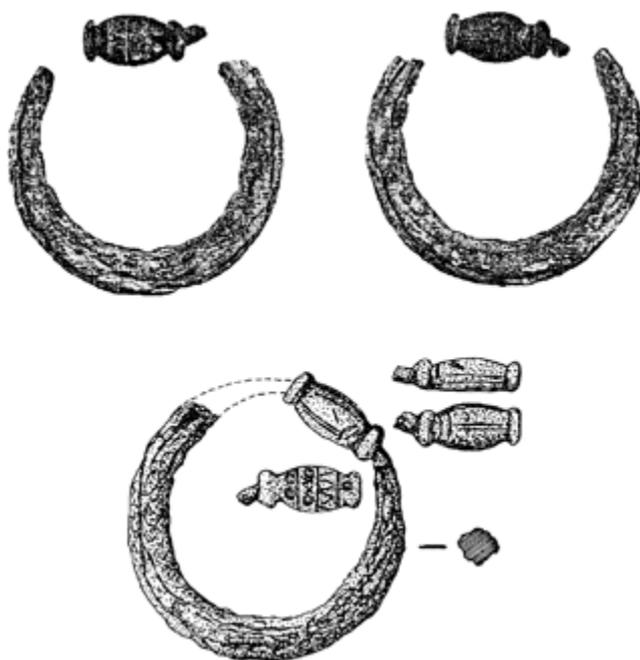


Fig. 12 – Escarabeo de Favela Nova 1 (según DIAS & COELHO, 1983).

plata que sostienen un cabujón sostenido por sendas volutas en el que se engastaría algún tipo de piedra y numerosas cuentas de collar de piedra, plata, ámbar y pasta vítrea, éstas últimas oculadas (DIAS & COELHO, 1983, p. 200-204), lo que sugiere para esta pieza una cronología a partir de la segunda mitad del siglo VI a.C. y a lo largo del V, como se propone en su publicación original (*ibidem*, p. 204).

Paralelos: Este tipo de piezas son muy raras, conociéndose únicamente en la Península Ibérica los escarabeos de Fonte Santa 3 y Fonte Santa 4, a los que remitimos para más información (*vid. supra*).

Bibliografía: COELHO, 1976, p. 210; DIAS & COELHO, 1983, p. 200, 202, fig. 1; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001, p. 161-162.

3. ESTUDIO DE CONJUNTO

El escarabeo como talismán mágico es originario de Egipto (NEWBERRY, 1906; PETRIE, 1914; BIANCHI, 1984) y es un objeto que tuvo una difusión muy amplia por todo el Mediterráneo durante el Periodo Orientalizante (FURTWÄNGLER, 1900; VERCOUTTER, 1945; HÖLBL, 1979; HÖLBL, 1986a; BARNETT & MENDLESON, eds., 1987; etc.), en especial a través de la actividad de los fenicios. Por ello, resulta característico de los asentamientos fenicios y púnicos de Occidente, desde Cartago (VERCOUTTER, 1945) a Cerdeña (MATTHIAE SCANDONE, 1975; HÖLB, 1986a; BARNETT & MENDLESON, eds., 1987; FEGHALI GORTON, 1996; etc.), Ibiza (FERNÁNDEZ GÓMEZ & PADRÓ, 1982; BOARDMAN, 1984) y la Península Ibérica (GAMER-WALLERT, 1978; PADRÓ, 1980-1995; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001) desde el siglo VIII al IV a.C., pero también aparece con relativa frecuencia en ambientes indígenas (*ibidem*), por lo que constituyen uno de los elementos más representativos del proceso de interacción y aculturación.

Desde esta perspectiva se ha concebido el proyecto de realizar un *Corpus de los Escarabeos Fenicios y Púnicos de la Península Ibérica* como parte del *Corpus des Antiquités Phéniciennes et Punique* que patrocina la *Union Académique Internationale*, a fin de avanzar en la línea de las recopilaciones realizadas hasta ahora de los objetos egipcios y egiptizantes hallados en la Península Ibérica (GAMER-WALLERT, 1978; PADRÓ, 1980-1995; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001). Para ello, ha parecido oportuno iniciar el estudio de los escarabeos por áreas culturales, puesto que permiten comprender mejor su contexto arqueológico y cultural y, al mismo tiempo, enriquecer nuestro conocimiento al aprovechar la información que estos objetos ofrecen sobre los procesos de contacto y aculturación entre los fenicios y las poblaciones indígenas con las que estaban en contacto.

En esta línea de trabajo, se ha abordado ya el estudio de los escarabeos en la Extremadura española (ALMAGRO-GORBEA, *et al.*, 2008, e.p.) y se han revisado el contexto en las tumbas y el significado de los escarabeos hallados en las necrópolis de la antigua *Baria*, Villaricos, Almería (ASTRUC, 1951; ALMAGRO & ALMAGRO-GORBEA, 2008). El siguiente conjunto a tratar con esta perspectiva debía ser el de los escarabeos hallados en Portugal, pues a pesar de ser un conjunto no muy numeroso, ya que se reduce a sólo 18 ejemplares, resultan poco conocidos, como evidencia el trabajo de FEGHALI GORTON, (1996, p. 153-154), que apenas recoge 5 ejemplares. Además, los escarabeos portugueses ofrecen singular interés al proceder de un ambiente arqueológico tan interesante como es el mundo atlántico del Sur de Portugal, que, por otra parte, plantea un tema muy atractivo en el actual estado de la cuestión, como es el de saber si quienes los utilizaron eran fenicios, tartesios o conios, una problemática de gran interés y actualidad (TORRES, 2005; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, p. 1047 s.), para la que estos objetos, por su significado económico y religioso no dejan de ofrecer datos significativos, al mismo tiempo que la comparación de las distintas características que ofrecen los escarabeos entre unas zonas y otras ayudan a comprender mejor las vías de difusión y su significado cultural.

El primer hecho a destacar es que los escarabeos hasta ahora hallados en Portugal son sólo 16, más otros dos no conservados pero documentados por los anillos en los que estaban ensartados, lo que sumaría 18. Pero a

efectos prácticos su número pueden considerarse reducido a sólo 13, si se descuentan los desaparecidos o los que han perdido su iconografía por uno u otro motivo. Este conjunto, sin embargo, puede compararse aproximadamente a las cantidades aparecidas en otras áreas de la Península Ibérica, con la excepción muy notable de Ibiza, en cuyas necrópolis se han descubierto más de 100 ejemplares, sin lugar a dudas el conjunto más destacable, pues ya muy por detrás sólo cabe señalar el conjunto de 29 escarabeos hallados en la cueva-santuario de Gorham's Cave (Gibraltar), las más de 15 piezas conocidas, aunque dispersas, por proceder de hallazgos muy diversos, de las necrópolis de *Gades*, las 12 de la necrópolis de Can Canys, en Tarragona, y el conjunto de 10 piezas de la necrópolis de Villaricos, número aproximadamente semejante a los 10 u 11 hallados en la colonia focense de *Emporion*, Ampurias, Gerona, pues las concentraciones de hallazgos en otros yacimientos resultan ya menos numerosas.

Quadro I – Cuadro general de los escarabeos y escaraboides hallados en Portugal.

Nº	Procedencia	Fecha a.C.	Material	Vercoutter	Iconografía	Taller	Fecha tumba	Sexo	Contexto
1	Mealha Nova	625-500 a.C.	Pasta vidriada	IVa	Petubastis	Náucratis	VI a.C.	?	Túmulo 1
2	Fonte Santa 1	s. VII-VI	Pasta vidriada	IVb	epigráfico	Egipcio	V a.C.	?	Incineración en urna
3	Fonte Santa 2	525-400 a.C.	Pasta vidriada	¿?	¿?	¿?	V a.C.	?	Incineración en urna?
4	Fonte Santa 3	s. V	Bronce	IV	¿?	¿local?	V a.C.	?	Incineración en urna?
5	Fonte Santa 4	s. V	Bronce	IV	¿?	¿local?	V a.C.	?	Incineración en urna?
6	Corte Margarida	550-400	Pasta?	¿?	Petubastis	Egipcio?	V a.C.?	?	Sepultura/cista
7	Pardieiro 1	s. VI-V	¿?	¿?	¿?	¿?	VI a.C.?	?	Túmulo 1
8	Gaio 1	s. VII-VI	Pasta vidriada	VI	Tueris/ Tutmosis III	Egipcio	c. 525-500 a.C.	?	Tumba de incineración?
9	Alcácer do Sal 1	663-609 a.C.	Pasta vítrea	IVb	Psamético I/ Sekhmet	Egipcio	VI a.C.	H	Tumba de incineración?
10	Alcácer do Sal 2	625-500 a.C.	Espinela	IVc	Esfinge/ pluma maat	Náucratis	575-500 a.C.	H	Bustum en fosa
11	Alcácer do Sal 3	s. VII-VI	Esteatita vidriada	IV	Palmera con simios	Egipto o Cartago	575-500 a.C.	H	Bustum en fosa
12	Alcácer do Sal 4	V-IV	Cuarzo negro	IVb	Leona y ureo	Cartago?	V-IV a.C.	?	Bustum?
13	Alcácer do Sal 5	V	Ágata negruzca	IVb	Disco solar y tríada solar	Cartago?	V-IV?	?	¿?
14	Alcácer do Sal 6	650-400 a.C.	¿?	¿?	¿?	¿?	VI-V a.C.	?	¿?
15	Quinta do Almaraz 1	VII	Fayenza	Newberry 5	Vaca y flor de loto	Cartago?	c. 575 a.C.	-	Foso defensivo
16	Porto do Sabugueiro 1	VII-VI	Pasta	Escaraboi-de	Tutmosis III	Egipto o Cartago	VI a.C.?	?	¿?
17	Porto do Sabugueiro 2	VII-VI	Pasta vidriada	IVa	Sobek/ Tutmosis III	Egipto	VII-VI a.C.	?	¿?
18	Favela Nova 1	550-400 a.C.	Bronce	Newberry 6	geométricos	¿local?	550-400 a.C.	?	¿?

Quadro II – Cronología de los escarabeos hallados en Portugal.

Nº	Procedencia	Fecha a.C.	Fecha tumba	Contexto	Sexo	Material	Vercoutter	Iconografía	Taller
15	Quinta do Almaraz 1	700-600	c. 575 a.C.	Foso defensivo	-	Fayenza	Newberry 5	Vaca y flor de loto	Cartago?
2	Fonte Santa 1	700-500	V a.C.	Incineración en urna	?	Pasta vidriada	IVb	epigráfico	Egipcio
8	Gaio 1	700-500	c. 525-500 a.C.	Tumba de incineración?	?	Pasta vidriada	VI	Tueris/Tutmosis III	Egipcio
11	Alcácer do Sal 3	700-500	575-500 a.C.	Bustum en fosa	H	Esteatita vidriada	IV	Palmera con simios	Egipto o Cartago
16	Porto de Sabugueiro 1	700-500	VI a.C.?	¿?	?	Pasta	Escaraboi-de	Tutmosis III	Egipto o Cartago
17	Porto de Sabugueiro 2	700-500	VII-VI a.C.	¿?	?	Pasta vidriada	IVa	Sobek/Tutmosis III	Egipto
9	Alcácer do Sal 1	663-609	VI a.C.	Tumba de incineración?	H	Pasta vítrea	IVb	Psamético I/Sekhmet	Egipcio
14	Alcácer do Sal 6	650-400	VI-V a.C.	¿?	?	¿?	¿?	¿?	¿?
1	Mealha Nova	625-500	VI a.C.	Túmulo 1	?	Pasta vidriada	IVa	Petubastis	Náucratis
10	Alcacer do Sal 2	625-500	575-500 a.C.	Bustum en fosa	H	Espinela	IVc	Esfinge/pluma maat	Náucratis
7	Pardieiro 1	600-400	VI a.C.?	Túmulo 1	?	¿?	¿?	¿?	¿?
6	Corte Margarida	550-400	V a.C.?	Sepultura*	?	Pasta?	¿?	Petubastis	Egipcio?
18	Favela Nova 1	550-400	550-400 a.C.	¿?	?	Bonce	Newberry 6	geométricos	¿local?
3	Fonte Santa 2	525-400	V a.C.	Incineración en urna?	?	Pasta vidriada	¿?	¿?	¿?
4	Fonte Santa 3	500-400	V a.C.	Incineración en urna?	?	Bonce	IV	¿?	¿local?
5	Fonte Santa 4	500-400	V a.C.	Incineración en urna?	?	Bonce	IV	¿?	¿local?
13	Alcácer do Sal 5	500-400	V-IV?	¿?	?	Ágata negruzca	IVb	Disco solar y tríada solar	Cartago?
12	Alcácer do Sal 4	500-300	V-IV a.C.	Bustum?	?	Cuarzo negro	IVb	Leona y ureo	Cartago?

En un análisis por áreas territoriales que permita comprender su relación con su contexto arqueológico, los 18 escarabeos portugueses se pueden comparar a los 25 de Extremadura y a los 17 que suma la zona tartésica del Estrecho de Gibraltar que comprende las provincias de Huelva, Cádiz y Sevilla, si se excluyen los conjuntos fenicios de *Gades*, formado por otras 15 piezas o más, y los 29 de Gibraltar. Los asentamientos y necrópolis de la Costa del Sol han proporcionado otras 19 piezas, mientras que en el interior, en las provincias de Córdoba, Jaén y Granada, se han hallado otras 15 más. Si se sigue el recorrido hacia el Levante y se excluye el conjunto que forman los 10 ejemplares citados de Villaricos, en el Sureste de la Península Ibérica han aparecido otros 20 ejemplares, incluyendo los del yacimiento fenicio de La Fonteta. Más al Norte, los hallazgos son más escasos hasta llegar a la desembocadura del Ebro, en cuyas necrópolis de Campos de Urnas de la Edad del Hierro vuelve a observarse una notable concentración, en la que destacan los ya mencionados 12 ejemplares de Can Canys, a los que hay que sumar otros 13 de diversos yacimientos, incluyendo entre éstos los de la Provincia de Castellón y, en cierto sentido, los 3 inéditos de Castejón en Navarra, a donde debieron llegar desde esa zona del Bajo Ebro (FARO & UNZO, 2006, fig. 20).

4. TIPOLOGÍA E ICONOGRAFÍA

La tipología e iconografía de los escarabeos de la costa atlántica de Portugal y de su hinterland inmediato resulta muy poco variada (Fig. 13), ya que la mayoría de las piezas son de pasta originariamente vidriada y con un sello en escritura jeroglífica (nº 1, 4, 7, 8, 9, 15?, 16). Tan solo el ejemplar de Alcácer do Sal 2 es de espinela, el 3 de esteatita vidriada, que se diferencia muy poco de los de pasta, el 4 es de cuarzo negro y el 5 de un ágata veteadada. En este aspecto quizás quepa señalar la ausencia de escarabeos de cornalina, una piedra semipreciosa utilizada en ocasiones para estos objetos, y, sobretudo, extraña que no haya aparecido ninguno de la característica piedra verde con mucha frecuencia empleada en los escarabeos púnicos, en especial, en los procedentes de Cerdeña, salvo el ejemplar de Alcácer do Sal 3, que se describe como de esteatita vidriada, lo que lo diferencia claramente de los productos sardos. Ejemplares raros son los dos escarabeos de bronce de Fonte Santa 3 y 4 y Favela Nova 1, que deben interpretarse más bien como probables imitaciones de origen local tartésico que como productos fenicios, que, en todo caso, serían para un mercado colonial especializado, pues las piezas de este tipo son extrañas a los escarabeos egipcios y fenopúnicos.

Respecto a su iconografía, hay que señalar que tan sólo se han podido analizar 13 ejemplares, pues un escarabeo es anepígrafo (Fonte Santa 3), dos son ilegibles por su mal estado de conservación (Fonte Santa 2 y 4) y otro dos son desconocidos, ya que de ellos sólo se ha conservado el engaste (Pardieiro 1 y Alcácer do Sal 6).

A pesar de este escaso número de piezas, los escarabeos de Portugal actualmente publicados permiten identificar 23 motivos iconográficos, algunos de ellos más o menos repetidos (*vid. supra*), aparte del escarabeo en sí, que tenía su propio significado (BIANCHI, 1984), pues las piezas más complejas ofrecen más de un motivo o, como ocurre en los escarabeos con sello epigráfico, los jeroglíficos con nombre de un faraón se pueden contabilizar de dos maneras, por su iconografía y como nombre de faraón y, en todo caso, en la escritura jeroglífica algunos signos, como el ureo, el disco solar o el halcón podrían interpretarse como verdaderos símbolos.

El motivo que aparece representado más veces es el cesto o signo *nb*, situado en la base de 7 escarabeos (Alcácer do Sal 1, 4 y 5, Fonte Santa 1, Herdade do Gaio 1 y Porto do Sabugueiro 1 y 2), frecuencia que se explica por utilizarse habitualmente en escarabeos egipcios y fenopúnicos, pero este hecho hace suponer que se interpretara como una referencia a que lo escrito encima tenía carácter sacro.

Al margen de este signo, que debe considerarse de significado iconográfico secundario, hay que valorar 6 o 7 escarabeos que ofrecen el nombre de un faraón, lo que supone una proporción muy elevada, casi el 50% de los aquellos de los que se conoce su sello: 3 el de Tutmosis III *Menkheperre* (Herdade do Gaio 1 y Porto do Sabugueiro 1 y 2), otros 2 el de Petubastis (Corte Margarida 1 y A-do-Mealha Nova 1), nombre frecuente de la XXIII a la XXVII dinastías (c. 818-520 a.C.) y 1 de Psamético I (Alcácer do Sal 1) y otro posible de Amenofis III (Alcácer do Sal 2). Todos ellos son nombres de faraones frecuentes por su popularidad, que suelen aparecer en escarabeos de Baja Época.

Junto a estos escarabeos con jeroglíficos en el sello, están los que ofrecen representaciones de divinidades o de seres míticos asociados al motivo epigráfico de los jeroglíficos. Un primer grupo puede considerarse formado por las representaciones de divinidades, que aparecen en otros 5 escarabeos. Las divinidades representadas que se han podido identificar con más o menos precisión, según los casos, son, por orden alfabético, *Horus*, que aparece con disco solar entre dos personajes con corona del Alto Egipto en adoración en el escarabeo de Alcácer do Sal 5, la diosa *Maat* sentada con la pluma sobre las rodillas, en el de Fonte Santa 1, el dios *Sobek* con cabeza de cocodrilo de Porto do Sabugueiro 2 y las diosas *Sekhmet* de cabeza felina de Alcácer do Sal 1 y *Tueris*, con cuerpo de hipopótama embarazada, de Herdade do Gaio 1. Se trata prácticamente en todos los casos de divinidades características del panteón egipcio, salvo la representación de *Horus* en una tríada con dos figuras laterales con corona del Alto Egipto, que pudieran aludir al Faraón, composición que hace suponer un origen fenicio para

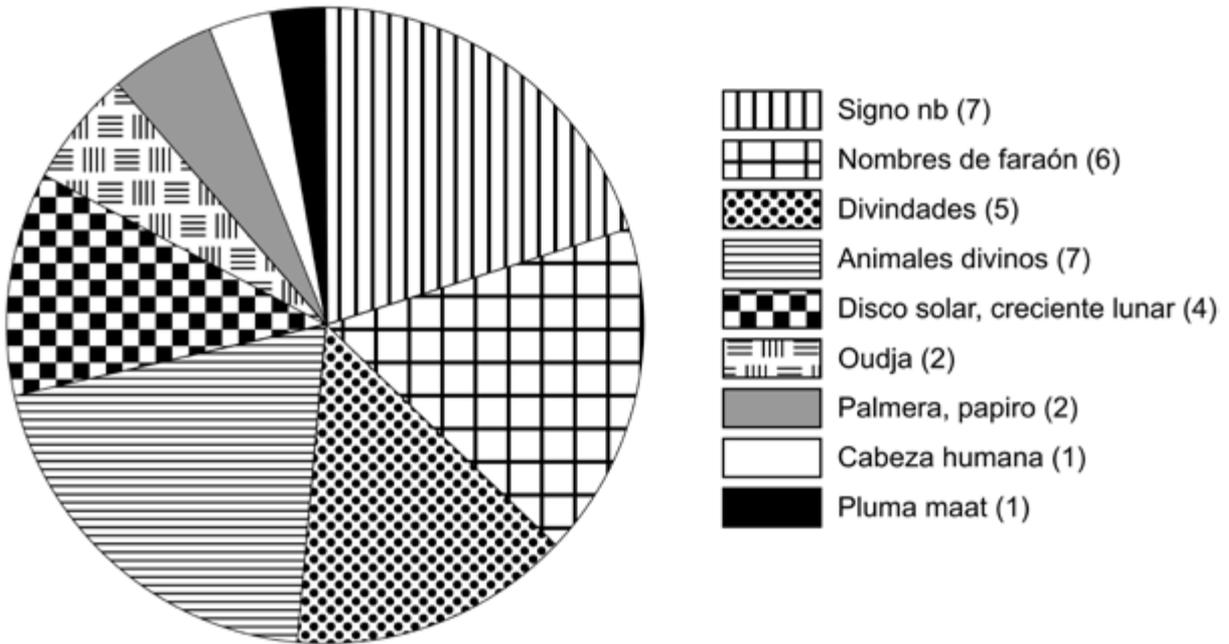


Fig. 13 – Iconografía de los escarabeos hallados en Portugal.

esta pieza. Por el contrario, destaca la ausencia entre los escarabeos procedentes del área atlántica de divinidades que suelen aparecer en escarabeos de tipo fenicio y que indican el conocimiento del panteón fenicio, como ocurre en Extremadura (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.), pues entre las piezas analizadas no se documenta ni *Melqart* ni Isis y tan sólo una vez Horus en una tríada, lo que puede deberse a la mayor pobreza de la muestra, aunque es un dato que será interesante tener presente cuando se produzcan nuevos hallazgos.

El siguiente conjunto de representaciones son animales reales o míticos relacionados con la divinidad, de la que eran símbolo. Entre ellos hay que destacar la esfinge del escarabeo de Alcácer do Sal 2 y la leona del de Alcácer do Sal 4, animales que cabe relacionar con la diosa Astart y quizás también originariamente con la protección del monarca, lo que explicitaría su carácter apotropaico, más dos representaciones del Halcón como divinidad solar en los de Alcácer do Sal 1 y Fonte Santa 1, en este último caso con dos signos muy deformados que parecen hacer referencia a Horus “El más Grande”, lo que confirma su carácter solar. También un significado relacionado con dicha divinidad solar ofrece el úreo que aparece en las piezas de Alcácer do Sal 1 y de Alcácer do Sal 4, en este caso con la Corona Blanca del Alto Egipto. Además, cabe señalar la vaca o toro pastando una flor de loto del escarabeo de Quinta do Almaraz 1, otro animal probablemente relacionado con la diosa Astart. De estos animales del panteón mitológico egipcio-fenicio únicamente cabe señalar la ausencia del Grifo, cuyas representaciones son frecuentes en piezas ebúrneas (LE MEAUX, 2005, fig. 2; ALMAGRO-GORBEA, 2008a, p. 405 s., 506) y en cerámicas tartésicas (BELÉN *et al.*, 1997, p. 145 s.; BLÁZQUEZ, 2003), aunque pudiera estar representado en el escarabeo de Alcácer do Sal 3.

Todos estos motivos aparecen de forma recurrente en la iconografía del mundo hispano-fenicio, frente a lo que ocurre con las representaciones de divinidades egipcias, que sólo aparecen en escarabeos, lo que lleva a suponer que serían imágenes bien conocidos y de significado perfectamente comprensible para los tartesios que las usaban, aunque las piezas con el Halcón solar sean seguramente de procedencia egipcia, como ocurre también con el escarabeo de Alcácer do Sal 2, fabricado en Náucratis, que ofrece una esfinge y una pluma *maat*, pues se trata de un escarabeo de dicho centro del Delta muy probablemente fabricado para su exportación.

Lo mismo cabe decir de los símbolos divinos, como el Disco solar alado, que aparece en las piezas de Alcácer do Sal 1 y 5 y de Fonte Santa 1 y del Creciente lunar, documentado en la de Alcácer do Sal 5, más los *oudja* que ofrecen los escarabeos de Herdade do Gaio 1 y de Porto do Sabugueiro 1, en este caso doble. Como los animales vinculados a la divinidad, estos símbolos religiosos originarios de Egipto fueron bien conocidos y muy utilizados en la iconografía fenopúnica, lo que permite suponer que también formaran parte del mundo mítico de las poblaciones del Suroeste de la Península Ibérica. Igualmente, los elementos simbólicos de tipo vegetal son frecuentes en el mundo fenicio y orientalizable, como la palmera como Árbol de la Vida flanqueada por dos simios (o grifos?) en el escarabeo de Alcácer do Sal 3 o el papiro esquemático del de Alcácer do Sal 4, ambos motivos tomados de Egipto. Más raro en la Península Ibérica resulta el sello con motivos geométricos de Favela Nova 1, cuya composición recuerda motivos de época hicsa, pero que también se usaron con posterioridad.

Por último, queda la pluma *maat* que acompaña a la esfinge en el escarabeo de Alcácer do Sal 2, cuyo significado por el momento debe considerarse con precaución, ya que no parece ser un motivo muy recurrente en el ámbito hispano-fenicio y tartésico, a pesar de su evidente significado escatológico, ya que en la mitología egipcia la pluma de avestruz de *Maat* era el atributo de la diosa de la Justicia y del Orden Cósmico, que presidía el fiel de la balanza junto al cinocéfalos, representación de *Thot*, el dios de la Sabiduría (*vid. supra*, n.º. 11), en el juicio en que se pesaba el corazón del muerto ante el Tribunal de Osiris, para saber si el difunto ha superado su condición humana y su alma está libre para ser conducido al reino de Osiris, pues dicha pluma simbolizaba la ligereza espiritual frente al cuerpo material, lo que permite suponer que tuviera dicho carácter en este escarabeo.

Otro motivo curioso es la cabeza humana esquemática 'negroide' que decora el anverso del escarabeo de Porto do Sabugueiro 1. Esta iconografía, relativamente bien documentada en Egipto y Oriente, ofrece un interés peculiar en la Península Ibérica. En las áreas occidentales cabría relacionarla con los escaraboides con "cabezas cortadas" del Tesoro de Aliseda (ALMAGRO-GORBEA, 1977, lám. 32B; ALMAGRO-GORBEA, *et al.*, 2008, e.p.: n.º. 17) y con las cabezas que aparecen en joyas orientalizantes documentadas entre los *Celtici* del Suroeste (BERROCAL, 1989), por lo que cabe suponer que dicho escarabeo debió ser interpretado desde esta ideología tan específica de las poblaciones celtas de las áreas occidentales de Hispania.

También es interesante señalar que tan sólo los escarabeos de Alcácer do Sal 2, 3, 4 y 5 y el de Quinta de Almaraz ofrecen figuras de iconografía orientalizable, lo que evidencia la estrecha relación entre los escarabeos que ofrecen motivos jeroglíficos, de origen egipcio y hechos preferentemente en pasta vidriada, frente a los de piedra, que parecen ser fenicios, aunque probablemente fabricados ya en Cartago, cuya decoración consistía, preferentemente, en representaciones mitológicas. Entre los motivos representados cabe señalar la palmera con simios (o grifos?) de Alcácer do Sal 3, cuya estructura heráldica confirma que se trata de una representación egipcia fenicia del Árbol de la Vida con sus animales protectores, probablemente representaciones relacionadas con el dios *Thot*, cuyo nombre *dychuty* en egipcio llevaron diversos faraones de la XVIII dinastía, pues dio lugar al de *Tutmosis* al helenizarse, también muy popular en los escarabeos. Otro motivo egipcio debe considerarse la leona entre un ureo y un papiro del escarabeo de Alcácer do Sal 4, con paralelos en Cartago (VERCOUTTER, 1945, n.º. 23 y 540-541) y el del toro pastando flores de loto de Quinta de Almaraz, uno de los temas más característicos del repertorio orientalizable (*vid. supra*).

En consecuencia, dejando al margen el signo *nb*, los temas iconográficos identificados según su mayor a menor frecuencia (Fig. 13) indican que los más habituales son animales divinos, con 7 piezas que suponen un 31%, prácticamente un tercio de las representaciones. A continuación se sitúan con 5 casos los nombres de faraones y las divinidades egipcias, que suponen cada uno un 22%. El puesto siguiente lo ocupa los 6 escarabeos con símbolos divinos, que representan un 27%, en el que se incluyen el disco solar alado (4 casos = 18%), el creciente asociado al disco solar (1 caso = 4%) y el *udja* (2 casos = 9% del total). Por último, los símbolos vegetales, como la palmera y el papiro, y la pluma *maat* sólo están representados cada uno de ellos en un caso, lo que supone un 4%.

La escasez de la muestra hace que sea difícil hacer un análisis diacrónico de la evolución de los motivos iconográficos. Sin embargo, parece diferenciarse una etapa inicial, en la que predominan las piezas de origen egipcio, por lo que la iconografía corresponde a inscripciones jeroglíficas con nombres de faraones y divinidades egipcias y, en menor número, animales y símbolos de la mitología egipcia. Esta fase parece datarse a partir del siglo VII a.C., probablemente desde la segunda mitad del mismo, aunque debió perdurar a lo largo del VI a.C., al menos en su primera mitad. En una segunda fase, que corresponde al apogeo del Periodo Orientalizante local, la mayor parte de las piezas y, por tanto, sus motivos iconográficos, son de tipo fenicio o más bien púnico. Esta fase se puede considerar iniciada ya a partir del siglo VI a.C. con el escarabeo de Alcácer do Sal 3 y Quinta de Almaraz 1 y parece perdurar hasta el siglo V a.C. Sin embargo, resulta evidente que en los escarabeos hallados en Portugal faltan los temas helenizantes, lo que deja incierto el final del uso de este tipo de talismán en esas zonas, ya que ninguna de las piezas se data con seguridad en el siglo IV a.C. De todos modos, estas observaciones deben tomarse con prudencia como interpretación del estado actual de los conocimientos que se deduce de las escasas piezas hasta ahora halladas, pues tampoco se conocen representaciones de carácter guerrero o ecuestre, tan características de la iconografía helenizante, que serían las más apreciadas por las nuevas élites surgidas tras el Periodo Orientalizante al desaparecer sus élites regias de carácter sacro (ALMAGRO-GORBEA, 1996, p. 41 s.; TORRES 2002, p. 380 s.).

Respecto a las posibles diferencias geográficas en la iconografía de los escarabeos hallados en Portugal poco es lo que se puede señalar, pero sí parece observarse que los escarabeos antiguos, de origen egipcio, aparecen en yacimientos indígenas, tanto en el interior del Alentejo como en la zona del Muge en el estuario del Tajo (Porto do Sabugueiro 1 y 2). Por el contrario, las pocas piezas más recientes, del siglo V a.C., a excepción de las piezas de bronce de Fonte Santa 3 y 4, de fecha muy difícil de precisar, proceden de Alcácer do Sal, yacimiento que por este motivo parece haber mantenido el uso de este tipo de objetos cuando ya había decaído su empleo en las poblaciones del interior, probablemente por influjo de los *Celtici*, asentados en esas zonas del Sur de Portugal hacia finales del V a.C. (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, p. 1014 s., 1052 s.). Por este motivo, la iconografía de las piezas halladas en estas regiones atlánticas de la Península Ibérica (Fig. 14) no parece reflejar con la misma precisión que las halladas en Extremadura la evolución religiosa e ideológica de las élites que adquirirían estos objetos, aunque, en general, puede aceptarse que debieron haber seguido una evolución parecida.

A pesar de esta neta diferenciación entre ambas fases, resulta difícil realizar la adscripción tipológica de las piezas a talleres concretos, pues no es fácil precisar el origen de estos escarabeos, hecho relativamente habitual con los hallados en Hispania. A juzgar por sus características, los escarabeos de pasta cabe considerarlos manufacturados en talleres egipcios de Época Saíta (nº. 2, 3, 6, 8, 9 y 17), a los que hay que añadir el identificado como un producto de Náucratis (nº. 1, 10 y quizás el 11). Por el contrario, los escarabeos que muestran representaciones iconográficas figuradas deben considerarse productos fenicios, de procedencia mayoritariamente cartaginesa.

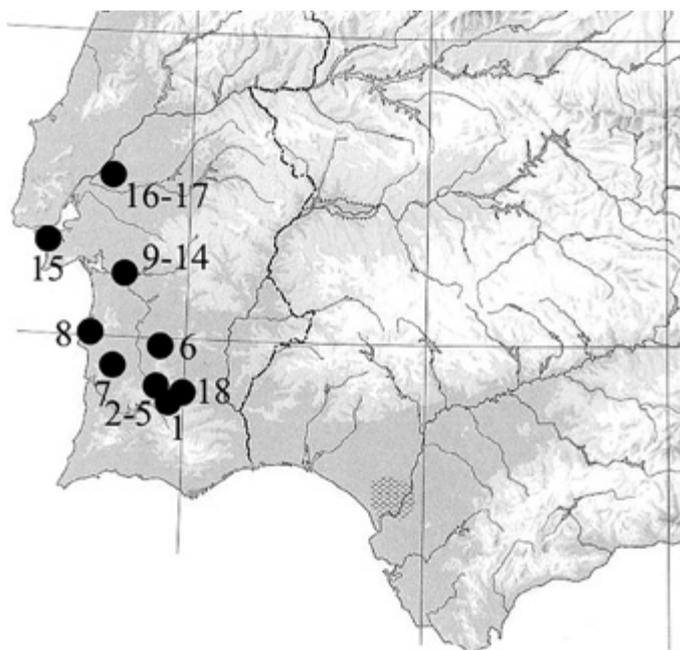


Fig. 14 – Suroeste de la Península Ibérica con los escarabeos hallados en Portugal.

Por último, cabe señalar que si se excluyen los tres escarabeos de bronce citados de posible producción indígena o colonial local y las piezas que no conservan su iconografía, se echa en falta una mejor representación de los talleres sardos y llama la atención la ausencia de los característicos escarabeos con representaciones de tipo helenizante, tan característicos desde finales de época arcaica incluso en Cartago y las colonias púnicas, así como tampoco se documentan escarabeos griegos y etruscos, lo que ya no debe considerarse tan extraño, pues son poco frecuentes en la Península Ibérica.

5. DISPERSIÓN, CRONOLOGÍA Y CONTEXTO SOCIO-CULTURAL

El contexto arqueológico que ofrece la mayoría de los escarabeos hallados en Portugal apenas permite precisar su cronología en algunos casos, un dato de sumo interés para poder contrastar las fechas teóricas de fabricación con las de amortización de este tipo de piezas en las sepulturas (ALMAGRO-GORBEA, 2008c; ALMAGRO & ALMAGRO-GORBEA, 2008; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.).

Como ocurre en otros yacimientos de la Península Ibérica y de todo el Mediterráneo, la aparición de escarabeos como parte del ajuar funerario indica que fueron utilizados como amuletos protectores en el paso hacia el Más Allá, probablemente tras ser utilizados en vida también con carácter apotropaico de claro valor mágico (VERCOUTTER, 1945, p. 11; BIANCHI, 1984, p. 968 s.) y de haber servido en ocasiones como sellos y marcas de propiedad de sus usuarios (BERGÈS, 1998; MARRAS, 1990, p. 52, 58), lo que supondría una connotación de símbolo de estatus social (ALMAGRO-GORBEA, 2008c).

Otro problema distinto, ya aludido es el que plantean los escarabeos con jeroglíficos, cuya fecha pudiera remontarse al siglo VII a.C. por ofrecer inscripciones jeroglíficas características de la Baja Época, aunque prácticamente la mayoría de ellos proceden de tumbas del siglo V a.C. (Quadro). Sin embargo, no parece que haya piezas posteriores, por lo que los escarabeos más tardíos pudieran ser copias púnicas de fecha posterior, ya que, al menos varios de ellos con bastante probabilidad (*vid. supra*, n.º. 2 y 15), han aparecido en tumbas uno o dos siglos posteriores a su fecha de fabricación, hecho que sólo parece ocurrir con los escarabeos que ofrecen jeroglíficos.

Las restantes piezas ofrecen unos desfases entre la fecha teórica de su fabricación y la de su deposición en la tumba que oscila entre la fecha de fabricación y unos 50 años hasta su deposición en la tumba, como se ha observado en otros casos (ALMAGRO & ALMAGRO-GORBEA, 2008; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, e.p.). Estos lapsos parecen lógicos respecto al uso y funciones de estas piezas, ya que no hay por qué excluir que en algún caso incluso se heredaran, lo que pudo mantenerlas en uso durante una o varias generaciones, como indicarían los desfases señalados. Pero la falta de precisión de las excavaciones antiguas y la ausencia de un trabajo de revisión analítica de sus contextos arqueológicos impide afinar su cronología, muchas veces incierta por carecer de buenos datos la excavación, por lo que la cronología resulta excesivamente amplia para poder precisar la fecha de estos materiales tan característicos de la arqueología púnica.

También sería interesante conocer la proporción con que aparecen los escarabeos en las sepulturas de las necrópolis para poder compararlos con otros cementerios con datos conocidos. En el caso de Medellín (ALMAGRO-GORBEA, 2008c), su número es claramente inferior al documentado en otros cementerios del mundo colonial púnico, donde están presentes casi en el 50 % de las sepulturas, a juzgar por los numerosos escarabeos hallados en Cartago, con una proporción de 1:2 en la necrópolis de Dermech y 4:9 en Junon (VERCOUTTER, 1945, p. 15), proporción igualmente elevada en Ibiza, aunque en sus necrópolis no se ha llegado a cuantificar con precisión el número de escarabeos por sepultura (FERNÁNDEZ GÓMEZ & PADRÓ, 1982; BOARDMAN, 1984). Igualmente, en Villaricos, a excepción del grupo E (ASTRUC, 1951; ALMAGRO & ALMAGRO-GORBEA, 2008), la proporción

general que ofrece <1:10 es menor que la de otras necrópolis púnicas rurales, como la de Jardín (Málaga), cuya proporción de 2:101 supone un 2% (SCHUBART & MAASS-LINDEMANN, 2007, p. 328), proporción semejante a la que ofrece la necrópolis orientalizante tartesia de Medellín, en la que los escarabeos y escaraboides aparecen en una proporción de 1:40 por tumba, esto es, un 2,5 %.

Como se ha señalado, los escarabeos deben considerarse un elemento de estatus social, hecho claramente reconocido y apreciado en la sociedad hispano-fenicia y tartesia (ALMAGRO-GORBEA, 2008c), aunque sea casi desconocido el sexo y el contexto social de la mayoría de las tumbas en las que han aparecido los escarabeos de Portugal. No existen análisis antropológicos de los restos hallados en las tumbas de donde proceden estos objetos, aunque, a juzgar por las armas y *nazm* de bronce de algunos ajuares, algunas tumbas parecen corresponder a individuos masculinos, como las sepulturas que contenían los escarabeos 2 y 3 de Alcácer do Sal, que pueden interpretarse como las tumbas de personajes masculinos destacados a juzgar por su rico ajuar de guerrero. La mayoría de los restantes casos resultan muy inciertos. En los casos en que el escarabeo va acompañado de diversas cuentas de collar se podría suponer que se tratase de tumbas femeninas, pero, al no haberse podido determinar el sexo de la persona enterrada por medio de análisis antropológicos, no es seguro en esos casos que se trate de la tumba de una mujer ni se puede precisar mucho más en este sentido, pues, aunque es evidente que las tumbas femeninas poseían escarabeos, se debe ser muy prudente respecto a la hipótesis que defiende la relación de los escarabeos con tumbas femeninas en la Península Ibérica (PADRÓ, 2003, p. 249), como ocurre con el llamado “Tesoro de Aliseda”, interpretable como el ajuar de una tumba femenina (ALMAGRO-GORBEA, 1977, p. 220), que sería el ejemplo más significativo. Sin embargo, en Medellín los escarabeos aparecen en tumbas atribuidas tanto a hombres como a mujeres, si bien no han aparecido en las de niños, aunque la muestra documentada en esta necrópolis tartesia es de sólo cuatro piezas, por lo que también resulta insuficiente para sacar conclusiones seguras en este interesante aspecto (ALMAGRO-GORBEA, 2008c).

6. CONCLUSIONES

Los 18 escarabeos hallados en Portugal forman un pequeño conjunto de piezas bastante uniforme que contribuye a conocer mejor la función y el significado de los materiales egipcios y egiptizantes llegados a la Península Ibérica a través de los fenicios (GAMER-WALLERT, 1978; PADRÓ, 1980-1995; *id.*, 1995; GARCÍA MARTÍNEZ, 2001) y que tiene el aliciente de ser las piezas más occidentales y más alejadas de sus centros de origen en los territorios atlánticos que constituían un verdadero Far West en la Antigüedad.

En líneas generales, estos ejemplares de las zonas atlánticas precisan la función y el significado de estos objetos mágicos tan características del mundo fenicio, que, a través de contactos comerciales, sociales y religiosos, acabaron pasando a las elites indígenas, que asimilaron las funciones comerciales y sociales de estos objetos en la vida diaria y su significado mágico y mítico en sus creencias religiosas en esta vida y en el Más Allá.

La importancia de este conjunto es relativa, pues los escarabeos aparecidos en Portugal no reflejan todos los aspectos que sería de desear, en gran medida por las características de la muestra. Sin embargo, en líneas generales, confirman las corrientes comerciales en las que llegaron estas piezas, que probablemente deben considerarse adquiridas a los fenicios por las elites tartésicas que habitaban estas zonas periféricas, como sucede en Extremadura, cuyos creencias y cuya evolución ideológica también parece haberse reflejado en estos objetos, aunque con mayor imprecisión que en otras zonas, como la citada Extremadura o las tierras hispana del Estrecho, dada la ausencia de ejemplares tardíos, aunque no se puede saber si es una característica de esta zona o un efecto de la pobreza de la muestra, que, de todas formas, se enmarca sin dificultad en el contexto histórico del mundo colonial del extremo Occidente.

En resumen, los escarabeos de las tierras portuguesas del Atlántico deben considerarse los más alejados de sus centro de producción y, aunque conforman un grupo no muy numeroso, confirman una vez más el uso y la función de estas piezas tan características del comercio fenicio-púnico y ayudan a precisar la interesante visión de conjunto que ofrece el *corpus* de todos estos objetos, al permitir contrastar las similitudes y diferencias de la colonización fenicia y de su asimilación en las distintas áreas de la Península Ibérica.

Por ello, estos escarabeos del área atlántica deben considerarse de gran interés, tanto desde el punto de vista local, al ofrecer datos que permiten una mejor comprensión de esta zona en la que se desarrolló una intensa colonización tartésica (ALMAGRO-GORBEA *et al.* 2008, p. 1055 s.) en sintonía o *symmachia* con los fenicios de Gadir (*id.*, p. 1069 s.), como para una visión general de estos fenómenos a nivel de toda Hispania, que va a permitir empezar a matizar cómo y cuándo se produjeron los contactos y la aculturación hispano-fenicia.

Ha sido el evidente interés que presentan estas piezas lo que nos ha movido a realizar este análisis de conjunto para resaltar la personalidad de estas regiones atlánticas del Suroeste de la Península Ibérica, a la espera de que nuevos hallazgos enriquezcan y precisen cada vez más las sugerencias apuntadas en estas líneas.

REFERÈNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (1985) – *La terra tra i due fiumi. Venti anni di archeologia italiana in Medio Oriente. La Mesopotamia dei tesori (catálogo de exposición)*, Torino.
- ACQUARO, E. (1975) – I sigilli. *Anecdota Tharrhica*, Acquaro, E.; Moscati, S.; Uberti, M^a.L.: 51-71. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.
- ACQUARO, E. (1977) – *Amuleti egiziani ed egittizzanti del Museo Nazionale di Cagliari*, Roma.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura (Biblioteca Prae-historica Hispana 14)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1996) – *Ideología y poder en Tartessos y el mundo ibérico*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2003) – “Una pátera fenicia de Nubia y el comercio fenicio en los confines del Mundo Antiguo”, *Complutum* 14, p. 7-32.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2005) – “La literatura tartésica. Fuentes históricas e iconográficas”, *Gerión* 23, p. 39-80.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2008a) – “Objetos de marfil y hueso”, en M. ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008a, p. 401-512.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2008b) – “Objetos suntuarios. Joyería”, en M. ALMAGRO-GORBEA *et al.* 2008a, p. 371-386.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2008c) – “Escarabeos”, en M. ALMAGRO-GORBEA *et al.* (2008), p. 387-393.
- ALMAGRO-GORBEA, M., LORRIO, A., MEDEROS, A. & TORRES, M. (2008) – “La Ciudad-Estado de Medellín-Conisturgis”, *La necrópolis de Medellín. III, El marco histórico de Medellín-Conisturgis (Biblioteca Archaeologica Hispana 26,3)*, Madrid, p. 1007-1077.
- ALMAGRO, M. J. & ALMAGRO-GORBEA, M. (2009) – Los escarabeos de la necrópolis de Baria, Villaricos (Cuevas de Vera, Almería)”, *Homenaje al académico Julio Más*, Murcia, 2009, p. 33-68.

- ALMAGRO-GORBEA, M. & TORRES, M. (2009, e.p.) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿fenicios o tartesios?, *Actas del X Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Lisboa, 26-28 de febrero de 2009)*.
- ALMAGRO-GORBEA, M., TORRES, M., ARROYO, A., CORBÍ, J. F. & MARÍN, B. (2008, e.p.) – Los escarabeos de Extremadura: una lectura socio-ideológica, *Zephyrus* 61.
- ARRUDA, A.M. (2002) – *Los fenicios en Portugal. Fenicios e indígenas en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.) (Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6)*, Barcelona.
- ARRUDA, A.M. (2005) – “Orientalizante e Pós-Orientalizante no Sudoeste peninsular: geografías e cronologías”, S. CELESTINO & J. JIMÉNEZ ÁVILA (eds.), *El Periodo Orientalizante (Anejos de Archivo Español de Arqueología 35), I*, Madrid, p. 277-303.
- ASTRUC, M. (1951) – *La necrópolis de Villaricos (Informes y Memorias de la Comisaría General de Excavaciones Arqueológicas 25)*, Madrid.
- AUBET, M^a.E. (1979) – “Los marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir. I, Cruz del Negro”, *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología* 44, p. 15-88 (*Studia Arqueológica* 52, Valladolid).
- AUBET, M^a.E. (1982) – “Marfiles fenicios del Bajo Guadalquivir. III, Bencarrón, Santa Lucía y Setefilla”, *Pyrenae* 17-18, p. 231-279.
- BARATA, F. (2007, coord.) – *Castelo de Alcácer do Sal. Cripta arqueológica Roteiro*. Lisboa: IGESPAR.
- BARNETT, R.D. (1957) – *A Catalogue of the Nimrud Ivories with other examples of Near Eastern Ivories in the British Museum*, London.
- BARNETT, R.D. & MENDLESON, C. (eds.) (1987) – *Tharros. A Catalogue of Material in the British Museum from Phoenician and other tombs at Tharros, Sardinia*, London.
- BARROS, L. de; CARDOSO, J.L. & SABROSA, A. (1993) – Fenicios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado do Almaraz – Almada. *Estudos Orientais* 4, p. 143-181.
- BEIRÃO, C.M.M. (1986) – *Une civilisation protohistorique du sud du Portugal (1^{er} Âge du Fer)*. Paris.
- BEIRÃO, C.M.M. (1990) – “Epigrafía da I Edade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica. Novos dados arqueológicos”, *Presenças orientalizantes em Portugal. Da Pré-história ao Período Romano (Estudos Orientais I)*, Lisboa. p. 107-118.
- BELÉN, M.; ANGLADA, R.; ESCACENA, J.L.; JIMÉNEZ, A.; LINEROS, R. & RODRÍGUEZ, I. (1997) – *Arqueología en Carmona (Sevilla). Excavaciones en la Casa-Palacio del Marqués de Saltillo*, Sevilla.
- BERGES, D. (1998) – “Los sellos de arcilla del archivo del templo cartaginés”, *Cartago fenicio-púnica: las excavaciones alemanas en Cartago 1975-1997 (Cuadernos de Arqueología Mediterránea 4)*, Vegas, M. (ed.): 111-132. Barcelona.
- BERROCAL RANGEL, L. (1989) – “Placas áureas de la Edad del Hierro en la Meseta Occidental”, *Trabajos de Prehistoria* 46: 279-291.
- BIANCHI, R.S. (1984) – s.v. “Skarabäus”, *Lexikon der Ägyptologie* V, Wiesbaden, p. 968-982.
- BLÁZQUEZ, J. (ed.) (2003) – *Cerámicas orientalizantes del Museo de Cabra*, Cabra.
- BOARDMAN, J. (1984) – *Escarabeos de piedra procedentes de Ibiza*, Madrid.

- BONNET, H. (1952) – *Realexikon der Ägyptischen Religionsgeschichte*, Berlin.
- BORELL, B. (1978) – *Attisch geometrische Schalen (Keramikforschungen II)*, Mainz.
- BOSCH GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona.
- BRUNEN-TRAUR, E. & BRUNNEN, H. (1981) – *Die Ägyptische Sammlung der Universität Tübingen*, Mainz.
- CARDOSO, J.L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos finais do IV milenio A.C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de história regional (Estudos Arqueológicos do Oeiras 12)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CIAFALONI, D. (1992) – *Eburnea Syro-Phoenicia (Studia Punica 9)*, Roma.
- CINTAS, P. (1946) – *Amulettes puniques*, Tunis.
- COELHO, L. (1976) – Epigrafia prelatina del SO peninsular portugués. *Actas del I Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Salamanca, 27-31 mayo 1974)*, JORDÁ, F.; DE HOZ, J.; MICHELENA, L. (eds.), p. 201-211. Salamanca.
- CONDE, M. (2003) – “Escarabeos y amuletos procedentes de Cancho Roano”, en S. CELESTINO (ed.), *Cancho Roano VIII. Los Materiales Arqueológicos I*, Badajoz: 231-260.
- CORREIA, V. (1925) – “Um amuleto egípcio da necrópole da Alcácer do Sal”, *Terra Portuguesa* 5, 41, p. 90-93.
- CORREIA, V. (1928) – *Escavações realizadas na necrópole de Alcácer do Sal em 1926 e 1927* (Separata de *O Instituto* 75(2)). Coimbra.
- COSTA ARTHUR, M. DE L. (1952) – “Necrópolis de Alcácer-do-Sal (Colección del Prof. Dr. FRANCISCO GENTIL”, *II Congreso Nacional de Arqueología: (Madrid 1951)*, p. 369-380. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”.
- COSTA, J.M. DA (1966) – “O tesouro fenício ou cartaginês do Gaio (Sines)”, *Ethnos* 5, p. 529-537.
- COSTA, J.M. DA (1974) – “O tesouro punico-tartessico de Gaio (Sines) (Séc. VII a.C.). Novos achados”. *Actas das II Jornadas de la Asociación de Arqueólogos Portugueses*, p. 7-18. Lisboa.
- CROWFOOT, J.W. & CROWFOOT, G.M. (1938) – *Early Ivories from Samaria*, London.
- CULICAN, W. (1968) – “Problems of Phoenicio-Punic Iconography. A contribution”, *Australian Journal of Biblical Archaeology* 1, p. 28-57.
- CULICAN, W. (1986) – “Quelques aperçus sur les ateliers phéniciens”, *Syria* 45, p. 274-293.
- DE DEUS, M. & CORREIA, J. (2005) – Corte Margarida. Mais uma necrópole orientalizante no Baixo Alentejo. S. CELESTINO & J. JIMÉNEZ ÁVILA (ed.), *El Período Orientalizante. III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*, vol. 1, Mérida, p. 615-618.
- DECAMPS de MERTZENFELD, C. (1954) – *Inventaire commenté des ivoires phéniciens et apparentés découverts dans le Proche-Orient*, Paris.
- DIAS, M.M.A. & COELHO, L. (1983) – “Objetos arqueológicos dum túmulo de incineração da necrópole proto-histórica da Herdade da Favela Nova (Ourique)”, *O Arqueólogo Português*, Série 4, 1, p. 197-206.
- DIAS, M.M.A.; BEIRÃO, C.M.M. & COELHO, L. (1970) – “Duas necrópoles da Idade do Ferro no Baixo-Alentejo: Ourique”, *O Arqueólogo Português*, Série 3, 4, p. 175-219.
- FALSONE, G. (1992) – “Nuove coppe metalliche di fattura orientale”, *Vicino Oriente* 8, 2: 83-112.

- FARO, J.A. & UNZU, M. (2006) – La necrópolis de la Edad del Hierro de El Castillo (Castejón, Navarra). Primeras valoraciones: campañas 2000-2002. *Complutum* 17, p. 145-166.
- FEGHALI GORTON, A. (1996) – *Egyptian and Egyptianizing Scarabs. A typology of steatite, faience and paste scarabs from Punic and other Mediterranean sites* (Oxford University Committee for Archaeology. Monograph No. 44), Oxford.
- FERNÁNDEZ FLORES, A. & RODRÍGUEZ AZOGUE, A. (2007) – *Tartessos desvelado. La colonización fenicia del Suroeste peninsular y el origen y ocaso de Tartessos*. Sevilla.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, J. H. & PADRÓ, J. (1982) – *Escarabeos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Madrid.
- FEUCHT, E. (1986) – *Vom Nil zu Neckar. Kunstschätze Ägyptens aus pharaonischer und koptischer Zeit an der Universität Heidelberg*, Heidelberg.
- FREYER-SCHAUENBURG, B. (1966) – *Elfenbeine aus dem samischen Heraion. Figürliche Gefässe und Siegel*, Hamburg.
- FREYER-SCHAUENBURG, B. (1966a) – “Kolaios und die westphönizischen Elfenbeine”, *Madridrer Mitteilungen* 7, p. 89-107.
- FORGEAU, A. (1986) – Scarabées, scaraboïdes et cônes, *Amathonte III, Testimonia 3 (Études Chypriotes 7)*, Paris, p. 135-176.
- FURTWÄGLER, A. (1900) – *Die Antiken Gemmen. Geschichte der Steinschneidekunst im Klassischen Altertum, I-III*, Leipzig-Berlin.
- GAMER-WALLERT, I. (1962) – *Die Palmen im alten Ägypten. Eine Untersuchung ihrer praktischen, symbolischen und religiösen Bedeutung*, Berlin.
- GAMER-WALLERT, I. (1975) – Der Skarabäus des Pedubaste von der Finca del Jardín. *Madridrer Mitteilungen* 16, p. 187-194.
- GAMER-WALLERT, I. (1978) – *Ägyptische und ägyptisierende Funde von der Iberischen Halbinsel*, Wiesbaden.
- GAMER-WALLERT, I. & PAIXÃO, A.C. (1983) – “A inscrição do escaravelho de Psamético I, da necrópole do Olival do Senhor dos Mártires. Novos elementos para a sua interpretação”, *O Arqueólogo Português, Série IV*, 1, p. 267-272.
- GARCÍA BELLIDO, A. (1942) – *Fenicios y cartagineses en Occidente*, Madrid.
- GARCÍA MARTÍNEZ, M^a. A. (2001) – *Documentos prerromanos de tipo egipcio de la vertiente atlántica hispano-mauritana (Orientalia Monspeliensia XIII,1-2)*, Montpellier.
- GRUMACC-SHIRUM, I. (1977) – s.v. Federn und Federkrone, *Lexikon der Ägyptologie II*, Wiesbaden, p. 142-145.
- HACHMANN, R. & PENNER, S. (1999) – *Kamid el-Loz: 3. Der Eisenzeitliche Friedhof und seine kulturelle Umwelt (Saarbrucker Beiträge zur Altertumskunde 21)*, Bonn.
- HELK, W. (1980) – s.v. Maat, *Lexikon der Ägyptologie VI*, Wiesbaden, p. 1110-1119.
- HERRMANN, G. (1986) – *Ivories from room SW 37 Fort Shalmaneser (Ivories from Nimrud IV)*, London.
- HERRMANN, G. (1989) – “The Nimrud Ivories I. The Flame and Frond School”, *Iraq* 51, p. 85-109.
- HERRMANN, G. (1992) – *Ivories from Room SW (Ivories from Nimrud IV)*, London.

- HÖLBL, G. (1979) – *Beziehungen der ägyptischen Kultur zu Italien, I-II*, Leiden.
- HÖLBL, G. (1986) – “Egyptian fertility magic within Phoenician and Punic Culture”, *Archaeology of Fertility Cult in the Ancient Mediterranean*, Amsterdam, p. 197-205.
- HÖLBL, G. (1986a) – *Ägyptisches Kulturgut im phönikischen und punischen Sardinien*, Leiden.
- JAEGER, B. (1982) – *Essai de classification et datation des scarabées Menkhéperrê*, Fribourg.
- JIMÉNEZ ÁVILA, F.J. (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península Ibérica (Bibliotheca Archaeologica Hispana 16)*, Madrid.
- JÚDICE GAMITO, T. (1993) – “The internal and external dynamics of the development and collapse of Tartessos”, en UNTERMANN, J. & VILLAR, F. (eds.), *Lengua y cultura en la Hispania prerromana. Actas del V Coloquio de Lenguas y Culturas prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, p. 127-141.
- KARAGEORGHIS, V. (1965) – “Some Cypriote Painters of Bulls in the Archaic Period”, *Jahrbuch des Deutschen Archäologischen Instituts* 80, p. 1-17.
- KARAGEORGHIS, V. (1969) – *The Ancient Civilisation of Cyprus*, London.
- KEEL, O. & ÜHLINGER, C. (1992) – *Göttinnen, Götter und Göttensymbole. Neue Erkenntnisse zur Religionsgeschichte Kanaans und Israels aufgrund bislang unerloschener ikonographischer Quellen*, Freiburg.
- KEEL, O. & ÜHLINGER, C. (1998) – *Gods, Goddesses and Images of God in Ancient Israel*. Avon.
- KEEL, O. (1990) – Zur Identifikation der Falkenköpfigen auf der Skarabäen der ausgehenden 13. und 15. Dynastien, en KEEL, O., SHUVAL, M. & UEHLINGER, CHR. (eds.), *Studies zu dem Stempelsiegeln aus Palästina/Israël, III (Orbis Biblicus et Orientalis 100)*, Freiburg, 1990, p. 243-280.
- KEEL, O. (1997) – *Corpus der Stempelsiegeln-Amulette aus Palästina/Israel, I (Orbis Biblicus et Orientalis 13)*, Freiburg.
- KURTH, D. (1986) – s.v. Thot, *Lexikon der Ägyptologie* VI, Wiesbaden, p. 498-523.
- LAMB, W. (1935) – Excavations at Kato Phana in Chios, *Journal of the British School in Athens* 35, p. 138-164.
- LE MEAUX, H. (2003) – “Imitations et appropriations des images d’êtres hybrides sur les objets orientalisants de la Péninsule Ibérique. Transmission des modèles”, I. IZQUIERDO & H. LE MEAUX (eds.), *Seres híbridos: apropiación de motivos míticos mediterráneos, Madrid 2002*, Madrid, p. 183-207.
- LE MEAUX, H. (2005) – “Estilos orientalizantes: el caso de los marfiles orientalizantes”, S. Celestino y J. Jiménez (eds.), *El Periodo Orientalizante (Anejos de Archivo Español de Arqueología 35), II*, Madrid, p. 1063-1075.
- LEXA, F. (1925) – *La magie dans l’Égypte antique de l’ancien empire jusqu’à l’époque copte, I-II*, Paris.
- MALLOWAN, M.E.L. (1966) – *Nimrud and its Remains*, I-II, London.
- MARKOE, G. (1985) – *Phoenician Bronze and Silver Bowls from Cyprus and the Levant*, Berkeley-Los Angeles.
- MARRAS, L. (1990) – “Un insediamento fluviale fenicio: stato e prospettive”, en *Incontro “I Fenici”*, Cagliari, p. 51-58.
- MARTIN, K. (1986) – s.v. “Uräus”, *Lexikon der Ägyptologie* VI, Wiesbaden: 864-868.
- MATTHIAE SCANDONE, G. (1975) – *Scarabei e Scaraboidi egiziani ed egittizzanti del Museo Nazionale di Cagliari*. Roma: Consiglio Nazionale delle Ricerche.

- MELO BEIRÃO, C. M. de (1986) – Véase Beirão, C. M. de Melo, 1986.
- MÜLLER-WINKLER, C. (1976) – s.v. “Udjatauge”, *Lexikon der Ägyptologie* VI, Wiesbaden, p. 824-826.
- MÜLLER-WINKLER, C. (1987) – *Die ägyptischen Objekt-Amulette (OBO Series Archaeologica 5)*, Freiburg.
- NEWBERRY, P. E. (1906) – *Scarabs*, London.
- ORNAN, T. (2005) – “A complex system of religious symbols: The case of the winged disc in Near Eastern Imagery of the first millennium BCE”, C.E. SUTER & C. UEHLINGER (eds.), *Crafts and images in contact: studies on Eastern Mediterranean art of the first millennium BCE*, Fribourg – Göttingen, p. 207-241.
- PADRÓ, J. (1976-1978) – “Datos para una valoración del “Factor Egipcio” y de su incidencia en los orígenes del proceso de iberización”, *Ampurias* 38-40, p. 487-509.
- PADRÓ, J. (1980-1983) – *Egyptian-Type Documents from the Mediterranean Littoral of the Iberian Peninsula before the Roman Conquest, I-II*, Leiden.
- PADRÓ, J. (1995) – *New Egyptian-Type Documents from the Mediterranean Littoral of the Iberian Peninsula before the Roman Conquest III (Orientalia Monspeliensia VIII)*, Montpellier.
- PADRÓ, J. (2003) – “Una función apotropaica de los amuletos de tipo egipcio en el mundo prerromano hispánico”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Castelló* 23, p. 247-249.
- PAIXÃO, A. C. (1971) – “O recente achado de três escaravelhos na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal”, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra 1970)*, vol. I, p. 309-314. Coimbra.
- PAIXÃO, A. C. (1981) – “Ein neues Grab mit Skarabäus in der eisenzeitliche Nekropole Olival do Senhor dos Martires – Alcácer do Sal / Portugal”, *Madriider Mitteilungen* 22, p. 229-235.
- PAIXÃO, A. C. (1983) – “Uma nova sepultura com escaravelho da necrópole proto-histórica do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)”, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 1, p. 273-286.
- PEREIRA, M.^a A. H. (1975) – “Objectos egipcios do Porto do Sabugueiro (Muge)”, *Conimbriga* 14, p. 173-175.
- PETRIE, W.M.F. (1886) – *Naukratis I, 1884-5*, London.
- PETRIE, W.M.F. (1914) – *Amulets*, London.
- PISANO, G. QUATTROCCHI (1975) – “Sull’iconografia di un gruppo di pendenti”, *Saggi Fenici I (Collezione di studi fenici 6)*, Roma.
- QUILLARD, B. (1979) – *Les bijoux carthaginois, I-II (Aurifex 2, Publications d’Histoire de l’Art et d’Archéologie de l’Université catholique de Louvain XV)*, Louvain la Neuve.
- REISNER, M.G.A. (1958) – *Catalogue général des antiquités égyptiennes du Musée du Caire. Amulets, II*, Le Caire.
- RIDDER, A. DE (1911) – *Collection De Clercq, VII. Les bijoux et les pierres gravés, 1-2*, Paris.
- SCHAEFFER, Cl. F.-A. (1949) – *Ugaritica II*, Paris.
- SCHUBART, H., & MAASS-LINDEMANN, G. (2007) – *Toscanos. Die phönizische Niederlassung an der Mündung des río de Vélez. 2. Grabungskampagnen in Toscanos, Alarcón und Jardín (Madriider Forschungen 6, 2)*, Berlin.
- SEEBER, Ch. (1980) – s.v. “Kronen”, *Lexikon der Ägyptologie* III, Wiesbaden.
- TAVARES DA SILVA, C. (2005) – “A presença fenícia e o processo de orientalização nos estuários do Tejo e Sado”, S. CELESTINO & J. JIMÉNEZ ÁVILA (eds.), *El periodo orientalizante: Actas del III Simposio Internacional de*

Arqueología de Mérida 2003, Protohistoria del Mediterráneo Occidental (Anejos de Archivo Español de Arqueología 35), Madrid, p. 749-765.

TORRES, M. (1999) – *Sociedad y mundo funerario en Tartessos (Bibliotheca Archaeologica Hispana 2)*, Madrid.

TORRES, M. (2002) – *Tartessos (Bibliotheca Archaeologica Hispana 14)*, Madrid.

TORRES, M. (2005) – “¿Una colonización tartésica en el interfluvio Tajo-Sado durante la Primera Edad del Hierro?”, *Revista Portuguesa de Arqueología* 8, 2, p. 193-213.

UBERTI, M^a. L. (1975) – Uno scarabeo de Alcácer do Sal, *Rivista di Studi Fenici* 3, p. 85-87.

VERCOUTTER, J. (1945) – *Les objets égyptiens et égyptisants du mobilier funéraire carthaginois (Bibliothèque Archéologique et Historique, XL)*, Paris.

WILKINSON, A. (1971) – *Ancient Egyptian Jewellery*, London.

CETÁRIAS, ÂNFORAS E SAL: A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MARINHOS NA *LUSITANIA*¹

Carlos Fabião*

1. INTRODUÇÃO

A antiga *provincia* romana da *Lusitania* possui características privilegiadas para a exploração dos recursos marinhos: uma ampla frente atlântica, rica em recursos piscícolas e um clima quente, com estiagens longas e secas, adequado à produção de sal. O litoral apresenta numerosos vestígios arqueológicos que confirmam a dimensão e relevância destas actividades. No entanto, a literatura clássica praticamente nada nos diz sobre o tema. Este silêncio dos autores greco-latinos torna a investigação da exploração destes recursos na Antiguidade um tema essencialmente arqueológico.

De facto, são bem conhecidas as potencialidades piscícolas do Atlântico, sobretudo quando comparadas com as do Mediterrâneo, que fazem das zonas costeiras a ocidente do Estreito de Gibraltar áreas privilegiadas para a exploração daqueles recursos. Assim, não espanta que as franjas litorais desta ampla região, Andaluzia ocidental, costa meridional portuguesa e costas norte-africanas se apresentem ponteadas por um extenso cordão de antigas instalações de produção de preparados de peixe, que mereceu a atenção dos investigadores, em obras hoje clássicas, como a de Ponsich e Tarradel (PONSICH & TARRADEL, 1965; PONSICH, 1988). No entanto, a abordagem destes autores centrou-se naquela região concreta, a que o geógrafo português Orlando Ribeiro chamou “pré-mediterrâneo” (RIBEIRO, s/d [1978]) e que tantas afinidades históricas patenteia, o que justifica a menor consideração em que foram tidas outras áreas costeiras lusitanas. No fundo, a geografia ocidental da produção de preparados de peixe definir-se-ia, a sul, desde o Estreito até Lixus, Marrocos; e a norte, igualmente desde Gibraltar até ao cabo de S. Vicente (PONSICH, 1988). Esta unidade aparece-nos de algum modo sancionada pelas escassas e indirectas referências das fontes literárias gregas. Por exemplo, Estrabão quando sublinha o carácter

¹ Quando recebi o honroso convite para participar no presente volume de *Estudos Arqueológicos de Oeiras* pensei publicar de novo um trabalho apresentado há já alguns anos, no âmbito da Conferência Internacional sobre *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho* (Puerto de Santa Maria, 2004), citado na bibliografia do presente texto (FABIÃO, 2006). Para mim resulta óbvio tratar o tema da exploração dos recursos marinhos na Lusitânia, porque nele tenho estado profundamente envolvido, pelo projecto de investigação que coordeno, *A indústria de recursos haliêuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica* – PTDC/HAH/74057/2006, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Justificava-se a sua republicação, que por sistema não gosto de praticar, porque o volume editado pela Junta de Andalucía está condenado a uma circulação muito restrita, diria, fora dos circuitos arqueológicos. Parecia-me, contudo, evidente que deveria actualizá-lo, incorporando a nova informação entretanto publicada. A tarefa de revisão e actualização do texto veio a revelar-se mais complexa do que inicialmente supunha, porque, felizmente, cresceu substancialmente a massa de dados disponível, nos últimos cinco anos. Evoluiu também o meu próprio entendimento do fenómeno. Assim, embora partindo de e mantendo a estrutura anterior, percebi que estava, de facto, a fazer um novo texto. Por isso decidi dar-lhe outro título, por se tratar realmente de algo substancialmente diferente, espero e desejo, mais rico e interessante. Caberá ao leitor julgar.

* Deptº História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. cfabião@fl.ul.pt

civilizado das cidades turdetanas menciona *Ossonoba*, na costa algarvia, como uma delas (III.2.5) – é aliás na sequência deste passo da obra do geógrafo grego que se alude aos rios salgados e ao seu potencial produtivo, alimentando muitas unidades de produção de preparados de peixe, na região a ocidente das *Colunas de Hércules* (III.2.6), afinal, a única referência, ainda que vaga, a esta importante actividade económica nas costas lusitanas.

A valorização que Ponsich e Tarradel fizeram das costas algarvias portuguesas é perfeitamente compreensível, atendendo tanto à dimensão geográfica da sua análise, como ao conhecimento existente das numerosas unidades de produção de preparados de peixe, que remonta ao século XIX, aos pioneiros trabalhos de cartografia de sítios arqueológicos realizada por Estácio da Veiga (VEIGA, 1904, 1905 e 1910 [agora reunidos em VEIGA, 2006]; FIGUEIREDO, 1906; FABIÃO, 2007). Menos compreensível, porém, se afigura a menor consideração atribuída ao importante núcleo de Tróia, na foz do rio Sado, lugar onde se verifica uma imponente concentração de vestígios de actividades de exploração de recursos marinhos, igualmente bem conhecidos desde há longa data, muito antes mesmo do reconhecimento das costas algarvias. Provavelmente, o carácter marcadamente periférico do núcleo sadino terá justificado essa menor consideração, uma vez que aparecia como realidade isolada: recorde-se que ainda não fora identificada a produção de preparados de peixe na costa alentejana ou no estuário do Tejo. Contudo, se considerarmos a questão desde a óptica dos Autores Antigos, importa frisar que, bem mais tarde do que Estrabão, Cláudio Ptolemeu desenhou uma Turdetânia que se estendia muito para lá do Guadiana, abarcando *Salacia* e *Caetobrix* (TOVAR, 1976), em pleno estuário do Sado, justamente a área relevante na exploração de recursos marinhos. Esta referência não deverá menosprezar-se, na hora de analisar a extensão, cronologia e características da exploração de recursos marinhos nas costas da antiga província da *Lusitania*, como adiante comentaremos.

Para além de toda a informação que se foi publicando em Portugal sobre as actividades de exploração de recursos marinhos na costa ocidental a norte do Cabo de S. Vicente, alguns recentes trabalhos contribuíram decisivamente para uma maior divulgação da mesma, sobretudo junto de um público menos familiarizado com a produção científica publicada em português (EDMONDSON, 1987; ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994; LAGÓSTENA BARRIOS, 2001; ÉTIENNE & MAYET, 2002), afinal, como o trabalho de Mesquita de Figueiredo, divulgando os dados de Estácio da Veiga, que acabou por ter maior impacte e difusão do que a investigação original do algarvio, por se publicar em francês e em periódico internacional (FIGUEIREDO, 1906). Simultaneamente, a investigação sobre ânforas romanas de fabrico lusitano, fortemente relacionada com a exportação dos recursos marinhos foi implicitamente sublinhando a relevância da actividade pesqueira da região em época romana, por demonstrar amplamente a dimensão da exportação dos preparados de peixe (ALARCÃO; MAYET, 1990; FILIPE; RAPOSO, 1996 e FABIÃO, 2004, 2008).

Pode dizer-se, pois, que dispomos hoje em dia de um abundante conjunto de referências, resultante de um longo processo de acumulação de informação, sobre a pesca na *Lusitania* na Antiguidade, ainda que nos faltem muitos dados concretos, sobretudo os relacionados com as cronologias e ritmos das actividades, principais espécies capturadas, tipo de pesca praticada, geografia da produção e quadro social e económico em que a mesma se enquadrava. Trata-se de interrogações fundamentais, nomeadamente, para saber o que deve ao mundo indígena, ou ao púnico, esta actividade; se a exploração romana se limitou a incrementar algo já existente, como parece ter sucedido em outras regiões turdetanas, como a Andaluzia ocidental, ou se implantou de raiz a produção em larga escala de preparados de peixe; bem como para conhecer o como e quando desapareceu esse peculiar universo de exploração de recursos e hábitos de consumo, desenvolvido em época romana, para emergir um outro contexto de pescarias, o característico do mundo medieval, decididamente mais próximo do contemporâneo. Uma coisa é certa, pela omissão generalizada das fontes escritas, quer greco-latinas, quer islâmicas, a sua investigação terá de se fazer através dos restos materiais conservados, isto é, pela arqueologia.

O balanço actual de conhecimentos sublinha a existência de várias áreas onde se conservam estruturas com cetárias, indicadoras da produção de preparados de origem piscícola. A estes dados podem somar-se as evidências directas de artefactos relacionados com a pesca, pesos, anzóis, agulhas para reparar redes; e, em algumas regiões, identificaram-se também centros oleiros que produziram ânforas destinadas à exportação destes bens alimentares. O simples inventário da distribuição de locais com cetárias, com a avaliação das capacidades de algumas das mais conhecidas unidades, e dos centros oleiros produtores de ânforas, sublinha eloquentemente a grande importância de que se revestiu esta produção para a economia da *Lusitania*.

No entanto, muitas questões permanecem em aberto.

Em primeiro lugar, o âmbito cronológico em que se insere a exploração destes recursos. Há alguma evidência que sugere a possibilidade de se tratar já de uma actividade desenvolvida em época pré-romana, embora faltem ainda dados categóricos. Para o Algarve, sobretudo para a zona de Castro Marim, junto ao estuário do Guadiana, Ana Margarida Arruda tem debatido, em diferentes ocasiões, o tema de uma possível produção pré-romana de preparados de peixe (ARRUDA, 1999-2000; ARRUDA, 2006; ARRUDA *et al.*, 2006). As presumidas evidências de análogas explorações centradas no local onde hoje se ergue a cidade de Tavira não são suficientemente expressivas ou convincentes, ainda que sejam claros os indícios de actividades pesqueiras (MAIA, 2006). Sublinhe-se, porém, que uma coisa é a existência de testemunhos arqueológicos de artes de pesca, outra completamente distinta será a identificação de elementos comprovativos de que tal actividade sustentou uma produção de preparados de peixe destinada à exportação. Provas de que se pescou em assinaláveis quantidades existem em Castro Marim (ARRUDA, 2006) e em Tavira (MAIA, 2006), mas não se conhecem estruturas destinadas ao fabrico de preparados piscícolas. Também os dados sobre eventuais ânforas de tipologia dita “ibero-púnica” ali produzidas não são categóricos, para épocas pré-romanas.

Para o estuário do Sado foi igualmente alvitrada a possibilidade de uma antiga actividade de exploração de recursos marinhos, partindo da identificação de ânforas de tipologia pré-romana de suposto fabrico local (DIOGO & FARIA, 1990). No entanto, nem se comprovou categoricamente que as ânforas eram de fabrico local, nem existe qualquer indício sobre o tipo de conteúdo que poderiam transportar, para lá de argumentos de senso comum, que valem o que valem – como em época romana se produzem na zona ânforas para transportar preparados de peixe, também eventuais produções anfóricas pré-romanas se deveriam destinar a esse fim.

Sublinhe-se, porém, que se afigura provável a existência de uma exploração intensiva de recursos marinhos e produção de preparados de peixe em quantidades suficientes para sustentar uma exportação, por diversas razões. Desde logo, pela riqueza piscícola atlântica, mas também pela analogia cultural entre as regiões da Andaluzia ocidental, onde essa actividade se encontra claramente documentada (LAGÓSTENA, 2001), e a região do extremo sudoeste da Península Ibérica, pelo menos, até aos estuários do Sado e do Tejo, se não mesmo em paragens mais setentrionais.

Conhecemos bem a produção de preparados de peixe e de ânforas para o seu transporte a distância, no ocidente peninsular, nos inícios do Principado, designadamente nas olarias sadinas (SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; 2002) e no Morraçal da Ajuda, em Peniche (CARDOSO *et al.*, 2006). Nem para o Algarve nem para o baixo Tejo há indícios claros de uma tão precoce produção. Trata-se, no fundo, de saber se ocorreu ainda em época tardo-republicana o início da produção de preparados de peixe à maneira romana e utilizando contentores locais de tipologia romanizada, à semelhança do que se verificou na vizinha Andaluzia. Embora nos faltem ainda dados mais firmes, avolumam-se os indícios de ter havido, de facto, uma produção de ânforas na *Lusitania* ainda em finais da República ou no reinado de Augusto. Conhecemos sobretudo materiais de fabrico lusitano recolhidos em contextos de consumo, como em outro local já se comentou (MORAIS & FABIÃO, 2007) e, no estado actual dos conhecimentos, afigura-se provável que o baixo Sado pudesse ter sido a região onde mais precocemente se instalaram estas actividades. As formas arcaicas das olarias de Abul e Pinheiro (SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998;

2002) e a existência de materiais de época republicana recuperados nas imediações de Tróia (SOARES, 1980) são, de momento, os mais sólidos argumentos. Mas, recorde-se, também na área da unidade de produção de preparados de peixe de Cacilhas se recolheram materiais datáveis da época tardo-republicana ou dos inícios do Principado (BARROS & AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996), infelizmente, em contextos que não permitem uma directa associação à unidade de produção de preparados de peixe ali identificada.

Contudo, foi somente durante o séc. I d.C. que se generalizaram as produções anfóricas e, provavelmente também, os complexos com cetárias relacionados com a exploração de recursos marinhos. Sobre estas fases clássicas da produção e sua periodização, não interessa agora insistir, uma vez que se pode considerar relativamente bem caracterizado o fenómeno e razoavelmente definidos os seus principais ciclos (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004; 2006; 2008), como adiante se comentará.

Assente a relevância da actividade de produção de preparados de peixe em época romana, nova interrogação se coloca para as fases mais tardias da actividade. Dispomos de informações que crescentemente vêm sugerindo uma continuidade da produção e exportação de preparados de peixe no ocidente da Península Ibérica para lá do século V d. C. Há que reconhecer a ainda escassez de dados, mas basta comparar o volume de informação que estabeleci em dois trabalhos dedicados a este tema, para se perceber aquilo a que chamaria uma consistente acumulação de informação, naturalmente cada vez mais relevante (FABIÃO, 1996, 2009), que se apresenta coincidente com a recentemente publicada para outras regiões meridionais da Península Ibérica (BERNAL, 2003, 2008).

É também grande o desconhecimento sobre as espécies capturadas e o tipo de preparados fabricado. Algumas observações dispersas valem o que valem, embora sirvam acima de tudo para sublinhar o muito que resta por fazer; veja-se, por exemplo, algumas notas reunidas para a exposição dedicada á exploração de recursos em época romana (ALARCÃO, 1997) e, sobretudo, o estudo de Carlos Assis e Clementino Amaro sobre a ictiofauna de Lisboa (ASSIS & AMARO, 2006). Actualmente, com o projecto de investigação da Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa) esperamos lançar alguma nova luz sobre o tema, com o estudo desenvolvido por Sónia Gabriel, ainda que sempre limitada, por se tratar somente de evidência associada às últimas fases de laboração da grande unidade de produção de preparados de peixe que ali foi escavada (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE & FABIÃO, no prelo). Generalizada é a falta de informação sobre as actividades de exploração do sal ou a eventualidade de outros artigos marinhos terem sido aproveitados também, como por exemplo, os utilizados na tinturaria, por muito que alguns investigadores sublinhem as presenças, na realidade, sempre bastante discretas, de moluscos nos locais onde se identificaram cetárias, nada de concreto e incontroverso pôde estabelecer-se – também no âmbito do mencionado projecto de investigação, Manuela Dias Coelho estuda o abundante acervo de fauna malacológica recolhido na Casa do Governador da Torre de Belém (FABIÃO *et al.*, 2008).

Finalmente, quase nada se sabe sobre os contextos sociais e económicos em que se desenvolveram todas estas actividades. A tese de J. Edmondson, da existência de três modelos distintos de laboração, o urbano, o suburbano especializado e o de *villae* (EDMONDSON, 1987), foi perdurando até há pouco tempo. Contudo, a multiplicação de novos sítios identificados e escavados foi complexificando bastante o tema. Por um lado, não temos qualquer dúvida quanto à existência de produções urbanas, de que *Olisipo* constitui o mais eloquente exemplo – veja-se os trabalhos de Clementino Amaro (AMARO, 1994) e Jacinta Bugalhão (BUGALHÃO, 2001), bem como o levantamento das evidências conhecidas e sua discussão que realizei há pouco tempo (FABIÃO, 2009). No entanto, os restantes modelos, como os de supostos *vici* “industriais” ou das *villae* já suscitam mais dúvidas, quer por não ser de todo clara a real natureza de alguns dos locais, como Tróia, por exemplo, quer por não ser de todo evidente que exista qualquer espécie de generalizada produção em âmbito de *villae*, como em outro local já tive ensejo de comentar (FABIÃO, 1994). Os mais recentes trabalhos pouco têm contribuído para um melhor esclarecimento da questão, bem pelo contrário. Atente-se, por exemplo, no caso do grande complexo da Casa do Governador da Torre de Belém cujo contexto é totalmente desconhecido (FILIPE & FABIÃO, no prelo).

Em toda esta actividade produtiva, o sal constituiu, desde sempre, o elemento de mais difícil valorização, sobretudo a identificação de estruturas de salina, objectivamente muito difíceis de documentar, mas também o quadro social e económico da sua exploração. A quem pertenceriam? Estariam mais ligadas ao mundo da pesca ou ao mundo rural? Constituíam actividade autónoma?... Embora ciente da fragilidade deste método, procurarei demonstrar como o recurso a informação de épocas históricas mais recentes pode sugerir pistas de investigação, designadamente, sobre as áreas de implantação de salinas, os métodos de exploração e alguns aspectos do seu contexto social e económico.

A ideia central é a de que o aproveitamento dos recursos marinhos requer o concurso de diferentes actividades especializadas (pesca, extracção de sal, produção de preparados de peixe e fabrico de artefactos cerâmicos para o seu transporte), que gera múltiplas explorações complementares, mas genericamente independentes, devido à sua especialização e à coincidência sazonal em que decorrem as fases críticas da laboração. De facto, apesar de todas estas actividades (pesca, fabrico de preparados de peixe, salicultura e produção cerâmica) possuírem um cunho fortemente sazonal (com a eventual excepção da última), é no mesmo período do ano que se concentram as principais tarefas. Logo, teriam necessariamente de recorrer a diferentes contingentes de mão-de-obra, por impossibilidade prática de serem mobilizados para as distintas operações os mesmos agentes. Acrescente-se o carácter marcadamente especializado de cada uma destas actividades e a necessidade de buscarem distintas implantações topográficas, necessariamente próximas, mas suficientemente afastadas umas das outras.

Uma verificação interessante é a de que existe uma coincidência entre as áreas de exploração de recursos marinhos conhecidas em épocas históricas e aquelas onde se conservam sítios arqueológicos com evidências destas mesmas actividades no período romano, o que sugere a possibilidade da futura identificação de novas áreas de exploração antiga até hoje não identificadas. Isto é, todas as zonas onde se conhece exploração de recursos marinhos na Antiguidade desenvolveram idêntica actividade em épocas mais recentes; mas nem todas as áreas onde se conhece uma relevante actividade pesqueira e salineira em tempos históricos revelaram vestígios de explorações antigas, quase sempre por ausência de investigação concreta. Assim, poderão no futuro desenhar-se programas de pesquisa de eventuais estruturas de produção de preparados de peixe de época romana, em zonas como o baixo Mira, as antigas margens das lagunas da Estremadura portuguesa, o baixo Mondego, o Vouga, enfim, todo um universo de possibilidades que se encontra em aberto e que poderá confirmar ou infirmar a pertinência de ensaiar abordagens retrospectivas ao estudo das actividades marítimas no ocidente peninsular. Sublinhe-se, porém, que não se pretende com esta afirmação defender uma continuidade das actividades pesqueiras de grande escala através dos séculos. Pelo contrário, como haverá ensejo de comentar, verificam-se notórias descontinuidades no tempo, que tornam anacrónica qualquer consideração sobre a origem romana da exploração de pesqueiros e salgados históricos. O que sucede é que as áreas com facilidades portuárias para o apoio à pesca e com condições propícias à salicultura são limitadas, o que justifica e explica que tenham sido recorrentemente utilizadas em distintas épocas. Esta é a ideia central que defendo: sucessivas ocupações, mais do que continuidades multisseculares: a este respeito, alguns sítios algarvios encontram-se seguramente entre os mais expressivos exemplos, desde a desaparecida cidade de *Balsa*, até Lagos, com a bem conhecida e notória descontinuidade na ocupação humana.

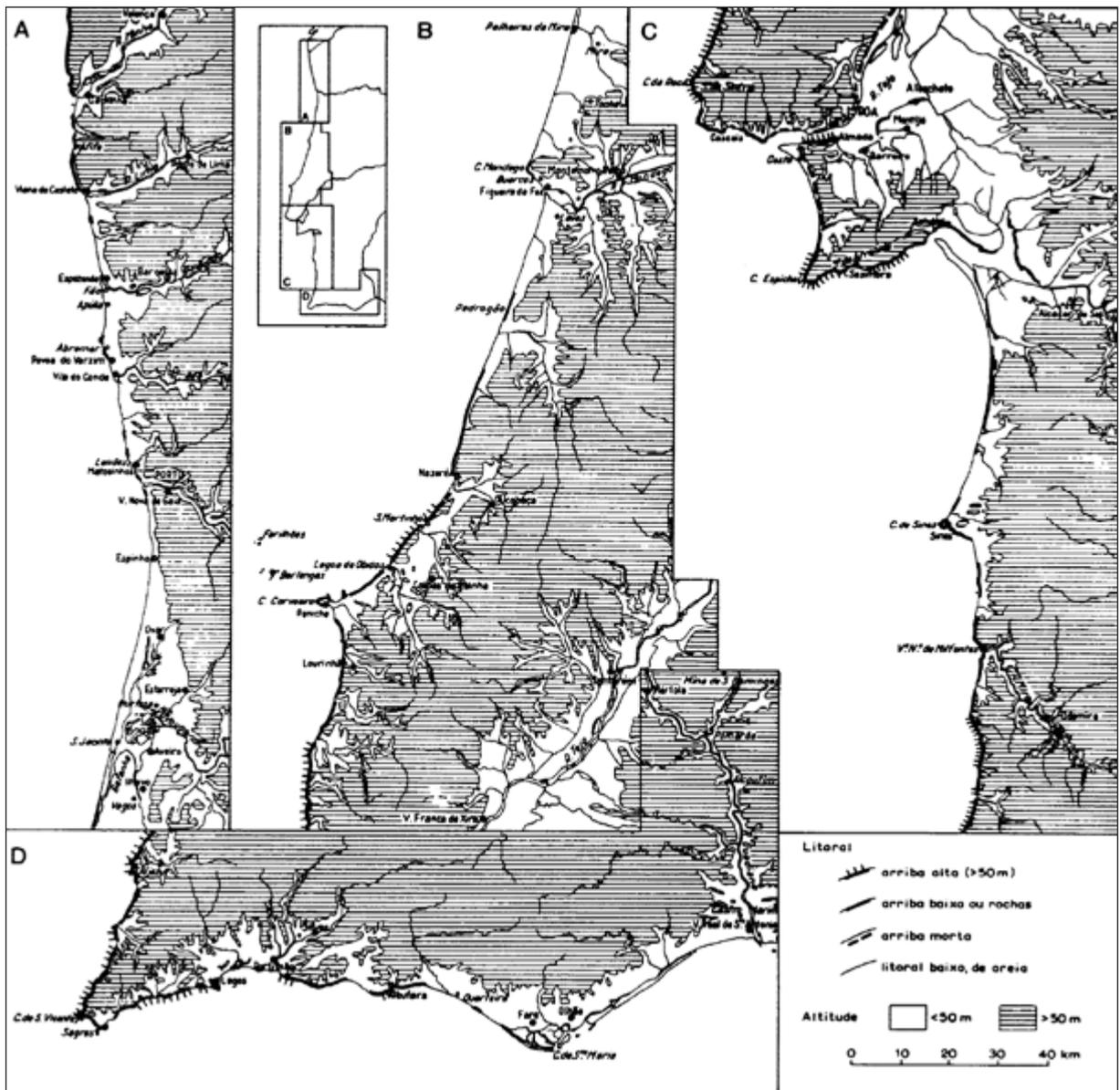


Fig. 1 – As costas portuguesas, segundo RIBEIRO, LAUTENSACH & DAVEAU, 1987.

2. A GEOGRAFIA DOS ANTIGOS PESQUEIROS

“O Tejo tem na foz uma largura de cerca de vinte estádios e uma tão grande profundidade que pode ser navegado por embarcações de dez mil ânforas de capacidade [...] O rio, por outro lado, é abundante em peixes e está cheio de moluscos”
Estrabão, *Geografia*. III.3.1

A riqueza das pescarias lusitanas é afamada desde tempos remotos, como se vê pela citação em epígrafe, razão pela qual se considerou sempre a pesca como uma das grandes actividades económicas do extremo ocidente da Península Ibérica, determinante na definição dos modelos do povoamento. Um conhecido tópico da historiografia portuguesa, que não interessa aqui expor ou discutir, é o do eventual papel do oceano e das actividades marítimas na construção do Estado português, isto é, o da existência de fases de “atlantização do povoamento”, a principal das quais se teria verificado justamente em época romana – é a conhecida tese de Jaime Cortesão (CORTESÃO, 1964), discutida e rebatida pelo geógrafo Orlando Ribeiro (RIBEIRO, 1977) e recentemente tratada por outros autores, designadamente Vasco Mantas (MANTAS, 1990,1999), como em outro local já comentei (FABIÃO, no prelo). Independentemente do que se tem procurado provar com tais observações, interessa aqui reter dois aspectos essenciais, a saber, o de se verificarem fases em que florescem importantes centros litorais, tirando partido da geografia francamente atlântica do ocidente da Península Ibérica e outros em que se observa uma clara retracção do povoamento costeiro, com a subsequente valorização das áreas interiores lagunares e de fundo de estuário, sem que tal implique, porém, um desprezo pelo potencial económico do grande oceano; o de parecer mais ou menos evidente que as oscilações na ocupação das orlas costeiras se relacionam directamente com as situações em que o mar é sobretudo fonte de rendimento, com imensos recursos, e outras em que se torna em local de onde vem o perigo, pela acção das múltiplas piratarrias que ao longo dos séculos assolaram as costas peninsulares. Uma vez mais, o geógrafo Estrabão sublinhou devidamente as vantagens que a erradicação da piratarria proporcionou à navegação em época romana (III. 2.5.) e, conseqüentemente, à ocupação humana das orlas costeiras. Este vaivém do povoamento, que conhecemos em épocas históricas, ajudará a enquadrar devidamente muitas das interrogações que pontuam as linhas que se seguem.

Para lá das situações históricas, a geomorfologia costeira limita e condiciona as possíveis regiões pesqueiras. De facto, as costas da antiga *Lusitania* apresentam características que merecem particular consideração (Fig. 1). De sul para norte, temos uma primeira região, claramente demarcada, que corresponde ao Algarve (Fig. 1, D). Estende-se desde a foz do Guadiana ao Cabo de S. Vicente e pode considera-se um prolongamento natural da Andaluzia ocidental, como aparentemente os próprios geógrafos antigos entendiam: caberá citar uma vez mais Estrabão (III.2.5), sem esquecer também que, ainda em épocas mais tardias, Ptolemeu localizava na Turdetânia cidades como *Balsa* e *Ossonoba* (TOVAR, 1976), ambas no litoral algarvio. Como já tive oportunidade de comentar, trata-se da região considerada por Ponsich e Tarradel nos seus estudos de referência, justamente pelas óbvias afinidades que apresenta com a sua simétrica norte-africana. Apesar da história ter desenhado aqui duas fronteiras, uma norte-sul, entre cristãos e muçulmanos, e uma outra, este-oeste, entre portugueses e espanhóis, esta comunidade continuou a existir, nomeadamente no sector das pescas, sublinhando a forte singularidade do Algarve no contexto português: teve estatuto de reino autónomo e uma densidade de centros populacionais e áreas portuárias ímpar no ocidente (RIBEIRO, 1978). Em outros locais me ocupei já das suas singularidades em época romana e das múltiplas interrogações que estas suscitam (FABIÃO, 1994, 2002). Naturalmente, atendendo à densidade do povoamento costeiro em época romana e a estas singularidades que conhecemos em época histórica, tentador seria supor que se desenhou no litoral algarvio um sistema de exploração de recursos marinhos que atravessou os séculos de um modo quase inalterado. No entanto, as transformações são sufi-

cientemente relevantes para que se não caia em análises simplistas e anacrónicas, como haverá oportunidade de comentar.

A norte do cabo de S. Vicente, escasseiam as áreas propícias à instalação de comunidades humanas na orla costeira, até ao estuário do Sado (v. Fig. 1, D e C). De facto, embora haja informações abundantes sobre a presença de comunidades pré-históricas junto de pequenas linhas de água em actividades de marisqueio, em todo o Sudoeste peninsular, a escassa relevância destas ribeiras não proporcionou estuários suficientemente amplos para o desenvolvimento de significativas actividades pesqueiras em épocas históricas. É bem provável que estes modos de vida de modestas comunidades de pescadores tenha permanecido, numa base de auto consumo, mas não são de todo essas realidades marginais, por assim dizer, que aqui interessa considerar. Em todo este litoral, somente a foz do rio Mira ou a enseada natural de Sines (SILVA & COELHO-SOARES, 2006) parecem ter possibilitado alguma navegação considerável e a respectiva presença de instalações portuárias em época moderna (RIBEIRO, 1977; PEREIRA, 2003). Significativamente é também nestas zonas que se verifica a existência de estruturas de época romana, sobretudo na segunda. Não será todavia de excluir a possibilidade de alguma ocupação em outros locais, como na foz das ribeira de Aljezur e Odeceixe, hoje muito assoreadas, na Ilha do Pessegueiro, próximo de Porto Covo, onde se conhecem relevantes vestígios de ocupação em época romana, com eventuais antecedentes pré-romanos (SILVA & SOARES, 1993) e, talvez, nas orlas de antigas lagunas a norte de Sines, embora nada de concreto se conheça actualmente e a área tenha sido já extensamente prospectada.

É nos estuários do Sado e do Tejo que se conhecem as duas áreas de maior concentração de vestígios da exploração dos recursos marinhos em época romana (Fig. 2). Se a primeira é bem conhecida desde há longa data, a segunda tem vindo a ser identificada, sobretudo nas últimas décadas (AMARO, 1990, 1994; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995; BUGALHÃO, 2001; RAPOSO *et al.*, 2005) e poderá ter conhecido também uma assinalável relevância. No que respeita ao primeiro destes rios, é interessante verificar que existe uma longa tradição de povoamento, com evidentes conexões meridionais. Para lá dos dados arqueológicos, em sentido estrito – uma vez mais, remeto para os textos de Ana Margarida Arruda (ARRUDA, 1999-2000) –, assinala-se a óbvia influência gaditana da numária da antiga cidade que subjaz ao aglomerado de Alcácer do Sal (FARIA, 1989, 1992), onde nem faltam as representações de atuns a sublinhar eventual relevância pesqueira da zona, e com uma significativa onomástica turdetana entre os seus magistrados, como bem sublinhou António Faria (FARIA, 1989). Acrescente-se que Claudio Ptolemeu situava também na Turdetânia os aglomerados de *Caetobrix* e *Salacia* (TOVAR, 1976), ambos no baixo Sado. As escavações arqueológicas realizadas na área da antiga alcáçova medieval de Alcácer do Sal constituem um expressivo exemplo da continuidade das relações deste local com o mundo mediterrâneo desde os inícios do I Milénio a.C. (SILVA *et al.*, 1980-1981), o que reforça a ideia de uma possível exploração pré-romana de recursos marinhos, à semelhança do sucedido em outras paragens meridionais hispânicas. Sublinhe-se, porém, que a enorme concentração de unidades de produção de preparados de peixe no estuário do Sado não inibiu a instalação de análogas actividades em pequenas enseadas das suas proximidades, como Sesimbra, por exemplo. Esta realidade até há bem pouco tempo totalmente desconhecida, sublinha a relevância que pode ter a abordagem regressiva ao fenómeno da distribuição das comunidades de pescadores, uma vez que também em épocas históricas mais recentes existiu uma exploração concorrencial dos pesqueiros locais por sesimbrenses e setubalenses (RAU, 1951).

O estuário do Tejo constituiu outra das grandes áreas de concentração de unidades de produção de preparados de peixe em época romana. A actividade regista uma importante concentração na área urbana de *Olisipo* (AMARO, 1990, 1994; BUGALHÃO, 2001), mas estende-se também à margem sul, área de Cacilhas (AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996) e Porto Brandão (SANTOS *et al.*, 1996). Ainda na margem norte conhecem-se unidades em Cascais (CARDOSO, 2006) e foi recentemente escavada um novo complexo de muito grande dimensão sob a antiga casa do governador da Torre de Belém, na antiga praia do Restelo (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE

& FABIÃO, no prelo). Até há pouco, poderia pensar-se que a grande concentração de Lisboa convivia com unidades de menor capacidade instaladas junto a antigas ribeiras tributárias do Tejo, como seria o caso do Porto Brandão, por exemplo, mas a identificação da enorme unidade de produção da casa do governador da Torre de Belém veio alterar substancialmente este panorama (FILIFE & FABIÃO, no prelo). Tal como no baixo Sado, também aqui se conhecem diversas olarias que fabricaram ânforas (RAPOSO *et al.*, 1995; RAPOSO & DUARTE, 2002; RAPOSO *et al.*, 2005), bem como diversas áreas produtoras de sal, ainda bastante activas em épocas recentes (BUGALHÃO, 2001).

A norte do estuário do Tejo, encontra-se uma costa de arribas elevadas (Fig. 1, C e B), mas com um importante complexo portuário histórico (RIBEIRO, 1977) cuja utilização em época romana começa agora a conhecer-se, ainda que somente de um modo indirecto (MANTAS, 1986, 1999). Assinale-se a identificação de um centro oleiro de produção de ânforas na área de Peniche, o Morraçal da Ajuda (CARDOSO & RODRIGUES, 2005; CARDOSO, RODRIGUES & SEPÚLVEDA, 2006), local onde eram conhecidas já antigas notícias reveladoras da provável existência de cetárias, infelizmente, não devidamente confirmadas (BERNARDO, 1966); ou da cidade romana de *Eburobritium*, nas cabeceiras da antiga lagoa de Óbidos, hoje muito assoreada, que poderá ter tido uma relevante função portuária (MOREIRA, 2002), com eventual produção de preparados de peixe. O nosso conhecimento desta região assenta em informações de épocas posteriores à da presença romana e inclui a existência de um importante complexo portuário na lagoa da Pederneira, com o seu porto de Paredes, hoje desaparecido; ao complexo portuário de S. Martinho, com Alfeizerão, servido por via romana e onde se conhecem alguns achados ocasionais daquela época (MANTAS, 1986), progressivamente substituído por Salir do Porto e por S. Martinho, à medida que foi progredindo o enchimento da laguna (PEREIRA, 2002). A cidade de *Eburobritium*, que terá sido abandonada em momento indeterminado, mas, provavelmente, no final da época romana (MOREIRA, 2002), substituída pela vila de Óbidos a jusante, poderá considerar-se, pois, uma cidade marítima, por dispor de acesso directo ao mar e uma extensa laguna que lhe forneceria as necessárias facilidades portuárias. O complexo de Atougua da Baleia e Peniche, em que o primeiro (um porto baleeiro, como o nome indica) foi decaído, ao ritmo do assoreamento da orla costeira, até ficar remetido para uma situação francamente interior, herdando o segundo, que ainda era uma ilha em época medieval, a condição de porto de pesca e local de alfândega, em época moderna, quando se transformara já numa península (PEREIRA, 2002). Justamente estas dinâmicas, que conseguimos esboçar a traço grosso, carecem de investigação mais precisa e concreta.

A norte deste sistema portuário, o litoral torna-se ainda mais inóspito, com dois importantes estuários, cuja relevância em época romana desconhecemos em absoluto: os estuários do Mondego e do Vouga (Fig. 1, B e A). Nestas duas áreas, as profundas alterações geomorfológicas recentes dificultam sobremaneira a pesquisa sobre antigas utilizações e creio mesmo que nunca se desenvolveram efectivos esforços para identificar vestígios de antigas actividades marítimas. Deverá reter-se, contudo, a relevância das presenças orientalizantes no primeiro local, claramente indiciadoras do seu potencial portuário (ARRUDA, 1999-2000, com referências).

Estes condicionalismos geográficos afiguram-se particularmente importantes por várias razões. Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento das actividades pesqueiras requer a existência de facilidades portuárias para abrigo das embarcações. Mas, também, porque o pescado, enquanto bem alimentar, constitui matéria altamente perecível, requerendo, portanto, o desenvolvimento de actividades que possibilitem a sua conservação, pela secagem, pelo fumo ou pela salmoura, em suma, por um qualquer método que assegure condições para um consumo diferido ou para a sua exportação, frequentemente, para ambos. No que respeita à salmoura, terá de existir nas imediações do porto pesqueiro espaço adequado à construção de marinhas que possibilitem a salicultura, ou seja, têm de existir terrenos onde chegue a água do mar, mas suficientemente afastados da orla marítima para que se possa proceder à sua produção a coberto da acção das marés. Acrescente-se que a instalação de marinhas necessita de áreas úteis relativamente extensas, incompatíveis com vales cavados.

Assim, quando tentamos efectuar o inventário das zonas pesqueiras de época romana, dispomos, basicamente, de três tipos de evidências possíveis: vestígios de cetárias, indiciadoras da actividade de produção de preparados de peixe; olarias que tenham produzido ânforas destinadas ao transporte a distância destes bens alimentares, o que, naturalmente, revela a sua importância e magnitude; e marinhas onde se produzisse o sal, indispensável a tais actividades. Bem entendido, para além de outras evidências concretas e directas, como anzóis, agulhas de coser redes, pesos, etc. que, embora constituam prova concreta e circunstancial das actividades pesqueiras, em nada nos elucidam quanto ao seu volume e relevância económica e, por isso, não serão aqui considerados. Os três tipos de vestígios mencionados apresentam diferentes graus de conservação e suscitam distintas questões. Os primeiros, as cetárias, são prova concreta de actividades pesqueiras, suficientemente relevantes para justificarem uma produção de larga escala. No entanto, somente com boas referências estratigráficas poderemos tirar todo o partido desta informação, designadamente, situar no tempo a laboração de cada local onde tais indícios se conservam, o que nem sempre é fácil. Por razões óbvias, temos um mais preciso registo das fases finais da actividade e subsequente abandono e poucos dados sobre as fases iniciais, razão pela qual tantas interrogações ainda subsistem. Naturalmente, para as olarias, também serão importantes as referências estratigráficas e contextuais. No entanto, como é possível a partir dos dados obtidos nos centros de consumo datar os produtos que fabricam e exportam, conseguimos valorizar melhor os casos onde falta, de todo, um registo arqueológico conforme aos padrões das modernas exigências científicas. Finalmente, para as marinhas de sal os dados disponíveis são muito mais escassos. Contrariamente ao que sucede com cetárias e olarias, as estruturas de exploração do sal são, por definição, precárias e altamente perecíveis e, pior ainda, a sua estrutura parece ter-se mantido praticamente inalterada ao longo de séculos. Deste modo, mesmo quando dispomos de evidências estruturais no terreno e, portanto, perceptíveis na paisagem, muito difícil se torna demonstrar a sua cronologia. Por essa razão, neste caso concreto, limitar-me-ei a sublinhar o potencial proporcionado pelo conhecimento das marinhas históricas, como eventual indício das instalações antigas, embora reconheça a falibilidade do método.

3. CETÁRIAS

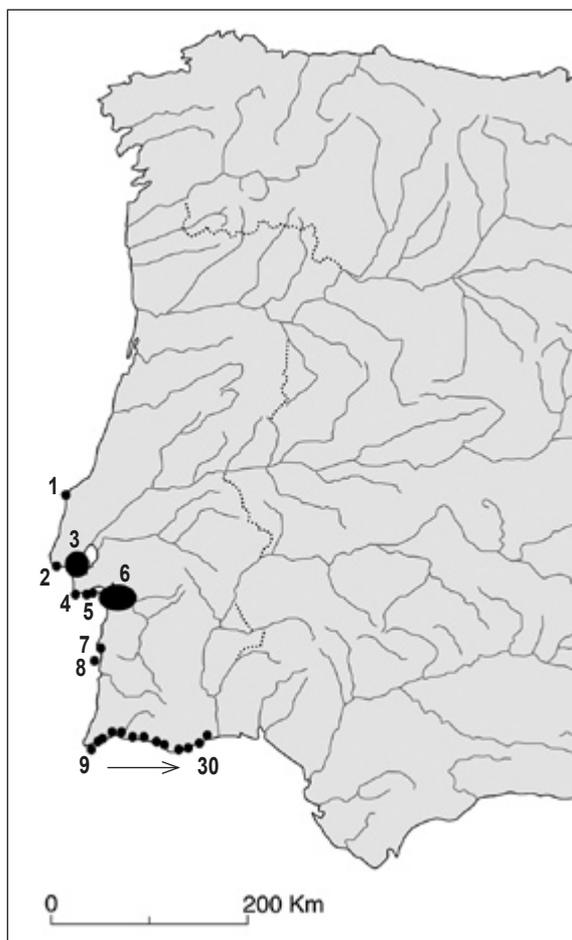
*“Quoniam vero in vrbe hac de qua nobis termo est, celebris erat piscatio,
& salsura talium piscium (...) Cetobriga vocata ciuitas est.
Durant adhuc in Caetobrigensi littore, ipsa cetaria, signino opere antiquitus fabricata.”*

*“E porque na cidade de que estamos a falar era célebre a pesca
e a salmoura destes peixes (...) chamou-se-lhe Cetóbriga.*

*Subsistem ainda hoje no litoral de Tróia os próprios tanques de salga
feitos na antiguidade de argamassa signina.”*

André de Resende, *Libri Quatuor De Antiquitatibus Lusitaniae*. Évora: 1593, fl. 196.

Como é patente no texto escolhido para epígrafe, o conhecimento de estruturas de época romana destinadas à produção de preparados de peixe remonta ao século XVI, sendo irrelevante para o caso, que se encontre associado a uma falsa etimologia. Particularmente no grande complexo de Tróia, fronteiro a Setúbal, eram patentes estes vestígios, que se espraiavam por uma apreciável extensão. O facto de, nesta mesma época, a região ter importantes comunidades piscatórias, não só na cidade sadina, mas também na vizinha Sesimbra, e ser o principal foco da salicultura nacional, com significativa exportação para vários pontos do reino de Portugal e para o norte da Europa (RAU, 1965), sublinhava a ideia de se tratar de uma actividade multissecular, herdada da época romana, o que nem será de todo exacto, uma vez que se verificaram significativas descontinuidades no povoamento do estuário. Tal não impede a verificação da relevante exploração de preparados de peixe em ambas margens do Sado,



Legenda: 1 – Peniche (?) – notícia não confirmada. 2 – Cascais. 3 – Grande concentração na zona do estuário do Tejo: Casa do Governador da Torre de Belém e as diversas unidades do subsolo de Lisboa, na margem direita; Porto Brandão e Cacilhas, Almada, na margem esquerda. 4 – Creiro, Setúbal. 5 – Rasca, Setúbal. 6 – Grande concentração na zona do estuário do Sado: Comenda, subsolo de Setúbal e Tróia, Grândola. 7 – Sines. 8 – Ilha do Pessegueiro. 9 – Beliche, V. do Bispo. 10 – Ilhéu da Baleeira, V. do Bispo (?). 11 – Salema, V. do Bispo. 12 – Boca do Rio, V. do Bispo. 13 – Burgau, V. Bispo. 14 – Senhora da Luz, Lagos. 15 – Lagos (inclui as várias unidades do subsolo da cidade e a da Meia Praia. 16 – Vau, Alvor. 17 – Portimões, Portimão. 18 – Baralha 2, Portimão. 19 – Ferragudo, Portimão. 20 – Armação de Pêra. 21 – Cerro da Vila, Loulé. 22 – Quarteira. 23 – Loulé Velho, Quarteira. 24 – Quinta do Lago, Loulé. 25 – Faro. 26 – Olhão. 27 – Quinta de Marim. 28 – Torre de Aires, Quinta das Antas. 29 – Quinta do Muro, V. Real de St. António. 30 – Cacela, V. Real de St. António.

Fig. 2 – Sítios com cetárias no litoral da *Lusitania*. Base cartográfica FABIÃO, 1994, onde se poderão encontrar as referências bibliográficas, que não constarem do presente artigo.

bem como em Sesimbra onde, até há bem pouco tempo, de todo se desconhecia qualquer vestígio de ocupação romana.

Várias campanhas de escavações realizadas em Tróia desde o século XIX foram sublinhando a relevância das actividades de exploração de recursos marinhos na Antiguidade. No entanto, por falta de publicação científica digna desse nome, o sítio foi sendo sempre um local conhecido por um “turismo erudito”, sem todavia ganhar um amplo reconhecimento como grande centro atlântico de produção de preparados piscícolas. Uma publicação recente, da autoria de investigadores franceses, poderá contribuir positivamente para um melhor conhecimento da sua importância (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994). Mas, acrescente-se, somente um projecto de investigação coerente e continuado permitirá conhecer a verdadeira natureza e extensão do importante sítio arqueológico de Tróia. Esperemos que a nova fase de trabalhos, sob a direcção de Inês Vaz Pinto, possa ter êxito.

Ainda no século XIX, decorreram as extensas pesquisas de Estácio da Veiga nas costas algarvias. Estes trabalhos permitiram identificar um considerável número de locais onde se conservavam cetárias, igualmente indiciadoras de uma importante actividade de exploração de recursos marinhos, disseminada por todo o litoral, sem que pare-

ça terem existido áreas de concentração análogas às conhecidas no Sado ou no Tejo (Fig. 2). Mas, sublinhe-se, este panorama pode ser enganador, uma vez que todo este conjunto de sítios nunca foi tratado numa óptica micro regional. A área da antiga cidade de *Balsa* pode concentrar bastantes unidades de transformação, assumindo-se como área mais relevante do que se supõe; e áreas como a da ribeira de Lagos, Alvor ou Arade, poderão ter conhecido sistemas de exploração de estuário, com lógicas não muito distintas das documentadas no Sado e Tejo, ainda que em presumível menor escala. Uma vez mais, as vicissitudes da investigação não lograram projectar significativamente os centros algarvios, apesar da sua representação nas obras de referência de Ponsich e Tarradell (PONSICH & TARRADELL, 1965; PONSICH, 1988). De facto, embora as pesquisas do erudito algarvio se destinassem à produção de uma *Carta Archeologica*, a primeira do género que se elaborou em Portugal, acompanhada por extensa publicação nos volumes consagrados às *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, por morte do seu mentor, só os primeiros quatro volumes, consagrados às épocas pré e proto-históricas saíram dos prelos (VEIGA, 1886-1891), tendo permanecido no essencial inédita toda a informação relativa à época romana, a *Carta Archeologica do período Histórico*, para lá dos textos dados à estampa, postumamente, nas páginas de *O Archeologo Português*, por diligência de José Leite de Vasconcellos (VEIGA, 1904, 1905 e 1910). A informação está agora concentrada em volume (VEIGA, 2006). A iniciativa posterior de Maria Luísa Santos de resgatar ao esquecimento boa parte desta informação, deparou-se, todavia, com inultrapassáveis dificuldades de registo (SANTOS, 1971, 1972), que ainda hoje subsistem. No fundo, conhecem-se os locais, em alguns casos, plantas de estruturas, dispomos dos materiais arqueológicos recolhidos em cada um deles (nunca extensamente estudados, diga-se), mas não há qualquer informação sobre estratigrafias ou natureza dos contextos (FABIÃO, 1994, 2006, 2007). Em suma, um local onde há cetárias e onde se recolheram materiais dos séculos I e II não significa necessariamente que a essas épocas remontem as actividades de produção de preparados de peixe que as cetárias revelam.

Devido a importante informação suscitada por recentes investigações, poderemos eleger Lagos como exemplo e como espaço de reflexão sobre o tema da exploração dos preparados de peixe algarvios em época romana. Na actual área urbana foi possível documentar uma curiosa dinâmica de instalação de unidades destinadas à produção de preparados de peixe. Por um lado, na margem esquerda do rio de Lagos localiza-se o sítio arqueológico de Monte Molião, presumivelmente o grande aglomerado da região em época pré-romana, a *Laccobriga* de Pompónio Mela (III. 7), com uma extensa diacronia de ocupação, desde a Idade do Ferro até à época antonina (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2008) – naturalmente, refiro-me à ocupação propriamente dita e não à necrópole também ali existente. No sopé do Molião, ainda na mesma margem, foi documentada uma unidade de produção de preparados de peixe dos inícios do Principado, seguramente a mais antiga até à data documentada em todo o Algarve (BARGÃO, 2008). Esta cronologia foi proposta com base nos dados relativos ao seu abandono, uma vez que não foi possível datar com segurança o momento da sua instalação, como habitualmente sucede com estas estruturas. Por outro lado, são de há longa data conhecidos os vestígios de cetárias na própria área urbana de Lagos, todos eles, ao que parece, de cronologia mais tardia. No estado actual dos conhecimentos, seria tentador supor que se verificou uma transferência desta actividade, desde a margem esquerda do estuário do rio para a margem direita, acompanhando a própria deslocação do povoamento que parece denotar análoga transferência, como já foi sugerido (ARRUDA, 2007; ARRUDA *et al.*, 2008). Contudo, o conhecimento de núcleos com ocupação durante fases mais tardias da época romana na área da Meia Praia (SERRA & PORFÍRIO, 2006; ÂNGELO, 2008) aconselha alguma cautela, já que poderemos estar perante um mais vasto fenómeno de exploração de recursos marinhos, inicialmente instalada junto do Molião, mas estendendo-se depois às duas orlas do estuário. Naturalmente, somente futuros trabalhos poderão esclarecer a questão.

Mas a investigação no subsolo do centro histórico da cidade de Lagos, margem direita, tem revelado novos dados deveras interessantes. Por um lado, tem vindo a identificar-se uma extensa frente de unidades de produção de preparados de peixe, ao longo das ruas Silva Lopes e 25 de Abril (MORÁN, 2006), sugerindo uma efec-

tiva especialização produtiva que não deixa de ter algumas semelhanças com realidades conhecidas nos baixos Tejo e Sado, ainda que também com algumas diferenças substanciais. Na ausência de elementos que permitam contextualizar de outro modo estas unidades, foi alvitrada a designação de *vicus*, afinal uma proposta não muito diferente da que tem sido sugerida para outros locais das costas lusitanas, como Serro da Vila, Quarteira (TEICHNER, 2006) ou Tróia, Grândola. Independentemente de não haver de momento dados mais consistentes para avaliar este enquadramento da produção. Muito interessantes têm sido as cronologias de funcionamento apuradas pelas intervenções de arqueologia urbana. Embora haja evidência artefactual de uma ocupação sob a actual área urbana que remonta pelo menos ao século II (MORÁN, 2006; ARRUDA, 2007) a laboração documentada destas unidades remete sobretudo para épocas mais tardias, prolongando-se até ao século VI (RAMOS *et al.*, 2006; RAMOS *et al.*, 2007), ou seja, até momentos claramente pós-romanos, à semelhança do que tem sido documentado em outras áreas da actual Andaluzia (BERNAL, 2003, 2008). Finalmente, registre-se que recentes escavações realizadas na rua 25 de Abril, infelizmente em circunstâncias bastante limitadas, permitiram confirmar de um modo mais claro a existência de produção local de ânforas, justamente nesta fase mais tardia (dados presentemente em estudo por Sandra Brazuna, Iola Filipe e pelo autor destas páginas). Este fabrico de ânforas em Lagos, junto às próprias unidades de processamento do pescado, coloca várias questões relevantes, uma vez que terá decorrido na mesma altura em que o grande centro oleiro do Martinhal, em Sagres, se encontrava em laboração (SILVA, COELHO-SOARES, 1990; BERNARDES, 2008). Assim, a hipótese que em outro lugar alvitrei de ser esta olaria a principal abastecedora dos núcleos lacobrigeneses (FABIÃO, 2004) deverá, no mínimo, ser matizada.

O panorama geral das pescarias lusitanas em época romana foi valorizado por distintos autores. Por Mesquita de Figueiredo, ainda no século XIX, ou por Veiga Ferreira, já na década de 60 do século XX (FIGUEIREDO, 1898, 1906; FERREIRA, 1966-67 & 1968), ambos fortemente apoiados nos dados praticamente inéditos de Estácio da Veiga (VEIGA, 1904, 1905, 1910). Mas, na realidade, não parece ter havido uma plena consciência da sua imensa relevância económica, apesar das reiteradas menções à sua importância na Antiguidade. Neste particular, resulta interessante verificar que na grande obra de síntese consagrada por Jorge de Alarcão ao domínio romano no espaço hoje português, o tema da exploração dos recursos marinhos ocupa somente meia página, sem direito sequer a um mapa da distribuição dos sítios com cetárias (ALARCÃO, 1973); mesmo na segunda edição revista da obra, dado à estampa dez anos mais tarde, o tema não conheceu maior relevo (ALARCÃO, 1983). Somente em outra síntese elaborada por Rui Centeno encontramos uma primeira tentativa de cartografia sistemática das actividades marinhas de época romana (CENTENO, 1983: figura na p. 190). Centeno estendeu mesmo a sua atenção a outros núcleos situados a Norte, já fora da área da *Lusitania*, devidamente cartografados, sublinhando assim a extensa solidariedade atlântica destas actividades.

Para lá destas evidências directas, bem se poderá dizer que os primeiros indícios da especial importância da exploração dos recursos marinhos na economia da *Lusitania* surgiram com a moderna identificação dos centros oleiros do vale do rio Sado. De facto, depois da publicação da olaria do Pinheiro, Alcácer do Sal (ALMEIDA, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971), iniciou-se o processo de valorização das antigas notícias sobre olarias na bacia do rio Sado, de há muito localizadas e conhecidas, mas consideradas ou como áreas portuárias ou como locais onde se fabricaram cerâmicas para transportar outros artigos alimentares (CORREIA, 1928, 1930). Naturalmente, à medida que foi crescendo o volume da informação, ganhou terreno, paralelamente, a consciência de que a actividade de produção de preparados de peixe adquirira uma dimensão considerável. Acrescente-se que, anteriormente a esta data, se tinham escavado as primeiras olarias produtoras de ânforas na Lusitânia, ambas no Algarve (VASCONCELLOS, 1898; ROCHA, 1895-1896) (Fig. 3). Contudo, não foi dada especial relevância à primeira, a de S. Bartolomeu de Castro Marim, e a segunda, de S. João da Venda, nem sequer foi correctamente identificada (FABIÃO & ARRUDA, 1990; FABIÃO, 2004, com referências e comentários).

Ao longo das últimas décadas, novos locais foram sendo acrescentados aos tradicionais, do baixo Sado e do Algarve. Em primeiro lugar, o estuário do Tejo, onde se identificaram as primeiras cetárias na área urbana de Lisboa (AMARO, 1990, 1994) e em Cacilhas, na margem sul (BARROS & AMARO, 1984-1985). Curiosamente, ao mesmo tempo que se iniciava o processo de identificação de novos complexos na área urbana de Setúbal (SILVA & COELHO-SOARES, 1980-1981; SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1986). Deste modo, ganhou forma a ideia de que os estuários do Sado e do Tejo poderiam ter vivido situações similares, com grandes complexos de processamento do pescado, instalados em ambas as margens, abastecidos por centros oleiros onde se fabricaram ânforas para o transporte destes artigos, instalados a montante, nas margens dos rios. Foi na sequência destas observações que Johnathan Edmondson realizou a sua investigação, (EDMONDSON, 1987). Acrescente-se que a multiplicação das escavações nestas áreas urbanas, cada vez mais intensa nos últimos anos, foi proporcionando novas informações, embora estejamos ainda longe de uma total compreensão das dinâmicas, cronologias e volume das produções. Seja como for, coube a Edmondson a primazia de reconhecer e enfatizar a relevância da exploração de recursos marinhos, como uma das mais importantes actividades económicas da antiga província romana.

Paralelamente, desenvolveu-se a escavação da Ilha do Pessegueiro, na costa alentejana, que revelou um novo centro de produção até então desconhecido (SILVA & SOARES, 1993). O seu estudo possibilitou a reapreciação de antigos dados conhecidos na área urbana de Sines (DIOGO & COSTA, 1996), que novas escavações no local melhor esclareceram (SILVA & COELHO-SOARES, 2006), acrescentando-se, assim, uma nova área de produção de preparados de peixe ao universo já conhecido. O caso de Sines tem-se revelado particularmente interessante por patentear também um peculiar modelo de exploração dos recursos, com pequenas unidades de processamento do pescado fisicamente próximas do forno que provavelmente fabricou as ânforas usadas para o seu transporte. Trata-se de uma concentração espacial das duas actividades: de fabrico cerâmico e de preparados de peixe, semelhante à situação comentada para Lagos e, provavelmente, para outros sítios do Algarve, como a Quinta do Lago (ARRUDA; FABIÃO, 1990). Infelizmente, não temos qualquer ideia sobre o tipo de aglomerado que existiria em Sines, na época romana. Quanto à localização das unidades com cetárias, tanto na Ilha do Pessegueiro, como em Sines, temos uma situação que se aproxima mais do modelo de instalação conhecido para o Algarve, com os centros produtores localizados na orla marítima, sem as implantações estuarinas do Sado e Tejo. Não deixa de ser assinalável, porém, que a área de Sines tenha mantido em outros períodos históricos as suas funções portuárias, tirando partido da abrigada enseada ali existente.

Também no Algarve se foram desenvolvendo as investigações, sobretudo nos últimos anos, que revelaram novos centros de produção de preparados de peixe, enquanto a reavaliação de antigas notícias permitiu ir acrescentando o número de centros produtores de ânforas utilizadas no transporte destes artigos. Conhecemos novos centros oleiros, como o da Manta Rota (VIEGAS, 2006), o de Lagos (dados em estudo) e o de Martinhal (BERNARDES, 2008) as já mencionadas grandes concentrações de unidades de processamento de peixe de Lagos ou o complexo da Praia da Luz, na mesma região, com ocupação tardia, a merecer mais detalhado estudo (PARREIRA, 1997). Isto é, enquanto se acrescentavam novas áreas até então desconhecidas ao panorama das pescarias de época romana, a dinâmica das investigações ia multiplicando as observações nas zonas já anteriormente conhecidas.

A este respeito, é relevante registar as novas investigações nas costas junto ao estuário do Sado, com a escavação do complexo do Creiro (SILVA & COELHO-SOARES, 1987); e uma reavaliação global de Tróia, que sublinhou bem a sua extraordinária relevância no contexto dos centros produtores de preparados de peixe do Mundo Antigo (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994). Também o estuário do Tejo e seus prolongamentos atlânticos revelaram novos e surpreendentes dados. Desde logo, a extensa frente de produção de preparados de peixe de Lisboa (AMARO, 1994; BUGALHÃO, 2001), o pequeno complexo de Cascais (CARDOSO, 2006) e, sobretudo, o grande complexo da Casa do Governador da Torre de Belém, de dimensão inusitada (FABIÃO *et al.*, 2008; FILL-

PE & FABIÃO, no prelo; FABIÃO, 2009), sobretudo atendendo a que se encontra nas proximidades de um centro urbano que teve na exploração dos recursos marinhos uma das suas grandes actividades económicas.

Finalmente, uma vez mais o mundo da olaria veio trazer novidades ao panorama da exploração dos recursos marinhos na época romana, sobretudo com a identificação do centro produtor do Morraçal da Ajuda, em Peniche. De momento, pouco mais há do que notícias preliminares (CARDOSO & RODRIGUES, 2005; CARDOSO, RODRIGUES & SEPÚLVEDA, 2006), faltando ainda um tratamento sistemático das diferentes formas produzidas, mas não deixa de ser interessante notar que havia já antigas notícias de cetárias encontradas justamente na área de Peniche (BERNARDO, 1966), embora os moldes em que foi dada a notícia preliminar da sua identificação dessem lugar a múltiplas dúvidas e interrogações – por esta razão, as distintas cartografias dos locais com cetárias das costas hoje portuguesas nem sempre incluíam a actual península de Peniche. Também aqui a instalação de eventuais unidades de produção de preparados de peixe apresentaria uma situação francamente litoral, sobre uma ilha, já que seria essa a condição de Peniche na Antiguidade. A existência de uma marca nominal com *tria nomina* (*L. Arveni Rustici*), associada a um forte hábito epigráfico, revela a origem romana desta produção, e torna também relativamente fácil de rastrear as ânforas do Morraçal da Ajuda na sua dispersão pelo mundo romano.

Assim, pode dizer-se que conhecemos hoje um multifacetado panorama de exploração dos recursos marinhos em época romana. No entanto, conhecemos pior os contornos precisos de que se revestiu a sua instalação e desenvolvimento.

Em primeiro lugar, permanece em aberto o esclarecimento das origens da exploração dos preparados piscícolas no extremo ocidente peninsular. É um facto que todas as áreas onde se documenta a actividade em época romana, designadamente o Algarve, o baixo Sado e o baixo Tejo, apresentam também significativos indícios de presenças orientalizantes, não faltando mesmo materiais pré-romanos na própria Ilha do Pessegueiro. Pode até acrescentar-se que em alguns lugares onde temos informação de pescarias e exploração salina em épocas históricas, mas onde não se documentaram ainda vestígios de exploração atribuíveis ao período romano, é também notória a presença de instalações de feição oriental, nomeadamente, no baixo Mondego – para todas estas referências v. ARRUDA, 1999-2000. No entanto, até à data, não foram identificados quaisquer vestígios concretos de que estas actividades possam remontar a épocas tão distantes. Nem sequer a nítida influência da numária gaditana sobre as emissões monetárias de **Bevipo*, o aglomerado indígena que antecedeu a romana *Salacia*, hoje Alcácer do Sal (FARIA, 1992), pode ser considerado um argumento totalmente válido, uma vez que a reprodução da iconografia não significa necessariamente réplica das actividades económicas, até porque o atum não seria fácil de capturar naquelas paragens.

Também nada indica que em época romana republicana se encontrassem já em exploração intensa os pesqueiros atlânticos, embora venha crescendo a evidência de fabrico de ânforas nessa fase, na *Lusitania*, como já se referiu. Contudo, não conhecemos até à data sítios arqueológicos com cetárias associadas a uma qualquer exploração tão antiga. Somente a partir da primeira metade do séc. I d. C. dispomos de informações mais concretas para o início da laboração em larga escala, já com relevante fabrico de ânforas destinadas ao seu transporte, tanto no baixo Sado, como no estuário do Tejo ou em Peniche. Mas no Algarve nada indica que as diversas unidades conhecidas possam ter cronologias tão antigas como a recentemente identificada na Meia Praia (BARGÃO, 2008), o que não deixa de ser peculiar, uma vez que se trata da área geográfica mais próxima da baía gaditana e da Andaluzia ocidental, onde tantos vestígios de laboração antiga se conhecem (LAGÓSTENA, 2002; FABIÃO, 2002).

As informações mais concretas são as disponíveis para o baixo Sado, a vários títulos interessantes. De facto, observa-se que no sítio do Creiro, sobre o mar, já no exterior do estuário do Sado, foi instalada uma unidade de produção de preparados piscícolas, que laborou por um curto lapso temporal (SILVA & COELHO-SOARES, 1987). Pela sua localização geográfica e topografia, não creio que seja aceitável supor que o local pudesse estar associa-

do a uma *villa*, como recentemente foi sugerido (ÉTIENNE & MAYET, 2002). Sobre um esporão rochoso, sobranceiro à praia, o núcleo do Creiro constituiria sem qualquer dúvida uma unidade isolada destinada exclusivamente à produção de preparados de peixe. Nessa mesma época, na área urbana de Setúbal, no Largo da Misericórdia, funcionava uma olaria que produzia ânforas e que também conheceu uma existência efémera (SILVA, 1996). Na segunda metade do séc. I d. C., na área onde anteriormente se encontrava a olaria foram instaladas unidades de produção com cetárias, designadamente na Travessa Frei Gaspar e Praça do Bocage (SILVA & COELHO-SOARES, 1980-1981; SILVA, COELHO-SOARES & SOARES, 1986), na mesma altura em que florescia a actividade em Tróia, na outra margem do estuário do Sado. A conjugação destes dados poderá sugerir a existência de um primeiro momento, relativamente curto, onde pequenas unidades de produção laboravam, recorrendo a algumas olarias já activas para obter os contentores necessários à exportação dos seus artigos; recorde-se que tanto no Pinheiro como em Abul (MAYET & SILVA, 1998, 2002) existem indícios de uma fase de laboração de cronologia compatível com estes primeiros momentos. Posteriormente, a dinâmica da produção gerou uma concentração em grandes complexos e a actividade oleira retirou-se para zonas mais interiores no estuário, para implantações como a Quinta da Alegria (a mais próxima da foz do rio, mas não propriamente na zona da cidade histórica de Setúbal), Herdade do Pinheiro ou Abul, para citar apenas os centros oleiros que terão fabricado ânforas desde épocas mais precoces (COELHO-SOARES & SILVA, 1979; MAYET & SILVA, 1998, 2002). Provavelmente, só mesmo nesta época se desenvolveu um centro urbano na foz do Sado, a *Caetobrix* de Ptolemeu, significativamente não referenciada por autores mais antigos, como Estrabão, Mela ou Plínio. Embora tradicionalmente se valorize o sufixo do topónimo para sublinhar a sua hipotética origem pré-romana, não há dúvida de que a única citação que dele temos é tardia e não se documentam níveis de ocupação imediatamente pré-romanos na área urbana de Setúbal, ainda que ali se encontrem vestígios de remotas ocupações proto-históricas (SOARES & SILVA, 1986). Parece aceitável supor que, durante o período romano, se assistiu ao progressivo crescimento destes núcleos de estuário (Setúbal / Tróia), enquanto o aglomerado de *Salacia* (Alcácer do Sal) decaía de importância, como já foi sugerido (DIOGO & FARIA, 1990).

Assim, é bem possível que o povoamento do estuário do Sado à data da conquista romana estivesse polarizado entre povoados de altura, na zona de Palmela, nomeadamente, Chibanes (SILVA & SOARES, 1997), e um grande aglomerado ribeirinho interior, **Bevipo*, mais tarde renomeado *Salacia*, provavelmente, mais vocacionado para ser a “porta de acesso” ao interior e aos seus recursos agro-pecuários e mineiros, do que propriamente envolvido em fainas pesqueiras. Não deixa de ser curioso notar que, em épocas históricas, se viveram situações análogas, com uma oscilação de relevância entre Alcácer e Setúbal, ao sabor de diferentes conjunturas. Por exemplo, em época islâmica, de novo o baixo Sado se encontrava dominado por um povoamento instalado em zonas com boas condições de defesa, Palmela, sobre o estuário, e Alcácer do Sal, no interior, com os antigos aglomerados de Setúbal e Tróia praticamente abandonados ou reduzidos a pobres núcleos piscatórios, sem efectiva relevância económica. Posteriormente, Setúbal cresceu em boa parte minimizando a relevância regional de Alcácer.

Já no que diz respeito ao Tejo, a situação é mais confusa. Desde logo, não parecem registar-se relevantes oscilações no povoamento, uma vez que o núcleo de *Olisipo* permanece desde época pré-romana até aos nossos dias como o mais notório lugar central. É bem provável que tenha tido também uma fase precoce de produção de preparados de peixe, de fins do século I a.C. a inícios da centúria seguinte, embora nada de muito sólido se conheça. A existência de materiais desta época associados à unidade de produção de Cacilhas, na margem esquerda do Tejo, ainda que recolhidos em condições pouco claras (BARROS & AMARO, 1984-1985; SANTOS *et al.*, 1996), bem como outros no próprio subsolo de Lisboa, igualmente pouco seguros para documentar uma real fase antiga de produção (BUGALHÃO, 2001; MORAIS & FABIÃO, 2007), constituem os dados disponíveis. Uma notória concentração, registada a partir do séc. I d.C. na área urbana de *Olisipo* poderia sugerir um fenómeno análogo ao verificado no baixo Sado, com uma eventual primeira fase de unidades de menor expressão, progressiva-

mente anulada pelo fenómeno da concentração. Contudo, a grande unidade da Casa do Governador da torre de Belém (FABIÃO *et al.*, 2008; FILIPE & FABIÃO, no prelo) veio complexificar bastante este panorama, de si, mais sugerido que fundamentado. Quanto às olarias, estão também bem documentadas, sobretudo na margem esquerda, a montante, desde o grande complexo de Porto dos Cacos, Alcochete, passando por Garrocheira, Benavente, ambas activas no séc. I d.C., até ao centro oleiro da Quinta do Rouxinol, Seixal, de laboração tardia (AMARO, 1990; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995). Recentemente, foi identificado novo centro oleiro, em local que conserva o expressivo topónimo de Olho da Telha, no concelho de Palmela, mas na realidade bastante próximo do Porto dos Cacos, Alcochete, pertencendo, portanto, ao complexo das olarias do baixo Tejo. Estas novas “descobertas” sublinham bem que estamos ainda a lidar com um panorama bastante incompleto, como já se percebeu, por exemplo, quando se ensaiou a caracterização química das ânforas do núcleo da Rua dos Correeiros, em Lisboa (RAPOSO *et al.*, 2005). Ao que parece aquela olaria laborou somente em época tardia, mas a informação é ainda escassa (FERNANDES & SANTOS, 2008).

Para as restantes áreas da *Lusitania*, pode dizer-se, com a já mencionada excepção de Lagos, o panorama apresenta-se ainda mais confuso, com inúmeras lacunas de informação.

De um modo geral, considera-se de há muito adquirido o conhecimento dos principais ritmos de exploração e exportação. Para lá dos aspectos iniciais, a produção intensiva de preparados de peixe e a sua exportação parecem estar perfeitamente consolidados e florescentes durante os séculos I e II. Sobretudo através do estudo das ânforas, regista-se uma evidente perturbação nos fluxos de exportação, que terá tido consequências na própria produção dos preparados de peixe, na viragem do século II para o III d.C. (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004, com referências). As recentes investigações em Tróia (ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994) e nas olarias sadinas (MAYET & SILVA, 1998, 2002), confirmam este panorama, permitindo mesmo, pela primeira vez, estabelecer a relação entre o declínio da produção de ânforas e transformações nas unidades de processamento dos preparados de peixe, de idêntico sinal. A situação de refluxo parece ter sido generalizada, entenda-se, e terá afectado seguramente o baixo Sado e também o baixo Tejo, sendo menos clara a situação no Algarve. Em outro lugar, relacionei estes dados com a peculiar conjuntura do Estreito de Gibraltar, nesse período, que teria tido consequências para a navegação, impedindo a normal continuação das exportações lusitanas, sugerindo ainda que outras convulsões políticas poderiam também ter influenciado os ritmos da produção (FABIÃO, 2004). Devemos, contudo, manter em aberto outras hipóteses explicativas. No âmbito de um colóquio realizado em 2004, Lucas De Blois questionou-me directamente sobre a possibilidade de ter sido a grande peste do reinado de Marco Aurélio a causar estas extensas perturbações. Embora nunca me tivesse ocorrido tal possibilidade, não deixa de ser pertinente, sobretudo atendendo ao padrão conhecido de outras grandes epidemias históricas. Em primeiro lugar, a difusão por via marítima, com seus efeitos devastadores em áreas portuárias. Se a epidemia teve, de facto, grande extensão e virulência, o sector da produção dos preparados de peixe não deixaria de ser particularmente vulnerável. Depois, pelos efeitos sobre quaisquer actividades que requeiram abundante mão-de-obra. A brusca quebra demográfica far-se-ia sentir. Uma vez mais, atendendo a outras situações históricas, a recomposição demoraria cerca de duas a três gerações. E é justamente isso que se verifica, com uma significativa retoma das actividades ainda durante o primeiro terço do século III. Parecendo verosímil, esta hipótese acaba por esbarrar na evidente dificuldade que teremos para a testar e confirmar. Mas é sem dúvida um tema a não perder de vista.

Durante o século III assiste-se a uma retoma da exploração e exportação, que alcança um evidente florescimento ao longo da centúria seguinte. Não sabemos até quando teria continuado este sistema de exploração de recursos marinhos, produção e exportação de preparados de peixe, mas parece evidente que, até aos finais do século V d. C. todo o sistema permaneceria activo e, como já se comentou, recentes dados da cidade de Lagos parecem demonstrar que mesmo na primeira metade do século VI esta importante actividade económica continuava (RAMOS

et al., 2006, 2007). Em outro lugar tive já oportunidade de sublinhar o conjunto de informações que sugerem igual longevidade para a exploração de recursos marinhos nos baixos Tejo e Sado (FABIÃO, 2009).

No entanto, para lá destas continuidades, parece evidente que se terá verificado uma transformação profunda nos hábitos alimentares das populações do ocidente peninsular em época indeterminada, mas genericamente situável da Alta Idade Média. O silêncio das fontes literárias islâmicas sobre os temas relacionados com a pesca é total e também não encontramos indícios de uma qualquer importante actividade de fabrico de preparados de peixe, menos ainda da sua exportação. Mas, quando a conquista cristã chega às áreas meridionais do sudoeste da Península Ibérica, no séc. XIII, a exploração do sal prosseguia, como se documenta pelas referências nas cartas de foral de Silves, Faro, Tavira e Loulé (RAU, 1951, p. 43). Sublinhe-se, porém, que algo mudara profundamente, uma vez que não temos informação de que houvesse ocupação romana em todos estes locais, com a excepção de Faro. Diria, pois, que continuaria alguma actividade pesqueira, bem como a salicultura, cuja relevância se não esgota no abastecimento à produção de preparados de peixe, mas as profundas transformações sentidas nas redes de povoamento, seguramente, teriam reflexos notórios nos modos de exploração. Em suma, se persistia o aproveitamento dos recursos marinhos, as modificações implicaram necessariamente rupturas, pelo que teremos de admitir ser a realidade medieval algo de novo, que não uma directa herança do passado romano. O mesmo se poderá dizer para o baixo Sado, uma vez que o grande complexo de Tróia se encontrava abandonado. Existem ali alguns materiais islâmicos que sugerem uma frequência do antigo aglomerado, mas seguramente num contexto distinto – provavelmente, tratar-se-ia de uma utilização por simples pescadores que aproveitavam as imponentes ruínas do antigo aglomerado –; e a área onde posteriormente se ergueu Setúbal estaria também virtualmente abandonada, admitindo-se uma análoga utilização sazonal por grupos de pescadores. Sublinhe-se que estas observações não são contraditórias com a ideia atrás expressa de que se poderá procurar indagar das antigas pescarias pelo elenco dos locais medievais e modernos onde tais práticas se desenvolveram. O que pretendemos dizer é que os locais que se prestam à instalação com finalidades relacionadas com a exploração dos recursos marinhos são basicamente os mesmos, condicionados que estão pela geomorfologia; tal não significa que existam longuíssimas continuidades nessas práticas, que atravessassem os séculos, desde a Antiguidade.

Concluirei, sublinhando algumas ideias que me parecem relevantes. Em primeiro lugar, o desconhecimento que ainda temos sobre as origens da pesca e conservação em grande escala no extremo ocidente peninsular. O facto de serem mais ou menos concordantes as informações que apontam para um desenvolvimento destas actividades ainda durante a primeira metade do séc. I d. C., designadamente no reinado de Cláudio, justamente um período que marca a afirmação da frente atlântica do Império Romano, com a conquista da *Britannia*; e o desconhecimento que temos sobre a época em que todo este sistema de exploração intensiva de recursos marinhos entrou em colapso e desapareceu, desaparecendo também com ele os hábitos alimentares que lhe estavam associados: é importante sublinhar que não subsiste em nenhuma área do ocidente mediterrâneo qualquer artigo alimentar que se possa considerar “herdeiro” dos condimentos de peixe, do tipo *garón*, *liquamen* e similares.

Por ausência de investigações concretas, estamos mal informados sobre as espécies capturadas, volume de capturas e eventuais práticas selectivas com as mesmas relacionadas. Mas, como bem sublinhou Edmondson, parece aceitável supor que a exploração concomitante do peixe salgado e dos condimentos de peixe constituiu uma forma expedita de obter um mais amplo rendimento desta actividade pesqueira (EDMONDSON, 1987). Por isso, quando falamos de exploração de recursos marinhos, estamos a tratar de diversos artigos, com características e preços igualmente distintos. Como em outros lugares se tem sugerido, esta variedade de artigos alimentares poderá constituir uma das chaves para a explicação das variações morfológicas patenteadas pelas ânforas lusitanas.

4. AS ÂNFORAS

“Os cais de embarque, rio acima, estão marcados ainda pelo amontoado de ânforas partidas rebordando os desaparecidos pontões. Oficinas de oleiros e fornos (...) perduram perto da corrente, como anexos das villae rusticae”
Vergílio Correia, Alcácer do Sal (*esboço de uma monografia*),
Coimbra, 1930 [1972], p. 130.

Recentemente, tive ensejo de ensaiar uma síntese dos conhecimentos disponíveis sobre a produção de ânforas na área da antiga província romana da *Lusitania*, pelo que remeto os interessados no aprofundamento do tema para essas páginas, com abundantes referências bibliográficas (FABIÃO, 2004, 2008). Interessará aqui somente sublinhar algumas ideias gerais.

Tal como aconteceu com os sítios arqueológicos com cetárias, também o conhecimento de antigos centros oleiros que fabricaram ânforas no extremo ocidente peninsular é relativamente antigo, remontando ao século XIX. Dessa época, chegam-nos as informações sobre centros oleiros escavados no Algarve, por Leite de Vasconcellos (1898) e Santos Rocha (1895-1896), bem como várias informações sobre fornos e locais de grandes aglomerações de fragmentos de cerâmica nas margens do Sado (CORREIA, 1928, 1930), ainda que nem sempre os relacionassem com centros oleiros, ou se associasse à actividade oleira a exploração dos recursos marinhos, como expressivamente se pode ver pela citação que escolhi para epígrafe. Contudo, esta observação de Virgílio Correia não estará talvez totalmente destituída de sentido, uma vez que se afigura necessário distinguir entre função dos contentores e contexto social e económico da sua produção. Isto é, as ânforas poderiam de facto destinar-se a transportar preparados de peixe, mas os proprietários das olarias onde se fabricavam estarem de facto mais ligados ao mundo da exploração agro-pecuária.

Durante a primeira metade do século XX não se verificou qualquer incremento do interesse dos investigadores por este tema da economia romana, como aliás também não aconteceu em outras áreas do antigo Império. Um balanço geral dos conhecimentos foi apresentado aquando da primeira publicação do centro oleiro do Pinheiro, assumindo, afinal, contornos de uma mera enumeração de locais onde se documentara a presença de fornos, sem outras considerações sobre as suas finalidades e cronologias (ALMEIDA, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971). Somente no último terço do século XX se verificou um efectivo crescimento do interesse da investigação por este tema. A mesa-redonda realizada em Conímbriga em 1988 constituiu um expressivo exemplo desta inflexão no rumo das investigações, apresentando uma boa síntese dos conhecimentos até então adquiridos (ALARCÃO & MAYET, 1990). Sublinhe-se, porém, que o simples facto de ter sido possível realizar a mesa-redonda, reunindo um leque diversificado e amplo de investigadores com distintas comunicações sobre o tema, demonstra que algo se foi desenvolvendo ao longo das décadas de 70 e 80 do século passado. Da mesa redonda de Conímbriga para cá, as principais novidades consistem no desenvolvimento do projecto luso-francês no Sado, que incidiu na escavação de dois importantes centros oleiros (MAYET, SCHMITT & SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; MAYET & SILVA, 2002), acompanhado das investigações na Herdade do Zambujal, Palmela, também na área do estuário do Sado (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996); no prosseguimento dos estudos no baixo Tejo (AMARO, 1990; RAPOSO & DUARTE, 1992; RAPOSO, SABROSA & DUARTE, 1995; BUGALHÃO, 2001; RAPOSO *et al.*, 2005) e na recente identificação de uma nova área de fabrico de ânforas em Peniche (CARDOSO, GONÇALVES & RODRIGUES, 1998; CARDOSO & RODRIGUES, 2000, 2002). O Algarve, área onde mais precocemente se identificou a actividade de fabrico de ânforas, como houve ensejo de comentar, tem revelado também interessantes novidades, quer pela continuidade de reavaliação de antigas notícias e dados, quer pela investigação em sítios particularmente relevantes, como o grande centro oleiro do Martinhal (BERNARDES, 2008),

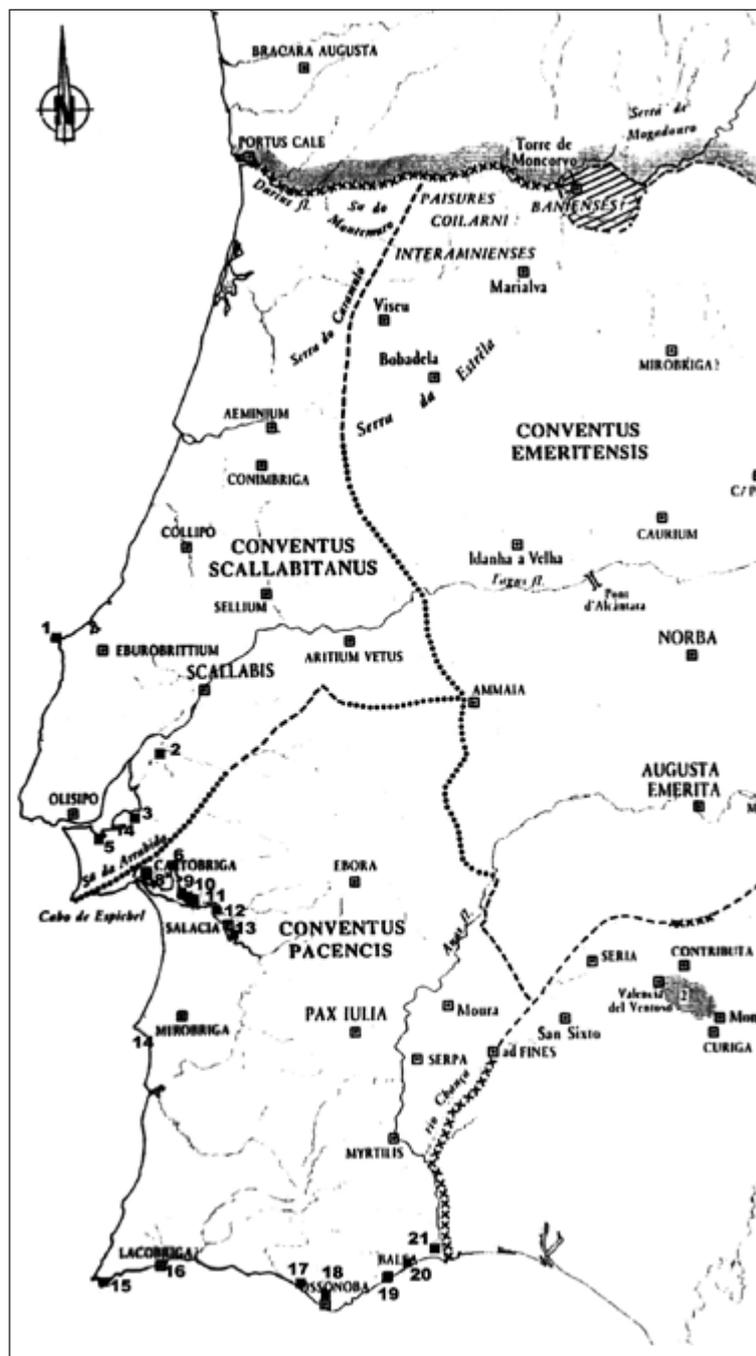


Fig. 3 – Fornos de ânforas da *Lusitania*. Base cartográfica: Mapa da Lusitânia definido no Colóquio Les villes de Lusitanie: hiérarchies et territoires (Talence, 1990).

De norte para sul: 1 – Morraçal da Ajuda, Peniche. 2 – Garroucheira, Benavente. 3 – Porto dos Cacos, Alcochete. 4 – Olho da Telha, Palmela. 5 – Quinta do Rouxinol, Seixal. 6 – Zambujalinho, Palmela. 7 – Largo da Misericórdia, Setúbal. 8 – Quinta da Alegria, Setúbal. 9 – Pinheiro, Alcácer do Sal. 10 – Abul, Alcácer do Sal. 11 – Xarrouqueira / Vale da Cepa, Alcácer do Sal. 12 – Bugio, Alcácer do Sal. 13 – Barrosinha, Alcácer do Sal. 14 – Sines. 15 – Martinhal, Vila do Bispo. 16 – Lagos. 17 – Quinta do Lago, Loulé. 18 – S. João da Venda, Loulé. 19 – Torre de Aires, Tavira. 20 – Manta Rota, Vila Real de Santo António. 21 – S. Bartolomeu de Castro Marim, Vila Real de Santo António.

quer sobretudo pela multiplicação de intervenções de arqueologia de contrato, pontualmente divulgadas, ainda que a nível preliminar, nos Colóquios de Arqueologia do Algarve, promovidos pela autarquia de Silves e pontualmente publicadas na revista *Xelb*.

No essencial, pode dizer-se que observamos dois tipos de situações: uma significativa produção de contentores cerâmicos nas áreas a montante dos estuários do Tejo e do Sado, relacionada com as concentrações de núcleos de produção de preparados de peixe na foz de ambos rios; a eventualidade de se verificar um padrão de implantação análogo em alguns dos centros oleiros algarvios, por exemplo, S. Bartolomeu de Castro Marim ou S. João da Venda; e seguramente um distinto enquadramento para outras olarias do Algarve, como Manta Rota, Quinta do Lago ou Martinhal, para Sines e para o Morraçal da Ajuda, Peniche, todas implantadas sobre o litoral. Tanto no baixo Tejo como no Sado, a produção de contentores cerâmicos poderá ter-se iniciado ainda nos fins do séc. I a.C., com um notório incremento na centúria seguinte e alguns dos centros oleiros estariam ainda em funcionamento no século V d.C. No caso concreto do Algarve, a situação afigura-se menos clara, parecendo ser a fase mais tardia aquela em que se verifica um mais substancial incremento da produção. Um dos mais interessantes temas surgido nos últimos anos é o da continuidade para lá do século V da produção e exportação de preparados de peixe. A favor desta ideia há vários indicadores alguns de há muito identificados (FABIÃO, 1996), mas outros verdadeiramente novos, como os fornecidos pelo estudo das unidades das ruas Silva Lopes e 25 de Abril, em Lagos (RAMOS *et al.*, 2006, 2007; RAMOS, 2008) e dos Armazéns Sommer, em Lisboa (PIMENTA & FABIÃO, no prelo). Em Lagos foram escavadas unidades de produção de preparados de peixe, em cujos níveis de abandono se encontraram abundantes ânforas de fabrico local, o que, a um tempo, documenta a continuidade da produção de preparados de peixe e dos contentores usados na sua exportação. Nos Armazéns Sommer, em Lisboa, escavaram-se níveis arqueológicos do séc. VI e talvez mesmo da centúria seguinte com um assinalável número de ânforas lusitanas, em quantidade tal que exclui qualquer possibilidade de se poder tratar de material residual. Resta saber qual poderia ser o centro oleiro que se mantinha em actividade, uma vez que o grosso dos materiais identificados corresponde a ânforas do chamado tipo Almagro 51 a-b, cuja produção não se encontra documentada nos centros conhecidos do baixo Tejo (PIMENTA & FABIÃO, no prelo).

Uma outra via relevante para o estudo deste tema é a do sistemático rastreio e inventário das ânforas lusitanas tardias em contextos arqueológicos de paragens distantes. Neste domínio, está praticamente tudo por fazer, mas vão-se registando ocorrências em distintos lugares. Apenas a título de exemplo, assinala-se a presença de uma ânfora de tipo e proveniência indeterminadas recolhido em Cartago num estrato dos inícios do séc. VI (FULFORD & PEACOCK, 1984: p. 128, Fig. 38, nº 52). Pelo desenho e pela descrição do fabrico, diria que se trata de um exemplar do chamado tipo Sado 3, registado na fase mais tardia da olaria do Pinheiro (MAYET & SILVA, 1998), mas conhecido também em níveis tardios de Santarém (ARRUDA *et al.*, 2006). Naturalmente, quando foram publicados os resultados das escavações britânicas de Cartago, a forma era ainda desconhecida, mas trata-se de um simples exemplo do quando ainda falta fazer para a identificação da dispersão dos artigos lusitanos.

Embora seja evidente a associação espacial entre olarias e locais com cetárias e pareça incontestável que boa parte dos contentores fabricados se teriam destinado ao transporte de preparados piscícolas, não é seguro que estes centros oleiros dependessem exclusivamente das actividades de exploração de recursos marinhos. Esta opinião algo controversa, que o autor destas linhas vem defendendo, contra a ideia proposta pelos investigadores do projecto luso-francês do Sado, poderá revestir-se de especial interesse na hora de avaliar o modelo social e económico em que estes núcleos se terão enquadrado. Voltarei a este tema.

Quanto às formas de ânforas propriamente ditas, regista-se alguma afinidade nos ciclos produtivos do Sado e do Tejo, ainda que haja formas fabricadas no primeiro que não estão documentadas no segundo. Uma vez mais, neste particular, o Algarve assume alguma singularidade, talvez explicável por serem genericamente mais tardios os seus centros oleiros. De um modo geral, verifica-se uma primeira fase de laboração, em que se fabricou sobre-

tudo um contentor de transporte de preparados de peixe, a ânfora do tipo Dressel 14 / Beltrán IV / Peacock; Williams 20-21, a par de outras formas, de menor expressão, talvez destinadas a outros conteúdos. A produção desta forma terá arrancado ainda em época júlio-cláudia no baixo Sado (MAYET, SCHMITT & SILVA, 1996; MAYET & SILVA, 1998; MAYET & SILVA, 2002), talvez também no baixo Tejo, ainda que neste último os dados não sejam tão claros (FABIÃO, 2004). No Morraçal da Ajuda, Peniche, a produção parece igualmente datável desta época (CARDOSO, GONÇALVES & RODRIGUES, 1998; CARDOSO & RODRIGUES, 2000, 2002) e no Algarve nada indica que tão precocemente se tenham fabricado ânforas – ainda que não seja de todo claro que cronologia se deverá atribuir a um núcleo como o de S. Bartolomeu de Castro Marim (FABIÃO, 2002, 2004). A partir do século III, diversifica-se a morfologia das ânforas, que tendem a tornar-se cada vez menores e de bocais mais estreitos, o que poderá significar alterações na natureza do produto transportado (FABIÃO & CARVALHO, 1990). Os grandes centros dos baixos Sado e Tejo continuam em muitos casos em laboração, mas novos centros surgem de novo, sobretudo na área algarvia (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2002, 2004). O centro oleiro de Peniche já não existiria e o de Sines não é seguro que pudesse estar activo em época anterior ao século III.

Deve sublinhar-se que, apesar de haver um conhecimento mais ou menos consolidado das principais formas de ânforas produzidas nas olarias lusitanas, muito haverá ainda a fazer com aquilo a que poderemos chamar os tipos minoritários, ou simplesmente mal caracterizados. Esta observação é válida tanto para as fases iniciais da produção, como para as mais tardias, como em outro lugar já comentei (FABIÃO, 2008). Esta é seguramente uma área onde muito ainda há para fazer. Mas, para lá das ânforas propriamente ditas, há também um outro domínio que nunca foi devidamente explorado: o dos recipientes de menor dimensão. Ponsich e Tarradel propuseram no seu clássico estudo a possibilidade de se poderem ter usado no transporte de alguns dos condimentos à base de peixe outros recipientes de menores dimensões, sobretudo para os mais requintados (PONSICH & TARRADELL, 1965; PONSICH, 1988). Atendendo a que se verifica um fabrico mais ou menos significativo de outras formas cerâmicas nas olarias em questão, pode admitir-se a possibilidade de existirem outros contentores de condimentos de peixe, entre os recipientes de fabrico local que classificamos dentro da categoria das cerâmicas comuns. Este será também um tema a que futuramente deverá ser concedida alguma atenção.

Temos de reconhecer que, no estado actual dos conhecimentos, não temos muitas informações que nos permitam discutir o contexto social e económico em que decorreria a produção oleira. O volume de ânforas necessário para alimentar a actividade de exportação pode sugerir que estes centros oleiros trabalhariam, sobretudo, em função das necessidades dos núcleos produtores de preparados de peixe, mas não será descabido pensar que a actividade oleira fosse relativamente independente, trabalhando para fornecer contentores para os preparados de peixe, mas também outras cerâmicas e mesmo outros contentores para diferentes conteúdos – o vinho é uma hipótese plausível, pelo menos, em alguns casos, como em outro local já comentei (FABIÃO, 1998). Seja como for, os recursos necessários ao fabrico cerâmico pertenciam aos detentores da terra que não são, forçosamente, os donos dos barcos que andam no mar ou os proprietários das oficinas onde se processava o pescado. Torna-se plausível, pois, supor que actividade de pesca e produção de preparados piscícolas e o fabrico cerâmico constituíssem actividades independentes, ainda que interactuantes. Também nada sabemos, infelizmente, sobre o contexto social das olarias e dos ritmos da sua laboração. Alguns apontamentos dispersos sugerem que nos centros oleiros se poderia residir e trabalhar em permanência, assumindo, deste modo, a actividade um cunho francamente especializado, mas nem sempre temos dados que nos permitam sequer colocar interrogações. Exemplificando: a presença de necrópoles associadas aos núcleos do Porto dos Cacos, Alcochete, no Baixo Tejo, ou do Zambujalinho, no Baixo Sado, sugere que estes locais deveriam ser ocupados em permanência (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996; RAPOSO & DUARTE, 1992; SABROSA, 1996). No que diz respeito a outros núcleos sadinos, foi sugerido que a presença ou ausência de materiais arqueológicos, que não os localmente produzidos, poderia constituir uma pista para a definição das características da ocupação, se permanente, se ape-

nas sazonal, e, nesse sentido, foi sugerida uma mudança na natureza do modelo de povoamento na olaria do Pinheiro – sazonal no Alto Império, permanente em época mais tardia (MAYET & SILVA, 1998). Este exemplo é particularmente sugestivo, visto que nos adverte para a necessidade de procurar precisar convenientemente o tema, ou seja, um determinado local poderá ter um carácter permanente ou sazonal, consoante o período de ocupação / laboração. Para o esclarecimento desta questão, afigura-se vital a escavação da necrópole associada a este centro oleiro, identificado pela equipa dos Serviços geológicos de Portugal aquando dos trabalhos de cartografia geológica que realizaram na região (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1976, p. 57).

Nos casos de Lagos e Sines poderemos ter exemplos de actividades oleiras realizadas na área do próprio núcleo residencial, o que não deixa de se revestir de marcada singularidade. Tal situação não se verifica, por exemplo, nos baixos Sado e Tejo, onde a olaria se afasta claramente das áreas urbanas, por razões compreensíveis. Desde logo, porque aglomerados urbanos e produção de cerâmica necessitam de abundante matéria-prima lenhosa, que aconselha a diversificação de implantações. No fundo, é uma situação não muito distinta da que se verificou em época moderna, quando a olaria, a produção de vidro ou o fabrico de biscoito, se instalaram na margem esquerda do Tejo e não propriamente junto da cidade de Lisboa.

Na ausência de informações mais sólidas, creio que servirá reter que a actividade oleira se situará mais do lado da terra do que do lado do mar, para usar uma expressão simples e não demasiado redutora. Quer isto dizer que, na realidade e independentemente das relações estreitas que se estabeleceriam entre olarias e núcleos produtores de preparados de peixe, estas duas actividades são suficientemente especializadas e independentes para poderem ter sido totalmente autónomas. A distância física entre umas e outros parece-me reforçar esta ideia. De um ponto de vista jurídico, o mar seria um território livre, não passível de “privatização”, aberto pois à exploração por distintos agentes, embora o produto das pescarias pudesse ser tributado, como sucedia em época medieval e moderna, por exemplo. Já as argilas, inertes e lenha, indispensáveis à produção de cerâmica, pertencem aos proprietários fundiários, não sendo passíveis de apropriação indiscriminada, o que reforça e sublinha a ligação entre olaria e propriedade fundiária, ou seja, com o mundo rural.

Também do lado da terra se encontraria essa outra actividade imprescindível à existência do fabrico de preparados de peixe com vista à exportação: a exploração do sal.

5. O SAL

“Tractando nós de agoas e pedras parece que vem apelo tratar do sal que é pedra que se faz da agoa e pois é tão necessario que sem elle como sem a agoa nam podemos viver. Porque quasi todos os mantimentos que Deos para nós criou parece lhes ficou uma falta de temperamento e graça que quis depositar no sal fazendo-o sabor de todos os sabores para com elle a suplirem.”

Duarte Nunez do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: 1610, fl. 48.

Quando se aborda o tema da exploração intensiva dos recursos marinhos no extremo ocidente peninsular em época romana, o sal é sempre a componente subentendida, mas nunca verdadeiramente tratada. As razões desta ausência são de vária ordem, desde logo, pelo silêncio das fontes greco-latinas sobre o tema, excepção feita a alguns comentários marginais, como o acima mencionado de Estrabão, relativo aos rios salgados (III.2.6.). De resto, são paradoxalmente mais abundantes as referências ao sal mineral, do que propriamente ao sal marinho, embora a geografia da distribuição dos sítios arqueológicos com cetárias sugira claramente que o segundo desempenhou um papel não despreciando na economia da *Hispania*, em geral, e da *Lusitania*, em particular. Um silêncio

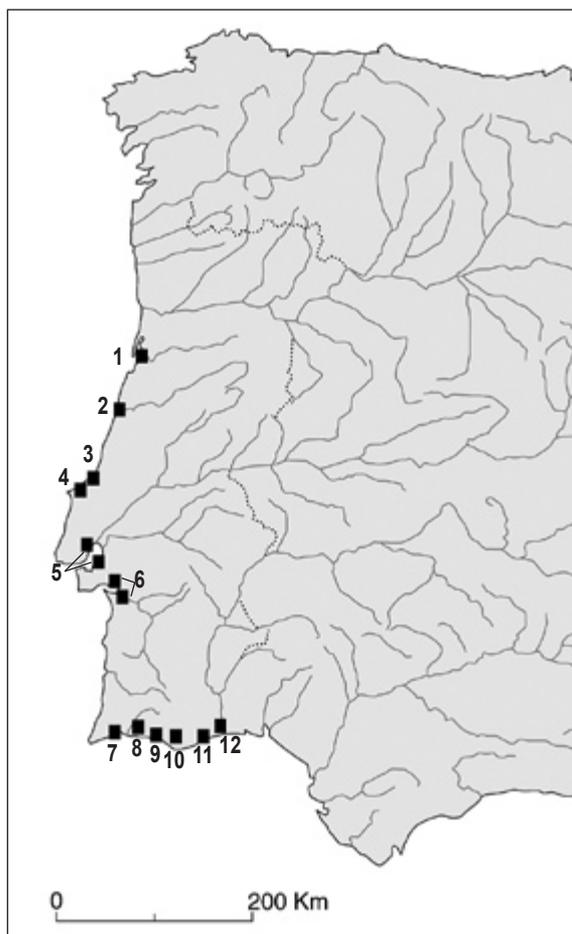
análogo se verifica nas fontes islâmicas, sempre mais empenhadas em sublinhar a riqueza agrícola do *Garb al Andaluz* do que em mencionar os recursos marinhos e não creio que o nítido recuo do povoamento relativamente à linha da costa constitua por si uma relevante explicação para o facto.

Mas não só o silêncio das fontes escritas explica e justifica a escassa atenção que tem sido concedida à salicultura antiga. O facto de esta actividade se desenvolver em estruturas construídas com terra e utilizar instrumentos fabricados em materiais perecíveis, dificulta sobremaneira a sua conservação e identificação no registo arqueológico. Para além do mais, as técnicas extractivas conservaram-se ao longo dos tempos e, presumivelmente, utilizaram as mesmas áreas, no interior dos estuários, protegidas do efeito devastador das marés, mas alcançáveis pelas mesmas, possibilitando a conserva de água salgada. Assim, os vestígios de antigas salinas que se podem detectar a partir de observações de superfície são virtualmente impossíveis de datar, facto que constitui um natural elemento dissuasor da investigação.

Silêncio das fontes e dificuldades de leitura arqueológica constituem, pois, a associação justificativa da escassa atenção que tem recebido a salicultura antiga, embora, por outro lado, a disseminação de sítios com cetárias e de áreas de produção de ânforas destinadas ao transporte de preparados de peixe sublinhe constantemente a sua relevância e todos os autores que se ocuparam do tema não deixem de sublinhar que a salicultura marinha constitui uma herança dos tempos romanos.

Paradoxalmente, é somente a partir do norte cristão medieval que começamos a encontrar referências documentais a marinhas de sal, em testamentos e doações, desde o século X (SAMPAIO, 1904 [s/d]; RAU, 1951), transmitindo-nos a imagem de um entre Douro e Minho semeado de marinhas de sal (ALMEIDA, 1969, 1972), sem que tais notícias se conheçam para a mesma época no sul islâmico. É este, pois, o aparente paradoxo: salicultura florescente nas áreas que menores condições ecológicas teriam para o seu desenvolvimento, e as regiões meridionais sem notícias de tais actividades. A explicação é, todavia, bem simples. Da Antiguidade e período islâmico o que conhecemos são textos literários de diversa índole, ao passo que a partir dos arquivos cristãos da chamada reconquista, o que temos são documentos jurídicos. Se a um literato pode passar por irrelevante uma marinha de sal, o mesmo não sucede na hora de inventariar ou doar bens pessoais. A distinta natureza das fontes disponíveis justifica, afinal, a diferença. Não deixa de ser paradoxal o facto de dispormos de todas estas notícias e de não se ter verificado, ainda, um esforço significativo para o estudo da exploração dos recursos marinhos na época romana, nas regiões a norte do rio Douro, para que se possa saber até onde remonta esta actividade na região – veja-se o recente e meritório esforço desenvolvido em Matosinhos, ainda que com inúmeros problemas e dúvidas (CLETO, 1995-1966). Por não pertencer esta área à antiga província romana da Lusitânia, não foi considerada nestas páginas.

Este desequilíbrio, resultante do tipo de fontes que até nós chegaram, longe de se poder considerar uma desvantagem, pode, na realidade, ser explorada para nos acercarmos do mundo antigo. De facto, uma observação dos salgados históricos portugueses pode revestir-se de algum interesse, pelo que interessará observar a informação coligida por Virgínia Rau, a historiadora portuguesa que mais extensamente tratou o tema da salicultura histórica. Assim, e deixando de lado as regiões setentrionais que não pertenceriam à província romana da *Lusitania*, haverá a assinalar: notícias de marinhas na foz do Vouga, provavelmente já na zona de Aveiro, desde o século X; referências a salinas em Tavadede, na foz do Mondego, desde o século XI, sabendo-se, para além do mais, que a salicultura desta região continuou a crescer até à época moderna; notícias de salinas na concha de S. Martinho, designadamente na zona de Alfeizerão, desde o séc. XIII; notícia de marinhas de sal em Atouguia da Baleia, também na mesma época e na mesma região; abundantes notícias de grandes áreas de marinhas no estuário do Tejo, quer na margem esquerda, quer na direita, também desde o século XIII; referências à extracção de sal marinho nos forais algarvios de Silves, Faro, Tavira e Loulé (RAU, 1951, p. 33-45). Nesta mesma região, embora em épocas mais tardias, temos notícia de extracção de sal marinho, nas zonas de Lagos e na foz do Gua-



Legenda: 1 - Estuário do rio Vouga, sobretudo na zona de Aveiro. 2 - Estuário do rio Mondego, sobretudo as salinas de Tavede. 3 - Área lagunar da Estremadura, Alfeizerão. 4 - Área lagunar da Estremadura, Atouguia da Baleia e Peniche. 5 - Estuário do Tejo, com inúmeros salgados em ambas margens do rio. 6 - Estuário do Sado, com uma extensa área de salgados na margem direita entre Setúbal e Alcácer do Sal (assinale-se, porém, que também há marinhas de sal nas duas margens, a montante do estuário do rio). 7 - Lagos (ribeira de Bensafrim, também conhecida por rio de Lagos). 8 - Silves (rio Arade). 9 - Loulé (provavelmente junto ao antigo porto de Farrovilhas, em Almancil). 10 - Faro. 11 - Tavira (rio Gilão). 12 - Castro Marim (rio Guadiana).

Fig. 4 - Carta dos principais salgados históricos das costas portuguesas. Segundo RAU, 1951.

diana, em Castro Marim (RAU, 1951, p. 33-45). Para o Sado, as notícias antigas são apenas indirectas, uma vez que se referem a peixe salgado e não propriamente a marinhas de sal (RAU, 1951, p. 45). No entanto, no baixo curso deste rio, junto à foz, acabaria por se desenvolver uma das mais importantes regiões da salicultura portuguesa, com enorme volume de produção e exportação, polarizada em torno dos dois grandes núcleos, respectivamente, Setúbal e Alcácer do Sal.

Cruzando estes dados com as informações do registo arqueológico, obtemos alguns elementos interessantes. Por um lado, o facto de em Tavede, junto da foz do Mondego, se documentar uma ocupação da Idade do Ferro com fortes ligações ao mundo mediterrâneo, ainda que nada conheçamos de concreto para o mundo romano, para lá de notícias sobre vestígios de olarias na Pedrulha, Brenha, que Santos Rocha identificou, na sequência da sua destruição para a construção da estrada entre a Figueira da Foz e Mira. O arqueólogo figueirense presumiu tratar-se de fornos destinados a produzir material de construção, mas o facto de um deles apresentar uma planta circular de cerca de 3 metros de diâmetro (ROCHA, 1975), aproxima-o mais da conhecida tipologia de fornos para o fabrico de outros artigos cerâmicos. Para além deste apontamento, regista-se a coincidência entre os salgados históricos do Sado e do Tejo e os significativos indícios da produção local de preparados de peixe na época romana.

Outros aspectos da salicultura histórica portuguesa merecem alguma atenção. De um modo geral, como referi, as técnicas de extracção do sal marinho não diferem substancialmente e mantêm-se praticamente inalteradas ao longo dos séculos, produzindo, deste modo, vestígios de difícil datação. Há, todavia, alguns detalhes técnicos que se revelam interessantes. Analisando as técnicas salineiras, costuma referir-se a existência de dois grandes métodos de extracção: um, documentado nos salgados setentrionais, designadamente no Vouga e Mondego, em que as marinhas se constroem segundo o método salineiro documentado em várias outras regiões europeias, designadamente no Oeste da França, com estruturas simples, escavadas, sem recurso a qualquer elemento de revestimento do fundo interno dos reservatórios; e o método das marinhas com “feltro” (um manto de algas que atapeita o fundo dos reservatórios e contribui para filtrar as impurezas em suspensão na água), também chamada a técnica tradicional ou “típica” da salicultura portuguesa, documentada sobretudo nos salgados dos baixos Tejo e Sado. Curiosamente, no Algarve, documenta-se a existência de ambas as técnicas, com marinhas sem “feltro” e outras com o dito manto de algas (RAU, 1951, p. 15 e Mapa), o que poderá sugerir que os salgados algarvios se constituíram em momentos distintos e com influências igualmente díspares.

Naturalmente, esta verificação vale o que vale e em nenhuma circunstância se poderá considerar um elemento sólido de demonstração seja do que for. Contudo, atendendo a que os salgados setentrionais se parecem expandir ao ritmo dos avanços da conquista cristã e atendendo às conhecidas relações históricas mantidas com os reinos cristãos europeus, não custará admitir uma influência directa das tradições da salicultura francesa nestas actividades. Não deixa de ser curioso verificar que, quer no estuário do Vouga, quer no do Mondego, não conhecemos qualquer vestígio de exploração de recursos marinhos em época romana, embora tal facto se deva, sobretudo, a ausência de investigação concreta, como houve oportunidade de referir. Já para as regiões do baixo Tejo e baixo Sado é interessante registar esta peculiar técnica de atapetar o fundo dos reservatórios com algas, e, embora possa não existir uma relação directa, não deixa de se tratar das áreas onde se documenta uma maior concentração das actividades de exploração de recursos marinhos em época romana. A diversidade de situações no Algarve poderá indiciar, antes do mais, o seu carácter cosmopolita, aberto a múltiplas influências e nem será de descartar a hipótese de ser originária do Tejo ou do Sado a técnica usada nas marinhas “com feltro” algarvias. Como já se referiu, há notórias descontinuidades nos modelos do povoamento algarvio em época romana, islâmica e medieval portuguesa, pelo que se pode admitir também que as marinhas de sal, sem “feltro”, constituam o resultado de um incremento pós-islâmico da salicultura da região. No estado actual dos conhecimentos, seria abusivo querer ir mais longe do que a simples verificação destas particularidades regionais. Trata-se, contudo, de um tema de investigação que mereceria ser explorado no futuro: as razões da coexistência no ocidente peninsular destas técnicas salineiras e o contexto e âmbito cronológico do seu desenvolvimento nas distintas regiões.

Um outro aspecto que me parece importante, é o da coincidência entre a localização de algumas das marinhas históricas dos baixos vales do Sado e do Tejo e antigos lugares de implantação de olarias romanas que fabricaram ânforas. Esta proximidade física é bem expressiva na cartografia das salinas levantada por Virgínia Rau (RAU, 1951), tanto mais significativa quanto esse tema estava totalmente ausente das preocupações da Autora, que estudava apenas a salicultura de época moderna (Fig. 5). Naturalmente, isto significa que esta actividade necessita de buscar implantações afastadas da orla marítima, por razões óbvias, e que estas eram também as procuradas pelas olarias, em época romana. Ou seja, as condições naturais terão sido determinantes na definição do padrão de instalação, ainda que outros factores também tenham influído, como por exemplo, os que justificam o abandono em fase relativamente precoce do centro oleiro do Largo da Misericórdia, em Setúbal, certamente para retirar de uma área que se dedicava crescentemente à produção de preparados de peixe e se urbanizava, uma actividade dificilmente compatível com a nova geografia local. Mas, também é importante sublinhar que um certo determinismo físico nos poderá dizer algo sobre os locais onde se encontrariam as indispensáveis marinhas romanas, que alimentavam a poderosa actividade de produção de preparados de peixe. Por outras palavras, se a pesca e a acti-



Fig. 5 – Salinas do Sado de época moderna e fornos de ânforas romanos. Base cartográfica RAU, 1951.

Legenda: 1 – Largo da Misericórdia (Setúbal); 2 – Quinta da Alegria (Setúbal); 3 – Zambujalinho (Palmela); 4 – Herdade do Pinheiro (Alcácer do Sal); 5 – Xarrouqueira (Alcácer do Sal); 6 – Abul (Alcácer do Sal); 7 – Bugio (Alcácer do Sal).

vidade conserveira se encontravam do lado do mar, a salicultura e a produção dos contentores de transporte localizavam-se necessariamente do lado da terra. Isto é, as unidades de transformação do pescado, buscavam a orla marítima, onde ficariam mais perto das zonas de atracação dos barcos de pesca e da chegada do peixe. As segundas careciam de outras condições: a salicultura precisava de águas calmas e por isso buscava as cabeceiras de estuário, esteiros e pequenas linhas de água, suficientemente próximas do mar para captar o sal e para o poder escoar, uma vez obtido; a olaria carecia de argila, inertes, água e lenha, sem todavia se poder distanciar das orlas ribeirinhas, por onde mais facilmente deslocaria os seus produtos, uma vez terminados. Esta distinção poderá ser importante para melhor compreendermos o quadro económico em que floresceu a produção de preparados de peixe na *Lusitania*. Proximidade física entre as diferentes actividades, que obviamente se complementavam, mas que careciam, também, de espaços distintos e de recursos próprios.

A localização francamente terrestre da salicultura suscita uma outra ordem de questões, a saber, em que regime, social e económico, a devemos situar. Uma vez mais, a informação histórica, embora reportada a épocas mais recentes, afigura-se interessante. Assim, verifica-se que as marinhas de sal necessitam de extensas áreas para implantação. Avaliando as marinhas de Setúbal e Alcácer do Sal, nos séculos XVI e XVII, Virgínia Rau identifica grandes unidades de exploração, com áreas compreendidas entre os 6.5 e os 5.2 hectares, embora se verifique que a maioria das explorações teria dimensões bem mais modestas, na ordem dos 2.9 a 1.5 hectares (RAU, 1951, p. 19-21). Deve dizer-se que não temos nenhum indício de que em época romana pudessem existir explorações

de dimensão análoga. Seja como for, é evidente a necessidade de extensas áreas dedicadas a esta produção, tanto mais que são conhecidos os enormes volumes de pescado processado, atendendo ao cálculo volumétrico das cetárias conhecidas, designadamente no grande complexo de Tróia que, para além do mais, laboravam em simultâneo com as unidades implantadas na margem direita do rio, sob a actual cidade de Setúbal (veja-se o ensaio de capacidades em ÉTIENNE, MAKAROUN & MAYET, 1994, p. 69-119). Em suma, seria necessária uma muito extensa área terrestre para o fabrico do sal. No que concerne ao regime da propriedade, toda a salicultura medieval, moderna e contemporânea patenteia um claro enquadramento sociológico no mundo agrícola: as salinas são aforadas, são doadas e herdadas, como qualquer outra parcela fundiária, não faltando mesmo os *sesmeiros* de “praias maninhas”, à semelhança dos *sesmeiros* de “campos maninhos”, encarregues de os arrotear e explorar (RAU, 1951, *passim*). Finalmente, as actividades nas salinas têm uma forte carga sazonal, com especial incidência nos períodos estivais, justamente aqueles em que é maior a actividade pesqueira, o que impossibilitaria a conjugação de ambas as actividades, com recurso à mesma mão-de-obra. Acrescente-se que, em todos os períodos históricos, os “*marenotos*” (isto é, os trabalhadores da salicultura) são agricultores e não pescadores. Uma outra questão é a que se prende com os direitos fiscais sobre o sal, mas esse é um tema perfeitamente distinto, sobre o qual adiante se ensaiarão alguns comentários.

Estas particularidades afiguram-se relevantes para o estabelecimento de um modelo social e económico para a exploração dos recursos marinhos na Antiguidade e, naturalmente, para a compreensão da sua articulação regional.

6. O QUADRO SOCIAL E ECONÓMICO: UM INQUÉRITO PARA O FUTURO

“A l’opposé [da cidade de consumidores, típica da Antiguidade], la ville peut être une ville de producteurs [...] La ville commerçante, comme la ville industrielle, s’oppose à celle des consommateurs ou le pouvoir d’achat de ses grandes consommateurs provient soit [...] de la vente à l’extérieur de produits du cru ou des marchandises obtenues sur le marché local (les harengs de la Hanse)”
WEBER, M. (1982) *La Ville*. Paris: Aubier, p. 23 (trad. francesa de *Die Stadt*)

Assim, considerando as três ordens de evidências em apreciação: cetárias (com a pesca subentendida), olarias e marinhas de sal, podemos admitir que todas contribuem para um mesmo fim, a saber, a produção de preparados piscícolas em grandes quantidades e sua exportação. No entanto, para lá das dependências mútuas, é admissível que cada uma destas actividades fosse relativamente independente, sobretudo as duas últimas: produção cerâmica e extracção de sal, pois nem toda a olaria se esgotava na produção de ânforas e nem todo o sal se destinava às produções de preparados de peixe. Parece-me, pois, mais razoável supor que teria existido na Antiguidade um conjunto diversificado de actividades independentes, que se articulariam em rede, por dependerem, de facto, em boa parte umas das outras. Naturalmente, um modelo alternativo seria o que admite todas estas actividades funcionando sob o domínio de um mesmo proprietário que detivesse barcos de pesca, fábricas de preparados de peixe, salinas e olarias. Parece-me, contudo, francamente irrealista supor que tal concentração de actividades tão distintas, sob a alçada de um mesmo proprietário, pudesse ter existido numa larga escala – o que todavia deixa em aberto ou pelo menos não exclui a possibilidade de se imaginar uma pequena produção de preparados de peixe no âmbito de *villae*, como sugeriu J. Edmondson (EDMONDSON, 1987). Em outro local tive já a oportunidade de esclarecer as reservas que me suscita esse modelo (FABIÃO, 1984), ainda que se possa admitir a sua existência em casos pontuais e em épocas concretas.

Em primeiro lugar, a pesca. Não fazemos ideia de quem se ocuparia desta tarefa e em que regime. Provavelmente, tratar-se-iam de actividades livres, somente sujeitas ao pagamento de tributos ou, em alternativa, a pesca em cada região estaria entregue a sociedades, que arrematariam os seus direitos e que promoveriam a actividade, assegurando os meios necessários. Para a área gaditana, tem sido sugerida a existência de uma grande companhia (ÉTIENNE & MAYET, 2002, com referências), o que poderia explicar alguma epigrafia anfórica e algumas peculiaridades das pescarias meridionais da Península Ibérica, nomeadamente a cronologia tardia da maioria dos centros oleiros das costas algarvias, que podiam ter ganho autonomia somente depois da Companhia se extinguir (FABIÃO, 2000). Mas, como os próprios Autores franceses reconhecem, falta ainda alguma evidência mais sonora, que permita sustentar esta hipótese. Não custa supor que a pesca se encontraria intimamente relacionada com a produção dos preparados de peixe. Contudo, este argumento de senso comum em nada contribui para um melhor conhecimento dos moldes em que tais relações se estabeleciam, menos ainda para a definição do seu quadro social e económico. Se, efectivamente, capturas e produção de preparados de peixe constituíssem uma só actividade, ela deveria estar entregue a grandes empresas, uma vez que se não vislumbra que existisse capacidade para desenvolver tais actividades numa pequena escala, sobretudo a partir dos meados do século I d.C., quando se verifica o crescimento de grandes centros como Tróia ou como a área de laboração já conhecida no subsolo da actual cidade de Lisboa: por essa razão a Fig. 2 assinala as grandes manchas dos estuários do Tejo e Sado. Já para épocas posteriores se poderia considerar outra possibilidade, mas, como em outro local já defendi, não creio que se possa pensar na existência de uma pequena actividade conserveira, de alcance eminentemente local, como defendeu J. Edmondson (EDMONDSON, 1987; FABIÃO, 1994).

Quanto à cerâmica, as interrogações são também múltiplas e as evidências concretas muito escassas. Naturalmente, quando pensamos em ânforas, vem de imediato à ideia o exemplo dos papiros egípcios de *Oxyrhyncus*, que estabelecem contratos entre oleiros e proprietários rurais (COCKLE, 1981), e constituem um dos mais expressivos exemplos do regime de produção de contentores cerâmicos, que conhecemos na Antiguidade. Como bem sublinhou M. Finley, nenhuma evidência arqueológica poderia revelar este tipo de relações e, por escassez de informação, não sabemos de todo se esta era a prática comum (o oleiro itinerante trabalhando com meios de produção fornecidos pelo proprietário rural) ou correspondia a situações de excepção (FINLEY, 1986). Naturalmente, nos casos lusitanos, não devemos perder de vista que não se trata de fazer contentores para transportar artigos produzidos numa propriedade rural, mas sim de ânforas que transportariam preparados de peixe, sem esquecer que a nossa actividade manufactureira se desenvolve ao longo de mais de quatro séculos, sendo, por isso mesmo, admissível que os regimes de produção e exploração tenham variado ao longo do tempo. Interessa, todavia, reter algumas informações do caso egípcio, a saber, o facto de fornos e matérias-primas (argila, inertes, lenha) serem bens pertencentes ao proprietário fundiário.

No que concerne aos dados arqueológicos lusitanos, haverá a assinalar o facto de muitas olarias terem labrado durante extensos períodos de tempo, vários séculos, em muitos casos; de quase todas as conhecidas terem fabricado outros artigos cerâmicos, que não somente ânforas (FABIÃO & CARVALHO, 1990; FABIÃO, 2004, com referências); ou ainda a particularidade da olaria do Pinheiro ter resistido, activa, à situação de crise vivida no sector da produção de preparados de peixe entre os fins do século II e os inícios do III (MAYET & SILVA, 1998). Infelizmente a escassez dos hábitos epigráficos só complica ainda mais o panorama, não fornecendo qualquer pista sobre o quadro social e económico da produção (FABIÃO & GUERRA, 2004). Assim, atendendo aos dados disponíveis e num plano meramente hipotético, poderemos desenhar dois modelos possíveis para a produção oleira: um, em que a olaria funcionava sazonalmente, fabricando cerâmicas fundamentalmente destinadas a suprir as necessidades do sector conserveiro. Assim se explicaria a sazonalidade da sua laboração, somente quando eram maiores as necessidades dos centros produtores de preparados de peixe. Tal seria o caso da primeira fase da olaria do Pinheiro; no entender dos investigadores que procederam ao seu estudo (MAYET &

SILVA, 1998), esta actividade sazonal é perfeitamente compatível com a existência de oleiros especializados itinerantes. Um outro modelo possível seria aquele em que o centro oleiro constituiria um pólo de manufactura intensiva, com população residente, fabricando cerâmicas para a indústria conserveira, mas também para muitos outros fins. Seria este o caso da fase tardia da mesma olaria sadina – hipótese que poderá ser aferida pela escavação da necrópole – e das outras onde se conhecem necrópoles associadas, como o Zambujalinho, Palmela, também no vale do Sado (FERNANDES, 1992, 1993; FERNANDES & CARVALHO, 1996), ou o Porto dos Cacos, Alcochete, no baixo Tejo (RAPOSO & DUARTE, 1992; SABROSA, 1996). Creio que a existência de necrópoles nas proximidades dos centros oleiros constitui um dos mais fortes indícios de uma ocupação com carácter permanente, embora se possa admitir que outro tipo de evidência seja também sugestiva, como é o caso da diversidade de artefactos identificados em cada local (MAYET & SILVA, 1988). Qualquer destas hipóteses ligaria a actividade oleira ao mundo dos proprietários fundiários, uma vez que a sua localização e as necessidades de matérias-primas claramente apontam essa direcção. Pode admitir-se, todavia, que se trataria de centros de manufactura intensiva, relativamente independentes das fainas rurais, sobretudo, na segunda hipótese considerada.

Que relações se estabeleceriam entre produtores de cerâmicas e produtores de preparados de peixe é algo que não conhecemos de todo, embora me pareça razoável supor uma relativa independência de ambas as actividades, pelo seu carácter especializado. Acresce que todos os centros oleiros registam uma diversidade de produções que sugere a exploração de distintos mercados consumidores, que não somente o das unidades de produção de preparados de peixe; e, como já comentámos, se verificar uma apreciável resistência das olarias ao generalizado período de crise das exportações lusitanas da viragem do século II para o III (FABIÃO & CARVALHO, 1990). Para além do mais, como em outros locais defendi, há bons indícios de que estas olarias poderiam ter produzido também contentores para o transporte de vinho (FABIÃO, 1998, 2004), hipótese que, a confirmar-se, reforçaria a independência destas duas actividades (produção de preparados de peixe e fabrico de cerâmica). Tal não impede, porém, que um mesmo indivíduo ou grupo de indivíduos pudesse ser proprietário de unidades de transformação de pescado e de olarias, sem que tal implicasse uma dependência absoluta das segundas relativamente às primeiras. Uma vez mais, vem à ideia a proposta da Companhia gaditana (ÉTIENNE & MAYET, 2002), que poderia constituir um dos modelos de enquadramento e articulação destas actividades.

Finalmente, o sal. Este é, sem dúvida, o artigo que mais questões coloca. Não sabemos se continuaria a ser um monopólio estatal, como fora em época helenística em muitas cidades gregas. Mas, mesmo sendo monopólio estatal, os direitos da sua exploração poderiam ser arrendados ou concedidos a privados. A analogia com o regime de exploração dos recursos mineiros parece ser uma boa pista para a compreensão do modelo, até porque o regime de extracção de sal-gema implicaria instalações não muito distintas das montadas para a exploração de outros recursos mineiros. Mas, há que reconhecer, encontramos-nos no domínio das hipóteses indocumentadas. Por outro lado, a localização desta actividade extractiva aproximar-se-ia mais do mundo fundiário do que do sector pesqueiro. Por razões de ordem prática, as marinhas de sal têm de buscar a sua implantação longe da orla costeira, mas em zona de franca penetração marítima, isto é, as zonas lagunares, de esteiros e de fundos de estuários. Para além disso, a grande época da produção salina é o Verão, justamente a mesma em que mais intensa se torna a faina pesqueira. Acrescente-se que, recorrendo ao paralelo de épocas históricas mais recentes, sabemos que a salicultura se exerce por gente que, paralelamente, se dedica à agricultura e não por gente do mar (RAU, 1951). Assim, não faz sentido supor que a produção de sal e a pesca se pudessem realizar pelas mesmas pessoas, nem parece razoável imaginar que aquela actividade se desenvolvesse em contexto distinto do conhecido em outras épocas históricas, embora se possa admitir que proprietários fundiários pudessem produzir, paralelamente, o sal e as cerâmicas. Neste particular, é notória a proximidade física entre olarias romanas e zonas de marinhas histó-

ricas, nas regiões aqui consideradas, designadamente nos baixos Tejo e Sado, como se referiu. Infelizmente, nada sabemos sobre as salinas romanas, propriamente ditas.

Por tudo isto, e ainda que reconhecendo a falta de dados empíricos para o debate destas questões, diria que a pesca, a produção de preparados de peixe, o fabrico de cerâmica e a salicultura, sendo actividades mutuamente dependentes, assumem especialidades que as distinguem claramente, pelo que merecem ser estudadas separadamente, mesmo tendo em atenção o seu carácter complementar. A partir do momento em que alcançam uma dimensão e relevância consideráveis, desenham uma verdadeira rede de relações económicas de elevada complexidade e de evidente relevância local. Assim, não é de admirar que as principais zonas onde se concentram as evidências arqueológicas da exploração de recursos marinhos em larga escala se localizem nas imediações de centros urbanos que, deste modo, se assumiriam como as entidades polarizadoras destas actividades e organizadoras da exportação dos preparados de peixe que, naturalmente, careceriam de boas instalações portuárias, para armazenamento e expedição.

É justamente esta situação de concentração das unidades de produção de preparados de peixe em áreas urbanas da *Lusitânia* que confere singularidade a esta região, singularidade, diga-se, partilhada com a Andaluzia ocidental e Norte de Africa, ou seja, a frente meridional atlântica do Império Romano ou o “pré-Mediterrâneo” de Orlando Ribeiro. A situação é evidente em *Olisipo*, nos aglomerados da foz do Sado, em *Balsa*, para mencionar somente os lugares onde as cetárias estão na própria área das cidades. Provavelmente, o fenómeno seria muito mais disseminado por toda a costa, desde do Guadiana à foz do Douro, como houve oportunidade de comentar. Em todos estes casos, a exploração dos recursos marinhos parece constituir uma relevante actividade económica da cidade, tornando pertinente a discussão do modelo destas cidades lusitanas. Recorde-se que em textos hoje clássicos, que induziram extenso debate, Moses Finley (FINLEY, 1977, 1985) recuperou o conceito de “cidade de consumo” da sociologia alemã de Büchner, Sombart e Weber para caracterizar a cidade antiga, estabelecendo a oposição com a “cidade produtora” de épocas mais tardias. Por isso mesmo, recuperei e usei a citação de Weber sobre o arenque das cidades da Liga Hanseática. É claro que a produção e exportação de arenque nem será sequer o mais característico elemento da economia daquelas cidades, mas não deixa de estabelecer um interessante paralelo, que nos alerta para o muito que ainda se poderá fazer neste domínio. De igual modo, quando compulsamos muitos dos debates sobre a economia antiga e nos deparamos com as teses sobre os bloqueios do seu crescimento, não podemos deixar de notar que, nestas cidades lusitanas, particularmente no baixo Sado e no baixo Tejo, parece registar-se um consistente crescimento no volume da produção, que não deixaria também de se reflectir no consumo e no número de consumidores.

Como se compreende, estas observações assumem particular relevância para o estudo dos modelos urbanos da Antiguidade, bem como para o estudo da economia antiga. Mas, há que reconhecer, que muito caminho temos ainda de percorrer para podermos obter uma imagem clara desta complexa rede de relações, da qual somente alguns fios até nós terão chegado. Recorde-se que só desde a década de 80 do século XX começámos a ter informações mais consistentes, que permitissem ultrapassar o domínio dos meros pontos em mapas (diga-se que a cartografia que ilustra este texto inclui muitos “pontos” que não são mais do que isso, “pontos num mapa”, cujo significado e relevância em boa parte desconhecemos). Haja ânimo e meios para prosseguir as investigações e, sobretudo, haja arte e engenho para saber unir e urdir os frágeis fios que até nós chegaram destas complexas redes de relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCÃO, A. (dir.) (1997) – *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- ALARCÃO, A. & MAYET, F. (eds.) (1990) – *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard.
- ALARCÃO, J. (1973) – *Portugal Romano*, Lisboa, Verbo.
- ALARCÃO, J. (1983) – *Portugal Romano*, 3ª edição, revista, Lisboa, Verbo.
- ALMEIDA, C. A. F. (1969) – *Romanização das terras da Maia*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- ALMEIDA, C. A. F. (1972) – A Póvoa de Varzim e o seu aro na Antiguidade. *Póvoa de Varzim – Boletim Cultural*, 11 (1), p. 5-34.
- ALMEIDA, D. F.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O V. (1971) – Descoberta de fornos lusitano-romanos na região da Marateca (Setúbal). *O Arqueólogo Português*, III série, 5, p. 155-165.
- ÂNGELO, M. J. (2008) – Intervenção arqueológica na encosta da Marina, (S. Sebastião, Lagos): testemunhos de uma renovação de espaços em época romana. *Xelb* 8(2), p. 79-85.
- AMARO, C. (1990) – *Ocupação romana na margem sul do estuário do Tejo: um (des)alinhar de ideias*. In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 71-85.
- AMARO, C. (1994) – A indústria de salga de peixe na baixa de Lisboa. In: *Moita*, I. (dir) *O livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98; Lisboa 94; Livros Horizonte, p. 69-74.
- ARRUDA, A M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. *Cuadrenos de Arqueología Mediterránea*, 5-6. Barcelona: Publicaciones del laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2006) – Os recursos marinhos na economia da Idade do Ferro do sul de Portugal: o sal, a pesca e os preparados de peixe. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. Maria: Junta de Andalucía, p. 383-405.
- ARRUDA, A. M. (dir.) (2007) *Laccobriga. A ocupação romana na baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C. & BARGÃO, P. (2006) – Ânforas lusitanas da alcáçova de Santarém, In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal *Arqueológica*, 13, pp. 233-252.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARGÃO, P. & LOURENÇO, P. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb* 8(1), p. 137-168.
- BARGÃO, P. (2008) Intervenção de emergência na Rua do Monte Molião: primeiras leituras, *Xelb* 8(1), p. 169-189.

- BARROS, L. & AMARO, C. (1984-1985) – Fábrica de salga de peixe em Cacilhas achegas para o seu conhecimento. *Al-madan*, 4-5, p. 33-34.
- BERNAL CASASOLA, D. (2003) – La presencia bizantina en el litoral andaluz y en el Estrecho de Gibraltar (ss. VI-VII D.C.): análisis de la documentación arqueológica y novedades de los últimos años. In: *Actas del III Congreso de Historia de Andalucía (Córdoba, 2001)*. Córdoba: Publicaciones Obra Social y Cultural Cajasur, p. 41-68.
- BERNAL CASASOLA, D. (2008) – El final de la industria pesquero-conservera en Hispania (ss. V-VII d.C.) entre Obispos, Bizancio y la evidencia arqueológica. In: Napoli, J. (ed.) *Ressources et activités maritimes des peuples de l'Antiquité. Les Cahiers du Littoral*, 2 (6), p. 31-58.
- BERNARDES, J. P. (2008) – O Centro Oleiro do Martinhal, *Xelb*. Silves. 8(1), p. 191-212.
- BERNARDO, H. B. (1966) – Marinhas ignoradas da Estremadura – as salinas de Peniche. *Ethnos*, 5. p. 121-167.
- BUGALHÃO, J. (2001) – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo. Núcleo arqueológico da rua dos Correiros*. Lisboa: IPA (Trabalhos de Arqueologia, 15).
- CARDOSO, G. (2006) – As cetárias da área urbana de Cascais. In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 145-150.
- CARDOSO, G. & RODRIGUES, S. (2005) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal). In: *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste (Bombarral)*. Bombarral: C.M. do Bombarral / Museu Municipal do Bombarral, p. 83-112.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. & SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. In: SILVA, C. T.; SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 253-278.
- CARRASCO, J. M. C. & TERUEL, N. O. V. (2006) – La Industria Pesquera en Época Romana en el Litoral Onubense. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. María: Junta de Andalucía, p.407-454.
- CENTENO, R. (1983) – A dominação romana. In: SARAIVA, J. H. (Dir.), *História de Portugal, vol. 1*, Lisboa, Alfa, p. 148-211.
- CLETO, J. (1995-1996) – A Indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano. O caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos). *Matesinius – Revista de Arqueologia, História e Património de Matosinhos*, 1-2, p. 23-45.
- COCKLE, H. (1981) – Pottery manufacture in Roman Egypt a new papyrus. *Journal of Roman Studies*, 71, p. 87-97.
- COELHO-SOARES, A. & SILVA, C. T. (1979) – Ânforas romanas da Quinta da Alegria (Setúbal). *Setúbal Arqueológica*, 5, p. 205-221.
- CORREIA, V. (1928) – O domínio romano. In: PERES, D. (dir.) *História de Portugal, I*, Barcelos: Portucalense Editora, p. 217-290.

- CORREIA, V. (1930 [1972]) – Alcácer do Sal (esboço de uma monografia). In: *Obras. IV Estudos arqueológicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 127-150 (primeiramente publicado em *Biblos*, 6).
- CORTESÃO, J. (1964) – *Os factores democráticos na formação de Portugal*. Lisboa: Portugália (colectânea de artigos, publicada a título póstumo).
- DIOGO, A. M. D. & COSTA, J. M. (1996) – Elementos sobre a produção de ânforas e a transformação piscícola em Sines durante a época romana. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 107-110.
- DIOGO, A. M. D. & FARIA, J. C. (1990) – Elementos para a caracterização e periodização da economia do baixo Sado, durante a época romana. In: GAMITO, T. J. (ed.) *Arqueologia Hoje I Etno-Arqueologia*. Faro: Universidade do Algarve, p. 92-106.
- DUARTE, A. L. C. (1990) – Quinta do Rouxinol. A produção de ânforas no vale do Tejo. In: ALARCÃO, A ; MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 97-115.
- DUARTE, A. L. C. & RAPOSO, J. M. C. (1996) – Elementos para a caracterização das produções anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios / Seixal). In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 237-247.
- EDMONDSON, J. (1987) – *Two Industries in Roman Lusitania: Mining and Garum Production*. Oxford: BAR (IS-362).
- ÉTIENNE, R.; MAKAROUN, Y. & MAYET, F. (1994) – *Un grand complexe industriel à Tróia (Portugal)*. Paris : Diff. E. De Boccard.
- ÉTIENNE, R. & MAYET, F. (2002) – *Salaisons et sauces de poisson hispaniques*. Paris : Diffusion E. De Boccard.
- FABIÃO, C. (1994) – Garum na Lusitânia rural? Alguns comentários sobre o povoamento romano do Algarve, in: GORGES, J-G. & SALINAS DE FRÍAS, *Les Campagnes de la Lusitanie romaine: occupation du sol et habitats*, Madrid-Salamanca, Casa de Velázquez, Collection de la Casa de Velázquez, 47, p. 227-252.
- FABIÃO, C. (1996) – O comércio dos produtos da Lusitânia transportados em ânforas no Baixo Império. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 329-342.
- FABIÃO, C. (1997) – A exploração dos recursos marinhos. In: ALARCÃO, A. (dir) *Portugal Romano. A exploração dos recursos naturais*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 35-58.
- FABIÃO, C. (1998) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1(1), p. 169-198.
- FABIÃO, C. (2000) – O sul da Lusitânia (Algarve português) e a Baetica: concorrência ou complementaridade? In: *Congreso Internacional Ex Baeticae Amphorae (Sevilla-Écija, 1998)*, vol. II, p. 717-730.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitânia: balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In: BERNAL, D. & LAGÓSTENA, L. (eds.) *Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d. C.)*. Vol. 1. Oxford: BAR (IS 1266), p. 379-410.

- FABIÃO, C. (2006) – A exploração de recursos marinhos na Lusitânia romana: balanço dos conhecimentos e perspectivas da investigação. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. Maria: Junta de Andalucía, p.489-529.
- FABIÃO, C. (2007) – Estácio da Veiga e a exploração dos recursos marinhos no Algarve, em época romana. *Xelb*, 7, p. 131-142.
- FABIÃO, C. (2008) Las ánforas romanas de Lusitania. In: BERNAL CASASOLA, D. & RIBERA I LACOMBA, A. (eds.) *Cerâmicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. XXXVI Congreso Internacional de la Asociación *Rei Cretariae Romanae Fautores* (Cádiz, 2008). Cádiz: UCA, p. 725-745.
- FABIÃO, C. (2009) – O ocidente da Península Ibérica no século VI: Sobre um *pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 4, p. 25-50.
- FABIÃO, C. (no prelo) – A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano? In: *VI Mesa Redonda sobre a Lusitânia Romana (Cascais, 2004)*.
- FABIÃO, C. & ARRUDA, A. M. (1990) – Ânforas de S. João da Venda (Faro). In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 215-224.
- FABIÃO, C. & CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 37-63.
- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1993) – Sobre os conteúdos das ânforas da Lusitânia, in: *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1990)*, Coimbra, IAFLC/IECFCL, 1993, p. 995-1016
- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (2004) – Epigrafia anfórica lusitana: uma perspectiva. In: REMESAL, J. (dir) *Epigrafia Anfórica*. Barcelona: Univ. de Barcelona (Col. Instrumenta, 17), p. 221-243.
- FABIÃO, C.; FILIPE, I; DIAS, M.I.; GABRIEL, S. & COELHO, M. (2008) – Projecto “A Indústria de recursos haliéuticos no período romano: a fábrica da Casa do Governador da Torre de Belém, o estuário do Tejo e a fachada atlântica. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 1, p. 35-40.
- FARIA, A M. (1989) – A Numária de **Cantnipo*. *Conimbriga*, 28, p. 71-99.
- FARIA, A. M. (1992) – Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. *Vipasca – Arqueologia e História*. 1, p. 39-48.
- FERNANDES, I. C. (1992) – Escavações arqueológicas na Herdade do Zambujal (Palmela). *Al-Madan*. II série, 1, p. 94.
- FERNANDES, I. C. (1993) – *Arqueologia em Palmela 1988/92 – Catálogo da exposição*. Palmela: C. M. Palmela.
- FERNANDES, I. C. & BRITO, M. T. (2008) – *Roteiro da Exposição Palmela Arqueológica Espaços. Vivências. Poderes (Igreja de Santiago – Castelo de Palmela)*. Palmela: Município de Palmela.
- FERNANDES, I. C. & CARVALHO, A. R. (1996) – Trabalhos arqueológicos no Zambujalinho (Herdade do Zambujal) – primeiros resultados. In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C., eds., *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 73-106.

- FERREIRA, O. V. (1966-1967) – Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe na antiguidade encontradas em Portugal. *Arquivo de Beja*, 23-24, p. 123-134.
- FERREIRA, O. V. (1968) – Algumas notas acerca da pesca na antiguidade. *O Arqueólogo Português*, III série, 2, p. 113-133.
- FIGUEIREDO, A. M. (1898) – Contribuição para o estudo da historia da pesca, em Portugal, na epocha luso-romana. *O Archeólogo Português*, 4, p. 53-58.
- FIGUEIREDO, A. M. (1906) – Ruines d'antiques établissements a salaisons sur le littoral sud du Portugal. *Bulletin Hispanique*, 8 (2), p. 109-121.
- FILIFE, I. & FABIÃO, C. (no prelo) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia e História*.
- FILIFE, G. & RAPOSO, J.M.C., eds. (1996) – *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote.
- FINLEY, M. (1977) – The Ancient City : From Fustel de Coulanges to Max Weber and Beyond. *Comparative Studies in Society and History*, 19, p. 305-327.
- FINLEY, M. (1986a) – *A Economia Antiga*, 2º ed., Porto: Afrontamento (trad. Portuguesa de *The Ancient Economy*, 2ª ed. Revista e aumentada).
- FINLEY, M. (1986b) – *Historia Antigua problemas metodologicos*. Barcelona: Crítica.
- FULFORD, M. G. & PEACOCK, D. P. S. (1984) *Excavations at Carthage: the British Mission, Volume I, 2. The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salamambo. The pottery and other ceramic objects from the site*. Sheffield: Institut Nationale d'Archéologie et d'Art de Tunisie / British Academy Carthage Committee.
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La Producción de salsa y conservas de pescado en la Hispania romana (II a.C – VI d.C.)*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- MAIA, M. G. P. (2006) – La pesca, a actividade conserveira e as ânforas de Tavira. *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho (I Conferencia Internacional)*. Puerto de S. María: Junta de Andalucía, p. 459- 487.
- MANTAS, V. G. (1986) – Um miliário de Adriano em Alfeizerão. *Conimbriga*, 25, p. 213-225.
- MANTAS, V. G. S. (1990) – As Cidades Marítimas da Lusitânia, in: *Les Villes de la Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Table Ronde Internationale du CNRS, Talence, 1988)*, Paris, CNRS (Collection de la Maison des Pays Ibériques, 42), p. 149-205.
- MANTAS, V. G. (1999) – As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana. In: GORGES, J.-G. & RODRÍGUEZ MARTÍN, G. (eds). *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: p. 135-156.
- MAYET, F.; SCHMITT, A. & SILVA, C.T. (1996) – *Les amphores du Sado (Portugal). Prospection des fours et analyse du matériel*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C.T. (1998) – *L'atelier d'amphores de Pinheiro (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.
- MAYET, F. & SILVA, C. T. (2002) – *L'atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard.

- MORAIS, R. & FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In: LAGÓSTENA, L.; BERNAL, D. & ARÉVALO, A. (eds.), *Cetariae 2005. Salsas y Salazones de Pescado en Occidente durante la Antigüedad (Actas del Congreso Internacional, Cádiz, 7-9 noviembre de 2005)*. Oxford: BAR-IS 1686, pp. 127-133.
- MOREIRA, J. B. (2002) – *Cidade romana de Eburobrittium*. Óbidos: Mimesis / Câmara Municipal de Óbidos.
- PARREIRA, R. (1997) O Salvamento Arqueológico das Ruínas Romanas da Praia da Luz (Lagos): as Oficinas de Salga a Oriente do Balneário (Escavações de 1987 – 1988), *Setúbal Arqueológica*, 11-12, p. 241-248.
- PEREIRA, J. C. (2003) – *Portugal na Era de Quinhentos*. Cascais: Patrimonia Historica.
- PIMENTA, J. & FABIÃO, C. (no prelo) – Ânforas orientais em *Olysipona* (Lisboa): a vitalidade da rota atlântica em época pós-romana.
- PONSICH, M. (1988) – *Aceite de oliva y salazones de pescado. Factores geo-economicos de Betica y Tingitana*. Madrid: Universidade Complutense.
- PONSICH, M. & TARRADELL, M. (1965) – *Garum et industries antiquae de salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Paris.
- RAPOSO, J. M. C. (1990) – Porto dos Cacos: uma oficina de produção de ânforas no vale do Tejo. In: ALARCÃO, A.; MAYET, F. (eds.) *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 117-151.
- RAMOS, A. C. (2008) – Novos dados sobre a ocupação antiga do Centro Histórico de Lagos. A intervenção na Rua 25 de Abril, ns. 53-55. *Xelb* 8(2), p. 87-98.
- RAMOS, A. C.; ALMEIDA, R. & LAÇO, T. (2006) – O Complexo Industrial da Rua Silva Lopes (Lagos). Uma primeira leitura do sítio e análise das suas problemáticas no quadro da indústria conserveira da Lusitânia meridional. In: Silva, C. T.; Soares, J. (dir.) *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. *Setúbal Arqueológica*, 13, p. 83-100.
- RAMOS, A. C.; LAÇO, T.; ALMEIDA, R. & VIEGAS, C. (2007) – Les Céramiques communes du VIe s. du complexe industriel de salaisons de poisson de Lagos (Portugal). In: BONIFAY, M. & TRÉGLIA, J-C (dir.) *LRCW 2. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry*. Oxford: BAR International Series 1662 (1), p. 85-97.
- RAPOSO, J. M. C. & DUARTE, A. L. C. (1992) – Ânforas lusitanas: los alfares del Tajo, *Revista de Arqueologia*, ano XII, 134 (Junho), Madrid: Zugarto Ediciones, p. 36-45.
- RAPOSO, J. M. C. & DUARTE, A. L. C. (1996) – O forno 2 de Porto dos Cacos (Alcochete). In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C. (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 249-266.
- RAPOSO, J.; FABIÃO, C.; GUERRA, A.; BUGALHÃO, J.; DUARTE, A. L.; SABROSA, A.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. & GOUVEIA, A. (2005). OREsT Project: late Roman pottery productions from the low Tejo. In: *First International Conference in Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry (Barcelona, 2002)*. Oxford: BAR- IS 1340, pp. 37-54.

- RAPOSO, J. M. C. ; SABROSA, A J. G. & DUARTE, A L. C. (1995) – Ânforas do vale do Tejo. As olarias da Quinta do Rouxinol (Seixal) e do Porto dos Cacos (Alcochete). *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (Porto, 1993)*. 7, Porto: SPAE, p. 331-352.
- RAU, V. (1951) – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- RIBEIRO, O. (1977) – *Introduções Geográficas à História de Portugal. Estudo Crítico*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda (Colecção Estudos Portugueses, 3).
- RIBEIRO, O. s/d [1978] *Geografia e Civilização: Temas Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte (Espaço e Sociedade, 2).
- RIBEIRO, O. (1987) – *A Formação de Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Identidade, Série Cultura Portuguesa).
- ROCHA, A. S. (1895-1896) [1975] – Notícia de algumas estações romanas e árabes do Algarve. In: *Memórias e explorações arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 145-208 (texto primeiramente publicado em *O Archeólogo Português*, 1 e 2).
- ROCHA, A. S. (1895-1896) [1975] – Fornos luso-romanos da freguesia de Brenha. In: *Memórias e explorações arqueológicas. III Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 225-230.
- SABROSA, A. (1996) – Necrópole romana do Porto dos Cacos (Alcochete). In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 283-300.
- SAMPAIO, A. (1904) – *Estudos Históricos e Económicos. As povoações marítimas*. Reimpressão, s/d, Lisboa: Vega.
- SANTOS, M. L. E. V. A. (1971 – 1972) – *Arqueologia romana do Algarve. Subsídios*. 2 vols., Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, V.; SABROSA, A. & GOUVEIA, L. (1996) – Carta arqueológica de Almada elementos da ocupação romana. In: FILIPE, G.; RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (Actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 225-236.
- SERRA, M. & DIOGO, M. (2008) – Polis de Lagos – Resultados preliminares. *Xelb* 8(2), p. 215-222.
- SERRA, M. & PORFÍRIO, E. (2006) – Encosta da Marina: uma *villa* romana na Meia Praia (Lagos). *Xelb* 6(2), p. 69-74.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. M.; DIAS, L. F. & COELHO-SOARES, A. (1980-1981) – Escavações Arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979), *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 149-218.
- SILVA, C. T. (1996) – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: a oficina romana do Largo da Misericórdia. In: FILIPE, G. & RAPOSO, J.M.C., (eds.) *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado (actas das jornadas, Seixal, 1991)*. Lisboa: D. Quixote, p. 43-54.
- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A (1980-1981) – A praça do Bocage (Setúbal) na época romana. Escavações arqueológicas de 1980. *Setúbal Arqueológica*, 6-7, p. 249-284.

- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A. (1987) – Escavações arqueológicas no Creiro (Arrábida). Campanha de 1987. *Setúbal Arqueológica*, 8, p. 221-237.
- SILVA, C. T. & COELHO-SOARES, A. (2006) – Produção de preparados piscícolas na Sines romana. In: SILVA, C. T.; SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 101-122.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A. & CORREIA, V. H. (1990) – Produção de ânforas romanas no Martinhal (Sagres). In: ALARCÃO, A. & MAYET, F. *As ânforas lusitanas. Tipologia, produção, comércio (actas da mesa-redonda de Conímbriga, 1988)*. Coimbra/Paris: MMC/Diff. E. De Boccard, p. 225-246.
- SILVA, C. T.; COELHO-SOARES, A.; SOARES, J. (1986) – Fábrica de Salga da Época Romana da Travessa de Frei Gaspar (Setúbal). *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa: IPPC, p. 155-160 (Trabalhos de Arqueologia, 3).
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1997) – Chibanes Revisitado. Primeiros Resultados da Campanha de Escavações de 1996. In: *Homenagem ao Professor António Augusto Tavares, Estudos Orientais*, 6, p. 33-66.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.) (2006) – *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13.
- SOARES, J. (1980) – *Estação romana de Tróia*. Setúbal: MAEDS.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1986) – Ocupação Pré-Romana de Setúbal. *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa: IPPC, p. 87-101 (Trabalhos de Arqueologia, 3).
- TEICHNER, F. (2006) – Cerro da Vila: paleo-estuário, aglomeração secundária e centro de transformação de recursos marinhos. In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 69-82.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde. Zweiter Teil Die Völker und die Städte der Antiken Hispanien. Band 2 Lusitanien*. Baden-Baden: Verlag Valentin Koerner.
- VASCONCELLOS, J. L. (1898) – Olaria luso-romana em S. Bartolomeu de Castro Marim. *O Archeólogo Português*. 4, p. 329-336.
- VEIGA, S. P. E. da, (1886-1891) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Paleoethnologia*. 4 vols., Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. E. da, (1904) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 9, p. 202-210.
- VEIGA, S. P. E. da, (1905) – *Antiguidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. O Archeólogo Português*. Lisboa. 10, p. 6-14.

- VEIGA, S. P. E. da, (1910) – Antiquidades monumentaes do Algarve. Capitulo V Tempos historicos. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15, p. 209-233.
- VEIGA, S. P. E. da, (2006) – *Paleoetnologia. Antiquidades Monumentais do Algarve. Tempos Históricos*, vol. V. Silves: Museu Nacional de Arqueologia / Câmara Municipal de Silves (notas e comentários de CARDOSO, J. L. e GRADIM, A.).
- VIEGAS, C. (2006) – O forno romano da Manta Rota (Algarve). In: SILVA, C. T. & SOARES, J. (dir.), *Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas Durante a Proto-História e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica*, 13, p. 177-196.
- WEBER, M. (1982) – *La Ville*. Paris: Aubier (trad. francesa de *Die Stadt*).
- ZBYSZEWSKI, G.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, O. V. & CARVALHOSA, A.B. (1976) – *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 37-A Águas de Moura*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

A PROPÓSITO DO TOPÓNIMO “OEIRAS”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES LINGUÍSTICAS E HISTÓRICAS

Amílcar Guerra*

1. Na tradição humanista, que mergulha as suas raízes no mundo clássico, o nome de uma localidade encerrava, com frequência, uma parte da sua história. Explicar o topónimo afirmava-se, por natureza, como a primeira forma de compreender a origem de um lugar e a sua ligação a um antigo herói ou a uma qualquer particularidade extraordinária poder-se-ia já captar na própria palavra com que se designava uma cidade ou alguns dos seus lugarejos. Estas explicações desenvolviam-se, como se torna hoje claro, com base em para-etimologias, falsas etimologias que radicavam numa mais ou menos nítida afinidade fonética entre os dois termos, mas muitas vezes carente de qualquer rigor científico.

O caso mais conhecido entre nós, que pode tomar-se como exemplar, é o da cidade de Lisboa, cujo nome pré-romano se atesta habitualmente sob a forma *Olisipo*. No que diz respeito a esta cidade, alguns autores, provavelmente em período tardo-romano, desenvolveram a ideia de que ela retirava o seu nome do famoso herói dos poemas homéricos, o ardiloso Ulisses, condenado pelos deuses a uma errância que durou cerca de dez anos. Deste modo, a grafia do topónimo referido, com um *O* inicial, não seria mais do que uma deturpação de uma forma *Ulisipo*, na qual o nome da mítica personagem se transmitiria com clareza. É claro que a estas explicações não interessava grandemente que o antropónimo do rei de Ítaca fosse na sua versão original *Odysseus*, nem trazia qualquer preocupação a circunstância de a designação toponímica, em última análise, nada tivesse de grego ou latino¹. De resto passava então despercebido que o elemento final *-ipo* correspondia a um formante característico da Hispânia meridional. Todavia, a estes construtores de etimologias e de narrativas históricas interessava acima de tudo encontrar uma explicação que pudesse ter alguma verosimilhança e concitar a adesão dos seus leitores. Estas elaborações revelam hoje uma força extraordinária, a ponto de, com alguma frequência, se afirmarem ainda como as pautas que formataram o discurso histórico a respeito de muitos lugares. Quem poderá hoje desligar a cidade de Roma do seu fundador mítico Rómulo? Quem poderia prescindir, aludindo às origens de Lisboa, de um referência aos “erros de Ulisses” nestes longínquos mares?

Estas construções transformaram-se progressivamente em novas entidades históricas, com um peso excepcional na nossa História Moderna e Contemporânea e constituem um importante filão, particularmente explorado pelos estudos regionais e locais. Constata-se que em muitos casos a história dos lugares se confunde com a explicação linguística do topónimo, como se esta tivesse necessariamente que ver com aquela. Portanto, compreender o alcance semântico do nome de lugar equivaleria, nesta perspectiva, a captar um aspecto decisivo do seu passado, a encontrar uma explicação primordial para a sua existência.

* Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigador da UNIARQ.

¹ Sobre o mito da fundação de Lisboa por Ulisses v. os contributos fundamentais de R. M. Rosado Fernandes (1985) e Aires A. Nascimen-
to, que compilam e analisam muita da documentação essencial ao tratamento da questão.

2. Neste aspecto o caso de Oeiras não foge à regra. Creio que constitui um interesse comum dos seus habitantes conhecer a origem e o significado do nome do lugar onde vivem, porque esse aspecto faz parte, por assim dizer, da sua identidade.

Falta contudo, que eu saiba, uma tradição de interpretação etimológica antiga com todas as suas componentes míticas, uma vez que a generalidade das informações divulgadas assentam numa explicação recente, baseada numa análise que respeita os princípios da moderna linguística histórica. E, ao contrário do que costuma acontecer, essa proposta interpretativa assumiu praticamente o estatuto de explicação única desse nome de lugar. Neste aspecto Oeiras revelar-se-ia um caso mais raro, num mundo onde abundam explicações pouco fundamentadas.

O principal responsável pela sua difusão foi José Pedro Machado, no seu bem conhecido *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa* (MACHADO, 1984, p. 1087). Ai se trata o nome da actual vila da região da Grande Lisboa juntamente com o da ribeira homónima, afluente da margem direita do Guadiana, que percorre os concelhos de Almodôvar e Mértola.

Na base de ambos estaria o termo latino *auraria* “mina de ouro”, ou melhor, o seu acusativo do plural *aurarias*, a forma que permite uma explicação fácil do nome actual. Nos registos toponímicos mais antigos, que remontam ao século XIV, assinalam-se múltiplas variantes gráficas deste apelativo, mas que parecem corresponder no essencial à realidade fonética actual: *Hueiras*, *Hueyras*, *Ueiras*.

J. P. Machado estabelece para esta uma evolução fonética convincente que apresenta os seguintes passos: Na passagem do latim ao português é preciso ter em conta que a sílaba inicial *au* > *ou* > *o*; a terminação *-ariu(m)* / *-aria(m)* evolui com frequência para *-eiro* / *-eira*, como se encontra abundantemente atestado na língua portuguesa²; por um processo de dissimilação, a primeira plurivibrante converte-se em lateral (*Orarias* > *Olaria*); o *l* intervocálico cai (*Oleiras* > *Oeiras*).

Esta explicação reúne duas componentes essenciais, necessárias a credibilizar qualquer proposta etimológica: é viável do ponto de vista da história da língua, como se procurou demonstrar; e, para além disso, apresenta uma clara justificação no plano semântico, como a seguir se verá.

3. A explicação linguística deste nome encontra, realmente, um importante fundamento na documentação histórica e arqueológica, que por sua vez são corroborados por outros elementos de natureza onomástica da mesma área, elementos que dão, na minha perspectiva, a necessária consistência à proposta.

J. P. Machado (1984, p. 1087) remete especialmente para a informação mais recente, essencialmente centrada no século XIX, na qual se apresentam sugestivas notícias sobre o achado de quantidades significativas do precioso metal na área de Oeiras em especial e genericamente no estuário do Tejo. Sublinha a falta de informação relativa a outros períodos, mas recorda as mais antigas referências dos autores clássicos à riqueza aurífera do Tejo. As abundantes alusões a essa particularidade, a maioria de natureza mais estritamente literária, tornaram-se numa referência obrigatória.

Ao contrário, os dados materiais correspondentes continuam a ser pouco conhecidos, apesar de nos últimos tempos permitirem compreender melhor a razão dessas alusões à proverbial riqueza do rio. Parece claro actualmente que a exploração aurífera do rio se desenvolveu pelo menos de duas formas completamente distintas: a garimpagem das suas areias através da qual se recolhia o ouro de aluvião, segundo a referência pliniana o mais puro de todos; e, por outro lado, a lavagem sistemática de grandes quantidades de sedimentos, fora do leito do rio, feito pelo processo bem descrito por Plínio e conhecido como *ruina montium*.

² Esta realização tem, como se sabe, uma alternativa *-ário*, *-ária*. Para se ter uma ideia do número e da dimensão relativa destes registos sufixais no português, refira-se que o dicionário Huiass regista 2625 ocorrências para *-eiro* / *-eira* e 982 para *-ário* / *-ária* (<http://www.flch.usp.br/eventos/simelp/new/pdf/slp37/01.pdf> consultado em 4/6/2009)

Destes dois métodos, apenas o primeiro encontra ecos na literatura clássica, desde que o famoso poeta Catulo celebrou o Tejo com o tópic *aurifer Tagus* (“o Tejo aurífero”). Ovídio, num passo das suas *Metamorfoses* (2,251) descreve poeticamente os efeitos da marcha descontrolada do carro do sol conduzido pelo imprevidente Faetonte, de tal forma que, ao aproximar-se demasiado da terra provoca terríveis consequências, entre elas a improvável fundição das pepitas que o Tejo arrastava: “/.../ e o ouro que Tejo arrasta no seu leito flui, derretido pelas chamas /.../”³ (v. GUERRA, no prelo b).

De uma forma “científica” o naturalista Plínio-o-Velho (nat. 33,66, 4,115; GUERRA, 1995, p. 130-131) inclui o curso de água hispânico entre os mais afamados rios auríferos do universo, a par do Indo, do Ganges e do Pó. Mais original é a referência de Pompónio Mela, um geógrafo de origem hispânica, ao associar a esta conhecida riqueza metalífera a existência de gemas no mesmo leito do rio (MELA 3,1: “*Olisipo* e a foz do Tejo, que produz ouro e pedras preciosas”).

As referências dos autores clássicos não são, contudo, muito mais explícitas a respeito dessa exploração. Excepcionalmente a indicação de que esta actividade se exercia junto à cidade de *Olisipo*, não se recolhe qualquer dado concreto a respeito das áreas por ela abrangidas. No entanto, é verosímil que as informações recolhidas em fontes de outras épocas seja também pertinente para esclarecer esta questão. Ganham relevância, neste caso, as indicações que os autores do período islâmico fornecem, as quais, apesar de na maioria dos casos continuarem a ser bastante genéricas, nada acrescentando às precedentes, num caso particular oferecem alguns pormenores de grande interesse. É, acima de tudo, a informação do geógrafo Edrisi que contribui com alguns dados pertinentes, reportando especificamente a exploração que se desenvolve junto ao “forte de Almada” ou, se preferirmos, “castelo da Mina”, tendo em conta o significado do topónimo árabe hoje conservado na cidade da Outra Banda. Este autor explicita, baseado na sua observação, como faz questão de sublinhar, que a actividade da recolha das pepitas se faz “enquanto dura a estação rigorosa”, no período em que o mar estaria mais agitado, uma vez que, na sua opinião, os depósitos auríferos chegam àquele lugar empurrados pelas correntes marítimas.

Esta explicação foi contrariada, por exemplo, por José Bonifácio de Andrada e Silva (1817, p. 147), afirmando que esse ouro não viria “de fora”, mas seria resultado do próprio processo de deposição alimentado pela progressiva erosão de “montes e viveiros auríferos ou distantes ou vizinhos”. Esta ilustrada personagem, de resto, conhecia bem o passado e presente da exploração aurífera da região de Lisboa, uma vez que era, ao tempo, Intendente da “Real Mina de Ouro de Desmonte” da Adiça e o principal responsável por se terem retomado aí os trabalhos nos inícios do século XIX, depois de um longa história que ele próprio traça numa memória apresentada à Real Academia de Ciências de Lisboa (SILVA, 1817, em especial p. 140-143). Conhecida pelo menos desde a origem da nacionalidade, esta vertente da riqueza mineira que se situava numa parte da arriba fóssil existente entre a Trafaria e o Cabo de Espichel não é aparentemente referida na informação de período romano, nem se identificaram, que eu saiba, vestígios da sua exploração nessa fase.

Outro dos intendentess desta mina foi o Barão de Eschwege, que anda ligado ao seu encerramento, ocorrido em 30 de Junho de 1826, o qual explica mais tarde aos Académicos a estrutura dos depósitos, a sua natureza e as condicionantes que retiram rentabilidade a essa empresa (ESCHWEGE, 1831, p. 268-269), contra o que se manifesta o seu antecessor, Alexandre António Vandelli, que presidiu aos seus destinos no período de maior rentabilidade (1819-1824). Num balanço que então este último faz dessa actividade desenvolvida no primeiro quartel do século XIX inclui-se, todavia, uma notícia respeitante à exploração na margem direita do rio, ao explicitar-se que, nos montantes contabilizados nos últimos anos (1824-1826), cerca de um quarto, correspondente a pouco mais que 4 marcos, provinha da “mina de S. Julião da Barra” (VANDELLI, 1831, Quadro n. 1; SOLLA, 1973, p. 11). Muito provavelmente este registo corresponde ao que se encontra na obra manuscrita,

³ *Quodque suo Tagus amne vehit, fluit ignibus aurum* (OV. met. 2,251).

Memorial historico, ou Collecção de Memorias sobre Oeiras..., não datada, mas que reporta a circunstância de em 1825 ter sido recolhido ouro na praia de Oeiras e a poente de S. Julião da Barra (apud MACHADO, 1984, p. 1087).

Ainda que não sejam muito abundantes as referências e a quantidade de metal assinalada ser reduzida, não é de modo nenhum surpreendente que a lavagem dos sedimentos auríferos tivesse adquirido em período romano uma mais significativa dimensão e, com o empobrecimento dos sedimentos, se ter progressivamente atenuado a exploração.

A causa deste decréscimo é fácil de compreender. Pelo que sabemos hoje, o ouro de aluvião que se encontra no estuário do Tejo provém, provavelmente em boa parte, de algumas formações sedimentares auríferas que se situam a montante, no curso médio do rio. Foram esses depósitos que alimentaram ao longo dos milénios os sedimentos que em boa parte se concentraram na área estuarina. Sem negar a sua exploração na Pré e Proto-História, esta torna-se sistemática apenas em período romano e mantém até época moderna.

Mas, a par da pesquisa do ouro de aluvião no estuário, inicia-se a pesquisa nas áreas donde eram originário esses sedimentos ricos em ouro, desmontados de forma rápida através do processo da *ruina montium*. Embora não subsista qualquer alusão clara na literatura clássica no que diz concretamente respeito a esta região, esta actividade encontra-se muito bem documentada através dos seus vestígios materiais actualmente observáveis.

Entre as primeiras alusões na literatura da especialidade, que remontam ao início do século XX, sublinha-se a referência de Francisco Tavares Proença Júnior (1910, p. 9) ao sítio de Lisga. Mas só no último quartel do séc. XX e especialmente graças a um trabalho sistemático de inventário mineiro de período romano conduzido por Claude Domergue se ficou com uma ideia da amplitude dessa exploração e se conheceram algumas áreas específicas, como Mouriscas, Abrantes, foz do Zêzere e Milreu (DOMERGUE, 1987-88, p. 527-528). Nas proximidades deste último local identificou o mais extenso núcleo, que se estendia particularmente ao longo das margens da Ribeira de Codes, hidrónimo cuja origem se deve associar a este modelo de exploração, uma vez que o termo deriva do lat. *cos, cotis* “seixo”⁴.

Também as investigações de Sánchez-Palencia puseram em evidência a extraordinária capacidade produtiva desta região, tendo calculado que os trabalhos mineiros desenvolvidos por esse método implicaram uma movimentação de cerca de 27 000 000 m³ de sedimentos (SÁNCHEZ PALENCIA, 1989, p. 45-47). Apesar de a concentração de metal variar muito de acordo com as circunstâncias, este autor imaginou uma produção que poderia ter dado origem, só nesta área, a mais de 3,5 toneladas de ouro (BATATA, 2006, p. 107). Estamos, portanto, perante números extraordinários.

Os trabalhos de prospecção arqueológica levados a cabo posteriormente aumentaram de forma significativa as áreas em que se reconhece este tipo de actividade mineira. Carlos Batata foi o principal responsável pela identificação e divulgação das mais recentes achados, dando conta de identificações que resultaram do empenhado trabalho de prospecção de várias pessoas. Numa publicação dedicada ao estudo da área correspondente às bacias do Baixo Zêzere e do Ocreza, bem como do território adjacente ao Tejo durante a Idade do Ferro e o período romano, dispensou uma atenção especial a este tema, dando conta da sua importância histórica e da enorme riqueza patrimonial que representam estes vestígios (BATATA, 2006, em especial p. 81-87, p. 104-107). Ao mesmo tempo, pôs em evidência o desconhecimento que ainda marca o momento actual da investigação e a necessidade de desenvolver acções tendentes a minorar esta falha (BATATA, 2006, p. 82, 107).

⁴ Também se tem procurado ver no termo “conho” e no seu derivado “conheira” (nalguns casos “cunheira”), com o qual se designam estas acumulações de seixos, uma relação com este mesmo termo latino (BATATA, 2006, 104). Esta interpretação carece, contudo, de uma explicação adequada no âmbito da fonética histórica.

Na margem esquerda os vestígios do Tejo parecem ser menos numerosos. No entanto, é amplamente conhecida uma outra área de exploração, bastante extensa, situada a jusante das Portas do Ródão, designada sintomaticamente como Conhal do Arneiro (CALADO & CALADO, 2002).

Embora sejam estas as áreas em que mais indícios da actividade se identificaram, o âmbito da exploração aurífera na bacia do Médio e Baixo Tejo é consideravelmente mais extenso. Apresentaram-se recentemente, de forma circunstanciada, os resultados dos trabalhos de prospecção realizados numa área distinta, a de Penamacor-Meimoa (SÁNCHEZ PALENCIA & PÉREZ GARCÍA, 2005), na qual se tinham referenciado, há algumas décadas, os vestígios dessa mesma actividade extractiva (ALBERTOS & BENTO, 1977, p. 1200-1201; DOMERGUE, 1987-88, p. 512-513.). As diferentes zonas de exploração poderiam ter correspondido, só neste caso, a cerca de 3 500 000 m³ de sedimentos movimentados. Para além disso, inventaria os sítios da bacia do rio Erges em que a pesquisa aurífera se desenvolveu, contribuindo para que progressivamente se possa ter uma ideia da real dimensão de uma actividade que tantos reflexos teve na literatura latina.

Inevitavelmente, esta actividade sistemática teve como principal consequência o empobrecimento drástico da torrente que justificava a presença de pepitas nas aluviões. Por isso, no período que se seguiu à presença romana, a pesquisa do ouro nos sedimentos fluviais do Baixo Tejo deixou praticamente de ser alimentada e limitou-se progressivamente ao que ainda restava no leito do rio em consequência do processo de deposição milenar. Apesar disso, no século XIX ainda se estima que haja muito explorar nesse domínio, pelo menos a julgar pelos resultados da “viagem de pesquisas de ouro” que realizou Manuel Nunes Barbosa por ordem de José Bonifácio de Andrada e Silva às regiões da Estremadura e das Beiras. Numa síntese do relatório dessa expedição (TRIGOZO, 1818, p. XVIII-XX), Sebastião Trigozo refere que ainda havia, nas margens do Zêzere, alguns locais que foram deixados intactos pelos romanos, circunstância que atribui ao facto de “quererem evitar despesas do transporte do mineral” (TRIGOZO, 1818, p. XVIII).

Constata-se, desta forma, uma evidente relação entre os dois conhecidos métodos de que fala Plínio. uma vez que presença de ouro aluvionar no Baixo Tejo tem necessariamente que ver com as formações geológicas situadas na sua bacia e que, exploradas de forma sistemática pela grande capacidade da engenharia romana, foram sem dúvida uma das responsáveis por algumas das profundas transformações da paisagem que se verificaram nestas regiões. A presença itálica em contexto peninsular pode, deste modo, ser encarada em duas perspectivas antagónicas: como o período em que se abriu a Hispânia a um novo mundo, ao fenómeno da urbanização e, diríamos hoje, da globalização; mas também a fase em que se delapidaram muitos recursos naturais, se fizeram intervenções que modificaram de forma substancial a paisagem, com consequências por certo importantes, mas que não estamos em condições de avaliar.

4. Existindo exploração aurífera no Tejo e, em concreto, no seu curso inferior, nomeadamente na zona do estuário, como os indícios referidos o confirmam, haveria que perguntar de que forma e sob que regime jurídico e fiscal se procedia a essa actividade. Claude Domergue, analisando esta questão e comparando as políticas seguidas pela administração imperial, sublinha as transformações operadas nesta fase, em especial os novos regimes adoptados em fase augustana, que implicam, de uma maneira geral, um maior controlo público e imperial sobre estes importantes recursos (DOMERGUE, 2008, p. 196-197).

Essa alteração, sintetizada numa declaração atribuída ao Mecenas, terá dado lugar a duas formas de administração principais, uma que previa um controlo indirecto, no qual o estado, proprietário dos recursos, alugava ou arrematava em hasta pública as riquezas em causa; ou então encarregava-se ele próprio da sua exploração directa, envolvendo um conjunto de meios de diversa origem, mas onde desempenhavam um papel de certa monta os corpos militares. A primeira das situações encontra-se bem identificada na mina de *Vipasca*, na actual Aljustrel

(DOMERGUE, 2008, p. 196, 200-201), como o atesta a legislação mineira aí aparecida e que constitui um dos mais notáveis documentos históricos do período alto-imperial. A outra aplicar-se-ia especialmente a outros casos hispânicos, em particular à intensa exploração aurífera que se desenvolveu nesta fase no Noroeste peninsular e em alguns lugares da Lusitânia (DOMERGUE, 2008, p. 196, 201-202). Nesta modalidade se incluíam as diversas formas do ouro, entre elas a pesquisa sistemática das aluviões, vertente em que o rio Tejo adquiriu uma considerável importância. Temos, por isso, de imaginar que essa actividade extractiva era controlada de alguma forma pela administração, e, inevitavelmente, uma das consequências dessa política seria a presença de contingentes militares junto dos lugares onde ela se exercia.

Talvez haja, por esse facto, que dar uma outra interpretação à presença de um militar da II Legião que, além do mais, se fez imortalizar num monumento fora do comum, construído precisamente em Laveiras (Fig. 1). Não pode esquecer-se que este elemento da toponímia da faixa litoral do concelho de Oeiras apresenta uma evidente relação com a actividade mineira, associando-se com a lavagem de sedimentos (MACHADO, 1984, p. 861).

Na inscrição que assinala essa sepultura se descreve genericamente o conjunto funerário aí edificado, mas a leitura do texto que nele se apôs não é consensual. Depois das primeiras publicações, com soluções claramente problemáticas e a que faltavam alguns elementos, o reaparecimento do bloco de líoz permitiu reanalisar as lições mais antigas (FERREIRA, 1960). No início do séc. XXI, todavia, o interesse pela inscrição manifestou-se de forma especial, tendo surgido três propostas distintas, independentes e publicadas em datas muito próximas (PEREA, 2001; RIBEIRO, 2002; ENCARNÇÃO, 2001/2002; ENCARNÇÃO, 2002). Estas procuraram, desde logo, encontrar uma resposta adequada para as dúvidas de leitura, aspecto que não se encontra ainda resolvido, como o demonstra a divergência de opiniões.

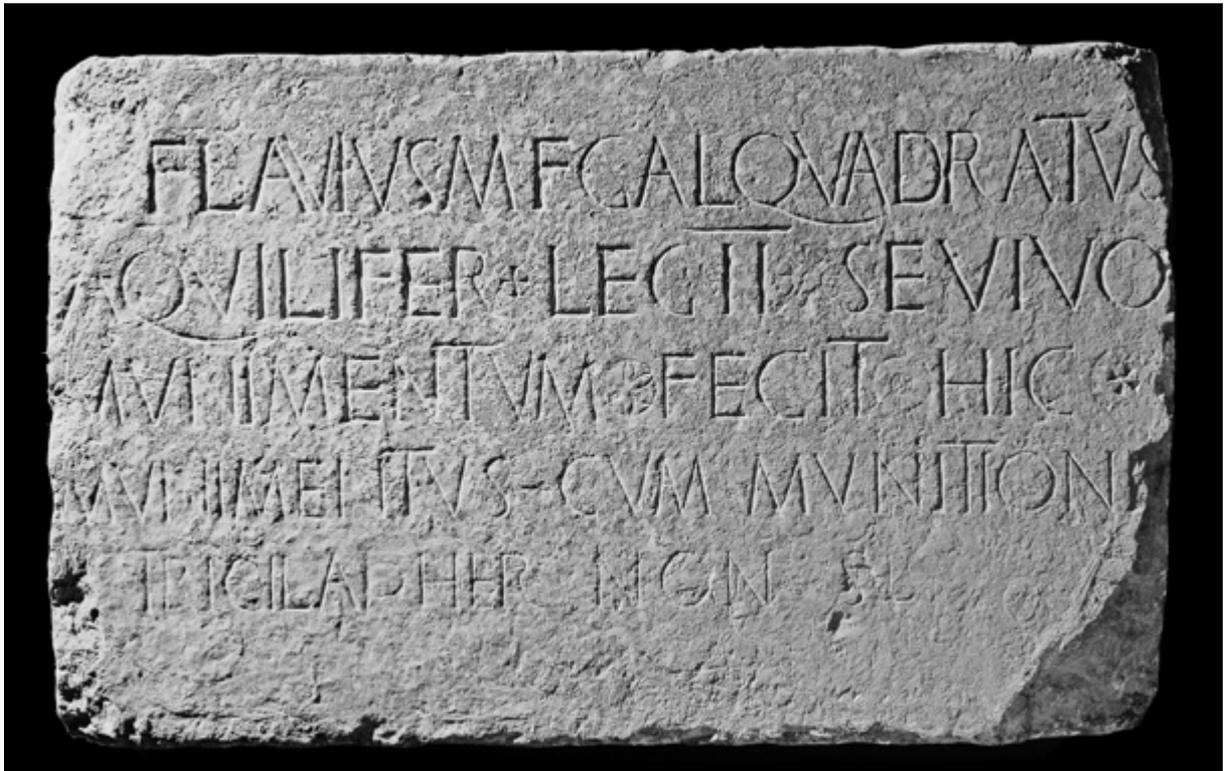


Fig. 1 – Lápide funerária de Quinto Flávio Quadrado, recolhida em Laveiras. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de C. Santos (GC/CMO), comunicada por J. L. Cardoso.

No essencial as dúvidas residem em dois aspectos: o *praenomen* do militar; e a lição da 5.^a linha, onde figurava precisamente um dos elementos mais sugestivos desta epígrafe, aquele em que se definia a própria natureza dos elementos adicionados à estrutura funerária propriamente dita.

No que diz respeito à primeira questão, J. d'Encarnação optou justamente por uma postura cautelosa, omitindo-o na transcrição do monumento, embora tenha considerada uma possibilidade “aliciante” de aí figurar um T, que corresponderia ao *praenomen T(itus)*. No entanto, uma observação de subtis indícios de gravação e as características paleográficas peculiares desta epígrafe, permitiram a J. Cardim Ribeiro restituir aí um Q, o que se me afigura uma solução adequada. Completou-se deste modo o nome do defunto, *Q(uintus) Flavius M(arci) f(ilius) Gal(eria tribu) Quadratus*.

Mais complexo se apresenta, todavia, o segundo aspecto problemático a que se aludiu. Apesar de uma relativa clareza da epígrafe e de dispormos de uma fotografia de grande qualidade (RIBEIRO, 2002, p. 547), os três investigadores encontraram soluções diferentes para a controversa forma. Na realidade, a dúvida levanta-se essencialmente a respeito do que completaria a sequência TRICILA, mas acaba por ter implicações no termo que a precedia. Esta parte da inscrição tinha sido precisamente a que mais dúvida havia suscitado, desde a leitura de Hübner como *tric[le]a[e]* até à *triclinium* de um trabalho mais antigo de J. d'Encarnação (1998, p. 77), que agora ele mesmo corrigiu.

Perea Yébenes leu no final dela um B, tendo por isso apontado uma restituição de todo o conjunto em que a palavra se inseria como *cum munitioni[b(us)] (et) tricilab(o)*. J. d'Encarnação não identificou nenhum vestígio de gravação após TRICILA que pertencesse a esse termo, mas considerou haver indícios suficientes para propor que antes deste se deveria encontrar ET, nunca observado até à data, pelo que se chegaria a solução *cum munitioni(bus) et tricila*. Por sua vez, J. Cardim Ribeiro (2002, p. 547) depois de exprimir a sua perplexidade pelo que considera a sua “transformação num estranho e despropositado 'P'”, optou por ler aí um E, com qual se completaria, a expressão *ex munitione tric(h)ilae*.

Deve reconhecer-se que a gravação em geral é muito clara, mas por vezes algo ténue, pelo que os três investigadores que editaram este texto deixam bem patente quais as questões essenciais que se colocam à interpretação do trabalho do lapicida. Parece evidente que, no início da 5.^a linha nunca se chegou a gravar ET, ainda que houvesse teoricamente espaço para tal. E que depois de TRICILA as incisões lembram um P ou um B, de acordo com as interpretações de J. Cardim Ribeiro e de Sabino Perea. O aspecto anómalo da paleografia do suposto P a que alude o primeiro, resulta do facto de a linha curva que lhe corresponderia se encontrar precisamente a meio da haste vertical. Por essa razão o segundo opta por um B, mas do qual só existe uma linha curva, no centro dessa mesma haste.

O que se gravou, mas que, em consequência de um trabalho de lapicida menos conseguido não resultou claro, foi, segundo a minha observação, TO. Do T é visível com toda a clareza um traço vertical e, com menos nitidez o pequeno travessão, a que se seguiu um O de pequenas dimensões, que acabou por ficar colado à letra anterior. A existência de uma gravação curva é igualmente clara e esta foi a única razão pela qual as duas observações independentes uma da outra (a de Sabino Perea e a de José Cardim Ribeiro) são tão próximas e em certa medida sugestivas.

Deste modo, de acordo com as minhas observações, resultaria a lição seguinte: *Q(uintus) Flavius M(arci) f(ilius) Quadratus / aquilifer leg(ionis) II (secundae) se vivo / munimentum (sic) fecit hic / munimentus (sic) cum munitione / tric(h)ilato (sic) her(edes) non seq(uetur)*⁵.

⁵ A tradução seria: “Quinto Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, mandou fazer em vida este monumento. Este monumento, com a sua estrutura em forma de caramanchão, não passará para os herdeiros”.

Na minha perspectiva, esta proposta apresenta ainda a vantagem de não necessitar de suprir a falta de partículas necessárias à compreensão do texto, recurso a que se deitou mão pela evidente falta de concordância entre os termos em sequência. Também me parece mais viável no plano da descrição do monumento a expressão *cum munitione tricilae*, uma vez que o latim prefere, nestas situações, o uso de uma forma adjectival ao determinativo. Por essa razão se compreende perfeitamente a proposta apresentada em *Année Épigraphique*, AE 2002, 669, *cum munitione tric(h)ilea*, que faria realmente muito mais sentido, ao associar ao primeiro termo um adjectivo compatível. Todavia, esta hipótese não pode ser considerada à luz do que se encontra efectivamente gravado no bloco calcário. A versão agora proposta é o equivalente desta proposta do *Année Épigraphique*, apenas com a particularidade referida da troca do género da palavra *munitio*.

Este erro tem, no entanto, a sua justificação. O ambiente em que se gerou este texto não deixa lugar a dúvidas quanto ao nível de língua que patenteia. Não se trata do melhor latim culto e urbano, mas antes de um outro que seria naturalmente comum em ambientes populares ou provinciais. Este aspecto tem sido sublinhado pela expressão *hic monumentus*, dando-se a circunstância de se confundir o género de uma palavra que afinal deveria ser tão comum numa oficina lapidária. Por esta razão não acharia surpreendente que se tomasse erradamente a palavra *munitio* como um masculino, o que justificaria a forma adjectival *tric(h)ilato*, ocorrência única na epigrafia latina, por quanto sei.

Esta interpretação todavia, não modifica substancialmente o que se tem dito a respeito da própria natureza do monumento funerário. Este assumia, evidentemente, o aspecto de uma fortificação com a seu perímetro circundado por um muro, lembrando uma estrutura militar, para a qual remeteria o termo *munitio*. Mas, na sua estrutura interna se poderia desenvolver uma estrutura em forma de *trichilia*, de caramanchão, como de resto seria habitual em monumentos funerários de outros lugares (DAREMBERG *et al.* (1919), vol V, p. 439-440). E não deveria faltar, naturalmente, o espaço com mesa e leitos de refeição tipicamente romanos, orientados em três direcções, afinal os responsáveis em última análise pela designação que esta estrutura assumiu na língua grega e que a cultura latina adoptou.

5. Uma outra questão relevante prende-se com a cronologia do monumento e, por inerência, da personagem a ele ligada, aspecto que poderia ser muito relevante para compreender o motivo do seu enterramento nesta área.

Tenho manifestado algum cepticismo em relação à cronologia estabelecida, quer através de critérios paleográficos, quer onomásticos, ou mesmo em relação às atribuições que resultam da conjugação de ambos. Acredito, no entanto, que será possível obter alguns indicadores desta natureza em regiões específicas e para os quais há abundante documentação, alguma dela datada, que permita estabelecer critérios por que se deve pautar a atribuição de uma cronologia.

Admito todavia que, para o território do antigo município olissiponense e sua área envolvente, será possível, com base numa bom conhecimento concreto da realidade epigráfica, estabelecer alguns critérios orientadores para uma proposta fiável. Admito, por isso, que a experiência dos investigadores que se debruçaram sobre esta questão, bons conhecedores da epigrafia de *Olisipo*, dê solidez à propostas apontadas, que não são muito divergentes: P. Le Roux sugerira uma datação para o monumento centrada no período augustano (LE ROUX, 1982, p. 62) e em fase júlia teria sido recrutado, podendo a sua vida militar prolongar-se até ao reinado de Calígula (LE ROUX, 1982, p. 184). Numa proposta mais recente, J. Cardim Ribeiro reduz um pouco este último âmbito cronológico, situando o monumento “ainda sob Augusto ou nos primeiros anos do imperialato de Tibério” (RIBEIRO, 2002, p. 547), mas no essencial é concordante com a ideia já expressa por Le Roux.

As cronologias mais precoces, que ambos referem, obrigam a colocar uma nova questão a respeito desta figura, da sua origem e do desenvolvimento da sua carreira militar. Tenha-se em consideração, em primeiro lugar, que

a *legio II* abandona a Península Ibérica, onde tinha participado nas Guerras contra Cântabros e Ástures, por volta de 10 d. C., sendo transferida para a Germânia. Isto é, a acreditar na data proposta por Cardim Ribeiro, seria muito mais viável imaginar que o monumento funerário de Laveiras, fosse iniciado em vida do seu construtor, como aí se diz explicitamente, e enquanto ele se encontrava em território hispânico.

Se o monumento data de um período seguramente anterior a cerca de 20 d. C. é muito provável que ele pertença ao período em que Flávio Quadrado esteve na Hispânia, no local onde se encontrava a seu corpo militar específico. Se ele acompanhou pessoalmente os preparativos da construção do monumento, como parece resultar da expressão *se vivo fecit*, o mais natural é que esse edifício funerário se projectasse para junto do local onde estava estacionado e não num sítio mais ou menos longínquo a que dificilmente teria acesso regular. Deve, por isso, considerar-se, na minha perspectiva, a possibilidade de ele escolher como lugar para seu “descanso eterno” o ponto em que residia no final da sua carreira militar, quando tinha atingido o prestigioso cargo de *aquilifer*, colocado, pelo seu prestígio, logo abaixo dos centuriões. Esta circunstância proporcionava-lhe uma confortável situação económica, condição que lhe permitiu gerar os meios suficientes para a construção de um memorial de natureza excepcional.

De resto, como recorda José d'Encarnação (2002, p. 27) enquanto chama a atenção para a circunstância excepcional de este encontrar um lugar de sepultura na sua terra de origem, os investigadores sublinham a marcada tendência para o inverso, citando a esse respeito e de forma pertinente um passo da obra clássica de Forni (1974, p. 359). Como se verifica no caso da Lusitânia (v. GUERRA, no prelo a) a presença de militares em circunstâncias idênticas corresponde por via da regra a veteranos, o que não se verifica no caso vertente.

Não é por isso tão claro que essa figura tenha cumprido o seu serviço militar na Germânia ou na Britânia, uma vez que há, ao contrário, muito boas probabilidades de o ter cumprido, pelo menos em parte ou mesmo a sua totalidade, na própria Hispânia. Se atendermos a que a edificação do memorial corresponde ao final da carreira, para excluir essa possibilidade teríamos de admitir que dificilmente este se dataria de um momento anterior ao ano 35 da nossa era.

Por outro lado, a sua origem Olisiponense é uma ilação que não decorre necessariamente dos dados disponíveis para este caso. A sua inscrição na tribo Galéria e a ausência de uma indicação de *origo* não constituem elementos suficientes para garantir essa atribuição.

Em suma, deve considerar-se a possibilidade de Quinto Flávio Quadrado ser um militar da *legio II* que, no final da sua carreira militar já no seu elevado posto de *aquilifer*, ter feito as diligências para providenciar uma sepultura vistosa exclusivamente para si. Para tal tomou as primeiras e mais importantes providências, que incluíam muitos dos aspectos relacionados com a forma e natureza do momento, a inscrição que deveria ser nele gravada, deixando as restantes para as disposições testamentárias. Deve igualmente admitir-se a possibilidade de Laveiras corresponder ao sítio onde se encontrava então em serviço e onde contava terminar os seus dias. A sua estância nessa área poderia estar relacionada com a exploração aurífera da vale do Tejo que então atingira já uma considerável dimensão e sobre a qual a sua unidade militar poderia exercer uma missão específica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTOS, M. L.; BENTO, M. (1977) – Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa (Beira Baixa). In *XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria, 1975): Actas*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, 1198-1208.

Année Épigraphique 2002, 669.

- BATATA, C. A. M. (2006) – *Idade do Ferro e romanização entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- CALADO, C. & CALADO, C. (2002) – Notícia sobre vestígios de exploração romana aluvionar no concelho de Nisa: o Conhal do Arneiro. In J. M. BRANDÃO, ed., *Actas do Congresso Internacional sobre Património Geológico e Mineiro*. Lisboa. pp. 265-272.
- COELHO, A. B., ed. (1972) – *Portugal na Espanha árabe*. Vol. I. Lisboa: Seara Nova.
- DAREMBERG, Ch.; SAGLIO, E.; POTTIER, E. & LAFAYE, G. (1919) – *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*. Tome V. Paris: Hachette.
- DOMERGUE, Cl. (1987) – *Catalogue des mines et fonderies antiques de la Péninsule Ibérique*. Madrid: Casa Velázquez.
- DOMERGUE, Cl. (2008) – *Les mines antiques: la production des métaux aux époques grecque et romaine*. Paris: Picard.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1998) – *Estudos sobre epigrafia*. Coimbra: Minerva.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001/2002) – Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 405-413.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002) – Túmulo sumptuoso para "aquilifer Flavius Quadratus" (CIL II 266). *Aquila legionis: Cuadernos de estudios sobre el ejército romano*. 2, pp. 19-32.
- ESCHWEGE, Barão de (1831) – Memória geognóstica ou golpe do perfil das estratificações das diferentes rochas de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linha de Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrabida, e sobre a sua idade relativa. *Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo XI, parte 1, p. 253-280.
- FERNANDES, R. M. R. (1985) – Ulisses em Lisboa. *Euphrosyne*. Lisboa. Nova Série, 13, p. 139-161.
- FERNÁNDEZ NIETO, F. J. (1970-71) – Aurifer Tagus. *Zephyrus*. Salamanca. 21-22, p. 245-255.
- FERREIRA, F. B. (1960) – Vária Epigraphica VII: A inscrição do *aquilifer Flavius Quadratus*. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 3.^a série, 4, p. 111-117.
- FORNI, (1974) – Estrazione etnica e sociale dei soldati delle legioni nei primi tre secoli dell'impero. In: *ANRW II.1*. p. 339-391.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERRA, no prelo a – Os soldados na Lusitânia romana, na guerra e na paz. Uma perspectiva histórico-epigráfica. In: A. Ramos dos SANTOS & J. VARANDAS (eds.), *A Guerra na Antiguidade III (13 de Março de 2008)*.
- GUERRA, no prelo b – A Lusitânia no tempo de Ovídio: metamorfoses de uma província. In: *Sociedade e poder no tempo de Ovídio*.
- LE ROUX, P. (1982) – *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.
- MACHADO, J. P. (1984) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Ed. Confluência.
- NASCIMENTO, A. A. – Ulisses em Lisboa: mito e memória. <http://andre.catus.net/blogue/AcademiacienciasULISSES2.pdf>. (consultado em 1 de Julho de 2009).

- PEREA YÉBENES, S. (2001) – Dos inscripciones militares de Portugal a la luz de la *Lythologia Lusitana* de António da Cunha. *Revista Sociedad Arqueológica de Extremadura*. 1, p. 71-78.
- PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) – *Archeologia do distrito de Castello Branco*, Leiria: Typographia Leiriense.
- RIBEIRO, J. C. (2002) – Bloco pertencente ao mausoléu de *Quintus Flavius Quadratus*. In: *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 546-547.
- SÁ, A. M. de (2007) – *Civitas Igaeditanorum: Os deuses e os homens*. Idanha-a-Nova: Câmara Municipal.
- SÁNCHEZ PALENCIA, F. J.; PÉREZ GARCÍA, L. C. (2005) – Minería romana de oro en las cuencas de los ríos Erges/Erjas y Bazágueda (*Lusitania*): la zona minera de Penamacor – Meimoa. In: *Lusitanos e romanos no Nordeste da Lusitânia. Actas das 2.^{as} Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda. Centro de Estudos Ibéricos, p. 267-307.
- SILVA, J. B. A. e (1817) – Memória sobre a nova mina de ouro da Outra Banda do Tejo, lida em 10 de Maio de 1815. *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo V, parte 1, p. 140-152.
- SOLLA, L. de C. e (1973) – *Um manuscrito acerca das explorações de ouro perto de Lisboa no início do século XIX*. Lisboa: Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.
- TRIGOZO, S. F. de M. (1818) – Discurso recitado na sessão pública de 24 de Junho de 1817. *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo V, parte II, p. I-XXIX.
- VANDELLI, A. A. (1831) – Additamentos ou notas à Memória Gnóstica, ou golpe de vista do perfil... *História e Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. Tomo XI, parte 1, p. 281-306.

O MEGALITISMO NO DISCURSO ARQUEOLÓGICO PORTUGUÊS ENTRE O LIBERALISMO E O ESTADO NOVO: UMA PRIMEIRA E SUMÁRIA ABORDAGEM

Ana Cristina Martins*

“A ideia de pequenas colonizações nas embocaduras do Tejo e Sado portadoras de megálitos orientais depois barbarizados pelos indígenas, tanto do agrado dos arqueólogos ingleses e tão precipitadamente aceite por muitos pré-historiadores hispânicos, não encontra nenhuma base segura em que se possa firmar e antes é contraditada pelos factos”
(HELENO, 1962, p. 311)

1. PALAVRAS INICIAIS

Durante séculos, atribuiu-se a construção de estruturas funerárias megalíticas a fenómenos sobrenaturais ou a propósitos mais prosaicos, destinados a ocultar tesouros e outros bens, abrigar pastores, ao mesmo tempo que eram parcialmente cristianizados e os menires serviam para dividir propriedades. Entretanto, no século XVIII foram reinterpretadas como hipotéticos centros de observação astronómica e sepulcros, neste caso associadas, de algum modo, a práticas druídicas, avançando-se, em simultâneo, com a sua eventual funcionalidade militar, assim como a potencialidade de terem sido erguidas por fenícios aportados do Mediterrâneo oriental (HILL, 1996, p. 31, 34). Para lá das inúmeras ponderações, a verdade é que estas estruturas mereceram, desde o primeiro momento, a curiosidade de muitos e o registo gráfico por parte de alguns mais sensíveis ao assunto e portadores dos dotes necessários a esse efeito. Uma convicção que transitou para a centúria seguinte, num momento em que eram avaliadas como fracção de um ritual mais complexo de práticas sacrificiais.

Embora autores, como o antiquário inglês John Aubrey (1626-1697), tenham desbravado a abordagem de pendor mais científico acerca destes sítios arqueológicos, competindo-lhe redigir a primeira comunicação de conteúdo arqueológico apresentada à *Royal Society* (1663) (HILL, 1996, p. 34), a verdade é que a expansão, por assim dizer, da “megalitomania”, deveu-se, no entanto, e em primeiro lugar, ao antiquário inglês William Stukeley (1687-1765), a partir de quem os estudos sobre *Stonehenge* se alteraram para sempre, escavando-o estratigraficamente (HILL, 1996, p. 42) e transpondo a sua temática para o domínio público, sendo filiado diligente da “Sociedade dos Cavaleiros Romanos”, a única a acolher, ao tempo, elementos femininos na sua organização. W. Stukeley foi também responsável por um autêntico revivalismo sustentado, neste caso, em monumentos prévios ao período clássico, transformando-os, assim como à actividade druídica – considerada de estirpe fenícia –, em ícones da nacionalida-

* Investigadora Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical, no âmbito do programa *Compromisso com a Ciência*. Professora Auxiliar Convidada da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: ana.martins@iict.pt

de inglesa, formalizando a tradição barda (assim como a de observatório astronómico), logo apartada de uma Europa uniformizada pelo legado romano, num momento favorável à sua perscrutação, quando os acontecimentos sociais e políticos suscitados por fervores religiosos reforçaram a procura das denominadas “antiguidades nacionais”. Tal movimento ganharia ganharia novo fôlego em terras britânicas com o “Bloqueio Continental” napoleónico que lhe seria imposto, motivando uma espécie de introspecção quanto à História nacional, buscando nos seus recantos as valências artísticas e arqueológicas a vislumbrar.

Apesar de fortemente enraizada com o tempo e o empenho de figuras gradas da cultura de *Albion*, como o romanceiro histórico, Walter Scott (1771-1832), bardo incontestável das tradições existentes e de costumes (re) criados, havia quem se opusesse à aceção de estruturas edificadas como se de templos druídicos se tratassem, a exemplo de Inigo Jones (1573-1652), considerado o primeiro grande arquitecto britânico. Com efeito, I. Jones não reconhecia aos antigos bretões e respectivos druidas as capacidades necessárias para levantar estruturas desta complexidade e monumentalidade, apenas passíveis, no seu entender, de serem projectadas por quem detivesse conhecimentos específicos sobre as regras vitruvianas. Uma posição que não impediu estetas românticos de transformar conhecidos exemplares funerários megalíticos identificados em solo britânico em elementos centrais das suas obras pictóricas, representando, assim, uma particularidade paisagística que se pretendia também ela cultural e identitária, movendo nomeados nomes das Artes e das Letras britânicas em seu torno, produzindo obras fundamentais do imaginário e da estética europeia de oitocentos.

Na verdade, esta aceção não foi exclusiva destas esferas bretãs. Pelo contrário, registaram-se manifestações congêneres noutros recantos europeus, mormente naqueles que, em determinados contextos políticos, buscavam nos monumentos megalíticos vestígios materiais da sua ancestralidade, bem como a legitimidade para os seus diferentes ideários. Não assombra, por isso, que, na Suécia, por exemplo, fossem longamente analisados enquanto túmulos godos, seus gloriosos antepassados, como se entenderia à época. Uma ideia, ademais, rapidamente acolhida pelo rei Gustav II (1594-1632), lançando-lhe mão para fundamentar a sua proposta imperial, enquanto impunha aos académicos a demanda, no terreno, de evidências dessa mesma pressuposição, acabando, em boa verdade, por motivar o aprofundamento do estudo do passado mais remoto do país. Entretanto, e ainda na esfera escandinava, que permanecera mais distanciada dos trilhos romanos, o rei Christian IV (1577-1648), da Dinamarca e da Noruega, reclamava para o seu território esse mesmo passado a notabilizar, competindo, nesse sentido, com o médico dinamarquês Ole Worm (1588-1655), possuidor de um dos mais reputados, ao tempo, “gabinetes de curiosidades”, na identificação de monumentos destinados a ilustrar essa presumida grandeza.

Estes são apenas dois exemplos do aproveitamento de estruturas megalíticas com finalidades políticas bem definidas, contornando o caso da Irlanda, onde foram hasteados na sua cruzada contra o domínio inglês. Ou, até mesmo, na Bretanha, como forma de acentuar o ascendente das suas tradições culturais relativamente ao demais território francês, como modo, de sublinhar a sua maior proximidade a realidades que não são, propriamente, francesas, como a inglesa.

2. CENÁRIOS PORTUGUESES

Quanto a Portugal, o apreço por composições desta natureza era há muito acalentado, ainda que não fossem entendidas na sua verdadeira essência, mormente por ausência da noção de pré-historicidade, apenas elaborada quando os meados de oitocentos lavraram o seu reconhecimento oficial impresso por basta fracção da comunidade científica europeia. A curiosidade adensou-se, a partir daí, entre intelectuais internos, sobretudo no seguimento da criação da Academia Real da História (1720), por iniciativa de D. João V (1689-1750), a quem coube também atribuir-lhe o cumprimento do decreto real de 1721, destinado, na íntegra, a promover o estudo sistemático do

passado do actual território nacional, resgatando, para o efeito, testemunhos pretéritos, desde os tempos fenícios, os mais longínquos então concebidos. Rasgatava-se, deste modo, uma oportunidade para quem se deslumbrava com a arquitectura e as variáveis interpretativas dos monumentos megalíticos.

Dava-se início a uma das primeiras experiências no domínio do arrolamento temático e tipológico, atribuindo-se ao P.^e Afonso da Madre de Deus Guerreiro a relação de 315 antas, apresentada, a 1 de Abril de 1734, em sessão da Academia Real da História, ainda que não tivesse sido impressa. Antes (30 de Julho de 1733), porém, deste ensaio oral, o pensador e pedagogo Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), apresentara, à mesma instituição, uma primeira abordagem à temática megalítica, publicada no tomo XIV das *Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, interpretando os exemplares conhecidos como anteriores à Idade do Ferro, sim, mas enquanto altares sacrificiais, uma posição em tudo consentânea ao afirmado pelos seus pares europeus. Posição que seria, não obstante, mantida por destacadas figuras da cultura portuguesa de oitocentos, embora o geólogo e lente universitário Francisco António Pereira da Costa (1809-1889) a contraditasse, afirmando, mesmo, que,

“Ainda que os Dolmens se achem quasi sempre devastados e que aquelles, que são intactos, contenham geralmente poucos objectos, tem-se verificado por provas directas, e pode-se por conseguinte ter por certo que são *monumentos funerários*; mas tudo mais que se tem dito a respeito de outros destinos, é puramente conjectural” (COSTA, 1868, p. 46. Nossos itálicos).

Neste entretanto, afinavam-se métodos de escavação, em grande parte graças ao desempenho, nesta matéria, do militar inglês Augustus Henry Pitt-Rivers (1827-1900), enquanto a Exposição Universal de Paris, de 1900, introduzia, em definitivo, a temática megalítica no quotidiano das gentes mais avisadas, designadamente por intermédio de conjuntos de postais editados especialmente para o efeito. A intelectualidade nacional dificilmente permaneceria indiferente a estes novos exercícios e linhas de pensamento vertidas amiúde em proficuas actividades arqueológicas. Disso nos testemunham as iniciativas de nomes consagrados da nossa cultura finissecular de oitocentos, como Gabriel Pereira (1847-1911), responsável, entre outros aspectos enquadráveis na denominada política patrimonial, por uma abordagem mais atenta da multiplicidade de monumentos megalíticos da região de Évora e de Montemor-o-Novo, identificando, analisando e publicando alguns deles e colocando, em definitivo, o tema na agenda arqueológica dos círculos intelectuais do país.

Embora a especificidade da política interna portuguesa nunca tivesse justificado, propriamente, um investimento mais concertado do estudo megalítico, a *intelligentia* nacional não poderia ignorar – ou minorar – um assunto centralizador de parte eloquente da investigação arqueológica europeia revestida, agora, de outras valências e recursos essenciais à sua afirmação na esfera científica e social. Com efeito, e a par dos esforços exercidos nesse domínio por figuras mais destacadas da “Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses”, fundada em 1863, F. A. Pereira da Costa encetara, ainda em meados dos anos 60, uma *digressão*, como a designava, conduzindo escavações nalguns megálitos. Extraiu, para tal, informações contidas em publicações esparsas, preocupando-se, em simultâneo, em conceder “[...] noções geraes a respeito dos Dolmens, tambem para instrução dos leitores, que não puderem consultar as muitas obras, que nos paizes estrangeiros teem sido publicadas e este respeito.” (COSTA, 1868, p. VIII). Um desiderato que não seria totalmente despojado de interesse individual, pois, como o próprio enunciava, parte expressiva da obra dada, então, à estampa visava unicamente,

“*interessar no estudo d’estes monumentos os leitores, que são estranhos aos estudos geológicos e archeologicos, mas que sufficientemente illustrados possam com a sua leitura habilitar-se para conhecer a importância do objectos, e dar conhecimento de outros monumentos da mesma natureza, que conheçam, e de cuja existência não obtivemos noticia, ou para dar em fim mais amplo conhecimento d’aquelles que apenas pudemos indicar*” (COSTA, 1868, p. VIII. Nossos itálicos).

Tais palavras atestavam bem as condições em que se desenrolavam os estudos destes exemplares da presença ancestral no actual território português. Na ausência de uma política concertada e centralizada de preservação de testemunhos da antiguidade humana no âmbito das fronteiras contemporâneas do país, recorria-se a expedientes alternativos que possibilitassem o cumprimento, mesmo que parcial, de objectivos gerais e particulares conducentes ao conhecimento mais completo de realidades passadas. Perante a inoperacionalidade das raras e dispersas organizações particulares vocacionadas para a sua observância, compostas, o mais das vezes, por diletantes e curiosos e não, propriamente, por cultores diligentes, procurava-se estabelecer uma rede de contactos pessoais eleitos de entre individualidades literariamente mais preparadas e com suficiente ascendente temporal e espiritual sobre as gentes das localidades e regiões onde residiam. Aspirava-se recolher, deste modo, um conjunto informativo bastante para proceder a uma análise cônica dos materiais assinalados, dando, assim, expressão a um projecto que se pretendia abrangente, na medida em que contemplaria a perscrutação exaustiva do terreno, a localização precisa dos testemunhos arrolados, seu exame, divulgação e protecção. Para isso, urgia sensibilizá-las, por um lado, e instruí-las, por outro, para a observância de tal desiderato. Com efeito, F. A. Pereira da Costa dificilmente seria mais explícito ao enunciar os propósitos a moverem-no nesta empresa:

“Oxalá que este fraco começo *disperte nas pessoas* que se acharem em condições oportunas para ampliar os conhecimentos a este respeito, *o desejo de fazerem conhecidos a existencia, e o estado d’estes monumentos*, que apesar da devastação a que teem estado sujeitos, ainda abundam em algumas das nossas províncias, principalmente no Alemtejo e nas Beiras. Só depois de bem conhecida a distribuição d’estes monumentos no nosso paiz, é que *se poderá conhecer a marcha que n’elle executou o povo que os construiu*” (COSTA, 1868, p. VIII. Nossos itálicos).

Em todo o caso, F. A. Pereira da Costa declarava a razão primeira ou aquela que o induzira, presumivelmente, a levantar, de modo mais assertivo, os exemplares desta tipologia construídos em território na actualidade português, encontrando-se “Desejoso de dar ao congresso [Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-História de 1867] uma notícia sobre estes monumentos do nosso paiz [...]” (COSTA, 1868, p. VII). Tratando-se de uma reunião científica de indesmentível relevância para a época e, em concreto, para a afirmação da Antropologia Física e da Arqueologia Pré-histórica, F. A. Pereira da Costa entendeu necessário apresentar um trabalho que traduzisse, com relativa fidelidade, a realidade do terreno no respeitante ao megalitismo, então na agenda central dos estudos elaborados sobre a antiguidade mais remota do continente europeu. Estaria, no entanto, quase tudo por concretizar, razão pela qual empregou, na sua preparação, “[...] apenas treze dias, e fui ver e explorar as Antas, que ainda hoje se acham em melhor ou peor estado no concelho de Castello de Vide [...]” (COSTA, 1868, p. VII). Anotava, porém, o que, no seu entender, deveria ser realçado, até para determinar a (presumida) especificidade nacional neste âmbito, uma vez que, no seu juízo, aqueles exemplares corresponderiam “[...] á terceira idade da pedra e ao principio da idade do bronze, sendo por conseguinte anterior à idade do ferro (COSTA, 1868, p. 45), [sendo] raros na Celtica mais propriamente dita, e pelo contrario abundantes em paizes, que os celtas não occuparam” (COSTA, 1868, p. 56), coadunando, desta maneira, o seu discurso a uma linha de pensamento ainda dominante, à época, em determinados círculos quanto à celticidade de tais estruturas. Na verdade, F. A. Pereira da Costa alicerçou arqueologicamente a sua convicção, estribando-a em evidências materiais e na análise da sua distribuição geográfica, recorrendo, para tal, à bibliografia europeia editada até então sobre o assunto, mesmo que, nas suas palavras, fosse impossível “[...] refazer a historia dos seus constructores [...]” (COSTA, 1868, p. 55). E apesar de acolher três hipóteses para a sua emergência – a endógena (e simultânea), a difusionista e a migracionista –, admitia “[...] como mais provável que *os Dolmens foram a obra de um*

só povo, que executou, talvez no decurso de muitos séculos uma tão extensa *peregrinação* [...].” (COSTA, 1868, p. 57. Nossos itálicos), a partir do Báltico, mas originário do Cáucaso, e não de África, como advogavam autores coevos.

No tocante, ainda, ao congresso mencionado torna-se interessante constatar que, a poucos anos da realização da 9.^a Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (CIAAP), realizada em Lisboa, em ano (1880) particularmente evocativo de factos relevantes para a história nacional, o director da Biblioteca de Évora e arqueólogo conimbricense Augusto Filipe Simões (1835-1889) mencionasse algo que Manuel Domingues Heleno Júnior (1894-1970), segundo director do Museu Etnológico Português, procuraria demonstrar com o resultado das escavações conduzidas em centenas de monumentos funerários megalíticos reconhecidos na vastidão alentejana, mormente na região de Montemor-o-Novo, rasgando novas perspectivas sobre o assunto, mesmo que não tivesse dado à estampa a pluralidade de trabalhos efectuados. Em concreto, referimo-nos ao facto de defender, de par com a particularidade das placas de xisto gravadas, o sentido ascendente da propagação da realidade megalítica no actual território português, ou seja, de Sul para Norte:

“Ora os archeologos concordam em que não sómente *a architectura megalithica é mais perfeita no norte do que no sul*, mas, também mais bem acabados e de mais preço os objectos achados nos dolmens septentrionaes; e que portanto, *se houvesse de se attribuirem os dolmens a um povo emigrante, este povo deveria ter seguido do sul para o norte e não do norte para o sul*” (SIMÕES, 1878, p. 97-98. Nossos itálicos).

Palavras proferidas ao mesmo tempo que defendia uma origem não celta dos construtores de megálitos:

“As antas ou dolmens, bem como outros monumentos, rudemente fabricados de grandes pedras, eram ainda há pouco tempo attribuidos aos celtas. [...]. Porém *modernamente demonstrou-se por uma parte haver taes monumentos em paizes aonde os celtas não chegaram*, e por outra parte que, pertencendo estes já aos tempos historicos, aquelles, pelo contrario, estavam envolvidos nas trevas da pre-historia, não se sabendo ao certo quem, quando e por que os construiu” (SIMÕES, 1878, p. 97-98. p. 75. Nosso itálico).

Outros estudiosos portugueses se dedicaram a esta problemática, como Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), ajustado às traves mestras da investigação então assumida nos principais círculos académicos europeus. No relatório expedicionário à Serra da Estrela, sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa (SARMENTO, 1883), por exemplo, rapidamente divisamos todo um programa claramente dirigido para a análise de povoados fortificados de altura, que surgiriam associados aos *Monumentos Megalíticos*, considerados pelo seu relator, como as estruturas funerárias dos seus habitantes, com eles compondo uma unidade coetânea e coesa. Uma posição, em tudo, datada, em que os megálitos eram avaliados como artefactos, preferenciais de disputa territorial, tão úteis por aduzirem pressupostas características endógenas a determinadas agendas ideológicas do crepúsculo oitocentista, que os remetiam cronologicamente para além de qualquer crónica conhecida. Também por isso, se revelariam uma questão inseparável da ascendência dos próprios poderes liberais e das razões residentes na aparente comunhão do novo quadro vivencial europeu imposto pelos novos interesses, subjacentes ao incremento das investigações arqueológicas “nacionalistas”, na sua permanente demonstração da precedência temporal dos monumentos megalíticos relativamente a qualquer evidência emanada do Mediterrâneo oriental, onde pareciam congregar-se todos os principais mitos da aurora ocidental.

Não deixará de ser interessante que, no mesmo ano (1880) da expedição em causa, houvesse quem se referisse às *mamôas* reconhecidas na Beira enquanto sepulcros celtas, figurando as placas de xisto no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa, como *commendas que usavam os celtas*. Era, contudo, uma situação algo anacrónica,

não apenas em termos de investigação europeia, onde as *cryptes mégalithiques* eram englobadas no entendimento genérico das *sépultures néolithiques*, como dos estudos entretanto encetados entre nós.

Esta assintonia não impediu, porém que, à semelhança do verificado além-fronteiras, nomeadamente em França, matriz, por excelência, da actuação portuguesa na área posteriormente denominada de patrimonial (no sentido cultural), o Governo procurasse dotar o país de um organismo votado, na totalidade, à inventariação, estudo, preservação e divulgação de construções ilustrativas do passado das comunidades viventes no seu actual território continental, para mais revestidas de valência histórica, artística e/ou arqueológica. Foi o que sucedeu neste mesmo ano de 1880, logo após o encerramento dos trabalhos da já mencionada (*vide supra*) 9.^a sessão do CIAAP, ao solicitar aos membros da *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses (RAACAP)*, uma lista daquelas que, mereceriam ser prioritariamente classificadas como monumentos nacionais, na esteira da qual se comporia a *Comissão dos Monumentos Nacionaes*.

Cumprida a missão superiormente requerida, a *RAACAP* entregou, em escassos meses, um relatório circunstanciado sobre o assunto, do qual constava uma sexta e última categoria patrimonial consagrada, na totalidade, a artefactos arqueológicos, contemplando, porém, expressiva maioria de exemplares megalíticos, até por se reportarem a uma temática ainda dominante na investigação europeia, perfazendo parte significativa dos testemunhos mais antigos sobreviventes em diversas regiões do país, quanto mais não fosse pela visibilidade que mantinha na própria paisagem onde se inseriam, conquanto diferente daquela que os acolhera na origem.

Mas este primeiro ensaio demonstrava algo mais, neste caso, referente à vida interna da própria *RAACAP*.

A celeridade da execução da tarefa que lhe fora atribuída pelo Governo derivava do acumular de informações recolhidas no terreno por alguns dos seus sócios efectivos e por muitos outros correspondentes, atempadamente seriada e avaliada pelos seus principais dirigentes. Ainda assim, o documento entregue ao respectivo gabinete ministerial espelhava as debilidades mais notórias da sua actuação, bem como uma certa realidade do próprio país. Com efeito, torna-se claro, pela sua leitura, quão refém se encontrava a *RAACAP* da geografia de origem e residência dos seus associados e da deficiente rede de meios e vias de comunicação existente no país, dificultando deslocamentos e a extensão e profundidade do processo de inventariação, por mais sumário que se apresentasse, apesar dos melhoramentos observados desde o lançamento das primeiras vias-férreas.

A todo este movimento de estudo de estruturas megalíticas, inserto, como verificámos, numa tendência bastante mais alargada, de contornos europeus, não foi indiferente o mentor e primeiro director do Museu Etnológico Português, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), responsável por trecho assinalável da divulgação de inúmeros exemplares encontrados durante os múltiplos périplos que realizava pelo país. Escavando vários deles, quase sempre em colaboração, e publicando os respectivos resultados nas páginas de *O Archeologo Português*, J. Leite de Vasconcelos concorreu para a sua ampla divulgação, interiorizando a sua relevância para o conhecimento de um passado mais remoto dos seus recessos, ao mesmo tempo que engrandecia o acervo da instituição que dirigia com alguns dos seus artefactos distintivos, com realce para as placas de xisto.

Proliferavam, por conseguinte, não apenas escavações em monumentos megalíticos, como, sobretudo, acções tendentes a inventariá-los e a difundi-los, tanto quanto possível, junto de um público que se pretendia cada vez mais vasto e eclético, apesar da enorme taxa de analfabetismo do país, imprimindo-se, nomeadamente em revistas e jornais de maior circulação, gravuras de dólmenes arrolados em diferentes recantos nacionais. Tal como o verificado para lá das fronteiras administrativas do país, aumentava o número de reproduções fotográficas dos exemplares megalíticos listados, até por retratarem com maior fidelidade a realidade observada sem a subjectividade incontornável dos grafismos, num período dominado pela positividade científica e tecnológica, mesmo quando ainda se recorria à figura humana como escala (aproximada) de materialidades idas.

Neste panorama mais dilatado, não deixa de ser curioso que as actividades de uma das figuras mais influentes da Arqueologia nacional durante a vigência do *Estado Novo*, o sucessor de J. Leite de Vasconcelos à frente dos

designios da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e do Museu de Belém, M. Heleno, parecessem contraditar uma certa convicção assumida entrementes quanto à ausência de intuítos ideológicos em certos projectos de investigação então apresentados. Ademais, M. Heleno dificilmente seria mais explícito sobre as suas intenções ao eleger a temática megalítica como uma das nucleares dos seus estudos académicos, quando assumiu na direcção do Museu de Belém, que ambicionava colocar ao serviço de um programa de raiz nacionalista:

“dotando o Museu também de extensas secções de estudo, que, pela sua ordenação científica e acentuação da personalidade das culturas pré-históricas e históricas portuguesas, venham a ser [...] uma escola de etnologia e de nacionalismo português” (HELENO, 1965, p. 5. Nosso itálico).

Entrevistado por um jornalista português, M. Heleno era peremptório ao convergir para o Neolítico a origem da nacionalidade portuguesa. Residira, aliás, e antes de mais, neste aspecto a razão do seu interesse pelo estudo do megalitismo. Adversando, como Mendes Corrêa (FABIÃO, 1996, p. 85), a posição de F. Martins Sarmiento quanto ao megalitismo funerário como expressão da primeira migração ariana no território actualmente português, M. Heleno chegou a considerar encontrarem-se, aí as raízes da vocação marítima portuguesa vertida mais tarde na gesta quinhentista, um tema particularmente apoiado com particularidade pela agenda política do *Estado Novo*, nomeadamente após a publicação do ‘Acto Colonial’, em 1930:

“a Nacionalidade Portuguesa [...] Precisamos de ir buscá-lo aos tempos da pedra polida. Julga essa cultura peninsular equivalente, nas devidas proporções, á que as nacionalidades espanhola e portuguesa exerceram mais tarde no tempo dos Descobrimientos e Conquistas” (Recorte de periódico, não identificado, integrado no espólio de M. Heleno à guarda do Museu Nacional de Arqueologia).

Mais. Conforme o seu predecessor, J. Leite de Vasconcelos, M. Heleno antagonizava um Portugal firmado apenas na medievalidade, defendido por uma linha historiográfica imposta por Alexandre Herculano (1810-1877), perfilhando, pelo contrário, a visão de um país com estirpe mais profunda. M. Heleno sintonizar-se-ia, mesmo, com quem, desde finais de oitocentos, buscava, na cultura material de hoje e de ontem, elementos determinantes da especificidade e da perpetuidade do povo português:

“na alma humana encontramos ainda muitos vestígios das antigas idades, porque os temos na nossa civilização e até na estrutura do nosso povo aparentado muito de perto, ao contrário do que pensava Herculano, com primitivos habitantes do nosso torrão nacional. (HELENO, 1930, p. 9)

Um assunto por demais debatido e veiculado em variadas publicações nacionais, chamando a atenção de quem não se encontrava directamente conectado aos estudos arqueológicos, embora substanciassem alguns dos seus posicionamentos, como é o caso do antropólogo António Jorge Dias (1907-1973). Com efeito, considerava sobremaneira os estudos megalíticos pelo facto de, nas suas palavras, importarem à afirmação da (pretendida) singularidade portuguesa e respectiva vocação expansionista (atlântica). Tal posição encontrava-se, aparentemente substanciada por abordagens recentes ao assunto vertidas em escritos espanhóis, advogando a anterioridade do megalitismo do território português relativamente aos exemplares localizados em solo espanhol e, até, nas Ilhas Britânicas, sublinhando:

“A cultura portuguesa tem carácter essencialmente expansivo, determinado em parte por uma situação geográfica que lhe conferiu a missão de estreitar laços entre os continentes e os homens. Este carácter

expansivo *tem raízes bem fundas no tempo, se quisermos lembrar a cultura dolménica*, que, segundo grandes autoridades teve como centro de difusão o litoral português nortenho” (DIAS, 1955, p. 10-11. Nossos itálicos).

Na verdade, também neste assunto M. Heleno abraçaria o pensamento do seu antecessor e orientador, J. Leite de Vasconcelos, no que dizia respeito à origem do homem português, da nação portuguesa, num momento bastante anterior à fundação do estado, numa conjuntura em que o casal de arqueólogos alemães Georg Leisner (1870-1957) e Vera Leisner (1885-1972) estudavam o megalitismo funerário em solo português, reavivando a atenção nacional em trabalhos publicados a partir dos anos 40. Uma existência estribada na própria pré-historicidade do nosso actual território, considerando, mesmo, a possibilidade de a sua génese derivar da denominada “cultura dolménica”, razão do empenho de Manuel Heleno em estudar o assunto:

“Para esclarecer o problema da *origem dos dólmens e da originalidade dessa cultura no nosso país* explorámos em 10 anos de incansáveis trabalhos mais de 300 desses sepulcros.” (HELENO, 1956, p. 11. Nosso itálico).

Na realidade, M. Heleno não se encontrava só nesta demanda. Outra influente personalidade da Arqueologia da época – talvez, mesmo, a sua mais poderosa individualidade –, Mendes Correia, considerava indispensável buscar nos testemunhos mais antigos da ocupação humana em Portugal continental os elementos necessários à justificação da nacionalidade. Mas também daqueles que legitimassem as suas fronteiras geográficas, culturais e psicológicas, de tudo aquilo que, no fundo, fundamentasse o ser, o estar e o fazer português, distinguível dos demais existentes em solo peninsular, excepção feita, talvez, à região galega, com a qual se pretendia manter uma osmose cultural, por um ideário geopolítico:

“Os seres vivos têm uma embriologia. *Uma Nação, ser vivo, tem uma ontogénese, indubitavelmente longa, complexa e obscura, mas real e necessária.* [...] O gérmen do povo português [...] é multimilenário, como multimilenário é o seio materno que o gerou e agasalhou, esta terra bendita e formosa de Portugal” (CORREIA, 1944, p. 32. Nosso itálico).

Verter-se-iam nestes dizeres parcelas de pensamentos finisseculares oitocentistas, quando o estudo dos monumentos megalíticos se envolvera num certo espírito nacional(ista), a julgar por estudos estribados numa vontade inelutável de comprovar a sua anterioridade aos erguidos em solo espanhol, após compará-los estruturalmente (MARTINS, 2003). Uma posição reiterada, aliás por A. F. Simões, para quem os exemplares identificados em território português “[...] são, pela maior parte, circulares ou ovaes, os segundos [da Andaluzia] quadrangulares e lageados com grandes pedras. É portanto provável que os dolmens da Andaluzia, menos imperfeitos que os de Portugal, sejam também menos antigos.” (SIMÕES, 1878, p. 83). Não eram somente os observados em termo espanhol que aparentavam ser mais recentes do que os registados no actual território nacional, pois os arrolados noutros países europeus, especialmente nas Ilhas Britânicas e na Escandinávia, apresentariam uma estruturação mais complexa e apurada, contrariando, assim, e de algum modo, a teoria prevalecente, ao tempo, no meio académico internacional, segundo a qual a deslocação, no continente europeu, dos construtores de megálitos ter-se-ia efectuado de Norte para Sul.

Discípula de M. Heleno, e não obstante as divergências evidenciadas *a posteriori*, as investigações conduzidas no Alentejo por Irisalva Nóbrega Moita (1926-2009) confirmariam, a partir de um pressuposto evolucionista linear, a existência de dois grupos centrais de construções dolménicas nesta região: o “primitivo” e o “evolucionado”.

Uma sequência formal que contraditaria a posição “orientalista”, à luz da qual se persistia em interpretar o megalitismo do território português como degenerescência, em resultado de um esforço (frustrado) na reprodução do tipo mais complexo originado no Oriente, ou seja, os *tholoi*. Aparte todo o tipo de reflexão decorrente deste pressuposto, esta situação exemplificava, conquanto tardiamente, quando cotejado a demais experiências europeias neste campo, a forma como o género feminino se entrosava, de modo paulatino, num campo científico dominado pelas esferas masculinas, talvez pela natureza do trabalho implícito (VICENTE, 1999, p. 565-571), privilegiando os próprios regimes totalitaristas a condução das especialistas na área para actividades museológicas (DÍAZ-ANDREU, 2002, p. 51-69; JORGE & JORGE, 1996, p. 156-167).

3. CONSIDERANDOS FINAIS

Podemos, é certo, questionar a razão (ou razões) pela qual o *Estado Novo* desatendeu o desenvolvimento da Arqueologia, em geral, e o estudo de determinadas tipologias arqueológicas, em particular, pelo menos quando confrontado com o esforço singular registado noutros regimes totalitários da Europa coeva. Com efeito, e para lá da figura de ‘Viriato’ (qual *Vercingetorix* lusitano), a agenda política de então centrar-se-ia na medievalidade, por ser para esse tempo que se remetiam as raízes da nacionalidade, reiterando-se, deste modo, a convicção de alguma intelectualidade portuguesa de oitocentos quanto à emergência da portugalidade apenas com a fundação do Reino, no século XII. Não haveria, por conseguinte, urgência em derrubar centros medievais para reinventar estruturas classizantes, provados porta-estandartes da ressurgência do antigo Império Romano, como sucedia amiúde noutras cidades europeias coetâneas, assim como não se lançava mão de estatuária olímpica para reafirmar o (pretendido) génio de antigas tribos germânicas. Portugal não careceria de aprofundar a estratigrafia – e não apenas do ponto de vista literal – da sua ancestralidade para reafirmar os seus termos geográficos, étnicos e culturais. Para isso, bastava renovar as evidências medievais que os afeioara e mantivera, como castelos e templos, símbolos maiores da união entre o poder temporal e o poder espiritual, revisitada e nutrida pelo *Estado Novo*. Não surpreende, pois, que, ao contrário do observado em terras alemãs e italianas, bem como em Espanha, onde os movimentos regionalistas e o centralismo madrileno motivavam o estudo aprofundado de diferentes passados, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais procurasse restabelecer edificações evocativas da fundação da nacionalidade, devolvendo-as, para o efeito, ao seu presumido traçado original, ignorando, quase por completo, as estruturas megalíticas, após um primeiro momento quando, em 1910, a 1.ª República as considerou, muito por força do trabalho conduzido até então pelos Sócios da Associação dos Arqueólogos Portugueses, assim como pelo empenho de J. Leite de Vasconcelos. Um posicionamento que não impedia, contudo, o cotejo atento de tipologias inscritas noutras categorias patrimoniais, beneficiando-se alguns dólmenes, conquanto talvez mais pela sua cristianização do que pelo seu significado primeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CORREIA, A. A. M. (1944) – *Gérmens e Cultura*, Porto: Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.
- COSTA, F. A. P. da (1868) – *Noções sobre o estado prehistorico da terra e do homem. Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.

- DIAS, J. (1955) – Os elementos fundamentais da cultura portuguesa. *Revista de Direito e de Estudos Sociais*. A. 8(2). Coimbra: Tipografia da Atlântida.
- DÍAZ-ANDREU, M. (2002) – *Historia de la Arqueología. Estudios*. Madrid: Ediciones Clásicas.
- FABIÃO, C. (1996) – Archaeology and nationalism: the Portuguese case. *Nationalism and archaeology in Europe*. In DÍAZ-ANDREU, M. & CHAMPION, T., eds. lts. London: University College of London, p. 90-107.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, p. 221-237.
- HELENO, M. (1925/1926) – Lição inaugural da cadeira de Arqueologia (ano lectivo de 1926-1927). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 27, p. 183-193.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 4, p. 309-311.
- HELENO, M. (1965) – Programa para a instalação do Museu Etnológico do D.or Leite de Vasconcelos na Cidade Universitária. *Ethnos*. Lisboa. 4, p. 63-74.
- HILL, R. (1996) – *Stonehenge*. London: Profile Books.
- JORGE, V. O. & JORGE, S. O. (1996) – Women in Portuguese Archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 36, p. 159-167.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o elogio da memória. Um percurso na Arqueologia de oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2007) – «A Oeste nada de novo?». *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 233-291.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3, p. 135-136.
- SARMENTO, F. M. (1883) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Relatório da Secção de Arqueologia*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- VICENTE, Ana (1999) – Situação das Mulheres. In *Dicionário de História de Portugal* (BARRETO, A. & MÓNICA, M. F., eds. lts.), VIII. Porto: Livraria Figueirinhas.

VÁRIAS ANTIGUIDADES DO ALGARVE

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga
Nota introdutória e comentários de João Luís Cardoso

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Obtida a autorização, em Março de 2005, do Director do Museu Nacional de Arqueologia para a publicação do espólio documental de Estácio da Veiga (1828-1891), conservado naquela Instituição, solicitada na sequência de estudo anterior entretanto publicado (CARDOSO & GRADIM, 2004), cuja análise exaustiva deu origem a duas obras onde se traçou o perfil detalhado do arqueólogo (CARDOSO, 2006, 2007) e para as quais se remete o leitor, o signatário deparou, numa das caixas, com um grosso masso de folhas manuscritas, numeradas posteriormente a lápis. O título da obra, apresentado no topo da primeira página, não deixava dúvidas: tratava-se do manuscrito original (entretanto copiado, como também ali se indica, a lápis) de Estácio da Veiga, intitulado “Varias Antiguidades do Algarve”, que até agora permaneceu inédito.

O plano geral da obra era muito ambicioso: nela, Estácio pretendia caracterizar sistematicamente as diversas etapas da presença humana em solo algarvio, desde os tempos pré-históricos, designadamente desde a “Idade da Pedra Polida”, como precisa o autor, até ao reinado de D. Diniz e, daí em diante, sem preocupações de exaustividade. Naturalmente, um trabalho desta envergadura, além de requerer adequada preparação científica, exigia muito tempo, especialmente para a consulta de arquivos e a cópia de documentos, então ainda mais dificultada pela falta dos modernos processos de reprodução. Note-se, no entanto, que este mesmo propósito viria o Autor a concretizar parcialmente mais tarde, através da publicação da sua obra maior, as “Antiguidades Monumentais do Algarve”, da qual saíram em vida quatro volumes, relativos aos tempos pré-históricos (embora o último aborde já a Idade do Ferro algarvia), que pretendia alargar depois aos tempos históricos, tratando, sucessivamente os testemunhos da época romana, depois da islâmica, e dos relativos até aos primórdios da nacionalidade, inclusive, que corresponderia, no total, a cinco ou seis volumes. Do que ficou por publicar, deu-se à estampa o que Estácio já tinha preparado para o quinto, relativo à época romana, em 2006 (VEIGA, 2006), com apresentação e notas do signatário.

Sabe-se, por uma carta datada de 16 de Março de 1874, endereçada por Estácio da Veiga a Possidónio da Silva, que a redacção da parte inicial da presente obra, correspondente aos tempos pré-históricos, se encontrava então em curso (PEREIRA, 1981, p. 57). Não deixa de ter interesse transcrever o modo com que o próprio autor encarava o seu trabalho, no qual iria tratar dos “vestígios pré-históricos até agora descobertos naquele território (...) acompanhado de estampas e a todos os respeitos difícil de coordenar porque é rigorosamente original e novo no seu género”. Na verdade, esta foi a única parte do ambicioso projecto – evidenciado pelo respectivo índice, apresentado tanto no início como no final do manuscrito, conquanto em versões algo distintas – que conseguiu concluir. As razões para tal não são difíceis de aduzir. Com efeito, a 1 de Janeiro de 1875 cessou o seu desempenho, como funcionário público, na vila de Mafra, nos Correios e Postas do Reino, onde tinha sido colocado em 1867; cessava, também, a disponibilidade de espírito que tinha encontrado na sua residência campestre da Quinta da Raposa,

para se dedicar à redacção da parte mais exigente da obra, os tempos históricos, estudo que, como se disse atrás, carecia de tempo e, sobretudo, requeria a exploração sistemática, consulta e transcrição de fontes documentais, então por certo de muito difícil acesso e utilização. Crê-se, pois, que a suspensão da redacção do volume no final dos tempos pré-históricos (à parte o contributo sobre as “Lendas e Tradições” do Cabo de São Vicente, que dele faz parte integrante e que se incluiu, na transcrição adiante apresentada) coincidiu com o início de 1875. Foi também nesse ano que Estácio abandonou a Associação dos Arqueólogos Portugueses, onde se tinha indisposto com Possidónio por questões de orientação científica, depois de ali ter colaborado, a pedido do seu então Presidente (CARDOSO, 2006, 2007). Não deixa de ser interessante notar que, a este abandono, sucedeu, a curto prazo, a proposta para sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, datada de 18 de Novembro do mesmo ano. Residindo já em Lisboa, sabe-se que Estácio dedicou boa parte do ano de 1876 ao estudo da tábula de bronze de Aljustrel, depositada na então Secção dos Trabalhos Geológicos, que ocupava o segundo andar do prédio da Academia das Ciências. Tratou-se de trabalho aturado e exigente, que o próprio descreve em pormenor, na parte introdutória do estudo daquele notável monumento epigráfico romano, que viria a ser publicado quatro anos depois (VEIGA, 1880). Deste modo, pode concluir-se que, em 1876, a redacção da presente obra se encontrava posta de parte. Definitivamente, não, porque as notáveis cheias do Guadiana de Dezembro de 1875 vieram colocar a descoberto, em vários locais da margem direita, tanto na região de Mértola, como mais a jusante, na de Alcoutim, importantes testemunhos arqueológicos, cujo estudo foi decidido executar pelo Governo, em parte em resultado da pressão da imprensa e da opinião pública. Foi a Estácio da Veiga que tal incumbência foi solicitada, com desenvolvimento na elaboração de uma Carta Arqueológica do Algarve, por Portaria de 15 de Janeiro de 1877. Abandonado o projecto inicial, um outro, de muito maior fôlego e com apoios financeiros e logísticos significativos, por parte do Governo e das entidades da região, com destaque para a Direcção de Obras Públicas dos distritos de Beja e de Faro, coroando de êxito. Os resultados não se fizeram esperar. Primeiramente, com a apresentação ao Governo da Carta Arqueológica do Algarve, nos inícios de 1879, cujos trabalhos de campo se viriam a prolongar muito para além do termo estabelecido, que era o mês de Junho de 1877, sucedeu-se o contrato, assinado a 29 de Maio de 1879, para a publicação das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”. Esta obra constituiria, pois, o desenvolvimento científico dos resultados obtidos, admitindo que o primeiro dos cinco a seis volumes previstos pudesse estar concluído em Setembro de 1880, por forma a ser apresentado aos participantes da célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas. Com efeito, fazia parte dos propósitos de Estácio aproveitar esta rara oportunidade de contactar pessoalmente, em Lisboa, com os mais proeminentes arqueólogos do seu tempo, para organizar e concretizar a terceira componente da obra a que metera ombros: o Museu Arqueológico do Algarve, que constituiria a demonstração prática dos resultados obtidos. Com efeito, o Museu viria a inaugurar-se em instalações cedidas pela Academia Real de Belas Artes, no antigo Convento de S. Francisco, em Lisboa, aquando da referida reunião, a 26 de Setembro de 1880, mas teve vida efémera. Deste modo, a Carta Arqueológica do Algarve, inserta no primeiro volume das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, publicado apenas em 1886, portanto cerca de seis anos depois do previsto, constituía apenas um dos três vectores de uma realidade a ser concretizada por sucessivas etapas, que, de forma genial, Estácio compreendeu, melhor do que ninguém e antes de todos os arqueólogos do seu tempo. Deste portentoso volume de informação, o principal beneficiário foi o actualmente designado Museu Nacional de Arqueologia, fundado em finais de 1893, cujo núcleo inicial foi constituído, em grande parte, pelas colecções reunidas por Estácio no Algarve, adquiridas pelo Estado a sua viúva. A estas, juntaram-se, em 1897, as colecções do extinto Museu Arqueológico do Algarve, depositadas na Academia Real de Belas Artes, bem como os álbuns de desenhos e plantas, confiados pelo próprio Estácio da Veiga à guarda da Direcção-Geral de Instrução Pública, da qual foram remetidas para o então Museu Etonográfico Português a 15 de Fevereiro de 1897, conforme Ofício já publicado (VEIGA, 2006, p. 29), acompanhados, presumivelmente, o Arquivo pessoal do próprio. Bem pode dizer-se que,

com a morte de Estácio, a 7 de Dezembro de 1891, ano em que foi publicado o quarto volume da obra-prima da arqueologia mundial que são as “Antiguidades Monumentais do Algarve”, se encerra um ciclo notável da investigação pré-histórica portuguesa, iniciado em 1865 com a publicação da monografia do concheiro do Cabeço da Arruda, sob a égide da Comissão Geológica de Portugal.

O interesse científico das “Varias Antiguidades do Algarve” não tem comparação, do ponto de vista estritamente arqueológico, ao da obra maior de Estácio da Veiga, a qual desenvolve e actualiza as concepções já em parte naquela esboçadas. De facto, o seu principal interesse não decorre das informações de índole arqueológica nela contidas. Sobretudo, o que mais interessa destacar, numa perspectiva histórica, é o conhecimento da forma de abordagem e discussão das diversas questões de carácter arqueológico adoptada pelo Autor, e qual a forma utilizada na articulação dos conhecimentos de diversas áreas e origens, para construir um discurso científico coerente. Sob este ponto de vista, pode dizer-se que Estácio da Veiga se apresenta como uma figura única, no panorama científico da época, em Portugal. Ao contrário dos seus contemporâneos da Comissão Geológica, que não valorizavam os textos dos autores clássicos, até por se dedicarem a uma época da Pré-História onde o que mais importava era o domínio de matérias do foro da História Natural, a Estácio não era indiferente a informação obtida dos autores clássicos, que sabia manipular com reconhecido à-vontade e até de forma divertida e irónica, como se evidencia, entre muitas outras, por esta passagem da obra que agora se publica, relativa às lendas e tradições associadas ao cabo de S. Vicente:

“Os três Geriões, filhos do primeiro tyranno deste nome que fora morto por Osíris pae de Hércules Lybico, unidos n’uma só vontade e conjurados com outros príncipes de sua assanhada catadura, em vingança e desafrona da morte de seu pae, deliberaram que a vida delle pagasse Osíris com a sua; e porque para a pratica de ruins intentos nunca faltaram prestadios obreiros, Osíris foi, em apuramento de razões, talhado em postas. Como porém uma vingança raro seria que não gerasse outra, e muitas, Hércules Lybico, que não precisava auxilio de ninguém, porque, senhor e possuidor dos mais irritados fígados, sósinho mesmo fora capaz de dar cabo do género humano. Saindo do Egypto em busca dos Geriões filhos, pouco tempo depois logrou o prazer de os mandar enterrar com especiosa pompa ahi pelas margens do Guadiana, depois de lhes ter posto as costellas em estilhaços”.

Porém, ao contrário dos arqueólogos-antiquários do seu tempo, que pontificavam então na Associação dos Arqueólogos Portugueses, Estácio sabia bem que o cabal conhecimento em Arqueologia passava obrigatoriamente pela valorização dos contributos da área das Ciências Naturais, completamente ignorado por aqueles, que manipulava com evidente à-vontade, até devido à formação recebida na Escola Politécnica, na área da Engenharia de Minas.

Desta diferença de formações resultou certamente, de parte a parte, alguma incompreensão. No caso dos geólogos/arqueólogos da Comissão Geológica, a falta de destaque conferida à inauguração do Museu Arqueológico do Algarve, aquando da reunião da IX Sessão do Congresso Internacional de Arqueologia e de Antropologia Pré-Históricas, reunido em Setembro de 1880 em Lisboa, e do qual Carlos Ribeiro foi o Secretário-Geral, é sintomática dessa realidade. No caso dos antiquários/arqueólogos, reunidos em torno de Possidónio da Silva, na Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses, lavrava não pouca animosidade, expressa claramente pelo abandono de Estácio da Veiga, e pelas considerações depreciativas que emitiu, em resultado de divergências dos critérios de organização do Museu, evidenciadas, por exemplo numa carta dirigida ao seu protector e amigo, o Director-Geral da Instrução Pública, Conselheiro António Maria de Amorim (CARDOSO, 2007, p. 22).

Estácio foi, de longe, o autor do discurso mais original e, ao mesmo tempo, mais consequente, no campo dos estudos da Arqueologia em Portugal, até os dias de hoje: valorizando o estudo científico do objecto arqueológico, não pela sua beleza ou valor intrínseco, mas por constituir uma fonte objectiva de informação. Afastava-se, deste modo, dos antiquários, que desdenhava, e também dos historiadores da sua época, declaradamente incapazes de

reconhecerem valor científico às ruínas ou aos próprios objectos arqueológicos, especialmente os que se afiguravam mais humildes; ao contrário, procurou conciliar tais informações com o registo histórico, incluído neste as fontes clássicas e os autores portugueses de séculos anteriores, como a presente obra evidencia cabalmente.

Tratando-se de uma primeira tentativa na fixação desta tão inovadora metodologia, certamente que se reconhecem insuficiências e até alguma ingenuidade: é como se alguns dos longos parágrafos que a constituem representassem passos ainda inseguros, que, mais tarde, viriam a ser dados com mais segurança, na obra que o imortalizou. Exemplo desta evidência é a extensa versão deste texto que se apresenta reescrita, também agora integralmente transcrita, até para evidenciar o esforço e a aplicação com que abordou matérias, ao tempo quase desconhecidas em Portugal.

De facto, Estácio tinha a plena consciência da importância da informação nova, que todos os dias era produzida sobre a antiguidade da espécie humana e as sucessivas fases da sua cultura material em território europeu. As inúmeras citações de obras de eminentes naturalistas, fossem antropólogos, geólogos, ou arqueólogos do seu tempo, mostram um espírito crítico, sempre atento aos progressos científicos produzidos além-fronteiras, sendo hoje difícil imaginar os esforços e dinheiro dispendidos para a obtenção dessas obras, que certamente possuiu, leu e releu, como se verifica pelas inúmeras citações apresentadas ao longo do texto.

A obra inscreve-se, pois, na primeira fase da actividade arqueológica do seu autor, em que este deu largas à sua criatividade literária, até ao início do trabalho de campo da Carta Arqueológica do Algarve, a 3 de Março de 1877, partindo de Mértola. Poderíamos designar esta primeira fase, como a do despertar de uma vocação; a segunda (até à abertura do Museu Arqueológico do Algarve, a 26 de Setembro de 1880), como a da plena afirmação da valia e originalidade da sua obra científica; e, finalmente, a terceira fase, até ao falecimento, em Lisboa, a 7 de Dezembro de 1891, como a da luta pela plena divulgação e defesa dos resultados obtidos, já longe dos ardores da juventude, mas sem abandonar os ideais que desde então abraçou e conseqüentemente levou à prática (CARDOSO, 2006, 2007).

Deste modo, se o original que agora se publica, sem dúvida um primeiro ensaio, embora involuntário, para a redacção, poucos anos volvidos, das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, se apresenta parco em elementos de informação estritamente arqueológicos sobre o Algarve – limitados à enumeração das peças, sejam machados de pedra polida, de cobre ou de bronze, ou outros artefactos metálicos, soltos ou sem contexto conhecido, recolhidos acidentalmente – já do ponto de vista da construção do discurso arqueológico afigura-se de evidente interesse para o conhecimento do pensamento de Estácio na época da sua formação como arqueólogo, imediatamente anterior àquela em que atingiu a plenitude. Por isso, volvidos 180 anos sobre o nascimento do eminente arqueólogo, se considerou importante não deixar inédito por mais tempo as “Varias Antiguidades do Algarve”, texto fundacional e imediato antecessor daquele outro contributo ainda hoje não igualado no âmbito da Arqueologia portuguesa.

O manuscrito foi rigorosamente transcrito, mantendo-se a grafia original. Palavras que não se apresentam legíveis foi assinaladas com reticências, entre parêntesis.

A terminar esta nota introdutória, agradece-se ao Director do Museu Nacional de Arqueologia a autorização para o estudo e publicação dos elementos constantes no Arquivo de Estácio da Veiga, entre os quais se inclui o presente documento, bem como à responsável pela Biblioteca e Arquivo Histórico daquela instituição, a Dr.^a Lúcia Cristina Coito, a gentileza do seu acolhimento e a José Carlos Henrique de Jesus António a cuidada transcrição do original manuscrito.

2. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ORIGINAL MANUSCRITO

Varias antiguidades do Algarve

-

Primeira Época
Tempos prehistoricos

-

Artigo I
Idade da pedra polida

Vestígios, os mais antigos, de um povo desconhecido, que habitou o território do Algarve: Machados e pilões de pedrapolida; Antas ou Dolmens.

Artigo II
Idade do bronze

Vestígios de outro povo desconhecido, que no Algarve succedeu áquelle que usava instrumentos de pedra polida: Lança de cobre; machados de cobre e bronze.

Artigo III
Lendas e tradições
O templo de Hércules no Cabo de S. Vicente
O sol, e a dança nocturna dos deoses no Cabo de S. Vicente.

Copiado

Não esquecer uma breve noticia das antiguidades do Algarve, que mais de perto pode observar e colligir nessa extrema terra do sul de Portugal, onde nasci e vivi até a idade de dezesseis annos, e donde me apartei em 1845, trazendo como grata memoria da terra do meu berço muitas e saudáveis lembranças.

Foram estas lembranças que me lá levaram em 1856, quando já contava dezoito annos de ausencia dessas logaras nunca deslembradas, em que surgiram e medraram as primeiras illustrações, os primeiros estudos, as primeiras esperanças da minha vida.

Saudicntas a minha terra natal com algumas estrophes, que associei a outras significações já colligidas em um livro, por um antigo manuscrito, que está a que dei o titulo de Flores sem fruto, porque flores sem fruto são quasi sempre as flores de que nasce alguma se parça nos tão innocentes, como mal adivindos, d'as da mocidade.

Foi nessa época que encetei alguns estudos concernentes á historia, á archeologia, e a uma litteratura, já mais desfigurada, mais esquivada, que somente tinha por archivo a memoria popular. ~~do Algarve~~

Dessas investigações litterarias nasceu o Romancinho do Algarve, que conseguí publicar, doze annos depois de concluido, e nasceu tambem o bannicario do Algarve, ~~onde não ainda impresso.~~

Para levar a cabo o meu primitivo pensamento, faltava-me pois coordenar, ou para melhor dizer, reunir alguns trabalhos epigraphicos, q. em 1857 e 1865, voltando de novo ao Algarve, ~~com~~ adiantar perante o publico, e não com alguma fadiga, porque este importante assumpto quasi intacto jaria em escriptura, ou era olhada com geral indifferença.

Não me foi possível percorrer toda a provincia, com o principio propuzido, e por isso não poucas omissões encontraram aqui os homens estudiosos, que tanto mais aquelles que se dia se propunham continuar e concluir este trabalho, que poderia neste caso ~~ser~~ servir de introdução e incentivo a outro mais desenvolvido e completo.

Com sete epochas distinctas julguei poder dividir este bosquejo historico archeologica-historico, para assim poder abranger sob um plano geral e methodico todos aquelles vestigios, monumentos, e ~~monumentos~~ ^{monumentos} que ~~se~~ ^{na} ~~encontram~~ ^{encontram} ~~em~~ ^{em} ~~diversas~~ ^{diversas} ~~partes~~ ^{partes} ~~do~~ ^{do} ~~Algarve~~ ^{Algarve} ~~de~~ ^{de} ~~onde~~ ^{onde} ~~representa~~ ^{representa} a sua existencia.

(Cópia de 1860)

I Epocha (Idade prehistorica). Caracterizada pelos machados e martellos de pedra, e que o povo denomina pedras de raio, comprehendendo algumas tradições fabulosas, referidas por escriptores nacionaes e estrangeiros.

II Epocha (Idade historica). ^{compreendendo} ~~compreendendo~~ as raras antigas das povos que occupam na Lusitania meridional a zona ~~comprehendida~~ ^{comprehendida} ~~entre~~ ^{entre} ~~o~~ ^o ~~rio~~ ^{rio} ~~do~~ ^{do} ~~Algarve~~ ^{Algarve} ~~e~~ ^e ~~o~~ ^o ~~rio~~ ^{rio} ~~de~~ ^{de} ~~Sevura~~ ^{Sevura} ~~at~~ ^{at} ~~o~~ ^o ~~mar~~ ^{mar} ~~do~~ ^{do} ~~Algarve~~ ^{Algarve}, ~~com~~ ^{com} ~~profundidade~~ ^{profundidade} ~~entre~~ ^{entre} ~~a~~ ^a ~~foz~~ ^{foz} ~~do~~ ^{do} ~~rio~~ ^{rio} ~~de~~ ^{de} ~~Sevura~~ ^{Sevura} ~~e~~ ^e ~~o~~ ^o ~~Algarve~~ ^{Algarve}.

Fig. 1 - Primeira página autógrafa do manuscrito.

VARIAS ANTIGUIDADES DO ALGARVE

INTRODUÇÃO

Vou escrever uma breve noticia das antiguidades do Algarve, que mais de perto pude observar e colligir nessa extrema zona do sul de Portugal, onde nasci e vivi até á idade de dezeseite annos, e donde me apartei em 1845, trazendo como grata memoria da terra do meu berço muitas e vicejantes saudades.

Foram estas saudades que me lá levaram em 1856, quando já contava decorridos onze annos de ausencia desses logares nunca deslembrados, em que surgiram e medravam as primeiras illusões, os primeiros enlevos, as primeiras esperanças da minha vida.

Saudei então a minha terra natal com algumas estrophes, que associei a outras versificações já colligidas n'um livro, por em quanto manuscripto, a que dei o titulo de Flores sem fruto, porque sem fruto são quasi sempre as flores de que nossa alma se povôa nos tão innocentes, como mal avisados dias da mocidade.

Foi nessa epoca que encetei alguns estudos concernentes á historia, á archeologia, e a uma litteratura, já meio desfigurada, meio esquecida, que somente tinha por archivo a memoria popular.

Dessas investigações litterarias nasceu o Romanceiro do Algarve, que consegui publicar, doze annos depois de concluido, e nasceu tambem o Cancioneiro do Algarve, ainda não impresso. (1)

Para levar a cabo o meu primitivo pensamento, faltava-me pois coordenar, ou para melhor dizer, reunir alguns trabalhos epigraphicos, que em 1857 e 1865, voltando de novo ao Algarve, adiantei quanto pude, e não com min-goada fadiga, porque este importante assumpto quasi intacto jazia em esquecimento, ou era olhado com geral indifferença. (2)

Não me foi possivel percorrer toda a provincia, como a principio premeditei, e por isso não poucas omissões encontrarão aqui os homens estudiosos, tanto mais aquelles que em dia se propõem continuar e concluir este trabalho, que poderá neste caso servir de introducção e incentivo a outro mais desenvolvido e completo. (3)

Em sete epocas distinctas julguei poder dividir este bosquejo archeologico-historico, para assim poder abranger sob um plano geral e methodico todos os vestigios monumentos, e (...) que pude examinar e colligir (...) dos diversos povos que no Algarve deixaram de algum modo representada a sua existencia.

Servimo-nos em grande parte dos objectos com que o Algarve tem enriquecido algumas collecções emprehendidas por varias pessoas dedicadas a este genero de recreativa instrucção, objectos, de que não havia noticia escripta, e que pouco a pouco iriam talvez perdendo com as noticias que lhes são inherentes, os quaes, ainda que poucos em relação aos que não podémos examinar por se acharem infructiferamente monopolizados, são todavia sufficientes para representarem as mais importantes phases porque tem passado aquelle territorio, outr'ora dominado por diversos povos; e por isso imposémos a este trabalho uma certa ordem systematica, dividindo-o em epocas distinctas, para em cada uma podermos inscrever os seus representantes, e deixar aberto espaço para o que posteriormente se lhe poder aggregar, quando novas descobertas se tenham conseguido.

I Epoca (Idade prehistorica). Caracterisada pelos machados e martellos de pedra, que o povo denomina pedras de raio, comprehende algumas tradições fabulosas, referidas por escriptores nacionaes e estrangeiros.

II Epoca (Idade historica). Contem as raras noticias dos povos que occuparam na Lusitania meridional a zona que entre o Cabo de S. Vicente e o rio Odeceixe se destende de Oeste para Este até á margem direita do rio Guadiana, comprehendida entre a foz deste rio e Alcoutim.

III Epoca. Do começo da dominação romana até á invasão dos barbaros do norte no principio do V seculo.

IV Epoca. Da invasão dos barbaros no anno 409 da era vulgar até á dos sarracenos no de 714 da mesma era.

V Epoca. Da invasão dos sarracenos até o principio da monarchia portugueza.

VI Epoca. Do principio da monarchia até o reinado de D. Diniz.

VII Epoca. Do reinado de D. Diniz até os nossos dias.

Em cada uma destas épocas inscreví unicamente as respectivas noticias que pude colligir e coordenar; e feita esta denunciação, a ninguem cabe o justo direito de me arguir por não apresentar neste genero uma obra completa e irreprehensivel.

Para a critica sensata não será talvez este trabalho inteiramente inutil, porque com referencia ás cousas antigas do Algarve todos sabem o pouco que se tem escripto, e esta mesma obra mostrará algum tanto do que ainda se ignorava, ou que não corria impresso.

Pouco me importará pois que os diffamadores officiosos me saíam de todos os lados com dente anavallado e destruidor a exercer aqui a sua habitual voragem; porque para esses malevolos desattenciosos já meio tresloucados por suas ruins paixões, por seus odios pessoaes, ou politicos, e sobre tudo pelo infamissimo sistema que alguns adoptaram de quererem erigir para si um pedestal sobre a propria baba com que pretendem conspurcar os seus confrades nas lettras, desde já fica de reserva o mais supino dos desprezos.

(4)

I EPOCA PREHISTORICA

Vestigios por enquanto os mais antigos, de um povo que habitou a terra do Algarve
Idade da pedra polida

A historia dos povos que senhoreavam a derradeira zona meridional de Portugal, não está escripta, nem a podemos nós escrever.

A chronologia, com que os livros sagrados nos ensinam os successos geraes do mundo desde seus primordios até á época do resgate, não abona, para este nosso especial propósito, a minima moção.

Se Moysés, o mais antigo dos historiadores, o mais sublime dos philosophos, o mais sabio dos legisladores, como lhe chamou Bossuet¹, cessando de existir no anno do mundo 2553, ou 1451 annos antes de Christo, não legou nos seus inspirados livros de Pentatheuco² uma revelação clara e concludente ácerca das gentes post-diluvianas, que dizendo-se descendentes de Japhet vieram povoar as regiões occidentaes; sem nenhum dos livros da antiga lei ha encontrar taes noticias, nem mesmo, por falta absoluta de fundamentos, as podemos haver dos historiadores profanos, a que preside Herodoto; se o proprio Herodoto³, o principe dos historiadores, como o denominou Cicero, tendo escripto uns quatrocentos annos antes de Christo, a historia da maior parte das nações, e dando especial relação das produções naturaes do Egypto, não transmittiu noticias peculiares ás primeiras epochas da vida humana; se Ctesias⁴, que viveu depois de Herodoto, escrevendo ácerca da India, deixou em silencio as origens das raças aborigenes, como fez Aristoteles, comquanto se occupasse das sciencias naturaes⁵, sómente e por assim dizer se olhou para o homem pelo prisma da physiologia; se Plinio⁶, emfim, que Buffon⁷ considera como o mais sabio dos naturalistas que viveram até quasi á época de Augusto, e como recopilador de todos os conhecimentos manifestados até o seu tempo, na sua historia dos tres reinos da natureza, tambem não aventurou noções especiaes, com que se possam explicar as diferentes phases porque foi passando o homem desde os primeiros dias da sua existencia: como acreditar os escriptores modernos, que ousam apresentar-nos Thubal⁸,

¹ Bossuet – Disc. Sobre a Hist. Univ. – Traduc. De M. A. Monteiro de Campos Coelho. Lisbone, 1772, pag. 9.

² O Pentatheuco alcança até o anno do mundo 2553. – Hist. do Velh. E Nov. Test. pelo P. Carlos Antonio Erra – Traduc. Castelhana. Madrid. 1787.

³ Herodot. – traduc. Por Du Ryer (em frances) 3 vol.

⁴ Os fragmentos das obras que restam de Ctesias, acham-se na edic. das de Herodot. – Londres, 1679.

⁵ Theophr. – Hist. das Pedras – texto grego com a traduc. Ingleza, e notas de Hillo – Londres, 1746; e Tratado das Plantas – Amsterdam – 1644.

Theoprasto (Lib. XXXVI. Cap. XXIX) refere haver se encontrado na terra marfim fossil branco e preto, assim como ossos transformados em pedra; mas, ao que parece, julgava que eram assim nascidos da terra (et ossa eterna nasci).

⁶ Plinio – Hist. Nat. (de Caio Plinio); traduc. Hespanhola de Geronimo de Huerta – Madrid. 1624. Plinio confundiu os ossos fosseis, certamente de um elephante, referindo-se a um gigante (Pl. Lib. VII. Cap. XVI) Cita esta passagem o sr. Figuer. (La ??? du deluge – pag. 351 – 1865).

⁷ Buffon – Hist. Nat. 1er disc.

⁸ Com taes chimeras se entretiveram de um modo pasmoso varios geographos e historiadores, ou antes numerosos fabulistas, que fr. Bernardo de Brito (veja-se a Monarch. Lusit. Liv. Prim., do cap. III em diante), um dos nossos mais eruditos classicos seguiu e ampliou com indesculpavel credulidade, ou talvez com o intuito de encarecer as antiguidades da sua patria, propagando e fortalecendo como pontos historicos uma serie de fabulas, que os criticos mais circunspectos desde logo contestaram e destruíram. Annio de Viterbo, e muitos outros citados por Valeo, imaginando cousas increveis ácerca das origens da Hispanha, seguidos por Florian del Campo, que a todos abraçou com acrisolada fé, e ainda para peor, acreditados por Mariz, fr. Heitor Pinto e fr. Amador Arraes, dão ao nosso fr. Bernardo, distincto modelo da lingua patria, largo espaço para não somente se associar a todos esses visionarios, como para procurar ainda outros de mais subido quilate neste genero, taes como os seus muitas vezes citados Laymundo Ortega, Menegaldo, Angelo Pacense, Pedro Alladio, etc., contra cujas doutrinas haviam já protestado Barros, Gaspar Barreiros, e Resende, referindo-se ao inventor dos fabulosos reis de Hispanha.

filho do primogenito de Noé, expirando sobre as escarpadas penedias do cabo de S. Vicente, e legando a Ibero seu filho, 298 annos depois do diluvio, ou 2009 antes de Christo, todo o dominio da peninsula hispanica?

Fujâmos dos escriptores que pretenderam illudir as gerações futuras com umas tão pueris como absurdas invenções; ponhâmos de lado as chronologias sagradas e prophanas, as primeiras, como assás omissas em relação á especialidade que nos agora imposémos, e as segundas como capituladamente falsas e enganosas; e recorrâmos ao pouco mas sobremodo valioso, com que alguns ramos das sciencias naturaes e a archeologia já hoje nos podem menos temerariamente guiar por entre as indissipaveis trevas dos seculos; porque do conjunto destes dois auxilios poderemos talvez deduzir alguns principios mais racionaes e significativos, do que todas as tradições que até agora hão corrido mundo pelos enredados labyrinthos dos mais exaltados espiritos.

O homem primitivo, como o considera o sr. Rodier⁹, e com este sabio da actualidade quasi todos os naturalistas e philosophos se renderam, embora surgisse na terra ignorando os altos destinos com que fôra dotado para ser o rei da criação; embora não comprehendesse immediatamente a privilegiada missão com que nascêra entre uma grande copia de outros já existentes seres seus antagonistas; embora as suas faculdades mentaes, no estado mais rudimentar, lhe não deixassem perceber todo o perigo da mui arriscada situação em que se achava; movido ainda assim de um superior instincto, ou, para melhor dizer-se, pelas faculdades peculiares á sua existencia, posto que mal desabrochadas do embrião que as encerrava, deveria sentir a necessidade natural de procurar os alimentos indispensaveis á vida, e o modo de se defender contra o ataque dos enormes carnivoros que o affrontavam nos proprios momentos em que a fome e a sede o obrigavam a buscar os fructos espontaneos da terra e as aguas cristallinas das fontes e dos rios; e devendo em fim procurar nas cavernas e nas grutas o abrigo e o repouso de que carecem todos os viventes, parece poder julgar-se que as suas primeiras deliberações seriam: trabalhar para viver, e defender-se para não morrer.

Mas para trabalhar precisava instrumentos, e para se defender carecia de armar o braço, e associar-se aos individuos do seu genero e especie, não só pela tendencia com que nascêra para a vida social, como porque o rigor da necessidade o obrigaria a sair do estado de isolamento, quando mesmo tal tendencia se não manifestasse desde logo.

Houve tempo em que, á falta de provas materiaes em contrario, alguns naturalistas julgaram a vida primera do homem não anterior ao diluvio, refutando assim muisignificativamente o que Moysés deixára escripto no primeiro inspirado livro do Pentatheuco; mas o sr. Boucher de Perthes, a quem a archeologia europêa deve uma serie de serviços da maior importancia, denunciando no primeiro volume das suas *Antiquités celtiques* o apparecimento de silex lascados nos sedimentos diluviaes do valle de *Somme*, veiu com este facto, primeiro que ninguem, demonstrar que a raça humana havia sido testemunha presencial do diluvio biblico; o que annos depois reforçou com a descoberta que fez, nas proximidades de Abbeville, de uma perfeita maxilla humana fossil, associada no mesmo deposito do periodo quaternario a alguns machados de silex, despojos de fogo, e restos de louças. (6)

O sr. Luis Figuier¹⁰, dando conta desta segunda descoberta do sr. Boucher de Perthes, conclue dizendo:

«C'est après la période glaciaire que naquit le genre humain.»¹¹

Este elegante escriptor, cuja sciencia derrama enlaçada n'um estilo sempre ameno e florido, descrevendo a terra antes do diluvio, illustra o seu interessante livro com um panorama ideal do mundo nesse periodo que julga ser o originario da vida humana, em que figura os homens cobertos de pelles de animaes, armados de machados de pedra, e reunidos em commuidade de trabalho.

O sr. Paulo Gervais, auctor de uma interessante obra ácerca de *L'Homme fossile dans le bois du Languedoc*, juntando aos seus importantes escriptos de zoologia e anatomia comparada profundos conhecimentos geologicos,

⁹ Rod. – Antiquité des races (...) – 1864.

¹⁰ L. Figuier – La terre avant de déluge, pg. 421 – 1866.

¹¹ Idem

ao dividir as idades da pedra em épocas distintas, diz que estas se acham caracterizadas pela presença de instrumentos de sílex; e em relação á paleontologia designa a cada uma os typos principaes da fauna que lhe corresponde, como adiante veremos.

Mas haverá já hoje sufficiente numero de factos para se poderem extremar essas épocas com apurada precisão? Esta divisão por enquanto é, pelo menos, muita vaga, como o estão confirmando as conquistas mais recentes, com que a sciencia vai dilatando as vastissimas regiões da sabedoria.

A todos os obreiros deste progresso indefinido cabe porém um grande quinhão de gloria, porque ao conjunto dos seus esforços, aos seus assíduos trabalhos, quasi sempre recebidos sem a minima recompensa, se deve hoje a sciencia, que rege o conhecimento das mais opulentas maravilhas da creação.

A historia do homem não podia pois ficar em abandono; não estando escripta, era mister que se fossem registrando os factos conhecidos e inventariando os vestigios que elle proprio fôra deixando da sua existencia, para um dia, talvez, se poder escrever com averiguado fundamento.

É este um dos honrosos empenhos dos sabios da actualidade, e por isso estamos vendo tantos atletas distintos mettendo hombros a esta empreza.

Até ha poucos annos, sómente nos depositos sedimentares do continente europêo, pertencentes ao periodo post-diluviano, haviam sido encontrados varios despojos humanos e juntamente com elles certas pedras de formas mais ou menos definidas, e consideradas como primeiras manifestações da industria.

Para a paleontologia e para a archeologia, em presença destes descobrimentos, havia portanto um certo numero de factos, denunciados por alguns depositos sedimentares do periodo quaternario, que não podiam deixar de levar o naturalista e o antiquario a determinarem a idade do genero humano pela idade geologica das rochas ou camadas que serviam de jazida a tantos e tão significativos vestigios.

Em relação ao homem, reconhecendo-se que de pedra eram os mais antigos instrumentos do trabalho, foi mister marcar as épocas geologicas e designar as faunas de cada uma destas épocas, caracterizadas, umas vezes meramente por esses instrumentos, e outras pela sua simultanea apparição com despojos propriamente humanos, para se poderem cenceber e ordinalmente determinar as phases mais apreciaveis da sua existencia sobre a terra.

Todas as vezes pois que entre si poderem ser estremadas com rigorosa precisão as diversas épocas de cada periodo geologico e a fauna correspondente a cada uma dessas épocas, cujos sedimentos hajam manifestado indicios da industria humana, despojos humanos, em uma e outra cousa, tereremos assim estabelecido, nesses remotissimos seculos anteriores ao dominio da historia, os pontos de referencia de que devem ser derivados os successivos tempos em que provadamente viveram individuos da nossa especie.

Posteriores descobrimentos de maior alcance vieram porem denunciar novos factos, e por isso se tem por diferentes modos dividido o conjuncto das épocas caracterizadas por vestigios humanos.

Tres idades da pedra estão reconhecidas, ou estabelecidas para em cada uma serem grupados seus respectivos critérios.

Para não alterarmos o que a este respeito vemos autorizado por naturalistas e archeologos dos mais respeitaveis, seguil-os-hemos de perto, ao ponto de, para maior claresa, reproduzirmos mesmo algumas vezes as suas proprias palavras.

A um homem eminente nas sciencias physicas e naturaes, antigo lente de mineralogia na Escola Polytechnica de Lisboa, e seu actual director que, todos nós, os que frequentámos aquella escola, tivemos por mestre abalizado e distincto, deve este paiz, a par de outros muitos e importantes serviços, uns trabalhos de grandissimo alcance, como jamais se haviam emprehendido na nossa terra, ácerca da archeologia prehistorica. Referirmo-nos ao sr. conselheiro doutor F. A. Pereira da Costa, e ás suas duas Memorias, uma intitulada «Da existencia do homem em epochas remotas no valle do Tejo – Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da

Arruda», publicada em 1865; outra «Monumentos prehistoricos – Descrição de alguns Dolmins ou Antas de Portugal», impressa em 1868, e também a um artigo que no mesmo anno escreveu no n.º V do Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes, sob o titulo de «Noticia de alguns martellos de pedra, e outros objectos, que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alemtejo». (7)

Comquanto Martinho de Mendonça de Pina redigisse ácerca das Antas de Portugal uma dissertação, que vem impressa no XIV tomo das Memorias da Academia de Historia Portugueza, e a esta corporação fôsse presente uma relação de 315 Antas, que não chegou á luz da publicidade, escripta pelo franciscano eborense fr. Affonso da Madre de Deos Guerreiro, cujo manuscripto não temos infelilmente podido descobrir, os trabalhos, acima citados, do sr. doutor Pereira da Costa, mostrando a intima relação em que devem ser considerados a geologia, a anthropologia, e a archeologia prehistorica; tendo por fim, não só relacionar e definir os mais antigos instrumentos do trabalho, com designar as epocas em que a especie humana começou a habitar o sólo da nossa patria, constituem por este modo assumpto novo entre nós, e abrem-nos caminho ás proposições que hemos de aventurar com o intuito de provarmos que a extrema região occidental do reino, denominada Algarve, foi habitada por tribus, ou povos, cujos caracteristicos são capitulados como inherentes a individuos que viveram, pelo menos, na epoca da ultima idade da pedra. (8)

«O começo da Primeira Edade da pedra, diz o sr. doutor Pereira da Costa¹², não está precisamente determinado, e o mesmo succede a respeito do seu termo.» Noutro logar prosegue¹³: «... mas póde affirmar-se pelo estado actual dos conhecimentos a este respeito que viveram homens na Europa no periodo post-terciario, e na época, que se seguiu immediatamente á época glacial, sendo nessa época contemporaneos de animaes cujas raças ou especies estão ha muito tempo extinctas.»

«Duas especies de Elephantes, o *Elephas meridionalis*, e o *Elephas primigenius*, com duas especies de Rhinoceros, muitas especies de bois, Cavallos, Veados, muitos Carnivoros pequenos, Roedores, e Isectivoros, todos extinctos, viveram n'esse tempo.»

«Chama-se esta época a Primeira Edade da pedra, e correponde para nós á primeira camada do desenvolvimto da humanidade, que se tem podido reconhecer sobre a terra na Europa.»

Nesta divisão segue o sr. doutor Pereira da Costa com mais particularidade os srs. Lyell¹⁴ e Paulo Gervais¹⁵, como se vai ver.

«A segunda edade da pedra, continua o sr. Lyell, corresponde a uma Fauna particular que consta de especies extinctas e outras actualmente existentes, que não habitam os paizes em que viviam durante esta edade.»

«As especies extinctas são, entre outras, os ursos, as hyenas, e os grandes gatos das cavernas; as especies que ainda vivem mas retiradas mais para o norte, são a Renna e o Boi almiscarado.»

«O longo decurso do tempo, que estas duas edades da pedra abrangem, é dividido, pelo sr. Gervais, em tres épocas distinctas «paleontologicamente reconheciveis pelas especies animaes que teem sido contemporaneas do homem e veem ajuntar-se á lista das que a historia reconhecia já.» Estas épocas teem por caracter commum a presença de instrumentos de silex: são:»

«1ª A Época do *Elephas meridionalis*, indiscutivel desde a descoberta de silices talhados, feita em Saint-Prest Pelo sr. abbade Bourgeois; mas difficil de separar paleontologicamente da seguinte.»

«2ª A Época do *Elephas primigenius*, que tem por principaes especies este Elephante, os grandes ursos, as hyenas e os grandes gatos das cavernas, etc.»

¹² Monumentos Prehist. Pg. 39.

¹³ Idem, pg. 38.

¹⁴ Lyell – L'Ancienneté de l'homme.

¹⁵ P. Gervais – L'Homme fossile dans le bois du Languedoc.

«3ª A Época da Renna utilizada, que tem por caracter – restos de ossos fracturados d'este Ruminante; parece que foi no decurso desta época que se extinguiram as grandes especies precedentemente citadas, e com effeito acham-se em certos logares as suas ossadas associadas aos ossos fracturados da Renna assim como aos paus d'este animal trabalhados pela mão do homem.»

(9)

«A ultima edade da pedra, 3ª segundo o sr. Lyell, 4ª segundo o sr. Gervais, é a época das palafittas ou das habitações lacustres e das turfeiras da Dinamarca e tambem segundo o sr. Lyell a época dos principaes Dolmins. Esta época é posterior a extinção dos grandes quadrupedes, e tambem á retirada da Renna para países situados mais para o Norte d'aquelles que habitara na época anterior. Os machados de pedra são polidos, e não lascados como eram nas épocas anteriores: os ossos de animaes são pertencentes a especies actualmente viventes, mas reconhece-se que existiam nessa época na Europa central bois selvagens, e grande abundancia de bestas, feras, se bem que especificamente identicas ás que hoje existem.»

«Á edade da pedra polida seguiu-se a edade do bronze, cujos caracteres, são, com pequenas differenças, os mesmos em toda a Europa occidental.»

Eis aqui portanto o quadro, que mão de mestre deixou traçado para apresentar a feição dominante de cada uma das idades da pedra. Com a devida venia nos servimos das suas mesmas palavras, porque ellas representam os principios estabelecidos por dois dos mais respeitaveis geologos, que sem duvida alguma seguiriamos, se os seus trabalhos respectivos a esta especialidade não tivessem já sido compendiados pelo sr. Dr. P. da Costa; e para não termos de plagiar, affectando e deixando presumir que este estudo era propriamente nosso, preferimos franca-mente reproduzir com fidelidade o que já se achava escripto, tanto para nos servir de base á doutrina que temos a expender, como para melhor comprehensão dos leitores, quando mais adiante houvermos de relacionar e descrever os instrumentos de pedra, descobertos no Algarve.

Este grande periodo das idades da pedra, cujos limites não estão definidos com rigorosa clareza, deverá porventura vir a soffrer nova divisão um tanto diversa, quando maior numero de descobrimentos geologicos se poder effectuar, não só na Europa, como no continente africano, e sobre tudo nessas vastissimas regiões da Asia, que as letras sagradas proclamam e a sciencia moderna reconhece como originaria patria da humanidade.

E porque a todo o correr da penna aventuramos esta proposição, parece-nos poder aqui registrar umas interessantes descobertas, que ha poucos annos conseguiu fazer o sr. Carlos Ribeiro, distincto engenheiro nosso compatriota, as quaes já certamente haverão sido julgadas pelos homens competentes, por isso quem a este respeito corre impressa uma Memoria sua intitulada «Descripção de alguns silex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciario e quaternario das bacias do Tejo e Sado», apresentada á Academia Real das Sciencias de Lisboa e publicada em 1871.

O sr. Carlos Ribeiro, propôz-se: «reconhecer pelo exame dos factos geologicos, quaes tinham sido os movimentos mais importantes occorridos no nosso solo depois da abertura dos valles de primeira ordem que actualmente o cortam, e indicar quaes desses movimentos foram contemporaneos da especie humana»; e explorando os terrenos das bacias do Tejo e Sado, descobriu dentro do valle do Tejo, no Cabeço d'Arruda, em Salvaterra e outros logares, restos de esqueletos humanos, de animaes vertebrados e molluscos, bem como varios silex e quartzites lascados, uns na parte mais antiga do terreno terciario lacustre, segundo a sua classificação, e outros nos terrenos pertencentes ao periodo quaternario.

Nesta Memoria diz porém o seu auctor (p. 46): «... é preciso que as camadas onde se tem encontrado vestigios da existencia do homem, tenham uma determinação geologica acima de toda a controversia.»

Não conhecemos esses terrenos terciarios em que o sr. Carlos Ribeiro descobriu vestigios de industria humana; nem nos consta que uma tão sorprendente novidade haja suscitado controversia, ou recebido na Europa o acolhimento dos sabios, ao lerem na citada Memoria do illustre engenheiro, pag. 8 e 54: «... está demonstrado que o homem já existia quando se formaram as camadas miocenes...»; finalmente, não emittimos oppinião alguma a este

respeito, já porque um assumpto de tal ordem não temos sufficeinte competencia, já porque o trabalho, que nos impozémos, de colligir e coordenar todos os possiveis vestigios dos povos que senhoreavam a zona do Algarve, não reclama, em vista dos objectos até agora alli trazidos ao nosso exame, que tão longe levemos as nossas averiguações.

(10)

Se effectivamente a determinação geologica desses terrenos terciarios, de que falla o sr. Carlos Ribeiro, está acima de toda a controversia, as descobertas do sr. Boucher de Perthes e de todos os mais geologos e archeologos de maior nomeada, passarão a occupar um logar muito secundario, por isso que a archeologia prehistorica terá de soffrer uma radical revolução.

Nesta hypothese, novos principios deveriam firmar-se; novas conclusões nasceriam destes principios, e uma nova divisão reclamaria o mui nebuloso e vago periodo da existencia humana.

Por este modo ficaria provado:

1.º Que tendo apparecido instrumentos de trabalho em depositos dos periodos miocéne e pliocéne da epoca terciaria no solo de Portugal, nesta região tinham vivido homens muito anteriormente á epoca quaternaria.

2.º Que o homem europêo, ou íncola da Europa, de origem muito mais antiga do que até ha pouco se julgava, tivéra por contemporaneos, no antigo e novo mundo, não só todos os individuos das opulentas faunas pliocéne, e miocéne, como os da fauna Eocene¹⁶.

E proclamada assim de origem eocéne a existencia humana perante os mais celebres geologos e archeologos da Europa, que só a tinham podido reconhecer dentro dos limites da epoca quaternaria, quando muito, a não ser que ainda haja quem a possa vincular nas ultimas camadas da epoca secundaria, apenas ficaria occulto ao naturalista o conhecimento das faunas e floras que occuparam os antigos depositos sedimentares, que a acção plutonica transformára em rochas metamorphicas, destruindo inteiramente todos seus vestigios organicos.

Se os sabios (???) sanccionar a significação que o sr. Carlos Ribeiro dá ás suas descobertas juntando-se estas de outras já verificadas no territorio patrio, o largo periodo das idades da pedra poderia ser dividido em tres epocas distinctas, representadas:

1ª Pelos silex e quartzitos lascados, descobertos no denominado terreno terciario lacustre dos valles do Tejo e do Sado.

2ª Pelos instrumentos de pedra lascados, associados ou não a restos humanos, descobertos nos depositos sedimentares do terreno quaternario.

3ª Pelos instrumentos de pedra polida, encontrados em cavernas, grutas, minas antigas¹⁷, dispersos no sólo, nas camaras sepulcraes dos Dolmens ou Antas, e por estes mesmos monumentos.

¹⁶ A epoca terciaria é ordinalmente dividida em tres periodos, denominados Eocéne, Miocéne, e Pliocéne, sendo cada um delles representado por diversas especies de animaes, umas extinctas, e outras ainda existentes.

No periodo Eocene distinguem-se entre as especies principaes o Palaeotherium, pachyderme herbivoro; o Anoplotherium, chamado o fossil de Montmartre, e o Xiphodon gracile, outro pachyderme de Montmartre, mui semelhante á gazella.

No periodo Miocéne viveram o Pithecus antiquus, e o Dryopithecus, pertencente ao grupo dos Orangutangos, mui parecido com o homem. Os macacos surgem nesta idade da terra. O Dinotherium (hoje extincto), o maior entre os quadrupedes do mundo antigo, e o Mastodonte Miocene, muito maior que o elephante de Africa, assim especificado para se differenciar do de Turim.

No periodo Pliocéne são especies principaes o Rhinoceros tichorynus, com duas armas córneas sobre o nariz, maiores que as das especies vivas de Africa e Sumatra, differenciando-se da especie actual da India em ter esta uma só arma; e o Sivatherium, veado gigante, fossil, descoberto nas serranias d'Himalaya. Neste periodo apparecem numerosas especies de macacos, extinguindo-se o Mastodonte Miocene, que tinha quatro defezas, e differe do de Turim em ter este só duas e ser do periodo Pliocene. Outras especies deste periodo existem ainda, como são Hippopotamo, o camello, cavallos, bois, veados, etc.

¹⁷ Referimo-nos aqui aos martellos de pedra polidos, encontrados na mina de Ruy Gomes, no Alemtejo, e em outras de Hispanha, ácerca dos quaes corre impressa uma noticia do sr. dr. F. Pereira da Costa, no n.º V de 1888 do Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes, publicado pela A. R. das Sciencias de Lisboa, em que tambem temos collaborado.

Como porém já acima dissemos que no Algarve não têm apparecido até hoje objectos capituladamente anteriores á chamada ultima idade da pedra, vamos apenas applicar ao nosso assumpto os principios que ficam rapidamente expeditos, deixando aos escriptores auctorisados a apreciação de todas as descobertas feitas em diversas regiões do reino.

Primeiro que tudo é mister declararmos que nenhuma exploração archeologica foi ainda emprehendida methodica e systematicamente em logar algum do Algarve; e sendoportanto alli o apparecimento de certos objectos antigos, de que vamos fallar, devido a causas accidentaes, apenas pelas vagas noticias que a respeito de cada um podêmos obter, e sobretudo pela analogia que mostram com os que hão sido explorados e competentemente classificados neste e n'outros paizes da Europa, é que os poderemos definir, e ainda assim com muita reserva.

A exploração rigorosamente scientifica é indispensavel em trabalhos desta natureza, porque só dos seus resultados se podem tirar fundamentadas conclusões. Por este modo foi pois que o sr. Boucher de Perthes conseguiu determinar as successivas raças que habitaram o Valle do Somme¹⁸. (11)

Tomando-se por termo médio do sólo do valle diz o sabio investigador, uma altura de 2 metros sobre o nivel do Somme, de 30 a 40 centimetros da superficie achavam-se mais copiosamente os vestigios da idade média; 50 centimetros abaixo começaram a patentear-se os restos romanos, e em seguida os gallo-romanos; continuando-se por mais um metro, até o nivel do Somme, ainda estes restos foram apparecendo; descendo-se desta cóta mais dois metros, se manifestaram sem interrupção os vestigios gaulezes genuinos, como prova da longa habitação que alli tinham tido aquelles povos, proseguindo ainda o córte do terreno com mais um metro de profundidade, descobriu-se o sólo chamado celtico, que os gaulezes primitivos exploraram, ou os povos que os precederam; e finalmente, como leito deste ultimo sólo, appareceram as camadas diluviaes inferiores, de varia espessura, chegando algumas vezes até á superficie.

Que outros povos mais antigos que o celtico occupavam varias regiões da Europa, não ha duvida alguma; e é o sr. Boucher de Perthes quem o confirma no tom. II. p. 107 da sua citada obra, dizendo que os celtas exploraram em meio das camadas diluviaes os instrumentos de silex para varios usos, como para suas solemnidades funebres, e manufactura de suas armas.

Já se vê portanto, que os instrumentos prehistoricos provenientes do Algarve, por isso que não foram descobertos em excavações de tal ordem, apenas poderão ser classificados por comparação com aquelles, cuja epoca se achar designada; mas ainda assim ficará muito vaga esta classificação, por não ser possivel indicar o periodo geologico a que pertencem.

Se algumas explorações archeologicas chegarem a ser emprehendidas no Algarve mediante as regras e preceitos que nestes estudos são indispensaveis, outros descobrimentos de maior alcance premiarão provavelmente essas fadigas; nem menos se póde esperar de um terreno que já tantas provas de antiguidade patenteia, sem jamais terem sido intencionalmente procuradas. (12)

Assás conviria talvez, nessa occasião, explorar tambem as furnas, ou cavernas comprehendidas na linha da costa do sul, entre o Cabo de S. Vicente e a enseada de Albufeira; pois deve notar-se que algumas dessas cavernas, hoje um tanto invadidas pelas aguas do mar não o deveriam ter sido em tempos antigos; antes pelo contrario estariam a maior distancia do oceano, se tivermos em vista que em frente da aldeia de Budens ha manifestos indicios de ter existido um grande povoado ou cidade, que o mar de ha muito absorveu, e que na mais baixa (13)

praia de Quarteira ha iguaes provas de ter havido povoação romana, cujas ruinas jazem no dominio das ondas; o que nos leva a concluir que a configuração da costa do Algarve após o dominio romano tem gradualmente soffrido algumas alterações hydrographycas; porquanto sabendo-se que essas duas localidades da costa, hoje submersas, foram em outro tempo florescentes logares de habitação, poderiam as ditas furnas ou cavernas, devendo (14)

¹⁸ Antiquités Celtiques et Antédiluviennes, tom. I. p. 165.

igualmente estar fóra do alcance das aguas, ter sido utilizadas por algum povo antigo, o qual se possa ainda hoje reconhecer pela natureza dos vestígios que deixasse.

Os exploradores dessas furnas deverão mui cuidadosamente examinar se lá existem ossos humanos, ou de animais, instrumentos de pedra, como silex lascados ou machados polidos, de formas semelhantes às que representamos na estampa n.º 1, fragmentos de louças grosseiras¹⁹ e mesmo objectos de metal, onde osso trabalhado de algum modo²⁰, colligindo tudo isso, e tomando nota da maneira porque esses objectos se acham dispostos, quando não seja possível proceder-se ao levantamento da respectiva planta.

Por enquanto só nos rudes labores da terra tem o agricultor encontrado em diversas localidades do Algarve varias pedras, n'um extremo quasi ponteagudas, e no outro como aparadas em gume visivelmente produzido por meio da fricção. Variam muito de dimensões estes instrumentos, e referindo-nos aos exemplares que hemos visto, e de que adiante daremos contorno, ver-se-ha que com elles se poderia formar uma escala de diferentes grandezas, compreendida entre 41 milímetros e 35 centímetros.

São dezanove diferentes formas dessas pedras, a que os camponeses do Algarve, como de outros muitos paizes, chamam pedras de raio, que vamos representar; uma pertence ao sr. A. C. Teixeira de Aragão; tres á collecção de objectos prehistoricos adicionada ao museu da Escola Polytechnica, e quinze ao incançavel collector de antiguidades o sr. Joaquim José Judice dos Santos.

(15)

Estes exemplares foram achados nos campos de Monchique, Lagos, Portimão, Ferragudo, Estombar, Lagôa, Loubite, Silves, Algoz, Estoi, e Antas, como vão designados na respectiva estampa; e tendo-se á vista a carta corographica do Algarve, poderemos desde já notar duas circumstancias: primeira, que a existencia dessas pedras foi verificada em toda a zona do Algarve compreendida entre Monchique, Lagos, e o sitio das Antas, uns 6 kilm. A SO de Tavira; e segunda, que a mais abundante descoberta destas pedras se tem até agora verificado na ária compreendida entre Lagos e a rib. de Algoz, tendo por pontos extremos ao norte, Silves e Monchique; o que nos parece indicar que nesta parte do Algarve habitou por mais tempo, ou em maior numero o povo que se servia de taes instrumentos.

¹⁹ A origem da ceramica perde-se nas trevas dos tempos mais antigos; por isso a aparição de fragmentos de louça, em cavernas, sepulturas, ou em excavações de terrenos pertencentes a uma antiga formação geologica, é objecto sobre modo interessante para o estudo da archeologia.

Pretende o sr. Boucher de Perthes que os productos ceramicos são comtudo muito posteriores á existencia humana, dizendo que os primeiros vasos fabricados pelo homem seriam de folhas de plantas capazes de conter a agua, de certos frutos de involucro lenho, de varias especies de cortiça, etc.; e que por isso não se póde afoitamente concluir, que uma determinada região, pelo facto de não manifestar vestígios de louça, não fóra habitada nos tempos primitivos. Estes distincto auctor remonta a uma epoca anterior á celtica o uso da ceramica, e cita um vaso e um fragmento de outro que encontrou em 1840 na massa de areia diluviana de Menchecourt, a 7 ou 8 metros da superficie, feitos de uma argilla escura, pouco espessa e muita fraca, em tudo diversos dos que havia colligido em sepulturas celticas; o que o levou a julgar-os anteriores á epoca celtica. São toscos e lisos os vasos mais antigos; e isto mesmo o testifica o dito auctor, dizendo que em jazigos celticos não viu jamais louça alguma com o minimo signal de lavor em figuras ou baixo relevo, o que só começa a paten-tear-se á medida que se começa a explorar o terreno gallo-romano. O sr. Boucher de Perthes, segundo a opinião de M. Féret, designa as margens do mar e dos rios como logares em que com mais frequencia apparecem urnas cinerarias ou religiosas pertencentes a epocas as mais remotas. – *Antig. Celtiques et Antédiluvienes*, tom. I. cap. V.

²⁰ A aparição de instrumentos de osso é sempre interessante e de muita significação archeologica quando verificada em certas e determinadas condições, por isso que o seu uso primitivo tem origem n'uma época immemorial.

No tomo I das suas *Antiquités Celtiques et Antédiluvienes*, p. 103, refere o sr. Boucher de Perthes haver descoberto alguns punhaes, ou puncções de osso na exploração das turfeiras e depositos arenosos, e nota que estes instrumentos são de tal dureza, que podem penetrar como se foram de ferro. Ignora porém se tal dureza é devida á acção do tempo e das condições em que se acharam, ou a alguma preparação, como mais provavel lhe parece por, não se verificar este facto nos ossos achados em identicas condições, mas não trabalhados por mão de homem, acrescentando que estes instrumentos eram feitos geralmente das armas e tibias dos veados, dos tarsos ou canellas de bois, dentes de javali, peroneus humanos, e mais raramente de cubitos, cana do braço, e radios, e que em sepulturas teem sido achados sem o minimo indicio de haverem sido usados.

Mas que significam para a sciencia essas pedras, que não poucas vezes passam como desapercbidamente envoltas nas cavas e sorribas, e a que alguns trabalhadores do campo attribuem a singella virtude de com ellas poderem preservar dos raios o seu domicilio, sendo por outros consideradas como pedras de toque?²¹

Ha muitos annos que os mais celebres antiquarios tratam de discutir entre si quaes teriam sido os fins para que essas pedras foram visivelmente preparadas por um ou mais povos desconhecidos.

Sendo mui vulgar na Europa o apparecimento desses instrumentos, que os archeologos inglezes denominam celts, os francezes haches, os hispanhoes hachas, e nós outros machados de pedra, não poucas vezes hão sido descriptos, e suscitado varias presumpções ácêrca doseu originario emprego.

M. Begin, na sua Histoire des sciences, des lettres et des arts, diz que a madeira e a pedra foram os materiais, que serviriam para a construcção dos primeiros utensilios, e das primeiras armas de aggressão e defeza, e que os metaes só começariam a ser utilizados, para estes e outros destinos, desde que a industria natural do homem os foi descobrindo na terra, e começou a conhecer o meio de os aproveitar.

Os instrumentos de madeira não poderam porém resistir á continua acção destruidora do tempo, e por isso não ha possibilidade de os reconhecer mas não aconteceu assim aos silex e quartzites lascados com formas de facas, de pontas de lanças, de armas de arremesso, e até de figuras symbolicas, os quaes parecem ter sido as primeiras obras de pedra produzidas pela industria do homem, e que os machados de pedra, não lascados, mas polidos por meio do attrito, seriam logo posteriores productos de um trabalho menos barbaro.

A este respeito poder-se-ia, porém, impugnar esta geralmente professada opinião, tendo-se em vista que esses instrumentos, sendo destinados para usos diversos, poderiam conjuctamente existir n'uma determinada epoca em que todos se julgassem precisos; e para que esta presumpção não corra sem algum fundamento, citaremos o que a este respeito refere um archeologo conceituado e distincto.

Diz M. de Caumont, no seu Cours d'Antiquités Monumentales, (tom. I. p. 281), auctor que muitas vezes hemos de citar, que nos chamados tumulus, antigos jazigos de varias formas, geralmente cobertos de monticulos de terra e calhãos, teem apparecido, bem como nos Dolmins, punhaes de silex de dois gumes cortantes terminando em ponta, facas da mesma substancia, instrumentos de outras materias, e machados de pedra mais ou menos toscos, e polidos; e que não só este conjunto se tem verificado nos tumulus, como em logares que parecem ter sido habitados por povoações gaulezas.

Daqui podemos inferir, que os tumulus, os Dolmins, e esses logares que offerecem os mesmos objectos, poderão pertencer ao periodo de transição da pedra talhada para a pedra polida, ou que teriam sido invadidos e utilizados posteriormente por um povo menos antigo. Por quanto, tendo os silex e quartzites lascados apparecido sempre em terrenos de uma formação geologica muito mais antiga do que os logares em que apparecem machados de pedra polida, o facto de se acharem com estes associados, mostra que na ultima idade da pedra estavam em pleno uso; e que este uso ainda se prolongou até á chamada idade do bronze, ou pelo menos até o periodo de transição da ultima idade da pedra, parece poder comprovar-se, tendo-se em vista uma ponta de lança de cobre encontrada com facas de silex lascadas e varios fragmentos de uma louça escura e grosseira, na chamada Casa da Moura, ou Gruta de Cesareda em Portugal, como verificámos na secção de archeologia prehistorica do museu da Escola Polytechnica; e bem assim outras similhantes armas do mesmo metal com fragmentos da mesma louça grosseira, que o sr. D. Manoel de Góngora y Martinez, nas suas Antiguedades Prehistoricas de Andalucia repre-

²¹ O machado de serpentina, achado no sitio das Antas, actualmente possuido pelo sr. Teixeira de Aragão, revela indicios de já ter servido como pedra de toque. A este respeito diz o sr. D. Manoel de Góngora y Martinez no seu interessante livro das Antiguedades prehistoricas de Andalucia, publicado em Madrid em 1868, referindo-se aos machados de pedra achados nas minas de Albuñol, que os mineiros «supusieron que estas hachas eran piedras de toque, asi como el vulgo las cree piedras de rayo en otras partes. pag. 52.» São portanto communs estes vãos preconceitos entre os povos das duas nações visinhas.

senta e descreve como havendo extraído esses objectos do Dolmen de los Eriales, onde tambem achou uma argolinha de cobre e ossos humanos.

Não nos constando porém que no Algarve tenham sido colligidos instrumentos de silex lascados, expenderemos apenas ácerca dos de pedra polida, os usos que lhes são attribuidos.

Uma cousa notavel refere M. de Caumont no seu Cours d'Antiquités Monumentales, (tom. I. p. 216) a respeito dos machados polidos.

«Quando se comparam, diz o sabio archeologo, os machados e as flexas gaulezas com esses instrumentos achados entre as populações selvagens da America, da Nova Hollanda, da Nova Zelandia, etc., fica-se admirando a sua paridade em forma e materia. Esta observação prova que em todas as partes do Universo as artes têm tido um berço semelhante; em todas as invenções e seu aperfeiçoamento o genero humano sómente seguiu um caminho, que é o indicado pela natureza.»

Sabendo-se portanto que uso fazem esses actuaes povos selvagens dos machados de pedra, poder-se-ia ajuisar do que teriam tido na Europa nos mais antigos tempos da sua fabricação.

M. de Caumont, na mesma citada obra (tom. I. p. 220), recopilando as opiniões expendidas pelos archeologos que o precederam neste estudo, e emitindo o seu parecer, diz finalmente: «O machado de pedra podia, segundo as circunstancias e talvez segundo as suas dimensões, ser uma arma de guerra, um instrumento de sacrificio, ou servir para retalhar uma preza. Tudo leva a acreditar que os machados de pedra de pequenas dimensões, cujo effeito seria quasi nullo como arma de defeza, fôra empregado em cortar carnes, ou n'outros quaesquer usos quotidianos.»

Outros antiquarios pretendem tambem que fôsem instrumentos de trabalho; que servissem para diversos misteres, e sobretudo para derrubarem a lenha das arvores, sendo encabados em hastes de madeira, fundidas n'uma extremidade, e ahí entalados e ligados com tiras de couro, como os representa o sr. L. Figuiet n'uma estampa ideal da vida primitiva do homem em meio da natureza²².

Fica em todo o caso consignado o facto de terem apparecido em diversas localidades do Algarve machados de pedra polidos. § Se hão tambem sido decobertos alguns silex lascados, ou outros instrumentos de pedra lascados, não o podemos asseverar, nem indagar na occasião em que escrevemos ácerca deste assumpto.

Existem Dolmens, ou Antas em terrenos propriamente do Algarve, pelo menos indicios denunciativos, ou noticias da sua construcção?

(17)

Podemos com plausivel fundamento presumir que em antigos tempos alli houvesse alguns destes monumentos, actualmente destruidos, ou desfigurados.

Um dos fundamentos desta presumpção é pois o seguinte:

Sobre o flanco esquerdo do rio, que da barra de Tavira corre n'uma extensão de doze a treze kilometros até á da Fuzeta, quasi no centro, um tanto elevado em relação ao nivel do mar, desta facha litoral, cuja largura poderá marcar-se entre a margem do mesmo rio e a linha da nova estrada real, tres sitios ha de muita importancia archeologica para o conhecimento das antiguidades do Algarve, um denominado Praia de Santa Lusia, outro as Antas, e o ultimo, contiguo a este, Torre d'Ares, ou Torre de Ayres, a alguma distancia da Fuzeta.

De todos estes sitios fallaremos com particularidade na terceira epoca, que nesta memoria começa com a dominação romana e termina pela invasão dos barbaros do norte no principio do V seculo; mas a respeito do chamado Antas, que tambem tem de figurar na sexta epoca que vai marcada do principio da monarchia até á conquista geral do Algarve, convém que desde já se expendam algumas considerações.

No reinado de D. Sancho II, já o sitio das Antas era conhecido por este nome. Duarte Nunes de Leão²³, referindo um notavel caso que precedera a tomada de Tavira aos mouros em 1242, de que em seu logar se dará

²² La terre avant le déluge – p. 421 – 1866.

²³ D. N. de Leão – Chron. Del Rei Dom Affonso o Terceiro, pag. 286 – 1774.

noticia, conta que achando-se em Cacella os cavalleiros de Santiago, o commendador-mór da ordem D. Pero Rodrigues, «disse a outros cavalleiros, que pois estavam em tregoa com os Mouros, fossem ao lugar das Antas, a caçar com suas aves, que era no termo de Tavila, & distava do lugar onde estavam a tres legoas.» E mais adiante acrescenta: «Com esta confiança, o Commendador-moor & cinco cavalleiros da ordem com elle, se partirão de Cacella. E levando caminho direito a Tavila, passarão pela ponte, & entrarão & seguirão pelo meo da praça della, & chegarão aas Antas, hũa legoa da villa, junto da ribeira, onde começarão a caçar,...»

No 1.º dos tomos velhos da camara de Tavira, acha-se registrada, de pag. 207 a 213, como no 1.º dos tomos reformados, de pag. 3 a 9, uma memoria com o titulo de «Coroniqua de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do Algarve aos moros», que fr. Joaquim de Santo Agostinho publicou precedendo-a de uma introduccção, no tom. I das Mem. de Litteratura Portugueza. Naquella chronica inedita e sem nome de auctor, mas que por varias razões deve julgou-se escripta anteriormente no reinado de D. Manoel, é em diversas partes citado o nome das Antas como proprio do logar em que começou a traiçoeira peleja que deu origem immediata á tomada de Tavira, diz pois seu auctor: «... então se partio o commendador com outros symquo cavalleiros e vierão direitos pello caminho da villa e chegarão as antas huma legoa de Tavira acerqua da ribeira e dali começarão andar a caça...» Noutro logar, referindo como logo de Cacella partiu D. Paio Peres Correa em socorro dos caçadores Christaons, acrescenta: «... e tam ciozo hia por lhes socorrer que não ouve sentido de tomar a villa (Tavira) que bem podera tomar se quisesse e quando chegou as antas...»

Manoel de Faria e Sousa²⁴, descrevendo com galhardo estilo em lingua castelhana o mesmo heroico successo, dá o nome de monte da aldeia das Antas ao logar a que nos hemos referido, servindo-se destas palavras: «En los dias dellas, (das tregoa pedidas pelos sarracenos) se fue el Comendador D. Pedro Perez²⁵ con cinco Cavalleros a lograr el alivio de la caça por el monte de la Aldea de Antas, para donde passó por Tavira, Ciudad de Moros.»

«O commendador mór de Sant-Iago D. Pedro Rodrigues, diz fr. Vicente Salgado²⁶, a pesar dos conselhos, e sentimentos graves do Mestre D. Paio, sahio hum dia á caça com cinco dos seus Cavalleiros, dirigindo os passos ao lugar das Antas, ainda além de Tavira.» E com descuidadoso criterio acrescenta n'uma nota: «Póde ser que este logar tenha semelhante nome de Antas por abundar nesta caça²⁷.»

Outros muitos escriptores, fallando da conquista de Tavira, citam igualmente o logar, ou sitio das Antas como aquelle em que a peleja tem origem; crêmos porém ser desnecessario reforçar com uma serie de autoridades a muita e jamais contestada antiguidade deste nome, que ainda hoje se conserva, mais especialmente n'uma propriedade rustica, denominada Quinta das Antas²⁸, e com o qual se vê marcado o proprio sitio na Carta Corographica do Reino do Algarve, publicada em 1842 por nosso coprovinciano J. B. da Silva Lopes.

Repellimos a presumpção de que fr. Vicente Salgado deriva hypotheticamente o nome daquelle sitio como destituido de todo o fundamento, por isso que os corpulentos mamíferos chamados Antas nunca figuraram na fauna de Portugal; pois bem mais racionalmente parece poder-se conceber que ao dito sitio, logar, montes ou aldeia, como lhe chama Manoel de Faria e Sousa, referindo-se ao que seria na primeira metade do XIII seculo,

²⁴ M. de Faria e Sousa – (...) Portug. Tom. 2.º pg. 1 e 2 – Lisboa, 1679.

²⁵ A maioria dos aut. Consultados chama Pero, ou Pedro Rodrigues ao commendador ????

²⁶ Fr. V. Salgado – Mem. Ecll. do R. do Algarve, pg. 293.

²⁷ Não é admissivel que existissem Antas no sitio assim chamado. «Antas a. – Anta, animal quadrupede, a que o gentio do Brasil chama Tapijerete: he do tamanho de hum bezerro de seis mezes, a figura he de porco, mas com a cabeça mais grossa. Daim lhe chamam os francezes. Novo Dicc.. das linguas portug. e franc. Pelo padre Joseph Marques – 1764 – Lisboa.

²⁸ A quinta das Antas foi por nosso segundo tio Valentim Thimotheo de Mendonça da Veiga e Velho, familiar do santo officio de Evora, deixada em testamento ao nosso tio Francisco de Paula Fernandes Estacio da Veiga, Fidalgo da Casa Real, que nasceu em 5 de fevereiro de 1801 e falleceu em 6 de março de 1815, na Capella dos Terceiros de S. Francisco de Tavira. A quinta das Antas coube então por herança á nossa avó D. Maria Barbara Curiaca Benedita Angelica de Mendonça da Veiga e Velho. Hoje pertence ao sr. João Luiz de Mendonça e Mello, nosso parente por afinidade, filho do general Luis de Mendonça e Mello.

ficaria o nome por que sempre foram conhecidos neste paiz certos monumentos sepulcraes, cujo nome deixaram vinculado em muitos logares²⁹ de outras provincias, como assim já foi notado por Martinho de Mendonça de Pina, n'uma assás noticiosa dissertação acerca das Antas do nosso territorio, e como se vê no Dicc. Geogr. de Antonio Patricio, Lisboa – 1822, onde se designam doze logares com o nome de Anta, e 17 com o de Antas, todos no nosso reino; não sendo porém (...) o do Algarve por não ter população propria; e accresce uma circunstancia digna de attenção, e é que os ditos vintenove logares assim chamados pertencem, desde a Estremadura até á provincia de Entre Douro e Minho, a uma zona, em que por assim dizer se acha concentrada a maioria dos Dolmins, ou Antas de Portugal.

Para levarmos mais longe nem a mais miudo exame este assumpto, limitar-nos-hemos a dizer, que é opinião seguida pelos archeologos, que o nome de Antas referido a um lugar, muito embora não haja ver de um Dolmin, dever ser recebido como indicação tradicional de terem nesse lugar existido taes monumentos. Deste voto é tambem o sr. Vilhena Barbosa, escriptor muito conhecido e bem reputado; pois n'uma carta dirigida ao sr. visconde de S. Januario, publicada na muito interessante memoria do sr. doutor F. A. Pereira da Costa acerca dos Monumentos Prehistoricos de Portugal, pg. 92, diz: «...no districto do Porto não me consta que exista monumento algum celtico ou outro qualquer padrão prehistorico. Que os possuiu, não ha que duvidar. O nome de Antas dado a uma pequena aldêa, freguezia de S. Cosme e S. Damião de Germunde, e o de Antas porque é conhecido um monte junto dessa cidade (Porto) attestam aquella existencia, pois que os nossos antepassados chamavam Antas ou Anta a essas aras celticas. Mas creio que não resta dellas mais vestigio que esse nome, e julgo que o mesmo acontece a numerosos logares...»

Em vista, pois, destes principios estabellecidos e da immemorial origem do nome ainda conserva o dito sitio entre Tavira e Fuzeta, não haverá grande perigo de cair em erro dizendo-se que naquelle sólo deve ter existido algum, ou alguns desses colossaes monumentos de pedra não trabalhada, chamados Antas ou Dolmens, e não se póde impugnar esta proposição com o fundamento de parecer improprio de taes monumentos aquelle sitio; porquanto diz a este respeito M. de Caumont no seu Cours d'Antiquités Monumentales (tom. I. p. 77):

«Os dolmens encontram-se ordinariamente isolados, com quanto alguns se tenham achado reunidos em grupos de dois, tres, e quatro, com mais frequencia acham-se nas charnecas e bosques sobre elevações naturaes; mas tambem os ha em logares baixos e bréjosos, e alguns collocados sobre outeiros artificiaes.»

Nomearemos ainda outra localidade do Algarve onde tambem se póde presumir que ja houve taes monumentos, como em breves palavras vamos indicar.

O sr. Doutor Pereira da Costa diz (pg. 95) que não se recorda de ter visto no Algarve monumento algum dos chamados Antas, nem lhe consta das informações que obteve de diversas pessoas, que se tenham alli descoberto; cita porem a seguinte nota, que o sr. barão de Bonstetten deixou escripta a este respeito a pg. 40 do seu Essai sur les dolmens, 1865: «Strabão parece alludir aos dolmins nesta passagem sobre o promontorio sagrado, hoje Cabo de S. Vicente, Portugal: Lapides multís in locis termos aut quaternos impositos» (L. III. Hispania.)

E nada mais diz do Algarve.

Esta noticia legada á posteridade por um auctor, que, vivendo ha mais de dezoito seculos, viajou pela maioria dos paizes e logares que nos deixou descriptos nos dezasete livros de que se compõe a sua Geographia³⁰, não póde deixar de ser recebida sem reserva.

Antes do sr. barão de Bonstetten³¹ alludir a esta passagem de Strabo como para indicar que no Cabo de S. Vicente deveriam ter existido alguns Dolmins, já nosso fr. Bernardo de Brito³² a havia aproveitado, infelizmen-

²⁹ Acha-se esta dissertação de Mendonça de Pina no XIV tom. das Mem. da Academ. de Hist. Portug.

³⁰ Strab. Geogra. – Amsterdam, 1707 – 2 vol.

³¹ Essai sur les dolmens, 1865.

³² Monarch. Lusit. Liv. Segund. Pg. 75.

te para querer provar uma das numerosas invenções que enchem os trinta primeiros capitulos da sua, em grande parte, idealisada Monarchia Lusitana. Fr. Bernardo diz a este respeito:

«Mostravão-lhe tambem (os habitadores do Cabo de S. Vicente a Hanon) grandes montes de pedra, juntos alli de tempo antiquissimo, (de quem falla Strabo) reprovando a opinião de Ephoro³³, que negando haver alli templo, (dedicado a Hercules) constava só destes cumulos de pedra: & dizia delles, que os ajuntarão os Deoses por sinal & limite de se concluyr o mundo.»

A apreciação que Ephoro fizera, uns tres e meio seculos antes de Christo, dos taes montes de pedra do sagra-do promontorio, comprovada pela refutação de Strabo, que viveu nos tempos de Augusto e Tiberio, mostra que existiam alli essas «Lapides multis in locis ternos aut quaternos impositos», ha proximamente dois mil trezentos annos; por cujo motivo não deve admirar que dellas, assim como de muitas outras, não haja sequer um só vestigio em nossos dias.

Póde talvez mesmo acreditar-se que essas pedras, de que os escriptores fabulistas e ignorantes do verdadeiro destino para que haviam sido reunidas em monte tiveram noticia pela lição de Strabo, déssem origem á invenção, que propagaram, de serem ellas o signal da sepultura de Thubal, neto de Noé, que todos (...) e mutuamente, pretendem que fôsse o primeiro povoador post-diluviano do torrão da peninsula hispanica, á testa dos quaes figurou em ultimo plano com grande symptoma de piedosa convicção o nosso cisterciense fr. Bernardo, que não hesitou mesmo em designar o anno 2009 antes de Christo como aquelle do fatal passamento de Thubal³⁴, cujas principescas qualidades deixou engrandecidas por entre as flores da sua eloquente dicção.

O falso presupposto em que por algum tempo estivemos de já não haver no Algarve manifestos indicios de dominação anterior á romana, fez com que não tratassemos de procurar especial cuidado alguns vestigios de padrões prehistoricos nem instrumentos de pedra; e por isso mui poucos destes instrumentos representados agora.

Sendo muito provavel que algumas provas futuras possam vir em abono de tão interessante assumpto, convirá não encerrarmos de todo esta primeira época ante-historica sem preventivamente fixarmos umas breves reflexões acêrca das chamadas Antas e de outros antiquissimos jazigos, a fim de se poderem reconhecer e apreciar, se um dia alli chegarem a descobrir-se, como é de esperar.

Os Dolmins, ou Antas distinguem-se de todos os monumentos sepulcraes antigos e modernos por uma forma quasi commum, comquanto ainda assim se conheçam alguns diversamente construidos.

Dois ou mais esteios de pedra tosca, erguidos a pino sobre a terra, ou com ligeira inclinação entre si, cobertos por uma ou mais lagens tambem toscas e de varias dimensões, constituem talvez o tipo mais conhecido desses monumentos, não obstante havel-os sem a pedra horisontal chamada mesa. Uma lagem encostada a dois esteios denuncia quasi sempre o logar que dá entrada para a caverna sepulcral, sendo esta outras vezes indicada por duas parallelas fileiras de pedras cravadas no chão. Acham-se ainda alguns dolmens revestidos de muro de pedra sêca desde a base até a mêsa.

Além destes depositos funerarios que são talvez os mais caracteristicos no nosso paiz, nota o sr. doutor Pereira da Costa haver outros, que «se chamam vulgarmente Mamunhas, quando são construidos sobre um monticulo artificial (tumulus).» E falla igualmente de Dolmins cobertos, taes como em Hispanha o de Aguilar na provincia de Alava, e os de Saturnia na Etruria, perto de Orvitello.

³³ Ephor. Apud. Strabo lit. 3.

³⁴ Monarch. Lusit. Liv. Prim. pg. 36 e 37. Neste logar tambem o auctor falla de outros montes de pedra chamados Fieis de Deos, que diz se costumavam levantar em logares ermos, onde matavam alguma pessoa; acrescentando ser costume dos que passavam juntar áquelles montes algumas pedras.

«O povo constructor dos Dolmins, (diz o mesmo auctor, pg. 45) cujo nome a tradição não conservou, parece, segundo a opinião hoje mais geralmente seguida, auctorisando-nos com a do sr. Lyell³⁵, ter correspondido á terceira idade da pedra e ao principio da idade do bronze, sendo por conseguinte anterior á idade do ferro.»

Funda-se esta asserção em terem apparecido nas excavações feitas nos jazigos destes monumentos, associados a ossos humanos, machados e outros instrumentos de pedra polidos, e tambem, não em muitos, varios objectos de bronze; (...) nativo são estes os mais modernos.

Durante muito tempo se julgou que os celtas fossem os constructores das Antas, mas a existencia destes monumentos em paizes nunca senhoreados por elles, e a sua escacez na zona mais propriamente celtica da gallia antiga, não permitem semelhante presumpção. Entretanto os archeologos modernos, não achando fundamento para se dar a esse povo incognito o nome de proto-celtas, como alguns adoptaram, preferem denominal-o proto-scythas, seguindo nesta preferencia as considerações do sr. Rodier³⁶, reproduzidas pelo sr. dr. Pereira da Costa, o qual, resumindo o estudo que fez acerca deste povo, diz:

«Segundo o sr. Bertrand o povo constructor dos Dolmins era de uma raça rebelde a toda a transformação, e a toda a absorpção pelas raças superiores: esta raça repellida da Asia central para os paizes do norte, seguiu as bordas do Baltico, e demorou-se na Dinamarca: de novo repellida d'ahi, subiu até ás Orcades; depois, descendo pelo canal, que separa a Irlanda de Inglaterra chegou de estancia em estancia primeiro á Gallia e depois a Portugal, e finalmente á Africa, onde os restos destas malaventuradas populações se extinguiram, abafadas pela civilisação que não lhes deixava já logar em parte nenhuma.»

«Os paizes primitivamente occupados pelo homem das cavernas e pelos seus descendentes, depois, pelo povo dos Dolmins, foram emfim occupados por nacionalidades distinctas, constituídas pelas raças historicas, etc.»

Por estas palavras se ficará formando aproximada idéa da significação archeologica das Antas e dos instrumentos de pedra polidos, ou de bronze, que dellas se hão extraído, e que por vezes tambem se acham dispersos na terra, como acontece no Algarve.

Não sendo nosso proposito escrever um curso de archeologia prehistorica, este assumpto poderá (ser) estudado nas obras que hemos citado, e em muitas outras, incluindo uma Memoria.

Memoria do sr. engenheiro Encarnação Delgado ácerca da Gruta de Cesareda, mui digna de ser procurada e lida.

Do pouco que expendemos em referencia em tão vasto assumpto, parece-nos todavia poderem-se deduzir algumas conclusões em relação á archeologia prehistorica do Algarve.

Dissemos que em diversas localidades daquella provincia hão por vezes apparecido certos instrumentos de pedra polidos, que os camponeses denominam pedras de raio; démos em seguida noticia de um sitio entre Tavira e a Fuzeta, conhecido desde mui antigos tempos por logar das Antas, monte das Antas, aldéa das Antas, e hoje pelo de Quinta das Antas, mostrando que estes nomes deveriam servir-nos para revelarem a mui provavel existencia de Dolmins ou Antas naquella zona comprehendida entre o rio e a estrada real; e finalmente referimo-nos ás «Lapides multis in locis ternos aut quaternos impositos», que Ephoro e Strabo dizem ter havido no promontorio sagrado, hoje Cabo de S. Vicente, allusão esta, que o sr. barão de Bonstetten³⁷ interpreta como feita a Dolmins que tivessem alli existido.

Notámos tambem que os instrumentos de pedra polidos e os Dolmins ou Antas são considerados como criterios archeologicos da ultima idade da pedra, podendo os Dolmins igualmente pertencer á immediata idade do bronze, quando denunciam objectos deste metal.

³⁵ Lyell - L'Ancienneté de l'homme.

³⁶ Rod. - Antiquité des races humaines.

³⁷ Essai sur les dolmens. 1865.

Mostrámos emfim que á ultima idade da pedra pertencem os instrumentos de pedra polidos nos Dolmins, ou Antas; que a esta idade corresponde a epoca das palafittas ou das habitações lacustres e as turfeiras de Dinamarca, e que os ossos dos animaes desta epoca sómente denunciam especies actualmente viventes.

Como consequencia immediata de tudo isto, collocaremos pois no dominio da ultima idade da pedra os instrumentos de pedra polidos, ou pedras de raio, achados no Algarve, associados á presumpção muito plausivel da antiga existencia de Dolmins, pelo menos na proximidade da Quinta das Antas e no Cabo de S. Vicente; e á falta de melhores fundamentos diremos por enquanto que a essa epoca pertence o mais antigo povo que de si deixou vestigios na região do Algarve d'aquem mar, cujo nome verdadeiro jaz para sempre nas indissipaveis sombras dos remotos seculos que nos precedem, embora reservemos a convicção de que outros povos ainda anteriores poderiam ter occupado esse paiz, tão favorecido da benignidade do seu sólo e clima, como da sua excepcional posição geographica; e bem póde ser que esta reservada proposição seja um dia comprovada, se porventura o estudo da archeologia nacional, chegar a merecer entre nós aquelle grau de consideração que de ha muito está logrando nos paizes mais civilizados da Europa, attraíndo a si as attenções das academias, dos sabios, e dos governos illustrados.

Nas estampas I e II vão esboçados os instrumentos de pedra polida, que podemos ver, descobertos no Algarve, e na seguinte relação designaremos o logar em que cada um foi achado e a sua sucinta descripção, restando-nos lamentar a falta de certas indicações, que mais positivamente nos permittissem a faculdade de os indicar como seguros critérios da epoca, que parecem representar. (18)

Finalmente pela carta geographica que precede a estampa I se fará melhor idéa desses logares, onde a apparição destes instrumentos denuncia o desconhecido povo que os habitou, ou frequentou em tempos anteriores a toda a investigação historica.

Designação dos instrumentos de pedra polida e de metal, dos utensilios e outros artefactos antigos, a que se refere este livro, e dos logares, onde foram achados no territorio do Algarve, representados com as proprias dimensões nas respectivas estampas e numerados segundo a ordem geographica do seu descobrimento.

Instrumentos prehistoricos **Machados de pedra, vulgarmente chamados «pedras de raio».**

N.º 1 Machado, de schisto amphibolico, encontrado a 1500 metros S de Monchique por um explorador da secção mineralogica da escola polytechnica de Lisboa, em cujo museu se acha depositado. Poderá talvez suscitar a presumpção de ter) sido fabricado não longe do logar em que foi descoberto, por isso que a sua materia é iden-tica á da rocha encrustada na eruptiva Foyaite, que naquella serra, determinando parte do relevo orographico, se ergeue até 903 metros sobre o nivel do mar. Apresenta fracturada a extremidade mais estreita, e profundamente lascada uma das faces, as quaes terminam em aresta viva em todo o seu perimetro, sendo o unico desta feição entre os outros aqui mencionados. (19)

N.º 2 Machado de quartzite, encontrado a 1500 metros S da cidade de Lagos, pelo mesmo explorador do antecedente, juntamente depositado com o primeiro no referido museu. Termina em gume cortante na extremidade mais larga, produzida por duas facetas, que a mais de um terço do comprimento total começaram a ser formadas pelo attrito. Proximo á extremidade menos larga acha-se lascado. Foi visivelmente feito de um desses calhãos rolados assás abundantes em quasi toda a costa do Algarve: por este motivo pois poder-se-ia julgar que seria fabricado naquella zona maritima.

N.º 3 Machado de pedra, modelado em gesso na secção archeologica do museu mineralogico da escola polytechnica, sem designação da nomenclatura da rocha a que pertence. Foi achado no sitio do Valle de França, proximo entre Vila Nova de Portimão e Alvor, a noventa centimetros de profundidade. Mede 35 cm de comprimento, 8 cm na maior largura, como se vê no contorno que o representa; 6 ½ cm na maior altura entre as duas faces, e 23 cm cingido na maior grossura pela fita metrica. É seu possuidor o sr. Joaquim José Judice dos Santos, e sua a informação do logar da descoberta. Não vimos o original.

N.º 4 Machado, que parece de grés com veios quartzosos, lascado junto á extremidade mais estreita, e terminado em gume, assás estragado, por duas facetas começadas a produzir pelo attrito a mais de um terço do comprimento. Exceptuando as facetas, no restante é um calháo extremamente aspero. Não podemos com afoiteza affirmar se os estragos, que mostra nas extremidades, são accidentaes ou provenientes do uso que tivesse tido. Foi achado, segundo a informação do seu possuidor, o sr. Judice dos Santos, entre Ferragudo e a Mexilhoeira da Carregação, em terrenos sobranceiros á margem esquerda do rio de Portimão.

N.º 5 Machado, que parece de fibrolite, terminado em gume cortante na extremidade mais larga por duas facetas que principiam a decrescer, pelo attrito, a mais de um terço do comprimento, apresentando ligeiramente lascada a extremidade opposta. Foi achado nos campos de Estombar, e é possuido pelo sr. Judice dos Santos.

N.º 6 Machado de fibrolite, mui bem trabalhado, com seu gume cortante produzido principalmente por uma das facetas na extremidade mais larga, apresentando apenas um ligeiro estrago no extremo opposto. Foi, como o antecedente encontrado nos campos de Estombar, e pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 7 Machado de schisto-fino-verdenegroso, quebrado na extremidade mais estreita e terminado em gume na mais larga. Ao lado de uma das facetas está lascado, parecendo ter sido accidental este estrago. Foi achado entre a villa de Lagôa e a rocha sobranceira ao mar, na zona alta que vai da barra de Portimão até á Ponta do Carvoeiro. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 8 Machado (segundo esta nomenclatura convencional) de schisto negro, muito bem manufacturado, com seu gume cortante, e terminado na outra extremidade em angulo agudo, apresentando nesta parte uma faceta. As suas parcas dimensões não auctorizam verdadeiramente o nome de machado; parece antes que seria um instrumento destinado a algum uso ou lavor delicado. Foi descoberto no sitio de Loubite, um tanto a nordeste e a pouca distancia de Lagôa. Está modelado em gesso na secção archeologica do museu mineralogico da escola polytechnica de Lisboa, sendo tirado do original, possuido pelo sr. Judice dos Santos, o contorno que o representado na estampa I.

(20)

N.º 9 Machado de fibrolite, achado em 1868 no sitio de Loubite, parece ter sido mui bem talhado e polido com quanto esteja agora assás deteriorado: conserva porém o gume em estado de perfeição.

N.º 10 Machado de fibrolite, encontrado em 1868 no mesmo sitio de Loubite em que appareceram os dois antecedentes. Acha-se mui bem conservado. Tanto este como o anterior faz parte da collecção dos sr. Judice dos Santos.

N.º 11 Machado de schisto fno verde, achado no sitio de Quintão, proximo a Estombar, entre Lagôa e Silves. Está todo bem conservado, excepto n'uma das faces junto á extremidade mais estreita, em que se apresenta lascado. O gume cortante, formado por duas facetas, mostra-se bem conservado. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 12 Machado de pedra preta, feito de uma lamina de schisto chloritico da grossura de 18^{mill}. É assás tosco nos lados formados pela espessura da pedra, e bem polido nas duas faces. O gume é produzido por duas facetas na extremidade mais larga, e manifesta ligeiros estragos. Numa das faces é parcialmente revestido de uma substancia calcarea, mostrando este revestimento ser posterior á fabricação do instrumento, e que largo tempo esteve em contacto com a substancia que se lhe agregou. Sabe-se que foi achado nas proximidades de Silves em trabalhos ruraes, e por isso é provavel que o seu jazigo se tivesse effectuado n'uma camada pouco profunda. Ignoramos

se na zona do Algarve se tem verificado a existencia da rocha a que pertence este instrumento. Parece-nos porém que não. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 13 Machado de schisto chloritico, muito regular e perfeito, terminado por suas facetas, em forma de ellipse, em gume cortante, e a extremidade mais estreita em angulos obtusos. É o mais apurado desta collecção. Achou-se accidentalmente em 1861 nas proximidades de Silves, e pertence ao valioso peculio archeologico do incançavel colector o sr. Judice dos Santos.

N.º 14 Machado de schisto-chloritico-verde-negro, da mesma forma do antecedente, deteriorado porem em parte do gume, e em toda a extremidade opposta. Foi achado nas proximidades de Silves em 1863. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 15 Machado de fibrolite, achado n'uma excavação perto de Silves. O seu gume termina em ellipse, e a extremidade opposta em piramide conica truncada. Está modelado em gesso na secção archeologica do museu mineralogico da escola polytechnica de Lisboa. O original é possuido pelo sr. Judice dos Santos.

N.º 16 e 17 Machados de fibrolite, achados n'uma excavação perto de Silves, igualmente pertencentes ao sr. Judice dos Santos. (21)

N.º 18 Instrumento de pedra, que parece ser uma quartzite. Este sólido é composto de quatro faces ligeiramente convexas e determinadas no sentido do comprimento por arestas proximamente parallelas. As faces rematando em aresta no sentido da maior largura, formam dois angulos agudos e oppostos, ao passo que unindo-se no centro, de um e outro lado, constituem angulos obtusos, quasi oppostos. As extremidades formam quasi iguaes superficies convexas. Parece este instrumento haver servido de pilão para moer ou triturar drogas, ou de brunidor para poir algum artefacto. Segundo nos informa o sr. Judice dos Santos, quando adquiriu para a sua collecção este instrumento, soube que tinha sido achado n'um terreno perto de Alcantarilha e de Algoz, onde tambem se descobriram numerosas sepulturas, que ainda não foram exploradas. Ao que parece, houve pois naquelles sitios um cemiterio em epoca remota. (22)

N.º 19 Machado de schisto metamorphico micaceo, muito tosco e mal conservado, existente na secção de objectos prehistoricos do museu da escola polytechnica de Lisboa, tendo sido encontrado por um explorador, empregado na mesma escola, a 300 metros Oeste de Estoi, proximamente na zona norte-sul do cabo de Santa Maria. (23)

N.º 20 Machado de separentina, muito polido e perfeito, encontrado no sitio das Antas, a Oeste de Tavira 6 kilometros. Adelgaçando gradualmente em ambas as faces para a extremidade mais larga, não chega a formar gume cortante. Está verificada no Algarve, na mina de cobre em Alte, uma rocha da mesma nomenclatura: é possivel por isso que no Algarve fôsse fabricado este instrumento, hoje pertencente ao sr. Teixeira de Aragão. Parece já ter servido de pedra de toque por um certo esfumiado mettalico que mostra em parte da sua superficie.

EPOCA PRIMEIRA

ARTIGO II

Idade do bronze

Instrumentos de cobre e de bronze, que caracterisam esta idade, immediata successôra da ultima idade da pedra.

Lança de cobre; machados de cobre, e de bronze; punhal, e faca de cobre.

Os povos que não legaram o seu nome á posteridade, nem se deixaram representados por monumentos, inscrições, medalhas, ou por tradições dignas de conceituoso acolhimento, podem todavia ser reconhecidos por

quaesquer outros indícios da sua existencia n'uma determinada região, embora da sua vida particular, de seus costumes, de suas leis não ficasse minimo registro.

Assim como no artigo I mostrámos que o Algarve fôra em tempos immemoriaes occupado por uma tribu ou nação, que, usando instrumentos de pedra polida, mostrava desconhecer os metaes, ou o modo de os aproveitar, agora alli indicaremos um outro povo, ou pelo menos as posteriores gerações daquella, servindo-nos, para fundamento desta preposição, os instrumentos de metal, encontrados no mesmo territorio, os quaes vão delineados nas estampas n.º III e IV.

(24)

Refere M. de Caumont³⁸ que nas Gallias, antes dos metaes serem utilizados pelo homem, era a pedra a materia ordinaria das armas, de varios utensilios, e symbolos. Em relação aos instrumentos de metal diz que os gaulezes, descobrindo e explorando numerosas minas no seu territorio, deveriam ter conhecido o estanho desde eras remotas, como um dos mais preciosos productos da Ilha da Bretanha; o que é confirmado por Norris Brewer³⁹, asseverando que a descoberta do estanho a O da Bretanha provocára a navegação dos phenicios para aquella paragem n'uma época antiquissima.

O que porém admittem quasi todos os auctores, é que o metal mais apreciado dos celtas para a fabricação das suas espadas, lanças, machados e outros objectos, era o cobre.

Seriam portanto o estanho e o cobre os mineraes então mais procurados, por isso que pela sua facil fusão produziam um outro, o bronze, muito mais consistente que qualquer dos componentes para dever merecer preferencia em numerosas applicações.

Varios instrumentos de cobre e de bronze, de formas e grandezas, tem o Algarve offerecido á contemplação e exame dos archeologos.

Vamos pois denunciar todos esses objectos de que podémos tomar conhecimento, e expender a respeito de cada um as considerações que estejam ao nosso alcance.

Começamos por fixar na carta corographica do Algarve a situação da antiquissima villa de Paderne, de ha muito reduzida a aldeia, a qual vemos alvejar no pendor de um monte isolado, donde não se descobre terra alguma povoada, mas apenas a sua famosa igreja a pouca distancia do logar, e a uns tres kilometros o seu historico e antigo castello com a ermida de N. S. d'Assumpção, o qual foi por el rei Dom Affonso III tomado aos mouros, e por D. Diniz, seu successor doado em 1305 a D. Lourenço Annes, mestre da Ordem de Aviz. Vêmol-a pois pelo sul quasi fronteira á enseada de Albufeira, e pelo norte muito perto da aldeia de Alte, onde desde tempos antigos por vezes tem sido explorada a sua mui conhecida mina de cobre⁴⁰.

Foi naquelles campos que um trabalhador achou ha poucos annos uma lança de cobre⁴¹, assás deteriorada pela parcial decomposição que nella produziram os agentes que teve em contacto durante muitos seculos, mas ainda

³⁸ Cours d'Antiquités Monumentales – tom. I.

³⁹ Introduction to the Beauties of England and Wales. – 37.

⁴⁰ Diz Baptista Lopes, na Corogr. do reino do Algarve, p. 318. “Junto ao povo (de Alte) ha minas, que consta haverem sido abertas tres vezes por ordem do governo, sendo a ultima em 1700, quando estiverão alli mineiros que tirarão bastante cobre, o qual foi mandado para Lisboa.” N'uma nota a este respeito acrescenta: «talvez fosse desta mina o cobre que havia no arsenal do exercito.» Segundo diz a p. 32, eram 21 arrobas e 19½ arrateis. Este cobre, chamado da mina do Algarve, foi mandado entregar por portaria de 27 de agosto de 1678 ao director das fabricas da artilharia, e a respeito d'elle informou o tenente general Diogo Gomes de Figueiredo: «Que não é de boa qualidade para artilharia por ter muita escoria ruim e ferrea.» A mina do Alte está hoje sendo explorada. Não é esta a unica mina de cobre explorada no Algarve em eras remotas, por isso que na nossa pequena collecção de minerios temos algumas pyrites de cobre extraídas da mina da Malhada do Nobre, situada no concelho de Tavira, ao Norte de St^a Catharina, a qual tambem fôra utilizada em tempo de que não ha memoria. Notaremos igualmente que o chumbo é tão abundante naquelle territorio, que neste anno de 1843 só o vapor inglez Rio Lima transportou da bahia de Lagos para New-Castle 3.393 barras, pesando cêrca de 13.500 arrobas, segundo diz o Diário de Noticias de 9 de março.

⁴¹ Devemos estas informações ao seu possuidor o sr. Judice dos Santos.

assim susceptível de denunciar a sua forma primitiva. Era indubitavelmente uma arma de guerra, fundida, e destinada a ser enxada em haste de pau, ou preparada á feição de dardo como arma de arremço. A ária que lhes marcamos com a letra B (Estamp. III, Fig. 21), representa uma faceta gradualmente decrescente em espessura para o lado do bordo, indicando C outra faceta, que remata em gume bem apontado. Esta parte não destruída parece mostrar que a lança era totalmente orlada de córte. A figura deste instrumento como agora se observa, mede 92 millímetros de comprimento; mas prolongadas as linhas da aresta cortante de um e outro lado até o ponto da sua intersecção, como indicamos na figura 21^a, póde julgar-se que teria primitivamente mais um centímetro.) (25)

Estando tão proximos de Paderne os terrenos de Alte, onde desde tempos immemoriaes e actualmente, se tem explorado muito cobre, não repugnará admittir, ou pelo menos presuppôr que a lança, a que nos referimos, bem como outros instrumentos de cobre e bronze, de que daremos relação, por isso que quasi todos foram achados naquellas serranas devezas, devam á mina de Alte o cobre que entrou na sua fabricação.

A materia metallica, a forma, e o rude trabalho da louça de Paderne, associando-se á circumstancia de terem apparecido tambem por alli numerosos instrumentos prehistoricos, deixam-nos consideral-a como pertencente a uma epoca de remota antiguidade, em que o ferro não tinha ainda substituído o cobre. Poderá pois esse toscos instrumento caracterisar o periodo de transição da ultima idade da pedra para a do cobre e bronze, anterior á idade do ferro? Assim se nos afigura, e como tal a julgaremos em quanto não houver prova em contrario; e não se receba esta proposição como arbitrariamente aventureosa; pois não é sem algum fundamento que ousámos emittil-a e submettel-a á judiciosa apreciação dos sabios. (26)

Sem que hajamos necessidade de recorrer a numerosas citações, parece-nos que para denunciar a grande antiguidade da lança de Paderne, bastará comparal-a com outra recentemente descoberta, em Hispanha, mas sobretudo com uma encontrada no sólo de Portugal, e expendere as condições em que foram observados em seus respectivos depositos esses dois instrumentos.

O sr. D. Manoel de Góngora y Martinez, distincto antiquario hispanhol, figura e descreve no seu interessante livro publicado em 1869 com o titulo de Antiguedades Prehistoricas de Andalucia, a pag. 97, sob N.º 112, um dardo de cobre, que por suas mãos extraiu do chamado Dolmen de los Eriales, onde conjunctamente descobriu um craneo inteiro, varios ossos, fragmentos de grosseira louça de barro, uma argolinha de cobre, e outros objectos. O dardo de que fallamos, méde 85 millímetros de comprimento, e é mui semelhante á lança de Paderne.

A chamada Casa da Moura, ou Gruta de Cesareda, em Portugal, tambem nos denunciou uma lança de cobre, de 87 mill. de comprimento, cuja forma primitiva devêra ser inteiramente semelhante á da que veiu do Algarve; e deve notar-se que esse instrumento, actualmente existente na secção de archeologia prehistorica do museu mineralogico da escola polytechnica de Lisboa, estava na dita gruta associado a facas de silex lascadas, e a varios fragmentos de toscos vasos de barro, os quaes igualmente se observam no referido museu. (27)

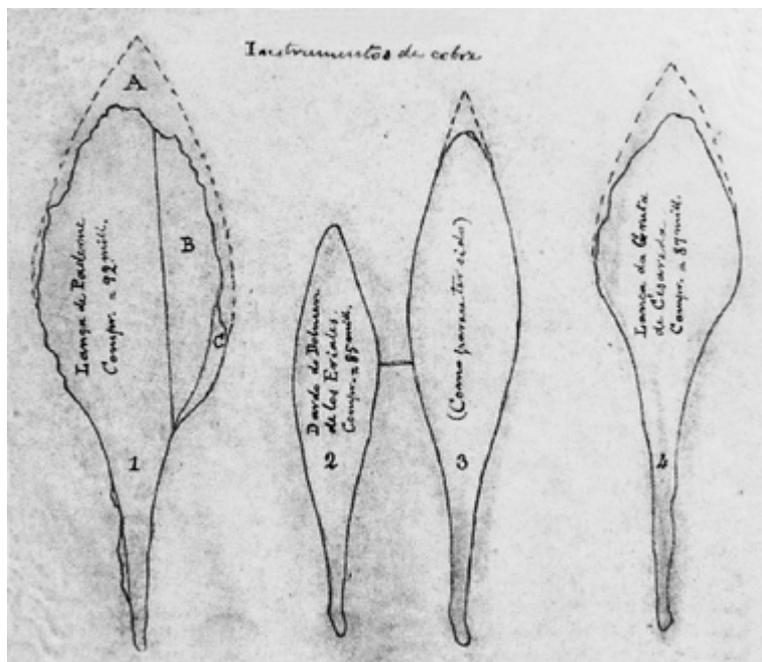
A lança de Paderne veiu desacompanhada de esclarecimentos relativos ao seu apparecimento; mas quer tivesse sido descoberta n'uma excavação operada em deposito de formação antiga, ou accidentalmente no sólo agricultado, onde fôsse precipitada por desaggregação, dos terremos em que jazesse, por meio de transporte torrencial, ou por qualquer outra causa desconhecida, não póde deixar de ser considerada como artefacto de uma antiguidade immemorial pelas muitas relações de similhaça em que está com outros instrumentos da mesma materia e feição, descobertos em dolmens, em grutas, ou depositos capituladamente antigos, onde, não ha encontrar despojos de armas de ferro, nem medalhas, nem indicio algum de epoca historica, mas unicamente silex lascados, machados de pedra polida, punhaes ou punções de ossos humanos de varios animaes, rudes fragmentos de uma louça, que denuncia a ceramica na sua mais remota infancia, louça que M. de Caumont representa no Atlas pertencente ao seu Cours d'Antiquités Monumentales, como criterio de dominio celtico nas regiões, em que se

tem verificado, e que outros distinctos archeologos francezes designam sempre sob o nome de posterie celtique, ou gauloise.

E são effectivamente estes e outros os consocios dos instrumentos, semelhantes á lança de Paderne, encontrados no Dolmen de los Eriales, em Andaluzia, e na Gruta de Cesareda em Portugal; os quaes lhes inscrevem uma data inacessivel a todo o alcance historico. São armas celticas, dizem mui vagamente os archeologos, sem todavia nos poderem designar aquellas com que á invasão celtica pretenderam resistir os iberos, e mesmo outros povos, ou tribus, que já então estariam senhoreando grande parte da peninsula hispanica; e muito menos nos dizem porquem era, antes destes possuidores occupado o territorio peninsular, onde geologicamente está provado que existiram homens na epoca quaternaria, e até, segundo a opinião do sr. Carlos Ribeiro, nos dois ultimos periodos da terciaria.

(28)

Eis aqui o contorno linear dos instrumentos que acabámos de citar e de comparar com o de Paderne:



O N.º 1 figura a lança de Paderne com os 92 millímetros que actualmente méde, e com 102, como parece ter originariamente tido, se lhe prolongarmos as arestas até o ponto da sua intersecção.

O N.º 2 é copia exacta do dardo que vem gravado nas Antiguidades Prehistoricas de Andaluzia, descoberto no Dolmen de los Eriales, mas reduzido a menor forma, por isso que o seu comprimento é de 85 millímetros, como diz o auctor desta obra, pag. 97.

O N.º 3 mostra o mesmo instrumento, segundo o comprimento que tem, e bem assim o que parece ter tido primitivamente, prolongadas as arestas por pontos até o seu encontro, medindo assim 92 millímetros.

O N.º 4 figura a lança descoberta na Gruta de Cesareda em Portugal, medindo, como actualmente existe, 87 millímetros, e 95 como parece sido antes de haver soffrido os estragos que manifesta.

Sendo pois capitulados criterios da época celtica, principalmente os fragmentos ceramicos que acompanhavam o dardo no Dolmen de los Eriales bem como o proprio Dolmen e estando a lança de cobre na Gruta de Cesareda associada a fragmentos da mesma louça, bem como a facas de silex lascadas, considerados como artefactos da idade anterior á da pedra polida; e sendo aquelles dois instrumentos fabricados de cobre, como o de Paderne, quasi todos da mesma grandeza, e todos semelhantes na forma; não podemos deixar de julgar, por analogia, ou pelo menos, de presumir, que a lança de cobre de Paderne deve pertencer á mesma epoca a que pertencem as outras duas preciosas reliquias archeologicas, que nos representam essas gerações ignotas que em tempos antehistoricos estancaram nos opulentos campos de Andaluzia, enas pittorescas cercanias da Gruta de Cesareda.

É considerado o cobre como o primeiro metal utilizado pelo homem, e não se manifestando objecto algum de bronze nos logares em que appareceram os instrumentos N.ºs 3 e 4, parece-nos que poderão referir-se ao largo periodo de transição da ultima idade da pedra para a primeira dos metaes, e que a esse mesmo periodo, poderá ser attribuida a lança de Paderne, descoberta n'um terreno em que teem apparecido numerosos machados de

pedra, como já dissemos assim como outros muitos de cobre e bronze, de que mais adiante daremos circunstanciada noticia.

Entrando agora na ordem geographica, de que por excepção nos apartámos para fallarmos da lança de Paderne, seguil-a-hemos daqui em diante sem o minimo desvio.

Vibora de bronze

Entre os objectos prehistoricos achados no Algarve, e pertencentes á collecção do sr. Judice dos Santos, collocaremos uma figura de bronze, que bem parece representar uma vibora, attendendo a que este reptil se distingue de todas as cobras da fauna portugûza, principalmente por dois caracteristicos apparentes, patenteados no dito exemplar. A vibora de Portugal, comparada com as diversas especies de cobras que temos colligido e verificado na fauna local de Mafra⁴², mesmo na idade adulta é sempre menor em extensaõ do que qualquer cobra em iden-tica idade. A sua cauda adelgaça como repentinamente, ao passo que nas cobras este decrescimento é gradual desde o abdomen até a extremidade da espinha; e sobre tudo, o que mais caracteriza a vibora, e a distingue da cobra, é ter o labio da maxila superior revirado para o alto, á maneira de tromba. Sem tratarmos de indicar a dentição e outros distinctivos da vibora, por não virem aqui a proposito, diremos que este caracteristico é mani-festado no tosco exemplar de bronze fundido, que temos presente, e figurâmos com o N.º 22 na estampa III.

O fundidor, com quanto caprichosamente enfeitasse a cabeça do metallico reptil com uma pertuberancia que não ha ver no genero *Vipera*, deixou comtudo assás denunciado o seu intento, não se esquecendo de lhe revirar o labio, e de não lhe dar a forma e dimensões proporcionaes que teria qualquer cobra, quando chegasse a desen-volver uma cabeça tão grossa e robusta. No mesmo lavor dorsal ainda parece ter pretendido parcialmente imitar as duas fitas onduladas quasi á feição de grega, que em sentido longitudinal correm emparelhadas por sobre o lombo da vibora; mas não chegou para tanto a sua rude aptidão artistica, porque a arte de modelar e fundir estaria ainda então no seu estado de infancia.

Foi a descoberta deste artefacto acompanhada de condições, que bem revelam a sua immemorial antigui-dade.

Andavam trabalhadores abrindo uma larga mina, para extraiem terra, n'um monte sobranceiro á margem esquerda da barra de Villa Nova de Portimão, situado entre Ferragudo e o forte de S. João; e já media dois metros de profundidade a excavação quando descobriram uma casa de forma quadrada, que, sendo desentulhada paten-teou um sólo de formigão assás resistente. Conseguindo os operarios romper este chão, talvez lembrando-se que poderiam achar alli algum thesouro escondido, apenas encontraram a um canto este objecto, um como arco metallico que pareceu-lhes de flexa, e outras cousas, de que não fizeram caso, e que por isso não chegaram ao nosso conhecimento, as quaes seriam talvez sufficientes para capitularem a época a que pertence a vibora, que apenas guardaram, julgando que poderia ser de ouro (Fig. 6).

(29)

Em vista deste objecto sem applicação conhecida, não podemos deixar de aventurar algumas supposições que nos occorrem em relação ao uso que teria tido na sua respectiva epoca.

Muitos auctores fallam da veneração que os mais antigos pagãos consagravam ás serpentes. Calmet⁴³, citando Eliano, diz que no Egypto eram as serpentes consideradas como divindades domesticas, e por isso as criavam e

⁴² A vibora e cobras que temos colligido e verificado nos campos de Mafra até 1872, são as seguintes: 1 *Vipera ammodytes* (Unica vibora até agora verificada em Portugal.). Dum. Et Bib. – 2 *Coclopettis insignitus*. Géoffr. St. Hill. – 3 *Coronella girondica*. Dand. – 4 *Periopes hypocrepis*. Wagl. – 5 *Rincelis scallaris*. Bp. – 6 *Tropidonotus natrix*. – 7 *Tropidonotus viperinus*. Latr.

⁴³ Dicc. da Bibl.

mantinham com grande veneração; que n'uma torre de Melito, cidade do Egypto, tinham ellas sacerdote e ministros que as alimentavam e lhes prestavam seus cultos; e que na Phrygia havia um dragão sagrado n'um bosque dedicado a Diana.

Nos templos de Serapis e de Isis tambem os egypcios os tinham em cofres, e veneravam; e os Ophitas, de que tanto falla St.^o Epiphanio⁴⁴, abominaveis hereges que seguiam os absurdos dos Nicolaitas e Gnosticos na mesma época em que os primeiros apóstolos derramavam com inspirada eloquencia a luz da verdade, tambem nos seus templos veneravam as serpentes com o mais irrisorio e ridiculo ceremonial. Outros idólatras as consagravam a Proserpina, e a Ceres, representando a Esculapio sob a figura sagrada de um destes reptis; e nas festas de Bacho, cingindo o corpo com serpentes, tingiam a cara com o sangue das victimas sacrificadas a estas divindades, como refere Grenovio nas suas Antiguidades Gregas e Romanas.

Conta o noticioso Bluteau no supplemento ao Vocabulario (verb. Cobra) entre outras particularidades relativas á cobra de capello, que os gentios do Brasil a veneram como sagrada, e sempre criam alguma em seus pagodes «beneficio, que ella recompensa aos seus devotos, matandolhe algum filho ou filha.»

E bastarão estas rapidas noticias, que largamente poderiam ser accrestentadas, para se ficar sabendo que entre os Egypcios tiveram culto e adoração as serpentes; que os povos oriundos da Asia trouxeram estas e outras superstições para os paizes que occuparam na Europa, e que deste culto não ficou isempta a peninsula hispanica.

Consideramos portanto a vibora de bronze como symbolo de idolatria gentilica, de origem oriental, pertencente a um povo desconhecido que em tempos remotos habitou aquella parte da zona maritima do Algarve; pois embora o culto pelas serpentes esteja ainda verificado no segundo seculo christão e mesmo posteriormente, a rude fabricação de tal objecto, e as condições em que foi achado, o caracterisam como pertencente a uma época muito anterior; e por isso lhe damos cabida entre os instrumentos prehistoricos com que figuramos a idade do bronze naquele tracto meridional do nosso paiz.

Fallaremos agora de uns instrumentos de cobre e bronze, que em tres diversos pontos do Algarve, Estombar, Paderne, e St^a Barbara ao O de Faro, se tem descoberto em grande numero, com quanto á nossa vista só hajam chegado os que vão aqui representados e descriptos.

Este estudo sobremodo interessante, não foi porém apprehendido ainda entre nós e por isso não haver escripto em lingua portugueza, uma só noticia que lhe diga respeito.

Entretanto, não cabendo na restricta indole do nosso trabalho largas dissertações sobre este ou qualquer outro assumpto, vamos compendiar o que julgamos mais essencial para melhor conhecimento e apreciação dos objectos desta classe, provenientes do Algarve.

Em relação aos machados de cobre e bronze, designaremos apenas tres typos, que julgamos serem os mais comuns:

1.^o

Machados chamam convencionalmente os archeologos a uns instrumentos de cobre ou de bronze, de diferentes formas e grandezas; que por vezes acham nas cavernas sepulcraes das antas, junto destes monumentos, em grutas, soterrados em maior ou menor profundidade, ora soltos, ora empilhados dentro de grosseiros vasos de barro, e dispersos no sólo de varios paizes da Europa, outrora occupados por povos desconhecidos. São variadissimas as formas destes notaveis instrumentos, mas em todos ha sempre o commum caracteristico de terminar em gume cortante uma das suas extremidades.

⁴⁴ Hor. XXVI

Se nos propozéramos escrever um tratado especial ácerca destes objectos, um só livro de mediano volume não bastaria, talvez.

Referimo-nos áquelles instrumentos de diferentes formas, a que os archeologos convencionalmente dão o nome de machados, indicando os tres seguintes typos principaes: 1.º de gume cortante n'uma extremidade, á feição dos machados de ferro usuaes, engrossando gradualmente para a extremidade opposta, que é ôca, de forma circular ou de exagono, sendo munido de uma ou duas azas lateraes, muito rentes, e abertas em orificio, quasi sempre a mais de tres quartos de distancia do córte; 2.º de gume cortante n'uma extremidade, e adherentes ás arestas lateraes umas como linguetas recurvadas sobre o centro sem jamais se tocarem, cuja base, quasi sempre superior a tres centímetros medidos sobre os bordos, varia de extensão, sendo compacta e mais ou menos espessa na extremidade opposta; 3.º os todo sólido, mas simples e liso, sem azas nem bordos salientes, com arestas lateraes afiladas em alguns, e n'outros muito abatidas; em geral, da grossura de um até dois centímetros no centro, a qual decresce para as extremidades, e destas é sempre mais larga a do gume cortante, que termina em ellipse, em semicirculo, ou arco de circulo; varia em fim o seu comprimento, referindo-nos aos do Algarve, entre 5½ e 21½ centímetros, a maior largura do gume, de 3 a 8 centímetros, e a opposta, de 2 a 4 centímetros.

Notámos neste grupo uma variedade, que mostra aberta sómente n'uma face, sem jamais romper a outra, uma fenda ou cavidade central, que alarga para o lado opposto ao gume.

Não pretendo bosquejar a ordinal successão de tão importantes descobertas, que os mais conspicuos archeologos têm contemplado e descripto sem comtudo poderem até o presente designar as nações indigenas, ou tribus invasoras que se serviram desses notaveis instrumentos, nem atinar com o uso que delles fariam as gerações ignotas que os fabricaram, citaremos todavia alguns, de que tomámos nota com o fim de melhor se apreciarem os machados que do Algarve chegaram até á nossa vista.

O doutor Stukeley leu em 26 de fevereiro de 1724 á sabia sociedade dos antiquarios de Londres uma memoria, em que pretendeu mostrar que os machados ôcos de bronze, por vezes encontrados no territorio das Ilhas Britannicas, eram instrumentos pertencentes aos druidas, ou sacerdotes celticos, que os encabavam, assim como os bretões, para cortarem ramos de arvores⁴⁵.

Do mesmo modo parecem ter sido instrumentos destinados a ser encabados os do 2.º typo a que alludimos, como o estão indicando as duas linguetas curvadas para o centro, das quaes poderiam certamente prender um cabo de madeira, que ainda ficaria fixado com maior segurança, sendo ligado com tiras de coiro na extremidade inferior⁴⁶. Esta opinião confirma M. Mongez⁴⁷ no seu *Recueil d'Antiquités*, Cap. II. Pag. 32, referindo-se ao machado n.º 7 da sua estampa 75, em que se verifica o indicado typo.

Com relação ao 3.º typo, de que fallámos, que por emquanto é o que mais nos interessa, por ser o daquelles instrumentos encontrados no Algarve, apuremos noticias mais detalhadas.

Alguns destes machados communicou Benjamin Cooke a Mr. Collinson terem apparecido em 1735 na Ilha de Wight⁴⁸, estando um trabalhador a explorar a marneira da collina central, chamada Arneton Down, onde estavam dispostos em ordem regular, achando-se tambem a mais um pé de profundidade muitas pontas ou cabeças de

⁴⁵ Archeologia or Miscellaneous Tracts Relating to Antiquity – vol. V. p. 110.

⁴⁶ Vejam-se os que são representados na obra acima citada (Archeologia), vol. V. Plate VII – VIII; e os da Planche VIII do Atlas pertencente ao Cours d'Antiquités Monumentales de M. de Caumont.

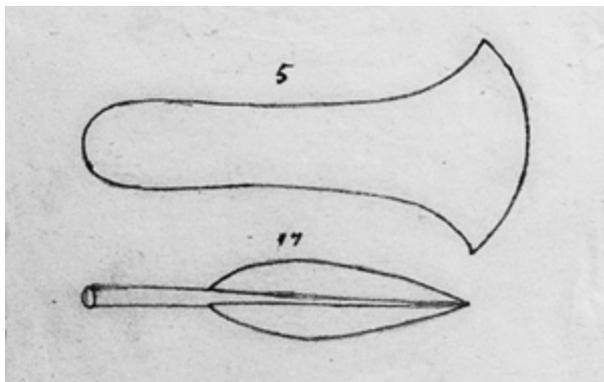
⁴⁷ Vem esta obra no volume da Encyclop. Méthodique publicado em Paris em 1804.

⁴⁸ A Ilha de Wight foi outrora um pequeno reino. Em o anno de 519, com os condados de Hauts, Dorset, Wilts, e Berts, constituia uma das grandes conquistas feitas aos bretões pelos saxonios, denominando-se este conjunto de territorios «Saxonia occidental». Hist. d'Inglaterra por Goldsmith cap. III. (Já se vê que bretões eram os antigos possuidores, quando os saxonios fundaram o seu terceiro reino na Bretanha.)

lança, todas de cobre, e tudo isto umas duzentas jardas distante de um campo intrincheirado que se julgou ter sido romano.

Em dois logares (barrows) da mesma collina se acharam cinzas e ossos queimados, restos de um povo que alli vivêra e usara daquellas armas. Benjamin Cooke concordou com M. Collinson em que eram gaulezas aquellas armas, usadas pelos auxiliares romanos, e leva-as até á epoca do imperador Claudio I⁴⁹. Fundando-se nas palavras de Homero, t. XIII. 612, e n'um sello capituladamente antiquissimo, em que viu um destes machados com cabo, julga que assim seriam usados, chegando mesmo a pensar que teriam o nome de Amazonia securis, de que falla Horacio, ode IV. IV.20.

Eis aqui as formas dos machados e lanças a que se refere o archeologo inglez, como se representam na Archeologia or Miscellaneous Tracts Relating to Antiquity, tom. V. Plat. VIII. sob n.^{os} 5 e 17:



Relativamente aos usos a que seriam destinados estes machados de cobre e bronze ha entre os antiquarios britannicos duas opiniões mais determinadas.

Mr. Thoresby, que possuia alguns, encontrados perto de Bramham-moor, em Yorkshire, suppõe terem sido como lanças em seus bordões encimadas pelos bretões civilisados.

O auctor da Hist. of Manchester, Mr. Whitaker, (p. 14) pretende que fôsem cabeças de armas ligeiras.

Rejeita porém M. Hearne estas supposições, tentando provar com varios argumentos que taes instrumentos não tinham sido armas militares dos bretões, dos

saxonios nem dos dinamarqueses (danes)⁵⁰, mas sim escopros de cortar pedras que os romanos usavam naquella ilha, para suas construcções.

Na sua notavel obra intitulada Antiquities of Cornwall, onde figura e descreve muitos destes instrumentos, não admite o doutor Borlase que tivessem sido escopros de trabalhar em pedra, como pretendia Mr. Hearne, e adopta a opinião de Mr. Thoresby, proclamando-os como cabeças de armas offensivas, originariamente inventadas pelos bretões, e depois usadas pelos romanos das provincias á imitação dos indigenas, tanto mais que tendo alguns sido achados em minas, embrulhados em pannos, certamente para serem preservados da acção do tempo, não julga que tanto resguardo se dêsse a instrumentos destinados a cortar pedra.

É Mr. Lort quem cita estes auctores nas observações que ácerca dos machados de bronze dirigiu em 23 de maio de 1776 á sociedade dos antiquarios de Londres⁵¹, impressas em 1779 no V vol. da Archaeologia, e referindo-se a um, semelhante aos do Algarve, representado no mesmo vol., pl. VII sob n.º I, que diz ter sido extraido das ruinas do castello de Gleaston, situado em Lower Furness, no condado de Lancaster, indica-o como parecido com outros instrumentos chamados celticos, que em grande numero hão sido encontrados em diversos pontos

⁴⁹ Um historiador inglez refere ao anno 53 da era vulgar a expedição do imperador Claudio á Bretanha, dizendo que a costa meridional e o paiz adjacente foram prêza do vencedor, e que para conservar esta posse levantou campos intrincheirados, edificou fortalezas, e estabeleceu colonias. Goldsmith. Hist. d'Ingl. Cap. I.

⁵⁰ Um historiador inglez refere ao anno 53 da era vulgar a expedição do imperador Claudio á Bretanha, dizendo que a costa meridional e o paiz adjacente foram prêza do vencedor, e que para conservar esta posse levantou campos intrincheirados, edificou fortalezas, e estabelece colonias. Goldsmith. Hist. d'Ingl. Cap. I. – Nota: a menção a esta nota de pé de página encontra-se repetida no texto original duas vezes, pelo que se preferiu respeitar a forma original, ainda que incorrecta.

⁵¹ Este facto poderia tambem denunciar que os romanos houvessem invadido um campo, que fôra occupado por outro povo muito mais antigo, naquella posse territorial, e que por isso se achou no mesmo local esses objectos, que ninguem ainda aprovou que fôsem romanos, misturados com os de feição propriamente romanos.

das Ilhas Britannicas, o qual se lhe afigura por não apresentar indicio de se poder encabar, que seria assim mesmo utilizado. Repelle porém, não só a opinião de Mr. Hearne, como a dos outros auctores mencionados, sendo grande a este respeito a sua hesitação, e não poucas vezes contraditorias as considerações que expendeu.

São muito toscos, diz Mr. Lort, para serem julgados como armas dos romanos, e assás aperfeiçoados para se attribuirem aos bretões antes da invasão de Cesar. Não podiam ser armas de guerra nem escopros de cortar pedra, porque o cobre e o bronze eram fracos metaes para estes usos, tanto mais n'uma epoca em que o ferro já seria facilmente aproveitado. Nota porém que, em estações romanas tem os machados de cobre e bronze sido achados com objectos romanos⁵², sem comtudo os empregarem como armas offensivas, nem como escopros de cortar pedra; nota igualmente que nos logares em que apparecem esses instrumentos de bronze em grande numero, são raros os de ferro. A tudo isto accrescenta ainda, que os antigos conheciam a arte de dar ao cobre uma tempera rijissima, como o mostram varias espadas e outros instrumentos do mesmo metal. Em presença pois de tantos factos, que parecem estar em contradição, o seu vago parecer restringe-se a que seriam instrumentos de mão, fôsse qual fôsse o seu uso.

O bem conceituado archeologo francez, M. de Caumont, no seu Cours d'Antiquités Monumentales, professado em Caen, e começado a publicar em 1830, descreve dois instrumentos de bronze, mui semelhantes aos do Algarve, como se pódem ver na estampa VIII do Atlas pertencente á mesma obra, onde se acham representados sob N.ºs. 9 e 10, e que neste logar reproduzimos para melhor percepção deste assumpto. (Estampa).

Estes instrumentos, diz o mesmo auctor (tom. I. p. 231), encontram-se principalmente nos logares que pertenceram aos celtas; e quanto ao seu destino, apesar das mui diversas conjecturas dos mais sabios archeologos, pensa que poderiam ter varias applicações, ora tornando-se armas temiveis, ora empregando-se em differentes trabalhos domesticos.

Tambem se encontram enterrados na terra sem precaução, diz o mesmo archeologo, porém mais geralmente encerrados em vasos de barro grosseiro, não só nas localidades outr'ora habitadas pelos gaulezes, e perto das pedras druidicas⁵³, como em logares cobertos de ruinas romanas; o que o leva a crêr que o seu uso continuou ainda depois de Julio Cesar conquistar as Gallias; e por isso classifica estes como pertencentes ao periodo gallo-romano, e aquelles como de origem muito anterior pois antes da conquista já o ferro era largamente trabalhado, como o affirma o proprio conquistador, dizendo: «Apud eos magna sunt Ferrariae.» De Bell. Gall.

Falla agora o sr. Boucher de Perthes daquella variedade que acima reunimos a este grupo, como distinguindo-se apenas de todos os mais exemplares em ter uma cavidade aberta n'uma das faces sem comtudo romper a outra, variedade de que neste logar damos conhecimento, por se terem descoberto em Paderne dois machados com este caracteristico, os quaes figuramos na est. IV sob N.ºs 30 e 31.

O sr. Boucher de Perthes diz pois haver na sua collecção um destes machados, extraído do paul d'Epagnette, perto d'Abbeville, com o peso de 580 grammas, tendo 18 centimetros de comprimento, 6 de largura no gume cortante, e 2½ na maior grossura. Compara-o com o que M. de Caumont figura no Atlas pertencente ao Cours d'Antiquités Monum., est. VIII sob N.º 9, mostrando porém a mais uma abertura de 5 millimetros de diametro, que penetra 2 centimetros e corre no sentido do córte; e nota não só achar-se perfeito como saiu do molde, mas com aquelle brilho de ouro que se tem observado n'outros utensilios de cobre extraídos das turfeiras; julga porém esta forma menos explicavel que a dos ôcos, por não se poder fixar em cabo, nem ser possivel cavilhar-se, por isso que a dita abertura não atravessa a chapa de lado a lado; o que o leva a repellir a opinião, em contrario, emittida por Mr. Joseph Banck⁵⁴, por não lhe parecer assás sufficiente para resolver as suas duvidas. (30)

⁵² Parece contradizer-se agora tendo primeiro dito que eram assás aperfeiçoados aquelles instrumentos para se attribuirem aos bretões.

⁵³ Refere-se mui provavelmente aos Dolmens, ou Antas, assim chamadas por outros antiquarios.

⁵⁴ Archaeologia, etc. tom. 19 p. 103.

Que são mais antigos que os de ferro os instrumentos de bronze, está provado por todas as explorações geológicas e archeológicas até o presente effectuadas na Europa, e por numerosos factos observados nesses trabalhos rigorosamente scientificos.

O estanho e o cobre deveriam ser os primeiros metaes de que o homem antigo se utilisou, logo que descobriu a arte de os fundir.

A descoberta do estanho a oeste da Bretanha provocou a navegação dos phenicios para aquella paragem n'uma epoca assás remota, segundo refere o já citado Norris Brewer na Introduction to the Beauties of England and Wales – p. 37; o que é confirmado por M. de Caumont, quando no tom. I. do seu Curso diz que os gaulezes, descobrindo e explorando numerosas minas no seu proprio territorio, deveriam ter conhecido o estanho desde tempos remotos, como um dos mais preciosos metaes da Ilha de Bretanha.

O grande numero de espadas de cobre, lanças, machados e outros objectos, que nos terrenos denominadamente celticos se tem descoberto, e bem assim nas proximidades e nas camaras sepulcraes de varios Dolmens ou Antas, parece mostrar que foi este o primeiro metal utilizado pelo homem que deixou da sua existencia os mais antigos vestigios logo em seguida aquelles, que caracterisam as gerações da ultima idade da pedra.

Conhecido o estanho e o modo de fundir o cobre, a liga destes dois metaes começaria em seguida a produzir os instrumentos de bronze; pois não é provavel que este metal composto tivesse prioridade de uso antes de serem ensaiados os resultados de cada um dos seus componentes; e com este fundamento poderá julgar-se mais antigo que o de bronze o machado de cobre.

A esta supposição acresce a opinião dos mais auctorisados archeologos, de ser o cobre o metal de que primeiramente se serviram os celtas para a fabricação dos seus instrumentos de guerra e de varios outros objectos.

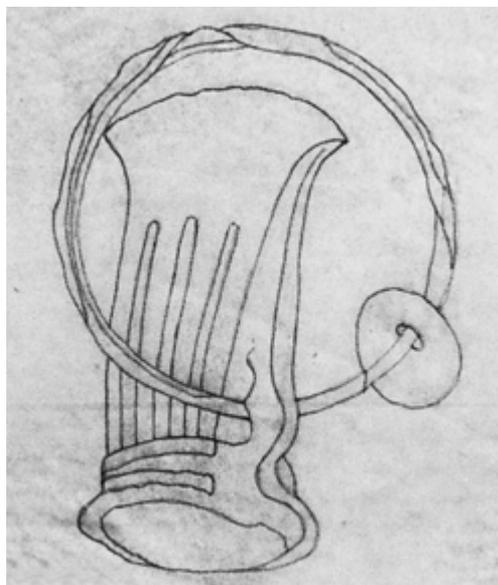
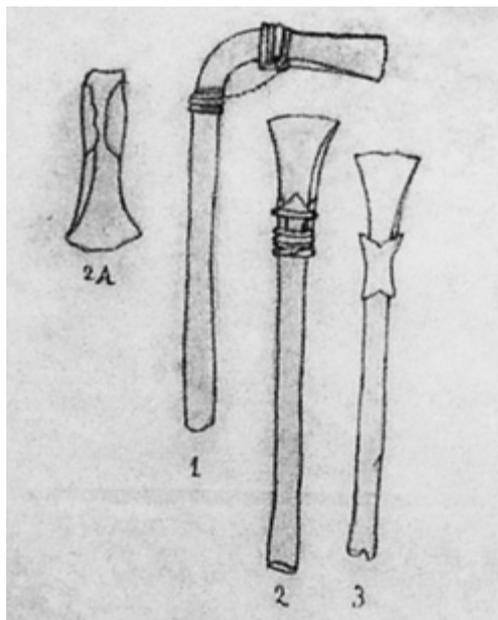
O sr. Boucher de Perthes, no tomo I, cap. VIII da sua Antiquités Celtiques et Antédiluviennes diz que parece terem os machados de bronze succedido aos de pedra ; que taes armas talvez pela raridade e careza do metal, não prevalesceram inteiramente senão passado largo periodo, porque a fabricação dos instrumentos de pedra proseguiu até á invasão das Gallias pelos romanos e ainda posteriormente; que nos sepulcros de terra (*tombelles*) se acham algumas vezes machados de pedra ao lado dos de bronze. Nota porém que o ponto onde mais ordinariamente se encontram machados de bronze, ponto que julga existir entre o sólo moderno e o sólo celtico, annuncia que pertencem ao periodo gallo-romano, em relação aos que têm sido descobertos no territorio da França; mas adverte que os havia ainda mais antigos, por isso que os historiadores ensinam que já antes da conquista das Gallias os habitantes eram amplamente munidos de armas offensivas de ferro e bronze, accrescendendo que nos departamentos de Oise, de Somme, do Seine Inférieur e de Calvados é onde se tem achado maior numero de machados de bronze e bem assim as formas em que eram fundidos; e que quanto ao uso em que eram empregados não é cousa assás averiguada, como tambem o não é em relação aos de pedra. Designando as diversas formas dos machados metallicos dá como trivial a que vem representada sob N.º 2 na Pl. VIII do Cours d'Antiquités Monumentales de M. de Caumont. (p. 139)

Attenda-se porém que neste caso refere-se aos machados ôcos e de aza, cuja apparencia é a de uma cunha de rachar lenha, e que para este fim seriam destinados se não fôsem ôcos; parecendo assim designar uma das applicações que poderiam attribuir-se aos todos sólidos, como são os achados no Algarve, onde não nos consta que hajam sido descobertos esses outros ôcos e de aza, ácêrca dos quaes muitas conjecturas aventurosas correm impressas. A este respeito diz o sr. Boucher de Perthes, que a parte ôca serviria talvez para guardar fracções do metal em pó, em grão, em pequena moeda, como refere ter sido denunciado por alguns logo depois de extraídos da terra. Pensa que a aza poderia servir para ser enfiada por um cordel, não só para reunir e grupar esses valores quando destinados a grandes pagamentos, como para de tal arte serem trazidos á cinta; e julga que teriam servido em certas epocas para com elles se pagar ás tropas e fazer permutações, por se terem tambem achado em acampamentos intrincheirados, e que (...) representando uma barra de valor determinado, valeria muitos

machados, de silex, de granito, serpentina, etc., que porem em nosso entender mostram como preferencia é que seriam antes armas, usadas por certos guerreiros do que valores monetarios, servindo nesta hypothese a parte ôca para ser encabada em hastea de madeira e a aza para por ella passar uma ligadura que tornar mais firme o instrumento como arma de guerra.

(31)

É esta a opinião do sr. Lacombe, expendida na sua obra intitulada *Les Armes et les Armures*, publicada em Paris em 1868, onde representa gravados os typos principaes a que nos referimos, e que neste logar reproduzimos para melhor percepção do que dissemos.



Aqui se figuram pois os tres typos que acima havimos notado como de feição mais predominante, e para todos acha o sr. Lacombe modo pratico de se poderem encabar para servirem de arma de guerra ou de instrumento de trabalho. O de N.º 2A, e sem cabo, mostra o segundo de que démos noticia; e quanto áquelle similhante aos de Paderne diz (p. 15), que só poderia encabar-se n'um páu fundido n'uma extremidade em que o instrumento fôsse entalado e ligado com tiras de couro, ou nervos. O sr. Lacombe designa a epoca destes instrumentos chamando-lhes *armes celtiques*, e *haches gauloise*.

Isto mesmo havia já referido M. Mongez no seu *Recueil d'Antiquités*⁵⁵, onde na est. 75 sob N.º 7 e 8 e na est. 76 sob N.º 1 representa tres typos de machados de bronze, pertencentes á collecção dita de Santa Genoveva, ácerca dos quaes diz terem estes instrumentos sido com frequencia desenterrados em Inglaterra, na Bretanha e na Normandia, os quaes julga terem sido lanças que os barbaros usavam encabadas em varas de madeira, se bem que o seu verdadeiro uso não esteja averiguado.

Prova-se porém que os machados ôcos e de uma só aza serviam tambem para alguma cousa, sem mesmo serem encabados, em vista de um desses instrumentos achado em Inglaterra, perto de Tadcaster, em Yorkshire, o qual mostra ser a sua aza enfiada por em bracelete de cobre, girando no bracellete uma conta de azeviche, como tudo representamos no desenho junto, copiado da estampa 418 inherente ao 16.º vol. da *Archeologia or Miscellaneous tracts relating to Antiquity*, publicado em Londres em 1812.

Pondo de parte as considerações que a respeito desta descoberta são expendidas no dito volume a pag. 362, diremos nesta occasião o que nos parece poder mais particularmente apreciar-se neste assás singular objecto (Fig. 7).

Comquanto este instrumento mostre uma forma similhante aos do grupo do seu genero, deixa comtudo notar que, na sua

⁵⁵ Vejam-se os ditos exemplares no vol. da *Encycl. Méthodiq.*, intitulado *Recueil d'Antiquités*, contenant – 1.º Têtes antiques, ou Iconographie ; 2.º Costumes des differens peuples de l'antiquité jusq'ou moyen-age ; 3.º Figures antiques, ou Iconologie, dessiné par Madame Mongez, et gravé sous la direction de M. Boulliard – Paris – 1804. Chap. II. Pl. 75 – 7 e 8 ; Pl. 76 – 1. Pg. 32.

fabricação houve esmerado trabalho, como o denunciam as caneluras que o revestem, não exemplificadas nos outros, geralmente lisos e sem o minimo ornato.

Todos os archeologos sabem quão longe levam a sua origem os bracetes de cobre. Se os que hão sido achados em sepulturas, reconhecidamente romanas não podem deixar de attribuir-se a essa respectiva epoca, aquelle que se encontrou ligado a um instrumento prehistorico, pelo mesmo systema deve ser julgado; e para não deixar duvidas ácerca da sua immemorial antiguidade, apresenta enfiada uma conta de azeviche, que mais ainda vem corroboral-a. As contas de azeviche teem sido achadas em sepulturas celticas, assim consideradas em varios paizes da Europa occidental, associadas a armas de silex e de bronze, como refere M. de Caumont⁵⁶, accrescentando que os celtas costumavam adornar-se com collares de azeviche e de outras pedras, a que attribuiam singulares virtudes, o que é reforçado pelo mui conhecido archeologo inglez o sr. John Yonge Akerman⁵⁷ referindo o grande numero de contas de diversas substancias, descobertas em tumulos dos antigos bretões, e dos anglo-saxonios, que julga serem, em vez de ornatos, amuletos, ou objectos de character talismanico proprios das tribus pagãs que em tempos remotos occuparam as Ilhas Britanicas. Tendo nós porém de mencionar umas contas achadas no Algarve, em seu lugar daremos a este curioso assumpto maior desenvolvimento; porque nesta occasião apenas o aproveitamos para nos ajudar a comprovar não só a antiguidade dos machados de bronze, como para apresentar um delles em condições taes, que não permita a presumpção de que esses instrumentos fossem exclusivamente empregados como armas de guerra, ou objectos de trabalho.

O instrumento a que nos referimos mostra haver sido destinado a andar pendente do pulso de alguém em certas e determinadas occasiões, mui solennes talvez. O bracetete em que está suspenso, e a conta de azeviche, suscitam pelo menos este pensamento.

Teriam pois esses machados de cobre ou de bronze, entre outras applicações, algum serviço privativo no barba ceremonial dos sacrificios gentilicos.

Assim o deixam presumir alguns auctores; e já neste sentido, como acima dissemos, elaborou o doutor Stukeley uma erudita memoria, apresentada em 1724 á sabia sociedade dos antiquarios de Londres, onde pretendeu provar que os machados ôcos de bronze eram instrumentos pertencentes aos druidas, celticos sacerdotes de uma seita sanguinaria.

Usando os druidas estes instrumentos, parece portanto, que esse a que nos referimos, de lavor mais aperfeiçoado, suspenso por um bracetete que está indicando a applicação que poderia ter tido, e finalmente reunido á talismanica e virtuosa conta de azeviche; não sendo provavel que com taes accessorios fôsse arma de guerra, escopro de lavar pedra, ou machado de cortar ramos de arvores, poderia ter tido um outro destino, e ser trazido, pendente do pulso, como distinctivo de auctoridade religiosa, ou de qualquer outra profissão da ordem civil.

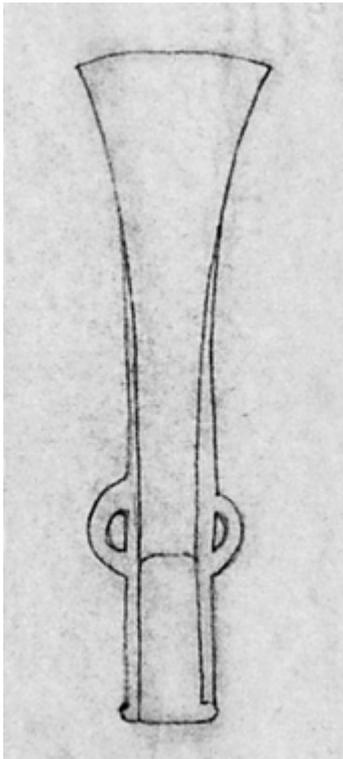
A grande antiguidade destes instrumentos, seja qual for a sua forma, está demonstrada, já por não haver a respeito delles a minima noção historica, já porque muitos logares em que apparecem, denunciam largos vestigios de haver sido occupados por povos que faziam uso de objectos inteiramente desconhecidos; e disto daremos ainda uma prova, omittindo muitissimas que poderamos compendiar.

Na serra de Baza, em Andaluzia, andando o sr. D. Manoel de Góngora y Martinez em suas habituaes explorações archeologicas, descobriu um bem fundido e assás aperfeiçoado machado de cobre com duas azas, de vinte centimetros de comprimento, e da forma não vulgar, que com a devida venia reproduzimos aqui, copiando-a do seu já por vezes citado livro das Antiguedades Prehistoricas de Andalucia (p. 110, fig. 138).

Denuncia este distincto escriptor que perto de Baza, como em Friela, proximo do rio Barbata e do riacho do Baul, se encontraram varios vasos de argilla de formas grosseiras; e accrescenta que entre os bairros alto e bai-

⁵⁶ Cours d'Antiquités Monumentales, tom. I. p. 131 e 142.

⁵⁷ Archeologia or Miscellaneous Tracts Relating to Antiquity, tom. XXXIV – Pl. V. p. 46 a 50.



xo da villa de Caniles, onde existem ruínas de grandiosa fortaleza, reconstruída pelos árabes, fazendo-se uma excavação funda, se descobriu um receptaculo quadrado, construído de pedra e cal, em que appareceram cinzas e carvões como prova de se ter naquelle sitio accendido fogo, e que levando-se mais funda a excavação se achou uma grande esphera de gêsso envolvendo um vaso de barro, dentro do qual estava uma esphera de chumbo adornada de pinturas roxas, que em apuramento de contas continha a ossada de um coelho! Na mesma occasião appareceu tambem um ôsso lavrado, que representa sob N.º 141.

O sr. D. Manuel de Góngora não pronuncia, em relação a este machado de cobre, a sua opinião: julga porém, vendo os ditos objectos citados, serem uns prehistoricos e outros hispano-romanos.

Vê-se que este instrumento fôra destinado a ser inserido e ligado na extremidade de uma vara, como o estão indicando os seus bordos revirados á feição de dente de arado, entre as azas e o lado opposto ao gume, e que as azas deveriam servir para que a ligadura, passando por ellas, mantivesse firme o instrumento, que neste caso não deixa de se inculcar como arma de guerra com preferencia a qualquer outro uso que se lhe possa attribuir.

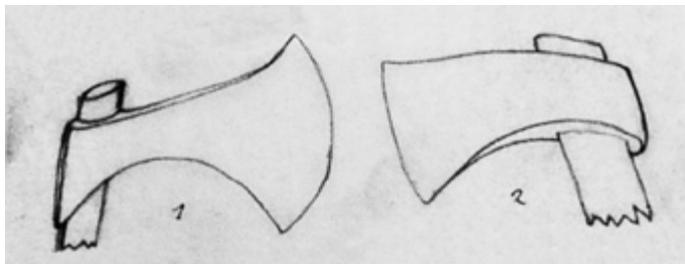
O typo, e a fabricação de todo o ponto apurada, que notamos neste instrumento, parecendo revelar uma aperfeiçoada modificação, comparando-se com os diversos artefactos deste genero, denunciam já a mui adiantada a arte de

fundir o cobre, por isso não podemos julgal-o tão antigo como o machado de Estombar (Est. fig.) e alguns dos de Paderne (Est. fig.). Entre estes e aquelle deveria pois ter decorrido um largo periodo; e por tanto, se as nossas conjecturas são razoaveis neste exame de comparação, o machado de cobre da serra de Baza em Andalu-zia torna-se muito importante, porque vem por assim dizer mostrar-nos quão dilatado foi o tempo em que os povos ante-historicos usaram taes instrumentos.

(32)

Os objectos encontrados nas proximidades do logar em que o sr. D. Manuel de Góngora descobriu este machado, em vista da sua descripção, devem todos ou quasi todos pertencer a uma epoca muito anterior áquella que este instrumento parece caracterisar. Poderia pois elle accidentalmente ser abandonado ou perdido nesse tracto de terreno onde o povo, que reverenciava com tão cuidadoso resguardo a ossada de um coelho, tivesse estanciado. Se era arma de guerra, como bem se nos afigura, a sua materia metallica ainda assim não é sufficiente para se poder attribui á plena idade do cobre e do bronze, porque lá está o primor do seu acabamento como querendo collocar-o no periodo, que marcaria na peninsula hispanica a transição da idade do bronze para a do ferro, periodo que nas Gallias devêra ter-se manifestado muito mais cedo, se bem interpretamos as narrativas do proprio conquistador (De bell. Gall.), o qual não foi certamente com armas de cobre que conseguiu hastear o pendão das victorias e da civilisação do nascente imperio romano em meio dos aguerridos povos gaulezes. E porque este assumpto, sempre destituído de provas, nos permite a liberdade de expender as considerações, que vão enunciadas com as devidas reservas, parecer-nos que o machado da serra de Baza, como com mui prudente recato o indica o sr. D. Manuel de Góngora, poderá referir-se aproximadamente ao periodo hispano-romano, como arma que mais pôde caracterisar os povos invadidos do que as hostes invasoras, porquanto os auctores gregos e romanos, que podemos consultar ácerca de suas respectivas antiguidades, não accusam instrumento algum de tal substancia e feição, que por essas duas civilisadas nações tivesse sido usado ainda mesmo nas epocas mais apartadas do grau de florescencia a que ambas chegaram para de si legarem estupenda memoria ás porvindouras gerações dos estados mais cultos nas sciencias, nas artes, e nas leis da sociedade civil.

Não devemos neste logar deixar de especificar outros machados, que em 1851, o sr. John Young Ackerman communicou á sociedade dos antiquarios de Londres terem apparecido no sólo de Inglaterra, como se podem observar no XXXIV vol. da Archaeologia, p. 178, cujas formas são como em seguida reproduzimos:



O N.º 1 representa aqui $\frac{1}{4}$ da sua grandeza, e foi achado em Kents. O sr. Akerman refere-o a uma epoca posterior á invasão das Ilhas Britanicas pelos saxonios, e por isso o denomina «anglo-saxon axes».

O N.º 2 mostra metade das suas originaes dimensões, e foi achado em Colchester.

Estes dois machados são por aquelle distincto antiquario reunidos a um grupo de outros diversos na forma, e todos conjunctamente por elle classificados como instrumentos que foram usados pelas raças Celticas e Teutonicas.

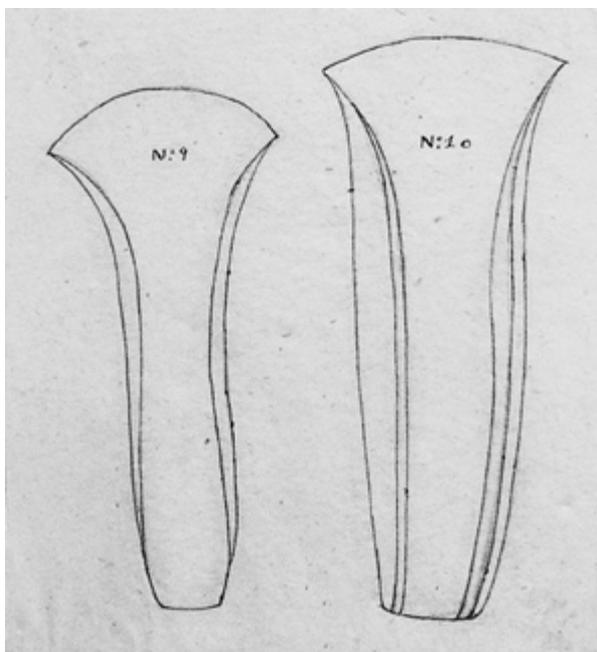
Eis aqui pois os typos de machados que prevaleceram até á presente epoca; porquanto, salva alguma pequena differença, o n.º 1 é mui similhante ao machado geralmente usado pelos nosso carpinteiros de ribeira, e o N.º 2, é por assim dizer, o modelo dos que são usados em toda a provincia, de Portugal, salva algum ligeira modificação, e mesmo em muitos paizes da Europa, com a essencial differença de não serem de cobre, mas de ferro e aço.

Temos assim exhibido diversos typos de machados, e juntamente compendiado as noticias mais interessantes que a respeito de cada um podémos colligir, tendo em vista indicál-os para com elles poderem ser cotejados os do Algarve, e vermos se deste exame seria possivel chegar-se, não certamente a uma conclusão infallivel, mas pelo menos á fixação de alguns principios e de varias considerações, que servissem como de reclamo á indispensavel discussão que este assumpto ainda está exigindo para se ir depurando das espessas nebulosidades que o cercam; pois que sómente da reunião de muitos estudos e de muitas opiniões auctorizadas, (...) recopilado tudo quanto a este respeito se tem escripto, e apelando-se ainda a novas descobertas, se poderá talvez deduzir um julgamento, que sirva pela boa critica das suas precedentes tenções para derramar mais alguma luz nos primeiros crepusculos dos tempos historicos, luz que leve o historiador, o philosopho e o artista a marcarem o seu ponto

de partida nas raias de um horisonte mais longiuo e grandioso.

Expedidas pois estas noções preliminares, vamos fallar dos machados de cobre e bronze do Algarve, que vão representados nas estampas III e IV, seguindo a ordem geographica dos logares em que foram achados, a partir de poente para nascente.

(33)



Já dissemos que o typo geral destes machados vinha representado no tomo V, pl. VIII da Archaeologia sob N.º 5, e o que a este respeito fôra por Benjamim Cooke communicado em 1735 a Mr. Collinson com referencia aos que tinham sido achados na Ilha de Wight, e referimos tambem o que ácerca destes machados foi considerado por M. de Caumont, que os representa na estampa VIII do Atlas pertencente ao seu Cours d'Antiquités Monumentales sob n.ºs 9 e 10, os quaes em seguida reproduzimos para se poderem com elles comparar os que vão figurados nas nossas estampas.

Em presença destes dois typos e daquelle que já figurámos, extraído da Archaeologia, tom. V. pl. VIII sob N.º 5, parece-nos podermos referir á mesma época e usos que lhes são attribuidos todos ou quasi todos os encontrados no Algarve, se bem que entre elles algumas diferenças notaveis se tornam apreciaveis, como faremos ver quando os enumerarmos para explicação das estampas em III e IV.

Sendo pois considerados como objectos caracteristicos da idade do bronze, quer fossem armas de guerra, instrumentos de trabalho, valores monetarios ou servissem para qualquer outro fim, e tendo o maior numero apparecido em logar onde não há averiguados indicios de occupação romana, representaram elles no Algarve um povo incognito para a historia, habitando naquella idade immediata á ultima da pedra, pelo menos o tracto de terra comprehendido entre Estombar, Paderne, e a aldêa de Stª Barbara de Nexa a NNO de Faro, pouco mais de uma legoa, e a E de Estoi, de que dista menos de meia legoa, onde foi encontrado o machado de pedra N.º 19, Est. II.

Machados ôcos de cobre e de bronze

Embora não nos conste haverem apparecido alguns destes instrumentos em terrenos do Algarve, onde comtudo se póde presumir que venham ainda a descobrir-se, as noticias e apreciações que lhes são inherentes, andam de tal arte ligadas áquelles que alli têm sido achados, que não irá fóra de proposito referirmos, em breves palavras, as mais essenciaes.

O doutor Stukeley' leu em 26 de fevereiro de 1724 á sabia sociedade dos antiquarios de Londres uma dissertação, pretendendo mostrar que os machados ôcos de bronze, por varias vezes encontrados no territorio das Ilhas Britannicas, eram instrumentos pertencentes aos druidas, ou sacerdotes celticos, e que sendo encabados, assim os utilisavam, bem como os bretões, para cortarem ramos de arvores.

O sr. Boucher de Perthes, nas suas Antiquités Celtiques et Antédiluviennes, tom. I. cap. VIII, diz que parece terem os machados de bronze succedido aos de pedra ; que taes armas, talvez pela raridade e grande custo de metal, não prevalesceram de todo senão passado largo periodo, porque a fabricação dos instrumentos de pedra proseguiu até á invação das Gallias pelos romanos, e ainda posteriormente. Nota que nos sepulcros de terra (tombelles) se acham algumas vezes machados de pedra ao lado dos de bronze; porém, que o ponto que julga existir entre o sólo moderno e o sólo celtico, annuncia pertencerem ao periodo gallo-romano os que têm sido descobertos no territorio da França; mas adverte que os havia mais antigos, por isso que os historiadores apresentam os habitantes das Gallias, antes da conquista, já amplamente munidos de armas offensivas de ferro e bronze, accrescentando que nos departamentos de Oise, de Somme, do Seine Inferior e de Calvados é onde se tem manifestado o maior numero destes machados, e bem assim as formas da sua fundição.

O sr. Boucher de Perthes reconhece diversos typos destes instrumentos metallicos; designa porém como sendo mais trivial o que vem representado sob N.º 2 no Atlas pertencente ao Cours d'Antiquités Monumentales de M. de Caumont, pl. VIII, que é dos ôcos com uma só aza, e mui semelhante a uma cunha de rachar lenha; mas não ousa attribuir-lhe esta applicação por não ser todo solido. Ignorando o verdadeiro fim para que foram fabricados estes instrumentos, julga que a parte ôca serviria para conter fracções do mesmo metal em pó, em grão, em pequena moeda, como se verificou em alguns logo depois de extraídos da terra, e que a aza poderia servir para ser enfiada por um cordel, não só para reunir esses valores quando destinados a grandes pagamentos, como para de tal arte serem trazidos á cinta; pois imagina que teriam servido em certas épocas para com elles se pagar ás tropas a fazer permutações, por se terem tambem achado em acampamentos intrinheirados, e que cada um, representando uma barra de valor determinado, valeria muitos machados de silex, de granito, de serpentina, etc.

(34)

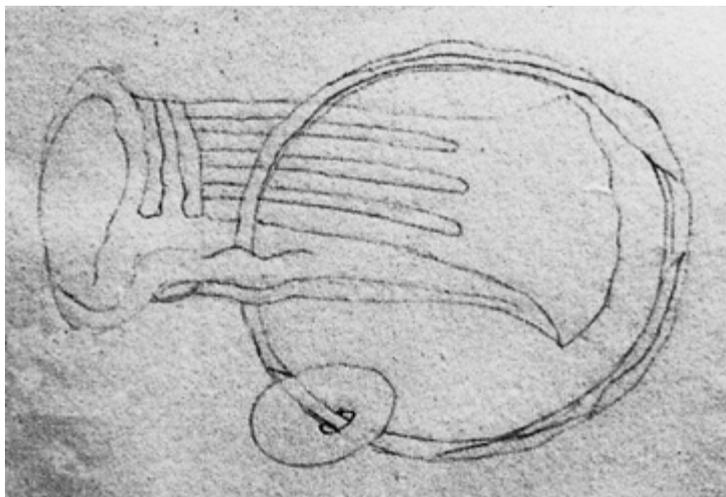
Nota este distincto escriptor não ter ainda visto no gume dos machados de bronze signal algum de destruição que não seja produzido pelo oxido, e que se tivessem sido armas, ou instrumentos de trabalho, teriam os signaes do choque: entretanto, posto que mais os considere como valores monetarios, segundo o seu peso, não deixa de pensar que em certas circunstancias teriam tido outros destinos, podendo emfim ser padrões de medida, e mesmo armas de guerra.

Longe de pretendermos impugnar a opinião deste distinctissimo sabio, que entre os modernos archeologos mui justamente logra o fôro de grande auctoridade scientifica, afigura-se-nos que para conterem fracções monetarias, ou de valores equivalentes, seriam os machados ôcos de bronze receptaculos assás pesados, de capacidade mui limitada, e sobretudo improprios para este fim; porquanto, ainda mesmo trazendo-se á cinta, enfiados pela aza, por isso que eram abertos, exporiam os valores que contivessem a saltarem e perderem-se todas as vezes que o portador tivesse de acelerar o passo, de correr, ou de emprehender algum trabalho, a não ser que um troço de filamentos ou de folhas de plantas, fechando a abertura daquelle espaço, impedisse a saída dos objectos reclusos.

Muitos outros archeologos, depois da expendida opinião do doutor Stukeley's (*sic*), têm considerado a extremidade ôca destes instrumentos como apropriada a ser enxada em hastea de páu á maneira de lança; e como lance des barbares, creusé pour recevoir une hampe, un manche, ou un piquet, o julga M. Mongez no seu Recueil d'Antiquités⁵⁸, referindo-se a um que representa sob N.º 7 na estampa 75ª. Esta mesma opinião expressa o sr. Lacombe no seu livro, intitulado Les Armes et les Armeurs, que em 1868 saíu publicado em Paris, sendo igualmente recebida por outros antiquarios.

Um factio notavel veio comtudo demonstrar que os machados ôcos não somente encabados, tiveram uso; e é elle, a nosso ver, de tão subida significação, que não podemos deixar de o referir, e commentar.

Em Inglaterra, perto de Tadcaster, em Yorkshire, foi descoberto um machado ôco, tendo a aza enfiada por um bracetete de cobre, e o bracetete por uma conta de azeviche. Eis aqui o seu desenho, copiado da est. 54 do 16.º vol. da Archaeologia, publicado em Londres em 1812.



Pondo de parte as considerações que a respeito desta descoberta são expendidas no dito volume (p. 362), diremos o que nos parece poder mais particularmente apreciar-se neste singularissimo objecto.

Com quanto este instrumento mostre uma forma semelhante aos do grupo do seu genero, deixa comtudo ver na sua fabricação um esmerado trabalho, como o denunciam as caneluras que o revestem, não exemplificado nos outros, geralmente lisos e sem o minimo ornato.

Todos os archeologos sabem quão longe leva a sua origem os bracetetes de cobre.

Se os que hão sido achados em sepulturas propriamente romanas, não podem deixar de attribuir-se a essa respectiva época, aquelle que se encontrou ligado a um instrumento prehistorico, pelo mesmo systema deve ser julgado; e para não deixar duvidas ácerca da sua immemorial antiguidade, apresenta enfiada uma conta de azeviche, que mais ainda vem corroboral-a.

⁵⁸ Recueil d'Antiquités – vem no vol. da Encyclop. Method. – Paris – 1804.

As contas de azeviche têm sido achadas em sepulturas capituladamente celtas em varios paizes da Europa occidental, associadas a armas de silex e de bronze, como refere M. de Caumont⁵⁹, accrescentando que os celtas costumavam adornar-se com collares de azeviche e de outras pedras, a que attribuiam singulares virtudes; o que é reforçado pelo mui abalisado archeologo o sr. John Younge Akerman, referindo o grande numero de contas de diversas substancias descobertas em tumulos dos antigos bretões, e dos anglo-saxonios⁶⁰, que julga serem, antes amuletos do que ornatos, ou objectos de character talismanico, proprios das tribus pagãs que em tempos remotos occuparam as Ilhas Britannicas. Tendo nós porém de mencionar umas contas achadas no Algarve, em seu logar daremos a este curioso assumpto maior desenvolvimento; porque nesta occasião apenas o aproveitamos para nos ajudar a comprovar não só a grande antiguidade dos machados de bronze, como para mostrar um exemplar em condições taes, que não permita a presumpção de que esses instrumentos fossem exclusivamente empregados como armas de guerra, como objectos de trabalho, ou finalmente como receptaculos de valores monetarios.

O instrumento a que nos referimos mostra haver sido destinado a andar pendente do pulso de alguém em certas e determinadas occasiões, mui solennes talvez. O bracetete em que está suspenso e a conta de azeviche, suscitam pelo menos este pensamento.

Teriam pois esses machados de cobre ou bronze, entre outras applicações, algum serviço privativo no barbaro ceremonial dos sacrificios gentilicos?

Assim o deixam presumir varios auctores, e o já citado doutor Stukeley, declarando-os como instrumentos pertencentes aos druidas, celticos sacerdotes de uma seita sanguinaria.

Se os druidas ou quaesquer outros personagens daquella epoca usavam estes instrumentos tão enfeitados de bracetetes e contas talismanicas, não denunciando assim com taes accessorios serem armas de guerra, escopros de cortar pedra, machados de decepar lenha das arvores, nem bolsas de valores monetarios, deveriam ter tido um diverso destino, e ser trazidos, pendentes do pulso, como distinctivo de auctoridade religiosa, ou de alguma outra profissão da ordem civil.

Machados sólidos com bordos lateraes parcialmente salientes e recurvados

Para representarmos este typo escolhemos o que vem gravado no Recueil d'Antiquités de M. Mongez, est. 75 – sob N.º 8.

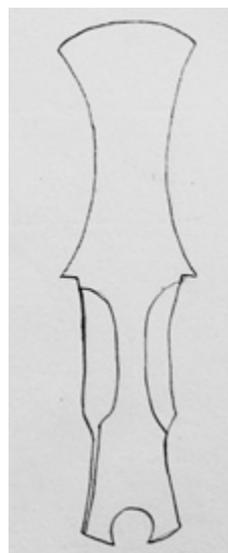
Eis aqui a sua forma, e grandeza.

Neste grupo observam-se numerosas novidades.

M. Mongez, desconhecendo o uso que teriam tido estes instrumentos, colloca-os comtudo no capitulo II, onde apenas trata das armas offensivas (lances, dards, javelots, épieux), chamando-lhe lanças dos barbaros. Diz achar-se o objecto original na collecção de antiguidades da Santa Genoveva, e que bem revela ter servido encabado em madeira.

O sr. Lacombe vai ainda mais longe; pois representa uma outra variedade pertencente a este grupo, figurando o modo porque estes machados seriam ligados a um cabo⁶¹; e chama a estes instrumentos armes celtiques, e haches gauloises.

Effectivamente, se não eram encabados, como explicar nestes instrumentos os dois bordos lateraes salientes e curvados para a mesma face, á maneira de ferro de arado?



⁵⁹ Cours d'Ant. Monument., tom. I. p. 131 e 142.

⁶⁰ Embora os anglo-saxonios adoptassem as contas de azeviche dos povos que os precederam, começando elles a senhorear o sólo britânico no principio do VI seculo, não nos parece que a tão recente epoca se possa attribuir o dito machado a que anda ligada uma destas contas, cuja origem é muito mais antiga.

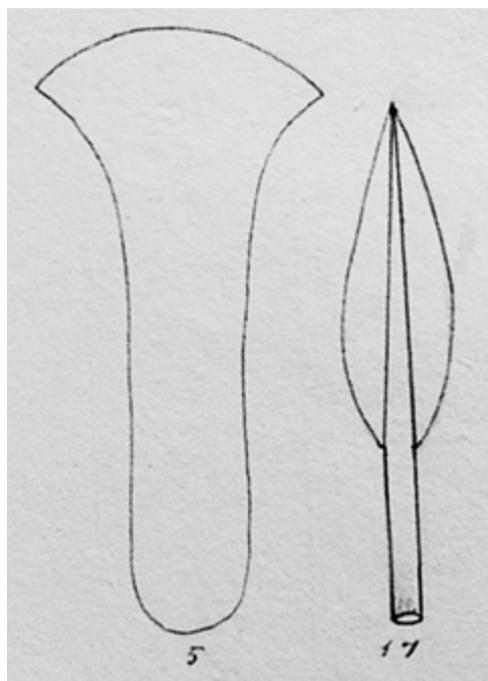
⁶¹ Les Armes et les Armeurs, p. 15.

Julgamos que este característico é assás sufficiente para auctorisar uma tal presumpção; e se finalmente eram armas de guerra, como com preferencia a qualquer outro uso parecem, não é isto averiguado para se poder aqui aventurar.

Machados sólidos e lisos

A este grupo, de variadas formas, pertencem todos os machados de cobre e bronze, achados no Algarve, e representados nas estampas III e IV deste livro; por isso nos deteremos um tanto mais no seu respectivo exame.

Alguns destes machados communicou Benjamin Cooke a Mr. Collinson terem apparecido em 1735 na Ilha de Wight⁶², estando um trabalhador a explorar a marneira da collina central, determinada Arneton Down, onde estavam dispostos em ordem regular, achando-se a mais um pé de profundidade muitas pontas ou cabeças de lança, todas de cobre, e tudo isto umas duzentas jardas distante de um campo intrincheirado, que se julgou ter sido



romano. Tambem em dois logares da mesma collina se descobriram cinzas e ossos queimados, restos de um povo que allí vivêra e usára taes instrumentos. Benjamin Cooke concordou com Mr. Collinson em que, sendo gaulezas aquellas armas, poderiam ter sido utilizadas, pelos auxiliares romanos até á epoca do imperador Claudio I⁶³. Julga emfim Mr. Cooke, fundando-se nas palavras de Homero, l. XIII – 612, e n'um sêllo antiquissimo em que viu gravado com seu cabo um destes machados, que assim seriam usados, e teriam o nome de amazonia securis, de que falla Horatio, ode IV. 20.

Eis aqui a forma dos machados e lanças a que se refere o antiquario inglez na Archaeologia, tom. V. plat. VIII, sob N.ºs 5 e 17.

Relativamente aos usos que teriam tido estes machados correm entre os archeologos britannicos duas opiniões mais determinadas, querendo uns inculcal-os como armas de guerra, e outros como instrumentos de trabalho.

Mr. Thoresby, que possuia alguns encontrados perto de Bramham-moor, em Yorkshire, suppõe terem sido lanças que em hasteas

⁶² Vide nota relativa a esta Ilha.

⁶³ Nota relativa.

⁶⁴ Vide a nota maior. Os historiadores inglezes, não podendo designar quaes foram os primitivos habitadores das Ilhas Britannicas, citam como os mais antigos de que conservam alguma noticia os Briths, assim chamados por pintarem o corpo de azul com varios lavores. Segundo refere Olivier Goldsmith no principio da sua Historia de Inglaterra, aquelles selvagens usavam cabellos compridos, cobriam algumas partes do corpo com pelles de animaes, habitavam em choças, e viviam dos productos espontaneos da natureza. O seu commercio com alguns estrangeiros e sobretudo com os oriundos da Gallia, que pouco a pouco se foram apoderando das zonas litoraes, consistia em couros dos copiosos rebanhos que possuíam, e em estanho, metal que suppunham ser privativo da sua nação; e diz o mesmo historiadór, que não só faziam uso de armas do ferro que exploravam no seu territorio, como deste metal fabricavam uma especie de moeda, sendo tambem corrente a de cobre que lhes vinha principalmente da Gallia.

O citado auctor, apresentando os bretões a fallar a mesma linguagem dos gaulezes e com uma similhante religião parece denuncial-os como oriundos de algum tronco das raças gaulezas; ou que dos gaulezes que habitavam os portos das Ilhas Britannicas haviam adoptado uma e outra cousa; dizendo que os druidas eram os seus sacerdotes, e que os altares destes supersticiosos sanguinarios se formavam de quatro pedras, tres erguidas do chão e uma sobre ellas assentada, mostra querer inculcal-os como constructores dos dolmens, porque

de páu encimavam os bretões civilizados. Esta mesma opinião exprime por outras palavras o distincto auctor da Hist. of Manchester, Mr. Whitaker (p. 14), designando-os como cabeças de armas ligeiras.

Rejeita porém Mr. Hearne estas supposições, tentando provar com varios argumentos, que taes objectos não tinham sido armas militares dos bretões, dos saxonios⁶⁴, nem dos dinamarquezes, mas sim escopros de cortar as pedras, que os romanos usavam naquella ilha para suas construcções.

Na mui notavel obra intitulada Antiquities of Cornwall, onde se figuram e descrevem muitos destes instrumentos, não admite o doutor Borlase que tivessem sido escopros de trabalhar em pedra, como pretendêra Mr. Hearne, e adopta a opinião de Mr. Thoresby, proclamando-os como cabeças de armas offensivas, originariamente inventadas pelos bretões, e depois pelos romanos das provincias, à imitação dos indigenas, tanto mais que tendo alguns achados em minas, com indício de terem sido embrulhados em pannos, certamente para serem preservados da acção do tempo, não julga que tanto resguardo se dêsse a instrumentos de cortar pedra.

Todas estas opiniões expõe e commenta Mr. Lort nas observações que ácêrca dos machados de bronze dirigiu em 23 de maio de 1776 á sociedade dos antiquarios de Londres, impressas em 1779 no V volume da Archaeologia. Mr. Lort, referindo-se a um machado⁶⁵, semelhante aos do Algarve, que diz ter sido extraído das ruínas do castello de Gleaston, em Lower Furness, no condado de Lancaster, indica-o como parecido com outros chamados celticos, que em grande numero hão sido encontrados em diversos pontos das Ilhas Britannicas, e afigura-se-lhe que seria assim mesmo utilizado, por não mostrar indício de poder ser encabado. Repellido a opinião de Mr. Hearne e dos mais auctores acima citados, diz serem geralmente muito toscos esses instrumentos para se julgar que fôssem armas dos romanos, e assás aperfeiçoados para se attribuirem aos bretões, antes da invasão de Cesar. Não poderiam ser armas de guerra, prosegue ainda este auctor, nem escopros de cortar pedra, porque o cobre e o bronze eram fracos metaes para estes usos, sobretudo n'uma época em que o ferro já seria facilmente aproveitado.

Nota porém este sabio investigador que varios machados em cobre e de bronze se tem achado em estações romanas com objectos romanos; o que o leva a pensar que os conquistadores os adoptariam dos antigos bretões sem comtudo os empregarem como armas offensivas, ou como escopros de cortar pedra. Entretanto denuncia ao mesmo tempo serem raros os objectos de ferro nos logares em que mais copiosamente apparecem os ditos instrumentos. A tudo isto accrescenta ainda que os antigos conheciam a arte de dar ao cobre uma tempera riquissima, como bem o mostram varias espadas e outros objectos do mesmo metal.

Termina finalmente propondo aquelles objectos como instrumentos de mão, fôsse qual fôsse o seu uso.

O bem conceituado archeologo francez, M. de Caumont, no seu Cours d'Antiquités Monumentales professado em Caen e começado a publicar em 1830, representa na estampa VIII do seu Atlas, sob N.ºs 9 e 10, dois machados de bronze mui semelhantes aos do Algarve, e para que o typo a que temos de referir-nos muitas vezes fique bem fixado, aqui reproduzimos o desenho daquelles exemplares.

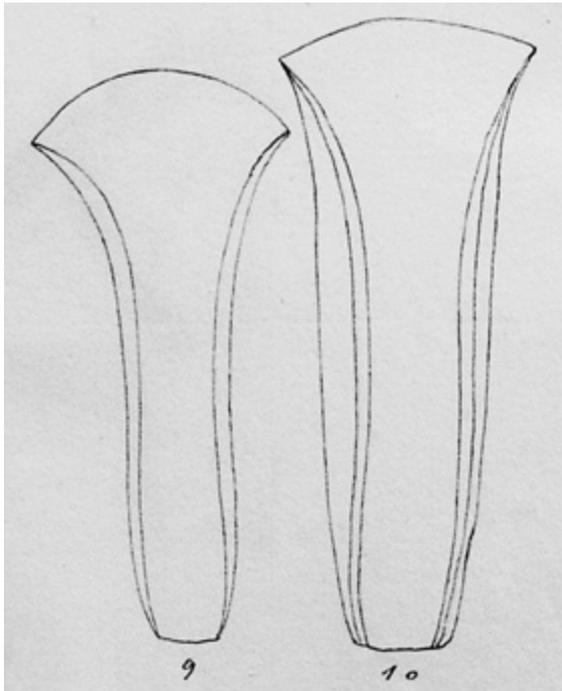
outra cousa não eram os taes altares druidicos; e pondo-os a combater com armas de ferro todos os invasores até serem vencidos por Julio Cesar, deixa aqui em aberto uma larga lacuna entre a epoca immemorial da construcção dos dolmens na Europa e a das historicas conquistas do nascente imperio romano.

Não foram, certamente, os bretões conquistados por Cesar os originarios edificadores dos dolmens d'Inglaterra, nem os inventores dos machados de bronze, cuja origem era muito mais antiga, pois não careceria desses instrumentos de bronze quem de ferro já sabia fabricar armas e moedas.

Não foram tambem os saxonios, que só na segunda metade do V seculo começaram a invadir as Ilhas Britannicas até conseguirem a fundação de sete principados ou reinos saxonios, que tomou o nome de Heptarchia; e muito menos o seriam emfim os dinamarquezes, que pela primeira vez apparecem no sólo de Inglaterra na segunda metade do VIII seculo.

Eram pois muito mais antigos esses instrumentos; pertenciam portanto a um povo que senhoreou aquelles territorios em epocas mais remotas; è possível que fôssem igualmente usados pelos mais antigos bretões, muito antes da conquista romana dos Cesares, e que o seu uso durasse entre os indigenas e os coloniaes até o tempo de Claudio I, por isso que se diz terem apparecido em campos que denunciam intrincheiramentos romanos; geralmente attribuidos a Claudio.

⁶⁵ Vem representado no V vol. da Archaeologia, plat. VII. sob N.º 1.

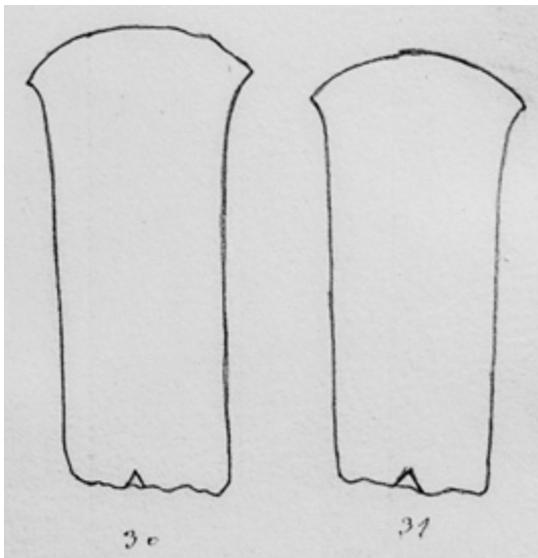


Estes instrumentos, diz M. de Caumont (tom. I. p. 231), encontram-se principalmente nos logares que pertenceram aos celtas, e quanto ao seu destino, apesar das mui diversas conjecturas dos mais sabios archeologos, pensa que poderiam ter varias applicações, ora tornando-se armas temiveis, ora empregando-se em diferentes trabalhos domesticos.

Tambem se encontram enterrados na terra sem precaução, continua o mesmo archeologo, porém mais geralmente encerrados em vasos de barro grosseiro, tanto em localidades outr'ora habitadas pelos gaulezes, como perto das pedras druidicas⁶⁶, e em logares cobertos de ruinas romanas; o que o leva a crêr que o seu uso continuou ainda depois de Julio Cesar conquistar as Gallias; e por isso classifica estes como pertencentes ao periodo gallo-romano, e aquelles como sua origem muito anterior; pois que antes da conquista já o ferro era largamente trabalhado, como o affirma o proprio conquistador, dizendo: «Apud eos magna sunt Ferrariæ.» De Bell. Gall.

Machados solidos e lisos com cavidade aberta numa só face

Falla agora o sr. Boucher de Perthes daquella variedade que reunimos a este grupo de machados solidos e lisos, como distinguindo-se apenas de todos os mais exemplares em ter uma cavidade aberta n'uma das faces sem comtudo romper a outra, variedade que neste logar representamos com o desenho de dois daquelles instrumentos



achados em Paderne, para assim se poderem examinar mais directamente. São pois estes os mesmos que figuram na est. IV sob N.ºs 30 e 31.

Diz o sr. B. de Perthes que na sua collecção ha um destes machados, extraído do paul d'Epagnette, perto d'Abbeville, com o peso de 580 grammas, tendo 18 centimetros de comprimento, 6 de largura no gume cortante, e 2 ½ na maior grossura. Compara-o com o que M. de Caumont figura no Atlas, est. VIII sob N.º 9, e que nós acima reproduzimos. No seu exemplar ha porém a mais uma abertura de cinco millimetros de diametro, que penetra dois centimetros no sentido do corte; e nota não só achar-se tão perfeito como saído do molde, mas com aquelle brilho de ouro que se tem observado n'outros utensilios de cobre extraídos das turfeiras. O auctor citado julga esta forma menos explicavel que a dos ôcos, por não se poder fixar um cabo, nem ser possi-

⁶⁶ Refere-se mui provavelmente aos dolmens ou antas, que alguns auctores denominou pedras druidicas.

vel cavilhar-se, por isso que a abertura não atravessa a chapa de lado a lado; o que o leva a repellir a opinião, em contrario, emittida por Mr. Joseph Banck⁶⁷, como insufficiente para resolver as suas duvidas.

Contra esta e muitas outras opiniões auctorizadas se apresenta o sr. Lacombe figurando na sua já nomeada obra Les Armes et les Armures, o modo pratico porque seriam encabados os typos principaes desses instrumentos, que denomina armes celtiques e haches gauloises.

É pois esta a estampa ideal que vemos naquella obra (p. 15), onde se diz que o machado solido, (como os de Paderne) sómente n'um páu fendido n'uma extremidade, e ahi entalado e ligado com tiras de couro, ou nervos, poderia ser encabado.

Quanto a nós, entendemos que cousa alguma se póde affirmar a este respeito, e visto que as descobertas até agora realisadas não vieram acompanhadas de condições taes que possam auctorisar uma decisão qualquer; entretanto julgamos que no campo discussão todas as opiniões se devem receber comtanto que tenham algum fundamento racional.

Não está provado que os machados de cobre e de bronze tivessem sido encabados, nem tambem, poremquanto, se póde affirmar o contrario. Os usos a que eram destinados, são inteiramente desconhecidos, como desconhecidos são os povos que originaria e posteriormente os fabricaram e utilisaram; e por isso não nos é licito dizer que taes instrumentos sómente em certas e determinadas circunstancias poderiam ser usados.

Quem porém os observa com o intuito de os poder descrever segundo os seus caracteristicos, é certo que algumas proposições póde aventurar.

Admittindo-se hypotheticamente que os machados ôcos, e os todos solidos e lisos não fossem encabados, como explicar no segundo typo a que nos referimos as duas linguetas lateraes que dos bordos se prolongam, e curvam pela mesma forma que se observa nos mais antigos ferros de arado? Se esses objectos se podessem considerar como barras de valor monetario, que significação poderia ter um tal caracteristico? Se eram armas de guerra, ou instrumentos de trabalho, porque hade repugnar a presumpção de que esses machados tivessem sido intencionalmente assim fundidos para serem munidos de uma hastea de lança ou mesmo de um cabo mais curto, segundo o fim para que fôsem destinados? Se eram, finalmente, instrumentos de mão, como alguns archeologos pretendem julgar, os machados ôcos, e os do terceiro typo, não vemos modo de comprehender aquellas excrescencias recurvadas, que tão mal poderiam ageitar-se na mão do operario.

Em caso mui similhante consideramos tambem os machados solidos com uma cavidade aberta n'um dos lados: para este typo militam identicas considerações. Pois pelo facto desta cavidade não romper o lado opposto não se póde suppôr que ella servisse assim mesmo para receber uma cavilha que enchesse a profundidade de dois centimetros, como o sr. Boucher de Perthes diz ter um dos exemplares da sua collecção? Quantos artefactos de madeira e de metal estamos nós vendo em nossos dias, perfeita e solidamente ligados por este systema da inserção? Se aquelle espaço não devesse ser preenchido para segurança do instrumento, como podê-lo apreciar?

Pronunciadas taes considerações, parece-nos poder-se pensar que tanto estes como as do typo antecedente deveriam ser encabados, fôsse qual fôsse a sua tencionada applicação; e sendo-o estes, os ôcos não menos o poderiam ser, servindo nesta hypothese a aza para por ella passar uma ligadura, e não é sem algum fundamento que aventuramos, tal supposição.

Entre Hagbourn Hill e Chilton, no condado de Berks, foi em profundidade de quatro pés achada a lança de cobre, cujo desenho aqui representamos. Foi esta descoberta communicada em maio de 1808 á sociedade dos antiquarios de Londres por Mr. E. King, como se póde ver na Archaeologia, tom. 16, p. 348.

Crêmos não poder duvidar-se de que neste instrumento de guerra deveria ser enxada uma hastea, bem se deixa ver; é ôca e circular a sua extremidade inferior e nella não se observa orificio algum que inculque logar de

⁶⁷ Archaeologia, tom. 19. p. 13.



cravação; mas para supprir esta falta acha-se esta lança munida de duas azas oppostas, que certamente não significam que haver-lhe servido de guardas para limitarem a profundeza do golpe; mas mui provavelmente para por ellas passar algum fio consistente e capaz de melhor firmar o instrumento em sua hastea. Se estas azas ou anneis parece poder interpretar-se a significação de igual característico nos machados ôcos de cobre e de bronze; e por isso não nos repugna conceber que alguma applicação teriam elles, que os reclamasse ligados a um cabo direito, ou mesmo curvo, como assim o figura o sr. Lacombe, e já antecedentemente M. de Caumont havia representado o que vem sob N.º 7 na estampa VIII do seu já citado Atlas, o qual aqui reproduzimos; e concordando-se que fossem encabados como este que copiámos, a inserção ficaria de todo o ponto firme ligando-se com tiras de couro crusadas entre a abertura da aza e o cabo (Fig. 9).

Se alguns machados não revelam aparente indicio de se poderem encabar, como pensou o reverendo Mr. Lort, chamando instrumentos de mão aos sólidos e lisos, e como tambem os julgou o sr. Boucher de Perthes, ainda assim não ha cabal fundamento para o affirmar; pois de forma assás similhante são os escopros de aço de cortar o ferro candente, que em varias officinas de serrallharia hemos visto encabados n'um troço de páu fendido, onde são entalados e firmemente apertados para não desviareem o golpe no acto da percussão. Se estes escopros, que toda a gente conhece, são assim encabados, porque não o poderiam ser simi-

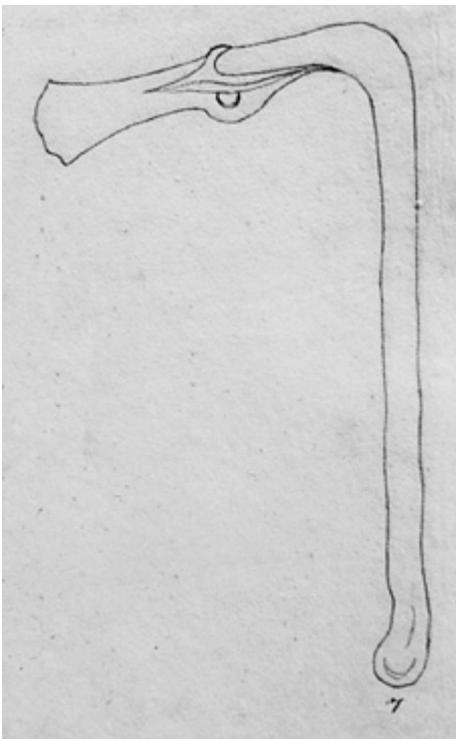
lhantemente os machados de bronze, uma vez que sejam considerados como armas de guerra, ou instrumentos de trabalho?

Accresce ainda uma circumstancia, mostrando não ser verosimil que fôssem instrumentos de mão aquelles mesmo que segundo o parecer de varios archeologos, apresentam indicio de se poderem encabar; pois neste grupo notámos haver alguns, e são os que constituem o maior numero, cujas arestas se mostram muito afiladas; o que bem deixa immediatamente perceber que não haveria mão, por mais robusta que fôsse, capaz de soffrer a pungente pressão de taes arestas, as quaes nos proprios escopros, usados nas artes e officios, são sempre chanfradas para melhor se ageitarem estas ferramentas ás durezas do trabalho.

Nos instrumentos deste genero, que até agora temos observado, notámos as seguintes particularidades, dignas de attenção:

1ª perfeita conservação no gume cortante de quasi todos, e apenas um ou outro com ligeiras falhas, ou uma certa ondulação produzida por decomposição local, testificada pela presença do oxido; 2ª não patentear na maioria delles seguro indicio de terem os seus gumes sido apontados pelo attrito; 3ª não haver na extremidade opposta signal algum de percussão; 4ª não serem afiladas as arestas nos tres unicos desta forma, que figurámos com os N.ºs. 25, 26 e 27 na

estampa III, achados em Estombar e Paderne, e apresentarem a sua superficie geralmente tão poida como a dos objectos metallicos que se trazem habitualmente nos bolsos: o que deixa presumir que não exerceram acção em superficies de maior dureza e resistencia; que não foram empregados para cortar por meio da percussão de outro instrumento; que os poidos, da forma indicada, teriam frequente uso, quotidiano e domestico, talvez; que finalmente, que vendo-se sustentar a opinião de que fossem instrumentos de mão, sómente este destino pode de algum



modo attribuir-se a estes ultimos, e áquelles ôcos, cuja aza internamente mostre indicio de terem andado pendentes de bracetes, como o que foi achado em Yorkshire, perto de Tadcaster (Fig. 7). (35)

Com relação á origem dos diversos typos de machados de cobre e de bronze, ao tempo que durou o seu uso, e aos povos que delles se serviram; muito se tem escripto, mas cousa alguma ainda se pôde comprovar.

É opinião geralmente expressada pelos mais celebres archeologos, que o estanho e o cobre deveriam ter sido os primeiros metaes de que o homem antigo se utilisou logo que descobriu a arte de os fundir.

A descoberta do estanho a oeste da Bretanha provocou a navegação dos phenicios para aquella paragem n'uma epoca remota, segundo refere Norris Brewer na Introduction to the Beauties of England and Wales, p. 37; o que é tambem referido por M. de Caumont, quando no tom. I do seu Curso de Antiguidades Monumentaes diz que os gaulezes, descobrindo e explorando numerosas minas no seu proprio territorio, deveriam ter conhecido o estanho desde tempos antiquissimos como um dos mais precisos productos da Ilha da Bretanha.

O grande numero de espadas, lanças, machados e outros objectos de cobre, que nos terrenos denominadamente celticos se tem descoberto, bem como nas proximidades e nas camaras sepulcraes dos dolmens ou antas, parece mostrar que foi este o primeiro metal utilizado pelo homem que deixou da sua existencia os mais antigos vestigios logo em seguida áquelles que caracterizam as gerações das idades da pedra. (36)

Conhecido o estanho e o modo de fundir o cobre, a liga destes dois metaes começaria posteriormente a produzir os instrumentos de bronze; pois não é provavel que este composto tivesse prioridade de uso antes de serem ensaiados os resultados de cada um dos seus componentes; e com este fundamento poderá julgar-se mais antigo que o de bronze, o machado de cobre.

A esta supposição accresce o voto dos mais auctorisados archeologos, de ser o cobre o metal de que primeiramente se serviram os celtas ou celticos para a fabricação das suas armas de guerra e de outros objectos.

Segundo uma analyse chimica de M. Vauquelin, referida por M. de Caumont⁶⁸, um machado ôco de bronze denunciou 87 partes de cobre sobre nove de estanho e tres de ferro; mas o ferro, adverte este auctor, considerou-se como naturalmente ligado ao cobre.

Que são mais antigos que os de ferro os instrumentos de cobre e de bronze, está provado por numerosas explorações geologicas e archeologicas até o presente effectuadas na Europa, em vista de factos os mais significativos de ha muito observados nesses trabalhos rigorosamente scientificos; pois não ha ver objectos de ferro nos depositos mais antigos em que a todo o passo se exploram os de cobre e bronze.

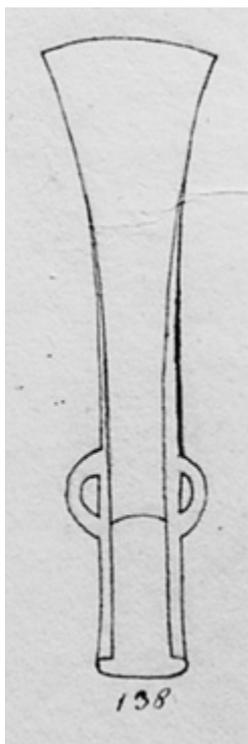
Alguns archeologos, observando o conjuncto dos monumentos e objectos de arte, emprehenderam a sua classificação chronologica grupando systematicamente os de feição mais rude e grosseira como representantes da epoca celtica ou gauleza; os que por sua forma e estilo já pareciam haver saído de tão rudimentar estado de rudeza, como caracteristicos do largo periodo de transição em que após a conquista das Gallias por Julio Cesar a industria dos povos europeos começou gradualmente a aperfeiçoar os productos do seu trabalho, subtraindo-os áquella feição de primitiva barbaridade que era peculiar aos incultos habitantes da Europa antes da soberba Roma derramar por toda a parte suas hostes guerreiras e com ellas o distincto influxo da sua civilização, e os primorosos modelos da sua nunca excedida industria. Gruparam em seguida todos os monumentos e objectos de fabrica reconhecidamente romana, e finalmente as construcções monumentaes e mais accessorios da idade media, concluindo assim um quadro das quatro epocas mais celebradas nos vastos annos da vida humana.

Se nos fôsse permittido seguir este systema para podermos designar a antiguidade relativa dos machados de cobre e bronze, referindo assim os mais toscos e grosseiros aos primeiros tempos da sua fabricação e os mais correctos de forma e de perfeito acabamento ao ultimo periodo em que foram usados, além dos que foram descobertos no Algarve não nos faltariam outros exemplares para este exame.

⁶⁸ Cours d'Ant. Mon. Tom. I. p. 144.

Na serra de Baza, em Andalusia, andando o sr. D. Manuel de Góngora y Martinez em suas habituaes explorações archeologicas, descobriu um bem fundido e assás aperfeiçoado machado solido de cobre com duas azas, do comprimento de vinte centimetros e da forma não vulgar, que com a devida venia reproduzimos aqui, copiando-o da gravura que no seu já por vezes citado livro das Antiguedades Prehistoricas de Andalusia vem marcada com o N.º 138, p. 110.

O instrumento, reduzido a menores dimensões, é assim figurado:



Denuncia aquelles distincto escriptor, que perto de Baza, como em Friela, proximo do rio Barbata e do riacho do Baul, se encontraram varios vasos de argilla de formas grosseiras; e accrescenta que entre os bairros alto e baixo da villa de Caniles, onde existem ruinas de grandiosa fortaleza, reconstruida pelos árabes, fazendo-se uma excavação funda, se descobriu um receptaculo quadrado construido de pedra e cal, em que appareceram cinzas e carvões provando ter-se naquelle sitio accendido fogo, e que levando-se mais funda a excavação se achou uma grande esphera de gesso envolvendo um vaso de barro, dentro do qual estava uma esphera de chumbo adornada de pinturas róxas, que em apuramento de razões continha a ossada de um coelho! Na mesma occasião appareceu tambem um osso lavrado, que representa sob N.º 141.

O sr. D. Manuel de Gongora não pronuncia, em relação ao machado de cobre, a sua opinião; julga porém, vendo os ditos objectos citados, serem uns prehistoricos e outros hispano-romanos. Entretanto poder-se-ha pensar que este instrumento fora destinado a ser enxerido e ligado na extremidade de uma vara, como o estão indicando os seus bordos recurvados entre as azas e o lado opposto no gume, a feição de dente de arado, e que as azas serviriam para que uma ligadura passando pelos seus orificios, mantivesse firme o instrumento, que bem mostra inculcar-se como arma de guerra com preferencia a qualquer outra applicação.

À typica manufactura de todo o ponto apurada deste artefacto, cotejada com a rudeza de muitos outros do seu genero, denunciam já mui adiantada a arte de moldar e fundir, e por isso não podemos julgal-o tão antigo como o machado de Estombar, e alguns de

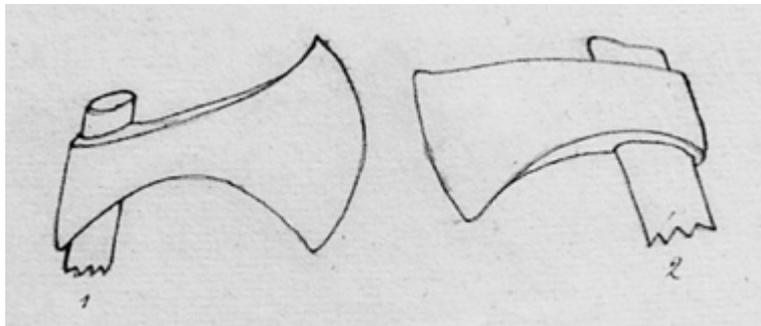
Paderne, representados nas nossas estampas III e IV. Entre estes e aquelle parece pois ter decorrido em largo periodo, e por isso o machado da serra de Baza em Andalusia vem talvez mostrar, quão dilatado foi o tempo em que os povos ante-historicos usaram taes instrumentos. (37)

Os objectos encontrados nas proximidades do lugar em que o sr. D. Manuel de Góngora descobriu este machado, devem todos ou quasi todos pertencer a uma epoca anterior áquella que este instrumento parece representar.

Afigura-se-nos ser menos antigo que o povo que alli estanciára reverenciando com tão decoroso resguardo a ossada de um coelho; porquanto, o primor do seu acabamento está como querendo collocar-o no periodo que marcaria na peninsula a transição da idade do bronze para a do ferro.

E porque este assumpto, sempre destituido de provas, nos permite a liberdade de expôr as considerações que vão enunciadas, mediante as indispensaveis reservas, parece-nos que o machado da serra de Baza poderá referir-se aproximadamente ao periodo hispano-romano como arma que melhor póde caracterisar os povos invadidos do que as hostes invasoras; pois, os auctores que podémos consultar acêrca das antiguidades gregas e romanas, não accusam instrumento algum de tal substancia e feição, que por essas duas nações tivesse sido usado, mesmo nas epocas mais apartadas do grau de florescencia a que ambas chegaram para poderem legar sua estupenda memoria ás porvindouras gerações dos estados mais cultos nas sciencias, nas artes e nas leis da sociedade civil.

Especificaremos em ultimo logar outros machados, que em 1851 o sr. John Yonge Akerman communicou á sociedade dos antiquarios de Londres terem apparecido no sólo de Inglaterra, como se pódem observar no volume 34.º da Archaeologia, p. 178, cujas formas aqui reproduzimos.



O N.º 1 representa um quarto da sua grandeza, e foi achado em Kents. O sr. Ackerman refere-o a uma época posterior á invasão das Ilhas Britannicas pelos saxonios; e por isso o denomina «anglo-saxon axes».

O N.º 2 mostra metade das suas dimensões, e foi achado em Colchester.

Estes dois machados são por aquelle distincto antiquario reunidos a um grupo de outros diversos na forma, e todos conjunctamente classifica como instrumentos que foram usados pelas raças celticas e teutonicas.

Eis aqui os typos que prevaleceram até á presente época; pois salva alguma pequena differença, o N.º 1 é mui semelhante a uns machados geralmente usados pelos nossos carpinteiros de ribeira, e o N.º 2 é, por assim dizer, o modelo dos que vemos em todas as provincias de Portugal, excepto alguma ligeira modificação.

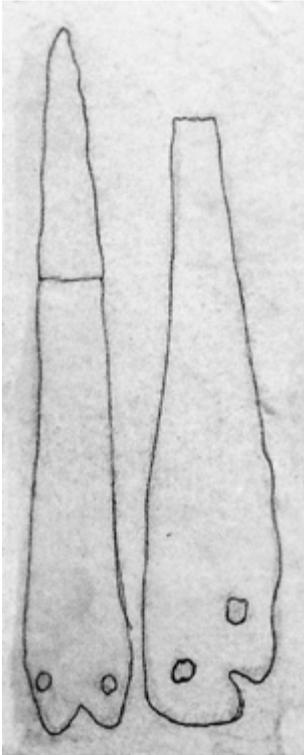
Temos assim exhibido diversos typos de machados e junctamente compendiado as noticias mais interessantes que a respeito de cada um podémos colligir, levando em vista indical-os para com elles poderem ser cotejados os do Algarve, e vemos se deste exame seria possivel chegar-se, não certamente a uma conclusão infallivel, mas ao menos á fixação de certos principios e considerações, que servissem como de reclamo á indispensavel discussão que este assumpto está exigindo para se ir depurando das expessas nebulosidades que o cercam; pois que sómente da reunião de muitos estudos e de muitas opiniões auctorizadas, havendo-se recopilado tudo quanto corre escripto a este respeito, e appellando-se ainda para novas descobertas, se poderá talvez deduzir um julgamento, que sirva pela boa noticia das suas precedentes tenções para derramar mais alguma luz nos primeiros crepusculos dos tempos historicos, luz que encaminhe o historiador, o philosopho e o artista a marcarem o seu ponto de partida nas raias de um horisonte mais longiquo e grandioso.

Fundando-nos por emquanto nas apreciações preferidas pelos citados archeologos, e tendo em vista não haver averiguadas provas de occupação romana, principalmente nos campos de Paderne onde em maior numero appareceram os machados que representamos nas estampas III e IV, consideramos estes misteriosos artefactos como caracteristicos de um povo incognito, que na idade immediata á ultima idade da pedra habitou pelo menos o tracto de terra comprehendido entre as aldêas de Estombar, Paderne e Santa Barbara de Nexe, quer os utilisasse como armas de guerra, como valores monetarios, ou finalmente como instrumentos de trabalho. (38)

Punhal e faca de cobre

No sitio das Antas, uns seis kilometros a SO de Tavira, foram achados dois instrumentos de cobre, que bem parecem ter sido um punhal e uma faca. Pertencem ao sr. Teixeira de Aragão, que mui francamente nos permitiu que aqui os estampasemos. (39)

A classificação destes e semelhantes instrumentos sabido é que raras vezes se póde aventurar de um modo satisfatorio, tanto mais quando hajam apparecido isoladas, e por isso desprovidas de condições propicias ao seu estudo (Fig. 10).



Já deixámos dito que no sitio das Antas foi encontrado o machado de serpentina, que representámos na estampa II sob N.º ; e que o nome de Anta, ou Antas, referido a um determinado logar, é considerado como tradição indicadora de ter havido Antas ou Dolmens no mesmo logar. Portanto, em vista deste nome e do machado de pedra polida, a que alludimos, poder-se-ha considerar utilizado o sitio, logar, ou monte das Antas, como lhe chamam alguns historiadores, durante a ultima idade da pedra, segundo os principios estabelecidos; e considerando que de feição romana são geralmente os objectos que mais se manifestam naquella ária, temos por conseguinte alli representada uma outra epoca, já um tanto pertencente ao dominio historico.

Em seu competente logar mostraremos que os povos balsenses occuparam a zona litoral situada entre a Torre d'Ares, Antas e Santa Luzia, perto de Tavira, e descreveremos alguns dos copiosos despojos que o seu campo de occupação tem revelado, até o principio do V seculo, em que morreu Arcadio, incluindo numerosas moedas daquelle imperador e de muitos dos seus antecessores até Augusto.

(40)

Olhando-se para o typo artistico e distincto dessas moedas imperiaes, a que andam annexas as dos municipios e colonias que na peninsula se cunharam desde o tempo de Augusto até o de Caligula; vendo-se ainda aquelle terreno enriquecido de fragmentos de finos e bem polidos marmores, de primorosos vasos de argilla, de bellissimas urnas de vidro, e outros utensilios concernentes á *Libitina* e aos usos da vida domestica, e tudo isto revestido do caracter artistico dos civilizados invasores; como, pois, poderão attribuir-se a essa época, em que uso do ferro estava generalisado, um punhal e uma faca de cobre, de fabricaçãõ tão simples e grosseira?

Não pertencendo á epoca romana, poderão ser de origem celtica? Não parece que tão longe os possâmos levar.

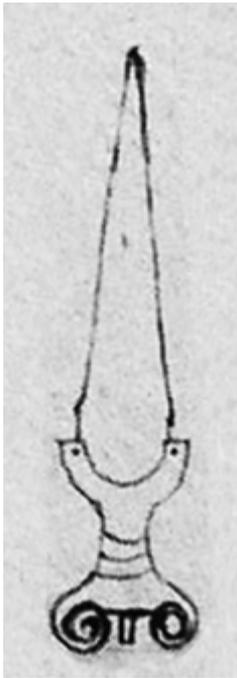
Os instrumentos cortantes e ponteagudos de cobre e bronze, capituladamente celticos, figurados e descriptos em muitas obras que temos á vista, não permitem comparaçãõ alguma entre si e os achados o sitio das Antas; pois ou eram ôcos na base para poderem ser (...) hastados, ou terminavam em espigãõ para se fixarem em cabos; e os que appareceram no Algarve teem dois orificios na extremidade inferior, um de cada lado, que certamente foram destinados para se cravarem em cabos, que a aççãõ do tempo inteiramente destruiu.

Se pois não são celticos nem romanos, deverão pertencer a uma época intermédia, como productos de uma tribu ou nação, que ainda se servia do cobre para fabricar facas e punhaes, e isto mesmo de um modo que assâs revela o seu atraso na arte de os tirar a limpo.

(41)

Os povos que estanciam na zona litoral a que pertence o sitio das Antas, não legaram o seu nome á posteridade; já dissémos que os balsenses são os unicos que designadamente se podem citar com fundamento, os quaes pelo facto de terem passado á condiçãõ de estipendiarios, como em seu logar provaremos, deixam bem perceber que a sua habitaçãõ naquellas paragens fôra sem duvida alguma anterior á invasãõ romana.

Correndo o setimo anno da republica franceza, foram empreendidas umas excavações nos aterros formados pelo rio Somme, não longe d'Abbeville, em Heilly, perto de Corbie, e no âmago desses depositos sedimentares, achou-se uma espada de bronze, que pesou 690 grammas. Esta espada, apresenta uma caracteristica semelhante áquella que notâmos nas ditas armas de cobre; pois na base da lamina denuncia duas cravações, uma de cada lado, que a firmam no punho, como se ve na que adiante damos reduzidamente figurada.



M. Mongez, representando este instrumento no seu Rec. D'Antiq., pl. 69, diz que Homero (Odyss. Lib. 8, 403) falla de uma espada toda de bronze, e se esta não era romana, parece-o pela forma e as proporções; pois se até o tempo de Annibal os romanos se serviam das mesmas espadas que os etruscos e gregos, nessa epoca adoptaram a celtiberica ou hispanhola (*gladium*) que era direita como a dos gaulezes, segundo refere Polybio.

Os monumentos greco-romanos não mostram porém em seus relevos espada alguma deste typo⁶⁹. Entretanto, as volutas que lhe ornamentam o punho não deixam de significar um característico da arte romana; e por isso este instrumento poder-se-ha talvez referir ao periodo gallo-romano.

Se a cravação da lamina dessa espada de bronze, que M. Mongez parece referir ao tempo das guerras punicas, sendo simillhante á que mostram ter tido os instrumentos de cobre achados nas Antas, constitue um característico de epoca, ainda assim estes instrumentos não podem julgar-se romanos, porque nesse tempo ainda a extrema zona meridional da Lusitania folgava livre do jugo civilizador que os Cesares mui posteriormente lhe impozéram.

Como se vê na estampa IV, os ditos instrumentos estão fracturados, faltando na faca a extremidade ponteaguda. Ambos porém appareceram inteiros, mas foram partidos pelos trabalhadores que os acharam, para verificarem se seriam de ouro. Este facto, condemnando a rudeza dos descobridores, veiu comtudo denunciar que o metal de que eram fabricadas aquellas armas não tinha a ductilidade natural do cobre, mas uma tempera tão rija, que no acto da torção estalou como se fôra materia muito fragil, sem deixar nos fragmentos a minima curvatura, de modo que unidas as duas partes do punhal ajustam-se perfeitamente sem mostrarem o menor desvio junto á secção fracturada.

Deve notar-se que esta circumstancia tem sido observada nos instrumentos de cobre considerados como os mais antigos; o que levou Mr. Lort e outros archeologos a pensarem que em eras remotas os povos que fabricavam armas de cobre, sabiam dotal-as de uma tempera simillhante áquella que em nossos dias se dá ao ferro. (42)

Tendo-se pois em vista que os instrumentos referidos são do metal usado antes do ferro estar geralmente aproveitado na fabricação de armas; que a sua tempera differe da que se tem notado nos objectos de cobre pertencentes aos tempos historicos; que a sua forma é das mais rusticas, e que a sua particular cravação no cabo ou punho se acha exemplificada n'uma espada de bronze extraída das camadas sedimentares do rio Somme: por todos estes motivos, emfim, parece-nos poder considerar o punhal e a faca de cobre do Algarve como característicos de uma epoca anterior ao dominio romano na Lusitania, quer pertencessem aos antigos povos balsenses, ou qualquer outro que occupasse aquella região depois da ultima idade da pedra, que o nome do logar da descoberta (Antas), e o machado de serpentina alli achado parecem representar.

Instrumentos de cobre e bronze representados nas estampas III e IV.

N.º 1. Lança de cobre, achada nas proximidades de Paderne, perto de Alte, onde ha uma antiga mina deste metal. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 2. Vibora de bronze achada n'um monte sobranceiro á barra de Portimão entre Ferragudo e o forte de S. João, sob o solo de uma casa quadrada que alli se descobriu em profundidade superior a dois metros, estando

⁶⁹ Na mesma obra se podem observar diversos modelos de espadas antigas, principalmente gregas e romanas – Vide as Estampas 67 a 73, descriptas de pl. 29 em diante.

associada a um arco metallico, que pareceu de frecha e a outros objectos de que não ha noticia. Pertence á collecção de antiguidades do sr. Judice dos Santos (Fig. 6).

N.º 3. Machado de bronze, descoberto em 1864 sob uma grande pedra que um cavouqueiro andava lavrando para mó de moinho no sitio das Fontes Grandes, freguesia de Estombar. Numa das faces mostra duas fendas pouco fundas, que correm entre as arestas lateraes, sendo interrompidas no meio; e a do lado do gume é parallela ao bordo da extremidade inferior a 7 centimetros de distancia, e a outra começa deste mesmo lado a 6½ centimetros e vai terminar 2 millimetros distante da primeira linha. Poderiam talvez servir estas fendas para não deixarem resvalar algum fio que ligasse o instrumento a um cabo; pois a mais funda destas cavidades medirá apenas um millimetro. Está perfeitamente bem conservado este exemplar, e pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 4. Machado de bronze todo liso, da mesma forma do antecedente, achado nos campos de Paderne. É possuido pelo sr. Teixeira de Aragão.

N.º 5. Outro machado de bronze da mesma forma, partido em tres pedaços, mui provavelmente pelo descobridor para verificar se seria de ouro. Foi achado por um campones nas proximidades de Paderne. Pertence, como o antecedente ao sr. Teixeira de Aragão (Fig. 8).

N.º 6 e 7. Machados de bronze, da mesma forma e dimensões que vão figuradas, medindo a maior grossura do primeiro 5 millimetros e 14 a do segundo. Em ambos o corte é produzido por duas estreitas facetas. Acharam-se em Paderne, mui bem conservados. Pertencem ao sr. Judice dos Santos.

N.º 8 e 9. Machados de bronze achados perto de Paderne, que parecem partidos na extremidade inferior: o primeiro mede 6 millimetros de grossura e 5 o segundo. O gomme cortante é nelles produzido só de um lado, sendo a outra face inteiramente plana. Ambos denunciam na secção fracturada uma cavidade ou fenda, que inculca terem sido cavilhados em cabos estes instrumentos. São possuidos pelo sr. Judice dos Santos, assim como todos os que se seguem.

N.º 10. Machado de bronze, parecendo antes um pequeno escopro de corte aguçado. Mede 7 millimetros de grossura, e acha-se muito oxidado. Tambem foi achado em terrenos de Paderne.

N.º 11 e 12. Machados de cobre, o primeiro de 15 millimetros na maior grossura e o segundo de doze. Mostra cada um quatro arestas mui afiladas, e o corte é melhor formado pelo gradual desengrossamento das faces, á maneira de cunha. Na linha do córte ha ligeiras ondulações, que poderão ser attribuidas á acção do oxido. Acham-se geralmente quasi tão perfeitos como sairiam do molde em que foram fundidos. Poderá talvez presumir-se que, tendo sido achados nos campos de Paderne, perto da mina de cobre de Alte, esta mina lhes houvesse fornecido o metal.

(43)

N.º 13. Machado de bronze, imperfeito na extremidade inferior, e revelando na secção cortante dois rebaixos, que parecem originados por acção de choque. Achou-se associado a vinte e dois machados de pedra polida de 8 a 12 centimetros de comprimento em Santa Barbara de Nexe a NNO de Faro pouco mais de uma legoa, e a E de Estoi, de que dista menos de meia Legoa, onde foi descoberto por um explorador da escola polytechnica de Lisboa o machado de pedra N.º 19 representado na est. II.

N.º 14 e 15. Punhal e faca de cobre, de rija tempera, e fabrica assás grosseira. A

faca parece ter tido aturado serviço, pois deixa presumir que a acção do attrito a foi gradualmente estreitando para a extremidade pontaguda, actualmente partida. Ambos estes instrumentos revelam ter sido cravados em cabos, pois cada um tem dois orificios na extremidade inferior, que não deixam significar outra cousa. Estas armas de cobre foram achadas na quinta das Antas, a uns 6 kilometros de Tavira, onde existiu uma parte dos povos balsenses (Fig. 10).

(44)

Indice

Primeira época

Idade prehistorica

Tradições fabulosas, povos e monumentos prehistoricos do Algarve, dão noticia alguns escriptores nacionaes e estrangeiros, mas que a critica repelle como invenções imaginarias.

(...)

Artigo Unico

As Antas, ou dolmins; os machados e martellos de pedra, comprovando a existencia de um povo desconhecido, que poderá julgar-se o primitivo habitador do Algarve.

(Brito. Monum. Lusit. cap.5. Lenda dos montes de pedra. Tradic. das 1^{as} armas de ferro. Mon. Lusit. Brito Liv. I. cap. XIX.)

Segunda época

Idade historica

Noticias anteriores á dominação romana no territorio da Lusitania meridional, posteriormente chamado algarve d'aquem mar.

(...) Dos povos que habitaram o terreno Lusitano desde os 1.^{os} tempos conhecidos, por Antonio Caetano do Amaral – Vem no Tom. I da Mem. de Lit. Portug. da A. R. das S. Indica os escriptos que primeiro tratavam este assumpto. Escript. Originaes – Strabão, Appiano, Plin. (Hist. Nat. Traducc. Hispo.por Silio Italico, Justino, Resende), Liv. 1.^o e 2.^o (...) Lusit. Hist. seguido de Resende

Artigo Unico

Povos que habitaram o Algarve antes da conquista romana; sua religião; seu character, governo, e costumes mais geraes.

Terceira época

Da dominação romana até á entrada dos barbaros no principio do V seculo.

Artigo primeiro

O Algarve, como fazendo parte da Lusitania, é inteiramente dominado pelos romanos. Sua existencia politica e civil, e sua religião nesta epoca.

Artigo segundo

A introdução da religião christã no Algarve é já comprovada no IV seculo pela igreja de Ossonoba. Bispos desta cathedral. Ithacio persegue a heresia dos chamados Priscillianistas.

Artigo terceiro

Ossonoba e Balsa; sua situação, a de Balsa já comprovada pela primeira vez por um opusculo do auctor intitulado Povos Balsenses. Via romana. Considerações acêrca do trajecto da via romana que ligava as duas cidades com a de Esuri. Provaveis limites da zona litoral occupada pelos, povos balsenses. A quinta da Torre d'Ares, e a quinta das Antas – A praia de St^a Luzia. O cemiterio dos povos balsenses. Monumentos, inscrições, moedas, e varios objectos romanos descobertos no Algarve.

Quarta época

Da Invasão dos barbaros do norte no anno 409 da era vulgar até á dos sarracenos em 714 da mesma era.

Artigo primeiro

Rapida noticia de alguns povos que occuparam o Algarve antes do dominio visigothico se instaurar na Lusitania.

Artigo segundo

Os visigodos – A Ossonoba florescente sob a governação deste povo catholico.

(Mem. (...) p^a. a hist. da legisl. e costumes de Portug. Sobre a (...) civil da Lusit. desde a invasão dos povos do norte até á dos arabes por A. Caetano do Amaral – No tom. VI das Mem. da Litt. da (...) Chron. dos Godos, Vandalos e Suevos, por St.^o Isidoro, bispo de (...) desta Chr. até 754 por Isidoro bispo de Beja, (...)

Quinta época

Da invasão dos sarracenos até o principio da monarchia portuguesa.

Artigo primeiro

Occupação do Algarve pelos sarracenos, ou mouros. Tolerancia dos vencedores para com os vencidos. Destruição dos monumentos antigos. Fortificações mouriscas. Torres de vigia – Cisternas – Estradas subterraneas – Matamorras, ou celeiros.

(Vide para esta epoca a Mem. 4^a p^a. a Hist. da legislação e costumes em Port. por A. Caetano do Amaral. Tom 7 das Mem. da Litter. da Academia Geogr. Edrisi – trad. de Joubert.)

Artigo segundo

Monumento encontrado no sitio da Fonte Salgada, perto de Tavira, com que se prova a existencia, entre os sarracenos, de um bispo catholico no fim do X seculo.

(Vide a inscrip. Da collecção e as notas annexas.)

Artigo terceiro

Civilização deste povo – seus homens celebres nas letras e sciencias, oriundos do Algarve. Moedas arabes de ouro e prata, de que dá noticia Fr. José de St.^o Antonio Moura.

(Inscrições Arabicas Mem. de 4 inscripç. Arab com suas traducções por Fr. João de Sousa – Tom V. das Mem. de Litt. da Academia – Artigo na Nação acerca de uma moeda arabe do Algarve.)

Sexta época

Do principio da monarchia até á conquista geral (1250) por D. Affonso III.

Artigo primeiro

D. Sancho I lança os fundamentos para a conquista tomando a cidade de Silves e outras terras do Algarve. Os cavaleiros Cruzados.

(Mem. Sobre uma Chron. inedita da conquista do Algarve por Fr. João de St.^o Agostinho. Tom. I das Mem da Lit. da Academ. Hist. de Port. por A. Herculano. Hist. de Port. por H. Schaeffer. Chron. de Duarte N. de Leão. Orig. do Conde D. Henrique por fr. (...) Chron. de Ruy de Pina desde Sancho I até D. Diniz.)

Artigo segundo

D. Sancho II continua ou antes, recomeça a guerra instaurada por D. Sancho I contra os mouros do Algarve, e conta entre as suas mais assignaladas victorias a tomada de Aljezur, Cacella e Tavira.

(Art.^o no (...) tomada de Tavira)

Artigo terceiro

Os cavaleiros de S. Tiago, e seus brilhantes feitos de armas na tomada de Tavira em 1242. – A mesquita principal é sagrada sob a invocação de Santa Maria do Castello. Sepulturas que neste magestoso templo foram dadas ao grão mestre D. Paio Peres Corrêa e aos cavaleiros que morreram na tomada de Tavira. Trasladação dos restos mortaes deste heroes para a capella-mór.

Inscrições que designam os logares em que ainda se conservam.

Artigo quarto

Prova-se que a famosa ponte de Tavira já existia em 1242. – Poço da porta do Alfeição.

Artigo quinto

D. Affonso III prosegue a conquista do Algarve. Toma Faro com o cavalleiro João Avoym e D. Peres Estaço. Conclue a conquista, tomando as demais terras fortificadas pelos mouros. Reedifica e povôa varias terras. Inscrições que assim o attestam. Tradição romantica dos amores de D. Affonso III com a filha do alcaide de Faro.

Artigo sexto

D. Diniz reedifica as fortificações e os povoados.

Inscrições que assim o comprovam.

Setima época

Varios monumentos e noticias posteriores áo reinado de D. Diniz. Tradições que ainda se conservam na memoria popular.

Folha solta, com numeração, a lápis, na sequência das anteriores, que constituem o original manuscrito.

PERIODO TERCIARIO (...) EPOCA TERCIARIA

Periodo Eocene Mammiferos (vivos)

Palaeotherium (magnum, medium, curtum, latum, minus, minimum)

Pachyderme herbívoro

Anoplotherium commum, deporinum, minimum, obliquum (fossil de Montmartre)

Xiphodon gracile (pachyderme de Montmartre, parecido á gazella)

Periodo Miocene Mammiferos (vivos)

Pithecus antiquus, e o *Dryopithecus*, pertencentes ao grupo dos Ourangutangos, tinham quasi a figura humana. Os macacos são deste periodo.

Dinotherium (hoje extinto) o maior dos quadrúpedes do mundo antigo parecido ao Mastodonte.

Mastodonte (parecido ao Elephante actual) miocene, por diferença ao de Tavira. Maior que o elephante d'África.

Periodo Pliocene Mammiferos (vivos)

(Do antecedente uns vivem outros findam neste periodo como foi o Mastodonte miocene, outros como o Hipopotamo chegam até hoje, assim como o camelo, cavallos, bois, veados, etc.

O Mastodonte miocene tinha 4 defesas, e differe do de Tavira que tem 2 e é do periodo pliocene. Numerosos macacos surgem.)

Rhinoceros tichorynus (dois cornos sobre o nariz, maiores que os das duas especies vivas de Africa e Sumatra, o actual da India tem um só.)

Sivatherium (veado gigante fossil achado nos contrafortes d'Himalaya.)

EPOCA QUATERNARIA

Mammiferos, são os actuaes, excepto os que neste tempo se extinguiram, e são:

Elephas primigenius (Mammouth); *Rhinoceros tichorinus*; *Ursus spelaea*; Tigre gigante; *Felis spelaea*; hyena, *Hyena spelaea*; bois, *Bos priscus* e *primigenius*; veado, *Cervus megaceros*. (todos deste hemispherio.)

N.º 1. Lança de cobre, assás deteriorada pela decomposição que nella operaram

os agentes que teve em contacto durante muitos seculos, mas ainda assim susceptivel de denunciar a sua forma primitiva. Era indubitavelmente uma arma de guerra, fundida, e destinada a ser enxada em haste de páu, ou preparada á feição de dardo ou seta como arma de arremço. A ária, que nella vai marcada com a letra B, representa uma faceta que gradualmente decresce em espessura para o bordo, e C uma outra faceta remetendo em gume cortante muito bem apontado, e que parece, pelo fragmento não destruido pela acção do tempo, ter orlado todo instrumento, o qual teria proximamente a forma que vai designada na estampa sob N.º 21A, e dez centímetros de extensão. Foi achada nas proximidades de Paderne, logar montanhoso, quasi fronteiro á enseada de Albufeira. A pouca distancia de Paderne para o norte, e ao sul do sêrro dos Soidos, deve notar-se que ha uma antiquissima mina de cobre, em Alte, actualmente em exploração, onde tambem está verificada a rocha (serpentina), representada pelo machado de pedra do numero antecedente, achado no sitio das Antas, perto de Tavira. Não repugnará pois admittir, ou pelo menos presumir, que não só a dita lança, como os outros instrumentos de cobre e bronze, de que vamos dar noticia, por isso que quasi todos foram descobertos nos campos de Paderne, devam á mina de Alte a materia de que foram fabricados. Pertence ao sr. Judice dos Santos.

N.º 2. Vibora de bronze fundida, de mui rude fabricação. Entre outros objectos, de que não obtivemos noticia, foi accidentalmente achada com um arco metallico, que parecia de desparar frechas ou dardos, estando uns trabalhadores a abrir uma larga mina para extraiem terra n'um monte sobranceiro á margem esquerda da barra de Villa Nova de Portimão, entre Ferragudo e a fortaleza de S. João. Nessa excavação, a uns dois metros de profundidade foi descoberta uma casa quadrada com sólo de formigão, e rompendo os trabalhadores este sólo, talvez lembrando-se que poderiam achar alli algum thesouro escondido, apenas encontraram os ditos objectos, já n'uma profundidade superior a dois metros, segundo nos informa o sr. Judice dos Santos, a (...) objecto a que (...) alludimos. No logar competente expendemos ácerca desta descoberta as considerações que nos pareceram concernentes ao assumpto.

N.º 3. Arma de cobre em forma de punhal, achada no logar das Antas a 6 kilometros de Tavira.

O templo de Hercules no Cabo de S. Vicente

A tempos assás remotos vemos referida esta lenda, que seus auctores citam como cousa acontecida 1718 annos antes do nascimento de Christo, nada menos que nos aventurados dias do summo sacerdocio do patriarca Jacob; mas como seja daquellas que a historia antiga não alumia nem abona com seu assento, por isso lhe aqui damos ingresso nesta ultima parte da época prehistorica.

De uma unica fonte extraímos quanto vamos narrar, porque tão crasso é seu manancial, que bem com elle se poderiam formar tres camadas diluviaes de cousas fosseis, uma desde Beroso até o Viterbense, outra desde este famoso inventor dos fabulosos reis de Hispanha até fr. Bernardo de Brito, e finalmente a terceira com o que este auctor deixou preparado para os que em sua fé houvessem de o seguir.

A erudição que vai em breves momentos expôr-se á admiração dos leitores, fique-se sabendo que é toda tomada a titulo de emprestimo gratuito; por isso, acabado este serviço, voltará toda inteira para o credito de seus donos, e sem juro da móra, pois que mal podéra pagal-o quem de falsa moeda não usa.

Entra deste modo em scena o grande Hercules Lybico, ou Oro Lybico, como lhe chamam seus biographos e chronistas, mas tenhâmos tento em o não confundir com outros da mesma feição, a quem a gentilidade pagã dedicou sacrificios e cultos em terreno mais conhecido, pois que para esses não temos aqui hospedagem.

A lenda anda pouco mais ou menos por isto.

Os três Geriões, filhos do primeiro tyranno deste nome que fora morto por Osiris pae de Hércules Lybico, unidos n'uma só vontade e conjurados com outros príncipes de sua assanhada catadura, em vingança e desaffronta da morte de seu pae, deliberaram que a vida delle pagasse Osiris com a sua; e porque para a pratica de ruins intentos nunca faltaram prestadios obreiros, Osiris foi, em apuramento de razões, talhado em postas. Como porém uma vingança raro seria que não gerasse outra, e muitas, Hércules Lybico, que não precisava auxilio de ninguém, porque, senhor e possuidor dos mais irritados fígados, sósinho mesmo fora capaz de dar cabo do género humano. Saindo do Egypto em busca dos Geriões filhos, pouco tempo depois logrou o prazer de os mandar enterrar com especiosa pompa ahi pelas margens do Guadiana, depois de lhes ter posto as costellas em estilhaços. Saldados assim estas dividas de parte a parte, quiz o vencedor levar mais longe o intuito que trouxera tratando de congratuar-se com toda a gente que pouco antes era governada pelos tres irmãos vencidos; e bem que em breve o conseguiu, porque como diz fr. Bernardo a este respeito «em gente necessitada o temor de seu dammo lhe faz aprender brevemente Rhetorica.»...

E não foi sómente a rhetorica da força bruta que, dissimulado o temor, abriu a boa vontade desse povo para com o filho de Osiris, primeiro instituidor de suas ceremonias religiosas, mas sobretudo as festas e novos cultos com que logo lhe serenou o anismo e lhe captivou a obediencia.

«Hercules, diz o nosso monge de Cister⁷⁰, desejando confirmar de todo aquella gente em sua graça, fez grandes sacrificios & libações aos Deoses, convidando os mais antigos, & principais da terra pera estas festas, com que os affeioou de tal modo, que em nada lhe sayão do que elle mandava; & com isto entrou seguramente pela terra dentro té dar no grande Promontorio, que os naturais tinhão por sagrado, & nós agora chamamos Cabo de S. Vicente, no qual fundou um famoso templo, em que instituiu ritos & (...) de sacrificar conforme usavão os Egypcios. Do qual templo falla Strabo⁷¹, & Artemiodoro, aos quais segue o Bispo de Girona⁷², & outros Auctores, affirmando que nelle instituiu grandes ritos e ceremonias, que permaneceram muitos annos em Lusytania, goar-

⁷⁰ Monarch. Lusit. Liv. Prim. Cap. X. pg. 117 e 118.

⁷¹ Monarch. Lusit. Liv. Prim. Cap. X. pg. 117 e 118.

⁷² Strabo. L. 3. Artemid. Apud (...).

dando sempre os que vinhão visitar este templo, huma cerimonia referida por Strabo no logar já citado; que tanto que o sol se queria pôr, ninguém ficava no templo, nem ousava chegar onde elle estava, antes se tornavão os que tinhão acabado seus votos, & os que vinhão de novo, aguardavão nos logares ao redor té o seguinte dia, em que lhes era licito visitar o templo, & offerecer sacrificio⁷³; & o Bispo de Girona, já allegado, diz que durarão as ruinas deste templo, & os sinais de sua grandeza té o tempo de Claudio Ptolemeo. Foy tanto o contentamento da gente Lusytana em se ver com aquellas superstições, & novos ritos de adorar os Idolos, & offerecer-lhes sacrificios, que sem nenhuma resistencia acceitarão por Rey & Senhor de Espanha a Hispalo, filho de Hercules, homem esforçadissimo, & de grande animo, que em companhia de muita gente Egypciana ficou reynando em nossa Lusytania, & nas mais provincias de Espanha, com universal satisfação da gente toda, a quem os beneficios presentes do Pay, & os passados do avó, tinhão as vontades muy (...).»

O mesmo auctor, fundando-se na auctoridade de (...) Chaldeo⁷⁴, de João de Viterbo, de Volaterrano e João Nasso, prepara uma segunda entrada e um feliz reinado em Hispanha a Hercules Lybico, 39 annos depois da primeira, e conclue nestes termos⁷⁵:

«Chegado Hercules a Lusytania fez, como aponta Laymundo, grandes favores aos naturaes da terra, estimando muito ver nelles hum concerto, & modo politico mais aventajado, que os outros povos de Espanha o qual lhe devia de nacer da muita communicação que avia em Portugal por causa da gente, que concorria ao templo, de que já tratamos. No qual, quer este Auctor, que Hercules fizesse sua sepultura, cercada com duas columnas grandes de prata, cheas de letras Egypcianas, em que avia grandes esconjurações contra as ondas do mar, porvirtude das quais crião os moradores da terra, que o mar não podia em nenhum modo chegar ás portas do templo, que estava edificado na praya. Da sepultura contão os Auctores maravilhas, porque affirmão ser feita de huma fabrica estranha naquelle tempo, onde se mandou enterrar Hercules, & foy reverenciado por Deos, em quanto durou a gentilidade.»

Como alguns chronistas hispanhoes pretendessem, para gloria da sua nação, que Hercules houvesse sido enterado no seu templo de Cadiz, fr. Bernardo, que em (...) de honra patriotica não era menos zeloso, sustentando que a sepultura existira no Cabo de S. Vicente, achou comtudo modo de conciliar as cousas a ponto que todos, portuguezes e hispanhoes, ficassem neste particular com seu quinhão; e assim concedeu aos nossos sempre ciosos, mas muito apreciaveis visinhos, que uns phenicios, que de suas terras vieram ter ao Cabo de S. Vicente poucos annos depois do 732 antes de Christo, levaram dalli para o templo de Cadiz os ossos do divinizado heroe, que decerto demandariam para seu transporte embarcação de boa tonelagem, se elle, o Hercules, não era menos alentado em proporções do que o celebre gigante Antêo, que matára e soterrára por suas proprias mãos, o qual (falla ainda fr. Bernardo)⁷⁶ «tinha, segundo quer Plutarco⁷⁷, & Marco Antonio Sabelino, settenta covados em comprimento, como experimentou nosso capitão Sertorio quando na cidade de Tangere em Africa mandou abrir esta sepultura.»⁷⁸.

⁷³ «Tambem dizem, que fôra elle (Hercules) quem mandou erigir sobre o cabo de S. Vicente, chamado então Promontorio Sagrado, aquelle famoso templo, onde se adorava o Sol, conforme o uso dos Egypcios, e accrescentão mais, que aqui foi enterrado.» hist. de Port. por Mr. de La Clede (tradc. 2ª edic. 1792) – Tom. I. pg. 25.

⁷⁴ (...) l. 5. Viterbo l. 14. c. 14. Volater. Geogr. l. 2 Nos. T. I. l. I. c. 10.

⁷⁵ Monarch. Lusit. Cap. XII do Liv. Prim. pg. 143 e 144.

⁷⁶ Monarch. Lusit. Cap. X. pg. 114.

⁷⁷ Plutarc. In vita sertor. Marcus Anton. (...). L. I. & (...). Lib. 2.

⁷⁸ Nota do auctor – em seguida. (pg. 3ª.).

Nota

Ao aparecimento de uma cousa desconhecida acudia sempre a ignorancia com o proposito de a tornar maravilhosa.

Foi o que durante seculos aconteceu em relação ás frequentes descobertas de esqueletos ou fragmentos fosseis dos grandes quadrupedes das faunas terciaria e quaternaria, taes como o *Dinotherium*, de todos os individuos do mundo antigo o maior, o Mastodonte, o elephante (*Elephas primigenius*) a que os francezes chamam Mammouth, outro elephante tambem extinto (*Elephas meridionalis*), etc. etc.

Da descoberta destes despojos animaes, nasceu a fabulogia dos gigantes, ou a gigantologia⁷⁹, que na litteratura da meia idade fez as delicias da sua época.

Se admittissemos como verdadeira a descoberta que Sertorio fez em Tanger dos taes ossos, seriam elles sem duvida alguma de algum elephante phossil, do mesmo modo que de elephante está reconhecido que era o enorme dente mollar, que em Hispanha se mostrára com singular veneração, na igreja de S. Christovão de Valencia, como reliquia deste santo, e bem assim que o braço de um santo que certos conegos de S. Vicente ainda em 1789 pozeram em procissão solenne *ad petendam pluviam*, não era mais nem menos que um femur de elephante.

O esqueleto do famoso gigante Teutobochus, descoberto nas margens do Rhône em tempo de Luis XIII está reconhecido como pertencente a um corpulento Mastodonte, sendo de um elephante os ossos do chamado gigante Polyphemo, descobertos no XIV seculo em Trapani, na Sicilia.

A respeito da sepultura de Antêo diz Plutarco, na vida de Sertorio (pg. 392, edic. de 1573), que tendo este heroe tomado de assalto em Africa a cidade de Tanger ou Ascalis, onde os africanos dizem estar enterrado Antêo, cuja grandeza se julgava monstruosa, quiz abrir aquelle jazigo e nelle, como é fama, acháva um corpo de 60 covados de comprido e que logo o mandara cobrir de terra, immolando-lhe victimas com grande veneração sua e dos naturaes: «Ibi Antaeum tradunt Afri conditum, eisesque tumulum ervit Sertorius non habita barbaris fide ob magnitudinem. Ut corpus offendit sexaginta cubitos, ut fama est, lougum; caesis victimis tumulum ad aggeravit, honoresque & famam ejus amplificavit.»

Se a sepultura de Hercules encerrava ossos de tão descommunal grandeza, bem se poderá ajuizar de que genero seria o idolatrado gigante.

Aqui está pois em resumo, e contado por quem melhor do que nós o sabia, o que de mais principal se escreveu ácerca desta lenda, de que já nos haviamos occupado a pedido do nosso mui sabio escriptor e grande poeta o sr. visconde de Castilho⁸⁰, para annotação ao verso terceiro de pag. 59 da sua memoravel traducção dos Fastos de Ovidio, publicada em 1862 pela Academia Real das Sciencias⁸¹.

(48)

⁷⁹ De gigantibus, auctore Jo Cassanione Monstrolieense. Basil. 1580, le ito por Figo.

⁸⁰ Antonio Feliciano de Castilho, nome que nunca deve esquecer-se, por valer muito mais que o maior dos titulos.

⁸¹ A nossa nota é a vigessima quinta: acha-se de pg. 469 a 478 do tom I, parte II da dita obra, intitulada «Ovidio e Castilho – Os Fastos».

EPOCA PRIMEIRA LENDAS E TRADIÇÕES

O sol, e a dança nocturna dos deoses no cabo de S. Vicente

Pretendem alguns historiadores daquelles que tanto peregrinaram por entre as trevas dos seculos, que os povos chamados curetes, originarios da Grécia, occupassem o cabo hoje denominado de S. Vicente, isto nada menos que poucos annos depois do diluvio asiatico; e para que esta invenção não corresse de todo desenfeitada, attribuiram a estes povos certas superstições e ritos idolatras que não deixam de ter aqui seu cabimento como lendas, cuja figurada origem já ultrapassa os dominios da historia.

(49)

Se «os ignorantes são os mais felizes dos homens», como dizia um sabio que arrastára sua inteira iistencia em trabalhos sempre aturados e que não poucas vezes sentira dentro em si os rigores da penuria, os curetes, deveriam ter logrado vida mui tranquilla e regalada, se duas cousas lhes não trouxessem o animo um tanto aturdido e sobressaltado.

Não pondo a rol a chorada perda de algumas cabeças de seus rebanhos, que o pae dos tres ultimos Geriões lhes tomára algumas vezes saindo-se da ilha Eribrea como salteador e ratoneiro finissimo, pois que de maus vizinhos de ao pé da porta ninguem está isento, os ingenuos curetes viam com particular espanto e desgosto, o que todos os dias, sem falhar um, olhava para elles a uma certa hora com rosto muito maior do que tinha emquanto pairava sobre suas cabeças; que se aproximava pouco a pouco da terra com ares de querer ameaçar as creaturas humanas, que nunca o haviam offendido em cousa alguma, e que a final terminava sempre estas exquisitas ameaças deixando-se cair nas aguas do mar, onde apagava o fogo que no lado opposto tinha por costume accender para alumiar, mui provavelmente os perversos Geriões e os bondosos Curetes dos filhos das mais densas trevas. Este procedimento do sol não pouco deu que pensar⁸², porque era de temer que algum dia quizesse aproximar-se ainda mais da terra, e com seus raios abraçar os gados que pastavam, e as proprias pessoas, que vida não menos modesta e pacifica viviam. E a ser possivel que tal succedesse, bem comprehensivel receio era o desses talvez bisnetos de Noé, que assim já pareciam prever quão malaventurada é sempre para os pequenos toda a luta inventada contra os grandes, porque nem o rasteiro azevem chegará jamais a ser arbóreo, nem o altaneiro cedro hade abaixar-se das nuvens para ser abafado pelas hervagens da campina.

Quando porem menos o esperavam, ganharam os Curetes um grande recurso, contra seu pavor desde que ao cabo sagrado começaram a ir estrangeiros a offerecer sacrificios no templo de Hercules; pois com estes peregrinos viajantes aprenderam o modo mais commodo de se livrarem das iras do sol naquelles momentos em que delle maior receio concebiam; e porque com toda a clareza já este caso corre escripto, sirvâmo-nos pois das proprias palavras de quem primeiro o colligiu, e o escreveu com todo seu aparato.

Um monge cisterciense, e chronista mór do reino, é quem vai fallar⁸³; tem a palavra fr. Bernardo de Brito.

Contando que Hispalo (um dos taes imaginarios reis que (...) deu ás Hispanhas) morrêra no anno 1702 antes de Christo, diz a respeito de Hispano seu filho, bem como ácêrca da lenda que fica enunciado, o que em seguida vai ler-se:

«Foy aceitado por Senhor no templo de Hercules (segundo aponta Laymundo⁸³), porque avendo só aquelle em Espanha, era forçado acudir a elle, todos os que tinham votos que cumprir, & alguma cousa grande que começar. E pois chegamos a contar, que no principio do Reyno vinhão estes Reys antigos ao templo de Hercules, quasi reconhecendo a seus idolos a mercê grande de os chegarem a tão alto estado, & pidindolhe favor, pera com

⁸² Presume-se que os Curetes deveriam pensar, pelo simples facto de serem homens; pois diz Voltaire «Le fabricant éternel a donné aux hommes organisation sentiment et intelligence.» Volt. Dialogues et entretiens philosophiques (edic. De Paris, 1792) tom. 36^a pg. 428.

⁸³ Laym. Lib. I. (Cit. do auct.) Sempre Laymondo!...

piedoso successo governar seu povo: não será fora de proposito referir uma cerimonia, que o proprio Laymundo conta neste caso assás curiosa, por ser tão antiga. Strabo⁸⁴ em sua Geographia) tinham por hum sacrilegio grandissimo ousar alguém ver o Sol, quando se lançava no mar Oceano, porque realmente cuidavão, que pôr-se o Sol não era mais, que cayr do ceo na agoa do mar, & apagar-se do resplendor que tinha, como hum ferro ardente faz mettido n'agoa. E por este respeito nossos Lusytanos antigos, quando se queria pôr o sol, (principalmente aquelles, que vivião junto do mar) não ousando ver aquella falta, no que elles tinham por Deos debaixo deste nome de Apollo, viravão as costas, té que de todo era posto. E si de todos era commum esta cerimonia, principalmente a tinham & guardavão os moradores do Cabo de S. Vicente, que não só lhes parecia crime a vista do Sol, mas inda se goardavão de dormir em toda aquella ponta de terra, tendo por cousa muy notoria, que os Deoses vinhão alli a fazer grandes festas e danças, tanto que era noite, sendo isto já tão recebido do mundo todo, que os homens de longe (como já disse acima) quando vinhão visitar o templo, se chegavão tarde, dormião em algumas povoações que avia perto, por lhes não acontecer pôr-se o Sol estando elles no cabo da terra santa. Só aos sacerdotes dos idolos, & ao Rey o dia que tomava posse do Reyno era licito agoardar na praya do mar, olhando direito ao poente: & tanto que o Sol queria esconder-se de todo ponto, se lançava el Rey, & sacerdotes debruços muito tristes, & vindose com esta dor ao templo fechavão as portas da parte de dentro, té a madrugada, que o novo Rey se punha no proprio lugar, onde o dia dantes vira pôr o Sol, do qual se não apartava té que o via outra vez no Oriente. E com grande alegria se tornava a offerecer sacrificios a seus Deoses, gastando o restante do dia em comer & beber, com todos seus privados. E dahi em diante ficava tido por homem mais sabio, & de mais conta que os outros, como que vira secretos, & misterios dos Deoses, que ninguem alcançava.»⁸⁵ (Fig. 11) (50)

«E (começando a tratar da entrada de gente de Carthago em Hispanha, accrescenta que Hanon) como dos Turdetanos, que vivião em Andaluzia, ouviisse muitas vezes contar estranhezas de Lusitania, & dos moradores della, principalmente dos que vivião no cabo de S. Vicente, antigo assento dos povos que Justino⁸⁶ chama Curetes, & o Bispo de Girona, seguindo sua auctoridade⁸⁷, os trata com o proprio nome, & lhe dá o mesmo assento, fazendoos fundadores da cidade de Sylves, que hoje he Metropolitana, & cabeça do Reyno do Algarve⁸⁸: entre os quais (como já tocamos acima) era fama, que os Deoses vinhão de noite a fazer grandes danças, & dizião, que o Sol parecia de grandeza quasi infinita, quando se lançava nas agoas.»⁸⁹

Referida assim esta lenda, julgamos em vista das suspeitosas auctoridades que a composeram, e da data que lhe assignaram, poder incluil-a nesta primeira epoca, em que ainda não ha ver armas romanas levantadas contra o poder de Carthago.

⁸⁴ Strab. In Geograph. I. Idem

⁸⁵ Monarch. de Lusit. Liv. Prim. pg. de 132 a 135.

⁸⁶ Justin. Lib. 44. Citado pelo auctor.

⁸⁷ Episcop. Gerund. Lib. I. Citado pelo auctor.

⁸⁸ Strab. Lib. 3. Citado pelo auctor.

⁸⁹ Monarch. Lusit. Liv. Seg. pag. 72 e 73.

3. NOTAS E COMENTÁRIOS

1 – O “Romanceiro do Algarve” foi editado em Lisboa, em 1870, tendo sido objecto de rediç o facsimilada, em 2006, pela Universidade do Algarve, com um estudo introdutório de José Joaquim Dias Marques. O “Cancioneiro do Algarve” jamais se publicou.

2 – Esta informação é importante para se conhecerem os antecedentes da presente obra, já de carácter sintonico, reunindo-se nela os elementos de interesse arqueológico entretanto reunidos. Note-se que 1857 foi o ano da criação da segunda Comissão Geológica, que, tendo por membros directores F. Pereira da Costa e Carlos Ribeiro, tantos e tão notáveis contributos proporcionou aos avanços do conhecimento dos tempos pré-históricos em Portugal. 1866 foi o ano em que Estácio da Veiga publicou a sua pequena monografia dedicada aos “Povos Balsenses” estudo em que apresentou diversas inscrições romanas (uma delas escrita em grego), da área da antiga cidade de Balsa, parte da qual se situava em propriedades de um seu familiar (VEIGA, 1866).

3 – Com efeito, o presente estudo corresponde sobretudo a recolha de informações de amigos e conterrâneos, mais do que a sistemáticas explorações de terreno, as quais só viriam a concretizar-se a partir de Março de 1877, com o início do levantamento da Carta Arqueológica do Algarve, que lhe tinha sido encomendada pelo Governo.

4 – Esta linguagem agressiva, desdenhosa e até insultuosa, aqui levada ao limite, poderá estar na origem de dissabores ou desconsidera  es sofridas por Estácio da Veiga, por parte dos seus pares.

5 – O título desta obra, como anteriormente se assinalou (PEREIRA, 1981), poderá relacionar-se com o da obra do seu aludido antepassado Gaspar Esta o, “Várias Antiguidades de Portugal”, publicada pela primeira vez em Lisboa, em 1625. Na verdade, como ali se refere, Estácio da Veiga foi educado no culto da Família e das suas tradições, pelo que esta semelhança não será fruto do acaso. Importa referir que o manuscrito estava a ser redigido a 16 de Março de 1874, conforme carta endereçada a Possidónio da Silva (PEREIRA, 1981, p. 57).

6 – As citações aos trabalhos de Boucher de Perthes e respectivos conteúdos, bem como as inúmeras referências a obras de autores coevos, como Charles Lyell, Louis Figuier e Paul Gervais, mostram que Estácio se encontrava familiarizado com as produções científicas mais relevantes do seu tempo, no domínio da Arqueologia, da Paleontologia e da Geologia, cujo conhecimento se interpenetrava. A mandíbula humana a que se refere,   a que foi descoberta a 28 de Março de 1863 no vale do Somme, em Abeville, no sítio designado Moulin-Quignon. Esta mandíbula encontrava-se supostamente num depósito quaternário não remexido, associada a materiais do Paleol ico Inferior. Era a primeira vez que se recolhia um resto humano supostamente tão antigo, o que viria a desencadear importante discussão científica. Dados os trabalhos antecedentes na região de Boucher de Perthes, autor da c ebre obra, publicada em três volumes, entre 1847 e 1864, citada por Estácio, os quais, depois de porfiados esforços, vieram a ser reconhecidos pela comunidade científica, a opinião dos seus pares encontrava-se, naturalmente, predisposta a creditar esta descoberta, o que viria em parte a suceder. Contudo, a mandíbula era moderna, como mais tarde veio a ser reconhecido, desconhecendo-se contudo o modo e a razão pela qual foi introduzida no depósito, talvez para assim se obterem recompensas materiais. Eis como um erro científico p de concorrer, de forma eficaz, para a descoberta da verdade – a antiguidade da espécie humana, reportada então ao período “diluviano” – a qual viria, por outras descobertas coevas, a ser cabalmente confirmada.

7 – O rasgado elogio a Pereira da Costa decorre das boas relações por este mantidas com Estácio, expressas até pelas facilidades no acesso e estudo dos materiais pré-históricos oriundos do Algarve e então conservados no Museu da Escola Politécnica, por aquele dirigido. Pereira da Costa foi um empenhado investigador do passado pré-histórico do actual território português. Desinteligências com Carlos Ribeiro, seu colega na Segunda Comissão Geológica, conduziram à extinção da mesma, em Dezembro de 1868 e ao transporte das colecções paleontológicas e arqueológicas entretanto reunidas para a Escola Politécnica, aonde Pereira da Costa regressou, na qualidade de professor de Mineralogia. Com a reorganização da Comissão Geológica, em 1869, com apenas Carlos Ribeiro na direcção da instituição, Pereira da Costa deixou de interessar-se pela investigação arqueológica, vindo a falecer muito anos depois, em 1888. Deixou inacabados alguns trabalhos sobre arqueologia pré-histórica: é o caso de um conjunto de litografias de materiais pré-históricos, o qual se previa fosse integrado em um álbum a apresentar na Exposição Universal de Paris, em 1867 (CARREIRA & CARDOSO, 1996), bem como outro conjunto de litografias de monumentos megalíticos, destinado a publicação que se sucederia à que foi concluída em 1868, à qual Estácio faz referência (COSTA, 1868).

8 – É interessante verificar que Estácio estava bem informado da história da investigação arqueológica em Portugal, ao referir o estudo, publicado em 1733, de Martinho de Mendonça de Pina sobre as antas portuguesas, hoje em dia desconhecido de muitos dos estudiosos das manifestações megalíticas portuguesas...

9 – A importância que a fauna de grandes mamíferos detinha na periodização dos tempos quaternários encontra-se claramente expressa na eleição das espécies consideradas mais representativas de cada época para a sua respectiva designação. Actualmente, tem apenas interesse histórico, até por exprimir o notável avanço e impacto dos estudos paleontológicos no decurso da segunda metade do século XIX.

10 – As reservas que Estácio da Veiga emite relativamente à validade das supostas descobertas de testemunhos arqueológicos do homem terciário efectuadas por Carlos Ribeiro, publicadas em 1871 (RIBEIRO, 1871), embora hoje se afigurem totalmente legítimas, na época parecem em parte decorrer de eventuais reservas que Estácio tivesse do seu autor. Tais reservas fundar-se-iam, não tanto na validade das descobertas do insigne arqueólogo e geólogo, que Estácio declara não conhecer em pormenor, nem ter suficiente competência para avaliar, mas sobretudo do seu comportamento pessoal, perante F. Pereira da Costa, de quem Estácio se declara devedor. Conhecendo os exigentes princípios éticos de Estácio, é natural que, estando apenas informado por uma das partes – Pereira da Costa – a actuação de Carlos Ribeiro lhe pudesse merecer reservas, ainda que não expressas. Daí ao extravasar de tais reservas para o plano científico, ia um passo (ver nota 8). Note-se que Estácio não tinha razão quanto a este último ponto: Carlos Ribeiro, à data da redacção desta obra, era já um geólogo e arqueólogo conhecido e considerado além-fronteiras, e as suas descobertas mereciam já suficiente crédito internacional, depois da sua apresentação em Bruxelas em 1872 (RIBEIRO, 1873), vindo a provocar a reunião, em Lisboa, em Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas.

11 – Ver nota 6.

12 – As fundadas esperanças depositadas na potencial riqueza arqueológica do solo algarvio, viria Estácio da Veiga a demonstrá-las cabalmente, a partir de 3 de Março de 1877, quando, a expensas do Governo, planeou e executou, através de aturados trabalhos de campo, a Carta Arqueológica do Algarve, a qual viria a ser acompanhada da respectiva memória descritiva, consubstanciada na obra *Antiguidades Monumentais do Algarve*, publicada em quatro volumes entre 1886 e 1891, relativa aos tempos pré-históricos. A Carta Arqueológica do Algarve,

relativa aos tempos históricos, bem como o quinto volume da obra ficaram inéditos em vida do autor, vindo a ser publicados postumamente (VEIGA, 1904, 1905, 1910, 2005, 2006).

13 – Refere-se às ruínas da Boca do Rio, que explorou parcialmente em 1877; os resultados das suas explorações só vieram a ser publicados em 1910, acompanhados dos desenhos dos belos pavimentos revestidos a mosaico, desenhados por sua Mulher, Amélia de Claranges Estácio da Veiga (VEIGA, 1910, 2006).

14 – As ruínas submersas existentes no mar defronte de Quarteira são de há muito conhecidas (FARRAJOTA, 2004), tendo sido recentemente objecto de trabalhos de arqueologia subaquática.

15 – A referência a colaboradores é uma constante desta obra, bem como das que se lhe seguiram, a cujos préstimos deve Estácio muitos dos sucessos da sua investigação. Teixeira de Aragão era um nome conhecido, autor de um importante manual de numismática portuguesa e futuro confrade na Academia das Ciências de Lisboa. A colecção de objectos pré-históricos adicionada ao museu da Escola Politécnica deve corresponder aos espólios arqueológicos para ali trasladados depois da extinção da Segunda Comissão Geológica, em Dezembro de 1868, a que já antes se fez referência. Enfim, Joaquim José Júdice dos Santos era um dos mais importantes coleccionadores de objectos arqueológicos algarvios, tendo a sua colecção sido depositada sucessivamente em diversas instituições: Museu Arqueológico do Algarve, Gabinete de Antiguidades da Biblioteca Nacional e, enfim Museu Etnográfico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia).

16 – Os materiais arqueológicos provenientes da Gruta da Casa da Moura, no planalto das Cesaredas (Óbidos), mencionados no texto, são os que resultaram da exploração ali conduzida em 1865 por J. F. Nery Delgado, então Adjunto da Comissão Geológica de Portugal, e por ele publicados, na que constitui a primeira monografia portuguesa dedicada a uma gruta com ocupação pré-histórica (Delgado, 1867). Estes materiais, como muito outros, foram parcialmente transferidos para a Escola Politécnica, onde Estácio da Veiga os observou, depois da extinção da Segunda Comissão Geológica de Portugal, em Dezembro de 1868.

17 – Actualmente, são conhecidos alguns exemplares de arquitectura dolménica no Algarve, tanto no sotavento como no barlavento. De notar que Estácio viria a explorar, anos depois, alguns deles, como o monumento n.º 1 de Alcalar (Portimão), pertencente à notável necrópole ali existente. As considerações que Estácio apresenta seguidamente sobre a arquitectura dolménica baseiam-se em trabalhos então de consulta obrigatória, como o publicado pelo Barão de Bonstetten em 1865 (BONSTETTEN, 1865), no qual o autor reproduz, entre muitos outros, um dólmen português, reportado a Arraiolos (p. 22) ou o seu equivalente português, da autoria do seu amigo Pereira da Costa (COSTA, 1868), a par de obras científicas de cunho especializado, como a de Charles Lyell (LYELL, 1863). É interessante verificar também a valorização das fontes escritas antigas, por exemplo no tocante à discussão do significado do topónimo “Antas”, perto de Tavira, sem esquecer os autores clássicos e as obras impressas em séculos anteriores, como a de Martinho de Mendonça de Pina, nas Memórias da Academia da História (PINA, 1733). É este ecletismo na formação científica de Estácio da Veiga que lhe conferiu a possibilidade de abordar e discutir uma mesma temática sob vários prismas, mutuamente enriquecedores, situação que, à época – tal como na actualidade – se afigurava ímpar, no panorama nacional.

18 – Estas duas estampas não se encontram juntas ao original manuscrito. É provável que os esboços de machados apresentados na Fig. 3 correspondam a exemplares que se destinariam a ser publicados. No volume 2 das Antiguidades Monumentais do Algarve, reproduzem-se em litografia numerosos exemplares, entre os quais certamente os que são referenciados na presente obra.

19 – Trata-se de um dos vários exemplares existentes na Escola Politécnica, no caso coligido por um dos seus funcionários, e não em resultado da transladação para aquelas instalações das colecções da extinta Comissão Geológica de Portugal, efectuada em resultado da extinção da 2.^a Comissão Geológica de Portugal, em Dezembro de 1868 (ver nota 15).

20 – A existência de moldes, na Escola Politécnica, de exemplares de pedra polida da coleção Júdice dos Santos encontra-se comprovada por esta passagem. A referida colecção, como se referiu na nota 15 foi ali recebida, a título de depósito, tendo depois sido transferida para a Biblioteca Nacional. O sítio de Loubite ou Lobite corresponde a povoação medieval, citada em documentos da chancelaria de D. Pedro I, hoje totalmente desaparecida (GOMES, CARDOSO & ALVES, 1995, p. 48).

21 – Desconhece-se o local desta escavação, bem como as condições dos achados. É tentador relacioná-los com a descoberta de um conjunto de ídolos de calcário, igualmente nas imediações de Silves, perto da povoação de Pêra (CARDOSO, 2002).

22 – Desconhece-se qualquer outra informação sobre a natureza, características e época desta necrópole.

23 – Ver nota 19.

24 – Estas estampas faltam igualmente no original manuscrito. Contudo, nas Figs. 4 a 7, reproduzem-se esboços de diversos artefactos metálicos já conhecidos aquando da redacção desta obra, os quais deverão ter incorporado as referidas estampas.

25 – Este exemplar está representado nas Figs. 4 e 5. Nesta última, encontram-se indicadas as facetas a que Estácio alude. Trata-se de uma grande ponta Palmela, certamente pertencente a arma do tipo dardo. Foi posteriormente reproduzida no volume 4 das Antiguidades Monumentais do Algarve, Est. II, n.º 1 (VEIGA, 1891).

26 – É interessante observar que, já em 1874, Estácio pugnava pela existência de uma época de transição, que mais tarde fez corresponder à Idade do Cobre, onde coexistiriam objectos de pedra com as primeiras manufacturas metálicas, produzidas em cobre. Ver sucessivas abordagens deste tema no volume 4 das Antiguidades Monumentais do Algarve (VEIGA, 1891).

27 – Trata-se de exemplar reproduzido na colecção de litogravuras mandadas executar pela Segunda Comissão Geológica de Portugal e que se destinavam a ilustrar álbum coordenado por Pereira da Costa a ser apresentado na Exposição Universal de Paris, em 1867, o qual jamais se concluiu (ver nota 8). Foi entretanto publicado (CARREIRA & CARDOSO, 1996, Fig. I E, n.º 1; CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002, Fig. 62, n.º 4).

28 – Os dois exemplares do dólmen de Los Eriales, publicados por Manuel de Góngora y Martínez em 1867 eram conhecidos de Estácio, que não só os cita, mas também os reproduz em esboço, acompanhando exemplar de Paderne (ver Figs. 4 e 5).

29 – Esta serpente de bronze foi objecto de descrição no volume 4 das Antiguidades Monumentais do Algarve, encontrando-se ali reproduzida (VEIGA, 1891, Est. XXII, n.º 5). Foi referida posteriormente por numerosos autores, sendo recentemente atribuída à Idade do Ferro; já Estácio da Veiga a considerara anterior à época romana, até

por ter sido encontrada sob estruturas romanas. O manuscrito tem interesse, por vir precisar o local do achado, num monte sobranceiro à margem esquerda do estuário do rio Arade, entre Ferragudo e o forte de S. João, e não na praia da Angrinha, como por lapso se indicou recentemente (GOMES, CARDOSO & ALVES, 1995, p. 67). É de destacar a assinalável preocupação de Estácio da Veiga enquadrar do ponto de vista cultural e cronológico este singular achado, nisso revelando a bem conhecida profundidade dos seus conhecimentos científicos.

30 – A longa discussão dedicada aos objectos, especialmente aos machados, de cobre e de bronze, revela um investigador consciente da vantagem do rigor e da necessidade das afirmações se encontrarem devidamente suportadas bibliograficamente; a diversidade e quantidade de autores compulsados evidencia ainda mais a qualidade que o autor pretendia tivesse esta obra, embora tal preocupação fosse, por outro lado, reveladora de um incipiente conhecimento, em Portugal dos assuntos tratados, o qual, aliás, se encontra também evidenciado pela necessidade de proceder a extensas transcrições. É, enfim, de registar o facto de ser um investigador sediado fora de Lisboa (na altura residia em Mafra onde permaneceu entre 1867 e 1 de Janeiro de 1875) e, para mais, não integrado em qualquer instituição onde pudesse ter acesso à grande quantidade de obras citadas, as quais, sem dúvida, consultou. Este esforço individual, feito à custa da sua própria bolsa e iniciativa, torna-se difícil hoje, de avaliar, agravado pelo estado incipiente dos estudos arqueológicos em Portugal.

31 – Parece hoje inquestionável atribuir aos machados de bronze um valor intrínseco, como mercadoria, funcionando como elementos de troca pré-monetários. É talvez isso que explica a ocorrência, por vezes às dezenas, no território português, de verdadeiros depósitos de peças saídas do mesmo molde e que nunca serviram, a que se contrapõem os conjuntos constituídos por peças já fora de uso, partidas ou deformadas. Naturalmente, as considerações expandidas por Estácio acerca da possível utilização de tais peças detêm actualmente apenas interesse histórico.

32 – A referência, incompleta, aos desenhos dos exemplares de Estombar e de Paderne mostra que aqueles ainda se não encontrariam executados. Um dos machados de bronze de Paderne foi desenhado em esboço, reproduzindo-se na Fig. 8. Outros exemplares com a mesma proveniência, bem como o oriundo de Estombar, encontram-se publicados no volume 4 das Antiquidades Monumentais do Algarve (VEIGA, 1891, Est. XXII).

33 – Estas estampas não se encontram juntas com o original manuscrito, mas os desenhos referem-se aos exemplares ulteriormente publicados pelo autor. Ver nota 32.

34 – Ver nota 31. O texto anterior encontra-se, a partir deste ponto, repetido no conteúdo, sendo diferente a forma. Reproduz-se, no entanto, também esta segunda versão, por ter evidente interesse para o conhecimento da evolução do estilo do discurso do seu autor.

35 – A hipótese de os machados de alvado com uma argola poderem ter sido utilizados directamente na mão, tem hoje, evidentemente, apenas interesse histórico. Já a existência de o machado reproduzido na Fig. 9 ter sido assim utilizado, por possuir uma bracelete fixada àquela, mostra uma outra realidade, que é a do referido exemplar ter conhecido uma utilização secundária, eventualmente de cunho funerário ou ritual, aproximando-se, neste particular, de machado encadeado a dois braceletes do depósito de Ervedal, Fundão (COFFYN, 1976).

36 – Esta afirmação corresponde a uma das contribuições científicas mais importantes de Estácio da Veiga no domínio da Arqueologia, que manteve até à morte (VEIGA, 2006): a de ter existido uma Idade do Cobre anterior e independente da Idade do Bronze. Ver nota 26.

37 – O machado que Manuel de Góngora y Martínez reproduz na sua obra clássica, já atrás citada, corresponde a um exemplar do Bronze Final, de talão, com dois anéis laterais, erradamente considerado pelo autor como de cobre (GÓNGORA y MARTÍNEZ, 1868, Fig. 138). Tinha, no entanto, razão Estácio da Veiga, ao considerar, por meros critérios tecno-tipológicos, que os machados deste tipo eram mais modernos que os machados planos de gume mais ou menos peltado, do Bronze Pleno, como os exemplares de Estombar e de Paderne. Ver nota 32.

38 – Este “povo incógnito”, pertence, a uma época “imediata à última idade da pedra”, segundo a terminologia utilizada por Estácio, visto, na verdade, dever ser integrado no que actualmente se designa como Bronze Pleno do Sudoeste, ou Bronze Meridional Português, recorrendo à terminologia proposta por F. Nunes Ribeiro, em 1965.

39 – Estes dois artefactos correspondem, na verdade, a dois punhais certamente de cobre, com empunhadura fixada por rebitagem, integrando-se no Bronze Pleno. É provável que tivessem sido recolhidos em alguma necrópole de cistas, das diversas que, tanto no Sotavento, como no Barlavento algarvio se conhecem, desde o tempo de Estácio da Veiga e por este exploradas (Fig. 10).

40 – O conhecimento arqueológico pormenorizado da área onde outrora se localizou a cidade romana de Balsa, perto de Tavira, resultou de as respectivas propriedades pertencerem à sua Família; lembre-se que a pequena monografia com que se estreou nas lides arqueológicas, publicada em 1866, ser dedicada às referidas descobertas. Ver nota 3.

41 – Claro que actualmente estas afirmações possuem interesse exclusivamente histórico. Na verdade, os artefactos em causa são muito anteriores à presença céltica, integrando-se, como acima se referiu, no Bronze Pleno do Sudoeste. Ver nota 39.

42 – A antiguidade do fabrico de artefactos de cobre, que lhes era atribuída por Estácio da Veiga, está presente em mais esta passagem. Ver notas 26 e 36.

43 – A mina de cobre de Alte forneceu a Estácio da Veiga, como outras do Algarve (caso da mina de Cumeada, em Silves), indícios de exploração pré-histórica. É natural, pois, que o autor a relacionasse com o cobre de que eram feitos os machados encontrados nas suas vizinhanças.

44 – O conjunto dos materiais arqueológicos descritos neste manuscrito, foi depois reapreciado e publicado no volume 4 das Antiguidades Monumentais do Algarve, em 1891.

45 – O índice detalhado do plano completo do manuscrito, apresentado no fim da parte que dele foi escrita, é diferente do índice sumário que se apresenta no seu início. Verifica-se que Estácio pretendia apresentar um estudo sistemático sobre as “antiguidades” algarvias, desde a época da pedra polida, até à de D. Diniz, valorizando – o que era inédito, na época – a presença islâmica, tomando sempre como elementos de estudo, tanto os testemunhos materiais, como as fontes escritas, o que também se afigura ímpar, em termos metodológicos, em 1874. Porém, deste ambicioso plano, de evidente interesse para a História Regional, até hoje ainda não concretizado, apenas conseguiu concluir, e ainda assim de forma não definitiva, a parte respeitante aos tempos pré-históricos, a que respeita o índice que antecede o manuscrito, que lhe diz directamente respeito. É interessante verificar que ao índice detalhado do plano original da obra, se sucede um outro, dedicado aos tempos geológicos, que também não chegou a ser desenvolvido.

46 – O texto sobre as peças metálicas agora descritas foi já apresentado anteriormente, em outra versão; esta, segundo a paginação aposta a lápis, em época posterior, sucede-se aos dois índices transcritos. Por isso, ainda que evidentemente fora de ordem, se respeitou a que é indicada no documento. Refere-se à ponta Palmela recolhida nos campos de Paderne, já tratada na nota 25, e à serpente de bronze encontrada em Ferragudo (ver nota 29); enfim, a última descrição refere-se a “arma de cobre em forma de punhal”, que anteriormente tinha sido considerada como “ponta de lança” (ver nota 39).

47 – Este novo capítulo corresponde ao último Artigo (o III) do índice apresentado no início do manuscrito, com ele se concluindo o original conservado. Entre a página correspondente ao início do capítulo das “Lendas e Tradições” e a que respeita à descrição dos objectos metálicos mencionados na nota 46, medeiam diversas páginas numeradas a lápis (1/106 a 1/115) que não se integram na sequência original do manuscrito: respeitam a apontamentos diversos, sem continuidade entre si. Por isso, não foram transcritas.

48 – Boa parte deste capítulo tinha já sido anteriormente apresentada por Estácio, como é referido pelo próprio, em extensa nota incluída na tradução dos Fastos, de Ovídio, feita por Castilho, publicada cerca de doze anos antes.

49 – Curetes, sinónimo de cynetes, ou cinetes, povo proto-histórico que ocuparia a zona do barlavento algarvio. Mais uma vez, se evidencia a valorização que Estácio fazia de informação de fontes tão diversas e heteróclitas, tendo por objectivo a caracterização da realidade pretérita, nisso residindo um dos principais interesses deste manuscrito. Relembre-se que se trata de obra cuidada, mas que não é ainda a que corresponderia à versão final, que não chegou a redigir.

50 – A descrição dos rituais realizados no Cabo de S. Vicente pelas populações proto-históricas interessou a tal ponto Estácio da Veiga, que este, em resultado de reconhecimentos de campo efectuados na região, elaborou esquema da região, talvez em época posterior à da redacção da presente obra, o qual, pelo evidente interesse documental, e por ter permanecido inédito, agora se publica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BONSTETTEN, Baron A. de (1865) – *Essai sur les dolmens accompagné d'une carte, de planches et de dessins sur bois*. Genève: Imprimerie de Jules-Guillaume Fick.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Sobre os ídolos de calcário de Pêra (Silves) e o seu significado no quadro do Calcolítico do sul peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 20, p. 61-76.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.
- CARDOSO, J. L. (2007) – Vida e obras de Estácio da Veiga. 4.º Encontro de Arqueologia do Algarve – Percursos de Estácio da Veiga (Silves, 2006). Actas: Câmara Municipal de Silves, 1, p. 15-72.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Um conjunto de litografias arqueológicas inéditas da Comissão Geológica de Portugal. *Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 82, p. 145-168.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.

- COSTA, F. A. Pereira da (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- COFFYN, A. (1976) – *L'Âge du Bronze au Musée de F. Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Da existência do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Notícia acerca das grutas de Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- FARRAJOTA, J. M. (2004) – Ruínas submersas de Quarteira. Uma interpretação. *12.º Congresso do Algarve*. Actas, p. 163-170.
- GOMES, M. Varela; CARDOSO, J. L. & ALVES, F. (1995) – *Levantamento arqueológico do Algarve. Concelho de Lagoa*. Mem Martins: Câmara Municipal de Lagoa.
- GÓNGORA y MARTÍNEZ, M. de (1868) – *Antigüedades prehistóricas de Andalucía*. Madrid: Imprenta a cargo de C. Moro.
- LYELL, C. (1863) – *The geological evidences of the antiquity of Man with remarks on theories of the origin of species by variation*. London: John Murray. (1ª. Edição).
- PEREIRA, M. L. E. V. A. S. Silva (1981) – *O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881)*. Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no Séc. XIX. Anais do Município de Faro. Faro. 219 p. (separata).
- PINA, M. de Mendonça de (1733) – Notícias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 30 de Julho de 1733. *Collecçam dos Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza*. Lisboa: Na Officina de Joseph António da Sylva. 16, p. 1-22.
- RIBEIRO, C. (1871) – *Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado*. Memória apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur les sílex taillés découverts dans les terrains miocène et pliocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie préhistoriques. Compe-rendu de la VI Session (Bruxelles, 1872)*. Bruxelles: C. Muquardt, éd., p. 95-99.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d'Ares distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1880) – *A tabula de bronze de Aljustrel lida, deduzida e commentada em 1876*. Memórias da 2ª. Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa. 5 (2), 61 p. (separata).
- VEIGA, S. P. M. Estacio da (1886, 1887, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos prehistoricos. 4 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1904, 1905, 1910) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (elementos para o volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estacio da Veiga, por elle deixados em manuscrito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, 1904 p. 200-210; 10, 1905, p. 6-14; 107-118; 15, 1910, p. 209-233 (notas de J. Leite de Vasconcellos).
- VEIGA, S.P. M. Estácio da (2005) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. 4 vols. Prefácio de Teresa Júdice Gamito. Coimbra: Universidade do Algarve/Faro Capital Nacional da Cultura.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (2006) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Tempos históricos. 5. Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Nacional de Arqueologia. Apresentação de João Luís Cardoso; notas e comentários de João Luís Cardoso e Alexandra Gradim.

Lendas e Tradições

Objeção de Herules na boca de S. Vicente

1/117

Até tempos assás remotos vemos referida esta lenda, que sem duvida nos citam como coisa acontecida 1718 annos antes do nascimento de Christo, nada menos que nos sustentados dias do summo sacerdotio do patriarca Jacob; e não como seja daquellas que a historia antiga não alumia nem abona com seu assento, porisso lhe aqui damos ingresso nesta ultima parte da época prehistorica.

De uma unica fonte extrahimos quanto vamos narrar, porq̃m tão crasso é seu manancial, que bem com elle se poderiam formar tres camadas debuicadas de cousas fósseis, uma desde Beross até ~~Chimio~~ ^{de Niterbo}, outra desde este famoso inventor dos fabulosos reis de Hispanha até fr. Bernardo de Brito, e finalmente a terceira ^{com o} que este auctor despon preparada para os que em sua fé houvessem de o seguir.

A erudição que vai em breves momentos oppôr-se á admiração dos leitores, fique-se sabendo que é toda tomada a título de empréstimo gratuita; porisso, acabado este serviço, voltará toda inteira para o credito de seus donos, e sem juro da móra, poisq̃m mal fadaria pagal-o quem de falsa moeda não usa.

Entre deste ano de em scena o grande Hercules Lybico, ou Orro Lybico, como lhe chamam seus biographos e chronicistas, mas tentamos tanto em o não confundir com outros da mesma ficção, a quem se gentilmente papá dedica sacrificios e cultos em termos mais conhecidos, poisq̃m para esses não temos aqui hospedagem.

A lenda anda pouco mais ou menos por isto.

Os tres Jivões, filhos do primeiro tyranno deste nome que foy morto por Osiris pai de Hercules Lybico, unidos numa só vontade e conjurados com outros principes de sua assanhada cataduro, em vingança e desaffronta da morte de seu pai, deliberaram que a vida delle pagasse Osiris com a sua; e porq̃m para a pratica de varios intentos nunca faltaram ~~obscuros~~ ^{obscuros} prestadios obscuros, Osiris foi, em apuramento de varões, talhado em postas. Bem porq̃m uma vingança raro seria que não gerasse outra, e muito, Hercules Lybico, que não precisava auxilio de ninguém, porq̃m, senhor e possuidor dos mais irritados fuzos, só si mesmo fora capaz de dar cabo do genero humano, saindo do Egypto em busca dos Jivões filhos, pouco tempo depois legou o poder de os mandar interrogar com espeziosa pompa áhi pelos margens do Gualbama, depois de lhes ter posto os castellos em estilhaços. Soldadas assim estas dividas

Fig. 2 - Primeira página autografa da secção "Lendas e Tradições", que integra a última parte do manuscrito.

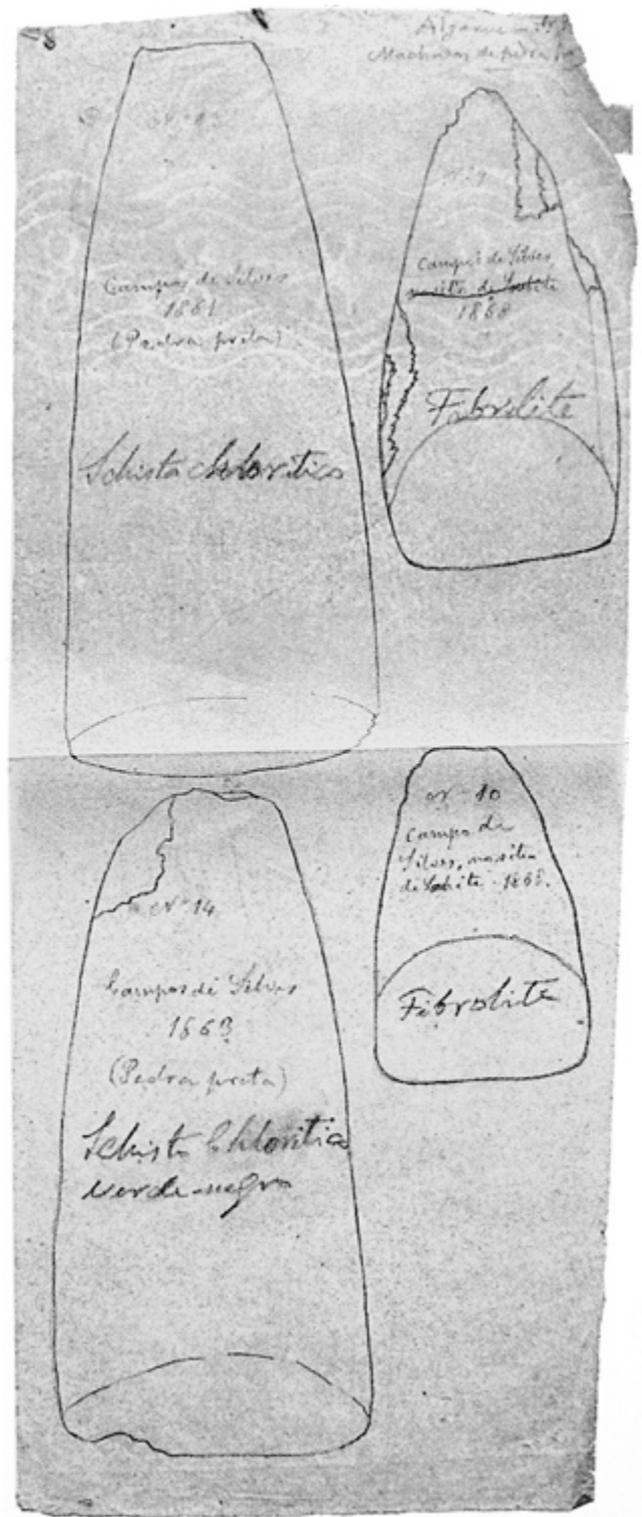


Fig. 3 – Esboços de artefactos de pedra polida recolhidos nos “Campos de Silves” entre 1861 e 1868, realizados por Estácio da Veiga. Note-se a preocupação de registar rigorosamente a respectiva natureza petrográfica, em abono da sua vertente naturalista.

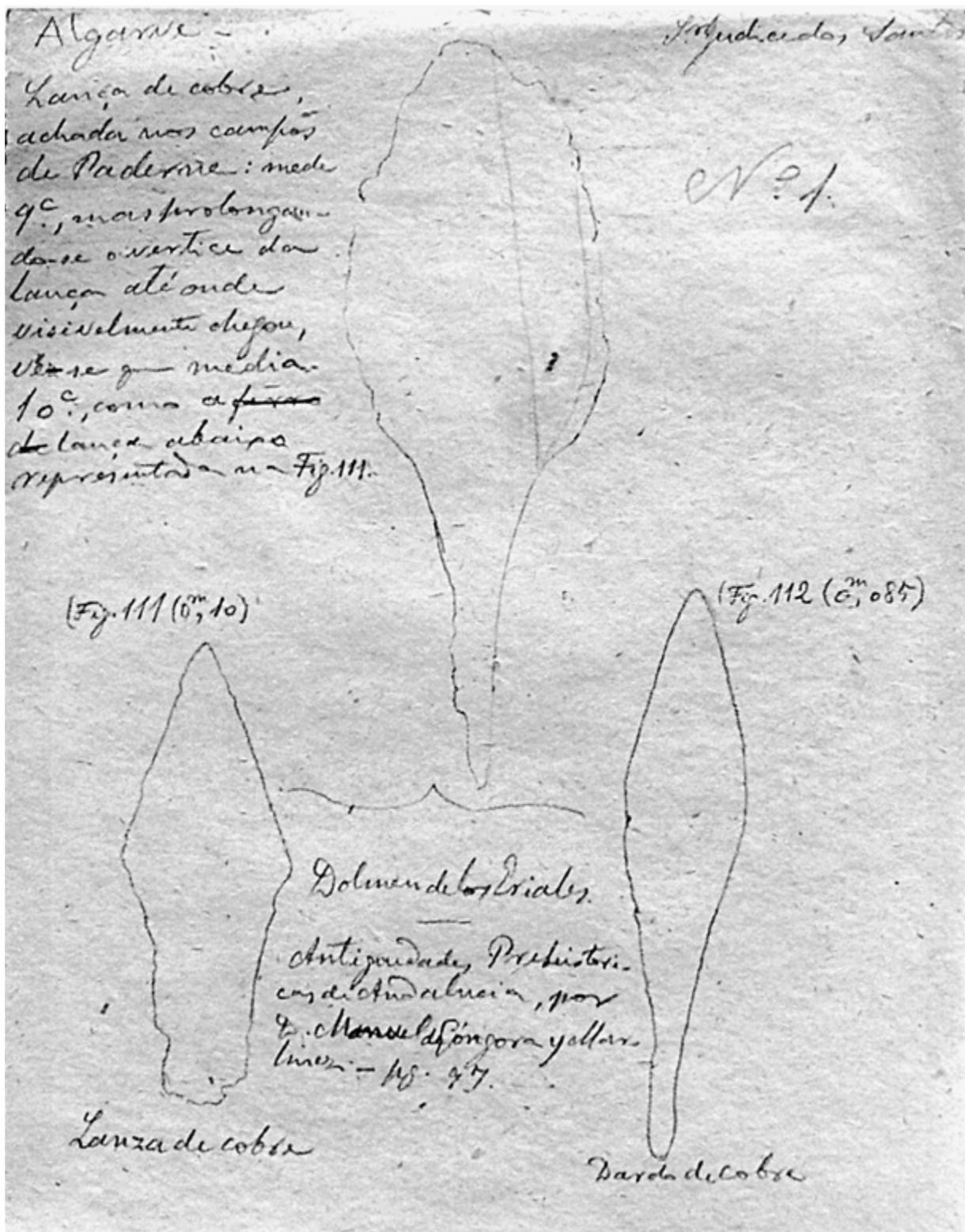


Fig. 4 - Esboços de artefactos metálicos do Algarve e de Espanha, servindo estes últimos para comparação, realizados por Estácio da Veiga.

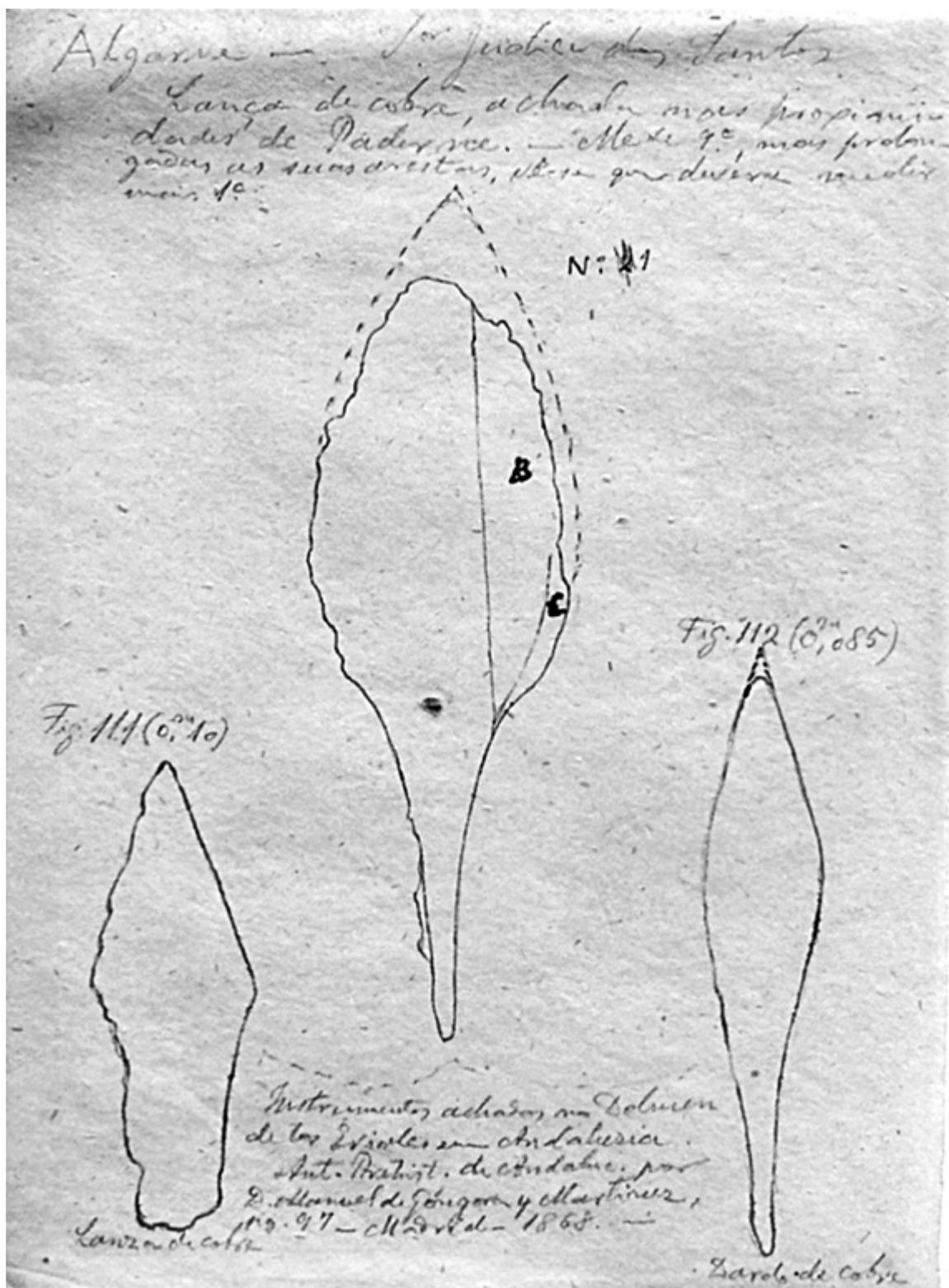


Fig. 5 - Esboços dos mesmos artefactos metálicos reproduzidos na Fig. anterior, denotando repetidas tentativas na elaboração tanto do texto, como das figuras que o ilustrariam.

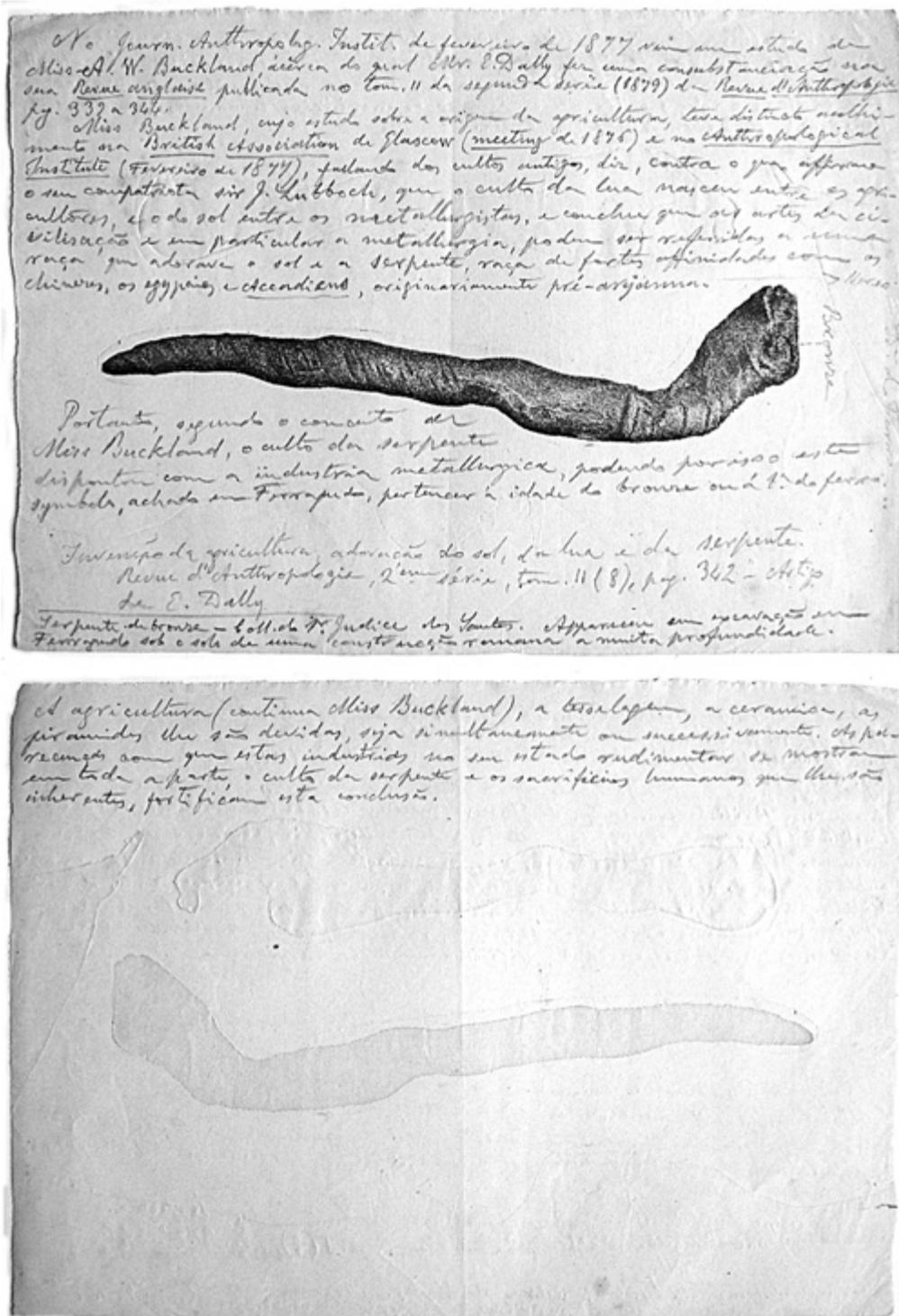


Fig. 6 – Reprodução por gravura sobre desenho a carvão da serpente de bronze aparecida em Ferragudo, acompanhada de comentários e transcrições parciais de artigos com interesse para a sua correcta classificação, da autoria de Estácio da Veiga. Estes apontamentos foram realizados ulteriormente à redacção da presente obra, já que a data da obra mais recente das citadas remonta a 1879, relacionando-se com a publicação da peça no volume IV das “Antiguidades Monumentaes do Algarve”, em 1891, onde, na Est. XXII, nº. 5, se reproduz a mesma gravura.



Fig. 7 – Machado de alvado de bronze, com uma argola, onde se encontra fixada uma pulseira com uma conta de azeviche, recolhido perto de Tadcaster, publicado em 1819 na revista “Archaeologia”, reproduzido a lápis de cor por Estácio da Veiga. A mesma peça encontra-se figurada em dois desenhos de Estácio da Veiga acompanhantes do manuscrito, também reproduzidos.

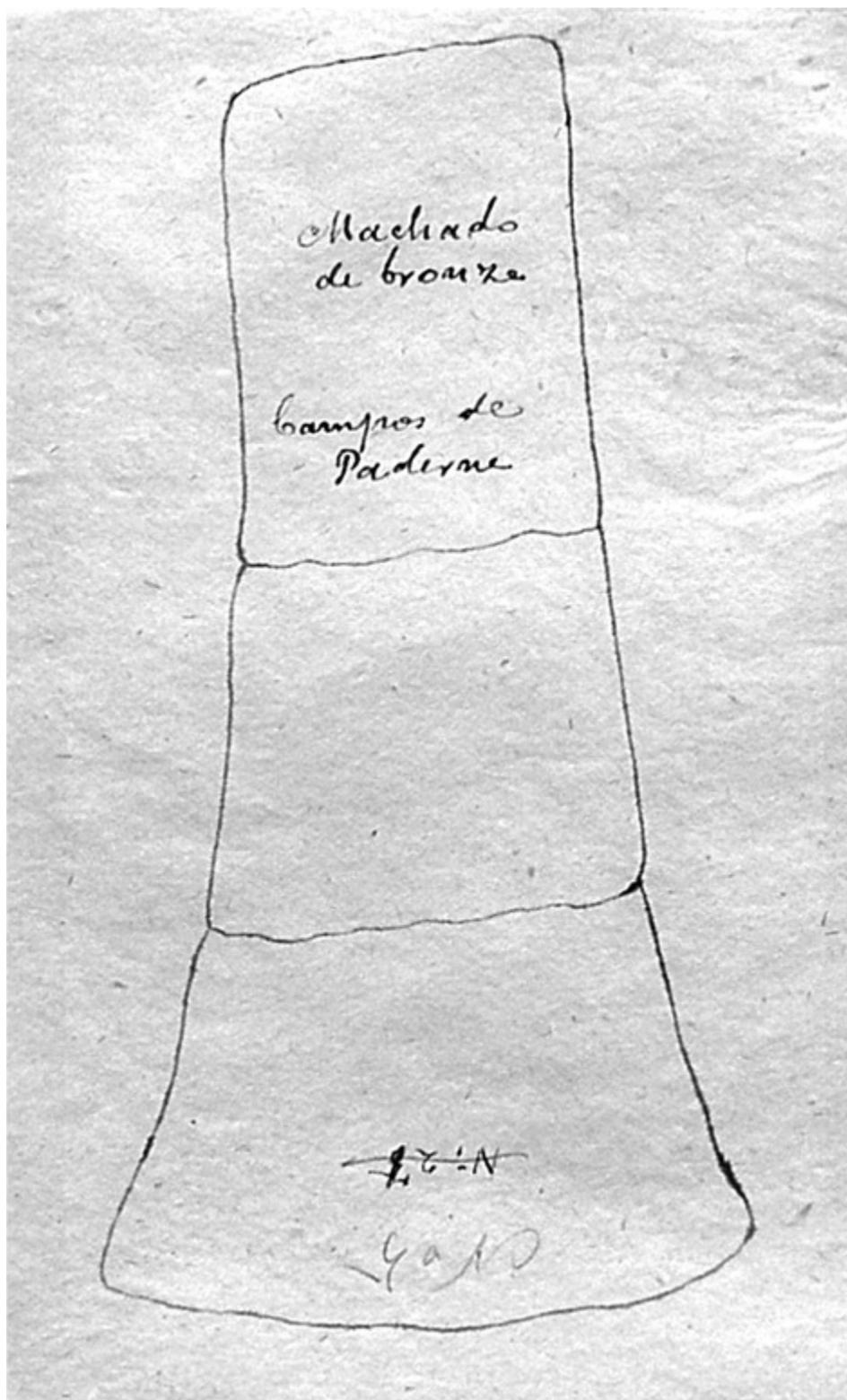


Fig. 8 – Esboço de machado de bronze realizado por Estácio da Veiga, recolhido nos Campos de Paderne.

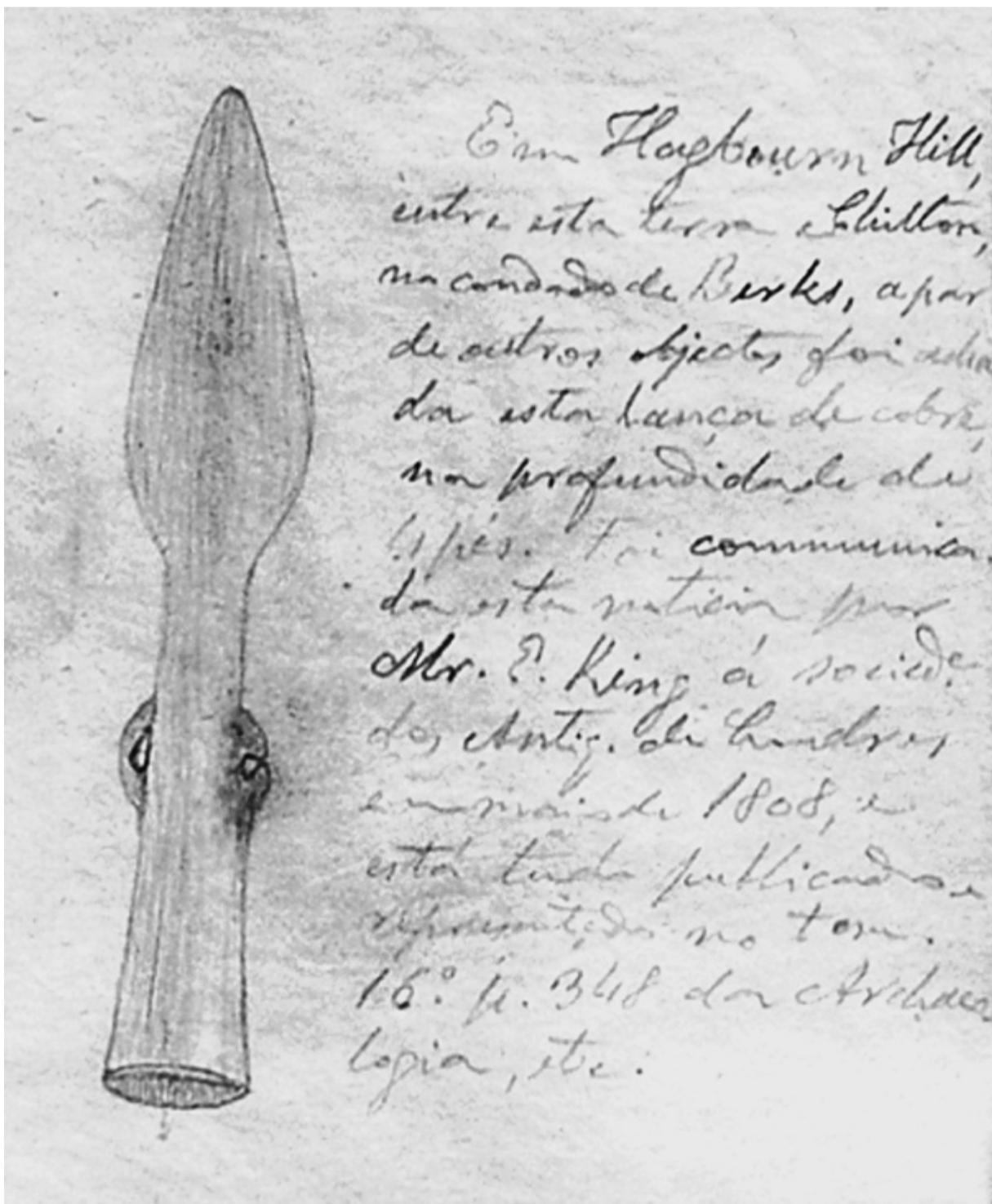


Fig. 9 – Ponta de lança de bronze recolhida conjuntamente com outros objectos, no condado de Berks, configurando um depósito metálico, publicada em 1819 na revista “Archaeologia”. A mesma peça encontra-se reproduzida em outro desenho de Estácio da Veiga acompanhante do manuscrito.

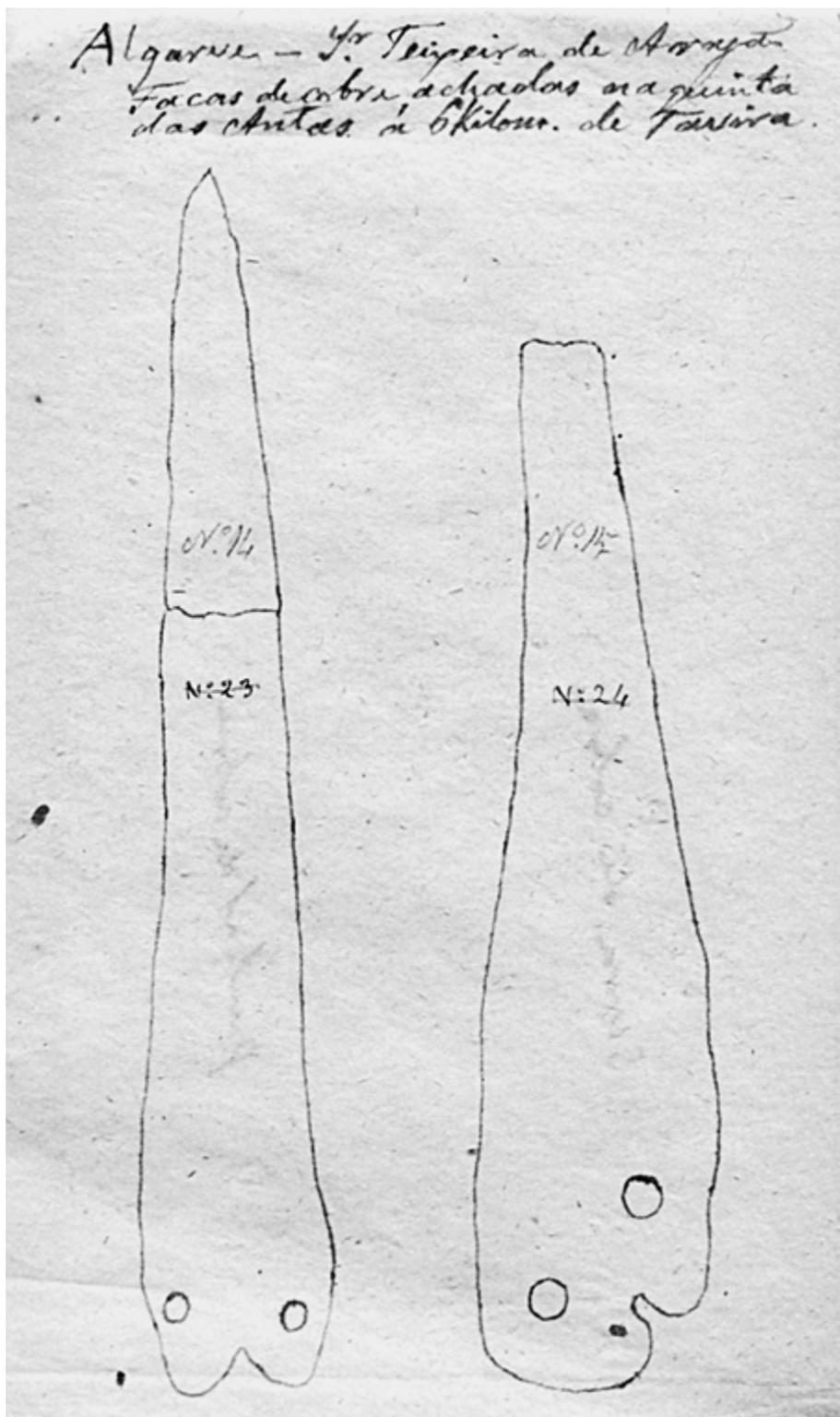


Fig. 10 - Esboços de dois punhais de cobre recolhidos na Quinta das Antas (Tavira) e então pertencentes à coleção de Teixeira de Aragão, realizados por Estácio da Veiga. As mesmas peças encontram-se também reproduzidas no manuscrito.

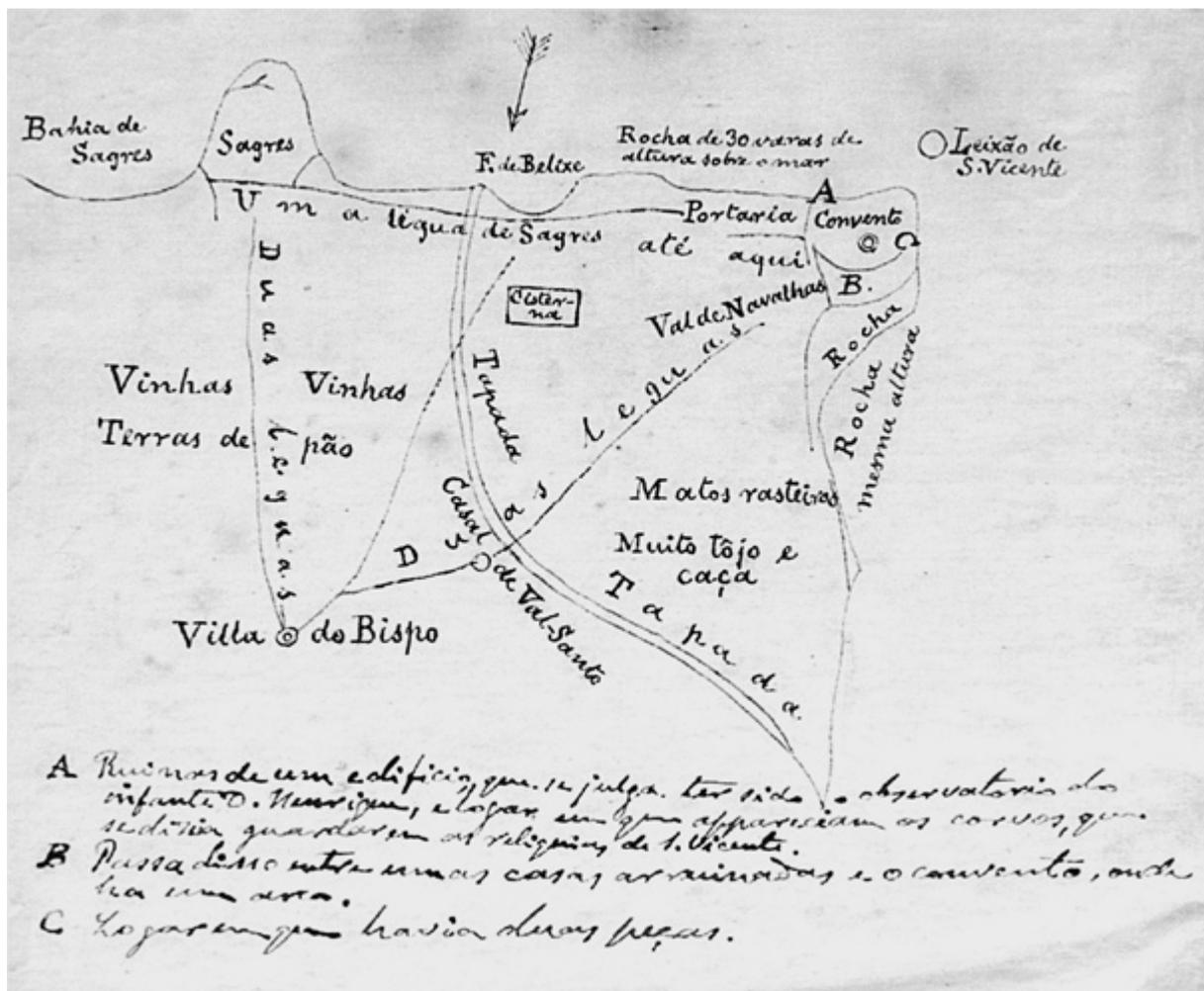


Fig. 11 – Esboço topográfico da região do Cabo de São Vicente, realizado por Estácio da veiga e com anotações arqueológicas por este realizadas, em folha pertencente ao seu Arquivo, mas não acompanhante do presente manuscrito, ainda que directamente relacionado com a última parte do mesmo (“Lendas e Tradições”).

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2007 E 2008

1. INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos nos anos de 2007 e 2008.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação e Investigação do Património Arqueológico
- Acções de Divulgação e de Valorização do Património Arqueológico

2. ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO E INVESTIGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1. *Inventariação*

Realizou-se o inventário, incluindo lavagem, marcação e arquivo de cerca de 3000 peças recolhidas nas escavações da *villa* romana de Oeiras, realizadas entre 2004 e 2007, e na primeira campanha de escavações na *villa* romana de Leião em 2008.

Estas acções têm sido executadas por jovens, no âmbito do Programa “Tempo Jovem”, do Núcleo de Juventude/CMO, sob orientação do signatário, com o acompanhamento da Dr.^a Conceição André.

Deu-se deste modo continuidade ao inventário e levantamento sistemático do património arqueológico móvel do Concelho de Oeiras, em depósito no CEACO.

2.2. *Investigação*

2.2.1. *Escavações Arqueológicas*

2.2.1.1. *Villa* Romana de Oeiras

Iniciadas em 2001, foram realizadas cinco campanhas anuais de escavações no piso térreo da casa onde foi localizado no início do século XX o “mosaico romano de Oeiras”; em 2001 e 2004, privilegiou-se o local onde se implantava o mosaico romano, o qual tinha sido anteriormente levantado para restauro e consolidação; em 2005, a terceira campanha de escavações interessou o espaço a nascente e a sul daquela peça musiva.

Em 2006, foi realizada a quarta campanha de escavações, completando a investigação daquela zona e, em 2007, durante os meses de Abril e Maio, teve lugar a quinta e última campanha de escavações, interessando sobretudo o espaço ocupado anteriormente por uma oficina de automóveis, a nascente do mosaico, a qual contou, como as anteriores, com a colaboração de estudantes universitários já com vasta experiência em trabalhos similares orientados pelo signatário; é de destacar o apoio de um funcionário da Divisão de salubridade Urbana, o Sr. Guerreiro, que, empenhadamente e com grande entusiasmo, colaborou nas campanhas de 2004, 2005 e 2006.

2.2.1.2. *Villa Romana de Leião*

De 22 de Setembro a 24 de Outubro de 2008 foi realizada a primeira campanha de escavações na *villa romana de Leião*, antecedidas da prospecção geofísica do terreno (Julho), a cargo da empresa alemã Eastern Atlas, de Berlim. As escavações puseram integralmente a descoberto a casa senhorial de um propritário da região do século I a.C., destruída por um incêndio e jamais reconstruída, o que proporcionou o conhecimento da arquitectura de uma *villa* dos inícios do Império e, por outro lado, a recolha de um conjunto de artefactos em uso aquando do seu brusco abandono. A importância científica e patrimonial do conjunto posto a descoberto justificou a alteração do projecto urbanístico do espaço correspondente, reservando o local de interesse arqueológico para um espaço cultural de fruição pública.

2.2.2. *Intervenções no património edificado*

De 4 a 29 de Junho de 2007, prosseguiram os estudos de localização e identificação de elementos arquitectónicos primitivos no Edifício das “Ferrarias del Rey”, cuja fundação remonta ao século XV, e que se manteve em laboração intermitente até finais do século XVII. O edifício foi muito alterado posteriormente, aquando da adaptação a fábrica de pólvora, no final do século XVIII ou inícios do século seguinte. A responsabilidade técnica e coordenação da intervenção estiveram a cargo do signatário, enquanto a direcção dos trabalhos, correspondente a picagem das paredes exteriores do edifício e da galeria dos engenhos do mesmo, tendo em vista a identificação de pré-existências construtivas, foi atribuída ao Dr. José Luís Gomes.

Para o êxito destes trabalhos, é de realçar a colaboração prestada pela Eng.^a Cristina Infante, então Coordenadora do Gabinete da Fábrica da Pólvora, tendo um dos seus colaboradores, o Senhor ??? participado activamente do início ao fim dos mesmos. De igual modo, foram indispensáveis os apoios proporcionados pela Senhora Vereadora Dr.^a Madalena Castro e pelo Senhor Vítor Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Barcarena, na disponibilização dos apoios necessários à realização dos trabalhos, que envolveram funcionários da referida Junta de Freguesia e elementos dos Bombeiros Voluntários de Barcarena.

Em 2007, os trabalhos centraram-se na galeria dos engenhos, a qual, depois de limpa, foi objecto de picagem selectiva das paredes, tendo em vista a identificação das estruturas de alvenaria primitivas.

Em 2008, os trabalhos prosseguiram, de ??? de Junho a ??? de Julho, com a participação do Dr. Filipe dos Santos Martins, colaborador contratado em serviço no CEACO, tendo-se centrado no exterior do edifício, onde se puseram a descoberto elementos estruturais coevos do edifício original. Pretende-se, com o prosseguimento dos trabalhos, em 2009, não só dar continuidade à identificação dos elementos das diversas épocas que integram a construção actual, mas também iniciar escavações arqueológicas no interior das antigas ferrarias, tendo em vista a identificação de vestígios dos diversas máquinas ali instaladas aquando da laboração fabril dos séculos XVI e XVII.

2.2.3. Projectos de Investigação

As intervenções arqueológicas realizadas em 2006 e em 2007 na *villa* romana de Oeiras (Centro Histórico) e, em 2008, na *villa* romana de Leião, foram realizadas ao abrigo do Projecto de Investigação do qual o signatário é o arqueólogo responsável, “Arqueologia do concelho de Oeiras – ARQOEIRAS”, vigente entre 2006 e 2009, superiormente aprovado pelo então Instituto Português de Arqueologia, por despacho do seu Director, de 4 de Abril de 2006.

Este projecto surgiu na continuidade de outros, com idêntico nome e objectivos, em vigor nos quadriênios de 1998/2001 e 2002/2005, ao abrigo dos quais se realizaram investigações arqueológicas fundamentais para o conhecimento do passado humano do território oeirense.

2.2.4. Trabalhos laboratoriais e de gabinete

Prosseguiu nas instalações do Centro o estudo de espólios arqueológicos de estações do concelho de Oeiras obtidos em escavações conduzidas pelo signatário e os de outras estações da Estremadura, destinados a publicação na série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, afirmando-se assim a referida revista, como de índole regional e mesmo nacional, e não apenas estritamente local, em consonância com a sua linha editorial. Estes estudos englobaram a execução de desenhos dos materiais mais importantes, destinados a ilustrar os respectivos estudos, a cargo do desenhador de arqueologia do quadro da CMO Sr. Bernardo L. Ferreira e do contratado Dr. Filipe Santos Martins, que desenvolveu actividades ao longo dos dois anos a que respeita este Relatório.

Foram também estudados pelo signatário materiais inéditos de diversas estações arqueológicas do concelho de Oeiras depositados no Museu Nacional de Arqueologia, pertencentes à colecção reunida pelo falecido Arq. Gustavo Marques, cujo inventário foi previamente executado pelo Dr. Filipe Santos Martins. Entre tais espólios, avultam os recuperados nas estações da Idade do Bronze de Abrunheiro e da Idade do Ferro de Gamelas 3, situadas perto de Cacilhas, desenhados no decurso de 2007 e 2008 naquela instituição pelo Dr. Filipe Santos Martins, cujo estudo se prevê venha a ser publicado em próximo volume da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.

2.2.5. Restauro de materiais arqueológicos

Foi realizado ao longo de 2007 e concluído em Abril de 2008 o restauro de espólios cerâmicos da estação da Idade do Ferro de Gamelas 3 (Cacilhas), depositados no Museu Nacional de Arqueologia. Parte destes materiais foram ulteriormente objecto de um protocolo, a que se refere o ponto seguinte.

2.2.6. Depósito de materiais arqueológicos: Protocolo assinado entre o Museu Nacional de Arqueologia e a Câmara Municipal de Oeiras

Por Ofício de 26 de Setembro de 2006, (registo CMO 054018), foi transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras ao Senhor Director do Museu Nacional de Arqueologia, a disposição da Câmara Municipal de Oeiras acolher, mediante depósito de longa duração, os espólios da colecção do falecido Arq. Gustavo Marques, na parte respeitante ao Concelho de Oeiras.

Esta iniciativa culminou com a assinatura de Protocolo entre a Câmara Municipal de Oeiras e o Museu Nacional de Arqueologia, no dia 9 de Dezembro de 2008, tendo em vista o depósito dos aludidos espólios neste Centro de Estudos Arqueológicos.

3. ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1. Publicações

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização. Nos anos a que respeita este Relatório, efectuou-se o trabalho de organização, preparação, recolha de originais, adjudicação e impressão dos volumes 15 e 16 da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, os quais foram enviados a todas as entidades com as quais se mantém permuta, a seguir enunciadas.

3.2. Permutas

Manteve-se a permuta com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, só possível pela regularidade com que se têm produzido os sucessivos volumes da revista “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, que ascendem a 17 volumes publicados anualmente desde 1991.

Em Dezembro de 2008, esta publicação era permutada com 176 publicações periódicas nacionais e internacionais, todas de carácter arqueológico, assim distribuídas por Países: Alemanha; Espanha; França; Inglaterra; Itália; Marrocos e Mónaco.

ALEMANHA

- Archäologische Nachrichten aus Baden – Institut Für Ur-Und Frühgeschichte Der Universität (Freiburg);
- Boreas – Universitat Munster (Münster);
- Germania – Romich Germanische Kommission des Deutschen Archaologisches Instituts (Frankfurt);
- Zeitspuren – Institut Fur Ur-Und Fruhgeschichte (Freiburg);

ESPAÑA

- Al-Qannis – Taller de Arqueologia y Prehistoria de Alcañiz;
- Alberri – Centre d’Estudis Contestans – Cocentaina – El – Contat;
- Anales de Arqueología Cordobesa – Facultad de Filosofia y Letras (Córdoba);
- Anales de Prehistoria y Arqueologia – Universidad de Murcia;
- Antropologia y Paleoecologia Humana – Facultad de Medicina (Granada);
- Aranzadiana – Sociedad de Ciências Aranzadi (San Sebastian);
- Archivo Conquense – Museo de Cuenca;
- Archivo de Prehistoria Levantina – Servei de Investigació Prehistorica (Valência);
- Argensola – Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Arkeolan – Centro de Estudios y Investigaciones Histórico-Arqueológicas (Irún);
- Bajo Aragon Prehistoria – Grupo Cultural Caspolino (Zaragoza);

- Berceo – Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Boletín Avriense – Museo Arqueológico Provincial de Ourense;
- Boletín del Museo Arqueológico Nacional – Museo Arqueológico Nacional (Madrid);
- Bolskan – Instituto de Estudios Altoaragoneses (Huesca);
- Cadernos de Arqueologia de Deusto – Departamento de Prehistoria, Universidade de Deusto (Bilbao);
- Cadernos de Prehistoria y Arqueologia – Universidade Autónoma de Madrid;
- Castrelos – Museu Municipal “Quiñones de León” (Vigo);
- Castrum – “Casa de Vélazquez” – (Madrid);
- Catálogo Monografico – Fundacion Rio Tinto (Huelva);
- Celtiberia – Centro de Estudios Sorianos (Soria);
- Centre d’Estudis Contestans – Cocentaina – El – Contat;
- Cesaraugusta – Institución “Fernando el Católico” (Zaragoza);
- Ciências de la Tierra – Instituto de Estudios Riojanos (Logroño);
- Complutum & Complutum Extra – Universidad Complutense (Madrid);
- Croa – Museo Arqueológico do Castro de Viladonga – Castro de Rey (Lugo);
- Cuadernos Abulenses – Institución Gran Duque de Alba (Ávila);
- Cuadernos de Estudios Gallegos – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid);
- Cuadernos de Prehistoria – Universidad de Granada;
- Departamento de Prehistoria y Arqueologia – Universidad de Granada;
- Empuries – Museo d’Arqueologia de Catalunya (Barcelona);
- Escavacions Arqueològiques a Catalunya – Servei d’Arqueologia, Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Espacio, Tiempo y Forma – Facultat de Geografia e Història (Madrid);
- Estrat – Sección d’Arqueologia del CECI (Igualada – Barcelona);
- Estudios de Prehistoria y Arqueologia Madrileñas – Museo de San Isidro (Madrid);
- Fundacion Rio Tinto (Huelva);
- Gérion – Universidad Complutense de Madrid;
- Habis – Universidad de Sevilla;
- Hispania Epigraphica – Universidad Complutense de Madrid;
- Historia de Ávila – Institución Gran Duque de Alba (Ávila);
- Huelva en su Historia – Universidad de Huelva;
- Ilerda – Institut d’Estudis Ilerdencs de la Diputació de Lleida;
- Institut d’Estudis Catalans (Barcelona);
- Jornadas de Arqueologia Fenicio-Púnica – Museu Arqueologic d’Eivissa I Formentera (Ibiza);
- Kobie – Diputación Foral de Bizkaia (Bilbao);
- Lucentum – Universidad de Alicante;
- Madrider Mitteilungen – Instituto Arqueológico Alemão (Madrid);
- Marq. – Museo Arqueológico Provincial de Alicante;
- Mélanges de la Casa de Vélazquez (Madrid);
- Memórias de Arqueologia Extremeña – Museu Arqueológico Provincial de Badajoz;
- Memórias de História Antigua – Universidad de Oviedo;
- Mérida – Consórcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica (Mérida);
- Monografias Arqueológicas – Museo d’Arqueologia de Catalunya (Barcelona);
- Monografias de Prehistoria y Arqueologia Castellonenses (Castelló de la Plana);
- Monografias del Museo Arqueológico de Valladolid;

- Monografías del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz – Série Arqueológica;
- Munibe – Sociedad de Ciências Aranzadi (San Sebastian);
- Museo Arqueologic d'Eivissa I Formentera (Ibiza);
- Museo Arqueológico de Murcia;
- Museo Arqueológico Municipal d'Alcoy;
- Museo Arqueológico Provincial de Badajoz;
- Museo Municipal “Quiñones de León” (Vigo);
- Museo de Prehistoria y Arqueología de Cantabria (Santander);
- Museo Provincial de Cuenca;
- Museo de Salamanca;
- Museo de San Isidro (Madrid);
- Museo de Zaragoza;
- Polis – Universidad de Alcalá (Madrid);
- Pyrenae – Departament de Prehistoria, Història Antiga y Arqueologia – Universidad de Barcelona;
- Quaderns de Difusió Arqueològica – Servicio de Investigación Arqueológica Municipal (València);
- Quaderns de Prehistoria y Arqueologia de Castelló (Castelló de la Plana);
- Revista de Castrelos – Museo Municipal “Quiñones de Leon” (Vigo);
- Sautuola – Museo de Prehistoria y Arqueologia de Cantabria (Santander);
- Saguntum – Departamento de Prehistoria y d'Arqueologia (València);
- Série Arqueológica – Real Academia de Cultura Valenciana (València);
- Série Arqueológica Municipal – Servicio de Investigación Arqueológica Municipal (València);
- Série Històrica de José Aparicio Perez (València);
- Série de Trabajos Vários – Servei de Investigació Prèhistorica (València);
- Servei d'Arqueologia – Generalitat de Catalunya (Barcelona);
- Servei d'Investigaciones Arqueològiques y Prehistoriques (Castelló de la Plana);
- Servei de Investigació Prèhistorica – Biblioteca (València);
- Studia Històrica – Historia Antigua – Universidad de Salamanca;
- Tabona – Universidad de la Laguna (Tenerife – Canarias);
- Taller de Arqueologia y Prehistoria de Alcañiz;
- Trabajos de Arqueologia Navarra (Gobierno de Navarra);
- Trabajos de Prehistoria – Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Madrid);
- Treballs d'Arqueologia – Universidad Autónoma de Barcelona;
- Treballs del Museu Arqueologic d'Eivissa y Formentera (Ibiza);
- Turiaso – Centro de Estudios Turiasonenses (Tarazona);
- Verdolay – Museo Arqueológico de Murcia;
- Zephyrus – Universidad de Salamanca;

FRANÇA

- Antiquités Nationales – Musée des Antiquités Nationales (Saint-Germain-en-Laye);
- Archéologie des Pyrénées Occidentales et des Landes – Groupe Archéologique des Pyrénées Occidentales (Oloron – Sainte Marie);
- Archives d'Ecologie Préhistorique (Toulouse);
- Bulletin de la Société Préhistorique Ariège- Pyrénées (Foix);
- Mémoires de l'Institut de Préhistoire et d'Archéologie des Alpes Maritimes (Nice);

- Pré-histoire Anthropologie Méditerranées – MMSH/LAPMO (Aix-En-Provence);
- Travaux de Préhistoire Catalane – Centre d'Études Préhistoriques Catalanes (Perpignan);

INGLATERRA

- Archaeological Reports – Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology (Durham);
- Buletin – Librarian Institut of Archeology (London);
- Durham Archaeological Journal – Architectural and Archaeological Society of Durham and Northumberland Department of Archaeology (Durham);
- International Archaeology – University College London;

ITÁLIA

- Archivo di Tipologia Analítica – Università degli studi di Siena (Siena);
- Quaderni – Soprintendenza Archeologica per le Provincie di Cagliari i Oristano (Cagliari);
- Sibrium – Centro di Studi Preistorici ed Archeologici – Musei Civici di Villa Mirabello (Varese);
- Bulletino di Paletnologia Italiana – Soprintendenza Archeologica per le Provincie di Cagliari i Oristano (Cagliari);

MARROCOS

- Bulletin d'Archéologie Marocaine – Institut National des Sciences de l'Archeologie et du Patrimoine (Rabat);

MÓNACO

- Bulletin du Musée d'Anthropologie Préhistorique de Mónaco;

PORTUGAL

- Algar – Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia;
- Al-ulyā – Arquivo Histórico Municipal de Loulé;
- Almadan – Centro de Arqueologia de Almada;
- Anais – Universidade Autónoma de Lisboa;
- Anais do Município de Faro – Câmara Municipal de Faro;
- Arkeos – CEIPHAR – Instituto Politécnico de Tomar;
- Arqueologia e Indústria – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial;
- Arquivo de Cascais – Biblioteca da Câmara Municipal de Cascais;
- Atti della Società Toscana di Scienze Naturali – Biblioteca Nacional – Serviço Português de Trocas Internacionais;
- Arqueologia e História – Associação dos Arqueólogos Portugueses;
- Arqueologia Medieval – Campo Arqueológico de Mértola;
- Beira Alta – Assembleia Distrital de Viseu;
- Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa;
- Brigantia – Arquivo Distrital de Bragança;
- Cadernos de Arqueologia e Património – Gabinete de Arqueologia e Património, Câmara Municipal de Paredes de Coura;
- Cadernos de Arqueologia – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho;
- Cadernos de História Local – Associação Histórico-Cultural de Vila Nova da Barquinha;

- Cadernos do Centro de Estudos Epigráficos da Beira (Castelo Branco);
- Cadernos do Noroeste – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho;
- Câmara Municipal de Albufeira;
- Câmara Municipal do Cadaval;
- Câmara Municipal de Coruche;
- Câmara Municipal da Guarda;
- Câmara Municipal de Loures;
- Câmara Municipal de Mafra;
- Câmara Municipal de Palmela;
- Câmara Municipal de Penela;
- Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz;
- Câmara Municipal de Tondela;
- Câmara Municipal de Torres Vedras;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Comunicação e Sociedade – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho;
- Comunicações – INETI (ex Instituto Geológico e Mineiro);
- Conimbriga – Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra;
- Eburobriga – Gabinete do Património Histórico e Arqueológico – Câmara Municipal de Fundão;
- Ecomuseu Municipal do Seixal;
- Estudos Pré-históricos – Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta;
- Fórum – Universidade do Minho;
- Fundação Calouste Gulbenkian;
- Gaya – Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- IPPAR/IGESPAR;
- Janus – Universidade Autónoma de Lisboa;
- Matesinus – Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos;
- Memori (Società Toscana di Scienze Naturali) – Biblioteca Nacional – Serviço Português de Trocas Internacionais;
- Museu Monográfico de Conimbriga;
- Museu Municipal de Arqueologia da Amadora;
- Museu do Sabugal;
- O Arqueólogo Português – Museu Nacional de Arqueologia;
- Oppidum – Câmara Municipal de Lousada;
- Praça Velha – Câmara Municipal da Guarda;
- Portugalia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Promontoria – Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve;
- Relatórios – Associação de Arqueologia da Amadora;
- Revista de Guimarães – Sociedade Martins Sarmiento (Guimarães);
- Revista Portuguesa de Arqueologia – IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico;
- Setúbal Arqueológica – Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal;
- Sintria – Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas;
- Sociedade e Cultura – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho;
- Techne – Instituto Politécnico de Tomar;

- Trabalhos de Arqueologia da EAM – Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego;
- Universidade Autónoma de Lisboa;
- Vipasca – Museu Municipal de Aljustrel;
- Xelb – Museu Municipal de Arqueologia de Silves.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Por outro lado, ao fazer chegar a numerosas instituições de diversos Países, além das nacionais, a actividade que, no domínio da Arqueologia, a Câmara Municipal de Oeiras vem desenvolvendo, contribui-se, decisivamente, para o conhecimento generalizado de importância e relevância de tal área científica e cultural, reconhecida nacional e internacionalmente, como se pode concluir pela importância das permutas estabelecidas.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

3.2. – Revista “*Estudos Arqueológicos de Oeiras*”

Como atrás referido, foram publicados e apresentados publicamente os volumes 15 (2007) e 16 (2008) da revista em epígrafe, publicada pela Câmara Municipal de Oeiras através deste Centro de Estudos Arqueológicos. O volume 15 corresponde às actas do I Colóquio de Arqueologia promovido conjuntamente pela Sociedade de Geografia de Lisboa e pela Câmara Municipal de Oeiras, realizado no dia 30 de Outubro de 2007 e subordinado ao tema “A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu. Balanços e perspectivas”, motivado pela presidência portuguesa da União Europeia, no decurso do segundo semestre de 2007. Trata-se de um volume de 295 páginas, com 15 contributos originais, que tornam a obra de interesse incontornável para todos quantos se dediquem à temática em apreço. A apresentação foi efectuada na Sociedade de Geografia de Lisboa, no dia 4 de Junho de 2008 (Fig. 1).

O volume 16 corresponde a Homenagem à memória do Prof. Doutor O. da Veiga Ferreira, ilustre Professor e Arqueólogo, falecido em 1997, distinguido postumamente com a Medalha de Mérito Municipal-Grau Ouro. Trata-se de uma obra com 751 páginas, organizada em três partes distintas mas complementares: na primeira, reuniram-se os testemunhos de 13 colegas, discípulos e admiradores do eminente arqueólogo, que bem ilustram a projecção dos seus estudos, publicações e ensino na actualidade; a segunda, é constituída por 9 estudos arqueológicos, de carácter temático, que evidenciam os contributos que, nos diversos domínios cultivados pelo homenageado, desde a Pré-História à Antiguidade Tardia, se ficam a dever ao Mestre. Por fim, a última parte da obra é constituída por uma selecção da correspondência recebida, ao longo de cerca de meio século, por mais de seis dezenas de arqueólogos portugueses e estrangeiros, entre os quais algumas das mais eminentes personalidades do seu tempo, nos respectivos campos de estudos. A sua apresentação foi realizada no Palácio Anjos-Centro de Arte Moderna Manuel de Brito, no dia 9 de Dezembro de 2008, aquando da cerimónia comemorativa dos 20 anos deste Centro de Estudos Arqueológicos.



Fig. 1 – Apresentação das Actas do I Colóquio de Arqueologia promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa e Câmara Municipal de Oeiras, no dia 4 de Junho de 2008, na sede da SGL. No uso da palavra o Prof. Doutor L. Aires-Barros, Presidente da referida Instituição.

3.3. Publicações

A acção do CEACO na apresentação dos resultados da sua investigação, tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras. Em 2007 e 2008, foram publicados os seguintes trabalhos e comunicações da autoria do signatário os quais, no todo ou em parte, se referem a aspectos da arqueologia oeirense.

3.3.1. Publicações em revistas internacionais

2007

The mousterian complex in Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 59, p. 21-50 (Homenagem a Francisco Jordá Cerdá).

2008

The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93. Em colaboração com R. Müller.

The chalcolithic fortified site of Leceia (Oeiras, Portugal). *Verdolay*. Múrcia. 11, p. 49-66.

3.3.2. Publicações em revistas nacionais

2007

As “Ferrarias del Rey em Barcarena: resultados dos trabalhos de campo realizados em 2006. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 277-291. Em colaboração com J. L. Gomes.

As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição geográfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.

Ivory objects from the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 95-118. Em colaboração com T. X. Schuhmacher.

2008

O. da Veiga Ferreira: sua vida e obra científica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 13-126.

Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira. Cinquenta anos de actividades arqueológicas (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 16, p. 383-408.

3.4. Palestras e comunicações a sessões de trabalho, e reuniões científicas nacionais e internacionais

3.4.1. Alusivas ao povoado pré-histórico de Leceia

No ano de 2007 e 2008 o signatário proferiu as seguintes palestras no âmbito de visitas ao povoado pré-histórico de Leceia:

- de alunos da Licenciatura em História da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, acompanhados do respectivo professor;
- de alunos e professores do Departamento de Pré-História e Arqueologia da Universidade de Granada;
- do Director do Museu Nacional de História Natural (Lisboa), acompanhado de outros investigadores;

3.4.2. Outras palestras e comunicações

2007

Janeiro

A presença campaniforme na Baixa Estremadura. Novas observações. Comunicação apresentada à Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Mai

A ocupação do neolítico Antigo do povoado pré-histórico do Carrascal (Leceia). Comunicação apresentada à Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Outubro

O marfim, expressão das relações comerciais e culturais estabelecidas entre a Estremadura portuguesa e o Mediterrâneo no decurso do Calcolítico: as evidências reconhecidas no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras)”. Comunicação apresentada ao I Colóquio de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras.

2008

Fevereiro

Palestra proferida sobre o povoado pré-histórico de Leceia, na Associação de Arqueologia da Amadora, ARQA, no âmbito de ciclo de palestras promovidas por aquela Associação.

Abril

Palestra proferida nas Jornadas de Arqueologia do vale do Tejo em território português – Museu de Cerâmica de Sacavém, “Leceia, paradigma da defesa, valorização, divulgação e animação do Património arqueológico português”;

Comemoração em Oeiras do Dia Internacional de Monumentos e Sítios, 18 de Abril – “Oeiras – Património religioso e espaços sagrados”, onde participou em mesa-redonda organizada pela Câmara Municipal de Oeiras.

Mai

Palestra sobre o povoado pré-histórico de Leceia e visita guiada ao local dos participantes do Encontro Internacional de Arqueologia “Vasos campaniformes, símbolos de uma comunidade cultural europeia há 5000 anos” organizado pelo Instituto Arqueológico Alemão e pela Câmara Municipal de Torres Vedras e comunicação ao mesmo Encontro intitulada “A presença campaniforme na região ribeirinha a norte do estuário do Tejos: novos elementos”.

Julho

Palestra proferida na Academia Portuguesa da História, evocativa de José Leite de Vasconcelos e Oeiras.

Setembro

Encontro Nacional “Arqueologia e Autarquias”, promovida pela APA em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais (25 e 27 de Setembro). Comunicação: “Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Balanço de vinte anos de actividade; perspectivas futuras de actuação”.

Outubro

IX Encontro do Património do Algarve, promovido pela Câmara Municipal de Albufeira. Comunicação, por convite: “A Valorização turístico-cultural de bens imóveis de interesse arqueológico em meio rural e urbano: algumas experiências pessoais (Concelho de Oeiras)”.

Novembro

Comunicação, por convite, ao Encontro Internacional Marfil y Elefantes en la Península Ibérica y en el Mediterráneo, organizado pelo Instituto Arqueológico Alemão, delegação de Madrid e pelo Museu Arqueológico de Alicante.

Dezembro

Comunicação ao II Colóquio de Arqueologia promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras, “O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bóvidos”.

3.5. *Organização de reuniões científicas*

2007

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara, precedido de informação, foi decidido patrocinar a realização do I Colóquio de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras, realizado a 30 de Outubro de 2007, sob o tema “A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu. Balanços e perspectivas”. Tal

temática afigurou-se oportuna, tendo presente a presidência portuguesa da União Europeia que então decorria. As actas respectivas constituem na íntegra o volume 15 dos “estudos Arqueológicos de Oeiras”.

2008

Face ao êxito que constituiu o colóquio antecedente, foi recolhido o despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara, organizou-se o II Colóquio de Arqueologia de Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras, o qual se efectivou a 3 de Dezembro de 2008, subordinado ao tema “Práticas rituais entre o IV milénio e o I milénio a.C. no território português”. As comunicações a esta reunião científica, muito concorrida de público, tal como a anterior, encontram-se publicadas no presente volume dos “Estudos Arqueológicos Oeiras” (Fig. 2).



Fig. 2 – Aspecto da assistência a uma das sessões do II Colóquio de Arqueologia promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa/Câmara Municipal de Oeiras, no dia 3 de Dezembro de 2008, na sede da S.G.L..

3.6. *Visitas guiadas*

As visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas da visita à exposição monográfica permanente sobre o mesmo sítio arqueológico, patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, continuaram a constituir, no decurso de 2007 e 2008, um das principais pólos da actividade deste Centro de Estudos Arqueológicos, tendo sido asseguradas pelo signatário e pela Dr.^a Conceição André, Assessora Principal da CMO em serviço no CEACO, no que se refere a pedidos oriundos de estabelecimentos de ensino Básico e Secundário.

A pedido de diversos estabelecimentos de ensino (básico, preparatório, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município, foram realizadas um total de 51 visitas guiadas (39 em 2007 e 12 em 2008). O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 1.820 pessoas, assim distribuídas:

2007

Janeiro

Visita de grupo de alunos do 3.º ano, da Escola EB1, St.º António de Tercena (cerca de 42 alunos);
Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Escola EB1, de J.L. Sofia de Carvalho, Algés (cerca de 60 alunos);
Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Escola EB1, de J.L. Sofia de Carvalho, Algés (cerca de 40 alunos);
Visita de grupo dos participantes no projecto “Conversa da treta”, do Centro de Saúde de Cascais (cerca de 16 pessoas);

Fevereiro

Visita de grupo dos participantes no Programa de Promoção de Actividades de Ar Livre 2007, da Divisão de Desporto/CMO (cerca de 80 pessoas);
Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1 J.L. Terra dos Arcos, Lisboa (cerca de 20 alunos);
Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1, n.º 2 de Carcavelos (cerca de 25 alunos);

Março

Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1 J.L. Terra dos Arcos, Lisboa (cerca de 24 alunos);
Visita de grupo dos participantes, originários de Países da América Latina, no programa de visitas ao Concelho, organizado pelo Sector de Turismo/CMO, no âmbito da frequência de curso de Alta Direcção em Administração Pública no INA (cerca de 30 pessoas);
Visita de grupo de alunos do 3.º ano da Escola EB 1, Gomes Freire de Andrade (n.º 3 de Oeiras) (cerca de 42 alunos);

Abril

Visita de grupo de alunos da cadeira de Introdução à Arqueologia, do curso de História da Universidade Lusófona de Lisboa (cerca de 15 alunos);
Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1, n.º 2 de Oeiras (cerca de 25 alunos);

Mai

Visita de grupo de membros do Centro Paroquial do Estoril (cerca de 30 pessoas);
Visita de grupo dos participantes no programa de visitas organizado pelo MNA e o CEACO/CMO, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (cerca de 270 pessoas, organizadas em vários grupos de cerca de 20 a 30 pessoas cada);
Visita de grupo de alunos do 7.º ano da Escola Secundária Luís de Freitas Branco, de Paço de Arcos (cerca de 20 alunos);

Junho

Visita de grupo de alunos e professores do Departamento de Prehistoria y Arqueologia da Universidade de Granada (cerca de 25 pessoas);

Outubro

Visita de grupo de alunos dos 1.º ao 4.º ano, da Escola Jorge Mineiro de Queluz de Baixo (cerca de 15 alunos);

Novembro

- Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1, António Rebelo de Andrade, de Oeiras (cerca de 50 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB, 2º, 3º ciclo de Aveiras de Cima (cerca de 55 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB, 2º, 3º ciclo de Fitares (cerca de 150 alunos, organizados em três grupos de cerca de 50 alunos cada);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB, 2º, 3º ciclo de S. Julião da Barra (cerca de 45 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano do Colégio St. Julian, Secção Portuguesa, de Carcavelos (cerca de 16 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Cooperativa “A Torre”, de Lisboa (cerca de 25 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB, 2º, 3º ciclo Visconde de Juromenha, de Mem Martins (cerca de 40 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola EB, 2º, 3º ciclo Visconde de Juromenha, de Mem Martins (cerca de 60 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 4.º ano, de Arqueologia, do Instituto Politécnico de Tomar (cerca de 10 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 11.º ano do curso técnico de Turismo, da Escola Secundária de Carcavelos, (cerca de 10 alunos);
- Visita de grupo de alunos do 4.º ano da Escola EB1, de Carcavelos, n.º 2 (cerca de 48 alunos).

2008

Fevereiro

- Visita de grupo dos participantes no programa de Promoção de Actividades de Ar Livre 2008, da Divisão de Desporto/CMO (cerca de 120 pessoas);
- Visita de grupo de alunos do 3º ano, da Escola EB1 Gomes Freire de Andrade (cerca de 50 alunos);

Mai

- Visita dos participantes no Encontro Internacional de Arqueologia “Vasos campaniformes – Símbolos de uma comunidade cultural europeia há 5.000 anos” promovido pela Câmara Municipal de Torres Vedras (cerca de 100 pessoas);
- Visita de grupo dos participantes no programa de visitas organizado pelo MNA e o CEACO/CMO, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (cerca de 10 pessoas);
- Visita de grupo dos participantes no programa de visitas organizado pelo MNA e o CEACO/CMO, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (cerca de 8 pessoas);
- Visita de grupo dos participantes no programa de visitas organizado pelo MNA e o CEACO/CMO, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (cerca de 10 pessoas);
- Visita de grupo dos participantes no programa de visitas organizado pelo MNA e o CEACO/CMO, no âmbito da comemoração do Dia Internacional dos Museus (cerca de 10 pessoas);

Outubro

- Visita de grupo de alunos do 4.º ano, da Escola EB1 António Rebelo de Andrade (cerca de 60 alunos);

Novembro

- Visita de grupo de alunos do 5.º ano da Escola Secundária de Carcavelos (cerca de 100 alunos, organizados em dois grupos distintos);
- Visita de grupo de alunos do 10.º ano do curso técnico de Turismo, da Escola Secundária de Carcavelos (cerca de 20 alunos);

Dezembro

Visita de grupo de alunos, do 5.º ano da Escola Secundária de Carcavelos (cerca de 50 alunos).

3.7. Colaborações Institucionais

2007

Por Proposta de Deliberação de 8 de Maio de 2007, a CMO atribuiu um subsídio ao Grupo dos Amigos do Museu Nacional de Arqueologia, como entidade patrocinadora da realização da Festa dos Museus, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Museus, que teve lugar naquele Museu nos dias 17, 18 e 19 de Maio. O respectivo pedido de subsídio foi apresentado por carta Director do MNA (n.º de entrada 27463 de 8/5/2007). Além deste apoio financeiro, a Câmara Municipal de Oeiras estabeleceu com o referido Museu um programa de animação patrimonial, através da disponibilização de dois autocarros que, em regime permanente, nos dias 18 e 19 de Maio, que asseguraram o transporte de participantes entre as exposições patentes no Museu e o povoado pré-histórico de Leceia, onde integraram sucessivos grupos de visitas guiadas.

2008

No âmbito da realização do Encontro Internacional “Vasos campaniformes. Símbolos de uma Comunidade Cultural Europeia com 5000 anos”, promovida pela Câmara Municipal de Torres Vedras e pelo Instituto Arqueológico Alemão, foi organizada a Exposição “Vasos Campaniformes. Símbolos de uma comunidade cultural europeia há 5.000 anos”, no Museu Municipal Leonel Trindade, de Torres Vedras. Para esta, foi solicitada a cedência de diverso espólio arqueológico provenientes de várias estações arqueológicas concelhias, designadamente do povoado pré-histórico de Leceia, da estação do Monte do Castelo – Leceia e do Alto dos Barrinhos – Carnaxide, em depósito no CEACO, bem como a preparação de textos explicativos alusivos às mesmas, os quais foram assegurados pelo signatário (pedido formalizado por Ofício com Reg. Entrada CMO 00002553 de 14/3/08, da Câmara Municipal de Torres Vedras).

Ainda no âmbito do referido Encontro Internacional, foi realizada uma visita guiada ao povoado pré-histórico de Leceia e Exposição Monográfica permanente patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, seguida de uma recepção oferecida aos cerca de 100 participantes. (Pedido formulado através da Inf.º n.º 8/CEACO/2008, na sequência de Ofício com Reg. Entrada CMO 00021188, de 28/4/08, da Câmara Municipal de Torres Vedras) **(Fig. 3)**.

Por Ofício de 28/4/2008, (Registo de entrada CMO n.º 23375), propôs o Dr. Luís Raposo, Director do Museu Nacional de Arqueologia, a colaboração entre o MNA e a CMO, na Comemoração do Dia Internacional dos Museus a 18 de Maio.

Nesse âmbito foram realizadas, tal como no ano transacto, diversas visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, nos dias 17 e 18 de Maio, sendo assegurado o transporte dos visitantes por autocarros da CMO, entre o referido Museu e Leceia.

Por Ofício endereçado pela Câmara Municipal de Torres Vedras, foi solicitada a cedência de um anzol de cobre recolhido nas escavações realizadas no povoado pré-histórico de Leceia, para integrar a exposição temporária “Um pouco mais de Azul/Um pouco mais de Vento”, patente ao público até Setembro de 2009 no Museu Municipal Leonel Trindade.

No dia 3 de Dezembro de 2008, teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa, a realização do II Colóquio de Arqueologia promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa/ Câmara Municipal de Oeiras, subordinado ao tema “Práticas rituais entre o IV milénio e o I milénio a.C. no território português”. As comunicações apresen-

tadas foram integradas, entre outras, no presente volume da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, comemorativo do XX aniversário do CEACO.

3.8. Outras colaborações

2007

Janeiro

Por iniciativa da Junta de Freguesia de Barcarena, no âmbito da realização de um vídeo promocional, foram realizadas filmagens aéreas e terrestres no povoado pré-histórico de Leceia.

Foi solicitado parecer pela Dr.^a Maria João Jacinto, da empresa “ERA – Arqueologia”, relativo à eventual existência de espólios provenientes do Concelho de Vila Franca de Xira, no âmbito de trabalho de inventariação de Sítios e espólios Arqueológicos daquele Concelho (Fax Ref.^a 7463).

Fevereiro

Foi solicitado pelo Sr. João Figueiredo, colaborador no sector do turismo da CMO em Carnaxide, parecer sobre cavidade na zona da antiga Pedreira dos Húngaros. Foi efectuada uma deslocação e registo fotográfico no local, pela técnica superior deste Serviço, Dr.^a Conceição André.

Março

Foi remetido pelo Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, através do Ofício DRI-E-315, Inquérito aos Museus – Dados referentes a 2006, relativo à Sala de Arqueologia/Exposição monográfica permanente sobre o povoado pré-histórico de Leceia.

Abril

Foi solicitada pelo Instituto Português de Museus, através do Ofício (registo entrada CMO n.º 01958 de 16/04/07) autorização para publicação de imagem de peça de cerâmica, proveniente do povoado pré-histórico de Leceia, na publicação: “Normas de Inventário”- volume dedicado à Arqueologia/Cerâmica Utilitária.

Por solicitação da Produtora Film Connection, através de Fax (registo entrada CMO 21564 de 10/04/07) foram realizadas, no povoado pré-histórico de Leceia, filmagens de episódio de série de ficção “O Último Tesouro”, para a RTP1.

Mai

Foi solicitado por Rodrigo Sousa, aluno do 4.º ano do curso de escultura da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, apoio bibliográfico na realização de trabalho relativo ao povoado pré-histórico de Leceia no âmbito da disciplina de História de Arte Portuguesa.

Através da Inf.º n.º 13/07 de 4/5/2007, foi prestada informação relativa à Definição dos limites do imóvel classificado Povoado Pré-Histórico de Leceia, dirigida à Sr.^a Arq.^a Maria Isabel Soromenho, Chefe da Divisão de Intervenção no Património Edificado, Ofício DPGU/DIPE – Regt.º 62839/06 dirigido ao IPA, na sequência de respectivo pedido de informação.

Junho

Solicitação de apoio bibliográfico pelo Sr. Jaime Casimiro, de Linda-a-Velha, em estudo acerca da presença das espécies vegetais, bolota e azinheira no povoado pré-histórico de Leceia.

Foi solicitado pela Dr.^a Maria de Lourdes Poeira, Directora do Gabinete de Desenvolvimento Municipal, texto sobre o povoado pré-histórico de Leceia, para inclusão na Carta da Cultura do Concelho de Oeiras.

Foi solicitado pela Arq.^a Cristina Ribeiro de Sá Rebelo, Chefe da Divisão de Planeamento/CMO, parecer formalizado pela Inf.º 1178/2007/DPGU/DP, de 12/9/2007, relativo a estudo de ocupação de uma parcela municipal da Quinta de Nossa Senhora da Conceição. Este parecer foi solicitado na sequência do Ofício do IPPAR/DRL-DS/2007/11-10/659/PPA/2778 de 28/8/2007, visando o estabelecimento de regime de condicionantes para enquadrar futuras construções na zona de protecção especial do povoado pré-histórico de Leceia. O parecer solicitado foi prestado através da Inf. n.º 36/CEACO/2007, de 5/11/2007.

Dezembro

Através da Inf. n.º 1335/2007 – DPGU/DP, foi solicitado ao CEACO, a avaliação dos termos da resposta enviada à Câmara Municipal de Oeiras, através da Inf. 2053/DRL-DS/2007, da DRCLVT, homologada pela Direcção do IGESPAR, à Proposta de construção de um silo automóvel na envolvente do Forte de São Julião da Barra, pela Câmara Municipal de Oeiras.

Este parecer foi prestado através da Inf. n.º 39/07/CEACO de 3/12/2007.

2008

Fevereiro

Foi solicitado pelo Sr. Jaime Casimiro, de Linda-a-Velha, apoio bibliográfico mediante o fornecimento de cópia de artigos científicos publicados na *Revista de Guimarães* e no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*.

Foi solicitado pelo Sr. Bruno Machado, aluno do 1.º ano do Mestrado em Desenho Urbano e Projecto do Espaço Público, da Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa, apoio bibliográfico no âmbito de estudo relativo à história das ocupações urbanas do Concelho de Oeiras.

Foi solicitado pelo Sr. Arqtº. Alexandre Lisboa da DEV/CMO, colaboração nos estudos de recuperação patrimonial da Quinta do Marquês.

Março

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, Ofício Ref.ª: DRI/SIAP/NR-E/1 – Processo: 3.1.5 – “Inquérito aos Museus – 2007”, relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade.

Abril

Foi solicitado por Duarte Nuno Chaves, aluno da licenciatura em Património Cultural, da Universidade dos Açores, apoio bibliográfico e gráfico, na elaboração de trabalho sobre o povoado pré-histórico de Leceia, para a cadeira de Arqueologia, daquela licenciatura.

Mai

Foi solicitado por Carla Simões, inserida no projecto Arqueotur, Rede de Turismo Arqueológico (Universidade de Barcelona) através do Programa Europeu Leonardo da Vinci, informação relativa ao povoado pré-histórico de Leceia.

Foram oferecidos à Biblioteca Pública Municipal do Porto, por sua solicitação, diversos volumes da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”.

Junho

Foi solicitado por Clara Robalo e Pinho Ribeiro, aluna da licenciatura em Arqueologia, da Universidade do Porto, apoio bibliográfico para a realização de trabalho relativo ao povoado pré-histórico de Leceia.

Foi prestada informação à Dr.ª Teresa Tomás, responsável pela gestão da Fábrica da Pólvora, sobre almofariz de calcário pertencente à primitiva Fábrica da Pólvora de Barcarena, localizado no leito da ribeira, na Fábrica da

Pólvora de Barcarena, junto ao Edifício do “Lugar Comum”, por responsável daquele espaço. Tal informação foi prestada por mail a 16/6/2008.

Foi solicitado pela Associação Leonel Trindade de Torres Vedras, diversos volumes da série Estudos Arqueológicos de Oeiras, para completar a colecção ali existente.

Agosto

Foi solicitado por Sílvia Lopes, da firma Ozecarus – Serviços Arqueológicos, Lda., de Abrantes, parecer sobre peça de sílex localizada em zona junto da linha férrea, entre a estação de Barcarena e Cacém.

Setembro

Foi prestado apoio a Mohamed Azaza, estudante de arqueologia no Instituto Politécnico de Tomar, com a cedência de fotos sobre o povoado pré-histórico de Leceia na elaboração de trabalho no âmbito do mestrado em Quaternário e Pré-história daquele estabelecimento de ensino superior.

Foi endereçada pela Dr.^a Raquel Cunha, licenciada em Turismo, em estágio no projecto Arqueotur, Rede de Turismo Arqueológico, (Universidade de Barcelona) através do Programa Europeu Leonardo da Vinci, pedido de informação relativo ao povoado pré-histórico de Leceia.

Outubro

Na sequência de entrevista realizada com o jornalista Alexandre Gonçalves, de Oeiras, foi-lhe remetido texto subordinado ao tema “Arqueologia e Autarquias”, da autoria do signatário, para elaboração de artigo, destinado a publicação no “Jornal de Oeiras”.

Dezembro

Foi formulado através da Inf.º 3384/2008/DMPUH/DPGU/PD, pedido de parecer relativo à delimitação da área de protecção da *villa* romana de Leão, o qual foi satisfeito através da Inf. n.º 35/08/CEACO.

Por Ofício de Centro Português de Geohistória e Pré-História, com data de entrada na CMO de 16/8/2007, foi solicitado o apoio da Câmara Municipal de Oeiras na realização das Primeiras Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, o qual foi consubstanciado na aquisição de dez exemplares do respectivo volume de actas.

3.9. Comemoração dos 20 anos do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

No dia 9 de Dezembro de 2008, no Palácio Anjos em Algés/CAMB efectuou-se cerimónia comemorativa do XX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Nesta cerimónia foi assinado o Protocolo de depósito de espólios arqueológicos entre o Município de Oeiras e o Museu Nacional de Arqueologia, representados pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais e pelo Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, perante numerosa assistência. Alguns dos referidos materiais, da estação da Idade do Ferro de Gamelas 3, situada na área actualmente ocupada pelo Parque dos Poetas, encontravam-se patentes ao público. Na ocasião, foi apresentado o volume de Homenagem “Octávio da Veiga Ferreira – homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor”, dedicado à memória do ilustre investigador, o qual constitui o volume 17 da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”. Em testemunho de agradecimento pelas honrosas colaborações contidas naquele volume, foi oferecida a cada um dos autores uma escultura de cobre assente em placa comemorativa, representando um suídeo, reproduzindo uma estatueta de barro, recolhida no povoado pré-histórico de Leceia, executada pela firma Salvador Nunes Cid Herdeiros – Fundição de Metais, com sede em Lisboa (**Fig. 3**).

4. PRÉMIOS

Prémio Joaquim Veríssimo Serrão

No dia 11 de Julho de 2007, foi entregue ao signatário o Prémio Joaquim Veríssimo Serrão, para História Contemporânea, instituído na Academia Portuguesa da História pela Fundação Engenheiro António de Almeida. Este prémio distinguiu a obra “Estácio da Veiga e a Arqueologia Portuguesa – um percurso científico no Portugal oitocentista”, publicada no volume 14 dos Estudos Arqueológicos de Oeiras.

5. CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2007 e 2008 no CEACO deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. No respeitante às **acções de inventariação e investigação do património arqueológico**, avultam as escavações efectuadas nas *villa* romanas de Oeiras (Centro Histórico) e de Leião, respectivamente em 2007 e em 2008, cujos resultados projectam novos e muito importantes conhecimentos sobre a presença romana na área do actual concelho de Oeiras. A primeira das referidas intervenções teve o interesse complementar de proporcionar, pela primeira vez, elementos fiáveis sobre a presença pré-histórica no casco antigo da vila de Oeiras, bem representada por testemunhos do Bronze Final e do período campaniforme. Por outro lado, conduziu à recolha dos primeiros elementos seguros sobre a ocupação de época islâmica recolhidos no território do actual concelho, tendo-se identificado produções cerâmicas dos séculos X (época califal) e XI (primeiras taifas), que, pelo seu interesse, tiveram prioridade de publicação no presente volume.

Ao nível da **divulgação e valorização do Património Arqueológico**, importa referir a intensa actividade editorial desenvolvida através dos dois volumes publicados da série “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, respectivamente em 2007 e em 2008, bem como a evidente projecção que os mesmos revelam em termos de diversidade e qualidade das colaborações obtidas. Esta realidade reflecte-se tanto ao nível local, como ao nível nacional, projectando-se mesmo internacionalmente, confirmando evidência já observada noutros anos, agora plenamente consolidada.

Ao nível local, importa destacar o importante vector de actividade deste Centro, consubstanciado nas visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, especialmente as dedicadas à população escolar da área concelhia e regiões limítrofes, em estreita articulação com as escolas, dando deste modo continuidade às acções que, neste âmbito vêm sendo desenvolvidas e reforçadas, desde a criação do CEACO, em 1988.

Ao nível nacional, a divulgação do património arqueológico oirense consubstanciou-se, além das participações institucionais em reuniões científicas diversas, na parceria estabelecida com a Sociedade de Geografia de Lisboa, na realização dos I e II Colóquios de Arqueologia, revelando o prestígio alcançado pelo Centro em meios científicos nacionais de peso.

Internacionalmente, a valia da investigação desenvolvida encontra-se não só demonstrada pela participação em reuniões internacionais com a publicação dos resultados das investigações tanto nas actas respectivas, como em importantes revistas científicas, mas ainda pelas permutas estabelecidas entre a série “Estudos Arqueológicos de Oeiras” e numerosas publicações especializadas, as quais conheceram um acréscimo, face à realidade dos anos transactos, facto bem demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Importa ainda sublinhar a importante colaboração desenvolvida com diversas instituições, com destaque para o Museu Nacional de Arqueologia, bem como a continuação da valorização das principais peças do património



Fig. 3 – Reprodução, à escala de $\frac{1}{2}$, de estatueta de terracota representando porca, oriunda da ocupação do Neolítico Final do povoado pré-histórico de Leceia e apresentada aquando das comemorações do XX aniversário do CEACO, no dia 8 de Dezembro de 2008 em Algés, no Palácio Anjos/CAMB. Matriz de barro executada por B. Ferreira (CEACO) e fundição de 40 exemplares, a cargo da firma Salvador Nunes Cid, Herd., de Marvila (Lisboa).

arqueológico móvel em depósito no CEACO, através do respectivo restauro, tendo presente a sua incorporação em futuras exposições de carácter temporário ou permanente sedeadas no concelho.

Os factos aludidos neste Relatório confirmam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da valia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, já expresso em anteriores relatórios constituindo, de certo, mais um motivo para prosseguir empenhadamente o trabalho quotidiano, desenvolvido pela equipa que assegura a continuidade da sua actuação.

Barcarena, 13 de Agosto de 2009

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Prof. Doutor João Luís Cardoso

